



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1965 — VOLUME I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1965

página original em branco

ÍNDICE

dos

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETOS LEGISLATIVOS	Págs.		Págs.
1 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao Contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Sergipe — Publicado no D. O. de 15 de março de 1965	3	vérno da União e o Estado do Pará — Publicado no D. O. de 15 de março de 1965	4
2 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro ao contrato celebrado aos 15 de março de 1954 entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura e a Companhia Brasileira de Material Elétrico — Publicado no D. O. de 15 de março de 1965	3	5 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 28 de fevereiro de 1961, entre a Fazenda Nacional e Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque — Publicado no D. O. de 15 de março de 1965	4
3 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 18 de dezembro de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma S. Manela & Cia. Ltda. — Publicado no D. O. de 15 março de 1965	3	6 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1960, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas — Publicado no D. O. de 18 de março de 1965	5
4 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo do acôrdo celebrado aos 31 de janeiro de 1953, entre o Go-	4	7 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União renegatório de registro do contrato — escritura de compra e venda — celebrado aos 17 de junho de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Joaquim José Ferreira Souto — Publicado no D. O. de 18 de março de 1965	5
		8 — Decreto Legislativo de 1965 — Determina o registro do termo de 7 de novembro de 1961, aditivo ao contrato celebrado em 2 de dezembro de	

	Págs.		Págs.
1960, entre a Divisão de Obras do Ministério da Agricultura e a Atlas do Brasil Indústria e Comércio S. A. — Publicado no D. O. de 18 de março de 1965	6	Estado da Bahia — Publicada no D. O. de 23 de fevereiro de 1965	9
9 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato — escritura de compra e venda — celebrado aos 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Eureka Sociedade Anônima — Indústria de Artefatos de Borracha — Publicado no D. O. de 18 de março de 1965	6	4.598 — Lei de 22 de fevereiro de 1965 — Isenta do imposto de importação equipamento de televisão importado pela Rádio Rio Limitada (TV-Rio) — Publicada no D. O. de 24 de fevereiro de 1965 ..	9
10 — Decreto Legislativo de 1965 — Concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, a fim de atender ao convite do Governo da República do Paraguai — Publicado no D. O. de 22 de março de 1965	7	4.599 — Lei de 22 de fevereiro de 1965 — Isenta da taxa de despacho aduaneiro, a que se refere o art. 66 da Lei número 3.244, de 1957 a importação de camioneta doada à Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepra — Publicada no D. O. de 24 de fevereiro de 1965	10
11 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e João Barbosa de Melo — Publicado no D. O. de 29 de março de 1965	7	4.600 — Lei de 22 de fevereiro de 1965 — Cria a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo — Publicada no D. O. de 24 de fevereiro e retificada no de 1 de abril de 1965	10
		4.601 — Lei de 3 de março de 1965 — Concede isenção de impostos de importação e de consumo, taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares, para um automóvel com transmissão automática a ser adquirido pelo Engenheiro da Petrobrás, Florivaldo Freire de Faria, tornado inválido em consequência de acidente sofrido em serviço — Publicada no D. O. de 5 de março de 1965	11
		4.602 — Lei de 18 de março de 1965 — Dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais — Publicada no D. O. de 23 de março de 1965	11
4.596 — Lei de 22 de fevereiro de 1965 — Isenta do imposto de importação e de consumo equipamento a ser importado pela Rádio Sociedade Gaúcha S. A. — Publicada no D. O. de 23 de fevereiro de 1965	9	4.603 — Lei de 20 de março de 1965 — Concede a denominação de "Cidade Monumento da História Pátria" à cidade de São Vicente, no Estado de São Paulo — Publicada no D. O. de 23 de março de 1965	12
4.597 — Lei de 22 de fevereiro de 1965 — Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfândegárias para materiais importados pela Companhia Telefônica Sul Bahiano, no		4.604 — Lei de 30 de março de 1965 — Altera o Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro	

L E I S

	Págs.		Págs.
de 1944, que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho — Publicada no D. O. de 1 de abril de 1965	12	cada no D. O. de 1 de abril de 1965	13
4.605 — Lei de 30 de março de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros) para a construção do Quartel de Fuzileiros Navais de Brasília — Publicada no D. O. de 1 de abril de 1965	12	4.608 — Lei de 31 de março de 1965 — Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 1 de abril de 1965	13
4.606 — Lei de 30 de março de 1965 — Dispõe sobre as comemorações do centenário de Epitácio Pessoa — Publicada no D. O. de 1 de abril de 1965	12	4.609 — Lei de 31 de março de 1965 — Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria e Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 1 de abril de 1965	14
4.607 — Lei de 30 de março de 1965 — Ratifica convênio celebrado pela Prefeitura do Distrito Federal e autoriza a inclusão no seu orçamento de verba correspondente até 1% das rendas tributárias, para atender a despesas com a execução do ajuste — Publi-	12	4.610 — Lei de 31 de março de 1965 — Fixa novos valores para os símbolos dos cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências — Publicada no D. O. de 1 de abril de 1965	15

ÍNDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
4.449 — Lei de 29 de outubro de 1964 — Publicada no D. O. de 1 de abril de 1965	19	4.502 — Lei de 30 de novembro de 1964 — Dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas — Retificada no D. O. de 20 de janeiro e 23 de março de 1965	20
4.473 — Lei de 12 de novembro de 1964 — Dispõe sobre atribuições das autoridades para fiscalizar a entrada de estrangeiros no território nacional, e dá outras providências — Retificada no D. O. de 3 de fevereiro de 1965	20	4.534 — Lei de 9 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Cúria Diocesana de Santos o domínio pleno ou útil de área de terreno, localizada no Morro de Jabaquara, no Município de Santos — Retificada no D. O. de 2 de fevereiro de 1965	20
4.472 — Lei de 24 de novembro de 1964 — Concede isenção dos impostos de consumo e de importação, excetuada a taxa de despacho aduaneiro, para a importação de material automobilístico, motores de explosão e de combustão interna e equipamentos para produção de energia elétrica — Retificada no D. O. de 3 e 10 de fevereiro de 1965 ...	20	4.539 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965 — Retificada no D. O. de 1 de janeiro e 1 de abril de 1965	21

	Págs.		Págs.
4.541 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como de emolumentos consulares e demais taxas a mercadorias e materiais destinados às comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro — Retificada no D. O. de 4 de fevereiro de 1965	21	Rio Grande do Sul, aposentados até 31 de dezembro de 1959, o abono provisório de que trata a Lei nº 3.531, de 19 de janeiro de 1959 — Retificada no D. O. de 2 de fevereiro de 1965	22
4.543 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Isenta do imposto de importação equipamento industrial — Retificada no D. O. de 4 de fevereiro de 1965	21	4.564 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre vencimentos e salários do pessoal da Rede Ferroviária Federal S. A., e dá outras providências — Republicada no D. O. de 23 de fevereiro de 1965 ...	22
4.545 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências — Retificada no D. O. de 2 de fevereiro de 1965	21	4.567 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 397.246.024,90, destinado ao ressarcimento do Banco de Crédito da Amazônia S. A. pelas despesas efetuadas com o pagamento do aumento de 25% sobre os preços de compra da borracha nacional — Republicada no D. O. de 7 de janeiro de 1965	22
4.546 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para a importação de pertences e acessórios para órgãos, destinados à Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, Estado de São Paulo e dá outras providências — Retificada no D. O. de 4 de fevereiro de 1965	21	4.579 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 1.360.000,00 em favor do Tribunal Regional Eleitoral Bahia — Retificada no D. O. de 1 de fevereiro de 1965	23
4.547 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000,00, destinado a atender às despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninos, Estado da Bahia — Publicada no D. O. de 23 de fevereiro de 1965	22	4.591 — Lei de 16 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias — Retificada no D. O. de 1 de fevereiro de 1965	23
4.549 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Concede pelo prazo de 24 meses, isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e taxa de despacho aduaneiro para importação de equipamento e material cinematográfico — Retificada no D. O. de 24 de fevereiro de 1965	22	4.592 — Lei de 29 de dezembro de 1964 — Aprova o Plano Nacional de Viação — Retificada no D. O. de 4 de fevereiro de 1965	24
4.560 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Concede aos servidores da Viação Férrea do	22	4.593 — Lei de 29 de dezembro de 1964 — Disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do nordeste — Retificada no D. O. de 20 de janeiro de 1965	25
		4.595 — Lei de 31 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências — Retificada no D. O. de 3 de fevereiro de 1965	25

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1965, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As leis expedidas em trimestres anteriores e publicadas durante o primeiro trimestre de 1965 aparecem no "Apenso".

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao Contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Sergipe.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União de 29 de agosto de 1963, denegatório de registro ao contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros) celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Sergipe, em 15 de julho de 1963.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de março de 1965

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 15 de março de 1954 entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura e a Companhia Brasileira de Material Elétrico.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União de 2 de abril de 1954, denegatório de registro ao contrato celebrado aos 15 de março de 1954 entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura e a firma Companhia Brasileira de Material Elétrico; para executar a manutenção e operação da instalação do ar condicionado do Serviço de Radiodifusão Educativa daquele Ministério.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de março de 1965

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 18 de dezembro de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma S. Manela & Cia. Ltda.

Art. 1º E' mantido o ato, de 26 de dezembro de 1951, do Tribunal de Contas da União, denegatório do registro ao contrato celebrado aos 18 de dezembro de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma S. Manela & Cia. Ltda. para construção de um pavilhão-dormitório na Escola Agrotécnica "Visconde da Graça", em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de março de 1965

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo do acordo celebrado aos 31 de janeiro de 1953, entre o Governo da União e o Estado do Pará.

Art. 1º E' mantido o ato de 20 de abril de 1953, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao termo do acordo celebrado aos 31 de janeiro de 1953, entre o Governo da União e o Estado do Pará, para a execução da classificação dos produtos agrícolas e pecuários e das matérias primas, seus sub-produtos e resíduos de valor econômico.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de março de 1965

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 28 de fevereiro de 1961, entre a Fazenda Nacional e Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque.

Art. 1º E' mantido o ato de 5 de outubro de 1961, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato celebrado aos 28 de fevereiro de 1961, entre a Fazenda Nacional e Natalício Tenório Ca-

valcanti de Albuquerque, para locação da loja nº 761, da Avenida Rio Petrópolis, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de março de 1965

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1960, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas

Art. 1º E' mantido o ato, de 28 de setembro de 1961, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1960, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas, para aplicação da verba de Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros) — dotação de 1960 — destinada a despesas com a localização de pequenos agricultores e criadores nas áreas de campos gerais do Puciarí.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 16 de março de 1965. — *Camillo Nogueira da Gama*, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

Faço saber que o Senado Federal aprovou nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato — escritura de compra e venda — celebrado aos 17 de junho de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Joaquim José Ferreira Souto.

Art. 1º E' mantido o ato, de 5 de outubro de 1951, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato — escritura de compra e venda — celebrado aos 17 de junho de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Joaquim José Ferreira Souto.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 16 de março de 1965. — *Camillo Nogueira da Gama*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1965

Determina o registro do termo de 7 de novembro de 1961, aditivo ao contrato celebrado em 2 de dezembro de 1960, entre a Divisão de Obras do Ministério da Agricultura e a Atlas do Brasil Indústria e Comércio S.A.

Art. 1º O Tribunal de Contas da União registrará o termo de 7 de novembro de 1961, aditivo ao contrato celebrado em 2 de dezembro de 1960, entre a Divisão de Obras do Ministério da Agricultura e a Atlas do Brasil Indústria e Comércio S.A., para aquisição e instalação de equipamentos frigoríficos em proveito do Entrepasto de Pesca de São Lourenço do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 16 de março de 1965. — *Camillo Nogueira do Gama*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato — escritura de compra e venda — celebrado aos 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Eureka Sociedade Anônima — Indústria de Artefatos de Borracha.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato de 2 de maio de 1952, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato — escritura de compra e venda — celebrado aos 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Eureka Sociedade Anônima — Indústria de Artefatos de Borracha.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 16 de março de 1965. — *Camillo Nogueira do Gama*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do nº VII, do artigo 66 da Constituição Federal e eu, Camilo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1965

Concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, a fim de atender ao convite do Governo da República do Paraguai.

Art. 1º É concedida autorização ao Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, para se ausentar do Território Nacional durante o mês de março corrente, a fim de atender ao convite do Governo da República do Paraguai, para a inauguração da ponte internacional entre o Brasil e aquele país.

Art. 2º Este decreto legislativo, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de março de 1965. — *Camilo Nogueira da Gama*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e João Barbosa de Melo.

Art. 1º É mantido o ato, de 23 de março de 1954, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e João Barbosa de Melo para, nesse Território, desempenhar a função de Encarregado da Granja Macejana.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de março de 1965. — *Camillo Nogueira da Gama*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do nº VII, do artigo 66 da Constituição Federal e eu, Camilo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1965

Concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, a fim de atender ao convite do Governo da República do Paraguai.

Art. 1º É concedida autorização ao Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, para se ausentar do Território Nacional durante o mês de março corrente, a fim de atender ao convite do Governo da República do Paraguai, para a inauguração da ponte internacional entre o Brasil e aquele país.

Art. 2º Este decreto legislativo, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de março de 1965. — *Camilo Nogueira da Gama*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e João Barbosa de Melo.

Art. 1º É mantido o ato, de 23 de março de 1954, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e João Barbosa de Melo para, nesse Território, desempenhar a função de Encarregado da Granja Macejana.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de março de 1965. — *Camillo Nogueira da Gama*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

II — LEIS

LEI Nº 4.596 — DE 22 DE
FEVEREIRO DE 1965

Isenta do imposto de importação e de consumo equipamento a ser importado pela Rádio Sociedade Gaúcha S. A.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante da licença nº DG 1.668-6.848, expedida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Rádio Sociedade Gaúcha S. A., destinado à instalação de uma emissora de televisão, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional e taxa de despacho aduaneiro.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de fevereiro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.597 — DE 22 DE
FEVEREIRO DE 1965

Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para materiais importados pela Companhia Telefônica Sul Bahiano, no Estado da Bahia.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional

de 10% (dez por cento), imposto de consumo e mais taxas alfandegárias, exceto a de previdência social, para o conjunto de 2 (dois) terminais "Carrier", tipo Z6NT e no valor de US\$ 7.900,00, importados pela Companhia Telefônica Sul Bahiano, com sede em Itabuna, Estado da Bahia, da firma Standard Elektrik Arktiengesellschaft, Stuttgart, Alemanha.

Art. 2º A baixa do termo de responsabilidade referente à isenção de que trata esta lei, só será efetivada à vista da respectiva verificação fiscal.

Art. 3º A isenção prevista nesta lei não se aplica aos materiais ou similares de fabricação nacional.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de fevereiro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.598 — DE 22 DE
FEVEREIRO DE 1965

Isenta do imposto de importação equipamento de televisão importado pela Rádio Rio Limitada (TV.Rio).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida isenção do imposto de importação, exclusive a taxa de despacho aduaneiro para equipamento de televisão constante das licenças ns. DG-60/3325-3270 e DG-62/263-3024 emitidas pela Cartei.

ra de Comércio Exterior, importado pela Rádio Rio Ltda. (TV-Rio).

Art. 2º. A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º. A baixa do Termo de Responsabilidade referente à isenção de que trata esta lei, só será efetivada à vista da respectiva verificação fiscal.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de fevereiro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.599 — DE 22 DE
FEVEREIRO DE 1965

Isenta da taxa de despacho aduaneiro, a que se refere o art. 66 da Lei nº 3.244, de 1957 a importação de camioneta doada à Federação das Sociedades de Defesa Contra a Leprosia.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida isenção da taxa de despacho aduaneiro a que se refere o art. 66 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, para a importação da camioneta marca Chevrolet, modelo 1964, série 41135F311566, doada à Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepra, presidida pela Senhora Eunice Weaner, pelo Lions Club de Pennsylvania, Estados Unidos da América.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de fevereiro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.600 — DE 22 DE
FEVREIRO DE 1965

Cria a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criada a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º. A Diretoria Regional referida, cuja sigla é DR-SJO, terá a seu cargo a execução dos serviços postais e de telecomunicações dentro dos limites de sua jurisdição, integrada pelos seguintes municípios: Ibirá — Catanduva — Nova Granada — Orinduva — Paraíso — Paulo de Faria — Pirangi — Talaça — Boturuna — Aririnha — Ingá — Onda Verde — Potyrendaba — Urupês — José Bonifácio — Planalto — Nova Aliança — Nipoá — Cosmorama — Nova Granada — Tanabi — Idiaporã — Mirassol — Pirangi — Nova Aliança — Olímpia — Taquaritinga — Neves Paulista — Polom — Macauba — Gastão Vidigal — Monte Aprazível — Nhandeara — Auriflama — General Salgado — Magda — Pereira Barreto — Buritama — Itajobi — Valentim Gentil — Estréla d'Oeste — Porto Taboado — Santa Fé do Sul — Jales — Fernandópolis — Votuporanga — Cosmorama — Tanabi — Bálamo — São José do Rio Preto — Uchoa — Guapiáçu — Cederal — Cajobi — Tabapuan — Cardoso — Riolândia — Alvares Florenço — Palestina — Guarani — Idiaporã — Mirassol — Olímpia — Taquaratinga.

Art. 3º. São criados para execução desta lei, uma função gratificada de Tesoureiro-Chefe e os seguintes cargos isolados:

1 — Diretor Regional, símbolo 6-C (de provimento em comissão);

4 — Tesoureiro-Auxiliar, nível 18 (de provimento efetivo).

Art. 4º. Fica o Governo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$... 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para custear as despesas, de qualquer natureza, com a instalação

e o funcionamento da Diretoria Regional a que se refere o art. 1º

Art. 5º Fica criada a Subcontadoria Seccional do Ministério da Fazenda, junto à Diretoria Regional a que se refere o art. 1º.

Art. 6º Dentro do prazo de 90 (noventa) dias serão expedidos o regimento da Diretoria Regional ora criada e instruções para o seu funcionamento.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de fevereiro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.601, DE 3 DE MARÇO DE 1965

Concede isenção de impostos de importação e de consumo, taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares, para um automóvel com transmissão automática a ser adquirido pelo Engenheiro da Petrobrás, Florivaldo Freire de Faria, tornado inválido em consequência de acidente sofrido em serviço.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, da taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para um automóvel com transmissão automática adquirido nos Estados Unidos da América do Norte pelo Engenheiro da Petrobrás, Florivaldo Freire de Faria, tornado inválido em consequência de acidente sofrido em serviço.

Parágrafo único. O automóvel a que se refere este artigo só poderá ser objeto de transação comercial, decorridos 2 (dois) anos, a contar da data da liberação, mediante pagamento de todos os impostos e taxas.

Brasília, 3 de março de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.602 — DE 18 DE MARÇO DE 1965

Dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Compete privativamente ao Conselho Nacional de Economia a fixação de índices para a aplicação da correção monetária, estipulada em lei.

Parágrafo único. A fixação desses índices obedecerá a critérios indicados em Decreto Executivo, regulamentador desta lei, baixado dentro do prazo de 30 dias.

Art. 2º VETADO.

Art. 3º O Conselho Nacional de Economia divulgará, amplamente, o estudo completo das revisões empreendidas para a fixação de novos índices.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de março de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.603 — DE 20 DE MARÇO DE 1965

Concede a denominação de "Cidade Monumento da História Pátria" à Cidade de São Vicente, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A cidade de São Vicente — Célula Mater da Nacionalidade — é concedida, em caráter excepcional, a denominação de "Cidade Monumento da História Pátria".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Raimundo Moniz de Aragão

LEI Nº 4.604 — DE 30 DE
MARÇO DE 1965

Altera o Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 27 do Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, mantido seu parágrafo único, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. Nos casos de incapacidade temporária, a indenização é devida a partir do dia que se segue ao do acidente".

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.605 — DE 30 DE
MARÇO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), para a construção do Quartel de Fuzileiros Navais de Brasília.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a construção do Quartel dos Fuzileiros Navais em Brasília.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Bosisio

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.606 — DE 30 DE
MARÇO DE 1965

Dispõe sobre as comemorações do centenário de Epitácio Pessoa.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A União fará comemorar festivamente, em todo o território nacional, o centenário do nascimento de Epitácio Pessoa, a transcorrer no dia 23 de maio de 1965.

Art. 2º. As comemorações serão orientadas pelo Ministério da Educação e Cultura, que coordenará as solenidades, palestras e conferências, destinadas a exaltar a figura do insigne brasileiro.

Art. 3º. Fica autorizado o Poder Executivo a mandar imprimir o selo comemorativo do centenário de Epitácio Pessoa.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Raymundo Moniz de Aragão.

LEI Nº 4.607 — DE 30 DE

MARÇO DE 1965

Ratifica convênio celebrado pela Prefeitura do Distrito Federal e autoriza a inclusão no seu orçamento de verba correspondente até 1% das rendas tributárias, para atender a despesas com a execução do ajuste.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam ratificados o convênio, de 8 de junho de 1962, e o aditivo, de 24 de outubro de 1962, celebrados entre a Prefeitura do Distrito Federal e os Estados de Goiás, Mato Grosso, Pará e Maranhão, tendo por objeto o estudo dos problemas geossocio-econômicos dos vales dos rios Araguaia e Tocantins.

Art. 2º. A Prefeitura do Distrito Federal, para fazer face às despesas com a sua contribuição no ajuste, está autorizada a incluir no seu orçamento, anualmente, a partir de 1963 e durante o prazo de vigência do convênio, verba correspondente até 1% (um por cento) das respectivas receitas tributárias.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos.

LEI Nº 4.608 — DE 31 DE
MARÇO DE 1965

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 3º, do art. 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º. Os valores dos símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, fixados pela Lei nº 4.192, de 24 de dezembro de 1962, passam a ser os constantes da tabela anexa.

§ 1º. A importância da gratificação de função será igual à diferença entre o valor estabelecido para o símbolo respectivo e o vencimento do cargo efetivo ocupado pelo funcionário.

§ 2º. Ao funcionário designado para o exercício de encargos de chefia, de assessoramento ou de secretariado, é facultado optar pelo critério estabelecido no parágrafo anterior ou pela percepção do vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo da função gratificada respectiva.

Art. 2º. Ficam mantidas, para os servidores lotados na Capital da República, nos valores atuais, as diárias concedidas pelo exercício em Brasília e as diferenças de vencimentos resultantes de parcelas absorvidas, não podendo exceder os níveis anteriores à vigência desta Lei.

Art. 3º. O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 4º. Aplica-se esta Lei aos servidores inativos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, independente de prévia apostila.

Art. 5º. As vantagens financeiras decorrentes desta Lei são devidas a partir de 1º de junho de 1964.

Art. 6º. Os cargos de carreira e os isolados de provimento efetivo, do Quadro da Secretaria do Tribunal Re-

gional do Trabalho da 3ª Região, serão preenchidos mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 7º. Aplica-se aos funcionários de Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região o disposto no art. 15 e seus parágrafos, da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 8º. Para atender às despesas decorrentes desta Lei, no exercício financeiro de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, o crédito suplementar de Cr\$ 373.372.000 (trezentos e setenta e três milhões, trezentos e setenta e dois mil cruzeiros), que será automaticamente registrado no Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º

Símbolos	Cr\$
PJ	417.000
PJ- 0	410.000
PJ- 1	405.000
PJ- 2	387.000
PJ- 3	367.000
PJ- 4	333.000
PJ- 5	317.000
PJ- 6	300.000
PJ- 7	275.000
PJ- 8	250.000
PJ- 9	225.000
PJ-10	205.000
PJ-11	185.000
PJ-12	167.000
PJ-13	151.000
PJ-14	140.000
PJ-15	128.000
Funções Gratificadas	
7-F	210.000

Brasília, em 31 de março de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.609 — DE 31 DE MARÇO DE 1965

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal de Secretaria e Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os vencimentos para os funcionários do Quadro da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal passam a ser constantes da tabela anexa.

§ 1º A importância da gratificação de função será igual à diferença entre o valor estabelecido para o símbolo respectivo e o vencimento do cargo efetivo ocupado pelo funcionário.

§ 2º Ao funcionário designado para o exercício de função gratificada é facultado optar pelo critério estabelecido no parágrafo anterior ou pela percepção do vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação fixa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo da função gratificada respectiva.

Art. 2º Ficam mantidas nos valores atuais, para os funcionários do Quadro da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, as diárias concedidas pelo exercício em Brasília e as diferenças de vencimentos resultantes de parcelas absorvidas, não podendo exceder os níveis anteriores à vigência desta Lei.

Art. 3º O salário-família, por dependente, fica elevado para Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4º Aplica-se esta Lei aos servidores inativos do Quadro da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, independente de prévia apostila.

Art. 5º As vantagens financeiras decorrentes desta Lei são devidas a partir de 1º de junho de 1964.

Art. 6º Para aplicação do disposto no artigo 1º os símbolos "PJ" corresponderão paritariamente, número por número, aos símbolos "PL" e "PJ" adotados, respectivamente, para a Câ-

mara dos Deputados e Tribunais Federais, e terão sempre os mesmos valores monetários fixados para estes.

Art. 7º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, no exercício financeiro de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 136.000.000 (cento e trinta e seis milhões de cruzeiros), que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º

Símbolos	Cr\$
PJ- 1	405.000
PJ- 3	367.000
PJ- 5	317.000
PJ- 6	300.000
PJ- 8	250.000
PJ- 9	225.000
PJ-10	205.000
PJ-11	185.000
PJ-12	167.000
PJ-14	140.000

FUNÇÕES GRATIFICADAS

1-F Secretário do Presidente	300.000
5-F Secretário do Corregedor	240.000

Brasília, em 31 de março de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.610 — DE 31 DE MARÇO DE 1965

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 8º, do art. 70, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º Os valores dos símbolos dos cargos do Quadro de Pessoal da Se-

cretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, fixados pela Lei nº 4.097, de 19 de julho de 1962, e alterados pela Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, passam a ser os constantes da tabela anexa.

Art. 2º O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 3º Aplica-se esta lei aos servidores inativos, independente de prévia apostila.

Art. 4º As vantagens financeiras decorrentes da presente lei são devidas a partir de 1º de junho de 1964.

Art. 5º Os cargos de carreira e os isolados de provimento efetivo, do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, serão preenchidos mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 6º Aplica-se aos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região o disposto no art. 15 e seus parágrafos, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 7º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o crédito especial de Cr\$ 600.000.000 (seiscentos milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes da presente lei, e que será automaticamente registrado no Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tabela a que se refere o art. 1º

Símbolos	Cr\$
PJ	417.000
PJ- 0	410.000
PJ- 1	405.000
PJ- 2	387.000
PJ- 3	367.000
PJ- 4	333.000
PJ- 5	17.000
PJ- 6	300.000
PJ- 7	275.000
PJ- 9	225.000
PJ-10	205.000
PJ-12	167.000

Brasília, 31 de março de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 4.449 — DE 29 DE
OUTUBRO DE 1964

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 2º, do art. 70, da Constituição Federal, as seguintes partes mantidas pelo Congresso Nacional após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.449, de 29 de outubro de 1964, que dispõe sobre o aproveitamento de funcionários das autarquias que menciona, e dá outras providências:

Art. 1º. Ficam ratificados o Decreto nº 51.674, de 18 de janeiro de 1963, retificado pelos de ns. 52.951, de 28 de novembro de 1963, e 53.463, de 21 de janeiro de 1964; Decreto nº 51.676, de 22 de janeiro de 1963, e Decreto nº 51.897, de 9 de abril de 1963, retificado pelo de nº 52.097, de 5 de junho de 1963; Decretos ns. 51.854, de 19 de março de 1963, e 53.086, de 5 de dezembro de 1963, observadas as condições e ressalvas desta Lei e sem prejuízo dos já concursados.

§ 1º. O disposto neste artigo se aplica igualmente ao pessoal do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, provido até 31 de maio de 1964 nos cargos desta autarquia, que integram o Quadro de Pessoal aprovado pelo Decreto nº 52.638, de 8 de outubro de 1963.

§ 2º. Os ocupantes de séries de classes serão colocados nas respectivas classes iniciais, podendo optar pela situação anterior no prazo de 30 dias, contados da publicação desta Lei.

§ 3º. Observado o disposto no parágrafo anterior, os ocupantes de classes singulares e séries de classes que, à data dos Decretos acima citados, não possuíam vínculo com o serviço

público, em caráter efetivo ou estável, serão mantidos nos cargos até completarem cinco anos de efetivo exercício, quando serão definitivamente enquadrados.

§ 4º. Para o fim do disposto no parágrafo 2º deste artigo, ficam criadas nas classes iniciais tantos cargos provisórios quantos forem necessários, contando os funcionários nêles aproveitados, para fins de interstício e antiguidade de classe, o tempo de serviço na autarquia respectiva.

§ 5º. Fica ressalvada a situação dos funcionários pertencentes ao serviço público federal que, à data da vigência dos Decretos citados no art. 1º, já ocupavam, na mesma série de classes, cargos integrantes de classes superiores à inicial, hipótese em que permanecerão nos mesmos níveis que ocupavam nos Quadros de Pessoal respectivos.

Art. 2º. Os cargos isolados de provimento efetivo, constantes dos Decretos citados no art. 1º, são mantidos com a mesma denominação, exceto os de Tesoureiros Auxiliares, considerados extintos, quando vagarem.

Parágrafo único. Quando não existir no serviço civil da União cargo de denominação igual, ou equiparado, será aplicado ao pessoal de que trata este artigo o disposto no art. 6º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Brasília, 31 de março de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.473 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre atribuições das autoridades para fiscalizar a entrada de estrangeiros no território nacional e dá outras providências.

Retificação

Nas assinaturas da Lei, incluem-se:

Milton Soares Campos
Hugo de Almeida Leme
Nelson Lavenère Wanderley
Raimundo de Brito

(*) LEI Nº 4.492 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1964

Concede isenção dos impostos de consumo e de importação, excetuada a taxa de despacho aduaneiro, para a importação de material destinado a indústrias de fabricação de material automobilístico, motores de explosão e de combustão interna e equipamentos para produção de energia elétrica.

(Publicada no D. O. de 27-11-64)

Retificação

Na 1ª página, 1ª coluna, art. 1º, parágrafo único, onde se lê... condições constantes desta lei...

Leia-se:

...condições constantes desta lei...

No art. 3º, 2ª coluna, onde se lê:

...as indústrias automobilísticas.

Leia-se:

...as indústrias automobilísticas.

(*) Republica-se por ter saído com omissão no D. O. de 3-2-65.

LEI Nº 4.502 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

Retificação

Página 3 — 1ª coluna

No Art. 34, onde se lê:

... que real ou fictamente, saírem de ...

Leia-se:

... que real ou ficticiamente, saírem de ...

Página 5 — 4ª coluna

No Art. 75, onde se lê:

... apurar responsabilidade de duas ...

Leia-se:

... apurar a responsabilidade de duas ...

No Art. 76, alínea b

Onde se lê:

... em que interessado fôr parte;

Leia-se:

... em que o interessado fôr parte;

Página 8 — 4ª coluna

No item II do Art. 126

Onde se lê:

... 53.11 a 53.54.05;

... 53.11 a 53.13; 54.05;

Página 19 — 1ª coluna

Onde se lê:

32. — Vernizes; tintas de água, pigmentos de ...

Leia-se:

32.09 — Vernizes; tintas de água, pigmentos de ...

Na página 41, 2ª coluna, onde se lê: Posição — Inciso — Produtos — Aliquota "ad valorem" — 84.41 — Máquinas de costura ... para máquinas de costura, (VETADO) ...

Leia-se: Posição — Inciso — Produtos — Aliquota "ad valorem" — 84.41 — Máquinas de costura ... para máquinas de costura, (VETADO) ... 4%.

LEI Nº 4.534 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a doar à Cúria Diocesana de Santos o domínio pleno ou útil de área de terreno, localizada no Morro de Jabaquara, no Município de Santos.

(Publicado no D. O. de 14-2-64)

Retificação

Na ementa, onde se lê:

... Cúria Diocesana de Santos o domínio pleno ... — Leia-se: ... Cúria Diocesana de Santos e domínio pleno ... — No art. 1º, onde se lê:

... do Morro das Vigárias, em uma extensão ... — Leia-se: ... do Morro das Vigárias, em uma extensão ...

LEI Nº 4.539 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1964

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965.

Os anexos a que se refere o texto foram publicados no D. O. de 16-12-64 e retificados nos de 7 de janeiro e 1 de abril de 1965.

(Publicado no Suplemento do D. O. de 10-12-64)

LEI Nº 4.541 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como de emolumentos consulares e demais taxas a mercadorias e materiais destinados às comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro.
(Publicada no D. O. de 16-12-64)

(Publicado no D. O. de 16-12-64)

Retificação

Na pág. 11.507, 3ª coluna, art. 3º,

Onde se lê:

...art. 1º e do privilégio estabelecido...

Leia-se:

...rt. 1º e do privilégio estabelecido...

No art. 4º, onde se lê:

...As isenções e privilégios a que se referem os artigos 1º e 2º...

Leia-se:

...As isenções e privilégios a que se referem os arts. 1º e 2º...

LEI Nº 4.543 — DE 4 DE DEZEMBRO
DE 1964

Isenta do imposto de importação equipamento industrial

(Publicado no D. O. de 16-12-64)

Retificação

Na pág. 11.508, 1ª coluna, art. 1º

Onde se lê:

...pela Carteira de Comércio Interior...

Leia-se:

...pela Carteira de Comércio Exterior.

LEI Nº 4.545 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

(Publicado no D. O. de 14-12-64)

Na página 11.383, 4ª coluna, onde se lê:

... incumbidos do contrato direto ...

Leia-se:

... incumbidos do contato direto ...

Na página 11.387, 2ª coluna, artigo 22, onde se lê:

... Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) ...

Leia-se:

... Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) ...

No art. 23, da mesma coluna, onde se lê:

... a transferência de bens, móveis e semoventes ...

Leia-se:

... a transferência de bens móveis, imóveis e semoventes ...

LEI Nº 4.546 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para a importação de pertences e acessórios para órgãos, destinados à Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

(Publicada no D. O. de 16-12-64)

Retificação

Na pág. 11.508, 2ª coluna, na "discriminação", onde se lê:

...160 eletromagnetos para os "reais"...

Leia-se:

...100 eletromagnetos para o "ra-lais"...

Onde se lê:

...80 flautas (tubos) de zinco...

Leia-se:

...60 flautas (tubos) de zinco...

LEI Nº 4.547 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000,00, destinado a atender às despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninos, Estado da Bahia.

Retificação

Na página 11.508, 3ª coluna, Ar. 2º

Onde se lê:

... A crédito de que trata esta Lei...

Leia-se:

... O crédito de que trata esta Lei...

LEI Nº 4.549 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Concede pelo prazo de 24 meses, isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e taxa de despacho aduaneiro para importação de equipamento e material cinematográfico.

(Publicada no D. O. de 16-12-64).

Retificação

Na pag. 11.508, 3ª coluna, art. 1º, parágrafo único, onde se lê:

...abranjerá as taxas do despacho...

Leia-se:

...abranjerá as taxas de despacho...

LEI Nº 4.560 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1964

Concede aos servidores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, aposentados até 31 de dezembro de 1959 o abono provisório de que trata a Lei nº 3.531, de 19 de janeiro de 1959.

(Publicado no D. O. de 14-12-64)

Retificação

Na página 11.387, 4ª coluna, artigo 3º, onde se lê:

... que descontará a recolherá ...

Leia-se:

... que descontará e recolherá

LEI Nº 4.564 — DE 11 DE DEZEMBRO
DE 1964

Dispõe sobre vencimentos e salários do pessoal da Rede Ferroviária Federal S.A. e dá outras providências.

Retificação

Na página 11.509, 4ª coluna, na ementa, onde se lê:

... do pessoal da Rede Ferroviária S. A. ...

Leia-se:

... do pessoal da Rede Ferroviária Federal S. A. ...

No art. 2º, onde se lê:

... nº 4.345, de 28 de junho de 1964 ...

Leia-se:

... nº 4.345, de 26 de junho de 1964 ...

No parágrafo 1º, do mesmo art. onde se lê:

... a classificação de cargo da Lei...

Leia-se:

... a classificação de cargos da Lei ...

No art. 3º, parágrafo 2º, onde se lê:

... acessos e alterações m gratificações ...

Leia-se:

... acessos e alterações em gratificações

LEI Nº 4.567 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1964

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 297.246.024,90, destinado ao ressarcimento do Banco de Crédito da Amazônia S. A. pelas despesas efetuadas com o pagamento do aumento de 25% sobre os preços de compra da borracha nacional.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$.... 297.246.024,90 (trezentos e noventa e

sete milhões, duzentos e quarenta e seis mil, vinte e quatro cruzeiros e noventa centavos), para atender ao ressarcimento do Banco de Crédito da Amazônia S. A. pelas despesas efetuadas com o pagamento do aumento de 25% sobre os preços da compra da borracha nacional, na conformidade de resolução tomada em sessão realizada em 24 de fevereiro de 1958, pela Assembléa Geral Extraordinária de Acionistas do referido estabelecimento.

Art. 2º O crédito ao qual se refere a presente lei é automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.579 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 1.360.000,00 em favor do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

(Publicado no D. O. de 17-12-64 e retificado no D. O. de 5-1-65)

Retificação

Na página 36, 2ª coluna, onde se lê:

LEI Nº 4.570 — de 11 de dezembro de 1964 ... Leia-se: LEI Nº 4.579 — de 11 de dezembro de 1964 ...

LEI Nº 4.591 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

(Publicado no D. O. de 21-12-64)

Retificação

Na página 11.682, 2ª coluna, artigo 4º,

Onde se lê:

... do consentimento dos condôminos ...

Leia-se:

... do consentimento dos condôminos ...

Na 4ª coluna, Art. 10, item IV, parágrafo 2º,

Onde se lê:

... poderá fazer obra que ou modifique sua fachada, se obtiver a aquiescência da unidade dos condôminos ..

Leia-se:

... poderá fazer obra que (Vetado) ou modifique sua fachada, se obtiver a aquiescência da unanimidade dos condôminos ...

Na página 11.683, 3ª coluna Art. 22, parágrafo 5º,

Onde se lê:

... poderá ser destituído pela forma...

Leia-se:

... poderá ser destituído pela forma ...

No parágrafo 6º,

Onde se lê:

... não poderá exceder de 2 anos, permitida a reeleição ...

Leia-se:

... não poderá exceder de 2 anos, permitida a reeleição...

No art. 25, parágrafo único,

Onde se lê:

... diversa da Convenção, está só poderá ...

Leia-se:

... diversa da Convenção, esta só poderá ...

Na página 11.684, 1ª coluna, Capítulo II, Art. 32 letra e,

Onde se lê:

... e indicando cada tipo ...

Leia-se:

... e indicando, para cada tipo ...

No parágrafo 4º,

Onde se lê:

... termofax ...

Leia-se:

... termofax ...

Na 2ª coluna, art. 34, parágrafo 2º,

Onde se lê:

... final do prazo de validade ...

Leia-se:

... final do prazo da validade...

No art. 35,

Onde se lê:

... terá o prazo máximo de 45 anos.

Leia-se:

... terá o prazo máximo de 45 dias.
Na página 11.685, 1ª coluna, Art. 44,

Onde se lê:

... para efeito de individualização ...

Leia-se:

... para efeito de individualização ...

No art. 46,

Onde se lê:

... a quitação até 14 dias ...

Leia-se:

... a quitação até 10 dias ...
Na 2ª coluna, art. 50,

Onde se lê:

... uma Comissão de Representantes, composta de 3 membros, pelo menos, escolhidos entre os contratantes, no caso do art. 43, ...

Leia-se:

... uma Comissão de Representantes, composta de 3 membros, pelo menos, escolhidos entre os contratantes, para representá-los junto ao construtor ou ao incorporador, no caso do art. 43, ...

Na 3ª coluna, Art. 53, onde se lê:

... para capa tipo de prédio ...

Leia-se:

... para cada tipo de prédio ...

No art. 54, onde se lê:

... Os sindicatos estaduais ...

Leia-se:

... Os sindicatos estaduais ...

Na 4ª coluna, art. 57,

Onde se lê:

... nos itens II, III, IV, (Vetado) e VI, do art. 43 ...

Leia-se:

... nos itens II, III, IV (Vetado) e VI, do art. 43 ...

Na página 11.686, 1ª coluna, art. 6º, parágrafo único,

Onde se lê:

... Parágrafo único ...

Leia-se:

... Parágrafo único ...
No art. 61, letra c,

Onde se lê:

... qualquer condômino, modificações ...

Leia-se:

... qualquer condômino, modificações ...

Na 2ª coluna, parágrafo 2º,

Onde se lê:

... efetuado pelo inadimplente ...

Leia-se:

... efetuado pelo inadimplente, ...
No parágrafo 6º,

Onde se lê:

... não revogará o mandado ...

Leia-se:

... não revogará o mandato ...

No parágrafo 7º,

Onde se lê:

... dando ciência ao fato ...

Leia-se:

... dando ciência do fato ...

Na 3ª coluna, Art. 64,

Onde se lê:

... sujeita-se-ão à multa ...

Leia-se:

... sujeitar-se-ão à multa...

LEI Nº 4.592 — DE 29 DE DEZEMBRO
DE 1964

Aprova o Plano Nacional de Viação
(Publicada no D. O. de 31-12-1964)

Suplemento

Retificação

Na pág. 2, 2ª coluna,

Onde se lê:

... Ourinhos — rare — Torre da Pedra...

Leia-se:

... Ourinhos — Avaré — Torre da Pedra...

LEI Nº 4.593 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1964

Disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do nordeste.

(Publicado no D. O. de 5-1-65)

Retificação

Na 1ª página, 1ª coluna, onde se lê: ... do lote agrícola, irrigáveis nas bacias ... Leia-se: ... do lote agrícola, (VETADO) irrigáveis nas bacias ...

No art. 8º, onde se lê: ... Art. 8º. — Nas áreas desapropriadas serão os lotes agrícolas distribuídos a agricultores radicados na região, que exerçam diretamente a agricultura como atividade exclusiva. (VETADO) ... Leia-se: ... Art. 8º Nas áreas desapropriadas, serão os lotes agrícolas, (VETADO) distribuídos a agricultores radicados na região, que exerçam diretamente a agricultura como atividade exclusiva ...

Na 2ª coluna, Art. 23, onde se lê: ... são assegurados (VETADO) ao proprietário ... Leia-se: ... são assegurados (VETADO) proprietário ...

Na página 34, 1ª coluna, Art. 32, parágrafo 1º, onde se lê: ... serão movimentados ... Leia-se: ... serão movimentados ...

Na 2ª coluna, Art. 34, parágrafo 1º, onde se lê: ... como "Restos a Pagar" ... Leia-se: ... como "Resto a Pagar" ...

Na mesma coluna, onde se lê: ... Art. 86 ... Leia-se: ... Art. 36 ...

Rec. 8322-64

LEI Nº 4.595 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

(Publicada no Suplemento do D.O. de 31-12-64).

Retificação

Na pág. 28, 2ª coluna, item XIV.

Onde se lê:

...de até 25% (vinte e cinco cento)...

...de até 25% (vinte e cinco por cento)...

Na 4ª coluna, art. 6º, § 2º,

Onde se lê:

...cujos pronunciamentos (ilegível)...

Leia-se:

...cujos pronunciamentos constarão...

Na pág. 32, 1ª coluna, art. 49, § 1º,

Onde se lê:

...ao Banco Central da República do Brasil...

Leia-se:

...ao Banco Central da República do Brasil...

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos volumes I e II, de 1965, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

ACIDENTES DO TRABALHO

Altera o Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho.

Lei nº 4.604 — de 30 de março de 1965.

Estende aos beneficiários do IAPFESP — que especifica o regime de manutenção de salário previsto no Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944.

Decreto nº 55.758 — de 15 de fevereiro de 1965.

ACÓRDOS

Promulga o Acôrdão de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a Polónia, firmado no Rio de Janeiro, a 19 de março de 1960.

Decreto nº 54.967 — de 10 de novembro de 1964.

Promulga o Acôrdão Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, firmado em Tóquio, a 23 de janeiro de 1961.

Decreto nº 54.968 — de 10 de novembro de 1954.

Promulga o Acôrdão Cultural com a República Árabe Unida.

Decreto nº 55.595 — de 19 de janeiro de 1965.

Institui o Censo Hospitalar.

Decreto nº 55.643 — de 27 de janeiro de 1965.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Determina a Intervenção Federal na Administração do Porto do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.739 — de 8 de fevereiro de 1965.

Dispõe sobre a revisão do Quadro de Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Decreto nº 55.748 — de 10 de fevereiro de 1965.

Revoga o art. 3º do Decreto número 50.648, de 24 de maio de 1961.

Decreto nº 55.824 — de 11 de março de 1965.

AEROLINEAS PERUANAS SOCIEDAD ANONIMA (A.P.S.A.)

Concede à "Aerolineas Peruanas Sociedad Anonima" (A.P.S.A.) autorização para funcionar no Brasil.

Decreto nº 55.491-A — de 8 de janeiro de 1965.

AERONÁUTICA

Inclui na letra "b" do art. 1º do Decreto 51.891, de 8-4-1963, como funções privativas de Tenente-Brigadeiro-do-Ar, ou Major-Brigadeiro-do-Ar, as funções de Diretor do Pessoal.

Decreto nº 55.553 — de 13 de janeiro de 1965.

Estabelece normas para o emprego de meios aéreos para as operações navais.

Decreto nº 55.627 — de 26 de janeiro de 1965.

AERONÁUTICA

Dá nova redação a alínea "a" do art. 35, do Regulamento de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica.

Decreto nº 55.729 — de 3 de fevereiro de 1965.

Dispõe sobre condições de acesso para Oficiais da Aeronáutica.

Decreto nº 55.730 — de 3 de fevereiro de 1965.

Altera o Regulamento da Escola de Aeronáutica.

Decreto nº 55.799 — de 24 de fevereiro de 1965.

Regula o art. 10 da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.
Ver, também, Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 55.868 — de 25 de março de 1965.

AFORAMENTOS — Ver: Terrenos de Marinha.

AGALMATOLITO

Autoriza o cidadão brasileiro Stefano Quaranta a lavrar tremolita, agalmatolito e quartzito, no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.914 — de 4 de novembro de 1964.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Gonzaga Ramos a lavrar água mineral, no município de Ibiraci, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.862 — de 3 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Egídio Ragazzo Júnior a pesquisar água mineral, no município de Limeira, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.874 — de 4 de novembro de 1964.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Walter Fernandes a lavrar água mineral no município de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 55.544 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Walter Cardoso dos Santos a pesquisar água mineral, no município de Colombo, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.546 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Palmero a pesquisar água mineral, no município de Itirapina, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.659 — de 30 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro José Espindola de Magalhães Júnior a pesquisar água mineral, no município de Campos Novos Paulista, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.696 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza P. Franco & Cia. a pesquisar água mineral, no município de Santo Amaro das Brotas, Estado de Sergipe.

Decreto nº 55.704 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Gobbo a lavrar água mineral, no município de Americana, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.712 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro João Ernesto da Costa a pesquisar água mineral no município de Pedro Avellino, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 55.724 — de 3 de fevereiro de 1965.

ÁGUA MINERAL SANTA HELENA LIMITADA

Concede à Água Mineral Santa Helena Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.354 — de 31 de dezembro de 1964.

ÁGUAS MINERAIS LONDRINA LIMITADA

Concede à Águas Minerais Londrina Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.123 — de 2 de dezembro de 1964.

ÁGUAS MARINHAS

Renova o Decreto o Decreto número 46.449 de 17 de julho de 1959.

Decreto nº 55.465 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Laurindo da Silva Pereira a pesquisar quartzo e águas marinhas, no Municípios de Salinas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.345 — de 31 de dezembro de 1964.

Renova o Decreto nº 46.449, de 17 de julho de 1959.

Decreto nº 55.465 — de 5 de janeiro de 1965.

ÁGUAS PÚBLICAS

Declara públicas, de uso comum, as águas do curso d'água que especifica.

Decreto nº 55.529 — de 11 de janeiro de 1965.

ALGODÃO

Altera o preço básico mínimo para o financiamento ou aquisição de algodão da região meridional do País das safras 1964-65 e 1965-66, fixado pelo Decreto nº 54.294, de 18 de setembro de 1964.

Decreto nº 55.608 — de 5 de março de 1965.

ALGODÃO

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição do algodão em pluma da região setentrional do país, da safra de 1965.

Decreto nº 55.809 — de 5 de março de 1965.

ALIANÇA DA BAHIA CAPITALIZAÇÃO S.A.

Aprova alteração introduzidas nos Estatutos da Aliança da Bahia Capitalização S.A., inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 54.677 — de 29 de outubro de 1964.

ALIANÇA DO AMAPÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Concede à Aliança do Amapá Indústria e Comércio autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.113 — de 2 de dezembro de 1964.

ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

Aprova a nova redação do regulamento da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

Decreto nº 55.162 — de 8 de dezembro de 1964.

AMAZÔNIA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1960, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas.

Decreto Legislativo nº 6, de 1965.

Classifica os cargos de nível superior da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.268 — de 22 de dezembro de 1964.

AMAZÔNIA

Retifica a classificação dos cargos de nível superior da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Decreto nº 55.779 — de 19 de fevereiro de 1965.

AMIANTO

Autoriza a Sociedade Brasileira de Mineração Fama Ltda., a pesquisar amianto no município de Niquelândia, Estado de Goiás.

Decreto nº 54.930 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza a Sociedade Brasileira de Mineração Fama Ltda. a lavrar amianto no município de São Domingos do Prata, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.352 — de 31 de dezembro de 1964.

ANDRADE & FILHOS LTDA.

Concede à Andrade & Filhos Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.984 — de 12 de novembro de 1964.

APATITA

Fica renovado o Decreto nº 855, de 7 de abril de 1962.

Decreto nº 55.384 — de 21 de dezembro de 1964.

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a pesquisar apatita no município de Anitápolis, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.655 — de 30 de janeiro de 1965.

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a pesquisar apatita no município de Anitápolis, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.656 — de 30 de janeiro de 1965.

APATITA

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a pesquisar apatita no município de Anitápolis, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.657 — de 30 de janeiro de 1965.

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a pesquisar apatita no município de Anitápolis, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.658 — de 30 de janeiro de 1965.

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a pesquisar apatita no município de Anitápolis, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.692 — de 2 de fevereiro de 1965.

ARAGUAIA COMPANHIA DE SEGUROS

Concede à Araguaia Companhia de Seguros autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 55.680 — de 1 de fevereiro de 1965.

ARDÓSIA

Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Vitale a lavrar ardósia, no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.109 — de 2 de dezembro de 1964.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Cyro Durce a pesquisar areia quartzosa, no município de S. Vicente, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.870 — de 4 de novembro de 1964.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro José Gonçalves dos Santos, a pesquisar areia quartzosa no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.927 — de 4 de novembro de 1964.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Orlando Pianaro a lavar areia quartzosa, no município de Campo Largo, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.118 — de 2 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Carmine Nocera a lavar areia quartzosa, no município de Piquete, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.322 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Gheorghe Popescu a lavar areia quartzosa nos municípios de Peruibe e Itanhaem, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.351 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Fuad Auada a pesquisar Areia Quartzosa e Argila, no município de São Paulo — Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.417 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Darcy de Almeida a pesquisar areia quartzosa no município de Jacobina, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.447 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Antônio de Souza Queiroz Ferraz a pesquisar areia quartzosa no município de Descalvado, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.668 — de 1 de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Fernando de Oliveira Morgado a pesquisar areia quartzosa e caulim no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.699 — de 2 de fevereiro de 1965.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza a cidadã brasileira Angelina Gilardi Fazzini a lavar areia quartzosa, no município de Peruibe, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.726 — de 3 de fevereiro de 1965.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Herculano Almeida a pesquisar argila, no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.868 — de 3 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Américo Sammarone Júnior a pesquisar argila, quartzito e caulim, no município de Jundiaí, Estado de S. Paulo.

Decreto nº 54.873 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro José Fressuto a pesquisar argila, no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Decreto nº 54.986 — de 13 de novembro de 1964.

Autoriza Cerâmica Togni Limitada a pesquisar argila no município de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.025 — de 18 de novembro de 1964.

Renova o Decreto nº 1.186-A, de 13 de junho de 1962.

Decreto nº 55.123 — de 2 de dezembro de 1964.

Autoriza a Cia. Cimento Portland de Sergipe a lavar argila, no município de Aracaju, Estado de Sergipe.

Decreto nº 55.144 — de 4 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro José Alves da Cunha a lavar argila, no Município de Taubaté, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.222 — de 15 de dezembro de 1964.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Rais Finazzi a lavar argila, nos municípios de Itapira e Mogi Mirim, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.233 — de 16 de dezembro de 1964.

Altera a redação do artigo 1º do decreto nº 31.691, de 1 de novembro de 1952.

Decreto nº 55.234 — de 16 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Astrogildo Lopes D'Oliveira a pesquisar argila, no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.252 — de 22 de dezembro de 1964.

Autoriza Cia. de Cimento Portland Maringá a pesquisar argila no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.326 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a cidadã brasileira Elvira Sentelhes de Genova, a pesquisar argila no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.338 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Américo Sammarone Júnior a pesquisar argila no município de Jundiá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.342 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Cia. Cimento Portland Brasília a lavar argila, no município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.

Decreto nº 55.374 — de 31 de dezembro de 1964.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Gasparetti Junior a lavar argila, no município de Taubaté, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.422 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Magnesita S. A. a lavar argila, no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.451 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Jayme Vieira Marques da Costa a pesquisar calcário, argila e xisto argiloso, no município de Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.480 — de 8 de janeiro de 1965.

Declara sem efeito o Decreto número 23.781, de 6 de outubro de 1947.

Decreto nº 55.496 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza a Leprevost & Cia. Ltda. a pesquisar sericita-xisto e argila, no município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.517 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Haroldo Affonso Junqueira a pesquisar argila, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.549 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco José Witzel a pesquisar argila e caulim no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.684, de 2 de fevereiro de 1965.

ARMAS E MUNIÇÕES

Dá nova redação ao Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.246, de 11 de dezembro de 1936.

Decreto nº 55.649 — de 28 de fevereiro de 1965.

ARROZ

Dispõe sobre o reajuste dos preços básicos mínimos para as operações de financiamento ou aquisição de Arroz, Milho e Soja de produção nacional, da safra de 1964-1965, fixado pelo Decreto nº 54.294, de 18 de setembro de 1964.

Decreto nº 55.810 — de 5 de março de 1965.

ASSOCIAÇÃO DE CABOS DA F.A.B.

Suspende pelo prazo de seis meses a "Associação de Cabos da F.A.B."

Decreto nº 55.629 — de 26 de janeiro de 1965.

ASSOCIAÇÃO NIHON KOSAKU KIKAI YUSKUTSU SHINKOKAI

Concede à Associação "Nihon Kosaku Kikai Yuskutsu Shinkokai", autorização para funcionar no Brasil e aprova os seus estatutos.

Decreto nº 55.615 — de 21 de janeiro de 1965.

ATLÂNTICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Atlântica Companhia Nacional de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.290 — de 29 de dezembro de 1964.

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Atlântica Companhia Nacional de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 55.369 — de 31 de dezembro de 1964.

ATO INSTITUCIONAL

Institui Comissão Especial para o fim que especifica.

Decreto nº 55.749 — de 11 de fevereiro de 1965.

AUTARQUIAS

Lei nº 4.449 — de 29 de outubro de 1964.

Dispõe sobre a corretagem de seguros dos órgãos centralizados da União, autarquias e sociedades de economia mista em que haja participação majoritária do Poder Público e dá outras providências.

Decreto nº 55.245 — de 21 de dezembro de 1964.

Fixa normas sobre orçamentos analíticos e dá outras providências.

Decreto nº 55.511 — de 11 de janeiro de 1965.

Dá nova redação ao § 2º, do art. 3º, do Decreto nº 54.397, de 9 de outubro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 55.534 — de 11 de janeiro de 1965.

Retifica o parágrafo único do Decreto nº 54.397, de 9 de outubro de 1964.

Decreto nº 55.535 — de 11 de janeiro de 1965.

Inclui exceções no Decreto nº 54.003, de 3 de julho de 1964 e dá outras providências.

Decreto nº 55.617 — de 22 de janeiro de 1965.

Revoga o art. 2º do Decreto número 54.097, de 5 de agosto de 1964.

Decreto nº 55.650, de 29 de janeiro de 1965.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Institui o Censo Hospitalar.

Decreto nº 55.643 — de 27 de janeiro de 1965.

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 1.000.000.000 para os fins que especifica.

Decreto nº 55.825 — de 11 de março de 1965.

AVANHANDAVA — COMPANHIA DE SEGUROS

Concede à Avanhanda — Companhia de Seguros autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 55.674 — de 1º de fevereiro de 1965.

B**BANCO DO ESTADO DA GUANABARA**

Aprova o aumento de capital e a reforma estatutária promovida pelo Banco do Estado da Guanabara S. A.

Decreto nº 55.826 — de 11 de março de 1965.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S. A.

Aprova o aumento de capital e a reforma estatutária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.

Decreto nº 55.861 — de 25 de março de 1965.

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.

Aprova o aumento de capital e a reforma estatutária promovida pelo Banco do Estado de São Paulo S.A.

Decreto nº 55.781 — de 19 de fevereiro de 1965.

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

Altera o art. 1º do Decreto nº 54.975, de 11 de novembro de 1964.

Decreto nº 55.586 — de 13 de janeiro de 1965.

Declara de utilidade pública para o efeito de desapropriação o imóvel que menciona, situado na cidade do Rio de Janeiro, (Estado da Guanabara) e destinado a instalação e funcionamento do Banco Nacional da Habitação.

Decreto nº 55.728 — de 3 de fevereiro de 1965.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Dá nova redação ao art. 32 do Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Decreto nº 55.787 — de 22 de fevereiro de 1965.

BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA LIMITED

Concede à sociedade anônima Bank of London & South America Limited autorização para aumentar o seu capital no País.

Decreto nº 55.367 — de 31 de dezembro de 1964.

BARITA

Autoriza a Mineração Mascote Limitada a pesquisar barita, no município de Ibitiara, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.669 — de 1 de fevereiro de 1965.

Autoriza a Mineração Mascote Limitada a pesquisar barita, no Município de Ibitiara, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.702 — de 2 de fevereiro de 1965.

BARITINA

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Paschoal dos Santos a pesquisar baritina no município de Ibitiara, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.527 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza S. A. de Cimento Mineração e Cabotagem Cimimar a lavar baritina no município de Cêro Azul, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.542 — de 11 de janeiro de 1965.

BAUXITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Patrus de Souza, a pesquisar bauxita, no município de Sêro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.866 — de 3 de novembro de 1964.

BAUXITA

Autoriza a cidadã brasileira Edelweiss Moretzsohn de Andrade, a pesquisar bauxita no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.899 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Moreira Curimbaba, a pesquisar bauxita, no município de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.928 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza a cidadã brasileira Beatriz Canedo de Oliveira a pesquisar bauxita no município de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.024 — de 18 de novembro de 1964.

Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a pesquisar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.335 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza Mármore Itabirito Ltda. a pesquisar bauxita e argila no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.339 — de 31 de dezembro de 1964.

Fica autorizada a Alumínio Minas Gerais S. A. a pesquisar bauxita no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.414 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza Alumínio Poços de Caldas S. A. a pesquisar bauxita, no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.518 — de 11 de janeiro de 1965.

BEMIL — BENEFICIAMENTO DE MINÉRIOS LTDA.

Concede à "BEMIL" — Beneficiamento de Minérios Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.439 — de 31 de dezembro de 1964.

BENTONITA

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Veloso dos Reis a pesquisar bentonita no município de Carmo do Paranaíba, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.881 — de 3 de novembro de 1964.

Renova o Decreto nº 48.336, de 21 de junho de 1960.

Decreto nº 55.108 — de 2 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Arlindo Angelo de Souza a pesquisar bentonita no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.139 — de 4 de dezembro de 1964.

BERILO

Renova o Decreto nº 46.449, de 17 de julho de 1959.

Decreto nº 55.465 — de 5 de janeiro de 1965.

"BETA" — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Concede à "Beta" — Importação e Exportação Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.370 — de 31 de dezembro de 1964.

BORRACHA NACIONAL

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 397.246.024,90, destinado ao ressarcimento do Banco de Crédito da Amazônia S.A. pelas despesas efetuadas com o pagamento do aumento de 25% sobre os preços de compra da borracha nacional.

Lei nº 4.567 — de 11 de dezembro de 1964.

BRAS-HUMUS S.A.

Concede à Bras-Humus S.A. — Adubos Orgânicos e Químicos — Empresa de Mineração — autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.002 — de 13 de novembro de 1964.

BRASIL, COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Brasil Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.580 — de 18 de janeiro de 1965.

C**CAIRÚ COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Cairú Companhia de Seguros Gerais.

Decreto nº 55.571 — de 18 de janeiro de 1965.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Aprova o Sistema de Classificação de Cargos da Caixa Econômica Federal do Ceará.

Decreto nº 55.860 — de 24 de março de 1965.

CALÇAMENTOS EM MOSAICOS "LISBRASIL" LTDA.

Concede à Calçamentos em Mosaicos "Lisbrasil" Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.380 — de 31 de dezembro de 1964.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Annuciato a pesquisar calcário, no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.865 — de 3 de novembro de 1964.

CALCÁRIO

Autoriza a Indústria de Calcários Caçapava Ltda. a pesquisar calcário, no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 54.867 — de 3 de novembro de 1964.

Autoriza a Química Industrial Barão do Pirai S.A. a lavar calcário, no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.881 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro João Gobbo Sobrinho a lavar calcário, no município de Taguaí, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.917 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Antero, Amâncio da Silva a pesquisar calcário no município de Rio Bonito — Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.923 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Graciliano Teles dos Santos, a pesquisar calcário, no município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.985 — de 13 de novembro de 1964.

Autoriza a Companhia Siderúrgica Paulista — Cosipa a pesquisar calcário no município de Salto Pirapora, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.989 — de 13 de novembro de 1964.

Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Moeda a pesquisar dolomita, calcário, minérios de ferro e de manganês, nos Municípios de Ouro Preto e Ouro Branco, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.052 — de 24 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Rodrigues dos Santos a pesquisar calcário, no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.181 — de 10 de dezembro de 1964.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Raul Milanez a pesquisar calcário no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.257 — de 22 de dezembro de 1964.

Retifica o artigo 1º do Decreto número 9.330, de 29 de abril de 1942, referente a autorização de lavra, de jazida de calcário, concedida a Sociedade Anônima Indústrias Votorantim, no município de Igarassu, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 55.315 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Apário Casado D'Ávila a pesquisar calcário no município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.324 — de 31 de dezembro de 1964.

Retifica e ratifica o art. 1º do Decreto nº 9.117, de 25 de março de 1942.

Decreto nº 55.329 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Bernardo Dale Mascarenhas a pesquisar calcário no município de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.344 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Companhia de Mineração São Mateus a pesquisar calcário e quartzito no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.350 — de 31 de dezembro de 1964.

Retifica o artigo 1º do Decreto número 9.313, de 28 de abril de 1942, referente a autorização de lavra de jazida de calcário concedida à Sociedade Anônima Indústrias Votorantim, no município de Igarassu, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 55.379 — de 31 de dezembro de 1964.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro José Leprevost a pesquisar calcário no município de Cêro Azul, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.395 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Rodolfo Campolina Marques a pesquisar calcário no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.448 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Tito Ferreira da Silva a lavar calcário, no município de Moema, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.460 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Schaadt a lavar calcário, no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.464 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Humberto da Veiga Sampaio a lavar calcário no município de Ilhéus, no Estado da Bahia.

Decreto nº 55.468 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Jayme Vieira Marques da Costa a pesquisar calcário, argila e xisto argiloso, no município de Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.480 — de 8 de janeiro de 1965.

Autoriza a Sociedade Anônima Indústrias Votorantim, a lavar calcário, no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.500 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza Cal — Química Mineração Indústria e Comércio Ltda. a pesquisar calcário, no município de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.502 — de 11 de janeiro de 1965.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Dante Marchione a pesquisar calcário, no município de Eldorado, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.506 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Mário Minamoto a pesquisar calcário no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.508 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza a Companhia de Cimento Brasileiro a pesquisar calcário no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.530 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza a Companhia de Cimento Portland Maringá a lavrar calcário no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.531 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza Liz S.A., Comércio e Beneficiamento de Calcário a pesquisar calcário no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.

Decreto nº 55.545 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Falleiros Filho a pesquisar calcário, no município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.654 — de 29 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Benjamim Bontorin a lavrar calcário no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.672 — de 1º de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Tasso Pinheiro a pesquisar calcário, no município de Eldorado, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.695 — de 2 de fevereiro de 1965.

CALCÁRIO

Autoriza a Companhia Catarinense de Cimento Portland a pesquisar calcário, no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.717 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Moacyr Dias de Carvalho a lavrar calcário no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.725 — de 3 de fevereiro de 1965.

CALCÁRIO DOLOMITICO

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Vieira de Faria a pesquisar calcário dolomítico no município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.446 — de 6 de janeiro de 1965.

Autoriza a Caieira São Pedro Indústria e Comércio Limitada a pesquisar calcário dolomítico no município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.481 — de 8 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro José Vitti a pesquisar calcário dolomítico, no município de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.521 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Lauro Morandi a pesquisar calcário dolomítico, no município de Miracatu, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.691 — de 2 de fevereiro de 1965.

CALCÁRIO FOSFÁTICO

Autoriza o cidadão brasileiro José Maria Borges de Almeida a lavrar calcário fosfático no município de Cubatão, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.397 — de 31 de dezembro de 1964.

CALCÁRIOS FINOS DO BRASIL LTDA.

Concede à Calcários Finos do Brasil Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.925 — de 4 de novembro de 1964.

CALCINAÇÃO VITÓRIA LTDA.

Concede à Calcinação Vitória Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.393 — de 31 de dezembro de 1964.

CALCITA

Autoriza o cidadão brasileiro Cláudio Sant'Anna a pesquisar mármore e calcita, no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 55.700 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Cláudio Sant'Anna a pesquisar mármore e calcita, no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 55.701 — de 2 de fevereiro de 1965.

CALEDONIAN INSURANCE COMPANY

Concede à Caledonian Insurance Company autorização para aumentar o capital destinado às suas operações no país.

Decreto nº 54.495 — de 16 de outubro de 1964.

CAMPANHA DE ASSISTENCIA AO ESTUDANTE

Dispõe sobre a utilização do prédio sito à Praia do Flamengo nº 132, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.591 — de 19 de janeiro de 1965.

CAMPANHA NACIONAL DE MERENDA ESCOLAR

Isenta a Campanha Nacional de Merenda Escolar, do Ministério da Educação e Cultura, do pagamento de emolumentos consulares, licenças de importação, pedágios, taxas portuárias, alfandegárias e outras despesas, que recaiam sobre mercadorias e equipamentos importados por essa mesma Campanha ou a ela doados por entidades internacionais, governos estrangeiros ou entidades particulares, mediante acordos, convênios e outras formas de ajuste.

Decreto nº 55.777 — de 19 de fevereiro de 1965.

CAPITAL ESTRANGEIRO

Regulamenta a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1952, modificada pela Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964.

Decreto nº 55.762 — de 17 de fevereiro de 1965.

CARVÃO MINERAL

Autoriza a Cia. Estrada de Ferro e Minas São Jerônimo a pesquisar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.023 — de 18 de novembro de 1964.

Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais — Copelmi a lavrar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.427 — de 31 de dezembro de 1964.

CASA DA MOEDA

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial, com vigência de quatro exercícios, de Cr\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de cruzeiros), para atender as despesas que especifica.

Decreto nº 55.628 — de 26 de janeiro de 1965.

CASSITERITA

Autoriza a Mineração Rondônia Ltda. a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.855 — de 3 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Eduard do Gomes Ferreira Leite a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.877 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Gomes Leite a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.878 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Gomes Ferreira Leite a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.879 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza a "Cinal" Comércio, Indústria e Navegação Amapá Limitada a pesquisar cassiterita, no município de Macapá, Território do Amapá.

Decreto nº 54.883 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Zacki Curi a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Grande, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 54.884 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza a "Cinal" Comércio e Indústria e Navegação Amapá Limitada a pesquisar cassiterita, no município de Macapá, Território do Amapá.

Decreto nº 54.885 — de 4 de novembro de 1964.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Antiquiera a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.886 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Antiquiera a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.887 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza a "Cinal" Comércio, Indústria, Navegação Amapá Ltda, a pesquisar cassiterita, no município de Macapá, Território do Amapá.

Decreto nº 54.911 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Zacki Curi a pesquisar cassiterita, no município de Macapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 54.912 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Figueiredo Cavalcante a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.924 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Gomes erreira Leite a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Alegre, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.990 — de 13 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro José Maria de Resende Chaves a pesquisar cassiterita, no município de Coronel Xavier Chaves, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.137 — de 4 de novembro de 1964.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro Muri-lo Campista a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.142 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Edmundo Appel a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.154 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Olavo das Leves de Oliveira Melo a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 55.179 — de 10 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Edmundo Appel a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.316 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Edmundo Appel a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.317 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Edmundo Appel a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 5.318 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Companhia Estanifera do Brasil a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.319 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Companhia Estanifera do Brasil a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.346 — de 31 de dezembro de 1964.

CASSITERITA

Autoriza a Companhia Estanifera do Brasil a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.347 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Pereira da Rocha a lavrar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.371 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Chalu Pacheco a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 55.375 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Chalu Pacheco a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 55.376 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Chalu Pacheco a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 55.377 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Chalu Pacheco a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 55.378 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Chalu Pacheco a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 55.387 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro José Maria Aguiar a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas

Decreto nº 59.389 — de 31 de dezembro de 1964.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.406 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.407 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.408 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território de Rondônia.

Decreto nº 55.409 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Benvidino Ponciano dos Santos a pesquisar cassiterita no município de Cassiterita, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.458 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Fouad Darwich Zacharias a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 55.494 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Edmundo Appel a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.498 — de 11 de janeiro de 1965.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Pereira da Rocha a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.499 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território de Rondônia.

Decreto nº 55.509 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Pereira da Rocha a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.516 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Pereira da Rocha a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.538 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Pereira da Rocha a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.539 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Olavo das Neves de Oliveira Melo a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 55.557 — de 16 de janeiro de 1965.

Autoriza a "Cinal" Comércio, Indústria e Navegação Amapá Ltda. a pesquisar cassiterita no município de Macapá, Território do Amapá.

Decreto nº 55.558 — de 15 de janeiro de 1965.

CASSITERITA

Autoriza a Mineração Nacional Mina S.A. a lavar cassiterita no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 65.670 — de 1º de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Cypriano Chaves a pesquisar cassiterita nos municípios de Resende Costa e Coronel Xavier Chaves, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.689 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza a Companhia Estanífera do Brasil a pesquisar cassiterita no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.690 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza a Companhia Estanífera do Brasil a pesquisar cassiterita no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.680 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Aníson Varizo a pesquisar cassiterita no município de Macapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 55.720 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza a Companhia Estanífera do Brasil a pesquisar cassiterita no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.721 — de 2 de fevereiro de 1965.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Rodrigues da Silva a pesquisar dolomita, caulim, e minérios de ferro manganês, no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

(Publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de 1964).

Retificação

Decreto nº 54.661 de 29 de outubro de 1964.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Américo Sammarone Júnior a pesquisar argila, quartzito e caulim no município de Jundiá, Estado de S. Paulo.

Decreto nº 54.873 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Raphael Di Sandro a pesquisar caulim e jaldspato no município de Caetras, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.898 — de 4 de novembro de 1964.

Retifica o art. 1º do Decreto número 561, de 2 de fevereiro de 1962.

Decreto nº 55.000 — de 13 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Nilo de Assis Bretas, a pesquisar caulim no município de Santa Maria de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.138 — de 4 de dezembro de 1964.

Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar caulim e mica, no município de Belmiro Braga, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.141 — de 4 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro João Marquette a pesquisar caulim no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.155 — de 4 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Ernesto Affonso Scheide a pesquisar caulim no município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.341 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro João Marquette a lavar caulim no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.383 — de 31 de dezembro de 1964.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Coimbra de Almeida Brennand a pesquisar caulim, no município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 55.394 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a S.A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavar caulim e argila no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.400 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Antônio de Oliveira a pesquisar feldspato, caulim e quartzo, no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.419 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Química Industrial Bara do Pirai S.A. a lavar caulim no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.426 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Joseph Nigri a pesquisar caulim no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.429 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Tosato a pesquisar caulim, no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.462 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Ribeiro a pesquisar caulim e quartzo, no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.497 — de 11 de janeiro de 1965.

CAULIM

Autoriza a cidadã brasileira Maria Amélia Pôrto de Toledo Piza, a pesquisar caulim e mica, no município de Paraibuna, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.501 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco José Witzel a pesquisar argila e caulim no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.684 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza a Sociedade de Mineração Ceramite Ltda., a lavar caulim, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.698 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Fernando de Oliveira Morgado a pesquisar areia quartzosa e caulim no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.699 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Benjamim Camargos a pesquisar quartzo e caulim, no município de Contagem, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.710 — de 2 de fevereiro de 1965.

CAVALO NACIONAL

Fixa o valor das gratificações de representação de gabinete para atender, provisoriamente aos encargos de chefia, assessoramento e secretariado da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional e dá outras providências.

Decreto nº 55.310 — de 30 de dezembro de 1964.

CENSO HOSPITALAR

Institui o Censo Hospitalar.

Decreto nº 55.643 — de 27 de janeiro de 1965.

**CENTENÁRIO DE EPITÁCIO
PESSOA**

Dispõe sobre as comemorações do centenário de Epitácio Pessoa.

Lei nº 4.606 — de 30 de março de 1965.

Constitui Comissão para organizar e executar o plano das solenidades comemorativas do Centenário de Epitácio Pessoa.

Decreto nº 55.880 — de 30 de março de 1965.

CENTENÁRIO DE "IRACEMA"

Institui comissão para as comemorações do centenário de "Iracema", de José de Alencar.

Decreto nº 55.752 — de 12 de fevereiro de 1965.

Inclui mais dois membros na Comissão para as comemorações do centenário de "Iracema", de José de Alencar.

Decreto nº 55.886 — de 31 de março de 1965.

CENTENÁRIO DO RIO DE JANEIRO — IV

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como de emolumentos consulares e demais taxas a mercadorias e materiais destinados às comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro.

Lei nº 4.541 — de 10 de dezembro de 1964.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. — ELETROBRÁS

Fixa o número de Diretores e Conselheiros para a "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS.

Decreto nº 55.442 — de 5 de janeiro de 1965.

Prorroga o prazo fixado no artigo 2º do Decreto nº 54.269, de 8 de novembro de 1964.

Decreto nº 55.705 — de 2 de fevereiro de 1965.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. — ELETROBRÁS

Aprova os Estatutos da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS.

Decreto nº 55.835 — de 12 de março de 1965.

Autoriza Centrais Elétricas de Goiás S.A. a suprir grandes consumidores localizados em zona de influência.

Decreto nº 54.375 — de 5 de outubro de 1964.

CERÂMICA GERBI S.A.

Concede à Cerâmica Gerbi S.A., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 55.115 — de 2 de dezembro de 1964.

CESSÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza o Poder Executivo a doar à Cúria Diocesana de Santos o domínio pleno ou útil de área de terreno, localizada no Morro de Jabaquara, no município de Santos.

Lei nº 4.534 — de 9 de dezembro de 1964.

Autoriza a cessão sob a forma de utilização gratuita, do próprio nacional situado em Manaus, Estado do Amazonas.

Decreto nº 55.605, de 20 de janeiro de 1965.

Autoriza a cessão gratuita, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do terreno nacional interior que menciona, situado em Varcaria, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.645 — de 28 de janeiro de 1965.

Prorroga prazo de cessão de imóvel da União.

Decreto nº 55.863 — de 25 de março de 1965.

CHUMBO

Renova o Decreto nº 48.544, de 21 de julho de 1964.

Decreto nº 54.875 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza Plumbum S.A. Indústria Brasileira de Mineração a lavrar minério de chumbo, nos municípios de Adrianópolis e Cêrro Azul, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.107 — de 2 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Plínio de Oliveira a pesquisar minério de chumbo, no município de Brotas de Macaúbas, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.483 — de 8 de janeiro de 1965.

CINEMA

Concede pelo prazo de 24 meses, isenção de direitos alijandegários, imposto de consumo e taxa de despacho aduaneiro para importação de equipamento e material cinematográfico.

(Publicada no Diário Oficial de 16 de dezembro de 1964).

Retificação

Lei nº 4.549 — de 10 de dezembro de 1964.

"CIPROSPAR" PRODUTORA DE FELDSPATO LIMITADA

Concede à "Ciprospar" Produtora de Feldspato Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.153 — de 4 de dezembro de 1964.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Aprova o sistema de classificação de cargos do Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.295 — de 29 de dezembro de 1964.

COBRE

Renova o Decreto nº 48.544, de 21 de julho de 1960.

Decreto nº 54.875 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Nagib Jajet a pesquisar minério de cobre, no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

Decreto nº 54.919 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Nagib Jajet a pesquisar minério de cobre, no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

Decreto nº 54.920 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza a Plumbus S.A. Indústria Brasileira de Mineração a pesquisar minérios de cobre, no município de Ipipitanga, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.120 — de 2 de dezembro de 1964.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES

Inclui localidades nas exceções de que trata o art. 1º do Decreto número 54.466, de 14 de outubro de 1964.

Decreto nº 55.790 — de 23 de fevereiro de 1965.

Dá nova redação à alínea "d" inciso II, do art. 1º do Decreto número 54.466, de 14 de outubro de 1964.

Decreto nº 55.881 — de 30 de março de 1965.

COLÉGIO PEDRO II

Aprova o Regimento do Colégio Pedro II.

Decreto nº 55.235 — de 17 de dezembro de 1964.

COMERCINDÚSTRIA CORBY LIMITADA

Concede à Comercindústria Corby Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.127 — de 2 de dezembro de 1964.

COMERCIO E PAGAMENTOS

Promulga o Acôrdão de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a Polônia, firmado no Rio de Janeiro a 19 de março de 1960.

Decreto nº 54.967 — de 10 de novembro de 1964.

COMINE — COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A.

Concede à Comine — Comércio de Minérios S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.410 — de 31 de dezembro de 1964.

COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL

Proroga o prazo fixado no artigo 2º do Decreto nº 54.269, de 8 de novembro de 1964.

Decreto nº 55.705 — de 2 de fevereiro de 1965.

Classifica os cargos de nível superior da Comissão do Plano do Carvão Nacional e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.746 — de 10 de fevereiro de 1965.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Classifica os cargos de nível superior da Comissão do Vale do São Francisco e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.267 — de 22 de dezembro de 1964.

Autoriza a admissão de técnicos na Comissão do Vale do São Francisco.

Decreto nº 55.797 — de 24 de fevereiro de 1965.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO DAS CONDIÇÕES SOCIAIS NO NORDESTE

Institui com sede em Recife, Pernambuco, a Comissão Especial de Estudo das Condições Sociais do Nordeste (CEECSN).

Decreto nº 55.554 — de 14 de janeiro de 1965.

COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

Retifica a Tabela Numérica de Mensalistas da Comissão Federal de Abastecimento e Preços e dá outras providências.

Decreto nº 55.640 — de 27 de janeiro de 1965.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Fixa o valor das gratificações de representação de gabinete para atender, provisoriamente, aos encargos de direção e de chefia da Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências.

Decreto nº 55.208 — de 15 de dezembro de 1964.

COMISSÃO TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO SINDICAL

Classifica os cargos de nível superior da Comissão Técnica de Orientação Sindical e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.563 — de 18 de janeiro de 1965.

COMISSÃO TÉCNICA DE RÁDIO

Transfere com os respectivos cargos, para o Conselho Nacional de Telecomunicações, servidores em exercício na Comissão Técnica de Rádio.

Decreto nº 55.818 — de 8 de março de 1965.

COMISSÕES

Fixa o valor das gratificações de representação de gabinete para atender, provisoriamente, aos encargos de chefia, assessoramento e secretariado, da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional, e dá outras providências.

Decreto nº 55.310 — de 30 de dezembro de 1964.

Institui Comissão Especial para o fim que especifica.

Decreto nº 55.749 — de 11 de fevereiro de 1965.

COMISSÕES

Altera a composição da Comissão Brasileira do Decênio Hidrológico Internacional.

Decreto nº 55.884 — de 31 de março de 1965.

COMPANHIA ANCHIETA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Anchieta de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.566 — de 18 de janeiro de 1965.

COMPANHIA CATARINENSE DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Catarinense de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.362 — de 31 de dezembro de 1964.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE MINAS GERAIS

Concede à Companhia de Fiação e Tecidos de Minas Gerais, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.116 — de 2 de dezembro de 1964.

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA BRASILEIRA

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Aliança Brasileira, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 55.229 — de 15 de dezembro de 1964.

COMPANHIA DE SEGUROS ARGOS FLUMINENSE

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Argos fluminense, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 55.556 — de 14 de janeiro de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS PORTO ALEGRENSE

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Porto Alegrense, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.583 — de 18 de janeiro de 1965.

COMPANHIA HUMAITÁ DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Humaitá de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.582 — de 18 de janeiro de 1965.

COMPANHIA MINERAÇÃO DA AREIA PRETA

Concede à Companhia Mineração da Areia Preta autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.022 — de 18 de novembro de 1964.

COMPANHIA MINERAÇÃO CAJATI

Concede à Companhia Mineração Cajati autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.926 — de 4 de novembro de 1964.

COMPANHIA NACIONAL DE SEGURO AGRÍCOLA

Regulamenta as operações do seguro agrícola.

Decreto nº 55.801 — de 26 de fevereiro de 1965.

COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS IPIRANGA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Nacional de Seguros Ipiranga, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.579 — de 18 de janeiro de 1965.

COMPANHIA PATRIMONIAL DE SEGUROS GERAIS CONDECORAÇÕES

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Patrimonial de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.577 — de 18 de janeiro de 1965.

COMPANHIA SIDERURGICA ITA-MINAS

Concede à Companhia Siderúrgica Ita-Minas autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.097 — de 1 de dezembro de 1964.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Inclui exceções no Decreto nº 54.003, de 3 de julho de 1964 e dá outras providências.

Decreto nº 55.617 — de 22 de janeiro de 1965.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Dá nova redação ao Decreto número 54.954, de 6 de novembro de 1964, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Companhia Vale do Rio Doce, as áreas de terras que menciona.

Decreto nº 55.706 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a um financiamento a ser realizado pela Companhia Vale do Rio Doce.

Decreto nº 55.737 — de 4 de fevereiro de 1965.

CONCHAS CALÇARIAS

Autoriza o cidadão brasileiro Benedito José Veloso Cesar a pesquisar conchas calcárias no município de Goiana, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 55.662 — de 30 de janeiro de 1965.

Dá nova redação ao artigo 3º do Decreto nº 1.884, de 17 de dezembro de 1962.

Decreto nº 55.765 — de 17 de fevereiro de 1965.

Torna insubsistente o Decreto número 1.863, de 11 de dezembro de 1962, e dá nova redação ao Art. 5º do Decreto nº 37.406, de 31 de maio de 1955, modificado pelo nº 95, de 31 de outubro de 1961.

Decreto nº 55.834 — de 12 de março de 1965.

CONDOMÍNIO

Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

Lei nº 4.591 — de 16 de dezembro de 1964.

Estabelece normas para a escrituração dos registros criados pela Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre Condomínio e Incorporações Imobiliárias, no Registro Geral de Imóveis.

Decreto nº 55.815 — de 8 de março de 1965.

CONSELHO CONSULTIVO DO PLANEJAMENTO

Cria o Conselho Consultivo do Planejamento "CONSPLAN" — e dá outras providências.

Decreto nº 55.722 — de 2 de fevereiro de 1965.

CONSELHO MONETARIO NACIONAL

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

Lei nº 4.595 — de 31 de dezembro de 1964.

**CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS
E ENERGIA ELÉTRICA**

Declara a Comissão Estadual de Energia do Estado da Guanabara "Órgão Auxiliar" do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, e dá outras providências.

Decreto nº 55.547 — de 11 de janeiro de 1965.

**CONSELHO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA**

Altera a composição do Conselho Nacional de Defesa Agrícola, criado pelo Decreto nº 24.114, de 21 de abril de 1934, e dá outras providências.

Decreto nº 55.817 — de 8 de março de 1965.

**CONSELHO NACIONAL DE
TRANSPORTES**

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000 para o fim que menciona.

Decreto nº 55.869 — de 26 de março de 1965.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Reestrutura o Conselho Nacional de Saúde.

Decreto nº 55.242 — de 18 de dezembro de 1964.

Altera o Decreto nº 55.242, de 18 de dezembro de 1964, que reestruturou o Conselho Nacional de Saúde.

Decreto nº 55.342 — de 27 de janeiro de 1965.

**CONSELHO NACIONAL DE
TELECOMUNICAÇÕES**

Transfere com os respectivos cargos, para o Conselho Nacional de Telecomunicações, servidores e exercício na Comissão Técnica de Rádio.

Decreto nº 55.818 — de 8 de março de 1965.

**CONSERVATÓRIO NACIONAL DE
CANTO ORFEÔNICO**

Dispõe sobre a utilização do prédio sito à Praia do Flamengo, 132, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.591, de 19 de janeiro de 1965.

**CONSERVATÓRIO NACIONAL DE
TEATRO**

Dispõe sobre a utilização do prédio sito à Praia do Flamengo nº 132, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.591, de 19 de janeiro de 1965.

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao Contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Sergipe.

Decreto Legislativo nº 1, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro ao contrato celebrado aos 15 de março de 1954 entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura e a Companhia Brasileira de Material Elétrico.

Decreto Legislativo nº 2, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 18 de dezembro de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma S. Manela & Cia. Ltda.

Decreto Legislativo nº 3, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo do acordo celebrado aos 31 de janeiro de 1953, entre o Governo da União e o Estado do Pará.

Decreto Legislativo nº 4, de 1965

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 28 de fevereiro de 1961, entre a Fazenda Nacional e Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque.

Decreto Legislativo nº 5, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1960, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas.

Decreto Legislativo nº 6, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e João Barbosa de Melo.

Decreto Legislativo nº 11, de 1965.

CONVÊNIOS

Ratifica convênio celebrado pela Prefeitura do Distrito Federal e autoriza a inclusão no seu orçamento de verba correspondente até 1% das rendas tributárias, para atender a despesas com a execução do ajuste.

Lei nº 4.607 — de 30 de março de 1965.

Autoriza a assinatura do Termo de Aditamento e Alteração ao convênio firmado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para execução das obras civis relativas ao aproveitamento hidrelétrico do Rio Passo Fundo e autorizado pelo Decreto número 49.534, de 15-12-60.

Decreto nº 55.278 — de 23 de dezembro de 1964.

Atribui ao Ministério da Guerra, em convênio com o Ministério da Viação e Obras Públicas, os encargos de implantação, melhoramentos e pavimentação em trechos de rodovias nacionais.

Decreto nº 55.552 — de 12 de janeiro de 1965.

CONVÊNIOS

Torna obrigatório o registro de estudantes estrangeiros beneficiários de Convênios Culturais (estudantes-convênios) e dá outras providências.

Decreto nº 55.513 — de 20 de janeiro de 1965.

Dá nova redação à Cláusula Sexta do Convênio aprovado pelo Decreto nº 50.444, de 11 de abril de 1961.

Decreto nº 55.520 — de 22 de janeiro de 1965.

Institui o Censo Hospitalar.

Decreto nº 55.643 — de 27 de janeiro de 1965.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE CRÉDITO RURAL

Altera o art. 16 do Decreto nº 54.019, de 14 de julho de 1964.

Decreto nº 55.618 — de 22 de janeiro de 1965.

CORINDON

Autoriza Th. Badin de Minérios Limitada a pesquisar corindon, nos municípios de Andaraí e Itaberaba, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.158 — de 4 de dezembro de 1964.

Autoriza Th. Badin de Minérios Limitada a pesquisar corindon nos municípios de Itaberaba e Santa Terezinha, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.450 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza Th. Badin de Minérios Limitada a pesquisar corindon nos municípios de Andaraí, Itaberaba, Maracás e Santa Terezinha, no Estado da Bahia.

Decreto nº 55.452 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza Th. Badin de Minérios Limitada a pesquisar corindon nos municípios de Castro Alves, Itaberaba e Santa Terezinha, no Estado da Bahia.

Decreto nº 55.453 — de 5 de janeiro de 1965.

CORREÇÃO MONETÁRIA

Dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais.

Lei nº 4.602 — de 18 de março de 1965.

CROMO

Autoriza o cidadão brasileiro Umbe-lino Joaquim de Santana, a pesquisar minério de cromo no município de Queimados, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.433 — de 31 de dezembro de 1964.

CÚRIA DIOCESANA DE SANTOS

Autoriza o Poder Executivo a doar à Cúria Diocesana de Santos o domínio pleno ou útil de área de terreno, localizada no Morro de Jabaquara, no Município de Santos.

Lei nº 4.534 — de 9 de dezembro de 1964.

CURSOS

Concede autorização para o funcionamento do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia de Caxias do Sul.

Decreto nº 54.931 — de 4 de novembro de 1964.

Concede reconhecimento a cursos da Academia Paulista de Música, com sede em São Paulo.

Decreto nº 54.933 — de 4 de novembro de 1964.

Concede autorização para o funcionamento de cursos da Escola Superior de Artes Santa Cecília, de Cachoeira do Sul.

Decreto nº 54.934 — de 4 de novembro de 1964.

Concede reconhecimento ao Curso de Didática da Faculdade de Filosofia Marcelino Champagnat, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, para o fim que especifica.

Decreto nº 54.996 — de 13 de novembro de 1964.

CURSOS

Concede reconhecimento a curso do Conservatório Musical "Mãe de Deus", Londrina, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.664 — de 1 de fevereiro de 1965.

Cassa autorização para funcionamento do curso que menciona.

Decreto nº 55.723 — de 3 de fevereiro de 1965.

Concede reconhecimento ao Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.849 — de 19 de março de 1965.

D

DECÊNIO HIDROLÓGICO
INTERNACIONAL

Altera a composição da Comissão Brasileira do Decênio Hidrológico Internacional.

Decreto nº 55.884 — de 31 de março de 1965.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATI-
VO DO SERVIÇO PÚBLICO

Retifica a relação nominal dos atuais ocupantes dos cargos de nível superior, na parte referente aos Técnicos de Administração, bem como, altera o número de cargos da classe "A" da carreira de Bibliotecário.

Decreto nº 55.284 — de 24 de dezembro de 1964.

Retifica a relação nominal dos cargos de nível superior do Departamento Administrativo do Serviço Público, aprovada pelo Decreto nº 55.095, de 1 de dezembro de 1964, e alterada pelo de nº 55.284, de 24 de dezembro de 1964.

Decreto nº 55.845 — de 18 de março de 1965.

**DEPARTAMENTO DE RENDAS
INTERNAS**

Aprova o Regimento do Departamento de Rendas Internas, e dá outras providências.

Decreto nº 55.853 — de 22 de março de 1965.

**DEPARTAMENTO DOS CORREIOS
E TELÉGRAFOS**

Cria a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Lei nº 4.600 — de 22 de fevereiro de 1965.

Aprova o enquadramento na classe de Guarda-Fios, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Decreto nº 55.280 — de 22 de dezembro de 1964.

Cria no Departamento dos Correios e Telégrafos, a Seção Regional de Telex de Santo André, na cidade do mesmo nome, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.555 — de 14 de janeiro de 1965.

Dá nova redação ao art. 25 do Decreto nº 51.902-63, referente a criação de Postos de Radioscuta, da Diretoria de Telégrafos, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Decreto nº 55.652 — de 29 de janeiro de 1965.

Altera o Regimento do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Decreto nº 55.742 — de 9 de fevereiro de 1965.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE
ESTRADAS DE RODAGEM**

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto nº 55.243 — de 18 de dezembro de 1964.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE
ESTRADAS DE RODAGEM**

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.593 — de 19 de janeiro de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situado no Município de Carúzinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.594 — de 19 de janeiro de 1965.

Autoriza a cessão gratuita, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de terreno nacional interior que menciona, situado em Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.645 — de 28 de janeiro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Belo Jardim, no Estado de Pernambuco.

Decreto nº 55.661 — de 30 de janeiro de 1965.

DEPÓSITOS NO EXTERIOR

Regulamenta a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1952, modificada pela Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964.

Decreto nº 55.762 — de 17 de fevereiro de 1965.

DESAPROPRIAÇÕES

Disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do nordeste.

Lei nº 4.493 — de 29 de dezembro de 1964.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, os terrenos edificados que menciona, em Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 55.297 — de 29 de dezembro de 1964.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.593 — de 19 de janeiro de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situado no Município de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.594 — de 19 de janeiro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Belo Jardim — Estado de Pernambuco.

Decreto nº 55.661 — de 30 de janeiro de 1965.

Dá nova redação ao Decreto número 54.954, de 6 de novembro de 1964, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Companhia Vale do Rio Doce, as áreas de terras que menciona.

Decreto nº 55.706 — de 2 de fevereiro de 1965.

Declara de utilidade pública para o efeito de desapropriação o imóvel que menciona, situado na cidade do Rio de Janeiro (Estado da Guanabara) e destinado a instalação e funcionamento do Banco Nacional de Habitação.

Decreto nº 55.728 — de 3 de fevereiro de 1965.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóveis destinados à Universidade do Ceará.

Decreto nº 55.743 — de 9 de fevereiro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 55.755 — de 12 de fevereiro de 1965.

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, área de terras e complexos industriais, situados no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Decreto nº 55.761 — de 16 de fevereiro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 55.831 — de 12 de março de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 55.832 — de 12 de março de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis destinados à Universidade do Ceará.

Decreto nº 55.840 — de 15 de março de 1965.

Declara de interesse social para fins de desapropriação, áreas de terras situadas nos municípios de Lajedo, Igarassu e Paulista, no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Decreto nº 55.862 — de 25 de março de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno situada entre a estação de Bento Ribeiro e o Campo dos Afonsos, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.883 — de 31 de março de 1965.

DE VILLA & CIA.

Concede à De Villa & Cia. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.104 — de 2 de dezembro de 1964.

DIA DE ANCHIETA

Institui o "Dia de Anchieta".

Decreto nº 55.588 — de 18 de janeiro de 1965.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro David Paulo Dana a lavar diamante e ouro no Município de Itupiranga, Estado do Pará.

Decreto nº 54.730 — de 30 de outubro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Nelson Simpício da Silva a pesquisar diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.864 — de 3 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro, Cupertino Pinto Ribas a pesquisar diamante no município de Gouveia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.888 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro João Gilson Chaves a pesquisar diamantes e ouro, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.112 — de 2 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Genes José Martins a pesquisar diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.416 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro João Teodoro de Miranda Junior, a pesquisar diamante, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.421 — de 31 de dezembro de 1964.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Pedro da Silva a pesquisar diamante, no município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.424 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Lizara dos Reis a pesquisar ouro e diamantes nos municípios de Grão Mogol e Turmalina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.441 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a cidadã brasileira Maria Margarida da Costa Santos a pesquisar diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.510 — de 11 de janeiro de 1965.

DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS

Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

Lei nº 4.502 — de 20 de novembro de 1964.

DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei nº 4.545 — de 10 de dezembro de 1964.

Ratifica convênio celebrado pela Prefeitura do Distrito Federal e autoriza a inclusão no seu orçamento de verba correspondente até 1% das rendas tributárias, para atender a despesas com a execução do ajuste.

Lei nº 4.607 — de 30 de março de 1965.

Inclui exceções no Decreto número 53.003, de 3 de julho de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 55.617 — de 22 de janeiro de 1965.

DOAÇÕES

Homologa escritura e autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação dos terrenos do aeroporto de Divinópolis (MG).

Decreto nº 55.206-A — de 14 de dezembro de 1964.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de Goiás.

Decreto nº 55.602 — de 20 de janeiro de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar uma área de terreno em Lapa — PR, destinada ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 55.830 — de 12 de março de 1965.

DOLOMITA

Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Moeda a pesquisar dolomita, calcário, minérios de ferro e de manganês, nos municípios de Ouro Preto e Ouro Branco, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.052 — de 24 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Plínio Portela a desquisar dolomita, no município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.388 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a lavrar dolomita, no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.418 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Rodrigues da Silva a pesquisar dolomita, caulim, e minérios de ferro manganês, no município de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.661 — de 29 de outubro de 1964.

E

E. ARANHA & CIA.

Concede a E. Aranha & Cia. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.711 — de 2 de fevereiro de 1965.

EMPRESA ÁGUAS MINERAIS
SOLEDADE LTDA.

Concede à Empresa Águas Minerais Soledade Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.697 — de 2 de fevereiro de 1965.

EMPRESA DE MINERAÇÃO
AMÉRICA "EMA LTDA."

Concede à Empresa de Mineração América "Ema Ltda.", autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.174 — de 10 de dezembro de 1964.

EMPRESA DE EXPLORAÇÃO DE
MINÉRIOS LTDA.

Concede à Empresa de Exploração de Minérios Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.145 — de 4 de dezembro de 1964.

EMPRESA DE MINERAÇÃO DO
SÉRRO LTDA.

Concede à Empresa de Mineração Sérro Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.894 — de 4 de novembro de 1964.

EMPRESAS INCORPORADAS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato — escritura de compra e venda — celebrado aos 17 de junho de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Joaquim José Ferreira Souto.

Decreto Legislativo nº 7 — de 1965.

EMPRESAS INCORPORADAS

Mantem o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato — escritura de compra e venda — celebrado aos 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Eureka Sociedade Anônima — Indústria de Artefatos de Borracha.

Decreto Legislativo nº 9 — de 1965.

EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

Estabelece normas para a concessão da garantia do Tesouro Nacional a empréstimos contraindidos no exterior.

Decreto nº 55.788 — de 23 de fevereiro de 1965.

ENERGIA ELÉTRICA

Concede isenção dos impostos de consumo e de importação, excetuada a taxa de despacho aduaneiro, para a importação de material automobilístico; motores de explosão e de combustão interna e equipamentos para produção de energia elétrica.

Lei nº 4.492 — de 24 de novembro de 1964.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) concessão para distribuir energia elétrica no Município de Jequié, Estado da Bahia.

Decreto nº 2.222 — de 22 de janeiro de 1963.

Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do rio Cedros e de outro de seu afluente Palmeiras, no distrito de Arrozeira, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, e autoriza a Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A., com sede na cidade de Blumenau, no mesmo Estado, a promover as desapropriações.

Decreto nº 54.381 — de 5 de outubro de 1964.

Autoriza Centrais Elétricas de Goiás S. A. a suprir grandes consumidores localizados em zona de influência.

Decreto nº 54.375 — de 5 de outubro de 1964.

ENERGIA ELÉTRICA

Declara de utilidade pública diversas áreas de terras necessárias ao aproveitamento progressivo da energia hidráulica de trechos dos rios Paranapanema e Itararé e, em todo o curso, do rio Taquari e seus afluentes, e autoriza a Usinas Elétricas do Paranapanema S. A. — USELPA — a promover sua desapropriação.

Decreto nº 54.382, — de 5 de outubro de 1964.

Outorga à Prefeitura Municipal de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.

Decreto nº 54.516 — de 21 de outubro de 1964.

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a montar usina termelétrica em Alegrete.

Decreto nº 54.587 — de 26 de outubro de 1964.

Transfere concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 54.596 — de 26 de outubro de 1964.

Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a construir linha de transmissão.

Decreto nº 54.641 — de 28 de outubro de 1964.

Outorga ao Município de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 54.642 — de 28 de outubro de 1964.

Outorga ao Município de São Caetano de Odélas concessão para distribuir energia elétrica.

(Publicado no D.O. de 4-12-64).

Retificação

Decreto nº 54.692 — de 29 de outubro de 1964.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga ao Município de Gararu, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.

Publicado no D.O. de 4-12-64.

Retificação

Decreto nº 54.693 — de 29 de outubro de 1964.

Outorga a Primo Tedesco concessão para o aproveitamento parcial do desnível Abelardo Luz, em Santa Catarina.

Publicado no D.O. de 11-12-64.

Retificação

Decreto nº 54.723 — de 30 de outubro de 1964.

Autoriza a Empresa Elétrica de Londrina S.A. a vender grupos geradores vinculados aos serviços de que é concessionária.

Publicado no D.O. de 11-12-64.

Retificação

Decreto nº 54.724 — de 30 de outubro de 1964.

Amplia a zona de concessão da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Estado do Paraná.

Decreto nº 54.729 — de 30 de outubro de 1964.

Amplia a zona de concessão da Companhia de Eletricidade do Cariri, Estado do Ceará.

Decreto nº 54.882 — de 4 de novembro de 1964.

Restringe a zona de concessão da Companhia Sul Mineira de Eletricidade e outorga ao Município de Bom Jardim de Minas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível no ribeirão da Estiva, distrito de Taboão, Município de Bom Jardim de Minas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.897 — de 4 de novembro de 1964.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. — CELUSA — a construir linha de transmissão.

Decreto nº 54.907 — de 4 de novembro de 1964.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Central Elétrica Capivari-Cachoeira S.A.

Decreto nº 55.026 — de 18 de novembro de 1964.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para produzir e distribuir energia elétrica no Município de Amargosa.

Decreto nº 55.051 — de 24 de novembro de 1964.

Autoriza a S.A. Empresa de Força e Luz — Ibero Americana a construir linha de transmissão.

Decreto nº 55.106 — de 2 de dezembro de 1964.

Restringe a zona de concessão da Companhia Elétrica Caiuá e outorga à Bandeirante de Eletricidade S.A. concessão para distribuir energia elétrica no Município de Marabá Paulista, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.119 — de 2 de dezembro de 1964.

Autoriza a Empresa Elétrica Siqueira, Meirelles Ltda. a vender bens e instalações.

Decreto nº 55.146 — de 4 de dezembro de 1964.

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 55.148 — de 4 de dezembro de 1964.

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 55.150 — de 4 de dezembro de 1964.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a vender bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica.

Decreto nº 55.151 — de 4 de dezembro de 1964.

Revoga os Decretos ns. 14.640-44 e 24.516-48 e outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica no Distrito de São Marcos, Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.152 — de 4 de dezembro de 1964.

Outorga à Companhia de Eletricidade de Alagoas concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 55.156 — de 4 de dezembro de 1964.

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 55.176 — de 10 de dezembro de 1964.

Outorga à Companhia de Eletricidade de Alagoas concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 55.182 — de 10 de dezembro de 1964.

Autoriza a funcionar como empresa de energia elétrica a Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba.

Decreto nº 55.209 — de 15 de dezembro de 1964.

Autoriza a Central Elétrica de Furnas S.A. a construir linhas de transmissão de energia elétrica e subestações.

Decreto nº 55.211 — de 15 de dezembro de 1964.

ENERGIA ELÉTRICA

Transfere de Manoel Rodrigues de Oliveira para a Companhia Distribuidora de Eletricidade do Brejo Paraibano a concessão para distribuir energia elétrica no Município de Esperança, Estado da Paraíba.

Decreto nº 55.215 — de 15 de dezembro de 1964.

Autoriza a São Paulo Light S.A. Serviços de Eletricidade a reconstruir em 88 kV, a linha de transmissão de 40 kV no trecho entre as subestações de Mauá e Ribeirão Pires.

Decreto nº 55.216 — de 15 de dezembro de 1964.

Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 52.217 — de 15 de dezembro de 1964.

Declara a caducidade da exploração dos serviços de energia elétrica no Município de Catu, Estado da Bahia, e outorga concessão à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.

Decreto nº 55.218 — de 15 de dezembro de 1964.

Autoriza a S.A. Central Elétrica Rio Claro a vender usina termelétrica.

Decreto nº 55.253 — de 22 de dezembro de 1964.

Restringe a zona de concessão da Prefeitura Municipal de Iporá e outorga à Centrais Elétricas de Goiás S. A., concessão para distribuir energia elétrica no Município de Israelândia, Estado de Goiás.

Decreto nº 55.348 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Companhia Geral de Eletricidade a vender bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica.

Decreto nº 55.349 — de 31 de dezembro de 1964.

ENERGIA ELÉTRICA

Autorga à Companhia de Eletricidade de Alagoas (CEAL) concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 55.357 — de 31 de dezembro de 1964.

Autorga à Imaribo S.A. Indústria e Comércio concessão para a aproveitamento de energia hidráulica.

Decreto nº 55.358 — de 31 de dezembro de 1964.

Transfere da Prefeitura Municipal de Estrêla para a Companhia Estadual de Energia Elétrica a concessão para produzir e distribuir energia elétrica.

Decreto nº 53.359 — de 31 de dezembro de 1964.

Revoga a concessão outorgada ao Estado do Paraná pelo Decreto número 50.768, de 9 de junho de 1961.

Decreto nº 55.360 — de 31 de dezembro de 1964.

Amplia a zona de concessão da Companhia Estadual de Energia Elétrica, do Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.361 — de 31 de dezembro de 1964.

Outorga a Knorr & Companhia Limitada concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível no rio Carambu, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.373 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte a Construir linha de transmissão.

Decreto nº 55.392 — de 31 de dezembro de 1964.

Outorga ao Município de Jecéaba concessão para distribuir energia elétrica no Município, e dá outras providências.

Decreto nº 55.449, de 5 de janeiro de 1964.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica em diversos municípios localizados no Estado do Maranhão.

Decreto nº 55.469 — de 5 de janeiro de 1965.

Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica em diversos municípios localizados no Estado do Piauí.

Decreto nº 55.470 — de 5 de janeiro de 1965.

Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica em diversos municípios localizados no Estado da Bahia.

Decreto nº 55.471 — de 5 de janeiro de 1965.

Transfere da Cia. Fôrça e Luz Dores do Indaiá para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. concessão para distribuir energia elétrica no Município de Dores do Indaiá, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.492 — de 11 de janeiro de 1965.

Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do rio Pânaraíba no trecho denominado Canal de São Simão.

Decreto nº 55.512 — de 11 de janeiro de 1965.

Modifica o art. 1º do Decreto número 41.602, de 29 de maio de 1957, e dá outras providências.

Decreto nº 55.513 — de 11 de janeiro de 1965.

Autroiza a Rio Light S.A. — Serviços de Eletricidade a ampliar os seus sistemas de subtransmissão e de distribuição de energia elétrica no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.514 — de 11 de janeiro de 1965.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Rio Light S.A. — Serviços de Eletricidade a ampliar os seus sistemas de subtransmissão e de distribuição da energia elétrica no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.514 — de 11 de janeiro de 1965.

Autóriz a Rio Light S.A. — Serviços de Eletricidade a construir linha de transmissão no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.515 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza a Companhia Luiz e Fôrça Fulha Branca a vender um grupo Diesel elétrico.

Decreto nº 55.688 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza a Companhia Geral de Eletricidade a vender grupos geradores de seu acervo, utilizados na produção de energia elétrica.

Decreto nº 55.718 — de 2 de fevereiro de 1965.

ENERGIA HIDRAULICA — Ver: ENERGIA ELÉTRICA

ENSINO MÉDIO

Transfere para o governo do Estado da Guanabara os encargos e responsabilidades relacionados com o reconhecimento e inspeção dos estabelecimentos de ensino médio localizados no seu território.

Decreto nº 55.626 — de 25 de janeiro de 1965.

ENSINO SUPERIOR

Regulamenta a Lei nº 4.495, de 25 de novembro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 55.590 — de 10 de janeiro de 1965.

ENTRADA NO TERRITÓRIO NACIONAL

Dispõe sobre atribuições das autoridades para fiscalizar a entrada de estrangeiros no território nacional, e dá outras providências.

Lei nº 4.473 — de 12 de novembro de 1964.

EPITÁCIO PESSOA

Dispõe sobre as solenidades comemorativas do centenário de Epitácio Pessoa, e dá outras providências.

Decreto nº 55.333 — de 31 de dezembro de 1964.

EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALAR

Institui Grupo de Trabalho para estudo e execução de medidas tendentes ao reequipamento hospitalar, mediante financiamento.

Decreto nº 55.823 — de 10 de março de 1965.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Institui, na Escola Superior de Guerra, o Curso de Informações e dá outras providências.

Decreto nº 55.791 — de 23 de fevereiro de 1965.

ESCOLAS

Modifica a denominação de estabelecimento de ensino.

Decreto nº 55.753 — de 12 de fevereiro de 1965.

ESCOLAS — Ver, também, **UNIVERSIDADES, FACULDADES e CURSOS**. Quanto às militares ver, também, **Aeronáutica; Exército e Marinha**.

ESMERALDA

Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Jorge Curi a pesquisar esmeralda no Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.709 — de 2 de fevereiro de 1965.

ESTADO DO AMAZONAS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro do contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1960, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas.

Decreto Legislativo n.º 6, de 1965.

ESTADO DE GOIÁS

Ratifica convênio celebrado pela Prefeitura do Distrito Federal e autoriza a inclusão no seu orçamento de verba correspondente até 1% das rendas tributárias, para atender a despesas com a execução do ajuste.

Lei n.º 4.607 — de 30 de março de 1965.

— *Dispõe sobre a intervenção no Estado de Goiás.*

Decreto n.º 55.597 — de 19 de janeiro de 1965.

ESTADO DA GUANABARA

Declara a Comissão Estadual de Energia do Estado da Guanabara "Órgão Auxiliar" do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, e dá outras providências.

Decreto n.º 55.547 — de 11 de janeiro de 1965.

— *Transfere para o Governo do Estado da Guanabara os encargos e responsabilidades relacionados com o reconhecimento e inspeção dos estabelecimentos de ensino médio localizados no seu território.*

Decreto n.º 55.623 — de 25 de janeiro de 1965.

ESTADO DO MARANHÃO

Ratifica convênio celebrado pela Prefeitura do Distrito Federal e autoriza a inclusão no seu orçamento de verba correspondente até 1% das rendas tributárias, para atender a despesas com a execução do ajuste.

Lei n.º 4.607 — de 30 de março de 1965.

ESTADO DO MARANHÃO

Ratifica convênio celebrado pela Prefeitura do Distrito Federal e autoriza a inclusão no seu orçamento de verba correspondente até 1% das rendas tributárias, para atender a despesas com a execução do ajuste.

Lei n.º 4.607 — de 30 de março de 1965.

ESTADO DE MATO GROSSO

Ratifica convênio celebrado pela Prefeitura do Distrito Federal e autoriza a inclusão no seu orçamento de verba correspondente até 1% das rendas tributárias, para atender a despesas com a execução do ajuste.

Lei n.º 4.607 — de 30 de março de 1965.

ESTADO DO PARÁ

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo do acordo celebrado aos 31 de janeiro de 1953, entre o Governo da União e o Estado do Pará.

Decreto Legislativo n.º 4, de 1965.

— *Ratifica convênio celebrado pela Prefeitura do Distrito Federal e autoriza a inclusão no seu orçamento de verba correspondente até 1% das rendas tributárias, para atender a despesas com a execução do ajuste.*

Lei n.º 4.607 — de 30 de março de 1965.

ESTADO DO PARANÁ

Revoga a concessão outorgada ao Estado do Paraná, pelo Decreto número 50.768, de 9 de junho de 1961.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 55.148 — de 4 de dezembro de 1964.

ESTADO DE PERNAMBUCO

— *Outorga ao Departamento de Aguas e Energia do Estado de Pernambuco, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 55.176 — de 10 de dezembro de 1964.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Cede ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo de cinco anos, os imóveis e instalações dos Gínásios Agrícolas de Pau dos Ferros, Martins Cangaretama, Santa Cruz e Angicos, para o fim que especifica.

Decreto n.º 55.587 — de 18 de janeiro de 1965.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a montar usina termelétrica em Alegrete.

Decreto n.º 54.587 — de 26 de outubro de 1964.

— *Revoga os Decretos números ... 14.640-44 e 24.516-48 e outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica no Distrito de São Marcos, Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 55.152, — de 4 de dezembro de 1964.

— *Autoriza a assinatura do Termo de Aditamento e Alteração ao convênio firmado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para execução das obras civis relativas ao aproveitamento hidrelétrico do rio Passo Fundo e autorizado pelo Decreto número 49.534, de 15-12-1960.*

Decreto n.º 55.278 — de 22 de dezembro de 1964.

— *Amplia a zona de concessão da Companhia Estadual de Energia Elétrica, do Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 55.361 — de 31 de dezembro de 1964.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 1.000.000.000 para os fins que especifica.

Decreto n.º 55.825 — de 11 de março de 1965.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a pesquisar apatita no município de Anitápolis, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 55.692 — de 2 de fevereiro de 1965.

ESTADO DE SERGIPE

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao Contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Sergipe.

Decreto Legislativo n.º 1, de 1965.

ESTANHO

Renova o Decreto número 48.544, de 21 de julho de 1960.

Decreto n.º 54.875 — de 4 de novembro de 1964.

ESTANHO DO AMAPÁ LTDA.

Concede à Estanho do Amapá Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 55.498 — de 31 de dezembro de 1964.

ESTATUTO DA TERRA

Estabelece as normas gerais para a regulamentação da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dá outras providências.

Decreto n.º 55.286 — de 24 de dezembro de 1964.

— *Dá nova redação ao item III do artigo 5.º, do Decreto n.º 55.286, de 24 de dezembro de 1964.*

Decreto n.º 55.888 — de 3 de março de 1965.

ESTATUTO

Ver o nome da entidade que o teve aprovado ou alterado.

ESTEATUTA

Autoriza o cidadão brasileiro José Dias Leite a pesquisar esteatita no município de Congonhas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.612 — de 27 de outubro de 1964.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Central do Brasil, e dá outras providências.

Decreto n.º 55.205 — de 11 de dezembro de 1964.

— Retifica relação que acompanhou o Decreto n.º 55.205, de 11 de dezembro de 1964, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Central do Brasil, e deu outras providências.

Decreto n.º 55.822 — de 10 de março de 1965.

ESTRADA DE FERRO TOCANTINS

Classifica os cargos de nível superior da Estrada de Ferro Tocantins, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto n.º 55.646 — de 28 de janeiro de 1965.

ESTRANGEIROS

Dispõe sobre atribuições das autoridades para fiscalizar a entrada de estrangeiros no território nacional, e dá outras providências.

Lei nº 4.473 — de 12 de novembro de 1964.

ESTUDANTES ESTRANGEIROS

Torna obrigatório o registro de estudantes estrangeiros beneficiários de convênios culturais (estudantes convênios), e dá outras providências.

Decreto n.º 55.613 — de 20 de janeiro de 1965.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

Estabelece normas de execução financeira para o exercício de 1965.

Decreto n.º 55.789 — de 23 de fevereiro de 1965.

EXÉRCITO

Altera o Regulamento Interno e de Serviços Gerais (R-L), aprovado pelo Decreto nº 42.018, de 9 de agosto de 1957.

Decreto n.º 55.621 — de 22 de janeiro de 1965.

— Dá nova redação ao Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1.246, de 1 de dezembro de 1936.

Decreto n.º 55.649 — de 28 de janeiro de 1965.

— Dá nova redação à letra "b" do artigo 22, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 34.999, de 2 de fevereiro de 1954.

Decreto n.º 55.735 — de 4 de fevereiro de 1965.

— Altera a redação do artigo 66 e acrescenta dispositivo ao artigo 73 do Regulamento Disciplinar do Exército.

Decreto n.º 55.751 — de 11 de fevereiro de 1965.

— Altera o Capítulo VII da 1.ª Parte do RUPE (Decreto nº 30.163, de 13 de novembro de 1951).

Decreto n.º 55.763 — de 17 de fevereiro de 1965.

— Acrescenta dispositivos entre os itens 3 e 4 da letra "e" do art. 4º, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 30.163, de 13-11-1951, e ao artigo 11, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 34.999, de 2-2-1954.

Decreto nº 55.764 — de 17 de fevereiro de 1965.

— Dá nova redação ao artigo 3.º, do Decreto número 1.884, de 17 de dezembro de 1962.

Decreto n.º 55.765 — de 17 de fevereiro de 1965.

EXÉRCITO

— *Cria a 2.ª Companhia Depósito de Armamento e Munição.*

Decreto n.º 55.766 — de 18 de fevereiro de 1965.

— *Cria a 3.ª Companhia Depósito de Armamento e Munição.*

Decreto n.º 55.767 — de 18 de fevereiro de 1965.

— *Cria a 5.ª Companhia Depósito de Armamento e Munição.*

Decreto n.º 55.768 — de 18 de fevereiro de 1965.

— *Cria a 7.ª Companhia Depósito de Armamento e Munição.*

Decreto n.º 55.769 — de 18 de fevereiro de 1965.

— *Altera a redação de artigos do Regulamento do Serviço de Identificação do Exército (R-115), aprovado pelo Decreto n.º 51.329, de 6 de setembro de 1961.*

Decreto n.º 55.865 — de 25 de março de 1965.

— *Fixa a distribuição em cada Arma e em cada posto, das funções gerais dos oficiais do Exército, a vigorar a partir de 24 de dezembro de 1964.*

Decreto n.º 55.798 — de 24 de fevereiro de 1965.

EXPEDIÇÕES ARTÍSTICAS E CIENTÍFICAS

Altera o Regimento do Conselho de fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 55.867 — de 25 de março de 1965.

EXPLOSIVOS

Dá nova redação ao Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1.246, de 11 de dezembro de 1936.

Decreto n.º 55.649 — de 28 de fevereiro de 1965.

EXPORTAÇÃO

Regulamenta a Lei n.º 4.557, de 10 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a marcação de volumes para exportação, e dá outras providências.

Decreto n.º 55.760 — de 15 de fevereiro de 1965.

— *Dispõe sobre a unificação dos formulários de "Licença de Exportação" e de "Guia de Embarque".*

Decreto n.º 55.864 — de 25 de março de 1965.

EXTRADIÇÃO

Prômulga o Tratado de Extradicação com os Estados Unidos da América e respectivo Protocolo Adicional.

Decreto n.º 55.750 — de 11 de fevereiro de 1965.

F

FACULDADES

Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 53.992 — de 2 de julho de 1964.

— *Concede reconhecimento à Faculdade de Direito do Sul de Minas, com sede em Pouso Alegre — Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 55.089 — de 24 de novembro de 1964.

— *Concede reconhecimento à Faculdade de Filosofia de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 55.685 — de 1.º de fevereiro de 1965.

— *Concede reconhecimento à Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, no Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 55.687 — de 1.º de fevereiro de 1965.

FACULDADES

— *Modifica a denominação de estabelecimento de ensino.*

Decreto n.º 55.753 — de 12 de fevereiro de 1965.

— *Concede reconhecimento à Faculdade de Direito de Campos, com sede em Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 55.754 — de 12 de fevereiro de 1965.

FARINHA DE MANDIOCA

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de Farinha de Mandioca da safra de 1965.

Decreto n.º 55.811 — de 5 de março de 1965.

FEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES DE DEFESA CONTRA A LEPRO

Isenta da taxa de despacho aduaneiro a que se refere o artigo 66, da Lei nº 3.244, de 1957, a importação de camioneta doada à Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepra.

Lei n.º 4.599 — de 22 de fevereiro de 1965.

FEIJÃO

Fixa o preço básico mínimo para o financiamento ou aquisição de feijão produzido no Nordeste do País, do gênero "macaçar" ou "de corda", para o ano agrícola de 1965.

Decreto n.º 55.783 — de 19 de fevereiro de 1965.

FEIRA DE ÁGUA DE MENINOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000,00, destinado a atender às despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninos, Estado da Bahia.

Lei n.º 4.547 — de 10 de dezembro de 1964.

FELDSPATO

Autoriza a empresa de mineração Porcelana e Steatita S. A. a pesquisar feldspato e quartzo no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Decreto n.º 54.983 — de 13 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Costa a pesquisar feldspato, no município de Nova Rezende, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.125 — de 2 de dezembro de 1964.

Altera a redação do art. 1º do Decreto nº 31.691, de 1 de novembro de 1952.

Decreto n.º 55.234 — de 16 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro José Caruzo a pesquisar feldspato no município de Cachoeira de Macacú, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 55.343 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Antônio de Oliveira a pesquisar feldspato, caulim e quartzo, no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 55.419 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Costa a pesquisar feldspato e quartzo, no município de São Sebastião da Gramma, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 55.430 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Américo Azevedo Costa a pesquisar feldspato, no município de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 55.431 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Milton Resende a pesquisar feldspato no município de Piau, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.434 — de 31 de dezembro de 1964.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Ferreira de Andrade a pesquisar feldspato, no município de São Sebastião da Gramma, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.486 — de 8 de janeiro de 1965.

Autoriza Minex S. A. — Empresa de Mineração a pesquisar feldspato no município de Santa Branca, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.528 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pinto de Moraes a pesquisar feldspato e quartzo no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.685 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Raphael Di Sandro a pesquisar caulim e feldspato no município de Caietés, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.898, de 4 de novembro de 1964.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro Peêro Rodrigues da Silva a pesquisar dolomita, caulim, e minérios de ferro manganês, no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.661 — de 29 de outubro de 1964.

Autoriza a cidadã brasileira Adelaide de Oliveira Ribas a pesquisar minério de ferro, no município de São Félix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 54.871 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza a cidadã brasileira Francisca Silveira da Cunha a pesquisar minérios de ferro e manganês, nos municípios de Palhoça e Imaraí, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 54.871 — de 4 de novembro de 1964.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro, Francisco Altamirano de Barros a pesquisar minério de ferro, mica, caulim e tantalita, no município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.889 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Duarte a lavar minérios de ferro e manganês, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.901 — de 4 de novembro de 1964.

Renova o Decreto nº 45.630, de 25 de março de 1959.

Decreto nº 54.903 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Maurício dos Santos Ertal a pesquisar minérios de ferro, de ouro e de manganês, no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.910 — de 4 de novembro de 1964.

Retifica o art. 1º do Decreto número 32.059, de 7 de janeiro de 1953.

Decreto nº 54.987 — de 13 de novembro de 1964.

Retifica o art. 1º do Decreto número 53.450, de 20 de janeiro de 1964.

Decreto nº 54.991, de 13 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Ferreira Campos a lavar minério de ferro no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.028 — de 18 de novembro de 1964.

Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Moeda a pesquisar dolomita, calcário, minérios de ferro e de manganês, nos municípios de Ouro Preto e Ouro Branco, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.053, de 24 de novembro de 1964.

FERRO

Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Farofa — CEFAR — a pesquisar minérios de ferro e de manganês no município de Brumadinho, Mateus Leme e Igarapé, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.126 — de 2 de dezembro de 1964.

Autoriza São Carlos Minérios S.A. a pesquisar minérios de ferro, de manganês, dolomita e ouro, no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.130 — de 2 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro João Francisco Ferreira a pesquisar minério de ferro e manganês, no município de Sabará, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.201 — de 11 de dezembro de 1964.

Autoriza a Mineração Catas Altas Limitada a pesquisar minério de ferro, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.219 — de 15 de dezembro de 1964.

Autoriza a Sociedade Carbonífera Próspera S.A. a pesquisar minérios de ferro, de manganês e bauxita no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.224 — de 15 de dezembro de 1964.

Autoriza a Companhia Siderúrgica Pitangui a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.238 — de 16 de dezembro de 1964.

Autoriza a Companhia Siderúrgica Pitangui a pesquisar minério de ferro e manganês, no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.239 — de 18 de dezembro de 1964.

FERRO

Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Farofa — CEFAR — a pesquisar minérios de ferro e de manganês, nos municípios de Brumadinho, Mateus Leme e Igarapé, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.251 — de 22 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Richard Paul Werner a pesquisar minérios de ferro, no município de Araquari, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.261 — de 22 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Lisboa Guerra a pesquisar minério de ferro no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.262 — de 22 de dezembro de 1964.

Renova a decreto nº 48.212, de 13 de maio de 1960.

Decreto nº 55.266 — de 22 de dezembro de 1964.

Dispõe sobre as medidas destinadas a incrementar a exploração e exportação do minério de ferro.

Decreto nº 55.262 — de 22 de dezembro de 1964.

Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a pesquisar minérios de ferro e de manganês e bauxita no município de Ouro Preto — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.336 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Soares da Silva a pesquisar minério de ferro no município de Piedade, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.340 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza Mármore Itabirito Limitada a pesquisar minério de ferro, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.385 — de 31 de dezembro de 1964.

FERRO

Autoriza Minerais e Metais Gruner Limitada a pesquisar minério de ferro, no município de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.396 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Vasconcelos a pesquisar minério de ferro no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.399 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza SOMIPAL, S. A. Indústria Paulista de Minérios a lavar minério de ferro, no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.401 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Limitada a lavar minério de ferro, no município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.402 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Oscar Bittner a pesquisar minério de ferro no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.415 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a lavar minério de ferro, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.432 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Jonas Veiga a lavar minérios de ferro no município de Sabará, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.457 — de 5 de dezembro de 1964.

Autoriza Mineração e Usinas Wing Sociedade Anônima a lavar minério de ferro no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.459 — de 5 de dezembro de 1964.

FERRO

Renova o Decreto nº 45.755, de 7 de abril de 1959.

Decreto nº 55.466 — de 5 de janeiro de 1965.

Renova o Decreto nº 45.300, de 27 de janeiro de 1959.

Decreto nº 55.467, de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza a Siderúrgica Itaunense S. A. a pesquisar minério de ferro, no município de Itauna, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.493 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Alair Gonçalves Couto a pesquisar minério de ferro no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.504 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Wilson Félix Soares a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 55.507 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Américo Moacir de Oliveira a lavar minério de ferro, no município de Passa Tempo, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.540 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Itabira a pesquisar minério de ferro no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.541 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Ulisses de Oliveira Carvalho a pesquisar minério de ferro no município de Simonésia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.543 — de 11 de janeiro de 1965.

FERRO

Autoriza Sociedade Carbonífera Próspera S. A. a pesquisar minério de ferro e de manganês no município de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.548 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza Mineração e Usina Wigg a pesquisar minérios de ferro, manganês e dolomita no município de Itabirito, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.550 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Limitada a lavar minério de ferro, no município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.660 — de 30 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro João Antônio do Nascimento a pesquisar minérios de ferro e de manganês no município de Gouveia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.693 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Assis Drumond a lavar minério de ferro, no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.707 de 2 de fevereiro de 1965.

Renova o Decreto nº 49.020, de 4 de agosto de 1960.

Decreto nº 55.708 — de 2 de fevereiro de 1965.

FERROMINA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINÉRIOS S. A.

Concede à Ferromina Comércio e Indústria de Minérios S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.323 — de 31 de dezembro de 1964.

PERVEDOURO MINERAL LIMITADA

Concede à Fervedouro Mineral Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.056 — de 24 de novembro de 1964.

FESTA NACIONAL DAS ARVORES

Institui em todo o território nacional, a Festa Anual das Árvores.

Decreto nº 55.795 — de 24 de fevereiro de 1965.

FICHAS CONSULARES

Dispõe sobre fichas consulares nas viagens aéreas.

Decreto nº 55.857 — de 24 de março de 1965.

FLUORITA

Autoriza o cidadão brasileiro Albino Debona Sartor a lavar fluorita no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.121 — de 2 de dezembro de 1964.

Renova o Decreto nº 49.443, de 6 de dezembro de 1960.

Decreto nº 55.461 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Gen Maragno a lavar fluorita, no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.463 — de 5 de janeiro de 1965.

FORÇAS ARMADAS

Altera o Regulamento do Estatuto Maior das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto nº 26.607, de 27 de abril de 1949, e dá outras providências.

Decreto nº 55.713 — de 2 de fevereiro de 1965.

FORÇAS ARMADAS

Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa e de suas modalidades, e dos Complementos à Ração Comum das Forças Armadas, para o primeiro semestre de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 56.727 — de 3 de fevereiro de 1965.

Ver, também, Aeronáutica, Exército e Marinha.

FOSFATO

Autoriza a Sociedade Industrial de Adubos Mandioré Limitada SIDAM a lavar fosfato no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 54.416 — de 12 de outubro de 1964.

FOSFORITA

Autoriza a Cia. de Tecidos Paulista a lavar fosforita, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 55.180 — de 10 de dezembro de 1964.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Relaciona, para os efeitos previstos no § 1º do art. 4º da Lei nº 4.345, de 25 de junho de 1964 os cargos vinculados ao magistério federal dos níveis superior médio e dá outras providências.

Decreto nº 55.244 — de 21 de dezembro de 1964.

Retifica a classificação a que se refere o Decreto nº 54.015, de 13 de julho de 1964, na parte referente à série de classes de Assistente Social.

Decreto nº 55.246 — de 21 de dezembro de 1964.

Complementa o Decreto nº 55.332, de 31 de dezembro de 1964.

Decreto nº 55.616 — de 21 de janeiro de 1965.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Revoga o art. 2º do Decreto número 54.097, de 5 de agosto de 1964.

Decreto nº 55.650 — de 29 de janeiro de 1965.

Aprova a lotação numérica e nominal dos cargos de Fiel do Tesouro do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto nº 55.813 — de 8 de março de 1965.

Exclui o pessoal em exercício nas Campanhas de Erradicação da Malária e de combate a endemias do Ministério da Saúde, do regime previsto no Decreto nº 50.524-61, alterado pelo de nº 52.388-63.

Decreto nº 55.814 — de 8 de março de 1965.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Quadro Provisório de Pessoal da Fundação Brasil Central, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 55.745 — de 10 de fevereiro de 1965.

FUNDAÇÕES

Concede reconhecimento à Escola de Artes Plásticas da Fundação Universidade Mineira de Arte, de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.068 — de 24 de novembro de 1964.

Concede reconhecimento à Escola de Música da Fundação Universidade Mineira de Arte, de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.067 — de 24 de novembro de 1964.

Inclui exceções no Decreto nº 54.003, de 3 de julho de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 55.617 — de 22 de janeiro de 1965.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SALINEIRA

Dispõe sobre a aplicação do Fundo de Desenvolvimento da Indústria Salineira e dá outras providências.

Decreto nº 55.842 — de 16 de março de 1965.

FUNDO DE EMERGÊNCIA E ABASTECIMENTO DO NORDESTE (FEANE)

Regulamenta os artigos 24 e 27 e 83, da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, que dispõem sobre o Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste (FEANE).

Decreto nº 55.858 — de 24 de março de 1965.

FUNDO DE FINANCIAMENTO DE ESTUDOS E PROGRAMAS — FINEP

Cria o "Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas — FINEP" e dá outras providências.

Decreto nº 55.820 — de 8 de março de 1965.

FUNDO DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS — FINAME

Cria o "Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais "FINAME" e dá outras providências.

Decreto nº 55.275 — de 22 de dezembro de 1964.

FUNDO DE RESERVA

Estabelece o Fundo de Reserva nas dotações orçamentárias para o exercício de 1965.

Decreto nº 55.623 — de 22 de janeiro de 1965.

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Revoga o Decreto nº 49.876, de 11 de janeiro de 1961.

Decreto nº 55.372 — de 31 de dezembro de 1964.

FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTOS FERROVIÁRIOS

Aprova o Regulamento para arrecadação, aplicação e fiscalização das duas taxas de dez por cento, constitutivas dos Fundos de Melhoramentos e de Renovação Patrimonial e que fazem parte do Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários.

Decreto nº 55.651 — de 29 de janeiro de 1965.

FUNDO NACIONAL DE REFINANCIAMENTO RURAL

Altera o art. 16 do Decreto nº 54.019, de 14 de julho de 1964.

Decreto nº 55.618 — de 22 de janeiro de 1965.

G**GALENA**

Renova o decreto nº 49.248, de 17 de novembro de 1960.

Decreto nº 54.860 — de 3 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Mansur a pesquisar galena no município de Uruaçu, Estado de Goiás.

Decreto nº 55.477 — de 1 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Mansur a pesquisar galena, no município de Uruaçu, Estado da Goiás.

Decreto nº 55.503 — de 11 de janeiro de 1965.

GILLETTE SAFETY RAZOR COMPANY OF BRAZIL

Concedo à sociedade anônima Gillette Safety Razor Company of Brazil autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 55.568 — de 10 de janeiro de 1965.

GIPSITA

Autoriza Chaves & Cia., a lavrar gipsita no município de Santanópolis, Estado do Ceará.

Decreto nº 54.915 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza Itapessoca Agro Indústria S. A. a lavrar gipsita, no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 54.922 — de 4 de novembro de 1964.

GIPSITA

Renova o Decreto nº 47.394, de 10 de dezembro de 1959.

Decreto nº 55.122 — de 2 de dezembro de 1964.

Autoriza Minerium do Brasil Indústria e Comércio Ltda., a pesquisar gipsita no município de Ipubi, Estado de Pernambuco.

Decreto de 55.157 — de 4 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Clovis Ramalho Ribeiro Dantas, a pesquisar gipsita, no município de Boão da Terra, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 53.183 — de 10 de dezembro de 1964.

Autoriza Itapessoca Agroindustrial S. A. a pesquisar gipsita no município de Ipubi, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 55.526 — de 11 de janeiro de 1965.

GIUSTINA DO BRASIL S. A.

Giustina do Brasil S. A. — Autorização para operar com entidades oficiais de crédito público, da União e dos Estados.

Decreto nº 55.816 — de 8 de março de 1965.

GRAFITTA

Autoriza Metais de Goiás S.A., METAGO a pesquisar grafita, no município de Paraná, Estado de Goiás.

Decreto nº 55.258 — de 22 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro José Cambráia Diniz a pesquisar grafita no município de Oliveira, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.482 — de 8 de janeiro de 1965.

GRANIMAR S.A. — MÁRMORES E GRANITOS

Concede à Granimar S. A. — Mármores e Granitos, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.454 — de 5 de janeiro de 1965.

GRUPOS DE TRABALHO

Cria um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar a organização dos Serviços de Controle, Escuta e Localização de Estações Emissoras.

Decreto nº 55.819 — de 8 de março de 1965.

Institui Grupo de Trabalho para estudo e execução de medidas tendentes ao reequipamento hospitalar, mediante financiamento.

Decreto nº 55.823 — de 10 de março de 1965.

GUIA DE EMBARQUE

Dispõe sobre a unificação dos formulários de "Licença de Exportação" e de "Guia de Embarque".

Decreto nº 55.864 — de 25 de março de 1965.

H

HIDROELETRICA DO RIO DOCE
S/A.

Revoga o Decreto nº 49.876, de 11 de janeiro de 1961.

Decreto nº 55.372 — de 31 de dezembro de 1964.

HORA DE VERÃO

Institui a "Hora de Verão" em todo o território nacional.

Decreto nº 55.639 — de 27 de janeiro de 1965.

HOSPITAIS

Institui Grupo de Trabalho para estudo e execução de medidas tendentes ao reequipamento hospitalar, mediante financiamento.

Decreto nº 55.823 — de 10 de março de 1965.

HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

Dispõe sobre o quadro de Pessoal do Hospital dos Servidores do Estado.

Decreto nº 55.565 — de 18 de janeiro de 1965.

I

IGREJA EVANGELICA LUTERANA
DE SÃO PAULO

Concede isenção de direitos, impostos de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para a importação de pertences e acessórios para órgãos, destinados à Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, Estado de São Paulo e das outras Províncias.

Lei nº 4.546 — de 10 de dezembro de 1964.

IMPORTAÇÃO

Manda observar as regras do Decreto nº 47.225, de 12 de novembro de 1959, nos casos que menciona.

Decreto nº 55.231 — de 15 de dezembro de 1964.

Revogam-se os Decretos ns. 50.193 e 50.194, ambos de 28 de janeiro de 1961, e o de nº 1.198, de 19 de junho de 1962.

Decreto nº 55.292 — de 29 de dezembro de 1964.

IMPÓSTO DE CONSUMO

Dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

Lei nº 4.502 — de 30 de novembro de 1964.

IMPÓSTO DE RENDA

Institui estímulos ao desenvolvimento da Indústria Química e das outras providências.

Decreto nº 5.750 — de 15 de fevereiro de 1965.

Regulamenta a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1952, modificada pela Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964.

Decreto nº 55.762 — de 17 de fevereiro de 1965.

IMPÓSTO DE RENDA

Aprova o Regulamento do Departamento do Imposto de Renda, cria e extingue funções gratificadas.

Decreto nº 55.855 — de 24 de março de 1965.

IMPÓSTO DE SELO

Aprova o Regulamento do Imposto do Selo.

Decreto nº 55.852 — de 22 de março de 1965.

INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA

Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

(Pub. D.O. de 21-12-64 — Retificação).

Lei nº 4.591 — de 16 de dezembro de 1964.

Estabelece normas para a escrituração dos registros criados pelo Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre Condomínios e Incorporações Imobiliárias, no Registro Geral de Imóveis.

Decreto nº 55.815 — de 8 de março

INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGRÍCOLA RIO PILÕES S.A.

Concede à Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.356 — de 31 de dezembro de 1964.

INDÚSTRIAS KLABIN DO PARANÁ DE CELULOSE S.A.

Concede a Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.199 — de 11 de dezembro de 1964.

INDÚSTRIA MINERADORA PAGLIATA LTDA.

Concede à Indústria Mineradora Pagliata Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.869 — de 4 de novembro de 1964.

INDÚSTRIA QUÍMICA

Institui estímulos ao desenvolvimento da Indústria e dá outras providências.

Decreto nº 54.869 — de 4 de novembro de 1964.

INDÚSTRIA QUÍMICA

Institui estímulos ao desenvolvimento da Indústria Química e dá outras providências.

Decreto nº 55.759 — de 15 de fevereiro de 1965.

INSPEÇÃO DO TRABALHO

Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.

Decreto nº 55.841 — de 15 de março de 1965.

INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

Lei nº 4.595 — de 31 de dezembro de 1964.

INSTITUIÇÕES CREDITÍCIAS

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancária e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

Lei nº 4.595 — de 31 de dezembro de 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

Faz inclusão de cargos em Parte Especial, nos Quadros de Pessoal do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, do Instituto de Matemática Pura e Aplicada e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, órgãos do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto nº 55.833 — de 12 de março de 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Retifica o enquadramento do Conselho Nacional de Estatísticas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dá outras providências.

Decreto nº 55.272 — de 22 de dezembro de 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Fixa o valor das gratificações de representação de gabinete para atender, provisoriamente, aos encargos de direção, chefia, assessoramento e secretariado; do Serviço Nacional de Recenseamento, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e das outras providências.

Decreto nº 55.309 — de 30 de dezembro de 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA

Declara de interesse social, para fins de desapropriação área de terras e complexos industriais, situados no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Decreto nº 55.761 — de 16 de fevereiro de 1965.

Declara de interesse social para fins de desapropriação áreas de terras situadas nos Municípios de Lajedo, Igarçu e Paulista, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Decreto nº 55.862 — de 25 de março de 1965.

Dá nova redação ao item III, do art. 5º do Decreto nº 55.286, de 24 de dezembro de 1964.

Decreto nº 55.888 — de 31 de março de 1965.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Dá nova redação aos arts. 1º e 2º do Decreto nº 54.557, de 23 de outubro de 1964.

Decreto nº 55.536, de 11 de janeiro de 1965.

— Estende aos beneficiários do IAPFESP — que especifica, o regime de manutenção de salário previsto no Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944.

Decreto nº 55.758 — de 15 de fevereiro de 1965.

INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA

Faz inclusão de cargos em Partes Especial, nos Quadros de Pessoal do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, do Instituto de Matemática Pura e Aplicada e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, órgãos do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto nº 55.833 — de 12 de março de 1965.

INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL

Autoriza o Instituto de Resseguros do Brasil a promover aumentos de seu capital.

Decreto nº 55.489 — de 8 de janeiro de 1965.

— Altera o art. 31 dos Estatutos do Instituto de Resseguros do Brasil, aprovados pelo Decreto nº 52.099-A, de 10 de junho de 1963.

Decreto nº 55.876 — de 29 de março de 1965.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Declara de interesse social, para fins de desapropriação área de terras e complexos industriais, situados no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Decreto nº 55.761 — de 16 de fevereiro de 1965.

INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA

Cria o Serviço de Ginecologia e Cirurgia Pélvica Feminina no Instituto Fernandes Figueira do Departamento Nacional da Criança.

Decreto nº 55.877 — de 30 de março de 1965.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

Faz inclusão de cargos em Parte Especial, nos Quadros de Pessoal do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, do Instituto de Matemática Pura e Aplicada e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, órgãos do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto nº 55.833 — de 12 de março de 1965.

**INSTITUTO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

Dá nova redação ao item III do artigo 5º do Decreto nº 55.286, de 24 de dezembro de 1964.

Decreto nº 55.888 — de 31 de março de 1965.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO**

Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do próprio nacional situado em Manaus, Estado do Amazonas.

Decreto nº 55.605 — de 20 de janeiro de 1965.

— *Aprova o Orçamento do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado para o exercício de 1965.*

Decreto nº 55.828 — de 11 de março de 1965.

**INSTITUTOS DE APOSENTADORIA
E PENSÕES**

Dispõe sobre a venda de imóveis residenciais de propriedade dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e dá outras providências.

Decreto nº 55.738 — de 4 de fevereiro de 1965.

INTERVENÇÃO FEDERAL

Dispõe sobre a intervenção no Estado de Goiás.

Decreto nº 55.597 — de 19 de janeiro de 1965.

— *Determina a Intervenção Federal a Administração do Porto do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 55.739 — de 8 de fevereiro de 1965.

ISENÇÕES

Concede isenção dos impostos de consumo e de importação, excetuada a taxa de despacho aduaneiro, para a importação de material automobilístico, motores de explosão e de combustão interna e equipamentos para produção de energia elétrica.

Lei nº 4.492 — de 24 de novembro de 1964.

— *Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como de emolumentos consulares e demais taxas a mercadorias e materiais destinados às comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro.*

Lei nº 4.541 — de 0 de dezembro de 1964.

— *Isenta do imposto de importação equipamento industrial.*

Lei nº 4.543 — de 10 de dezembro de 1964.

— *Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para a importação de pertences e acessórios para órgãos, destinados à igreja Evangélica Lutherana de São Paulo, Estado de São Paulo e dá outras providências.*

Lei nº 4.545 — de 10 de dezembro de 1964.

— *Concede, pelo prazo de 24 meses, isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e taxa de despacho aduaneiro para importação de equipamento e material cinematográfico.*

(Publicada no D.O. de 16-12-64).

Lei nº 4.545 — de 10 de dezembro de 1964.

— *Isenta do imposto de importação e de consumo equipamento a ser importado pela Rádio Sociedade Gaúcha S.A.*

Lei nº 4.596 — de 22 de fevereiro de 1965.

ISENÇÕES

— Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para materiais importados pela Companhia Telefônica Sul Bahiana, no Estado da Bahia.

Lei nº 4.597 — de 22 de fevereiro de 1965.

— Isenta do imposto de importação equipamento de televisão importado pela Rádio Rio Limitada (TV-Rio).

Lei nº 4.598 — de 22 de fevereiro de 1965.

— Isenta da taxa de despacho aduaneiro, a que se refere o art. 66 da Lei nº 3.244, de 1957 a importação de camioneta doada à Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepre.

Lei nº 4.599 — de 22 de fevereiro de 1965.

— Concede isenção de impostos de importação e de consumo, taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares, para um automóvel com transmissão automática a ser adquirido pelo Engenheiro da Petrobrás, Florivaldo Freire de Faria, tornado inválido em consequência de acidente sofrido em serviço.

Lei nº 4.601 — de 3 de março de 1965.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional, registrados e consignados à empresa "Sabap do Norte S.A., Brasileira de Artefatos Plásticos, de Recife (Pe).

Decreto nº 55.270, de 22 de dezembro de 1964.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar Nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Fábrica de Tecidos Nazaré S.A.", de Nazaré, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.294 — de 29 de dezembro de 1964.

ISENÇÕES

— Prorroga vigência do Decreto nº 26, de 2 de outubro de 1961.

Decreto nº 55.596, de 19 de janeiro de 1965.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado neste descritos e consignados à empresa "Peixoto Gonçalves & Cia.", de Neópolis, Estado de Sergipe.

Decreto nº 55.598 — de 20 de janeiro de 1965.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrados e consignados à Companhia "Armazéns Gerais — Frigoríficos União S.A. — Friusa", de Salvador (Ba).

Decreto nº 55.600 — de 20 de janeiro de 1965.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrados e consignados à Companhia Cimento Portland de Sergipe", de Aracaju (Se).

Decreto nº 55.773 — de 19 de fevereiro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, similar nacional registrados, neste descritos e consignados a "S. A. Agenor Gordilho, Comércio e Indústria", de Salvador (Ba).

Decreto nº 55.774, de 19 de fevereiro de 1965.

ISENÇÕES

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descrito e consignados à empresa "companhia Empório Industrial do Norte", de Salvador (Ba).

Decreto nº 55.775, de 19 de fevereiro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descrito e consignado à "Usina São José S.A., de Igarapu, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 55.776, de 19 de fevereiro de 1965.

Isenta a Campanha Nacional de Merenda Escolar, do Ministério da Educação e Cultura, do pagamento de emolumentos consulares, licenças de importação, pedágios, taxas portuárias, aljandegárias e outras despesas, que recaiam sobre mercadorias e equipamentos importados por essa mesma Companhia ou a ela doados por entidades internacionais, governos estrangeiros ou entidades particulares, mediante acordos, convênios e outras formalidades de ajuste.

J

JORNADA LUSO-BRASILEIRA DE ENGENHARIA CIVIL (II).

Dispõe sobre a realização da "Segunda Jornada Luso-Brasileira de Engenharia Civil", e dá outras providências.

Decreto nº 55.240, de 18 de dezembro de 1954.

JOSE DE ALENCAR

Institui comissão para comemorações do centenário de "Iracema", de José de Alencar.

Decreto nº 55.752, de 12 de fevereiro de 1965.

JUTA

Reajusta os preços, básicos mínimos relativos à safra do ano agrícola 1954-65, para a juta e malva da Região Amazônica, constantes do Decreto nº 55.061, de 24 de novembro de 1964.

Decreto nº 55.829, de 11 de março de 1965.

L

LANÇA-PERFUMES

Proíbe em todo o território nacional a fabricação, o comércio e o uso de lança-perfumes e outros produtos perigosos para a saúde pública e dá outras providências.

Decreto nº 55.786, de 22 de fevereiro de 1965.

LEGAL & GENERAL ASSURANCE SOCIETY LIMITED

Concede à Legal & General Assurance Society Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações no país.

Decreto nº 54.634, de 27 de outubro de 1964.

LEI DE ACIDENTES DO TRABALHO.

Altera o Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho.

Lei nº 4.604, de 30 de março de 1965.

LEUCITA.

Autoriza a cidadã brasileira Angela Gebara a pesquisar leucita, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.423, de 31 de dezembro de 1964.

LEUCOFILITO.

Autoriza o cidadão brasileiro Rolf Mário Treuherz a perquisar leucofilito, no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.390, de 31 de dezembro de 1964.

LICENÇA DE EXPORTAÇÃO.

Dispõe sobre a unificação dos formulários de "Licença de Exportação" e de "Guia de Embarque".

Decreto nº 55.864, de 25 de março de 1965.

LUTO OFICIAL.

Declara luto oficial.

Decreto nº 55.624, de 25 de janeiro de 1965.

— *Declara luto oficial.*

Decreto nº 55.740, de 8 de fevereiro de 1965.

Declara luto oficial.

Decreto nº 55.804 — de 3 de março de 1965.

Declara luto oficial.

Decreto nº 55.850 — de 19 de março de 1965.

M**MAGISTÉRIO FEDERAL**

Relaciona, para os efeitos previstos no § 1.º do art. 4.º da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964, os cargos vinculados ao magistério federal dos níveis superior e médio e dá outras providências.

Decreto nº 55.244 — de 21 de dezembro de 1964.

Revoga o art. 2.º do Decreto número 54.097, de 5 de agosto de 1964.

Decreto nº 55.650 — de 29 de janeiro de 1965.

MAGNESITA

Autoriza Magnesium do Brasil Limitada a levar magnesita no município de Iguatu, Estado do Ceará.

Decreto nº 55.436 — de 31 de dezembro de 1964.

MALVA

Reajusta os preços básicos mínimos relativos à safra do ano agrícola 1964-65, para a juta e malva da Região Amazônica, constantes do Decreto nº 55.061, de 24 de novembro de 1964.

Decreto nº 55.829 — de 11 de março de 1965.

MANGANES

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Rodrigues da Silva a pesquisar dolomita, caulim, e minérios de ferro manganês, no município de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Publicado no D.O. de 20-11-64.

Retificação

Decreto nº 54.661 — de 20 de outubro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro João Antônio do Nascimento a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Gouvêa, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.693 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza a cidadã brasileira Francisca Silveira da Cunha a pesquisar minérios de ferro e manganês nos Municípios de Palhoça e Imarui, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 54.871 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Duarte a lavar minérios de ferro e manganês no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.901 — de 4 de novembro de 1964.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Maurício dos Santos Ertthal a pesquisar minérios de ferro, de ouro e de manganês, no Município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.910 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza a Mineração Urandi S.A. a lavar minério de manganês, no Município de Urandi, Estado da Bahia.

Decreto n.º 54.913 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Moeda a pesquisar dolomita, calcário, minérios de ferro e de manganês, nos municípios de Ouro Preto e Ouro Branco, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.052 — de 24 de novembro de 1964.

Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Paroia — CEFAR a pesquisar minérios de ferro e manganês, nos municípios de Brumadinho, Mateus Leme e Igaripê, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.126 — de 2 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Daniel da Fonseca Júnior a pesquisar minérios de manganês, no município de Jequiá, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.131 — de 2 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Joaquim Azevedo a pesquisar minério de manganês no município de Urandi, Estado da Bahia.

Decreto n.º 55.136 — de 3 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Machado Sales a pesquisar manganês no município de Canumã, Estado do Amazonas.

Decreto n.º 55.221 — de 15 de dezembro de 1964.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Alcides Alves da Cunha a pesquisar minério de manganês no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.250 — de 22 de dezembro de 1964.

Autoriza Metais de Goiás S.A. — METAGO — a pesquisar minério de manganês, no município de Xambodá, Estado de Goiás.

Decreto n.º 55.265 — de 22 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Benjamim Ferreira da Fonseca a pesquisar minério de manganês, no município de Casa Grande, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.325 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza Mineração Bonfim S.A. a lavar minério de manganês, no município de Manicoré, Estado do Amazonas.

Decreto n.º 55.413 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Empresa Comercial e Técnica de Minérios S.A. a lavar minério de manganês, no município de Caetité, Estado da Bahia.

Decreto n.º 55.435 — de 31 de dezembro de 1964.

Renova o Decreto n.º 46.310, de 30 de junho de 1959.

Decreto n.º 55.455 — de 5 de janeiro de 1965.

Renova o Decreto n.º 45.755, de 7 de abril de 1959.

Decreto n.º 55.466 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Freire de Carvalho a pesquisar minério de manganês no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.485 — de 8 de janeiro de 1965.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Wilson Félix Soares a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 55.507 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza Sociedade Carbonífera Próspera S.A. a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.548 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza Mineração e Usina Wigg S.A. a pesquisar minérios de ferro e manganês, e dolomita, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.550 — de 11 de janeiro de 1965.

Renova o Decreto n.º 49.020,, de 4 de outubro de 1964.

Decreto n.º 55.708 — de 2 de fevereiro de 1964.

MARAGNO & CIA. LTDA.

Concede à Maragno & Cia. Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 55.055 — de 24 de novembro de 1964.

MARCAÇÃO DE VOLUMES

Regulamenta a Lei n.º 4.557, de 10 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a marcação de volumes para exportação e dá outras providências.

Decreto n.º 55.760 — de 15 de fevereiro de 1965.

MARINHA

Estabelece normas para o emprêgo de meios aéreos para as operações navais.

Decreto n.º 55.627 — de 26 de janeiro de 1965.

MARINHA

Altera dispositivo do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 41.973, de 2 de abril de 1960.

Decreto n.º 55.796 — de 24 de fevereiro de 1965.

Altera o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto n.º 55.805 — de 4 de março de 1965.

Altera o Regulamento para a Pagadoria de Inativos e Pensionistas do Pessoal da Marinha (PIPM).

Decreto n.º 55.806 — de 4 de março de 1965.

Revoga dispositivos da "Regulamentação da Lei do Magistério da Marinha", aprovada pelo Decreto número 52.721, de 21 de outubro de 1963.

Decreto n.º 55.839 — de 15 de março de 1965.

Ver, também, ARMADA e
MINISTÉRIO DA MARINHA
MARINHA MERCANTE

Manda observar as regras do Decreto n.º 47.225, de 12 de novembro de 1959, nos casos que menciona.

Decreto n.º 55.231 — de 15 de dezembro de 1964.

MARMOR — INDÚSTRIA
DE MARMORE LIMITADA

Concede à MARMOR — Indústria de Mármore Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 55.532 — de 11 de janeiro de 1965.

MÁRMORE

Autoriza o cidadão brasileiro Ivo more e calcita, no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 55.177 — de 10 de dezembro de 1964.

MÁRMORE

Autoriza o cidadão brasileiro Tosi-haro Nonaka a pesquisar mármore, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.198 — de 11 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Tosi-haro Nonaka a pesquisar mármore no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.256 — de 22 de dezembro de 1964.

Autoriza a Indústria de Mármore Italia Ltda. a lavar mármore, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 55.259 — de 22 de dezembro de 1964.

Autoriza a Marmoaria Brasil Ltda., a pesquisar mármore, no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 55.263 — de 22 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Afonso da Silva a pesquisar mármore, no município de Morada Nova, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.327 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Indústria de Mármore Italia Ltda., a pesquisar mármore e calcário, no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 55.413 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza Marmoaria Brasil Ltda., a pesquisar mármore e pedras coradas no município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 55.445 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Cláudio Sant'Anna a pesquisar mármore e calcita, no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 55.700 — de 2 de fevereiro de 1965.

MÁRMORE

Autoriza o cidadão brasileiro Cláudio Sant'Anna a pesquisar mármore e calcita, no Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 55.701 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro José Feliciano Batista Neto a pesquisar mármore, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 54.859 — de 3 de novembro de 1964.

Autoriza a Indústria de Mármore Italia Ltda., a lavar mármore, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 54.896 — de 4 de novembro de 1964.

MÁRMORES NORDESTE LIMITADA

Concede à Mármore Nordeste Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 55.110 — de 2 de dezembro de 1964.

MATERIAL AUTOMOBILÍSTICO

Concede isenção dos impostos de consumo e de importação, excetuada a taxa de despacho aduaneiro, para a importação de material automobilístico, motores de explosão e de combustão interna e equipamentos para produção de energia elétrica.

Lei n.º 4.492 — de 24 de novembro de 1964.

MATERIAL CINEMATOGRAFICO

Concede, pelo prazo de 24 meses, isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e taxa de despacho aduaneiro para importação de equipamento e material cinematográfico.

(Publicada no D.O. de 16-12-64)

Retificação

Lei n.º 4.549 — de 10 de dezembro de 1964.

MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR MICA

Institui Grupo de Trabalho para estudo e execução de novas tendentes ao reequipamento hospitalar, mediante financiamento.

Decreto n.º 55.823 — de 19 de março de 1965.

MEDALHA DO MÉRITO MAUA

Institui a "Medalha do Mérito Mauá".

Decreto n.º 55.475 — de 7 de janeiro de 1965.

MEDALHA-PRÊMIO

Estabelece normas para a execução do Decreto n.º 51.061, de 27 de julho de 1961, que instituiu medalha-prêmio para os funcionários civis do Poder Executivo.

Decreto n.º 55.249 — de 21 de dezembro de 1964.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Martins Pedra a pesquisar quartzo e mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.892, de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Claridon Souza Ribeiro a pesquisar quartzo e mica no município de Coraci, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.902 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza a Empresa de Caolim Limitada a pesquisar caulim e mica, no município de Belmiro Braga, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.141 — de 4 de dezembro de 1964.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Nagib Salim a lavrar mica no município de Raul Soraes, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.178 — de 10 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Rábio Gabriel da Silva a pesquisar mica, no Município de Abre Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.220 — de 15 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Tilo Pacheco de Figueiredo a pesquisar mica, no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.337 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Dias de Souza a pesquisar mica e pedras coradas, no município de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.420 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro João Bosco de Carvalho a lavrar mica, no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.428 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Companhia Brasileira de Mica S.A. a pesquisar mica no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.437 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Batista Pereira a lavrar mica, no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.438 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a cidadã brasileira Maria Amélia Porto de Toledo Piza a pesquisar caulim e mica, no município de Paraibuna, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 55.501 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Arlindo Siqueira a pesquisar quartzo e mica no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.523 — de 11 de janeiro de 1965.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Ave-lino Fortunato de Andrade a pesquisar mica e pedras coradas no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.524 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro José Alves de Souza, a pesquisar Mica e Quartzo no Município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.682 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Paulista de Souza a pesquisar mica e pedras coradas, no município de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.703 — de 2 de fevereiro de 1965.

MICA DO BRASIL LTDA.

Concede à Mica do Brasil Ltda, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.223 — de 15 de dezembro de 1964.

MILHO

Dispõe sobre o reajuste dos preços básicos mínimos para as operações de financiamento ou aquisição: Arroz, Milho e Soja de produção nacional, da safra de 1964-1965, fixado pelo Decreto nº 54.294, de 18 de setembro de 1964.

Decreto nº 55.810 — de 5 de março de 1965.

Aprova as novas especificações para a classificação e fiscalização da exportação do milho, visando à sua padronização.

Decreto nº 55.858 — de 3 de novembro de 1964.

MILITARES

Regulamenta a execução, em tempo de paz, do transporte de pessoal e de bagagem dos militares do Exército, Marinha e Aeronáutica e dá outras providências.

Decreto nº 55.619 — de 22 de janeiro de 1965.

MILITARES

Inclui localidades nas exceções de que trata o art. 1º do Decreto número 54.466, de 14 de outubro de 1964.

Decreto nº 55.790 — de 23 de fevereiro de 1965.

Ver, também: *Aeronáutica, Exército e Marinha.*

MINA DA BOA VISTA S.A.

Concede à Mina da Boa Vista S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.328 — de 31 de dezembro de 1961.

MINERAÇÃO ÁGUA LIMPA S.A.

Concede à Mineração Agua Limpa S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.129 — de 2 de dezembro de 1964.

MINERAÇÃO CRUZEIRO LIMITADA

Concede à Mineração Cruzeiro Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.355 — de 31 de dezembro de 1964.

MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Concede à Mineração Indústria e Comércio Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.983 — de 12 de novembro de 1964.

MINÉRIOS SÃO JOÃO BATISTA DE MUQUI LIMITADA

Concede à Mineiros São João Batista de Muqui Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.053 — de 24 de novembro de 1964.

MINERAÇÃO SÃO LUIZ COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.

Concede à Mineração São Luiz Comércio e Indústria S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.381 — de 31 de dezembro de 1964.

MINERAÇÃO SÃO SEVERINO S.A.

Concede à Mineração São Severino S.A. — Comércio e Indústria autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.716 — de 2 de fevereiro de 1965.

MINERAÇÃO VALE DO ITAPECURU S.A.

Concede à Mineração Vale do Itapicurú S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.876 — de 4 de novembro de 1964.

MINÉRIOS DO BRASIL LTDA.

Concede à Minérios do Brasil Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.440 — de 31 de dezembro de 1964.

MINÉRIOS E METAIS UNIÃO S.A.

Concede à Minérios e Metais União S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.111 — de 2 de dezembro de 1964.

MINÉRIOS NACIONAIS LTDA.

Concede à Minérios Nacionais Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.096 — de 1 de dezembro de 1964.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Homologa escritura e autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação dos terrenos do Aeroporto de Divinópolis (MG).

Decreto nº 55.206 — A, de 14 de dezembro de 1964.

Altera o Regulamento da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica.

Decreto nº 55.854 — de 22 de março de 1965.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno situada entre a estação de Bento Ribeiro e o Campo dos Afonsos, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.883, de 31 de março de 1965.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 18 de dezembro de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma S. Manela & Cia. Ltda.

Decreto Legislativo nº 3, de 1965.

Determina o registro do termo de 7 de novembro de 1961, aditivo ao contrato celebrado em 2 de dezembro de 1960, entre a Divisão de Obras do Ministério da Agricultura e a Atlas do Brasil Indústria e Comércio S.A.

Decreto Legislativo nº 8, de 1965.

Autoriza ao Ministério da Fazenda a efetivar a compra da "Fazenda Santo Antônio", situada entre a margem direita do Rio Negro e o Paraná de Xiborena, que liga o Rio Negro ao Solimões, no Município e Segundo Distrito de Manaus no Estado do Amazonas.

Decreto nº 55.802 — de 26 de fevereiro de 1965.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 15 de março de 1954 entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura e a Companhia Brasileira de Material Elétrico.

Decreto Legislativo nº 2, de 1965

Approva o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 52.794 — de 31 de outubro de 1963.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Retifica o Decreto nº 52.794, de 31 de outubro de 1963.

Decreto nº 55.311 — de 30 de dezembro de 1964.

Cria função na antiga Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Educação e Cultura, em cumprimento de decisão judicial passada em julgado e dá outras providências.

Decreto nº 55.592 — de 19 de janeiro de 1965.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 28 de fevereiro de 1961, entre a Fazenda Nacional e Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque.

Decreto Legislativo nº 5, de 1965.

Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000,00, destinado a atender às despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninos, Estado da Bahia.

Lei nº 4.547 — de 10 de dezembro de 1964.

Suprime cargo extinto.

Decreto nº 55.472, de 6 de janeiro de 1965.

Suprime cargo extinto.

Decreto nº 55.537 — de 11 de janeiro de 1965.

Estabelece a jurisdição e sede das Regiões Fiscais.

Decreto nº 55.770 — de 10 de fevereiro de 1965.

Aprova o Regimento do Departamento de Arrecadação do Ministério da Fazenda, cria e extingue funções gratificadas.

Decreto nº 55.771 — de 19 de fevereiro de 1965.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros) para atender às despesas que especifica.

Decreto nº 55.772 — de 19 de fevereiro de 1965.

Aprova a lotação numérica e nominal dos cargos de Fiel do Tesouro do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto nº 55.813 — de 8 de março de 1965.

Dispõe sobre a organização e funcionamento do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

Decreto nº 55.827 — de 11 de março de 1965.

Aprova o Regimento do Departamento de Rendas Internas, e dá outras providências.

Decreto nº 55.853 — de 22 de março de 1965.

Aprova o Regimento do Departamento do Imposto de Renda, cria e extingue funções gratificadas.

Decreto nº 55.855 — de 24 de março de 1965.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Atribui ao Ministério da Guerra, mediante convênio com o Ministério da Viação e Obras Públicas, os encargos de implantação, melhoramentos e pavimentação em trechos de rodovias nacionais.

Decreto nº 55.552 — de 12 de janeiro de 1965.

Decreto nº 55.559 — de 15 de janeiro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 55.755 — de 12 de fevereiro de 1965.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Dispõe sobre o horário de trabalho nas Fábricas e Unidades de Engenharia de Construção, do Ministério da Guerra.

Decreto nº 55.756 — de 17 de fevereiro de 1965.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Autoriza ao Ministério da Fazenda a efetivar a compra da "Fazenda Santo Antônio", situada entre a margem direita do Rio Negro e o Paraná de Xiborena, que liga o Rio Negro ao Solimões, no Município e Segundo Distrito de Manaus no Estado do Amazonas.

Decreto nº 55.802 — de 26 de fevereiro de 1965.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Dispõe sobre o pessoal — mão-de obra dos Estabelecimentos e Seções Comerciais de Serviços Industrializados do Ministério da Guerra.

Decreto nº 55.812 — de 5 de março de 1965.

Autoriza o Serviço de Patrimônio da União a aceitar uma área de terreno em Lapa — PR, destinada ao Ministro da Guerra.

Decreto nº 55.830 — de 12 de março de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 55.831 — de 12 de março de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 55.832 — de 12 de março de 1965.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Dispõe sobre a dispensa de servidores dos Serviços de Propaganda e Expansão Comercial — SEPRO.

Decreto nº 55.800 — de 25 de fevereiro de 1965.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 14.600.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 55.778 — de 19 de fevereiro de 1965.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), para a construção do Quartel de Fuzileiros Navais de Brasília.

Lei nº 4.605 — de 30 de março de 1965.

Altera o Regulamento para a Escola Naval.

Decreto nº 55.731 — de 3 de fevereiro de 1965.

Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Ministério da Marinha.

Decreto nº 55.744 — de 10 de fevereiro de 1965.

MINISTÉRIO DAS MINAS e ENERGIA

Classifica os cargos de nível superior do Ministério das Minas e Energia e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.237 — de 17 de dezembro de 1964.

Aprova o Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil e dá outras providências.

Decreto nº 55.837 — de 12 de março de 1965.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Transforma o Consulado Privativo do Brasil em Cobiya, Bolívia, em Consulado Honorário.

Decreto nº 55.490 — de 8 de janeiro de 1965.

Cria o Consulado Privativo do Brasil em Posadas, Argentina.

Decreto nº 55.491 — de 8 de janeiro de 1965.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES**

Dispõe sobre a dispensa de servidores dos Serviços de Propaganda e Expansão Comercial — SEPRO.

Decreto nº 55.800 — de 25 de fevereiro de 1965.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Aprova o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.

Decreto nº 55.276 — de 22 de dezembro de 1964.

Altera as denominações de órgãos do Serviço Nacional de Doenças Mentais do Ministério da Saúde e dá outras disposições.

Decreto nº 55.474 — de 7 de janeiro de 1965.

Exclui o pessoal em exercício nas Campanhas de Erradicação da Malária e de combate a endemias do Ministério da Saúde, do regime previsto no Decreto nº 50.524-61, alterado pelo de nº 52.388-63.

Decreto nº 55.814 — de 8 de março de 1965.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Aprova o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Quadro de Pessoal do Ministério do Trabalho e Previdência Social (antigo MIC).

Decreto nº 55.443 — de 5 de janeiro de 1965.

Classifica os cargos de nível superior do Ministério do Trabalho e Previdência Social e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.564 — de 13 de janeiro de 1965.

Aprova o Regulamento de que trata o art. 29 da Lei nº 4.589, de 1964.

Decreto nº 55.784 — de 19 de fevereiro de 1965.

Aprova o Regimento da Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 55.792 — de 24 de fevereiro de 1965.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Acresce parágrafo único ao art. 4º do Regimento do Gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 55.793 — de 24 de fevereiro de 1965.

Cria a tabela de funções gratificadas do Gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 55.794 — de 24 de fevereiro de 1965.

Retifica o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 55.784, de 19 de fevereiro de 1965, nos dispositivos que menciona.

Decreto nº 55.838 — de 12 de março de 1965.

Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.

Decreto nº 55.841 — de 15 de março de 1965.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E
OBRAS PÚBLICAS**

Lei nº 4.449 — de 29 de outubro de 1964.

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000,00 para o fim que menciona.

Decreto nº 55.243 — de 18 de dezembro de 1964.

Atribui ao Ministério da Guerra, em convênio com o Ministério da Viação e Obras Públicas, os encargos de implantação, melhoramentos e pavimentação, em trechos de rodovias nacionais.

Decreto nº 55.552 — de 12 de janeiro de 1965.

Altera o Regimento do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto nº 55.622 — de 22 de janeiro de 1965.

Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto nº 55.647 — de 28 de janeiro de 1965.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Suprime cargo extinto.

Decreto nº 55.821 — de 9 de março de 1965.

MINISTRO EXTRAORDINÁRIO

Altera os arts. 10 e 11 e seu parágrafo único do Decreto nº 53.914, de 11 de maio de 1964.

Decreto nº 55.785 — de 22 de fevereiro de 1965.

Altera a redação do art. 10 do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1964.

Decreto nº 55.851 — de 22 de março de 1965.

MOTORES DE EXPLOSAO

Concede isenção dos impostos de consumo e de importação, excetuada a taxa de despacho aduaneiro, para a importação de material automobilístico, motores de explosão e de combustão interna e equipamento para produção de energia elétrica.

Lei nº 4.492 — de 24 de novembro de 1964.

MUSEU VILLA LOBOS

Dispõe sobre a utilização do prédio sito à Praia do Flamengo nº 132, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.591 — de 19 de janeiro de 1965.

N

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à sociedade Navegação Rio-Apa Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 54.676 — de 29 de outubro de 1964.

Concede à sociedade Navegação Aliança Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 54.998 — de 13 de novembro de 1964.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Prorroga, até 31 de dezembro de 1965, o prazo para aproveitamento dos navios estrangeiros na cabotagem nacional.

Decreto nº 55.476 — de 7 de janeiro de 1965.

Concede à sociedade L. Figueiredo Navegação S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 55.569 — de 18 de janeiro de 1965.

Concede à sociedade Navegação Mercantil S. A. — NAVEM, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 55.570 — de 18 de janeiro de 1965.

Concede à sociedade Serviços Marítimos Camuyrano S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 55.572 — de 18 de janeiro de 1965.

Concede à Empresa de Navegação Sant'Ana Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 55.574 — de 18 de janeiro de 1965.

Concede à Sociedade Navegação Petrolífera Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 55.679 — de 1 de fevereiro de 1965.

Prorroga até 31 de dezembro de 1965, o prazo para aproveitamento dos navios tanques estrangeiros na cabotagem nacional.

Decreto nº 55.757 — de 12 de fevereiro de 1965.

Concede à sociedade Brasilmar Meridional de Navegação Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 55.836 — de 12 de março de 1965.

NAVIOS TANQUES

Prorroga até 31 de dezembro de 1965, o prazo para aproveitamento dos navios tanques estrangeiros na cabotagem.

Decreto nº 55.757 — de 12 de fevereiro de 1965.

NORDESTE

Disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do nordeste.

Lei nº 4.593 — de 29 de dezembro de 1964.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional, registrado e consignados à Empresa "Sabap do Norte S. A. Brasileira de Artefatos Plásticos", de Recife (Pe).

Decreto nº 55.270 — de 22 de dezembro de 1964.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Fábrica de Tecidos Nazaré S. A.", de Nazaré, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.294 — de 29 de dezembro de 1964.

Institui, com sede em Recife, Pernambuco, a Comissão Especial de Estudo das Condições Sociais do Nordeste (CEECSN).

Decreto nº 55.554 — de 14 de janeiro de 1965.

Prorroga vigência do Decreto número 26, de 12 de outubro de 1961.

Decreto nº 55.496 — de 19 de janeiro de 1965.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado e consignado à "Companhia de Tecidos Paulista", de Paulista — Pe.

Decreto nº 55.599 — de 20 de janeiro de 1965.

NORDESTE

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado e consignados a empresa "Companhia de Cimento Portland Goiás", de Ipubi, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 55.601 — de 20 de janeiro de 1965.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrados e consignados à Companhia Cimento Portland de Sergipe", de Aracaju (Se).

Decreto nº 55.773 — de 19 de fevereiro de 1965.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "S. A. Agenor Gordilho Comércio e Indústria", de Salvador (Ba).

Decreto nº 55.774 — de 19 de fevereiro de 1965.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Companhia Empório Industrial do Norte", de Salvador (Ba).

Decreto nº 55.775 — de 19 de fevereiro de 1965.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "Usina São José S. A.", de Igarassu, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 55.776 — de 19 de fevereiro de 1965.

NORDESTE

Fixa o preço básico mínimo para o financiamento ou aquisição de feijão produzido no Nordeste do País, do gênero "macaçar" ou "de corda", para o ano agrícola de 1965.

Decreto nº 55.783 — de 19 de fevereiro de 1965.

Regulamenta os artigos 24 a 27 e 32, da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, que dispõem sobre o Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste (FEANE).

Decreto nº 55.858 — de 24 de março de 1965.

NORTHERN CAMPS LIMITED

Concede à sociedade anônima Northern Camps Limited autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 55.567 — de 18 de janeiro de 1965.



OCEÂNICA COMPANHIA

BRASILEIRA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Oceânica Companhia Brasileira de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.305 — de 30 de dezembro de 1964.

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Oceânica Companhia Brasileira de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 55.306 — de 31 de dezembro de 1964.

OCIDENTAL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Concede à Ocidental Companhia de Seguros Gerais, autorização para funcionar e aprovar os seus Estatutos.

Decreto nº 55.576 — de 18 de janeiro de 1965.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Estabelece normas de execução financeira para o exercício de 1965.

Decreto nº 55.789 — de 23 de fevereiro de 1965.

ORÇAMENTOS

Fixa normas sobre orçamentos analíticos e dá outras providências.

Decreto nº 55.511 — de 11 de janeiro de 1965.

Estabelece o Fundo de Reserva nas dotações orçamentárias para o exercício de 1965.

Decreto nº 55.623 — de 22 de janeiro de 1965.

ORDEM DO MÉRITO

DESPORTIVO UNIVERSITÁRIO

Aprova o regulamento da Ordem do Mérito Desportivo Universitário, criada com o Decreto nº 52.321, de 5 de agosto de 1963.

Decreto nº 55.585 — de 18 de janeiro de 1965.

ORDEM DO MÉRITO MÉDICO

Altera o Regulamento da Ordem do Mérito Médico, aprovado pelo Decreto nº 29.198, de 24 de janeiro de 1951.

Decreto nº 55.878 — de 30 de março de 1965.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Aprova a nova redação do Regulamento da Comissão Nacional de Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

Decreto nº 55.162 — de 8 de dezembro de 1964.

ORGANISMOS REGIONAIS

Altera a redação do art. 10 do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1964.

Decreto nº 55.851 — de 22 de março de 1965.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Baptista Pereira a pesquisar ouro aluvionar no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 55.403 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Baptista Pereira a pesquisar ouro aluvionar no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 55.404 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Baptista Pereira a pesquisar ouro aluvionar no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 55.405 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Lázaro dos Reis a pesquisar ouro e diamantes nos municípios de Grão Mogol e Turmalina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.441 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza a Empresa Brasileira de Engenharia S.A. a pesquisar ouro no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 55.478 — de 8 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Cesar a pesquisar ouro no município de Petre, Estado de Goiás.

Decreto nº 55.479 — de 8 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro David Paulo Dana a lavar diamante e ouro no município de Itupiranga, Estado do Pará.

M. Decreto nº 54.780 — de 30 de outubro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Maurício dos Santos Erthal a pesquisar minérios de ferro, de ouro e de manganes, no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.910 — de 4 de novembro de 1964.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Murilo Souto a pesquisar ouro no município de Peixe, Estado de Goiás.

Decreto nº 55.105 — de 2 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro João Gilson Chaves a pesquisar diamantes e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.112 — de 2 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Murilo Souto a pesquisar ouro no município de Peixe, Estado de Goiás.

Decreto nº 55.213 — de 15 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Murilo Souto a pesquisar ouro no município de Petre, Estado de Goiás.

Decreto nº 55.214 — de 15 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Dâniel Luiz do Nascimento a pesquisar ouro e diamante nos municípios de Diamantina e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.264 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Murilo Souto a pesquisar ouro no município de Peixe, Estado de Goiás.

Decreto nº 55.313 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Murilo Souto a pesquisar ouro no município de Peixe, Estado de Goiás.

Decreto nº 55.314 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Baptista Pereira a pesquisar ouro aluvionar no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 55.320 — de 31 de dezembro de 1964.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Baptista Pereira a pesquisar ouro aluvionar no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 55.321 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro João de Deus Reis a pesquisar ouro e diamante no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.330 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Luís Maximiano dos Santos a pesquisar ouro no município de Caem, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.505 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Cesar a pesquisar ouro no município de Peixe, Estado de Goiás.

Decreto nº 55.519 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Cesar a pesquisar ouro no município de Peixe, Estado de Goiás.

Decreto nº 55.520 — de 11 de janeiro de 1965.

P

PARANÁ COMÉRCIO
ADMINISTRAÇÃO S.A.

Concede à Paraná Comércio Administração S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.405 — de 11 de janeiro de 1965.

PASSAGEIROS EM VIAGEM
MARÍTIMA

Dispõe sobre a lista consular de passageiros em viagem marítima, seu desembarque e dá outras providências.

Decreto nº 55.644 — de 27 de janeiro de 1965.

PEDRAS CORADAS

Autoriza Esmeraldas de Conquista Limitada a pesquisar pedras coradas no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Decreto nº 54.872 — de 4 de novembro de 1964.

Renova o Decreto nº 969, de 15 de março de 1962.

Decreto nº 54.893 — de 4 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro José Quaresma de Oliveira a pesquisar pedras coradas no município de Carlos Chagas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.114 — de 2 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Dias de Souza a pesquisar mica e pedras coradas no município de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.420 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza Marmoraria Brasil Ltda. a pesquisar mármore e pedras coradas no município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 55.445 — de 5 de janeiro de 1965.

Renova o Decreto nº 49.655, de 31 de dezembro de 1960.

Decreto nº 55.456 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Ave-lino Fortunato de Andrade a pesquisar mica e pedras coradas no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.524 — de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Paulista de Souza a pesquisar mica e pedras coradas no município de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.703 — de 2 de fevereiro de 1965.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Francisco Vieira Correta a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.550 — de 22 de outubro de 1964.

Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de ajoramento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanábara.

Decreto nº 54.551 — de 22 de outubro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Arnaldo Campos a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.552 — de 22 de outubro de 1964.

Autoriza a Sociedade Industrial Redelvim Andrade Ltda. a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.666 — de 29 de outubro de 1964.

Autoriza a firma E. Ritz, Representantes, Importadores, Exportadores, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.667 — de 29 de outubro de 1964.

Autoriza Abrahão Ramos da Silva a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.668 — de 29 de outubro de 1964.

Autoriza Teófilo Rodrigue sde Souza a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.669 — de 29 de outubro de 1964.

Autoriza a Mineração Mascote Ltda. a pesquisar pedras preciosas.

Decreto nº 54.670 — de 29 de outubro de 1964.

Autoriza a firma SCAE — Serviços Complementares de Arquitetura e Engenharia Ltda. a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.758 — de 30 de outubro de 1964.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Carlos José Ribeiro Mello a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.759 — de 20 de outubro de 1964.

Autoriza Manoel Mendes da Silva a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.760 — de 30 de outubro de 1964.

Autoriza Willi Zweisch a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.761 — de 30 de outubro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro José Bispo de Sant'Ana a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.762 — de 30 de outubro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Lercino de Souza a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.763 — de 30 de outubro de 1964.

Autoriza Carlos Paschoal dos Santos a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.764 — de 30 de outubro de 1964.

Autoriza a firma Atlanta Representações a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.765 — de 30 de outubro de 1964.

Autoriza a firma Almeida Cruz a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.766 — de 30 de outubro de 1964.

Autoriza Sebastião Hugo Teixeira a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.978 — de 12 de outubro de 1964.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Constantino Pedro de Vasconcelos a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.979 — de 12 de outubro de 1964.

Autoriza Alceu Alves Peixoto a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.980 — de 12 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Bedrich Gabriel Sussland a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.982 — de 12 de novembro de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 10.000.000.000, para o fim que especifica.*

Decreto nº 55.846 — de 18 de março de 1965.

PETRÓLEO E DERIVADOS

Fixa normas para a execução do disposto no parágrafo 6.º, do artigo 15 e letra "d" do inciso II, do artigo 13, da Lei número 4.452, de 5 de novembro de 1964.

Decreto nº 55.488 — de 8 de janeiro de 1965.

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA

Altera os artigos 10 e 11 e seu parágrafo único do Decreto nº 53.914, de 11 de maio de 1964.

Decreto nº 55.785 — de 22 de fevereiro de 1965.

PLANO MESTRE DECENAL PARA AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Aprova o Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil, e dá outras providências.

Decreto nº 55.837 — de 12 de março de 1965.

PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

Aprova o Plano Nacional de Viação.

Lei nº 4.592 — de 29 de dezembro de 1964.

PODER JUDICIÁRIO

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 1.360.000,00, em favor do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Lei nº 4.579 — de 11 de dezembro de 1964.

— *Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3.ª Região, e dá outras providências.*

Lei nº 4.608 — de 31 de março de 1965.

— *Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria e Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei nº 4.600 — de 31 de março de 1965.

— *Fixa novos valores para os símbolos dos cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região, e dá outras providências.*

Lei nº 4.610 — de 31 de março de 1965.

— *Abre ao Poder Judiciário e Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.*

Decreto nº 55.561 — de 18 de janeiro de 1965.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais — o crédito suplementar de Cr\$ 175.327.900,00, para execução da Lei número 4.351, de 6 de julho de 1964.*

Decreto nº 55.562 — de 18 de janeiro de 1965.

POLÍTICA MONETÁRIA

*Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Credi-
cias, cria o Conselho Monetário
Nacional, e dá outras providências.*

Lei n.º 4.595 — de 31 de dezembro
de 1964.

PREÇOS MÍNIMOS

*Fixa o preço básico mínimo para
o financiamento ou aquisição de
feijão produzido no Nordeste do País,
do gênero "macaçar", ou "de corda",
para o ano agrícola de 1955.*

Decreto n.º 55.783 — de 19 de fe-
vereiro de 1965.

*Altera o preço básico mínimo para
o financiamento ou aquisição de al-
godão na região meridional do País,
das safras 1964-65 e 1965-66, fixado
pelo Decreto n.º 54.294, de 18 de se-
tembro de 1964.*

Decreto n.º 55.808 — de 5 de
março de 1965.

— *Fixa os preços básicos mínimos
para o financiamento ou aquisição do
algodão em pluma da região seten-
trional do País, da safra de 1965.*

Decreto n.º 55.809 — de 5 de
março de 1965.

*Dispõe sobre o reajustamento dos
preços básicos mínimos para as ope-
rações de financiamento ou aquisi-
ção Arroz, Milho e Soja de produ-
ção nacional da safra de 1964-1965,
fixado pelo Decreto n.º 54.294, de 18
de setembro de 1964.*

Decreto n.º 55.810 — de 5 de março
de 1965.

*Fixa os preços básicos mínimos para
o financiamento ou aquisição de Fari-
nha de Mandioca da safra de 1965.*

Decreto n.º 55.811 — de 5 de março
de 1965.

PREÇOS MÍNIMOS

*Reajusta os preços básicos mini-
mos relativos à safra do ano agra-
cola 1965-66, para a juta e malva
da Região Amazônica, constante do
Decreto de 1964.*

Decreto n.º 55.829 — de 11 de
março de 1965.

PREFEITURAS.

*Outorga ao Município de Campina
Verde, Estado de Minas Gerais, con-
cessão para distribuir energia elé-
trica.*

Decreto n.º 54.642, — de 28 de ou-
tubro de 1964.

*Outorga ao Município de São Cae-
tano de Odéias concessão para dis-
tribuir energia elétrica.*

(Publicado no D. O. de 4-12-64)

Retificação

Decreto n.º 54.692 — de 29 de ou-
tubro de 1964.

*Outorga ao Município de Gararu,
Estado de Sergipe, concessão para
distribuir energia elétrica.*

Publicado no D. O. de 4-12-64.

Retificação

Decreto n.º 54.693 — de 29 de ou-
tubro de 1964.

*Restringe a zona de concessão da
Prefeitura de Iporã e outorga, à Cen-
trais Elétricas de Goiás S.A., con-
cessão para distribuir energia elétrica no
Município de Israelândia, Estado de
Goiás.*

Decreto n.º 55.348, — de 31 de de-
zembro de 1964.

*Transfere da Prefeitura Municipal
de Estrela para a Companhia Esta-
dual de Energia Elétrica a concessão
para produzir e distribuir energia elé-
trica.*

Decreto n.º 53.359 — de 31 de de-
zembro de 1964.

PREFEITURAS

Outorga ao Município de Jeceaba, concessão para distribuir energia elétrica no Município, e dá outras providências.

Decreto n.º 55.449 — de 5 de janeiro de 1965.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Itabira a pesquisar minério de ferro no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.541 — de 11 de janeiro de 1965.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA.

Abre pela Presidência da República o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 55.648 — de 28 de janeiro de 1965.

Concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, a fim de atender ao convite do Governo da República do Paraguai.

Decreto Legislativo n.º 10, de 1956.

Concede a denominação de "Cidade Monumento da História Pátria" à cidade de São Vicente, no Estado de São Paulo.

Lei n.º 4.603 — de 20 de março de 1965.

PREVIDENCIA SOCIAL.

Da nova redação ao artigo 384 do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto número 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.

Decreto n.º 55.856 de 23 de março de 1965.

QUARENTENARIO.

Revogam-se os decretos ns. 50.193 e 50.194, ambos de 28 de janeiro de 1961, e o de n.º 1.198 de 19 de junho de 1962.

Decreto n.º 55.292, de 29 de dezembro de 1964.

Q

QUARTZITO

Autoriza o cidadão brasileiro José Ribeiro de Resende a pesquisar quartzito no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.254, de 22 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Iwan Oleg Von Hertwig a pesquisar quartzito, no município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 55.335, de 31 de dezembro de 1964.

— *Autoriza a firma Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — I. B. A. R. a pesquisar quartzito no município de Itapera, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 55.494, de 8 de janeiro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Mafra Pompeu a pesquisar quartzito no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 55.587, de 2 de fevereiro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Américo Sammarone Júnior a pesquisar argila, quartzito e caulim, no município de Jundiaí, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 54.872, de 4 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Stefano Quaranta a lavar tremolita, agalmatolito e quartzito, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 54.914, de 4 de novembro de 1964.

— *Renova o Decreto n.º 48.618, de 25 de julho de 1960.*

Decreto n.º 54.916, de 4 de novembro de 1964.

QUARTZITO

— *Autoriza a empresa de mineração Porcelana e Steatita S.A. a pesquisar feldspato e quartzito no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

Decreto nº 54.988, de 13 de novembro de 1964.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro José Rosim a lavar quartzo, no município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.027, de 18 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Menezes de Oliveira a pesquisar quartzo e mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 55.255, de 22 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Laurindo da Silva Pereira a pesquisar quartzo e águas marninhas, no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 55.345, de 31 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Antônio de Oliveira a pesquisar feldspato, caulim e quartzo no município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 55.419, de 31 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Costa a pesquisar feldspato e quartzo, no município de São Sebastião da Gramma, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 55.430, de 31 de dezembro de 1964.

— *Renova o Decreto nº 49.655, de 31 de dezembro de 1960.*

Decreto nº 55.456, de 5 de janeiro de 1965.

QUARTZITO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Ribeiro a pesquisar caulim e quartzo, no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 55.497, de 11 de janeiro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro, Arlindo Siqueira a pesquisar quartzo e mica no município de Santa Maria do Suaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 55.523 — de 11 de janeiro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Alves de Souza, a pesquisar mica e quartzo no Município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 55.682, de 2 de fevereiro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pinto de Moraes a pesquisar feldspato e quartzo no Município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 55.685, de 2 de fevereiro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Felipe Neri de Souza a pesquisar quartzo, no Município de Barra das Garças, Estado de Mato Grosso.*

Decreto nº 55.694, de 2 de fevereiro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benjamim Camargos a pesquisar quartzo e caulim, no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 55.710, de 2 de fevereiro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Altino José Antunes a pesquisar quartzo e mica, no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.851, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Martins Peñra a pesquisar quartzo e mica, no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.892, de 4 de novembro de 1964.

QUARTZITO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Claridson Souza Ribeiro a pesquisar quartzo e mica, no Município de Coaraci, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.902, de 4 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rubem do Nascimento a pesquisar quartzo no Município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 54.921, de 4 de novembro de 1964.

— *Retifica o art. 1º do Decreto número 53.450, de 20 de janeiro de 1964.*

Decreto nº 54.991, de 13 de novembro de 1964.

R

RADIOCOMUNICAÇÕES

Cria um Grupo de Trabalho, com a finalidade de estudar a organização dos Serviços de Contrôlo, Escuta e Localização de Estações Emissoras.

Decreto nº 55.819, de 8 de março de 1965.

RADIODIFUSÃO

Isenta do imposto de importação e de consumo, equipamento a ser importado pela Rádio Sociedade Gaúcha Sociedade Anônimo.

Lei nº 4.596, de 22 de fevereiro de 1965.

— *Isenta do imposto de importação equipamento de televisão importado pela Rádio Rio Limitada (TV-Rio).*

Lei nº 4.598, de 22 de fevereiro de 1965.

— *Outorga concessão à Televisão Guajará S. A., para estabelecer uma estação de televisão.*

Decreto nº 55.225, de 15 de dezembro de 1964.

— *Altera o art. 2º do Decreto número 55.782, de 19 de fevereiro de 1965, e as cláusulas contratuais que o acompanham.*

Decreto nº 55.879, de 30 de março de 1965.

RADIOESCUTA

Dá nova redação no art. 25 do Decreto 51.902-63, referente à criação de Postos de Radioescuta, da Diretoria de Telégrafos, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Decreto nº 55.652, de 29 de janeiro de 1965.

RECURSOS

Institui Comissão Especial para o fim que especifica.

Decreto nº 55.749, de 11 de fevereiro de 1965.

Aprova o Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil e dá outras providências.

Decreto nº 55.837 — de 12 de março de 1965.

Dispõe sobre vencimentos e salários do pessoal da Rede Ferroviária Federal S. A., e dá outras providências.

Lei nº 4.564 — de 11 de dezembro de 1964.

Retifica relação que, acompanhou o Decreto nº 51.523, de 25 junho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções da Rede Mineira de Viação.

Decreto nº 55.678 — de 1 de fevereiro de 1965.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento do Colégio Pedro II.

Decreto nº 55.235 — de 17 de dezembro de 1964.

— *Altera o Regimento do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 55.622 — de 22 de janeiro de 1965.

— *Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Telecomunicações.*

Decreto nº 55.625 — de 25 de janeiro de 1965.

REGIMENTOS

— *Altera o Regimento do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Decreto n.º 55.742 — de 9 de fevereiro de 1965.

— *Aprova o Regimento do Departamento de Arrecadação do Ministério da Fazenda, cria e extingue funções gratificadas.*

Decreto n.º 55.771 — de 19 de fevereiro de 1965.

— *Aprova o Regimento da Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho e Previdência Social.*

Decreto n.º 55.792 — de 24 de fevereiro de 1965.

— *Acresce parágrafo único ao artigo 4º do Regimento do Gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência Social.*

Decreto n.º 55.793 — de 24 de fevereiro de 1965.

— *Aprova o Regimento do Departamento de Rendas Internas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 55.853 — de 22 de março de 1965.

— *Aprova o Regimento do Departamento do Imposto de Renda, cria e extingue funções gratificadas.*

Decreto n.º 55.855 — de 24 de março de 1965.

— *Altera o Regimento do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 55.867 — de 25 de março de 1965.

— *Aprova o Regimento do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 55.875 — de 20 de março de 1965.

REGIMENTOS

Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Desportivo Universitário, criado com o Decreto n.º 52.321, de 5 de agosto de 1963.

Decreto n.º 55.585 — de 13 de janeiro de 1965.

— *Altera o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R-1), aprovado pelo Decreto n.º 42.018, de 9 de agosto de 1957.*

Decreto n.º 55.621 — de 22 de janeiro de 1965.

— *Dá nova redação ao Regulamento aprovado pelo Decreto número 1.246, de 1 de dezembro de 1936.*

Decreto n.º 55.649 — de 28 de janeiro de 1965.

— *Aprova o Regulamento para arrecadação, aplicação e fiscalização das duas taxas de dez por cento, constitutivas dos Fundos de Melhoramentos e de Renovação Patrimonial e que fazem parte do Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários.*

Decreto n.º 55.651 — de 29 de janeiro de 1965.

— *Altera o Regulamento do Estado-Maior das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n.º 26.607, de 27 de abril de 1949, e dá outras providências.*

Decreto n.º 55.713 — de 2 de fevereiro de 1965.

— *Dá nova redação a alínea "a" do art. 35, do Regulamento de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica.*

Decreto n.º 55.729 — de 3 de fevereiro de 1965.

— *Altera o Regulamento para a Escola Naval.*

Decreto n.º 55.731 — de 3 de fevereiro de 1965.

— *Dá nova redação à letra "b" do art. 22, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 34.999, de 2 de fevereiro de 1954.*

Decreto n.º 55.735 — de 4 de fevereiro de 1965.

REGIMENTOS

— *Altera a redação do art. 66 e acrescenta dispositivo do art. 73 do Regulamento Disciplinar do Exército.*

Decreto nº 55.751 — de 11 de fevereiro de 1965.

— *Altera o Capítulo VII da 1.ª Parte do RUPE (Decreto nº 30.163, de 13 de novembro de 1951).*

Decreto nº 55.763 — de 17 de fevereiro de 1965.

— *Acrescenta dispositivos entre os itens 3 e 4 da letra "e" do art. 4º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 30.163, de 13-11-1951 e ao art. 11, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 34.999, de 2-2-1954.*

Decreto nº 55.764 — de 17 de fevereiro de 1965.

— *Dá nova redação ao art. 32 do Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.*

Decreto nº 55.787 — de 22 de fevereiro de 1965.

— *Altera o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.*

Decreto nº 55.805 — de 4 de março de 1965.

— *Altera o Regulamento para a Pagadoria de Inativos e Pensionistas do Pessoal da Marinha (PIPM).*

Decreto nº 55.806 — de 4 de março de 1965.

— *Retifica o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 55.784, de 19 de fevereiro de 1965, nos dispositivos que menciona.*

Decreto nº 55.838, de 12 de março de 1965.

— *Revoga dispositivos da "Regulamentação da Lei do Magistério da Marinha", aprovada pelo Decreto nº 52.721, de 21 de outubro de 1963.*

Decreto nº 55.839 — de 15 de março de 1965.

REGIMENTOS

— *Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.*

Decreto nº 55.841, de 15 de março de 1965.

— *Aprova o Regulamento do Imposto do Sêlo.*

Decreto nº 55.852, de 22 de março de 1965.

— *Altera o Regulamento da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica.*

Decreto nº 55.854, de 22 de março de 1965.

— *Dá nova redação ao art. 334 do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto número 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.*

Decreto nº 55.856, de 23 de março de 1965.

— *Altera a redação de artigos do Regulamento do Serviço de Identificação do Exército (R-115), aprovado pelo Decreto nº 51.329, de 6 de setembro de 1961.*

Decreto nº 55.865, de 25 de março de 1965.

— *Altera o Regulamento da Ordem do Mérito Médico, aprovado pelo Decreto nº 29.198, de 24 de janeiro de 1951.*

Decreto nº 55.878, de 30 de março de 1965.

REMESSAS DE LUCROS

Regulamenta a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1952, modificada pela Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964.

Decreto nº 55.762, de 17 de fevereiro de 1965.

REMESSAS DE VALORES PARA O EXTERIOR

Regulamenta a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1952, modificada pela Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964.

Decreto nº 55.762, de 17 de fevereiro de 1965.

ROCHAS FOSFATADAS

Considera de alto interesse nacional as inversões de capital fixo no aproveitamento industrial de rochas fosfatadas para fins agrícolas.

Decreto nº 55.444, de 5 de janeiro de 1955.

RODOVIAS NACIONAIS

Atribui ao Ministério da Guerra, mediante convênio com o Ministério da Viação e Obras Públicas, os encargos de implantação, melhoramentos e pavimentação em trechos de Rodovias Nacionais.

Decreto nº 55.552, de 12 de janeiro de 1963.

RUTILO

Autoriza o cidadão brasileiro João de Oliveira a pesquisar rutilo e casiterita, no Município de Lima Duarte — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.200, de 11 de dezembro de 1964.

S

S. A. GRANDES INDÚSTRIAS CEARENSES DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Concede à S. A. Grandes Indústrias Cearenses de Produtos Alimentícios, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.683, de 2 de fevereiro de 1965.

S. A. I. R. F. MATARAZZO

Concede autorização à S. A. I. R. F. Matarazzo para trabalho contínuo, na forma estabelecida neste Decreto. (MTPS-175.972-64).

Decreto nº 55.636, de 26 de janeiro de 1965.

SAL

Dispõe sobre a aplicação do Fundo de Desenvolvimento da Indústria Salineira e dá outras providências.

Decreto nº 55.842, de 16 de março de 1965.

SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Regulamenta a Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964, que institui o Salário-Educação, e dá outras providências.

Decreto nº 55.551, de 12 de janeiro de 1965.

SALÁRIO-MÍNIMO

Altera a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 53.578, de 21 de fevereiro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 55.803, de 26 de fevereiro de 1965.

SANTA CRUZ COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Santa Cruz Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.578, de 18 de janeiro de 1965.

SCHHEELITA

Declara caduco o Decreto nº 36.617, de 16 de dezembro de 1954.

Decreto nº 55.719, de 2 de fevereiro de 1965.

SEGURADORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A.

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Seguradora Indústria e Comércio S. A., relativa ao aumento de capital social.

Decreto nº 55.363, de 31 de dezembro de 1964.

SEGURADORA INDUSTRIAL E MERCANTIL S. A.

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Seguradora Industrial e Mercantil S. A., relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 55.365, de 31 de dezembro de 1964.

SEGURO AGRÍCOLA

Regulamenta as operações do seguro agrícola.

Decreto nº 55.801, de 26 de fevereiro de 1965.

SEGUROS

Dispõe sobre a corretagem de seguros dos órgãos centralizados da União, autarquias e sociedades de economia mista em que haja participação majoritária do Poder Público e dá outras providências.

Decreto nº 55.245, de 21 de dezembro de 1964.

SERICITA-XISTO

Autoriza a Leprevost & Cia. Ltda. a pesquisar sericita-xisto e argila, no município de Almirante Tamandare, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.517, de 11 de janeiro de 1965.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOMICILIAR E DE EMERGÊNCIA

Autoriza o S.A.M.D.U a prover os empregos que menciona no Posto de Colatina, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 55.589, de 19 de janeiro de 1965.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA, MORAL E POLÍTICA

Aprova o Regimento do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 55.875, de 20 de março de 1965.

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)

Dispõe sobre a organização e funcionamento do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

Decreto nº 55.827, de 11 de março de 1965.

SERVIÇO NACIONAL DO TEATRO

Dispõe sobre a utilização do prédio sito à Praia do Flamengo nº 132, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.591, de 19 de janeiro de 1965.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Inclui exceções no Decreto número 54.003, de 3 de julho de 1964 e dá outras providências.

Decreto nº 55.617, de 22 de janeiro de 1965.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS

Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfândegárias para materiais importados pela Companhia Telefônica Sul Bahiano, no Estado da Bahia.

Lei nº 4.597, de 22 de fevereiro de 1965.

SIDERÚRGICA SANTO AMARO

Concede à Siderúrgica Santo Amaro Sociedade Anônima autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.863, de 3 de novembro de 1964.

SOARES CAMARGO S. A.

Concede a Soares Camargo S. A. — Comércio e Administração autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.715, de 2 de fevereiro de 1965.

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Lei nº 4.449, de 29 de outubro de 1964.

SOCIEDADE DE MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS RURAIS LIMITADA

Concede à Sociedade de Mineração e Empreendimentos Rurais Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.140, de 4 de dezembro de 1964.

SOCIEDADE SUL-BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.

Concede à Sociedade Sul-Brasileira de Mineração Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.054, de 24 de novembro de 1964.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Dispõe sobre a corretagem de seguros dos órgãos centralizados da União, autarquias e sociedades de economia mista em que haja participação majoritária do Poder Público, e dá outras providências.

Decreto nº 55.245, de 21 de dezembro de 1964.

SOJA

Dispõe sobre o reajuste dos preços básicos mínimos para as operações de financiamento ou aquisição de Arroz, Milho e Soja, de produção nacional, da safra de 1964-1965, fixado pelo Decreto nº 54.294, de 18 de setembro de 1964.

Decreto nº 55.810, de 5 de março de 1965.

"SONAL" — SOCIEDADE NACIONAL DE MINERAÇÃO LIMITADA

Concede à "SONAL" — Sociedade Nacional de Mineração Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.382, de 31 de dezembro de 1964.

SUDENE

Ver: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

SUN INSURANCE OFFICE LIMITED

Concede à Sun Insurance Office Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações no País.

Decreto nº 54.632, de 27 de outubro de 1964.

SAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Ver: Empresas Incorporadas.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Ver: Amazônia.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Regulamenta a aplicação de incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Decreto nº 55.334 — de 31 de dezembro de 1964.

— *Retifica a classificação dos cargos de nível superior da SUDENE.*

Decreto nº 55.641, de 27 de janeiro de 1965.

— *Abre à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) o crédito especial de Cr\$ 62.091.094.800, autorizado pela Lei nº 4.490, de 20 de novembro de 1964.*

Decreto nº 55.736, de 4 de fevereiro de 1965.

T

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro Julio Vieira Holtz a pesquisar talco no Município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.671, de 1º de fevereiro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Hervilha a pesquisar talco no município de Cananéia, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.895 — de 4 de novembro de 1964.

TAXA DE CONVERSÃO

Dispõe sobre a aplicação do Decreto nº 55.098, de 1 de dezembro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 55.332 — de 31 de dezembro de 1964.

TELECOMUNICAÇÕES

Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Decreto nº 55.625 — de 25 de janeiro de 1965.

TELEFONES

Ver: Serviços telefônicos.

TELEVISÃO

Transfere a concessão outorgada à Rádio Globo S. A., pelo Decreto nº 42.940, de 30 de dezembro de 1957, para executar serviços de Televisão na cidade do Rio de Janeiro, para a TV Globo Limitada

Decreto nº 55.782 — de 19 de fevereiro de 1965.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de ajoramento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 54.556 — de 23 de outubro de 1964.

— Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de ajoramento, o domínio útil de fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 54.995 — de 13 de novembro de 1964.

— Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de ajoramento, fração ideal do domínio útil de terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.046 — de 20 de novembro de 1964.

— Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de ajoramento, o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.187 — de 10 de dezembro de 1964.

TERRENOS DE MARINHA

— Autoriza a concessão de terrenos acrescidos de marinha sob o regime de ajoramento, nos termos dos artigos 125 e 126 do Decreto-lei número 9.760, de 1946.

Decreto nº 55.247 — de 19 de março de 1965.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Autoriza, em caráter excepcional, o provimento interino dos cargos que especifica.

Decreto nº 55.883 — de 31 de março de 1965.

TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e João Barbosa de Melo.

Decreto Legislativo nº 11 — de 1965.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA

Aprova o Sistema de Classificação de Cargos do Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 55.295 — de 29 de dezembro de 1964.

— Autoriza, em caráter excepcional, o provimento interino dos cargos que especifica.

Decreto nº 55.882 — de 31 de março de 1965.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

Autoriza, em caráter excepcional, o provimento interino dos cargos que especifica.

Decreto nº 55.832 — de 31 de março de 1964.

**TRANSATLANTICA COMPANHIA
NACIONAL DE SEGUROS**

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Transatlântica Companhia Nacional de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 55.677, de 1 de fevereiro de 1965.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Transatlântica Companhia Nacional de Seguros, inclusive aumento de capital social.

Decreto nº 55.678, de 1 de fevereiro de 1965.

TRATADOS

Promulga o Tratado de Extradicação com os Estados Unidos da América e respectivo Protocolo Adicional.

Decreto nº 55.750, de 11 de fevereiro de 1965.

Dispõe sobre a execução do resultado da quarta série anual de negociações para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevideu.

Decreto nº 55.780, de 19 de fevereiro de 1965.

TREMOLITA

Autoriza o cidadão brasileiro Stefano Quaranta a lavar tremolita, algamatolito e quartzito, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.914, de 4 de novembro de 1964.

TRIGO

Modifica a redação do Decreto número 53.913, de 11 de maio de 1964, que dispõe sobre estoques de trigo e seus derivados e quantidades em trânsito de trigo em grão, importação, e dá outras providências.

Decreto nº 55.560, de 15 de janeiro de 1965.

Dispõe sobre estoques de trigo e seus derivados e dá outras providências.

Decreto nº 55.807, de 5 de março de 1965.

TRÍPOLI

Autoriza o cidadão brasileiro Moacyr Coelho de Oliveira a pesquisar tripoli, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.124 — de 2 de dezembro de 1964.

U

ULTRAMAR COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Ultramar Companhia Brasileira de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.289, de 29 de dezembro de 1964.

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da "Ultramar Companhia Brasileira de Seguros", relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 55.676, de 1º de fevereiro de 1965.

UNIVERSIDADES

Concede reconhecimento à Escola de Música da Fundação Universidade Mineira de Arte, de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.067, de 24 de novembro de 1964.

Concede reconhecimento à Escola de Artes Plásticas da Fundação Universidade Mineira de Arte, de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.068, de 24 de novembro de 1964.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os terrenos edificados que menciona, em Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 55.297, de 29 de dezembro de 1964.

Classifica os cargos de nível superior da Universidade de Minas Gerais e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.608, de 20 de janeiro de 1965.

UNIVERSIDADES

Classifica os cargos de nível superior da Universidade do Rio Grande do Sul e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.611, de 20 de janeiro de 1965.

Classifica os cargos de nível superior da Universidade do Ceará e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.612, de 20 de janeiro de 1965.

Classifica os cargos de nível superior da Universidade de Santa Catarina e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.732, de 4 de fevereiro de 1965.

Classifica os cargos de nível superior da Universidade de Alagoas e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.733, de 4 de fevereiro de 1965.

Classifica os cargos de nível superior da Universidade do Brasil e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.734, de 4 de fevereiro de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóveis destinados à universidade do Ceará.

Decreto nº 55.743, de 9 de fevereiro de 1965.

Aprova o Estatuto da Universidade Rural de Pernambuco.

Decreto nº 55.747, de 10 de fevereiro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis destinados à Universidade do Ceará.

Decreto nº 55.840, de 15 de março de 1965.

Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Quadro Ordinário de Pessoal da Universidade do Brasil.

Decreto nº 55.843, de 18 de março de 1965.

UNIVERSIDADES

Retifica o Quadro Extraordinário do Pessoal da Universidade do Brasil e dá outras providências.

Decreto nº 55.844, de 18 de março de 1965.

Aprova os Orçamentos das Universidades de Goiás, Paraíba, Recife, Paraná, Rio Grande do Norte, Santa Maria, Rio Grande do Sul e Bahia.

Decreto nº 55.859, de 24 de março de 1965.

UTILIDADE PÚBLICA (DECLARAÇÃO)

Declara de utilidade pública o Educandário Santo Antônio, com sede em Campos de Jordão, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.960, de 10 de novembro de 1964.

Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Rio Preto, com sede em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.010, de 17 de novembro de 1964.

Declara de utilidade pública a "Inspecção Missionária Laura Vicuña das Irmãs Salesianas no Norte do Brasil", com sede em Manaus, Estado do Amazonas.

Decreto nº 55.013, de 17 de novembro de 1964.

Declara de utilidade pública o Colégio Diocesano "São Francisco de Sales", com sede em Teresina, Estado do Piauí.

Decreto nº 54.555, de 23 de outubro de 1964.

Declara de utilidade pública a sociedade Fundação Santa Mônica, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Decreto nº 55.609, de 20 de janeiro de 1965.

Declara de utilidade pública a Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira, com sede em Santa Rita do Sapucaí — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.614 — de 21 de janeiro de 1965.

**UTILIDADE PÚBLICA
(DECLARAÇÃO)**

— *Declara de utilidade pública a Congregação de Santa Cruz, com sede em São Paulo — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.647 — de 29 de outubro de 1964.

— *Declara de utilidade pública a Casa de Misericórdia de Franca, com sede em Franca — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.649 — de 29 de outubro de 1964.

— *Declara de utilidade pública o Instituto Ana Gonzaga, com sede no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 55.741 — de 9 de fevereiro de 1965.

— *Declara de utilidade pública o Conselho Central Diocesano da Sociedade de São Vicente de Paulo de Juiz de Fora, com sede em Juiz de Fora — Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.747 — de 30 de outubro de 1964.

V

VERMICOLITE

Renova o Decreto nº 47.397, de 10 de dezembro de 1959.

Decreto nº 54.854 — de 3 de novembro de 1964.

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

Concede aos servidores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, aposentados até 31 de dezembro de 1959, o abono provisório de que trata a Lei nº 3.531, de 19 de janeiro de 1959.

Lei nº 4.560 — de 11 de dezembro de 1964.

VIAGENS AÉREAS

Dispõe sobre fichas consulares nas viagens aéreas.

Decreto nº 55.857 — de 24 de março de 1965.

VINHO NACIONAL

Regula as condições para venda a tórno, do vinho nacional.

Decreto nº 55.291 — de 29 de dezembro de 1964.

X

XISTO ARGILOSO

Autoriza o cidadão brasileiro Jayme Vieira Marques da Costa a pesquisar calcário, argila e xisto argiloso, no Município de Iporanga — Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.480 — de 8 de janeiro de 1965.

XISTO-GRAFITOSO

Autoriza Somipal S. A. — Indústria Paulista de Minérios a pesquisar xisto-grafitoso, no Município de Carvalhos — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.522 — de 11 de janeiro de 1965.

Z

ZEBU

Revogam-se os Decretos ns. 50.193 e 50.194, ambos de 28 de janeiro de 1961 e o de nº 1.198, de 19 de junho de 1962.

Decreto nº 55.292 — de 29 de dezembro de 1964.

ZONA DE LIVRE COMÉRCIO

Dispõe sobre a execução do resultado da quarta série anual de negociações para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevidéu.

Decreto nº 55.780 — de 19 de fevereiro de 1965.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1965 — VOLUME III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1965

CALC. 1.000 2.500 000

6.714.750 4.

Complu 1.700

Imprensa Nacional

2-3-66 66/409

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — EMENDAS CONSTITUCIONAIS

	Págs.
11 — Emenda Constitucional — Acrescenta parágrafo ao artigo 157 da Constituição, — Publicada no <i>D. O.</i> , de 5-4-65 .	3
12 — Emenda Constitucional — Publicada no <i>D. O.</i> de 9-4-65	4
13 — Emenda Constitucional — Publicada no <i>D. O.</i> de 9-4-65	4
14 — Emenda Constitucional — Publicada no <i>D. O.</i> , de 7-6-65	5

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

12 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, aos 5 de outubro de 1953, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha e a firma Sociedade Técnica Construtora Ltda. — Publicado no <i>D. O.</i> de 5-4-65 .	9
13 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de acôrdo, de 28 de maio de 1954, celebrado entre o Governo da União e o do Estado da Bahia — Publicado no <i>D. O.</i> , de 5-4-65 .	9
14 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o registro da despesa de Cr\$ 8.000 (oito mil cruzeiros), feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da	

	Págs.
União, referente ao pagamento a Déa Jansen de Sá pelo aluguel de grupo de salas ao Ministério da Saúde. — Publicado no <i>D. O.</i> , de 13 e republicado no <i>D. O.</i> de 22 de abril de 1965 .	10
15 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal de Rio Branco e Petrónio Mota de Oliveira. — Publicado no <i>D.O.</i> de 13-4-65 .	10
16 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal de Rio Branco e Júlio Olívio do Nascimento — Publicado no <i>D. O.</i> , de 29-4-65 .	10
17 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado, em 29 de outubro de 1951, entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e a Companhia Paulista de Papéis e Artes Gráficas S. A. — Publicado	

	Pág.		Pág.
no D. O., de 29-4 e republicado no de 4-5-65	11	de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Pedro Ferreira Filho, Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso. — Publicado no D. O. de 4-5-65	13
18 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado a 1 de agosto de 1953, entre a Inspeção do Imposto de Renda em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro e Jair Soares Ribeiro. — Publicado no D. O. de 29-4-65	11	24 — Decreto Legislativo de 1965 — Determina o registro do contrato celebrado, em 6 de maio de 1963, entre a Fazenda Nacional e Antônio Guilherme de Paula Leite e outros. — Publicado no D. O. de 4 de abril de 1965	14
19 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo aditivo a contrato celebrado, aos 23 de fevereiro de 1953, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Jaime Fabrício de Moraes. — Publicado no D. O., de 29-4 e republicado no de 4-5-65	12	25 — Decreto Legislativo de 1965 — Determina o registro do termo de escritura pública, de 31 de dezembro de 1956, re ratificado a 7 de maio de 1957, de aquisição de imóvel, em decorrência de desapropriação amigável, que outorgam Maria Imaculada Santos Almeida e outros à União Federal. — Publicado no D. O. de 21-5-65	14
20 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova as Convenções de ns. 21, 22, 91, 93, 94, 97, 103, 104, 105, 106 e 107 e rejeita a de nº 90, adotadas pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. — Publicado no D. O., de 4-5-65	12	26 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de ajuste celebrado, aos 24 de novembro de 1958, entre o Departamento Nacional de Fortos, Rios e Canais e a firma S.T.E.C.O. — Serviços Técnicos de Engenharia e Comércio Ltda. — Publicado no D. O., de 21-5-65	15
21 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, em 26 de janeiro de 1951, entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Salústia Teixeira de Gouveia. — Publicado no D. O., de 4-5-65	13	27 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, a 27 de agosto de 1954, entre a Viação Férrea Federal Brasileiro e a I.B.M. World Trade Corporation. — Publicado no D. O. de 21-5-65	15
22 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 8 de setembro de 1960, entre o Comando do 2º Distrito Naval e a firma Bade Instaladora Limitada. — Publicado no D.O. de 4-5-65	13	28 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Joaquim Bayma. — Publicado no D.O. de 21-5-65	15
23 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, em 9 de dezembro			

	Pág.	Pág.
29 — Decreto Legislativo de 1965 — Determina o registro do contrato celebrado em 26 de julho de 1955, na Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura com a firma "Irmãos Barreto". — Publicado no D.O. de 21 de maio de 1965	16	denegatório de registro a termo de escritura de compra e venda de um imóvel celebrado, a 17 de março de 1954, entre a União Federal e Feliciano Miguel Abdala. — Publicado no D.O. de 21 de maio de 1965
30 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 4 de outubro de 1956, entre a União Federal e a Rádio Cultura de Araçatuba Limitada. — Publicado no D.O. de 21 de maio de 1965	16	35 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado, em 31 de agosto de 1954, entre a Estrada de Ferro Tocantins e a Companhia Brasileira de Material Ferroviário. — Publicado no D.O. de 21-5-65
31 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado, em 18 de fevereiro de 1954, entre a Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura e Ana Maria de Azeredo Coutinho, para locação de um imóvel. — Publicado no D.O. de 21 de maio de 1965	16	36 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 31 de maio de 1957, e seu aditivo de 14 de setembro de 1957, entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a firma Construtora Alcindo S. Vieira S.A., para construção de um trecho ferroviário, no Estado de Minas Gerais. — Publicado no D.O. de 21-5-65
32 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatória de registro a termo de contrato celebrado, aos 5 de janeiro de 1953, entre a Junta de Conciliação e Julgamento de Sorocaba e Waldemar Ferreira Telles. — Publicado no D.O. de 21 de maio de 1965	17	37 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato, de 5 de novembro de 1953, de revigoração de aforamento do terreno de marinha que a União Federal outorgou à Imobiliária "A Pedra do Lar S.A.". — Publicado no D. O. de 21 de maio de 1965
33 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Joaquim Ferreira Lima. — Publicado no D.O. de 21 de maio de 1965	17	38 — Decreto Legislativo de 1965 — Autoriza o Presidente da República a enviar contingente das Forças Armadas à República Dominicana, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de maio de 1965
34 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União		39 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, a 19 de novembro de 1961, na Divi-

	Pág.		Pág.
são de Obras do Departamento de Administração do então Ministério da Educação e Saúde com a firma A. Pereira Gonçalves. — Publicado no D.O. de 24-5-65 ..	20	45 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 5 de abril de 1954, aditivo ao acôrdo celebrado, em 7 de agosto de 1951, entre o Governo da União e o Estado de Goiás. — Publicado no D.O. de 26-5 e republicado no de 7-6-65	22
40 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato de compra e venda celebrado aos 30 de dezembro de 1953, entre a União Federal e Anna Augusta de Figueiredo. — Publicado no D.O. de 24-5-65 ..	20	46 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato de compra e venda com financiamento celebrado, em 9 de dezembro de 1953, entre o Governo Brasileiro e a Mocimport de Varsóvia, empresa estatal da Polónia. — Publicado no D.O. de 26-5-65	23
41 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 13 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera. — Publicado no D.O. de 24-5-65	21	47 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 12 de maio de 1954, entre o Ministério da Educação e Cultura e a Casa de Saúde Doutor Eiras Ltda. — Publicado no D.O. de 26-5-65	23
42 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova o texto do Acôrdo de Cooperação no Campo das Utilizações Pacíficas da Energia Atômica, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Comunidade Européia de Energia Atômica (EURATOM) firmado em Brasília, a 9 de junho de 1961. — Publicado no D.O. de 24-5-65	21	48 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e João Batista Maciel da Silveira. — Publicado no D. O. de 26-5 e republicado no de 7-6-65	23
43 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de julho de 1955, entre o Ministério da Educação e Cultura e a I.B.M. World Trade Corporation. — Publicado no D.O. de 24-5-65 ..	21	49 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 9 de março de 1954, entre o Ministério da Marinha e a firma Caixas Registradoras National S. A. — Publicado no D. O. de 26-5-65 ..	24
44 — Decreto Legislativo de 1965 — Determina o registro de termo de contrato de cooperação celebrado em 5 de agosto de 1951, entre o Governo Federal e Alfredo Alves da Silva e sua mulher Adelaide Alves da Silva. — Publicado no D.O. de 26 de maio de 1965	22	50 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de renovação de contrato celebrado	

Pág.	Pág.
em 20 de maio de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mário Barreto. — Publicado no D. O. de 27-5-65	24
51 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (hum bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia. — Publicado no D. O. de 27-5-65	25
52 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina. — Publicado no D. O. de 27-5-65	25
53 — Decreto Legislativo de 1965 — Determina o registro de termo de contrato celebrado em 3 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Raimundo Ribeiro Melo, como Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso. — Publicado no D. O. de 28-5-65	25
54 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro a termos de contratos celebrados em 11 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e as firmas Alirio Cesar de Oliveira, Carlos Manoel Gobert Damasceno, Tevelino Guavindaia e Lulz Alves. — Publicado no D. O. de 28-5-65	25
55 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 3 de fevereiro de 1951, entre a União Federal e Feijisberto Olimpio Carneiro. — Publicado no D. O. de 28-5 e republicado no de 4-6-65	25
56 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova o Acôrdo sobre Privilégios e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica. — Publicado no D. O. de 28-6-65	27
57 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato de 5 de novembro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 10 de março de 1954, aditivo ao acôrdo de 15 de abril de 1952, celebrado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais. — Publicado no D. O. de 28-6-65	27
58 — Decreto Legislativo de 1965 — Determina o registro do contrato celebrado em 13 de janeiro de 1960, entre a União Federal e o Banco do Brasil. — Publicado no D. O. de 28-6-65	27
59 — Decreto Legislativo de 1965 — Torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, em 10 de maio de 1960, da concessão de que trata a apostila lavrada com base na Lei nº 1.050, de 1950, combinada com as Leis ns. 1.229, de 1950, e 2.745, de 1956, relativa à aposentadoria de Haidée Cabral Huguet. — Publicado no D. O. de 28-6-65	28
60 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato de 1º de outubro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 14 de setembro de 1954, aditivo ao contrato celebrado em 12 de março de 1954, entre o Governo Federal e Ortegal Benevides de Azeredo. — Publicado no D. O. de 28-6-65	28
61 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de convênio celebrado em 19 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e o Ginásio Salesiano Dom Bosco, da cidade de Santa Rosa, no Estado do Rio Grande do Sul.	

	Pág.		Pág.
— Publicado no D. O. de 28-6-65	29	aduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns. — Publicado no D. O. de 7-4-65	32
62 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato de 9 de novembro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de co- operação celebrado em 1 de dezembro de 1953, entre o Govern- no da União e Otavio Miranda e sua mulher, Erminda Cribil- lete Miranda. — Publicado no D. O. de 28-6-65	29	4.614 — Lei de 2 de abril de 1965 — Denomina "Rodovia Lauro Muller" a atual BR-59, que liga o Estado do Paraná ao Estado do Rio Grande do Sul — Pu- blicada no D. O. de 7-4-65	32
63 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato de 17 de março de 1959, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 3 de dezembro de 1958, do contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. — Publicado no D. O. de 28-6-65	30	4.615 — Lei de 15 de abril de 1965 — Concede pensão mensal especial aos voluntá- rios e militares que presta- ram serviço de guerra na Campanha de Canudos e dá outras providências — Pu- blicada no D. O. de 20 e reti- ficada no de 30-4-65	32
64 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegató- rio de registro a termo de 17 de janeiro de 1951, aditivo ao con- trato celebrado em 20 de maio de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mario Barreto. — Publicado no D. O. de 28-6-65	30	4.616 — Lei de 15 de abril de 1965 — Autoriza a alienação do imóvel da União que men- ciona, situado no Estado da Guanabara — Publicada no D. O. de 20-4-65	33
		4.617 — Lei de 15 de abril de 1965 — Cria o Fundo do Exército e dá outras provi- dências — Publicada no D. O. de 20 e retificada no de 30 de abril de 1965.	33
III — LEIS			
4.611 — Lei de 2 de abril de 1965 — Modifica as normas proces- suais dos crimes previstos nos artigos 121, parágrafo 3º, e 129, parágrafo 3º do Código Penal. — Publicada no D. O. de 6-4-65	31	4.618 — Lei de 15 de abril de 1965 — Incorpora os Cursos da Companhia de Formação de Geólogos a Universidades Federais e dá outras providên- cias — Publicada no D. O. de 20-4-65	34
4.612 — Lei de 2 de abril de 1965 — Concede isenção de direitos de importação e outros, para mercadorias doadas pela Gene- ral Conference of Seventh Day Adventists, dos Estados Unidos da América do Norte, à União Sul-Brasileira, da Igreja Ad- ventista do Sétimo Dia. — Pu- blicada no D. O. de 7-4-65	31	4.619 — Lei de 28 de abril de 1965 — Dispõe sobre a ação regressiva da União contra seus Agentes — Publicada no D. O. de 30-4 e retificada no de 5-5-65	35
4.613 — Lei de 2 de abril de 1965 — Isenta dos impostos de im- portação e de consumo, bem como da taxa de despacho		4.620 — Lei de 28 de abril de 1965 — Isenta do imposto úni- co sobre energia elétrica a Rede Elétrica Piquete-Itaju- bá no período que especifica — Publicada no D.O. de 30 de abril de 1965	36

Pág.	Pág.
4.621 — Lei de 30 de abril de 1965 — Dispõe sobre subscrição compulsória de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional pelas pessoas que recebem remuneração classificável na cédula "C" de rendimentos e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 30-4 e retificada no de 5-5-65	36
4.622 — Lei de 2 de maio de 1965 — Concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências — Publicada no D. O. de 5 e retificada no de 14-5-65	38
4.623 — Lei de 6 de maio de 1965 — Institui o "Dia Nacional do ex-Combatente" — Publicada no D. O. de 7-5-65	49
4.624 — Lei de 13 de maio de 1965 — Permite a consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro — Publicada no D. O. de 14-5-65	50
4.625 — Lei de 13 de maio de 1965 — Dá a denominação de "Rondonia Vital Brasil" à BR-32. — Publicada no D. O. de 17-5-65	50
4.626 — Lei de 13 de maio de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas e crédito especial de Cr\$ 539.000.000 (quinhentos e trinta e nove milhões de cruzeiros) para ocorrer a despesas com o pagamento de diferenças salariais dos servidores do Porto do Rio de Janeiro. — Publicada no D. O. de 17-5-65	50
4.627 — Lei de 13 de maio de 1965 — Autoriza a abertura pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 130.000.000, para o fim que menciona — Publicada no D. O. de 17 de maio de 1965	51
4.628 — Lei de 13 de maio de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.874.000 (vinte e cinco milhões, oitocentos e setenta e quatro mil cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da revisão e remodelação das instalações elétricas do Palácio Itamaraty — Publicada no D. O. de 17 de maio de 1965	51
4.629 — Lei de 14 de maio de 1965 — Autoriza o Ministério da Aeronáutica a dar a denominação de "Marechal Rondon" ao aeroporto que serve às cidades de Várzea Grande e Cuiabá, no Estado de Mato Grosso. — Publicada no D. O. de 17-5-65	52
4.630 — Lei de 14 de maio de 1965 — Dá a denominação de "Prefeito Emilio Sesti" à barragem de Furnas do Segredo, no Rio Jaguarí, Rio Grande do Sul. — Publicada no D. O. de 17-5-65	52
4.631 — Lei de 15 de maio de 1965 — Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 4.096, de 18 de julho de 1962 (Altera dispositivos da Lei nº 2.220, de 10 de julho de 1964), que dispõe sobre a taxa a que ficaram sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos. — Publicada no D. O. de 18-5-65	52
4.632 — Lei de 13 de maio de 1965 — Altera o art. 64 do Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939) — Publicada no D. O. de 20 e retificado no de 28-5-65	53
4.633 — Lei de 18 de maio de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.750.000 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para o fim que especifica —	

	Pág.		Pág.
Publicada no D. O. de 20 e retificado no de 28-5-65 . . .	53	de importação e de consumo equipamento telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica de Campo Grande, Mato Grosso — Publicada no D. O. de 31 de maio de 1965	58
4.634 — Lei de 18 de maio de 1965 — Dispõe sobre a elevação do capital da Fábrica Nacional de Motores e dá outras providências — Publicada no D. O. de 20-5-65	54	4.641 — Lei de 27 de maio de 1965 — Dispõe sobre os cursos de teatro e regulamenta as categorias profissionais correspondentes — Publicada no D. O., de 31-6-65	58
4.635 — Lei de 18 de maio de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de cruzeiros 180.000.000 (cento e oitenta milhões de cruzeiros), para custear as despesas com obras de recuperação do imóvel situado no Estado da Guanabara, na Praia do Flamengo nº 133 — Publicada no D. O. de 20-5-65	54	4.642 — Lei de 31 de maio de 1965 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para os maquinismos e materiais importados pela "CEMAT" — Centrais Elétricas Matogrossense S.A. e dá outras providências — Publicada no D.O. de 2 e retificado nos de 8 e 13-6-65	60
4.636 — Lei de 18 de maio de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.100.078 (vinte e cinco milhões cem mil e setenta e oito cruzeiros, para o fim que especifica — Publicada no D. O. de 20-5-65	55	4.643 — Lei de 31 de maio de 1965 — Determina a inclusão de engenheiro florestal na enumeração do art. 16 do Decreto-lei nº 8.620, de 10 de janeiro de 1946 — Publicada no D. O., de 2-6-65	60
4.637 — Lei de 20 de maio de 1965 — Dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens em portos do País e dá outras providências — Publicada no D. O. de 21-5-65	55	4.644 — Lei de 31 de maio de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de cruzeiros 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), para o fim que especifica — Publicada no D. O. de 2-6-65	60
4.638 — Lei de 23 de maio de 1965 — Modifica a redação do art. 14 do Decreto-lei número 3.199, de 14 de abril de 1941 (que estabelece as bases de organização dos Desportos em todo o País) — Publicada no D. O. de 28-5-65	57	4.645 — Lei de 31 de maio de 1965 — Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cruzeiros 68.000.000 (sessenta e oito milhões de cruzeiros), para o fim que especifica — Publicada no D. O. de 2-6-65	61
4.639 — Lei de 26 de maio de 1965 — Dispõe sobre a reorganização do Museu Imperial, criado pelo Decreto-lei nº 2.098, de 29 de março de 1940, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 28-5-65	57	4.646 — Lei de 31 de maio de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 280.000.000 (duzentos e oitenta milhões de cruzeiros), para o fim que es-	
4.640 — Lei de 26 de maio de 1965 — Isenta dos impostos			

	Pág.		Pág.
pecífica — Publicada no D.O. de 3-6-65	61	4.652 — Lei de 31 de maio de 1965 — Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de cruzeiros 1.009.494.483,40 (um bilhão e nove milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e três cruzeiros e quarenta centavos), a diversos Ministérios — Publicada no D. O. de 4-6-65	63
4.647 — Lei de 31 de maio de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 4.362.416 (quatro milhões trezentos e sessenta e dois mil quatrocentos e dezessete cruzeiros), para atender a despesas que especifica, a cargo do Estado-Maior das Forças Armadas — Publicada no D. O. de 3-6-65	61	4.653 — Lei de 31 de maio de 1965 — Altera o art. 4º da Lei nº 2.391, de 7 de janeiro de 1955; que fixa os efetivos das Forças Armadas em tempos de paz — Publicada no D. O. de 3 e retificado no de 11-6-65	66
4.648 Lei de 31 de maio de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de até cruzeiros 950.000.000 (novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para os fins que especifica — Publicada no D.O. de 3-6-65	62	4.654 — Lei de 2 de junho de 1965 — Altera os arts. 180 e 223, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que adotam medidas obrigatórias para diminuir a fadiga dos empregados — Publicada no D. O. de 3 e retificado no de 11-6-65	67
4.649 — Lei de 31 de maio de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 103.806.000 (cento e três milhões, oitocentos e seis mil cruzeiros), para o fim que especifica — Publicada no D. O. de 4 de junho de 1965	62	4.655 — Lei de 2 de junho de 1965 — Dispõe sobre a legitimidade adotiva — Publicada no D. O. de 3 e retificada no de 15-6-65	67
4.650 — Lei de 31 de maio de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial no valor de Cr\$ 15.480.000.000 (quinze bilhões e quatrocentos e oitenta milhões de cruzeiros), para cobrir a diferença nas aquisições cambiais para a importação de material aeronáutico — Publicada no D.O. de 4-6-65	62	4.656 — Lei de 2 de junho de 1965 — Concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedades de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 3 e retificada no de 21 de junho de 1965	69
4.651 — Lei de 31 de maio de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.300.000.000 (dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros), para o fim que especifica — Publicada no D.O. de 4-6-65	63	4.657 — Lei de 2 de junho de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.998.000.000 (dez bilhões, novecentos e noventa e oito milhões de cruzeiros), destinado ao reforço do Fundo da Marinha Mercante. — Publicada no D.O. de 8-6-65	69

Pág.	Pág.
4.658 — Lei de 2 de junho de 1965 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento de televisão destinado à Rádio Difusora São Paulo S. A. — Publicada no D.O. de 7-6-65 70	mento de produtividade e à contenção de preços e dá outras providências — Publicada no D.O. de 4 e retificada no de 21-6-65 72
4.659 — Lei de 2 de junho de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.300.000.000 (hum bilhão e trezentos milhões de cruzeiros) destinado ao pagamento de insalubridade aos associados do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro e de serviços realizados, em navios do Lóide Brasileiro, por estaleiros nacionais. — Publicada no D.O. de 7 e retificado no de 21-6-65 . . . 70	4.664 — Lei de 8 de junho de 1965 — Considera morto em defesa da ordem, das instituições e do regime o Tenente-Coronel-Aviador Rubens Florentino Vaz — Publicada no D.O. de 16-6-65 74
4.660 — Lei de 2 de junho de 1965 — Isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os gêneros, mercadorias e equipamentos doados ou importados para a Comissão Nacional de Alimentação quer por organizações internacionais, quer por governos estrangeiros. — Publicada no D.O. de 7-6-65 71	4.665 — Lei de 8 de junho de 1965 — Prorroga, por mais 5 (cinco) anos, as disposições dos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 498, de 28 de novembro de 1948 e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 10 de junho de 1965 75
4.661 — Lei de 2 de junho de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$... 877.852.800 (oitocentos e setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzeiros), para atender às despesas relativas ao enquadramento do pessoal da Universidade da Bahia. — Publicada no D. O. de 7 de junho de 1965 71	4.666 — Lei de 8 de junho de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para atender às despesas com a participação do Brasil no Sistema Mundial de Telecomunicações por Satélites. — Publicada no D.O. de 11 e retificada no de 21-6-65 75
4.662 — Lei de 2 de junho de 1965 — Desdobra em duas unidades universitárias distintas a atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará — Publicada no D.O. de 7 e retificada no de 21-6-65. 71	4.667 — Lei de 8 de junho de 1965 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Indústria e Comércio, do crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000, destinado à recuperação do edifício da Praça Mauá, nº 7, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. — Publicada no D.O. de 11 e retificada no de 21-6-65 75
4.663 — Lei de 3 de junho de 1965 — Cria estímulos ao au-	4.668 — Lei de 8 de junho de 1965 — Revoga o art. 510 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. — Publicada no D.O. de 11-6-65 76
	4.669 — Lei de 8 de junho de 1965 — Complementa a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que "reorganizou o Ministério das Relações Exteriores"

	Pág.		Pág.
— Publicada no D.O. de 10 de junho de 1965	76	de 22 de junho de 1964, que dispõem sobre o Fundo Federal de Eletrificação e sobre a distribuição e aplicação do Imposto Único sobre Energia Elétrica, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 21 e retificada no de 28-6-65	79
4.670 — Lei de 12 de junho de 1965 — Altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências — Publicada no D.O. de 15-6-65	77	4.677 — Lei nº 16 de junho de 1965 — Isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar — Publicada no D.O. de 21-6-65	84
4.671 — Lei de 12 de junho de 1965 — Isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou convênio com o Governo do Brasil, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 15-6-65	77	4.678 — Lei de 16 de junho de 1965 — Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências — Publicada no D.O. de 21-6-65	85
4.672 — Lei de 12 de junho de 1965 — Modifica o inciso IV do art. 842 do decreto-lei número 1.608, de 18 de setembro de 1939 (Código de Processo Civil) — Publicada no D.O. de 15-6-65	78	4.679 — Lei de 16 de junho de 1965 — Autoriza "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil", Sociedade Mútua de Seguros Gerais, sob intervenção do Governo Federal, a aumentar o "Fundo" de que trata o Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 22-6-65	87
4.673 — Lei de 15 de junho de 1965 — Aplica aos bens penhorados em execuções fiscais as normas de impenhorabilidade do art. 942 do Código do Processo Civil. — Publicada no D.O. de 18-6-65	78	4.680 — Lei de 18 de junho de 1965 — Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e dá outras providências — Publicada no D.O. de 21-6-65	88
4.674 — Lei de 15 de junho de 1965. — Prorroga, por um dia útil, os prazos judiciais que se iniciarem ou vencerem aos sábados — Publicada no D.O. de 18-6-65	78	4.681 — Lei de 21 de junho de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 39.412.700, destinado a atender às despesas com o prosseguimento das obras da Alfândega de Itajaí, Santa Catarina — Publicada no D.O. de 23-6-65	90
4.675 — Lei de 15 de junho de 1965 — Autoriza o cancelamento do débito do espólio de Codrato de Vilhena, antigo Diretor-Gerente da Companhia Nacional de Navegação Costeira, incorporada ao Patrimônio Nacional — Publicada no D.O. de 18-6-65	78	4.682 — Lei de 21 de junho de 1965 — Isenta da taxa de despacho aduaneiro um conjunto eletrônico importado pelo Governo do Estado do	

	Pág.		Pág.
Paraná — Publicada no D. O. de 24-6-65	91	Siderúrgica Paulista — CO-SIPA — Publicada no D. O. de 24 e retificada no de	93
4.683 — Lei de 21 de junho de 1965 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Empresa Telefônica de Uberaba S. A. — Publicada no D. O. de 24-6-65 ..	91	4.690 — Lei de 21 de junho de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 36.221.047, a favor do Serviço Nacional dos Municípios — SENAM — subordinado ao Ministro de Estado Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais — Publicada no D. O. de 24-6-65	93
4.684 — Lei de 21 de junho de 1965 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Telefônica Pinhal S. A. — Publicada no D. O. de 24-6-65	91	4.691 — Lei de 21 de junho de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Xainxá do Irã — Publicada no D. O. de 23-6-65	94
4.685 — Lei de 21 de junho de 1965 — Modifica a Lei n.º 3.760, de 25 de abril de 1960, que concede a pensão especial de Cr\$ 40.000 (quarenta mil cruzeiros) à viúva e filhas do Senador Lameira Bittencourt — Publicada no D. O. de 24 e retificada no de 29-6-65	92	4.692 — Lei de 21 de junho de 1965 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um automóvel "Chevrolet Impala", de propriedade de Ieda Maria Vargas — Publicada no D. O. de 24-6-65	94
4.686 — Lei de 21 de junho de 1965 — Acrescenta parágrafo ao art. 26 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de julho de 1941 (Lei de Desapropriação por Utilidade Pública) — Publicada no D. O. de 23-6-65 ..	92	4.693 — Lei de 21 de junho de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado Maior das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 650.189,50, para atender às despesas com o enquadramento de seu pessoal civil — Publicada no D. O. de	94
4.687 — Lei de 21 de junho de 1965 — Dispõe sobre a aplicação do art. 7.º da Lei n.º 3.421, de 10 de julho de 1958 que trata do aforamento, pelo Poder Executivo, dos acréscimos de marinha resultantes de obras e dá outras providências — Publicada no D. O. de 24 e retificada no de 30-6-65	92	4.694 — Lei de 21 de junho de 1965 — Isenta a Fábrica Nacional de Motores S. A. de impostos federais e dá outras providências — Publicada no D. O. de 23-6-65 ..	95
4.688 — Lei de 21 de junho de 1965 — Isenta de licença prévia, dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, donativos fornecidos através do Programa "Alimentos para a Paz" — Publicada no D. O. de 24-6-65 ..	93	4.695 — Lei de 22 de junho de 1965 — Dispõe sobre a composição do Conselho Federal de Contabilidade e dá outras providências — Publicada no D. O. de 28-6-65 ..	95
4.689 — Lei de 21 de junho de 1965 — Isenta de imposto de importação dez mil toneladas de placas de aço — (slabs) importadas pela Companhia			

Pág.		Pág.
4.696	— Lei de 22 de junho de 1965 — Amplia a isenção do imposto do selo concedida à firma Aços Finos Piratini Sociedade Anônima pelo art. 5º da Lei nº 3.972, de 13 de outubro de 1961 — Publicada no D. O. de 28-6-65	96
4.697	— Lei de 22 de junho de 1965 — Dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei número 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — Publicada no D. O. de 25-6-65	96
4.698	— Lei ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> ..	96
4.699	— Lei de 28 de junho de 1965 — Revigora o crédito autorizado pela Lei nº 4.271, de 24 de outubro de 1963, para abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à integralização da quota de participação da	
	União na Sociedade de Economia Mista "Aços Finos Piratini", correspondente ao exercício de 1962 — Publicada no D. O. de 30-6-65	97
4.700	— Lei de 28 de junho de 1965 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (LABRE) — Publicada no D. O. de 30-6-65	97
4.701 a 4.710	— Leis ainda não foram publicadas no <i>Diário Oficial</i>	98
4.711	— Lei de 29 de junho de 1965 — Estende aos remanescentes ou reformados da extinta Polícia Militar do antigo Território do Acre as disposições da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, que institui o novo Código de Vencimentos dos Militares — Publicada no D. O. de 30-6-65	98

ÍNDICE DO APENSO

	Pág.		Pág.
4.449 — Lei de 29 de outubro de 1964 — Retificada no D. O. de 20-4-65	101	4.557 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre a marcação de volumes para exportação e dá outras providências — Retificada no D. O. de 7-4-65	103
4.493 — Lei de 24 de novembro de 1964 — Regula processamento de aposentadoria e do montepio dos magistrados remunerados pela União e dá outras providências — Retificada no D. O. de 5-5-65	101	4.592 — Lei de 29 de dezembro de 1964 — Aprova o Plano Nacional de Viação — Retificada no D. O. de 7-4-65	103
4.503 — Lei de 30 de novembro de 1964 — Institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação e dá outras providências — Publicada no D. O. de 30-4 e retificada no de 5-5-65 ..	101	4.601 — Lei de 3 de março de 1965 — Concede isenção de impostos de importação e de consumo, taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares, para um automóvel com transmissão automática a ser adquirido pelo Engenheiro da Petrobrás, Florivaldo Freire de Faria, tornado inválido em consequência de acidente sofrido em serviço — Retificada no D. O. de 20-4-65	103
4.504 — Lei de 30 de novembro de 1964 — Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências — Retificada no D. O. de 6-4-65	102	4.609 — Lei de 31 de março de 1965 — Fixa novos valores das funções gratificadas do Quadro do Pessoal de Secretaria e Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências — Retificada no D. O. de 20-4-65	104
4.533 — Lei de 8 de dezembro de 1964 — Altera a Lei número 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que criou o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências — Retificada no D. O. de 22-6-65	103	4.610 — Lei de 31 de março de 1965 — Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências — Retificada no D. O. de 20-4-65 .	104
4.555 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Mangueiras S. A., para instalação e manutenção de sua Refinaria em Mangueiras, no Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal — Retificada no Diário Oficial de 20-4-65	103		

Figuram neste volume as Emendas Constitucionais, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no segundo trimestre de 1965, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — EMENDAS CONSTITUCIONAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 11

Acrescenta parágrafo ao art. 157 da Constituição

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 3º do Ato Institucional e do art. 217, § 4º, da Constituição, a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único — Ao art. 157 da Constituição é acrescentado um parágrafo, com a redação seguinte, passando o atual parágrafo único a § 1º:

“§ 2º — Nenhuma prestação de serviço de caráter assistencial ou de benefício compreendido na previdência social poderá ser criada, majorada ou estendida sem a correspondente fonte de custeio total”.

Brasília, 31 de março de 1965.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Bilac Pinto
Presidente

Baptista Ramos
1º Vice-Presidente

Mário Gomes
2º Vice-Presidente

Nilo Coelho
1º Secretário

Henrique La Rocque
2º Secretário

Emílio Gomes
3º Secretário

Nogueira de Rezende
4º Secretário

A MESA DO SENADO FEDERAL

Auro Moura Andrade
Presidente

Camilo Nogueira da Gama
Vice-Presidente

Dinarte Mariz
1º Secretário

Adalberto Sena
2º Secretário em exercício

Cattete Pinheiro
3º Secretário em exercício

Guido Mondin
4º Secretário em exercício

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição, a seguinte Emenda Constitucional:

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 12

Artigo único — O § 1º do art. 28 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º Poderão ser nomeados pelos governadores dos Territórios os prefeitos das respectivas capitais, bem como pelos governadores dos Estados e Territórios os prefeitos dos Municípios onde houver estâncias hidrominerais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União”.

Brasília, em 8 de abril de 1965.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Bilac Pinto
Presidente
Baptista Ramos
1º Vice-Presidente
Mário Gomes
2º Vice-Presidente
Nilo Coelho
1º Secretário
Henrique La Rocque
2º Secretário
Emílio Gomes
3º Secretário
Nogueira de Rezende
4º Secretário

A MESA DO SENADO FEDERAL

Camilo Nogueira da Gama
Vice-Presidente, no exercício
da Presidência
Dinarte Mariz
1º Secretário
Gilberto Marinho
2º Secretário
Adalberto Sena
3º Secretário
Cattete Pinheiro
4º Secretário

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição, a seguinte Emenda ao texto constitucional:

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 13

Art. 1º As eleições para Governadores e Vice-Governadores de Estado, assim como para Deputados estaduais, far-se-ão simultaneamente em todo o País, na mesma data em que se realizarem as do Presidente e Vice-Presidente da República, ressalvada a disposição transitória estabelecida no artigo 4º desta Emenda Constitucional (Constituição, art. 134).

Parágrafo único. Os mandatos de Governador, Vice-Governador e Deputado estadual serão de quatro anos, ressalvada a disposição transitória estabelecida no parágrafo único do art. 4º.

Art. 2º Para a eleição de Governador e Vice-Governador será exigida maioria absoluta de votos, observando-se, em tudo quanto for aplicável, as normas e o processo estabelecidos para a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República pela Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964.

Art. 3º Caberá às Assembléias Legislativas dispor, nas Constituições Estaduais, sobre as eleições municipais para tornar obrigatórias as seguintes normas:

a) os mandatos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores serão de quatro anos;

b) as eleições de todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, dentro do mesmo Estado, realizar-se-ão simultaneamente, em dia c mês do penúltimo ano do término do mandato do Governador.

Parágrafo único. É facultado às Assembléias Legislativas, ao dispor sobre as eleições municipais que se realizarem para preenchimento das vagas de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, decorrentes do término do mandato que se verificar até 1967, estabelecer regras de caráter transitório, de modo a permitir a aplicação definitiva, até o ano de 1971, do disposto nos itens a e b deste artigo.

Art. 4º As eleições para preenchimento das vagas decorrentes do término do mandato dos atuais Governadores e Vice-Governadores dos Estados de Alagoas, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina serão realizadas, por voto universal e direto (Constituição, art. 134), em 3 de outubro de 1965.

Parágrafo único. Os mandatos de todos os Governadores e Vice-Governadores eleitos nas datas fixadas neste e no art. 1º terminarão em 15 de março de 1971.

Brasília, em 8 de abril de 1965.

A MESA DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Bilac Pinto
Presidente

Baptista Ramos
1º Vice-Presidente

Mário Gomes
2º Vice-Presidente

Nilo Coelho
1º Secretário

Henrique La Rocque
2º Secretário

Emílio Gomes
3º Secretário

Nogueira de Rezende
4º Secretário

A MESA DO SENADO
FEDERAL

Camilo Nogueira da Gama
Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Dinarte Mariz
1º Secretário

Gilberto Marinho
2º Secretário

Adalberto Sena
3º Secretário

Cattete Pinheiro
4º Secretário

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217 § 4º, da Constituição, a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso IX do art. 124 e o art. 139 da Constituição passam a ter a seguinte redação:

"Art. 124.

IX — Compete privativamente ao Tribunal de Justiça processar e julgar os Juizes de inferior instância, nos crimes comuns e nos de responsabi-

dade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, quando se tratar de crimes eleitorais (art. 119, nº VII).

Art. 139. São também inelegíveis:

I — Para Presidente e Vice-Presidente da República:

a) o Presidente que tenha exercido o cargo, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, e bem assim o Vice-Presidente que lhe tenha sucedido ou quem, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o haja substituído;

b) até seis meses depois de afastados definitivamente das funções, os governadores, os interventores federais nomeados de acordo com o artigo 12, os Ministros de Estado, o Prefeito do Distrito Federal e os presidentes, superintendentes e diretores dos bancos de cujo capital a União seja acionista majoritária;

c) até três meses depois de cessadas definitivamente as funções os comandantes de Exército, os chefes de Estado-Maior e os presidentes e diretores das empresas de economia mista e das autarquias federais.

II — Para governador e vice-governador:

a) em cada Estado, o governador que haja exercido o cargo, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, ou quem lhe haja sucedido ou, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o tenha substituído; e o interventor federal, nomeado na forma do art. 12, que tenha exercido as funções por qualquer tempo, no período governamental imediatamente anterior;

b) até um ano depois de afastados definitivamente das funções, o Presidente, o Vice-Presidente da República e os substitutos que hajam assumido a presidência,

c) até três meses depois de cessadas definitivamente as funções, os que forem inelegíveis para Presidente da República, salvo os mencionados nas alíneas a e b deste número; e, ainda, os chefes dos gabinetes civil e militar da Presidência da República e os governadores de outros Estados;

d) em cada Estado, até três meses depois de cessadas definitivamente as funções, os comandantes de região, zona aérea, distrito naval, guarnição militar e polícia militar, o vice-governador, os secretários de Estado, o chefe de polícia, os prefeitos municipais, magistrados federais e estaduais, o chefe do Ministério Público, os presidentes, superintendentes e diretores de bancos do Estado, sociedades de economia mista e autarquias estaduais, assim como os dirigentes de órgãos e serviços da União e do Estado, qualquer que seja a natureza jurídica de sua organização, que executem obras ou apliquem recursos públicos;

e) quem, à data da eleição, não contar, pelo menos, quatro anos de domicílio eleitoral no Estado.

III — Para Prefeito e Vice-Prefeito:

a) o que houver exercido o cargo de Prefeito, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, e bem assim o que lhe tenha sucedido ou, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o haja substituído;

b) até três meses depois de cessadas definitivamente as funções, as pessoas de que trata o item II e as autoridades policiais e militares com jurisdição no Município;

c) quem, à data da eleição, não contar, pelo menos, dois anos de domicílio eleitoral no Município.

IV — Para a Câmara dos Deputados e Senado Federal:

a) as autoridades mencionadas nos itens I, II e III, nas mesmas condições nêles estabelecidas, e bem assim os governadores dos Territórios, salvo se deixarem definitivamente as funções até três meses antes do pleito;

b) quem, à data da eleição, não contar, pelo menos, quatro anos de domicílio eleitoral no Estado.

V — Para as Assembléias Legislativas:

a) as autoridades referidas nos itens I, II e III, até dois meses depois de cessadas definitivamente as funções;

b) quem não contar, pelo menos, quatro anos de domicílio eleitoral no Estado.

§ 1º Os preceitos deste artigo aplicam-se aos titulares, assim efetivos como interinos, dos cargos mencionados.

§ 2º Não se fará a exigência de domicílio eleitoral a quem haja desempenhado mandato eletivo do Estado ou no Município, bem assim para pleitos no Distrito Federal."

Art. 2º Além dos casos previstos nos arts. 138, 139 e 140 da Constituição, lei especial poderá estabelecer novas inelegibilidades, desde que fundadas na necessidade de preservação:

- I — do regime democrático (art. 141, § 13);
- II — da exação e probidade administrativas;
- III — da lisura e normalidade das eleições contra o abuso do poder econômico e uso indevido da influência de exercício de cargos ou funções públicas.

Parágrafo único. Projeto que disponha sobre a matéria deste artigo, para transformar-se em lei, dependerá de aprovação, por maioria absoluta, pelo sistema nominal, em cada uma das Câmaras do Congresso Nacional.

Brasília, 3 de junho de 1965.

A Mesa da Câmara dos Deputados

Bilac Pinto
Presidente
Batista Ramos
1º Vice-Presidente
Mário Gomes
2º Vice-Presidente
Nilo Coelho
1º Secretário
Henrique La Rocque
2º Secretário
Emílio Gomes
3º Secretário
Nogueira de Rezende
4º Secretário

A Mesa do Senado Federal

Auro Moura Andrade
Presidente
Camilo Nogueira da Gama
Vice-Presidente
Dinarte Mariz
1º Secretário
Gilberto Marinho
2º Secretário
Adalberto Sena
3º Secretário
Cattete Pinheiro
4º Secretário

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte :

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, aos 5 de outubro de 1953, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha e a firma Sociedade Técnica Construtora Ltda.

Art. 1º É mantido o ato, de 8 de dezembro de 1953, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato celebrado, aos 5 de outubro de 1953, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha e a firma Sociedade Técnica Construtora Ltda. para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Guaxupé, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de março de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA,
Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de acôrdo, de 28 de maio de 1954, celebrado entre o Governo da União e o do Estado da Bahia.

Art. 1º É mantido o ato de 16 de julho de 1954, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo do acôrdo, de 28 de maio de 1954, celebrado entre o Governo da União e o do Estado da Bahia para execução, no território do referido Estado, dos trabalhos relativos à expansão da cultura do trigo, na forma do § 3º do art. 18 da Constituição Federal.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de março de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA,
Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 3º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1965

Mantém o registro da despesa de Cr\$ 8.000 (oito mil cruzeiros), feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União, referente ao pagamento, a Déa Jansen de Sá pelo aluguel de grupo de salas ao Ministério da Saúde.

Art. 1º E' mantido o registro da despesa de Cr\$ 8.000 (oito mil cruzeiros), feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União, em Sessão de 31 de dezembro de 1958, referente ao pagamento, a Déa Jansen de Sá, do aluguel da subdivisão do grupo de salas nº 801, do Edifício Civitas, situado na Rua do México nº 21, no Estado da Guanabara, durante o mês de junho de 1957, ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Este decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 8 de abril de 1965.

Camillo Nogueira da Gama
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Petrônio Mota de Oliveira.

Art. 1º E' mantido o ato, de 23 de março de 1954, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato, celebrado aos 31 de dezembro de 1953 entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Petrônio Mota de Oliveira, para o desempenho, naquele Território, da função de Tesoureiro Auxiliar.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 8 de abril de 1965.

Camillo Nogueira da Gama
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Júlio Olívio do Nascimento.

Art. 1º E' mantido o ato, de 23 de março de 1954, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 31 de

dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Júlio Olívio do Nascimento, para o desempenho, naquele Território, da função de Administrador da "Fazenda Bom Intento"

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de abril de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA.

Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado, em 29 de outubro de 1951, entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e a Companhia Paulista de Papéis e Artes Gráficas S. A.

Art. 1º É mantido o ato, de 27 de dezembro de 1951, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao termo de contrato celebrado, em 29 de outubro de 1951, entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Companhia Paulista de Papéis e Artes Gráficas S. A., para fornecimento de material de consumo destinado aos trabalhos do Abono Familiar, instituído pelo art. 29 do Decreto-lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de abril de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado a 1º de agosto de 1953, entre a Inspeção do Imposto de Renda em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro e Jair Soares Ribeiro.

Art. 1º É mantido o ato, de 30 de dezembro de 1953, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao termo de contrato celebrado, a 1º de agosto de 1953, entre a Inspeção do Imposto de Renda em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro e Jair Soares Ribeiro, para locação de uma sala térrea do prédio nº 47 da Rua General Pedra, naquela cidade.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de abril de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA.

Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo aditivo a contrato celebrado, aos 23 de fevereiro de 1953, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Jaime Fabricio de Moraes.

Art. 1º É mantido o ato, de 9 de agosto de 1954, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao termo aditivo, de 9 de agosto de 1954, a contrato celebrado, em 23 de fevereiro de 1953, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Jaime Fabricio de Moraes, para o desempenho, no Serviço de Estudos do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, da função de piloto aviador.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de abril de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1965

Aprova as Convenções de ns. 21, 22, 91, 93, 94, 97, 103, 104, 105, 106 e 107 e rejeita a de nº 90, adotadas pela Conferência-Geral da Organização Internacional do Trabalho.

Art. 1º São aprovadas as Convenções de ns. 21, 22, 91, 93, 94, 97, 103, 104, 105, 106 e 107, adotadas pela Conferência-Geral da Organização Internacional do Trabalho.

§ 1º A Convenção de nº 103 não será aplicada às categorias de trabalho enumeradas no seu art. VII, alíneas "b" e "c".

§ 2º A Convenção de nº 106 aplicar-se-á às categorias relacionadas no seu art. 3º, excetuadas as constantes da alínea "b".

Art. 2º É rejeitada a Convenção nº 90, adotada pela 31ª Sessão da Conferência-Geral da Organização Internacional do Trabalho, reunida em 1948, em São Francisco.

Art. 3º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de abril de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, em 26 de janeiro de 1951, entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Salústia Teixeira de Gouveia.

Art. 1º É mantido o ato, de 16 de fevereiro de 1951, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato celebrado, em 26 de janeiro de 1951, entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Salústia Teixeira de Gouveia para o desempenho, na Divisão de Cadastro e Estatística Mecanizada da mesma Diretoria, da função de operadora.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de abril de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 8 de setembro de 1960, entre o Comando do 2º Distrito Naval e a firma Bade Instaladora Limitada.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União, de 23 de dezembro de 1960, denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 8 de setembro de 1960, entre o Comando do 2º Distrito Naval e a firma Bade Instaladora Ltda., para fornecimento dos equipamentos e instalação de uma cozinha.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de abril de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, em 9 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Pedro Ferreira Filho, Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso.

Art. 1º É mantido o ato, de 29 de dezembro de 1953, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, em 9 de

dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Pedro Ferreira Filho, Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica daquela cidade.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de abril de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1965

Determina o registro do contrato celebrado, em 6 de maio de 1963, entre a Fazenda Nacional e Antônio Guilherme de Paula Leite e outros.

Art. 1º O Tribunal de Contas da União registrará o contrato celebrado, em 6 de maio de 1963, entre a Fazenda Nacional e Antônio Guilherme de Paula Leite, para locação do prédio nº 1.275, da rua Regente Feijó, em Campinas, Estado de São Paulo onde funciona a Coletoria Federal daquela cidade.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de abril de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 1965

Determina o registro do termo de escritura pública, de 31 de dezembro de 1956, re-ratificado a 7 de maio de 1957, de aquisição de imóvel, em decorrência de desapropriação amigável, que outorgam Maria Imaculada Santos Almeida e outros à União Federal.

Art. 1º O Tribunal de Contas da União registrará o termo de escritura pública, de 31 de dezembro de 1956, re-ratificado a 7 de maio de 1957, de aquisição de imóvel em decorrência de desapropriação amigável, que outorgam Maria Imaculada Santos Almeida e outros à União Federal.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de maio de 1965. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de ajuste celebrado, aos 24 de novembro de 1958, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma S.T.E.C.O. — Serviços Técnicos de Engenharia e Comércio Ltda.

Art. 1º É mantido o ato, de 26 de dezembro de 1958, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de ajuste celebrado, aos 24 de novembro de 1958, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma S.T.E.C.O. — Serviços Técnicos de Engenharia e Comércio Ltda., para construção de um muro de proteção da margem do rio Mearim, na cidade de Vitória, no Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de maio de 1965. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, a 27 de agosto de 1954, entre a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a I.B.M. World Trade Corporation.

Art. 1º É mantido o ato, de 7 de outubro de 1955, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de contrato celebrado, a 27 de agosto de 1954, entre a União Federal e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação dos serviços de máquinas elétricas de contabilidade.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de maio de 1965. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Joaquim Bayma Nogueira.

Art. 1º É mantido o ato, de 23 de março de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Joaquim Bayma Nogueira, para o desempenho da função de Chefe da Seção de Navegação.

fevereiro de 1954, entre a Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e Ana Maria de Azevedo Coutinho, para locação de um imóvel situado na Praça dos Andradas, nº 38, na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de maio de 1965. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 5 de janeiro de 1953, entre a Junta de Conciliação e Julgamento de Sorocaba e Waldemar Ferreira Telles.

Art. 1º É mantido o ato, de 6 de março de 1953, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 5 de janeiro de 1953, entre a Junta de Conciliação e Julgamento de Sorocaba e Waldemar Ferreira Telles, para locação do primeiro pavimento do prédio nº 29, da Praça Frei Baraúna, na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de maio de 1965. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Joaquim Ferreira Lima.

Art. 1º É mantido o ato, de 23 de março de 1954, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Joaquim Ferreira Lima, para o desempenho, na Divisão de Saúde, da função de auxiliar de dentista.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de maio de 1965. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de escritura de compra e venda de um imóvel celebrado, a 17 de março de 1954, entre a União Federal e Feliciano Miguel Abdala.

Art. 1º E' mantido o ato, de 14 de maio de 1954, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de escritura de compra e venda de um imóvel situado no Córrego Jacutinga, Distrito de Santo Antônio de Manhuaçu, Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais que outorga a União Federal a Feliciano Miguel Abdala.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de maio de 1965. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 1965

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado, em 31 de agosto de 1954, entre a Estrada de Ferro Tocantins e a Companhia Brasileira de Material Ferroviário.

Art. 1º E' mantido o ato, de 26 de outubro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado, em 31 de agosto de 1954, entre a Estrada de Ferro Tocantins, sob a administração da Fundação Brasil Central, e a Companhia Brasileira de Material Ferroviário, para a aquisição do material necessário à construção de uma estrutura metálica.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de maio de 1965. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 31 de maio de 1957, e seu aditivo de 14 de setembro de 1957, entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a firma Construtora Alcino S. Vieira S.A., para construção de um trecho ferroviário, no Estado de Minas Gerais.

Art. 1º E' mantido o ato, de 22 de outubro de 1957, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado,

aos 31 de maio de 1957 e seu aditivo de 14 de setembro de 1957, entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a firma Construtora Alcindo S. Vieira Ltda., para construção de um trecho ferroviário na ligação D. Silvério — S. Domingos do Prata — Nova Era, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de maio de 1965. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato, de 5 de novembro de 1963, de revigoração de aforamento do terreno de marinha que a União Federal outorgou à Imobiliária "A Pedra do Lar S.A."

Art. 1º E' mantido o ato, de 13 de abril de 1954, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de contrato, de 5 de novembro de 1953 de revigoração de aforamento do terreno de marinha, lote 737, da Rua Visconde do Rio Branco nº 769, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que outorga a União Federal à Imobiliária "A Pedra do Lar S.A."

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de maio de 1965. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1965

Autoriza o Presidente da República a enviar contingente das Forças Armadas à República Dominicana, e dá outras providências.

Art. 1º E' o Presidente da República autorizado a enviar contingente militar das Forças Armadas que não exceda, em valor, a um grupamento tático, com elementos de comando, bem como de apoio logístico e de forças aéreas e navais indispensáveis para, na forma da Resolução adotada, em 6 de maio corrente, pela X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, integrar Força Interamericana na República Dominicana.

Art. 2º O contingente a que se refere o artigo anterior, de finalidade pacificadora, nos termos do ato que instituiu a Força Interamericana, permanecerá em território dominicano durante o período que a Organização dos Estados Americanos, pelos seus órgãos específicos, julgar necessário à normalização da vida institucional daquela República e à restauração do

ambiente de paz social e dos direitos humanos, mediante entendimento das facções em litígio e a livre constituição de um governo rigorosamente fiel aos postulados da democracia representativa.

Art. 3º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de maio de 1965. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, a 19 de novembro de 1961, na Divisão de Obras do Departamento de Administração do então Ministério da Educação e Saúde com a firma A. Pereira Gonçalves.

Art. 1º É mantido o ato, de 12 de dezembro de 1951, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato celebrado, a 19 de novembro de 1951, na Divisão de Obras do Departamento de Administração do então Ministério da Educação e Saúde com a firma A. Pereira Gonçalves, para obras de prosseguimento de instalação de luz e força no Pavilhão de Adolescentes, feminino, da Colônia Juliana Moreira, no atual Estado da Guanabara.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de maio de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato de compra e venda celebrado aos 30 de dezembro de 1953, entre a União Federal e Anna Augusta de Figueiredo.

Art. 1º É mantido o ato, de 26 de fevereiro de 1954, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de contrato de compra e venda do lote rural nº 110 do Núcleo Colonial São Bento, município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, que outorga a União Federal a Anna Augusta de Figueiredo.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de maio de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 13 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera.

Art. 1º É mantido o ato, de 30 de dezembro de 1953, do Tribunal de Contas da União, denegatório do registro a termo do contrato celebrado, aos 13 de novembro de 1953 entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera, para a construção de um prédio destinado à sede da Agência Postal Telegráfica de Tibagi, no Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de maio de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, inc I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1965

Aprova o texto do Acôrd de Cooperação no Campo das Utilizações Pacíficas da Energia Atômica, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Comunidade Européia de Energia Atômica (EURATOM) firmado em Brasília, a 9 de junho de 1961.

Art. 1º É aprovado o texto do Acôrd de Cooperação no Campo das Utilidades Pacíficas da Energia Atômica firmado em Brasília, a 9 de junho de 1961, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Comunidade Européia de Energia Atômica (EURATOM).

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de maio de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de julho de 1955, entre o Ministério da Educação e Cultura e a I.B.M. World Trade Corporation.

Art. 1º É mantido o ato, de 16 de dezembro de 1955, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de julho de 1955, entre o Ministério da Educação e Cultura e a I.B.M.

World Trade Corporation para locação dos serviços de máquinas elétricas de contabilidade

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de maio de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 44 DE 1965

Determina o registro de termo de contrato de cooperação celebrado em 5 de agosto de 1951, entre o Governo Federal e Alfredo Alves da Silva e sua mulher Adelaide Alves da Silva.

Art. 1º O Tribunal de Contas da União registrará o termo de contrato de cooperação celebrado, em 5 de agosto de 1951, entre o Governo Federal e Alfredo Alves da Silva e sua mulher Adelaide Alves da Silva, para fins de irrigação agrícola nos termos dos Decretos-leis nº 1.498, de 9 de agosto de 1948 e 3.782, de 30 de outubro de 1941.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de maio de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 5 de abril de 1954, aditivo ao acordo celebrado, em 7 de agosto de 1951, entre o Governo da União e o Estado de Goiás.

Art. 1º É mantido o ato, de 1º de junho de 1954, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo, de 5 de abril de 1954, aditivo ao acordo celebrado, em 7 de agosto de 1951, entre o Governo da União e o Estado de Goiás, para delegação das atribuições referentes ao Cooperativismo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, ao Serviço de Assistência ao Cooperativismo do referido Estado.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de maio de 1965.

Auro Moura Andrade

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato de compra e venda com financiamento celebrado, em 9 de dezembro de 1963, entre o Governo Brasileiro e a Motoimport de Varsóvia, empresa estatal da Polônia.

Art. 1º É mantido o ato, de 14 de janeiro de 1964, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato de compra e venda com financiamento celebrado, em 9 de dezembro de 1963, entre o Governo Brasileiro e a Motoimport de Varsóvia, empresa estatal da Polónia, para fornecimento de colheadeiras de arroz e trigo, automotrizas, de rodas e de esteiras.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário:

Senado Federal, em 24 de maio de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 12 de maio de 1954, entre o Ministério da Educação e Cultura e a Casa de Saúde Doutor Eiras Ltda.

Art. 1º É mantido o ato, de 22 de junho de 1954 do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 12 de maio de 1954, entre o Ministério da Educação e Cultura e a Casa de Saúde Dr. Eiras Ltda., para internamento de doentes a cargo do Serviço Médico da Seção de Assistência Social do referido Ministério.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de maio de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e João Batista Maciel da Silveira.

Art. 1º É mantido o ato de 23 de março de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado,

em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e João Batista Maciel da Silveira, para o desempenho da função de Topógrafo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de maio de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 9 de março de 1954, entre o Ministério da Marinha e a firma Caixas Registradores Nacionais S. A.

Art. 1º É mantido o ato, de 27 de julho de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 9 de março de 1954 entre o Ministério da Marinha e a firma Caixas Registradores Nacionais S. A. para o serviço de conservação de máquinas de contabilidade "National", de propriedade daquele Ministério.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de maio de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de renovação de contrato celebrado, em 20 de maio de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mário Barreto.

Art. 1º É mantido o ato, de 27 de junho de 1950, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de renovação de contrato celebrado, em 20 de maio de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mário Barreto, para o desempenho, na Escola de Aeronáutica, da função de professor de Português.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de maio de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da Presidência
do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro o contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia.

Art. 1º E' mantido o ato, de 11 de julho de 1963, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de ... Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia, em 21 de maio de 1963.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de maio de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da Presidência
do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina.

Art. 1º E' mantido o ato, de 11 de julho de 1963, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina em 10 de maio de 1963.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de maio de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da Presidência
do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 1965

Determina o registro de termo de contrato celebrado, em 3 de dezembro de 1953 entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Raimundo Ribetto Melo, como Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

Art. 1º O Tribunal de Contas da União registrará o termo de contrato celebrado, em 3 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios

e Telégrafos e Raimundo Ribeiro Melo, como Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica daquela cidade.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Senado Federal, 26 de maio de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro a termos de contratos celebrados, em 11 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e as firmas Alrino Cesar de Oliveira, Carlos Manoel Gobert Damasceno, Teivelino Guapindaia e Luiz Alves.

Art. 1º É mantido o ato, de 8 de janeiro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termos de contratos celebrados, em 11 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e as firmas Alrino Cesar de Oliveira, Carlos Manoel Gobert Damasceno, Teivelino Guapindaia e Luiz Alves, para construção de prédios destinados às Agências Postais Telegráficas de Castanhal, Igarapé-Açu, Salinópolis e Aenquer, no Estado do Pará.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Senado Federal, 26 de maio de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 3 de fevereiro de 1951, entre a União Federal e Felisberto Olimpio Carneiro.

Art. 1º É mantido o ato, de 12 de dezembro de 1951, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 3 de fevereiro de 1951, entre a União Federal e Felisberto Olimpio Carneiro para o desempenho, no Instituto Nacional do Livro, da função de Técnico especializado em lexicografia, revisão e coordenação de textos.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 26 de maio de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 1965

Aprova o Acôrdo sobre Privilégios e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica.

Art. 1º É aprovado o Acôrdo sobre Privilégios e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica, aprovado pela Mesa de Governadores da referida entidade internacional em sua reunião de 1º de julho de 1959.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de junho de 1965

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 1965

Mantém o ato, de 5 de novembro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório d e registro a termo, de 10 de março de 1954, aditivo ao acôrdo de 15 de abril de 1952, celebrado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais.

Art. 1º É mantido o ato, de 5 de novembro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 10 de março de 1954, aditivo ao de acôrdo de 15 de abril de 1952, celebrado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais, para execução de serviços públicos relativos ao florestamento e reflorestamento e proteção de matas em terras de uso exclusivo ou não no território do referido Estado.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de junho de 1965

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 1965

Determina o registro do contrato celebrado, em 13 de janeiro de 1960, entre a União Federal e o Banco do Brasil.

Art. 1º O Tribunal de Contas da União registrará o contrato celebrado, em 13 de janeiro de 1960, entre a União Federal e o Banco do Brasil S.A., para o funcionamento e execução dos serviços da Caixa de Mobilização Bancária.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de junho de 1965

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 59, DE 1965

Torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União em 10 de maio de 1960, da concessão de que trata a apostila lavrada com base na Lei nº 1.050, de 1950, combinada com as Leis ns. 1.229, de 1950, e 2.745, de 1956, relativa à aposentadoria de Haidée Cabral Huguet.

Art. 1º É tornado definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, em 10 de maio de 1960, da concessão de que trata a apostila lavrada com base na Lei nº 1.050, de 1950, combinada com as Leis ns. 1.229, de 1950, e 2.745, de 1956, relativa à aposentadoria de Haidée Cabral Huguet, Praticante de Tráfego, ref. VI, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, do antigo Distrito Federal.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de junho de 1965

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 1965

Mantém o ato, de 1º de outubro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 14 de setembro de 1954, aditivo ao contrato celebrado, em 12 de março de 1954, entre o Governo Federal e Ortegal Benevides de Azeredo.

Art. 1º É mantido o ato, de 1º de outubro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 14 de setembro de 1954, aditivo ao contrato celebrado, em 12 de março de 1954, entre o Governo Federal e Ortegal Benevides de Azeredo, para o desempenho, no Instituto de Óleos, da função de Professor de Óleos Essenciais e de Alcalóides.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de junho de 1965

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 61, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de convênio celebrado, em 19 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e o Ginásio Salesiano Dom Bosco, da cidade de Santa Rosa, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º É mantido o ato, de 22 de maio de 1964, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de convênio nº 08/64-60, de 19 de março de 1964, celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e o Ginásio Salesiano Dom Bosco, da cidade de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de junho de 1965

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1965

Mantém o ato de 9 de novembro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de cooperação celebrado, em 1º de dezembro de 1953, entre o Governo da União e Otávio Miranda e sua mulher, Erminda Cribillete Miranda.

Art. 1º É mantido o ato, de 9 de novembro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de cooperação celebrado, em 1º de dezembro de 1953, entre o Governo da União e Otávio Miranda e sua mulher, Erminda Cribillete Miranda, para regular a execução e pagamento de obras destinadas à irrigação de terras de sua propriedade, situadas no Município de Campo-Maior, no Estado do Piauí.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de junho de 1965

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 63, DE 1965

Mantém o ato, de 17 de março de 1959, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 3 de dezembro de 1958, do contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 1º É mantido o ato, de 17 de março de 1959, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 3 de dezembro de 1958, do contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para aplicação do crédito orçamentário de Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros), destinado à construção do Necrotério do Hospital de Caridade da referida Irmandade.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de junho de 1965

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 17 de janeiro de 1951, aditivo ao contrato celebrado em 20 de maio de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mário Barreto.

Art. 1º É mantido o ato, de 9 de março de 1951, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 17 de janeiro de 1951, aditivo ao contrato celebrado, em 20 de maio de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mário Barreto, para o desempenho, na Escola de Aeronáutica, da função de Professor de Português.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de junho de 1965

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

III — LEIS

LEI Nº 4.611 — DE 2 DE ABRIL DE 1965

Modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121, parágrafo 3º, e 129, parágrafo 6º do Código Penal.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O processo dos crimes previstos nos artigos 121, § 3º, e 129, § 6º, do Código Penal, terá o rito sumário estabelecido nos arts. 531 a 538 do Código de Processo Penal Vetado

§ 1º. Quando a autoria do crime permanecer ignorada por mais de quinze dias, proceder-se-á a inquérito policial e o processo seguirá o rito previsto no art. 539.

§ 2º. Poderão funcionar, como defensores dativos, nas Delegacias de Polícia, como estagiários, na falta de profissionais diplomados e solicitadores, alunos da Faculdade de Direito, indicados pelo Procurador-Geral da Justiça.

§ 3º. Quando não fôr possível a assistência de defensor do acusado na lavratura do auto de flagrante, a autoridade policial é obrigada, sob pena de nulidade do ato, a mencionar, fundamentadamente, essa impossibilidade.

Art. 2º. Verificando-se a hipótese do art. 384 e parágrafo único do Código de Processo Penal, o juiz dará vista dos autos, pelo prazo de três dias, ao representante do Ministério Público, para o oferecimento da denúncia, seguindo o processo o rito ordinário.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor trinta dias após a sua publicação, não se aplica aos processos em curso e revoga as disposições em contrário.

Brasília, 2 de abril de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

LEI Nº 4.612 — DE 2 DE ABRIL DE 1965

Concede isenção de direitos de importação e outros; para mercadorias doadas pela General Conference of Seventh Day Adventists, dos Estados Unidos da América do Norte, à União Sul-Brasileira, da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. É concedida isenção de Licença de Importação, dos impostos de Importação e de Consumo, das taxas de Despacho Aduaneiro, de Melhoria de Portos e de Renovação da Marinha Mercante, de Emolumentos Consulares, e de Armazenagens e Capatazias, para os donativos até o limite de mil (1.000) toneladas anuais, constituídos de gêneros alimentícios, roupas, calçados e medicamentos remetidos, até o ano de 1967, inclusive, pela General Conference of Seventh Day Adventists, dos Estados Unidos da América do Norte, à União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, para sua distribuição gratuita através de obras de assistência social.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de abril de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.613 — DE 2 DE ABRIL
DE 1965

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como, da taxa de despacho aduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplegicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais não-queim impossibilitados de utilizar os modelos comuns.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para os veículos que, pelas suas características e adaptações especiais, se destinarem a uso exclusivo de paraplegicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta lei não abrange o material com similar nacional.

Art. 2º A venda dos veículos importados na conformidade do artigo anterior será permitida, pela competente estação aduaneira, somente à pessoa nas mesmas condições de deficiência física, apuradas mediante inspeção por junta médica oficial.

Parágrafo único. Apurada fraude na importação ou na venda dos veículos importados com a isenção outorgada nesta lei, o infrator paga á os impostos de importação e de consumo, bem como a taxa de despacho aduaneiro, em dobro, sem prejuizo das demais sanções legais aplicáveis.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de abril de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.614 — DE 2 DE ABRIL
DE 1965

Denomina "Rodovia Lauro Müller" a atual BR-59, que liga o Estado do Paraná ao Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É denominada "Rodovia Lauro Müller" a atual BR-59, que liga Curitiba, no Estado do Paraná a Osório, no Estado do Rio Grande do Sul, via Florianópolis.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de abril de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

LEI Nº 4.615 — DE 15 DE
ABRIL DE 1965

Concede pensão mensal especial aos voluntários e militares que prestaram serviço de guerra na Campanha de Canudos e dá outras providências.

O Presidente da República

faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos voluntários e militares que prestaram serviço de guerra na Campanha de Canudos fica concedida a pensão mensal e especial, na base de um salário mínimo.

Art. 2º A pensão especial de que trata o artigo precedente será pessoal, intransferível e somente paga ao beneficiário enquanto viver, renovada, no ato de cada pagamento, a prova de identidade de existência do pensionista.

Art. 3º A despesa decorrente da execução desta lei correrá á conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda destinada aos pensionistas da União, devendo, nos orçamentos futuros, figurar sob a rubrica especial "Pensões a Voluntários e Militares da Campanha de Canudos".

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.616 — DE 15 DE
ABRIL DE 1965

Autoriza a alienação do imóvel da União que menciona, situado no Estado da Guanabara.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a alienar, dispensada a concorrência pública, a metade do prédio e respectivo terreno da Rua José Silva, nº 222, em Jacarepaguá no Estado da Guanabara a Januário d'Azevedo co-proprietário e inquilino do referido imóvel na parte da União.

Art. 2º A alienação se fará pelo valor atualizado do imóvel o qual será calculado pelo Serviço do Patrimônio da União para pagamento à vista.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília 15 de abril de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.617 — DE 15 DE
ABRIL DE 1965

Cria o Fundo do Exército e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo do Exército destinado a auxiliar o pro-

vimento de recursos financeiros para o aparelhamento do Exército e para realizações ou serviços inclusive de programas de assistência social que, a juízo do Ministério da Guerra, se façam necessários, a fim de que possa o Exército dar cabal cumprimento às suas missões.

Art. 2º A administração do Fundo do Exército ficará a cargo do Conselho Superior de Economias da Guerra, o qual passará a denominar-se Conselho Superior do Fundo do Exército.

Art. 3º Constituirão receitas do Fundo do Exército:

a) os recursos atualmente coletados pela Comissão Superior de Economia e Finanças (COSEF), criada pelo Decreto nº 37.971, de 22 de setembro de 1955;

b) as indenizações e verbas orçamentárias de exercícios financeiros já encerrados;

c) uma dotação no valor de Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros) no exercício de 1965, a qual será elevada para Cr\$ 25.000.000.000 (vinte e cinco bilhões de cruzeiros) no exercício de 1966 e, a partir do exercício de 1967, anualmente consignada no Orçamento Geral da União, após a necessária correção monetária, de acordo com os índices estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia.

Art. 4º O saldo positivo do Fundo do Exército, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 5º É o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, com estabelecimentos nacionais ou estrangeiros, com o objetivo de apressar a realização de programas previamente aprovados pelo Presidente da República, que visem atender ao aparelhamento do Exército e à assistência social de seu pessoal.

§ 1º Nas operações de crédito a que se refere o presente artigo, o Poder Executivo só poderá empregar até 50% (cinquenta por cento) da receita prevista no Fundo do Exército constante da alínea "c" do artigo 3º, sendo vedada a inclusão, nessas operações, das receitas de que tratam as demais alíneas do referido artigo.

§ 2º As operações de crédito de que trata este artigo deverão ser liquidadas no prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 6º Durante cinco (5) anos, a partir da data da promulgação desta Lei, no mínimo dez por cento (10%) do total do Fundo do Exército serão empregados na construção de residências para oficiais e sargentos nos diversos Estados da Federação de acordo com planos aprovados pelo Ministro da Guerra.

Art. 7º A vigência da presente Lei, no que se refere às alíneas "b" e "c" do art. 3º, é a partir de 1º de janeiro de 1965.

Art. 8º Fica autorizada a abertura, ao Ministério da Guerra, no corrente exercício de 1965, do crédito especial de Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros), destinado ao Fundo do Exército e equivalente à receita a que se refere a alínea "c" do art. 3º desta Lei.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 10. Esta lei, ressalvado o disposto no seu artigo 8º, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Decio Palmeiro de Escobar

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.618 — DE 15 DE
ABRIL DE 1965

Incorpora os Cursos da Campanha de Formação de Geólogos a Universidades Federais e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam incorporados às Universidades do Brasil, do Recife e do Rio Grande do Sul, respectivamente, os cursos atualmente mantidos pela

Campanha de Formação de Geólogos (CAGE), no Rio de Janeiro, no Recife e em Porto Alegre.

Art. 2º Os cursos referidos no artigo anterior integrar-se-ão sob a forma de Escolas ou Institutos, em situação de paridade com os demais estabelecimentos, na estrutura e no funcionamento das Universidades a que são incorporadas, segundo a forma que estas estavam, observadas as prescrições legais.

Art. 3º Mediante a diversificação do currículo do curso de graduação de geólogos em ciclo de ensino básico e ciclo de ensino profissional, as Universidades poderão valer-se para o ministério do primeiro dos recursos de pessoal e material existentes noutras unidades universitárias, inclusive em departamentos ou unidades do tipo dos institutos centrais, ou básicos.

Art. 4º A Diretoria do Ensino Superior promoverá a transferência do patrimônio pertencente aos cursos, para as Universidades a que ora se integram.

Art. 5º O pessoal docente e administrativo dos cursos, já enquadrado na forma da legislação em vigor, será incluído nos Quadros de Pessoal das respectivas Universidades.

Art. 6º Dentro de sessenta (60) dias após a transferência do patrimônio, os Conselhos Universitários das Universidades do Brasil, do Recife e do Rio Grande do Sul aprovarão os Regimentos das Unidades criadas de acordo com o disposto no artigo 2º.

Art. 7º Enquanto as novas unidades não dispuserem de congregação regularmente constituída, funcionará em seu lugar o Conselho Universitário; para os efeitos de escolha do Diretor, alterações de regimento e aprovação de programas.

Art. 8º Fica criado, em cada qual dos Quadros do Pessoal das Universidades do Brasil, do Recife e do Rio Grande do Sul, um (1) cargo, de provimento em comissão, de Diretor, Símbolo 5-C, para atender ao disposto nesta Lei.

§ 1º Fica igualmente criada, em cada um dos Quadros de Pessoal de que trata este artigo, uma (1) função gratificada, Símbolo 5-F, de Chefe de Secretaria.

§ 2º Até que sejam nomeados, na forma do art. 76 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 os diretores das unidades ora criadas, a direção será exercida por um Coordenador, designado pelo Reitor em face da lista tripartite organizada pelo respectivo Conselho Universitário.

Art. 9º A despesa resultante da execução da presente Lei correrá, no exercício de 1965, à conta das dotações orçamentárias destinadas à Campanha de Formação de Geólogos ... (CAGE), de acordo com os planos aprovados pela Comissão Orientadora.

Art. 10. As Universidades do Brasil, do Recife e do Rio Grande do Sul consignarão em seus orçamentos, a partir de 1966, recursos destinados à manutenção e desenvolvimento das unidades que venham a ser criadas em razão desta Lei.

Parágrafo único. A Campanha de Formação de Geólogos (CAGE) concederá, em 1966, auxílios às unidades criadas por esta Lei, à conta dos recursos que lhe sejam atribuídos e segundo plano aprovado pela Comissão Orientadora.

Art. 11. (VETADO).

Art. 12. As escolas de geologia incentivarão a formação de prospectores inclusive com a instituição de curso próprio, cabendo ao Conselho Federal de Educação baixar as normas relativas ao ensino de prospecção.

Parágrafo único. O curso a ser instituído poderá ser ministrado no período das férias universitárias.

Art. 13. Após a transferência completa dos cursos de formação de geólogos às Universidades, o Ministério da Educação e Cultura promoverá a extinção da Campanha de Formação de Geólogos (CAGE).

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

LEI Nº 4.619 — DE 28 DE
ABRIL DE 1965

Dispõe sobre a ação regressiva da União contra seus Agentes

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Procuradores da República são obrigados a propor as competentes ações regressivas contra os funcionários de qualquer categoria declarados culpados por haverem causado a terceiros lesões de direito que a Fazenda Nacional seja condenada judicialmente a reparar.

Parágrafo único. Considera-se funcionário para os efeitos desta lei, qualquer pessoa investida em função pública, na esfera Administrativa, seja qual for a forma de investidura ou a natureza da função.

Art. 2º O prazo para ajuizamento da ação regressiva será de sessenta dias a partir da data em que transitar em julgado a condenação imposta à Fazenda.

Art. 3º A não obediência, por ação ou omissão, ao disposto nesta lei, apurada em processo regular, constitui falta de exação no cumprimento do dever.

Art. 4º A competência para iniciar a ação regressiva cabe ao Procurador lotado no Estado em que haja corrido o processo judicial cuja decisão contra a Fazenda haja transitado em julgado.

§ 1º No Distrito Federal e nos Estados em que funcionem mais de um Procurador, a obrigação cabe ao que tenha funcionado no feito de que tenha resultado a condenação da Fazenda; e se mais de um houver funcionado, qualquer deles terá competência para propor a conseqüente ação regressiva contra o funcionário ou pessoa investida em função pública, incorrendo todos na mesma falta, se nenhum deles intentar a referida ação.

§ 2º Ocorrendo a falta coletiva prevista no § 1º d'êste artigo, o Procurador-Geral designará um dos Procuradores para propor imediatamente a acção regressiva.

Art. 5º A cessação, por qualquer forma, do exercício da função pública, não exclui o funcionário, ou pessoa nela investida, da responsabilidade perante a Fazenda.

Art. 6º A liquidação do que fôr devido pelo funcionário estável à Fazenda Nacional poderá ser feita mediante desconto em folha de pagamento, o qual não excederá de uma quinta parte da importância de seu vencimento ou remuneração.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

LEI Nº 4.620 — DE 28 DE ABRIL DE 1965

Isenta do imposto único sobre energia elétrica a Rede Elétrica Piquete-Itajubá, no período que especifica

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica isenta do pagamento do imposto único sobre energia elétrica, criado pela Lei nº 2.308, de 30 de agosto de 1954, a Rede Elétrica Piquete-Itajubá, do Ministério da Guerra, no período entre 30 de agosto de 1954 e 31 de julho de 1958.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arthur da Costa e Silva

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.621 — DE 30 DE ABRIL DE 1965

Dispõe sobre subscrição compulsória de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional pelas pessoas que recebem remuneração classificável na cédula "C" de rendimentos e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Todas as pessoas que recebem dos cofres públicos ou particulares qualquer espécie de remuneração classificável na cédula "C" da declaração de rendimentos, como rendimento de trabalho, em importância superior a Cr\$ 600.000 (seiscentos mil cruzeiros) mensais, ficarão sujeitas, a partir da data da publicação desta Lei e durante o exercício de 1965, à subscrição compulsória de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, intransferíveis pelo prazo de três anos.

Parágrafo único. O montante da subscrição compulsória estabelecida nesta Lei será calculado por faixas de rendimentos, cumulativamente, de acordo com a seguinte tabela:

<i>Classes de remuneração mensal</i>	<i>Subscrição compulsória de Obrigações do Tesouro por faixa de remuneração</i>
--------------------------------------	---

De 600.001 a 800.000	subscrição de 10% da faixa de remuneração mensal
De 800.001 a 1.000.000	subscrição de 20% da faixa de remuneração mensal
De 1.000.001 em diante	subscrição de 30% da faixa de remuneração mensal

Art. 2º A subscrição compulsória a que se refere o artigo anterior incidirá sobre a remuneração total auferida mensalmente, a qualquer título, somando-se para tal finalidade, nos casos de acumulação de cargos, funções, empregos ou proventos, os vencimentos, salários ou proventos recebidos de mais de uma fonte.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a pessoa que receber remuneração de mais de uma fonte deverá declarar, dentro do prazo de dez dias, aos órgãos de pessoal sob cuja jurisdição se encontrar, caso receba remuneração dos cofres públicos, ou às firmas e empresas a que pertencer, no caso de remuneração paga pelos cofres particulares a soma total das remunerações recebidas em mais de uma fonte sendo-lhe permitido indicar sobre qual remuneração deverá incidir o valor da subscrição compulsória total a que estiver sujeito.

Art. 3º No caso de servidores civis ou militares, designados para serviço ou missão no exterior e cuja remuneração seja paga pela Delegacia do Tesouro brasileiro, em New York, a subscrição compulsória será feita tendo em vista a taxa de conversão adotada pela mesma Delegacia e corresponderá a 10% sobre o soldo dos militares e dos vencimentos dos funcionários civis, excluídas as verbas de representação.

Parágrafo único. A subscrição compulsória não se aplicará aos servidores civis ou militares designados para serviço ou missão no exterior que percebam remuneração igual ou inferior a US\$ 500 (quinhentos dólares) mensais.

Art. 4º Para o cumprimento desta Lei, as repartições pagadoras, assim como as firmas e empresas privadas, farão os descontos correspondentes sobre a remuneração mensal da pessoa sujeita à subscrição compulsória de Obrigações do Tesouro e efetuarão o recolhimento respectivo, dentro do prazo de 15 dias, à agência local ou mais próxima do Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único. A agência do Banco do Brasil a que tiver sido feito o recolhimento escriturará a importância correspondente a crédito da pessoa que tiver sofrido o desconto, e quando o mesmo atingir o valor de uma ou mais Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, fará entrega do título correspondente ao interessado.

Art. 5º As pessoas sujeitas à subscrição compulsória das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, nos termos desta Lei, ficarão isentas da mesma, desde que concordem, expressamente e por escrito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data da publicação desta Lei, que a sua remuneração sofra desconto mensal correspondente à metade da subscrição compulsória a que estiverem obrigadas.

§ 1º No caso previsto neste artigo, as importâncias correspondentes à arrecadação efetuada na remuneração de diretores e empregados de empresas privadas serão por estas recolhidas dentro do prazo de 10 dias e, a título definitivo, no Banco Nacional de Habitação como renda da instituição.

§ 2º Ficará dispensada do recolhimento a que se refere o parágrafo anterior a firma ou empresa que se comprometer a distribuir a seus diretores e empregados ações no valor correspondente a redução efetuada na remuneração dos mesmos. O compromisso acima referido deverá ser comunicado à Delegacia Regional ou Seccional do Imposto de Renda sob cuja jurisdição estiver a empresa.

Art. 6º Ficará, igualmente, isenta da subscrição compulsória de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional a pessoa que fizer, após a publicação desta Lei, prova de que efetuou o depósito mensal da importância correspondente à mesma, na Caixa Econômica Federal, por prazo igual ou superior a um ano.

Parágrafo único. As Caixas Econômicas Federais aplicarão, nos depósitos a que se refere este artigo, a cláusula da correção monetária, de acordo com os índices a serem estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia, para o reajuste das Obrigações do Tesouro Nacional.

Art. 7º As firmas e empresas que deixarem de efetuar os descontos e os recolhimentos previstos nesta Lei, e nos prazos aqui estabelecidos, ficarão sujeitas à multa correspondente ao dobro da importância que deixar de ser descontada ou não indevidamente retida.

Parágrafo único. Em igual penalidade incorrerá a empresa ou firma que deixar de cumprir, no prazo improrrogável de seis meses, o compromisso de distribuição de ações a que se refere o § 2º do art. 5º desta Lei.

Art. 8º A pessoa que recebe remuneração de mais de uma fonte e não fizer a declaração a que se refere o parágrafo único do art. 2º desta Lei, ou apresentá-la falsa ou inexata, ficará sujeita a multa igual ao dobro da importância cujo desconto tenha deixado de sofrer ou cuja subscrição tenha deixado de efetuar em virtude de não-apresentação, da falsidade ou de inexistência de declaração.

Art. 9º As multas referidas no artigo anterior serão aplicadas pelos Delegados Regionais ou Seccionais do Departamento do Imposto de Renda, de cujas decisões caberá recurso, sem efeito suspensivo, para o Ministro da Fazenda.

Art. 10. Na determinação da renda líquida sujeita ao imposto de que trata o art. 10 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, será permitido deduzir do rendimento bruto, além dos encargos de família relativos ao outro cônjuge, filhos e dependentes, da contribuição de previdência social e do imposto sindical, os gastos previstos nos itens V, letra c, e VII, VIII e XIII do art. 18 da mesma Lei, as pensões alimentícias pagas em virtude de sentença judicial definitiva, bem assim as deduções referidas no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Serão incluídas entre as deduções admitidas pelo art. 18 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, a parte variável dos subsídios, as ajudas de custo e a representação, percebidas em decorrência do mandato de representação popular, federal ou estadual, (VETADO) prevalecendo esta dedução também para os efeitos da declaração de rendimentos percebidos em 1964.

Art. 11. O prazo para a entrega das declarações de rendimento das pessoas físicas, no corrente exercício, terminará a 17 de maio de 1965.

Parágrafo único. Os contribuintes que já tiverem apresentado declaração de rendimentos relativa ao corrente exercício poderão retificá-la até 17 de maio de 1965, sem qualquer sanção.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive o item XIV do art. 18 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Brasília, 30 de abril de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.622 — DE 3 DE
MAIO DE 1965

Concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São concedidos, nos termos e limites desta lei, os seguintes incentivos fiscais:

1 — Isenção de imposto de importação e de consumo sobre a importação de:

a) equipamentos de produção, seus sobressalentes e ferramentas destinados às indústrias de fabricação de

material automobilístico, motores de combustão interna e equipamentos para a produção de energia elétrica, com base em projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística e constante de licença de importação ou certificados de cobertura cambial emitidos até 30 de setembro de 1960;

b) pelo prazo de dois anos, a partir da vigência desta lei, de equipamentos de produção, seus sobressalentes e ferramentas, de partes complementares da produção nacional de tratores agrícolas de acordo com os planos de nacionalização progressiva constantes de projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias (GEIMAR);

c) pelo prazo de dois anos, a partir da vigência desta lei, de equipamentos de produção, seus sobressalentes e ferramentas, e partes complementares da produção nacional, destinados à fabricação de máquinas rodoviárias e suas peças e cultivadores motorizados, de acordo com programas industriais aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias (GEIMAR);

d) pelo prazo de cinco anos, a partir da vigência desta lei, de equipamentos de produção, com os respectivos sobressalentes e acessórios, ferramentas e instrumentos que os acompanham, destinados à instalação ou ampliação de indústrias metalúrgicas, de acordo com projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria Metalúrgica (GEIMET);

II — Isenção dos impostos de importação e de consumo, e da taxa do despacho aduaneiro, sobre a importação;

a) pelo prazo de trinta e seis meses, de equipamentos e materiais para instalação, ampliação e renovação de estúdios e laboratórios cinematográficos, de acordo com projetos aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (GEICINE);

b) pelo prazo de trinta e seis meses, para importação de equipamentos de produção, seus sobressalentes e ferramentas, destinados às indústrias de fabricação de filmes virgens, para todos os fins, bem como para produção de matérias-primas indispensáveis à fabricação de filmes virgens.

c) equipamentos VETADO destinados à instalação, ampliação, renovação e manutenção de emissoras de televisão, legalmente autorizadas a funcionar, VETADO.

d) materiais e equipamentos, suas partes, peças e sobressalentes destinados à construção de navios e também à instalação e ampliação de indústrias complementares da construção naval, que tenham por finalidade a produção de motores diesel para propulsão; de motores diesel para grupos geradores de energia elétrica; de turbinas para propulsão e de engrenagens redutoras, de acordo com os projetos aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria Naval (G.E.I.N.)

III — isenção do imposto de importação sobre:

a) materiais importados por Bayer do Brasil Indústrias Químicas S. A., constantes das licenças ns. DG ... 56-13.393 — 12.972 — 56-45.420 — 43.934 — 56-49.697 — 48.525 — 57-14.830 — 14.888, — 57-15.873 — 15.901 — 57-31.366 — 30.611 — 57-35.329 — 34.691 — 57-T-45.726 — 45.913 — 57-T-49.477 — 49.653 — 57-846 — 909 — 58-2.993 — 3.066 e 58-10.739 — 10.185, destinados à instalação de fábricas em Belfort Roxo, Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro;

b) materiais importados por Indústrias Químicas de Mantiqueira S. A., constantes das licenças ns. DG — 58-9.131 — 9.215, DG-59-13.577 — 983, DG-59-13.578 — 984, DG — 59-13.579 — 985, DG-59-13.580 — 986 — DG-59-13.581 — 987 — DG-59-13.582 — 988 e DG-59-117 — 989, destinadas à ampliação de suas indústrias de peróxido de oxigênio;

c) equipamento importado por AEG — Companhia Sul Americana de Eletricidade, constante da licença número 56-48.820 — 47.331, destinado à fabricação de material elétrico;

d) máquinas e equipamentos importados por ACOSUL — Companhia Anglo Luso Brasileira de Aço, constante das licenças ns. DG — 58-16.275 — 15.020, DG-58-16.276 — 15.021, DG-58-16.277 — 15.022, DG-16.278 — 15.023, DG-58-16.279 — 15.024 e DG-58-16.280 — 15.025, e destinados à fabricação de arame de todos os tipos;

e) equipamento importado por Ofco Indústria e Comércio Ltda., constante da licença nº DG-59-6.259 — 6.339, destinado à esterilização do leite;

f) equipamento importado por "AMLA" Refrigeração, Comércio e Indústria S. A., constante das licenças ns. DG-59-15.370 — 15.598, DG-59-15.371 — 15.599, DG-59-15.372 — 15.600, DG-59-15.373 — 15.601, DG-59-15.374 — 15.602, DG-59-15.375 — 15.603, DG-59-15.376 — 15.604, DG-59-15.377 — 15.605, destinado à produção de compressores;

g) máquinas e equipamentos importados por Pfizer Corporation do Brasil, constantes das licenças ns. DG-57-44.371 — 32.724, DG-59-8.882 — 8.748, DG-59-15.438 — 15.663 e DG-60-15.437 — 799, para instalação de

fábricas de antibióticos, em Guarulhos, Estado de São Paulo;

h) equipamento importado por Asea Elétrica S. A., constante das Licenças ns. DG-59-59 — 59-11.648 — 12.086; DG-59-11.644 — 12.082; DG-59-11.645 — 12.083; DG-59-11.649 — 12.087; DG-59-11.652 — 12.090; DG-59-11.653 — 12.091; DG-59-11.654 — 12.092; DG-59-11.657 — 12.095; DG-59-11.658 — 12.096; DG-59-11.661 — 12.099; DG-59-11.663 — 12.101; DG-59-11.664 — 12.102; DG-59-11.665 — 12.103; DG-59-11.666 — 12.104; DG-59-11.667 — 12.105; DG-59-11.668 — 12.106; DG-59-11.669 — 12.107; DG-59-11.670 — 12.108; DG-59-11.676 — 12.114; DG-59-11.677 — 12.115; DG-59-11.678 — 12.116; DG-59-11.683 — 12.126, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior.

i) equipamento importado por Indústrias Farmacêuticas Fontoura-Wyeth S. A., constante da Licença nº DG-60-15.248 — 1.732, destinado à fabricação de estreptomicina e de dihidroestreptomicina;

j) equipamentos importados por Indústrias Químicas Rezende S. A., constantes das Licenças ns. DG-61-3.266 — 4.148, DG-61-3.287 — 4.149, DG-61-3.288 — 4.150, DG-61-4.361 — 6.602, DG-61-4.362 — 6.603 e DG-61-4.363 — 6.604 destinados à produção de corantes, substâncias puras farmacêuticas produtos químicos auxiliares, produtos galênicos e outros;

k) equipamentos importados por Gaspar & Cia Ltda., destinados à instalação de fábrica para aproveitamento de resíduos de couro;

l) equipamentos importados por Pfizer Corporation do Brasil, destinados à fabricação de vacina anti-afetosa constante de equipamento específico para a produção de vacina anti-afetosa, pelo método Frenkel ou outro mais avançado que o Waldmann-Vallee; equipamento comum de produção de vacina anti-afetosa e de outras vacinas; e equipamento complementar para produção de vacina anti-afetosa equipamento de refrigeração e de laboratório;

m) equipamento importado por Cobrage — Companhia Brasileira de Gelatinas constantes das licenças números DG 63-1.218 — 1.508 e DG 63-1.219 — 1.509 destinado a instalação de fábrica de gelatina em São Paulo.

IV — isenção dos impostos de importação e de consumo sobre:

a) equipamento industrial e suas peças e acessórios, importados por Usina Victor Stense S. A. constantes da Licença nº DG-56-43.628 — 42.384, destinados à instalação de uma fábrica de ácido acético flacil butanol, acetado de butila e demais esteres acéticos no Município de Conceição de Macabu, no Estado do Rio de Janeiro;

b) equipamento importado por Indústria Elétrica Brown Boveri S. A., constante das Licenças ns. DG-57-39.296 — 38.248, DG-57-32.297 — 38.285 e DG-57-39.298 — 38.286 destinado à segunda etapa da fábrica em Osasco no Estado de São Paulo;

c) navio "Brasiluso" importado por Peixoto Gonçalves Navegação S. A. constante da Licença nº DG-59-10.644 — 10.639;

d) equipamentos importados por Indústria de Máquinas Invicta S. A. constantes das Licenças ns. DG 59-13.510 — 13.559 a 13.514 — 13.563 e DG 59-13.515 — 13.565 a 13.561 — 13.610, destinado à produção de máquinas operatrizes;

e) materiais importados por Mecânica Pesada S. A. constantes das Licenças ns. DG-60-1.433 — 13.384, DG-60-1.434 — 13.385, DG-50-1.425 — 13.386, DG-60-1.436 — 13.403, DG-60-1.437 — 13.387, DG-60-1.438 — 13.388, DG 60-1.439 — 13.389, DG-60-1.440 — 13.390, DG-60-1.441 — 13.391 e DG-60-1.442 — 13.392, destinada à conclusão de sua usina de equipamentos pesados montada em Taubaté, Estado de São Paulo;

f) material técnico ou científico importado pelo Instituto Vital Brasil S. A. (Centro de Pesquisas, Produtos Químicos e Biológicos). Esta isenção se limita às importações previamente autorizadas pelo Ministro da Fazenda, mediante requisição do Governo do Estado do Rio de Janeiro para suprimento de período não superior a um ano.

g) equipamento importado por Mecânica Pesada S. A. constante das licenças nº DG-59-6.723 — 7.398 — DG-59-6.724 — 7.399 — DG-59-6.725 — 7.400, DG-59-6.726 — 7.401, DG-59-6.727 — 7.402, DG-59-6.728 — 7.403, DG-59-6.729 — 7.404, DG-59-6.730 — 7.405 e DG-59-6.731 — 7.406, destinados à ampliação de sua

usina em Taubaté, no Estado de São Paulo;

b) equipamento importado por Babcock & Wilcox (Caldeiras) S.A., constante das licenças ns DG-59-7.997 — 9.472, DG-59-60-8.808 — 7.652, DG-60-6.809 — 7.653, DG-60-6.810 — 7.654, DG-60-6.811 — 7.655, DG-60-6.812 — 7.656, DG-60-6.813-7 — DG-60-6.814 — 7.658, DG-60-6.815 — 7.659, DG-60-6.816 — 7.660, DG-60-6.817 — 7.661, para instalação de fábrica de caldeiras em Resende. — Estado do Rio de Janeiro;

c) material importado por Companhia Ferro Brasileira S.A., constante dos certificados de cobertura cambial nº DG-61-6.096, DG-60-27.506, DG-61-2.304 N. DG-61-7.079 N. DG-61-5.707 N. DG-61-3.533 N. e DG-61-3.327, destinado à ampliação das usinas siderúrgicas localizadas em José Brandão e Caeté, no Estado de Minas Gerais;

d) equipamento importado por Siderúrgica Barra Mansa S.A. constante da licença nº DG-60-8.823 — 17.980, destinado à instalação de nova aciaria;

e) equipamento importado por Cia. Brasileira de Alumínio, constante da licença nº DG-6-17.911 — 19.023, destinado à ampliação da usina metalúrgica;

f) máquina e equipamentos importados por Pfizer Corporation do Brasil, constantes das licenças números DG-57-44.371 — 32.724, DG-59-8.882 8.748, DG-59-15 — 438.663, DG-60-16.437.799 para instalação de fábrica de antibióticos em Guarulhos, Estado de São Paulo;

VI) VETADO.

V — isenção dos impostos de importação e de consumo sobre:

a) equipamento telefônico importado por Companhia Telefônica Nacional, em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, constante dos certificados de cobertura cambial números 10-60-1.737, 10-69 -1.738, 10-60-1.739 e dos aditivos ns. 10-60-933 e 10-60-944;

b) equipamento importado por Cia. Telefônica de Campo Grande, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso constante de licença número DG-61-7.006 — 7.868;

c) equipamento telefônico importado por Telefônica de Patos, em Pa-

tos de Minas, Estado de Minas Gerais, constante de certificado de cobertura cambial nº DG-61-5.634;

d) equipamento telefônico importado por Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, constante dos certificados de cobertura cambial ns. 29 — 62 — 23 e ... DG-61-6.237;

e) equipamento telefônico importado por Companhia Telefônica Cuiabana, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, constante de certificado de cobertura cambial nº DG-62-3.049;

f) equipamento telefônico importado por Companhia de Telefones do Brasil Central, em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, constante do certificado de cobertura cambial número DG-63-1.753;

g) equipamento telefônico importado por Companhia Telefônica de Divinópolis, em Divinópolis, Estado de Minas Gerais, constante da licença número DG-58-4.365 — 4.406, aditivo PA-59-959;

VI — isenção dos impostos de importação e de consumo sobre:

a) equipamento de televisão, importado por Televisão Itapoan, em Salvador, Estado da Bahia, constante da licença nº DG-38-8.418 — 7.974;

b) equipamento de televisão importado por Philco Rádio e Televisão S. A., constante de licença número DG-58-13.491 — 12.305 e DG-58-13.511 — 12.325, destinado à instalação de uma fábrica de transistores;

c) equipamento de televisão importado por Rádio S. A. Mavrnk Veiga, constante de licença nº DG-59- 16.309 — 4.361;

d) material importados pela Rádio Globo S. A. para a instalação de emissoras de Televisão Globo, de acordo com a seguinte relação:

RELAÇÃO DE MATERIAL A SER IMPORTADO PELA RÁDIO GLOBO S.A.

Item — Quantidade e Descrição

I — 1 Transmissor de televisão de 10 kw, para o canal 4, incluindo um jogo de válvulas de operação, linha

interna de transmissão, consistindo de:

— Excitador visual de 500 w, com cristal.

— Amplificador visual.

— Retificador de alta tensão.

— Modulador de video.

— Filtro de faixa lateral vestigial e diplexador.

— Excitador oral de 250 w, com cristal.

— Amplificador oral de potência.

— Retificador de alta tensão.

— Quatro comutadores coaxiais a motor.

— Duas cargas artificiais de 6,5 kw.

— Dois refletômetros.

— Quatro refletômetros.

— Demodulador de faixa lateral vestigial.

— Filtros corretores de fase e amplitude.

— Demoduladores de FM.

— Dois dispositivos de segurança.

— Sistema de refrigeração das cargas artificiais.

— Material de instalação para disposição padrao.

I — 2 Antena onidirecional por boleta de três elementos.

I — 3 Cem (100) metros de linha externa de transmissão, dupla, inclusive dois carretéis de cabo, conetores terminais e sistema de pressão incluindo dois cilindros de nitrogênio de seis metros cúbicos cada, duas válvulas de redução, dois metros de tubo de cobre de 1/4", quinze metros de conduíte de gás, quatro juntas "T", duas válvulas de retenção, dois manômetros e vinte luvas de 1/4".

I — 4 Equipamento de iluminação da torre.

I — 5 Equipamento de controle, monitor, ensaio, ajuste e medida, compreendendo:

— Preamplificador de video e áudio, e unidade monitora, consistindo de:

— seletor de entrada de video a 4 canais.

— cadeia de video com amplificador-estabilizador, pré-corretor de fase e amplitude e amplificador de video

— amplificador de video para o detector de faixa lateral vestigial.

— pré ampliador de video para reforço de sinais de entrada de menos que 0,7 volts pico a pico.

— seletor para monitor de video.

— seletor de áudio a quatro entradas.

— preamplificador de áudio.

— seletor para monitor de audio.

— amplificador monitor de audio.

— alto-falante monitor.

— dois controles para comutadores coaxiais, um para o canal de video e outro para o canal de áudio; e

— monitor do video, montado em carrinho.

— bastidor de provas de video.

I — 6 válvulas sobressalentes para todo o equipamento da estação transmissora.

I — 7 Peças sobressalentes para todo o equipamento da estação transmissora.

II — 1 Sete sistemas de camera "Image Orthicon" (sem lentes, sem projetor de figuras de prova, sem tripé e sem cabo de câmera), consistindo de: cabeça de câmera, unidade de controle de câmera, monitor de imagem e forma de onda, tubo Image Orthicon.

II — 2 Um conjunto de lentes consistindo de:

— sete lentes 2,0/50.

— seis lentes 2,0/80.

— uma lente 2,0/100.

— sete tele-objetivas 4,5/150.

— três tele-objetivas 5,0/300.

II — 3 três projetores de figuras de prova.

II — 4 sete cabos de câmera de 50m completos com conetores montados.

II — 5 quatro tripés com cabeça de fricção.

II — 6 quatro tripés móveis e desmontáveis.

II — 7 três pedestais móveis de câmera.

II — 8 dezesseis monitores para pré-visão e programa.

II — 9 quatro monitores para imagem irradiada tipo EL5703/M.

II — 10 um painel de interligações completo com cabos para interligação de sinais não compostos e sinais auxiliares, incorporando ainda amplificadores de intercomunicação de vídeo e dispositivos de intercomunicação com painéis seletores.

II — 11 Duas unidades misturadoras de vídeo completas, com painel de controle remoto e misturador de sinais.

II — 12 Uma unidade misturadora de vídeo completa, com painel de controle remoto, sem misturador de sinais.

II — 13 Uma unidade misturadora de efeitos especiais, com controle remoto.

II — 14 Uma unidade comutadora mestra

II — 15 Um monitor mestre de alta qualidade para imagem e forma de onda, em consola com controle remoto para gerador duplo de impulsos de sincronismo, misturador de sinais e unidade fixadora.

II — 16 Um monitor de alta qualidade para pré-visão e controle de nível.

II — 17 Uma unidade de interligação para sinais compostos de vídeo, completa, em gabinete, com cabos de interligação para sinais compostos de vídeo, incorporando três amplificadores-distribuidores de sinais compostos de vídeo, cada um com cinco saídas independentes.

II — 18 Um gerador de barras cruzadas e dente de serra, montado no gabinete do misturador de vídeo.

II — 19 Uma unidade e um recon-dicionador de vídeo (sincronizador e separador).

II — 20 Um gerador duplo de impulsos de sincronismo, completo, com chave de inversão operada local e remotamente, sem osciloscópio.

II — 21 Dois distribuidores de impulsos de sincronismo contendo cada um cinco chassis com seis saídas independentes.

II — 22 Quatro equipamentos de intercomunicação sendo três para as salas de controle e estúdios e um para a mesa mestra de controle (para o painel de interligações).

II — 23 Dois projetores profissionais de 16mm para câmera de Vidicon com equipamentos para reprodução sonora ótica e magnética.

II — 24 Um projetor de disco dual de dispositivos para seqüências ininterruptas para doze transparências de 2" X 2", com plataforma de montagem.

II — 25 Um multiplexador ótico com projetor interno de opacos para os cartões-padrões de 4" x 4" da SMPTE, e outros desenhos opacos; incluindo dispositivo para montagem de câmera Vidicon e seu controle.

II — 26 Um sistema de câmera Vidicon consistindo de: cabeça de câmera com válvula Vidicon selecionada, unidade de controle de câmera, monitor de imagem de alta qualidade de 14" e monitor de torção de onda de 5" completo, em gabinete com cabeção completa.

II — 27 Um jogo de sobressalentes para o equipamento acima.

II — 28 Um equipamento de som para o estúdio maior consistindo de:

— Dois microfones a condensador com preamplificadores, fontes de alimentação, cabos e conectores.

— Dois microfones de bobina móvel onidirecional, com cabos e conectores.

— Um perambulador de microfone.

— Dois pedestais de microfone.

— Uma base para microfone de mesa.

— Três pares de fones.

— Uma caixa especial com alto-falante.

— Uma coluna sonora, com seis alto-falantes.

II — 29 Um equipamento de controle de som para o estúdio maior consistindo de:

— Um misturador de áudio de dez canais com fontes de alimentação e amplificadores, em bastidor.

— Dois toca-discos de três velocidades, com quatro caixas de reprodução, com equalizadores tipo EL 3.625.

— Dois gravadores de fita profissionais, transportáveis.

— Um alto-falante monitor em caixa especial.

— Três alto-falantes com caixas.

— Um amplificador monitor.

— Um microfone de comando montado em suporte flexível.

II — 30 Um equipamento de som para o estúdio A, idêntico ao do estúdio maior.

II — 31 Um equipamento de controle de som para o estúdio A, idêntico ao do estúdio maior.

II — 32 Um equipamento de som para o estúdio B, idêntico ao do estúdio maior.

II — 33 Um equipamento de controle de som para o estúdio B, idêntico ao do estúdio maior.

II — 34 — Um equipamento de som para cabine de locutor consistindo de:

— Dois microfones, a condensador com pré-amplificadores e fontes de alimentação, cabos e conectores.

— Duas bases para microfone de mesa.

— Uma mesa de controle de microfones contendo: dois pre-amplificadores, um amplificador de linha e um medidor, de nível, com controles de volume e lâmpadas de sinalização.

— Um alto-falante em caixa especial.

II — 35 Um equipamento de som na sala de telecine, consistindo de:

— Um alto-falante em caixa especial;

— Um amplificador monitor;

— Uma coluna sonora, com seis alto-falantes.

II — 36 Um equipamento de som na sala de controle mestre, consistindo de:

— Um painel "crossbar", com doze entradas e doze saídas, com: controles de volume e chaves seletoras, três amplificadores, uma fonte de alimentação, um amplificador, dois amplificadores, um medidor e um microfone de comando do nível;

— Um alto-falante em caixa especial.

II — 37 Um sistema de intercomunicação, com quatorze estações e bastidor com amplificador e fonte de alimentação.

II — 38 Um equipamento de prova, consistindo de:

— 4 instrumentos universais de medição;

— Um gerador RC;

— Um osciloscópio.

II — 39 Seis intercomunicadores de emergência acionados por voz.

Equipamento da unidade móvel, excluindo-se o "link" e o equipamento de comunicação em VHF

III — 1 Um furgão com motor Diesel, consistindo de:

— Chassis com pneumáticos reforçados, direção à esquerda e carroçaria especial, incluindo:

— Instalação de energia;

— Painel de interligação para distribuição de energia;

— Espaço para um segundo equipamento remoto de mistura de sinal;

— Interconexões para montagem dos equipamentos de vídeo e áudio discriminados abaixo:

— Ferramentas;

— Pneumático e roda sobressalentes;

— Macaco hidráulico;

— Relógio com motor combinado elétrico e de corda;

— Plataforma no teto para o elo de microondas e câmera sobre tripé;

— Espaço para armazenagem de todo o equipamento de vídeo e áudio discriminado abaixo;

— Provisão de gancho para o reboque;

— Suporte para uma antena para um receptor de TV;

— Provisão para uma antena para comunicação em VHF;

— Provisão para operação de um transmissor de áudio e de vídeo e unidade de comunicação em VHF com unidade de controle remoto;

— Cadeiras para três operadores de controle de câmeras, um produtor, um misturador de vídeo, um misturador de som e um técnico;

— Compressor para trabalhos extra-pesados para o equipamento de ar condicionado de 5500 kCal/h 28000 pés cúbicos/hora;

— Regulador termostático;

— Dispositivos para aquecimento;

— Carretéis para cabos de câmera, para cabos de energia e para cabos de microfone;

— Estabilizador automático de tensão, trifásico, 3x4kva 60c/s.

III — 2 Três sistemas de câmera "Image Orthicon", exclusive os Orthicons, consistindo de: cabeça de câmera, unidade de controle de câmera, monitor de imagem e forma de onda.

III — 3 Três orthicons de imagem.

III — 4 Um conjunto de lentes, compreendendo:

— Duas lentes 2,0/50;

— Duas lentes 2,0/80;

— Duas lentes 2,0/100;

— Duas tele-objetivas 4,5/150;

— Três tele-objetivas 5,0/300;

— Uma tele-objetiva 5,5/200.

III — 5 Três tripés completos com cabeça, adaptador para suportar câmera com tele-objetiva.

III — 6 Três tripés desmontáveis.

III — 7 Um monitor de imagem e forma de onda para monitor da saída da unidade móvel e para pré-visão das entradas remotas no misturador de vídeo.

III — 8 Um monitor de imagem de alta qualidade para o comentarista na cabina do motorista.

III — 9 Um receptor de TV com antena de faixa larga, completo, com 50 pés de cabo e conectores.

III — 10 Um gerador de impulso de sincronismo.

III — 11 Uma unidade misturadora de vídeo de quatro canais, com painel de controle remoto.

III — 12 Três cabos de câmera completos com conectores de 300 pés cada um.

III — 13 Um cabo de energia completo, trifásico, com 5 fios e conectores, com 100 pés.

III — 14 Uma tele-objetiva, 6"-30" com conversor para 3"-15" e adaptador para montar na câmera.

III — 15 Um equipamento de áudio consistindo de:

— Um microfone, completo, com suporte no comentarista;

— Dois microfones dinâmicos omni-direcionais;

— Um microfone cardióide para música e voz;

— Três pedestais de microfone;

— Uma unidade misturadora de áudio com pré-amplificadores e dispositivos de pré-audição e intercomunicação, para sete microfones e um toca-discos; e saídas independentes de programa;

— Um toca-discos de 12" três rotações, completo, com cabeça e com ampliador equalizador;

— Um monitor de programa sonoro;

— Uma coluna sonora para uso externo.

III — 16 Um dispositivo de intercomunicação consistindo de: uma unidade de intercomunicação do produtor e/ou produtor técnico para:

— Câmeras;

— Unidades de controle de câmeras;

— Operadores de pedestais;

— Operador da consola de iluminação, ou comentarista;

incluindo ainda um ampliador de intercomunicações com o programa sonoro disponível.

III — 17 Seis microfones para os operadores de câmera, controladores de câmera, produtor e assistente do produtor.

III — 18 Um conjunto móvel gerador diesel de 25kva 1500 rpm 415/240v, em reboque pesando 2800kg.

Equipamento de transmissão de imagem e som.

IV — 1 Dois sistemas completo de vídeo e áudio em micro-on-

da (um para operação e outro de emergência) entre estúdio e transmissor.

IV — 2 Um sistema completo de éio para vídeo e áudio em micro-onda entre a unidade móvel e o estúdio.

IV — 3 Um sistema completo de éio, para comunicações entre a unidade móvel, estúdios e a estação transmissora, em VHF.

Equipamento de força elétrica

V — 1 Estabilizador de tensão e frequência de 100 kw.

V — 2 Dois geradores diesel de baixa velocidade, incluindo tanque de combustível, painel de comando, selector automático, sendo um para serviço e outro para emergência.

Equipamento de iluminação de estúdios

VI — 1 Dois conjuntos de pontos de luz para estúdio de televisão com área de 15x20m.

VI — 2 Um conjunto de ponto de luz para estúdio de televisão com área de 20x30m.

VI — 3 Quadros de comando de iluminação para estúdios completos.

Equipamento adicional

VII — 1 Dois medidores eletrônicos universais de tensão, corrente, resistência e nível de sinal com respectiva ponta de prova.

VII — 2 Gerador de áudio.

VII — 3 Gerador de sinal vídeo.

VII — 4 Dois provadores universais para válvulas de recepção.

VII — 5 Máquinas reveladoras rápidas para filme de 16mm.

VII — 6 Projetor cinematográfico com som, de 16mm com tela e alto-falante.

VII — 7 Três câmeras cinematográficas de 16mm com tripé, magazine e lentes.

VII — 8 Dois gravadores de fita magnética, tipo portátil.

VII — 9 Dois gravadores de fita magnética, tipo consola fixo.

VII — isenção do imposto de importação sobre:

a) equipamentos de televisão importados por Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio

Nacional para a Rádio Nacional de Brasília constante da licença número DG-60-3.327-3.806;

VIII — isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro e emolumentos consulares, para gêneros alimentícios, medicamentos e roupas usadas até 1965, no limite de quinze mil toneladas, a serem recebidos pela Confederação Evangélica do Brasil.

IX — isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro sobre:

a) equipamentos e materiais, seus sobressalentes e ferramentas destinados à instalação ou expansão de fábricas de máquinas para a confecção de calçados que entrarem no País até 31 de dezembro de 1967;

b) pelo prazo de trinta e seis meses, para importação de equipamentos, conjunto de equipamento, peças e acessórios, sem similar nacional, destinados especificamente às indústrias de corte de artefatos de couro, inclusive calçados que aproveitem matéria-prima nacional, de acordo com projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Têxteis e Couros (GEITEC), VETADO.

c) equipamento importado pelo Consórcio Rodoviário Intermunicipal Sociedade Anônima, do Estado de Goiás, constante do certificado de cobertura cambial nº 18-62-3.143 e das licenças ns. DG-62-1021 — 1164, DG-62-1 022-1 165 e DG-62-1 023-1 166;

d) maquinaria compreendendo moto-bomba para irrigação (bombas marca "Torishima" motor "Yanmar") e moto-bombas para drenagem (bomba marca "Ebara-motor "Yanmar"), incluída na bagagem de imigrantes japoneses que deverão instalar-se na Fazenda Guataparã, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, de propriedade da JAMIC, Imigração e Colonização Ltda.;

e) equipamentos importados pela Rádio Internacional do Brasil "RADIONAL" destinados à instalação de um terminal para transmissão e recepção de comunicações, via satélite, em conexão com a National Aeronautic and Space Administration, sob a supervisão do Departamento de Correios e da Comissão Técnica de Rádio;

f) aeroplano monomotor, instrumentos, máquinas, aparelhos e uten-

silos diversos, recebidos como doativo, pela Ordem dos Servos de Maria, do Estado do Acre;

g) maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, matérias-primas e semi-elaboradas, instrumentos e materiais importados pelas Centrais Elétricas de Urubupungá S. A. — CELUSA, destinados à construção e manutenção de suas instalações;

h) VETADO

i) VETADO.

X — isenção de impostos de importação e de consumo, de taxa de despacho aduaneiro, taxas de melhoramentos de Portos e de Renovação da Marinha Mercante, de emolumentos consulares, taxa de armazenagem e capatazias, para donativos até o limite de cinqüenta mil toneladas anuais destinados à FASE — Federação de Órgãos para a Assistência Social Educacional, a ela consignados, quer por Organizações Internacionais, quer por governos estrangeiros, e remetidos até 1968 para distribuição gratuita através de obras de assistência social e educacional, constituídos de gêneros alimentícios, roupas, sapatos, medicamentos, equipamento hospitalar, médico e dentário, equipamento áudio-visual para educação de base, inclusive equipamento receptor e transmissor de rádios e para impressão, fertilizantes e equipamentos agrícolas.

XI — isenção dos impostos de importação e de consumo, da taxa de previdência social para a sacaria de juta, usada ou de retorno ao estrangeiro, utilizada na embalagem de produto de exportação, importada durante os anos de 1947 e 1948, e desembaraçada mediante a assinatura de termo de responsabilidade.

XII — isenção da taxa de despacho aduaneiro sobre:

a) equipamentos, a seguir relacionados, destinados ao sistema de transporte por ônibus elétricos, importados pela Prefeitura Municipal de Salvador, Estado da Bahia:

RELAÇÃO DOS MATERIAIS IMPORTADOS, PARA O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS ÔNIBUS ELÉTRICOS

4 caixas, contendo materiais para instalações da linha aérea, pelo vapor "Lóide Equador", de 11-4-57, no valor de US\$ 3.857.68.

9 caixas, contendo materiais para instalações da linha aérea, pelo vapor "Lóide Equador", de 11-4-57, no valor de US\$ 9.428.30.

13 caixas, contendo parte de seis subestações conversoras, constantes de quatro conjuntos de retificadores completos, pelo vapor "Lóide Venezuela" de 23-7-58, no valor de US\$ 44.514.36.

26 caixas, contendo peças de reserva para ônibus-elétricos, pelo vapor "Lóide México", entrado em 28-4-59, no valor de US\$ 26.568.41.

20 volumes, contendo peças de reserva para ônibus-elétricos pelo vapor "Lóide Haiti", entrado em 5 de setembro de 1958, no valor de US\$... 4.626.18.

5 caixas, contendo peças de reserva para ônibus-elétricos pelo vapor "Lóide Haiti", entrado em 24-10-58, no valor de US\$ 19.355.71.

5 caixas, contendo peças de reserva para as subestações retificadoras, pelo vapor "Lóide Haiti", entrado em 5 de setembro de 1958, no valor de US\$... 26.589.86.

5 caixas, contendo peças de reserva para ônibus-elétrico, pelo vapor "Lóide Paraguay", entrado em 31-12-58, no valor de US\$ 1.783.78.

6 caixas, contendo peças de reserva para as subestações conversoras, pelo vapor "Lóide Paraguay", entrado em 15-12-58, no valor de US\$ 10.372.08.

2 caixas, contendo peças de reserva para ônibus-elétrico, pelo vapor "Lóide Panamá", entrado em 27-1-59, no valor de US\$ 11.754.84.

2 volumes, contendo peças de reserva para ônibus-elétricos, pelo vapor "Lóide Panamá", entrado em 27 de fevereiro de 1959, no valor de US\$... 269.13.

67 volumes, contendo materiais para rede aérea para ônibus-elétricos, pelo vapor "Lóide Honduras", entrado em 19-6-58, no valor de US\$..... 31.446.88.

24 caixas, contendo parte de seis subestações conversoras, constantes de quatro conjuntos de retificadores completos, controle automático e bombas de vácuo, pelo vapor "Lóide Honduras", entrado em 19-6-58, no valor de US\$ 36.044.99.

5 volumes, contendo peças de reserva para troleibus, pelo vapor "Lóide América", entrado em 21-10-58, no valor de US\$ 10.543.95.

49 volumes, contendo seis subestações conversoras, constantes de quatro conjuntos de retificadores completos, controle automático, bombas de vácuo, pelo vapor "Lóide Paraguay", entrado em 31-12-58, no valor de US\$ 17.727.80.

4 ônibus-elétricos completos, pelo vapor "Lóide Honduras", entrado em 1-10-58, no valor de US\$ 106.751.66.

10 ônibus-elétricos completos, de dois eixos, 11 metros de comprimento, com equipamento de ventilação forçada, pelo vapor "Lóide México", entrado em 14-3-59, no valor de US\$... 266.792.49.

3 ônibus-elétricos completos, pelo vapor "Lóide América", entrado em 21-10-58, no valor de US\$ 80.059.76.

2 ônibus-elétricos, completos, pelo vapor "Lóide América", entrado em 21-10-58, no valor de US\$ 53.585.05.

3 ônibus-elétricos, completos, pelo vapor "Lóide Haiti", no valor de US\$ 80.054.34, entrado em 5-9-58.

7 ônibus-elétricos, completos, pelo vapor "Lóide Paraguay", entrado, em 3-12-58, no valor de US\$ 133.411.45.

6 ônibus-elétricos, completos, pelo vapor "Lóide Panamá", entrado em 5-1-59, no valor de US\$ 160.089.04.

3 ônibus-elétricos, completos, pelo vapor "Lóide Panamá", entrado em 5-1-59, no valor de US\$ 80.059.76.

4 ônibus-elétricos, completos, pelo vapor "Lóide Panamá", no valor de US\$ 106.736.70, entrado em 5-1-59.

27 bobinas, contendo fio de cobre para linha aérea, descarregadas pelo vapor "Nordhval" entrado em 4 de setembro de 1958, no valor de US\$... 47.874.18.

5 ônibus-elétricos, completos, pelo vapor "Lóide Paraguay" entrado em 3-12-58, no valor de US\$ 133.411.45.

3 ônibus-elétricos, completos, pelo vapor "Lóide América", entrado em 21-10-58, no valor de US\$ 80.059.76.

b) ônibus elétricos (trolley-bus), peças sobressalentes e subestações, importados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, constantes das licenças ns. DG-58-972 — 977 — DG-58-973 — 978 — DG-58-974 — 979 — DG-57-T-

47.606 — 47.791 — 33-55-446-418 e 33-55-447-419;

c) equipamento hospitalar médico-cirúrgico importado pelo Instituto Brasileiro de Investigações Cardio-Vasculares — (IBIC);

XIII — Isenção da taxa de despacho aduaneiro, das taxas portuárias, inclusive as de armazenagem nos emolumentos consulares para todos os materiais, aparelhos, máquinas, instrumentos e utensílios de qualquer natureza, destinados ao ensino, à pesquisa e às suas instalações, importados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, para exclusivo emprego e utilização nos laboratórios da Escola Politécnica e dos diversos institutos que integram a Universidade.

XIV — isenção de impostos de importação e de consumo, de taxa de despacho aduaneiro, VETADO, para máquinas e respectivas peças e sobressalentes, sem similar nacional, destinadas à composição e impressão de livros, jornais e revistas.

XV — isenção dos impostos de importação e consumo, de taxa de despacho aduaneiro, VETADO, para a importação de equipamentos industriais e acessórios, sem similar nacional, visando à instalação bem como à ampliação, no País, de fábricas de papel destinado à impressão de jornais, periódicos e livros, até 1970, inclusive.

§ 1º Para os fins desta Lei, a expressão "Indústria Metalúrgica" compreende todas as atividades básicas inerentes à produção dos metais ferrosos e não-ferrosos a partir dos respectivos minérios e sucata, elaboração de suas ligas, inclusive as transformações primárias de forma e estrutura adequadas aos diversos usos industriais.

§ 2º A concessão da isenção prevista no item II deste artigo dependerá da aprovação dos projetos industriais pelo Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica.

§ 3º VETADO.

§ 4º As Leis ns. 4.144, de 21 de setembro de 1962, e 4.482, de 14 de novembro de 1964, abrangem os materiais anteriormente desembaraçados mediante termos de responsabilidade a que se refere o art. 42 da Lei

nº 3.244, de 14-8-1957 (Tarifas das Alfândegas), desde que mencionados em projetos industriais aprovados pelos órgãos competentes e observadas as disposições das citadas leis.

Art. 2º Ressalvadas as importações provenientes da doação a Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a que se refere a letra "b" do item IX as isenções previstas nesta lei não abrangem os materiais com similar nacional registrado.

Art. 3º É concedida a Centrais Elétricas de Jribupungã S. A. — CELUSA, isenção do imposto de consumo sobre os bens que adquirir a fabricante ou produtor, no mercado interno, exclusivamente para uso próprio e do imposto do selo, nos atos, contratos e instrumentos constitutivos dessa Sociedade.

Art. 4º VETADO.

Art. 5º VETADO.

Art. 6º A baixa do Termo de Responsabilidade referente a isenção de que trata esta Lei só sera efetivada à vista da respectiva verificação fiscal.

Art. 7º Fica revogado o art. 3º da Lei nº 4.315, de 23 de dezembro de 1963.

Art. 8º Fica concedida isenção dos impostos de importação e de consumo sobre equipamentos sem similar nacional importados por Aços Anhanguera S. A., destinados à instalação de usina em Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, constantes das licenças de importação números:

DG-64- 827-3037	—	DG-64-2430-3038
DG-64-2413-3200	—	DG-64-2414-3201
DG-64-2415-3202	—	DG-64-2416-3203
DG-64-2417-3204	—	DG-64-2418-3205
DG-64-2419-3206	—	DG-64-2420-3207
DG-64-2421-3208	—	DG-64-2422-3209
DG-64-2423-3210	—	DG-64-2424-3211
DG-64-2425-3212	—	DG-64-2426-3213
DG-64-2427-3214	—	DG-64-2428-3215
DG-64-2429-3216	—	DG-64-2432-3218
DG-64-2433-3219	—	DG-64-2434-3220
DG-64-2435-3221	—	DG-64-2436-3222
DG-64-2437-3223	—	DG-64-2438-3224
DG-64-2439-3231	—	DG-64-2440-3225
DG-64-2441-3226	—	DG-64-2442-3227
DG-64-2443-3228	—	DG-64-2444-3229
DG-64-2445-3230.		

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.623 — DE 6 DE MAIO DE 1965

Institui o "Dia Nacional do ex-Combatente"

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dia Nacional do ex-Combatente".

Parágrafo único. É fixado o primeiro domingo de maio para sua comemoração.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília 6 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Botsio

Arthur da Costa e Silva

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.624 — DE 13 DE MAIO DE 1965

Permite a consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' permitido aos sócios da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro, bem como às demais associações de servidores públicos, registradas como pessoa jurídica ... (VETADO) ... consignar em folha de pagamento as quotas de mensalidades, (VETADO) dos associados, ... (VETADO) ..

Art. 2º A forma de processamento dessas operações obedecerá às normas estabelecidas na Lei nº 1.046 de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre consignação em folha de pagamento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.625 — DE 13 DE MAIO DE 1965

Dá a denominação de "Rodovia Vital Brasil" à BR-32.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' denominada "Rodovia Vital Brasil" a BR-32, trecho rodoviário que, partindo do Município de Campanha, Minas Gerais, na BR-55 (Rodovia Fernão Dias), vai até Engenheiro Passos, Estado do Rio de Janeiro, na BR-2 (Rodovia Presidente Dutra).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

LEI Nº 4.626 — DE 13 DE MAIO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 539.000.000 (quinhentos e trinta e nove milhões de cruzeiros) para ocorrer a despesas com o pagamento de diferenças salariais dos servidores do Porto do Rio de Janeiro.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 539.000.000 (quinhentos

e trinta e nove milhões de cruzeiros) para atender ao pagamento de diferenças salariais aos servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro, devidas por força de disposto na Lei 4.061, de 8 de maio de 1962 e em virtude de decisão judicial

Art. 2º O crédito a que se refere esta Lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.627 — DE 13 DE MAIO DE 1965

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 130.000.000, para o fim que menciona

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o crédito especial de Cr\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de cruzeiros) destinado à construção e pavimentação de variante a rodovia MG-56, de contorno à Cidade de Ouro Preto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.628 — DE 13 DE MAIO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.874.000 (vinte e cinco milhões, oitocentos e setenta e quatro mil cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da revisão e remodelação das instalações elétricas do Palácio Itamaraty.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.874.000 (vinte e cinco milhões, oitocentos e setenta e quatro mil cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da revisão e remodelação das instalações elétricas do Palácio Itamaraty.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Vasco da Cunha

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.629 — DE 14 DE MAIO DE 1965

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a dar a denominação de "Marechal Rondon" ao aeroporto que serve às cidades de Várzea Grande e Cuiabá, no Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Ministério da Aeronáutica autorizado a dar a denominação de "Marechal Rondon" ao aeroporto que serve às cidades de Várzea Grande e Cuiabá, no Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.630 — DE 14 DE MAIO DE 1965

Dá a denominação de "Prefeito Emilio Sesti" à barragem de Furnas do Segrêdo, no Rio Jaguarí Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "Prefeito Emilio Sesti" a barragem que o Departamento Nacional de Obras de Saneamento do Ministério de Viação e Obras Públicas está construindo no Estado do Rio Grande do Sul, no Rio Jaguarí, no local denominado Furnas do Segrêdo.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

LEI Nº 4.631 — DE 15 DE MAIO DE 1965

Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 4.096, de 18 de julho de 1962 (Altera dispositivos da Lei nº 2.220, de 10 de julho de 1934), que dispõe sobre a taxa a que ficaram sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescente-se ao artigo 6º da Lei nº 4.096, de 18 de julho de 1962, o seguinte parágrafo:

“§ 4º Fica assegurada às entidades promotoras de competição de trote, com exploração de apostas, o direito de substituir as suas reuniões dos sábados e domingos por uma reunião noturna semanal, no horário das 19.30, às 24 horas, sem prejuízo do estabelecido no parágrafo primeiro deste artigo”.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arthur da Costa e Silva

Octávio Gouveia de Bulhões

Hugo Leme

Flávio Lacerda

LEI Nº 4.632 — DE 13 DE MAIO DE 1965

Altera o art. 64 do Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939)

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 64 do Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939) passa a ter a seguinte redação:

“Art. 64 A sentença final na causa condenará a parte vencida ao pagamento dos honorários do advogado da parte vencedora, observado, no que for aplicável, o disposto no art. 55.

§ 1º Os honorários serão fixados na própria sentença, que os arbitrarão com moderação e motivadamente.

§ 2º Se a sentença se basear em fato ou direito superveniente, o juiz levará em conta essa circunstância para o efeito da condenação nas custas e nos honorários.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.633 — DE 18 DE MAIO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.750.000 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.750.000 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros) sendo Cr\$ 1.200.000 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) para atender a despesas com a publicação da edição brasileira da “Military Review” e Cr\$ 1.550.000 (um milhão, quinhentos e cinquenta

mil cruzeiros) para pagamento da Datilógrafa D^a Maria Cecília da Silva, por serviços prestados na referida revista, no exercício de 1963.

Art. 2º O crédito de que trata esta lei será registrado automaticamente pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arthur da Costa e Silva

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.634 — DE 18 DE MAIO DE 1965

Dispõe sobre a elevação do capital da Fábrica Nacional de Motores e das outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a promover a elevação do capital da Fábrica Nacional de Motores S. A., de Cr\$ 18.000.000.000 (dezoito bilhões de cruzeiros) para Cr\$ 30.000.000.000 (trinta bilhões de cruzeiros).

Parágrafo único. Aos atuais acionistas é assegurado o direito de preferência para a subscrição proporcional de ações.

Art. 2º É o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a subscrever, pelo Tesouro Nacional as ações necessárias à integralização do novo capital.

Art. 3º É o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial até a importância de Cr\$ 12.000.000.000 (doze bilhões de cruzeiros) para a integralização das ações a que se refere o artigo anterior.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Daniel Faraco

LEI Nº 4.633 — DE 18 DE MAIO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 180.000.000 (cento e oitenta milhões de cruzeiros), para custear as despesas com obras de recuperação do imóvel situado no Estado da Guanabara, na Praia do Flamengo, nº 132.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 180.000.000 (cento e oitenta milhões de cruzeiros) para ser aplicado em obras de recuperação do imóvel

situado no Estado da Guanabara, na Praia do Flamengo, nº 132, desapropriado pelo Decreto nº 45.050, de 13 de dezembro de 1958.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Flávio Lacerda

LEI Nº 4.636 — DE 18 DE MAIO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.100.078 (vinte e cinco milhões cem mil e setenta e oito cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.100.078 (vinte e cinco milhões cem mil e setenta e oito cruzeiros), para ocorrer a despesas com o subvencionamento da Empresa de Navegação Migueis Limitada, de Corumbá, Estado de Mato Grosso, pelos *deficits* operacionais apurados nos exercícios financeiros de 1961 e 1962.

Art. 2º O referido crédito deverá ser previamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º O pagamento da referida importância será procedido diretamente pela Comissão de Marinha Mercante, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.637 — DE 20 DE MAIO DE 1965

Dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens em portos do País e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O carregamento e transporte de bagagens de passageiros, desembarcados, embarcados ou em trânsito

nos portos organizados, serão feitos VETADO ... por profissionais de preferência sindicalizados, matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se bagagem, mala, caixote, engradado "lift-van" quando trazido por passageiros ou despachado como bagagem desacompanhada e recolhida ou não ao Armazém de Bagagem e sujeito ou não à fiscalização aduaneira.

§ 2º O carregamento e transporte de bagagens, de que trata este artigo,

compreendem os serviços executados na plataforma externa dos armazéns, faixa de cais, e a bordo dos navios, respeitadas as atribuições específicas do pessoal de estiva, nas operações de carga e descarga de mercadorias.

§ 3º O disposto neste artigo não exclui o direito de passageiros, pessoalmente, e sem o auxílio de outras pessoas, transportarem sua própria bagagem, VETADO

§ 4º Quanto à bagagem de cabine ou em local de acesso direto ao convés do navio, o trabalho será exclusivo dos carregadores e transportadores de bagagens.

Art. 2º Os Carregadores e Transportadores de bagagens perceberão suas remunerações pelos serviços prestados, VETADO

Art. 3º VETADO

§ 1º VETADO

§ 2º VETADO

§ 3º O trabalho à noite, aos domingos e feriados será pago de conformidade com o disposto no art. 262 § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 4º Esta Lei não se aplica aos passageiros que embarquem em porto nacional e cujo destino seja outro porto nacional.

Art. 4º As autoridades alfandegárias e portuárias permitirão a instalação de guichês nos Armazéns de Bagagens ou nos locais de trabalho, de sistema de arrecadação sob a responsabilidade dos Sindicatos,

VETADO

Art. 5º Os armadores ou seus agentes deverão requisitar previamente do Sindicato de classe os Carregadores e Transportadores de bagagens necessários para operarem nos navios de passageiros que atracarem no porto, tanto nos embarques como nos desembarques de bagagens.

Parágrafo único A requisição prevista neste artigo não implicará em quaisquer ônus para os armadores.

Art. 6º Para matrícula prevista no art. 1º, além de outros, são requisitos essenciais: a) atestado de bons antecedentes e fôlha-corrida; b) atestado de saúde e robustez física fornecido pelo IAPETC; c) atestado de vacinação; d) prova de quitação com o serviço militar; e) prova de saber ler e escrever; f) prova de idade não inferior a 18 (dezoito) anos e nem superior a 35 (trinta e cinco); g) título de eleitor; h) carteira profissional do trabalho.

Art. 7º O quadro profissional de Carregador e Transportador de bagagem nos portos será fixado pela Delegacia do Trabalho Marítimo.

Art. 8º Haverá nas Delegacias do Trabalho Marítimo livro de matrículas dos Carregadores e Transportadores de Bagagens, no qual serão anotados nome, filiação, nacionalidade, estado civil, residência, assim como averbada toda a documentação apresentada pelo Carregador e Transportador matriculados.

Art. 9º Os Carregadores e Transportadores de bagagens só poderão trabalhar devidamente uniformizados e com seu número de ordem disposto em posição bem visível.

Art. 10. Somente quando escalados para o serviço, deverão os Carregadores e Transportadores de bagagens permanecer nos locais de trabalho.

Art. 11. Os Carregadores e Transportadores de bagagens são obrigados a trazerem consigo, quando em serviço, sua identidade profissional.

Art. 12. Compete às Delegacias do Trabalho Marítimo, fiscalizar o cumprimento desta Lei, cabendo de suas decisões recursos, VETADO, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Os recursos deverão ser encaminhados por intermédio da Delegacia do Trabalho Marítimo, devidamente instruídos, podendo a autoridade recorrida, no mesmo prazo, em face de novos fundamentos, reconsiderar sua decisão.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância pelas Delegacias do Trabalho Marítimo que, no âmbito da respectiva jurisdição, expedirão as instruções necessárias ao cumprimento desta Lei, de conformidade com o disposto no art. 10 do Decreto-lei nº 3.346, de 12 de junho de 1941.

Art. 14 VETADO

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Buihães

Juarez Távora

Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.638 — DE 26 DE MAIO DE 1965

Modifica a redação do art. 14 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941 (que estabelece as bases de organização dos Desportos em todo o País).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 14 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 14. Não poderá organizar-se uma Confederação especializada ou esportiva, sem que concorrerá pelo menos, três Federações que tratem do desporto ou de cada um dos desportos que ela pretenda dirigir, nem entrará a funcionar sem a devida autorização do Conselho Nacional de Desportos.

§ 1º Caberá às Confederações instituídas na forma da lei o exercício do poder desportivo no território nacional, a representação das suas atividades no exterior e o intercâmbio com as entidades internacionais.

§ 2º Os Códigos Desportivos elaborados pelas Confederações, para serem aplicados no País como regulamentação das suas atividades, devem ser previamente submetido à aprovação do Conselho Nacional de Desportos e à homologação do Ministro da Educação e Cultura.

§ 3º Cumpre às Confederações, como entidades superiores do desporto nacional, a representação das suas atividades junto aos órgãos governamentais; a atribuição e a responsabilidade do processamento das franquias aduaneiras concedidas legalmente, relativas ao setor de sua competência, bem como a expedição dos documentos necessários estabelecidos em convenções internacionais reconhecidas no País”.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flavio Lacerda

LEI Nº 4.639 — DE 26 DE MAIO DE 1965

Dispõe sobre a reorganização do Museu Imperial, criado pelo Decreto-lei nº 2.096, de 29 de março de 1940, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Museu Imperial, órgão integrante do Ministério da Educação e Cultura, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, tem por finalidade preservar o patrimônio cultural representado por objetos, peças e documentos de importância histórica e artística. ligados à história da Monarquia Brasileira, bem como promover a difusão da História e da Cultura Brasileira.

Parágrafo único. Poderá o Museu Imperial manter exposições permanentes que interessem a outras épocas da história nacional quando os objetos que as constituírem provierem de doações ou legados de particulares e desde que se relacionem com as finalidades do Museu Imperial.

Art. 2º A sede do Museu Imperial é o antigo Palácio Imperial, na Cidade de Petrópolis.

Art. 3º O Museu será dirigido por um Diretor, em comissão.

Art. 4º A organização do Museu Imperial será revista e atualizada, mediante Regimento baixado pelo Poder Executivo, sempre que a evolução das atividades do órgão aconselhar tal medida.

Art. 5º O Poder Executivo baixará, no prazo de 60 (sessenta) dias, o regulamento da presente lei.

Art. 6º Enquanto o Poder Executivo não expedir o Regimento de que trata o artigo anterior e adotar as medidas complementares para sua execução, será mantida a atual organização do Museu Imperial, inclusive no que se refere à denominação e símbolos de cargos e funções, com as alterações decorrentes do cumprimento da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 7º Fica o Diretor do Museu Imperial autorizado a aceitar doações e legados constituídos de objetos e imóveis de interesse de qualquer época da História Nacional desde que se relacionem com as finalidades do Museu.

§ 1º Quando tais objetos não puderem ser enquadrados no período monárquico deverão constituir exposição independente, em seção especial na sede do Museu, ou fora desta, nos termos do parágrafo único do artigo 1º desta lei.

§ 2º A organização das exposições provenientes de doações e legados deverá ser feita em estrita observação das cláusulas de escrituras e testamentárias.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos-leis ns. 9.190, de 22 de abril de 1943, 9.617, de 21 de agosto de 1946, e demais disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flavio Lacerda

LEI Nº 4.640 — DE 26 DE
MAIO DE 1965

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica de Campo Grande, Mato Grosso.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante da licença nº DG-61/7006-7368, expedida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Companhia Tele-

fônica de Campo Grande, com sede na cidade do mesmo nome, no Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional, nem a taxa de despacho aduaneiro.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Devogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI N.º 4.641 — DE 27 DE
MAIO DE 1965

Dispõe sobre os cursos de teatro e regulamentação das categorias profissionais correspondentes.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Para todos os efeitos legais, são categorias definidas:

1. Diretor de Teatro;
2. Cenógrafo;
3. Professor de Arte Dramática;
4. Ator;
5. Contra-regra;
6. Cenotécnico;
7. Sonoplasta.

Art. 2.º O Diretor de Teatro, o Cenógrafo e o Professor de Arte Dramática serão formados em cursos de nível superior, com duração e currículo mínimo fixados pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 3.º O Ator, o Contra-regra, o Cenotécnico e o Sonoplasta serão formados em cursos únicos de nível médio, organizados de acordo com o parágrafo único do art. 47 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 4.º São atribuições do Diretor de Teatro: ser o responsável pela transposição cênica, em termos de espetáculo, de um texto dramático, determinando a interpretação de papéis, planejamentos e execução de ensaios, até a unificação final de todos os elementos artísticos e técnicos, que constituem esse espetáculo.

Art. 5.º São atribuições do Cenógrafo: criar os elementos próprios da arquitetura e da decoração cênicas, essenciais à caracterização da peça, inclusive iluminação e indumentária. É o responsável pelo setor visual, estético, do espetáculo.

Art. 6.º São atribuições do Professor de Arte Dramática: lecionar nos cursos de nível médio disciplinas de arte dramática.

Art. 7.º São atribuições do Ator: interpretar no palco, no rádio, em filmes ou em televisão, personagens que compõem o elenco de um texto dramático.

Art. 8.º São atribuições do Contra-regra: ser responsável pela exata execução do espetáculo nos seus mínimos

detalhes, em cada apresentação, tanto do ponto de vista técnico, como do ponto de vista disciplinar.

Art. 9.º São atribuições do Cenotécnico: executar os projetos criados pelo cenógrafo.

Art. 10. São atribuições do Sonoplasta: executar e coordenar os projetos criados pelo Diretor de Teatro relacionados com o som.

Art. 11. Para que tenham efeito legal, os diplomas dos cursos referidos nesta lei deverão ser registrados no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 12. Os atuais portadores de diplomas de Diretor de Teatro e de Cenógrafo expedidos após a conclusão de cursos regulares, de 3 (três) anos de duração mínima, terão direito ao registro referido no artigo anterior, desde que o requeram dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta lei.

Art. 13. Os atuais cursos de Diretor Teatral e de Cenografia deverão adaptar-se às exigências desta lei no prazo de 1 (um) ano após a sua publicação.

Parágrafo único. Ao aluno matriculado anteriormente à adaptação fica assegurado o direito de concluir o respectivo curso no regime em que se matriculou bem como o de receber diploma válido para o registro referido no art. 11 desta lei.

Art. 14. Deverão requerer registro profissional no prazo de 1 (um) ano, a partir da publicação desta lei, os atores, diretores, cenógrafos, contra-regras, cenotécnicos e sonoplastas que há mais de dois anos, exercem suas profissões, sendo-lhes impedido o exercício na falta de registro.

Art. 15. O Ministério da Educação e Cultura e do Trabalho e Previdência Social, no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei, expedirão instruções para sua fiel execução.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1965; 144º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flávio Lacerda

Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.642 — DE 31 DE
MAIO DE 1965

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para os maquinismos e materiais importados pela "CEMAT" — Centrais Elétricas Matogrossense S.A." e dá outras providências.

O Presidente da República
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para os maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, matérias primas e semi-elaboradas, instrumentos e materiais, importados pela "CEMAT" — Centrais Elétricas Matogrossense S.A.", com sede em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, e destinados à construção, conservação e manutenção de suas instalações hidroelétricas e termoeletricas.

Art. 2º É igualmente concedida isenção do imposto do selo em todos os atos, contratos e instrumentos dos quais participar a "CEMAT" — Centrais Elétricas Matogrossense S.A..

Art. 3º A isenção de que trata o art. 1º desta lei não abrange os materiais com similar nacional.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.643 — DE 31 DE
MAIO DE 1965

Determina a inclusão da especialização de engenheiro florestal na enumeração do art. 18 do Decreto-lei nº 8.620, de 10 de janeiro de 1946.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A especialização de engenheiro florestal fica incluída na enu-

meração do art. 18 do Decreto-lei nº 8.620, de 10 de janeiro de 1946.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.644 — DE 31 DE
MAIO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas com melhorias e obras de urbanização do Aeroporto Internacional do Galeão, no Estado da Guanabara.

Art. 2º O crédito especial a que se refere o artigo anterior será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Gomes
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.645 — DE 31 DE
MAIO DE 1965

Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 68.000.000 (sessenta e oito milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de ... Cr\$ 68.000.000 (sessenta e oito milhões de cruzeiros), destinado ao custeio de despesas de qualquer natureza com a complementação da instalação e aparelhamento do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, inclusive pagamentos de aluguéis concernentes a exercícios anteriores.

Art. 2º O crédito especial em questão será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, observado o disposto no artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Soares Campos
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.646 — DE 31 DE
MAIO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 280.000.000 (duzentos e oitenta milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito es-

pecial de Cr\$ 280.000.000 (duzentos e oitenta milhões de cruzeiros), destinado ao custeio de despesas com o aparelhamento do Corpo de Bombeiros de Brasília, do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 2º O crédito especial em questão será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, observado o disposto no art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Campos
Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.647 — DE 31 DE
MAIO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 4.362.416 (quatro milhões trezentos e sessenta e dois mil quatrocentos e dezesseis cruzeiros), para atender a despesas que especifica, a cargo do Estado Maior das Forças Armadas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 4.362.416 (quatro milhões trezentos e sessenta e dois mil quatrocentos e dezesseis cruzeiros), para atender ao pagamento de vencimentos de servidores civis da Escola Superior de Guerra, referentes aos anos de 1960, 1961 e 1962, em consequência do Decreto nº 53.030, de 28 de novembro de 1953, que retificou o enquadramento do Pessoal Civil do Quadro Permanente do Estado-Maior das Forças Armadas e alterou o nível dos servidores civis da Escola Superior de Guerra.

Art. 2º O crédito de que trata esta Lei será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, observado o disposto no art. 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.648 — DE 31 DE
MAIO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de até Cr\$ 950.000.000 (novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para os fins que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de até Cr\$ 950.000.000 (novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para adquirir os créditos privilegiados por salários, vencidos até 15 de fevereiro de 1965, dos empregados da Panair do Brasil S. A., regularmente habilitados no processo falimentar dessa firma, mediante a respectiva cessão de créditos a favor da União Federal.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta Lei será registrado no Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.649 — DE 31 DE MAIO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 103.806.000 (cento e três milhões, oitocentos e seis mil cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Ae-

ronáutica, com vigência em dois (2) exercícios, respeitado o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 o crédito especial de Cr\$ 103.806.000 (cento e três milhões, oitocentos e seis mil cruzeiros), para atender a despesas com a execução da Lei número 4.340, de 13 de junho de 1964, que regula a execução do art. 3º da Lei nº 458, de 29 de outubro de 1948, que dispõe sobre a extensão de vantagens do montepio militar.

Art. 2º E' revogado o art. 10 da Lei nº 4.340, de 13 de junho de 1964.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.650 — DE 31 DE MAIO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial no valor de Cr\$ 15.480.000.000 (quinze bilhões quatrocentos e oitenta milhões de cruzeiros), para cobrir a diferença nas aquisições cambiais para a importação de material aeronáutico.
O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial no valor de Cr\$ 15.480.000.000 (quinze bilhões quatrocentos e oitenta milhões de cruzeiros, para cobrir a diferença nas aquisições cambiais para a importação de material aeronáutico, destinado ao aparelhamento da Força Aérea Brasileira.

Art. 2º O crédito especial a que se refere o artigo anterior será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões
Eduardo Gomes

LEI Nº 4.651 — DE 31 DE MAIO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.300.000.000 (dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.
O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o crédito especial de Cr\$ 2.300.000.000 (dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a desapropriação das bacias hidráulicas dos Açudes Mãe d'Água e Guqueirão de Cabeceiras, na Paraíba, e Banabuiú, no Estado do Ceará, sendo Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) para os dois primeiros e Cr\$ 1.800.000.000 (um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros) para o último.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.652 — DE 31 DE MAIO DE 1965

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 1.079.494.483,40 (um bilhão setenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e três cruzeiros e quarenta centavos), a diversos Ministérios.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelos Ministérios a seguir indicados, os créditos especiais de Cr\$ 1.079.494.483,40 (um bilhão, setenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e três cruzeiros e quarenta centavos), discriminados na presente Lei:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

	Cr\$
1) Companhia Força e Luz do Paraná — Fornecimento, à Escola Técnica de Curitiba, de consumo de força motriz e energia elétrica — 4º trimestre de 1953 (Processo MF 139.945-54)	7.977,60
2) U. Guerriere (Mecânica Humberto) — Serviço de limpeza e conservação de máquinas em proveito da Diretoria do Ensino Secundário, em 1957 (Processo MF 94.569-58)	17.816,00
3) Panair do Brasil S.A. — Fornecimento de uma passagem Recife-Fortaleza-Recife à Diretoria do Ensino Superior, em 1959 (Processo MF 227.969-60)	4.471,50
4) Gráfica Olimpica Editora — Luiz Franco — Fornecimento de livros feito à Casa de Rui Barbosa, em 1959 (Processo MF 146.622-60)	150.000,00

5) Pereira Júnior — Cereais S.A. — Fornecimento de alimentação preparada, em 1961, aos seguintes estabelecimentos:	
Instituto Benjamin Constant — período de janeiro a parte de junho de 1961 —	
Cr\$ 15.999.990,00.	
Colegio Pedro II — Internato — período de maio a parte de setembro de 1961 —	
Cr\$ 12.000.000,00.	
Instituto Nacional de Educação de Surdos — período de janeiro a parte de agosto de 1961 — Cr\$ 30.000.000,00.	
(Processo MF 418.479-64)	57.999.990,00
6) José de Souza Reis — Arquiteto, nível 18-B, lotado na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — indenização por acidente de serviço na forma do art. 144 do Estatuto dos Funcionários Públicos (Processo MF 418.480-64)	87.253,00
7) Conservadora Brasileira — Serviços de lavagem, passagem e engomagem feitos ao Instituto Benjamin Constant, em 1961 (Processo MF 153.725-62)	146.550,00
8) João José de Moura — Serviços de encadernação feitos à Biblioteca do MEC, em 1962 (Processo MF 418.481-64)	14.000,00
9) Conservadora Brasileira — Serviços de lavagem, passagem de roupas, feitos ao Instituto Benjamin Constant, em 1961 (Processo MF 139.939-62)	146.520,00
10) Serviços de lavagem, passagem e engomagem feitos ao Instituto Benjamin Constant, em 1961 (Processo MF 144.668-62)	109.200,00
11) Estabelecimentos Gráficos Iguassu Ltda. — Serviços de impressão feitos à Diretoria do Pessoal do MEC, em 1962 (Processo MF 418.482-64)	130.000,00
12) Conservadora Brasileira Ltda. — Serviços de lavagem e engomagem de roupas ao Serviço de Radiodifusão Educativa, em 1962 (Processo MF 418.484-64)	11.440,00
13) Universidade de Juiz de Fora — pagamento de vencimentos, nível universitário, salário-família, adicional, gratificação de magistério — período: exercício de 1960-1961 (Processo MF 418.486-64)	79.795.103,30
14) Comissão Nacional de Energia Nuclear — Saldo de verbas do exercício de 1961 (Processo MF 91.314-62)	428.694,90
15) R. Souza Ferreira — Fornecimento de desinfetante à Biblioteca Nacional deste Ministério, em 1962 (Processo MF 418.489-64)	5.400,00
	Cr\$
16) Conservadora Brasileira Ltda. — Serviço de lavagem e engomagem de roupas ao Instituto Nacional do Cinema Educativo, durante o 1º semestre de 1963 (Processo MF 97.253-64)	25.440,00
17) Companhia Americana de Construções, Comércio e Indústria — Serviços de limpeza e conservação nas dependências da Seção de Assistência Social, em 1963 (Processo MF 91.773-64)	104.000,00
18) Companhia Americana de Construções, Comércio e Indústria — Serviços de limpeza nas dependências do Serviço Nacional do Teatro, em 1963 (Processo MF 94.227-64)	148.410,00
19) Universidade do Brasil — Despesas decorrentes da execução do Decreto número 51.536, de 21-8-62, considerando o que dispõe a Lei nº 4.242, de 17-7-63 (Processo MF 418.497-64)	243.760.404,50

20) Faculdade de Direito de Sergipe — Aracaju — Pagamento de pessoal de 1962 (Processo MF 418.499-64)	13.402.000,00
21) Fundação Getúlio Vargas — Diferença entre as verbas da efetiva arrecadação do imposto de selo que ultrapassou a previsão nos exercícios de 1962 a 1963 (Processo MF 418.500-64)	334.546.472,90
22) Escola Paulista de Medicina — Pagamento aos servidores, de acordo com o Decreto 45.206, de 8-1-59, que altera a redação do artigo 20 do Decreto nº 43.411, de 9-4-58 (Processo MF 418.501-64)	23.383.661,60
23) Derlinea Caran e outros — Aumento de vencimento e demais vantagens da Lei nº 4.242, de 17-7-63 — período: mês de dezembro de 1963 (Processo MF 27.285-64)	3.016.931,00
24) Inosita Corrêa da Costa e outros — Folha de Pagamento de Serviço do mês de dezembro de 1963, correspondente ao aumento de vencimentos e demais vantagens da Lei nº 4.242, de 17-7-63 (Processo MF 45.509-64)	431.579,60
25) Universidade do Rio Grande do Norte — Reitoria — Pagamento de diferença de vencimentos de servidores, de acordo com a Lei nº 4.069, de 11-6-62 (Processo MF 403.847-64)	149.315.752,60
26) Universidade do Paraná — Pagamento de diferença de vencimentos dos ocupantes dos cargos de Tesoureiro e Auxíliar de Tesoureiro — relativo ao exercício de 1963 (Processo MF 418.503-64)	7.432.040,00
27) Universidade do Rio Grande do Norte — Pagamento de diferença de vencimentos, nível universitário, e adicional da retificação de enquadramento, de acordo com o Decreto nº 53.743, de 18-3-64, período de 1962 a 1963 (Processo MF 418.504-64)	4.122.500,00
28) Escola Técnica de Goiânia — Pagamento do pessoal enquadrado pela Lei nº 4.069, de 11-6-62, no período de 18 de junho de 1962 a 31 de dezembro de 1963 (Processo MF 418.505-64)	2.593.586,39
29) Escola Industrial de Cuiabá — Diferença de vencimentos do pessoal, relativa ao aumento concedido pela Lei nº 4.242-63 (Processo MF 418.506-64) ..	13.625.385,60
30) Escola Técnica de Química — Pessoal amparado pela Lei nº 4.069, de 11-6-62, de acordo com a Resolução Especial nº 202, de 10-12-63, da CCC — DASP, a partir de 15-6-62 a 31-12-63 (Processo MF 418.507-64)	7.399.785,00
31) Escola Industrial Deodoro da Fonseca — Pagamento do pessoal amparado pela Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, relativo ao exercício de 1963 (Processo MF 418.508-64)	45.884.750,00
32) Escola Industrial Deodoro da Fonseca — Pagamento do pessoal amparado pela Lei nº 4.069, de 11-6-62, relativo ao exercício de 1962 (Processo MF 418.509-64)	18.840.045,09
33) Companhia Telefônica Brasileira — Serviços prestados ao Serviço Nacional de Teatro durante o mês de agosto de 1960 (Processo MF 261.939-60)	426,60

1.007.089.588,10

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Cr\$

1) Importância a ser indenizada a Floriano Gerardi S. A. — Comércio e Indústria, proveniente da classificação indevida de receita relativa ao Adicional Restituível de que trata o art. 3º da Lei número 1.474, de 26-11-54 (Processo MF 181.461-58)	47.815,20
2) Para pagamento de despesas provenientes de serviços de Telex, prestados pela Companhia Radiotelegráfica, durante o mês de março de 1964 (Processo MF 72.013-64)	332.397,60
3) Para pagamento de despesas provenientes de serviços de Telex, prestados pela Companhia Radiotelegráfica, durante o mês de maio de 1964 (Processo MF 113.611-64)	402.263,20
4) Para pagamento, ao Lóide Brasileiro, de sua fatura nº 66, de 26 de maio de 1964, relativa às despesas com transporte de material para a Casa da Moeda (Processo MF 113.940-64)	25.180,00
	<hr/> 807.655,00

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Cr\$

1) Para regularização de despesas efetuadas no exercício de 1962, na forma do § 1º do art. 48, do Código de Contabilidade da União, com os benefícios concedidos pelas Leis ns. 3.780 e 3.826, de 12 de julho e 23 de novembro de 1960, respectivamente (Processo MF 39.069-62)	71.597.240,30
TOTAL GERAL	<hr/> 1.079.494.483,40

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Gouveia de Bulhões
Juracy Távora
Flávio Lacerda

**LEI Nº 4.653 — DE 31 DE
MAIO DE 1965**

Altera o art. 4º da Lei nº 2.391, de 7 de janeiro de 1955, que fixa os efetivos das Forças Armadas em tempos de paz.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 4º da Lei nº 2.391, de 7 de janeiro de 1955, passa a vigorar com a seguinte redação:

“III — AERONAUTICA

Art. 4º A Aeronáutica compreende a seguinte força ativa:

a) Os Oficiais constantes dos efetivos fixados para os diferentes Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica;

b) Os Capelães Militares do Serviço de Assistência Religiosa;

c) Os Oficiais e Aspirantes a Oficial da Reserva convocados para o serviço ativo, ou designados para estágio ou período de instrução;

d) Os Aspirantes a Oficial da ativa;

e) Os Segundos-Tenentes estagiários, alunos do Curso de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde da Aeronáutica;

f) 1.800 cadetes da Escola de Aeronáutica e Alunos do Curso de Formação de Oficiais e da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar;

g) 2.000 alunos da Escola de Especialistas da Aeronáutica;

h) 200 alunos dos Centros de Preparação dos Oficiais da Reserva;

i) 14.000 Suboficiais e Sargentos das especialidades do Corpo de Subalternos da Aeronáutica;

j) 20.000 Cabos e Soldados de 1ª e 2ª classe;

k) 3.700 Tafeiros das diferentes graduações;

l) 1.000 Voluntários das diferentes especialidades do Corpo de Subalternos da Aeronáutica."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.654 — DE 2 DE
JUNHO DE 1965

Altera os arts. 180 e 223, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que adotam medidas obrigatórias para diminuir a fadiga dos empregados.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 180 e 223, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 180. Para evitar a fadiga, será obrigatória a colocação de assentos nos locais de trabalho, ajustáveis à altura da pessoa e à natureza da função exercida, destinados a serem utilizados pelos empregados.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho e Previdência Social promoverá a expedição das normas necessárias à adap-

tação e aplicação do disposto neste artigo às diferentes categorias de empregados".

"Art. 223. As infrações ao disposto no presente Capítulo serão punidas com multa de Cr\$ 50 (cinquenta cruzeiros) a Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros), aplicadas, no Distrito Federal, VETADO.... e, nos Estados e Territórios, pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 1º A penalidade será sempre aplicada no grau máximo:

a) se ficar apurado o emprego de artifício ou simulação para fraudar a aplicação dos dispositivos deste Capítulo;

b) nos casos de reincidência.

§ 2º Nos casos de infração ao disposto no art. 180, a multa será de Cr\$ 2.000 (dois mil cruzeiros).

§ 3º O processo, na reavaliação das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas será o previsto no Título "Do Processo de Multas Administrativas", observadas as disposições deste artigo".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.655 — DE 2 DE
JUNHO DE 1965

Dispõe sobre a legitimidade adotiva

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É permitida a legitimação adotiva do infante exposto, cujos pais sejam desconhecidos ou hajam decla-

rado por escrito que pode ser dado, bem como do menor abandonado propriamente dito até 7 (sete) anos de idade, cujos pais tenham sido destituídos do pátrio poder; do orfão da mesma idade, não reclamado por qualquer parente por mais de um ano; e, ainda, do filho natural reconhecido apenas pela mãe, impossibilitado de prover a sua criação.

§ 1º Será também permitida a legitimação adotiva em favor do menor, com mais de 7 (sete) anos, quando à época em que completou essa idade já se achava sob a guarda dos legitimantes, mesmo que estes não preenchessem então as condições exigidas.

§ 2º A legitimação só será deferida após um período mínimo de 3 (três) anos de guarda do menor pelos requerentes. Para esse efeito, será computado qualquer período de tempo, desde que a guarda se tenha iniciado antes de completar o menor 7 (sete) anos.

Art. 2º Somente poderão solicitar a legitimação adotiva dos menores referidos no artigo anterior os casais cujo matrimônio tenha mais de 5 (cinco) anos e dos quais pelo menos um dos cônjuges tenha mais de 30 (trinta) anos de idade, sem filhos legítimos, legitimados ou naturais reconhecidos.

Parágrafo único. Será dispensado o prazo de 5 (cinco) anos de matrimônio, provada a esterilidade de um dos cônjuges, por perícia médica, e a estabilidade conjugal.

Art. 3º Autorizar-se-á, excepcionalmente, a legitimação ao viúvo, ou viúva, com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade, provado que o menor esteja integrado em seu lar e onde viva há mais de 5 (cinco) anos.

Art. 4º Os cônjuges desquitados, havendo começado a guarda do menor, no período de prova, na constância do matrimônio, e concordando sobre ela após a terminação da sociedade conjugal, podem requerer a legitimação, obedecido, quanto à guarda e proteção, o disposto nos arts. 325, 326 e 327, do Código Civil.

Art. 5º Com a petição serão oferecidos certidão de casamento, atestado de residência, folha de antecedentes, prova de idoneidade moral e finan-

ceira, atestado de inexistência de filhos, prova de abandono do menor e destituição do pátrio poder, bem como atestado de sanidade física, provando que nenhum dos requerentes sofre de moléstia contagiosa.

§ 1º O Juiz, tendo em vista as conveniências do menor, o seu futuro e bem-estar, ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, as diligências e sindicâncias que julgar necessárias, correndo, contudo, o processo em segredo de justiça.

§ 2º Feita a prova e concluídas as diligências, o Juiz, ouvido o Ministério Público, proferirá sentença, da qual caberá recurso de reexame para o Tribunal de Justiça, com efeito suspensivo.

Art. 6º A sentença deferindo a legitimação terá efeitos constitutivos devendo ser inscrita, mediante mandado no Registro Civil, como se se tratasse de registro fora do prazo, no qual se consignará os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os nomes dos ascendentes dos mesmos. O mandado será arquivado, dele não podendo o oficial fornecer certidões.

§ 1º Nas certidões do registro nenhuma observação poderá constar sobre a origem do ato.

§ 2º O registro original do menor será anulado, também por mandado do Juiz, o qual será arquivado vetado.

§ 3º Feita a inscrição, cessam os vínculos da filiação anterior, salvo para os efeitos do art. 183 do Código Civil.

Art. 7º A legitimação adotiva é irrevogável ainda que aos adotantes venham a nascer filhos legítimos, aos quais estão equiparados os legitimados adotivos, com os mesmos direitos e deveres estabelecidos em lei.

Art. 8º A violação do segredo estabelecido neste capítulo, salvo decisão judicial, sujeitará o funcionário responsável às penas do art. 325 do Código Penal.

Parágrafo único. ...VETADO... A critério do Juiz, para salvaguarda de direitos ...VETADO... poderão ser fornecidas certidões ...VETADO...

Art. 9º O legitimado adotivo tem os mesmos direitos e deveres do filho

legítimo, salvo no caso de sucessão, se concorrer com filho legítimo superveniente à adoção (Cód. Civ. § 2º do art. 1.605).

§ 1º O vínculo da adoção se estende à família dos legitimantes, quando os seus ascendentes derem adesão ao ato que o consagrou.

§ 2º Com a adoção, cessam os direitos e obrigações oriundos da relação de parentesco do adotado com a família de origem.

Art. 10. A decisão confere ao menor o nome do legitimante e pode determinar a modificação do seu prenome, a pedido dos cônjuges.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de junho de 1965; 144º da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

LEI Nº 4.656 — DE 2 DE JUNHO DE 1965

Concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedade de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos beneficiários dos funcionários públicos civis e dos servidores da administração pública descentralizada que, em 9 de abril de 1964, gozavam de estabilidade ou vitaliciedade, bem como aos dos empregados estáveis das sociedades de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, será concedida uma pensão especial.

§ 1º O benefício outorgado por esta lei será pago pelo Tesouro Nacional ou pelos Institutos de Previdência, observadas, em cada caso, as normas vigentes relativas aos casos de morte do titular do cargo ou do emprego e

as regras especiais estabelecidas na presente lei.

§ 2º VETADO

Art. 2º VETADO

Art. 3º Cessam automaticamente os benefícios desta lei, desde que o servidor ou empregado venha a exercer qualquer cargo público ou emprego em sociedade de economia mista.

Art. 4º VETADO

Art. 5º VETADO

Parágrafo único VETADO

Art. 6º A pensão concedida na forma da presente lei sofrerá os reajustes previstos na legislação em vigor.

Art. 7º Os benefícios desta lei não poderão ser acumulados com vencimentos, proventos ou pensão outra do Poder Público, ressalvado o direito de optar.

Art. 8º Os beneficiários de servidores públicos ou autárquicos, civis ou militares, que continuam a perceber, por qualquer modo, do Tesouro Nacional ou dos Institutos de Previdência, não farão jus à pensão especial instituída por esta lei.

Art. 9º VETADO

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de junho de 1965; 144º da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.657 — DE 2 DE JUNHO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.998.000.000 (dez bilhões, novecentos e noventa e oito milhões de cruzeiros), destinado ao reforço do Fundo da Marinha Mercante.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a abrir, pelo Ministério da

Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.998.000.000 (dez bilhões, novecentos e noventa e oito milhões de cruzeiros), para reforço ao Fundo da Marinha Mercante, na construção de 5 unidades mercantes, num total de 36.250 TDW, destinadas à ampliação da frota brasileira e para exportação.

Art. 2º O mencionado crédito será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, à conta da Marinha Mercante, observado o disposto no art. 43 da Lei número 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º A Comissão de Marinha Mercante contratará os serviços de Construção Naval, com estaleiros nacionais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.658 — DE 2 DE JUNHO
DE 1965

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento de televisão destinado à Rádio Difusora São Paulo S.A.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante da licença nº DG-64-2353-2692, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, importado pela Rádio Difusora São Paulo S.A.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.659 — DE 2 DE JUNHO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.300.000.000 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros) destinado ao pagamento de insalubridade aos associados do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro e de serviços realizados, em navios do Lóide Brasileiro, por estaleiros nacionais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.300.000.000 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros), assim discriminado: Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros), destinados ao pagamento de insalubridade aos associados do sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro, no período de novembro de 1959 a novembro de 1962, e Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), destinados a atender ao pagamento de serviços realizados, em navios do Lóide Brasileiro, por estaleiros nacionais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.660 — DE 2 DE JUNHO DE 1965

Isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os gêneros, mercadorias e equipamentos doados ou importados para a Comissão Nacional de Alimentação quer por organizações internacionais, quer por governos estrangeiros.

O Presidente da República
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São isentos dos impostos de importação e de consumo, dos emolumentos consulares, da taxa de despacho aduaneiro, das taxas de melhoramentos de portos e de renovação da Marinha Mercante, de despesas de armazenagens e capatazias e de quaisquer outras contribuições fiscais, os gêneros, mercadorias e equipamentos doados ou importados para a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, quer por organizações internacionais, quer por governos estrangeiros.

Parágrafo único. A importação dos bens a que se refere este artigo não fica sujeita a certificação de cobertura cambial, nem a licença previa da Carteira de Comércio Exterior.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Gouveia de Bulhões
Raymundo Brito

LEI Nº 4.661 — DE 2 DE JUNHO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 877.852.800 (oitocentos e setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzeiros), para atender às despesas relativas ao enquadramento do pessoal da Universidade da Bahia.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 877.852.800 (oitocentos e setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzeiros), para atender às despesas relativas ao exercício de 1964 e decorrentes do enquadramento do pessoal da Universidade da Bahia, amparado pelo parágrafo único do art. 23, da Lei número 4.069, de 11 de junho de 1962, de acordo com a Resolução Especial número 233, de 16 de julho de 1964, da Comissão de Classificação de Cargos, publicada no *Diário Oficial* de 29 do mesmo mês.

Art. 2º O crédito especial de que trata a presente lei será registrado e distribuído ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Flávio Lacerda

LEI Nº 4.662 — DE 2 DE JUNHO DE 1965

Desdobra em duas unidades universitárias distintas a atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará, federalizada pela Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950 (art. 3º, item II), e incorporada à mesma Universidade pela Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, é desdobrada em duas unidades distintas, denominadas Faculdade de Farmácia da Universidade do Ceará e Faculdade de Odontologia da Universidade do Ceará.

Art. 2º Os vinte e quatro cargos de Professor Catedrático, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, do Ministério da Educação e Cultura, são distribuídos igualmente entre as duas Faculdades.

Art. 3º As denominações das cátedras serão adaptadas ao currículo mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação.

§ 1º A Congregação da Faculdade desdobrada procederá à adaptação prevista, resguardando os interesses do ensino.

§ 2º Os professores serão ouvidos antes de se processar a consequente apostila nos respectivos títulos, devendo ser-lhes assegurada plena defesa de seus interesses.

§ 3º A apostila de que trata o parágrafo anterior será feita pela Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 4º Os servidores administrativos, atualmente lotados na Faculdade ora desdobrada, serão distribuídos, por ato do Reitor, entre as duas unidades universitárias instituídas pela presente lei.

Art. 5º Para possibilitar o imediato funcionamento da nova Faculdade, resultante do disposto nesta lei, ficam criados um cargo de Diretor, símbolo 5-C, e uma função gratificada de Secretário, símbolo 2-F.

Art. 6º No prazo de noventa dias, a contar da data da publicação desta lei, a Faculdade de Farmácia da Universidade do Ceará e a Faculdade de Odontologia da mesma Universidade encaminharão projetos de seus Regimentos ao exame do Conselho Universitário, o qual, depois de apreciá-los, os submeterá à aprovação do Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados os Regimentos de que trata este artigo, aplicar-se-á, no que couber, o Regimento da Faculdade desdobrada.

Art. 7º A Reitoria da Universidade do Ceará incumbirá promover as medidas indispensáveis ao funcionamento das duas Faculdades instituídas por esta lei.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução da presente lei serão atendidas pelos recursos próprios, consignados no orçamento da União, em favor da Universidade do Ceará.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flávio Lacerda

LEI Nº 4.633 — DE 3 DE
JUNHO DE 1965

Cria estímulos ao aumento de produtividade e à contenção de preços e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Toda empresa industrial ou comercial, contribuinte do Imposto de Consumo ou do Imposto de Vendas e Consignações, é obrigada a registrar, nos livros exigidos pela legislação do Imposto de Consumo, do Imposto de Renda (Lei nº 154, art. 2º) e pela Lei nº 187, de 15 de janeiro de 1938, as quantidades e preços unitários das mercadorias entregues ao consumo, vendidas ou consignadas.

§ 1º O Poder Executivo regulamentará o disposto no presente artigo, estabelecendo normas de simplificação do registro para as empresas que negociem com grande variedade de mercadorias, podendo estabelecer livro especial, para o registro das mercadorias entregues ao consumo, vendidas ou consignadas.

§ 2º A inobservância do disposto neste artigo sujeitará a empresa à multa de Cr\$ 50.000 (cinquenta mil cruzeiros) a Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros).

Art. 2º Terão direito aos favores fiscais enumerados no art. 3º as empresas que satisfizerem, cumulativamente, as seguintes condições:

I — Cumprirem o disposto no artigo anterior em condições que permitam a verificação dos seus preços de venda e da quantidade vendida.

II — Demonstrarem, durante o ano de 1965, um aumento de quantidade vendida igual ou superior a 5% (cin-

co por cento), em relação ao ano de 1964.

III — Demonstrarem não terem aumentado, entre 28 de fevereiro de 1965 a 31 de dezembro de 1965, os preços de venda no mercado interno em mais de 15% (quinze por cento) sobre os preços vigentes em 28 de fevereiro de 1965.

§ 1º O limite fixado em 15% (quinze por cento) no item III será reduzido para 10% (dez por cento) para as empresas que tiverem, no ano de 1964, aumentado seu nível de preços de venda no mercado interno em percentagem superior ao crescimento do nível geral de preços do País, apurado segundo índices adotados pelo Conselho Nacional de Economia.

§ 2º Para as empresas que tiverem seus preços congelados em 1964, por determinação governamental, poderá ser admitida, a juízo da SUNAB, retificação compensatória no nível de preços de 1964, que servirá de base à aplicação da percentagem a que se refere o item III.

§ 3º O Poder Executivo regulamentará o disposto no presente artigo, permitindo às empresas de produção muito diversificada estabelecerem critérios de homogeneização para medida de sua produção.

Art. 3º As empresas que satisfizerem o disposto no artigo anterior gozarão, cumulativamente, dos seguintes favores fiscais:

I — No exercício de 1966, o imposto de que trata o art. 37 da Lei número 4.506, de 30 de novembro de 1964, será cobrado à taxa de 20% (vinte por cento).

II — No mesmo exercício, a empresa poderá deduzir do lucro bruto, para efeitos de determinação do lucro sujeito ao imposto referido no inciso anterior, a manutenção do capital de giro próprio de que trata o art. 27 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, desde que não distribuído.

III — O imposto devido pela correção monetária do ativo imobilizado, realizada durante o exercício de 1966, será cobrado à razão de 2% (dois por cento).

IV — Dispensa do pagamento do imposto de renda devido sobre as reservas excedentes do capital social realizado (art. 99 do Regulamento baixado pelo Decreto nº 51.900, de 1963).

Parágrafo único. As empresas, que satisfizerem as condições do art. 2º, farão suas declarações de imposto de renda, considerando os favores fiscais concedidos por esta lei.

Art. 4º As empresas que acusarem aumento de preços de venda no mercado interno, entre 28 de fevereiro de 1965 e 31 de dezembro de 1965, superior a 30% (trinta por cento) sobre os preços vigentes em 28 de fevereiro de 1965, ficarão sujeitas, no exercício de 1966, ao imposto de que trata o art. 37 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, à razão de 35% (trinta e cinco por cento).

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às empresas comerciais que demonstrarem uma taxa percentual de lucro bruto, sobre as vendas efetuadas em 1965, igual ou superior à obtida em 1964.

§ 2º Para fins da aplicação do parágrafo anterior, define-se lucro bruto como, a diferença entre a receita total da venda dos produtos e o custo total de aquisição dos mesmos produtos.

§ 3º Também não ficarão sujeitas à elevação do imposto de que trata este artigo, as empresas que comprovarem ter sido o aumento de preços, superior a 30% (trinta por cento), resultante combinada ou isoladamente dos seguintes fatores:

a) elevação da taxa cambial para a importação de matérias-primas obrigatoriamente utilizadas em sua indústria;

b) elevação de preços de matérias-primas obrigatoriamente utilizadas em suas indústrias e fornecidas por empresas sob controle acionário do Governo Federal.

§ 4º Em caso de dúvida, caberá ao Conselho Monetário Nacional decidir a respeito da ocorrência de circunstâncias mencionadas no parágrafo anterior.

Art. 5º Durante os exercícios de 1966, 1967 e 1968, as empresas poderão deduzir do lucro sujeito ao imposto de renda a parcela correspondente à exportação de produtos manufaturados, determinados pela Comissão de Comércio Exterior, e cuja penetração no mercado internacional convenha promover.

§ 1º O cálculo da parte do lucro tributável atribuída às exportações dos produtos manufaturados deverá ser

realizado admitindo-se no lucro tributável e mesma participação percentual que os ditos produtos tenham na receita da empresa.

§ 2º Para todos os efeitos legais, fica equiparada à exportação a venda no mercado interno de produtos manufaturados, contra pagamento em divisas conversíveis resultantes de financiamentos a longo prazo de instituições financeiras internacionais ou entidades governamentais estrangeiras.

Art. 6º E' o Ministro da Fazenda autorizado a isentar ou reduzir, por período de tempo não superior a 120 (cento e vinte) dias, em cada exercício, o imposto de consumo incidente sobre artigos cujas indústrias produtoras satisfaçam as seguintes condições:

a) seja verificada pelo Conselho Monetário Nacional redução substancial de consumo de caráter não sazonal que possa resultar em diminuição de produção com desemprego, no setor industrial respectivo;

b) assuma a indústria beneficiada o compromisso de estabilizar os demais componentes do seu preço de venda além do imposto de consumo;

c) seja integralmente transferido ao consumidor o benefício da redução ou isenção do imposto de consumo concedido ao fabricante.

Parágrafo único. Ficará sujeita ao pagamento em dobro do valor da isenção ou redução do imposto, de que se tiver beneficiado, a empresa que deixar de cumprir o compromisso a que se refere a alínea b ou de efetuar a transferência do benefício ao consumidor nos termos da alínea c.

Art. 7º A incorporação ao capital das reservas correspondentes à manutenção de capital de giro próprio de que trata a Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, mediante emissão de novas ações, fica isenta dos impostos de renda e de selo.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Daniel Faraco

LEI Nº 4.664 — DE 3 DE JUNHO DE 1965

Considera morto em defesa da ordem, das instituições e do regime o Tenente-Coronel-Aviador Rubens Florentino Vaz

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É considerado morto em defesa da ordem, das instituições e do regime o Tenente-Coronel-Aviador Rubens Florentino Vaz.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.665 — DE 8 DE JUNHO DE 1965

Prorroga, por mais 5 (cinco) anos, as disposições dos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 498, de 28 de novembro de 1948 e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São prorrogadas, por 5 (cinco) anos, as disposições dos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 498, de 28 de novembro de 1948.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de novembro de 1964, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

LEI Nº 4.666 — DE 8 DE JUNHO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para atender às despesas com a participação do Brasil no Sistema Mundial de Telecomunicações por Satélites.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender às despesas resultantes da participação do Brasil no Sistema Mundial de Telecomunicações por Satélites.

Art. 2º O crédito de que trata esta Lei será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional, observado o disposto no artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.667 — DE 8 DE JUNHO DE 1965

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Indústria e Comércio, do crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000, destinado à recuperação do edifício da Praça Mauá, nº 7, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) para atender às despesas de recuperação do edifício da Praça Mauá, nº 7, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, nestas compreendidas as obras gerais de remodelação interna e externa; reparos e substituição de elevadores; adaptações; reforma ou substituição das instalações elétricas e hidráulicas; aquisição de máquinas, aparelhos e instrumentos; obras de alvenaria e concreto, revestimento de pisos e quaisquer outros serviços necessários ao total aproveitamento do imóvel.

Art. 2º O crédito a que se refere a presente Lei terá vigência nos exercícios de 1965 e 1966 e será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Gouveia de Bulhões
Daniel Faraco

LEI Nº 4.663 — DE 8 DE JUNHO DE 1965

Revoga o art. 510 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacio-

nal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É revogado o artigo 510 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei número 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira

LEI Nº 4.669 — DE 8 DE JUNHO DE 1965

Complementa a Lei nº 3.814, de 14 de julho de 1961, que "reorganizou o Ministério das Relações Exteriores"

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Ministério das Relações Exteriores, sem aumento de pessoal, nem acréscimo de vencimentos dos servidores lotados em missões diplomáticas e repartições consulares, reorganizará e executará todas as tarefas de promoção comercial do Brasil no exterior, as quais passam à sua exclusiva administração.

Art. 2º Os demais Ministérios, órgãos e entidades da administração pública prestarão ao Ministério das Relações Exteriores toda a colaboração de que necessitar para os objetivos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. Para os fins de promoção comercial aqui mencionados competirá ao Ministério das Relações Exteriores prever, organizar, coordenar e efetivar a representação brasileira em feiras e exposições no exterior, bem assim empreender a divulgação de produtos nacionais, mesmo daqueles cuja economia é regulada por entidades específicas.

Art. 3º O Ministério das Relações Exteriores poderá aproveitar VETADO o pessoal idôneo dos SEPRO que, em concurso de títulos e provas, demonstrar habilitação como economista, estatístico, redator e documentarista, ou em outras especializações profissionais úteis ao serviço.

Art. 4º Os chefes de missões diplomáticas em cada país respondem pela fiscalização das atividades das repartições consulares sediadas na sua área de jurisdição, cabendo-lhes estabelecer para elas diretrizes de expansão e promoção comercial, fixar horários de expediente normal, em coincidência com o período de funcionamento do comércio local, e sugerir uma política de emolumentos que favoreça e estimule as trocas comerciais.

Art. 5º Ouvido o Ministro das Relações Exteriores, a chefia VETADO de promoção VETADO comercial VETADO será confiada VETADO a funcionário da representação.

Art. 6º As dotações orçamentárias atribuídas aos SEPRO são transferidas para o Ministério das Relações Exteriores.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário e especificamente o art. 3º do Decreto-lei nº 6.657, de 4 de julho de 1944, e os Decretos de nºs 50.332, de 10 de março de 1961 e 53.879, de 8 de abril de 1964.

Brasília, 8 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Vasco da Cunha

LEI Nº 4.670 — DE 12 DE
JUNHO DE 1965

Altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 4.177.207.330 (quatro bilhões, cento e setenta e sete milhões, duzentos e sete mil e trezentos e trinta cruzeiros), para ocorrer ao pagamento da parcela tarifária do subsídio de que trata o § 1º do art. 58 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, correspondente ao exercício de 1964.

Art. 2º O crédito aberto pela presente Lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º A fim de ocorrer à despesa do pagamento desse subsídio, fica criado o imposto ... (VETADO) ... de 5% (cinco por cento) sobre ... (VETADO) ... importação de fertilizantes ... (VETADO) ...

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.671 — DE 12 DE
JUNHO DE 1965

Isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acôrdo ou convênio com o Governo do Brasil, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º (VETADO)

Art. 3º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 12.789.526 (doze milhões, setecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e vinte e seis cruzeiros), para atender ao pagamento das despesas de capatazias e armazenagem de 1.757.211 (um milhão setecentos e cinquenta e sete mil, duzentos e onze) quilogramas de leite em pó, doados pelo programa "Alimentos para a Paz" à Comissão Nacional de Alimentação, do referido Ministério.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Raymundo de Brito

LEI Nº 4.672 — DE 12 DE
JUNHO DE 1965

Modifica o inciso IV do art. 842 do decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939 (Código de Processo Civil)

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso IV do art. 842 do decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939 — Código de Processo Civil — passa a ter a seguinte redação:

“Art. 842.

IV — que receberem ou rejeitarem “in limine” os embargos de terceiro”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

LEI Nº 4.673 — DE 15 DE
JUNHO DE 1965

Aplica aos bens penhorados em execuções fiscais as normas de impenhorabilidade do art. 942 do Código do Processo Civil.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nas execuções fiscais providas nos termos do Decreto-lei nº 960, de 1939, aplicam-se, quanto aos bens e direitos objeto de penhora, as cláusulas de impenhorabilidade prevista no art. 942 do Código do Processo Civil.

Art. 2º O executado nomeará bens à penhora, obedecendo-se à gradação prevista no Código do Processo Civil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.674 — DE 15 DE
JUNHO DE 1965

Prorroga, por um dia útil, os prazos judiciais que se iniciarem ou vencerem aos sábados.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 1.408, de 9 de agosto de 1951, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Os prazos judiciais que se iniciarem ou vencerem aos sábados serão prorrogados por um dia útil”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.675 — DE 15 DE
JUNHO DE 1965

Autoriza o cancelamento do débito do espólio de Côdrato de Vilhena, antigo Diretor-Gerente da Companhia Nacional de Navegação Costeira, incorporada ao Patrimônio Nacional.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a proceder ao cancelamento da dívida de Cr\$ 108.632 (cento e oito mil, seiscentos e trinta e dois cruzeiros), incluída ao Ativo da Companhia Nacional de Navegação Costeira, para

efeito do cálculo da indenização ao Espólio de Henrique Lage, fixada pelo Tribunal Arbitral, e proveniente de materiais e mão-de-obra aplicados, ao tempo da administração privada da empresa, na reforma do prédio situado na Rua São Francisco Xavier número 214, pertencente ao espólio de Codrato de Vilhena, antigo Diretor-Gerente daquela Companhia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouvêa de Bulhões

LEI Nº 4.676 — DE 16 DE
JUNHO DE 1965

Modifica, em parte, as Leis ns. 2.308, de 31 de agosto de 1954, 2.944, de 8 de novembro de 1956, 4.156, de 28 de novembro de 1962, e 4.364, de 22 de junho de 1964, que dispõem sobre o Fundo Federal de Eletrificação e sobre a distribuição e aplicação do Imposto Único sobre Energia Elétrica, e dá outras providências.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 5º do art. 4º da Lei nº 2.308, de 31 de agosto de 1954, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º

§ 5º Estão isentos do pagamento do imposto:

a) a parte consumida nas oficinas e outros serviços pertinentes à produção, transmissão e distribuição de eletricidade dos concessionários geradores de energia elétrica;

b) o fornecimento de energia feito pelos concessionários geradores aos distribuidores;

c) as entidades a que se refere o art. 31, inciso V, letra b, da Constituição Federal;

d) o fornecimento de energia a serviços próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

e) as contas de consumo mensal

equivalente ao valor de até 30 (trinta) quilowatts-hora (kwh), inclusive, quer o fornecimento seja feito sob a forma medida, quer a *forfait*;

f) a energia elétrica produzida para consumo próprio e uso exclusivo;

g) os consumidores servidos por concessionários distribuidores de energia elétrica cujo sistema gerador seja exclusivamente constituído de usinas termelétricas utilizando, como combustível, derivados de petróleo ou lenha".

Art. 2º Os §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei nº 2.944, de 8 de novembro de 1956, passam a constituir o parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 3º

Parágrafo único. Fica o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) autorizado a admitir pessoal contratado e assinar convênios com a Divisão de Águas do Ministério das Minas e Energia, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, a fim de dar cumprimento ao disposto neste artigo".

Art. 3º Os parágrafos do art. 1º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º No fornecimento a *forfait*, o imposto será o mesmo do consumidor doméstico, calculado sobre a conta da energia consumida, cabendo a metade do seu valor ao consumidor e metade ao distribuidor.

§ 2º O consumidor industrial, assim qualificado pelas respectivas contas de fornecimento de energia elétrica, que comprovar perante o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), do Ministério das Minas e Energia, despesa com energia elétrica igual ou superior a 3% (três por cento) do valor de suas vendas, em cada um dos dois (2) anos civis imediatamente anteriores ao pedido, fará jus a uma redução percentual do imposto único sobre energia elétrica, que lhe seria cobrado nos termos da presente Lei.

§ 3º A redução referida no parágrafo anterior será concedida por período de dois anos civis, em percentagem equivalente à relação entre a despesa demonstrada com energia elé-

trica e o valor das vendas do consumidor industrial, de acordo com a seguinte fórmula e até o máximo de 80% (oitenta por cento):

$$R = 600 \frac{D}{V} + 23$$

onde:

R — é o valor percentual da redução procurada;

D — é o valor em cruzeiros da despesa demonstrada com energia elétrica;

V — é o valor em cruzeiros das vendas efetuadas pelo consumidor industrial.

§ 4º No caso da empresa com menos de 2 (dois) anos civis de atividade industrial, a redução do imposto único poderá ser concedida pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), pelo tempo que restar para completar aquele prazo, por estimativa do valor de suas vendas e consumo de energia elétrica.

§ 5º No cômputo da despesa com energia elétrica, de consumidores também autoprodutores, para efeito de cálculo da redução percentual, de que trata o parágrafo terceiro deste artigo, será considerado como despesa com energia elétrica o correspondente ao total de produção própria e energia comprada computada ao preço médio, mês a mês, desta última, desde que o consumidor industrial e autoprodutor não realize, simultaneamente, comércio de energia.

§ 6º A redução percentual do imposto único, aprovada pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), será aplicada pelos concessionários distribuidores de energia elétrica, a partir do primeiro faturamento que se seguir à publicação do ato autorizativo no *Diário Oficial*.

§ 7º Os concessionários distribuidores de energia elétrica farão constar das contas de fornecimento, mediante carimbo ou impressão tipográfica, o número e a data do ato autorizativo da redução, bem como a percentagem desta última".

Art. 4º Os parágrafos do art. 2º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 2º

§ 1º O preço de venda a ser computado no cálculo do valor da energia vendida abrangerá, exclusivamente, a tarifa básica e todos os adicionais posteriores, concedidos em decorrência de aumentos de salários, do custo de energia comprada, de combustíveis e de câmbio;

§ 2º A tarifa fiscal será reajustada trimestralmente, com base nos dados do último mês em relação ao qual forem disponíveis informações suficientes, decorrentes de alteração no preço da energia".

Art. 5º O art. 4º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, passa a ter a seguinte redação, mantidos os seus §§ 1º ao 6º, acrescido do § 7º.

Art. 4º Até 30 de junho de 1965, o consumidor de energia elétrica tomará obrigações da ELETROBRÁS, resgatáveis em 10 (dez) anos, a juros de 12% (doze por cento) ao ano, correspondentes a 20% (vinte por cento) do valor de suas contas. A partir de 1º de julho de 1965, e até o exercício de 1968, inclusive, o valor da tomada de tais obrigações será equivalente ao que for devido a título de imposto único sobre energia elétrica".

"§ 7º Para efeito de entrega das obrigações da ELETROBRÁS, considera-se consumidor aquele que estiver na posse das respectivas contas de energia elétrica".

Art. 6º O art. 3º e seu parágrafo único, da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, passarão, a partir do exercício de 1966, a ter a seguinte redação:

"Art. 3º Os Estados receberão, em dinheiro, suas cotas do imposto único sobre energia elétrica até o limite das mesmas, na proporção verificada no exercício anterior, entre os recursos próprios que aplicarem em serviços de energia elétrica nos respectivos territórios e a referida cota, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Q = C \frac{R}{E}$$

sendo:

Q — quantia a ser paga ao Estado em dinheiro;

C — cota do Estado no imposto único do exercício;

R — recursos próprios aplicados no território do Estado em energia elétrica, no exercício anterior, excluída sua cota no imposto único, mas incluídos os investimentos efetuados pelos Poderes Públicos Municipais e por concessionários privados nas áreas do Estado de sua concessão;

E — cota do Estado no imposto único do exercício anterior.

§ 1º A diferença entre o valor total da cota do Estado e a quantia paga em dinheiro na forma deste artigo será entregue à ELETROBRAS, que a contabilizará em conta especial a crédito do Estado, para subscrição de ações preferenciais em seus futuros aumentos de capital.

§ 2º Para os efeitos deste artigo e com vistas à coordenação da política nacional de energia elétrica, os Estados deverão submeter, anualmente, os respectivos planos de eletrificação devidamente atualizados, à apreciação do Ministro das Minas e Energia, através do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), bem como a comprovação da aplicação de recursos próprios e privados em serviço de energia elétrica em seu território.

§ 3º A comprovação da aplicação e a apresentação do plano de eletrificação atualizado deverão ser encaminhadas ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) até 28 de fevereiro de cada ano, sob pena da transferência, a favor da ELETROBRAS, para os efeitos do § 1º deste artigo, da parcela da cota do Estado no imposto único sobre energia elétrica, referente ao primeiro trimestre. Se, até 31 de maio de cada ano, os Estados não atenderem ao que dispõe este parágrafo, o restante do valor da cota anual será transferido, da mesma forma, para a ELETROBRAS.

§ 4º Aproveitados a comprovação e o plano de eletrificação, na forma e nos prazos de que trata o § 3º deste artigo, o Ministro das Minas e Energia terá o prazo de 60 (sessenta) dias para sua apreciação, findo o qual, sem que se tenha verificado sua decisão concedendo ou negando aprovação, a comprovação e o plano serão considerados, automaticamente, aprovados.

§ 5º Enquanto não se verificar a aprovação de que trata o § 4º deste

artigo, as cotas do imposto único devidas ao Estado ficarão retidas.

§ 6º O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) determinará ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), em prazo não excedente a 30 (trinta) dias, as providências necessárias à transferência, a favor da ELETROBRAS, ou à liberação, em dinheiro, para os Estados, das importâncias que lhe couberem por força do disposto neste artigo”.

Art. 7º O art. 18 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 18 Os concessionários distribuidores de energia elétrica ficam autorizados a condicionar a ligação de novos consumidores à contribuição por estes, de importância equivalente a até 30 (trinta) vezes o produto da tarifa fiscal de que tratam os artigos 1º e 2º da Lei número 4.156, de 28 de novembro de 1962, pelo consumo mensal estimado para o consumidor, paga em parcelas mensais iguais, num mínimo de 6 (seis).

§ 1º Os recursos recebidos na forma deste artigo serão havidos, após sua integralização, como “créditos de capital” dos respectivos consumidores para subscrição de ações preferenciais ou ordinárias, a critério do concessionário, nos aumentos de seu capital social, que se realizarão, em prazo não superior a 1 (um) ano, obedecida a ordem cronológica da integralização.

§ 2º Para os efeitos da incorporação ao capital social, dos “créditos de capital” mencionados no parágrafo anterior, não se aplica o disposto no artigo 111, do Decreto-Lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940.

§ 3º Enquanto não se transformarem em ações, os valores recebidos pelos concessionários, na forma deste artigo, renderão juros de 10% (dez por cento) ao ano, pagos pelo concessionário ao consumidor.

§ 4º Dos orçamentos referentes às extensões de sistemas cobrados dos consumidores, de acordo com regulamentação específica, será deduzida a contribuição de que trata este artigo.

§ 5º A contribuição prevista neste artigo terá como limite máximo 3%

(três por cento) das inversões industriais e de 5% (cinco por cento) das inversões nos demais casos, comprovadas pelo consumidor, em suas instalações ou construções a serem supridas de energia elétrica.

§ 6º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplicar-se-á aos aumentos de carga ligada, bem como aos consumidores de localidades que, em virtude de transferência de concessionários, venham a ser beneficiados por reconstrução do sistemas de distribuição locais.

§ 7º Os recursos recebidos, de acordo com o disposto neste artigo e seus parágrafos, serão obrigatoriamente aplicados pelo concessionário na extensão e melhoria de seu sistema de distribuição.

§ 8º Ficam excluídos desta contribuição os consumidores que gozam da isenção do imposto único sobre energia elétrica, exceto os constantes da alínea g do § 5º, do artigo 4º, da Lei número 2.308, de 31 de agosto de 1954, com a redação dada pela presente Lei".

Art. 8º. O artigo 20 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 20. Os recursos da União, estranhos ao Fundo Federal de Eletrificação, aplicados em bens e instalações de concessionários de serviços públicos de energia elétrica, oriundos de dotações e fundos orçamentários, de entidades autárquicas e paraestatais ou órgãos federais de qualquer natureza, superiores a Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), serão considerados como reforço ao Fundo Federal de Eletrificação e ficarão ao mesmo incorporados para todos os efeitos legais.

§ 1º A aplicação dos recursos de que trata este artigo deverá ser feita exclusivamente sob forma de financiamento aos respectivos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, a serem resgatados a favor da ELETROBRAS, em 20 (vinte) anos de prazo e vencendo juros de 8% (oito por cento) ao ano, admitido prazo de carência até 7 (sete) anos.

§ 2º O prazo de resgate do empréstimo será contado a partir da data da comprovação da rentabilidade do investimento.

§ 3º O órgão de fiscalização do Ministério das Minas e Energia, a seu critério ou a requerimento da ELETROBRAS, na forma de regulamento a ser expedido, emitirá certificado de rentabilidade dos investimentos realizados com os recursos de que trata este artigo. Tão pronto verifique estarem os referidos investimentos em condições de propiciar remuneração, amortização e depreciação legais, o empréstimo passará a ser resgatado, ficando suspenso o restante do prazo de carência, a que se refere o § 1º supra.

§ 4º Durante o prazo de carência o empréstimo vencerá juros de 6% (seis por cento) ao ano, que serão incorporados ao principal do empréstimo devido à ELETROBRAS e contabilizados como receita do Fundo Federal de Eletrificação.

§ 5º O pagamento da amortização e juros dos empréstimos serão feitos em parcelas trimestrais.

§ 6º A ELETROBRAS reinvestirá, nas condições reguladas por este artigo, e no mesmo concessionário que os pagar, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos juros percebidos pelos financiamentos ora definidos, a menos que o concessionário renuncie a este direito.

§ 7º Os recursos aplicados, na forma deste artigo, quando estiverem sob as condições expressas no § 4º, poderão ficar creditados na ELETROBRAS, a seu critério, como recursos específicos do Fundo Federal de Eletrificação, sob sua guarda.

§ 8º Os recursos aplicados, na forma deste artigo, serão levados, pelos beneficiários, a crédito da ELETROBRAS, a partir da data do seu recebimento.

§ 9º Expedido o certificado de rentabilidade, nenhum concessionário poderá se beneficiar de recursos previstos nesta Lei, se não estiver atendendo ao pagamento dos empréstimos de que trata este artigo.

§ 10 Da expedição do certificado de rentabilidade, de que trata o parágrafo 3º deste artigo, caberá, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, recurso ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), a ser interposto pela parte que se julgar prejudicada.

§ 11 Excluem-se das disposições deste artigo as aplicações contratadas pelos estabelecimentos bancários federais"

Art. 9º O art. 6º da Lei nº 4.364, de 22 de julho de 1964, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º As empresas concessionárias de serviços públicos de eletricidade, organizadas ou que vierem a se constituir, não se aplica o disposto nos números 2 e 3 do art. 38 e nos arts. 108 e 111 do Decreto-Lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940, sempre e quando a União, os Estados e a Eletrobrás subscreverem ações de constituição ou de aumento de capital social".

Art. 10 Para garantia da boa utilização dos recursos orçamentários ordinários e dos créditos especiais ou suplementares, destinados a obras e serviços de energia elétrica, fica o Ministério das Minas e Energia incumbido da coordenação de sua aplicação.

§ 1º Quando o concessionário de serviço público de energia elétrica for entidade autárquica ou sociedade de cujo capital social, com direito a voto, participe o Poder Público em caráter majoritário, o Ministro das Minas e Energia poderá, a seu critério, efetuar ao concessionário, para aplicação direta, suprimentos de numerário relativos aos recursos consignados no orçamento da União, bem como em créditos especiais ou suplementares, destinados a obras e serviços a seu cargo, observado, no que couber, o disposto na Lei número 1.489, de 10 de dezembro de 1952, combinado com o Decreto número 637, de 1º de março de 1962.

§ 2º Sempre que lei específica obrigue a órgãos federais de qualquer natureza ou entidades autárquicas e parastatais a realizarem suas aplicações sob a forma de subscrição de capital de empresas de serviços públicos de energia elétrica, o que só poderá ocorrer quando comprovada a rentabilidade do investimento a que as mesmas se destinem; a subscrição será feita em nome da União, que a utilizará para aumento e integralização do capital da ELETROBRÁS.

§ 3º Enquanto não se verificar a rentabilidade referida no parágrafo anterior, tais aplicações serão conta-

bilizadas em conta especial, como auxílio da União, até que, comprovada a capacidade de remuneração do investimento, sejam elas convertidas em participação acionária.

Art. 11. A ELETROBRÁS será facultado aplicar recursos do Fundo Federal de Eletrificação oriundos do imposto único sobre energia elétrica e das receitas vinculadas, anual e efetivamente recebidas em tomada de obrigações, subscrições de ações, concessão de empréstimos e financiamentos, de ou a concessionários de serviços públicos de energia elétrica, para a execução de programas de eletrificação, em parcelas variáveis, desde que obedecido o seguinte critério:

a) o valor das operações realizadas com as entidades de um mesmo Estado da Federação não poderá exceder 30% (trinta por cento) do total dos recursos anuais efetivamente recebidos;

b) o valor das operações de uma mesma empresa mista, em que o Poder Público seja acionista majoritário, com direito a voto, não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do total dos recursos anuais efetivamente recebidos;

c) o valor das operações de uma mesma empresa privada não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) do total dos recursos anuais efetivamente recebidos;

d) a ELETROBRÁS deverá aplicar, anualmente, até 5% (cinco por cento) dos recursos do Fundo Federal de Eletrificação, a seu cargo, em financiamento de programas de eletrificação rural no País.

Parágrafo único. Os recursos aplicados pela ELETROBRÁS, em seus próprios serviços ou nos de suas subsidiárias, não estarão sujeitos aos limites estabelecidos nas alíneas a, b e c deste artigo e nem serão computados para tal efeito.

Art. 12. O recebimento dos recursos de que tratam os artigos 8º e 11 desta Lei, para aplicação nos sistemas de concessionários de serviço público de energia elétrica, bem como das cotas de que trata o inciso II do parágrafo 1º do art. 13, desta Lei, fica sujeito à comprovação, pelos beneficiários, de estarem em dia com os pagamentos de faturas de consumo de energia elétrica, recolhimento do imposto único e de empréstimo compulsório, estabe-

lecido pelo art. 4º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, com a redação dada pela presente Lei.

Art. 13. As quantias provenientes da arrecadação do imposto único, de que tratam as Leis nºs 2.308, de 31 de agosto de 1954, 4.156, de 28 de novembro de 1962, e a presente Lei, serão recolhidas, mensalmente, pelas repartições arrecadadoras ao Banco do Brasil S.A., mediante guias específicas, a crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE).

§ 1º O BNDE creditará, de cada recebimento de que trata este artigo:

I — 39% (trinta e nove por cento) em conta de movimento à ordem do Fundo Federal de Eletrificação;

II — 60% (sessenta por cento) em conta especial para entrega das cotas pertencentes aos Estados, Distrito Federal e Municípios, cuja liberação pelo BNDE será realizada em prazo não superior a 15 (quinze) dias, após recebimento da comunicação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), observado, quanto aos Estados, o disposto no § 2º deste artigo;

III — 1% (um por cento) em conta de movimento à ordem do Ministro das Minas e Energia, para custeio dos serviços de fiscalização, administração, atividades técnicas e científicas no setor da energia elétrica, inclusive para o atendimento das despesas de que trata o artigo 3º da Lei nº 2.944, de 8 de novembro de 1956, e seu parágrafo único, com a redação dada pela presente Lei, e de situações de emergência, a critério do Ministro das Minas e Energia.

§ 2º A liberação, em dinheiro, das cotas pertencentes aos Estados e a transferência à ELETROBRAS de importâncias dessas cotas serão realizadas pelo BNDE, no prazo estabelecido no inciso II do parágrafo anterior e em estrita observância às determinações do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), face ao que dispõe o § 6º do art. 8º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, com a redação dada pela presente Lei.

Art. 14. São isentos do Imposto de Consumo de que trata a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, os bens e produtos adquiridos para uso próprio

pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS — e pelos concessionários de serviço público de energia elétrica.

Parágrafo único. Excluem-se da isenção os bens e produtos adquiridos pelo titular da concessão que produza energia elétrica apenas para consumo próprio.

Art. 15. Os concessionários distribuidores de energia elétrica, cujo sistema gerador seja exclusivamente constituído de usinas termelétricas, utilizando como combustível derivados de petróleo ou lenha, serão isentos do pagamento do imposto único, de que trata a Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, que recaia sobre os combustíveis e lubrificantes utilizados na geração de energia elétrica.

Art. 16. Ficam revogados o artigo 22 e seu parágrafo único da Lei número 4.156, de 28 de novembro de 1962.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Mauro Thibau

LEI Nº 4.677 — DE 16 DE JUNHO DE 1965

Isentia de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São isentos dos impostos de importação e de consumo, dos emolumentos consulares, da taxa de despacho aduaneiro, das taxas de melhoramentos de portos e de renovação da Marinha Mercante, de despesas de armazenagens e capatazias e de quaisquer outras contribuições fiscais, os bens adquiridos no exterior, mediante doação pelas instituições em funcio-

namento no País, que se dediquem, sem finalidade lucrativa, a prestar assistência médico-hospitalar.

Parágrafo único. A importação dos Bens a que se refere este artigo não fica sujeita a certificado de cobertura cambial, nem a licença prévia da Carteira de Comércio Exterior.

Art. 2º. Antes da importação, a entidade beneficiada apresentará a Divisão de Organização Hospitalar, em 3 (três) vias, a relação do material a ser importado, acompanhada das provas da doação.

Art. 3º. Com o parecer daquela Divisão, quanto à essencialidade do material ou equipamento a ser importado e habilitação da entidade para obtenção do favor, o Ministério da Saúde encaminhará em 2 (duas) vias, devidamente autenticadas, ao Ministério da Fazenda, para exame dos demais documentos relativos à doação.

Art. 4º. Verificada a regularidade dos documentos, o Ministério da Fazenda expedirá ordem de desembaraço do material ou dos equipamentos a estação aduaneira de destino.

Art. 5º. O material e equipamentos, entrados no País na forma desta Lei, somente poderão ser utilizados pela própria entidade beneficiada, nos seus serviços médico-hospitalares ou ambulatoriais, vedada a cessão ou alienação, sem expressa permissão da autoridade aduaneira competente, ouvido o Ministério da Saúde, sob as penas da lei e observadas as normas gerais da legislação específica que rege a espécie.

Parágrafo único. Na conformidade da mesma legislação, o correto uso e emprego do Material ou equipamentos ficam sujeitos à fiscalização aduaneira, sem prejuízo da que for exercida pelo Ministério da Saúde.

Art. 6º ... *vetado* ...

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

Raymundo de Brito

LEI Nº 4.678 — DE 16 DE
JUNHO DE 1965

Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O seguro de crédito à exportação tem por fim garantir, contra riscos a que estiverem sujeitas as operações resultantes da exportação a crédito de mercadorias e serviços, os contratantes no Brasil dessas operações ou as entidades de crédito que as financiarem.

Art. 2º. Os riscos cobertos pelo seguro de crédito à exportação são os "riscos comerciais" e os "riscos políticos e extraordinários".

Art. 3º. Considera-se "risco comercial" a insolvência do importador de mercadorias e serviços brasileiros, efetivando-se o sinistro quando:

- a) decretada judicialmente a falência ou concordata do devedor;
- b) concluído um acórdão particular do devedor com seus credores, com anuência do Instituto de Resseguros do Brasil, para pagamento com redução do débito;
- c) executado o devedor, revelarem-se insuficientes ou insuscetíveis de sequestro ou penhor os seus bens.

Art. 4º. Consideram-se "riscos políticos e extraordinários" as situações que determinem a falta de pagamento dos débitos contraídos pelos importadores de mercadorias e serviços:

I — desde que, em consequência de medidas adotadas por governo estrangeiro:

- a) não se realize, de nenhuma forma, o pagamento do débito;
- b) não se realize o pagamento na moeda convencionada e disto resulte perda para o exportador brasileiro de mercadorias e serviços;
- c) não tenha lugar a transferência das importâncias devidas, apesar de os devedores terem depositado as somas necessárias em banco ou conta oficial dentro do seu país;
- d) não se efetue o pagamento, dentro do prazo de 6 (seis) meses seguintes ao vencimento, por moratória estabelecida em caráter geral no país do devedor.

II — desde que, em decorrência de guerra civil ou estrangeira, revolução, ou qualquer acontecimento similar no país do devedor, não se realize o pagamento dos débitos;

III — desde que o devedor estrangeiro não possa realizar o pagamento, por circunstâncias ou acontecimentos de caráter catastrófico;

IV — desde que, por circunstâncias ou acontecimentos políticos, os bens objeto do crédito segurado sejam requisitados, destruídos ou avariados, sempre que a reparação do dano não se tenha obtido antes de transcorridos 6 (seis) meses da data do vencimento fixada no contrato;

V — desde que o exportador, previamente autorizado pelas autoridades brasileiras, recupere suas mercadorias para evitar um risco político latente e, em consequência dessa recuperação, advenha uma perda para o exportador;

VI — desde que, por decisão do Governo brasileiro ou dos Governos estrangeiros, posterior aos contratos firmados, se adotem medidas das quais resulte a impossibilidade de realizar a exportação ou a execução dos serviços e, por este fato, se produzam perdas para o exportador ou contratante brasileiro;

VII — quando o devedor for órgão de administração pública estrangeira ou entidade vinculada ao mesmo, ou quando for um particular com a operação garantida por um destes órgãos ou entidades, e, em qualquer dos casos, o pagamento não se efetuar, por qualquer motivo.

Parágrafo único. As garantias de cobertura para "riscos políticos e extraordinários" se estenderão também aos casos de exportação em consignação, de feiras, mostras, exposições e similares, quando se verificar, por uma das situações descritas neste artigo, a impossibilidade de fazer retornar as mercadorias brasileiras não vendidas no exterior.

Art. 5º. A cobertura do seguro de crédito à exportação incidirá sobre as perdas líquidas definitivas, dos exportadores do Brasil de mercadorias e serviços, decorrentes da falta de cumprimento, por parte dos importadores do estrangeiro, das condições dos contratos, abrangendo, também, as ocorrências que determine a rescisão dos contratos, entre a data em que estes

forem firmados e a data em que deveria ser efetivado o embarque das mercadorias ou iniciada a execução dos serviços.

Parágrafo único. A cobertura do seguro de crédito à exportação não abrangerá os prejuízos decorrentes de lucros esperados ou de oscilações de mercado.

Art. 6º. A cobertura dos "riscos comerciais" e dos "riscos políticos e extraordinários" presumirá sempre uma participação obrigatória, do exportador de mercadorias e serviços, nas perdas líquidas definitivas, não podendo essa parcela ser objeto de seguro ou garantia de quaisquer pessoas ou instituições.

Art. 7º. VETADO.

Art. 8º. A cobertura dos "riscos comerciais", atendido o disposto no artigo 6º, será concedida, para a totalidade ou parte das responsabilidades, por sociedades de seguros autorizadas a operar em ramos elementares e que tiverem aprovadas, pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, suas apólices de seguro de crédito à exportação, as quais serão resseguradas pelo Instituto de Resseguros do Brasil, de conformidade com as normas e instruções que serão pelo mesmo baixadas.

Art. 9º. A garantia dos riscos de que trata o artigo anterior, para as responsabilidades total ou parcialmente não assumidas pelas sociedades de seguros, bem como a dos "riscos políticos e extraordinários", atendido o disposto no art. 6º, será concedida pelo Governo Federal, representado pelo Instituto de Resseguros do Brasil, mediante "certificados de cobertura", expedidos de acordo com normas e instruções fixadas no regulamento da presente Lei.

Art. 10. Tanto as apólices de seguros como os certificados de cobertura deverão abranger, por tipo de risco coberto, a totalidade dos negócios de exportação a crédito de mercadorias e serviços.

Parágrafo único. O Instituto de Resseguros do Brasil, a seu critério, poderá excluir determinadas operações da cobertura do seguro.

Art. 11. Nenhuma apólice de seguro poderá ser emitida pelas sociedades de seguro, senão depois de aceitos os

respectivos resseguros pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Art. 12. Para garantia das responsabilidades a serem assumidas pelo Governo Federal, o Orçamento Geral da União consignará, ao Instituto de Resseguros do Brasil, anualmente, a dotação de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) a partir do exercício orçamentário de 1966, e durante dez exercícios orçamentários consecutivos.

§ 1º. O Instituto de Resseguros do Brasil aplicará o valor dessas dotações na compra de títulos federais, com cláusula de reajustamento do valor monetário, os quais poderão ser vendidos em Bolsa, ouvido previamente o Banco Central da República do Brasil, sempre que for insuficiente a reserva de prêmios formada durante o exercício, para pagamento dos compromissos decorrentes das responsabilidades assumidas.

§ 2º. As vendas dos títulos federais não serão realizadas quando, pelo vulto dos compromissos a pagar, o Poder Executivo julgar oportuno solicitar créditos especiais para esse fim.

§ 3º. Para os fins deste artigo, no exercício de 1965, é o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros).

Art. 13. O Instituto de Resseguros do Brasil providenciará no sentido de:

a) estabelecer e fomentar o intercâmbio internacional com organizações de seguro de crédito;

b) organizar cadastro informativo sobre importadores estrangeiros de mercadorias e serviços;

c) obter continuamente informações sobre a situação política e econômica dos países estrangeiros que transacionem com o Brasil.

Art. 14. Para atender às operações de seguros de créditos à exportação, os órgãos federais, estaduais e municipais, as autarquias e as sociedades de economia mista prestarão toda a colaboração que lhes for solicitada pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Art. 15. O Instituto de Resseguros do Brasil poderá manter intercâmbio com entidades do exterior que operem em seguros de crédito à exportação, com a finalidade de garantir no País o risco comercial do importador brasileiro.

Art. 16. Excetuado o imposto de renda, as operações de seguro de crédito à exportação ficam isentas de quaisquer impostos federais.

Art. 17. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Daniel Faraco

LEI Nº 4.679 — DE 16 DE
JUNHO DE 1965

Autoriza "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil", Sociedade Mútua de Seguros Gerais, sob intervenção do Governo Federal, a aumentar o "Fundo" de que trata o Decreto-Lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil", Sociedade Mútua de Seguros Gerais, sob a intervenção do Governo Federal que, subsidiariamente, responde pelas reservas técnicas atuariais, autorizada a aumentar o "Fundo" de que trata o Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, com a incorporação da totalidade dos débitos fiscais para com a Fazenda Nacional, até 31 de março de 1965.

Art. 2º E' autorizada a incorporação, ao aludido "Fundo", de todos os débitos da referida sociedade para com as Instituições da Previdência Social, até 31 de março de 1965, inclusive as multas e juros de mora.

Art. 3º São cancelados os lançamentos relativos aos débitos mencionados nos artigos anteriores, sendo os respectivos processos fiscais ou previdenciários arquivados com a anotação desta Lei.

Parágrafo único. São assegurados aos empregados, cujas contribuições para a Previdência Social hajam sido descontadas, os direitos previstos na legislação vigente, cabendo ao Poder Executivo regulamentar a matéria.

Art. 4º O Poder Executivo promoverá estudos para a transformação de "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil" em sociedade anônima, quando, então, as quantias incorporadas ao "Fundo", de acordo com esta Lei, passarão a constituir capital social da União e das Instituições de Previdência Social, respectivamente.

Art. 5º É isenta "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil", até 31 de dezembro de 1965, dos recolhimentos de que trata o art. 7º da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, passando a devê-los sobre as elevações das reservas técnicas feitas a partir de 1966.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira

LEI Nº 4.680 — DE 18 DE
JUNHO DE 1965

Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Definições

Art. 1º. São Publicitários aqueles que, em caráter regular e permanente, exerçam funções de natureza técnica da especialidade, nas Agências de Propaganda, nos veículos de divulgação, ou em quaisquer empresas nas quais se produza propaganda.

Art. 2º. Consideram-se Agenciadores de Propaganda os profissionais que, vinculados aos veículos da divulgação, a eles encaminhem propaganda por conta de terceiros.

Art. 3º. A Agência de Propaganda é pessoa jurídica, ... VETADO ..., e especializada na arte e técnica publicitária, que, através de especialistas, estuda, concebe, executa e distribui propaganda aos veículos de divulgação, por ordem e conta de clientes anunciantes, com o objetivo de promover a venda de produtos e serviços, difundir idéias ou informar o público a respeito de organizações ou instituições colocadas a serviço desse mesmo público.

Art. 4º. São veículos de divulgação, para os efeitos desta Lei, quaisquer meios de comunicação visual ou auditiva capazes de transmitir mensagens de propaganda ao público, desde que reconhecidos pelas entidades e órgãos de classe, assim considerados as associações civis locais e regionais de propaganda bem como os sindicatos de publicitários.

Art. 5º. Compreende-se por propaganda qualquer forma remunerada de difusão de idéias, mercadorias ou serviços, por parte de um anunciante identificado.

CAPÍTULO II

Da Profissão de Publicitário

Art. 6º. A designação profissional de Publicitário será privativa dos que se enquadram nas disposições da presente Lei.

§ 1º. Os auxiliares que, nas Agências de Propaganda e outras organizações de propaganda, não colaborarem, diretamente, no planejamento, execução, produção e distribuição da propaganda terão a designação profissional correspondente às suas funções específicas.

§ 2º. Nos casos em que profissionais de outras categorias exerçam funções nas Agências de Propaganda, tais profissionais conservarão os privilégios que a Lei lhes concede em suas respectivas categorias profissionais.

§ 3º. Para efeitos de recolhimento do Imposto Sindical, os jornalistas registrados como redatores, revisores e desenhistas, que exerçam suas funções

em Agências de Propaganda e outras empresas nas quais se execute propaganda, poderão optar entre o recolhimento para o sindicato de sua categoria profissional ou para o Sindicato dos Publicitários.

Art. 7º. A remuneração dos Publicitários não Agenciadores será baseada nas normas que regem os contratos comuns de trabalho, assegurando-se-lhes todos os benefícios de caráter social e previdenciário outorgados pelas Leis do Trabalho.

Art. 8º. O registro da profissão de Publicitário ficará instituído com a promulgação da presente Lei e tornar-se-á obrigatório no prazo de 120 (cento e vinte) dias para aqueles que já se encontrem no exercício da profissão.

Parágrafo único. Para o citado registro, o Serviço de Identificação Profissional do Ministério do Trabalho exigirá os seguintes documentos:

- a) 1 — diploma de uma escola ou curso de propaganda;
- 2 — ou atestado de frequência, na qualidade de estudante;
- 3 — ou, ainda, atestado do empregador;
- b) carteira profissional e prova de pagamento do Imposto Sindical, se já no exercício da profissão.

CAPÍTULO III

Da profissão de Agenciador de Propaganda

Art. 9º. O exercício da profissão de Agenciador de Propaganda somente será facultado aos que estiverem devidamente identificados e inscritos nos serviços de identificação profissional do Departamento Nacional do Trabalho ... VETADO ...

Art. 10. Para o registro de que trata o artigo anterior, os interessados deverão apresentar:

- a) prova de exercício efetivo da profissão, durante, pelo menos, doze meses, na forma de Carteira Profissional anotada pelo empregador, ou prova de recebimento de remuneração pela propaganda encaminhada a veículos de divulgação, durante igual período;

b) atestado de capacitação profissional, concedido por entidades de classe;

c) prova de pagamento do Imposto Sindical.

§ 1º Para os fins da comprovação exigida pela alínea *a* deste artigo, será facultado aos Agenciadores de Propaganda ainda não registrada... VETADO... encaminharem propaganda aos veículos, desde que comprovem sua filiação ao sindicato da classe.

§ 2º O sindicato da classe manterá um registro dos Agenciadores de Propaganda, a que se refere o parágrafo anterior, para o fim de lhes permitir o exercício preparatório da profissão somente no decurso de doze meses, improrrogáveis.

§ 3º O registro da profissão de Agenciador de Propaganda tornar-se-á obrigatório no prazo de 120 (cento e vinte) dias para aqueles que já se encontram no exercício dessa atividade.

CAPÍTULO IV

Das Comissões e Descontos devidos aos Agenciadores e às Agências de Propaganda

Art. 11. A comissão, que constitui a remuneração dos Agenciadores de Propaganda, bem como o desconto devido às Agências de Propaganda, serão fixados pelos veículos de divulgação sobre os preços estabelecidos em tabela.

Parágrafo único. Não será concedida nenhuma comissão ou desconto sobre a propaganda encaminhada diretamente aos veículos de divulgação por qualquer pessoa física ou jurídica que não se enquadre na classificação de Agenciador de Propaganda ou Agências de Propaganda, como definidos na presente Lei.

Art. 12. Não será permitido aos veículos de divulgação descontarem da remuneração dos Agenciadores de Propaganda, no todo ou em parte, os débitos não saldados por anunciantes, desde que sua propaganda tenha sido formal e previamente aceita pela direção comercial do veículo da divulgação.

Art. 13. Os veículos de divulgação poderão manter a seu serviço Representantes (Contatos) junto a anunciantes e Agências de Propaganda, mediante remuneração fixa.

Parágrafo único. A função de Representantes (Contato) poderá ser exercida por Agenciador de Propaganda, sem prejuízo de pagamento de comissões, se assim convier às partes.

Art. 14. Ficam assegurados aos Agenciadores de Propaganda, registrados em qualquer veículo de divulgação, todos os benefícios de caráter social e previdenciário outorgados pelas Leis do Trabalho.

CAPÍTULO V

Da fiscalização e Penalidades

Art. 15. A fiscalização dos dispositivos desta Lei será exercida pelo Departamento Nacional do Trabalho... VETADO... Delegacias... VETADO... Regionais, assim como pelos sindicatos e associações de classe das categorias interessadas, que deverão representar às autoridades a respeito de quaisquer infrações.

Art. 16. As infrações ao disposto nesta Lei serão punidas pelo órgão oficial fiscalizador com as seguintes penas, sem prejuízo das medidas judiciais adequadas e seus efeitos como de direito:

a) multa, nos casos de infração a qualquer dispositivo, a qual variará entre o valor da décima parte do salário-mínimo vigente na região e o máximo correspondente a dez vezes o mesmo salário-mínimo;

b) se a infração for a do parágrafo único do art. 11, serão multadas ambas as partes, à base de 10 (dez) a 50% (cinqüenta por cento) sobre o valor do negócio publicitário realizado.

Parágrafo único. Das penalidades aplicadas, caberá sempre recurso, no prazo de 10 (dez) dias,... VETADO...

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

Art. 17. A atividade publicitária nacional será regida pelos princípios e normas do Código de Ética dos Profissionais da Propaganda, instituído pelo I Congresso Brasileiro de Propaganda, realizado em outubro de 1957, na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 18. ...VETADO...

Art. 19. ... VETADO...

Art. 20. A presente Lei, regulamentada pelo Ministério do Trabalho dentro de 30 (trinta) dias de sua publicação, entra em vigor na data dessa publicação.

Art. 21. Revoga-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República

H. CASTELLO BRANCO

Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira

LEI Nº 4.681 — DE 21 DE JUNHO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 39.412.700, destinado a atender às despesas com o prosseguimento das obras da Alfândega de Itajaí, Santa Catarina.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 39.412.700 (trinta e nove milhões, quatrocentos e doze mil e setecentos cruzeiros), para ocorrer ao pagamento das despesas com o prosseguimento e conclusão das obras de construção do prédio destinado à Alfândega de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inclusive retribuição dos encargos de fiscalização de que trata o Decreto-Lei nº 6.750, de 29 de julho de 1944.

Art. 2º O crédito a que se refere a presente Lei será registrado no Tribunal de Contas da União e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional, observado o disposto no art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões.

LEI Nº 4.682 — DE 21 DE
JUNHO DE 1965

*Isenta da taxa de despacho aduaneiro
um conjunto eletrônico importado
pelo Governo do Estado do Paraná.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a isenção da taxa de despacho aduaneiro de 5% (cinco por cento) prevista no artigo 66, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, para um conjunto eletrônico, importado pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.683 — DE 21 DE
JUNHO DE 1965

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Empresa Telefônica de Uberaba S. A.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante do certificado de cobertura cambial DG-64-23.613, emitido pela Carteira de Câmbio, importado pela Empresa Telefônica de Uberaba S. A.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.684 — DE 21 DE
JUNHO DE 1965

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Telefônica Pinhal S. A.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante da licença nº DG-53-4368-4409, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, importado pela Telefônica Pinhal S. A.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º O favor, de que trata o art. 1º, compreende o material já desembaraçado mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.685 — DE 21 DE
JUNHO DE 1965

Modifica a Lei nº 3.760, de 25 de abril de 1960, que concede a pensão especial de Cr\$ 40.000 (quarenta mil cruzeiros) à viúva e filhos de Senador Lameira Bittencourt.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 3.760, de 25 de abril de 1960, que concede a pensão especial de Cr\$ 40.000 (quarenta mil cruzeiros) mensais a Maria Urânia Araújo Bittencourt e seus 3 (três) filhos menores, transformado seu parágrafo único em § 1º, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 2º Perderá o direito à parte que lhe couber na pensão:

a) o filho ou filha que passar a perceber vencimentos ou salários dos cofres públicos federais, estaduais ou municipais, de órgão autárquico ou sociedade de economia mista;

b) o filho que atingir a maioridade civil, salvo se inválido;

c) a filha que se casar.

§ 3º Em caso de falecimento ou da perda da pensão prevista nas letras a, b e c do parágrafo anterior, a parcela respectiva reverterá à viúva, observada a condição estabelecida no parágrafo único do art. 2º da referida lei.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.686 — DE 21 DE JUNHO DE 1965

Acrescenta parágrafo ao art. 26 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei de Desapropriação por Utilidade Pública)

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O atual parágrafo único do art. 26 do Decreto-lei nº 3.365; de 21 de junho de 1941 (Lei de Desapropriação por Utilidade Pública) passará a ser o § 1º, acrescentando-se ao mesmo artigo a seguinte disposição:

“§ 2º Decorrido prazo superior a um ano a partir da avaliação, o Juiz ou o Tribunal, antes da decisão final, determinará a correção monetária do valor apurado”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.687 — DE 21 DE
JUNHO DE 1965

Dispõe sobre a aplicação do art. 7º da Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958, que trata do aforamento, pelo Poder Executivo, dos acrescidos de marinha resultantes de obras e das outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam excluídos das disposições do art. 7º da Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958, que trata do Fundo Portuário Nacional, da Taxa de

Melhoramentos de Portos e das outras providências, os terrenos acrescidos de marinha, situados na Praia do Cajá Estado da Guanabara, destinados às instalações da Ishikawajima do Brasil — Estaleiros S. A., de acordo com os elementos técnicos constantes do processo nº 92.798, de 1964, do Ministério da Fazenda.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

*Octávio Gouveia de Bulhões
Juarez Távora*

LEI Nº 4.688 — DE 21 DE
JUNHO DE 1965

Isenta de licença prévia, dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, donativos fornecidos através do Programa "Alimentos para a Paz"

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a isenção de licença prévia, dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para alimentos doados, através do Programa "Alimentos para a Paz", à Secretaria de Serviços Sociais do Estado da Guanabara, destinados à distribuição gratuita às populações desfavorecidas da Guanabara.

Art. 2º A isenção concedida abrange as mercadorias já desembarcadas mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.689 — DE 21 DE
JUNHO DE 1965

Isenta de imposto de importação até mil toneladas de placas de aço (slabs) importadas pela Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a isenção do imposto de importação para as 10 (dez) mil toneladas de placas de aço (slabs), constantes do certificado de cobertura cambial nº DG-64-1988 e aditivos ns. DG-64-1291 e DG-64-1241, emitidos pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A.,

importadas pela Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.690 — DE 21 DE
JUNHO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 36.221.047, a favor do Serviço Nacional dos Municípios — SENAM — subordinado ao Ministro de Estado Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 36.221.047 (trinta e seis milhões, duzentos e vinte e um mil e quarenta e sete cruzeiros), para ocorrer ao pagamento das despesas de custeio e pessoal do Serviço Nacional dos Municípios — SENAM — subordinado ao Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

Parágrafo único. O crédito a que se refere a presente Lei será registrado no Tribunal de Contas da União e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional, observado o disposto no art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.691 — DE 21 DE JUNHO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Xainxá do Irã.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Majestade o Xainxá do Irã.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Vasco da Cunha

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.692 — DE 21 DE JUNHO DE 1965

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um automóvel "Chevrolet Impala", de propriedade de Ieda Maria Vargas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para um automóvel "Chevrolet Impala", 2 portas, motor 41447 A 104403, série 1447, procedente

dos Estados Unidos da América do Norte, de propriedade de Ieda Maria Vargas.

Art. 2º O automóvel a que se refere o artigo anterior só poderá ser objeto de transação comercial depois de decorridos 2 (dois) anos, a contar da data de sua liberação alfandegária, em qualquer tempo, mediante pagamento de todos os impostos e taxas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.693 — DE 21 DE JUNHO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado Maior das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 650.189,50, para atender às despesas com o enquadramento de seu pessoal civil.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Estado Maior das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 650.189,50 (seiscentos e cinquenta mil, cento e oitenta e nove cruzeiros e cinquenta centavos), para atender ao pagamento da diferença de vencimentos e vantagens ao pessoal civil daquele Estado Maior, em face do Decreto nº 53.030, de 28 de novembro de 1963, que retificou o enquadramento de seus servidores.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata o presente artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.694 — DE 21 DE JUNHO DE 1965

Isenta a Fábrica Nacional de Motores S. A. de impostos federais e de outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É revigorada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir da data da publicação desta Lei, a isenção fiscal (impostos federais) a que se refere o § 2º do art. 5º do Decreto-lei nº 8.699, de 16 de janeiro de 1946, com exceção do imposto de renda.

Art. 2º Serão cancelados os débitos provenientes de quaisquer impostos federais, inclusive a título de multa existentes contra a Fábrica Nacional de Motores S. A., à data da publicação desta Lei, inclusive os que estiverem em fase de lançamento, e mesmo que os respectivos processos não tenham ainda sido julgados ou se encontrem em fase de julgamento administrativo ou judicial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.695 — DE 22 DE JUNHO DE 1965

Dispõe sobre a composição do Conselho Federal de Contabilidade e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Federal de Contabilidade compõe-se de, no mínimo, 9 (nove) membros e igual número de suplentes, todos brasileiros, profissionalmente habilitados na forma da legislação em vigor.

§ 1º a eleição de seus membros e respectivos suplentes será feita por delegados-eleitores, um para cada Conselho Regional, por este desig-

nado em reunião especialmente convocada.

§ 2º O Presidente será eleito pelo Conselho Federal dentre os seus membros, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleito, condicionada sempre a duração do período presidencial à do respectivo mandato como conselheiro.

§ 3º. A eleição, a que se refere o parágrafo 2º, far-se-á na primeira sessão imediata à posse do termo renovado.

Art. 2º Ao Conselho Federal de Contabilidade compete fixar o valor das anuidades, taxas, emolumentos e multas, devidas pelos profissionais e pelas firmas, aos Conselhos Regionais a que estejam jurisdicionados.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira

LEI Nº 4.696 — DE 22 DE JUNHO DE 1965

Amplia a isenção do imposto do selo concedida à firma Aços Finos Piratini S. A. pelo art. 5º da Lei número 3.972, de 13 de outubro de 1961.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A isenção do imposto do selo concedida à firma Aços Finos Piratini S. A., constante do art. 5º da Lei nº 3.972, de 13 de outubro de 1961, abrangerá todos os documentos por ela firmados, quer para sua organização interna, quer para obtenção de financiamentos, aquisição de materiais e equipamentos, execução de obras de engenharia e tudo que se fizer necessário à implantação e funcionamento do conjunto industrial, compreendendo as unidades principais e auxiliares de administração, nos Municípios de Porto Alegre e São Jerônimo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º A isenção concedida nesta Lei é extensiva aos documentos já firmados no interesse da citada Companhia, inclusive seus atos constitutivos e aumentos de capital, cancelando-se todos os procedimentos administrativos ou judiciais em andamento para a respectiva cobrança.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.697 — DE 22 DE JUNHO DE 1965

Dá nova redação ao § 2.º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O § 2.º do art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) passa a ter a seguinte redação.

“§ 2.º A contagem do tempo de efetivo serviço será feita em dias e o total apurado convertido em anos, sem arredondamento, deduzido os períodos não computáveis na forma do Estatuto dos Militares e desprezados os acréscimos previstos para a inatividade pela legislação vigente, exceto o tempo dobrado de serviço de campanha, que é considerado de efetivo serviço”.

Art. 2.º E' acrescentado ao art. 16 da citada lei o parágrafo que se segue:

“§ 4.º Para os fins deste artigo, o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal prestado anteriormente à Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, será considerado como de efetivo serviço, não dando direito, entretanto, à percepção de atrasados.”

Art. 3.º VETADO

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Paulo Bosisio

Arthur da Costa e Silva

Eduardo Gomes.

LEI Nº 4.698, ainda não foi publicado no Diário Oficial.

LEI Nº 4.699 — DE 28 DE
JUNHO DE 1965

Revigora o crédito autorizado pela Lei nº 4.271, de 24 de outubro de 1963, para abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à integralização da quota de participação da União na Sociedade de Economia Mista "Aços Finos Piratini", correspondente ao exercício de 1962.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica revigorada, para todos os efeitos, a autorização concedida, pela Lei nº 4.271, de 24 de outubro de 1963, ao Poder Executivo para abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à integralização da quota de participação da União na Sociedade de Economia Mista "Aços Finos Piratini S.A.", correspondente ao exercício de 1962.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.700 — DE 28 DE
JUNHO DE 1965

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (LABRE).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, aos materiais constantes da relação anexa, destinados à Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão — L.A.B.R.E. — consig-

nados a Hélio Pinto, vindos pelo vapor "Fortuna", entrado no porto de Recife a 25 de abril de 1964.

Art. 2º A isenção não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º

Relação dos materiais para rádio-amador, destinados à Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (L.A.B.R.E.), a que se refere o artigo 1º da lei:

1 receptor Hallicrafter — 1 transmissor Hallicrafter — 1 fonte modelo P-50.

1 microfone — 1 pé do microfone — 9 conectores — 2 plugs do microfone — 1 jogo de válvulas HT-44 — 1 cabo para TH-44 — 1 chave B&W para antena com um Knob — 44 resistências — 9 válvulas para HT-44 — 1 Relay para antena — 2 chaves para SR-150.

Item II

1 transmissor SR-150 com respectiva fonte P-150, 1 microfone D-104 com o pé — 1 chave de antena B-104 — 1 chave para antena — 1 vibroplex — 1 Relay para antena — 1 acoplador para 1.500 ohms — 10 plugs RCA para antena — 6 Amphenol para antena — 8 Amphenol PL-259, — 21 válvulas sobressalentes para o transmissor SR-150 — 44 resistências — 1 tubo de TV — 1 chave para antena — 100 metros de cabo para antena — 6 Amphenol UR para antena.

Item III

1 motor de antena HAM-M — 1 acoplador para linha de 500 ohms — 1 chave para antena com Knob — 1 Relay de antena — 1 transmissor SR-150 com a respectiva fonte para AC e outra para DC — 21 válvulas sobressalentes para o SR-150 — 1 microfone D-104 com o pé — 4 conectores para microfones — uma antena modelo A-161 móvel — 3 pertences para antena modelos H-210, H-206 e H-208 — 1 motor de antena — 1 VR-1000/7-Heath AA/151, 23 watts — 1 Garrard tipo A.

LEIS Ns. 4.701 a 4.710, ainda não foram publicadas no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.711 — DE 29 DE
JUNHO DE 1965

Estende aos remanescentes ou reformados da extinta Polícia Militar do antigo Território do Acre as disposições da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, que institui o novo Código de Vencimentos dos Militares.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 184, da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, que institui

o novo Código de Vencimentos dos Militares, é acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 3º As disposições deste Código são extensivas aos remanescentes ou reformados da extinta Polícia Militar do antigo Território do Acre.

§ 4º Vetado”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

APENSO

No "Apenso" dos Volumes da "Coleção das Leis" figurarão:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 4.449 — DE 29 DE
OUTUBRO DE 1964

(Publicado no D.O. de 1-4-65)

Retificação

Na página 3.321, 1.ª coluna, onde se lê: ... Lei nº 4.449 — de 29 de outubro de 1964 ... Leia-se: ... Lei nº 4.449 — de 29 de outubro de 1964 ... No art. 1º, parágrafo 5º, onde se lê: ... nos mesmos níveis que ocupavam nos Quadros ... Leia-se: ... nos mesmos níveis que ocupavam nos Quadros ...

LEI Nº 4.493 — DE 24 DE
NOVEMBRO DE 1964

Regula processamento de aposentadoria e do montepio dos magistrados remunerados pela União e dá outras providências.

(Publicada no D.O. de 30.11.64 e retificada no D.O. de 16.12.64)

Retificação

Na página 11.510, 1ª coluna, onde se lê: (Publicado no D.O. de 30.11.61), Leia-se: (Publicada no D.O. de 30.11.1964)

LEI Nº 4.503 — DE 30 DE
NOVEMBRO DE 1964

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 3º, do art. 70, da Constituição Federal, as seguintes partes da Lei nº 4.503 de 30 de novembro de 1964, que institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro-geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e dá outras providências.

Art. 19. Visando à fiscalização das mercadorias estrangeiras em qualquer ponto do País, a Diretoria das Renditas Aduaneiras, do Ministério da Fazenda, organizará, dentro de 120 (cento e vinte) dias, um Serviço de âmbito nacional, constituído, exclusivamente, de Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, lotados nas repartições aduaneiras.

§ 1º Os autos de infração referentes a fraudes e contra os direitos aduaneiros serão da competência exclusiva dos Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro.

§ 2º As características de classe da série de Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, de que trata a Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, no Anexo I, passam a ter a mesma disposição das demais séries de Agentes Fiscais do Ministério da Fazenda, mantendo-se as lotações atuais das repartições aduaneiras.

Brasília, 29 de abril de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.504 — DE 30 DE NOVEMBRO
DE 1964

Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

Publicada no *Diário Oficial* de 30 de novembro de 1964 (Suplemento) e retificada no de 17.12.64.

Retificação

Na pag. 49, no item a do § 2.º do art. 2.º, onde se lê:

... útil, de preferência ...

Leia-se:

... útil, de preferência ...

No art. 3.º, onde se lê:

... condomínio, que sob a forma...

Leia-se:

... condomínio, quer sob a forma...

Na letra a, item V, do art. 4.º, onde se lê:

a) exceda à dimensão ...

Leia-se:

a) exceda a dimensão ...

Na pag. 50, no art. 10, onde se lê:

... visando o desenvolvimento ...

Leia-se:

... visando ao desenvolvimento ...

Na pag. 51, no item II do art. 28, onde se lê:

... da recita tributária da União;

Leia-se:

... da receita tributária da União;

No § 1.º, item III do art. 37, onde se lê:

... subordinado à Presidência.

Leia-se:

... subordinado à Presidência da República.

Na pag. 52, na letra b do § 1.º do art. 46, onde se lê:

b) dos limites permitidos ...

Leia-se:

b) dos limites máximos permitidos ...

No mesmo § 1.º, onde se lê:

§ 1.º Nas áreas ... serão complementadas as fichas ...

Leia-se:

§ 1.º Nas áreas ... serão complementadas as fichas ...

No item VI do art. 49, onde se lê:

VI — a área ... suas firmas de uso ...

Leia-se:

VI — a área ... suas formas de uso ...

Na pag. 55, no art. 78, onde se lê:

... preparação e capitalização de pessoal ...

Leia-se:

... preparação e capacitação de pessoal ...

No parágrafo 4.º do art. 79, onde se lê:

... assistência creditária, tal participação ...

Leia-se:

... assistência creditícia, tal participação ...

No art. 82, onde se lê:

... aos parceiros e demais cooperados ...

Leia-se:

... aos parceiros e demais cooperados ...

No item IV do art. 95, na pag. 56, onde se lê:

... devendo o proprietário ... vencimento do contrato. ...

Leia-se:

... devendo o proprietário ... vencimento do contrato, ...

Na pag. 57, no § 1.º do art. 107, onde se lê:

... interpostos quanto

Leia-se:

... interpostos contra ...

No § 2.º do mesmo artigo, onde se lê:

§ 2.º Os litígios às relações ...

Leia-se.

§ 2.º Os litígios relativos às relações ...

Na pag. 58, no art. 125, onde se lê:

... objetivo mediato de eliminar...

Leia-se:

... objetivo imediato de eliminar...

LEI Nº 4.533 — DE 8 DE
DEZEMBRO DE 1964

Altera a Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que criou o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências.

(Publicado no D.O. de 15-12-64 e retificada no de 15-12-64)

Retificação

Na pág. 11.442, no art. 4º, onde se lê: ... trabalho e promoverá ... —
Leia-se: ... trabalho e proverá ...

LEI Nº 4.555 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos na Refinaria de Petróleo de Manquinhos S.A., para instalação e manutenção de sua Refinaria em Manquinhos, no Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal.

(Publicado no D.O. de 16-12-64)

Retificação

Na página 11.509, 1.ª coluna,

Onde se lê:

Brasília 14 de dezembro de 1964...

Leia-se:

Brasília, 10 de dezembro de 1964; ...

LEI Nº 4.557 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Dispõe sobre a marcação de volumes para exportação e dá outras providências.

(Publicado no D.O. de 16-12-64)

Retificação

Na página 11.509, 2.ª coluna, na ementa, onde se lê:

... Dispõe sobre a marcação de volumes ...

Leia-se:

... Dispõe sobre a marcação de volumes ...

LEI Nº 4.592 — DE 29 DE DEZEMBRO
DE 1964

Aprova o Plano Nacional de Viação

(Publicada no Diário Oficial de 31 de dezembro de 1964 (Suplementor) e retificada no de 4-2-65).

Retificação

Na pág. 2, 1.ª coluna, no Código 1.4 — Rodovias Diagonais, onde se lê:

... Luiz Corrêa-Piripiri-Terezina-
Floriano-Bertolina — ... 574

Leia-se:

... Luiz Corrêa-Piripiri-Terezina-
Floriano-Bertolina ... 751

Na 2.ª coluna, onde se lê:

374. Presidente Wenceslau-Ouri-
nhos-Iraré — ...

Leia-se:

374. Presidente Wenceslau-Ori-
nhos-Avaré — ...

Na pág. 4, 2.ª coluna, no código 3.2 — Porots Fluviais, em seguida às expressões:

Rio 18. Boa Vista 3.ª

Exclua-se o seguinte:

Bacia Hidrográfica — Via Fluvial —
Trecho Navegável — Extensão km

LEI Nº 4.601 — DE 3 DE MARÇO
DE 1965

Concede isenção de impostos de importação e de consumo, taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares, para um automóvel com transmissão automática a ser adquirido pelo Engenheiro da Petrobrás, Florivaldo Freire de Faria, tornado inválido em consequência de acidente sofrido em serviço.

(Publicada no D.O. de 5-3-1965)

Retificação

Na 1.ª página, 2.ª coluna, nas assinaturas,

Onde se lê:

...H. Castello Branco

Otávio Gouveia de Bulhões.

Leia-se:

H. CASTELLO BRANCO
Vasco da Cunha

Otávio Gouveia de Bulhões...

LEI Nº 4.609 — DE 31 DE
MARÇO DE 1965

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal de Secretaria e Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal; e dá outras providências.

Retificação

Na página 3.321, 4.^a coluna, no preâmbulo, onde se lê: ... a Constituição Federal, a seguinte Lei: O Congresso Nacional decreta: ...

Leia-se, apenas: ... da Constituição Federal, a seguinte Lei: ...

LEI Nº 4.610 — DE 31 DE
MARÇO DE 1965

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região e dá outras providências.

(Publicada no D.O. de 1-4-65)

Retificação

Na página 3.322, 2.^a coluna, no preâmbulo, onde se lê: ... nos termos do § 8º, do art. 70, ... Leia-se: ... nos termos do § 3º, do art. 70, ... Na 3.^a coluna, onde se lê: ... PJ-5 ... 17.000 ... Leia-se: ... PJ-5 ...

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes II e IV, de 1965, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

ACORDOS

A PIRATININGA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS E ACIDENTES DO TRABALHO

Aprova alteração introduzida nos Estatutos de A Piratininga Companhia Nacional de Seguros Gerais e Acidentes do Trabalho, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.142 — de 27 de abril de 1965.

A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, SOCIEDADE MÚTUA DE SEGUROS GERAIS

Autoriza "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil", Sociedade Mútua de Seguros Gerais, sob intervenção do Governo Federal, a aumentar o "Fundo" de que trata o Decreto-lei número 2.063, de 7 de março de 1940, e dá outras providências.

Lei nº 4.679 — de 16 de junho de 1965.

AÇÃO REGRESSIVA

Dispõe sobre a ação regressiva da União contra seus Agentes.

Lei nº 4.619. — de 28 de abril de 1965.

ACORDO GERAL DE TARIFAS ADUANEIRAS (GATT)

Manda executar os Protocolos de Negociações Tarifárias realizadas com a Austria, Austrália, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, Japão e Suécia, no Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT).

Decreto nº 55.885 — de 31 de março de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de acôrdo, de 28 de maio de 1954, celebrado entre o Governo da União e o Estado da Bahia.

Decreto Legislativo nº 13, de 1965.

Aprova o texto do Acôrdo de Co-operação no Campo das Utilizações Pacíficas da Energia Atômica, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Comunidade Européia de Energia Atômica (EURATOM), firmado em Brasília, a 9 de de julho de 1961.

Decreto Legislativo nº 42, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 5 de abril de 1954, aditivo ao acôrdo celebrado em 7 de agosto de 1951, entre o Governo da União e o Estado de Goiás.

Decreto Legislativo nº 45, de 1965.

Aprova o Acôrdo sobre Privilégios e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica.

Decreto Legislativo nº 56, de 1965.

Mantém o ato, de 5 de novembro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 10 de março de 1954, aditivo ao acôrdo de 15 de abril de 1952, celebrado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais.

Decreto Legislativo nº 57, de 1965.

Promulga o Acôrdo Cultural com a Bélgica.

Decreto nº 56.368 — de 27 de maio de 1965.

ACÓRDOS

Promulga o Acôrdio sôbre Serviço Militar com a Itália.

Decreto nº 56.417 — de 4 de junho de 1965.

Reconhece como nulos os acôrdos coletivos que menciona.

Decreto nº 56.420 — de 4 de junho de 1965.

ADITIVOS QUÍMICOS

Modifica o Decreto nº 50.040, de 24 de janeiro de 1961, referente a normas reguladoras do emprêgo de aditivos para alimentos, alterado pelo Decreto nº 691, de 13 de março de 1962.

Decreto nº 55.871 — de 26 de março de 1965.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 539.000.000 (quinhentos e trinta e nove milhões de cruzeiros) para ocorrer a despesas com o pagamento de diferenças salariais dos servidores do Porto do Rio de Janeiro.

Lei nº 4.626 — de 13 de maio de 1965.

Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, à Administração do Porto do Rio de Janeiro, do terreno que menciona situado no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.937 — de 19 de abril de 1965.

Dispõe sôbre o horário de trabalho para o pessoal da Polícia Portuária da Administração do Porto do Rio de Janeiro (APRJ).

Decreto nº 56.502 — de 24 de junho de 1965.

AERONÁUTICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial no valor de Cr\$ 15.480.000.000 (quinze bilhões quatrocentos e oitenta milhões de cruzeiros), para cobrir a diferença nas aquisições cambiais para a importação de material aeronáutico.

Lei nº 4.650 — de 31 de maio de 1965.

AERONÁUTICA

Altera o art. 4º da Lei nº 2.331, de 7 de janeiro de 1955, que fixa os efetivos das Forças Armadas em tempo de paz.

Lei nº 4.653 — de 31 de maio de 1965.

Regula o emprêgo da Segunda Esquadilha de Ligação e Observação.

Decreto nº 56.119 — de 27 de abril de 1965.

Regula o emprêgo do 1º Grupo de Aviação Embarcada, estruturado pelo Decreto nº 40.859, de 6 de fevereiro de 1957 e dá outras providências.

Decreto nº 56.309 — de 21 de maio de 1965.

Modifica a distribuição do ensino da Escola de Especialistas da Aeronáutica, nos Cursos de Formação de Sargentos.

Decreto nº 56.516 — de 28 de junho de 1965.

Ver, também: *Ministério da Aeronáutica.*

AEROPORTOS — Ver: *Ministério da Aeronáutica.*

AFORAMENTO — Ver, também, *Terrenos de Marinha.*

AGAVE

Fixa os preços básicos mínimos relativos à safra 1965-66, para a fibra do agave ou sisal, de produção nacional.

Decreto nº 56.290 — de 17 de maio de 1965.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA

Aprova o Acôrdio sôbre Privilégios e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica.

Decreto Legislativo nº 56, de 1965.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Geraímo Bernardi a pesquisar água mineral no município de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.938 — de 22 de abril de 1965.

AGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Jacob Algayer a lavar água mineral, no município de Cornélio Procopio — Estado do Paraná.

Decreto nº 56.016 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Barquet Sarian a pesquisar água mineral, no município de Palestina, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.020 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Chrystallino Bernardino da Costa a pesquisar água mineral, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás.

Decreto nº 56.040 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Jamil Jorge a pesquisar água mineral, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.055 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Vicente de Paula Pinto a pesquisar água mineral, no Distrito Federal.

Decreto nº 56.112 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Carmino Ricci a pesquisar água mineral, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.156 — de 27 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Affonso Moreira Temporal a pesquisar água mineral, no Município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia.

Decreto nº 56.399 — de 3 de junho de 1965.

AGUAS PÚBLICAS

Declara públicas, de uso comum, as águas dos cursos d'água que especifica.

Decreto nº 55.997 — de 23 de abril de 1965.

AGUAS PÚBLICAS

Declara públicas, de uso comum, as águas do curso d'água que especifica.

Decreto nº 56.062 — de 26 de abril de 1965.

Declara públicas, de uso comum, as águas do curso d'água que especifica.

Decreto nº 56.101 — de 26 de abril de 1965.

Ver, também, o nome do Estado a cujo domínio são submetidas.

AJUSTES

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de ajuste celebrado, aos 24 de novembro de 1958, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma S.T.E.C.O. — Serviços Técnicos de Engenharia e Comércio Ltda.

Decreto Legislativo nº 26 — de 1965.

ALFANDEGAS

Permite a consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro.

Lei nº 4.264 — de 13 de maio de 1955.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 39.412.700, destinado a atender às despesas com o prosseguimento das obras da Alfândega de Itajaí, Santa Catarina.

Lei nº 4.681 — de 21 de junho de 1965.

Acrescenta um parágrafo ao artigo 9º do Decreto nº 55.813, de 8 de março de 1965.

Decreto nº 55.901 — de 7 de abril de 1965.

ALGODÃO

Altera os arts. 1º e 2º do Decreto nº 53.791, de 20-3-64, que dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo Especial de Fomento e Defesa da Economia Algodoeira.

Decreto nº 56.438 — de 8 de junho de 1965.

ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza a alienação do imóvel da União que menciona, situado no Estado da Guanabara.

Lei nº 4.616 — de 15 de abril de 1965.

ALIMENTOS PARA A PAZ

Isenta de licença prévia, dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, donativos fornecidos através do Programa "Alimentos para a Paz".

Lei nº 4.638 — de 21 de junho de 1965.

AMAZÔNIA

Retifica o Decreto nº 54.040, de 23 de julho de 1964, que aprova o enquadramento do pessoal da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Decreto nº 56.265 — de 6 de maio de 1965.

AMIANTO

Autoriza o cidadão brasileiro Hélio Moutinho a pesquisar minério de níquel e amianto, no município de Pontalina, Estado de Goiás.

Decreto nº 56.345 — de 21 de maio de 1965.

ANHANGUERA COMPANHIA DE SEGUROS

Concede à Anhanguera Companhia de Seguros autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 56.041 — de 26 de abril de 1965.

ARANHA S. A. — ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

Concede à Aranha S. A. — Engenharia e Construções autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.985 — de 22 de abril de 1965.

AREIA QUARTZOSA

Declara caduco o Decreto nº 49.503, de 12 de dezembro de 1960.

Decreto nº 56.049 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Henry Jafet a pesquisar areia quartzosa, no Município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.099 — de 26 de abril de 1965.

ARENITO BETUMINOSO

Declara caduca a autorização outorgada pelo Decreto nº 24.258, de 29 de dezembro de 1947, à Companhia Itatig, Petróleo, Asfalto e Mineração, para lavrar jazida de arenito betuminoso — classe IX, no Município de Guareí, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.192 — de 29 de abril de 1965.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro João de Augustinis a pesquisar argila, no Município de Itaci, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.008 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Osmar Carvalho a pesquisar argila no Município de São Simão, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.011 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Avelino da Silva Oliveira a pesquisar argila e diatomita, no Município de Pôrto Ferreira, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.159 — de 27 de abril de 1965.

Autoriza Carmonita Ltda. a pesquisar argila, nos Municípios de Carmo do Paranaíba e Lagoa Formosa, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.398 — de 3 de junho de 1965.

ARGILA

Autoriza Carmonita Ltda. a pesquisar argila, no Município de Carmo do Paranaíba, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.455 — de 9 de junho de 1965.

ARMADA — Ver, Ministério da Marinha

ASILO TERRITORIAL

Promulga a Convenção sobre Asilo Territorial.

Decreto nº 56.929 — de 14 de abril de 1965.

ASSISTENCIA MÉDICA

Dispõe sobre a prestação de assistência médica pelas autarquias que menciona.

Decreto nº 55.892 — de 1º de abril de 1965.

ASSISTENCIA MÉDICO-HOSPITALAR

Isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar.

Lei nº 4.677 — de 16 de junho de 1965.

ASSOCIAÇÕES

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Metais, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.011 — de 17 de novembro de 1964.

Declara de utilidade pública a Associação Paulista da Igreja Adventista do Sétimo Dia, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.346 — de 21 de maio de 1965.

ATLÂNTICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Atlântica Companhia Nacional de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 55.369 — de 31 de dezembro de 1964.

ATO INSTITUCIONAL

Concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedades de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências.

Lei nº 4.656 — de 2 de junho de 1965.

AUTARQUIAS

Lei nº 4.449 — de 29 de outubro de 1964.

Concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedades de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências.

Lei nº 4.656 — de 2 de junho de 1965.

Dispõe sobre a prestação de assistência médica pelas autarquias que menciona.

Decreto nº 55.892 — de 1º de abril de 1965.

Dispõe sobre a venda dos imóveis, mencionados nos §§ 3º e 4º do artigo 65, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964; regulamenta a venda e a administração dos imóveis em Brasília; define o Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 43.285, de 25-2-1958, como órgão federal de desenvolvimento regional, integrando-o no sistema financeiro da habitação e dá outras providências.

Decreto nº 55.955 — de 20 de abril de 1965.

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que especifica.

Decreto nº 56.164 — de 28 de abril de 1965.

Dispõe sobre a execução do Decreto nº 55.185, de 10 de dezembro de 1964.

Decreto nº 56.358 — de 25 de maio de 1965.

AUTARQUIA

Dispõe sobre a execução do parágrafo único do art. 23 da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964.

Decreto nº 56.359 — de 26 de maio de 1965.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros) para os fins que especifica.

Decreto nº 55.491 — de 18 de junho de 1965.

Altera dispositivos do Decreto número 52.464, de 12 de setembro de 1964.

Decreto nº 56.120 — de 27 de abril de 1965.

AVES E OVOS.

Dispõe sobre a importação de aves e ovos para reprodução, e dá outras providências.

Decreto nº 55.931 — de 22 de abril de 1965.

B**BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S. A.**

Indica os estabelecimentos bancários da União para fins do disposto no art. 9º, letra e, da Lei nº 2.168, de 11 de janeiro de 1954.

Decreto nº 56.230 — de 30 de abril de 1965.

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 397.246.024 (trezentos e noventa e sete milhões duzentos e quarenta e seis mil e vinte e quatro cruzeiros), para atender as despesas que especifica.

Decreto nº 55.970 — de 20 de abril de 1965.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA

Concede à sociedade estrangeira Banco de La Nación Argentina autorização para aumentar o seu capital.

Decreto nº 55.939 — de 19 de abril de 1965.

BANCO DO BRASIL S. A.

Determina o registro do contrato celebrado, em 13 de janeiro de 1960, entre a União Federal e o Banco do Brasil.

Decreto Legislativo nº 58, de 1965.

Indica os estabelecimentos bancários da União para fins do disposto no art. 9º, letra e, da Lei nº 2.168, de 11 de janeiro de 1954.

Decreto nº 56.230 — de 30 de abril de 1965.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SOCIEDADE ANÔNIMA

Indica os estabelecimentos bancários da União para fins do disposto no art. 9º, letra e, da Lei nº 2.168, de 11 de janeiro de 1954.

Decreto nº 56.230 — de 30 de abril de 1965.

BANCO ÍTALO BELGA S. A.

Concede à sociedade estrangeira Banco Ítalo Belga S. A. autorização para aumentar o seu capital.

Decreto nº 55.940 — de 19 de abril de 1965.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Indica os estabelecimentos bancários da União para fins do disposto no art. 9º, letra e, da Lei nº 2.168, de 11 de janeiro de 1954.

Decreto nº 56.230 — de 30 de abril de 1965.

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Dispõe sobre a venda dos imóveis mencionados nos §§ 3º e 4º do artigo 65, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964; regulamenta a venda e a administração dos imóveis em Brasília; define o Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 43.285, de 25 de fevereiro de 1958, como órgão federal de desenvolvimento regional, integrando-o no sistema financeiro baritina, no Município de Macaúbas, cias.

Decreto nº 55.955 — de 20 de abril de 1965.

BARITINA

Autoriza o cidadão brasileiro Iveraldo Pio de Azevedo a pesquisar baritina, no município de Macaúbas, Estado da Bahia.

Decreto nº 56.153 — de 27 de abril de 1965.

BAUXITA

Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a pesquisar bauxita e leucita no município de Andradás, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.231 — de 2 de setembro de 1964.

Autoriza Bauxita Santa Rita Limitada — Bauxita — a pesquisar bauxita, no município de Juriti, Estado do Pará.

Decreto nº 55.975 — de 22 de abril de 1965.

Autoriza Bauxita Santa Rita Limitada — Bauxita — a pesquisar bauxita, no município de Juriti, Estado do Pará.

Decreto nº 55.976 — de 22 de abril de 1965.

Autoriza Alumínio Minas Gerais Sociedade Anônima a pesquisar bauxita, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.983 — de 22 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro José da Silva Gomes a pesquisar bauxita, no município de Lages, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.034 — de 23 de abril de 1965.

BENS CULTURAIS

Promulga os Estatutos do Centro de Estudos para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais.

Decreto nº 56.275 — de 10 de maio de 1965.

BORRACHA SINTÉTICA

Dispõe sobre a distribuição e a venda direta de borracha sintética, cria Grupo de Trabalho para exame da política nacional da borracha e dá outras providências.

Decreto nº 56.490 — de 13 de junho de 1965.

C

CADASTRO GERAL DE PESSOAS JURÍDICAS

Institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e dá outras providências.

Lei nº 4.503 — de 29 de novembro de 1964.

CAFÉ

Aprova o Regulamento de Embarques para a safra de café de 1965/1966.

Decreto nº 55.458 — de 12 de junho de 1965.

CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA

Determina o registro do contrato celebrado, em 13 de janeiro de 1960, entre a União Federal e o Banco do Brasil.

Decreto Legislativo nº 58, de 1965.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Aprova o sistema de classificação de cargos da Caixa Econômica Federal do Ceará.

Decreto nº 55.860 — de 24 de março de 1965.

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Ceará.

Decreto nº 55.946, de 19 de abril de 1965.

Aprova os Orçamentos das Caixas Econômicas Federais do Maranhão, de Santa Catarina, de Mato Grosso, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.173, de 29 de abril de 1965.

CALCARIO

Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Corrêa a lavar calcário, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 55.991 — de 22 de abril de 1965.

Autoriza a SACOMEX — Companhia Extrativa de Calcários a pesquisar calcário, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 56.003 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Felício Tozzo a pesquisar calcário, no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.026 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza a Companhia de Cimento Portland Maringá a lavar calcário, no Município de Itapeva, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.032 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Brasil Melchior a pesquisar calcário, no Município de Eldorado Paulista, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.039 — de 26 de abril de 1965.

Renova o Decreto n.º 2.141, de 22 de janeiro de 1963.

Decreto n.º 56.344 — de 21 de maio de 1965.

CALCITA

Autoriza o cidadão brasileiro Ivo Felisberto de Souza a pesquisar mármore e calcita no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 56.105 — de 26 de abril de 1965.

CALCITA

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Soares Figueiredo a pesquisar mármore, calcita e pedras semipreciosas, no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 56.343 — de 21 de maio de 1965.

CALINCO — CALCÁRIO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADA

Concede a "Calinco" — Calcário, Indústria e Comércio Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 56.054 — de 26 de abril de 1965.

CAMPANHA DE CANUDOS

Concede pensão mensal especial aos voluntários e militares que prestaram serviço de guerra na Campanha de Canudos e dá outras providências.

Lei n.º 4.615 — de 15 de abril de 1965.

CAMPANHA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

Extingue a campanha de Eletrificação Rural, instituída pelo art. 59 do Decreto n.º 52.342, de 8 de agosto de 1963, e dá outras providências.

Decreto n.º 55.992 — de 22 de abril de 1965.

CAMPANHA DE FORMAÇÃO DE GEÓLOGOS

Incorpora os Cursos de Campanha de Formação de Geólogos a Universidade Federais e dá outras providências.

Lei n.º 4.618 — de 15 de abril de 1965.

CARREGADOR

Dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens em portos do País e dá outras providências.

Lei n.º 4.637 — de 20 de maio de 1965.

CARVÃO

Autoriza o cidadão brasileiro Custódio Netto Junior a pesquisar carvão, no município de São Félix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 56.028 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Custódio Netto Júnior a pesquisar carvão no município de São Félix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 56.029 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Custódio Netto Junior a pesquisar carvão, no município de São Félix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 56.030 — de 23 de abril de 1965.

Exclui do sistema de retribuição instituído pelo Decreto nº 55.090, de 28 de novembro de 1964, o Conselho Deliberativo da Comissão do Plano do Carvão Nacional — (CPCAN).

Decreto nº 56.447 — de 9 de junho de 1965.

CASA DO PEQUENO OPERÁRIO

Declara de utilidade pública a "Casa do Pequeno Operário", com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.484 — de 18 de junho de 1965.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro João Marques Paes Filho a pesquisar cassiterita no município de Labrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 56.005 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro João Marques Paes Filho a pesquisar cassiterita no município de Labrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 56.006 — de 23 de abril de 1965.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro João Marques Paes Filho a pesquisar cassiterita no município de Labrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 56.018, de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro João Marques Paes Filho a pesquisar cassiterita no município de Labrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 56.037 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro João Marques Paes Filho a pesquisar cassiterita no Município de Labrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 56.109 — de 28 de abril de 1965.

Autoriza a Cia. Desenvolvimento de Indústrias Mineraiis (CODIM) a pesquisar cassiterita e minérios de tântalo, no Município de Nazareno, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.117 — de 28 de abril de 1965.

Renova o Decreto nº 51.247, de 24 de agosto de 1961.

Decreto nº 56.167 — de 28 de abril de 1965.

Declara caduco o Decreto nº 1.216, de 30 de julho de 1952.

Decreto nº 56.231 — de 30 de abril de 1965.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Rubens Navarro Hurtado a pesquisar caulim no Município de Caieiras, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.987 — de 22 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Teófilo Carneiro Baião a pesquisar caulim, no Município de Ubá, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.017 — de 23 de abril de 1965.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Hiroguki Morikawa a pesquisar caulim no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.025 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Altamirando de Barros a lavar minério de ferro e caulim, no Município de Piracicaba, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 56.044 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Mingone a pesquisar caulim, no Município de Itapeperica da Serra, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.098 — de 26 de abril de 1965.

Retifica o art. 1.º do Decreto número 53.122, de 10 de dezembro de 1963.

Decreto n.º 56.123 — de 27 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Francisco Coelho a pesquisar caulim, no Município de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 56.150 — de 27 de abril de 1965.

Autoriza Peretra & Alves Limitada a pesquisar talco e caulim, no Município de Iguape, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.151 — de 27 de abril de 1965.

CENSO HOSPITALAR

Dá nova redação ao art. 2.º do do Decreto nº 35.643, de 27 de janeiro de 1965.

Decreto n.º 56.260 — de 5 de maio de 1965.

CENTRAIS ELÉTRICAS
BRASILEIRAS S.A. — ELETROBRÁS

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000.000, para atender às despesas que especifica.

Decreto n.º 55.957 — de 20 de abril de 1965.

CENTRAIS ELÉTRICAS
MATOGROSSENSE S.A.

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para os maquinismos e materiais importados pela "CEMAT" — Centrais Elétricas Matogrossense S. A., e dá outras providências.

Lei n.º 4.642 — de 31 de maio de 1965.

CENTRO DE ESTUDOS PARA A
CONSERVAÇÃO E A RESTAU-
RAÇÃO DOS BENS CULTU-
RAIS

Promulga os Estatutos do Centro de Estudos para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais.

Decreto n.º 56.275 — de 10 de maio de 1965.

CESSÃO DE IMÓVEIS DA UNIAO

Autoriza a cessão gratuita, à Cruzada pela Infância do Leme, do Terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 54.672 — de 29 de outubro de 1964.

Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, à Administração do Porto do Rio de Janeiro do terreno que menciona situado no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 55.937 — de 19 de abril de 1965.

Autoriza a cessão, sob a forma da utilização gratuita, do terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 56.279 — de 13 de maio de 1965.

CIA. TAMANDUÁ MINERADORA
CITAM

Concede à Cia. Tamandua Mineradora Citam autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 56.168 — de 28 de abril de 1965.

CINEMA

Concede isenção de tributos para importação de bens, e dá outras providências.

Lei nº 4.622 — de 3 de maio de 1965

Dispõe sobre a obrigatoriedade da exibição de filmes brasileiros a que se refere o Decreto nº 52.745, de 24 de outubro de 1963.

Decreto nº 56.499 — de 21 de junho de 1965.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Aprova o sistema de classificação de cargos da Caixa Econômica Federal do Ceará.

Decreto nº 55.360 — de 24 de março de 1965.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Altera o art. 64 do Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 13 de setembro de 1939).

Lei nº 4.632 — de 18 de maio de 1965.

Modifica o inciso IV do art. 342, do Decreto-lei nº 1.608, de 13 de setembro de 1939 (Código de Processo Civil).

Lei nº 4.672 — de 12 de junho de 1965.

Aplica aos bens penhorados em execuções fiscais as normas de impenhorabilidade do art. 942 do Código de Processo Civil.

Lei nº 4.673 — de 15 de junho de 1965.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES

Estende aos remanescentes ou reformados da extinta Polícia Militar do antigo Território do Acre as disposições da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, que institui o novo Código de Vencimentos dos Militares.

Lei nº 4.711 — de 29 de junho de 1965.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES

Dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

Lei nº 46.897 — de 22 de junho de 1965.

Dá nova redação à alínea d) inciso II, do Art. 1º do Decreto nº 54.466, de 14 de outubro de 1964.

Decreto nº 55.881 — de 30 de março de 1965.

Regula o pagamento de vencimentos, indenizações e demais direitos aos integrantes do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBPAC).

Decreto nº 56.373 — de 27 de maio de 1965.

CÓDIGO PENAL

Modifica as normas processuais dos crimes previstos nos arts. 121 parágrafo 6º do Código Penal.

Lei nº 4.611 — de 2 de abril de 1965.

COLEGIO NAVAL

Altera o Regulamento para o Colégio Naval, aprovado pelo Decreto nº 50.056, de 25-1-61.

Decreto nº 56.267 — de 6 de maio de 1965.

COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Inclui funções gratificadas na Secretaria da Comissão de Classificação de Cargos.

Decreto nº 56.095 — de 26 de abril de 1965.

COMISSÃO DO FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

Aprova os Orçamentos da Superintendência Nacional do Abastecimento e da Comissão do Financiamento da Produção.

Decreto nº 56.429 — de 8 de junho de 1965.

COMISSÃO DO PLANO DO CAR- VAO NACIONAL — Ver: CAR- VAO

COMISSÃO NACIONAL DE ALI- MENTAÇÃO

Isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os gêneros, mercadorias e equipamentos doados ou importados para a Comissão Nacional de Alimentação quer por organizações internacionais, quer por governos estrangeiros.

Lei nº 4.660 — de 2 de junho de 1965.

COMISSÃO NACIONAL DE ENER- GIA NUCLEAR

Autoriza a admissão de Prospectores na Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências.

Decreto nº 56.517 — de 28 de junho de 1965.

COMISSÕES

Altera a composição da Comissão Brasileira do Decênio Hidrológico Internacional.

Decreto nº 55.884 — de 31 de março de 1965.

Institui Comissão Internacional para estudar e propor a reformulação do sistema de prevenção e repressão das infrações contra a Fazenda Nacional.

Decreto nº 56.015 — de 23 de abril de 1965.

Dá nova organização e designação à Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás).

Decreto nº 56.465 — de 15 de junho de 1965.

COMPANHIA ABASTECEDORA DE MINÉRIOS "CIAMI"

Concede à Companhia Abastecedora de Minérios "Ciami", autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.157 — de 27 de abril de 1965.

COMPANHIA BANDEIRANTES DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Bandeirante de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.203 — de 30 de abril de 1965.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS (COBAL)

Cria na Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) o Fundo para Melhoria da Distribuição de Gêneros Alimentícios e dá outras providências.

Decreto nº 55.898 — de 7 de abril de 1965.

COMPANHIA BRASÍLIA DE SEGU- ROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Brasília de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 55.952 — de 20 de abril de 1965.

COMPANHIA CEARÁ DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Ceará de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.129 — de 27 de abril de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.094 — de 26 de abril de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS MARI- TIMOS E TERRESTRES, GA- RANTIA.

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres, Garantia, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.581 — de 18 de janeiro de 1965.

**COMPANHIA DE SEGUROS
MARÍTIMOS E TERRESTRES,
GARANTIA**

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres, Garantia, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.681 — de 1 de fevereiro de 1965.

**COMPANHIA DE SEGUROS RIO
BRANCO**

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Rio Branco, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 54.631 — de 27 de outubro de 1964.

COMPANHIA ELÉTRICA CAIUA'

Autoriza a Companhia Elétrica Caiuá a vender equipamentos.

Decreto nº 56.086 — de 26 de abril de 1965.

**COMPANHIA INDUSTRIAL
FLUMINENSE**

Concede à Companhia Industrial Fluminense autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.093 — de 26 de abril de 1965.

**COMPANHIA INDUSTRIAL
FLUMINENSE (CIM)**

Concede à Companhia Industrial Maranhense (CIM) autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.013 — de 23 de abril de 1965.

**COMPANHIA NACIONAL DE
ALCALIS**

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 24.200.000.000 (vinte e quatro bilhões e duzentos milhões de cruzeiros), para atender às despesas que especifica.

Decreto nº 56.185 — de 29 de abril de 1965.

**COMPANHIA NACIONAL DE
NAVEGAÇÃO COSTEIRA**

Autoriza o cancelamento do débito do espólio de Codrato de Vilhena, antigo Diretor-Gerente da Companhia Nacional de Navegação Costeira, incorporada ao Patrimônio Nacional.

Lei nº 4.675 — de 15 de junho de 1965.

**COMPANHIA NACIONAL DE
SEGURO AGRÍCOLA**

Aprova o Quadro Geral de Acionistas da Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

Decreto nº 55.899 — de 7 de abril de 1965.

Abre, pelo Ministério da Fazenda, os créditos especiais autorizados pela Lei nº 4.430, de 20 de outubro de 1964, para os fins que especifica.

Decreto nº 56.201 — de 30 de abril de 1965.

**COMPANHIA PARANAENSE
DE SEGUROS GERAIS**

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Paranaense de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 55.953 — de 20 de abril de 1965.

**COMPANHIA PATRIMONIAL
DE SEGUROS GERAIS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Patrimonial de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.577 — de 18 de janeiro de 1965.

**COMPANHIA PAULISTA
DE SEGUROS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Paulista de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.356 — de 24 de maio de 1965.

COMPANHIA SALVADOR DE SEGURO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Salvador de Seguro, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.204 — de 30 de abril de 1965.

COMPANHIA SEGURADORA BRASILEIRA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Seguradora Brasileira, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.951 — de 20 de abril de 1965.

COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA — COSIPA

Isenta de imposto de importação dez mil toneladas de placas de aço (slabs) importadas pela Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA.

Lei nº 4.689 — de 21 de junho de 1965.

COMPANHIA SOL DE SEGUROS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Sol de Seguros, inclusive aumento do capital social e extensão das operações ao Ramo Vida.

Decreto nº 56.143 — de 27 de abril de 1965.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP

Dispõe sobre o aproveitamento do pessoal da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, a que se refere o art. 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 56.464 — de 15 de junho de 1965.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Concede autorização à empresa S. A. Enterprises Ackermans & Van Haaren para operar em águas brasileiras, com equipamento de sua propriedade e respectivo pessoal, nos serviços de arrastagem do Porto de Tubarão, no Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 56.385 — de 21 de maio de 1965.

CONFERENTES DE CARGA

Expede normas a serem observadas pelas Delegacias do Trabalho Marítimo, e que deverão ser incluídas nas instruções sobre o exercício da profissão de conferentes de carga e descarga, baixadas nos termos da Lei nº 1.561, de 21 de fevereiro de 1952 e dá outras providências.

Decreto nº 56.367 — de 27 de maio de 1965.

CONGRESSO NACIONAL

Regulamenta o art. 31 da Lei número 3.115, de 16-3-1957.

Decreto nº 56.378 — de 31 de maio de 1965.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Dispõe sobre a composição do Conselho Federal de Contabilidade e dá outras providências.

Lei nº 4.695 — de 22 de junho de 1965.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Aprova os Orçamentos do Conselho Federal de Medicina e dos Conselhos Regionais de Medicina da Bahia, do Espírito Santo, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, da Paraíba, do Piauí e do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.370 — de 27 de maio de 1965.

CONSELHO NACIONAL DE DES- PORTOS

Modifica a redação do art. 14 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941 (que estabelece as bases de organização dos Desportos em todo o País).

Lei nº 4.638 — de 26 de maio de 1965.

CONSELHO NACIONAL DE ECO- NOMIA

Classifica os cargos de nível superior do Conselho Nacional de Economia e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.186 — de 10 de dezembro de 1964.

**CONSELHO NACIONAL DE PES-
QUISAS**

Altera a Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que criou o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências.

Lei nº 4.533 — de 8 de dezembro de 1964.

Autoriza, em caráter excepcional, a permanência do pessoal que especifica.

Decreto nº 56.268 — de 6 de maio de 1965.

Aprova o Orçamento do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto nº 56.475 — de 16 de junho de 1965.

**CONSELHO NACIONAL DE TRANS-
PORTES**

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000 para o fim que menciona.

Decreto nº 55.869 — de 26 de março de 1965.

**CONSELHOS REGIONAIS DE ME-
DICINA**

Aprova os Orçamentos dos Conselhos Regionais de Medicina dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.

Decreto nº 56.471 — de 16 de junho de 1965.

**CONSELHOS REGIONAIS DO TRA-
BALHO MARÍTIMO**

Expede normas a serem observadas pelas Delegacias do Trabalho Marítimo, e que deverão ser incluídas nas instruções sobre o exercício da profissão de conferente de carga e descarga, baixadas nos termos da Lei nº 1.561, de 21 de fevereiro de 1952 e dá outras providências.

Decreto nº 56.367 — de 27 de maio de 1965.

**CONCERTADOR DE CARGA E DES-
CARGA**

Expede normas a serem observadas pelas Delegacias do Trabalho Marítimo e que deverão ser incluídas nas instruções sobre a profissão do Concertador de Carga e Descarga, baixadas nos termos da Lei nº 2.191, de 5 de março de 1954, e dá outras providências.

Decreto nº 56.414 — de 4 de junho de 1965.

**CONSERVATÓRIO MUSICAL SA-
GRADO CORAÇÃO DE JESUS**

Passa a denominar-se "Faculdade de Música Sagrado Coração de Jesus" o Conservatório Municipal Sagrado Coração de Jesus, de São Paulo.

Decreto nº 56.270 — de 7 de maio de 1965.

CONSIGNAÇÃO EM FOLHA

Permite a consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro.

Lei nº 4.624 — de 13 de maio de 1965.

**CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO
TRABALHO**

Altera os arts. 180 e 223, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que adotam medidas obrigatórias para diminuir a fadiga dos empregados.

Lei nº 4.654 — de 2 de junho de 1965.

Revoga o art. 510 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Acrescenta parágrafo ao art. 157 da Constituição.

Emenda Constitucional nº 11.

CONSTRUÇÃO NAVAL

Concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

Lei nº 4.622 — de 3 de maio de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.998.000.000 (dez bilhões, novecentos e noventa e oito milhões de cruzeiros), destinado ao reforço do Fundo da Marinha Mercante.

CONSULADOS

— Ver: Ministério das Relações Exteriores.

CONTENÇÃO DE PREÇOS

Cria estímulos ao aumento de produtividade e à contenção de preços e dá outras providências.

Lei nº 4.663 — de 3 de junho de 1965.

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, aos 5 de outubro de 1953, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha e a firma Sociedade Técnica Construtora Ltda.

Decreto Legislativo nº 12, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Petrônio Mota de Oliveira.

Decreto Legislativo nº 15, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Júlio Otávio do Nascimento.

Decreto Legislativo nº 16 — de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de termo de contrato celebrado, em 29 de outubro de 1951, entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Companhia Paulista de Papel e Artes Gráficas S. A.

Decreto Legislativo nº 17 — de 1965.

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado a 19 de agosto de 1953, entre a Inspeção do Imposto de Renda em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, e Jair Soares Ribeiro.

Decreto Legislativo nº 18 — de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado, aos 23 de fevereiro de 1953, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Jaime Fabricio de Moraes.

Decreto Legislativo nº 19 — de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, em 26 de janeiro de 1951, entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Salústia Teixeira de Gouveia.

Decreto Legislativo nº 21 — de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 8 de setembro de 1960, entre o Comandante do 2º Distrito Naval e a firma Ba-de Instaladora Limitada.

Decreto Legislativo nº 22 — de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, em 9 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Pedro Ferreira Filho, Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso.

Decreto Legislativo nº 23 — de 1965.

Determina o registro do contrato celebrado, em 6 de maio de 1963, entre a Fazenda Nacional e Antônio Guilherme de Paula Leite e outros.

Decreto Legislativo nº 24 — de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, a 27 de agosto de 1954, entre a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a I. B. M. World Trade Corporation.

Decreto Legislativo nº 27 — de 1965.

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Joaquim Bayma Nogueira.

Decreto Legislativo nº 28, de 1955.

Determina o registro do contrato celebrado em 26 de julho de 1955, na Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura com a firma "Irmãos Barreto".

Decreto Legislativo nº 29, de 1955.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 4 de outubro de 1956, entre a União Federal e a Rádio Cultura de Aracatuba Limitada.

Decreto Legislativo nº 30, de 1955.

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatória de registro a contrato celebrado, em 18 de fevereiro de 1954, entre a Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura e Ana Maria de Azevedo Coutinho, para locação de um imóvel.

Decreto Legislativo nº 31, de 1955.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatória de registro a termo de contrato celebrado, aos 5 de janeiro de 1953, entre a Junta de Conciliação e Julgamento de Sorocaba e Waldemar Ferreira Teiles.

Decreto Legislativo nº 32, de 1955.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Joaquim Ferreira Lima.

Decreto Legislativo nº 33, de 1955.

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado, em 31 de agosto de 1954, entre a Estrada de Ferro Tocantins e a Companhia Brasileira de Material Ferroviário.

Decreto Legislativo nº 35, de 1955.

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 31 de maio de 1957, e seu aditivo de 14 de setembro de 1957, entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a firma Construtora Alcinda S. Vieira S.A., para construção de um trecho ferroviário, no Estado de Minas Gerais.

Decreto Legislativo nº 36, de 1955.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, a 19 de novembro de 1961, na Divisão de Obras do Departamento de Administração do então Ministério da Educação e Saúde com a firma A. Pereira Gonçalves.

Decreto Legislativo nº 39, de 1955.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato de compra e venda celebrado aos 30 de dezembro de 1953, entre a União Federal e Anna Augusta de Figueiredo.

Decreto Legislativo nº 40, de 1955.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 13 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raül Hirt Sera.

Decreto Legislativo nº 41, de 1955.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de julho de 1955, entre o Ministério da Educação e Cultura e a I. B. M. World Trade Corporation.

Decreto Legislativo nº 43, de 1955.

Determina o registro de termo de contrato de cooperação celebrado em 5 de agosto de 1951, entre o Governo Federal e Alfredo Alves da Silva e sua mulher Adelaide Alves da Silva.

Decreto Legislativo nº 44, de 1955.

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato de compra e venda com financiamento celebrado, em 9 de dezembro de 1963, entre o Governo Brasileiro e a Molcimport de Varsóvia, empresa estatal da Polônia.

Decreto Legislativo nº 46, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 12 de maio de 1954, entre o Ministério da Educação e Cultura e a Casa de Saúde de Doutor Eiras Ltda.

Decreto Legislativo nº 47, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e João Batista Maciel da Silveira.

Decreto Legislativo nº 48, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de contrato, celebrado, em 9 de março de 1964, entre o Ministério da Marinha e a firma Caixas Registradoras Nacional S.A.

Decreto Legislativo nº 49, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de renovação de contrato celebrado, em 20 de maio de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mário Barreto.

Decreto Legislativo nº 50, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia.

Decreto Legislativo nº 51, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina.

Decreto Legislativo nº 52, de 1965.

CONTRATOS

Determina o registro de termo de contrato celebrado, em 3 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Raimundo Ribeiro Melo, como Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

Decreto Legislativo nº 53, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro a termos de contratos celebrados, em 11 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e as firmas Alirio Cesar de Oliveira, Carlos Manoel Gobert Damasceno, Tevelino Guapindaia e Luiz Alves.

Decreto Legislativo nº 54, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 3 de fevereiro de 1951, entre a União Federal e Felisberto Olimpio Carneiro.

Decreto Legislativo nº 55, de 1965.

CONVENÇÕES

Aprova as Convenções de ns. 21, 22, 91, 93, 94, 97, 103, 104, 105, 106 e 107 e rejeita a de nº 90, adotadas pela Conferência-Geral da Organização Internacional do Trabalho.

Decreto Legislativo nº 20, de 1965.

Promulga a Convenção sobre Asilo Territorial.

Decreto nº 55.929, de 14 de abril de 1965.

Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965.

Promulga o Protocolo de emenda da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional.

Decreto nº 56.463, de 15 de junho de 1965.

CONVÊNIOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de convênio celebrado, em 19 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e o Ginásio Salesiano Dom Bosco, da cidade de Santa Rosa, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto Legislativo nº 61, de 1965.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Retifica e ratifica o Decreto número 55.049, de 23 de novembro de 1964.

Decreto nº 56.292, de 19 de maio de 1965.

CORRIDA DE CAVALOS

Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 4.096, de 18 de julho de 1962 (Altera dispositivos da Lei nº 2.220, de 10 de julho de 1964), que dispõe sobre a taxa a que ficaram sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos.

Lei nº 4.631, de 15 de maio de 1965.

CRÉDITO, ABERTURA DE — Ver o Ministério ou órgão interessado.

CRUZADA PELA INFÂNCIA DO LEME

Autoriza a cessão gratuita, à Cruzada pela Infância do Leme, do Terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.

Decreto nº 54.672 — de 29 de outubro de 1964.

CURSOS

Dispõe sobre os cursos de teatro e regulamenta as categorias profissionais correspondentes.

Lei nº 4.641 — de 27 de maio de 1965.

Concede reconhecimento ao Curso de Administração Pública da Escola de Administração do Ceará.

Decreto nº 55.473 — de 7 de janeiro de 1965.

CURSOS

Concede autorização para o funcionamento dos Cursos de História e Matemática da Faculdade de Filosofia "Cristo-Rei", de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.911 — de 12 de abril de 1965.

Concede autorização para o funcionamento de cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.912 — de 12 de abril de 1965.

Concede reconhecimento a cursos Conservatório de Música de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.913 — de 12 de abril de 1965.

Ver, também, *Universidades, Faculdades e Escolas.*

D

DECÊNIO HIDROLÓGICO INTERNACIONAL

Altera a composição da Comissão Brasileira do Decênio Hidrológico Internacional.

Decreto nº 55.884 — de 31 de março de 1965.

DEFEITOS FÍSICOS

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns.

Lei nº 4.613 — de 2 de abril de 1965.

DEPARTAMENTO DE RENDAS INTERNAS

Aprova o Regimento do Departamento de Rendas Internas, e dá outras providências.

Decreto nº 55.853 — de 22 de março de 1965.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, aos 5 de outubro de 1953, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha e a firma Sociedade Técnica Construtora Ltda.

Decreto Legislativo nº 12, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado em 9 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Pedro Ferreira Filho, Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso.

Decreto Legislativo nº 23, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 13 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera.

Decreto Legislativo nº 41, de 1965.

Determina o registro de termo de contrato celebrado, em 3 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Raimundo Ribeiro Melo, como Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

Decreto Legislativo nº 53, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro a termos de contratos celebrados, em 11 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e as firmas Alirio César de Oliveira, Carlos Manoel Gobert Damasceno, Tevelino Guapindaia e Luiz Alves.

Decreto Legislativo nº 54, de 1965.

Torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, em 10 de maio de 1960, da concessão de que trata a apostila lavrada com base na Lei nº 1.050, de 1950, combinada com as Leis ns. 1.229, de 1950, e 2.745, de 1956, relativa à aposentadoria de Haidée Cabral Huguet.

Decreto Legislativo nº 59, de 1965.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Altera o Regimento do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Decreto nº 55.742 — de 9 de fevereiro de 1965.

Aprova o Regulamento para o Serviço de Remessas Postais Internacionais sujeitas à fiscalização aduaneira.

Decreto nº 55.870 — de 26 de março de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Três Fronteiras, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.440 — de 8 de junho de 1965.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000 (três bilhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto nº 56.259 — de 5 de maio de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 31 de maio de 1957, e seu aditivo de 14 de setembro de 1957, entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a firma Contrutora Alcindo S. Vieira S. A., para construção de um trecho ferroviário, no Estado de Minas Gerais.

Decreto Legislativo nº 36 — de 1965.

Aprova os Orçamentos do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Departamento Nacional de Obras de Saneamento e Contadoria Geral de Transportes para o exercício de 1965.

Decreto nº 56.391 — de 1 de junho de 1965.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE
ESTRADAS DE RODAGEM**

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no município de Rio Negro, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.993 — de 22 de abril de 1965.

Renova a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, áreas de terreno situadas nos Municípios de Betim-Itaguara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.994 — de 22 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada na BR-2 (Rodovia Presidente Dutra).

Decreto nº 56.118 — de 27 de abril de 1965.

Retifica o Decreto nº 51.162, de 7 de agosto de 1961, que aprova o enquadramento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Decreto nº 56.181 — de 29 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, faixa de terra e benfeitorias na mesma existentes, ao longo da rodovia BR-13.

Decreto nº 56.271 — de 7 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem área de terreno situada no Município de São José, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.347 — de 21 de maio de 1965.

Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a antecipar despesas de investimentos.

Decreto nº 56.369 — de 27 de maio de 1965.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE
ESTRADAS DE RODAGEM**

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no município de São José, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.379 — de 31 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Santa Bárbara — Estado da Bahia.

Decreto nº 56.380 — de 31 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Osório — Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.381 — de 31 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Espírito Santo, Estado da Paraíba.

Decreto nº 56.383 — de 31 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Miracatu — Estrada de São Paulo.

Decreto nº 56.384 — de 31 de maio de 1965.

Aprova os Orçamentos do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Departamento Nacional de Obras de Saneamento e Contadoria Geral de Transportes para o exercício de 1965.

Decreto nº 56.391 — de 1 de junho de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.421 — de 7 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.422 — de 7 de junho de 1965.

Revoga o Decreto nº 55.868, de 25 de março de 1965 e regula o art. 10 da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.

Decreto nº 56.476 — de 16 de junho de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do termo aditivo ao contrato celebrado, aos 23 de fevereiro de 1953, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Jaime Fabrício de Moraes.

Decreto Legislativo n: 10 — de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.300.000.000 (dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Lei nº 4.651 — de 31 de maio de 1965.

Transfere para a Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança os encargos conferidos ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas pelo Decreto nº 2.035, de 15 de janeiro de 1963.

Decreto nº 55.947 — de 19 de abril de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 40.535, de 11 de dezembro de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Coração de Jesus", no Município de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais."

Decreto nº 55.982 — de 22 de abril de 1965.

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 45.034, de 5 de dezembro de 1953, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "CAXITORE", no Município de Pentecoste, Estado do Ceará.

Decreto nº 55.995 — de 22 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 56.354 — de 24 de maio de 1965.

Aprova os Orçamentos do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Departamento Nacional de Obras de Saneamento e Contadoria Geral de Transportes para o exercício de 1965.

Decreto nº 56.391 — de 1 de junho de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Dá a denominação de "Prefeito Emílio Sesti" à barragem de Furnas do Segrêdo, no Rio Jaguari, Rio Grande do Sul.

Lei nº 4.630 — de 14 de maio de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO

Cria sete suplentes de membros do Conselho Deliberativo, do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Decreto nº 56.362 — de 27 de maio de 1965.

Aprova os Orçamentos do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Departamento Nacional de Obras de Saneamento e Contadoria Geral de Transportes para o exercício de 1965.

Decreto nº 56.391 — de 1 de junho de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

Aprova os Orçamentos do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Departamento Nacional de Obras de Saneamento e Contadoria Geral de Transportes para o exercício de 1965.

Decreto nº 56.391 — de 1 de junho de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de ajuste celebrado, aos 24 de novembro de 1958, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma S.T.E.C.O. — Serviços Técnicos de Engenharia e Comércio Ltda.

Decreto Legislativo nº 26, de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO (DNSHT)

Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho (D.N.S.H.T.).

Decreto nº 56.263 — de 6 de maio de 1965.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 280.000.000 (duzentos e oitenta milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Lei nº 4.646 — de 31 de março de 1965.

DEPUTADOS ESTADUAIS

Emenda Constitucional nº 13.

DESAPROPRIAÇÕES

Determina o registro do termo de escritura pública, de 31 de dezembro de 1956 re-ratificado a 7 de maio de 1957, de aquisição de imóvel em decorrência de desapropriação amigável que autorgam Maria Imaculada Santos Almeida e outros à União Federal.

Decreto Legislativo nº 25 — de 1965.

Acrescenta parágrafo ao art. 26 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei de Desapropriação por Utilidade Pública).

Lei nº 4.686 — de 21 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 55.892-A — de 1º de abril de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, imóveis situados no Estado de Sergipe, necessários à pesquisa e lavra de petróleo.

Decreto nº 55.927 — de 14 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 55.945 — de 19 de abril de 1965.

DESAPROPRIAÇÕES

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 40.535, de 11 de dezembro de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Coração de Jesus", no Município de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.982 — de 22 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no município de Rio Negro, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.993 — de 22 de abril de 1965.

Renova a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, áreas de terreno situadas nos Municípios de Betim-Itaguara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.994 — de 22 de abril de 1965.

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 45.034, de 5 de dezembro de 1958, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "CAXITORE", no Município de Pentecoste, Estado do Ceará.

Decreto nº 55.995 — de 22 de abril de 1965.

Declara de urgência para efeito de desapropriação parte da área declarada de interesse social para o mesmo fim pelo Decreto nº 55.761, de 16 de fevereiro de 1965.

Decreto nº 56.001 — de 23 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e autoriza a São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade a promover a sua desapropriação.

Decreto nº 56.103 — de 26 de abril de 1965.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada na BR-2 (Rodovia Presidente Dutra).

Decreto nº 56.118 — de 27 de abril de 1965.

Revoga os Decretos 52.900, de 21 de novembro de 1963 e 54.402, de 9 de janeiro de 1964 e dá outras providências.

Decreto nº 56.180 — de 29 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que indica, limítrofe ao terreno da Faculdade de Farmácia da Universidade do Paraná, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 56.251 — de 5 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, faixa de terra e benfeitorias na mesma existentes, ao longo da rodovia BR-13.

Decreto nº 56.271 — de 7 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área situada no Município de Piraquara, Estado do Paraná.

Decreto nº 56.274 — de 10 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação o terreno edificado que menciona, em Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 56.291 — de 18 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que indica, no Estado da Guanabara, ocupado pelo Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos.

Decreto nº 56.304 — de 20 de maio de 1965.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem área de terreno situada no Município de São José, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.347 — de 21 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 56.354 — de 24 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel destinados à Universidade do Ceará.

Decreto nº 56.364 — de 27 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis e benfeitorias para os fins que especifica.

Decreto nº 56.364 — de 29 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o terreno sem edificações que menciona, em Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 56.365 — de 27 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno, situada no Município de São José, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.379 — de 31 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Santa Bárbara — Estado da Bahia.

Decreto nº 56.380 — de 31 de maio de 1965.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Osório — Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.381 — de 31 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Espírito Santo, Estado da Paraíba.

Decreto nº 56.383 — de 31 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, uma faixa de terra situada no Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.409 — de 3 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.424 — de 7 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situado no Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.422 — de 7 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Miracatu — Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.384 — de 31 de maio de 1965.

Modifica a redação do art. 14 do Decreto-lei nº 2.199, de 14 de abril de 1941 (que estabelece as bases de organização dos Desportos em todo o País).

Lei nº 4.638 — de 26 de maio de 1965.

DIAMANTE

Declara caduco o Decreto nº 40.198, de 30 de outubro de 1956, renovado pelo de nº 47.299, de 30 de novembro de 1959.

Decreto nº 56.002 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Lafaiete Rodrigues Galvão a pesquisar diamante no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.114 — de 26 de abril de 1965.

DIA NACIONAL DO EX-COMBATENTE

Institui o "Dia Nacional do ex-Combatente".

Lei nº 4.623 — de 6 de maio de 1965.

DIA NACIONAL DO MILHO

Dispõe sobre o Dia Nacional do Milho e dá outras providências.

Decreto nº 56.186 — de 17 de maio de 1965.

DIATOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Ave-lino da Silva Oliveira a pesquisar argila e diatomita, no município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.189 — de 27 de abril de 1965.

DISTRITO FEDERAL

Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 68.000.000 (sessenta e oito milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Lei nº 4.645 — de 31 de maio de 1965.

Dispõe sobre o aproveitamento do pessoal da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do BrBasil, a que se refere o art. 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 56.464 — de 15 de junho de 1965.

DOAÇÕES

Isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar.

Lei nº 4.677 — de 16 de junho de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Bambui, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.960 — de 20 de abril de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos terrenos que menciona, situados no Município de Goiás, Estado de Goiás.

Decreto nº 55.968 — de 20 de abril de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 56.439 — de 8 de junho de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Três Fronteiras, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.440 — de 8 de junho de 1965.

E

ELENÇOS

Emenda Constitucional nº 13.

ELIZABETH ARDEN (SOUTH AMERICA) INC.

Concede à sociedade anônima Elizabeth Arden (South America) Inc., autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 56.130 — de 27 de abril de 1965.

EMENDA CONSTITUCIONAL

Acrescenta parágrafo ao art. 157 da Constituição.

Emenda Constitucional nº 11.

Emenda Constitucional nº 12.

Emenda Constitucional nº 13.

Emenda Constitucional nº 14.

EMPRESAS DE TURISMO — Ver: Turismo.

EMPRESAS CIRCENSES

Revoga o art. 510 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Lei nº 4.668 — de 8 de junho de 1965.

EMPRESAS TEATRAIS

Revoga o art. 510 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Lei nº 4.668 — de 8 de junho de 1965.

ENGENHARIA DE MINAS, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO "HARALYI LTDA."

Concede à Engenharia de Minas, Indústria, Comércio e Mineração "Haralyi" Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.998 — de 23 de abril de 1965.

ENGENHARIA ATÔMICA

Aprova o texto do Acôrdio de Cooperação na Campo das Utilizações Pacíficas da Energia Atômica, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Comunidade Européia de Energia Atômica (EURATOM) firmado em Brasília, a 9 de junho de 1961.

Decreto Legislativo nº 42, de 1965.

Aprova o Acôrdio sobre Privilégio e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica.

Decreto Legislativo nº 56, de 1965.

ENERGIA ELÉTRICA

Isenta do imposto único sobre energia elétrica a Rede Elétrica Piquete-Iaijuba, no período que especifica.

Lei nº 4.620 — de 28 de abril de 1965.

Amplia a zona de concessão da Centrais Elétricas de Goiás S. A.

Decreto nº 54.694 — de 29 de outubro de 1964.

Transfere do Município de Guapé para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 55.893 — de 1 de abril de 1965.

Outorga ao Estado do Pará concessão para aproveitamento de energia hidráulica.

Decreto nº 55.933 — de 19 de abril de 1965.

Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade a ampliar o seu sistema de subtransmissão de energia elétrica no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.934 — de 19 de abril de 1965.

Transfere para a Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança os encargos conferidos ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, pelo Decreto nº 2.035, de 15 de janeiro de 1963.

Decreto nº 55.947 — de 19 de abril de 1965.

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000.000, para atender às despesas que especifica.

Decreto nº 55.957 — de 20 de abril de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 55.986 — de 22 de abril de 1965.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga à Bandeirante de Eletricidade S. A. concessão para distribuir energia elétrica, e dá outras providências.

Decreto nº 55.989 — de 22 de abril de 1965.

Extingue a campanha de Eletrificação Rural, instituída pelo art. 59 do Decreto nº 52.342, de 8 de agosto de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 55.992 — de 22 de abril de 1965.

Outorga a J. Monteiro & Companhia Limitada concessão para aproveitamento de energia hidráulica.

Decreto nº 55.998 — de 22 de abril de 1965.

Declara extinta a concessão da Empresa Agropecuária de Resende e dá outras providências.

Decreto nº 56.012 — de 23 de abril de 1965.

Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.021 — de 23 de abril de 1965.

Outorga ao Município de Alfredo Marcondes, Estado de São Paulo, concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.

Decreto nº 56.023 — de 23 de abril de 1965.

Transfere do Município de Capinópolis para a Empresa Capinopolense de Eletricidade S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.024 — de 23 de abril de 1965.

Transfere da Companhia Paranaense de Energia Elétrica para a Central Elétrica Capivari — Cachoeira Sociedade Anônima — concessão para aproveitamento de energia hidráulica.

Decreto nº 56.027 — de 23 de abril de 1965.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo a instalar grupos termelétricos nos Municípios de São Paulo e São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, para uso exclusivo.

Decreto nº 56.031 — de 28 de abril de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.053 — de 28 de abril de 1965.

Outorga ao Departamento de Aguas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica nos municípios que especifica.

Decreto nº 56.064 — de 26 de abril de 1965.

Transfere da Prefeitura Municipal de Itapetinga para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.065 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza a Companhia Metalúrgica Barbará a instalar uma usina termelétrica para uso exclusivo.

Decreto nº 56.066 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza a Sociedade Termoeletrica de Capivari a construir usina termelétrica.

Decreto nº 56.068 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza a Bandeirante de Eletricidade S. A. a vender grupo Diesel elétrico.

Decreto nº 56.069 — de 26 de abril de 1965.

Outorga ao Município de Francinópolis concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.070 — de 26 de abril de 1965.

ENERGIA ELÉTRICA

Transfere, da Prefeitura Municipal de São João Del Rei para a Companhia Industrial Fluminense, concessão para produzir energia elétrica na Usina Hidrelétrica do Carandá.

Decreto nº 56.071 — de 26 de abril de 1965.

Amplia a zona de concessão da Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará.

Decreto nº 56.075 — de 26 de abril de 1965.

Outorga à Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará (CENORTE) concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.087 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza a Hidroelétrica Melhoramentos Paracatu S. A. a vender instalações.

Decreto nº 56.088 — de 26 de abril de 1965.

Amplia a Zona de concessão da Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará.

Decreto nº 56.100 — de 26 de abril de 1965.

Transfere de Usinas Elétricas Limitada para o Estado do Paraná a concessão para produzir e distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.102 — de 26 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e autoriza a São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade — a promover a sua desapropriação.

Decreto nº 56.103 — de 26 de abril de 1965.

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.111, de 26 de abril de 1965.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Itabira Agro-Industrial S. A., a instalar uma usina termoeletrica para uso exclusivo.

Decreto nº 55.145, de 27 de abril de 1965.

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica em diversos municípios.

Decreto nº 56.161, de 27 de abril de 1965.

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco (DAE) concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.165, de 28 de abril de 1965.

Outorga à Centrais Elétricas do Pará S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.169, de 28 de abril de 1965.

Outorga ao Município de Matutina concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.218, de 30 de abril de 1965.

Modifica os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, que regulamentou os serviços de energia elétrica.

Decreto nº 56.227, de 30 de abril de 1965.

Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade a construir linha de transmissão.

Decreto nº 56.242, de 4 de maio de 1965.

Transfere do Município de Iguaçu para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. — CEMIG — concessão para produzir e distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.397, de 3 de junho de 1965.

ENERGIA ELÉTRICA

Abre ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$.. 30.567.300.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 56.436, de 8 de junho de 1965.

Decreto nº 56.436, de 8 de junho de 1965.

ENERGIA HIDRAULICA — Ver: *Energia Elétrica.*

ENERGIA NUCLEAR

Autoriza a admissão de Prospectores na Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências.

Decreto nº 56.517, de 26 de junho de 1965.

ENERGIA TERMELÉTRICA — Ver: *Energia Elétrica.*

ENGENHEIRO FLORESTAL.

Determina a inclusão da especialização de engenheiro florestal na enumeração do art. 16 do Decreto-lei número 8.620, de 10 de janeiro de 1946.

Lei nº 4.643, de 31 de maio de 1965.

ENSINO MÉDIO.

Aprova os critérios reguladores do Plano Nacional de Educação referentes a cada Fundo.

Decreto nº 56.245, de 4 de maio de 1965.

ENSINO PRIMÁRIO.

Aprova os critérios reguladores do Plano Nacional de Educação referentes a cada Fundo.

Decreto nº 56.245, de 4 de maio de 1965.

ENSINO SUPERIOR.

Aprova os critérios reguladores do Plano Nacional de Educação referentes a cada Fundo.

Decreto nº 56.245, de 4 de maio de 1965.

ESCOLAS

Aprova os Orçamentos das Escolas Técnicas de Belo Horizonte, de Campos, de Pelotas, de Salvador, de Recife, de São Luís, de Curitiba, de São Paulo, de Goiânia, de Vitória, de Manaus, Escola Técnica de Química e Escola Técnica Nacional.

Decreto nº 55.925, de 14 de abril de 1965.

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial autorizado pela Lei nº 4.356, de 9 de dezembro de 1964, para os fins que especifica.

Decreto nº 55.954, de 20 de abril de 1965.

Retifica o Decreto nº 51.836, de 14 de março de 1963, que criou o Quadro Especial da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas.

Decreto nº 56.183, de 20 de abril de 1965.

Classifica os cargos de nível superior da Escola Técnica do Recife e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 56.269 — de 6 de maio de 1965.

Aprova o Quadro de Pessoal da Escola de Minas de Ouro Preto e dá outras providências.

Decreto nº 56.269 — de 6 de maio de 1965.

Classifica os cargos de nível superior do Conselho Nacional de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 56.328 — de 21 de maio de 1965.

Aprova os Orçamentos das Escolas Industriais Deodoro da Fonseca (Estado de Alagoas), Coriolano de Medeiros (Estado da Paraíba), Escola Industrial de Natal, de Fortaleza, de Teresina e de Florianópolis, para o exercício de 1965.

Decreto nº 56.360 — de 27 de maio de 1965.

ESCOLAS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o terreno sem edificações que menciona, em Belém, Estado do Pará.

Decreto n.º 56.365 — de 27 de maio de 1965.

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para a Escola Superior de Agricultura de Lavras, para os fins que especifica.

Decreto n.º 56.366 — de 27 de maio de 1965.

Classifica os cargos de nível superior da Escola Técnica de Goiânia e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto n.º 56.412 — De 4 de junho de 1965.

Ver, também, Cursos, Faculdades e Universidades. Quanto a militares, ver, também, Aeronáutica, Exército e Marinha.

ESTADO DA BAHIA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de acordo, de 23 de maio de 1954, celebrado entre o Governo da União e o do Estado da Bahia.

Decreto Legislativo n.º 13, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro o contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia.

Decreto Legislativo n.º 51, de 1965.

ESTADO DE GOIÁS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 5 de abril de 1954, aditivo ao acordo celebrado em 7 de agosto de 1931, entre o Governo da União e o Estado de Goiás.

Decreto Legislativo n.º 45, de 1965.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Mantém o ato de 5 de novembro de 1964, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 10 de março de 1964, aditivo ao acordo de 15 de abril de 1952, celebrado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais.

Decreto Legislativo n.º 57, de 1965.

ESTADO DO PARÁ

Outorga ao Estado do Pará concessão para aproveitamento de energia hidráulica.

Decreto n.º 55.933 — de 19 de abril de 1965.

ESTADO DO PARANÁ

Isenta da taxa de despacho aduaneiro um conjunto eletrônico importado pelo Governo do Estado do Paraná.

Lei n.º 4.682 — de 21 de junho de 1965.

Transfere de Usinas Elétricas Limitada para o Estado do Paraná a concessão para produzir e distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 56.102 — de 26 de abril de 1965.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 56.111 — de 26 de abril de 1965.

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica em diversos municípios.

Decreto n.º 56.161 — de 27 de abril de 1965.

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco (D A E) concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 56.165 — de 28 de abril de 1965.

ESTADO DO PIAUÍ

Mantém o ato de 9 de novembro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de cooperação celebrado, em 1.º de dezembro de 1953, entre o Governo da União e Otávio Miranda e sua mulher, Erminia Cribillete Miranda.

Decreto Legislativo n.º 62, de 1965.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.00.00 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina.

Decreto Legislativo n.º 52, de 1965.

Declara públicas, de uso comum, as águas do curso d'água que especifica.

Decreto n.º 56.101 — de 26 de abril de 1965.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado Maior das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 650.189,50, para atender às despesas com o enquadramento de seu pessoal civil.

Lei n.º 4.693 — de 21 de junho de 1965.

ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS

Emenda Constitucional n.º 12

ESTATUTO DA TERRA

Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

Lei n.º 4.504 — de 30 de novembro de 1964.

Regulamenta o Capítulo I do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.

Decreto n.º 55.891 — de 31 de março de 1965.

ESTATUTO

Ver o nome da entidade que o teve aprovado ou alterado.

ESTRADA DE FERRO SÃO LUIS-TERESINA

Retifica a relação que acompanhou o Decreto n.º 51.650, de 7 de janeiro de 1963 que aprovou o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro São Luis-Teresina e dá outras providências.

Decreto n.º 55.935 — de 19 de abril de 1965.

ESTRADA DE FERRO TOCANTINS

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, em 31 de agosto de 1954, entre a Estrada de Ferro Tocantins e a Companhia Brasileira de Material Ferroviário.

Decreto Legislativo n.º 35, de 1965.

ESTUDANTES

Regulamenta a Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências.

Decreto n.º 56.241 — de 4 de maio de 1965.

EXÉRCITO

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato celebrado em 26 de janeiro de 1951, entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Salsista Teixeira de Gouveia.

Decreto Legislativo n.º 21, de 1965.

Cria o Fundo do Exército e dá outras providências.

Lei n.º 4.617 — de 15 de abril de 1965.

Dá nova redação ao Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1.246, de 11 de dezembro de 1936.

Decreto n.º 55.649 — de 28 de janeiro de 1965.

EXÉRCITO

Fixa a distribuição em cada Arma e em cada posto, das funções gerais dos Officiais do Exército, a vigorar a partir de 24 de abril de 1965.

Decreto nº 56.040-A — de 24 de abril de 1965.

Dá nova redação a dispositivos do Regulamento de Uniforme ao Pessoal do Exército — 2ª parte.

Decreto nº 56.233 — de 3 de maio de 1965.

Altera o nº 54, do art. 32 do Regulamento de Administração do Exército e revoga o Decreto nº 53.478, de 23 de janeiro de 1964.

Decreto nº 56.234 — de 3 de maio de 1965.

Acrescenta a letra "l" ao art. 27 e dá nova redação ao nº 9, do art. 32, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 30.163, de 13 de novembro de 1951 e alterado pelo nº 51.961, de 26 de abril de 1963 (RUPE) e torna insubsistente o Decreto número 55.763, de 17 de fevereiro de 1965.

Decreto nº 56.363 — de 27 de maio de 1965.

Cria a Comissão Regional de Obras nº 1 da 7ª Região Militar, com sede em Recife — PE.

Decreto nº 56.413 — de 4 de junho de 1965.

Ver, também, Ministério da Guerra.

EXPORTAÇÃO

Dispõe sobre a marcação de volumes para exportação e dá outras providências.

Lei nº 4.557 — de 10 de dezembro de 1964.

Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.

Lei nº 4.678 — de 16 de junho de 1965.

Aprova o Regulamento de Embarques para a safra de café de 1965/1966.

Decreto nº 56.458 — de 12 de junho de 1965.

EXPOSIÇÕES E FEIRAS

Complementa a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que "reorganizou o Ministério das Relações Exteriores".

Lei nº 4.669 — de 8 de junho de 1965.

F

F. BENEDUCE S. A. — MINERAÇÃO E COMÉRCIO

Concede à F. Beneduce S. A. — Mineração e Comércio, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.121 — de 27 de abril de 1965.

FABRICA NACIONAL DE MOTORES

Dispõe sobre a elevação do capital da Fábrica Nacional de Motores e dá outras providências.

Lei nº 4.634 — de 18 de maio de 1965.

Isenta a Fábrica Nacional de Motores S. A. de impostos federais e dá outras providências.

Lei nº 4.694 — de 21 de junho de 1965.

FACULDADES

Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas do Maranhão, com sede em São Luís, Estado do Maranhão.

Decreto nº 55.895 — de 2 de abril de 1965.

Concede reconhecimento à Faculdade de Filosofia de Campos.

Decreto nº 55.908 — de 12 de abril de 1965.

Concede autorização para o funcionamento dos Cursos de História, Pedagogia e Jornalismo da Faculdade de Filosofia de Campos.

Decreto nº 55.910 — de 12 de abril de 1965.

FACULDADES

Passa a denominar-se "Faculdade de Música Sagrado Coração de Jesus" o Conservatório Musical Sagrado Coração de Jesus, de São Paulo.

Decreto nº 56.270 — de 7 de maio de 1965.

Ver, também, Cursos, Escolas e Universidades.

FADIGA DOS EMPREGADOS

Altera os arts. 180 e 223, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que adotam medidas obrigatórias para diminuir a fadiga dos empregados.

Lei nº 4.654 — de 2 de junho de 1965.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PORTUARIOS

Reconhece como nulos os acordos coletivos que menciona.

Decreto nº 56.420 — de 4 de junho de 1965.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Mauro da Rocha Xavier a pesquisar feldspato, no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.002 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Sanches a pesquisar feldspato no município de Monte Alegre do Sul, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.046 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Sylvestre Ribeiro Júnior a pesquisar feldspato e mica no município de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.057 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Marcelo de Andrade a pesquisar feldspato, no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.058 — de 26 de abril de 1965.

FELDSPATO

Autoriza a Mineração Jundú S. A. a lavrar feldspato e mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.963 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza a Companhia de Mineração Rosicler a pesquisar feldspato, no Município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.076 — de 26 de abril de 1965.

FERRAMENTAS

Concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

Lei nº 4.622 — de 3 de maio de 1965.

FERRO

Dispõe sobre as medidas destinadas a incrementar a exploração e exportação do minério de ferro.

Decreto nº 55.282 — de 22 de dezembro de 1964.

Autoriza Aços Laminados Itaúna Sociedade Anônima a pesquisar minério de ferro, no município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.004 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza a Mineração Serra Azul Limitada a pesquisar minérios de ferro, manganês e sílica, no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.019 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Silveira da Cunha a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Imaruí, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.033 — de 23 de abril de 1965.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Altamirando de Barros a lavar minério de ferro e caulim, no município de Rio Piracicaba, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.044 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza a Manganoferrea Mineralizadora Ltda., a lavar minério de ferro, no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.061 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza a Mineração Brasília Limitada a lavar minério de ferro, no município de Caeté, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.067, de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Marcos René Olivé de Souza a pesquisar minérios de ferro nos municípios de Piracema e Destêrro Entre-Rios, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.083 — de 26 de abril de 1965.

Retifica o art. 1º do Decreto número 43.803, de 23 de maio de 1958.

Decreto nº 56.106 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Duarte a lavar minério de ferro, no município de Rio Acima, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.306 — de 20 de maio de 1965.

FILMES BRASILEIROS

Dispõe sobre a obrigatoriedade da exibição de filmes brasileiros a que se refere o Decreto nº 52.745, de 24 de outubro de 1963.

Decreto nº 56.499 — de 21 de junho de 1965.

FILMES VIRGENS

Concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

Lei nº 4.622 — de 3 de maio de 1965.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Reduz o interstício para promoção ao posto de 2.º Tenente da Força Aérea Brasileira.

Decreto nº 55.922 — de 13 de abril de 1965.

FORÇA ARMADA INTERAMERICANA (FAIBRAS)

Autoriza o Presidente da República a enviar contingente das Forças Armadas e República Dominicana, e dá outras providências.

Decreto Legislativo nº 38, de 1965.

Cria o Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — "FAIBRAS".

Decreto nº 56.308 — de 21 de maio de 1965.

Regula o pagamento de vencimentos, indenizações e demais direitos aos integrantes do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRAS).

Decreto nº 56.373 — de 27 de maio de 1965.

FORÇAS ARMADAS

Autoriza o Presidente da República a enviar contingente das Forças Armadas à República Dominicana, e dá outras providências.

Ver, também, Aeronáutica, Exército e Marinha.

Decreto Legislativo nº 38, de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 4.362.416 (quatro milhões trezentos e sessenta e dois mil quatrocentos e dezesseis cruzeiros), para atender a despesas que especifica, a cargo do Estado Maior das Forças Armadas.

Lei nº 4.647 — de 31 de maio de 1965.

Altera disposição da Tabela de fixação dos valores dos Complementos à Ração Comum para as Forças Armadas aprovada pelo Decreto número 55.727, de 3 de fevereiro de 1965.

Decreto nº 56.163 — de 28 de abril de 1965.

FORD MOTOR DO BRASIL S.A.

Concede a Ford Motor do Brasil S.A. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 56.126 — de 27 de abril de 1965.

FRONTEIRA SUDOESTE

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de convênio celebrado, em 19 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e o Ginásio Salesiano Dom Bosco, da cidade de Santa Rosa, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto Legislativo n.º 61, de 1965.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Dispõe sobre a ação regressiva da União contra seus Agentes.

Lei n.º 4.619 — de 28 de abril de 1965.

Concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedade, de economia mista, demitidos, em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências.

Lei n.º 4.656 — de 2 de junho de 1965.

Dispõe sobre promoções na Série de Classes de Agente Fiscal de Rendas Internas.

Decreto n.º 55.907 — de 9 de abril de 1965.

Inclui nas relações de que trata o Decreto n.º 54.015, de 13 de julho de 1964, os cargos que especifica.

Decreto n.º 56.262 — de 6 de maio de 1965.

Dispõe sobre a execução do Decreto n.º 55.185, de 10 de dezembro de 1964.

Decreto n.º 56.353 — de 25 de maio de 1965.

Dispõe sobre a execução do parágrafo único do artigo 23 da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964.

Decreto n.º 56.359 — de 26 de maio de 1965.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, o crédito especial de Cr\$ 373.372.000, para o fim que especifica.

Decreto n.º 56.501 — de 23 de junho de 1965.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Aprova o Regimento do Departamento do Imposto de Renda, cria e extingue funções gratificadas.

Decreto n.º 55.855 — de 24 de março de 1965.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR

Instala o Conselho Nacional da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e dá outras providências.

Decreto n.º 56.276 — de 10 de maio de 1965.

FUNDO ESPECIAL DE FOMENTO E DEFESA DA ECONOMIA ALGODOEIRA — Ver: Algodão

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Modifica, em parte, as Leis ns. 2.308, de 31 de agosto de 1954, 2.944, de 8 de novembro de 1956, 4.156, de 28 de novembro de 1962, e 4.364, de 22 de junho de 1964, que dispõem sobre o Fundo Federal de Eletrificação e sobre a distribuição e aplicação do Imposto Único sobre Energia Elétrica, e dá outras providências.

Lei n.º 4.676 — de 16 de junho de 1965.

FUNDO PORTUÁRIO NACIONAL

Dispõe sobre a aplicação do art. 7º da Lei n.º 3.421, de 10 de julho de 1958, que trata do aforamento, pelo Poder Executivo, dos acrescidos de marinha resultantes de obras e dá outras providências.

Lei n.º 4.687 — de 21 de junho de 1965.

G

GALENA

Autoriza a Mineração Lageado Limitada a pesquisar Galena, no município de Cêro Azul, Estado do Paraná.

Decreto nº 56.081 — de 26 de abril de 1965.

GIPSITA

Autoriza o cidadão brasileiro Otávio Souza Filho a pesquisar gipsita no município de Ipubi, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 56.082 — de 26 de abril de 1965.

GOVERNADORES ESTADUAIS

Emenda Constitucional nº 13

GRUPOS DE TRABALHO

Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar e de propor medidas para a instalação de fábricas de leite em pó.

Decreto nº 55.979 — de 22 de abril de 1965.

Dispõe sobre a distribuição e a venda direta de borracha sintética, cria Grupo de Trabalho para exame da política nacional da borracha e dá outras providências.

Decreto nº 56.490 — de 18 de junho de 1965.

GRUPOS EXECUTIVOS

Cria o Grupo Executivo de Movimentação de Safras e dá outras providências.

Decreto nº 56.493 — de 21 de junho de 1965.

H

HAMPSHIRE & Co. LIMITED

Concede à sociedade anônima F.S. Hampshire & Co. Limited autorização para continuar a funcionar na República, sob a nova denominação de Norton, Megaw, Hampshire & Co. Limited.

Decreto nº 55.366 — de 31 de dezembro de 1964.

HARD, RAND & COMPANY

Concede à sociedade Hard, Rand & Company autorização para alterar o seu nome para Rand Coffee Company, Inc., que agora se nacionaliza, sob a denominação de Hard, Rand S.A. — Exportadora e Importadora.

Decreto nº 55.914 — de 12 de abril de 1965.

HARD, RAND S.A. — EXPORTADORA E IMPORTADORA

Concede à sociedade Hard, Rand & Company autorização para alterar o seu nome para Rand Coffee Company, Inc., que agora se nacionaliza, sob a denominação de Hard, Rand S.A. — Exportadora e Importadora.

Decreto nº 55.914 — de 12 de abril de 1965.

HEMATITA

Renova o Decreto nº 1.606, de 22 de novembro de 1962.

Decreto nº 56.113 — de 26 de abril de 1965.

Renova o Decreto nº 1.607, de 22 de novembro de 1962.

Decreto nº 56.149 — de 27 de abril de 1965.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Altera o art. 64 do Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939).

Lei nº 4.632 — de 18 de maio de 1965.

HUGO ZIEMER & CIA.

Concede a Hugo Ziemer & Cia. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.036 — de 23 de abril de 1965.

I

IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA

Concede isenção de direitos de importação e outros, para mercadorias doadas pela General Conference of Seventh Day Adventists, dos Estados Unidos da América do Norte, à União Sul-Brasileira, da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Lei nº 4.612 — de 2 de abril de 1965.

IMÓVEIS DA UNIÃO

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de escritura de compra e venda de um imóvel celebrado, a 17 de março de 1954, entre a União Federal e Feliciano Figuel Abdala.

Decreto Legislativo nº 34 — de 1965.

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Indústria e Comércio, do crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000, destinado à recuperação do edifício da Praça Mauá nº 7, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Lei nº 4.687 — de 8 de junho de 1965.

IMÓVEIS RESIDENCIAIS

Dispõe sobre a venda dos imóveis mencionados nos §§ 3º e 4º do artigo 65, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964; regulamenta a venda e a administração dos imóveis em Brasília; define o Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 43.285, de 25 de fevereiro de 1958, como órgão federal de desenvolvimento regional integrando-o no sistema financeiro da habitação e dá outras providências.

Decreto nº 55.955 — de 20 de abril de 1965.

IMPORTAÇÃO

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato de compra e venda com financiamento celebrado, em 9 de dezembro de 1963, entre o Governo Brasileiro e a Moloimport de Varsóvia, empresa estatal da Polónia.

Decreto Legislativo nº 46, de 1965.

IMPORTAÇÃO

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefónico a ser importado pela Companhia Telefônica de Campo Grande, Mato Grosso.

Lei nº 4.640 — de 26 de maio de 1965.

Altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências.

Lei nº 24.670 — de 12 de junho de 1965.

Dispõe sobre a importação de aves e ovos para reprodução e dá outras providências.

Decreto nº 53.981 — de 22 de abril de 1965.

IMPÓSTO DE RENDA

Dispõe sobre subscrição compulsória de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional pelas pessoas que recebem remuneração classificável na cédula "C" de rendimentos e dá outras providências.

Lei nº 4.621 — de 30 de abril de 1965.

Cria estímulos ao aumento de produtividade e à contenção de preços e dá outras providências.

Lei nº 4.683 — de 3 de junho de 1965.

Regulamenta as disposições dos artigos 1º a 10 da Lei nº 4.621, de 30 de abril de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 56.284 — de 14 de maio de 1965.

Dá nova redação ao § 4º do art. 23 do Decreto nº 54.252, de 3 de setembro de 1964.

Decreto nº 56.287 — de 17 de maio de 1965.

Aprova o Regulamento para o cobrança e fiscalização do imposto de renda.

Decreto nº 55.866 — de 25 de março de 1965.

IMPÓSTO DE RENDA

Revoga dispositivos do Decreto número 56.234, de 14 de maio de 1965.

Decreto nº 56.492 — de 18 de junho de 1965.

IMPÓSTO DO SELO

Amplia a isenção do imposto do selo concedida à firma Aços Finos Piratini S. A. pelo art. 5º da Lei nº 3.972, de 13 de outubro de 1961.

Lei nº 4.696 — de 22 de junho de 1965.

IMPÓSTO TERRITORIAL RURAL

Dispõe sobre o lançamento e arrecadação, no exercício de 1965, do imposto territorial rural e dá outras providências.

Decreto nº 56.462 — de 14 de junho de 1965.

IMPÓSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA

Isenta do imposto único sobre energia elétrica a Rede Elétrica Piquete-Itajubá, no período que especifica.

Lei nº 4.620 — de 28 de abril de 1965.

IMPÓSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS DO PAÍS

Approva o Regulamento do Imposto Único sobre os Minerais do País.

Decreto nº 55.928 — de 14 de abril de 1965.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINERAÇÃO BRASIL CENTRAL SOCIEDADE ANÔNIMA

Concede à Indústria e Comércio de Mineração Brasil Central S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.394 — de 3 de junho de 1965.

INDÚSTRIA PONTAGROSSENSE DE MINERAÇÃO LTDA.

Concede à Indústria Pontagrossense de Mineração Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.155 — de 27 de abril de 1965.

INELEGIBILIDADES

Emenda Constitucional nº 14.

INFRAÇÕES CONTRA A FAZENDA NACIONAL

Institui Comissão Interministerial para estudar e propor a reformulação do sistema de prevenção e repressão às infrações contra a Fazenda Nacional.

Decreto nº 56.015 — de 23 de abril de 1965.

INSPETÓRIAS DO IMPÓSTO DE RENDA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado a 1º de agosto de 1953, entre a inspetoria do Imposto de Renda em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro e Jair Soares Ribetto.

Decreto Legislativo nº 18, de 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que especifica.

Decreto nº 56.264 — de 6 de maio de 1965.

Classifica os cargos de nível superior do Conselho Nacional de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 56.328 — de 21 de maio de 1965.

Retifica o enquadramento da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dá outras providências.

Decreto nº 56.327 — de 21 de maio de 1965.

Dispõe sobre a não realização, no corrente ano, das Assembleias Gerais dos Conselhos Nacionais, de Estatística e de Geografia.

Decreto nº 56.387 — de 1º de junho de 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA

Aprova o Regulamento Geral do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Decreto nº 55.889 — de 31 de março de 1965.

Revoga os Decretos ns. 52.900, de 21 de novembro de 1963 e 54.402, de 9 de janeiro de 1964 e dá outras providências.

Decreto nº 56.130 — de 29 de abril de 1965.

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000, para atender às despesas de qualquer natureza com a instalação, organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, bem como às relativas ao cumprimento do disposto na mesma lei.

Decreto nº 56.514 — de 28 de junho de 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DO SAL

Aprova os Orçamentos do Instituto Nacional do Pinho, do Instituto Brasileiro do Sal e do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Decreto nº 55.980 — de 22 de abril de 1965.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS

Aprova os Orçamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, dos Comerciantes, dos Empregados em Transportes e Cargas, dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público, dos Industriários, dos Marítimos e dos respectivos Conselhos Fiscais.

Decreto nº 56.205 — de 30 de abril de 1965.

Retifica o enquadramento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, amparado pelos Decretos ns. 51.341, de 28 de outubro de 1961, 51.348, de 17 de novembro de 1961 e 51.498, de 8 de junho de 1962.

Decreto nº 56.232 — de 3 de maio de 1965.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS

Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Decreto nº 56.329 — de 21 de maio de 1965.

Cria cargos em comissão e funções gratificadas no Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Decreto nº 56.466 — de 16 de junho de 1965.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCÍARIOS

Aprova os orçamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, dos Comerciantes, dos Empregados em Transportes e Cargas, dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público, dos Industriários, dos Marítimos e dos respectivos Conselhos Fiscais.

Decreto nº 56.205 — de 30 de abril de 1965.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇO PÚBLICO

Aprova os Orçamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, dos Comerciantes, dos Empregados em Transportes e Cargas, dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público, dos Industriários, dos Marítimos e dos respectivos Conselhos Fiscais.

Decreto nº 56.205 — de 30 de abril de 1965.

— Retifica o Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos e dá outras providências.

Decreto nº 56.214 — de 30 de abril de 1965.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES DOS EMPREGADOS
EM TRANSPORTES E CARGAS**

— Aprova os Orçamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, dos Comerciantes, dos Empregados em Transportes e Cargas, dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público, dos Industriários, dos Marítimos e dos respectivos Conselhos Fiscais.

Decreto nº 56.205 — de 30 de abril de 1965.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS**

— Aprova os Orçamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, dos Comerciantes, dos Empregados em Transportes e Cargas, dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público, dos Industriários, dos Marítimos e dos respectivos Conselhos Fiscais.

Decreto nº 56.205 — de 30 de abril de 1965.

— Retifica o quadro de Enfermeiro-Auxiliar do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Decreto nº 56.206 — de 30 de abril de 1965.

— Retifica o quadro de Auxiliar de Portaria do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Decreto nº 56.207 — de 30 de abril de 1965.

— Altera a denominação da série de classes de Técnico de Previdência e Seguros, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Decreto nº 56.209 — de 30 de abril de 1965.

— Altera os Decretos ns. 51.450, de 2 de abril de 1962 e 51.562, de 18 de outubro de 1962, para restabelecer a classificação nos níveis 17 e 18, da série de classes de Fiscal de Previdência, código P-2.108, do Quadro Permanente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Decreto nº 56.210 — de 30 de abril de 1965.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES DOS MARÍTIMOS**

Aprova os Orçamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, dos Comerciantes, dos Empregados em Transportes e Cargas, dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público, dos Industriários, dos Marítimos e dos respectivos Conselhos Fiscais.

Decreto nº 56.205 — de 30 de abril de 1965.

INSTITUTO DE FERMENTAÇÃO

Transforma a Estação de Enologia em Brasília, em Posto de Análise de Vinho em Brasília, subordinado ao Instituto de Fermentação, do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias.

Decreto nº 56.594 — de 24 de julho de 1965.

INSTITUTO DE ÓLEOS

Mantém o ato, de 1º de outubro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de 14 de setembro de 1954, aditivo ao contrato celebrado, em 12 de março de 1954, entre o Governo Federal e Ortegal Benedito de Azevedo.

Decreto Legislativo nº 60, de 1965.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E
ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
DO ESTADO**

Suprime cargos vagos no Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — Hospital dos Servidores do Estado.

Decreto nº 55.924 — de 14 de abril de 1965.

— Dispõe sobre a venda dos imóveis mencionados nos §§ 3º e 4º do artigo 65, da Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964; regulamenta a venda e a administração dos imóveis em Brasília; define o Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 43.285, de 22 de fevereiro de 1958, como órgão federal de desenvolvimento regional integrando-o no sistema financeiro da habitação e dá outras providências.

Decreto nº 55.955 — de 20 de abril de 1965.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

— *Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e dá outras providências.*

Decreto nº 56.215 — de 30 de abril de 1965.

— *Retifica o Decreto nº 51.340, de 28 de outubro de 1961, que aprovou o sistema de Classificação de Cargos do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

Decreto nº 56.372 — de 27 de maio de 1965.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Aprova os orçamentos do Instituto Nacional do Pinho, do Instituto Brasileiro do Sal e do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Decreto nº 55.989 — de 22 de abril de 1965.

— *Declara de urgência para efeito de desapropriação parte da área declarada de interesse social para o mesmo fim pelo Decreto nº 55.761, de 13 de fevereiro de 1965.*

Decreto nº 56.001 — de 23 de abril de 1965.

— *Retifica o enquadramento do pessoal do Instituto do Açúcar e do Alcool.*

Decreto nº 56.330 — de 21 de maio de 1965.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Aprova o Regulamento Geral do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

Decreto nº 55.890 — de 31 de março de 1965.

INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Retifica o enquadramento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, órgão incorporado à Superintendência de Política Agrária.

Decreto nº 56.172 — De 29 de abril de 1965.

INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Declara de urgência para efeito de desapropriação parte da área declarada de interesse social para o mesmo fim pelo Decreto nº 55.761, de 13 de fevereiro de 1965.

Decreto nº 56.001 — de 23 de abril de 1965.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 3 de fevereiro de 1961, entre a União Federal e Felisberto Olímpio Carneiro.

Decreto Legislativo nº 55, de 1965

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO

Aprova os Orçamentos do Instituto Nacional do Pinho, do Instituto Brasileiro do Sal e do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Decreto nº 55.989 — De 22 de abril de 1965.

— *Classifica os cargos de nível superior do Instituto Nacional do Pinho e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 56.331 — De 21 de maio de 1965.

IRPCA — INDÚSTRIA DE REFRATÁRIOS POÇOS DE CALDAS S.A.

Concede à "IRPCA" — Indústria de Refratários Poços de Caldas S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.158 — De 27 de abril de 1965.

IRRIGAÇÃO AGRÍCOLA

Determina o registro de termo de contrato de cooperação celebrado em 5 de agosto de 1951, entre o Governo Federal e Alfredo Alves da Silva e sua mulher Adelaide Alves da Silva.

Decreto Legislativo nº 44, de 1965.

ISENÇÕES

Concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Mangueiras S. A., para instalação e manutenção de sua Refinaria em Mangueiras, no Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal.

Lei nº 4.555 — De 10 de dezembro de 1964.

— Concede isenção de impostos de importação e de consumo, taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares, para um automóvel com transmissão automática a ser adquirido pelo Engenheiro da Petrobrás, Florivaldo Freire de Faria, tornado inválido em consequência de acidente sofrido em serviço.

Lei nº 4.601 — De 3 de março de 1965.

— Concede isenção de direitos de importação e outros, para mercadorias doadas pela General Conference of Seventh Day Adventists, dos Estados Unidos da América do Norte, à União Sul-Brasileira, da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Lei nº 4.612 — de 2 de abril de 1965.

— Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplegicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns.

Lei nº 4.613 — De 2 de abril de 1965.

— Concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

Lei nº 4.622 — De 3 de maio de 1965.

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica da Campo Grande, Mato Grosso.

Lei nº 4.640 — de 25 de maio de 1965.

ISENÇÕES

— Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para os maquinismos e materiais importados pela "CEMAT" — Centrais Elétricas Matogrossense S.A., e dá outras providências.

Lei nº 4.642 — De 31 de maio de 1965.

— Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento de televisão destinado à Rádio Difusora São Paulo S. A.

Lei nº 4.653 — De 2 de junho de 1965.

— Isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os gêneros, mercadorias e equipamentos doados ou importados para a Comissão Nacional de Alimentação quer por organizações internacionais, quer por governos estrangeiros.

Lei nº 4.660 — De 2 de junho de 1965.

Isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos, taxas, penhores, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou convênio com o Governo do Brasil, e dá outras providências.

Lei nº 4.671 — De 12 de junho de 1965.

Isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar.

Lei nº 4.677 — de 16 de junho de 1965.

— Isenta da taxa de despacho aduaneiro um conjunto eletrônico importado pelo Governo do Estado do Paraná.

Lei nº 4.682 — De 21 de junho de 1965.

ISENÇÕES

— Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Empresa Telefônica de Uberaba S. A.

Lei nº 4.683 — De 21 de junho de 1965.

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Telefônica Pinhal S. A.

Lei Nº 4.684 — de 21 de junho de 1965.

Isenta de licença prévia, dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, donativos fornecidos através do Programa "Aliança para a Paz".

Lei nº 4.688 — de 21 de junho de 1965.

Isenta de imposto de importação dez mil toneladas de placas de aço — (slabs) importadas pela Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA.

Lei Nº 4.689 — de 21 de junho de 1965.

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um automóvel "Chevrolet Impala", de propriedade de Ieda Maria Vargas.

Lei Nº 4.692 — de 21 de junho de 1965.

Isenta a Fábrica de Motores S. A. de impostos federais e das outras providências.

Lei Nº 4.694 — de 21 de junho de 1965.

Ampla a isenção do imposto do selo concedida à firma Aços Finos Piratini S. A. pelo art. 5º da Lei número 3.972, de 13 de outubro de 1961.

Lei Nº 4.696 — de 22 de junho de 1965.

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (LABRE).

Lei Nº 4.700 — de 28 de junho de 1965.

ISENÇÕES

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, neste descritos e consignados a "Companhia Cearense de Cimento Portland", de Fortaleza (Ce.)

Decreto nº 36.280 — de 13 de maio de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Constância Vieira & Cia.", de Estância (Se).

Decreto nº 56.281 — de 13 de maio de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Renda Priori & Cia. Ltda.", de Recife (Pe.)

Decreto nº 56.282 — de 13 de maio de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Elektroz do Norte — Indústria Química S. A.", de Recife (Pe.).

Decreto nº 56.312 — de 21 de maio de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados, à "Campanha Sisaleira do Cuité — COSITE", de Nova Floresta, Estado da Paraíba.

Decreto nº 56.314 — de 21 de maio de 1965.

ISENÇÕES

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados, à "Companhia Fábrica Yolanda S. A." de Recife (Pe).

Decreto nº 56.315 — de 21 de maio de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados, à "Fábrica de Sacos Montanha Ltda.", de Recife (Pe).

Decreto nº 56.316 — de 21 de maio de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados, à empresa "Ribeiro Chaves & Cia.", de Aracaju (Se).

Decreto nº 56.500 — de 22 de junho de 1965.

ITALBRÁS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Italbrás Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.182 — de 29 de abril de 1965.

J

JANGADA — INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A.

Concede a Jangada — Indústria e Comércio S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.449 — de 9 de junho de 1965.

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

Aprova as Instruções Gerais para a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa.

Decreto nº 55.897 — de 5 de abril de 1965.

L

LAVRA (AUTORIZAÇÃO PARA)

Ver o nome do elemento lavrado.

LEGITIMAÇÃO ADOTIVA

Dispõe sobre a legitimidade adotiva.

Lei nº 4.655 — de 2 de junho de 1965.

LEITE EM PÓ

Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar e de propor medidas para a instalação de fábricas de leite em pó.

Decreto nº 55.979 — de 22 de abril de 1965.

LEUCITA

Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a pesquisar bauxita e leucita no município de Andradás, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.231 — de 2 de setembro de 1964.

LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RÁDIO EMISSÃO

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (LABRE).

Lei nº 4.700 — de 28 de junho de 1965.

LOIDE BRASILEIRO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.300.000.000 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros) destinado ao pagamento de insalubridade aos associados do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro e de serviços realizados, em navios do Lóide Brasileiro, por estaleiros nacionais.

Lei nº 4.659 — de 2 de junho de 1965.

M

MADEPINHO SEGURADORA S. A.

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Madepinho Seguradora S. A., relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.307 — de 20 de maio de 1965.

MAGISTRADOS

Regula processamento de aposentadoria e do montepio dos magistrados remunerados pela União e dá outras providências.

Lei nº 4.493 — de 24 de novembro de 1964.

MANGANÊS

Autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira — ACESITA — a pesquisar minério de manganês, no município de Dom Silvério, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.056 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza a Mineração Serra Azul Ltda. a pesquisar minérios de ferro, manganês e sílica, no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.012 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza a cidadã brasileira Francisca Silveira da Cunha a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Imarui, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.033 — de 23 de abril de 1965.

Renova o Decreto nº 49.249, de 17 de novembro de 1960.

Decreto nº 56.060 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Rubens Jourdan a pesquisar minério de manganês, no município de Itaboraí, Estado de Goiás.

Decreto nº 56.319 — de 21 de maio de 1965.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Adherbal Castilho Coelho a pesquisar minério de manganês, no Município de São João d'Aliação, Estado de Goiás.

Decreto nº 56.334 — de 21 de maio de 1965.

MAQUINAS RODOVIARIAS

Concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

Lei nº 4.622 — de 3 de maio de 1965.

MARCAÇÃO DE VOLUMES

Dispõe sobre a marcação de volumes para exportação e dá outras providências.

Lei nº 4.557 — de 10 de dezembro de 1964.

MARINHA

Revoga os Decretos ns. 42.410, de 5 de outubro de 1957 e 52.272, de 17 de julho de 1963.

Decreto nº 55.902 — de 7 de abril de 1965.

Regula o emprêgo da Segunda Esquadilha de Ligação e Observação.

Decreto nº 56.119 — de 27 de abril de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 8 de setembro de 1960, entre o Comando do 2º Distrito Naval e a firma Ba-de Instaladora Limitada.

Decreto Legislativo nº 22, de 1965.

Altera o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha, Decreto nº 42.808, de 13 de dezembro de 1957.

Decreto nº 56.200 — de 30 de abril de 1965.

Regula o emprêgo do 1º Grupo de Aviação Embarcada, estruturado pelo Decreto nº 40.859, de 6 de fevereiro de 1957 e dá outras providências.

Decreto nº 56.309 — de 21 de maio de 1965.

MARINHA

Altera dispositivos do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha, aprovado pelo Decreto nº 42.808, de 13 de dezembro de 1957.

Decreto nº 56.393 — de 2 de junho de 1965.

Ver, também, *Armadã e Ministério da Marinha.*

MARMORE

Autoriza Mármore Eldorado S. A., Mineração, Indústria e Comércio a pesquisar mármore, no município de Eldorado, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.984 — de 22 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Joaquim de Carvalho a pesquisar mármore no município de Itabera-ba, Estado da Bahia.

Decreto nº 56.007 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Ivo Felisberto de Souza a pesquisar mármore e calcita no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 56.105, de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Soares Figueiredo a pesquisar mármore, calcita e pedras semipreciosas, no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 56.343 — de 21 de maio de 1965.

MASSA — MINERADORA ALTE-ROSA DO SUL S. A.

Concede à Massa — Mineradora Alterosa do Sul S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.116 — de 26 de abril de 1965.

MATERIAL AUTOMOBILÍSTICO

Concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

Lei nº 4.622 — de 3 de maio de 1965.

MERCADORIAS ESTRANGEIRAS

Institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro-geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e dá outras providências.

Lei nº 4.503 — de 29 de novembro de 1964.

MICA

Declara caduco o Decreto nº 29.646, de 7 de junho de 1951.

Decreto nº 56.219 — de 30 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Ulysses Franco a pesquisar mica no município de Santa Branca, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.999 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Carahy Azambuja Martins Pereira a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas, no município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.000 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Sylvestre Ribeiro Júnior a pesquisar feldspato e mica no município de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.057 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza a Mineração Jundá S. A. a lavar feldspato e mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.063 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro José Nogueira Valiante a pesquisar mica no município de Bananal, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.104 — de 26 de abril de 1965.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Tuffy Miguel Habib a pesquisar quartzo, pedras coradas e mica, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.108 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Aureliano da Silveira Brum a pesquisar mica, no Município de Tombos, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.115 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Ferreira da Silva a pesquisar mica e quartzo, no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.160 — de 27 de abril de 1965.

MILITARES

Concede pensão mensal especial aos voluntários e militares que prestaram serviço de guerra na Campanha de Canudos e dá outras providências.

Lei nº 4.615 — de 15 de abril de 1965.

Concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedade, de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências.

Lei nº 4.656 — de 2 de junho de 1965.

MINERAÇÃO MASSANGANA
LIMITADA

Concede à Mineração Massangana Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.091 — de 26 de abril de 1965.

MINERAÇÃO PARACATU LTDA.

Concede à Mineração Paracatu Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.035 — de 23 de abril de 1965.

MINERAÇÃO PAULO COSTA LTDA.
MITADA

Concede à Mineração Paulo Costa Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.093 — de 26 de abril de 1965.

MINERAÇÃO ROCHA LTDA.

Concede à Mineração Rocha Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.085 — de 26 de abril de 1965.

MINERAÇÃO SANTA CATARINA
LIMITADA

Concede à Mineração Santa Catarina Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.342 — de 21 de abril de 1965.

MINERAÇÃO SULDÊMIN S. A.

Concede à Mineração Suldemin Sociedade Anônima autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.154 — de 27 de abril de 1965.

MINERAIS

Aprova o Regulamento do Imposto Único sobre os Minerais do País.

Decreto nº 55.928 — de 14 de abril de 1965.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de renovação de contrato celebrado, em 20 de maio de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mário Barreto.

Decreto Legislativo nº 50 — de 1965.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo, de 17 de janeiro de 1951, aditivo ao contrato celebrado em 20 de maio de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mário Barreto.

Decreto Legislativo nº 64 — de 1965.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a dar a denominação de "Marechal Rondon" ao aeroporto que serve às cidades de Várzea Grande e Cuiabá, no Estado de Mato Grosso.

Lei nº 4.629 — de 14 de maio de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Lei nº 4.644 — de 31 de maio de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 103.806.000 (cento e três milhões), oitocentos e seis mil cruzeiros), para o fim que especifica.

Lei nº 4.649 — de 31 de maio de 1965.

Altera a redação de artigos do Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RISAER).

Decreto nº 56.190 — de 29 de abril de 1965.

Fixa efetivo das turmas de 1965 da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

Decreto nº 56.233 — de 3 de maio de 1965.

Altera o Decreto nº 52.693, de 15 de outubro de 1963.

Decreto nº 56.285 — de 14 de maio de 1965.

Revoga o Decreto nº 55.868, de 25 de março de 1965 e regula o art. 10 da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.

Decreto nº 56.476 — de 16 de junho de 1965.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado, em 13 de fevereiro de 1954, entre a Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura e Ana Maria de Azeredo Coutinho, para locação de um imóvel.

Decreto Legislativo nº 31, de 1965.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 56.439 — de 3 de junho de 1965.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Determina o registro do contrato celebrado em 26 de julho de 1955, na Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura com a firma "Irmãos Barreto".

Decreto Legislativo nº 29, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, a 19 de novembro de 1961, na Divisão de Obras do Departamento de Administração do então Ministério da Educação e Saúde com a firma A. Pereira Gonçalves.

Decreto Legislativo nº 39, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de julho de 1955, entre o Ministério da Educação e Cultura e a I.B.M. World Trade Corporation.

Decreto Legislativo nº 43, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 12 de maio de 1954, entre o Ministério da Educação e Cultura e a Casa de Saúde Doutor Eiras Ltda.

Decreto Legislativo nº 47, de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 180.000.000 (cento e oitenta milhões de cruzeiros), para custear as despesas com obras de recuperação do imóvel situado no Estado da Guanabara, na Praia o Flamengo nº 132.

Lei nº 4.635 — de 18 de maio de 1965.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 1.079.494.483,40 (um bilhão, setenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e três cruzeiros e quarenta centavos), a diversos Ministérios.

Lei n.º 4.652 — de 31 de maio de 1965.

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que especifica.

Decreto n.º 56.164 — de 26 de abril de 1965.

Retifica o Decreto n.º 52.794, de 31 de outubro de 1963.

Decreto n.º 56.246 — de 5 de maio de 1965.

Retifica o Decreto n.º 52.794, de 31 de outubro de 1963.

Decreto n.º 56.247 — de 5 de maio de 1965.

Retifica o enquadramento do Ministério da Educação e Cultura, aprovado pelo Decreto n.º 52.794, de 31 de outubro de 1963.

Decreto n.º 56.243 — de 5 de maio de 1965.

Retifica o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto n.º 56.249 — de 5 de maio de 1965.

Retifica símbolo de função gratificada no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto n.º 56.250 — de 5 de maio de 1965.

Aprova os Orçamentos das Escolas Industriais Deodoro da Fonseca (Estado de Alagoas), Coriolano de Medeiros (Estado da Paraíba), Escola Industrial de Natal, de Fortaleza, de Teresina e de Florianópolis, para o exercício de 1965.

Decreto n.º 56.360 — de 27 de maio de 1965.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis e benfeitorias para os fins que especifica.

Decreto n.º 56.264 — de 29 de maio de 1965.

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para a Escola Superior de Agricultura de Lavras, para os fins que especifica.

Decreto n.º 56.366 — de 27 de maio de 1965.

— Retifica o Decreto n.º 52.794, de 31 de outubro de 1963, que aprova o enquadramento definitivo do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto n.º 56.468 — de 16 de junho de 1965.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Determina o registro do contrato celebrado em 6 de maio de 1963, entre a Fazenda Nacional e Antônio Guilherme de Paula Leite e outros.

Decreto Legislativo n.º 24 — de 1965.

— Institui, no Ministério, da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e dá outras providências.

Lei n.º 4.503 — de 29 de novembro de 1964.

— Autoriza a abertura de créditos especiais de Cr\$ 1.079.494.483,40 (um bilhão, setenta e nove milhões quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e três cruzeiros e quarenta centavos), a diversos Ministérios.

Lei n.º 4.652 — de 31 de maio de 1965.

— Aprova o Regulamento do Departamento do Imposto de Renda, cria e extingue funções gratificadas.

Decreto n.º 55.855 — de 24 de março de 1965.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Aprova a lotação numérica e nominal dos cargos de Escalão Federal e Auxiliar de Escaloria, bem como a lotação única, numérica e nominal, dos demais cargos do Departamento de Arrecadação, do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 55.900 — de 7 de abril de 1955.

— *Acrescenta um parágrafo ao artigo 9º do Decreto nº 55.813, de 8 de março de 1955.*

Decreto nº 55.901 — de 7 de abril de 1955.

— *Retifica e altera o Decreto número 38.673, de 27 de janeiro de 1956, modificado pelos Decretos ns. 38.966, de 3 de abril de 1956, e 51.958, de 26 de abril de 1963.*

Decreto nº 55.933 — de 19 de abril de 1965.

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que especifica.

Lei nº 56.164 — de 23 de abril de 1965.

Suprime cargo extinto.

Decreto nº 56.235 — de 3 de maio de 1965.

Suprime cargo extinto.

Decreto nº 56.236 — de 3 de maio de 1965.

Suprime cargo extinto.

Decreto nº 56.237 — de 3 de maio de 1965.

Aprova o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Quadro do Pessoal do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 56.386 — de 1º de junho de 1965.

Altera a lotação numérica e nominal do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 56.388 — de 1º de junho de 1965.

Altera a lotação numérica e nominal do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 56.389 — de 1º de junho de 1965.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Altera a lotação numérica e nominal do Departamento de Arrecadação do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 56.390 — de 1º de junho de 1965.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.750.000 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para o fim que especifica.

Lei nº 4.633 — de 18 de maio de 1955.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 55.892-A — de 1º de abril de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 55.945 — de 19 de abril de 1965.

Cria o Centro de Estudos de Pessoal (CEP).

Decreto nº 56.039-A — de 24 de abril de 1965.

Incorpora ao patrimônio da União imóvel destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.277 — de 10 de maio de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar uma área de terreno em Goiânia — GO, destinada ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.278 — de 10 de maio de 1965.

Hospital de Guarnição de Brasília (Criação).

Decreto nº 56.522 — de 29 de junho de 1965.

**MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E
COMÉRCIO**

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Indústria e Comércio, do crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000, destinado à recuperação do edifício da Praça Mauá nº 7, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Lei nº 4.667 — de 8 de junho de 1965.

Determina que as empresas de turismo, agências de viagens e de vendas de passagens só poderão funcionar no País, após registro na Divisão de Turismo e Certames do Departamento Nacional do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio.

Decreto nº 56.303 — de 20 de maio de 1965.

Retifica os Anexos I e II dos Decretos ns. 50.857, de 26 de junho de 1961, e 51.442, de 2 de abril de 1962, que dispõem sobre os Quadros de Pessoal dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social e da Indústria e do Comércio.

Decreto nº 56.328 — de 21 de maio de 1965.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E
NEGÓCIOS INTERIORES**

Retifica o enquadramento do pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

Decreto nº 55.948 — de 19 de abril de 1965.

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que especifica.

Decreto nº 56.164 — de 28 de abril de 1965.

Altera a lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 56.244 — de 4 de maio de 1965

MINISTÉRIO DA MARINHA

Mantem o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro e termo de contrato celebrado, em 9 de março de 1954, entre o Ministério da Marinha e a firma Caixas Registradoras Nacional S. A.

Decreto Legislativo nº 49, de 1965

MINISTÉRIO DA MARINHA

Revoga o Decreto nº 52.800, de 4 de novembro de 1963 e revigora o Decreto nº 32.742, de 7 de maio de 1953

Decreto nº 56.077 — de 26 de abril de 1965

Extingue o Serviço de Alienação de Bens do Ministério da Marinha e de outras providências

Decreto nº 56.078 — de 26 de abril de 1965

Autoriza a admissão de pessoal especialista temporário no Instituto de Pesquisas da Marinha e dá outras providências

Decreto nº 56.266 — de 6 de maio de 1965

**MINISTÉRIO DAS MINAS E
ENERGIA**

Aprova o Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil e dá outras providências

Decreto nº 55.837 — de 12 de março de 1965

Retifica o enquadramento do Ministério das Minas e Energia, aprovado pelo Decreto nº 51.033, de 19 de dezembro de 1962

Decreto nº 56.179 — de 29 de abril de 1965

Retifica a classificação constante do Decreto nº 54.015, de 13 de junho de 1964, na parte referente à série de classes de Farmacêutico.

Decreto nº 56.506 — de 28 de junho de 1965

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.874.000 (vinte e cinco milhões oitocentos e setenta e quatro mil cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da revisão e remodelação das instalações elétricas do Palácio Itamaraty.

Lei nº 4.628 — de 13 de maio de 1965

Complementa a Lei nº 3.917, de 14 de Julho de 1961, que "reorganizou o Ministério das Relações Exteriores"

Lei nº 4.669 — de 8 de junho de 1965

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Xainxá do Irã.

Lei nº 4.691 — de 21 de junho de 1965.

Extingue o Consulado honorário do Brasil em Talcahuano, Chile.

Decreto nº 55.905 — de 9 de abril de 1965.

Cria o Consulado honorário do Brasil em Concepción, Chile.

Decreto nº 55.906 — de 9 de abril de 1965.

Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 35.000.000, para atender às despesas que especifica.

Decreto nº 56.183 — de 29 de abril de 1965.

Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000, para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República do Senegal.

Decreto nº 56.189 — de 29 de abril de 1965.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Mantém o registro da despesa de Crs 8.000 (oito mil cruzeiros), feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União, referente ao pagamento a Dêa Jansen de Sá pelo aluguel de grupo de salas ao Ministério da Saúde.

Decreto Legislativo nº 14 — de 1965.

Mantém o ato, de 17 de março de 1959, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 3 de dezembro de 1958, do contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Decreto Legislativo nº 63 — de 1965.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acôrdo ou convênio com o Governo do Brasil, e dá outras providências.

Lei nº 4.671 — de 12 de junho de 1965.

Inclui função gratificada na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.

Decreto nº 55.959 — de 20 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que indica, no Estado da Guanabara, ocupado pelo Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos.

Decreto nº 56.304 — de 20 de maio de 1965.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de termo de contrato celebrado, em 29 de outubro de 1951, entre o Serviço de Estatístico da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Companhia Paulista de Papéis e Artes Gráficas S. A.

Decreto Legislativo nº 17 — de 1965.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO
E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Retifica os Anexos I e II dos Decretos ns. 50.857, de 26 de junho de 1961, e 51.442, de 2 de abril de 1962, que dispõem sobre os Quadros de Pessoal dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social e da Indústria e do Comércio.

Decreto nº 56.326 — de 21 de maio de 1965.

Aprova os Orçamentos do Serviço de Previdência Social Rural e Superintendência de Serviços de Reabilitação Profissional da Previdência Social.

Decreto nº 56.371 — de 27 de maio de 1965.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL

Reconhece como nulos os acordos coletivos que menciona.

Decreto nº 56.420 — de 4 de junho de 1965.

Aprova os Orçamentos dos Conselhos Regionais de Medicina dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.

Decreto nº 56.471 — de 16 de junho de 1965.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Lei nº 4.449 — de 29 de outubro de 1964.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.100.078 (vinte e cinco milhões cem mil e setenta e oito cruzeiros), para o fim que especifica.

Lei nº 4.636 — de 18 de maio de 1965.

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 1.079.494.483,40 (um bilhão, setenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e três cruzeiros e quarenta centavos), a diversos Ministérios.

Lei nº 4.462 — de 31 de maio de 1965.

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 130.000.000, para o fim que menciona.

Lei nº 4.627 — de 13 de maio de 1965.

Retifica as relações que acompanham os decretos que menciona.

Decreto nº 55.926 — de 14 de abril de 1965.

Retifica a relação que acompanhou o Decreto nº 51.650, de 7 de janeiro de 1963, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro São Luis-Teresina e da outras providências.

Decreto nº 55.935 — de 19 de abril de 1965.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Regula processamento de aposentadora e do montepio dos magistrados remunerados pela União e dá outras providências.

Lei nº 4.493 — de 24 de novembro de 1964.

Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 68.000.000 (sessenta e oito milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Lei nº 4.645 — de 31 de maio de 1965.

MIPLA — MINERADORA PLANALTO DE POÇOS DE CALDAS, S. A.

Concede à Mipla — Mineradora Planalto de Poços de Caldas S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.152 — de 27 de abril de 1965.

MONTEPIO MILITAR

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 103.806.000 (cento e três milhões, oitocentos e seis mil cruzeiros), para o fim que especifica.

Lei nº 4.649 — de 31 de maio de 1965.

MOTORES

Concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

Lei nº 4.622 — de 3 de maio de 1965.

MUSEUS

Dispõe sobre a reorganização do Museu Imperial, criado pelo Decreto-lei nº 2.096, de 29 de março de 1940, e dá outras providências.

Lei nº 4.639 — de 26 de maio de 1965.

N

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à Empresa de Navegação Santa Catarina Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.127 — de 27 de abril de 1965.

Concede à Sociedade Anônima Martinelli, Navegação e Comércio — SAMNAVE, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.211 — de 30 de abril de 1965.

Concede à Sociedade Navunidos Navegação S. A., autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.212 — de 30 de abril de 1965.

Concede à Empresa de Navegação Vieira Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova forma social de Empresa de Navegação Vieira S. A.

Decreto nº 56.213 — de 30 de abril de 1965.

Concede à Navegação Antônio Ramos S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.351 — de 24 de maio de 1965.

Concede à CONAN, Companhia de Navegação do Norte, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.357 — de 24 de maio de 1965.

Concede à sociedade J. A. Leite & Companhia Limitada, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova denominação de J. A. Leite, Navegação Limitada.

Decreto nº 56.396 — de 3 de junho de 1965.

NAVIOS — Ver: CONSTRUÇÃO NAVAL

NIQUEL

Autoriza o cidadão brasileiro Hélio Moutinho a pesquisar minério de níquel e amianto, no Município de Pontalina — Estado de Goiás.

Decreto nº 56.345 — de 21 de maio de 1965.

NORDESTE

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "Companhia Cearense de Cimento Portland", de Fortaleza (CE).

Decreto nº 56.280 — de 13 de maio de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Constância Vieira & Cia.", de Estância (SE).

Decreto nº 56.281 — de 13 de maio de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Renda Priori & Cia. Ltda.", de Recife (PE).

Decreto nº 56.282 — de 13 de maio de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Elekeiros do Nordeste — Indústria Química S.A.", de Recife (PE).

Decreto nº 56.313 — de 21 de maio de 1965.

NORDESTE

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados a Companhia Sisaleira do Cuité — COSITE, de Nova Floresta, Estado da Paraíba.

Decreto nº 56.314, de 21 de maio de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "Companhia Fábrica Yolanda S.A." de Recife (Pe).

Decreto Nº 56.315, de 21 de maio de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "Fábrica de Sacos Montanha Ltda.", de Recife (Pe).

Decreto Nº 56.316, de 21 de maio de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Ribeiro Chaves & Cia.", de Aracaju (Se).

Decreto nº 56.500 — de 22 de junho de 1965.

NORTON, MEGAW, HAMPSHIRE & CO LIMITED.

Concede à sociedade anônima F. S. Hampshire & Col Limited autorização para continuar a funcionar na República, sob a nova denominação de Norton, Megaw, Hampshire & Co. Limited.

Decreto nº 55.366 — de 21 de dezembro de 1964.

NOVA PÁTRIA COMPANHIA DE SEGUROS.

Concede à Nova Pátria Companhia de Seguros autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 56.132 — de 27 de abril de 1965.



ORDEM DO MÉRITO MÉDICO.

Altera o Regulamento da Ordem do Mérito Médico, aprovado pelo Decreto nº 29.196, de 24 de janeiro de 1951.

Decreto nº 55.878 — de 30 de março de 1965.

Permite o uso nos uniformes militares de condecoração da "Ordem do Mérito Médico".

Decreto nº 56.374 — de 28 de maio de 1965.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.

Aprova as Convenções de ns. 21, 22, 91, 94, 97, 103, 104, 105, 106 e 107 e rejeita a de nº 90, adotadas pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.

ÓRGÃOS DE REPRESENTAÇÃO DOS ESTUDANTES.

Regulamenta a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências.

Decreto nº 56.241 — de 4 de maio de 1965.

OURO.

Autoriza Mineração Pato do Brasil Ltda. a pesquisar ouro, no município de Porto Nacional, Estado de Goiás.

Decreto nº 56.047 — de 26 de abril de 1965.

OURO

Autoriza Mineração Pato do Brasil Ltda. a pesquisar ouro, no município de Pôrto Nacional, Estado de Goiás.

Decreto nº 56.048 — de 26 de abril de 1965.

Declara caduco o decreto nº 40.193, de 30 de outubro de 1956, renovado pelo de nº 47.299, de 30 de novembro de 1959.

Decreto nº 56.062 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza Mineração Pato do Brasil Ltda. a pesquisar ouro, no município de Pôrto Nacional, Estado de Goiás.

Decreto nº 56.072 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza Mineração Pato do Brasil Ltda. a pesquisar ouro, no município de Pôrto Nacional, Estado de Goiás.

Decreto nº 56.073 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza Mineração Pato do Brasil Ltda., a pesquisar ouro, no município de Pôrto Nacional, Estado de Goiás.

Decreto nº 56.074 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Baptista Keutenedjian a lavrar minério de ouro, no Município de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 56.166 — de 26 de abril de 1965.

P

PANAIR DO BRASIL S. A.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de até Cr\$ 950.000.000 (novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para os fins que especifica.

Lei nº 4.648 — de 31 de maio de 1965.

PARAPLÉGICOS.

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns.

Lei nº 4.613 — de 2 de abril de 1965.

PASSES LIVRES.

Regulamenta o art. 31 da Lei número 3.115, de 16-3-1957.

Decreto nº 56.378 — de 31 de maio de 1965.

PEARL ASSURANCE COMPANY, LIMITED

Concede à Pearl Assurance Company, Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações no País.

Decreto nº 56.138 — de 27 de abril de 1965.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro Carahy Azambuja Martins Pereira a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas, no município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.000 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Otávio da Costa Galvão a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.042 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Tuffy Miguel Habib a pesquisar quartzo, pedras coradas e mica, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.106 — de 26 de abril de 1965.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Pereira Serra a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 56.110 — de 28 de abril de 1965.

Declara caduco o Decreto nº 29.648, de 7 de junho de 1951.

Decreto nº 56.219 — de 30 de abril de 1965.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Tanus Jorge Bastani a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 55.989 — de 20 de abril de 1965.

PEDRAS SEMIPRECIOSAS

Autoriza a cidadã brasileira Maria Alves das Dores a pesquisar quartzo e pedras semipreciosas, no Município de Nôvo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.107 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Zoroastro de Almeida Ruas a pesquisar pedras semipreciosas, no município de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 56.028 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Zoroastro de Almeida Ruas a pesquisar pedras semipreciosas, no município de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 56.039 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro José Simpício de Azevedo Pio a pesquisar pedras semipreciosas, no município de Aracruz, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 56.084 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Soares Figueiredo a pesquisar mármore, calcita e pedras semipreciosas, no município de Cachoeiro do Itapêmirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 56.343 — de 21 de maio de 1965.

PENHORA

Aplica aos bens penhorados em execuções fiscais as normas de impenhorabilidade do art. 942 do Código do Processo Civil.

Lei nº 4.673 — de 15 de junho de 1965.

PENSÕES

Concede pensão mensal especial aos voluntários e militares que prestaram serviço de guerra na Campanha de Canudos e dá outras providências.

Lei nº 4.615 — de 15 de abril de 1965.

Concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedades de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências.

Lei nº 4.656 — de 2 de junho de 1965.

Modifica a Lei nº 3.760, de 25 de abril de 1960, que concede a pensão especial de Cr\$ 40.000 (quarenta mil cruzeiros) à viúva e filhas do Senador Lameira Bittencourt.

Lei nº 4.685 — de 21 de junho de 1965.

PESQUISA (AUTORIZAÇÃO PARA)

Ver o nome do elemento pesquisado.
PETROBRAS

Ver: Petróleo Brasileiro S. A. — **PETROBRAS**.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. — PETROBRAS

Declara de utilidade pública para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, imóveis situados no Estado de Sergipe, necessários à pesquisa e lavra de petróleo.

Decreto nº 55.927 — de 14 de abril de 1965.

Outorga à Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobrás) concessão para derivar águas do rio dos Sinos.

Decreto nº 56.022 — de 23 de abril de 1965.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. — PETROBRAS

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, uma faixa de terra situada no Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.409 — de 3 de junho de 1965.

PLANO MESTRE DECENAL PARA AVALIAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS

Aprova o Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil e dá outras providências.

Decreto nº 55.837 — de 12 de março de 1965.

PLANO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

Altera o Decreto nº 52.693, de 15 de outubro de 1963.

Decreto nº 66.285 — de 14 de maio de 1965.

PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Aprova os critérios reguladores do Plano Nacional de Educação referentes a cada Fundo.

Decreto nº 56.245 — de 4 de maio de 1965.

PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

Aprova o Plano Nacional de Viação.

Lei nº 4.592 — de 29 de dezembro de 1964.

PLANO POSTAL NACIONAL

Prorroga, por mais 5 (cinco) anos, as disposições dos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 498, de 28 de novembro de 1948 e dá outras providências.

Lei nº 4.665 — de 8 de junho de 1965.

PLANO TELEGRÁFICO NACIONAL

Prorroga, por mais 5 (cinco) anos, as disposições dos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 498, de 28 de novembro de 1948 e dá outras providências.

Lei nº 4.665 — de 8 de junho de 1965.

PODER JUDICIÁRIO

Emenda Constitucional nº 14.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União degenerative do registro a termo de contrato celebrado, aos 5 de janeiro de 1953, entre a Junta de Conciliação e Julgamento de Sorocabá e Waldemär Ferreira Telles.

Decreto Legislativo nº 32 — de 1965.

Fica novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal de Secretaria e Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei nº 4.609 — de 31 de março de 1965.

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Lei nº 4.610 — de 31 de março de 1965.

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho, da Quarta Região — o crédito especial de Cr\$ 600.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 56.293 — de 20 de maio de 1965.

Abre ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 136.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 56.305 — de 20 de maio de 1965.

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região — o crédito especial de Cr\$ 373.372.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 56.501 — de 23 de junho de 1965.

PÓRTO DO RIO DE JANEIRO

Revoga disposição do Decreto número 49.316, de 22 de novembro de 1960.

Decreto nº 56.457 — de 10 de junho de 1965.

PRAZOS JUDICIAIS

Prorroga, por um dia útil, os prazos judiciais que se iniciarem ou vencerem aos sábados.

Lei nº 4.674 — de 15 de junho de 1965.

PREÇOS MÍNIMOS

Fixa os preços básicos mínimos relativos à safra 1965-66, para a fibra do agave ou sisal, de produção nacional.

Decreto nº 56.290 — de 17 de maio de 1965.

PREFEITURAS

Transfere do Município de Guapé para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 55.893 — de 1 de abril de 1965.

Outorga ao Município de Alfredo Marcondes, Estado de São Paulo, concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.

Decreto nº 56.023 — de 23 de abril de 1965.

Transfere ao Município de Capinópolis para a Empresa Capinopolense de Eletricidade S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.024 — de 23 de abril de 1965.

Transfere da Prefeitura Municipal de Itapetinga, para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.065 — de 26 de abril de 1965.

Outorga ao Município de Francinópolis concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.070 — de 26 de abril de 1965.

Transfere, da Prefeitura Municipal de São João Del-Rei para a Companhia Industrial Fluminense, concessão para produzir energia elétrica na Usina Hidroelétrica do Carandá.

Decreto nº 56.071 — de 26 de abril de 1965.

PREFEITURAS

Transfere do Município de Iguaçu para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. — CEMIG — concessão para produzir e distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.397 — de 3 de junho de 1965.

PREVIDENCIA SOCIAL

Acrescenta parágrafo ao art. 157 da Constituição.

Emenda Constitucional nº 11.

Aprova os Orçamentos do Serviço de Previdência Social Rural e Superintendência de Serviços de Reabilitação Profissional da Previdência Social.

Decreto nº 56.371 — de 27 de maio de 1965.

PRODUTOS NACIONAIS

Complementa a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que "reorganiza o Ministério das Relações Exteriores."

Lei nº 4.669 — de 9 de junho de 1965.

PROMOÇÃO COMERCIAL NO EXTERIOR

Complementa a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que "reorganizou o Ministério das Relações Exteriores".

Lei nº 4.669 — de 9 de junho de 1965.

PROTECTORA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Protectora Companhia Nacional de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social e extensão das operações de seguros ao Ramo Vida.

Decreto nº 56.140 — de 27 de abril de 1965.

PROTÓCOLOS DE NEGOCIAÇÕES TARIFÁRIAS

Manda executar os Protocolos de Negociações Tarifárias realizadas com a *Austria, Austrália, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, Japão e Suécia* no Acórdão Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT).

Decreto nº 55.885 — de 31 de março de 1965.

PUBLICITÁRIO

Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e dá outras providências.

Lei nº 4.680 — de 18 de junho de 1965.

Q

QUADRO DE PESSOAL (Aprovação, alteração, etc.)

Ver o Ministério ou órgão a que se refere.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro *Rudolf Otto Ziemer* a pesquisar quartzo, no município de *Pavão, Estado de Minas Gerais*.

Decreto nº 55.990 — de 22 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro *Carahy Azambuja Martins Pereira* a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas, no município de *Macaé, Estado do Rio de Janeiro*.

Decreto nº 56.000 — de 23 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro *Olavo da Costa Galvão* a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de *Teófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais*.

Decreto nº 56.042 — de 26 de abril de 1965.

Declara caduco o Decreto nº 12.473, de 27 de maio de 1943.

Decreto nº 56.045 — de 26 de abril de 1965.

QUARTZO

Autoriza a cidadã brasileira *Maria Alves das Dores* a pesquisar quartzo e pedras semipreciosas, no município de *Nôvo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais*.

Decreto nº 56.197 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro *Tuffy Miguel Habib* a pesquisar quartzo, pedras coradas e mica, no município de *Governador Valadares, Estado de Minas Gerais*.

Decreto nº 56.108 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro *Luiz Pereira Serra* a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de *Ecaporanga, Estado do Espírito Santo*.

Decreto nº 56.110 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro *Manoel Ferreira da Silva* a pesquisar mica e quartzo, no município de *Virgolândia, Estado de Minas Gerais*.

Decreto nº 56.160 — de 27 de abril de 1965.

R

RÁDIODIFUSÃO

Renova concessão de serviço de radiodifusão da *Rádio Sociedade da Bahia S. A.*

Decreto nº 54.211 — de 26 de agosto de 1964.

Outorga concessão à *Televisão Erechim Ltda.* para instalar uma emissora de radiodifusão de sons e imagens (televisão).

Decreto nº 55.872 — de 29 de março de 1965.

Outorga concessão à *Rádio Itapeima Limitada*, para estabelecer uma estação radiodifusora.

Decreto nº 55.874 — de 29 de março de 1965.

Outorga concessão à *Rádio Alvorada de Parintins Ltda.* para instalar uma emissora de radiodifusão sonora.

Decreto nº 55.931 — de 19 de abril de 1965.

RADIODIFUSÃO

Outorga concessão à Universidade Católica de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, para instalar uma emissora de radiodifusão sonora.

Decreto nº 55.932 — de 19 de abril de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 4 de outubro de 1956, entre a União Federal e a Rádio Cultura de Araçatuba Limitada.

Decreto Legislativo nº 30, de 1965.

Outorga concessão à Sociedade Radiodifusão Planalto Ltda., para instalar uma estação de radiodifusão sonora.

Decreto nº 56.289 — de 17 de março de 1965.

Outorga concessão à Rádio Urubupungá Ltda. para instalar uma emissora de radiodifusão sonora.

Decreto nº 56.376 — de 31 de maio de 1965.

Outorga concessão à Rádio Rural de Tupaciguara, para instalar uma estação de radiodifusão sonora.

Decreto nº 56.474 — de 16 de junho de 1965.

RAND COFFEE COMPANY, INC.

Concede à sociedade Hard, Rand & Company autorização para alterar o seu nome para Rand Coffee Company, Inc., que agora se nacionaliza, sob a denominação de Hard, Rand S. A. — Exportadora e Importadora.

Decreto nº 55.914 — de 12 de abril de 1965.

RECURSOS MINERAIS

Aprova o Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil e dá outras providências.

Decreto nº 55.837 — de 12 de março de 1965.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL
SOCIEDADE ANÔNIMA

Dispõe sobre a administração do trecho ferroviário Maira a Laíes, no Estação de Santa Catarina, construído pelo Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.050 — de 26 de abril de 1965.

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a empréstimos a serem realizados pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

Decreto nº 56.170 — de 28 de abril de 1965.

Regulamenta o art. 31 da Lei número 3.115, de 16 de março de 1957.

Decreto nº 56.378 — de 31 de maio de 1965.

REFINARIA DE PETRÓLEO DE
MANGUINHOS S. A.

Concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos S. A., para instalação e manutenção de sua Refinaria em Manguinhos, no Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal.

Lei nº 4.555 — de 10 de dezembro de 1964.

REFRARGIL LTDA.

Concede à Refrargil Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.080 — de 26 de abril de 1965.

REGIMENTOS

Altera o Regimento do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Decreto nº 55.742 — de 9 de fevereiro de 1965.

Aprova o Regimento do Departamento de Rendias Internas, e dá outras providências.

Decreto nº 55.858 — de 22 de março de 1965.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento do Departamento do Imposto de Renda, cria e extingue funções gratificadas.

Decreto nº 55.855 — de 24 de março de 1965.

Aprova o Regimento do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 55.875 — de 29 de março de 1965.

Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho (D.N.S.H.T.).

Decreto nº 55.263 — de 6 de maio de 1965.

REGULAMENTOS

Dispõe sobre os cursos de teatro e regulamenta as categorias profissionais correspondentes.

Lei nº 4.641 — de 27 de maio de 1965.

Determina a inclusão da especialização de engenheiro florestal na enumeração do art. 18 do Decreto-lei nº 8.620, de 10 de janeiro de 1946.

Lei nº 4.643 — de 31 de maio de 1965.

Dá nova redação ao Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.246, de 11 de dezembro de 1936.

Decreto nº 55.649 — de 28 de janeiro de 1965.

Aprova o Regulamento para o Serviço de Remessas Postais Internacionais sujeitas à fiscalização aduaneira.

Decreto nº 55.870 — de 26 de março de 1965.

Altera o Regulamento da Ordem do Mérito Médico, aprovado pelo Decreto nº 29.193, de 24 de janeiro de 1951.

Decreto nº 55.878 — de 30 de março de 1965.

REGULAMENTOS

Aprova o Regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto de renda.

Decreto nº 55.866 — de 25 de março de 1965.

Aprova o Regulamento Geral do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Decreto nº 55.889 — de 31 de março de 1965.

Aprova o Regulamento Geral do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

Decreto nº 55.890 — de 31 de março de 1965.

Regulamenta o Capítulo I do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.

Decreto nº 55.891 — de 31 de março de 1965.

Aprova o Regulamento do Imposto Único sobre os Minerais do País.

Decreto nº 35.928 — de 14 de abril de 1965.

Revoga o Decreto nº 52.800, de 4 de novembro de 1963 e revigora o Decreto nº 32.742, de 7 de maio de 1953.

Decreto nº 56.077 — de 26 de abril de 1965.

Altera a redação de artigos do Regulamento Interno dos Serviços de Aeronáutica (RISAER).

Decreto nº 56.190 — de 29 de abril de 1965.

Altera o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha, Decreto nº 42.803, de 13 de dezembro de 1957.

Decreto nº 56.200 — de 30 de abril de 1965.

Modifica os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, que regulamentou os serviços de energia elétrica.

Decreto nº 56.227 — de 30 de abril de 1965.

REGULAMENTOS

— *Dá nova redacção a dispositivos do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército — 2ª parte.*

Decreto nº 56.233 — de 3 de maio de 1965.

Altera o nº 54, do art. 32 do Regulamento de Administração do Exército e revoga o Decreto nº 53.478, de 23 de janeiro de 1964.

Decreto nº 56.234 — de 3 de maio de 1965.

Regulamenta a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências.

Decreto nº 56.241 — de 4 de maio de 1965.

Aprova o Regulamento das comemorações da Semana do Cavalo.

Decreto nº 56.261 — de 5 de maio de 1965.

Altera o Regulamento, para o Colégio Naval, aprovado pelo Decreto nº 50.006, de 25-1-1961.

Decreto nº 56.267 — de 6 de maio de 1965.

Regulamenta as disposições dos artigos 1º a 10 da Lei nº 4.621, de 30 de abril de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 56.284 — de 14 de maio de 1965.

Altera o Decreto nº 52.693, de 15 de outubro de 1963.

Decreto nº 56.285 — de 14 de maio de 1965.

Aprova o Regulamento da Taxa de Serviços Federais.

Decreto nº 56.288 — de 17 de maio de 1965.

Acrescenta a letra "V" ao art. 27 e dá nova redacção ao nº 9, do art. 32, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 39.163, de 13 de novembro de 1951 e alterado pelo de nº 51.981, de 25 de abril de 1963 (RUPE) e torna insubsistente o Decreto nº 55.783, de 17 de fevereiro de 1965.

Decreto nº 56.303 — de 27 de maio de 1965.

REGULAMENTOS

Altera dispositivos do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha, aprovado pelo Decreto nº 42.808, de 13 de dezembro de 1957.

Decreto nº 56.393 — de 2 de junho de 1965.

Aprova o Regulamento de Embarques para a safra de café de 1965-1966.

Decreto nº 56.458 — de 12 de junho de 1965.

Revoga dispositivos do Decreto número 56.224, de 14 de maio de 1965.

Decreto nº 56.492 — de 18 de junho de 1965.

REIXACH, COSTA E CIA.
LIMITADA

Concede à Reixach, Costa & Cia. Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.010 — de 23 de abril de 1965.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

Decreto nº 56.435 — de 8 de junho de 1965.

REPÚBLICA DOMINICANA

Autoriza o Presidente da República a enviar contingente das Forças Armadas à República Dominicana, e dá outras providências.

Decreto Legislativo nº 38, de 1965.

ROCHAS BETUMINOSAS

Declara caduco o Decreto nº 7.359, de 10 de junho de 1941.

Decreto nº 55.014 — de 23 de abril de 1965.

ROCHAS PIROBETUMINOSAS

Declara caduco o Decreto nº 7.359, de 10 de junho de 1941.

Decreto nº 55.014 — de 23 de abril de 1965.

RODOVIAS

Denomina "Rodovia Lauro Müller" a atual BR-59, que liga o Estado do Paraná ao Estado Rio Grande do Sul.

Lei nº 4.614 — de 2 de abril de 1965.

Dá a denominação de "Rodovia Vital Brasil" à BR-32.

Lei nº 4.625 — de 13 de maio de 1965.

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 130.000.000, para o fim que menciona.

Lei nº 4.627 — de 13 de maio de 1965.

Dá nova organização e designação à Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás).

Decreto n: 56.435 — de 15 de junho de 1965.

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000, destinado a continuação das obras da Rodovia Belém-Brasília (BR-14).

Decreto nº 56.513 — de 23 de junho de 1965.

ROYAL INSURANCE COMPANY
LIMITED

Concede à Royal Insurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 56.139 — de 27 de abril de 1965.

RUBENS FLORENTINO VAZ —
Tenente-Coronel-Aviador

Considera morto em defesa da ordem, das instituições e do regime o Tenente-Coronel-Aviador Rubens Florentino Vaz.

Lei nº 4.664 — de 8 de junho de 1965.

S

S. A. ENTREPRISES ACKERMANS
& VAN HAAREN

Concede autorização à empresa S. A. Entreprises Ackermans & Van Haaren para operar em águas brasileiras, com equipamento de sua propriedade e respectivo pessoal, nos serviços de dragagem do Porto de Tubarão, no Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 56.385 — de 31 de maio de 1965.

SAFRAS

Cria o Grupo Executivo de Movimentação de Safras e dá outras providências.

Decreto nº 56.498 — de 21 de junho de 1965.

SALÁRIO EDUCAÇÃO

Aprova os quadros demonstrativos da receita e os planos de aplicação dos recursos federais provenientes do salário-educação.

Decreto nº 55.896 — de 2 de abril de 1965.

SAPATÚ S. A. INDÚSTRIA E
ENGENHARIA

Concede à Sapatú S. A. Indústria e Engenharia autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.090 — de 26 de abril de 1965.

SATÉLITES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para atender às despesas com a participação do Brasil no Sistema Mundial de Telecomunicações por Satélites.

Lei nº 4.666 — de 8 de junho de 1965.

**"SEGURANÇA INDUSTRIAL",
COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Seguradora Industrial Companhia Nacional de Seguros inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.137 — de 27 de abril de 1965.

**SEGURADORA INDUSTRIAL E
MERCANTIL S. A.**

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Seguradora Industrial e Mercantil S. A., relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.147 — de 27 de abril de 1965.

**SEGURADORA INDÚSTRIA E
COMÉRCIO S. A.**

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Seguradora Indústria e Comércio S. A., relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.146 — de 27 de abril de 1965.

SEGURO AGRÍCOLA

Abre, pelo Ministério da Fazenda, os créditos especiais autorizados pela Lei nº 4.430, de 20 de outubro de 1964, para os fins que especifica.

Decreto nº 56.201 — de 30 de abril de 1965.

**SEGURO DE CRÉDITO A
EXPORTAÇÃO**

Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.

Lei nº 4.678 — de 16 de junho de 1965.

SEMANA DO CAVALO

Aprova o Regulamento das comemorações da Semana do Cavalo.

Decreto nº 56.261 — de 5 de maio de 1965.

SEMANA DO FAZENDEIRO

Dispõe sobre a "Semana do Fazendeiro" e dá outras providências.

Decreto nº 56.392 — de 2 de junho de 1965.

SERVIÇO DE ALIENAÇÃO DE BENS

Extingue o Serviço de Alienação de Bens do Ministério da Marinha e dá outras providências.

Decreto nº 56.078 — de 26 de abril de 1965.

**SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Aprova os Orçamentos do Serviço de Alimentação da Previdência Social e do respectivo Conselho Fiscal.

Decreto nº 56.216 — de 30 de abril de 1965.

Retifica o enquadramento do Serviço de Alimentação da Previdência Social, do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 56.217 — de 30 de abril de 1965.

**SERVIÇO DE ESTATÍSTICA
DEMOGRÁFICA, MORAL E
POLÍTICA**

Aprova o Regimento do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 55.875 — de 29 de março de 1965.

**SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA
MÉDICA DOMICILIAR E DE
EMERGÊNCIA (SAMDU)**

Autoriza o S.A.M.D.U. a prover os empregos que menciona em diversas Unidades da Federação.

Decreto nº 55.958 — de 20 de abril de 1965.

Autoriza o SAMDU a prover os empregos que menciona para instalação do Posto de Osasco, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.226 — de 30 de abril de 1965.

**SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA
BACIA DO PRATA**

Inclui no Quadro do Serviço de Navegação da Bacia do Prata o cargo de Procurador-Geral.

Decreto nº 55.503 — de 24 de junho de 1965.

**SERVIÇO DE REMESSAS POSTAIS
INTERNACIONAIS**

Aprova o Regulamento para o Serviço de Remessas Postais Internacionais sujeitas à fiscalização aduaneira.

Decreto nº 55.870 — de 26 de março de 1965.

**SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA
UNIÃO**

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Bambuí, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.960 — de 20 de abril de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos terrenos que menciona situados no Município de Goiás, Estado de Goiás.

Decreto nº 55.968 — de 20 de abril de 1965.

**SERVIÇO NACIONAL DE
PROCESSAMENTO DE DADOS**

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial até o limite de ... Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), para atender às despesas que especifica.

Decreto nº 55.903 — de 8 de abril de 1965.

SERVIÇO MILITAR

Promulga o Acôrdo sobre Serviço Militar com a Itália.

Decreto nº 56.417 — de 4 de junho de 1965.

**SERVIÇO NACIONAL
DOS MUNICÍPIOS — SENAM**

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 36.221.047, a favor do Serviço Nacional dos Municípios — SENAM — subordinado ao Ministro de Estado Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

Lei nº 4.690 — de 21 de junho de 1965.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

Retifica o enquadramento do Pessoal do Serviço Social Rural, aprovado pelo Decreto nº 50.749, de 8 de junho de 1961.

Decreto nº 56.171 — de 28 de abril de 1965.

SERVIÇOS PORTUARIOS

Revoga o Decreto nº 50.322 de 7 de março de 1961.

Decreto nº 56.240 — de 4 de maio de 1965.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS

Concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

Lei nº 4.622 — de 3 de maio de 1965.

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica de Campo Grande, Mato Grosso.

Lei nº 4.640 — de 26 de maio de 1965.

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Empresa Telefônica de Uberaba S. A.

Lei nº 4.623 — de 21 de junho de 1965.

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Telefônica Pinhal Sociedade Anônima.

Lei nº 4.684 — de 21 de junho de 1965.

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA

Aprova o Orçamento da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

Decreto nº 56.473 — de 16 de junho de 1965.

SERVIDÃO

Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, imóveis situados no Estado de Sergipe, necessários à pesquisa e lavra de petróleo.

Decreto nº 55.927 — de 14 de abril de 1965.

SÍLICA

Autoriza a Mineração Serra Azul, Limitada a pesquisar minérios de ferro, manganês e sílica, no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.010 — de 23 de abril de 1965.

SINDICATO DOS OPERÁRIOS NAVAIS DO RIO DE JANEIRO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ... Cr\$ 1.300.000.000 (um bilhão de trezentos milhões de cruzeiros) destinado ao pagamento de insalubridade aos associados do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro e de serviços realizados, em navios do Lóide Brasileiro, por estaleiros nacionais.

Lei nº 4.659 — de 2 de junho de 1965.

SISAL

Fixa os preços básicos mínimos relativos à safra 1965-66, para a fibra do agave ou sisal, de produção nacional.

Decreto nº 58.290 — de 17 de maio de 1965.

SOCIEDADE AGRÍCOLA E INDUSTRIAL USINA OUTEIRINHOS LIMITADA

Concede à Sociedade Agrícola e Industrial Usina Outeirinhos Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.904 — de 9 de abril de 1965.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Lei nº 4.449 — de 29 de outubro de 1964.

Concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedades de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências.

Lei nº 4.656 — de 2 de junho de 1965.

Revigora o crédito autorizado pela Lei nº 4.271, de 24 de outubro de 1963, para abertura, pelo Ministério da Fazenda do crédito especial de ... Cr\$ 400.000.0000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à integralização da quota de participação da União na Sociedade de Economia Mista "Aços Frios Piratini", correspondente ao exercício de 1963.

Lei nº 4.692 — de 23 de junho de 1965.

SUBSCRIÇÃO COMPULSÓRIA

Dispõe sobre subscrição compulsória de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional pelas pessoas que recebem remuneração classificável na cédula "C" de rendimentos e dá outras providências.

Lei nº 4.621 — de 30 de abril de 1965.

SUBSÍDIO

Altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências.

Lei nº 4.670, de 12 de junho de 1965.

SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO SOCIEDADE ANÔNIMA

Aprova a nova redação do art. 8º dos Estatutos Sociais da Sul América Capitalização S.A.

Decreto nº 56.135 — de 27 de abril de 1965.

SUPERINTENDENCIA DE POLITICA AGRARIA

Retifica o enquadramento do Pessoal do Serviço Social Rural, aprovado pelo Decreto nº 50.749, de 8 de junho de 1961.

Decreto nº 56.171, de 28 de abril de 1965.

— Retifica o enquadramento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, órgão incorporado à Superintendência de Política Agrária.

Decreto nº 56.172, de 29 de abril de 1965.

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA (SUDEPE)

Fixa o valor das gratificações de representação de Gabinete para atender, provisoriamente, aos encargos de direção, chefia e assessoramento da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), e dá outras providências.

Decreto nº 56.505, de 25 de junho de 1965.

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE)

Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros) para os fins que especifica.

Decreto nº 56.491, de 18 de junho de 1965.

SUPERINTENDENCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONOMICA DA AMAZONIA

Ver: Amazônia.

SUPERINTENDENCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONOMICA DA FRONTEIRA SUDOESTE DO PAIS

Ver: Fronteira Sudoeste.

SUPERINTENDENCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO (SUNAB)

Aprova os Orçamentos da Superintendência Nacional do Abastecimento e da Comissão do Financiamento da Produção.

Decreto nº 56.429, de 8 de junho de 1965.

SUPERINTENDENCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO (SUNAB)

— Cria, na Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), o Departamento de Trigo e dá outras providências.

Decreto nº 56.452 — de 9 de junho de 1965.

T

TABELA

Ver: O nome do Ministério ou órgão a que se refere.

TALCO

Autoriza Proquisa — Comércio e Indústria de Produtos Químicos Sociedade Anônima a pesquisar talco no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.059, de 26 de abril de 1965.

— Autoriza Pereira & Alves Ltda. a pesquisar talco e caulim, no Município de Iguape, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.151, de 27 de abril de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Renato Martins de Siqueira a pesquisar talco no Município de Castro, Estado do Paraná.

Decreto nº 56.162, de 27 de abril de 1965.

TANTALO

Autoriza a Cia. Desenvolvimento de Industrias Minerais (CODIM), a pesquisar cassiterita e minérios de tântalo, no Município de Nazareno, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.117, de 26 de abril de 1965.

TARIFAS DAS ALFANDEGAS

Altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências.

Lei nº 4.670, de 12 de junho de 1965.

TARIFAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS

Prorroga, por mais 5 (cinco) anos, as disposições dos arts. 78, 79 e 80, da Lei nº 498, de 28 de novembro de 1948 e dá outras providências.

Lei nº 4.665, de 8 de junho de 1965.

TAXA DE SERVIÇOS FEDERAIS

Aprova o Regulamento da Taxa de Serviços Federais.

Decreto nº 56.288, de 17 de maio de 1965.

TEATROS

Dispõe sobre os cursos de teatro e regulamenta as categorias profissionais correspondentes.

Lei nº 4.641, de 27 de maio de 1965.

TELECOMUNICAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para atender às despesas com a participação do Brasil no Sistema Mundial de Telecomunicações por Satélites.

Lei nº 4.666, de 8 de junho de 1965.

TELEFONES — Ver: *Serviços Telefônicos.*

TELEVISÃO

Concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

Lei nº 4.622 — de 3 de maio de 1965.

TERRENOS DE MARINHA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato, de 5 de novembro de 1953, de revogação de aforamento do terreno de marinha que a União Federal outorgou à Imobiliária "A Pedra do Lar S.A."

Decreto Legislativo nº 37 — de 1965.

TERRENOS DE MARINHA

Dispõe sobre a aplicação do artigo 7º da Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958 que trata do aforamento, pelo Poder Executivo, dos acrescidos de marinha resultantes de obras e de outras providências.

Lei nº 4.687 — de 21 de junho de 1965.

Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.603 — de 20 de janeiro de 1965.

Autoriza estrangeira a adquirir, em regularização e revigoração de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha e acrescido que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.916 — de 13 de abril de 1965.

Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.917 — de 13 de abril de 1965.

Autoriza estrangeira a adquirir, em regularização e revigoração de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha e acrescido que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.918 — de 13 de abril de 1965.

Autoriza estrangeira a adquirir, em regularização e revigoração de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha e acrescido que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.919 — de 13 de abril de 1965.

Autoriza estrangeira a adquirir, em regularização e revigoração de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha e acrescidos que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.920 — de 13 de abril de 1965.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeira a adquirir, em reavivagem de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha e acrescido que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.971 — de 20 de abril de 1965.

Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.977 — de 22 de abril de 1965.

Autoriza estrangeira a adquirir, em reavivagem de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha e acrescido que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.978 — de 22 de abril de 1965.

Revoga o Decreto nº 40.735, de 9 de janeiro de 1957.

Decreto nº 56.239 — de 4 de maio de 1965.

Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, de terreno de marinha e acrescido que menciona, situado em Vitória, no Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 56.377 — de 31 de maio de 1965.

TERRITÓRIO DO ACRE

Estende aos remanescentes ou reformados da extinta Polícia Militar do antigo Território do Acre as disposições da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, que institui o novo Código de Vencimentos dos Militares.

Lei nº 4.711 — de 29 de junho de 1965.

TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado, aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Petrólio Mota de Oliveira.

Decreto Legislativo nº 15 — de 1965.

TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Júlio Olívio do Nascimento.

Decreto Legislativo nº 16 — de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Joaquim Bayma Nogueira.

Decreto Legislativo nº 28 — de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Joaquim Ferreira Lima.

Decreto Legislativo nº 33 — de 1965.

Modifica o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado em 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e João Batista Matos da Silveira.

Decreto Legislativo nº 48, de 1965.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 68.000.000 (sessenta e oito milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Lei nº 4.645 — de 31 de maio de 1965.

THE BANK OF TOKYO LTD.

Concede à sociedade The Bank of Tokyo Ltd. autorização para aumentar o seu capital no País.

Decreto nº 55.921 — de 13 de abril de 1965.

THE LIVERPOOL & LONDON & GLOBE INSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à The Liverpool & London & Globe Insurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 56.141 — de 27 de abril de 1965.

THE SYDNEY ROSS Co.

Concede à sociedade anônima The Sydney Ross Co. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 56.124 — de 27 de abril de 1965.

TRANSMAR S. A. — TRANSPORTES MARÍTIMOS

Conceta a autorização concedida, a Transmar S. A. — Transportes Marítimos, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Decreto nº 56.148 — de 27 de abril de 1965.

TRANSPORTADOR DE BAGAGENS

Dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens em portos no País e dá outras providências.

Lei nº 4.637 — de 20 de maio de 1965.

TRANSPORTE AEREO INTERNACIONAL

Promulga o Protocolo de emenda da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional.

Decreto nº 56.463 — de 15 de junho de 1965.

TRATORES

Concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

Lei nº 4.622 — de 3 de maio de 1965.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Regula processamento de aposentadoria e do montepio dos magistrados remunerados pela União e dá outras providências.

Lei nº 4.493 — de 24 de novembro de 1964.

TRIGO

Cria, na Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), o Departamento de Trigo e dá outras providências.

Decreto nº 56.452 — de 9 de junho de 1965.

TURF

Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 4.096, de 18 de julho de 1963 (Altera dispositivos da Lei nº 2.220, de 10 de julho de 1934), que dispõe sobre a taxa a que ficaram sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos.

Lei nº 4.631 — de 15 de maio de 1965.

TURISMO

Determina que as empresas de turismo, agências de viagens e de vendas de passagens só poderão funcionar no país, após registro na Divisão de Turismo e Certames do Departamento Nacional do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio.

Decreto nº 56.303 — de 20 de maio de 1965.

U

UNIFORMES

Permite o uso dos uniformes militares de condecoração da "Ordem do Mérito Médico".

Decreto nº 56.374 — de 28 de maio de 1965.

UNIVERSIDADES

Incorpora os Cursos da Campanha de Formação de Geólogos a Universidades Federais e dá outras providências.

Lei nº 24.618 — de 16 de abril de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 877.852.800 (oitocentos e setenta e sete milhões, oitocentos e cinqüenta e dois mil e oitocentos cruzeiros), para atender às despesas relativas ao enquadramento do pessoal da Universidade da Bahia.

Lei nº 4.661 — de 2 de junho de 1965.

Desdobra em duas unidades universitárias distintas a atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará.

Lei nº 4.662 — de 2 de junho de 1965.

Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Quadro Ordinário de Pessoal da Universidade do Brasil.

Decreto nº 55.843 — de 18 de março de 1965.

Retifica o Quadro Extraordinário do Pessoal da Universidade do Brasil e dá outras providências.

Decreto nº 55.844 — de 18 de março de 1965.

Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade de Santa Maria, classifica os respectivos cargos de nível superior e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.887 — de 31 de março de 1965.

Aprova os Orçamentos das Universidades de Alagoas, do Brasil e de Santa Catarina.

Decreto nº 55.944 — de 19 de abril de 1965.

Aprova os Orçamentos das Universidades do Pará, Ceará e Minas Gerais para o exercício de 1965.

Decreto nº 56.243 — de 4 de maio de 1965.

UNIVERSIDADES

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que indica, limítrofe ao terreno da Faculdade de Farmácia da Universidade do Paraná, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 56.251 — de 5 de maio de 1965.

Inclui função gratificada na Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Universidade do Brasil.

Decreto nº 56.253 — de 5 de maio de 1965.

Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade de Santa Maria.

Decreto nº 56.252 — de 5 de maio de 1965.

Classifica os cargos de nível superior da Universidade Federal de Goiás e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 56.254 — de 5 de maio de 1965.

Classifica os cargos de nível superior da Universidade do Rio Grande do Norte e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 56.255 — de 5 de maio de 1965.

Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade de Alagoas.

Decreto nº 56.256 — de 5 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área situada no Município de Piraquara, Estado do Paraná.

Decreto nº 56.274 — de 10 de maio de 1965.

Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade do Recife.

Decreto nº 56.257 — de 5 de maio de 1965.

Concede reconhecimento à Faculdade de Direito da Universidade de Goiás.

Decreto nº 56.283, de 13 de maio de 1965.

UNIVERSIDADES

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis destinados à Universidade do Ceará.

Decreto nº 56.361, de 27 de maio de 1965.

Dispõe sobre a elaboração da lista triplíce para a escolha de Diretores de estabelecimentos federais de ensino superior e de Reitores de Universidades oficiais.

Decreto nº 56.410, de 3 de junho de 1965.

Classifica os cargos de níveis superior do Escritório Técnico da Cidade Universitária, da Universidade do Brasil, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 56.411, de 4 de junho de 1965.

Classifica os cargos de nível superior da Universidade Rural de Pernambuco e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 56.415, de 4 de junho de 1965.

Retifica o enquadramento da Universidade de Minas Gerais, aprovado pelo Decreto nº 51.359, de 24 de novembro de 1961.

Decreto nº 56.470, de 16 de junho de 1965.

Ver, também, Cursos, Escolas e Faculdades.

UTILIDADE PÚBLICA (declaração).

Declara de utilidade pública o "Lar São Judas Tadeu", com sede em Pindamonhangaba Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.751 de 30 de outubro de 1964.

Declara de utilidade pública a Irmandade de Santa Casa de Londrina, com sede em Londrina, Estado do Paraná.

Decreto nº 54.951, de 10 de novembro de 1964.

UTILIDADE PÚBLICA (declaração)

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Metais, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.011, de 17 de novembro de 1964.

Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada a passagem de linha de transmissão, bem como área destinada a localização da subestação.

Decreto nº 55.894 — de 1 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública a Associação das Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.915 — de 12 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Israelita do Rio de Janeiro", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.941 — de 19 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública a Sociedade de Maria, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.943 — de 19 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública a Associação Cacondense Pró-Bolsa de Estudos, com sede em Cacondé, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.964 — de 10 de novembro de 1964.

Declara de utilidade pública a Congregação de São João Batista, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e as congregações que enumera.

Decreto nº 55.966 — de 20 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública a sociedade Pio Sodalicio das Damas da Caridade com sede em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.967 — de 20 de abril de 1965.

UTILIDADE PÚBLICA (declaração)

Declara de utilidade pública o Lar Escola Irmã Maria Angela, com sede em Campinas, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.973 — de 20 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública a "Sociedade Divina Providência", com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.300 — de 19 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública a Associação Paulista da Igreja Adventista do Sétimo Dia, com sede em São Paulo.

Decreto nº 53.346 — de 21 de maio de 1965.

Declara de validade pública a "Casa do Pequeno Operário", com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.484 — de 18 de junho de 1965.

V

VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, a 27 de agosto de 1954, entre a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a I.B.M. World Trade Corporation.

Decreto Legislativo nº 27, de 1965.

VIAÇÃO FERREA RIO GRANDE DO SUL

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 75.800.000 para o fim que menciona.

Decreto nº 56.325 — de 21 de maio de 1965.

VICE-GOVERNADORES ESTADUAIS

Emenda Constitucional nº 13.

VINHOS

Transforma a Estação de Enologia em Brasília, em Posto de Análise de Vinho em Brasília, subordinado ao Instituto de Fermentação, do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias.

Decreto nº 53.504 — de 24 de junho de 1965.

X

XAINXA DO IRA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Xainxá do Irã.

Lei nº 4.691 — de 21 de junho de 1965.

XAVIER & BUENO LTDA.

Concede a Xavier & Bueno Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.009 — de 23 de abril de 1965.

ANEXOS

ANEXOS

ANEXOS

ANEXOS

ANEXOS

ANEXOS

ANEXOS

ANEXOS

ANEXOS

ANEXOS

ANEXOS

ANEXOS

ANEXOS

ANEXOS

ANEXOS

ANEXOS



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1965 — VOLUME V

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1965

CÂMARA DOS DEPUTADOS	
BIBLIOTECA	
Compra PT\$ 2,200	
Imprensa Nacional	
3-3-66	66/416

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — EMENDA CONSTITUCIONAL

	Págs.
15 — Emenda Constitucional — Publicada no <i>D. O.</i> de 6-7-65	3

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

65 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tri- bunal de Contas da União de- negatório de registro a con- trato de empréstimo, no va- lor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) cele- brado entre a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul — Publicado no <i>D. O.</i> de 19-7 e republicado no de 10-8-65	5
66 — Decreto Legislativo de 1965 — Autoriza o Governo Brasileiro a aderir à Conven- ção sobre a Escravidão, as- sinada em Genebra em 25 de setembro de 1926 e emendada pelo protocolo aberto a as- sinatura ou à aceitação em 7 de dezembro de 1953, e à Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Aná- logas à Escravidão, firmada em Genebra a 7 de setembro de 1956 — Publicado no <i>D.O.</i> de 19-7 e retificado no de 10-8-65	5

Págs.

67 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tri- bunal de Contas da União de- negatório de registro a termo de contrato celebrado em 20 de novembro de 1957, entre a União Federal e a Compa- nhia Ultragás S. A. — Pu- blicado no <i>D. O.</i> de 19-7 e re- tificado no de 10-8-65	6
68 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova o Acôrdo para o estabelecimento de um pro- grama de colaboração para o preparo de mapas topográ- ficos e cartas aeronáuticas no Brasil — Publicado no <i>D. O.</i> de 19-7 e retificado no de 10-8-65	6
69 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova o Acôrdo de Garantia de Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Was- hington, em 6 de fevereiro de 1965 — Publicado no <i>D. O.</i> de 19-7-65	7
70 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova a Convenção nº 109, denominada "Con- venção sobre salários, dura- ção do trabalho a bordo e efetivos", adotada pela Con- ferência-Geral da Organiza- ção do Trabalho — Publicado no <i>D. O.</i> de 4-8-65	7

	Págs.		Págs.
71 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova o Acôrdo Cultural assinado, em Brasília, entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Senegal — Publicado no D. O. de 4-8-65	8	dezembro de 1954, celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Jorge Aurélio Pôssa — Publicado no D. O. de 23-8-65	10
72 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a Termo do Acôrdo celebrado em 16 de novembro de 1953, entre o Governo da União e o do Estado do Paraná — Publicado no D. O. de 4-8-65	8	78 — Decreto Legislativo de 1965 — Torna definitivo o registro feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União, em 16 de agosto de 1957 da Concessão de melhoria de proventos de aposentadoria a Almir Figueira da Costa — Publicado no D. O. de 23 e reproduzido no de 27-8-65 ..	10
73 — Decreto Legislativo de 1965 — Modifica o art. 6º do Decreto Legislativo nº 19, de 12 de dezembro de 1962, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 4-8-65	8	79 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de 1938, sobre a Ligação Ferroviária com a Bolívia, firmado em La Paz em 23 de julho de 1964 — Publicado no D. O. de 23-8-65 ..	11
74 — Decreto Legislativo de 1965 — Torna definitivo o registro da despesa de Cr\$ 1.497.381,10 (um milhão, quatrocentos e noventa e sete mil oitocentos e oitenta e um cruzeiros e dez centavos), feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União e referente ao pagamento à firma J. Dantas & Cia. Ltda. por serviços prestados ao Ministério da Viação e Obras Públicas — Publicado no D. O. de 9-8-65	9	80 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Parágrafo a do Artigo 50 da Convenção de Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, a 21 de junho de 1961 — Publicado no D. O. de 27-8 e reproduzido no de 6-9-65	11
75 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova o Acôrdo Comercial assinado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Senegal — Publicado no D. O. de 9-8-65	9	81 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém atos do Tribunal de Contas denegatórios do registro a termos de 29 de outubro de 1954 e de 17 de janeiro de 1955, aditivos a acôrdo de 13 de maio de 1954, celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas — Publicado no D. O. de 27-8-65	11
76 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova o Acôrdo para o "estabelecimento de uma Missão Militar Norte-Americana no Brasil", concluído em Washington a 29 de julho de 1943 — Publicado no D. O. de 13-8-65	10	82 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova o Acôrdo Internacional do Cacau, assinado pelo Governo Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964 — Publicado no D. O. de 27-8-65	12
77 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 18 de novembro de 1955, aditivo ao contrato, de 29 de		83 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova o Convênio de Cooperação Social assinado, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a 11 de agosto	

Págs.		Págs.
	de 1964, pelos Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Espanha. — Publicado no D. O. de 6-9-65	
84	— Decreto Legislativo de 1965 — Torna definitivo o registro da despesa de Cr\$ 86.795,40 (oitenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e quarenta centavos), feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas em sessão de 21 de agosto de 1964 e referente ao pagamento a Luiza de Castro, da Alfândega de Fortaleza, Estado do Ceará, da percentagem de 10% prevista no art. 4º do Decreto-lei nº 8.663, de 24 de janeiro de 1946 — Publicado no D. O. de 15 e reproduzido no de 29-9-65	12
85	— Decreto Legislativo de 1965 — Aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual", assinado em Guadalajara, México, a 18 de setembro de 1961 — Publicado no D. O. de 15-9-65	12
86	— Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado em 28 de setembro de 1954, entre a 6ª Região Militar, com sede em Salvador, Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos — Publicado no D. O. de 17-9-65	13
87	— Decreto Legislativo de 1965 — Determina o registro do Convênio nº 01/64-69 celebrado em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul — Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1965	14
	III — LEIS	
	4.718 — Lei de 6 de julho de 1965 — Dá a denominação de "Usina Governador Jorge Lacerda" à usina termelétrica de Capivari-Tubarão, Estado de Santa Catarina, construída pela SOTELCA — Publicada no D. O. de 9-7-65 ..	13
	4.719 — Lei de 6 de julho de 1965 — Eleva a pensão especial, concedida aos herdeiros de Clóvis Bevilacqua — Publicado no D. O. de 9-7-65 ..	13
	4.720 — Lei de 8 de julho de 1965 — Altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército — Publicada no D. O. de 9 e retificada no de 15-7-65 ..	15
	4.721 — Lei de 9 de julho de 1965 — Fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 13-7-65	18
	4.722 — Lei de 9 de julho de 1965 — Cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 13-7-65 ..	19
	4.723 — Lei de 9 de julho de 1965 — Dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências — Publicada no D. O. de 14-7-65	19
	4.724 — Lei de 9 de julho de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$.. 70.058.304 (setenta milhões, cinquenta e oito mil, trezentos e quatro cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento da contribuição do Brasil relativa ao financiamento dos estudos preliminares necessários à construção do "Tampón del Darien", trecho da Estrada Pan-	

	Págs.		Págs.
americana" — Publicada no D. O. de 14-7-65	20	4.733 — Lei de 14 de julho de 1965 — Isenta do imposto de selo os contratos assinados pela Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — COPERBO — sociedade de economia mista localizada no Município do Cabo, Estado de Pernambuco — Publicada no D. O. de 19-7-65	6*
4.725 — Lei de 13 de julho de 1965 — Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 13 e retificada no de 19-7-65	20	4.734 — Lei de 14 de julho de 1965 — Estabelece normas para o aproveitamento, como servidores civis efetivos, dos militares remanescentes das extintas Companhias de Serviço Industrial — Publicada no D. O. de 21-7-65	60
4.726 — Lei de 13 de julho de 1965 — Dispõe sobre os Serviços do Registro do Comércio e Atividades afins, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 15 e retificada no de 21-7-65	22	4.735 — Lei de 14 de julho de 1965 — Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para a importação de objetos doados pela Holanda à Província Carmelita de Santo Elias — Publicada no D. O. de 21-7-65	61
4.727 — Lei de 13 de julho de 1965 — Dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e dá outras providências — Publicada no D. O. de 16-7-65	32	6.736 — Lei de 15 de julho de 1965 — Dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 16-7-65	61
4.728 — Lei de 14 de julho de 1965 — Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento — Publicada no D. O. de 16-7 e retificada no de 16-8-65	33	4.737 — Lei de 15 de julho de 1965 — Institui o Código Eleitoral — Publicada no D. O. de 19 e retificada no de 30-7-65	62
4.729 — Lei de 14 de julho de 1965 — Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências — Publicada no D. O. de 19-7-65	56	4.738 — Lei de 15 de julho de 1965 — Estabelece novos casos de inelegibilidades, com fundamento no artigo 2º da Emenda Constitucional número 14 — Publicada no D. O. de 19 e retificada no de 30-7-65	119
4.730 — Lei de 14 de julho de 1965 — Transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências — Publicada no D. O. de 16 e retificada no de 22-7-65	57	4.739 — Lei de 15 de julho de 1965 — Dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico e dá outras providências — Publicada no D. O. de 19 e retificada no de 30-7-65	123
4.731 — Lei de 14 de julho de 1965 — Exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares — Publicada no D. O. de 16-7-65	59	4.740 — Lei de 15 de julho de 1965 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos — Publi-	
4.732 — Lei de 14 de julho de 1965 — Altera o artigo 5º da Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962, que "autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências — Publicada no D. O. de 10-7-65	59		

	Págs.		Págs.
cada no D. O. de 19 e retificada no de 30-7-65	125	4.747 — Lei de 11 de agosto de 1965 — Concede a pensão especial de Cr\$ 33.000 (trinta e três mil cruzeiros) mensais à viúva e filhas de Manoel Gomes da Silva — Publicada no D. O. de 13-8-65 ..	138
4.741 — Lei de 15 de julho de 1965 — Fixa novos valores dos símbolos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 19-7-65	135	4.748 — Lei de 11 de agosto de 1965 — Concede pensão especial a ex-aluno da Escola Técnica-Profissional "Almirante Ferraz" do Centro de Armamento da Marinha, do Ministério da Marinha — Publicada no D. O. de 13-8-65 ..	139
4.742 — Lei de 15 de julho de 1965 — Dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo — Publicado no D. O. de 19-7-65 ..	136	4.749 — Lei de 12 de agosto de 1965 — Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 — Publicada no D. O. de 13-8-65	139
4.743 — Lei de 16 de julho de 1965 — Dispõe sobre as comemorações do centenário do nascimento do Marechal Rondon — Publicada no D. O. de 19-7-65	137	4.750 — Lei de 12 de agosto de 1965 — Dispõe sobre financiamento de papel de imprensa, cria o Grupo Executivo da Indústria do Livro — GEIL — e dá outras providências — Publicada no D. O. de 16 e retificada no de 24-8-65	140
4.744 — Lei de 19 de julho de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros), para o fim que especifica — Publicada no D. O. de 21-7-65 ..	137	4.751 — Lei de 12 de agosto de 1965 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para atender a despesas com o Território Federal do Amapá, referentes a exercícios anteriores — Publicada no D. O. de 16-8-65	143
4.745 — Lei de 21 de julho de 1965 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para reconstrução da ponte sobre o Rio da Prata, no trecho João Pinheiro-Paracatú — Publicada no D. O. de 22-7-65	138	4.752 — Lei de 13 de agosto de 1965 — Revigora o art. 40 da Lei nº 4.229, de 19 de junho de 1963, que autorizou o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para o fim que menciona. — Publicada no D. O. de 17 e retificada no de 23-8-65	143
4.746 — Lei de 23 de julho de 1965 — Abre ao Poder Legislativo o crédito especial de Cr\$ 415.756.000 (quatrocentos e quinze milhões setecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), destinado a pagamentos devidos ao Instituto de Previdência dos Congressistas (I. P. C.) — Publicada no D. O. de 12-8-65	138	4.753 — Lei de 13 de agosto de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$..	

	Págs.		Págs.
60.000.000 (sessenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a realização da VIII Bienal de São Paulo — Publicada no D. O. de 17-3-65	143	4.760 — Lei de 23 de agosto de 1965 — Estende aos guardas-civis dos Estados e Territórios o benefício previsto no artigo 295 do Código de Processo Penal — Publicada no D. O. de 26-8 e retificada no de 13-9-65	149
4.754 — Lei de 18 de agosto de 1965 — Retifica vários dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar) — Publicada no D. O. de 20-8-65	144	4.761 — Lei de 28 de agosto de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Estado Maior das Forças Armadas e aos Ministérios Militares o crédito especial de Cr\$ 6.400.000.000 para atender a despesas com o Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRAS) — Publicada no D. O. de 25-8-65	149
4.755 — Lei de 18 de agosto de 1965 — Dispõe sobre a forma de fixação do imposto sindical devido pelos estabelecimentos rurais e dá outras providências — Publicada no D. O. de 23-8 e retificada no de 13-9-65	144	4.762 — Lei de 30 de agosto de 1965 — Modifica o art. 11 e seus parágrafos da Lei número 1.493, de 13 de dezembro de 1951, alterados pela Lei nº 2.266, de 12 de julho de 1954, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 31-8-65	150
4.756 — Lei de 18 de agosto de 1965 — Concede isenção de impostos, taxa e emolumentos para um automóvel doado a Edson Arantes do Nascimento pela firma "Auto Henneke", de München, Alemanha — Publicada no D. O. de 23-8-65	145	4.763 — Lei de 30 de agosto de 1965 — Inclui, no Polígono das, o Município de Vitória das Conquistas, no Estado da Bahia e dá outras providências — Publicada no D. O. de 31-8-65	150
4.757 — Lei de 18 de agosto de 1965 — Concede isenção de direitos de importação, mais taxas aduaneiras e imposto de consumo para materiais importados pela S. A. Rádio Tupi, com sede no Estado da Guanabara — Publicada no D. O. de 23-8-65	145	4.764 — Lei de 30 de agosto de 1965 — Concede a inclusão da Escola de Serviço Social, anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal — Publicada no D. O. de 31-8-65	151
4.758 — Lei de 19 de agosto de 1965 — Altera dispositivo da Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964 que aprovou o Orçamento Geral da União para o Exercício de 1965 — Publicada no D. O. de 24-8 e retificada no de 1-9-65	146	4.765 — Lei de 30 de agosto de 1965 — Aplica disposições das Leis ns. 2.370, de 9 de dezembro de 1954 e 3.765, de 4 de maio de 1960, aos Oficiais Engenheiros da Reserva de 2ª Classe da Aeronáutica convocados para o serviço ativo — Publicada no D. O. de 1-9-65	151
4.759 — Lei de 20 de agosto de 1965 — Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais — Publicada no D. O. de 24-8-65	149		

Págs.	Págs.
4.766 — Dispõe sobre a elaboração de um Plano Diretor Regional, ao qual ficará subordinada a utilização das áreas que constituem o Distrito Federal, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 1-9-65	151
4.767 — Lei de 30 de agosto de 1965 — Promove os Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada — Publicada no D. O. de 1-9-65	152
4.768 — Lei de 3 de setembro de 1965 — Isenta de todos os impostos e taxas federais a Fundação Bienal de São Paulo — Publicada no D. O. de 8-9-65	153
4.769 — Lei de 9 de setembro de 1965 — Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 13 e retificada no de 16-9-65	153
4.770 — Lei de 15 de setembro de 1965 — Dispõe sobre a assistência financeira do Governo Federal a Estados e Municípios e dá outras providências — Publicada no D. O. de 16-9-65	156
4.771 — Lei de 15 de setembro de 1965 — Institui o novo Código Florestal — Publicada no D. O. de 16 e retificada no de 28-9-65	157
4.772 — Lei de 15 de setembro de 1965 — Dispõe sobre a transferência de cargos e dos respectivos servidores do Escritório técnico da Cidade Universitária, da Universidade do Brasil, para o Quadro do Pessoal — Parte Permanente, do Departamento Administrativo do Serviço Público e vice-versa, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 17-9-65	163
4.773 — Lei de 15 de setembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes da participação da União na constituição do capital da Empresa Brasileira de Telecomunicações — Publicada no D. O. de 17-9-65	164
4.774 — Lei de 15 de setembro de 1965 — Concede pensão especial a Paulo Soares, ex-servidor do Ministério da Guerra — Publicada no D. O. de 20 e retificada no de 28-9-65	164
4.775 — Lei de 22 de setembro de 1965 — Prorroga o prazo estabelecido no art. 2º da Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954, que autoriza o Poder Executivo a financiar operações imobiliárias realizadas pelo Clube Naval — Publicada no D. O. de 24-9-65	164
4.776 — Lei de 22 de setembro de 1965 — Abre, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado ao combate à malária — Publicada no D. O. de 28-9-65 ..	165
4.777 — Lei de 22 de setembro de 1965 — Estende à Comarca de São Vicente a Jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, no Estado de São Paulo — Publicada no D. O. de 28-9-65 ..	165
4.778 — Lei de 22 de setembro de 1965 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades flores-	

	Págs.		Págs.
tais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos em prestações — Publicada no <i>D. O.</i> de 28-9-65	166	riores, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes do reajustamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento — Publicado no <i>D. O.</i> de 30-9-65	166
4.779 — Lei de 28 de setembro de 1965 — Retifica, sem aumento de despesa, a Lei número 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1965 — Publicado no <i>D. O.</i> de 30-9-65	166	4.781 a 4.783 — Ainda não foram publicadas no <i>Diário Oficial</i>	167
4.780 — Lei de 23 de setembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exte-		4.784 — Lei de 28 de setembro de 1965 — Define a competência dos Estados para a cobrança do imposto sobre vendas e consignações — Publicada no <i>D. O.</i> de 30-9-65 . .	167

ÍNDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
58 — Decreto Legislativo de 1965 — Determina o registro do contrato celebrado, em 18 de janeiro de 1960, entre a União Federal e o Banco do Brasil S. A. — Republicado no D. O. de 19-7 e retificado no de 4-8-65	171	lho Nacional de Transportes e dá outras providências — Publicada no D. O. de 14 e retificada no de 16-9-65	172
4.452 — Lei de 5 de novembro de 1964 — Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do projeto que se transformou na Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 6 e retificada no de 16-7-65	171	4.592 — Lei de 29 de dezembro de 1964 — Partes mantidas pelo Congresso Nacional, do projeto que se transformou na Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964, que aprova o Plano Nacional de Viação — Publicada no D. O. de 6, republicada no de 19-7 e retificada no de 13-8-65	173
4.502 — Lei de 30 de novembro de 1964 — Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas — Publicada no D. O. de 19-7-65	172	4.663 — Lei de 3 de junho de 1965 — Cria estímulos ao aumento de produtividade e à contenção de preços e dá outras providências — Retificada no D. O. de 24-9-65	175
4.531 — Lei de 3 de dezembro de 1964 — Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei número 4.531, de 3 de dezembro de 1964, que fixa os vencimentos de Membros do Ministério Público Federal, e do Serviço Jurídico da União e dá outras providências — Publicada no D. O. de 9-7-65 ..	172	4.676 — Lei de 16 de junho de 1965 — Modifica, em parte, as Leis ns. 2.308, de 31 de agosto de 1954, 2.944, de 8 de novembro de 1956, de 29 de novembro de 1962, e 4.364, de 22 de junho de 1964, que dispõem sobre o Fundo Federal de Eletrificação e sobre a distribuição e aplicação do Imposto Único sobre Energia Elétrica, e dá outras providências — Retificada no D. O. de 20-8-65	175
4.563 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Institui o Conse-		4.685 — Lei de 21 de junho de 1965 — Modifica a Lei número 3.760, de 25 de abril de 1960, que concede a pensão especial de Cr\$ 40.000 (quarenta mil cruzeiros) à viúva e filhos do Senador Lameira Bittencourt — Retificada no D. O. de 5-7-65	175
		4.689 — Lei de 21 de junho de 1965 — Isenta do imposto de	

	Págs.		Págs.
importação dez mil toneladas de placas de aço (slabs) importadas pela Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), — Retificada no D. O. de 5-7-65	176	4.704 — Lei de 28 de junho de 1965 — Disciplina o recolhimento pelo Departamento dos Correios e Telégrafos de seus saldos orçamentários já empenhados e dá outras providências — Publicada no D. O. de 2-7-65	189
4.697 — Lei de 22 de junho de 1965 — Dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.323, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — Retificada no D. O. de 1-7-65	176	4.705 — Lei de 28 de junho de 1965 — Concede isenção das Taxas de Despacho Aduaneiro e de Melhoramentos dos Portos para um aparelho de Raios X, doado ao Círculo Operário Porto Alegrense, Porto Alegre, Rio Grande do Sul — Publicada no D. O. de 2 e retificada no de 16-7-65	190
4.698 — Lei de 28 de junho de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com o financiamento previsto na Lei nº 2.321, de 11 de setembro de 1954 — Publicada no D. O. de 1-7-65	176	4.706 — Lei de 28 de junho de 1965 — Transfere a Seção de Irrigação da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia, para o Serviço de Promoção Agropecuária do Departamento de Promoção Agropecuária, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 5-7-65	190
4.701 — Lei de 28 de junho de 1965 — Dispõe sobre o exercício da atividade hemoterápica no Brasil e dá outras providências — Publicada no D. O. de 1 e retificada no de 9-7-65	177	4.707 — Lei de 28 de junho de 1965 — Dispõe sobre transferência de próprio nacional ao Estado de Minas Gerais e à Prefeitura de Belo Horizonte — Publicada no D. O. de 5-7-65	190
4.702 — Lei de 28 de junho de 1965 — Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões, trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), a órgãos subordinados à Presidência da República ou a diversos Ministérios — Publicada no D. O. de 1 e retificada no de 16-7-65	179	4.708 — Lei de 28 de junho de 1965 — Revoga o art. 2º da Lei nº 1.024-A, de 29 de dezembro de 1949, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Prefeitura de Salvador, Estado da Bahia, uma área de terreno para fim de utilidade pública — Publicada no D. O. de 5-7-65	191
4.703 — Lei de 28 de junho de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 370.000.000 (trezentos e setenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da realização da Segunda Conferência Interamericana Extraordinária — Publicada no D. O. de 2-7-65	189	4.709 — Lei de 28 de junho de 1965 — Altera a Lei número 2.743, de 6 de março de 1956, e cria a Campanha de Erradicação da Malária — Publicada no D. O. de 6 e retificada no de 14-7-65	191
		4.710 — Lei de 28 de junho de 1965 — Isenta da taxa de despacho aduaneiro, a que se re-	

Págs.		Págs.
	fero o art. 66, da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, material doado a estabelecimento hospitalar — Publicada no <i>D. O.</i> de 6 e retificada no de 16-7-65	194
4.712	— Lei de 29 de junho de 1965 — Dá nova redação à alínea c, do art. 15 da Lei número 1.184, de 30 de agosto de 1950, que dispõe sobre o Banco de Crédito da Borracha S. A. — Publicada no <i>D. O.</i> de 1-7-65	194
4.713	— Lei de 29 de junho de 1965 — Cria o Quadro de Práticos da Armada e dá outras providências — Publicada no <i>D. O.</i> de 1 e retificada no de 16-7-65	194
4.714	— Lei de 29 de junho de 1965 — Modifica legislação sobre o uso da marca de fogo	
	no gado bovino — Publicada no <i>D. O.</i> de 6 e retificada no de 16-7-65	195
4.715	— Lei de 29 de junho de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a permutar um terreno de propriedade da União Federal por outros pertencentes ao Município de Guarapuava, Estado do Paraná — Publicada no <i>D. O.</i> de 7-7-65	196
4.716	— Lei de 20 de junho de 1965 — Dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no País — Publicada no <i>D. O.</i> 7 e retificada no de 13-7-65 ..	197
4.717	— Lei de 29 de junho de 1965 — Regula a ação popular — Publicada no <i>D. O.</i> de 5-7-65	198

Figuram neste volume a Emenda Constitucional, os Decretos legislativos e as Leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1965, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — EMENDA CONSTITUCIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 15

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda aditiva ao texto constitucional:

Art. 219. O pedido de registro de candidato a qualquer cargo eletivo será sempre acompanhado de declaração de bens de que conste a sua origem.

Art. 220. Verificada, mediante processo estabelecido em lei, a falsidade da declaração, não será expedido diploma, que se cassará, seja expedido.

Art. 221. Noventa dias antes do término de mandato eletivo, o titular do cargo do Poder Executivo ou Legislativo apresentará nova declaração de bens de que constem a origem e as mutações patrimoniais ocorridas no curso do mandato.

§ 1º Na hipótese de renúncia a declaração será feita nos dez dias seguintes ao em que esta se verificar.

§ 2º A declaração de bens de que trata este artigo será apresentada à Justiça Eleitoral competente na forma da lei.

§ 3º A falta de declaração importará crime de responsabilidade, nos termos da lei, bem assim suspensão do pagamento do subsídio ou qualquer outra vantagem pecuniária decorrente do exercício do cargo eletivo.

Art. 222 São vedados e considerados nulos de pleno direito não gerando obrigação de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem qualquer direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre os noventa dias anteriores à data das eleições federais, estaduais e municipais e o término respectivamente do mandato do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal, importem:

a) nomear, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, no serviço centralizado autárquico ou nas sociedades de economia mista de que o Poder Público tenha o controle acionário a não ser para cargos em comissão ou funções gratificadas, cargos de magistratura, e ainda para aqueles para cujo provimento tenha havido concurso de provas,

b) contratar obras ou adquirir equipamento e máquinas, salvo mediante concorrência pública;

c) distribuir ou ampliar fundos ou verbas globais, a não ser dentro do critério fixado em lei anterior;

d) autorizar empréstimos por bancos oficiais ou por entidades de crédito em que o Poder Público detenha o controle do capital, a Estado ou Município salvo em caso de calamidade pública ou quando o contrato obedecer a normas uniformes.

Brasília, 5 de julho de 1955.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Bilac Pinto, Presidente
Baptista Ramos, 1º Vice-Presidente
Mário Gomes, 2º Vice-Presidente
Nilo Coêlho, 1º Secretário
Henrique de La Rocque, 2º Secretário
Emílio Gomes, 3º Secretário
Nogueira de Rezende, 4º Secretário

A MESA DO SENADO FEDERAL

Auro Moura Andrade, Presidente
Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente
Dmarie Mariz, 1º Secretário
Gilberto Marinho, 2º Secretário
Cattete Pinheiro, 3º Secretário, em exercício.
Joaquim Parente, 4º Secretário, em exercício.

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 65, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) celebrado entre a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º E mantido o ato, de 30 de abril de 1964, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, em 8 de abril de 1963.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de julho de 1965

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº 1, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 66, DE 1965

Autoriza o Governo Brasileiro a aderir à Convenção sobre a Escravidão, assinada em Genebra em 25 de setembro de 1926 e emendada pelo protocolo aberto à assinatura ou à aceitação em 7 de dezembro de 1953, e à Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravidão, firmada em Genebra a 7 de setembro de 1956.

Art. 1º E' o Governo Brasileiro autorizado a aderir à Convenção sobre a Escravidão, assinada em Genebra, em 25 de setembro de 1926, e emendada pelo protocolo aberto à assinatura ou à aceitação em 7 de dezembro de 1953, e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos, e das Instituições e Práticas Análogas à Escravidão, firmada em Genebra, a 7 de setembro de 1956.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de julho de 1965

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 67, DE 1965

Mantem o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado em 20 de novembro de 1957, entre a União Federal e a Companhia Ultragás S.A.

Art. 1º É mantido o ato de 17 de janeiro de 1958, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato de constituição de aforamento de terreno acrescido de marinha, lote 3.384, situado na Rua Desiderio de Oliveira esquina com a Rua Projetada "C", no aterro de São Lourenço, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, celebrado, em 20 de novembro de 1957, entre a União Federal, como outorgante, e a Companhia Ultragás S.A. como outorgada.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de julho de 1965

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 68, DE 1965

Aprova o Acôrdo para o estabelecimento de um programa de colaboração para o preparo de mapas topográficos e cartas aeronáuticas no Brasil

Art. 1º É aprovado o Acôrdo para o estabelecimento de um programa de colaboração para o preparo de mapas topográficos e cartas aeronáuticas no Brasil concluído entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, por troca de notas datadas de 2 de junho de 1952.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de julho de 1965

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1965

Aprova o Acôrdo de Garantia de Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 6 de fevereiro de 1965.

Art. 1º Fica aprovado o Acôrdo de Garantia de Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 6 de fevereiro de 1965.

Art. 2º Ressalva-se que por denegação de justiça, nos termos do art. VI, § 3º, se entende: a inexistência de tribunais regulares, ou de vias normais de acesso à justiça; a recusa de julgar, de parte da autoridade competente, o retardamento injustificável da decisão judicial, com violação da lei processual interna.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 15 de julho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 1965

Aprova a Convenção nº 109, denominada "Convenção sobre salários, duração do trabalho a bordo e efetivos", adotada pela Conferência-Geral da Organização Internacional do Trabalho.

Art. 1º É aprovada, para todos os efeitos, a Convenção nº 109, denominada "Convenção sobre salários, duração do trabalho a bordo e efetivos" adotada no décimo quarto dia de maio de mil novecentos e cinquenta e oito, pela Conferência-Geral da Organização Internacional do Trabalho, em sua 41ª sessão, convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional de Trabalho.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de julho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 71, DE 1965

Aprova o Acôrdo Cultural assinado, em Brasília, entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a República do Senegal.

Art. 1º É aprovado o Acôrdo Cultural assinado em Brasília, a 23 de setembro de 1964, entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica do Senegal

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de julho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 72, DE 1965

Mantem o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo do acôrdo celebrado em 16 de novembro de 1953, entre o Governo da União e o do Estado do Paraná.

Art. 1º É mantido o ato, de 22 de dezembro de 1953, do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo do acôrdo celebrado, em 16 de novembro de 1953, entre o Governo da União e o do Estado do Paraná, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no Município de Irati.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de julho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 63, inciso IX da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 73, DE 1965

Modifica o art. 6º do Decreto Legislativo nº 19, de 12 de dezembro de 1962, e da outras providências.

Art. 1º O art. 6º do Decreto Legislativo nº 19, de 12 de dezembro de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º O membro do Congresso Nacional que não comparecer à sessão terá obrigatoriamente a diária descontada, não sendo abonada nenhuma falta a não ser quando estiver ausente de qualquer Casa do Congresso, em Comissão Externa ou de Inquérito.

§ 1º Será considerado a serviço do Congresso, nos termos deste artigo, aquele que, a serviço de seu mandato, faltar a 4 (quatro) sessões por mês,

bem assim o que faltar, por motivo de participação em convenções partidárias ou campanhas eleitorais, até mais 4 (quatro) sessões, em cada mês.

§ 2º Não serão abonadas, em nenhuma hipótese as faltas às sessões extraordinárias”.

Art. 2º Os efeitos deste Decreto Legislativo são devidos a partir do início da presente sessão legislativa.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal 3 de agosto de 1965.

AURO DE MOURA ANDRADE

Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 1965

Torna definitivo o registro da despesa de Cr\$ 1.497.881,10 (um milhão quatrocentos e noventa e sete mil oitocentos e oitenta e um cruzeiros e dez centavos), feito “sob reserva” pelo Tribunal de Contas da União e referente ao pagamento a firma J. Dantas & Cia. Ltda. por serviços prestados ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 1º O Tribunal de Contas da União tornará definitivo o registro da despesa de Cr\$ 1.497.881,10 (um milhão quatrocentos e noventa e sete mil oitocentos e oitenta e um cruzeiros e dez centavos), feito “sob reserva” em sessão de 14 de agosto de 1959, e referente ao pagamento a firma J. Dantas & Cia. Ltda. por serviços prestados ao Ministério da Viação e Obras Públicas na ligação Catilana-Patos de Minas.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 1965

Aprova o Acôrdio Comercial assinado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Senegal

Art. 1º É aprovado o Acôrdio Comercial assinado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Senegal, em Brasília, a 23 de setembro de 1964.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 1965

Aprova o Acôrdo para o 'estabelecimento de uma Missão Militar Norte-Americana no Brasil', concluído em Washington a 29 de julho de 1948

Art. 1º É aprovado o Acôrdo para o estabelecimento de uma Missão Militar Norte-Americana no Brasil, concluído em Washington a 29 de julho de 1948, modificado em 13 de abril de 1955 e prorrogado até 29 de julho de 1958.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 1965

Mantem o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo, de 18 de novembro de 1955, aditivo ao contrato, de 25 de dezembro de 1954, celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Jorge Aurélio Pôssa.

Art. 1º É mantido o ato de 17 de fevereiro de 1956, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de 18 de novembro de 1955, aditivo ao contrato, de 25 de dezembro de 1954, celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Jorge Aurélio Pôssa, para o desempenho na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, da função de Professor Português do Segundo Ciclo Colegial.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 78 DE 1965

Torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, em 16 de agosto de 1957, da Concessão de melhoria de proventos de aposentadoria a Almir Figueira da Costa.

Art. 1º É tornado definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União em 16 de agosto de 1957, da concessão de melhoria de proventos de aposentadoria ao extranumerário, guarda referência 20 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Almir Figueira da Costa.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 79, DE 1965

Aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de 1938, sobre a Ligação Ferroviária com a Bolívia, firmado em La Paz em 23 de julho de 1964.

Art. 1º É aprovado o Protocolo Adicional ao Tratado de 1938, sobre a Ligação Ferroviária com a Bolívia, firmado em La Paz em 23 de julho de 1964.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 80, DE 1965

Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao parágrafo "a" do artigo 50 da Convenção de Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, a 21 de junho de 1961.

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo de Emenda ao parágrafo "a" do artigo 50 da Convenção de Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, a 21 de junho de 1961.

Art. 2º Este Decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 1965

Mantém atos do Tribunal de Contas denegatórios do registro a termos de 29 de outubro de 1954 e de 17 de janeiro de 1955, aditivos a acordo de 13 de maio de 1954, celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas.

Art. 1º São mantidos os atos do Tribunal de Contas de 30 de dezembro de 1954 e de 1 de fevereiro de 1955, respectivamente, denegatórios de registro aos termos, de 29 de outubro de 1954, de 17 de janeiro de 1955, aditivos ao acordo, de 13 de maio de 1954, celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas, para a execução de obras e serviços diversos

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº 1 da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 82, DE 1965

Aprova o Acôrdio Internacional do Cacau, assinado pelo Governo Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964

Art. 1º É aprovado o Acôrdio Internacional do Cacau, assinado pelo Governo Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 66, nº 1, da Constituição Federal, e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 83, DE 1965

Aprova o Convênio de Cooperação Social assinado, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a 11 de agosto de 1964, pelos Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Espanha.

Art. 1º É aprovado o Convênio de Cooperação Social assinado, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a 11 de agosto de 1964, pelos Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Espanha.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 84, DE 1965

Torna definitivo o registro da despesa de Cr\$ 86.795,40 (oitenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e quarenta centavos) feito sob reserva pelo Tribunal de Contas em sessão de 21 de agosto de 1964, e referente ao pagamento a Luiza de Castro, da Alfândega de Fortaleza, Estado do Ceará, da percentagem de 10% prevista no art. 4º do Decreto-lei nº 8.663, de 24 de janeiro de 1946.

Art. 1º É tornado definitivo o registro da despesa de Cr\$ 86.795,40 (oitenta e seis mil mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e quarenta centavos), feito sob reserva pelo Tribunal de Contas em sessão de 21 de

agosto de 1964, e referente ao pagamento a Luiza de Castro, da Alfândega de Fortaleza, Estado do Ceará, da percentagem de 10% prevista no art. 4º do Decreto-lei nº 8.663, de 24 de janeiro de 1946.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 85, DE 1965

Aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual", assinado em Guadalajara, México, a 13 de setembro de 1961.

Art. 1º É aprovada a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual" assinada em Guadalajara, México, a 13 de setembro de 1961.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 86, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado em 28 de setembro de 1954, entre a 6ª Região Militar, com sede em Salvador, Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas, de 19 de novembro de 1954, denegatório do registro a termo de contrato, de 28 de setembro de 1954, celebrado entre a 6ª Região Militar, com sede em Salvador, Estado da Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos, para a construção de grupos de casas na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 87, DE 1965

Determina o registro do Convênio nº 01/64-69 celebrado em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º. O Tribunal de Contas da União registrará o Convênio número 01/64-69 celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, mantenedora da Escola São Carlos, de Santa Vitória do Palmar, no mesmo Estado.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

III — LEIS

LEI Nº 4.718 — DE 6 DE JULHO
DE 1965

Dá a denominação de "Usina Governador Jorge Lacerda" à usina termelétrica de Capivari-Tubarão, Estado de Santa Catarina, construída pela SOTELCA.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada "Usina Governador Jorge Lacerda" a unidade termelétrica construída pela Sociedade Termoelétrica de Capivari — SOTELCA — em Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Mauro Thibau

LEI Nº 4.719 — DE 6 DE JULHO
DE 1965

Eleva à pensão especial, concedida aos herdeiros de Clóvis Bevilacqua

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica elevada para o valor correspondente ao dobro do maior salário-mínimo vigorante no País a pensão especial concedida pelo Decreto-lei nº 7.283, de 30 de janeiro de 1945, a cada um dos herdeiros de Clóvis Bevilacqua: Doris Teresa de Freitas Bevilacqua, Veleda de Freitas Bevi-

lacqua e Vitória Ciriaca de Freitas Bevilacqua.

Art. 2º A pensão especial de que trata o artigo precedente será pessoal, intransferível e somente paga ao beneficiário enquanto viver, correndo a despesa correspondente à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de julho de 1965, 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.720 — DE 8 DE JULHO DE
1965

Altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passam a ter a seguinte redação as disposições abaixo mencionadas da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964, que regula as promoções dos Oficiais do Exército:

"Art. 6º

1)

2)

Parágrafo único. O oficial será promovido *post mortem*, se, na data do seu falecimento, lhe cabia a promoção pelo princípio de antigüidade ou de merecimento."

"Art. 14.

1) haver o official atingido, por ordem de antiguidade, as primeiras:

— 1/8 parte do efetivo total dos Capitães, para os Capitães das Armas e Quadro de Material Bélico, e 1/8 parte do respectivo Quadro, para os Capitães dos Serviços.

— 1/5 parte do efetivo total dos Majores, para os Majores das Armas e Quadro de Material Bélico, e 1/5 parte do respectivo Quadro, para os Majores dos Serviços.

— 1/4 parte do efetivo total dos Tenentes-Coronéis, para os Tenentes-Coronéis das Armas e Quadro de Material Bélico, e 1/4 parte do respectivo Quadro, para os Tenentes-Coronéis dos Serviços.

2)

§ 1º As frações enumeradas no item 1 d'este artigo, na parte referente às Armas e Quadro de Material Bélico, são applicadas aos efetivos totais de officiaes, por postos fixados em lei:

— preenche-se a quantidade obtida pela applicação da fração, partindo-se do global da turma de formação mais antiga, e assim sucessivamente, até se obter um resto, inferior ao global de uma turma de formação ou nulo.

— a quantidade ou resto inferior ao global de uma turma de formação deve ser distribuido proporcionalmente aos componentes da turma de formação, por Arma e Quadro de Material Bélico.

§ 2º

§ 3º Os efetivos do Quadro de Material Bélico só serão somados aos efetivos totais das Armas, quando houver ingresso de turma ou turmas do Quadro de Material Bélico na fixação do Quadro de Acesso por Merecimento”.

“Art. 15.

1)

2)

1ª Fase

a) nas Armas e Quadro de Material Bélico, 8 (oito) Coronéis para a primeira vaga e mais 2 (dois) para cada vaga subsequente.

O número de Coronéis de cada Arma e do Quadro de Material Bélico, a figurar na lista, e o número total de vagas a preencher deverão guardar, sempre que possível, proporcionalidade entre o número de Coronéis com o Curso de Comando e

Estado-Maior do Exército, de cada Arma e do Quadro de Material Bélico, e o total de Coronéis, com aquêl curso, existente na respectiva relação.

.....

2ª Fase

.....

Parágrafo único. As listas organizadas na 2ª fase serão immediatamente publicadas em Boletim Reservado do Exército.”

“Art. 18.

1)

2)

3)

4)

Parágrafo único. O Poder Executivo regulará para o Serviço de Veterinária as condições para o atendimento do requisito do item 2, dispensada a exigência do órgão autónomo.”

“Art. 31. As promoções dos officiaes de que trata o artigo anterior processar-se-ão na mesma data e em seguida ao preenchimento, na forma prevista pela presente Lei, das vagas existentes, pelos officiaes das Armas e do Quadro de Material Bélico.

§ 1º Por merecimento, serão promovidos os officiaes do Quadro de Engenheiros Militares, por opção, e os do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, incluídos no Quadro de Acesso e possuidores de maior número de pontos do que o último a ser promovido na respectiva Arma ou Quadro de Material Bélico, pelo mesmo principio. Em caso de igualdade de número de pontos, o acesso de officiaes do Quadro de Engenheiros Militares, por opção, e do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, só se efetivará se forem mais antigos que o último a ser promovido no Quadro da Arma ou Quadro de Material Bélico.

§ 2º Por antiguidade, serão promovidos os officiaes do Quadro de Engenheiros Militares, por opção, e os do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, incluídos no Quadro de Acesso e mais antigos que o último a ser promovido no Quadro da Arma.”

“Art. 49.

1)

2)

3)

- 4)
5)
§ 1º
§ 2º
§ 3º

§ 4º O oficial agregado por motivo de função que só pode ser exercida por militar da Ativa, inclusive em qualquer das Forças Armadas ou das Forças Auxiliares, concorrerá à promoção por qualquer dos princípios. No entanto, tratando-se de promoção por escolha, se houver incompatibilidade hierárquica do novo posto com a função que exerce, deverá reverter *ex officio* ao serviço ativo na data de promoção, para que possa ser promovido."

"Art. 52.

I — PRIMEIRO ESCRUTÍNIO

A) Pontos Positivos:

- 1)
2)
3)
4)
5)
6)
7)
8)
9)
10)
11)
12)
13)
14)
15)

B) Pontos Negativos:

- 1)
2)
3)

II — SEGUNDO ESCRUTÍNIO

1) Os requisitos dos números 3, 4, 5 e 8 dos Pontos Positivos, PRIMEIRO ESCRUTÍNIO, são computados novamente, mas desta vez referidos apenas ao posto atual;

2) O tempo de permanência no posto, e novamente, como no PRIMEIRO ESCRUTÍNIO, os requisitos dos números 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 dos "Pontos Positivos" e os números 1, 2 e 3 dos "Pontos Negativos";

- 3)
4)

III — OUTRAS PRESCRIÇÕES

- 1)
2)
3)
4)
5)
6)
7)

8) Os oficiais com o Curso de Estado-Maior, Engenheiro Militar ou Técnico, que, por dispositivo legal, estejam dispensados definitivamente de cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, serão considerados, para efeito de contagem de pontos, como se a houvessem cursado e obtido o conceito BOM."

"Art. 56.

- 1)
2)

3) submeter à consideração do Ministro da Guerra, nos prazos estabelecidos nesta Lei, os Quadros de Acesso, propostas para promoção e número exato das vagas existentes em cada posto e em cada Quadro."

"Art. 61.

1) para as promoções pelo princípio de escolha, até o dia 15 do mês correspondente;

2) para as promoções pelos demais princípios, até o dia 5 do mês correspondente.

§ 1º

§ 2º

§ 3º As alterações de vaga que se derem posteriormente serão computadas para a data de promoção seguinte, ressalvado o § 4º do art. 49."

"Art. 70. Até 31 de dezembro de 1966, são considerados como satisfazendo os requisitos de arregimentação os oficiais que se arregimentaram na forma da legislação anterior e de atos administrativos complementares."

Art. 2º Acrescente-se parágrafo único ao art. 21 da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Os interstícios a que se referem os números 2 deste artigo e do anterior poderão, no interesse ou necessidade do Exército, ser reduzidos, por ato do Poder Executivo, a 1 (um) ano, em função privativa do próprio posto ou de superior, consecutivo ou não."

Art. 3º Acrescente-se § 3º ao art. 47 da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964, com a seguinte redação:

“§ 3º Não poderá ingressar no Quadro de Acesso por Merecimento o Oficial que obtiver conceito “Regular” no julgamento da Comissão de Promoções, em 2º escrutínio.”

Art. 4º Suprima-se toda a parte explicativa constante do inciso I — PRIMEIRO ESCRUTINIO, letra A) Pontos Positivos, item 12) cursos infine, do art. 52 da Lei número 4.448, de 29 de outubro de 1964.

Art. 5º Suprimam-se o art. 37 e seus parágrafos, da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964.

Art. 6º As modificações do Regulamento da Lei de Promoções consequentes desta Lei deverão ser estabelecidas por ato do Poder Executivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 7º A presente Lei terá aplicação a partir do processamento das promoções do segundo semestre do ano de 1965, devendo a organização dos Quadros de Acesso por Merecimento, inclusive para essas promoções, obedecer às prescrições do artigo 14, da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964, com as alterações feitas por esta Lei.

Art. 8º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arthur da Costa e Silva

LEI Nº 4.721 — DE 9 DE JULHO
DE 1965

Fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º, do artigo

70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º Os valores dos símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, fixados pela Lei nº 4.067, de 5 de junho de 1962, são os constantes da tabela anexa.

§ 1º A importância da gratificação de função é igual à diferença entre o valor estabelecido para o símbolo respectivo e o vencimento do cargo efetivo ocupado pelo funcionário.

§ 2º Ao funcionário designado para o exercício de encargos de chefia, de assessoramento ou de secretariado, é facultado optar pelo critério estabelecido no parágrafo anterior ou pela percepção de vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido da gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo da função gratificada respectiva.

Art. 2º O salário-família é fixado em Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 3º Aplica-se esta Lei aos servidores inativos deste Tribunal, independente de prévia apostila.

Art. 4º As vantagens financeiras decorrentes desta Lei são devidas a partir de 1º de julho de 1964.

Art. 5º Aplica-se aos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região o disposto no art. 15 e seus parágrafos da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 6º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, no exercício financeiro de 1965, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho —, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o crédito especial de..... Cr\$ 880.000.000 (oitocentos e noventa milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes da presente Lei, e que será automaticamente registrado no Tribunal de Contas da União, e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DA LEI

Símbolos	Cr\$
PJ	417.000
PJ- 0	410.000
PJ- 1	405.000
PJ- 2	387.000
PJ- 3	367.000
PJ- 4	333.000
PJ- 5	317.000
PJ- 6	300.000
PJ- 7	275.000
PJ- 8	250.000
PJ- 9	225.000
PJ-10	205.000
PJ-11	185.000
PJ-12	167.000
PJ-13	151.000
PJ-14	140.000
PJ-15	128.000
PJ-16	109.000

FUNÇÕES GRATIFICADAS

	Cr\$
1 — F	300.000
2 — F	285.000
3 — F	270.000
4 — F	255.000

Brasília, em 9 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.722 — DE 9 DE JULHO DE 1965

Cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 3º, do art. 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º É criada, no Ministério da Agricultura, a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, para ministrar os cursos previstos no Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 — Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 2º Para atender às despesas com os trabalhos fica autorizada a abertura do crédito de Cr\$ 50.000.000

(cinquenta milhões de cruzeiros), importância que, nos orçamentos dos exercícios subsequentes à criação, passará a incorporar-se às dotações destinadas à manutenção das escolas de que trata a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.723 — DE 9 DE JULHO DE 1965

Dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído, no Anexo I da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, que instituiu o Plano de Classificação de Cargos, no Serviço Técnico Científico, o Grupo Ocupacional TC — 1500 — Pesquisa Científica — integrado de séries de classes de Pesquisador, estruturadas nos níveis 20-A, 21-B e 22-C.

Art. 2º Serão enquadrados nas séries de classes de Pesquisador VETADA observada a proporcionalidade de que trata o item II do § 1º do art. 20 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, os cargos diretamente relacionados com a pesquisa científica, pura ou aplicada.

§ 1º. Os cargos vagos e os ocupados em caráter interino serão enquadrados no nível 20 da respectiva série de classes.

§ 2º. Haverá tantas séries de classes de Pesquisador quantas sejam as especializações de pesquisa, sendo obrigatória a menção da especialidade na codificação do cargo.

§ 3º. O Departamento Administrativo do Serviço Público providenciará os enquadramentos decorrentes da execução desta Lei, devendo, para esse fim, obter do Conselho Nacional de Pesquisas os competentes esclarecimentos sobre os cargos de nível supe-

rior, da Administração direta e das autarquias federais, cuja atividade principal seja de pesquisa científica, pura ou aplicada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.724 — DE 9 DE JULHO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 70.058.304 (setenta milhões, cinquenta e oito mil, trezentos e quatro cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento da contribuição do Brasil relativa ao financiamento dos estudos preliminares necessários à construção do "Tampón del Darién", trecho da Estrada Pan-americana.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 70.058.304 (setenta milhões, cinquenta e oito mil, trezentos e quatro cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento da contribuição do Brasil relativa aos estudos preliminares necessários à construção do "Tampón del Darién", trecho da Estrada Pan-americana situado entre o Panamá e a Colômbia.

Art. 2º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Vasco da Cunha

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.725 — DE 13 DE JULHO
DE 1965

Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Justiça do Trabalho, no processo dos dissídios coletivos, entre categorias profissionais e econômicas, observará as normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (arts. 356 a 874), com as alterações subsequentes e as constantes desta lei.

Art. 2º A sentença tomará por base o índice resultante da reconstituição do salário real médio da categoria nos últimos vinte e quatro meses anteriores ao término da vigência do último acordo ou sentença normativa, vetado adaptados às situações configuradas pela ocorrência conjunta ou separadamente dos seguintes fatores:

a) repercussão dos reajustamentos salariais na comunidade e na economia nacional;

b) adequação do reajuste às necessidades mínimas de sobrevivência do assalariado e sua família.

§ 1º A partir de um ano de vigência desta lei se acrescentará ao índice referido neste artigo o percentual que traduza o aumento de produtividade nacional no período de doze meses anteriores à data de proposição do dissídio, segundo os dados do Conselho Nacional de Economia, observado o seu ajustamento ao aumento de produtividade da empresa.

§ 2º VETADO

Art. 3º A Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho poderão solicitar a colaboração dos seguintes órgãos:

- 1 — Conselho Nacional de Economia;
- 2 — Fundação Getúlio Vargas;
- 3 — Ministério do Trabalho e Previdência Social, por seus departamentos competentes, especialmente:

a) Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho;

b) Conselho Nacional de Política Salarial;

c) Departamento Nacional de Emprego e Salários.

Art. 4º Sendo partes, nos dissídios coletivos, empresas que dependam, para atendimento dos novos encargos salariais resultantes da sentença, da decisão de órgãos do Poder Executivo competentes para a fixação das tarifas e taxas, o Juiz solicitará aqueles órgãos os cálculos de incidência de majoração salarial nos valores de taxas, como elemento elucidativo da sentença a ser proferida.

Parágrafo único. O órgão competente, para efetuar o cálculo de que trata este artigo, terá o prazo de 15 (quinze) dias para atender à solicitação do Juiz.

Art. 5º Na apreciação de dissídios coletivos suscitados pelos empregados da Marinha Mercante, dos portos e da Rede Ferroviária Federal S/A, os Tribunais do Trabalho observarão as seguintes normas:

a) serão excluídos aqueles que não estão sujeitos aos preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho (Lei número 3.115, de 1957, art. 15; Lei número 3.780, de 1960; Lei nº 4.564, de 1964) e tenham a sua remuneração fixada por lei;

b) VETADO;

c) não será concedido aumento salarial, se a empresa se encontrar em regime deficitário, VETADO.

Art. 6º Os recursos das decisões proferidas nos dissídios coletivos terão efeito meramente devolutivo

§ 1º O Tribunal Superior do Trabalho poderá suspender a execução da decisão do Tribunal Regional, na pendência de julgamento de recurso, a requerimento do vencido, fundamentadamente, VETADO.

§ 2º O Tribunal "ad quem" deverá julgar o recurso no prazo de 60 (sessenta) dias, improrrogavelmente.

§ 3º O provimento do recurso não importará na restituição dos salários ou vantagens pagos, em execução do julgado.

Art. 7º Os critérios fixados no art. 2º, para a reconstituição do salário real médio, vigorarão por três (3) anos, a partir da publicação desta lei.

Art. 8º O Conselho Nacional de Política Salarial, que funcionará sob a presidência do Ministro do Trabalho e Previdência Social, como órgão de assessoria do Poder Executivo na formulação e execução de sua política salarial, e cuja composição e atribuições constarão de decreto do Presidente da República, poderá, para execução dos serviços de sua Secretaria Executiva, requisitar servidores públicos, nos termos da legislação em vigor, bem como admitir pessoal temporário, sujeito às normas da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. A remuneração do pessoal admitido nos termos deste artigo, bem como as gratificações a serem pagas ao pessoal requisitado, constarão de tabela anualmente aprovada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, dentro do limite dos recursos atribuídos ao Conselho Nacional de Política Salarial.

Art. 9º Para atender às despesas com o funcionamento da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Salarial, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Trabalho e Previdência Social o crédito especial de Cr\$ 60.000.000 (sessenta milhões de cruzeiros).

Art. 10. Os ajustamentos de salário fixados em decisões da Justiça do Trabalho, aprovados em julgamento de dissídios coletivos ou em acordos homologados, serão aplicados, automaticamente, nas mesmas condições estabelecidas para os integrantes das categorias profissionais litigantes ou interessadas, aos empregados das próprias entidades suscitantes e suscitadas, observadas as peculiaridades que lhes sejam inerentes, ficando, desde logo, autorizado o reajustamento das respectivas verbas orçamentárias.

Art. 11. A assistência aos trabalhadores prevista no art. 500 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Lei nº 4.066, de 28 de maio de 1962, será gratuita, vedada aos órgãos e autoridades a quem for solicitada a cobrança de qualquer importância para o atendimento de custas, taxas, emolumentos, remuneração ou a qualquer título.

Art. 12. Nenhum reajustamento de salário será homologado ou determinado pela Justiça do Trabalho antes

de decorrido um ano do último acórdão ou dissídio coletivo, não sendo possível a inclusão da cláusula de antecipação do aumento salarial durante o prazo de vigência da sentença normativa.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Octávio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

Arnaldo Lopes Sussekind

Tendo havido duplicidade na publicação, fica sem efeito o constante do *Diário Oficial* de 14 de julho de 1965.

LEI Nº 4.726 — DE 13 DE JULHO
DE 1965

Dispõe sobre os Serviços do Registro do Comércio e Atividades afins, e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Dos Órgãos do Registro do Comércio

Art. 1º Subordinam-se ao regime prescrito nesta Lei as atividades e serviços do registro do comércio incluído entre os registros públicos, de que trata o art. 5º, nº XV, alínea e, da Constituição Federal.

Art. 2º Os serviços do registro do comércio e atividades afins serão exercidos, em todo o território nacional, de maneira uniforme, harmônica e interdependente, nos termos desta Lei, por órgãos centrais, regionais e locais.

Art. 3º São órgãos centrais do registro do comércio:

I — O Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC), criado pelos arts. 17, nº II, e 20, da Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961, com funções supervisora, orientadora e coordenadora, no plano técnico.

II — A Divisão Jurídica do Registro do Comércio (DJRC), instituída nos termos do Capítulo III, desta Lei, com funções consultiva e fiscalizadora, no plano jurídico.

§ 1º São órgãos regionais do registro do comércio as Juntas Comerciais de todas as circunscrições do País, com funções administradora e executora do registro do comércio.

§ 2º São órgãos locais do registro do comércio as Delegacias das Juntas Comerciais nas zonas das circunscrições a que pertencerem, também com funções administradora e executora do registro do comércio.

CAPÍTULO II

Do Departamento Nacional do Registro do Comércio

Art. 4º O Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC), órgão integrante da Secretaria do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio, tem por finalidade:

I — No plano técnico: supervisionar, orientar e coordenar, em todo território nacional, as autoridades e os órgãos públicos, incumbidos da execução do registro do comércio e atividades correlatas, expedindo as normas necessárias para tal fim e solucionando as dúvidas ocorrentes na interpretação e aplicação das respectivas leis e atos executivos.

II — No plano administrativo: atuar supletivamente, providenciando ou promovendo as medidas tendentes a suprir ou corrigir ausências, falhas ou deficiências dos serviços do registro do comércio e afins em qualquer parte do País.

III — Organizar e manter atualizado o cadastro geral dos comerciantes e sociedades mercantis existentes ou em funcionamento no território nacional, com a cooperação, em especial, das Delegacias Estaduais do Ministério da Indústria e do Comércio, das Juntas Comerciais, e, em geral, das repartições públicas e entidades privadas.

IV — Instruir e encaminhar os processos e recursos a serem decididos pelas autoridades superiores, inclusive os pedidos de autorização do Governo Federal para o funcionamento de sociedades mercantis estrangeiras e

nacionais, sempre que a lei não confira essa atribuição a outro órgão da União.

V — Propor ou sugerir aos poderes públicos competentes a conversão em lei dos usos e práticas mercantis de caráter nacional e a adoção, pelos meios adequados, de medidas ou providências atinentes ao registro do comércio e serviços conexos.

VI — Promover e efetuar estudos, reuniões e publicações sobre assuntos ligados de qualquer modo ao registro do comércio e atividades correlatas.

CAPÍTULO III

Da Divisão Jurídica do Registro do Comércio

Art. 5º Junto ao Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC), funcionará a Divisão Jurídica do Registro do Comércio (DJRC) também integrante da Secretaria do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio, com as seguintes atribuições:

I — Estudar toda a matéria de natureza jurídica do Departamento e emitir pareceres a respeito.

II — Sugerir a apresentação de disposições legais e executivas concernentes aos serviços e atividades do registro do comércio em geral e do Departamento em particular e opinar sobre propostas com aquela finalidade.

III — Colaborar no estudo e solução de processos ou propostas de contratos, ajustes ou convênios relacionados com assuntos ou encargos da competência do Departamento.

IV — Elaborar e fornecer subsídios de caráter jurídico e elementos de informação destinados à defesa do Departamento em processos judiciais, colaborando amplamente em tal sentido com o Ministério Público.

V — Exercer ampla fiscalização jurídica sobre a atuação dos órgãos incumbidos do registro do comércio, representando para os devidos fins às autoridades administrativas e judiciárias contra abusos e infrações das respectivas normas legais e executivas, que constatar, e requerendo tudo o que se afigurar necessário à salvaguarda ou restabelecimento dessas normas.

VI — Praticar os atos a que se referem os arts. 50, 51, 54 e 55 e respectivos parágrafos desta Lei, e outros que sejam da competência das procuradorias das Juntas Comerciais.

Art. 6º A Divisão Jurídica do Registro do Comércio terá em sua lotação 5 (cinco) Aesistentes Jurídicos do Quadro do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 7º Compete ao Diretor da Divisão Jurídica dirigir e coordenar os respectivos trabalhos, distribui-los entre os Aesistentes Jurídicos e exercer as demais atribuições previstas no art. 5º.

CAPÍTULO IV

Das Juntas Comerciais

Seção I

Do número e competência

Art. 8º Haverá uma Junta Comercial no Distrito Federal e em cada Estado ou Território, com sede na Capital e jurisdição na área da circunscrição respectiva.

Art. 9º As Juntas Comerciais são subordinadas administrativamente ao Governo do Estado ou Território respectivo, conforme o caso, e tecnicamente aos órgãos e autoridades do Ministério da Indústria e do Comércio nos termos da presente Lei.

Parágrafo único. A Junta Comercial do Distrito Federal é subordinada administrativa e tecnicamente aos órgãos e autoridades do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 10. Incumbem as Junta Comerciais:

I — A execução do registro do comércio.

II — O assentamento dos usos e práticas mercantis.

III Os encargos de fixar o número, processar a habilitação e a nomeação, fiscalizar, punir e exonerar os tradutores publicos e interpretes comerciais, leiloeiros, avaliadores comerciais, corretores de mercadorias e os prepostos ou fiéis desses profissionais.

IV — A organização e a revisão de tabelas de emolumentos, comissões ou honorários dos profissionais enumerados no item anterior.

V — a fiscalização dos trapiches, armazéns de depósitos e empresas de armazéns gerais.

VI — A solução de consultas formuladas pelos poderes públicos regionais a respeito do registro do comércio e atividades afins.

VII — Todas as demais tarefas que lhes forem atribuídas por normas legais ou executivas emanadas dos poderes públicos federais.

Art. 11. Competem, ainda, às Juntas Comerciais:

I — A elaboração e expedição dos respectivos Regimentos Internos e de suas alterações, bem como das resoluções necessárias para o fiel cumprimento das normas legais, regulamentares e regimentais.

II — A organização e encaminhamento à aprovação da autoridade ou órgãos superiores do Estado ou Território, ou do Presidente da República, no caso do Distrito Federal, dos atos pertinentes:

a) à estrutura dos serviços da Junta e ao quadro do pessoal respectivo, fixando seu número, atribuições, vencimentos e regime jurídico, bem como as modificações e acréscimos que devam ser feitos em tais estruturas e quadros;

b) à tabela das taxas e emolumentos devidos pelos atos do registro do comércio e afins e às alterações respectivas, não podendo as importâncias excederem àquelas que forem adotadas no Regimento da Junta Comercial do Distrito Federal;

c) à proposta do orçamento para todos os serviços da Junta;

d) às contas da gestão financeira da Junta.

Parágrafo único. Os direitos, deveres e regras disciplinares, concernentes aos servidores das Juntas, obedecem ao disposto na legislação respectiva do Estado ou Território ou, na legislação federal, em relação à Junta Comercial do Distrito Federal.

Seção II

Da organização e funcionamento

Art. 12. Compõem as Juntas Comerciais:

I — A Presidência, como órgão diretivo e representativo.

II — O Plenário, como órgão deliberativo superior.

III — As furmas, como órgãos deliberativos inferiores.

IV — A Secretaria Geral, como órgão administrativo.

V — A Procuradoria Regional, como órgão fiscalizador e de consulta jurídica das Juntas.

VI — As Delegacias, como órgãos representativos locais das Juntas nas zonas de cada circunscrição do País.

Parágrafo único. As Juntas Comerciais poderão ter uma Assessoria Técnica, com função de órgão preparador e relator dos documentos a serem submetidos à sua deliberação, cujos membros deverão ser bachareis em Direito, Economistas, Contadores, Técnicos em Contabilidade ou os que exerciam as funções de Vogal.

Art. 13. O Plenário, composto do colégio de vogais, com as mesmas prerrogativas asseguradas aos membros do Tribunal do Juri, será constituído:

I — Nos Estados da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, de 20 (vinte) vogais e respectivos suplentes.

II — Nos Estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná e no Distrito Federal, de 14 (quatorze) vogais e respectivos suplentes.

III — Nas demais circunscrições do País, de 8 (oito) vogais e respectivos suplentes.

Art. 14. Os Vogais e Suplentes serão nomeados, no Distrito Federal, pelo Presidente da República e nos Estados e Territórios, pelos governos dessas circunscrições, dentre brasileiros que satisfaçam as seguintes condições:

I — Tenham a idade mínima de 20 (vinte e seis) anos;

II — Estejam no gozo dos direitos civis e políticos;

III — Estejam quites com o serviço militar e o serviço eleitoral;

IV — Não estejam sendo processados ou tenham sido definitivamente condenados pela prática de crime cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a funções ou cargos públicos, ou por crime de prevaricação, falência culposa ou fraudulenta, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a propriedade, a economia popular ou a fé pública; e

V — Sejam, ou tenham sido, por mais de cinco anos, comerciantes, industriais, banqueiros ou transportadores, valendo como prova, para esse fim, certidão de arquivamento ou registro de declaração de firma mercantil individual do interessado ou do arquivamento de ato constitutivo de sociedade comercial de que participem ou tenham participado durante aquele prazo, como sócios, diretores ou gerentes.

Art. 15. A metade do número de vogais e suplentes será designada mediante indicação de nomes, em listas triplices e por maioria de votos, pelas entidades patronais de grau superior e pelas Associações Comerciais, com sede na jurisdição da Junta, em partes iguais.

§ 1º. No caso de não haver entidade sindical, nas condições previstas no presente artigo, caberá a indicação aos sindicatos representativos das respectivas categorias econômicas.

§ 2º As listas referidas neste artigo devem ser remetidas até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato dos membros da Junta em exercício. Se não o forem em tal prazo, ficarão automaticamente revigoradas as últimas listas apresentadas.

Art. 16. A outra metade do número de vogais e suplentes será escolhida da seguinte forma:

I — Um vogal e respectivo suplente representando a União Federal, por indicação do Ministério da Indústria e do Comércio.

II — Três vogais, e respectivos suplentes, representando, respectivamente, a classe dos advogados, a dos economistas e a dos técnicos em contabilidade, todos mediante indicação do Conselho Seccional ou Regional do órgão corporativo destas categorias profissionais.

III — Os restantes vogais e suplentes serão da livre escolha da autoridade competente para nomeação dos mesmos, observado o disposto no art. 14, ficando a cargo da referida autoridade a designação em comissão de Presidente e Vice-Presidente da Junta Comercial.

Parágrafo único. Os vogais e suplentes de que tratam os nºs I e II, deste artigo, ficam dispensados da prova do requisito previsto no nº 4 de art. 14, mas exigir-se-a a prova de mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício da profissão em relação aos vogais e suplentes de que trata o nº II.

Art. 17. Incumbe aos suplentes a substituição do vogal em suas férias e impedimentos e, em caso de vaga, até o término do mandato.

Parágrafo único. Para a autenticação dos livros comerciais, o Presidente da Junta poderá convocar os suplentes, independentemente do afastamento dos vogais, aos quais caberão, então, os emolumentos previstos na legislação do respectivo Estado.

Art. 18. São incompatíveis para a participação na mesma Junta os parentes consanguíneos e afins até o terceiro grau e os cidadãos que forem sócios da mesma sociedade.

Parágrafo único. A incompatibilidade resolve-se a favor do primeiro membro nomeado ou empossado, ou por sorteio, se a nomeação ou posse fôr da mesma data.

Art. 19. Qualquer pessoa poderá representar fundadamente a autoridade competente contra a nomeação de vogal ou suplente, dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da posse.

Parágrafo único. Julgada procedente a representação, será feita nova nomeação, a qual, se fôr o caso, recairá dentre os nomes constantes das listas referidas no art. 15.

Art. 20. O mandato de vogal ou suplente será de 4 (quatro) anos, admitida a recondução, desde que verificada a indicação prevista nos arts 15 e 16.

Art. 21. Na sessão inaugural do Plenário das Juntas Comerciais serão distribuídos os vogais por turnos de três membros, cada uma, com exclusão do Presidente e do Vice-Presidente.

§ 1º O Presidente e Vice-Presidente serão nomeados, no Distrito Federal, pelo Presidente da República, e, nos Estados e Territórios pelos governadores dessas circunscrições. (VETADO).

§ 2º (VETADO).

Art. 22. Ao Plenário compete o julgamento e a decisão dos processos, consultas e matérias de maior relevância, e o reexame ou reforma dos atos ou decisões das Turmas e das Delegacias da Junta, nos termos fixados pelo Regimento Interno.

Art. 23. As sessões ordinárias do Plenário efetuar-se-ão com a periodicidade e do modo que determinar o Regimento Interno da Junta e as extraordinárias, mediante convocação do Presidente, ou Vice-Presidente em exercício, ou a pedido de um terço dos vogais, sempre justificadamente.

Parágrafo único. O Presidente, o Vice-Presidente e os Vogais das Juntas Comerciais que faltarem a 3 (três) sessões consecutivas, sem motivo justificado, perderão o cargo além da perda da remuneração correspondente aos dias em que houverem faltado.

Art. 24. Compete às Turmas apreciar e julgar originariamente os pedidos relativos à execução dos atos do registro do comércio.

Art. 25. As Turmas reunir-se-ão ordinária e extraordinariamente nos prazos e condições determinados no Regimento Interno da Junta.

Art. 26. Compete ao respectivo Presidente a direção e representação geral da Junta e ao Vice-Presidente auxiliar e substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos e, em caso de vaga, até o término do mandato deste.

Art. 27. Compete ainda ao Presidente da Junta dar posse aos vogais, convocar e dirigir as sessões do Plenário, superintender todos os serviços da Junta, propor a nomeação do respectivo pessoal administrativo e velar pelo fiel cumprimento das normas legais e executivas, bem como das deliberações do Plenário.

Art. 28. Ao Vice-Presidente incumbem, ainda, efetuar a correção permanente dos serviços e do pessoal administrativo.

Art. 29. O Secretário-Geral da Junta será nomeado no Distrito Federal, pelo Presidente da República e, nos Estados e Territórios, pelos Governadores dessas circunscrições,

dentre brasileiros de notória idoneidade moral, especializados em direito comercial, que satisfaçam os requisitos previstos nos ns. I a IV do artigo 14.

Art. 30. A Secretaria-Geral compete de modo preciputo a execução de todos os atos e determinações da Junta, tendo a seu cargo a administração do pessoal, material, contabilidade e os serviços de expediente, protocolo, arquivo, autenticação de livros, biblioteca e portaria, além de outros que sejam necessários.

Art. 31. As Procuradorias Regionais das Juntas serão compostas de um ou mais procuradores, nomeados pelo Governador do Estado ou Território respectivo e chefiados pelo Procurador que for designado pelo mesmo Governador, por ocasião da nomeação dos vogais e suplentes da Junta.

Art. 32. As Procuradorias Regionais têm por atribuição fiscalizar e promover o fiel cumprimento das normas legais e executivas, usos e práticas mercantis assentados, oficiando, internamente, por sua iniciativa ou mediante solicitação da Presidência, do Plenário das Turmas e Delegacias e, externamente, em caráter obrigatório, de forma idêntica à prescrita ao Ministério Público, em atos ou efeito de natureza jurídica, inclusive os judiciais, que envolvam matéria ou assunto incidente na órbita da competência da Junta e exercer, no que couber, as atribuições incumbidas à Divisão Jurídica pelo art. 5º desta lei.

Art. 33. Haverá tantas Delegacias das Juntas quantas forem as zonas em que, mediante resolução do Plenário respectivo, ficar dividida cada circunscrição.

§ 1º Formam a Zona um ou mais distritos ou municípios próximos uns dos outros e que tenham entre si relativa facilidade de comunicações.

§ 2º A Delegacia que abranger vários municípios será sediada no de maior atividade comercial ou industrial da zona, demonstrada pela estatística dos últimos 5 (cinco) anos.

Art. 34. As Delegacias serão constituídas de 4 (quatro) vogais e 4 (quatro) suplentes com mandato renovável de 4 (quatro) anos e terão a organização administrativa estabelecida pelo Regimento Interno da Junta.

§ 1º Aplica-se à nomeação dos vogais e suplentes das Delegacias o disposto no art. 14.

§ 2º A escolha de metade do número de vogais e suplentes será processada com observância do disposto no art. 15, distribuindo-se entre as duas categorias económicas predominantes na zona os dois cargos de vogal e de suplente.

§ 3º A escolha da outra metade do número de vogais e suplentes será feita nos Estados e Territórios pelos Governadores dessas circunscrições.

§ 4º As delegacias das juntas serão dirigidas por Delegados, nomeados nos Estados e Territórios pelos Governadores dessas circunscrições e, na falta do Delegado, por um Vice-Delegado, escolhidos ambos dentre os vogais.

Art. 35. Na zona da sua jurisdição tem a Delegacia, em tudo o que couber, a competência atribuída à Junta Commercial, cujo Plenário pode reexaminar ou reformar os atos ou decisões das Delegacias, em processamento idêntico ao adotado em relação às Turmas, segundo o disposto nos artigos 24 e 25.

CAPÍTULO V

Do Registro do Comércio

Art. 36. É público o registro do comércio, a cargo das Juntas Comerciais, no Distrito Federal, nos Estados e nos Territórios.

§ 1º Qualquer pessoa tem o direito de consultar os livros do registro do comércio, sem necessidade de provar interesse, em horas e na forma determinada pelo regimento da repartição, e de obter as certidões que pedir, pagando os emolumentos devidos.

§ 2º Aplicam-se a publicidade e as certidões do registro do comércio o que a respeito dos registros públicos prescrevem os arts. 19 a 22 e 23 a 25, do Decreto nº 4.857, de 9 de novembro de 1939, com as modificações posteriores.

Art. 37. O Registro do Comércio compreende:

I — A matrícula:

1º) dos leiloeiros, corretores de mercadorias e de navios;

2º) dos trapicheiros e administradores de armazéns de depósitos de

mercadorias nacionais ou estrangeiras;

3º) das pessoas naturais ou jurídicas que pretenderem estabelecer empresas de armazéns gerais.

II — O arquivamento:

1º) do contrato antenupcial do comerciante e do título dos bens incommunicáveis de seu cônjuge e ainda dos títulos de aquisição, pelo comerciante, de bens que não possam ser obrigados por lidas;

2º) dos atos constitutivos das sociedades comerciais nacionais, suas prorrogações e demais documentos das sociedades comerciais estrangeiras, que funcionam no Brasil por meio de filial, sucursal ou agência;

3º) dos atos constitutivos das sociedades anônimas e em comandita por ações, nacionais ou estrangeiras;

4º) das atas de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias e outros documentos relativos às sociedades anônimas e às em comandita por ações, inclusive os referentes à sua liquidação;

5º) dos documentos relativos à constituição das sociedades cooperativas, às alterações dos seus estatutos e à sua dissolução;

6º) dos documentos concernentes à constituição das sociedades mutuas às alterações dos seus estatutos e à sua dissolução;

7º) dos atos concernentes à transformação, à incorporação e à fusão das sociedades comerciais;

8º) dos atos extrajudiciais ou decisões judiciais de liquidação das sociedades comerciais.

III — O registro:

1º) da nomeação de administradores de armazéns gerais, quando não forem os próprios empresários, de seus fiéis e outros propostos;

2º) dos títulos de habilitação commercial dos menores e outros atos a eles relativos;

3º) dos atos de nomeação de liquidantes de sociedades comerciais;

4º) dos instrumentos de mandato e sua revogação;

5º) das cartas patentes e cartas de autorização concedidas a sociedades nacionais e estrangeiras;

6º) das declarações de firmas individuais;

7º) de nomes comerciais das sociedades mercantis, exceto das sociedades anônimas.

IV — A anotação, no registro de firmas individuais e nomes comerciais, das alterações respectivas.

V — A autenticidade dos livros.

1º) de comerciantes ou sociedades comerciais, nacionais ou estrangeiras;

2º) de agentes auxiliares do comércio;

3º) de empresas de armazéns de depósito, trapiches e armazéns gerais.

VI — O cancelamento do registro.

1º das firmas individuais;

2º) dos nomes comerciais das sociedades mercantis, exceto anônimas, em virtude de liquidação.

VII — O arquivamento ou o registro de quaisquer outros atos ou documentos determinados por disposição expressa de lei, ou que possam interessar ao comerciante com firma registrada ou às sociedades comerciais.

Art. 38. Não podem ser arquivados:

I — Os contratos de sociedades e de firmas mercantis individuais sem objetivos comerciais, salvo nos casos em que a lei dispuser em contrário.

II — Os documentos em que não se obedecerem, às prescrições legais e regulamentares ou que contiverem matéria contrária aos bons costumes ou à ordem pública, bem como os que colidirem com o respectivo estatuto ou contrato não modificados anteriormente.

III — Os documentos de constituição ou alteração de sociedades comerciais de qualquer espécie ou modalidade em que figure como sócio diretor ou gerente, pessoa que esteja processada ou tenha sido definitivamente condenada pela prática de crime cuja pena vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos, ou por crime de prevaricação, falência culposa ou fraudulenta, peita ou ruborno, peculato, ou ainda, por crime contra a propriedade, a economia popular ou a fé pública.

IV — As declarações de firmas mercantis individuais relativas a pessoa que esteja sendo processada ou tenha sido definitivamente condenada nos termos do número anterior.

V — Os contratos sociais a que faltar a assinatura de algum sócio salvo no caso em que fôr contratualmente permitida deliberação de sócios que representem a maioria do capital social.

VI — Os contratos de sociedades em comandita que não contiverem a assinatura dos comanditários, podendo, entretanto, ser omitidos os nomes destes na publicação e nas certidões respectivas, se assim o requererem.

VII — Os contratos de sociedades mercantis e as declarações de firmas mercantis individuais que não designarem o respectivo capital.

VIII — A prorrogação do contrato social, depois de findo o prazo nêle fixado.

IX — Os contratos de sociedades mercantis sob firma ou denominação idêntica ou semelhante à outra já existente.

X — Os contratos ou estatutos de sociedades ainda não aprovados pelo Governo, nos casos em que fôr necessária essa aprovação, e bem assim as alterações dos contratos ou estatutos dessas sociedades, antes de sua aprovação pelo Governo.

Parágrafo único. A Junta não dará andamento a qualquer documento de firmas individuais ou sociedades comerciais em geral, sem que dos respectivos requerimentos conste o número do registro ou do arquivamento do ato constitutivo.

Art. 39. Os documentos, a que se referem os ns. II, III, IV, VI e VII do art. 37, deverão ser apresentados à Junta dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da sua lavratura, a cuja data retroagirão os efeitos do arquivamento, registro, anotação ou cancelamento.

Parágrafo único. Requerido fora desse prazo, o arquivamento só terá eficácia a partir da data do despacho que o conceder.

Art. 40. Instruirão obrigatoriamente o pedido de arquivamento dos atos ou documentos referidos na presente lei:

I — A prova de identidade do comerciante individual, dos integrantes das sociedades mercantis, exceto acionistas, dos diretores e conselheiros fiscais das sociedades por ações e dos representantes das sociedades estrangeiras.

II — A prova de nacionalidade brasileira do comerciante individual, dos sócios e membros de órgãos de direção, deliberação e fiscalização de sociedades mercantis, sempre que a lei exigir tal nacionalidade.

III — A prova de quitação de impostos, taxas e contribuições, nos casos e na forma que as leis próprias a exigirem.

IV — O extrato dos principais dados constantes dos documentos a serem arquivados, segundo modelo organizado pela Junta.

§ 1º Poderão, para os fins dos ns. I e II, servir de prova a carteira de identidade, o título de eleitor, as carteiras profissionais, as cadernetas de reservista e os passaportes autenticados pela autoridade competente.

§ 2º Os documentos a que aludem os ns. I a III, deste artigo, serão devolvidos aos interessados logo depois de examinados e anotados, nos processos em relação aos quais deverão fazer prova, pela Secção competente da Secretaria Geral da Junta ou Delegacia.

§ 3º No caso de já constar anotada a prova de identidade ou nacionalidade em outro processo, fica dispensada nova apresentação, desde que indicado o número do processo.

Art. 41. Se para o registro ou arquivamento fôr exigida prova de pagamento de algum imposto, o mesmo comprovante servirá para outro arquivamento ou registro posterior, desde que requerido dentro do mesmo exercício fiscal.

Art. 42. A Junta não promoverá a matrícula e expedição de título aos agentes auxiliares do comércio, antes de provarem os requerentes as condições de idoneidade exigidas pela lei e, se forem corretores ou leiloeiros, antes de prestarem a fiança a que são obrigados.

Art. 43. Para cada uma das pessoas físicas ou jurídicas, sujeitas às disposições da presente lei, organizará a Junta um prontuário com anotações relativas aos documentos a elas referentes.

Art. 44. As Juntas Comerciais e suas Delegacias adotarão os livros e fichários que o respectivo Regimento interno determinar.

Art. 45. A autenticação dos livros comerciais será feita na forma da lei própria.

Parágrafo único. Os livros apresentados para autenticação deverão ser retirados, pelas partes interessadas, no prazo improrrogável de 60

(sessenta) dias, a contar da apresentação. Findo esse prazo, os livros serão inutilizados.

Art. 46. No caso de inobservância das formalidades legais pelos interessados, a Junta Comercial sustará o arquivamento, registro ou outro ato relativo aos documentos que lhe fôrem submetidos, formulando as exigências cabíveis com o prazo de 30 (trinta) dias para seu cumprimento, para os efeitos do art. 39, *caput*.

Parágrafo único. Os documentos a que se referem os ns. II, III, IV, VI e VII do art. 37, que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de sua apresentação, deixarem de ser objeto de deliberação das Juntas Comerciais, ter-se-ão como registrados e arquivados, anotados ou cancelados, mediante provocação dos interessados.

Art. 47. A Junta poderá, dentro do prazo referido no artigo anterior, atender aos pedidos de reconsideração dos despachos proferidos.

Art. 48. O arquivamento e registro de quaisquer papéis ou a juntada de documentos só poderão processar-se mediante petição.

Art. 49. Contendo o nome comercial de sociedade por ações ou de outro tipo, expressão de fantasia e tendo a Junta Comercial dúvida de que reproduza ou imite nome comercial ou marca de indústria ou comércio já depositada ou registrada, poderá, suscitá-la, ficando o arquivamento ou registro suspenso até que se junte certidão negativa do Departamento Nacional da Propriedade Industrial ou até que se resolva judicialmente a dúvida.

CAPÍTULO VI

Do Assentamento dos Usos e Práticas Mercantis

Art. 50. Incumbe, exclusivamente, às Juntas Comerciais, o assentamento dos usos e práticas mercantis.

§ 1º Só podem ser objeto de assentamento na Junta os usos e práticas mercantis que não incidam nas proibições estatuidas no art. 38 desta Lei.

§ 2º O assentamento de que trata este artigo será feito pela Junta, "ex-officio", por provocação da Procura-

doria ou de qualquer entidade de classe comercial interessada na matéria.

§ 3º E' indispensável, para que se assente o uso ou prática mercantil, que a respeito se pronunciem, previamente, no prazo de 90 (noventa) dias, as associações de classe e as Bolsas competentes da respectiva praça e que se publique na imprensa convite a todos os interessados para se manifestarem sobre o assunto no mesmo prazo.

§ 4º Executadas as diligências previstas no parágrafo anterior, a Junta decidirá se é verdadeiro e registrável o uso ou prática mercantil em sessão a que compareçam, no mínimo, dois terços dos respectivos vogais dependendo a respectiva aprovação de voto de pelo menos metade mais um dos vogais presentes.

§ 5º Proferida a decisão, assentará-se o uso ou prática mercantil em livro especial, com a devida justificação, efetuando-se a respectiva publicação no órgão oficial da sede da Junta.

§ 6º Somente 3 (três) meses após a publicação tornar-se-á obrigatório, quando for o caso, o uso ou prática mercantil.

Art. 51. Quinquenalmente as Juntas processarão à revisão e publicação da coleção dos usos e práticas mercantis assentes na forma do artigo anterior.

CAPÍTULO VII

Do Processo de Responsabilidade

Art. 52. Compete às Juntas Comerciais, "ex officio", por denúncia das suas Procuradorias ou queixa da parte interessada, instaurar processo administrativo de responsabilidade contra os leiloeiros, tradutores públicos e intérpretes comerciais, avaliadores comerciais, corretores de mercadorias e administradores de armazéns gerais, por motivo de transgressões, que hajam praticado, à legislação vigente, aplicando aos mesmos as penalidades nesta previstas.

§ 1º Recebida pela Presidência da Junta a peça inicial da acusação, com os documentos que a instruírem, será feita a respectiva autuação pelo fun-

cionário designado para servir como escrivão do processo.

§ 2º Concluídos os autos à Presidência, serão por esta designados o relator e revisor do feito e, em seguida, determinada a intimação do acusado para os termos processuais até final, obrigando-se-lhe vista para a defesa prévia, pelo prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º Se o acusado estiver em lugar ignorado a intimação será feita por meio de editais, durante o prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 4º Cumpridas as formalidades prescritas nos parágrafos anteriores, terão o acusado e a Procuradoria 3 (três) dias, cada um, para requerer diligências, marcando-se, então, prazo razoável para as mesmas, que poderá ser prorrogado, quando apresentados motivos relevantes.

§ 5º No caso de não terem sido requeridas diligências ou uma vez encerrada a fase das mesmas, dar-se-á vista dos autos para alegações finais, sucessivamente, ao acusado e à Procuradoria, pelo período de 10 (dez) dias para cada um.

§ 6º Consecutivamente, irá o processo ao relator e ao revisor e será incluído em pauta para julgamento pelo Plenário, na primeira sessão que se realizar.

§ 7º Prolatada a decisão, dela será o acusado intimado por ofício ou mediante edital, no caso do § 3º deste artigo.

§ 8º Poderá o acusado ou a Procuradoria recorrer da decisão final do processo para o Ministério da Indústria e do Comércio, nos termos do artigo seguinte.

CAPÍTULO VIII

Do Recurso para o Ministro da Indústria e do Comércio

Art. 53. E' facultado às partes interessadas e às Procuradorias das Juntas Comerciais recorrerem, sem efeito suspensivo, para o Ministro da Indústria e do Comércio, nos 10 (dez) dias seguintes à publicação oficial de ato, decisão ou despacho definitivo que, com inobservância de norma legal ou regulamentar, haja qualquer

autoridade ou órgão da Junta proferido no exercício de suas atribuições.

§ 1º A petição de recurso, com os documentos que a instruírem, será apresentada ao Presidente da Junta Comercial, que determinará a respectiva anexação, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, ao processo a que se relacionar e a imediata abertura de vista d'este à parte contrária, para se pronunciar no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A entrega da petição do recurso poderá ser feita à Delegacia Estadual da Indústria e do Comércio do lugar, a qual nesse caso a encaminhará, sob protocolo, ao Presidente da Junta, para os fins do parágrafo anterior.

§ 3º Recebida a petição do recurso pela Junta, incumbe à autoridade do órgão recorrido manifestar-se em 5 (cinco) dias sobre o recurso, no sentido de manter ou reformar o ato ou julgamento impugnado, remetendo em seguida o processo à Presidência da Junta, que o submeterá ao Plenário, para decisão d'este na primeira sessão a se realizar.

§ 4º Mantido o ato recorrido, no todo ou em parte deverá o processo com o recurso, ser encaminhado dentro de 24 (vinte e quatro) horas ao Departamento Nacional do Registro do Comércio, ao qual cumpre promover audiência da Divisão Jurídica do Registro do Comércio, no prazo de 10 (dez) dias, devendo, em seguida, dentro do mesmo prazo, ser o processo submetido à decisão do Ministro da Indústria e do Comércio. Essa decisão poderá ser delegada, no todo ou em parte, ao Secretário do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio.

§ 5º Proferida a decisão sobre o recurso, serão os autos devolvidos à Presidência da Junta Comercial, para execução da decisão final, dentro do prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento do processo pela Junta.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais e Transitórias.

Art. 54. Os dirigentes de repartições públicas, autarquias, sociedades de economia mista, fundações, entidades sindicais, os comerciantes e os

representantes das sociedades mercantis são obrigados a fornecer cópias de documentos e informações que, em caráter sigiloso, lhes forem requisitados por qualquer dos órgãos de registro do comércio mencionados nesta Lei, para o cumprimento de suas atribuições.

§ 1º Todo aquele que omitir ou retardar injustificadamente a exibição ou remessa de documentos ou a prestação de informações solicitadas regularmente, nos termos d'este artigo, incidirá nas penalidades cominadas no art. 330, do Código Penal, além de outras, em que possa incorrer, na instância administrativa.

§ 2º Incumbe à autoridade que solicitar, documentos ou informações e que lhe forem sonegados, diligenciar no sentido de ser devidamente apurada a falta e punidos os seus responsáveis.

Art. 55. As Juntas Comerciais terão franquia postal e telegráfica.

Art. 56. Todas as Juntas deverão enviar, trimestralmente, ao Departamento Nacional do Registro de Comércio, para fins cadastrais, os dados relativos ao exercício das funções do registro do comércio e atividades conexas relativas ao trimestre imediatamente anterior.

Art. 57. A partir da vigência da presente Lei, a Divisão do Registro do Cadastro do Departamento Nacional do Registro do Comércio passará a ter a denominação de Divisão de Autorizações e Cadastro (DATC), ficando extintas as Seções e Turmas criadas pelo art. 31, ns. I e II e as atribuições fixadas nos arts. 32 e 35, do Regimento da Secretaria do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio, aprovado pelo Decreto nº 534, de 23 de janeiro de 1962.

Parágrafo único. A denominação do atual cargo de Diretor da Divisão do Registro do Cadastro, 4-C, criado pelo art. 41, da Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961, passará, na data da vigência desta Lei, a ser de Diretor da Divisão de Autorizações e Cadastro, 4-C, devendo o órgão do pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio apostilar a nova denominação no título de nomeação do ocupante do referido cargo.

Art. 58. Os livros e documentos relativos ao Registro do Comércio e ati-

vidades afins, no Estado da Guanabara, passarão a pertencer ao arquivo da Junta Comercial desse Estado, cujo patrimônio integrarão e cujas autoridades governamentais receberão tal acervo, mediante assinatura do correspondente termo de transferência, sem pagamento de qualquer indenização.

Parágrafo único. Operar-se-á igualmente, a transferência para cada uma das novas Juntas Comerciais, das demais circunscrições do País, de todas as respectivas atribuições e acervo de livros e documentos do registro do comércio e serviços conexos, que, na data da publicação desta Lei, estejam a cargo ou em poder dos órgãos executores daquele registro e serviços.

Art. 59. Os servidores lotados no Departamento Nacional do Registro do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio e que estejam servindo no Estado da Guanabara, na data da publicação desta Lei, terão o prazo de 90 (noventa) dias contados daquela data, para optarem pelo Ministério da Indústria e do Comércio ou pela transferência para o Governo do Estado.

Parágrafo único. Os servidores que optarem pelo Ministério da Indústria e do Comércio serão aproveitados no Departamento Nacional do Registro do Comércio, em Brasília, ou em outros órgãos do Ministério.

Art. 60. A Junta de Corretores de Mercadorias do Estado da Guanabara, a que se refere o art. 62 da Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961, será subordinada à Junta Comercial daquela unidade federativa.

Art. 61. O Poder Executivo expedirá o Regulamento desta Lei dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da sua publicação.

Art. 62. A presente Lei entrará em vigor na data da publicação do respectivo Regulamento.

Art. 63. Ficam revogados o Decreto nº 595, de 19 de julho de 1890, e o Decreto nº 93, de 20 de março de 1935, bem como todas as disposições contrárias à presente Lei.

Brasília, 13 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Daniel Furaco

LEI Nº 4.727 — DE 13 DE JULHO DE 1965

Dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização do comércio de sementes e mudas em todo o Território Nacional.

Parágrafo único. Entende-se por semente ou muda, para os efeitos da presente Lei, todo grão, tubérculo ou bulbo, ou qualquer parte da planta, que possa ser usado para a sua reprodução.

Art. 2º A fiscalização de que trata a presente Lei será exercida em todos os estabelecimentos, cooperativas, associações de classe ou entidades congêneres que negociem com sementes e mudas, ou que, embora não se dedicando ao comércio desses produtos, se dediquem à manipulação, preparo, acondicionamento, armazenamento ou transportes do mesmo.

Art. 3º São competentes para exercer a fiscalização de que cogita a presente Lei:

a) o Ministério da Agricultura, por intermédio dos seus órgãos competentes, privativamente, nos estabelecimentos ou entidades que se dediquem ao comércio interestadual ou internacional, no todo ou em parte;

b) as Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, nos estabelecimentos ou entidades que exerçam apenas o comércio municipal ou intermunicipal.

§ 1º Mediante convênios, que deverão ser efetivados dentro de 90 (noventa) dias a contar da regulamentação desta Lei, deverá o Ministério da Agricultura delegar a atribuição prevista na alínea "a" às Secretarias de Agricultura ou órgãos correspondentes, ou Institutos Agronômicos dos Estados, Territórios ou Distrito Federal.

§ 2º Serão mantidos os convênios internacionais formados pelo Governo Brasileiro, versando sobre a padronização ou classificação de sementes e mudas.

Art. 4º Fica criada, no Ministério da Agricultura, a Comissão Especial de Sementes e Mudanças, que terá a sua organização e atribuições definidas em regulamento.

Art. 5º O Poder Executivo baixará, no prazo de 60 (sessenta) dias, o regulamento e demais medidas complementares que se fizerem necessárias à execução da presente Lei, em que ficarão definidas as normas e padrões concernentes à classificação, identificação, proibições, obrigações,

taxas e penalidades a que estarão sujeitos os que se dediquem ao comércio de sementes e mudas.

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1965; 142º da Independência e 77º da República.

EL CASTELLO BRANCO

Hugo de Almeida Leme

LEI Nº 4.728 — DE 14 DE JULHO DE 1965

Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Seção I

Atribuições dos órgãos administrativos

Art. 1º Os mercados financeiro e de capitais serão disciplinados pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizados pelo Banco Central da República do Brasil.

Art. 2º O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central exercerão as suas atribuições legais relativas aos mercados financeiro e de capitais com a finalidade de:

I — facilitar o acesso do público a informações sobre os títulos ou valores mobiliários distribuídos no mercado e sobre as sociedades que os emitirem;

II — proteger os investidores contra emissões ilegais ou fraudulentas de títulos ou valores mobiliários;

III — evitar modalidades de fraude e manipulação destinadas a criar condições artificiais da demanda, oferta ou preço de títulos ou valores mobiliários distribuídos no mercado;

IV — assegurar a observância de práticas comerciais equitativas por todos aqueles que exerçam, profissionalmente, funções de intermediação na distribuição ou negociação de títulos ou valores mobiliários;

V — disciplinar a utilização do crédito no mercado de títulos ou valores mobiliários;

VI — regular o exercício da atividade corretora de títulos mobiliários e de câmbio.

Art. 3º Compete ao Banco Central:

I — autorizar a constituição e fiscalizar o funcionamento das Bolsas de Valores;

II — autorizar o funcionamento e fiscalizar as operações das sociedades corretoras membros das Bolsas de Valores (arts. 8º e 9º) e das sociedades de investimento;

III — autorizar o funcionamento e fiscalizar as operações das instituições financeiras, sociedades ou firmas individuais que tenham por objeto a subscrição para revenda e a distribuição de títulos ou valores mobiliários;

IV - manter registro e fiscalizar as operações das sociedades e firmas individuais que exerçam as atividades de intermediação na distribuição de títulos ou valores mobiliários ou que atuem com qualquer propósito, a captação de poupança popular no mercado de capitais.

V - registrar títulos e valores mobiliários para efeito de sua negociação nas Bolsas de Valores;

VI - registrar as emissões de títulos ou valores mobiliários a serem distribuídos no mercado de capitais;

VII - fiscalizar a observância, pelas sociedades emissoras de títulos ou valores mobiliários negociados na bolsa das disposições legais e regulamentares relativas a:

a) publicidade da situação econômica e financeira da sociedade, sua administração e aplicação dos seus resultados;

b) proteção dos interesses dos portadores de títulos e valores mobiliários distribuídos nos mercados financeiro e de capitais.

VIII - fiscalizar a observância das normas legais e regulamentares relativas à emissão, ao lançamento, à subscrição e à distribuição de títulos ou valores mobiliários colocados no mercado de capitais;

IX - manter e divulgar as estatísticas relativas ao mercado de capitais, em coordenação com o sistema estatístico nacional;

X - fiscalizar a utilização de informações não divulgadas ao público em benefício próprio ou de terceiros, por acionistas ou pessoas que, por força de cargos que exerçam, a elas tenham acesso.

Art 4º No exercício de suas atribuições o Banco Central poderá examinar os livros e documentos das instituições financeiras, sociedades anônimas e pessoas referidas no artigo anterior as quais serão obrigadas a prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Banco Central.

§ 1º Nenhuma sanção será imposta pelo Banco Central, sem antes ter assinado prazo, não inferior a 30 (trinta) dias, ao interessado, para se manifestar, ressalvado o disposto no § 3º do art. 16 desta Lei.

§ 2º Quando, no exercício das suas atribuições, o Banco Central tomar conhecimento de crime definido em lei como de ação pública, oficiará ao Ministério Público para a instalação de inquérito policial.

§ 3º Os pedidos de registro submetidos ao Banco Central, nos termos dos arts. 19 e 20 desta Lei, consideram-se deferidos dentro de 30 (trinta) dias da sua apresentação, se nesse prazo não forem indeferidos.

§ 4º A fluência do prazo referido no parágrafo anterior poderá ser interrompida uma única vez, se o Banco Central pedir informações ou documentos suplementares, em cumprimento das normas legais ou regulamentares em vigor.

§ 5º Ressalvado o disposto no § 3º o Conselho Monetário Nacional fixará os prazos em que o Banco Central deverá processar os pedidos de autorização, registro ou aprovação previstos nesta Lei.

§ 6º O Banco Central fará aplicar aos infratores do disposto na presente lei as penalidades previstas no capítulo V da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Seção II

Sistema de distribuição no mercado de capitais

Art 5º O sistema de distribuição de títulos ou valores mobiliários no mercado de capitais será constituído:

I - das Bolsas de Valores e das sociedades corretoras que sejam seus membros;

II - das instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais;

III - das sociedades ou firmas que tenham por objeto a subscrição de títulos para revenda ou sua distribuição no mercado e que sejam autorizadas a funcionar nos termos do art 11;

IV — das sociedades ou empresas que tenham por objeto actividade de intermediação na distribuição de títulos ou valores mobiliários, e que estejam registradas nos termos do art. 12

Art. 6º As Bolsas de Valores terão autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e operarão sob a supervisão do Banco Central, de acordo com a regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 7º Compete ao Conselho Monetário Nacional fixar as normas gerais a serem observadas na constituição, organização e funcionamento das Bolsas de Valores, e relativas a:

I — condições de constituição e extinção; forma jurídica; órgãos de administração e seu preenchimento; exercício de poder disciplinar sobre os membros da Bolsa, imposição de penas e condições de exclusão;

II — número de sociedades corretoras membros da Bolsa, requisitos ou condições de admissão quanto a idoneidade, capacidade financeira, habilitação técnica dos seus administradores e forma de representação nas Bolsas;

III — espécies de operações admitidas nas Bolsas; normas, métodos e práticas a serem observados nessas operações; responsabilidade das sociedades corretoras nas operações;

IV — administração financeira das Bolsas; emolumentos, comissões e quaisquer outros custos cobrados pelas Bolsas ou seus membros

V — normas destinadas a evitar ou reprimir manipulações de preços e operações fraudulentas; condições a serem observadas nas operações autorizadas de sustentação de preços,

VI — registro das operações a ser mantido pelas Bolsas e seus membros; dados estatísticos a serem apurados pelas Bolsas e fornecidos ao Banco Central;

VII — fiscalização do cumprimento de obrigações legais pelas sociedades cujos títulos sejam negociados na Bolsa;

VIII — percentagem mínima do preço dos títulos negociados a termo, que devesse ser obrigatoriamente liquidada a vista,

IX — crédito para aquisição de títulos e valores mobiliários no mercado de capitais

§ 1º Exceto na matéria prevista no inciso VIII, as normas a que se refere este artigo somente poderão ser aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional depois de publicadas para receber sugestões durante 30 (trinta) dias.

§ 2º As sugestões referidas no parágrafo anterior serão feitas por escrito, por intermédio do Banco Central

Art. 8º A intermediação dos negócios nas Bolsas de Valores será exercida por sociedades corretoras membros da Bolsa, cujo capital mínimo será fixado pelo Conselho Monetário Nacional

§ 1º A participação societária conjunta dos administradores das sociedades corretoras não poderá ser inferior a metade do capital votante.

§ 2º As sociedades referidas neste artigo somente poderão funcionar depois de autorizadas pelo Banco Central e a investidura dos seus dirigentes estará sujeita às condições legais vigentes para os administradores de instituições financeiras;

§ 3º Nas condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional a sociedade corretora poderá ser membro de mais de uma Bolsa de Valores.

§ 4º Os administradores das sociedades corretoras não poderão exercer qualquer cargo administrativo, consultivo fiscal ou deliberativo em outras empresas cujos títulos ou valores mobiliários sejam negociados em Bolsa.

§ 5º As sociedades referidas neste artigo, ainda que não revistam a forma anónima, são obrigadas a observar as normas de que trata o art. 20, § 1º alíneas a e b

§ 6º O Conselho Monetário Nacional assegurará aos atuais Corretores de Fundos Públicos a faculdade de se registrarem no Banco Central, para intermediar a negociação nas Bolsas de Valores sob a forma da firma individual, observados os mesmos requisitos estabelecidos para as sociedades

corretoras previstas neste artigo, e sob a condição de extinção da firma, por morte do respectivo titular, ou pela participação dêste em sociedade corretora.

Art. 9º O Conselho Monetário Nacional fixará as normas gerais a serem observadas em matéria de organização, disciplina e fiscalização das atribuições e atividades das sociedades corretoras membros das Bolsas e dos corretores de câmbio.

§ 1º A partir de um ano, a contar da vigência desta Lei, prorrogável, no máximo, por mais 3 (três) meses, a critério do Conselho Monetário Nacional, será facultativa a intervenção de corretores nas operações de câmbio e negociações das respectivas letras, quando realizadas fora das Bolsas.

§ 2º Para efeito da fixação do curso de câmbio, todas as operações serão obrigatoriamente comunicadas ao Banco Central.

§ 3º Aos atuais corretores inscritos nas Bolsas de Valores será permitido o exercício simultâneo da profissão de corretor de câmbio com a de membro da sociedade corretora ou de titular de firma individual organizada de acordo com o § 6º do art. 8º desta Lei.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional fixará o prazo de até um ano, prorrogável, a seu critério, por mais um ano, para que as Bolsas de Valores existentes e os atuais corretores de fundos públicos se adaptem aos dispositivos desta Lei.

§ 5º A facultatividade a que se refere o § 1º dêste artigo entrará em vigor na data da vigência desta Lei, para as transações de compra ou venda de câmbio por parte da União, dos Estados, dos Municípios, das sociedades de economia mista, das autarquias e das entidades paraestatais, excetuadas as operações de câmbio dos bancos oficiais com pessoas físicas ou jurídicas não estatais.

§ 6º O Banco Central é autorizado, durante o prazo de 2 (dois) anos, a contar da vigência desta Lei, a prestar assistência financeira às Bolsas de Valores, quando, a seu critério, se fizer necessário para que se adaptem aos dispositivos desta Lei.

Art. 10. Compete ao Conselho Monetário Nacional fixar as normas gerais a serem observadas no exercício das atividades de subscrição para revenda, distribuição, ou intermediação na colocação, no mercado, de títulos ou valores mobiliários, e relativos a:

I — capital mínimo das sociedades que tenham por objeto a subscrição para revenda e a distribuição de títulos no mercado;

II — condições de registro das sociedades ou firmas individuais que tenham por objeto atividades de intermediação na distribuição de títulos no mercado;

III — condições de idoneidade, capacidade financeira e habilitação técnica a que deverão satisfazer os administradores ou responsáveis pelas sociedades ou firmas individuais referidas nos incisos anteriores;

IV — procedimento administrativo de autorização para funcionar das sociedades referidas no inciso I e do registro das sociedades e firmas individuais referidas no inciso II;

V — espécies de operações das sociedades referidas nos incisos anteriores; normas, métodos e práticas a serem observados nessas operações;

VI — comissões, ágio, descontos ou quaisquer outros custos cobrados pelas sociedades de empresas referidas nos incisos anteriores;

VII — normas destinadas a evitar manipulações de preço e operações fraudulentas;

VIII — registro das operações a serem mantidas pelas sociedades e empresas referidas nos incisos anteriores, e dados estatísticos a serem apurados e fornecidos ao Banco Central;

IX — condições de pagamento a prazo dos títulos negociados.

Art. 11. Depende de prévia autorização do Banco Central, o funcionamento de sociedades ou firmas individuais que tenham por objeto a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários.

Parágrafo único. Depende igualmente de aprovação pelo Banco Central:

- a) a modificação de contratos ou estatutos sociais das sociedades referidas neste artigo;
- b) a investidura de administradores, responsáveis ou prepostos das sociedades e empresas referidas neste artigo.

Art. 12. Depende de prévio registro no Banco Central o funcionamento de sociedades que tenham por objeto qualquer atividade de intermediação na distribuição, ou colocação no mercado de títulos ou valores mobiliários.

Art. 13. A autorização para funcionar e o registro referidos nos artigos 11 e 12 observarão o disposto no § 1º do art. 10 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e somente poderão ser cassados nos casos previstos em normas gerais aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 14. Compete ao Conselho Monetário Nacional fixar as normas gerais a serem observadas nas operações das instituições financeiras autorizadas a operar em aceite ou coobrigação em títulos cambiais a serem distribuídos no mercado, e relativas a:

- I — capital mínimo;
- II — limites de riscos, prazo mínimo e máximo dos títulos, espécie das garantias recebidas; relação entre o valor das garantias e o valor dos títulos objeto do aceite ou coobrigação;
- III — disciplina ou proibição de redesconto de papéis;
- IV — fiscalização das operações pelo Banco Central;
- V — organização e funcionamento de consórcios (art. 15).

Art. 15. As instituições financeiras autorizadas a operar no mercado financeiro e de capitais poderão organizar consórcio para o fim especial de colocar títulos ou valores mobiliários no mercado.

§ 1º Quando o consórcio tiver por objetivo aceite ou coobrigação em títulos cambiais, a responsabilidade poderá ser distribuída entre os membros do consórcio.

§ 2º O consórcio será regulado por contrato que só entrará em vigor depois de registrado no Banco Central e do qual constarão, obrigatoriamente, as condições e os limites de coobrigação de cada instituição participante, a designação da instituição líder do consórcio e a outorga, a esta, de poderes de representação das demais participantes.

§ 3º A responsabilidade de cada uma das instituições participantes do consórcio formado nos termos deste artigo será limitada ao montante do risco que assumir no instrumento de contrato de que trata o parágrafo anterior.

§ 4º Os contratos previstos no presente artigo são isentos do imposto do selo.

Seção III

Acesso aos mercados financeiro e de capitais

Art. 16. As emissões de títulos ou valores mobiliários somente poderão ser feitas nos mercados financeiro e de capitais através do sistema de distribuição previsto no art. 5º.

§ 1º Para os efeitos deste artigo considera-se emissão a oferta ou negociação de títulos ou valores mobiliários:

- a) pela sociedade emissora ou coobrigada;
- b) por sociedades ou empresas que exerçam habitualmente as atividades de subscrição, distribuição ou intermediação na colocação no mercado de títulos ou valores mobiliários;
- c) pela pessoa natural ou jurídica que mantém o controle da sociedade emissora dos títulos ou valores mobiliários oferecidos ou negociados.

§ 2º Entende-se por colocação ou distribuição de títulos ou valores mobiliários nos mercados financeiro e de capitais a negociação, oferta ou aceitação de oferta para negociação:

- a) mediante qualquer modalidade de oferta pública;
- b) mediante a utilização de serviços públicos de comunicação;
- c) em lojas, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos acessíveis ao público;
- d) através de corretores ou intermediários que procurem tomadores para os títulos.

§ 3º As sociedades que infringirem o disposto neste artigo ficarão sujeitas à cessação imediata de suas atividades de colocação de títulos ou valores mobiliários no mercado, mediante intimação do Banco Central, que requisitara, se necessário, a intervenção da autoridade policial.

Art. 17. Os títulos cambiais deverão ter a coobrigação de instituição financeira para sua colocação no mercado, salvo os casos regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional em caráter geral e de modo a assegurar garantia adequada aos que os adquirirem.

§ 1º As empresas que, a partir da publicação desta Lei, colocarem papéis no mercado de capitais em desobediência ao disposto neste Capítulo, não terão acesso aos bancos oficiais e os títulos de sua emissão ou aceite não terão curso na Carteira de Redescontos, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º As empresas que, na data da publicação desta Lei, tiverem em circulação títulos cambiais com sua responsabilidade em condições proibidas por esta Lei, poderão ser autorizadas pelo Banco Central a continuar a colocação com a redução gradativa do total dos papéis em circulação, desde que dentro de 60 (sessenta) dias o requeiram, com a indicação do valor total dos títulos em circulação e apresentação da proposta de sua liquidação no prazo de até 12 (doze) meses, prorrogável, pelo Banco Central, no caso de comprovada necessidade, no máximo, por mais 6 (seis) meses.

§ 3º As empresas que utilizarem a faculdade indicada no parágrafo anterior poderão realizar assembleia geral ou alterar seus contratos sociais, no prazo de 60 (sessenta) dias da vigência desta Lei, de modo a assegurar opção aos tomadores para converter seus créditos em ações ou cotas de capital da empresa devedora, opção válida até a data do vencimento dos respectivos títulos.

§ 4º A infração ao disposto neste artigo sujeitará os emitentes, coobrigados e tomadores de títulos de crédito à multa de até 50% (cinquenta por cento) do valor do título.

Art. 18. São isentas de imposto do selo quaisquer conversões, livremente pactuadas em ações ou cotas do capital das empresas obrigadas em títulos de dívida em circulação na data da presente lei, sem a coobrigação de instituições financeiras, concretizadas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta Lei.

Art. 19. Somente poderão ser negociados nas Bolsas de Valores os títulos ou valores mobiliários de emissão:

- I — de pessoas jurídicas de direito público;
- II — de pessoas jurídicas de direito privado registradas no Banco Central.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos títulos cambiais colocados no mercado de acordo com o art. 17.

§ 2º Para as sociedades que já tenham requerido a cotação de suas ações nas Bolsas de Valores, o disposto neste artigo entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1966 quando ficará revogado o Decreto-lei nº 9.783, de 6 de setembro de 1946.

Art. 20. Compete ao Conselho Monetário Nacional expedir normas gerais sobre o registro referido no inciso II do artigo anterior, e relativas a:

- I — informações e documentos a serem apresentados para obtenção do registro inicial;

II — informações e documentos a serem apresentados periodicamente para a manutenção do registro;

III — casos em que o Banco Central poderá recusar, suspender ou cancelar o registro.

§ 1º Cabera ainda ao Conselho Monetário Nacional expedir normas a serem observadas pelas pessoas jurídicas referidas neste artigo, e relativas a:

a) natureza, detalhe e periodicidade da publicação de informações sobre a situação econômica e financeira da pessoa jurídica, suas operações, administração e acionistas que controlam a maioria do seu capital votante;

b) organização do balanço e das demonstrações de resultado, padrões de organização contábil, relatórios e pareceres de auditores independentes registrados no Banco Central;

c) manutenção de mandatórios para a prática dos atos relativos ao registro de ações e obrigações nominativas, ou nominativas endossáveis.

§ 2º As normas referidas neste artigo não poderão ser aprovadas antes de decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação para receber sugestões.

Art. 21. Nenhuma emissão de títulos ou valores mobiliários poderá ser lançada, oferecida publicamente, ou ter iniciada a sua distribuição no mercado, sem estar registrada no Banco Central.

§ 1º Cabera ao Conselho Monetário Nacional estabelecer normas gerais relativas às informações que deverão ser prestadas no pedido de registro previsto neste artigo em matéria de:

a) pessoa jurídica emitente ou coobrigada, sua situação econômica e financeira, administração e acionistas que controlam a maioria de seu capital votante;

b) características e condições dos títulos ou valores mobiliários a serem distribuídos;

c) pessoas que participaram da distribuição.

§ 2º O pedido de registro será acompanhado dos prospectos e quaisquer outros documentos a serem publicados, ou distribuídos, para oferta, anúncio ou promoção de lançamento da emissão.

§ 3º O Banco Central poderá suspender ou proibir a distribuição de títulos ou valores:

a) cuja oferta, lançamento, promoção ou anúncio esteja sendo feito em condições diversas das constantes do registro da emissão, ou com a divulgação de informações falsas ou manifestamente tendenciosas ou imprecisas;

b) cuja emissão tenha sido julgada ilegal ou fraudulenta, ainda que em data posterior ao respectivo registro.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos títulos cambiais colocados no mercado com a coobrigação de instituições financeiras.

Seção IV

Acesso de empresas de capital estrangeiro ao sistema financeiro nacional

Art. 22. Em períodos de desequilíbrio do balanço de pagamentos, reconhecidos pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central, ao adotar medidas de contenção do crédito, poderá limitar o recurso ao sistema financeiro do País, no caso das empresas que tenham acesso ao mercado financeiro internacional.

§ 1º Para os efeitos deste artigo considera-se que têm acesso ao mercado financeiro internacional:

a) filiais de empresas estrangeiras;

b) empresas com sede no País cujo capital pertença integralmente a residentes ou domiciliados no exterior;

c) sociedades com sede no País controladas por pessoas residentes ou domiciliadas no exterior.

§ 2º Considera-se empresa controlada por pessoas residentes ou domiciliadas no exterior, quando estas detenham direta ou indiretamente a maioria do capital com direito a voto.

Art. 23. O limite de acesso ao sistema financeiro referido no art. 22 não poderá ser fixado em nível inferior:

a) 150% (cento e cinquenta por cento) dos recursos próprios pertencentes a residentes ou domiciliados no exterior;

b) 250% (duzentos e cinquenta por cento) dos recursos próprios pertencentes a residentes ou domiciliados no País.

§ 1º O limite previsto no presente artigo será apurado pela média mensal em cada exercício social da empresa.

§ 2º Para efeitos deste artigo, os recursos próprios compreendem:

a) o capital declarado para a filial, ou o capital da empresa com sede no País;

b) o resultado das correções monetárias de ativo fixo ou de manutenção de capital de giro próprio;

c) os saldos credores de acionistas, matriz ou empresas associadas, sempre que não vencerem juros e tiverem a natureza de capital adicional, avaliados, em moeda estrangeira, à taxa de câmbio em vigor para a amortização de empréstimos externos;

d) as reservas e os lucros suspensos ou pendentes.

§ 3º As reservas referidas na alínea "d" do parágrafo anterior compreendem as facultativas ou obrigatoriamente formadas com lucros acumulados, excluídas as contas passivas de regularização do ativo, tais como depreciação, amortização ou exaustão, e as provisões para quaisquer riscos, inclusive contas de liquidação duvidosa e técnicas de seguro de capitalização.

§ 4º O sistema financeiro nacional, para os efeitos deste artigo, compreende o mercado de capitais e todas as instituições financeiras, públicas ou privadas, com sede ou autorizadas a funcionar no País.

§ 5º O saldo devedor da empresa no sistema financeiro corresponderá à soma de todos os empréstimos desse sistema, seja qual for a forma do contrato, inclusive abertura de créditos e emissão ou desconto, de efeitos comerciais, títulos cambiais ou debêntures, não computados os seguintes valores:

a) empréstimos realizados nos termos da Lei nº 2.300, de 23 de agosto de 1954;

b) empréstimos sob a forma de debêntures conversíveis em ações;

c) depósitos em moeda em instituições financeiras;

d) créditos contra quaisquer pessoas de direito público interno, autarquias federais e sociedades de economia mista controladas pelos Governos Federal, Estadual ou Municipal;

e) adiantamentos sobre venda de câmbio resultantes de exportações.

§ 6º O disposto neste artigo e no artigo seguinte não se aplica às instituições financeiras, cujos limites serão fixados de acordo com a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 24. Dentro de quatro meses do encerramento de cada exercício social seguinte ao da decisão prevista no art. 22, as empresas referidas no art. 23 apresentarão ao Banco Central quadro demonstrativo da observância, no exercício encerrado, dos limites de dívidas no sistema financeiro nacional.

Parágrafo único. A empresa que deixar de observar, em algum exercício social, o limite previsto no art. 23, ficará sujeita à multa imposta pelo Banco Central, de até 30% (trinta por cento) do excesso da dívida no sistema financeiro nacional, multa que será duplicada no caso de reincidência.

Art. 25. O Banco Central, ao aplicar a norma prevista no art. 22, fixará as condições seguintes:

I — Se a média mensal das dívidas da empresa no sistema financeiro nacional, durante os doze meses anteriores, não tiver excedido os limites previstos no art. 23, esses limites serão obrigatórios inclusive para o exercício social em curso;

II — Se a média mensal das dívidas da empresa no sistema financeiro nacional, durante os doze meses anteriores, tiver excedido os limites previstos no art. 23, a empresa deverá aumentar os recursos próprios ou reduzir progressivamente o total das suas dívidas no sistema financeiro nacional, de modo a alcançar os limites do art. 23, no prazo máximo de dois anos, a contar da data da resolução do Banco Central.

Seção V

Obrigações com cláusula de correção monetária

Art. 26 As sociedades por ações poderão emitir debêntures, ou obrigações ao portador ou nominativas endossáveis, com cláusula de correção monetária, desde que observadas as seguintes condições:

I — prazo de vencimento igual ou superior a um ano;

II — correção efetuada em períodos não inferiores a três meses, segundo os coeficientes aprovados pelo Conselho Nacional de Economia para a correção dos créditos fiscais;

III — subscrição por instituições financeiras especialmente autorizadas pelo Banco Central, ou colocação no mercado de capitais com a intermediação dessas instituições.

§ 1º A emissão de debêntures nos termos deste artigo terá por limite máximo a importância do patrimônio líquido da companhia, apurado nos termos fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional expedirá, para cada tipo de atividade, normas relativas a:

a) limite da emissão de debêntures observado o máximo estabelecido no parágrafo anterior;

b) análise técnica e econômico-financeira da empresa emissora e do projeto a ser financiado com os recursos da emissão, que deverá ser procedida pela instituição financeira que subscrever ou colocar a emissão;

c) coeficientes ou índices mínimos de rentabilidade, solvabilidade ou liquidez a que deverá satisfazer a empresa emissora;

d) sustentação das debêntures no mercado pelas instituições financeiras que participem da colocação.

§ 3º As diferenças nominais resultantes da correção do principal das debêntures emitidas nos termos deste artigo não constituem rendimento tributável para efeitos do imposto de renda, nem obrigarão a complementação de imposto do selo pago na emissão das debêntures.

§ 4º Será assegurado às instituições financeiras intermediárias no lançamento das debêntures a que se refere este artigo, enquanto obrigadas à sustentação prevista na alínea "d" do § 2º, o direito de indicar um representante como membro do Conselho Fiscal da empresa emissora, até o final resgate de todas as obrigações emitidas.

§ 5º A instituição financeira intermediária na colocação representa os portadores de debêntures ausentes das assembleias de debenturistas.

§ 6º As condições de correção monetária estabelecidas no inciso II deste artigo poderão ser aplicadas às operações previstas nos arts. 5º, 15 e 52, § 2º, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 27. As sociedades de fins econômicos poderão sacar, emitir ou aceitar letras de câmbio ou notas promissórias cujo principal fique sujeito à correção monetária, desde que observadas as seguintes condições:

I — prazo de vencimento igual ou superior a um ano, e dentro do limite máximo fixado pelo Conselho Monetário Nacional;

II — correção segundo os coeficientes aprovados pelo Conselho Nacional de Economia para a correção atribuída às obrigações do Tesouro;

III — sejam destinadas à colocação no mercado de capitais com o aceite ou coobrigação de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central.

§ 1º O disposto no art. 26, § 3º, aplica-se à correção monetária dos títulos referidos neste artigo.

§ 2º As letras de câmbio e as promissórias a que se refere este artigo deverão conter, no seu contexto, a cláusula de correção monetária.

Art. 28. As instituições financeiras que satisfizerem as condições gerais fixadas pelo Banco Central, para esse tipo de operações, poderão assegurar a correção monetária a depósitos a prazo fixo não inferior a um ano e não movimentáveis durante todo seu prazo.

§ 1º Observadas as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras a que se refere este artigo poderão contratar empréstimos com as mesmas condições de correção, desde que:

- a) tenham prazo mínimo de um ano;
- b) o total dos empréstimos corrigidos não exceda o montante dos depósitos corrigidos referidos neste artigo;
- c) o total da remuneração da instituição financeira, nessas transações não exceda os limites fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º Os depósitos e empréstimos referidos neste artigo não poderão ser corrigidos além dos coeficientes fixados pelo Conselho Nacional de Economia para a correção das Obrigações do Tesouro.

§ 3º As diferenças nominais resultantes da correção, nos termos deste artigo, do principal de depósitos, não constituem rendimento tributável para os efeitos do imposto de renda.

Art. 29. Compete ao Banco Central autorizar a constituição de bancos de investimento de natureza privada cujas operações e condições de funcionamento serão reguladas pelo Conselho Monetário Nacional, prevendo:

- I — o capital mínimo;
 - II — a proibição de receber depósitos à vista ou movimentáveis por cheque;
 - III — a permissão para receber depósitos a prazo não inferior a um ano, não movimentáveis e com cláusula de correção monetária do seu valor;
 - IV — a permissão para conceder empréstimos a prazo não inferior a um ano, com cláusula de correção monetária;
 - V — a permissão para administração dos fundos em condomínio de que trata o art. 50.
 - VI — Os juros e taxa máximas admitidos nas operações indicadas nos incisos III e VI;
 - VII — as condições operacionais, de modo geral, inclusive garantias exigíveis, montantes e prazos máximos.
- § 1º O Conselho Monetário Nacional fixará ainda as normas a serem observadas pelos bancos de investimento e relativas a:

a) espécies de operações ativas e passivas, inclusive as condições para concessão de aval em moeda nacional ou estrangeira.

b) análise econômico-financeira e técnica do mutuário e do projeto a ser financiado; coeficientes ou índices mínimos de rentabilidade, solvabilidade e liquidez a que deverá satisfazer o mutuário;

c) condições de diversificação de riscos.

§ 2º Os bancos de investimentos adotarão em suas operações ativas e passivas sujeitas a correção monetária as mesmas regras ditadas no art. 28.

§ 3º Os bancos de que trata este artigo ficarão sujeitos à disciplina ditada pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para as instituições financeiras privadas.

§ 4º Atendidas as exigências que forem estabelecidas em caráter geral pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central autorizará a transformação, em bancos de investimentos, de instituições financeiras que pratiquem operações relacionadas com a concessão de crédito a médio e longo

prazos, por conta própria ou de terceiros, a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários.

Art. 30. Os bancos referidos no artigo anterior para os depósitos com prazo superior a 18 meses, poderão emitir em favor dos respectivos depositantes certificados de depósito bancário, dos quais constarão:

- I — o local e a data da emissão;
- II — o nome do banco emitente e as assinaturas dos seus representantes;
- III — a denominação "certificado de depósito bancário";
- IV — a indicação da importância depositada e a data da sua exigibilidade;
- V — o nome e a qualificação do depositante;
- VI — a taxa de juros convencional e a época do seu pagamento;
- VII — o lugar do pagamento do depósito e dos juros;
- VIII — a cláusula de correção monetária, se for o caso.

§ 1º O certificado de depósito bancário é promessa de pagamento à ordem da importância do depósito, acrescida do valor da correção e dos juros convençados.

§ 2º Os certificados de depósito bancário podem ser transferidos mediante endosso datado e assinado pelo seu titular, ou por mandatário especial, com a indicação do nome e qualificação do endossatário.

§ 3º Emitido pelo Banco o certificado de depósito bancário, o crédito contra o Banco emissor, pelo principal e pelos juros, não poderá ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca ou apreensão, ou qualquer outra embaraço que impeça o pagamento da importância depositada e dos seus juros, mas o certificado de depósito poderá ser penhorado por obrigação do seu titular.

§ 4º O endossante do certificado de depósito bancário responde pela existência do crédito, mas não pelo seu pagamento.

§ 5º Aplicam-se ao certificado de depósito bancário, não que couber, as disposições legais relativas a nota promissória.

§ 6º O pagamento dos juros relativos aos depósitos, em relação aos quais tenha sido emitido o certificado previsto neste artigo somente poderá ser feito mediante anotação no próprio certificado e recibo do seu titular à época do pagamento dos juros.

§ 7º Os depósitos previstos neste artigo não poderão ser prorrogados, mas poderão, quando do seu vencimento, ser renovados, havendo comum ajuste, mediante contratação, nova e por prazo não inferior a um ano.

Art. 31. Os bancos referidos no art. 29 quando previamente autorizados pelo Banco Central e nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, poderão emitir "certificados de depósitos em garantia", relativos a ações preferenciais, obrigações, debêntures ou títulos cambiais emitidos por sociedades interessadas em negociá-las em mercados externos, ou no País.

§ 1º Os títulos depositados nestas condições permanecerão custodiados no estabelecimento emitente do certificado até a devolução deste.

§ 2º O certificado poderá ser desdobrado por conveniências do seu proprietário.

§ 3º O capital, ingressado do exterior na forma deste artigo, será registrado no Banco Central, mediante comprovação da efetiva negociação das divisas no País.

§ 4º A emissão de "certificados de depósitos em garantia" e respectivas inscrições, ou averbações, não estão sujeitas ao imposto do selo.

Seção VI

Ações e obrigações endossáveis

Art. 32. As ações de sociedades anônimas, além das formas nominativas e ao portador, poderão ser endossáveis.

§ 1º As sociedades por ações, além do "Livro de Registro de Ações Nominativas" deverão ter o "Livro de Registro de Ações Endossáveis".

§ 2º No livro de registro de ações endossáveis será inscrita a propriedade das ações endossáveis e averbadas as transferências de propriedade e os direitos sobre elas constituídos.

§ 3º Os registros referidos neste artigo poderão ser mantidos em livros ou em diários copiativos, nos quais serão copiados cronologicamente os atos sujeitos a registro.

Art. 33. O certificado de ação endossável conterá, além dos demais requisitos da Lei:

I — a declaração de sua transferibilidade mediante endosso;

II — o nome e a qualificação do proprietário da ação inscrito no "Livro de Registro das Ações Endossáveis";

III — se a ação não estiver integralizada, o débito do acionista e a época e lugar de seu pagamento, de acordo com o estatuto ou as condições da subscrição.

Art. 34. A transferência das ações endossáveis opera-se:

I — pela averbação do nome do adquirente no livro de registro e no próprio certificado efetuado pela sociedade emitente ou pela emissão de novo certificado em nome do adquirente;

II — no caso de ação integralizada mediante endosso no próprio certificado, datado e assinado pelo proprietário da ação ou por mandatário especial, com a indicação do nome e a qualificação do endossatário;

III — no caso de ação não integralizada mediante endosso nas condições do inciso anterior e assinatura do endossatário no próprio certificado

§ 1º Aquêle que pedir averbação da ação endossável em favor de terceiro, ou a emissão de novo certificado em nome de terceiro, deverá provar perante a sociedade emitente sua identidade e o poder de dispor da ação.

§ 2º O adquirente que pedir a averbação da transferência ou a emissão de novo certificado em seu nome deve apresentar a sociedade emitente o instrumento de aquisição que sera por esta arquivado.

§ 3º Se a ação não estiver integralizada, a sociedade somente procederá a averbação da transferência para terceiro, ou a emissão de novo certificado em nome de terceiro, se o adquirente assinar o certificado averbado ou cancelado

§ 4º A transferência mediante endosso não terá eficácia perante a sociedade emitente, enquanto não for feita a averbação no livro de registro e no próprio certificado mas o endossatário que demonstrar ser possuidor do título, com base em série contínua de endossos, tem direito a obter a averbação da transferência ou a emissão de novo certificado em seu nome, ou no nome que indicar

§ 5º O adquirente da ação não integralizada responde pela sua integralização.

§ 6º Aquêles que transferirem ação endossável antes de sua integralização responderão subsidiariamente pelo pagamento devido à sociedade, se esta não conseguir receber o seu crédito em ação executiva contra o proprietário da ação, ou mediante a venda da ação.

§ 7º As sociedades por ações deverão completar, dentro de quinze dias do pedido do acionista ou interessado, os atos de registro, averbação, conversão ou transferência de ações.

§ 8º A falta de cumprimento do disposto no parágrafo anterior, autorizará o acionista a exigir indenização correspondente a um por cento sobre o valor nominal das ações objeto do pedido de registro, averbação ou transferência.

§ 9º Se o estatuto social admite mais de uma forma de ação não poderá limitar a conversibilidade de uma forma em outra, ressalvada a cobrança do custo de substituição dos certificados.

§ 10. As sociedades, cujas ações sejam admitidas à cotação das Bolsas de Valores, deverão colocar à disposição dos acionistas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do arquivamento da ata da Assembléia-Geral, as ações correspondentes ao aumento do capital mediante incorporação de reservas, correção monetária ou subscrição integral.

§ 11. As sociedades por ações são obrigadas a comunicar às Bolsas nas quais os seus títulos são negociados, a suspensão transitória de transfe-

rência de ações no livro competente, com 15 (quinze) dias de antecedência, aceitando o registro das transferências que lhes forem apresentadas com data anterior.

§ 12. É facultado às sociedades por ações o direito de suspender os serviços de conversão, transferência e desdobramento de ações, para atender a determinações de assembleia-geral, não podendo fazê-lo, porém, por mais de 90 (noventa) dias intercalados durante o ano, nem por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Art. 35. Os direitos constituídos sobre ações endossáveis somente produzem efeitos perante a sociedade emitente e terceiros, depois de anotada a sua constituição no livro de registro.

Parágrafo único. As ações endossáveis poderão, entretanto, ser dadas em penhor ou caução mediante endosso com a expressa indicação dessa finalidade e, a requerimento de credor pignoratício ou do proprietário da ação, a sociedade emitente averbará o penhor no "Livro de Registro".

Art. 36. A sociedade emitente fiscalizará, por ocasião da averbação ou emissão do novo certificado, a regularidade das transferências e dos direitos constituídos sobre a ação.

§ 1º As dúvidas suscitadas entre a sociedade emitente e o titular da ação ou qualquer interessado, a respeito das emissões ou averbações previstas nos artigos anteriores, serão dirimidas pelo juiz competente para solucionar as dúvidas levantadas pelos oficiais dos registros públicos, excetuadas as questões relativas à substância do direito.

§ 2º A autenticidade do endosso não poderá ser posta em dúvida pela sociedade emitente da ação, quando atestada por sociedade corretora membro de Bolsa de Valores, reconhecida por cartório de ofício de notas, ou abonada por estabelecimento bancário.

§ 3º Nas transferências feitas por procurador ou representante legal do cedente, a sociedade emitente fiscalizará a regularidade da representação e arquivará o respectivo instrumento.

Art. 37. No caso de perda ou extravio do certificado das ações endossáveis, cabe ao respectivo titular, ou a seus sucessores, a ação de recuperação prevista nos arts. 336 e 341 do Código do Processo Civil, para obter a expedição de novo certificado em substituição ao extraviado.

Parágrafo único. Até que os certificados sejam recuperados ou substituídos as transferências serão averbadas sob condição e a sociedade emitente poderá exigir do titular ou cessionário, para o pagamento dos dividendos, garantia de sua eventual restituição, mediante fiança idônea.

Art. 38. A sociedade anônima somente poderá pagar dividendos bonificações em dinheiro, amortizações, reembolso ou resgate as ações endossáveis, contra recibo da pessoa registrada como proprietária da ação, no livro do registro das ações endossáveis, ou mediante cheque nominativo a favor dessa pessoa.

§ 1º Se a ação tiver sido transferida desde a época do último pagamento do dividendo, bonificação ou amortização, a transferência deverá ser obrigatoriamente averbada no livro de registro e no certificado da ação antes do novo pagamento.

§ 2º O recibo do dividendo, bonificação, amortização, reembolso ou resgate poderá ser assinado por sociedade corretora de Bolsa de Valores, ou instituição financeira que tenha o título em custódia, depósito ou penhor, e que certifique continuar o mesmo de propriedade da pessoa em cujo nome se acha inscrito ou averbado no livro de registro das ações endossáveis.

Art. 39. O certificado, ação ou respectiva cautela, deverá conter a assinatura de um diretor ou de um procurador especialmente designado pela Diretoria para esse fim.

§ 1º A sociedade anônima poderá constituir instituição financeira, ou sociedade corretora membro de Bolsa de Valores, como mandatária, para a prática dos atos relativos ao registro e averbação de transferência das ações endossáveis e a constituição de direitos sobre as mesmas.

§ 2º Os mandatários referidos no paragrafo anterior poderão substituir a assinatura de ações, obrigações ou quaisquer outros títulos negociáveis, pela sua autenticação em máquinas especiais para títulos fiduciários, segundo modelos aprovados pelo Banco Central.

Art. 40. As debêntures ou obrigações emitidas por sociedades anônimas poderão ser ao portador ou endossáveis.

Parágrafo unico. As sociedades que emitirem obrigações nominativas endossáveis manterão um "Livro de Registro de Obrigações Endossáveis", ao qual se aplicarão, no que couber, os dispositivos relativos aos livros das ações endossáveis de sociedades anônimas.

Art. 41. Aplicam-se às obrigações endossáveis o disposto no § 3º do art. 32 e nos arts. 33 a 37 e 39.

Art. 42. As sociedades anônimas somente poderão pagar juros amortização ou resgate de obrigações endossáveis, contra recibo da pessoa registrada como proprietária do respectivo título no livro de registro de obrigações endossáveis, ou mediante cheque nominativo a favor dessa pessoa.

§ 1º Se a obrigação tiver sido transferida desde a época do ultimo pagamento de juros ou amortizações a transferencia devesa ser obrigatoriamente averbada no livro de registro e no certificado, antes do novo pagamento.

§ 2º Aplica-se às obrigações endossáveis o disposto no art. 33, § 2º.

Art. 43. O imposto do selo não incide nos negócios de transferencia, promessa de transferencia, opção ou constituição de direitos sobre ações, obrigações endossáveis, quotas de fundos em condomínios, e respectivos contratos, inscrições ou averbações.

Seção VII

Debêntures conversíveis em ações

Art. 44. As sociedades anônimas poderão emitir debêntures ou obrigações, assegurando aos respectivos titulares o direito de convertê-las em ações do capital da sociedade emissora.

§ 1º Constarão obrigatoriamente da ata da assembleia-geral que terá força de escritura autorizando a emissão de debêntures ou obrigações ao portador, as condições para conversão em ações relativas a:

a) prazo ou épocas para exercício do direito à conversão;

b) bases da conversão, com relação ao numero de ações a serem emitidas por debêntures ou obrigações endossáveis ou entre o valor do principal das debêntures e das ações em que forem convertidas.

§ 2º As condições de conversão deverão constar também dos certificados ou cautelas das debêntures.

§ 3º As condições da emissão de debêntures ou obrigações conversíveis em ações deverão ser aprovadas pela assembleia de acionistas, observado o *quorum* previsto nos arts. 94 e 104 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

§ 4º A conversão de debêntures ou obrigações em ações, nas condições da emissão aprovada pela assembleia geral independera de nova assembleia de acionistas e será efetivada pela Diretoria da sociedade, à vista da quitação da obrigação e pedido escrito do seu titular, no caso de obrigações endossáveis ou mediante tradição do certificado da debênture, no caso de obrigação ao portador.

§ 5º Dentro de 30 (trinta) dias de cada aumento de capital efetuado nos termos do parágrafo anterior, a Diretoria da sociedade o registrará mediante requerimento ao registro do Comércio.

§ 6º Os acionistas da sociedade por ações do capital subscrito terão preferência para aquisição das debêntures e obrigações conversíveis em ações, nos termos do art. 111, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

§ 7º Nas sociedades anônimas de capital autorizado, a preferência dos acionistas a aquisição das debêntures e das obrigações conversíveis em ação obedecerá às mesmas normas de preferência para subscrição das emissões de capital autorizado.

§ 8º O direito a subscrição de capital poderá ser negociado ou transferido separadamente da debênture conversível em ação desde que seja objeto de cupão destacável ou sua transferência seja averbada pela sociedade emissora no próprio título e no livro de registro, se for o caso.

§ 9º O imposto do selo não incide na conversão de debêntures ou obrigações em ações e, assim, no aumento do capital pela incorporação dos respectivos valores.

Seção VIII

Sociedades anônimas de capital autorizado

Art. 45. As sociedades anônimas cujas ações sejam nominativas, ou endossáveis, poderão ser constituídas com capital subscrito inferior ao autorizado pelo estatuto social.

§ 1º As sociedades referidas neste artigo poderão outrossim, aumentar o seu capital autorizado, independentemente de subscrição, ou com a subscrição imediata, de apenas parte do aumento.

§ 2º Em todas as publicações e documentos em que declarar o seu capital, a sociedade com capital autorizado deverá indicar o montante do seu capital subscrito e integralizado.

§ 3º A emissão de ações dentro dos limites do capital autorizado não importa modificação do estatuto social.

§ 4º Dentro de 30 (trinta) dias de cada emissão de ações do capital autorizado, a Diretoria da sociedade registrará o aumento do capital subscrito, mediante requerimento ao Registro do Comércio.

§ 5º Na subscrição de ações de sociedade de capital autorizado, o mínimo de integralização inicial será fixado pelo Conselho Monetário Nacional, e as importâncias correspondentes poderão ser recebidas pela sociedade, independentemente de depósito bancário.

§ 6º As sociedades referidas neste artigo não poderão emitir ações VETADO de gozo ou fruição, ou partes beneficiárias.

Art. 46. O estatuto da sociedade com capital autorizado regulará obrigatoriamente:

I — a emissão e colocação das ações com prévia aprovação da assembleia geral ou por deliberação da diretoria;

II — as condições de subscrição e integralização a serem observadas pela assembleia geral ou pela Diretoria, na emissão e colocação das ações de capital autorizado;

III — a emissão e colocação das ações, com ou sem preferência para os acionistas da sociedade, e as condições do exercício do direito de preferência, quando houver.

§ 1º As ações do capital autorizado não podem ser colocadas por valor inferior ao nominal.

§ 2º Salvo disposição expressa no estatuto social, a emissão de ações para integralização em bens ou créditos, dependerá de prévia aprovação pela assembleia geral.

§ 3º Nem o estatuto social nem a assembleia-geral poderão negar a preferência dos acionistas à subscrição das ações emitidas que se destinem à colocação:

a) por valor inferior ao de sua cotação em Bolsa, se as ações da sociedade forem negociáveis nas Bolsas de Valores; ou

b) por valor inferior ao do patrimônio líquido, se as ações da sociedade não tiverem cotação nas Bolsas de Valores.

§ 4º Quando a emissão de ações se processar por deliberação da Diretoria, será obrigatória a prévia audiência do Conselho Fiscal.

Art. 47. As sociedades anônimas de capital autorizado somente poderão adquirir as próprias ações mediante a aplicação de lucros acumulados ou capital excedente, e sem redução do capital subscrito, ou por doação.

§ 1º O capital em circulação da sociedade corresponde ao subscrito menos as ações adquiridas e em tesouraria.

§ 2º As ações em tesouraria na sociedade não terão direito de voto enquanto não forem novamente colocadas no mercado.

Art. 48. Nas condições previstas no estatuto, ou aprovadas pela assembleia geral, a sociedade poderá assegurar opções para a subscrição futura de ações do capital autorizado.

Seção IX

Sociedades e fundos de investimento

Art. 49. Depende de prévia autorização do Banco Central o funcionamento das sociedades de investimento que tenham por objeto:

I — a aplicação de capital em Carteira diversificada de títulos ou valores mobiliários ou

II — a administração de fundos em condomínio ou de terceiros, para aplicação nos termos do inciso anterior.

§ 1º Compete ao Conselho Monetário Nacional fixar as normas a serem observadas pelas sociedades referidas neste artigo, e relativas a:

a) diversificação mínima da carteira segundo empresas, grupos de empresas associadas, e espécie de atividade;

b) limites máximos de aplicação em títulos de crédito;

c) condições de reembolso ou aquisição de suas ações pelas sociedades de investimento, ou de resgate das quotas de participação do fundo em condomínio.

d) normas e práticas na administração da carteira de títulos e limites máximos de custos de administração.

§ 2º As sociedades de investimento terão sempre a forma anônima, e suas ações serão nominativas, ou endossáveis.

§ 3º Compete ao Banco Central, de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, fiscalizar as sociedades de investimento e os fundos por elas administrados.

§ 4º A alteração do estatuto social e a investidura de administradores das sociedades de investimentos dependerão de prévia aprovação do Banco Central.

Art. 50. Os fundos em condomínios de títulos ou valores mobiliários poderão converter-se em sociedades anônimas de capital autorizado, a que se refere a Seção VIII, ficando isentos de encargos fiscais os atos relativos à transformação.

§ 1º A administração da carteira de investimentos dos fundos, a que se refere este artigo, será sempre contratada com companhia de investimentos, com observância das normas gerais que serão traçadas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º Anualmente os administradores dos fundos em condomínios farão realizar assembleia geral dos condôminos, com a finalidade de tomar as contas aos administradores e deliberar sobre o balanço por eles apresentado.

§ 3º Será obrigatório aos fundos em condomínio a auditoria realizada por auditor independente, registrado no Banco Central.

§ 4º As cotas de Fundos Mútuos de Investimentos constituídas em condomínio poderão ser emitidas em forma nominativa, endossável

§ 5º VETADO

§ 6º VETADO

§ 7º VETADO

Seção X

Contas correntes bancárias

Art. 51. Os bancos e casas bancárias que devolvem aos seus depositantes os cheques por estes sacados, depois de liquidados, poderão fazer prova da movimentação das respectivas contas de depósito mediante cópia fotográfica ou microfotográfica dos cheques devolvidos, desde que mantenham esse serviço de acordo com as normas de segurança aprovadas pelo Banco Central.

Art. 52. O endosso no cheque nominativo, pago pelo banco contra o qual foi sacado, prova o recebimento da respectiva importância pela pessoa a favor da qual foi emitido, e pelos endossantes subsequentes.

Parágrafo único. Se o cheque indica a nota, fatura, conta, cambial, imposto lançado ou declarado a cujo pagamento se destina, ou outra causa da sua emissão, o endosso do cheque pela pessoa a favor da qual foi emitido e a sua liquidação pelo banco sacado provam o pagamento da obrigação indicada no cheque.

Seção XI

Tributação de rendimentos de títulos de crédito e ações

Art. 53. Está sujeito ao desconto do imposto de renda na fonte, à razão de 15% (quinze por cento) o deságio concedido na venda, ou colocação no mercado por pessoa jurídica a pessoa física, de debêntures ou obrigações ao portador, letras de câmbio ou outros quaisquer títulos de crédito.

§ 1º Considera-se deságio a diferença para menos entre o valor nominal do título e o preço de sua venda ou colocação no mercado.

§ 2º Na circulação dos títulos referidos no presente artigo, o imposto não incidirá na fonte nos deságios concedidos entre pessoas jurídicas, mas a primeira pessoa jurídica que vender ou revender o título a pessoa física deverá:

a) reter o imposto previsto neste artigo, calculado sobre o deságio referido ao valor nominal do título;

b) exigir a identificação do adquirente e o recibo correspondente ao deságio;

c) declarar no próprio título a retenção do imposto nos termos da alínea "a", e o montante do deságio sobre o qual incidiu;

d) fornecer ao beneficiário do deságio declaração da retenção do imposto, da qual deverão constar a identificação do título e as datas de sua negociação e do seu vencimento.

§ 3º Os títulos dos quais constar a anotação de retenção do imposto previsto no § 2º, alínea c, deste artigo, poderão circular entre pessoas jurídicas e físicas sem nova incidência do imposto, salvo se uma pessoa jurídica revendê-lo a pessoa física com deságio superior ao que serviu de base à incidência do imposto pago, caso em que o imposto incidirá sobre a diferença entre o novo deságio e o já tributado observado o disposto no § 2º.

§ 4º O deságio percebido por pessoas físicas na aquisição das obrigações ou títulos cambiais referidos neste artigo será obrigatoriamente incluído pelo beneficiário na sua declaração anual de rendimentos, classificado como juros compensando-se o imposto retido na fonte com o devido, de acordo com a declaração anual de rendimentos.

§ 5º Se o prazo entre a aquisição e o vencimento do título tiver sido superior a 12 (doze) meses, a pessoa física beneficiária do primeiro deságio poderá deduzir do respectivo rendimento bruto, na sua declaração anual do imposto de renda, a importância correspondente à correção monetária do capital aplicado na obrigação ou letra de câmbio, observadas as seguintes normas:

a) a correção será procedida entre as datas de aquisição e liquidação do título, segundo os coeficientes de correção monetária fixados pelo Conselho Nacional de Economia, para a correção das Obrigações do Tesouro;

b) a data e o valor de aquisição serão comprovados através da declaração de retenção do imposto (§ 2º, alínea d) anexada à declaração.

§ 6º Os lucros obtidos por pessoas jurídicas na aquisição e revenda, ou liquidação de obrigações e títulos cambiais, integrarão o respectivo lucro real sem compensação de imposto na fonte referido neste artigo, se tiver sido pago, e com a dedução da correção monetária nos casos e nos termos previstos no § 5º.

§ 7º Para efeito da declaração anual de renda, o rendimento dos títulos, a que se refere o § 5º, considera-se percebido no ano da sua liquidação.

§ 8º O disposto no presente artigo entrará em vigor a 1º de janeiro de 1967, quando ficarão revogadas as disposições vigentes relativas à tributação de deságio inclusive a opção pela não identificação do respectivo beneficiário; salvo em relação ao disposto nos §§ 5º e 7º, que será aplicável desde a publicação desta Lei nos casos em que o beneficiário do deságio optar pela sua identificação.

Art. 54. Os juros de debêntures ou obrigações ao portador e a remuneração das partes beneficiárias estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte:

I — à razão de 15% (quinze por cento), no caso de identificação do beneficiário nos termos do art. 3º, da Lei nº 4.154, de 23 de novembro de 1962;

II — à razão de 60% (sessenta por cento), se o beneficiário optar pela não identificação.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo o imposto retido na fonte será compensado com o imposto devido com base na declaração anual de renda, na qual serão obrigatoriamente incluídos os juros percebidos.

Art. 55. A incidência do imposto de renda na fonte, a que se refere o art. 18 da Lei nº 4.357, de 18 de julho de 1964, sobre rendimentos de ações ao portador, quando o beneficiário não se identifica, fica reduzida para 25% (vinte e cinco por cento), quando se tratar de sociedade anônima de capital aberto definida nos termos do art. 59 desta Lei, e 40% (quarenta por cento) para as demais sociedades.

§ 1º O imposto de renda não incidirá na fonte sobre os rendimentos distribuídos por sociedades anônimas de capital aberto aos seus acionistas titulares de ações nominativas, endossáveis ou ao portador, se optarem pela identificação, bem como sobre os juros dos títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, subscritos voluntariamente.

§ 2º Para efeito de determinar a sua renda líquida sujeita ao imposto de renda, as pessoas físicas poderão abater da renda bruta:

I — até Cr\$ 600.000 (seiscentos mil cruzeiros) anuais de dividendos, bonificações em dinheiro ou outros interesses distribuídos por sociedades anônimas de capital aberto às suas ações nominativas, endossáveis, ou ao portador, se o beneficiário se identifica;

II — até Cr\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros) anuais de juros recebidos de títulos da dívida pública federal, estadual e municipal, subscritos voluntariamente.

III — até Cr\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros) anuais de rendimentos distribuídos pelos fundos em condomínio e sociedades de investimentos aludidos na Seção IX.

§ 3º A importância total dedutível da renda bruta pelas pessoas físicas amparadas pelos incisos I e III do parágrafo anterior não poderá exceder a Cr\$ 600.000 (seiscentos mil cruzeiros).

Art. 56. Para efeito de determinar a renda líquida sujeita ao imposto de renda, as pessoas físicas poderão abater de sua renda bruta:

I — 30% (trinta por cento) das importâncias efetivamente pagas para a subscrição voluntária de obrigações do Tesouro Nacional, de Títulos da Dívida Pública de emissão dos Estados e Municípios e de ações nominativas ou nominativas endossáveis de sociedades anônimas de capital aberto;

II — 15% (quinze por cento) das importâncias efetivamente pagas para aquisição de quotas ou certificados de participação de fundos em condomínio, ou ações de sociedades de investimentos, aludidas na Seção IX.

§ 1º Se, antes de decorridos 2 (dois) anos da aquisição, a pessoa física vier a alienar as obrigações e títulos públicos, quotas de participação em fundos de condomínio, ações de sociedades de investimento ou de sociedades anônimas de capital aberto, deverá incluir, entre os rendimentos do ano da alienação, a importância que tiver abatido nos termos deste artigo, com relação às obrigações, quotas ou ações alienadas.

§ 2º VETADO

Art. 57. As sociedades de investimentos, a que se refere o art. 49, que tenham por objeto exclusivo a aplicação do seu capital em carteira diversificada de títulos ou valores mobiliários, e os fundos em condomínio aludidos na Seção IX, não são contribuintes do imposto de renda, desde que distribuam anualmente os rendimentos auferidos.

Art. 58. Na emissão de ações com ágio pelas companhias de capital subscrito ou autorizado, as importâncias recebidas dos subscritores, além do valor nominal das ações constituem capital excedente; não serão tributadas como rendimento da pessoa jurídica.

Art. 59. Caberá ao Conselho Monetário Nacional fixar periodicamente as condições em que, para efeitos legais, a sociedade anônima é considerada de capital aberto.

§ 1º A deliberação do Conselho Monetário Nacional aumentando as exigências para a concertuação das sociedades de capital aberto somente entrará em vigor no exercício financeiro que se iniciar, no mínimo, seis meses depois da data em que for publicada a deliberação.

§ 2º Para efeito do cálculo da percentagem mínima do capital com direito a voto, representado por ações efetivamente cotadas nas Bolsas de Valores, o Conselho Monetário Nacional levará em conta a participação acionária da União, dos Estados, dos Municípios, das autarquias, bem como das instituições de educação e de assistência social, das fundações e das ordens religiosas de qualquer culto.

Seção XII

Da alienação de ações das sociedades de economia mista

Art. 60. O Poder Executivo poderá promover a alienação de ações de propriedade da União, representativas do capital de sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, mantendo 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, das ações das empresas nas quais ... VETADO ... deva assegurar o controle estatal.

Parágrafo único. É excluída das disposições deste artigo a Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS.

Art. 61. O Conselho Monetário Nacional fixará a participação da União nas diferentes sociedades referidas no artigo anterior, ouvido o Conselho de Segurança Nacional nos casos de sua competência e no das empresas cujo controle estatal é determinado em lei especial e estabelecerá as normas que serão observadas para a alienação, respeitadas as seguintes condições:

I — a alienação será precedida da reavaliação do ativo das sociedades, feita com observância da legislação vigente, ficando as mesmas isentas do recolhimento do imposto de renda devido sobre a parcela da reavaliação proporcional a participação da União em seu capital social;

II — as ações serão negociadas através do sistema de distribuição instituído no art. 5º desta Lei, com a participação do Banco Central, na forma do inciso IV, do art. 11, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964;

III — poderão ser recebidos como pagamento de 60% (sessenta por cento) do preço das ações os comprovantes de créditos dos contribuintes, relativos aos adicionais e empréstimos compulsórios vinculados ao Imposto de Renda, exceto aqueles que se destinem à subscrição compulsória de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional;

Seção XIII

Das Sociedades Imobiliárias

Art. 62. As sociedades que tenham por objeto a compra e venda de imóveis construídos ou em construção, a construção e venda de unidades habitacionais, a incorporação de edificações ou conjunto de edificações em condomínio e a venda de terrenos loteados e construídos ou com a construção contratada, quando revestirem a forma anônima, poderão ter o seu capital dividido em ações nominativas ou nominativas endossáveis.

Art. 63. Na alienação, promessa de alienação ou transferência de direito à aquisição de imóveis, quando o adquirente for sociedade que tenha por objeto alguma das atividades referidas no artigo anterior, a pessoa física que alienar ou prometer alienar o imóvel, ceder ou prometer ceder o direito à sua aquisição, ficará sujeita ao imposto sobre lucro imobiliário, à taxa de 5% (cinco por cento)

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, o contribuinte poderá optar pela subscrição de Obrigações do Tesouro, nos termos do art. 3º, § 8º, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

§ 2º Nos casos previstos neste artigo, se a sociedade adquirente vier, a qualquer tempo, a alienar o terreno ou transferir o direito à sua aquisição sem construí-lo ou sem a simultânea contratação de sua construção, responderá pela diferença do imposto da pessoa física, entre as taxas normais e a prevista neste artigo, diferença que será atualizada nos termos do art. 7º, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 64. As sociedades que tenham por objeto alguma das atividades referidas no art. 62. poderão corrigir, nos termos do art. 3º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, o custo do terreno e da construção objeto de suas transações.

§ 1º Para efeito de determinar o lucro auferido pelas sociedades mencionadas neste artigo, o custo do terreno e da construção poderá ser atualizado, em cada operação, com base nos coeficientes a que se refere o art. 7º, § 1º, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e as diferenças nominais resultantes dessa atualização terão o mesmo tratamento fiscal previsto na lei para o resultado das correções a que se refere o art. 3º da referida lei, **VETADO**

§ 2º Nas operações a prazo, das sociedades referidas neste artigo, a apuração do lucro obedecerá ao disposto no parágrafo anterior, até o final do pagamento.

Art. 65. Por proposta do Banco Nacional de Habitação, o Conselho Monetário Nacional poderá autorizar a emissão de Letras Imobiliárias com prazo superior a um ano.

Parágrafo único. O Banco Nacional de Habitação deverá regulamentar, adaptando-as ao disposto nesta Lei, as condições e características das Letras Imobiliárias previstas no art. 44 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Seção XIV

Alienação Fiduciária em Garantia

Art. 66. Nas obrigações garantidas por alienação fiduciária de bem móvel, o credor tem o domínio da coisa alienada, até a liquidação da dívida garantida.

§ 1º A alienação fiduciária em garantia somente se prova por escrito, e seu instrumento, público ou particular, qualquer que seja o seu valor, cuja cópia será arquivada no registro de títulos e documentos, sob pena de não valer contra terceiros, conterá o seguinte:

- a) o total da dívida ou sua estimativa;
- b) o prazo ou a época do pagamento;
- c) a taxa de juros, se houver;

d) a descrição da coisa objeto da alienação e os elementos indispensáveis à sua identificação.

§ 2º O instrumento de alienação fiduciária transfere o domínio das coisas alienadas, independentemente da sua tradição, continuando o devedor a possuí-la em nome do adquirente, segundo as condições do contrato, e com as responsabilidades de depositário.

§ 3º Se, na data do instrumento de alienação fiduciária, o devedor ainda não tiver a posse da coisa alienada, o domínio dessa se transferirá ao adquirente, quando o devedor entrar na sua posse.

§ 4º Se a coisa alienada em garantia não se identifica por números, marcas e sinais indicados no instrumento de alienação fiduciária, cabe ao proprietário fiduciário o ônus da prova, contra terceiros, da identidade dos bens do seu domínio que se encontram em poder do devedor.

§ 5º No caso de inadimplemento da obrigação garantida, o proprietário pode vender a coisa a terceiros e aplicar o preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, entregando ao devedor o saldo porventura apurado, se houver.

§ 6º Se o preço da venda da coisa não bastar para pagar o crédito do proprietário fiduciário e despesas, na forma do parágrafo anterior, o devedor continuará pessoalmente obrigado a pagar o saldo devedor apurado.

§ 7º É nula a cláusula que autorize o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no seu vencimento.

§ 8º O proprietário fiduciário, ou aquele que comprar a coisa, poderá reivindicá-la do devedor ou de terceiros, no caso do § 5º deste artigo.

§ 9º Aplica-se à alienação fiduciária em garantia o disposto nos artigos 758, 762, 763 e 802 do Código Civil, no que couber.

§ 10. O devedor que alienar, ou der em garantia a terceiros, coisa que já alienara fiduciariamente em garantia, ficará sujeito à pena prevista no art. 171, § 2º, inciso I, do Código Penal.

Seção XV

Disposições diversas

Art. 67. O Conselho Monetário Nacional poderá autorizar emissões de Obrigações do Tesouro a que se refere a Lei nº 4 357, de 16 de julho de 1964, com prazos inferiores a três anos.

Art. 68. O resultado líquido das correções monetárias do ativo imobilizado e do capital de giro próprio, efetuadas nos termos da legislação em vigor, poderão, à opção da pessoa jurídica, ser incorporados ao capital social ou a reservas.

§ 1º No caso de correção monetária do ativo imobilizado, o imposto devido, sem prejuízo do disposto no art. 76 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, incidirá sobre o aumento líquido do ativo resultante da correção, independentemente da sua incorporação ao capital.

§ 2º Os resultados das correções monetárias serão considerados reservas para efeito da apuração de excesso de reservas em relação ao capital social.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional poderá excluir da obrigatoriedade do § 2º as empresas que requererem e justificarem a exclusão.

§ 4º As sociedades que no corrente exercício, e em virtude de correção monetária, tenham aprovado aumento de capital ainda não registrado pelo Registro de Comércio, poderão usar da opção prevista neste artigo, desde que paguem imposto nos termos do § 1º.

Art. 69. Os fundos contábeis de natureza financeira, em estabelecimentos oficiais de crédito, para aplicação de doações, dotações ou financiamentos, obtidos de entidades nacionais ou estrangeiras, não incluídos no orçamento, dependem de decreto do Presidente da República.

§ 1º Os fundos contábeis consistirão de contas gráficas abertas e serão exclusivamente para os objetivos designados pelo decreto do Poder Executivo, admitidas apenas as deduções necessárias ao custeio das operações.

§ 2º O decreto executivo de constituição de fundo deverá indicar:

I — origem dos recursos que o constituirão;

II — objetivo das aplicações explicitando a natureza das operações, o setor de aplicação e demais condições;

III — mecanismo geral das operações;

IV — a gestão do fundo, podendo atribuí-la ao próprio estabelecimento de crédito no qual será aberta a conta, ou a um administrador ou órgão colegiado;

V — a representação ativa e passiva do órgão gestor do fundo.

Art. 70. O imposto de consumo, relativo a produto industrializado saído do estabelecimento produtor diretamente para depósito em armazém geral, poderá ser recolhido, mediante guia especial, na quinzena imediatamente subsequente à sua saída do armazém geral.

§ 1º Para o transporte do produto até o armazém geral a que se destinar, o estabelecimento produtor remetente emitirá guia de trânsito, na forma do art. 54 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

§ 2º A empresa de armazém geral fica obrigada a manter escrituração que permita à repartição fiscal competente o controle da movimentação de produtos feita na forma supra, da qual constarão os tipos, quantidades, lotes, valores, destinos e notas fiscais respectivas.

§ 3º No verso do recibo de depósito do *warrant* e da guia de trânsito emitidos para estes fins, constará expressa referência ao presente artigo de lei e seus parágrafos.

§ 4º Não terá aplicação este artigo de lei nos casos do art. 26, incisos I e II, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

§ 5º O Departamento de Rendas Internas do Ministério da Fazenda expedirá as instruções e promoverá os formulários necessários ao cumprimento do presente dispositivo.

Art. 71. Não se aplicam aos títulos da Dívida Pública Federal, Estadual ou Municipal, as disposições do art. 1º 509 e seu parágrafo único, do Código Civil ficando, consequentemente, a Fazenda Pública da União dos Estados e dos Municípios, excluídas da formalidade de intimação prevista neste ou em quaisquer outros dispositivos legais reguladores do processo de recuperação de títulos ao portador, extraviados.

§ 1º Os juros e as amortizações ou resgates dos títulos a que se refere este artigo serão pagos, nas épocas próprias pelas repartições competentes, à vista dos cupões respectivos, verificada a autenticidade destes e independentemente de outras formalidades.

§ 2º Fica dispensada, para a caução de títulos ao portador, a certidão a que se refere a primeira parte da alínea a do § 1º do art. 860 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, ou outros documentos semelhantes.

Art. 72. Ninguém poderá gravar ou produzir clichês, compor tipograficamente, imprimir, fazer, reproduzir ou fabricar de qualquer forma, papéis representativos de ações ou cautelas, que os representem ou títulos negociáveis de sociedades sem autorização escrita e assinada pelos respectivos representantes legais, na quantidade autorizada.

Art. 73. Ninguém poderá fazer, imprimir ou fabricar ações de sociedades anônimas, ou cautelas que as representem, sem autorização escrita e assinada pela respectiva representação legal da sociedade, com firmas reconhecidas.

§ 1º Ninguém poderá fazer, imprimir ou fabricar prospectos ou qualquer material de propaganda para venda de ações de sociedade anônima, sem autorização dada pela respectiva representação legal da sociedade.

§ 2º A violação de qualquer dos dispositivos constituirá crime de ação pública punido com pena de 1 a 3 anos de detenção, recaindo a responsabilidade, quando se tratar de pessoa jurídica, em todos os seus diretores.

Art. 74. Quem colocar no mercado ações de sociedade anônima ou cautelas que a representem, falsas ou falsificadas, responderá por delito de ação pública, e será punido com pena de 1 a 4 anos de reclusão.

Art. 75. O contrato de câmbio, desde que protestado por oficial competente para o protesto de títulos, constitui instrumento bastante para requerer a ação executiva.

§ 1º Por esta via, o credor haverá a diferença entre a taxa de câmbio do contrato e a da data em que se efetuar o pagamento, conforme cotação fornecida pelo Banco Central, acrescida dos juros de mora.

§ 2º Pelo mesmo rito, serão processadas as ações para cobrança dos adiantamentos feitos pelas instituições financeiras aos exportadores, por conta do valor do contrato de câmbio, desde que as importâncias correspondentes estejam averbadas no contrato, com anuência do vendedor.

§ 3º No caso de falência ou concordata, o credor poderá pedir a restituição das importâncias adiantadas, a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 76. O Conselho Monetário Nacional, quando entender aconselhável, em face de situação conjuntural da economia, poderá autorizar as companhias de seguro a aplicarem, em percentagens por ele fixadas, parte de suas reservas técnicas em letras de câmbio, ações de sociedades anônimas de capital aberto, e em quotas de fundos em condomínio de títulos ou valores mobiliários.

Art. 77. Os contribuintes em débito para com a Fazenda Nacional, em decorrência do não pagamento do imposto do selo federal, incidente sobre contratos ou quaisquer outros atos jurídicos em que tenham sido parte ou interveniente a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, os Territórios e suas autarquias, levados a efeito anteriormente à Lei nº 4.383, de 28 de agosto de 1964, poderão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, recolher aos cofres federais o imposto devido, isentos de qualquer penalidade ou correção monetária.

Art. 78. A alínea "i" do art. 20 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

i) as assinaturas de 2 (dois) diretores, se a empresa possuir mais de 1 (um), ou as de dois procuradores com poderes especiais, cujos mandatos devem ser previamente registrados na Bolsa de Valores em que a sociedade seja inscrita, juntamente com os respectivos *fac similis* de assinaturas.

Art. 79. O art. 21 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, é acrescido do seguinte parágrafo:

Parágrafo único. Nenhuma ação ou título que a represente poderá ostentar valor nominar inferior a Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros).

Art. 80. É fixado o prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação desta Lei, para que as companhias ou sociedades anônimas cujas ações ou títulos que as representem tenham o valor nominal inferior a Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros) providenciem o reajustamento delas para este valor, através da necessária modificação estatutária, sob pena de não terem os seus títulos admitidos à cotação nas Bolsas de Valores.

Art. 81. Os Membros dos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais nos Estados serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos administrativos ou econômico-financeiros, com o mandato de 5 (cinco) anos, podendo ser reconduzidos.

Parágrafo único. As nomeações de que trata o artigo anterior, bem como as designações dos Presidentes dos respectivos Conselhos, também pelo Presidente da República, independerão da aprovação do Senado Federal, prevista no § 2º do art. 22 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 32. Até que sejam expedidos os Títulos da Dívida Agrária, criados pelo art. 105 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderá o Poder Executivo, para os fins previstos naquela Lei, se utilizar das Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo Reajustável, criadas pela Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Parágrafo único. As condições e vantagens asseguradas aos Títulos da Dívida Agrária serão atribuídas às Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo Reajustável, emitidas na forma deste artigo, e constarão obrigatoriamente dos respectivos certificados.

Art. 33. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.729 — DE 14 DE JULHO
DE 1965

Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Constitui crime de sonegação fiscal:

I — prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público, interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei;

II — inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública;

III — alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública;

IV — fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

Pena: Detenção, de seis meses a dois anos, e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo.

§ 1º Quando se tratar de criminoso primário, a pena será reduzida à multa de 10 (dez) vezes o valor do tributo.

§ 2º Se o agente cometer o crime prevalecendo-se do cargo público que exerce, a pena será aumentada da sexta parte.

§ 3º O funcionário público com atribuições de verificação, lançamento ou fiscalização de tributos, que concorrer para a prática do crime de sonegação fiscal, será punido com a pena deste artigo, aumentada da terça parte, com a abertura obrigatória do competente processo administrativo.

Art. 2º Extingue-se a punibilidade dos crimes previstos nesta Lei quando o agente promover o recolhimento do tributo devido, antes de ter início, na esfera administrativa, a ação fiscal própria.

Parágrafo único Não será punida com as penas cominadas nos arts. 1º e 6º a sonegação fiscal anterior à vigência desta Lei.

Art. 3º Somente os atos definidos nesta Lei poderão constituir crime de sonegação fiscal.

Art. 4º A multa aplicada nos termos desta Lei será computada e recolhida, integralmente, como receita pública extraordinária.

Art. 5º No art. 334, do Código Penal, substituem-se os §§ 1º e 2º pelos seguintes:

“§ 1º Incorre na mesma pena quem:

a) pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei;

b) pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando ou descaminho;

c) vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem;

d) adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal, ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos.

§ 2º Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos d'este artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências.

§ 3º A pena aplica-se em dobro, se o crime de contrabando ou descaminho é praticado em transporte aéreo".

Art. 6º Quando se tratar de pessoa jurídica, a responsabilidade penal pelas infrações previstas nesta Lei será de todos os que, direta ou indiretamente ligados à mesma, de modo permanente ou eventual, tenham praticado ou concorrido para a prática da sonegação fiscal.

Art. 7º As autoridades administrativas que tiverem conhecimento de crime previsto nesta Lei, inclusive em autos e papéis que conhecerem, sob pena de responsabilidade, remeterão ao Ministério Público os elementos comprobatórios da infração, para instrução do procedimento criminal cabível.

§ 1º Se os elementos comprobatórios forem suficientes, o Ministério Público oferecerá, desde logo, denúncia.

§ 2º Sendo necessários esclarecimentos, documentos ou diligências complementares, o Ministério Público os requisitará, na forma estabelecida no Código de Processo Penal.

Art. 8º Em tudo o mais em que couber e não contrariar os arts. 1º a 7º desta Lei, aplicar-se-ão o Código Penal e o Código de Processo Penal.

Art. 9º O lançamento *ex officio* relativo às declarações de rendimentos, além dos casos já especificados em lei, far-se-á arbitrando os rendimentos, com base na renda presumida, através da utilização dos sinais exteriores de riqueza que evidenciem a renda auferida ou consumida pelo contribuinte.

Art. 10. O Poder Executivo procederá às alterações do Regulamento do Imposto de Renda decorrentes das modificações constantes desta Lei.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.730 — DE 14 DE JULHO DE 1965.

Transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, federalizada pela Lei nº 3.271, de 30 de setembro de 1957, fica transformada em Fundação, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e desta Lei, mediante a aprovação de seu Estatuto.

Parágrafo único. O ato constitutivo da Fundação será aprovado pelo Poder Executivo e inscrito no Registro Civil, figurando como instituidor o Governo Federal.

Art. 2º. A Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, terá personalidade jurídica, com sede e fóro na Cidade do Rio de Janeiro, e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar.

Art. 3º. A manutenção da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia

do Rio de Janeiro, no corrente exercício, correrá à conta das verbas consignadas, no vigente Orçamento da República, para a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, o qual deverá destinar, anualmente, recursos para a manutenção e desenvolvimento do estabelecimento, nos termos do art. 21 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 4º. O patrimônio da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro será constituído de:

- a) bens móveis e imóveis que foram incorporados ao patrimônio da União, em cumprimento à Lei número 3.271, de 30 de setembro de 1957;
- b) os saldos dos exercícios financeiros;
- c) os auxílios, doações e legados, recebidos de entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Ficam transferidos para a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro todos os direitos decorrentes da desapropriação a que se refere o Decreto nº 53.335, de 23 de dezembro de 1963.

Art. 5º. A receita da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro provém de:

- a) auxílio global, para manutenção e desenvolvimento, inscrito anualmente no Orçamento da União, por força do art. 21, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;
- b) rendas patrimoniais;
- c) rendimentos de serviços prestados;
- d) contribuição escolar.

Art. 6º. A Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro poderá importar, com isenção de impostos alfandegários, excluída a taxa de despacho aduaneiro, os equipamentos de laboratórios, as publicações, os materiais científicos e didáticos de qualquer natureza de que necessitar para o seu funcionamento, desde que não tenham similar na indústria nacional.

Art. 7º. Aos atuais servidores dos quadros do Ministério da Educação e Cultura, lotados na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, fica assegurado o direito de optarem, den-

tro de 90 (noventa) dias, pela situação em que se encontram ou pela de empregados regulados pelas leis trabalhistas.

§ 1º. Os funcionários que optarem pela permanência no Quadro a que pertencem continuarão em exercício na Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, na qualidade de pessoal cedido, sem prejuízo de suas vantagens.

§ 2º. Os cargos integrantes dos Quadros do Ministério da Educação e Cultura, ocupados por funcionários que optarem pelo Quadro próprio da Fundação, serão considerados extintos, efetuando-se supressões dos cargos iniciais à medida que se vagarem.

§ 3º. Ficam suprimidas as funções gratificadas atualmente existentes nos Quadros do Ministério da Educação e Cultura, com lotação na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Art. 8º. A Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, dentro de 60 (sessenta) dias, organizará o projeto de seu Estatuto, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Educação.

Art. 9º. A Fundação será dirigida pelos:

- a) Presidente, que será o Diretor da Escola nomeado pelo Presidente da República, de uma lista triplíce de professores catedráticos, eleitos pela Congregação, em três escrutínios, por votação uninominal e secreta;
- b) Congregação, composta dos professores catedráticos, dos ocupantes de cátedras em exercício e de representantes dos docentes não catedráticos e do corpo discente;
- c) Conselho Departamental, composto dos Chefes dos Departamentos e de representação do corpo discente;
- d) Conselho de Curadores, composto de 6 (seis) membros efetivos e 6 (seis) suplentes, com mandatos de 6 (seis) anos, renováveis pelo terço de dois em dois anos.

Parágrafo único VETADO

Art. 10. Os membros do Conselho de Curadores serão nomeados pelo Presidente da República dentre pes-

soas de notório saber e ilibada reputação.

Art. 11. Compete ao Conselho de Curadores aprovar o orçamento anual, fiscalizar a sua execução, bem como aprovar modificações no decurso do exercício e autorizar os atos do Presidente da Fundação não previstos no Estatuto.

Art. 12. Os cargos do magistério serão providos de acordo com o artigo 168 da Constituição Federal e a legislação federal específica.

Art. 13. A Diretoria da Fundação prestará contas, anualmente, ao Tribunal de Contas da União.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de julho de 1965. — 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flávio Lacerda

LEI Nº 4.731 — DE 14 DE JULHO DE 1965

Exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São excluídos do regime de licença prévia e de visto consular os produtos, bens, materiais e equipamentos militares cedidos ao Brasil por força de tratados ou acordos de assistência militar.

Art. 2º São também excluídas do regime de licença prévia e, quando for o caso, da exigência do certificado de cobertura cambial, bem como de visto consular, as importações de armamento, materiais e equipamentos, sem similar nacional registrado, desde que consignadas aos Ministérios Militares ou por estes realizadas diretamente, à conta de créditos orçamentários próprios, transferidos para o exterior.

Parágrafo único. A exclusão a que se refere o presente artigo ficará condicionada, em cada caso, à declaração do titular da Pasta respectiva, de que a importação se destina a fins exclusivamente militares e são de interesse para a segurança nacional... VETADO...

Art. 3º O Poder Executivo baixará, no prazo de 30 (trinta) dias a regulamentação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto à obrigatoriedade nos Estados estrangeiros.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arnaldo Toscano

Arthur da Costa e Silva

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.732 — DE 14 DE JULHO DE 1965

Altera o artigo 5º da Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962, que "autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências."

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 5º da Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º A Companhia Brasileira de Alimentos gozará:

I — De isenção tributária federal, relativamente:

a) aos seus bens, rendas e serviços;

b) à compra, venda, exportação e transporte dos gêneros alimentícios e bens necessários às atividades agropecuárias, inclusive pesca, e às indústrias de alimentos.

II — De isenção do imposto de importação e de consumo, bem como das taxas de despacho aduaneiro, de re-

novação da Marinha Mercante e de renovação dos portos, relativamente à importação:

a) dos bens, materiais e equipamentos para seu uso e exploração;

b) dos gêneros alimentícios e bens necessários às atividades agropecuárias, inclusive pesca, e às indústrias de alimentos, ainda que se destinem à revenda".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Tavora

LEI Nº 4.733 — DE 14 DE JULHO
DE 1965

Isenta do imposto do selo os contratos assinados pela Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — COPERBO sociedade de economia mista localizada no Município do Cabo, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de 3 (três) anos, isenção do imposto do selo para todos os documentos firmados pela Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — COPERBO — quer para sua organização interna, quer para a obtenção de financiamentos, aquisição de materiais e equipamentos, realização de obras de engenharia e tudo o que se fizer necessário à implantação e funcionamento do Conjunto Industrial formado pelas unidades de Butadieno, de polimerização e unidades auxiliares, em construção no Município do Cabo, Estado de Pernambuco.

Art. 2º A isenção concedida nesta Lei é extensiva aos documentos já firmados no interesse da citada Companhia, inclusive seus atos constitutivos e aumentos de capital, cancelando-se todos os procedimentos administrati-

vos ou judiciais em andamento para a respectiva cobrança.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.734 — DE 14 DE JULHO
DE 1965

Estabelece normas para o aproveitamento, como servidores civis efetivos, dos militares remanescentes das extintas Companhias de Serviço Industrial.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os cabos e soldados adidos dos contingentes dos Arsenais e Fábricas do Exército que, tendo pertencido às extintas Companhias de Serviço Industrial, não optaram pelo retorno à condição de operário civil, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto nº 48.057, de 6 de abril de 1960, e não satisfazem às condições de permanência no serviço ativo do Exército, serão aproveitados na classe inicial das séries de classes, correspondentes à sua atividade profissional, do serviço de Artífice.

Parágrafo único. No aproveitamento a que se refere este artigo, se ocorrer que o total de vencimentos e vantagens dele resultante seja inferior à retribuição ora percebida pelo servidor, a diferença constituirá complemento salarial, a ser gradativamente absorvida na forma prevista no artigo 33 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de julho de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arthur da Costa e Silva

**LEI Nº 4.735 — DE 14 DE JULHO
DE 1965**

Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para a importação de objetos, doados pela Holanda à Província Carmelita de Santo Elias.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exclusive a de Previdência social, para 16 (dezesseis) volumes, contendo um "Carrossel" usado, com os pertences, material didático para escola primária, máquina de cortar frios, usada, material médico para "Creche", tocadiscos usado (Juke-Box), aparelho de sorteio, paramentos e alfaias usados, doados por diversas associações religiosas da Holanda, trazidos para o Porto de Santos na bagagem do Revmo. Padre Martinus Teodorus Cox — Procurador da Província Carmelita de Santo Elias (ex-Província Carmelita "Iuminense") — e destinados ao "Parque Infantil" e obras sociais da Paróquia Nossa Senhora do Carmo de Brasília.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

**LEI Nº 4.736 — DE 15 DE JULHO
DE 1965**

Dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' estabelecida a obrigatoriedade da inspeção e fiscalização

sob o ponto de vista industrial, comercial, bromotológico e higiênico-sanitário de todas as matérias-primas, produtos e subprodutos, de origem animal, vegetal, mineral e biológicos, recebidos, manipulados, preparados, transformados, acondicionados, armazenados e em trânsito, que forem destinados à alimentação dos animais.

Parágrafo único. A inspeção e fiscalização de que trata o presente artigo serão extensivas aos ingredientes, aditivos, alimentos e produtos preparados, suas fórmulas e misturas, seja qual for a sua denominação, desde que empregados ou que sejam suscetíveis de emprego na alimentação animal.

Art. 2º A inspeção e a fiscalização previstas na presente Lei far-se-ão:

a) nos estabelecimentos que fornecem matérias-primas destinadas ao preparo desses alimentos;

b) nos portos e postos de fronteiras quando se tratar de comércio interestadual e importação e exportação de matérias-primas e alimentos preparados;

c) nas indústrias;

d) nos armazéns, inclusive de cooperativas, e casas atacadistas e varejistas;

e) em quaisquer outros locais previstos na regulamentação da presente Lei.

Art. 3º São competentes para realizar a inspeção e fiscalização estabelecidas pela presente Lei:

a) O ministério da Agricultura, por intermédio de seus órgãos competentes, privativamente, nos estabelecimentos constantes do art. 2º desta Lei, que façam comércio interestadual e internacional, no todo ou em parte;

b) As Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, nos estabelecimentos referidos nas alíneas a, c, d e e do art. 2º citado, que façam apenas comércio municipal ou intermunicipal.

Parágrafo único. Mediante convênio, poderá o Ministério da Agricultura delegar a atribuição prevista na alínea "a" às Secretarias de

Agricultura ou órgãos correspondentes nos Estados, Territórios e Distrito Federal.

Art. 4º A inspeção ou fiscalização do Ministério da Agricultura, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo único do art. 3º, isentará o estabelecimento ou local da fiscalização ou inspeção estadual ou municipal, ficando expressamente vedada a duplicidade de fiscalização.

Art. 5º Somente as pessoas físicas ou jurídicas, inclusive cooperativas, associações de classe e entidades congêneres, devidamente registradas no órgão competente do Ministério da Agricultura, poderão receber, manipular, preparar, acondicionar, armazenar, distribuir ou vender matérias-primas ou alimentos manipulados para animais.

Art. 6º A responsabilidade técnica das fábricas de rações será privativa de veterinários, agrônomos Vetada portadores de diploma, devidamente registrados nos órgãos oficiais.

Art. 7º O Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, baixará, no prazo de 90 (noventa) dias, o regulamento e demais atos complementares que se fizerem necessários para o cumprimento das disposições contidas na presente Lei.

Art. 8º A regulamentação de que trata a presente Lei abrangerá:

- a) a definição e classificação dos estabelecimentos e firmas;
- b) as exigências para o registro, inclusive de revendedores de produtos destinados à alimentação animal;
- c) as exigências mínimas para construção, instalação, equipamento e condições sanitárias adequadas dos estabelecimentos;
- d) a obrigatoriedade do fornecimento de dados estatísticos;
- e) as normas e rotinas de inspeção a serem adotadas nas fases de recebimento, manipulação, preparação, acondicionamento, armazenagem, distribuição e venda de matérias-primas e alimentos preparados;
- f) a fixação de normas e características de rações concentradas, suplementos, misturas minerais e vitamínicas, destinados à alimentação dos

animais de diversas espécies e idades, bem como toda a matéria-prima, produtos e subprodutos de origem animal, vegetal, mineral e biológicos;

g) as normas para o uso e o registro de fórmulas, rótulos e etiquetas;

h) as normas para fiscalização do comércio, tanto de matérias-primas como de alimentos preparados;

i) a nomenclatura e especificação das matérias-primas destinadas à alimentação animal;

j) as análises que se fizerem necessárias e as técnicas analíticas a serem adotadas;

l) quaisquer outras exigências ou detalhes que se tornarem necessários para melhor eficiência dos trabalhos de inspeção prevista nesta Lei ou em seu regulamento;

m) o trânsito de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal;

n) as obrigações das firmas responsáveis pelas atividades previstas no art. 2º.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Hugo de Almeida Leme

LEI Nº 4.737 — DE 15 DE JULHO DE 1965

Institui o Código Eleitoral

O Presidente da República,

Faço saber que sanciono a seguinte Lei, aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 4º, *caput*, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

PARTE PRIMEIRA

Introdução

Art. 1º Este Código contém normas destinadas a assegurar a organização

e o exercício de direitos políticos precipuamente os de votar e ser votado

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá Instruções para sua fiel execução.

Art. 2º Todo poder emana do povo e será exercido em seu nome, por mandatários escolhidos, direta e secretamente, dentre candidatos indicados por partidos políticos nacionais, ressalvada a eleição indireta nos casos previstos na Constituição e leis específicas.

Art. 3º Qualquer cidadão pode pretender investidura em cargo eletivo, respeitadas as condições constitucionais e legais de elegibilidade e incompatibilidade.

Art. 4º São eleitores os brasileiros maiores de 18 anos que se alistarem na forma da lei.

Art. 5º Não podem alistar-se eleitores:

- I — os analfabetos;
- II — os que não saibam exprimir-se na língua nacional;
- III — os que estejam privados, temporaria ou definitivamente dos direitos políticos.

Parágrafo único — Os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

Art. 6º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo, salvo:

- I — quanto ao alistamento:
 - a) os inválidos;
 - b) os maiores de setenta anos;
 - c) os que se encontrem fora do país.

- II — quanto ao voto:
 - a) os enfermos;
 - b) os que se encontrem fora do seu domicílio;
 - c) os funcionários civis e os militares, em serviço que os impossibilite de votar.

Art. 7º O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de 5 (cinco) a 20 (vinte) por cento do salário-mínimo da zona de residência, imposta pelo juiz eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 367.

§ 1º Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

I — inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se neles;

II — receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de função ou emprego público, autárquico ou paraestatal, bem como fundações governamentais, empresas, institutos e sociedades de qualquer natureza, mantidas ou subvencionadas pelo governo ou que exerçam serviço público delegado, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;

III — participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;

IV — obter empréstimos nas autarquias, sociedades de economia mista, caixas econômicas federais ou estaduais, nos institutos e caixas de previdência social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo, ou de cuja administração este participe, e com essas entidades celebrar contratos;

V — obter passaporte ou carteira de identidade;

VI — renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo;

VII — praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou imposto de renda.

§ 2º Os brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 18 anos, salvo os excetuados nos arts. 5º e 6º, nº 1, sem prova de estarem alistados não poderão praticar os atos relacionados no parágrafo anterior.

Art. 8º O brasileiro nato que não se alistar até os 19 anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira, incorrerá na multa de 5 (cinco) por cento a 3 (três) salários-mínimos vigentes na zona imposta pelo juiz e cobrada no ato da inscrição eleitoral através de selo federal inutilizado no próprio requerimento.

Parágrafo único O processo de inscrição não terá andamento enquanto não for paga a multa e, se o alistando se recusar a pagar no ato, ou não

o fizer no prazo de 30 (trinta) dias, será cobrada na forma prevista ao art. 367.

Art. 9º Os responsáveis pela inobservância do disposto nos arts. 7º e 8º incorrerão na multa de 1 (um) a 3 (três) salários-mínimos vigentes na zona eleitoral ou de suspensão disciplinar até 30 (trinta) dias.

Art. 10. O juiz eleitoral fornecerá aos que não votarem por motivo justificado e aos não alistados nos termos dos artigos 5º e 6º, nº I, documento que os isente das sanções legais.

Art. 11. O eleitor que não votar e não pagar a multa, se se encontrar fora de sua zona e necessitar documento de quitação com a Justiça Eleitoral, poderá efetuar o pagamento perante o Juízo da zona em que estiver.

§ 1º A multa será cobrada no máximo previsto, salvo se o eleitor quiser aguardar que o juiz da zona em que se encontrar solicite informações sobre o arbitramento ao Juízo da inscrição.

§ 2º Em qualquer das hipóteses, efetuado o pagamento através de selos federais inutilizados no próprio requerimento, o juiz que recolheu a multa comunicará o fato ao da zona de inscrição e fornecerá ao requerente comprovante do pagamento.

PARTE SEGUNDA

Dos órgãos da Justiça Eleitoral

Art. 12. São órgãos da Justiça Eleitoral:

I — O Tribunal Superior Eleitoral, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o País;

II — um Tribunal Regional, na Capital de cada Estado, no Distrito Federal e, mediante proposta do Tribunal Superior, na Capital de Território;

III — juntas eleitorais;

IV — juizes eleitorais.

Art. 13. O número de juizes dos Tribunais Regionais não será reduzido, mas poderá ser elevado até nove, mediante proposta do Tribunal Superior, e na forma por ele sugerida.

Art. 14. Os juizes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado,

servirão obrigatoriamente por dois anos, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.

Parágrafo único. No caso de recondução para o segundo biênio, observar-se-ão as mesmas formalidades indispensáveis a primeira investidura.

Art. 15. Os substitutos dos membros efetivos dos Tribunais Eleitorais serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

TÍTULO I

Do Tribunal Superior

Art. 16. Compõe-se o Tribunal Superior:

I — mediante eleição em escrutínio secreto;

a) de dois juizes escolhidos pelo Supremo Tribunal Federal dentre os seus ministros;

b) de dois juizes escolhidos pelo Tribunal Federal de Recursos dentre os seus ministros;

c) de um juiz escolhido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal dentre os seus desembargadores.

II — por nomeação do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 1º A nomeação pelo Presidente da República de juizes da categoria de juristas deverá ser feita dentro dos 30 (trinta) dias do recebimento da lista triplíce enviada pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Respeitado o direito de recusa, previamente manifestado, considerar-se-á reconduzido o juiz a quem, decorrido o prazo do parágrafo anterior, não se der substituto, desde que o seu nome figure na lista triplíce.

§ 3º Não podem fazer parte do Tribunal Superior cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o 4º (quarto) grau, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo, excluindo-se neste caso o que tiver sido escolhido por último.

§ 4º A nomeação de que trata o nº II d'este artigo não poderá recair em cidadão que ocupe cargo público de que possa ser demitido *ad nutum*; que seja diretor, proprietário ou sócio de empresa beneficiada com subvenção, privilégio, isenção ou favor em

virtude de contrato com a administração pública, ou que exerça mandato de caráter político, federal, estadual ou municipal.

Art. 17. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá para seu presidente um dos ministros do Supremo Tribunal Federal, cabendo ao outro a vice-presidência, e para Corregedor Geral da Justiça Eleitoral um dos seus membros.

§ 1º As atribuições do Corregedor Geral serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§ 2º No desempenho de suas atribuições o Corregedor Geral se locomoverá para os Estados e Territórios nos seguintes casos:

I — por determinação do Tribunal Superior Eleitoral;

II — a pedido dos Tribunais Regionais Eleitorais;

III — a requerimento de Partido deferido pelo Tribunal Superior Eleitoral;

IV — sempre que entender necessário.

§ 3º Os provimentos emanados da Corregedoria Geral vinculam os Corregedores Regionais, que lhes devem dar imediato e preciso cumprimento.

Art. 18. Exercerá as funções de Procurador Geral, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o Procurador Geral da República, funcionando, em suas faltas e impedimentos, seu substituto legal.

Parágrafo único. O Procurador Geral poderá designar outros membros do Ministério Público da União, com exercício no Distrito Federal, e sem prejuízo das respectivas funções, para auxiliá-lo junto ao Tribunal Superior Eleitoral, onde não poderão ter assento.

Art. 19. O Tribunal Superior delibera por maioria de votos, em sessão pública, com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo único. As decisões do Tribunal Superior, assim na interpretação do Código Eleitoral em face da Constituição e cassação de registro de partidos políticos, como sobre quaisquer recursos que importem anulação geral de eleições ou perda de diplomas, só poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros. Se ocorrer impedimento de algum juiz, será convocado o substituto ou o respectivo suplente.

Art. 20. Diante o Tribunal Superior, qualquer interessado poderá ar-

güir a suspeição ou impedimento dos seus membros, do Procurador Geral ou de funcionários de sua Secretaria, nos casos previstos na lei processual civil ou penal e por motivo de parcialidade partidária, mediante o processo previsto em regimento.

Parágrafo único. Será ilegítima a suspeição quando o excipiente a provocar ou, depois de manifestada a causa, praticar ato que importe aceitação do argüido.

Art. 21. Os Tribunais e juízes inferiores devem dar imediato cumprimento às decisões, mandados, instruções e outros atos emanados do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 22. Compete ao Tribunal Superior:

I — Processar e julgar originariamente:

a) o registro e a cassação de registro de partidos políticos, dos seus diretórios nacionais e de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República;

b) os conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais e juízes eleitorais de Estados diferentes;

c) a suspeição ou impedimento aos seus membros, ao Procurador Geral e aos funcionários da sua Secretaria;

d) os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos cometidos pelos seus próprios juízes e pelos juízes dos Tribunais Regionais;

e) o *habeas corpus* ou mandado de segurança, em matéria eleitoral, relativos a atos do Presidente da República, dos Ministros de Estado e dos Tribunais Regionais; ou, ainda, o *habeas corpus*, quando houver perigo de se consumir a violência antes que o juiz competente possa prover sobre a impetração;

f) as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos, quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos;

g) as impugnações à apuração do resultado geral, proclamação dos eleitos e expedição de diploma na eleição de Presidente e Vice-Presidente da República;

h) os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos nos Tribunais Regionais dentro de 60 (sessenta) dias da conclusão ao relator;

II — julgar os recursos interpostos das decisões dos Tribunais Regionais nos termos do art. 276 inclusive os que versarem matéria administrativa.

Parágrafo único. As decisões do Tribunal Superior são irrecuráveis, salvo nos casos do art. 281.

Art. 23 — Compete, ainda, privativamente, ao Tribunal Superior:

I — elaborar o seu regimento interno;

II — organizar a sua Secretaria e a Corregedoria Geral, propondo ao Congresso Nacional a criação ou extinção dos cargos administrativos e a fixação dos respectivos vencimentos, provendo-os na forma da lei;

III — conceder aos seus membros licença e férias assim como afastamento do exercício dos cargos efetivos;

IV — aprovar o afastamento do exercício dos cargos efetivos dos juizes dos Tribunais Regionais Eleitorais;

V — propor a criação de Tribunal Regional na sede de qualquer dos Territórios;

VI — propor ao Poder Legislativo o aumento do número dos juizes de qualquer Tribunal Eleitoral, indicando a forma desse aumento;

VII — fixar as datas para as eleições de Presidente e Vice-Presidentes da República, senadores e deputados federais, quando não o tiverem sido por lei;

VIII — aprovar a divisão dos Estados em zonas eleitorais ou a criação de novas zonas;

IX — expedir as instruções que julgar convenientes à execução deste Código;

X — fixar a diária do Corregedor Geral, dos Corregedores Regionais e auxiliares em diligência fora da sede;

XI — enviar ao Presidente da República a lista triplíce organizada pelos Tribunais de Justiça nos termos do art. 25;

XII — responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas em tese por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional do partido político;

XIII — autorizar a contagem dos votos pelas mesas receptoras nos Estados em que essa providência fôr solicitada pelo Tribunal Regional respectivo;

XIV — requisitar a força federal necessária ao cumprimento da lei e das suas próprias decisões, ou das decisões dos Tribunais Regionais que o solicitarem;

XV — organizar e divulgar a Súmula de sua jurisprudência;

XVI — requisitar funcionários da União e do Distrito Federal quando o exigir o acúmulo ocasional do serviço de sua Secretaria;

XVII — publicar um boletim eleitoral;

XVIII — tomar quaisquer outras providências que julgar convenientes à execução da legislação eleitoral.

Art. 24. Compete ao Procurador Geral, como Chefe do Ministério Público Eleitoral:

I — assistir às sessões do Tribunal Superior e tomar parte nas deliberações;

II — exercer a ação pública e promovê-la até final, em todos os feitos de competência originária do Tribunal;

III — officiar em todos os recursos encaminhados ao Tribunal;

IV — manifestar-se, por escrito ou oralmente, em todos os assuntos submetidos à deliberação do Tribunal, quando solicitada sua audiência por qualquer dos juizes, ou por iniciativa sua, se entender necessário;

V — defender a jurisdição do Tribunal;

VI — representar ao Tribunal sobre a fiel observância das leis eleitorais, especialmente quanto a sua aplicação uniforme em todo o País;

VII — requisitar diligências, certidões e esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições;

VIII — expedir instruções aos órgãos do Ministério Público junto aos Tribunais Regionais;

IX — acompanhar, quando solicitado, o Corregedor Geral, pessoalmente ou por intermédio de Procurador que designe, nas diligências a serem realizadas.

TÍTULO II

Dos Tribunais Regionais

Art. 25. Os Tribunais Regionais compor-se-ão:

I — mediante eleição em escrutínio secreto:

a) de três juizes escolhidos pelo Tribunal de Justiça dentre os seus membros;

b) de dois juizes escolhidos pelo Tribunal de Justiça dentre os juizes de direito;

II — por nomeação do Presidente da República de dois dentre seis ci-

dados de notável saber jurídico e reputação ilibada, que não sejam incompatíveis por lei, indicados pelo Tribunal de Justiça.

§ 1º A lista triplice organizada pelo Tribunal de Justiça será enviada ao Tribunal Superior Eleitoral.

§ 2º A lista não poderá conter nome de magistrado aposentado há menos de cinco anos.

§ 3º Recebidas as indicações o Tribunal Superior divulgará a lista através de edital, podendo os partidos, no prazo de cinco dias, impugná-la com fundamento em incompatibilidade.

§ 4º Se a impugnação fôr julgada procedente quanto a qualquer dos indicados, a lista será devolvida ao Tribunal de origem para complementação.

§ 5º Não havendo impugnação, ou desprezada esta, o Tribunal Superior encaminhará a lista ao Poder Executivo para a nomeação.

§ 6º A nomeação pelo Presidente da República de juizes da categoria de juristas deverá ser feita dentro dos 30 dias do recebimento da lista.

§ 7º Respeitado o direito de recusa, previamente manifestado, considerar-se-á reconduzido o juiz a quem, decorrido o prazo do parágrafo anterior, não se der substituto, desde que o seu nome conste da lista triplice.

§ 8º Não podem fazer parte do Tribunal Regional pessoas que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o 4º grau, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo, excluindo-se neste caso a que tiver sido escolhida por último.

§ 9º A nomeação de que trata o nº II d'este artigo não poderá recair em cidadão que tenha qualquer das incompatibilidades mencionadas no art. 16, § 4º.

Art. 26. O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal Regional serão eleitos por este dentre os três desembargadores do Tribunal de Justiça: o terceiro desembargador será o Corregedor Regional da Justiça Eleitoral.

§ 1º As atribuições do Corregedor Regional serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal Regional Eleitoral perante o qual servir.

§ 2º No desempenho de suas atribuições o Corregedor Regional se locomoverá para as zonas eleitorais nos seguintes casos:

I — por determinação do Tribunal Superior Eleitoral ou do Tribunal Regional Eleitoral;

II — a pedido dos juizes eleitorais;

III — a requerimento de Partido, deferido pelo Tribunal Regional;

IV — sempre que entender necessário.

Art. 27. Servirá como Procurador Regional junto a cada Tribunal Regional Eleitoral o Procurador da República no respectivo Estado e, onde houver mais de um, aquêle que fôr designado pelo Procurador Geral da República.

§ 1º No Distrito Federal, serão as funções de Procurador Regional Eleitoral exercidas pelo Procurador Geral da Justiça do Distrito Federal.

§ 2º Substituirá o Procurador Regional, em suas faltas ou impedimentos, o seu substituto legal.

§ 3º Compete aos Procuradores Regionais exercer, perante os Tribunais junto aos quais servirem, as atribuições do Procurador Geral.

§ 4º Mediante prévia autorização do Procurador Geral, podendo os Procuradores Regionais requisitar, para auxiliá-los nas suas funções, membros do Ministério Público local, não tendo estes, porém, assento nas sessões do Tribunal.

Art. 28. Os Tribunais Regionais deliberam por maioria de votos, em sessão pública, com a presença da maioria de seus membros.

§ 1º No caso de impedimento e não existindo *quorum*, será o membro do Tribunal substituído por outro da mesma categoria, designado na forma prevista na Constituição.

§ 2º Perante o Tribunal Regional, e com recurso voluntário para o Tribunal Superior qualquer interessado poderá arguir a suspeição dos seus membros, do Procurador Regional, ou de funcionários da sua Secretaria, assim como dos juizes e escrivães eleitorais, nos casos previstos na lei processual civil e por motivo de parcialidade partidária, mediante o processo previsto em regimento.

Art. 29. Compete aos Tribunais Regionais:

I — processar e julgar originariamente:

a) o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a Governador, Vice-Governadores, e membro do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas;

b) os conflitos de jurisdição entre juizes eleitorais do respectivo Estado;

c) a suspeição ou impedimentos aos seus membros ao Procurador Regional e aos funcionarios da sua Secretaria assim como aos juizes e escriptães eleitorais;

d) os crimes eleitorais cometidos pelos juizes eleitorais;

e) o *habeas corpus* ou mandado de segurança, em matéria eleitoral, contra ato de autoridades que respondam perante os Tribunais de Justiça por crime de responsabilidade e, em grau de recurso, os denegados ou concedidos pelos juizes eleitorais; ou, ainda, o *habeas corpus* quando houver perigo de se consumir a violência antes que o juiz competente possa prover sobre a impetração;

f) as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos, quanto a sua contabilidade e a apuração da origem dos seus recursos;

g) os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos pelos juizes eleitorais em 60 (sessenta) dias da sua conclusão para julgamento, sem prejuizo das sanções applicadas pelo excesso de prazos.

II — julgar os recursos interpostos:

a) dos atos e das decisões proferidas pelos juizes e juntas eleitorais,

b) das decisões dos juizes eleitorais que concederem ou denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança.

Parágrafo único. As decisões dos Tribunais Regionais são irrecuráveis, salvo nos casos do art. 276.

Art. 30. Compete, ainda, privativamente, aos Tribunais Regionais:

I — elaborar o seu regimento interno;

II — organizar a sua Secretaria e a Corregedoria Regional, provido-lhes os cargos na forma da lei, e

propor ao Congresso Nacional, por intermedio do Tribunal Superior a criação ou supressão de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;

III — conceder aos seus membros e aos juizes eleitorais licença e férias, assim como afastamento do exercicio dos cargos efetivos submetendo, quanto áqueles, a decisão á aprovação do Tribunal Superior Eleitoral;

IV — fixar a data das eleições de Governador e Vice-Governador, deputados estaduais, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e juizes de paz, quando não determinada por disposição constitucional ou legal;

V — constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição;

VI — indicar ao Tribunal Superior as zonas eleitorais ou seções em que a contagem dos votos deva ser feita pela mesa receptora;

VII — apurar com os resultados parciais enviados pelas juntas eleitorais, os resultados finais das eleições de Governador e Vice-Governador de membros do Congresso Nacional e expedir os respectivos diplomas, remetendo, dentro do prazo de 10 (dez) dias após a diplomação, ao Tribunal Superior, cópia das atas de seus trabalhos;

VIII — responder, sobre matéria eleitoral, ás consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido politico;

IX — dividir a respectiva circumscrição em zonas eleitorais, submetendo essa divisão, assim como a criação de novas zonas, á aprovação do Tribunal Superior;

X — aprovar a designação do Officio de Justiça que deva responder pela escriptania eleitoral durante o biénio;

XI — nomear preparadores, unicamente dentre nomes indicados pelos juizes eleitorais, para auxiliarem o alistamento eleitoral;

XII — requisitar a força necessaria ao cumprimento de suas decisões solicitar ao Tribuna. Superior a requisição de força federal;

XIII — autorizar, no Distrito Federal e nas capitais dos Estados, ao seu presidente e, no interior, aos juizes eleitorais, a requisição de funcionarios federais, estaduais ou municipais para auxiliarem os escriptães eleitorais, quando o exigiro acúmulo ocasional do serviço;

XIV — requisitar funcionarios da União e, ainda, no Distrito Federal e

em cada Estado ou Território, funcionários dos respectivos quadros administrativos, no caso de acúmulo ocasional de serviço de suas Secretarias;

XV — aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão até 30 (trinta) dias aos juizes eleitorais;

XVI — cumprir e fazer cumprir as decisões e instruções do Tribunal Superior;

XVII — determinar, em caso de urgência, providências para a execução da lei na respectiva circunscrição;

XVIII — organizar o fichario dos eleitores do Estado.

Art. 31. Faltando num Território o Tribunal Regional, ficará a respectiva circunscrição eleitoral sob a jurisdição do Tribunal Regional que o Tribunal Superior designar.

TÍTULO III

Dos juizes eleitorais

Art. 32. Cabe a jurisdição de cada uma das zonas eleitorais a um juiz de direito em efetivo exercício e, na falta deste, ao seu substituto legal que goze das prerrogativas do art. 95 da Constituição.

Parágrafo único. Onde houver mais de uma vara o Tribunal Regional designará aquela ou aquelas, a que incumba o serviço eleitoral.

Art. 33. Nas zonas eleitorais onde houver mais de uma serventia de justiça, o juiz indicará ao Tribunal Regional a que deve ter o anexo da escrivania eleitoral pelo prazo de dois anos.

§ 1º. Não poderá servir como escrivão eleitoral, sob pena de demissão, o membro de diretório de partido político, nem o candidato a cargo eletivo, seu cônjuge e parente consanguíneo ou afim até o segundo grau.

§ 2º. O escrivão eleitoral, em suas faltas e impedimentos, será substituído na forma prevista pela lei de organização judiciária local.

Art. 34. Os juizes despacharão todos os dias na sede da sua zona eleitoral.

Art. 35. Compete aos juizes:

I — cumprir e fazer cumprir as decisões e determinações do Tribunal Superior e do Regional;

II — processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem

conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais;

III — decidir *nobis corpus* e mandado de segurança, em matéria eleitoral, desde que essa competência não esteja atribuída privativamente a instância superior.

IV — fazer as diligências que julgar necessárias a ordem e presteza do serviço eleitoral;

V — tomar conhecimento das reclamações que lhe forem feitas verbalmente ou por escrito, reduzindo-as a termo, e determinando as providências que cada caso exigir;

VI — indicar, para aprovação do Tribunal Regional, a serventia de justiça que deve ter o anexo da escrivania eleitoral;

VII — representar sobre a necessidade de nomeação dos preparadores para auxiliarem o alistamento eleitoral, indicando os nomes dos cidadãos que devem ser nomeados;

VIII — dirigir os processos eleitorais e determinar a inscrição e a exclusão de eleitores;

IX — expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor;

X — dividir a zona em seções eleitorais;

XI — mandar organizar, em ordem alfabética, relação dos eleitores de cada seção, para remessa a mesa receptora, juntamente com a lista das folhas individuais de votação;

XII — ordenar o registro e cassação do registro dos candidatos aos cargos eletivos municipais e comunicá-los ao Tribunal Regional;

XIII — designar, até 60 (sessenta) dias antes das eleições os locais das seções;

XIV — nomear, 60 (sessenta) dias antes da eleição, em audiência pública anunciada com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, os membros das mesas receptoras;

XV — instruir os membros das mesas receptoras sobre as suas funções;

XVI — providenciar para a solução das ocorrências que se verificarem nas mesas receptoras;

XVII — tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos viciosos das eleições;

XVIII — fornecer aos que não votaram por motivo justificado e aos não alistados, por dispensados do alistamento, um certificado que os isente das sanções legais;

XIX — comunicar, até às 12 horas do dia seguinte à realização da elei-

ção, ao Tribunal Regional e aos delegados de partidos credenciados, o número de eleitores que votarem em cada uma das seções da zona sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da zona.

TÍTULO IV

Das Juntas Eleitorais

Art. 36. Compõem-se as juntas eleitorais de um juiz de direito, que será o presidente, e de 2 (dois) ou 4 (quatro) cidadãos de notória idoneidade.

§ 1º Os membros das juntas eleitorais serão nomeados 60 (sessenta) dias antes da eleição, depois de aprovação do Tribunal Regional, pelo presidente deste, a quem cumpre também designar-lhes a sede.

§ 2º Até 10 (dez) dias antes da nomeação os nomes das pessoas indicadas para compor as Juntas serão publicados no órgão oficial do Estado, podendo qualquer partido, no prazo de 3 (três) dias, em petição fundamentada, impugnar as indicações.

§ 3º Não podem ser nomeados membros das Juntas, escrutinadores ou auxiliares:

I — os candidatos e seus parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive, e bem assim o cônjuge;

II — os membros de diretórios de partidos políticos devidamente registrados e cujos nomes tenham sido oficialmente publicados;

III — as autoridades e agentes policiais, bem como os funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo;

IV — os que pertencerem ao serviço eleitoral.

Art. 37. Podem ser organizadas tantas Juntas quantas permitir o número de juizes de direito que gozem das garantias do art. 95 da Constituição, mesmo que não sejam juizes eleitorais.

Parágrafo único. Nas zonas em que houver de ser organizada mais de uma Junta, ou quando estiver vago o cargo de juiz eleitoral ou estiver este impedido, o presidente do Tribunal Regional, com a aprovação deste, designará juizes de direito da mesma ou de outras comarcas, para presidirem as juntas eleitorais.

Art. 38. Ao presidente da Junta é facultado nomear, dentre cidadãos de notória idoneidade, escrutinadores e auxiliares em número capaz de atender a boa marcha dos trabalhos.

§ 1º É obrigatória essa nomeação sempre que houver mais de dez urnas a apurar.

§ 2º Na hipótese do desdobramento da Junta em turmas, o respectivo presidente nomeará um escrutinador para servir como secretário em cada turma.

§ 3º Além dos secretários a que se refere o parágrafo anterior, será designado pelo presidente da Junta um escrutinador para secretário-geral competindo-lhe:

I — lavrar as atas;

II — tomar por termo ou protocolar os recursos, neles funcionando como escrivão;

III — totalizar os votos apurados.

Art. 39. Até 30 (trinta) dias antes da eleição o presidente da Junta comunicará ao Presidente do Tribunal Regional as nomeações que houver feito e divulgará a composição do órgão por edital publicado ou afixado, podendo qualquer partido oferecer impugnação motivada no prazo de 3 (três) dias.

Art. 40. Compete à Junta Eleitoral:

I — apurar, no prazo de 10 (dez) dias, as eleições realizadas nas zonas eleitorais sob a sua jurisdição.

II — resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos da contagem e da apuração;

III — expedir os boletins de apuração mencionados no art. 179;

IV — expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.

Parágrafo único. Nos municípios onde houver mais de uma junta eleitoral a expedição dos diplomas será feita pelo que for presidida pelo juiz eleitoral mais antigo, a qual as demais enviarão os documentos da eleição.

Art. 41. Nas zonas eleitorais em que for autorizada a contagem prévia dos votos pelas mesas receptoras, compete à Junta Eleitoral tomar as providências mencionadas no art. 195.

PARTE TERCEIRA

Do Alistamento

TÍTULO I

Da qualificação e inscrição

Art. 42. O alistamento se faz mediante a qualificação e inscrição do eleitor.

Parágrafo único. Para o efeito da inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio qualquer delas.

Art. 43. O alistando apresentará em cartório ou local previamente designado, requerimento em fórmula que obedecerá ao modelo aprovado pelo Tribunal superior.

Art. 44. O requerimento, acompanhado de 3 (três) retratos, será inscrito com um dos seguintes documentos, que não poderão ser supridos mediante justificação:

I — carteira de identidade expedida pelo órgão competente do Distrito Federal ou dos Estados;

II — certificado de quitação do serviço militar;

III — certidão de idade extraída do Registro Civil;

IV — instrumento público do qual se infira, por direito ter o requerente idade superior a dezoito anos e do qual conste, também, os demais elementos necessários à sua qualificação;

V — documento do qual se infira a nacionalidade brasileira, originária ou adquirida, do requerente.

Parágrafo único. Será devolvido o requerimento que não contenha os dados constantes do modelo oficial, na mesma ordem, e em caracteres inequívocos.

Art. 45. O escrivão, o funcionário ou o preparador recebendo a fórmula e documentos determinará que o alistando date e assine a petição e em ato contínuo atestará terem sido a data e a assinatura lançados na sua presença; em seguida, tomará a assinatura do requerente na "fólia individual de votação" e nas duas vias do título eleitoral, dando recibo da petição e do documento.

§ 1º O requerimento será submetido ao despacho do juiz nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes.

§ 2º Poderá o juiz se tiver dúvida quanto a identidade do requerente ou sobre qualquer outro requisito para o alistamento, converter o julgamento em diligência para que o alistando esclareça ou complete a prova ou, se fôr necessário, compareça pessoalmente à sua presença.

§ 3º Se se tratar de qualquer omissão ou irregularidade que possa ser sanada, fixará o juiz para isso prazo razoável.

§ 4º Deferido o pedido, no prazo de cinco dias, o título e o documento que instruem o pedido serão entregues pelo juiz, escrivão, funcionário designado ou preparador. A entrega far-se-á ao próprio eleitor, mediante recibo, ou a quem o eleitor autorizar por escrito o recebimento, cancelando-se o título cuja assinatura não fôr idêntica à do requerimento de inscrição e à do recibo. O recibo será anexo ao processo eleitoral.

§ 5º A restituição de qualquer documento não poderá ser feita antes de despachado o pedido de alistamento pelo juiz eleitoral.

§ 6º Quinzenalmente o juiz eleitoral fará publicar pela imprensa, onde houver ou por editais, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos, os indeferidos e os convertidos em diligência, contando-se dessa publicação o prazo para os recursos a que se refere o parágrafo seguinte.

§ 7º Do despacho que indeferir o requerimento de inscrição caberá recurso interposto pelo alistando e do que o deferir poderá recorrer qualquer delegado de partido.

§ 8º Os recursos referidos no parágrafo anterior serão julgados pelo Tribunal Regional Eleitoral dentro de 5 (cinco) dias.

§ 9º Findo esse prazo, sem que o alistando se manifeste, ou logo que seja desprovido o recurso em instância superior, o juiz inutilizará a fólia individual de votação assinada pelo requerente, a qual ficará fazendo parte integrante do processo e não poderá, em qualquer tempo, ser substituída, nem dele retirada, sob pena de incorrer o responsável nas sanções previstas no art. 293.

§ 10. No caso de indeferimento do pedido, o Cartório devolverá ao requerente, mediante recibo, as fotografias e o documento com que houver instruído o seu requerimento.

§ 11. O título eleitoral e a fôlha individual de votação, sob pena de suspensão disciplinar, até 30 (trinta) dias, somente serão assinados pelo juiz depois de preenchidos pelo cartório e de deferido o pedido.

Art. 46. As fôlhas individuais de votação e os títulos serão confeccionados de acordo com o modelo aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§ 1º Da fôlha individual de votação e do título eleitoral constará a indicação da seção em que o eleitor tiver sido inscrito a qual será localizada dentro do distrito judiciário ou administrativo de sua residência e o mais próximo dela, considerados a distância e os meios de transporte.

§ 2º As fôlhas individuais de votação serão conservadas em pastas, uma para cada seção eleitoral; remetidas por ocasião das eleições, às mesas receptoras, serão por estas encaminhadas com a urna e os demais documentos da eleição às Juntas Eleitorais, que as devolverão, findos os trabalhos da apuração, ao respectivo cartório, onde ficarão guardadas.

§ 3º O eleitor ficará vinculado permanentemente à seção eleitoral indicada no seu título, salvo:

I — se se transferir de zona ou Município, hipótese em que deverá requerer transferência.

II — se, até 100 (cem) dias antes da eleição, provar, perante o Juiz Eleitoral, que mudou de residência dentro do mesmo Município, de um distrito para outro ou para lugar muito distante da seção em que se acha inscrito, caso em que serão feitas na fôlha de votação e no título eleitoral, para esse fim exibido, as alterações correspondentes, devidamente autenticadas pela autoridade judiciária.

§ 4º O título eleitoral servirá de prova de que o eleitor está inscrito na seção em que deve votar. E, uma vez datado e assinado pelo presidente da mesa receptora, servirá também de prova de haver o eleitor votado.

Art. 47. As certidões de nascimento ou casamento, quando destinadas ao alistamento eleitoral, serão fornecidas

gratuitamente, segundo a ordem dos pedidos apresentados em cartório pelos alistandos ou delegados de partido.

Art. 48. O empregado mediante comunicação com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário e por tempo não excedente a 2 (dois) dias, para o fim de se alistar eleitor ou requerer transferência.

Art. 49. Os cegos alfabetizados pelo sistema "Braille", que reunirem as demais condições de alistamento, podem qualificar-se mediante o preenchimento da fórmula impressa e a aposição do nome com as letras do referido alfabeto.

§ 1º De forma idêntica serão assinadas a fôlha individual de votação e as vias do título.

§ 2º Esses atos serão feitos na presença também de funcionários de estabelecimento especializado de amparo e proteção de cegos, conhecedor do sistema "Braille", que subscreverá, com o Escrivão ou funcionário designado, a seguinte declaração a ser lançada no modelo de requerimento: "Atestamos que a presente fórmula bem como a fôlha individual de votação e vias do título foram subscritas pelo próprio, em nossa presença".

Art. 50. O juiz eleitoral providenciará para que se proceda ao alistamento nas próprias sedes dos estabelecimentos de proteção aos cegos, marcando previamente, dia e hora para tal fim, podendo se inscrever na zona eleitoral correspondente todos os cegos do município.

§ 1º Os eleitores inscritos em tais condições deverão ser localizados em uma mesma seção da respectiva zona.

§ 2º Se no alistamento realizado pela forma prevista nos artigos anteriores, o número de eleitores não alcançar o mínimo exigido, este se completará com a inclusão de outros ainda que não sejam cegos.

Art. 51. Nos estabelecimentos de internação coletiva de hansenianos somente poderão ser alistados como eleitores do município os doentes que, antes do internamento, residiam no território do município.

§ 1º O internado que já era eleitor na sua zona de residência continuará inscrito nessa zona.

§ 2º Se a zona de origem do internado for do próprio Estado em que

estiver localizado o Sanatório, o eleitor votará nas eleições de âmbito nacional e estadual; se de outro Estado, apenas nas eleições de âmbito nacional, feita, em qualquer caso, a devida comunicação ao juiz da zona de origem.

§ 3º Se o internado não estava alistado na sua zona de residência, o requerimento feito no Sanatório será enviado, por intermédio do juiz eleitoral, ao juiz da zona de origem, que, após processá-lo, remeterá o título para ser entregue ao eleitor.

CAPÍTULO I

Da segunda via

Art. 52. No caso de perda ou extravio de seu título, requererá o eleitor ao juiz do seu domicílio eleitoral, até 10 (dez) dias antes da eleição, que lhe expeda segunda via.

§ 1º O pedido de segunda via será apresentado em cartório, pessoalmente, pelo eleitor, instruído o requerimento, no caso de inutilização ou dilaceração, com a primeira via do título.

§ 2º No caso de perda ou extravio do título, o juiz, após receber o requerimento de segunda via, fará publicar, pelo prazo de 5 (cinco) dias, pela imprensa, onde houver, ou por editais, a notícia do extravio ou perda e do requerimento de segunda via, deferindo o pedido, findo este prazo, se não houver impugnação.

Art. 53. Se o eleitor estiver fora do seu domicílio eleitoral poderá requerer a segunda via ao juiz da zona em que se encontrar, esclarecendo se vai recebê-la na sua zona ou na em que requereu.

§ 1º O requerimento, acompanhado de um novo título assinado pelo eleitor na presença do escrivão ou de funcionário designado e de uma fotografia, será encaminhado ao juiz da zona do eleitor.

§ 2º Antes de processar o pedido, na forma prevista no artigo anterior, o juiz determinará que se confira a assinatura constante do novo título com a da folha individual de votação ou do requerimento de inscrição.

§ 3º Deferido o pedido, o título será enviado ao juiz da Zona que remeteu o requerimento, caso o eleitor haja solicitado essa providência, ou ficará em cartório aguardando que o interessado o procure.

§ 4º O pedido de segunda-via formulado nos termos deste artigo só poderá ser recebido até 60 (sessenta) dias antes do pleito.

Art. 54. O requerimento de segunda-via, em qualquer das hipóteses, deverá ser assinado sobre selos federais, correspondentes a 2% (dois por cento) do salário-mínimo da zona eleitoral de inscrição.

Parágrafo único. Somente será expedida segunda-via ao eleitor que estiver quite com a Justiça Eleitoral, exigindo-se, para o que foi multado e ainda não liquidou a dívida, o previo pagamento, através de selo federal inutilizado nos autos.

CAPÍTULO II

Da transferência

Art. 55. Em caso de mudança de domicílio, cabe ao eleitor requerer ao juiz do novo domicílio sua transferência, juntando o título anterior.

§ 1º A transferência só será admitida satisfeitas as seguintes exigências:

I — entrada do requerimento no cartório eleitoral do novo domicílio até 100 (cem) dias antes da data da eleição.

II — transcorrência de pelo menos 1 (um) ano da inscrição primitiva;

III — residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio, atestada pela autoridade policial ou provada por outros meios convincentes.

§ 2º O disposto nos nºs I e II, do parágrafo anterior, não se aplica quando se tratar de transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção.

Art. 56. No caso de perda ou extravio do título anterior declarado esse fato na petição de transferência, o juiz do novo domicílio, como ato preliminar, requisitará, por telegrama, a confirmação do alegado a Zona Eleitoral onde o requerente se achava inscrito.

§ 1º O Juiz do antigo domicílio, no prazo de 5 (cinco) dias, responderá por ofício ou telegrama, esclarecendo se o interessado é realmente eleitor, se a inscrição está em vigor, e, ainda, qual o número e a data da inscrição respectiva.

§ 2º A informação mencionada no parágrafo anterior, suprirá a falta do título extraviado, ou perdido, para o efeito da transferência, devendo fazer parte integrante do processo.

Art. 57. Os requerimentos de transferência de domicílio eleitoral serão publicados, até o prazo máximo de 10 (dez) dias de sua entrada em cartório, pela imprensa, onde houver, ou por editais.

§ 1º Transcorrido o prazo acima mencionado, será publicado pela mesma forma anterior, durante 5 (cinco) dias, o despacho do juiz eleitoral negando ou deferindo o pedido.

§ 2º Poderá recorrer para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 3 (três) dias, o eleitor que pediu a transferência, sendo-lhe a mesma negada, ou qualquer delegado de partido, quando o pedido for deferido.

§ 3º Dentro de 5 (cinco) dias, o Tribunal Regional Eleitoral decidirá do recurso interposto nos termos do parágrafo anterior.

§ 4º Só será expedido o novo título decorridos os prazos previstos neste artigo e respectivos parágrafos.

Art. 58. Expedido o novo título o juiz comunicará a transferência ao Tribunal Regional competente, no prazo de 10 (dez) dias, enviando-lhe o título eleitoral, se houver, ou documento a que se refere o § 1º do artigo 56.

§ 1º Na mesma data comunicará ao juiz da zona de origem a concessão da transferência e requisitará a "fôlha individual de votação".

§ 2º Na nova folha individual de votação ficará consignado, na coluna destinada a "anotações", que a inscrição foi obtida por transferência, e, de acordo com os elementos constantes do título primitivo, qual o último pleito em que o eleitor transferido votou. Essa anotação constará, também, de seu título.

§ 3º O processo de transferência só será arquivado após o recebimento da folha individual de votação da Zona de origem, que dele ficará constando, devidamente inutilizada, mediante aposição de carimbo a tinta vermelha.

§ 4º No caso de transferência de município ou distrito dentro da mesma zona, deferido o pedido, o juiz de-

terminará a transposição da fôlha individual de votação para a pasta correspondente ao novo domicílio, a anotação de mudança no título eleitoral e comunicará ao Tribunal Regional para a necessária averbação na ficha do eleitor.

Art. 59. Na Zona de origem, recebida do juiz do novo domicílio a comunicação de transferência, o juiz tomara as seguintes providências:

I — determinará o cancelamento da inscrição do transferido e a remessa dentro de três dias, da fôlha individual de votação ao juiz requisitante;

II — ordenará a retirada do fichário da segunda parte do título;

III — comunicará o cancelamento ao Tribunal Regional a que estiver subordinado, que fará a devida anotação na ficha de seus arquivos;

IV — se o eleitor havia assinado ficha de registro de partido, comunicará ao juiz do novo domicílio e, ainda, ao Tribunal Regional, se a transferência foi concedida para outro Estado.

Art. 60. O eleitor transferido não poderá votar no novo domicílio eleitoral em eleição suplementar à que tiver sido realizada antes de sua transferência.

Art. 61. Somente será concedida transferência ao eleitor que estiver quite com a Justiça Eleitoral.

§ 1º Se o requerente não instruir o pedido de transferência com o título anterior, o juiz do novo domicílio, ao solicitar informação ao da zona de origem, indagará se o eleitor está quite com a Justiça Eleitoral, ou não o estando, qual a importância da multa imposta e não paga.

§ 2º Instruído o pedido com o título, e verificado que o eleitor não votou em eleição anterior, o juiz do novo domicílio solicitará informações sobre o valor da multa arbitrada na zona de origem, salvo se o eleitor não quiser aguardar a resposta, hipótese em que pagará o máximo previsto.

§ 3º O pagamento da multa, em qualquer das hipóteses dos parágrafos anteriores, será comunicado ao juiz de origem para as necessárias anotações.

CAPÍTULO III

Dos preparadores

Art. 62. Os Tribunais Regionais Eleitorais nomearão preparadores para auxiliar o alistamento:

I — para as sedes das zonas eleitorais que estejam vagas;

II — para as sedes das comarcas, termos e municípios que não forem sede de zona eleitoral;

III — para as sedes dos distritos judiciários ou municipais;

IV — para os povoados distantes mais de 12 (doze) quilômetros da sede da zona eleitoral ou de difícil acesso, onde resida um mínimo de 100 (cem) pessoas em condições de se inscreverem como eleitores.

§ 1º Os preparadores serão nomeados por indicação do juiz eleitoral, mesmo que a nomeação haja sido requerida por partido político.

§ 2º O juiz eleitoral deverá indicar, de preferência autoridades judiciárias locais que gozem, pelo menos de garantia de estabilidade mesmo por tempo determinado, e na sua falta, pessoa idônea, entre as de melhor reputação e independência na localidade.

§ 3º Não poderão servir como preparadores:

I — os juizes de paz ou distritais, ou ainda a autoridade judiciária do Estado;

II — os membros de diretório de partido político e os candidatos a cargos eletivos, bem como os seus cônjuges e parentes consanguíneos e afins, até o 2º grau, inclusive;

III — as autoridades policiais e os funcionários livremente demissíveis;

IV — os membros eletivos do Executivo e do Legislativo e os respectivos substitutos ou suplentes.

§ 4º Qualquer partido poderá impugnar perante o Tribunal Regional, quanto à inexistência ou perda desses requisitos a indicação do juiz.

Art. 63. Compete ao preparador:

I — auxiliar, em geral, o alistamento eleitoral, cumprindo as determinações do juiz eleitoral da respectiva zona,

II — receber do eleitor a fórmula do requerimento e tomar-lhe a data e assinatura;

III — atestar terem sido a data e a assinatura lançadas na sua presença;

IV — colher, na folha individual de votação e nas vias do título eleitoral, a assinatura do alistando;

V — receber e examinar os documentos apresentados pelo alistando para efeito de sua qualificação e dar-lhe recibo, não podendo devolver qualquer documento antes de deferido o pedido pelo juiz;

VI — autuar o pedido de inscrição ou transferência com os documentos que o alistarem e encaminhar os autos ao juiz eleitoral para os devidos fins, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento do pedido;

VII — fazer a entrega do título eleitoral ao eleitor ou a quem lhe apresentar o recibo a que se refere o art. 45;

VIII — encaminhar, devidamente informadas, ao juiz eleitoral, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, as impugnações, representações ou reclamações que lhe forem apresentadas e também os requerimentos de qualquer natureza, dirigidos aquela autoridade por eleitor ou delegado de partido;

IX — praticar todos os atos que as instruções para o alistamento do Tribunal Superior Eleitoral atribuírem ao escrivão eleitoral.

Parágrafo único. O preparador perceberá a gratificação correspondente a uma hora do salário-mínimo local por processo preparado, pagos pelo Tribunal Regional Eleitoral, à vista de relação visada pelo juiz eleitoral da respectiva zona.

Art. 64. Qualquer eleitor ou delegado de partido poderá representar ao Tribunal Regional Eleitoral, diretamente ou por intermédio do juiz eleitoral da zona, contra os atos do preparador.

§ 1º A representação, uma vez tomada por termos, se verbal, e autuada, será encaminhada ao Tribunal, devidamente informada pelo juiz eleitoral, depois de ouvido o preparador.

§ 2º Tratando-se de representação encaminhada diretamente ao Tribunal, poderá este, se entender necessário, mandar ouvir o preparador e pedir informações ao juiz eleitoral.

§ 3º Julgada procedente a representação será o preparador desde logo destituído de suas funções, sem prejuízo da apuração da responsabilidade pelos crimes eleitorais que houver praticado de acordo com a legislação vigente.

Art. 65. Os preparadores só podem exercer suas atribuições na sede da localidade para a qual foram designados sendo-lhes vedado se locomoverem para funcionar em outros pontos ainda que dentro do território da mesma localidade, ou receberem requerimentos de alistandos que não residam no local.

CAPÍTULO IV

Dos delegados de partido perante o alistamento

Art. 66. É lícito aos partidos políticos, por seus delegados:

I — acompanhar os processos de inscrição;

II — promover a exclusão de qualquer eleitor inscrito ilegalmente e assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida;

III — examinar, sem perturbação do serviço e em presença dos servidores designados, os documentos relativos ao alistamento eleitoral, podendo deles tirar cópias ou fotocópias.

§ 1º Perante o juízo eleitoral, cada partido poderá nomear 3 (três) delegados.

§ 2º Perante os preparadores, cada partido poderá nomear até 2 (dois) delegados, que assistam e fiscalizem os seus atos.

§ 3º Os delegados a que se refere este artigo serão registrados perante os juizes eleitorais, a requerimento do presidente do Diretório Municipal.

§ 4º O delegado credenciado junto ao Tribunal Regional Eleitoral poderá representar o partido junto a qualquer juízo ou preparador do Estado, assim como o delegado credenciado perante o Tribunal Superior Eleitoral poderá representar o partido perante qualquer Tribunal Regional, juízo ou preparador.

CAPÍTULO V

Do encerramento do alistamento

Art. 67. Nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência

será recebido dentro dos 100 (cem) dias anteriores à data da eleição.

Art. 68. Em audiência pública, que se realizara às 14 (quatorze) horas do 69 (sexagésimo nono) dia anterior à eleição, o juiz eleitoral declarará encerrada a inscrição de eleitores na respectiva zona e proclamará o número dos inscritos até as 18 (dezoito) horas do dia anterior, o que comunicará incontinenti ao Tribunal Regional Eleitoral, por telegrama, e fará publico em edital, imediatamente afixado no lugar próprio do juízo e divulgado pela imprensa, onde houver, declarando nele o nome do último eleitor inscrito e o número do respectivo título, fornecendo aos diretórios municipais dos partidos cópia autêntica desse edital.

§ 1º Na mesma data será encerrada a transferência de eleitores, devendo constar do telegrama do juiz eleitoral ao Tribunal Regional Eleitoral, do edital e da cópia deste fornecida aos diretórios municipais dos partidos e da publicação da imprensa, os nomes dos 10 (dez) últimos eleitores, cujos processos de transferência estejam definitivamente ultimados e o número dos respectivos títulos eleitorais.

§ 2º O despacho de pedido de inscrição, transferência, ou segunda via, proferido após esgotado o prazo legal, sujeita o juiz eleitoral às penas do art. 291.

Art. 69. Os títulos eleitorais resultantes dos pedidos de inscrição ou de transferência serão entregues até 30 (trinta) dias antes da eleição.

Parágrafo único. A segunda via poderá ser entregue ao eleitor até a véspera do pleito.

Art. 70. O alistamento reabrir-se-á em cada zona, logo que estejam concluídos os trabalhos da sua junta eleitoral.

TÍTULO II

Do cancelamento e da exclusão

Art. 71. São causas de cancelamento:

- I — a infração dos arts. 5º e 42;
- II — a suspensão ou perda dos direitos políticos;
- III — a pluralidade de inscrição;
- IV — o falecimento do eleitor;

V — deixar de votar durante o período de 6 (seis) anos ou em 3 (três) eleições seguidas.

§ 1º A ocorrência de qualquer das causas enumeradas neste artigo acarretará a exclusão do eleitor, que poderá ser promovida "ex officio", a requerimento de delegado de partido ou de qualquer eleitor.

§ 2º No caso de ser algum cidadão maior de 18 (dezoito) anos privado temporária ou definitivamente dos direitos políticos, a autoridade que impuser essa pena providenciará para que o fato seja comunicado ao juiz eleitoral ou ao Tribunal Regional da circunscrição em que residir o réu.

§ 3º Os oficiais de Registro Civil, sob as penas do art. 293, enviarão, até o dia 15 (quinze) de cada mês, ao juiz eleitoral da zona em que oficiarem, comunicação dos óbitos de cidadãos alistáveis, ocorridos no mês anterior, para cancelamento das inscrições.

Art. 72. Durante o processo e até a exclusão pode o eleitor votar validamente.

Parágrafo único. Tratando-se de inscrições contra as quais hajam sido interpostos recursos das decisões que as deferiram, desde que tais recursos venham a ser providos pelo Tribunal Regional ou Tribunal Superior, serão nulos os votos se o seu número for suficiente para alterar qualquer representação partidária ou classificação de candidato eleito pelo princípio majoritário.

Art. 73. No caso de exclusão, a defesa pode ser feita pelo interessado, por outro eleitor ou por delegado de partido.

Art. 74. A exclusão será mandada processar "ex officio" pelo juiz eleitoral, sempre que tiver conhecimento de alguma das causas do cancelamento.

Art. 75. O Tribunal Regional, tomando conhecimento através de seu fichário, da inscrição do mesmo eleitor em mais de uma zona sob sua jurisdição, comunicará o fato ao juiz competente para o cancelamento, que de preferência deverá recair:

I — na inscrição que não corresponda ao domicílio eleitoral;

II — naquela cujo título não haja sido entregue ao eleitor;

III — naquela cujo título não haja sido utilizado para o exercício do voto na última eleição;

IV — na mais antiga.

Art. 76. Qualquer irregularidade determinante de exclusão será comunicada por escrito e por iniciativa de qualquer interessado ao juiz eleitoral, que observará o processo estabelecido no artigo seguinte.

Art. 77. O juiz eleitoral processará a exclusão pela forma seguinte:

I — mandará autuar a petição ou representação com os documentos que a instruírem;

II — fará publicar edital com prazo de 10 (dez) dias para ciência dos interessados, que poderão contestar dentro de 5 (cinco) dias;

III — concederá dilação probatória de 5 (cinco) a 10 (dez) dias, se requerida;

IV — decidirá no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 78. Determinado, por sentença, o cancelamento, o cartório tomará as seguintes providências:

I — retirará, da respectiva pasta, a folha de votação, registrará a ocorrência no local próprio para "Anotações" e juntá-la-á ao processo de cancelamento;

II — registrará a ocorrência na coluna de "observações" do livro de inscrição;

III — excluirá dos fichários as respectivas fichas, colecionando-as à parte;

IV — anotará, de forma sistemática, os claros abertos na pasta de votação para o oportuno preenchimento dos mesmos;

V — comunicará o cancelamento ao Tribunal Regional para anotação no seu fichário.

Art. 79. No caso de exclusão por falecimento, tratando-se de caso notório, serão dispensadas as formalidades previstas nos ns. II e III do artigo 77.

Art. 80. Da decisão do juiz eleitoral caberá recurso no prazo de 3 (três) dias, para o Tribunal Regional, interposto pelo excluindo ou por delegado de partido.

Art. 81. Cessada a causa do cancelamento, poderá o interessado requerer novamente a sua qualificação e inscrição.

PARTE QUARTA

Das eleições

TÍTULO I

Do Sistema Eleitoral

Art. 82. O sufrágio é universal e direto; o voto, obrigatório e secreto.

Art. 83. Na eleição de presidente e vice-presidente da República, governadores e vice-governadores dos Estados, senadores federais e seus suplentes, deputado federal nos Territórios, prefeitos municipais e vice-prefeitos e juizes de paz, prevalecerá o principio majoritário.

Art. 84. A eleição para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, obedecerá ao principio da representação proporcional na forma desta lei.

Art. 85. A eleição para deputados federais, senadores e suplentes, presidente e vice-presidente da República, governadores, vice-governadores e deputados estaduais far-se-á, simultaneamente, em todo o País.

Art. 86. Nas eleições presidenciais, a circunscrição será o País; nas eleições federais e estaduais, o Estado; e nas municipais, o respectivo município.

CAPÍTULO I

Do Registro dos Candidatos

Art. 87. Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partidos.

Parágrafo único. Nenhum registro será admitido fora do periodo de 6 (seis) meses antes da eleição.

Art. 88. Não é permitido registro de candidato embora para cargos diferentes, por mais de uma circunscrição ou para mais de um cargo na mesma circunscrição.

Parágrafo único. Nas eleições realizadas pelo sistema proporcional o candidato devera ser filiado ao partido, na circunscrição em que concorrer, pelo tempo que for fixado nos respectivos estatutos.

Art. 89. Serão registrados:

I — no Tribunal Superior Eleitoral os candidatos a presidente e vice-presidente da República;

II — nos Tribunais Regionais Eleitorais os candidatos a senador, deputado federal, governador e vice-governador e deputado estadual;

III — nos Juizes Eleitorais os candidatos a vereador, prefeito e vice-prefeito e juiz de paz.

Art. 90. Somente poderão inscrever candidatos os partidos que possuam diretório devidamente registrado na circunscrição em que se realizar a eleição.

Art. 91. O registro de candidatos a presidente e vice-presidente, governador e vice-governador, ou prefeito e vice-prefeito, far-se-á sempre em chapa única e indivisível, ainda que resulte a indicação de aliança de partidos.

§ 1º O registro de candidatos a senador far-se-á com o do suplente partidário.

§ 2º Nos Territórios far-se-á o registro do candidato a deputado com o do suplente.

Art. 92. Para as eleições que obedecerem ao sistema proporcional cada partido poderá registrar tantos candidatos quantos forem os lugares a preencher, mais um terço, desprezada a fração, se o número de lugares não for superior a 30 (trinta).

Art. 93. O prazo para a entrada em cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às 18 (dezoito) horas do 90º (nonagésimo) dia anterior à data marcada para a eleição.

§ 1º Até o 70º (setuagésimo) dia anterior à data marcada para a eleição todos os requerimentos devem estar julgados, inclusive os que tiverem sido impugnados, e, nos 10 (dez) dias seguintes, as sentenças ou acordos devem estar lavrados, assinados e publicados.

§ 2º Se a decisão não for publicada no prazo fixado no parágrafo anterior a parte interessada poderá recorrer independentemente de publicação.

§ 3º Nesse caso, se se tratar de eleição municipal, o juiz eleitoral deverá apresentar a sentença no prazo de 2 (dois) dias, podendo o recorrente, nos 2 (dois) dias seguintes, aditar

as razões do recurso; no caso de registro feito perante o Tribunal, se o relator não apresentar o acórdão no prazo de 2 (dois) dias, será designado outro relator, na ordem da votação, o qual deverá lavrar o acórdão no prazo de 3 (três) dias, podendo o recorrente, nesse mesmo prazo, aditar as suas razões.

Art. 94. O registro pode ser promovido por delegado de partido, autorizado em documento autêntico, inclusive telegrama de quem responda pela direção partidária e sempre com assinatura reconhecida por tabelião.

§ 1º O requerimento de registro deverá ser instruído:

I — com a cópia autêntica da ata da convenção que houver feito a escolha do candidato, a qual deverá ser conferida com o original na Secretaria do Tribunal ou no cartório eleitoral;

II — com autorização do candidato, em documento com a assinatura reconhecida por tabelião;

III — com certidão fornecida pelo cartório eleitoral da zona de inscrição, em que conste que o registrando é eleitor;

IV — com prova de filiação partidária, salvo para os candidatos a presidente e vice-presidente, senador e respectivo suplente, governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito;

V — com fôlha corrida;

VI — com declaração de bens, de que constem a origem e as mutações patrimoniais.

§ 2º A autorização do candidato pode ser dirigida diretamente ao órgão ou juiz competente para o registro.

Art. 95. O candidato poderá ser registrado sem o prenome, ou com o nome abreviado, desde que a supressão não estabeleça dúvida quanto à sua identidade.

Art. 96. Será negado o registro a candidato que, pública ou ostensivamente, faça parte, ou seja adepto de partido político cujo registro tenha sido cassado com fundamento no artigo 141, § 13, da Constituição Federal.

Art. 97. Protocolado o requerimento de registro, o presidente do Tribunal ou o juiz eleitoral, no caso de eleição municipal ou distrital, fará publicar imediatamente edital para ciência dos interessados.

§ 1º O edital será publicado na Imprensa Oficial, nas capitais, e afixado em cartório, no local de costume, nas demais zonas.

§ 2º Do pedido de registro caberá, no prazo de 2 (dois) dias, a contar da publicação ou afixação do edital, impugnação articulada por parte de candidato ou de partido político.

§ 3º Poderá, também, qualquer eleitor, com fundamento em inelegibilidade ou incompatibilidade do candidato ou na incidência deste no artigo 96 impugnar o pedido de registro, dentro do mesmo prazo, oferecendo prova do alegado.

§ 4º Havendo impugnação, o partido requerente do registro terá vista dos autos, por 2 (dois) dias, para falar sobre a mesma, feita a respectiva intimação na forma do § 1º.

Art. 98. Os militares alistáveis são elegíveis, atendidas as seguintes condições:

I — o militar que tiver menos de 5 (cinco) anos de serviço será, ao se candidatar a cargo eletivo, excluído do serviço ativo;

II — o militar em atividade com 5 (cinco) ou mais anos de serviço, ao se candidatar a cargo eletivo será afastado, temporariamente, do serviço ativo, como agregado, para tratar de interesse particular;

III — o militar não excluído e que vier a ser eleito, será, no ato da diplomação, transferido para a reserva ou reformado (Emenda Constitucional nº 9, art. 3º).

Parágrafo único — O juiz ou Tribunal que deferir o registro de militar candidato a cargo eletivo, comunicará imediatamente a decisão à autoridade a que o mesmo estiver subordinado, cabendo igual obrigaçao ao Partido, quando lançar a candidatura.

Art. 99. Nas eleições majoritárias poderá qualquer partido registrar na mesma circunscrição candidato já por outro registrado, desde que o outro partido e o candidato o consentam por escrito até 10 (dez) dias antes da eleição, observadas as formalidades do art. 94.

Parágrafo único. A falta de consentimento expresso acarretará a anulação do registro promovido, podendo o partido prejudicado requerê-la ou recorrer da resolução que ordenar o registro.

Art. 100. Nas eleições realizadas pelo sistema proporcional, deferidos todos os pedidos de registro, o Tribunal Regional, ou o juiz eleitoral, reservará para cada partido, por sorteio, em sessão ou em audiência realizada na presença dos candidatos e delegados de partido, uma série de números, a partir de 100 (cem).

§ 1º Na mesma sessão, ou audiência, que deverá ser anunciada e comunicada aos partidos na forma prevista no § 3º do art. 104, serão sorteados os números que devem corresponder a cada candidato.

§ 2º Nas eleições para deputado federal e vereador, se o número de partidos não for superior a 9 (nove) a cada um corresponderá obrigatoriamente uma centena, devendo a numeração dos candidatos ser sorteada a partir da unidade, para que ao primeiro candidato do primeiro partido corresponda o número 101 (cento e um), do segundo partido 201 (duzentos e um) e assim sucessivamente.

§ 3º Concorrendo 10 (dez) ou mais partidos, a cada um corresponderá uma centena a partir de 1.101 (mil cento e um), de maneira que a todos os candidatos sejam atribuídos sempre 4 (quatro) algarismos, suprimindo-se a numeração correspondente à série 2.001 (dois mil e um) a 2.100 (dois mil e cem), para reiniciá-la em 2.101 (dois cento e um) a partir do décimo partido.

§ 4º Na mesma sessão o Tribunal Regional sorteará as séries correspondentes aos deputados estaduais, observando, no que couber, as normas constantes dos parágrafos anteriores, e de maneira que a todos os candidatos sejam atribuídos sempre números de 4 (quatro) algarismos.

Art. 101. Pode qualquer candidato requerer, em petição com firma reconhecida, o cancelamento do seu nome do registro, ficando nesse caso reduzidos para 3 (três) dias os prazos para a convocação da convenção destinada à escolha do substituto.

§ 1º Dêse fato, o presidente do Tribunal ou o juiz, conforme o caso, dará ciência imediata ao partido que tenha feito a inscrição, ao qual ficará ressalvado o direito de substituir por outro o nome cancelado, observadas todas as formalidades exigidas para o registro e desde que o novo pedido seja apresentado até 60 (sessenta) dias antes do pleito.

§ 2º Nas eleições majoritárias, se o candidato vier a falecer ou renunciar dentro do período de 60 (sessenta) dias mencionados no parágrafo anterior, o partido poderá substituí-lo; se o registro do novo candidato estiver deferido até 30 (trinta) dias antes do pleito serão confeccionadas novas cédulas, caso contrário serão utilizadas as já impressas, computando-se para o novo candidato os votos dados ao anteriormente registrado.

§ 3º Considerar-se-á nulo o voto dado ao candidato que haja pedido o cancelamento de sua inscrição, salvo na hipótese prevista no parágrafo anterior, *in fine*.

§ 4º Nas eleições proporcionais, ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, ao substituto será atribuído o número anteriormente dado ao candidato cujo registro foi cancelado.

Art. 102. Os registros efetuados pelo Tribunal Superior serão imediatamente comunicados aos Tribunais Regionais e por estes aos juizes eleitorais.

Parágrafo único. Os Tribunais Regionais comunicarão também ao Tribunal Superior os registros efetuados por eles e pelos juizes eleitorais.

CAPÍTULO II

Do voto secreto

Art. 103. O sigilo do voto é assegurado mediante as seguintes providências:

I — uso de cédulas oficiais em todas as eleições, de acordo com modelo aprovado pelo Tribunal Superior;

II — isolamento do eleitor em cabine indevassável para o só efeito de assinalar na cédula o candidato de sua escolha e, em seguida, fechá-la;

III — verificação da autenticidade da cédula oficial à vista das rubricas;

IV — emprego de urna que assegure a inviolabilidade do sufrágio e seja suficientemente ampla para que não se acumulem as cédulas na ordem em que forem introduzidas.

CAPÍTULO III

Da cédula oficial

Art. 104. As cédulas oficiais serão confeccionadas e distribuídas exclusivamente pela Justiça Eleitoral, devendo ser impressas em papel branco,

opaco e pouco absorvente. A impressão será em tinta preta, com tipos uniformes de letra.

§ 1º. Os nomes dos candidatos para as eleições majoritárias devem figurar na ordem determinada por sorteio.

§ 2º. O sorteio será realizado após o deferimento do último pedido de registro, em audiência presidida pelo juiz ou presidente do Tribunal, na presença dos candidatos e delegados de partido.

§ 3º. A realização da audiência será anunciada com 3 (três) dias de antecedência, no mesmo dia em que fôr deferido o último pedido de registro, devendo os delegados de partido ser intimados por ofício sob protocolo.

§ 4º. Havendo substituição de candidatos após o sorteio, o nome do novo candidato deverá figurar na cédula na seguinte ordem:

I — se forem apenas 2 (dois), em último lugar;

II — se forem 3 (três), em segundo lugar;

III — se forem mais de 3 (três), em penúltimo lugar;

IV — se permanecer apenas 1 (um) candidato e forem substituídos 2 (dois) ou mais, aquele ficará em primeiro lugar, sendo realizado novo sorteio em relação aos demais.

§ 5º. Para as eleições realizadas pelo sistema proporcional a cédula conterá espaço para que o eleitor escreva o nome ou o número do candidato de sua preferência e indique a sigla do partido.

§ 6º. As cédulas oficiais serão confeccionadas de maneira tal que, dobradas, resguardem o sigilo do voto, sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-las.

CAPÍTULO IV

Da Representação Proporcional

Art. 105. Nas eleições pelo sistema de representação proporcional não será permitida aliança de partidos.

Art. 106. Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.

Parágrafo único. Contam-se como válidos os votos em branco para determinação do quociente eleitoral.

Art. 107. Determina-se para cada partido o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda, desprezada a fração.

Art. 108. Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um partido quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.

Art. 109. Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários serão distribuídos mediante a observação das seguintes regras;

I — dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido pelo número de lugares por ele obtido, mais um, cabendo ao partido que apresentar a maior média um dos lugares a preencher;

II — repetir-se-á a operação para a distribuição de cada um dos lugares.

§ 1º. O preenchimento dos lugares com que cada partido fôr contemplado far-se-á segundo a ordem de votação nominal dos seus candidatos.

§ 2º. Só poderão concorrer à distribuição dos lugares os partidos que tiverem obtido quociente eleitoral.

Art. 110. Em caso de empate, haver-se-á por eleito o candidato mais idoso.

Art. 111. Se nenhum partido alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados.

Art. 112. Considerar-se-ão suplentes da representação partidária:

I — os mais votados sob a mesma legenda e não eleitos efetivos das listas dos respectivos partidos;

II — em caso de empate na votação, na ordem decrescente da idade.

Art. 113. Na ocorrência de vaga, não havendo suplente para preenchê-la, far-se-á eleição, salvo se faltarem menos de nove meses para findar o período de mandato.

TÍTULO II

Dos atos preparatórios da votação

Art. 114. Até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição, todos os que requererem inscrição como eleitor, ou transferência, já devem estar devidamente qualificados e os

respectivos títulos prontos para a entrega, se deferidos pelo juiz eleitoral.

Parágrafo único. Será punido nos termos do art. 293 o juiz eleitoral, o escrivão eleitoral, o preparador ou o funcionário responsável pela transgressão do preceituado neste artigo ou pela não entrega do título pronto ao eleitor que o procurar.

Art. 115. Os juizes eleitorais, sob pena de responsabilidade, comunicarão ao Tribunal Regional, até 30 (trinta) dias antes de cada eleição, o número de eleitores alistados.

Art. 116. A Justiça Eleitoral fará ampla divulgação, através dos comunicados transmitidos em obediência ao disposto no art. 250 § 5º, pelo rádio e televisão, bem assim por meio de cartazes afixados em lugares públicos, dos nomes dos candidatos registrados, com indicação do partido a que pertençam, bem como do número sob que foram inscritos; no caso dos candidatos a deputado e a vereador.

CAPÍTULO I

Das seções eleitorais

Art. 117. As seções eleitorais, organizadas à medida em que forem sendo deferidos os pedidos de inscrição, não terão mais de 400 (quatrocentos) eleitores nas capitais e de 300 (trezentos) nas demais localidades, nem menos de 50 (cinquenta) eleitores.

§ 1º Em casos excepcionais, devidamente justificados, o Tribunal Regional poderá autorizar que sejam ultrapassados os índices previstos neste artigo, desde que essa providência venha facilitar o exercício do voto, aproximando o eleitor do local designado para a votação.

§ 2º Se em seção destinada aos cegos, o número de eleitores não alcançar o mínimo exigido, este se completará com outros, ainda que não sejam cegos.

Art. 118. Os juizes eleitorais organizarão relação de eleitores de cada seção, a qual será remetida aos presidentes das mesas receptoras para facilitação do processo de votação.

CAPÍTULO II

Das mesas receptoras

Art. 119. A cada seção eleitoral corresponde uma mesa receptora de votos.

Art. 120. Constituem a mesa receptora um presidente, um primeiro e um segundo mesários, dois secretários e um suplente, nomeados pelo juiz eleitoral 60 (sessenta) dias antes da eleição, e que ficarão à livre apreciação.

§ 1º Não podem ser nomeados presidentes e mesários:

I — os candidatos e seus parentes ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive, e bem assim o cônjuge;

II — os membros de diretórios de partidos desde que exerçam função executiva;

III — as autoridades e agentes policiais, bem como os funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo;

IV — os que pertencerem ao serviço eleitoral.

§ 2º Os mesários serão nomeados, de preferência entre os eleitores da própria seção, e, dentre estes, os diplomados em escola superior, os professores e os serventuários da Justiça.

§ 3º O juiz eleitoral mandará publicar no jornal oficial, onde houver, e, não havendo, em cartório, as nomeações que tiver feito, e intimará os mesários através dessa publicação, para constituírem as mesas no dia e lugares designados, às 7 horas.

§ 4º Os motivos justos que tiverem os nomeados para recusar a nomeação, e que ficarão à livre apreciação do juiz eleitoral, somente poderão ser alegados até 5 (cinco) dias a contar da nomeação, salvo se sobrevindos depois desse prazo.

§ 5º Os nomeados que não declararem a existência de qualquer dos impedimentos referidos no § 1º incorrem na pena estabelecida pelo art. 310.

Art. 121. Da nomeação da mesa receptora qualquer partido poderá reclamar ao juiz eleitoral, no prazo de 2 (dois) dias, a contar da audiência, devendo a decisão ser proferida em igual prazo.

§ 1º Da decisão do juiz eleitoral caberá recurso para o Tribunal Regional, interposto dentro de 3 (três) dias, devendo, dentro de igual prazo, ser resolvido.

§ 2º Se o vício da constituição da mesa resultar da incompatibilidade prevista no nº I, do § 1º, do art. 120, e o registro do candidato for poste-

prior à nomeação do mesário, o prazo para reclamação será contado da publicação dos nomes dos candidatos registrados. Se resultar de qualquer das proibições dos n.ºs II, III e IV, e em virtude de fato superveniente, o prazo se contará do ato da nomeação ou eleição.

§ 3º O partido que não houver reclamado contra a composição da mesa não poderá arguir, sob esse fundamento, a nulidade da seção respectiva.

Art. 122. Os juizes deverão instruir os mesários sobre o processo da eleição, em reuniões para esse fim convocadas com a necessária antecedência.

Art. 123. Os mesários substituirão o presidente, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral, e assinarão a ata da eleição.

§ 1º O presidente deve estar presente ao ato de abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento aos mesários e secretários, pelo menos 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

§ 2º Não comparecendo o presidente até as sete horas e trinta minutos, assumirá a presidência o primeiro mesário e, na sua falta ou impedimento, o segundo mesário, um dos secretários ou o suplente.

§ 3º Poderá o presidente, ou membro da mesa que assumir a presidência, nomear *ad hoc*, dentre os eleitores presentes e obedecidas as prescrições do § 1º, do art. 120, os que forem necessários para completar a mesa.

Art. 124. O membro da mesa receptora que não comparecer no local, em dia e hora determinados para a realização de eleição, sem justa causa apresentada ao juiz eleitoral até 30 (trinta) dias após, incorrerá na multa de 50% (cinquenta por cento) a 1 (um) salário-mínimo vigente na zona eleitoral, cobrada mediante sêlo federal inutilizado no requerimento em que fôr solicitado o arbitramento ou através de executivo fiscal.

§ 1º Se o arbitramento e pagamento da multa não fôr requerido pelo

mesário faltoso, a multa será arbitrada e cobrada na forma prevista no artigo 367.

§ 2º Se o faltoso fôr servidor público ou autárquico, a pena será de suspensão até 15 (quinze) dias.

§ 3º As penas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro se a mesa receptora deixar de funcionar por culpa dos faltosos.

§ 4º Será também aplicada em dobro observado o disposto nos §§ 1º e 2º, a pena ao membro da mesa que abandonar os trabalhos no decurso da votação sem justa causa apresentada ao juiz até 3 (três) dias após a ocorrência.

Art. 125. Não se reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à urna da seção em que deveriam votar, a qual será transportada para aquela em que tiverem de votar.

§ 1º As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação da seção a que pertencerem, as quais, juntamente com as cédulas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

§ 2º O transporte da urna e dos documentos da seção será providenciado pelo presidente da mesa, mesário ou secretário que comparecer, ou pelo próprio juiz, ou pessoa que ele designar para esse fim, acompanhando-a os fiscais que o desejarem.

Art. 126. Se no dia designado para o pleito deixarem de se reunir todas as mesas de um município, o presidente do Tribunal Regional determinará dia para se realizar o mesmo, instaurando-se inquérito para a apuração das causas da irregularidade e punição dos responsáveis.

Parágrafo único. Essa eleição deverá ser marcada dentro de 15 (quinze) dias, pelo menos, para se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 127. Compete ao presidente da mesa receptora, e, em sua falta, a quem o substituir:

I — receber os votos dos eleitores;

II — decidir imediatamente todas as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem;

III — manter a ordem, para o que disporá de força pública necessária;

IV — comunicar ao juiz eleitoral, que providenciara imediatamente as ocorrências cuja solução dêsse dependerem;

V — remeter à Junta Eleitoral todos os papéis que tiverem sido utilizados durante a recepção dos votos;

VI — autenticar, com a sua rubrica, as cédulas oficiais e numerá-las nos termos das Instruções do Tribunal Superior Eleitoral;

VII — assinar as fórmulas de observações dos fiscais ou delegados de partido, sobre as votações;

VIII — fiscalizar a distribuição das senhas e, verificando que não estão sendo distribuídas segundo a sua ordem numérica, recolher as de numeração intercalada, acaso retidas, as quais não se poderão mais distribuir.

Art. 128. Compete aos secretários:

I — distribuir aos eleitores as senhas de entrada previamente rubricadas ou carimbadas segundo a respectiva ordem numérica;

II — lavrar a ata da eleição;

III — cumprir as demais obrigações que lhes forem atribuídas em instruções.

Parágrafo único. As atribuições mencionadas no n.º 1 serão exercidas por um dos secretários e os constantes dos ns. II e III pelo outro.

Art. 129. Nas eleições proporcionais os presidentes das mesas receptoras deverão zelar pela preservação das listas de candidatos afixadas dentro das cabinas indevassáveis tomando immediatas providências para a colocação de nova lista no caso de inutilização total ou parcial.

Parágrafo único. O eleitor que inutilizar ou arrebatou as listas afixadas nas cabinas indevassáveis ou nos edifícios onde funcionarem mesas receptoras, incorrerá nas penas do artigo 297.

Art. 130. Nos estabelecimentos de internação coletiva de bananenianos os membros das mesas receptoras serão escolhidos de preferência entre os médicos e funcionários sadios do próprio estabelecimento.

CAPÍTULO III

Da fiscalização perante as Mesas Receptoras

Art. 131. Cada partido poderá nomear 2 (dois) delegados em cada município e 2 (dois) fiscais junto a cada mesa receptora, funcionando uma de cada vez.

§ 1º Quando o município abranger mais de uma zona eleitoral cada partido poderá nomear 2 (dois) delegados junto a cada uma delas.

§ 2º A escolha de fiscal e delegado de partido não poderá recair em quem, por nomeação do juiz eleitoral, já faça parte da mesa receptora.

§ 3º As credenciais expedidas pelos partidos, para os fiscais, deverão ser visadas pelo juiz eleitoral.

§ 4º Para esse fim, o delegado do partido encaminhará as credenciais ao Cartório, juntamente com os títulos eleitorais dos fiscais credenciados, para que, verificado pelo escrivão que as inscrições correspondentes aos títulos estão em vigor e se referem aos nomeados, carimbe as credenciais e as apresente ao juiz para o visto.

§ 5º As credenciais que não forem encaminhadas ao Cartório pelos delegados de partido, para os fins do parágrafo anterior, poderão ser apresentadas pelos próprios fiscais para a obtenção do visto do juiz eleitoral.

§ 6º Se a credencial apresentada ao presidente da mesa receptora não estiver autenticada na forma do § 4º, o fiscal poderá funcionar perante a mesa, mas o seu voto não será admitido, a não ser na seção em que o seu nome estiver incluído.

§ 7º O fiscal de cada partido poderá ser substituído por outro no curso dos trabalhos eleitorais.

Art. 132. Pelas mesas receptoras serão admitidos a fiscalizar a votação, formular protestos e fazer impugnações, inclusive sobre a identidade do eleitor, os candidatos registrados, os delegados e os fiscais dos partidos.

TÍTULO III

Do material para a votação

Art. 133. Os juizes eleitorais enviarão ao presidente de cada mesa receptora, pelo menos 72 (setenta e

duas) horas antes da eleição, o seguinte material.

I — relação dos eleitores da seção;

II — relações dos partidos e dos candidatos registrados, as quais deverão ser afixadas no recinto das seções eleitorais em lugar visível, e dentro das cabinas indevassáveis as relações de candidatos a eleições proporcionais;

III — as folhas individuais de votação dos eleitores da seção, devidamente acondicionadas;

IV — uma folha de votação para os eleitores de outras seções, devidamente rubricada;

V — uma urna vazia, vedada pelo juiz eleitoral, com tiras de papel ou pano forte;

VI — invólucro especial para recepção dos votos em separado;

VII — sobrecartas maiores para os votos impugnados ou sobre os quais haja dúvida;

VIII — cédulas oficiais;

IX — sobrecartas especiais para remessa à Junta Eleitoral dos documentos relativos à eleição;

X — senhas para serem distribuídas aos eleitores;

XI — tinta, canetas, penas, lápis e papel, necessários aos trabalhos;

XII — folhas apropriadas para impugnação e folhas para observação de fiscais de partidos;

XIII — modelo da ata a ser lavrada pela mesa receptora;

XIV — material necessário para vedar, após a votação, a fenda da urna;

XV — um exemplar das Instruções do Tribunal Superior Eleitoral;

XVI — material necessário à contagem dos votos quando autorizada;

XVII — outro qualquer material que o Tribunal Regional julgue necessário ao regular funcionamento da mesa.

§ 1.º O material de que trata este artigo deverá ser remetido por protocolo ou pelo correio, acompanhado de uma relação ao pé da qual o destinatário declarará o que recebeu e como o recebeu, e aporá sua assinatura.

§ 2º Os presidentes da mesa que não tiverem recebido até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito o referido material deverão diligenciar para o seu recebimento.

§ 3º O juiz eleitoral, em dia e hora previamente designados, em presença dos fiscais e delegados dos partidos, verificará, antes de fechar e lacrar as urnas, se estas estão completamente vazias; fechadas, enviará uma das chaves, se houver, ao presidente da Junta Eleitoral e a da fenda, também se houver, ao presidente da mesa receptora, juntamente com a urna.

Art. 134. Nos estabelecimentos de internação coletiva para hansenianos serão sempre utilizadas urnas de lona.

TÍTULO IV

Da Votação

CAPÍTULO I

Dos lugares da votação

Art. 135. Funcionarão as mesas receptoras nos lugares designados pelos juizes eleitorais, 60 (sessenta) dias antes da eleição, publicando-se a designação.

§ 1º A publicação deverá conter a seção com a numeração ordinal e local em que deverá funcionar com a indicação da rua, número e qualquer outro elemento que facilite a localização pelo eleitor.

§ 2º Dar-se-á preferência aos edifícios públicos, recorrendo-se aos particulares se faltarem aqueles em número e condições adequadas.

§ 3º A propriedade particular será obrigatória e gratuitamente cedida para esse fim.

§ 4º É expressamente vedado o uso de propriedade pertencente a candidato, membro do diretório de partido, delegado de partido ou autoridade policial, bem como dos respectivos cônjuges e parentes, consanguíneos ou afins, até o 2º grau, inclusive.

§ 5º Sob pena de responsabilidade do juiz eleitoral não poderão ser localizadas seções eleitorais em fa-

zenda, sítio ou qualquer propriedade rural privada, mesmo existindo no local prédio publico

§ 6.º Os Tribunais Regionais, nas capitais, e os juizes eleitorais, nas demais zonas, farão ampla divulgação da localização das seções.

Art. 136. Deverão ser instaladas seções nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive para cegos, e nos leprosários onde haja, pelo menos, 50 (cinquenta) eleitores.

Parágrafo único. A mesa receptora designada para qualquer dos estabelecimentos de internação coletiva deverá funcionar em local indicado pelo respectivo diretor; o mesmo critério será adotado para os estabelecimentos especializados para proteção dos cegos.

Art. 137. Até 10 (dez) dias antes da eleição, pelo menos, comunicarão os juizes eleitorais aos chefes das repartições públicas e aos proprietários, arrendatários ou administradores das propriedades particulares a resolução de que serão os respectivos edifícios, ou parte deles, utilizados para o funcionamento das mesas receptoras.

Art. 138. No local destinado à votação, a mesa ficará em recinto separado do público; ao lado haverá uma cabina indevassável onde os eleitores, à medida que comparecerem, possam assinalar a sua preferência na cédula.

Parágrafo único. O juiz eleitoral providenciara para que nos edificios escolhidos sejam feitas as necessárias adaptações.

CAPÍTULO II

Da policia dos trabalhos eleitorais

Art. 139. Ao presidente da mesa receptora e ao juiz eleitoral cabe a policia dos trabalhos eleitorais.

Art. 140. Somente podem permanecer no recinto da mesa receptora os seus membros, os candidatos, um fiscal, um delegado de cada partido e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

§ 1.º O presidente da mesa, que é, durante os trabalhos, a autoridade superior, fara retirar do recinto ou

do edificio quem nao guardar a ordem e compostura devidas e estiver praticando qualquer ato atentatorio da liberdade eleitoral.

§ 2º Nenhuma autoridade estranha a mesa podera intervir; sob pretexto algum, em seu funcionamento, salvo o juiz eleitoral.

Art. 141. A força armada conservar-se-a a cem metros da seção eleitoral e não podera aproximar-se do lugar da votação, ou auct penetrar, sem ordem do presidente da mesa.

CAPÍTULO III

Do inicio da votação

Art. 142. No dia marcado para a eleição, às 7 (sete) horas, o presidente da mesa receptora, os mesários e os secretarios verificarão se no lugar designado estão em ordem o material remetido pelo juiz e a urna destinada a recolher os votos, bem como se estão presentes os fiscais de partido.

Art. 143. As 8 (oito) horas, supridas as deficiencias declarara o presidente iniciados os trabalhos, procedendo-se em seguida à votação, que começara pelos candidatos e eleitores presentes.

Parágrafo único. Os membros da mesa e os fiscais de partido deverão votar no correr da votação, depois que tiverem votado os eleitores que já se encontravam presentes no momento da abertura dos trabalhos, ou no encerramento da votação.

Art. 144. O recebimento dos votos começará às 8 (oito) e terminará, salvo o disposto no art. 153, às 17 (dezessete) horas.

Art. 145. O presidente, mesários, secretarios e fiscais de partido votarão perante as mesas em que servirão, desde que a credencial esteja visada na forma do art. 131, § 3.º; quando eleitores de outras seções, seus votos serão tomados em separado.

§ 1.º O suplente de mesario que não for convocado para substituição decorrente de falta, somente poderá votar na seção em que estiver incluído o seu nome.

§ 2.º Com as cautelas constantes do art. 147, § 2.º, poderão ainda votar fora da respectiva secção:

I — o juiz eleitoral, em qualquer secção da zona sob sua jurisdição, salvo em eleições municipais, nas quais poderá votar em qualquer secção do município em que fôr eleitor;

II — o Presidente da República, o qual poderá votar em qualquer secção eleitoral do país, nas eleições presidenciais; em qualquer secção do Estado em que fôr eleitor nas eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual; em qualquer secção do município em que estiver inscrito, nas eleições para prefeito, vice-prefeito e vereador;

III — os candidatos à Presidência da República, em qualquer secção eleitoral do país, nas eleições presidenciais, e, em qualquer secção do Estado em que forem eleitores, nas eleições de âmbito estadual;

IV — os governadores, vice-governadores, senadores, deputados federais e estaduais, em qualquer secção do Estado, nas eleições de âmbito nacional e estadual; em qualquer secção do município de que sejam eleitores, nas eleições municipais;

V — os candidatos a governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, em qualquer secção do Estado de que sejam eleitores, nas eleições de âmbito nacional e estadual;

VI — os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, em qualquer secção de município que representarem, desde que eleitores do Estado, sendo que, no caso de eleições municipais, nelas somente poderão votar se inscritos no município;

VII — os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, em qualquer secção de município, desde que dêle sejam eleitores;

VIII — os militares, removidos ou transferidos dentro do período de 6 (seis) meses antes do pleito, poderão votar nas eleições para presidente e vice-presidente da República na localidade em que estiverem servindo.

§ 3º Os eleitores referidos neste artigo votarão mediante as cautelas enumeradas no art. 147, § 2º, não sendo, porém, os seus votos recolhidos à urna, e sim a um invólucro es-

pecial de papel ou pano forte, o qual será lacrado e rubricado pelos membros da mesa e fiscais presentes e encaminhado à Junta Eleitoral com a urna e demais documentos da eleição.

CAPÍTULO IV

Do ato de votar

Art. 148. Observar-se-á na votação o seguinte:

I — o eleitor receberá, ao apresentar-se na secção, e antes de penetrar no recinto da mesa, uma senha numerada, que o secretário rubricará, no momento, depois de verificar pela relação dos eleitores da secção, que o seu nome consta da respectiva pasta;

II — no verso da senha o secretário anotará o número de ordem da folha individual da pasta, número esse que constará da relação enviada pelo cartório à mesa receptora;

III — admitido a penetrar no recinto da mesa, segundo a ordem numérica das senhas, o eleitor apresentará ao presidente seu título, o qual poderá ser examinado por fiscal ou delegado de partido, entregando, no mesmo ato, a senha;

IV — pelo número anotado no verso da senha, o presidente, ou mesário, localizará a folha individual de votação, que será confrontada com o título e poderá também ser examinada por fiscal ou delegado de partido;

V — achando-se em ordem o título e a folha individual e não havendo dúvida sobre a identidade do eleitor, o presidente da mesa o convidará a lançar sua assinatura no verso da folha individual de votação; em seguida entregará-lhe a cédula única rubricada no ato pelo presidente e mesários e numerada de acordo com as Instruções do Tribunal Superior, instruindo-o sobre a forma de dobrá-la, fazendo-o passar à cabina indepassável, cuja porta ou cortina será encerrada em seguida;

VI — o eleitor será admitido a votar, ainda que deixe de exhibir no ato da votação o seu título, desde que seja inscrito na secção e conste da respectiva pasta a sua folha individual de votação; nesse caso, a prova de ter votado será feita mediante certidão

que obterá posteriormente, no juízo competente;

VII — no caso da omissão da folha individual na respectiva pasta verificada no ato da votação, será o eleitor, ainda, admitido a votar, desde que exhiba o seu título eleitoral e dêle conste que o portador é inscrito na seção, sendo o seu voto, nesta hipótese, tomado em separado e colhida sua assinatura na folha de votação modelo 2 (dois). Como ato preliminar da apuração do voto, averiguar-se-a se se trata de eleitor em condições de votar, inclusive se realmente pertence à seção;

VIII — verificada a ocorrência de que trata o número anterior, a Junta Eleitoral, antes de encerrar os seus trabalhos, apurará a causa da omissão. Se tiver havido culpa ou dolo, será aplicada ao responsável, na primeira hipótese, a multa de até 2 (dois) salários-mínimos, e, na segunda, a de suspensão até 30 (trinta) dias;

IX — na cabina indevassável, onde não poderá permanecer mais de um minuto, o eleitor indicará os candidatos de sua preferência e dobrará a cédula oficial, observadas as seguintes normas:

a) assinalando com uma cruz, ou de modo que torne expressa a sua intenção, o quadrilátero correspondente ao candidato majoritário de sua preferência;

b) escrevendo o nome, o prenome, ou o número do candidato de sua preferência nas eleições proporcionais, sendo que, nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, os candidatos indicados devem ser do mesmo partido, sob pena de nulidade do voto para os dois cargos;

c) escrevendo apenas a sigla do partido de sua preferência, se pretender votar só na legenda;

X — ao sair da cabina o eleitor depositará na urna a cédula;

XI — ao depositar a cédula na urna o eleitor deverá fazê-lo de maneira a mostrar a parte rubricada à mesa e aos fiscais de partido, para que verifiquem, sem nela tocar, se não foi substituída;

XII — se a cédula oficial não fôr a mesma, será o eleitor convidado a voltar à cabina indevassável e a tra-

zer seu voto na cédula que recebeu; se não quiser tornar à cabina ser-lhe-á recusado o direito de voto, anotando-se a ocorrência na ata e ficando o eleitor retido pela mesa, e a sua disposição, até o término da votação ou a devolução da cédula oficial já rubricada e numerada;

XIII — se o eleitor, ao receber a cédula ou ao recolher-se à cabina de votação, verificar que a cédula se acha estragada ou, de qualquer modo, viciada ou assinalada ou se é próprio, por imprudência, imprevidência ou ignorância, a inutilizar, estragar ou assinalar erradamente, poderá pedir uma outra ao presidente da seção eleitoral, restituindo, porém, a primeira, a qual será imediatamente inutilizada à vista dos presentes e sem quebra do sigilo do que o eleitor haja nela assinalado;

XIV — introduzida a sobrecarta na urna, o presidente da mesa devolverá o título ao eleitor, depois de datá-lo e assiná-lo; em seguida rubricará, no local próprio, a folha individual de votação.

Art. 147. O presidente da mesa dispensará especial atenção à identidade de cada eleitor admitido a votar. Existindo dúvida a respeito, deverá exigir-lhe a exibição da respectiva carteira, e, na falta desta, interrogá-lo sobre os dados constantes do título, ou da folha individual de votação, confrontando a assinatura do mesmo com a feita na sua presença pelo eleitor, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

§ 1º A impugnação à identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, delegados, candidatos ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

§ 2º Se persistir a dúvida ou fôr mantida a impugnação, tomará o presidente da mesa as seguintes providências:

I — escreverá numa sobrecarta branca o seguinte: "Impugnado por "X";

II — entregará ao eleitor a sobrecarta branca, para que ele, na presença da mesa e dos fiscais, nela coloque a cédula oficial que assinalou, assim como o seu título, a folha de impugnação e qualquer outro documento oferecido pelo impugnante;

III — determinará ao eleitor que feche a sobrecarta branca e a deposite na urna;

IV — anotar a impugnação na ata.

§ 3º O voto em separado, por qualquer motivo, será sempre tomado na forma prevista no parágrafo anterior.

Art. 148. O eleitor somente poderá votar na seção eleitoral em que estiver incluído o seu nome.

§ 1º Essa exigência somente poderá ser dispensada nos casos previstos no art. 145 e seus parágrafos.

§ 2º Aos eleitores mencionados no art. 145 não será permitido votar sem a exibição do título, e nas folhas de votação modelo 2 (dois), nas quais lançarão suas assinaturas, serão sempre anotadas na coluna própria as seções mencionadas nos títulos retidos.

§ 3º Quando se tratar de candidato, o presidente da mesa receptora verificará, previamente, se o nome figura na relação enviada à seção, e quando se tratar de fiscal de partido, se a credencial está devidamente visada pelo juiz eleitoral.

§ 4º Os votos dos eleitores mencionados no art. 145 não serão recolhidos à urna e sim ao invólucro a que se refere o art. 133, VI.

§ 5º Serão, porém, recolhidos à urna comum, observadas as formalidades legais, os votos em separado de eleitores da própria seção.

Art. 149. Não será admitido recurso contra a votação, se não tiver havido impugnação perante a mesa receptora, no ato da votação, contra as nulidades arguidas.

Art. 150. O eleitor cego poderá:

I — assinar a folha individual de votação em letras do alfabeto comum ou do sistema Braille;

II — assinalar a cédula oficial, utilizando também qualquer sistema;

III — usar qualquer elemento mecânico que trazer consigo, ou lhe for fornecido pela mesa, e que lhe possibilite exercer o direito de voto.

Art. 151. Nos estabelecimentos de internação coletiva de hansenianos serão observadas as seguintes normas:

I — na véspera do dia do pleito o Diretor do Sanatório promoverá o re-

colhimento dos títulos eleitorais, mandará desinietá-lo convenientemente e os entregará ao presidente de cada mesa receptora antes de iniciados os trabalhos;

II — os eleitores votarão à medida em que forem sendo chamados, independentemente de senha;

III — ao terminar de votar, receberá o eleitor seu título, devidamente rubricado pelo presidente da mesa;

IV — o presidente da mesa rubricará a folha individual de votação antes de colher a assinatura do eleitor.

§ 1º Nas eleições municipais somente poderão votar os hansenianos que já eram eleitores do município antes do internamento, ou, se alistados no Sanatório os que residiam anteriormente no município.

§ 2º Nas eleições de âmbito estadual será observado, *mutatis mutandis*, o disposto no parágrafo anterior.

Art. 152. Poderão ser utilizadas máquinas de votar, a critério e mediante regulamentação do Tribunal Superior Eleitoral.

CAPÍTULO V

Do encerramento da votação

Art. 153. As 17 (dezessete) horas, o presidente fará entregar as senhas a todos os eleitores presentes e, em seguida, os convidará, em voz alta, a entregar à mesa seus títulos, para que sejam admitidos a votar.

Parágrafo único. A votação continuará na ordem numérica das senhas e o título será devolvido ao eleitor, logo que tenha votado.

Art. 154. Terminada a votação e declarado o seu encerramento pelo presidente, tomará este as seguintes providências:

I — vedará a fenda de introdução da cédula na urna, de modo a cobri-la inteiramente com tiras de papel, ou pano forte, rubricadas pelo presidente e mesários e, facultativamente, pelos fiscais presentes, procedendo de forma idêntica com o invólucro especial, para votos em separado, no qual será consignado, de forma legível, o número da seção, da zona e o nome do município;

II — encerrará, com a sua assinatura, a folha de votação modelo 2 (dois), que poderá ser também assinada pelos fiscais;

III — mandará lavrar, por um dos secretários, a ata da eleição, preenchendo o modelo fornecido pela Justiça Eleitoral, para que conste:

a) os nomes dos membros da mesa que hajam comparecido, inclusive o suplente;

b) as substituições e nomeações feitas;

c) os nomes dos fiscais que hajam comparecido e dos que se retiraram durante a votação;

d) a causa, se houver, do retardamento para o começo da votação;

e) o número, por extenso, dos eleitores da seção que compareceram e votaram e o número dos que deixaram de comparecer;

f) o número, por extenso, de eleitores de outras seções que hajam votado e cujos votos hajam sido recolhidos ao invólucro especial;

g) o motivo de não haverem votado alguns dos eleitores que compareceram;

h) os protestos e as impugnações apresentados pelos fiscais, assim como as decisões sobre eles proferidas, tudo em seu inteiro teor;

i) a razão de interrupção da votação, se tiver havido, e o tempo de interrupção;

j) a ressalva das rasuras, emendas e entrelinhas porventura existentes nas folhas de votação e na ata, ou a declaração de não existirem;

IV — mandará, em caso de insuficiência de espaço no modelo destinado ao preenchimento, prosseguir a ata em outra folha devidamente rubricada por ele, mesários e fiscais que o desejarem, mencionando esse fato na própria ata;

V — assinará a ata com os demais membros da mesa, secretários e fiscais que quiserem;

VI — entregará a urna e os documentos do ato eleitoral ao presidente da Junta ou à agência do Correio mais próxima, ou a outra vizinha que ofereça melhores condições de segurança e expedição, sob recibo em triplicata com a indicação de hora, devendo aqueles documentos ser encerrados em sobrecartas rubricadas por ele e pelos fiscais que o quiserem;

VII — comunicará em ofício, ou impresso próprio, ao juiz eleitoral da zona a realização da eleição, o número de eleitores que votaram e a remessa da urna e dos documentos à Junta Eleitoral;

VIII — enviará em sobrecarta fechada uma das vias do recibo do Correio à Junta Eleitoral e a outra ao Tribunal Regional.

§ 1º Os Tribunais Regionais poderão prescrever outros meios de vedação das urnas.

§ 2º No Distrito Federal e nas capitais dos Estados poderão os Tribunais Regionais determinar normas diversas para a entrega de urnas e papéis eleitorais, com as cautelas destinadas a evitar violação ou extravio.

Art. 155. O presidente da Junta Eleitoral e as agências do Correio tomarão as providências necessárias para o recebimento da urna e dos documentos referidos no artigo anterior.

§ 1º Os fiscais e delegados de partidos têm direito de vigiar e acompanhar a urna desde o momento da eleição, durante a permanência nas agências do Correio e até a entrega à Junta Eleitoral.

§ 2º A urna ficará permanentemente à vista dos interessados e sob a guarda de pessoa designada pelo presidente da Junta Eleitoral.

Art. 156. Até as 12 (doze) horas do dia seguinte à realização da eleição, o juiz eleitoral é obrigado, sob pena de responsabilidade e multa de 1 (um) a 2 (dois) salários-mínimos, a comunicar ao Tribunal Regional e aos delegados de partido perante ele credenciados, o número de eleitores que votaram em cada uma das seções da zona sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da zona.

§ 1º Se houver retardamento nas medidas referidas no art. 154, o juiz eleitoral, assim que receba o ofício constante desse dispositivo, nº VII, fará a comunicação constante deste artigo.

§ 2º Essa comunicação será feita por via postal, em ofícios registrados de que o juiz eleitoral guardará cópia no arquivo da zona, acompanhada do recibo do Correio.

§ 3º Qualquer candidato, delegado ou fiscal de partido poderá obter, por

certidão, o teor da comunicação a que se refere este artigo, sendo defeso ao juiz eleitoral recusá-la ou procrastinar a sua entrega ao requerente.

Art. 157. Nos estabelecimentos de internação coletiva, terminada a votação e lavrada a ata da eleição, o presidente da mesa aguardará que todo o material seja submetido a rigorosa desinfecção, realizada sob as vistas do diretor do estabelecimento, depois de encerrado em invólucro hermeticamente fechado.

TÍTULO V

Da apuração

CAPÍTULO I

Dos órgãos apuradores

Art. 158. A apuração compete:

I — às Juntas Eleitorais quanto às eleições realizadas na zona sob sua jurisdição;

II — aos Tribunais Regionais a referente às eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, de acordo com os resultados parciais enviados pelas Juntas Eleitorais;

III — ao Tribunal Superior Eleitoral nas eleições para presidente e vice-presidente da República pelos resultados parciais remetidos pelos Tribunais Regionais.

CAPÍTULO II

Da apuração nas Juntas

SEÇÃO I

Disposições preliminares

Art. 159. A apuração começará no dia seguinte ao das eleições e, salvo motivo justificado, deverá terminar dentro de 10 (dez) dias.

§ 1º Iniciada a apuração os trabalhos não serão interrompidos aos sábados, domingos e dias feriados, devendo a Junta funcionar das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, pelo menos.

§ 2º Em caso de impossibilidade de observância do prazo previsto neste

artigo, o fato deverá ser imediatamente justificado perante o Tribunal Regional.

Art. 160. Havendo conveniência, em razão do número de urnas a apurar a Junta poderá subdividir-se em turmas, até o limite de 5 (cinco), todas presididas por algum dos seus componentes.

Parágrafo único. As dúvidas que forem levantadas em cada turma serão decididas por maioria de votos dos membros da Junta.

Art. 161. Cada partido poderá credenciar perante as Juntas até 3 (três) fiscais, que se revezem na fiscalização dos trabalhos.

§ 1º Em caso de divisão da Junta em turmas, cada partido poderá credenciar até 3 (três) fiscais para cada turma.

§ 2º Não será permitida, na Junta ou turma, a atuação de mais de 1 (um) fiscal de cada partido.

Art. 162. Cada partido poderá credenciar mais de 1 (um) delegado perante a Junta, mas no decorrer da apuração só funcionará 1 (um) de cada vez.

Art. 163. Iniciada a apuração da urna, não será a mesma interrompida, devendo ser concluída.

Parágrafo único. Em caso de interrupção por motivo de força maior, as cédulas e as folhas de apuração serão recolhidas à urna e esta fechada e lacrada, o que constará da ata.

Art. 164. É vedado às Juntas Eleitorais a divulgação, por qualquer meio, de expressões, frases ou desenhos estranhos ao pleito, apostos ou contidos nas cédulas.

§ 1º Aos membros, escrutinadores e auxiliares das Juntas que infringirem o disposto neste artigo será aplicada a multa de 1 (um) a 2 (dois) salários-mínimos vigentes na Zona Eleitoral, cobrados através de executivo fiscal ou da inutilização de selos federais no processo em que for arbitrada a multa.

§ 2º Será considerada dívida líquida e certa, para efeito de cobrança, a que for arbitrada pelo Tribunal Regional e inscrita em livro próprio na Secretaria desse órgão.

SEÇÃO II

Da abertura da urna

Art. 165. Antes de abrir cada urna a Junta verificará:

I — se há indício de violação da urna;

II — se a mesa receptora se constituiu legalmente;

III — se as folhas individuais de votação e as folhas modelo 2 (dois) são autênticas;

IV — se a eleição se realizou no dia, hora e local designados e se a votação não foi encerrada antes das 17 (dezesete) horas;

V — se foram infringidas as condições que resguardam o sigilo do voto;

VI — se a seção eleitoral foi localizada com infração ao disposto nos §§ 4º e 5º do art. 135;

VII — se foi recusada, sem fundamento legal, a fiscalização de partidos aos atos eleitorais;

VIII — se votou eleitor excluído do alistamento, sem ser o seu voto tomado em separado;

IX — se votou eleitor de outra seção, a não ser nos casos expressamente admitidos;

X — se houve demora na entrega da urna e dos documentos conforme determina o nº VI, do art. 154.

§ 1º Se houver indício de violação da urna, proceder-se-á da seguinte forma:

I — antes da apuração, o presidente da Junta indicará pessoa idônea para servir como perito e examinar a urna com assistência do representante do Ministério Público;

II — se o perito concluir pela existência de violação e o seu parecer fôr aceito pela Junta, o presidente desta comunicará a ocorrência ao Tribunal Regional, para as providências de lei;

III — se o perito e o representante do Ministério Público concluírem pela inexistência de violação, far-se-á a apuração;

IV — se apenas o representante do Ministério Público entender que a

urna foi violada, a Junta decidirá, podendo aquêle, se a decisão não fôr unânime, recorrer imediatamente para o Tribunal Regional;

V — não poderão servir de peritos os referidos no art. 26, § 3º, ns. I a IV.

§ 2º As impugnações fundadas em violação da urna somente poderão ser apresentadas até a abertura desta.

§ 3º Verificado qualquer dos casos dos ns. II, III, IV e V do artigo, a Junta anulará a votação, fará a apuração dos votos em separado e recorrerá de ofício para o Tribunal Regional.

§ 4º Nos casos dos números VI, VII, VIII, IX e X, a Junta decidirá se a votação é válida, procedendo à apuração definitiva em caso afirmativo, ou na forma do parágrafo anterior, se resolver pela nulidade da votação.

§ 5º A junta deixará de apurar os votos de urna que não estiver acompanhada dos documentos legais e lavrará termo relativo ao fato, remetendo-a, com cópia da sua decisão, ao Tribunal Regional.

Art. 166. Aberta a urna e o invólucro que contém os votos dos eleitores estranhos à seção, a Junta verificará se o número de cédulas oficiais corresponde ao de votantes.

§ 1º A coincidência entre o número de votantes e o de cédulas oficiais encontradas na urna e no invólucro não constituirá motivo de nulidade da votação, desde que não resulte de fraude comprovada.

§ 2º Se a Junta entender que a coincidência resulta de fraude, anulará a votação, fará a apuração em separado e recorrerá de ofício para o Tribunal Regional.

Art. 167. Resolvida a apuração da urna, deverá a Junta inicialmente:

I — examinar as sobrecartas brancas contidas no invólucro, verificando se os eleitores podiam votar na seção e anular os votos que foram admitidos em desacôrdo com o disposto no artigo 145;

II — misturar as cédulas oficiais contidas no invólucro com as demais constantes da urna;

III. — examinar as sobrecartas brancas contidas na urna, dos eleitores da própria seção e que votaram em separado, anulando os votos referentes aos que não podiam votar;

IV. — misturar as cédulas oficiais dos que podiam votar com as demais existentes na urna.

Art. 168. As questões relativas à existência de resuras, emendas e entrelinhas nas folhas de votação e na ata da eleição, somente poderão ser suscitadas na fase correspondente à abertura das urnas.

SEÇÃO III

Das impugnações e dos recursos

Art. 169. A medida que os votos forem sendo apurados, poderão os fiscais e delegados de partido, assim como os candidatos, apresentar impugnações que serão decididas de plano pela Junta.

§ 1º As Juntas decidirão por maioria de votos as impugnações.

§ 2º De suas decisões cabe recurso imediato, interposto verbalmente ou por escrito, que deverá ser fundamentado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que tenha seguimento.

§ 3º O recurso, quando ocorrerem eleições simultâneas, indicará expressamente a eleição a que se refere.

§ 4º Os recursos serão instruídos de ofício, com certidão da decisão recorrida e do trecho da ata pertinente à impugnação; se interpostos verbalmente constará, também, da certidão o trecho correspondente da ata.

Art. 170. As impugnações quanto à identidade do eleitor, apresentadas no ato da votação, serão resolvidas pelo confronto da assinatura tomada no verso da folha individual de votação com a existente no anverso; se o eleitor votou em separado, no caso de omissão da folha individual na respectiva pasta, confrontando-se a assinatura da folha, modelo 2 (dois) com a do título eleitoral.

Art. 171. Não será admitido recurso contra a apuração, se não tiver havido impugnação perante a Junta, no ato da apuração, contra as nulidades argüidas.

Art. 172. Sempre que houver recurso fundado em contagem errônea, de votos, vícios de cédulas ou de sobrecartas para votos em separado, deverão as cédulas ser conservadas em invólucro lacrado, que acompanhará o recurso.

SEÇÃO IV

Da contagem dos votos

Art. 173. Resolvidas as impugnações a Junta passará a apurar os votos.

Art. 174. As cédulas oficiais, à medida em que forem sendo abertas, serão examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da Junta.

Parágrafo único. As questões relativas às cédulas somente poderão ser suscitadas nessa oportunidade.

Art. 175. Serão nulas as cédulas:

I — que não corresponderem ao modelo oficial;

II — que não estiverem devidamente autenticadas;

III — que contiverem expressões, frases ou sinais que possam identificar o voto.

§ 1º Serão nulos os votos, em cada eleição majoritária:

I — quando forem assinalados os nomes de dois ou mais candidatos para o mesmo cargo;

II — quando a assinalação estiver colocada fora do quadrilátero próprio, desde que torne duvidosa a manifestação da vontade do eleitor.

§ 2º Serão nulos os votos, para a Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, se o eleitor indicar candidatos a deputado federal e estadual de partidos diferentes.

§ 3º Serão nulos os votos, em cada eleição pelo sistema proporcional:

I — quando o candidato não fôr indicado, através do nome ou do número, com clareza suficiente para distingui-lo de outro candidato ao mesmo cargo, mas de outro partido, e o eleitor não indicar a legenda;

II — se o eleitor escrever o nome de mais de um candidato ao mesmo cargo, pertencentes a partidos diversos, ou, indicando apenas os números, o fizer também de candidatos de partidos diferentes;

III — se o eleitor, não manifestando preferência por candidato, ou o fazendo de modo que não se possa identificar o de sua preferência, escrever duas ou mais legendas diferentes no espaço relativo à mesma eleição.

§ 4º Serão nulos, para todos os efeitos, os votos dados a candidatos inelegíveis ou não registrados.

Art. 176. Contar-se-á o voto apenas para a legenda, nas eleições pelo sistema proporcional:

I — se o eleitor, escrever apenas a sigla partidária, não indicando o candidato de sua preferência;

II — se o eleitor escrever o nome de mais de um candidato do mesmo partido;

III — se o eleitor, escrevendo apenas os números, indicar mais de um candidato do mesmo partido;

IV — se o eleitor não indicar o candidato através do nome ou do número com clareza suficiente para distingui-lo de outro candidato do mesmo partido;

V — se o eleitor, indicando a legenda, escrever o nome ou o número de candidato de outro partido.

Art. 177. Na contagem dos votos para as eleições realizadas pelo sistema proporcional observar-se-ão, ainda, as seguintes normas:

I — a inversão, omissão ou erro de grafia do nome ou prenome não invalidará o voto desde que seja possível a identificação do candidato;

II — se o eleitor escrever o nome de um candidato e o número correspondente a outro da mesma legenda ou não, contar-se-á o voto para o candidato cujo nome foi escrito bem como para a legenda a que pertença, salvo se ocorrer a hipótese prevista no nº V do artigo anterior;

III — se o eleitor escrever o nome ou o número de um candidato a deputado federal na parte da cédula referente a deputado estadual ou vice-versa, o voto será contado para o candidato cujo nome ou número foi escrito;

IV — se o eleitor escrever o nome ou o número de candidatos em espaço da cédula que não seja o correspondente ao cargo para o qual o candidato foi registrado, será o voto computado para o candidato e respectiva legenda, conforme o registro.

Art. 178. O voto dado ao candidato a Presidente da República entender-se-á dado também ao candidato a vice-presidente, assim como o dado aos candidatos a governador, senador, deputado federal nos territórios, prefeito e juiz de paz entender-se-á dado ao respectivo vice ou suplente.

Art. 179. Concluída a contagem dos votos a Junta ou turma deverá:

I — transcrever nos mapas referentes à urna a votação apurada;

II — expedir boletim contendo o resultado da respectiva seção, no qual serão consignados o número de votantes, a votação individual de cada candidato, os votos de cada legenda partidária, os votos nulos e os em branco, bem como recursos, se houver.

§ 1º Os mapas, em tôdas as suas folhas, e os boletins de apuração, serão assinados pelo presidente e membros da Junta e pelos fiscais de partido que o desejarem.

§ 2º O boletim a que se refere este artigo obedecerá a modelo aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, podendo porém, na sua falta, ser substituído por qualquer outro expedido por Tribunal Regional ou pela própria Junta Eleitoral.

§ 3º Um dos exemplares do boletim de apuração será imediatamente afixado na sede da Junta, em local que possa ser copiado por qualquer pessoa.

§ 4º Cópia autenticada do boletim de apuração será entregue a cada partido, por intermédio do delegado ou fiscal presente, mediante recibo.

§ 5º O boletim de apuração ou sua cópia autenticada com a assinatura do juiz e pelo menos de um dos membros da Junta, fará prova do resultado apurado, podendo ser apresentado ao Tribunal Regional, nas eleições federais e estaduais, sempre que o número de votos constantes dos mapas recebidos pela Comissão Apuradora não coincidir com os nele consignados.

§ 6º O partido ou candidato poderá apresentar o boletim na oportunidade concedida pelo art. 200, quando terá vista do relatório da Comissão Apuradora, ou antes, se durante os trabalhos da Comissão tiver conhecimento da incoincidência de qualquer resultado.

§ 7º Apresentado o boletim, será aberta vista aos demais partidos, pelo prazo de 2 (dois) dias, os quais somente poderão contestar o erro indicado com a apresentação de boletim da mesma urna, revestido das mesmas formalidades.

§ 8º Se o boletim apresentado na contestação consignar outro resultado, coincidente ou não com o que figurar no mapa enviado pela Junta, a urna será requisitada e recontada pelo próprio Tribunal Regional, em sessão.

§ 9º A não expedição do boletim imediatamente após a apuração de cada urna e antes de se passar à subsequente, sob qualquer pretexto, constitui o crime previsto no art. 313.

Art. 180. O disposto no artigo anterior e em todos os seus parágrafos aplica-se às eleições municipais, observadas somente as seguintes alterações:

I — o boletim de apuração poderá ser apresentado à Junta até 3 (três) dias depois de totalizados os resultados, devendo os partidos ser identificados, através de seus delegados, da data em que começará a correr esse prazo;

II — apresentado o boletim será observado o disposto nos §§ 7º e 8º do artigo anterior, devendo a recontagem ser procedida pela própria Junta.

Art. 181. Salvo nos casos mencionados nos artigos anteriores, a recontagem de votos só poderá ser deferida pelos Tribunais Regionais, em recurso interposto imediatamente após a apuração de cada urna.

Parágrafo único. Em nenhuma outra hipótese poderá a Junta determinar a reabertura de urnas já apuradas para recontagem de votos.

Art. 182. Os títulos dos eleitores estranhos à seção serão separados, para remessa, depois de terminados os trabalhos da Junta, ao juiz eleitoral da zona nêles mencionadas, a fim de que seja anotado na folha individual de votação o voto dado em outra seção.

Parágrafo único. Se, ao ser feita a anotação, no confronto do título com a folha individual, se verificar incoincidência ou outro indício de fraude, serão autuados tais documentos e o juiz determinará as providências necessárias para apuração do fato e conseqüentes medidas legais.

Art. 183. Concluída a apuração, e antes de se passar à subsequente, as cédulas serão recolhidas à urna, sendo esta fechada e lacrada, não podendo ser reaberta senão depois de transitada em julgado a diplomação, salvo nos casos de recontagem de votos.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no presente artigo, sob qualquer pretexto, constitui o crime eleitoral previsto no art. 314.

Art. 184. Terminada a apuração, a Junta remeterá ao Tribunal Regional todos os papéis eleitorais referentes às eleições estaduais ou federais, acompanhados dos documentos referentes à apuração, juntamente com a ata geral dos seus trabalhos, na qual serão consignadas as votações apuradas para cada legenda e candidato e os votos não apurados com a declaração dos motivos porque o não foram.

Parágrafo único. Essa remessa será feita em invólucros fechado, lacrado e rubricado pelos membros da Junta, delegados e fiscais de partido, por via postal ou sob protocolo, conforme for mais rápida e segura a chegada ao destino.

Art. 185. Transitada em julgado a diplomação referente a todas as eleições que tiverem sido realizadas simultaneamente, as cédulas serão retiradas das urnas e imediatamente incineradas, na presença do juiz eleitoral e em ato público, não sendo permitido a qualquer pessoa, inclusive o próprio juiz, examiná-las.

Art. 186. Com relação às eleições municipais e distritais, uma vez terminada a apuração de todas as urnas, a Junta resolverá as dúvidas não decididas, verificará o total dos votos apurados, inclusive os votos em branco, determinará o quociente eleitoral e os quocientes partidários e proclamará os candidatos eleitos.

§ 1º O presidente da Junta fará lavrar, por um dos secretários, a ata geral concernente às eleições referidas neste artigo, da qual constará o seguinte:

I — as seções apuradas e o número de votos apurados em cada urna;

II — as seções anuladas, os motivos por que foram e o número de votos não apurados;

III — as seções onde não houve eleição e os motivos;

IV — as impugnações feitas, a solução que lhes foi dada e os recursos interpostos;

V — a votação de cada legenda na eleição para vereador;

VI — o quociente eleitoral e os quocientes partidários;

VII — a votação dos candidatos a vereador, incluídos em cada lista registrada, na ordem da votação recebida;

VIII — a votação dos candidatos a prefeito, vice-prefeito e a juiz de paz, na ordem da votação recebida.

§ 2º Cópia da ata geral da eleição municipal, devidamente autenticada pelo juiz, será enviada ao Tribunal Regional e ao Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 187. Verificando a Junta Apuradora que os votos das seções anuladas e daquelas cujos eleitores foram impedidos de votar, poderão alterar a representação de qualquer partido ou classificação de candidato eleito pelo princípio majoritário, nas eleições municipais, fará imediata comunicação do fato ao Tribunal Regional, que marcará, se for o caso, dia para a renovação da votação naquelas seções.

§ 1º Nas eleições suplementares municipais observar-se-á, no que couber, o disposto no art. 201.

§ 2º Essas eleições serão realizadas perante novas mesas receptoras, nomeadas pelo juiz eleitoral, e apuradas pela própria Junta que, considerando os anteriores e os novos resultados, confirmará ou invalidará os diplomas que houver expedido.

§ 3º Havendo renovação de eleições para os cargos de prefeito e vice-prefeito, os diplomas somente serão expedidos depois de apuradas as eleições suplementares.

§ 4º Nas eleições suplementares, quando se referirem a mandatos de representação proporcional, a votação e a apuração far-se-ão exclusivamente para as legendas registradas.

SEÇÃO V

Da contagem dos votos pela mesa receptora

Art. 188. O Tribunal Superior Eleitoral poderá autorizar a contagem de votos pelas mesas receptoras,

nos Estados em que o Tribunal Regional indicar as zonas ou seções em que esse sistema deva ser adotado.

Art. 189. Os mesários das seções em que for efetuada a contagem dos votos serão nomeados escrutinadores da Junta.

Art. 190. Não será efetuada a contagem dos votos pela mesa se esta não se julgar suficientemente garantida, ou se qualquer eleitor houver votado sob impugnação, devendo a mesa, em um ou outro caso, proceder na forma determinada para as demais, das zonas em que a contagem não foi autorizada.

Art. 191. Terminada a votação, o presidente da mesa tomará as providências mencionadas nas alíneas II, III, IV e V do art. 154.

Art. 192. Lavrada e assinada a ata, o presidente da mesa, na presença dos demais membros, fiscais e delegados do partido, abrirá a urna e o invólucro e verificará se o número de cédulas oficiais coincide com o de votantes.

§ 1º Se não houver coincidência entre o número de votantes e o de cédulas oficiais encontradas na urna e no invólucro a mesa receptora não fará a contagem dos votos.

§ 2º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, o presidente da mesa determinará que as cédulas e as sobrecartas sejam novamente recolhidas a urna e ao invólucro, os quais serão fechados e lacrados, procedendo, em seguida, na forma recomendada pelas alíneas VI, VII e VIII do art. 54.

Art. 193. Havendo coincidência entre o número de cédulas e o de votantes deverá a mesa, inicialmente, misturar as cédulas contidas nas sobrecartas brancas, da urna e do invólucro, com as demais.

§ 1º Em seguida proceder-se-á à abertura das cédulas e contagem dos votos, observando-se o disposto nos arts. 169 e seguintes, no que couber.

§ 2º Terminada a contagem dos votos será lavrada a ata resumida, de acordo com modelo aprovado pelo Tribunal Superior e da qual constarão apenas as impugnações acaso apresentadas, figurando os resultados no boletim que se incorporará à ata,

e do qual se dará cópia aos fiscais dos partidos.

Art. 194. Após a lavratura da ata, que deverá ser assinada pelos membros da mesa e fiscais e delegados de partido, as cédulas e as sobrecartas serão recolhidas à urna, sendo esta fechada, lacrada e entregue ao juiz eleitoral pelo presidente da mesa ou por um dos mesários, mediante recibo.

§ 1º O juiz eleitoral poderá, havendo possibilidade, designar funcionários para recolher as urnas e demais documentos nos próprios locais da votação ou instalar postos e locais diversos para o seu recebimento.

§ 2º Os fiscais e delegados de partido podem vigiar e acompanhar a urna desde o momento da eleição, durante a permanência nos postos arrecadadores e até a entrega à Junta.

Art. 195. Recebida a urna e documentos, a Junta deverá:

I — examinar a sua regularidade, inclusive quanto ao funcionamento normal da seção;

II — rever o boletim de contagem de votos da mesa receptora, a fim de verificar se está aritmeticamente certo, fazendo dele constar que, conferido, nenhum erro foi encontrado;

III — abrir a urna e conferir os votos sempre que a contagem da mesa receptora não permitir o fechamento dos resultados;

IV — proceder à apuração se da ata da eleição constar impugnação de fiscal, delegado, candidato ou membro da própria mesa em relação ao resultado de contagem dos votos;

V — resolver todas as impugnações constantes da ata da eleição;

VI — praticar todos os atos previstos na competência das Juntas Eleitorais.

Art. 196. De acordo com as instruções recebidas a Junta Apuradora poderá reunir os membros das mesas receptoras e demais componentes da Junta em local amplo e adequado no dia seguinte ao da eleição, em horário previamente fixado, e a proceder à apuração na forma estabelecida nos arts. 159 e seguintes, de

urna só vez ou em duas ou mais etapas.

Parágrafo único. Nesse caso cada partido poderá credenciar um fiscal para acompanhar a apuração de cada urna, realizando-se esta sob a supervisão do juiz e dos demais membros da Junta, aos quais caberá decidir, em cada caso, as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos.

CAPÍTULO III

Da apuração nos Tribunais Regionais

Art. 197. Na apuração, compete ao Tribunal Regional.

I — resolver as dúvidas não decididas e os recursos interpostos sobre as eleições federais e estaduais e apurar as votações que haja validado em grau de recurso;

II — verificar o total dos votos apurados entre os quais se incluem os em branco;

III — Determinar os quocientes, eleitoral e partidário, bem como a distribuição das sobras;

IV — proclamar os eleitos e expedir os respectivos diplomas;

V — fazer a apuração parcial das eleições para Presidente e Vice-presidente da República.

Art. 198. A apuração pelo Tribunal Regional começará no dia seguinte ao em que receber os primeiros resultados parciais das Juntas e prosseguirá sem interrupção, inclusive nos sábados, domingos e feriados, de acordo com o horário previamente publicado, devendo terminar 30 (trinta) dias depois da eleição.

Parágrafo único. Ocorrendo motivos relevantes expostos com a necessária antecedência, o Tribunal Superior poderá conceder prorrogação desse prazo.

Art. 199. Antes de iniciar a apuração o Tribunal Regional constituirá com 3 (três) de seus membros, presidida por um destes, uma Comissão Apuradora.

§ 1º O Presidente da Comissão designará um funcionário do Tribunal para servir de secretário e para

auxiliarem os seus trabalhos, tantos outros quantos julgar necessários.

§ 2º De cada sessão da Comissão Apuradora será lavrada ata resumida.

§ 3º A Comissão Apuradora fará publicar no órgão oficial, diariamente, um boletim com a indicação dos trabalhos realizados e do número de votos atribuídos a cada candidato.

§ 4º Os trabalhos da Comissão Apuradora poderão ser acompanhados por delegados dos partidos interessados, sem que, entretanto, nêles intervenham com protestos, impugnações ou recursos.

§ 5º Ao final dos trabalhos, a Comissão Apuradora apresentará ao Tribunal Regional os mapas gerais da apuração e um relatório, que mencione:

I — o número de votos válidos e anulados em cada Junta Eleitoral, relativos a cada eleição;

II — as seções apuradas e os votos nulos e anulados de cada uma;

III — as seções anuladas, os motivos por que o foram e o número de votos anulados ou não apurados;

IV — as seções onde não houve eleição e os motivos;

V — as impugnações apresentadas às Juntas e como foram resolvidas por elas, assim como os recursos que tenham sido interpostos;

VI — a votação de cada partido;

VII — a votação de cada candidato;

VIII — o quociente eleitoral;

IX — os quocientes partidários;

X — a distribuição das sobras.

Art. 200. O relatório a que se refere o artigo anterior ficará na Secretaria do Tribunal, pelo prazo de 3 (três) dias, para exame dos partidos e candidatos interessados, que poderão examinar também os documentos em que êle se baseou.

Parágrafo único. Terminado o prazo supra, os partidos poderão apresentar as suas reclamações, dentro de 2 (dois) dias, sendo estas submetidas a parecer da Comissão Apuradora que, no prazo de 3 (três) dias, apresentará aditamento ao relatório com

a proposta das modificações que julgar procedentes, ou com a justificação da improcedência das arguições.

Art. 201. De posse do relatório referido no artigo anterior, reunir-se-á o Tribunal, no dia seguinte, para o conhecimento do total dos votos apurados, e, em seguida, se verificar que os votos das seções anuladas e daquelas cujos eleitores foram impedidos de votar, poderão alterar a representação de qualquer partido ou classificação de candidato eleito pelo princípio majoritário, ordenará a realização de novas eleições.

Parágrafo único. As novas eleições obedecerão às seguintes normas:

I — o Presidente do Tribunal fixará, imediatamente, a data, para que se realizem dentro de 15 (quinze) dias, no mínimo, e de 30 (trinta) dias no máximo, a contar do despacho que a fixar, desde que não tenha havido recurso contra a anulação das seções;

II — somente serão admitidos a votar os eleitores da seção, que hajam comparecido à eleição anulada, e os de outras seções que ali houverem votado;

III — nos casos de coação que haja impedido o comparecimento dos eleitores às urnas, no de encerramento da votação antes da hora legal, e quando a votação tiver sido realizada em dia, hora e lugar diferentes dos designados, poderão votar todos os eleitores da seção e somente estes;

IV — nas zonas onde apenas uma seção fôr anulada, o juiz eleitoral respectivo presidirá a mesa receptora; se houver mais de uma seção anulada, o presidente do Tribunal Regional designará os juizes presidentes das respectivas mesas receptoras.

V — as eleições realizar-se-ão nos mesmos locais anteriormente designados, servindo os mesários e secretários que pelo juiz forem nomeados, com a antecedência de, pelo menos, cinco dias, salvo se a anulação fôr decretada por infração dos §§ 4º e 5º do art. 135;

VI — as eleições assim realizadas serão apuradas pelo Tribunal Regional.

Art. 202. Da reunião do Tribunal Regional será lavrada ata geral, as-

sinada pelos seus membros e da qual constarão:

I — as seções apuradas e o número de votos apurados em cada uma;

II — as seções anuladas, as razões por que o foram e o número de votos não apurados;

III — as seções onde não tenha havido eleição e os motivos;

IV — as impugnações apresentadas às juntas eleitorais e como foram resolvidas;

V — as seções em que se vai realizar ou renovar a eleição;

VI — a votação obtida pelos partidos;

VII — o quociente eleitoral e o partidário;

VIII — os nomes dos votados na ordem decrescente dos votos;

IX — os nomes dos eleitos;

X — os nomes dos suplentes, na ordem em que devem substituir ou suceder.

§ 1º Na mesma sessão o Tribunal Regional proclamará os eleitos e os respectivos suplentes e marcará a data para a expedição solene dos diplomas em sessão pública, salvo quanto a governador e vice-governador, se ocorrer a hipótese prevista na Emenda Constitucional nº 13.

§ 2º O vice-governador e o suplente de senador, considerar-se-ão eleitos em virtude da eleição do governador e do senador com os quais se candidatarão.

§ 3º Os candidatos a governador e vice-governador somente serão diplomados depois de realizadas as eleições suplementares referentes a esses cargos.

§ 4º Um traslado da ata da sessão, autenticado com a assinatura de todos os membros do Tribunal que assinaram a ata original, será remetida ao Presidente do Tribunal Superior.

§ 5º. O Tribunal Regional comunicará o resultado da eleição ao Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa.

Art. 203. Sempre que forem realizadas eleições de âmbito estadual juntamente com eleições para presi-

dente e vice-presidente da República, o Tribunal Regional desdobrará os seus trabalhos de apuração, fazendo tanto para aquelas como para esta, uma ata geral.

§ 1º. A Comissão Apuradora de, verã, também, apresentar relatórios distintos, um dos quais referente apenas às eleições presidenciais.

§ 2º. Concluídos os trabalhos da apuração o Tribunal Regional remeterá ao Tribunal Superior os resultados parciais das eleições para presidente e vice-presidente da República, acompanhados de todos os papéis que lhe digam respeito.

Art. 204. O Tribunal Regional julgando conveniente, poderá determinar que a totalização dos resultados de cada urna seja realizada pela própria Comissão Apuradora.

Parágrafo único. Ocorrendo essa hipótese serão observadas as seguintes regras:

I — a decisão do Tribunal será comunicada, até 30 (trinta) dias antes da eleição aos juizes eleitorais, aos diretórios dos partidos e ao Tribunal Superior;

II — iniciada a apuração os juizes eleitorais remeterão ao Tribunal Regional, diariamente, sob registro postal ou por portador, os mapas de todas as urnas apuradas no dia;

III — os mapas serão acompanhados de ofício sucinto, que esclareça apenas a que seções correspondem e quantas ainda faltam para completar a apuração da zona;

IV — havendo sido interposto recurso em relação a urna correspondente aos mapas enviados, o juiz fará constar do ofício, em seguida à indicação da seção, entre parênteses, apenas esse esclarecimento — "houve recurso";

V — a ata final da junta não mencionará, no seu texto, a votação obtida pelos partidos e candidatos, a qual ficará constando dos boletins de apuração do Juízo, que dela ficarão fazendo parte integrante;

VI — cópia autenticada da ata, assinada por todos os que assinaram o original, será enviada ao Tribunal Regional na forma prevista no art. 184;

VII — a Comissão Apuradora, à medida em que for recebendo os mapas, passará a totalizar os votos, aguardando, porém, a chegada da cópia autêntica da ata para encerrar a totalização referente a cada zona;

VIII — no caso de extravio de mapa o juiz eleitoral providenciará a remessa de 2ª via, preenchida à vista dos delegados de partido especialmente convocados para esse fim e pelos resultados constantes do boletim de apuração que deverá ficar arquivado no Juízo.

CAPÍTULO IV

Da apuração no Tribunal Superior

Art. 205. O Tribunal Superior fará a apuração geral das eleições para presidente e vice-presidente da República pelos resultados verificados pelos Tribunais Regionais em cada Estado.

Art. 206. Antes da realização da eleição o Presidente do Tribunal sorteará, dentre os juizes, o relator de cada grupo de Estados, ao qual serão distribuídos todos os recursos e documentos da eleição referentes ao respectivo grupo.

Art. 207. Recebidos os resultados de cada Estado, e julgados os recursos interpostos das decisões dos Tribunais Regionais, o relator terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar seu relatório, com as conclusões seguintes:

I — os totais dos votos válidos e nulos do Estado;

II — os votos apurados pelo Tribunal Regional que devem ser anulados;

III — os votos anulados pelo Tribunal Regional que devem ser computados como válidos;

IV — a votação de cada candidato;

V — o resumo das decisões do Tribunal Regional sobre as dúvidas e impugnações, bem como dos recursos que hajam sido interpostos para o Tribunal Superior, com as respectivas decisões e indicação das impugnações sobre os resultados.

Art. 208. O relatório referente a cada Estado ficará na Secretaria do Tribunal, pelo prazo de dois dias, para

exame dos partidos e candidatos interessados, que poderão examinar também os documentos em que ele se baseou e apresentar alegações ou documentos sobre o relatório, no prazo de 2 (dois) dias.

Parágrafo único. Findo esse prazo serão os autos conclusos ao relator, que, dentro em 2 (dois) dias, os apresentará a julgamento, que será previamente anunciado.

Art. 209. Na sessão designada será o feito chamado a julgamento de preferência a qualquer outro processo.

§ 1º Se o relatório tiver sido impugnado, os partidos interessados poderão, no prazo de 15 (quinze) minutos, sustentar oralmente as suas conclusões.

§ 2º Se do julgamento resultarem alterações na apuração efetuada pelo Tribunal Regional, o acórdão determinará que a Secretaria, dentro em 5 (cinco) dias, levante as folhas de apuração parcial das seções cujos resultados tiverem sido alterados, bem como o mapa geral da respectiva circunscrição, de acordo com as alterações decorrentes do julgado, devendo o mapa, após o visto do relator, ser publicado na Secretaria.

§ 3º A esse mapa admitir-se-á, dentro em 48 (quarenta e oito) horas de sua publicação, impugnação fundada em erro de conta ou de cálculo, decorrente da própria sentença.

Art. 210. Os mapas gerais de todas as circunscrições com as impugnações, se houver, e a folha de apuração final levantada pela Secretaria, serão autuados e distribuídos a um relator geral, designado pelo Presidente.

Parágrafo único. Recebidos os autos, após a audiência do Procurador Geral, o relator, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, resolverá as impugnações relativas aos erros de conta ou de cálculo, mandando fazer as correções, se for o caso, e apresentará, a seguir, o relatório final com os nomes dos candidatos que deverão ser proclamados eleitos e os dos demais candidatos, na ordem decrescente das votações.

Art. 211. Aprovada em sessão especial a apuração geral, o Presidente anunciará a votação dos candidatos, proclamando a seguir eleito presidente da República o candidato, mais

votado que tiver obtido maioria absoluta de votos, excluídos, para a apuração desta, os em branco e os nulos.

§ 1º O vice-presidente considerar-se-á eleito em virtude da eleição do presidente com o qual se candidatar.

§ 2º Na mesma sessão o Presidente do Tribunal Superior designará a data para a expedição solene dos diplomas em sessão pública.

Art. 212. Verificando que os votos das seções anuladas e daquelas cujos eleitores foram impedidos de votar, em todo o país, poderão alterar a classificação de candidato, ordenará o Tribunal Superior a realização de novas eleições.

§ 1º Essas eleições serão marcadas desde logo pelo Presidente do Tribunal Superior e terão lugar no primeiro domingo ou feriado que ocorrer após o 15º (décimo quinto) dia a contar da data do despacho, devendo ser observado o disposto nos números II a VI do parágrafo único do art. 201.

§ 2º Os candidatos a presidente e vice-presidente da República somente serão diplomados depois de realizadas as eleições suplementares referentes a esses cargos.

Art. 213. Não se verificando a maioria absoluta, o Congresso Nacional, dentro de quinze dias após haver recebido a respectiva comunicação do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, reunir-se-á em sessão pública para se manifestar sobre o candidato mais votado, que será considerado eleito se, em escrutínio secreto, obtiver metade mais um dos votos dos seus membros.

§ 1º Se não ocorrer a maioria absoluta referida no *caput* deste artigo, renovar-se-á, até 30 (trinta) dias depois, a eleição em todo país, a qual concorrerão os dois candidatos mais votados, cujos registros estarão automaticamente revalidados.

§ 2º No caso de renúncia ou morte, concorrerá a eleição prevista no parágrafo anterior o substituto registrado pelo mesmo partido político ou coligação partidária.

Art. 214. O presidente e o vice-presidente da República tomarão posse a 15 (quinze) de março, em sessão do Congresso Nacional.

Parágrafo único. No caso do § 1º do artigo anterior, a posse realizar-

se-á dentro de 15 (quinze) dias a contar da proclamação do resultado da segunda eleição, expirando, porém, o mandato a 15 (quinze) de março do quarto ano.

CAPÍTULO V

Das Diplomas

Art. 215. Os candidatos eleitos, assim como os suplentes, receberão diploma assinado pelo Presidente do Tribunal Superior, do Tribunal Regional ou da Junta Eleitoral, conforme o caso.

Parágrafo único. Do diploma deverá constar o nome do candidato, a indicação da legenda sob a qual correu, o cargo para o qual foi eleito ou a sua classificação como suplente, e, facultativamente, outros dados a critério do juiz ou do Tribunal.

Art. 216. Enquanto o Tribunal Superior não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, poderá o diplomado exercer o mandato em toda a sua plenitude.

Art. 217. Apuradas as eleições suplementares o juiz ou o Tribunal reverá a apuração anterior, confirmando ou invalidando os diplomas que houver expedido.

Parágrafo único. No caso de provimento, após a diplomação, de recurso contra o registro de candidato ou de recurso parcial, será também revista a apuração anterior, para confirmação ou invalidação de diplomas, observado o disposto no § 3º do art. 251.

Art. 218. O presidente de Junta ou de Tribunal que diplomar militar candidato a cargo eletivo, comunicará imediatamente a diplomação à autoridade a que o mesmo estiver subordinado, para os fins do art. 98.

CAPÍTULO VI

Das nulidades da votação

Art. 219. Na aplicação da lei eleitoral o juiz atenderá sempre aos fins e resultados a que ela se dirige, abstendo-se de pronunciar nulidades sem demonstração de prejuízo.

Parágrafo único. A declaração de nulidade não poderá ser requerida

pela parte que lhe deu causa nem a ela aproveitar.

Art. 220. É nula a votação:

I — quando feita perante mesa não nomeada pelo juiz eleitoral, ou constituída com ofensa à letra da lei;

II — quando efetuada em fôlhas de votação falsas;

III — quando realizada em dia, hora, ou local diferentes do designado ou encerrada antes das 17 horas;

IV — quando preterida formalidade essencial do sigilo dos sufrágios.

Parágrafo único. A nulidade será pronunciada quando o órgão apurador conhecer do ato ou dos seus efeitos e o encontrar provada, não lhe sendo lícito supri-la, ainda que haja consenso das partes.

Art. 221. É anulável a votação:

I — quando a seção eleitoral tiver sido localizada com infração do disposto nos §§ 4º e 5º do art. 135;

II — quando houver extravio de documento reputado essencial;

III — quando fôr negado ou sofrer restrição o direito de fiscalizar, e o fato constar da ata ou de protesto interposto, por escrito, no momento;

IV — quando votar, sem as cautelas do art. 147, § 2º:

a) eleitor excluído por sentença não cumprida por ocasião da remessa das fôlhas individuais de votação à mesa, desde que haja oportuna reclamação de partido;

b) eleitor de outra seção, salvo a hipótese do art. 145;

c) alguém com falsa identidade em lugar do eleitor chamado.

Art. 222. É também anulável a votação, quando viciada de falsidade, fraude, coação, uso de meios de que trata o art. 237, ou emprego de processo de propaganda ou contação de sufrágios vedado por lei.

§ 1º A prova far-se-á em processo apartado, que o Tribunal Superior regulará, observados os seguintes princípios:

I — é parte legítima para promovê-lo o Ministério Público ou o representante de partido que possa ser prejudicado;

II — a denúncia, instruída com justificação ou documentação idônea, será oferecida ao Tribunal ou juiz competente para diplomação, e poderá ser rejeitada *in limine* se manifestamente infundada;

III — feita a citação do partido acusado na pessoa do seu representante ou delegado, terá este 18 (dezoito e oito) horas para contestar a arguição, seguindo-se uma instrução sumária por 5 (cinco) dias, e as legações, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com as quais se encerrará provisoriamente o processo incidente;

IV — antes da diplomação o Tribunal ou Junta competente proferirá decisão sobre os processos, determinando as retificações consequentes às nulidades que pronunciou.

§ 2º A sentença anulatória de votação poderá, conforme a intensidade do dolo, ou grau de culpa, denegar o diploma ao candidato responsável, independentemente dos resultados escoimados das nulidades.

Art. 223. A nulidade de qualquer ato, não decretada de ofício pela Junta, só poderá ser argüida quando de sua prática, não mais podendo ser alegada, salvo se a arguição se basear em motivo superveniente ou de ordem constitucional.

§ 1º Se a nulidade ocorrer em fase na qual não possa ser alegada no ato, poderá ser argüida na primeira oportunidade que para tanto se apresente.

§ 2º Se se basear em motivo superveniente deverá ser alegada imediatamente, assim que se tornar conhecida, podendo as razões do recurso ser aditadas no prazo de 2 (dois) dias.

§ 3º A nulidade de qualquer ato, baseada em motivo de ordem constitucional, não poderá ser conhecida em recurso interposto fora do prazo, numa fase própria, só em outra que se apresentar poderá ser argüida.

Art. 224. Não a nulidade attingir a mais de metade dos votos do país nas eleições presidenciais, do Estado nas eleições federais e estaduais ou do município nas eleições municipais, julgar-se-ão prejudicadas as demais votações e o Tribunal marcará dia para nova eleição dentro do prazo de 20 (vinte) a 40 (quarenta) dias.

§ 1º Se o Tribunal Regional na área de sua competência, deixar de cum-

prir o disposto neste artigo, o Procurador Regional levará o fato ao conhecimento do Procurador Geral, que providenciara junto ao Tribunal Superior para que seja marcada imediatamente nova eleição.

§ 2º Ocorrendo qualquer dos casos previstos neste capítulo o Ministério Público promoverá, imediatamente a punição dos culpados.

CAPÍTULO VII

Do voto no Exterior

Art. 225. Nas eleições para presidente e vice-presidente da República poderá votar o eleitor que se encontrar no exterior.

§ 1º Para esse fim serão organizadas seções eleitorais, nas sedes das Embaixadas e Consulados Gerais.

§ 2º Sendo necessário instalar duas ou mais seções poderá ser utilizado local em que funcione serviço do governo brasileiro.

Art. 226. Para que se organize uma seção eleitoral no exterior é necessário que na circunscrição sob a jurisdição da Missão Diplomática ou do Consulado Geral haja um mínimo de 30 (trinta) eleitores inscritos.

Parágrafo único. Quando o número de eleitores não atingir o mínimo previsto no parágrafo anterior, os eleitores poderão votar na mesa receptora mais próxima, desde que localizada no mesmo país, de acordo com a comunicação que lhes for feita.

Art. 227. As mesas receptoras serão organizadas pelo Tribunal Regional do Distrito Federal mediante proposta dos chefes de Missão e cônsules gerais, que ficarão investidos, no que for aplicável, das funções administrativas de juiz eleitoral.

Parágrafo único. Será aplicável às mesas receptoras o processo de composição e fiscalização partidária vigente para as que funcionam no território nacional.

Art. 228. Até 30 (trinta) dias antes da realização da eleição todos os brasileiros eleitores, residentes no estrangeiro, comunicarão à sede da Missão

Diplomática ou ao consulado geral, em carta, telegrama ou qualquer outra via, a sua condição de eleitor e sua residência.

§ 1º. Com a relação dessas comunicações e com os dados do registro consular, serão organizadas as folhas de votação, e notificados os eleitores da hora e local da votação.

§ 2º No dia da eleição só serão admitidos a votar os que constem da folha de votação e os passageiros e tripulantes de navios e aviões de guerra e mercantes que, no dia, estejam na sede das seções eleitorais.

Art. 229. Encerrada a votação, as urnas serão enviadas pelos cônsules gerais às sedes das Missões Diplomáticas. Estas as remeterão, pela mala diplomática, ao Ministério das Relações Exteriores, que delas fará entrega ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, a quem competirá a apuração dos votos e julgamento das dúvidas e recursos que hajam sido interpostos.

Parágrafo único. Todo o serviço de transporte do material eleitoral será feito por via aérea.

Art. 230. Todos os eleitores que votarem no exterior terão os seus títulos apreendidos pela mesa receptora.

Parágrafo único. A todo eleitor que votar no exterior será concedido comprovante para a comunicação legal ao juiz eleitoral de sua zona.

Art. 231. Todo aquele que, estando obrigado a votar, não o fizer, fica sujeito, além das penalidades previstas para o eleitor que não vota no território nacional, à proibição de requerer qualquer documento perante a repartição diplomática a que estiver subordinado, enquanto não se justificar.

Art. 232. Todo o processo eleitoral realizado no estrangeiro fica diretamente subordinado ao Tribunal Regional do Distrito Federal.

Art. 233. O Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério das Relações Exteriores baixarão as instruções necessárias e adotarão as medidas adequadas para o voto no exterior.

PARTE QUINTA

Disposições Várias

TÍTULO I

Das garantias eleitorais

Art. 234. Ninguém poderá impedir ou embarçar o exercício do sufrágio.

Art. 235. O juiz eleitoral, ou o presidente da mesa receptora, pode expedir salvo-conduto com a cominação de prisão por desobediência até 5 (cinco) dias, em favor do eleitor que sofrer violência, moral ou física, na sua liberdade de votar, ou pelo fato de haver votado.

Parágrafo único. A medida será válida para o período compreendido entre 72 (setenta e duas) horas antes até 48 (quarenta e oito) horas depois do pleito.

Art. 236. Nenhuma autoridade poderá, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto.

§ 1º. Os membros das mesas receptoras e os fiscais de partido, durante o exercício de suas funções, não poderão ser detidos ou presos, salvo o caso de flagrante delito; da mesma garantia gozarão os candidatos desde 15 (quinze) dias antes da eleição.

§ 2º. Ocorrendo qualquer prisão o preso será imediatamente conduzido à presença do juiz competente que, se verificar a ilegalidade da detenção, a relaxará e promoverá a responsabilidade do coator.

Art. 237. A interferência do poder econômico e o desvio ou abuso do poder de autoridade, em desfavor da liberdade do voto, serão coibidos e punidos.

§ 1º. O eleitor é parte legítima para denunciar os culpados e promover-lhes a responsabilidade, e a nenhum servidor público, inclusive de autarquia, de entidade paraestatal e de sociedade de economia mista, será lícito negar ou retardar ato de ofício tendente a esse fim.

§ 2º. Qualquer eleitor ou partido político poderá se dirigir ao Corregedor Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, e pedir abertura de investigação para apurar uso indevido do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, em benefício de candidato ou de partido político.

§ 3º. O Corregedor, verificada a seriedade da denúncia procederá ou mandará proceder a investigações, rege-se estas, no que lhes for aplicável, pela Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952.

Art. 238. É proibida, durante o ato eleitoral, a presença de força pública no edifício em que funcionar mesa receptora, ou nas imediações, observado o disposto no art. 141.

Art. 239. Aos partidos políticos é assegurada a prioridade postal durante os 60 (sessenta) dias anteriores à realização das eleições, para remessa de material de propaganda de seus candidatos registrados.

TÍTULO II

Da propaganda partidária

Art. 240. A propaganda de candidatos a cargos eletivos somente é permitida após a respectiva escolha pela convenção.

Parágrafo único. É vedada, desde quarenta e oito horas antes até vinte e quatro horas depois da eleição, qualquer propaganda política mediante radiodifusão, televisão, comícios ou reuniões públicas.

Art. 241. Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos partidos e por eles paga, imputando-se-lhes solidariedade nos excessos praticados pelos seus candidatos e adeptos.

Art. 242. A propaganda, qualquer que seja a sua forma, só poderá ser feita em língua nacional e não deverá empregar meios publicitários destinados a criar artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais.

Parágrafo único. Sem prejuízo do processo e das penas cominadas, a Justiça Eleitoral adotará medidas para fazer impedir ou cessar imedia-

tamente a propaganda realizada com infração do disposto neste artigo.

Art. 243. Não será tolerada propaganda:

I — de guerra, de processos violentos para subverter o regime, a ordem política e social ou de preconceitos de raça ou de classes;

II — que provoque animosidade entre as forças armadas ou contra elas, ou delas contra as classes e instituições civis;

III — de incitamento de atentado contra pessoa ou bens;

IV — de instigação à desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública;

V — que implique em oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

VI — que perturbe o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

VII — por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;

VIII — que prejudique a higiene e a estética urbana ou contravenha a posturas municipais ou a outra qualquer restrição de direito;

IX — que caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública.

Art. 244. É assegurado aos partidos políticos registrados o direito de, independentemente de licença da autoridade pública e do pagamento de qualquer contribuição:

I — fazer inscrever, na fachada de suas sedes e dependências, o nome que os designe, pela forma que melhor lhes parecer;

II — instalar e fazer funcionar, normalmente, das quatorze às vinte e duas horas, nos três meses que antecederem as eleições, alto-falantes, ou amplificadores de voz, nos locais referidos, assim como em veículos seus, ou à sua disposição, em território nacional, com observância da legislação comum.

Parágrafo único. Os meios de propaganda a que se refere o nº II d'este

artigo não serão permitidos, a menos de 500 metros:

I — das sedes do Executivo Federal, dos Estados, Territórios e respectivas Prefeituras Municipais;

II — das Câmaras Legislativas Federais, Estaduais e Municipais;

III — dos Tribunais Judiciais;

IV — dos hospitais e casas de saúde;

V — das escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento;

VI — dos quartéis e outros estabelecimentos militares.

Art. 245. A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto, não depende de licença da polícia.

§ 1º Quando o ato de propaganda tiver de realizar-se em lugar designado para a celebração de comício, na forma do disposto no art. 3º da Lei nº 1.207, de 25 de outubro de 1950, deverá ser feita comunicação à autoridade policial, pelo menos 24 (vinte e quatro) horas antes de sua realização.

§ 2º Não havendo local anteriormente fixado para a celebração de comício, ou sendo impossível ou difícil nêle realizar-se o ato de propaganda eleitoral, ou havendo pedido para designação de outro local, a comunicação a que se refere o parágrafo anterior será feita, no mínimo, com antecedência, de 72 (setenta e duas) horas, devendo a autoridade policial, em qualquer desses casos, nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes, designar local amplo e de fácil acesso, de modo que não impossibilite ou frustre a reunião.

§ 3º Aos órgãos da Justiça Eleitoral compete julgar das reclamações sobre a localização dos comícios e providências sobre a distribuição equitativa dos locais aos partidos.

Art. 246. A propaganda mediante cartazes só se permitirá, quando afixados em quadros ou painéis destinados exclusivamente a esse fim e em locais indicados pelas Prefeituras, para utilização de todos os partidos em igualdade de condições.

Art. 247. É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, fai-

xas fixas, cartazes colocados em pontos não especialmente designados e inscrições nos leitos das vias públicas, inclusive rodovias.

Art. 248. Ninguém poderá impedir a propaganda eleitoral, nem inutilizar, alterar ou perturbar os meios lícitos nela empregados.

Art. 249. O direito de propaganda não importa restrição ao poder de polícia quando este deva ser exercido em benefício da ordem pública.

Art. 250. Nas eleições gerais, as estações de radiodifusão e televisão de qualquer potência, inclusive as de propriedade da União, Estados, Distrito Federal, Territórios ou Municípios, reservarão duas horas diárias, nos sessenta dias anteriores à antevéspera do pleito para a propaganda eleitoral gratuita, conforme instruções do Tribunal Superior.

§ 1º Fora desse período, reservarão as mesmas estações uma hora por mês, para propaganda permanente do programa dos partidos.

§ 2º A Justiça Eleitoral, tendo em conta os direitos iguais dos partidos, regulará, para o efeito de fiscalização, os horários concedidos.

§ 3º Desde que haja concordância de todos os partidos e emissoras de rádio e televisão, poderá, na distribuição dos horários, ser adotado qualquer outro critério, que deverá ser previamente comunicado à Justiça Eleitoral.

§ 4º O horário não utilizado por qualquer partido será redistribuído aos demais, vedada cessão ou transferência.

§ 5º As estações de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar comunicados da Justiça Eleitoral, até o máximo de tempo de quinze minutos, entre as dezoito e às vinte e duas horas, nos trinta dias que precederem ao pleito.

Art. 251. No período destinado à propaganda eleitoral gratuita não prevalecerão quaisquer contratos ou ajustes firmados pelas empresas que possam burlar ou tornar inexecutível qualquer dispositivo deste Código ou das instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 252. Da propaganda partidária gratuita participarão apenas os representantes dos partidos, devida-

mente credenciados, candidatos ou não.

Art. 253. Não depende de censura prévia a propaganda partidária ou eleitoral feita através do rádio ou televisão, respondendo o partido e o seu representante, solidariamente, pelos excessos cometidos.

Art. 254. Fora dos horários de propaganda gratuita é proibido, nos dez dias que precederem às eleições, a realização de propaganda eleitoral através do rádio e da televisão, salvo a transmissão direta de comício público realizado em local permitido pela autoridade competente.

Art. 255. Nos 15 (quinze) dias anteriores ao pleito é proibida a divulgação, por qualquer forma, de resultados de prévias ou testes pré-eleitorais.

Art. 256. As autoridades administrativas federais, estaduais e municipais proporcionarão aos partidos, em igualdade de condições, as facilidades permitidas para a respectiva propaganda.

TÍTULO III

Dos recursos

CAPÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 257. Os recursos eleitorais não terão efeito suspensivo.

Parágrafo único. A execução de qualquer acórdão será feita imediatamente, através de comunicação por ofício, telegrama, ou, em casos especiais, a critério do presidente do Tribunal, através de cópia do acórdão.

Art. 258. Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em três dias da publicação do ato, resolução ou despacho.

Art. 259. São preclusivos os prazos para interposição de recurso, salvo quando neste se discutir matéria constitucional.

Parágrafo único. O recurso em que se discutir matéria constitucional não poderá ser interposto fora do prazo. Perdido o prazo numa fase própria, só em outra que se apresentar poderá ser interposto.

Art. 260. A distribuição do primeiro recurso que chegar ao Tribunal Regional ou Tribunal Superior, previnirá a competência do relator para todos os demais casos do mesmo município ou Estado.

Art. 261. Os recursos parciais, entre os quais não se incluem os que versarem matéria referente ao registro de candidatos, interpostos para os Tribunais Regionais no caso de eleições municipais, e para o Tribunal Superior no caso de eleições estaduais ou federais, serão julgados à medida que derem entrada nas respectivas Secretarias.

§ 1º Havendo dois ou mais recursos parciais de um mesmo município ou Estado, ou se todos, inclusive os de diplomação já estiverem no Tribunal Regional ou no Tribunal Superior, serão eles julgados seguidamente, em uma ou mais sessões.

§ 2º As decisões com os esclarecimentos necessários ao cumprimento, serão comunicadas de uma só vez ao juiz eleitoral ou ao presidente do Tribunal Regional.

§ 3º Se os recursos de um mesmo município ou Estado deram entrada, em datas diversas, sendo julgados separadamente, o juiz eleitoral ou o presidente do Tribunal Regional, aguardará a comunicação de todas as decisões para cumpri-las, salvo se o julgamento dos demais importar em alteração do resultado do pleito que não tenha relação com o recurso já julgado.

§ 4º Em todos os recursos, no despacho que determinar a remessa dos autos à instância superior, o juiz "a quo" esclarecerá quais os ainda em fase de processamento e, no último, quais os anteriormente remetidos.

§ 5º Ao se realizar a diplomação, se ainda houver recurso pendente de decisão em outra instância, será consignado que os resultados poderão sofrer alterações decorrentes desse julgamento.

§ 6º Realizada a diplomação, e decorrido o prazo para recurso, o juiz ou presidente do Tribunal Regional comunicará à instância superior se foi ou não interposto recurso.

Art. 262. O recurso contra expedição de diploma caberá somente nos seguintes casos:

I — inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato;

II — errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional;

III — erro de direito ou de fato na apuração final, quanto à determinação do quociente eleitoral ou partidário, contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua contemplação sob determinada legenda;

IV — concessão ou denegação do diploma, em manifesta contradição com a prova dos autos, na hipótese do art. 222.

Art. 263. No julgamento de um mesmo pleito eleitoral, as decisões anteriores sobre questões de direito constituem prejudgados para os demais casos, salvo se contra a tese votarem dois terços dos membros do Tribunal.

Art. 264. Para os Tribunais Regionais e para o Tribunal Superior caberá, dentro de 3 (três) dias, recurso dos atos, resoluções ou despachos dos respectivos presidentes.

CAPÍTULO II

Dos recursos perante as Juntas e Juízos Eleitorais

Art. 265. Dos atos, resoluções ou despachos dos juizes ou juntas eleitorais caberá recurso para o Tribunal Regional.

Parágrafo único. Os recursos das decisões das Juntas serão processados na forma estabelecida pelos arts. 169 e seguintes.

Art. 266. O recurso independe de termo e será interposto por petição devidamente fundamentada, dirigida ao juiz eleitoral e acompanhada, se o entender o recorrente, de novos documentos.

Art. 267. Recebida a petição, mandará o juiz intimar o recorrido para ciência do recurso, abrindo-se-lhe vista dos autos a fim de, em prazo igual ao estabelecido para a sua interposição, oferecer razões, acompanhadas ou não de novos documentos.

§ 1º A intimação se fará pela publicação da notícia da vista no jornal que publicar o expediente da Justiça Eleitoral, onde houver, e nos demais lugares, pessoalmente pelo escrivão, independente de iniciativa do recorrente.

§ 2º Onde houver jornal oficial, se a publicação não ocorrer no prazo de 3 (três) dias, a intimação se fará pessoalmente ou na forma prevista no parágrafo seguinte.

§ 3º Nas zonas em que se fizer intimação pessoal, se não for encontrado o recorrido dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a intimação se fará por edital afixado no forum, no local de costume.

§ 4º Todas as citações e intimações serão feitas na forma estabelecida neste artigo.

§ 5º Se o recorrido juntar novos documentos, terá o recorrente vista dos autos por 48 (quarenta e oito) horas para falar sobre os mesmos, contado o prazo na forma deste artigo.

§ 6º Findos os prazos a que se referem os parágrafos anteriores, o juiz eleitoral fará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, subir os autos ao Tribunal Regional com a sua resposta e os documentos em que se fundar, salvo se entender de reformar a sua decisão.

§ 7º Se o juiz reformar a decisão recorrida, poderá o recorrido, dentro de 3 (três) dias, requerer suba o recurso como se por ele interposto.

CAPÍTULO III

Dos recursos nos Tribunais Regionais

Art. 268. No Tribunal Regional nenhuma alegação escrita ou nenhum documento poderá ser oferecido por qualquer das partes.

Art. 269. Os recursos serão distribuídos a um relator em 24 (vinte e quatro) horas e na ordem rigorosa da antiguidade dos respectivos membros, esta última exigência sob pena de nulidade de qualquer ato ou decisão do relator ou do Tribunal.

§ 1º Feita a distribuição, a Secretaria do Tribunal abrirá vista dos autos à Procuradoria Regional, que deverá emitir parecer no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º Se a Procuradoria não emitir parecer no prazo fixado, poderá a parte interessada requerer a inclusão do processo na pauta, devendo o Procurador, nesse caso, proferir parecer oral na assentada do julgamento.

Art. 270. Havendo processo incidente, iniciado com fundamento no art. 222, o Tribunal, antes da diplomação, sobre ele se manifestará.

Art. 271. O relator devolverá os autos à Secretaria no prazo improrrogável de 8 (oito) dias para, nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes, ser o caso incluído na pauta de julgamento do Tribunal.

§ 1º Tratando-se de recurso contra a expedição de diploma, os autos, uma vez devolvidos pelo relator, serão conclusos ao juiz imediato em antiguidade como revisor, o qual deverá devolvê-los em 4 (quatro) dias.

§ 2º As pautas serão organizadas com um número de processos que possam ser realmente julgados, obedecendo-se rigorosamente a ordem da devolução dos mesmos à Secretaria pelo relator, ou revisor, nos recursos contra a expedição de diploma, ressalvadas as preferências determinadas pelo regimento do Tribunal.

Art. 272. Na sessão do julgamento, uma vez feito o relatório pelo relator, cada uma das partes poderá, no prazo improrrogável de dez minutos, sustentar oralmente as suas conclusões.

Parágrafo único. Quando se tratar de julgamento de recursos contra a expedição de diploma, cada parte terá vinte minutos para sustentação oral.

Art. 273. Realizado o julgamento, o relator, se vitorioso, ou o relator designado para redigir o acórdão, apresentará a redação deste, o mais tardar, dentro em 5 (cinco) dias.

§ 1º O acórdão conterá uma síntese das questões debatidas e decididas.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, se o Tribunal dispuser de serviço taquigráfico, serão juntas ao processo as notas respectivas.

Art. 274. O acórdão, devidamente assinado, será publicado, valendo como tal a inserção da sua conclusão no órgão oficial.

§ 1º Se o órgão oficial não publicar o acórdão no prazo de 3 (três) dias, as partes serão intimadas pessoalmente e, se não forem encontradas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a intimação se fará por edital afixado no Tribunal, no local de costume.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior aplicar-se-á a todos os casos de citação ou intimação.

Art. 275. São admissíveis embargos de declaração:

I — quando há no acórdão obscuridade, dúvida ou contradição;

II — quando fôr omitido ponto sobre que devia pronunciar-se o Tribunal.

§ 1º Os embargos serão opostos dentro em 3 (três) dias da data da publicação do acórdão, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto obscuro, duvidoso, contraditório ou omissivo.

§ 2º O relator porá os embargos em mesa para julgamento, na primeira sessão seguinte proferindo o seu voto.

§ 3º Vencido o relator, outro será designado para lavrar o acórdão.

§ 4º Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos, salvo se manifestamente protelatórios e assim declarados na decisão que os rejeitar.

Art. 276. As decisões dos Tribunais Regionais são terminativas, salvo os casos seguintes em que cabe recurso para o Tribunal Superior:

I — especial:

a) quando forem proferidas contra expressa disposição de lei;

b) quando ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.

II — ordinário:

a) quando versarem sobre expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais;

b) quando denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança.

§ 1º É de 3 (três) dias o prazo para a interposição do recurso, contado da publicação da decisão nos casos dos nºs I, letras a e b e II, letra b e da sessão da diplomação no caso do nº II, letra a.

§ 2º Sempre que o Tribunal Regional determinar a realização de novas eleições, o prazo para a interposição dos recursos, no caso do nº II, a, contar-se-á da sessão em que, feita a apuração das sessões renovadas, fôr proclamado o resultado das eleições suplementares.

Art. 277. Interposto recurso ordinário contra decisão do Tribunal Regional, o presidente poderá, na própria petição, mandar abrir vista ao recorrido para que, no mesmo prazo, ofereça as suas razões.

Parágrafo único. Juntadas as razões do recorrido, serão os autos remetidos ao Tribunal Superior.

Art. 278. Interposto recurso especial contra decisão do Tribunal Regional, a petição será juntada nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes e os autos conclusos ao presidente dentro de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º O presidente, dentro em 48 (quarenta e oito) horas do recebimento dos autos conclusos, proferirá despacho fundamentado, admitindo ou não o recurso.

§ 2º Admitido o recurso, será aberta vista dos autos ao recorrido para que, no mesmo prazo, apresente as suas razões.

§ 3º Em seguida serão os autos conclusos ao presidente, que mandará remetê-los ao Tribunal Superior.

Art. 279. Denegado o recurso especial, o recorrente poderá interpor, dentro em 3 (três) dias, agravo de instrumento.

§ 1º O agravo de instrumento será interposto por petição que conterá:

I — a exposição do fato e do direito;

II — as razões do pedido de reforma da decisão;

III — a indicação das peças do processo que devem ser trasladadas.

§ 2º Serão obrigatoriamente trasladadas a decisão recorrida e a certidão da intimação.

§ 3º Deferida a formação do agravo, será intimado o recorrido para, no prazo de 3 (três) dias, apresentar as suas razões e indicar as peças dos autos que serão também trasladadas.

§ 4º Concluída a formação do instrumento o presidente do Tribunal determinará a remessa dos autos ao Tribunal Superior, podendo, ainda, ordenar a extração e a juntada de peças não indicadas pelas partes.

§ 5º O presidente do Tribunal não poderá negar seguimento ao agravo,

ainda que interposto fora do prazo legal.

§ 6º Se o agravo de instrumento não fôr conhecido, porque interposto fora do prazo legal, o Tribunal Superior imporá ao recorrente multa correspondente ao valor do maior salário-mínimo vigente no país, multa essa que será inscrita e cobrada na forma prevista no art. 367.

§ 7º Se o Tribunal Regional dispuser de aparelhamento próprio, o instrumento deverá ser formado com fotocópias ou processos semelhantes, pagas as despesas, pelo preço do custo, pelas partes, em relação às peças que indicarem.

CAPÍTULO IV

Dos recursos no Tribunal Superior

Art. 230. Aplicam-se ao Tribunal Superior as disposições dos arts. 268, 269, 270, 271 (*caput*), 272, 273, 274 e 275.

Art. 281. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior, salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrário à Constituição Federal e as denegatórias de "habeas corpus" ou mandado de segurança, das quais caberá recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal, interposto no prazo de 3 (três) dias.

§ 1º Juntada a petição nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes, os autos serão conclusos ao presidente do Tribunal, que, no mesmo prazo, proferirá despacho fundamentado, admitindo ou não o recurso.

§ 2º Admitido o recurso será aberta vista dos autos ao recorrido para que, dentro de 3 (três) dias, apresente as suas razões.

§ 3º Findo esse prazo os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal.

Art. 282. Denegado o recurso, o recorrente poderá interpor, dentro de 3 (três) dias, agravo de instrumento, observado o disposto no art. 279 e seus parágrafos, aplicada a multa a que se refere o § 6º pelo Supremo Tribunal Federal.

TÍTULO IV

Disposições penais

CAPÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 283. Para os efeitos penais são considerados membros e funcionários da Justiça Eleitoral:

I — os magistrados que, mesmo não exercendo funções eleitorais, estejam presidindo Juntas Apuradoras ou se encontrem no exercício de outra função por designação de Tribunal Eleitoral;

II — Os cidadãos que temporariamente integram órgãos da Justiça Eleitoral;

III — Os cidadãos que hajam sido nomeados para as mesas receptoras ou Juntas Apuradoras;

IV — Os funcionários requisitados pela Justiça Eleitoral.

§ 1º Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, além dos indicados no presente artigo, quem, embora transitóriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 2º Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal ou em sociedade de economia mista.

Art. 284. Sempre que este Código não indicar o grau mínimo, entende-se que será ele de quinze dias para a pena de detenção e de um ano para a de reclusão.

Art. 285. Quando a lei determina a agravação ou atenuação da pena sem mencionar o "quantum", deve o juiz fixá-lo entre um quinto e um terço, guardados os limites da pena cominada ao crime.

Art. 286. A pena de multa consiste no pagamento ao Tesouro Nacional, de uma soma de dinheiro, que é fixada em dias-multa. Seu montante é, no mínimo, 1 (um) dia-multa e, no máximo, 300 (trezentos) dias-multa.

§ 1º O montante do dia-multa é fixado segundo o prudente arbítrio do juiz, devendo este ter em conta as condições pessoais e econômicas do

condenado, mas não pode ser inferior ao salário-mínimo diário da região, nem superior ao valor de um salário-mínimo mensal.

§ 2º A multa pode ser aumentada até o triplo, embora não possa exceder o máximo genérico (caput), se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do condenado, é ineficaz a combinada, ainda que no máximo, ao crime de que se trate.

Art. 287. Aplicam-se aos fatos incriminados nesta lei as regras gerais do Código Penal.

Art. 288. Nos crimes eleitorais cometidos por meio da imprensa, do rádio ou da televisão, aplicam-se exclusivamente as normas deste Código e as remissões a outra lei nêlo contempladas.

CAPÍTULO II

Dos crimes eleitorais

Art. 289. Inscrever-se fraudulentamente eleitor:

Pena — Reclusão até cinco anos e pagamento de cinco a 15 dias-multa.

Art. 290. Induzir alguém a se inscrever eleitor com infração de qualquer dispositivo deste Código.

Pena — Reclusão até 2 anos e pagamento de 15 a 30 dias-multa.

Art. 291. Efetuar o juiz, fraudulentamente, a inscrição de alistando.

Pena — Reclusão até 5 anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 292. Negar ou retardar a autoridade judiciária, sem fundamento legal, a inscrição requerida:

— Pena — Pagamento de 30 a 60 dias-multa.

Art. 293. Perturbar ou impedir de qualquer forma o alistamento:

— Pena — Detenção de 15 dias a seis meses ou pagamento de 30 a 60 dias-multa.

Art. 294. Exercer o preparador atribuições fora da sede da localidade para a qual foi designado:

Pena — Pagamento de 15 a 30 dias-multa.

Art. 295. Reter título eleitoral contra a vontade do eleitor:

Pena — Detenção até dois meses ou pagamento de 30 a 60 dias-multa.

Art. 296. Promover desordem que prejudique os trabalhos eleitorais:

Pena — Detenção até dois meses e pagamento de 60 a 90 dias-multa.

Art. 297. Impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio:

Pena — Detenção até seis meses e pagamento de 60 a 100 dias-multa.

Art. 298. Prender ou deter eleitor, membro de mesa receptora, fiscal, delegado de partido ou candidato, com violação do disposto no art. 236:

Pena — Reclusão até quatro anos.

Art. 299. Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita:

Pena — reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 300. Valer-se o servidor público da sua autoridade para coagir alguém a votar ou não votar em determinado candidato ou partido:

Pena — detenção até seis meses e pagamento de 60 a 100 dias-multa.

Parágrafo único. Se o agente é membro ou funcionário da Justiça Eleitoral e comete o crime prevalecendo-se do cargo a pena é agravada.

Art. 301. Usar de violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar, ou não votar, em determinado candidato ou partido, ainda que os fins visados não sejam conseguidos:

Pena — reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 302. Promover, no dia da eleição, com o fim de impedir, embaraçar ou fraudar o exercício do voto a concentração de eleitores, sob qualquer forma, inclusive o fornecimento gratuito de alimento e transporte coletivo:

Pena — detenção até dois anos pagamento de 200 a 300 dias-multa.

Art. 303. Majorar os preços de utilidades e serviços necessários à realização de eleições, tais como transporte e alimentação de eleitores, imprensa, publicidade e divulgação de matéria eleitoral.

Pena — pagamento de 250 a 300 dias-multa.

Art. 304. Ocultar, sonegar açambarcar, ou recusar no dia da eleição o fornecimento, normalmente a todos, de utilidades, alimentação e meios de transporte, ou conceder exclusividade dos mesmos a determinado partido ou candidato:

Pena — pagamento de 250 a 300 dias-multa.

Art. 305. Intervir autoridade estrangeira à mesa receptora, salvo o juiz eleitoral, no seu funcionamento sob qualquer pretexto:

Pena — detenção até seis meses e pagamento de 60 a 90 dias-multa.

Art. 306. Não observar a ordem em que os eleitores devem ser chamados a votar:

Pena — pagamento de 15 a 30 dias-multa.

Art. 307. Fornecer ao eleitor cédula oficial já assinalada ou por qualquer forma marcada:

Pena — reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa.

Art. 308. Rubricar e fornecer a cédula oficial em outra oportunidade que não a de entrega da mesma ao eleitor.

Pena — reclusão até cinco anos e pagamento de 60 a 90 dias-multa.

Art. 309. Votar ou tentar votar mais de um vez, ou em lugar de outrem:

Pena — reclusão até três anos.

Art. 310. Praticar, ou permitir o membro da mesa receptora que seja praticada, qualquer irregularidade que determine a anulação de votação, salvo no caso do art. 311:

Pena — detenção até seis meses ou pagamento de 90 a 120 dias-multa.

Art. 311. Votar em seção eleitoral em que não está inscrito, salvo nos casos expressamente previstos, e permitir, o presidente da mesa receptora, que o voto seja admitido:

Pena — detenção até um mês ou pagamento de 5 a 15 dias-multa para o eleitor e de 20 a 30 dias-multa para o presidente da mesa.

Art. 312. Violar ou tentar violar o sigilo do voto:

Pena — detenção até dois anos.

Art. 313. Deixar o juiz e os membros da Junta de expedir o boletim de apuração imediatamente após a

apuração de cada urna e antes de passar à subsequente, sob qualquer pretexto e ainda que dispensada a expedição pelos fiscais, delegados ou candidatos presentes:

Pena — pagamento de 90 a 120 dias-multa.

Parágrafo único. Nas seções eleitorais em que a contagem for procedida pela mesa receptora incorrerão na mesma pena o presidente e os mesários que não expedirem imediatamente o respectivo boletim.

Art. 314. Deixar o juiz e os membros da Junta de recolher as cédulas apuradas na respectiva urna, fechá-la e lacrá-la, assim que terminar a apuração de cada seção e antes de passar à subsequente, sob qualquer pretexto e ainda que dispensada a providência pelos fiscais, delegados ou candidatos presentes:

Pena — detenção até dois meses ou pagamento de 90 a 120 dias-multa.

Parágrafo único. Nas seções eleitorais em que a contagem dos votos for procedida pela mesa receptora incorrerão na mesma pena o presidente e os mesários que não fecharem e lacrarem a urna após a contagem.

Art. 315. Alterar nos mapas ou nos boletins de apuração a votação obtida por qualquer candidato ou lançar nesses documentos votação que não corresponda às cédulas apuradas:

Pena — reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa.

Art. 316. Não receber ou não mencionar nas atas da eleição ou da apuração os protestos devidamente formulados ou deixar de remetê-los à instância superior:

Pena — reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa.

Art. 317. Violar ou tentar violar o sigilo da urna ou dos invólucros.

Pena — reclusão de três a cinco anos.

Art. 318. Efetuar a mesa receptora a contagem dos votos da urna quando qualquer eleitor houver votado sob impugnação (art. 190):

Pena — detenção até um mês ou pagamento de 30 a 60 dias-multa.

Art. 319. Subscrever o eleitor mais de uma ficha de registro de um ou mais partidos:

Pena — detenção até 1 mês ou pagamento de 10 a 30 dias-multa.

Art. 320. Inscrever-se o eleitor, simultaneamente, em dois ou mais partidos:

Pena — pagamento de 10 a 20 dias-multa.

Art. 321. Colher a assinatura do eleitor em mais de uma ficha de registro de partido:

Pena — detenção até dois meses ou pagamento de 20 a 40 dias-multa.

Art. 322. Fazer propaganda eleitoral por meio de alto-falantes instalados nas sedes partidárias, em qualquer outra dependência do partido, ou em veículos, fora do período autorizado ou, nesse período, em horários não permitidos:

Pena — detenção até um mês ou pagamento de 60 a 90 dias-multa.

Parágrafo único. Incorrerão na multa, além do agente, o diretor ou membro do partido responsável pela transmissão e o condutor do veículo.

Art. 323. Divulgar, na propaganda, fatos que sabe inverídicos, em relação a partidos ou candidatos e capazes de exercerem influência perante o eleitorado:

Pena — detenção de dois meses a um ano, ou pagamento de 120 a 150 dias-multa.

Parágrafo único. A pena é agravada se o crime é cometido pela imprensa, rádio ou televisão.

Art. 324. Caluniar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando fins de propaganda, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena — detenção de seis meses a dois anos, e pagamento de 10 a 40 dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

§ 2º A prova da verdade do fato imputado exclui o crime, mas não é admitida:

I — se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido, não foi condenado por sentença irrecorrível;

II — se o fato é imputado ao Presidente da República ou chefe de governo estrangeiro;

III — se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

Art. 325 — Difamar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe fato ofensivo a sua reputação:

Pena — detenção de três meses a um ano, e pagamento de 5 a 30 dias-multa.

Parágrafo único. A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

Art. 326. Injuriar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando a fins de propaganda, ofendendo-lhe a dignidade ou o decôro:

Pena — detenção até seis meses, ou pagamento de 30 a 60 dias-multa.

§ 1º O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I — se o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II — no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

§ 2º Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou meio empregado, se considerem aviltantes:

Pena — detenção de três meses a um ano e pagamento de 5 a 20 dias-multa, além das penas correspondentes à violência prevista no Código Penal.

Art. 327. As penas cominadas nos arts. 324, 325 e 326, aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

I — contra o Presidente da República ou chefe de governo estrangeiro;

II — contra funcionário público, em razão de suas funções;

III — na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da ofensa.

Art. 328. Escrever, assinalar ou fazer pinturas em muros, fachadas ou qualquer logradouro público, para fins de propaganda eleitoral, empregando qualquer tipo de tinta, piche, cal ou produto semelhante:

Pena — detenção até seis meses e pagamento de 40 a 90 dias-multa.

Parágrafo único. Se a inscrição for realizada em qualquer monumento, ou

em coisa tombada pela autoridade competente em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico:

Pena — detenção de seis meses a dois anos e pagamento de 40 a 90 dias-multa.

Art. 329. Colocar cartazes, para fins de propaganda eleitoral, em muros, fachadas ou qualquer logradouro público:

Pena — detenção até dois meses e pagamento de 30 a 60 dias-multa.

Parágrafo único. Se o cartaz fôr colocado em qualquer monumento, ou em coisa tombada pela autoridade competente em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico:

Pena — detenção de seis meses a dois anos e pagamento de 30 a 60 dias-multa.

Art. 330. Nos casos dos arts. 328 e 329 se o agente repara o dano antes da sentença final, o juiz pode reduzir a pena.

Art. 331. Inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado:

Pena — detenção até seis meses ou pagamento de 90 a 120 dias-multa.

Art. 332. Impedir o exercício de propaganda:

Pena — detenção até seis meses e pagamento de 30 a 60 dias-multa.

Art. 333. Colocar faixas em logradouros públicos:

Pena — detenção até dois meses ou pagamento de 30 a 60 dias-multa.

Art. 334. Utilizar organização comercial de vendas, distribuição de mercadorias, prêmios e sorteios para propaganda ou aliciamento de eleitores:

Pena — detenção de seis meses a um ano e cassação do registro se o responsável fôr candidato.

Art. 335. Fazer propaganda, qualquer que seja a sua forma, em língua estrangeira:

Pena — detenção de três a seis meses e pagamento de 30 a 60 dias-multa.

Parágrafo único. Além da pena cominada, a infração ao presente artigo importa na apreensão e perda do material utilizado na propaganda.

Art. 336. Na sentença que julgar ação penal pela infração de qualquer dos arts. 322, 323, 324, 325, 326, 328, 329, 331, 332, 333, 334 e 335, deve o juiz verificar, de acordo com o seu livre convencimento, se o diretorio local do partido, por qualquer dos seus membros, concorreu para a prática de delito, ou dela se beneficiou conscientemente.

Parágrafo único. Nesse caso, imporá o juiz ao diretorio responsável pena de suspensão de sua atividade eleitoral por prazo de 6 a 12 meses, agravada até o dobro nas reincidências.

Art. 337. Participar o estrangeiro ou brasileiro que não estiver no gozo dos seus direitos políticos, de atividades partidárias inclusive comícios e atos de propaganda em recintos fechados ou abertos:

Pena — detenção até seis meses e pagamento de 90 a 120 dias-multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorrerá o responsável pelas emissoras de rádio ou televisão que autorizar transmissões de que participem os mencionados neste artigo, bem como o diretor de jornal que lhes divulgar os pronunciamentos.

Art. 338. Não assegurar o funcionamento postal a prioridade prevista no art. 239:

Pena — Pagamento de 30 a 60 dias-multa.

Art. 339 — Destruir, suprimir ou ocultar urna contendo votos, ou documentos relativos à eleição:

Pena — reclusão de dois a seis anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa.

Parágrafo único. Se o agente é membro ou funcionário da Justiça Eleitoral e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é agravada.

Art. 340. Fabricar, mandar fabricar, adquirir, fornecer, ainda que gratuitamente, subtrair ou guardar urnas, objetos, mapas, cédulas ou papéis de uso exclusivo da Justiça Eleitoral:

Pena — reclusão até três anos e pagamento de 3 a 15 dias-multa.

Parágrafo único. Se o agente é membro ou funcionário da Justiça Eleitoral e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é agravada.

Art. 341. Retardar a publicação ou não publicar, o diretor ou qualquer outro funcionário de órgão oficial federal, estadual, ou municipal, as decisões, citações ou intimações da Justiça Eleitoral:

Pena — detenção até um mês ou pagamento de 30 a 60 dias-multa.

Art. 342. Não apresentar o órgão do Ministério Público, no prazo legal, denúncia ou deixar de promover a execução de sentença condenatória:

Pena — detenção até dois meses ou pagamento de 60 a 90 dias-multa.

Art. 343. Não cumprir o juiz o disposto no § 3º do art. 357:

Pena — detenção até dois meses ou pagamento de 60 a 90 dias-multa.

Art. 344. Recusar ou abandonar o serviço eleitoral sem justa causa:

Pena — detenção até dois meses ou pagamento de 90 a 120 dias-multa.

Art. 345. Não cumprir qualquer funcionário dos órgãos da Justiça Eleitoral, nos prazos legais, os deveres impostos por este Código:

Pena — pagamento de 30 a 60 dias-multa.

Art. 346. Violar o disposto no art. 377:

Pena — detenção até seis meses e pagamento de 30 a 60 dias-multa.

Parágrafo único. Incurrerão na pena, além da autoridade responsável, os servidores que prestarem serviços e os candidatos, membros ou diretores de partido que derem causa à infração.

Art. 347. Recusar alguém cumprimento ou obediência a diligências, ordens ou instruções da Justiça Eleitoral ou opor embaraços à sua execução:

Pena — detenção de três meses a um ano e pagamento de 10 a 20 dias-multa.

Art. 348. Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro, para fins eleitorais:

Pena — reclusão de dois a seis anos e pagamento de 15 a 30 dias-multa.

§ 1º Se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é agravada.

§ 2º Para os efeitos penais, equipara-se a documento público o emanado de entidade paraestatal inclusive Fundação do Estado.

Art. 349. Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro, para fins eleitorais:

Pena — reclusão até cinco anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa.

Art. 350. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais:

Pena — reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa, se o documento é público, e reclusão até três anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa se o documento é particular.

Parágrafo único. Se o agente da falsidade documental é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo ou se a falsificação ou alteração é de assentamentos de registro civil, a pena é agravada.

Art. 351. Equipara-se a documento (348, 349 e 350) para os efeitos penais, a fotografia, o filme cinematográfico, o disco fonográfico ou fita de ditafone a que se incorpore declaração ou imagem destinada à prova de fato juridicamente relevante.

Art. 352. Reconhecer como verdadeira, no exercício da função pública, firma ou letra que o não seja, para fins eleitorais:

Pena — reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa se o documento é público, e reclusão até três anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa se o documento é particular.

Art. 353. Fazer uso de qualquer dos documentos falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 348 a 352:

Pena — a cominada à falsificação ou à alteração.

Art. 354. Obter, para uso próprio ou de outrem, documento público ou particular, material ou ideologicamente falso para fins eleitorais:

Pena — a cominada à falsificação ou à alteração.

CAPÍTULO III

Do Processo das Infrações

Art. 355. As infrações penais definidas neste Código são de ação pública.

Art. 356. Todo cidadão que tiver conhecimento de infração penal deste Código deverá comunicá-la ao juiz eleitoral da zona onde a mesma se verificou.

§ 1º Quando a comunicação fôr verbal, mandará a autoridade judicial reduzi-la a termo, assinado pelo representante e por duas testemunhas, e a remeterá ao órgão do Ministério Público local, que procederá na forma deste Código.

§ 2º Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou outros elementos de convicção, deverá requisitá-los diretamente de quaisquer autoridades ou funcionários que possam fornecê-los.

Art. 357. Verificada a infração penal, o Ministério Público oferecerá a denúncia dentro do prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento da comunicação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa da comunicação ao Procurador Regional, e este oferecerá a denúncia, designará outro Promotor para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.

§ 2º A denúncia conterá a exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

§ 3º Se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal representará contra ele a autoridade judiciária, sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal.

§ 4º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior o juiz solicitará ao Procurador Regional a designa-

ção de outro promotor, que, no mesmo prazo, oferecerá a denúncia.

§ 5º Qualquer eleitor poderá provocar a representação contra o órgão do Ministério Público se o juiz, no prazo de 10 (dez) dias, não agir de ofício.

Art. 358. A denúncia será rejeitada quando:

I — o fato narrado evidentemente não constituir crime;

II — já estiver extinta a punibilidade, pela prescrição ou outra causa;

III — fôr manifesta a ilegitimidade da parte ou faltar condição exigida pela lei para o exercício da ação penal.

Parágrafo único. Nos casos do número III, a rejeição da denúncia não obstará ao exercício da ação penal, desde que promovida por parte legítima ou satisfeita a condição.

Art. 359. Recebida a denúncia e citado o infrator, terá este o prazo de 10 (dez) dias para contestá-la, podendo juntar documentos que ilidam a acusação e arrolar as testemunhas que tiver.

Art. 360. Ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa e praticadas as diligências requeridas pelo Ministério Público e deferidas ou ordenadas pelo juiz, abrir-se-á o prazo de 5 (cinco) dias a cada uma das partes — acusação e defesa — para alegações finais.

Art. 361. Decorrido esse prazo, e conclusos os autos ao juiz dentro de quarenta e oito horas, terá o mesmo 10 (dez) dias para proferir a sentença.

Art. 362. Das decisões finais de condenação ou absolvição cabe recurso para o Tribunal Regional, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 363. Se a decisão do Tribunal Regional fôr condenatória, baixarão imediatamente os autos à instância inferior para a execução da sentença, que será feita no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da vista ao Ministério Público.

Parágrafo único. Se o órgão do Ministério Público deixar de promover a execução da sentença serão aplicadas as normas constantes dos parágrafos 3º, 4º e 5º do art. 357.

Art. 364. No processo e julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhes forem conexos, assim como nos recursos e na execução, que lhes digam respeito, aplicar-se-á, como lei subsidiária ou supletiva, o Código de Processo Penal.

TÍTULO V

Disposições gerais e transitórias

Art. 365. O serviço eleitoral prefere a qualquer outro, é obrigatório e não interrompe o interstício de promoção dos funcionários para ele requisitados.

Art. 366. Os funcionários de qualquer órgão da Justiça Eleitoral não poderão pertencer a diretório de partido político ou exercer qualquer atividade partidária, sob pena de demissão.

Art. 367. A imposição e a cobrança de qualquer multa, salvo no caso das condenações criminais, obedecerão às seguintes normas:

I — No arbitramento será levada em conta a condição econômica do eleitor;

II — Arbitrada a multa, de ofício ou a requerimento do eleitor, o pagamento será feito através de selo federal inutilizado no próprio requerimento ou no respectivo processo;

III — Se o eleitor não satisfizer o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, será considerada dívida líquida e certa, para efeito de cobrança mediante executivo fiscal, a que for inscrita em livro próprio no cartório eleitoral;

IV — A cobrança judicial da dívida será feita por ação executiva, na forma prevista para a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública, correndo a ação perante os juízes eleitorais;

V — Nas Capitais e nas comarcas onde houver mais de um Promotor de Justiça, a cobrança da dívida far-se-á por intermédio do que for designado pelo Procurador Regional Eleitoral;

VI — Os recursos cabíveis, nos processos para cobrança da dívida decorrente de multa, serão interpostos para a instância superior da Justiça Eleitoral;

VII — Em nenhum caso haverá recurso de ofício;

VIII — As custas, nos Estados, Distrito Federal e Territórios serão cobradas nos termos dos respectivos Regimentos de Custas;

IX — Os juizes eleitorais comunicarão aos Tribunais Regionais, trimestralmente, a importância total das multas impostas nesse período e quanto foi arrecadado através de pagamentos feitos na forma dos números II e III;

X — Idêntica comunicação será feita pelos Tribunais Regionais ao Tribunal Superior.

Parágrafo único. A multa pode ser aumentada até dez vezes se o juiz considerar que em virtude da situação econômica do infrator é ineficaz, embora aplicada no máximo.

Art. 368. Os atos requeridos ou propostos em tempo oportuno, mesmo que não sejam apreciados no prazo legal, não prejudicarão aos interessados.

Art. 369. O Governo da União fornecerá, para ser distribuído por intermédio dos Tribunais Regionais, todo o material destinado ao alistamento eleitoral e às eleições.

Art. 370. As transmissões de natureza eleitoral, feitas por autoridades e repartições competentes, gozam de franquia postal, telegráfica, telefônica, radiotelegráfica ou radiotelefônica, em linhas oficiais ou nas que sejam obrigadas a serviço oficial.

Art. 371. As repartições públicas são obrigadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a fornecer às autoridades, aos representantes de partidos ou a qualquer alistando as informações e certidões que solicitarem relativas à matéria eleitoral, desde que os interessados manifestem especificamente as razões e os fins do pedido.

Art. 372. Os tabeliães não poderão deixar de reconhecer nos documentos necessários à instrução dos requerimentos e recursos eleitorais, as firmas de pessoas de seu conhecimento, ou das que se apresentarem com 2 (dois) abonadores conhecidos.

Art. 373. São isentos de selo os requerimentos e todos os papéis destinados a fins eleitorais e é gratuito o reconhecimento de firma pelos tabeliães, para os mesmos fins.

Parágrafo único. Nos processos-crimes e nos executivos fiscais referente a cobrança de multas serão pagas custas nos termos do Regimento de Custas de cada Estado, sendo as devidas à União pagas através de selos federais inutilizados nos autos.

Art. 374. Os membros dos tribunais eleitorais, os juizes eleitorais e os servidores públicos requisitados para os órgãos da Justiça Eleitoral, que, em virtude de suas funções nos mencionados órgãos não tiverem as férias que lhes couberem, poderão gozá-las no ano seguinte, acumuladas ou não, ou requerer que sejam contadas pelo dóbroy para efeito de aposentadoria.

Parágrafo único. Fica ressalvado aos membros dos Tribunais Eleitorais que pertençam a órgãos judiciais onde as férias sejam coletivas o direito de gozá-las fora dos períodos para os mesmos estabelecidos.

Art. 375. Nas áreas contestadas, enquanto não forem fixados definitivamente os limites interestaduais, far-se-ão as eleições sob a jurisdição do Tribunal Regional da circunscrição eleitoral em que, do ponto de vista da administração judiciária estadual, estejam elas incluídas.

Art. 376. A proposta orçamentária da Justiça Eleitoral será anualmente elaborada pelo Tribunal Superior, de acordo com as propostas parciais que lhe forem remetidas pelos Tribunais Regionais, e dentro das normas legais vigentes.

Parágrafo único. Os pedidos de créditos adicionais que se fizerem necessários ao bom andamento dos serviços eleitorais, durante o exercício

serão encaminhados em relação trimestral à Câmara dos Deputados, por intermédio do Tribunal Superior.

Art. 377. O serviço de qualquer repartição, federal, estadual, municipal, autarquia, fundação do Estado, sociedade de economia mista, entidade mantida ou subvencionada pelo poder público, ou que realiza contrato com este, inclusive o respectivo prédio e suas dependências não poderá ser utilizado para beneficiar partido ou organização de caráter político.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será tornado efetivo, a qualquer tempo, pelo órgão competente da Justiça Eleitoral, conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator mediante representação fundamentada de autoridade pública, representante partidário, ou de qualquer eleitor.

Art. 378. O Tribunal Superior organizará, mediante proposta do Corregedor Geral, os serviços da Corregedoria, designando para desempenhá-los funcionários efetivos do seu quadro e transformando o cargo de um deles, diplomado em direito e de conduta moral irrepreensível, no de Escrivão da Corregedoria símbolo PJ-1, a cuja nomeação serão inerentes, assim na Secretaria como nas diligências, as atribuições de titular de ofício de Justiça.

Art. 379. Serão considerados de relevância os serviços prestados pelos mesários e componentes das Juntas Apuradoras.

§ 1º Tratando-se de servidor público, em caso de promoção a prova de haver prestado tais serviços será levada em consideração para efeito de desempate, depois de observados os critérios já previstos em leis ou regulamentos.

§ 2º Persistindo o empate de que trata o parágrafo anterior, terá preferência, para a promoção, o funcionário que tenha servido maior número de vezes.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos membros ou servidores de Justiça Eleitoral.

Art. 380. Será feriado nacional o dia em que se realizarem eleições de data fixada pela Constituição Fe-

deral; nos demais casos, serão as eleições marcadas para um domingo ou dia já considerado feriado por lei anterior.

Art. 381. Esta lei não altera a situação das candidaturas a Presidente ou Vice-Presidente da República e a Governador ou Vice-Governador de Estado, desde que resultantes de convenções partidárias regulares e já registradas ou em processo de registro, salvo a ocorrência de outros motivos de ordem legal ou constitucional que as prejudiquem.

Parágrafo único. Se o registro requerido se referir isoladamente a Presidente ou a Vice-Presidente da República e a Governador ou Vice-Governador de Estado, a validade respectiva dependerá de complementação da chapa conjunta na forma e nos prazos previstos neste Código (Constituição, art. 81, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 9).

Art. 382. Este Código entrará em vigor 30 dias após a sua publicação.

Art. 383. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.738 — DE 15 DE JULHO
DE 1965

Estabelece novos casos de inelegibilidades, com fundamento no artigo 2º da Emenda Constitucional número 14.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Além dos que estejam compreendidos nos casos previstos nos artigos 138, 139 e 140 da Constituição Federal, com as modificações das Emendas Constitucionais nºs 9 e 14, são inelegíveis:

I — Para Presidente e Vice-Presidente da República:

a) os que participem da organização ou do funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regi-

me democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem (artigo 141, § 13, da Constituição Federal);

b) os que, pública ou ostensivamente, façam parte, ou sejam adeptos de partido político cujo registro tenha sido cassado com fundamento no art. 141, § 13, da Constituição Federal VETADO;

c) os que integram partidos políticos vinculados, por subordinação, a partido ou governo estrangeiro;

d) os que hajam atentado, em detrimento do regime democrático, contra os direitos individuais, concernentes à vida, à liberdade e à propriedade (Constituição Federal, artigo 141);

e) os que, por atos do Comando Supremo da Revolução, ou por aplicação do art. 10 do Ato Institucional, perderam seus mandatos eletivos, ou foram impedidos de exercê-los;

f) os Presidentes e Vice-Presidentes da República, os Governadores e Vice-Governadores, os Prefeitos e Vice-Prefeitos declarados impedidos para o exercício dos respectivos cargos, por deliberação do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas ou das Câmaras Municipais;

g) os membros do Poder Legislativo que perderem os mandatos em virtude do disposto no art. 48, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, desde que o motivo que deu causa à punição os incompatibilize para o exercício de mandato eletivo, em face do disposto na Constituição, na Emenda Constitucional nº 14 ou nesta Lei;

h) os que, por ato de subversão ou de improbidade na administração pública ou privada, tenham sido condenados à destituição do cargo, função ou emprego, em virtude de sentença judiciária transitada em julgado, ou mediante inquérito administrativo processado regularmente, em que se lhes tenha assegurado ampla defesa VETADO;

i) os que, nos casos previstos em lei, forem declarados indignos do oficialato ou com ele incompatíveis (Constituição Federal, art. 182, § 2º), VETADO;

j) os que, nos casos determinados em lei, venham a ser privados, por sentença judiciária irrecorrível, pro-

ferida no curso do processo eleitoral, do direito a elegibilidade, por haver atentado contra o regime democrático, a exação e a probidade administrativas ou a lisura e a normalidade das eleições;

l) os que tenham VETADO comprometido, por si ou por outrem, a lisura e a normalidade de eleição, através de abuso do poder econômico, de ato de corrupção ou de influência no exercício de cargo ou função pública, ou venham a comprometê-las, pela prática dos mesmos abusos, atos ou influência;

m) os que tenham exercido, até 3 (três) meses antes da eleição, cargo ou função de direção nas empresas públicas, nas entidades autárquicas, nas empresas concessionárias de serviço público, ou em organizações da União, ou sujeitas ao seu controle;

n) os que, dentro dos 3 (três) meses anteriores ao pleito hajam ocupado postos de direção nas empresas de que tratam os arts. 3º e 5º da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, quando, pelo âmbito e natureza de suas atividades, possam tais empresas influir na economia nacional;

o) os que detenham o controle de empresa ou grupo de empresas que opere, no País, nas condições monopolísticas previstas no parágrafo único do art. 5º da Lei citada na letra anterior, se, até 6 (seis) meses antes do pleito, não apresentarem à Justiça Eleitoral a prova de que fizeram cessar o abuso do poder econômico apurado, ou de que transferiram, por forma regular, o controle das referidas empresas ou grupo de empresas;

p) os que tenham, dentro dos três meses anteriores ao pleito, ocupado lugares na direção ou na representação de sociedades ou empresas estrangeiras;

q) até 3 (três) meses depois de afastados das funções, os presidentes, diretores, superintendentes das sociedades, empresas ou estabelecimentos que gozem, sob qualquer forma, de vantagens asseguradas pela União, ou que tenham exclusivamente por objeto operações financeiras e façam publicamente apelo à poupança e ao crédito, inclusive através de cooperativas;

r) os que hajam dirigido, dentro dos 3 (três) meses anteriores ao pleito, sociedades ou empresas cuja atividade consista na execução de obras, na prestação de serviços ou no fornecimento de bens por conta ou sob controle da União;

s) até 3 (três) meses depois de cessadas as funções, os magistrados federais, os membros do Ministério Público, os Chefes das Casas Civil e Militar da Presidência da República e os Prefeitos;

t) até 3 (três) meses depois de afastados do exercício das funções, os membros do Tribunal de Contas da União.

II — Para Governador e Vice-Governador:

a) os membros das Assembléias Legislativas que, nos termos das Constituições estaduais, tenham perdido os mandatos;

b) até 3 (três) meses depois de afastados do exercício das funções, os membros dos Tribunais de Contas Estaduais e os membros do Ministério Público;

c) até 3 (três) meses depois de cessadas definitivamente as funções, os presidentes, diretores, superintendentes das sociedades, empresas ou estabelecimentos que gozem, sob qualquer forma, de vantagens asseguradas pelo Estado, ou que tenham exclusivamente por objeto operações financeiras e façam publicamente apelo à poupança e ao crédito;

d) os que tenham exercido, dentro dos 3 (três) meses anteriores ao pleito, cargo ou função de direção em empresas públicas, entidades autárquicas, sociedades de economia mista estaduais, empresas concessionárias de serviço público e nas fundações sob controle do Estado;

e) no que lhes for aplicável, por identidade de situação, os inelegíveis a que se referem as alíneas a a t do nº 1 deste artigo.

III — Para Prefeito e Vice-Prefeito:

a) os que tenham sido, dentro dos três meses anteriores à eleição, presidente, superintendente ou diretor de empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades autônomas, de âmbito municipal;

b) os membros das Câmaras Municipais que, na conformidade da

Constituição e das leis, hajam perdido os mandatos;

c) os que não tenham tido, nos 2 (dois) últimos anos, antes da eleição, o domicílio eleitoral no município, salvo os que exercerem mandato de deputado estadual, pelo menos, em 1 (uma) legislatura;

d) no que lhes fôr aplicável, por identidade de situação, os inelegíveis a que se refere o nº II d'este artigo.

IV — Para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, as pessoas a que se referem os ns. I e II, nas mesmas condições em ambos estabelecidas, fixados os prazos de desincompatibilização, quando fôr o caso, em até 3 (três) meses depois de cessadas VETADO as funções.

V — Para as Assembleias Legislativas, as pessoas a que se referem os números I e II, nas mesmas condições em ambos estabelecidas, fixados os prazos de desincompatibilização, quando fôr o caso, em até 2 (dois) meses, na forma nos mesmos prevista.

VI — Para as Câmaras Municipais:

a) o Prefeito que houver exercido o cargo, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, e bem assim o que lhe tenha sucedido, ou, dentro dos 3 (três) meses anteriores ao pleito, o haja substituído;

b) as autoridades policiais com jurisdição no município dentro dos 2 (dois) meses anteriores ao pleito, e as pessoas a que se refere a alínea "a" do nº III;

c) as pessoas mencionadas na alínea "b" do nº III e, no que por identidade de situação lhes fôr aplicável, os inelegíveis a que se refere o nº II.

§ 1º Os preceitos d'este artigo aplicam-se aos titulares, assim efetivos como interinos, dos cargos mencionados.

§ 2º O candidato se desincompatibilizará na data do registro se este fôr antes do termo final do respectivo prazo, de acôrdo com a lei eleitoral.

Art. 2º Prevalecerá pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados da data do ato, fato ou decisão que as determinar, as inelegibilidades previstas nas alíneas "d" a "i" do nº I,

alínea "a" do nº II e alínea "a" do nº III, salvo o caso de suspensão dos direitos políticos por prazo maior.

Art. 3º A reincidência nos casos mencionados nesta Lei permitirá nova arguição de inelegibilidade.

Art. 4º São inelegíveis para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual aqueles que não tiverem domicílio eleitoral no Estado ou Território durante 4 (quatro) anos, VETADO.

Art. 5º São inelegíveis até 31 de dezembro de 1965 os Ministros de Estado que serviram em qualquer período compreendido entre 23 de janeiro de 1963 e 31 de março de 1964.

Parágrafo único. Excetua-se os que estejam desempenhando mandato legislativo e os que hajam ocupado ministérios militares.

Art. 6º São inelegíveis até 31 de dezembro de 1966 os que estavam ocupando cargo de Secretário de Estado nos últimos 12 (doze) meses do exercício de Governadores suspensos ou impedidos em decorrência do Ato Institucional ou por decisão da respectiva Assembleia Legislativa.

Art. 7º São de competência da Justiça Eleitoral o conhecimento e a decisão das arguições de inelegibilidade (art. 119, nº VI, da Constituição Federal).

§ 1º Caberá aos partidos políticos ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do requerimento de registro de candidato, a iniciativa das arguições de inelegibilidade.

§ 2º A arguição de inelegibilidade, quando de iniciativa de partido político, será imediatamente reduzida a termo, assinado pelo arguente e por duas testemunhas e, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, remetido ao Ministério Público.

§ 3º Verificada a procedência da arguição, à vista dos elementos de convicção oferecidos, o Ministério Público apresentará, no prazo de 3 (três) dias, impugnação ao registro do candidato. Se, porém, requerer o arquivamento da arguição, o juiz ou o tribunal, em caso de indeferimento, determinará o seguimento do processo.

§ 4º Da decisão que deferir o pedido de arquivamento caberá, sem efeito suspensivo, recurso que, interposto dentro de 48 (quarenta e oito) horas, deverá ser, em igual prazo, remetido à superior instância, que o julgará no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de seu recebimento.

§ 5º A arguição de inelegibilidade, quando de iniciativa do Ministério Público, processar-se-á desde logo como impugnação.

§ 6º Não poderá apresentar impugnação ao registro de candidato o membro do Ministério Público que, nos 4 (quatro) anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório político ou exercido atividade político-partidária.

Art. 8º Feita a impugnação ao registro do candidato, terá este, com a assistência de partido interessado, o prazo de 3 (três) dias para contestá-la, podendo juntar documentos e requerer a produção de outras provas.

Art. 9º Decorrido o prazo para a contestação, o juiz ou tribunal marcará, em seguida, prazo não superior a 10 (dez) dias para que sejam ouvidas as testemunhas do impugnante e do impugnado e realizadas as diligências que determinar "ex officio" ou a requerimento das partes.

Art. 10. Dentro de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da terminação do prazo a que se refere o artigo anterior, o impugnante e o impugnado poderão apresentar alegações.

Art. 11. Concluídos os autos dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o juiz ou tribunal terá o prazo de 5 (cinco) dias para proferir a decisão.

§ 1º O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes do processo, ainda que não alegados pelas partes.

§ 2º O juiz indicará na sentença ou despacho os fatos e circunstâncias que motivaram o seu convencimento.

Art. 12. O juiz poderá ouvir terceiro, a quem as partes ou testemunhas hajam feito referências como conhecedor de fatos ou circunstâncias que influam na decisão da causa.

§ 1º Quando documento necessário à formação da prova se achar em poder de terceiro, o juiz poderá, ouvido o terceiro, ordenar o respectivo depósito ou designar audiência especial, a fim de ouvir o requerente e o terceiro, proferindo despacho logo em seguida.

§ 2º Se o terceiro, sem justa causa, não exhibir o documento ou não comparecer à audiência, será contra ele instaurado processo por crime de desobediência.

Art. 13. Da decisão que julgar o candidato elegível ou inelegível, poderá ser interposto recurso, por petição fundamentada, dentro de 5 (cinco) dias, contados da data de sua publicação, ou intimação.

Art. 14. Será de 15 (quinze) dias o prazo para julgamento do recurso na instância superior.

Art. 15. A arguição de inelegibilidade será feita:

I — perante o Tribunal Superior Eleitoral, se se tratar de candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República;

II — perante os Tribunais Regionais Eleitorais, quanto a candidatos a Senador, Deputado Federal, Governadores e Vice-Governadores e Deputado Estadual;

III — perante os Juizes Eleitorais, relativamente a Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito e Juiz de Paz.

Art. 16. Declarada, por decisão judiciária transitada em julgado, a inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á negado o registro, ou cancelado, se já tiver sido feito. Será nulo o diploma, se já expedido.

Art. 17. Declarada a inelegibilidade de candidato já registrado, é facultado ao Partido, ou aliança de partidos, que requereu o registro, dar-lhe substituto, mesmo que a decisão passada em julgado tenha sido proferida após o termo final do prazo de registro.

Art. 18. A declaração de inelegibilidade de candidato a Presidente da República, Governador e Prefeito não alcançará o candidato a Vice-Presidente, Vice-Governador e Vice-Prefeito, salvo se for também declarado inelegível.

Art. 19. Anteriormente a qualquer eleição majoritária, e no prazo de 5 (cinco) dias depois de transitada em julgado a decisão de inelegibilidade, poderá o Partido, ou aliança de partidos interessados, requerer o registro de outro candidato.

Art. 20. Ocorrendo, após a eleição, o cancelamento do registro ou a nulidade do diploma do candidato eleito por maioria absoluta, realizar-se-á nova eleição 60 (sessenta) dias após a decisão passada em julgado.

Art. 21. Constitui crime eleitoral a arguição de inelegibilidade, ou a impugnação do registro de candidato, feita com motivação falsa, ou, graciosamente, por espírito de emulação, mero capricho ou erro grosseiro.

Pena — Detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e pagamento de multa de 10 (dez) a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo mensal.

Art. 22. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções para a fiel execução desta Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.739 — DE 15 DE JULHO
DE 1965

Dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' livre o exercício da profissão de estatístico, em todo o território nacional, observadas as condições de capacidade previstas na presente Lei:

I — aos possuidores de diploma de conclusão de curso superior de estatística, concedido no Brasil por escola oficial ou oficialmente reconhecida;

II — aos titulados em estatística por instituto estrangeiro, de ensino su-

perior, que revalidem seus diplomas de acordo com a lei;

III — aos que, comprovadamente, no tempo da publicação da presente Lei, ocupem ou tenham exercido cargo, função ou emprego de estatístico em entidade pública ou privada ou sejam professores de estatística em estabelecimento de ensino superior, oficial ou reconhecido, e que requeiram o respectivo registro dentro do prazo de 1 (um) ano da publicação do decreto de regulamentação desta Lei.

Parágrafo único. O livre exercício da profissão de que trata o presente artigo é permitido a estrangeiros, quando compreendidos:

a) no inciso II, independentemente de revalidação do diploma, se exerciam legitimamente no País a profissão de estatístico em a data da promulgação da Constituição de 1934;

b) no inciso III, satisfeitas as condições nele estabelecidas.

Art. 2º Todo aquele que exercer as funções de estatístico, ou a direção de órgão, serviço, seção, grupo ou setor de estatística, em entidade pública ou privada, e obrigado ao uso da carteira profissional nos termos desta Lei, devendo os profissionais que se encontrem nas condições dos incisos I e III, do art. 1º, registrar seus diplomas de acordo com a legislação vigente.

§ 1º A emissão de carteiras profissionais, para uso dos estatísticos, obedecerá ao disposto no Capítulo "Da Identificação Profissional" da Consolidação das Leis do Trabalho e será processada em face de uma das hipóteses previstas no art. 1º desta Lei, devidamente satisfeitas por documentos hábeis.

§ 2º Reconhecida a validade dos documentos apresentados, o Ministério do Trabalho e Previdência Social registrará em livros próprios esses documentos, devolvendo-os ao interessado, juntamente com a carteira profissional emitida.

Art. 3º O registro profissional do estabelecimento fica sujeito ao pagamento dos emolumentos e taxas cobradas nos demais registros efetuados no Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 4º A cada inscrito e como documento comprobatório do registro, será fornecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social uma carteira profissional numerada, que con-

terá os dados necessários e as assinaturas do funcionário autorizado e do inscrito.

Art. 5º Nenhuma autoridade poderá receber impostos relativos ao exercício profissional de estatístico, se não à vista da prova de que o interessado se acha registrado de acordo com a presente Lei, e essa prova será também exigida para a inscrição em concursos, e a realização de perícias e outros atos que exijam capacidade técnica de estatístico.

Art. 6º O exercício da profissão de estatístico compreende:

a) planejar e dirigir a execução de pesquisas ou levantamentos estatísticos;

b) planejar e dirigir os trabalhos de controle estatístico de produção e de qualidade;

c) efetuar pesquisas e análises estatísticas;

d) elaborar padronizações estatísticas;

e) efetuar perícias em matéria de estatística e assinar os laudos respectivos;

f) emitir pareceres no campo da estatística;

g) o assessoramento e a direção de órgãos e seções de estatística;

h) a escrituração dos livros de registro ou controle estatístico criados em lei.

Art. 7º No preenchimento de cargos públicos, para os quais se faz mister a qualidade de estatístico, requer-se, como condição essencial, que os candidatos previamente hajam satisfeito as exigências desta Lei.

§ 1º Aberto o concurso e não havendo inscrição de candidatos que satisfaçam as condições desta Lei, poderá a Administração Pública reabrir o prazo para a inscrição, admitindo então a concurso candidatos que não satisficam essas condições.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior terá aplicação no período de 5 (cinco) anos, a contar da publicação desta Lei, prorrogável, pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, por mais 5 (cinco) anos, na forma e observadas as condições estipuladas no Regulamento a que se refere o art. 14.

Art. 8º Satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino, a prerrogativa dos estatísticos referidos no art. 1º, o exercício do magistério das disciplinas de estatística, constantes

dos currículos dos cursos de estatística, em estabelecimentos oficiais ou reconhecidos.

Art. 9º A fiscalização do exercício da profissão de estatístico incumbe ao Conselho Federal de Estatística e aos Conselhos Regionais de Estatística que ficam criados pela presente Lei.

§ 1º A composição destes Conselhos, bem como suas atribuições, dentro da esfera das respectivas jurisdições, será regulada pela forma estabelecida no art. 14 desta Lei, nos termos e condições já existentes para os Conselhos das demais profissões de nível universitário.

§ 2º Enquanto não entrarem em funcionamento os Conselhos previstos neste artigo a fiscalização a que o mesmo se refere incumbe ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 10. São atribuições dos órgãos de fiscalização:

a) examinar os documentos exigidos para o registro profissional de que trata o art. 2º e seus §§ 1º e 2º, proceder à respectiva inscrição e indeferir o pedido dos interessados que não satisfizerem as exigências desta Lei;

b) registrar as comunicações e contratos e dar as respectivas baixas; e

c) verificar o exato cumprimento das disposições desta Lei.

Art. 11. Será suspenso do exercício de suas funções, independentemente de outras penas em que possa incorrer, o estatístico que incidir em alguma das seguintes faltas:

a) revelar improbidade profissional, dar falsos testemunhos, quebrar o sigilo profissional e promover falsificações referentes à prática de atos de que trata esta Lei;

b) concorrer com seus conhecimentos profissionais para a prática de qualquer delito;

c) deixar, no prazo marcado nesta Lei, de requerer a revalidação e registro do diploma estrangeiro, ou o seu registro profissional no Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 1º O tempo de suspensão a que alude este artigo variará entre um mês e um ano, a critério do Conselho Federal ou dos Conselhos Estaduais de Estatística, ou, ainda, do Ministro do Trabalho e Previdência Social, na hipótese do § 2º do Art. 9º, após processo regular, em que será assegurada ampla defesa ao indiciado, e ressalvada a ação da justiça pública.

§ 2º Aquêles que, na data da publicação desta Lei, exercendo a função de Estatísticos da Administração Pública, centralizada ou autárquica, deixarem de efetuar o seu registro profissional junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, dentro do prazo previsto pelo art. 1º, terão assegurados apenas os direitos inerentes ao exercício do cargo que ocupam.

Art. 12. Firmando-se contrato entre o estatístico e o empregador respectivo, será remetida cópia autêntica do documento ao órgão fiscalizador, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 13. Os infratores dos dispositivos da presente Lei incorrerão em multa de meio a cinco salários-mínimos, variável segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro no caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

Parágrafo único. São competentes para impor as penalidades previstas neste artigo as autoridades incumbidas da fiscalização dos preceitos da presente Lei, nos termos e com os recursos a serem fixados no Regulamento previsto pelo art. 14.

Art. 14. Dentro de 180 (cento e oitenta) dias, o Presidente da República baixará decreto, aprovando o Regulamento que disciplinará a execução desta Lei.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.740 — DE 15 DE JULHO
DE 1965

Lei Orgânica dos Partidos Políticos

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A fundação, organização, funcionamento e extinção dos partidos

políticos nacionais estão sujeitos às prescrições da presente lei.

Art. 2º Os partidos políticos, pessoas jurídicas de direito público interno, destinam-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo.

Art. 3º O partido adquire personalidade jurídica com seu registro pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 4º A ação do partido será exercida, dentro de seu programa, em nome dos cidadãos que o integram e sem vinculação com a ação de partidos ou governos estrangeiros.

Parágrafo único. Todos os filiados a um partido têm direitos e deveres iguais.

Art. 5º É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem (Constituição, art. 141, § 13).

Art. 6º Somente poderão integrar os quadros dos partidos políticos ou participar de suas atividades os brasileiros no exercício dos direitos políticos.

CAPÍTULO II

DA FUNDAÇÃO E DO REGISTRO DOS PARTIDOS

Art. 7º O partido político constituir-se-á originariamente de, pelo menos, 3% (três por cento) do eleitorado que votou na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em 11 (onze) ou mais Estados, com o mínimo de 2% (dois por cento) em cada um.

Art. 8º Os fundadores do partido em número de 101 (cento e um), pelo menos, elegerão uma comissão provisória, no mínimo de 7 (sete) membros, que se encarregará das providências necessárias à obtenção do registro, e da publicação, na imprensa oficial, e 3 (três) vezes, pelo menos, em jornal de grande circulação no País e, em cada um dos Estados, do manifesto de lançamento, acompanhado do programa e do estatuto.

§ 1º O manifesto indicará o nome a naturalidade, o número do título e da zona eleitoral, a profissão e a residência dos fundadores e, bem assim a constituição da comissão provisória; e será encimado pelo nome do partido e a respectiva sigla.

§ 2º Não se formará o nome do partido utilizando o de pessoas ou suas derivações, nem de modo que possa induzir o eleitor a engano ou confusão com a denominação de outro partido

Art. 9º A comissão provisória de que trata o artigo anterior, designará em ata, para cada Estado, onde o partido em formação pretenda angariar assinaturas, comissão idêntica que, por sua vez designará comissões para os municípios.

Art. 10. Nas Capitais dos Estados no Estado da Guanabara e no Distrito Federal, deverão ser pela mesma forma designadas comissões para os distritos ou subdistritos em que se dividir a respectiva área territorial.

Art. 11. As assinaturas dos eleitores serão colhidas em duas vias de listas que, obedecendo a modelo aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, indiquem o nome e a sigla do partido em formação, o fim a que se destinam os números dos títulos dos eleitores e os responsáveis pela sua angariação.

Parágrafo único. Cada eleitor somente poderá assinar uma lista, em duas vias. (VETADO).

Art. 12. Entregues as listas ao cartório eleitoral, com pública-forma da ata e que se referem a parte final do art. 9º, e o art. 10, o escrivão tomará as seguintes providências:

I - passará recibo na segunda via da lista e a restituirá ao representante do partido em formação;

II - verificará se todas estão totalmente preenchidas e assinadas, devolvendo as incompletas, no ato, ou por ofício, se a verificação fôr posterior;

III - apurará, pela segunda via do título ou pela folha individual da votação, se coincidem os dados de qualificação do eleitor e se a sua inscrição está em vigor;

IV - fará o confronto das assinaturas dos eleitores constantes da lista da segunda via do título ou da folha individual de votação;

V - certificará que os dados de qualificação e a assinatura coincidem e que a inscrição está em vigor;

VI - apresentará as listas ao juiz eleitoral, para que sejam visadas;

VII - anotará no livro de inscrição que o eleitor assinou lista para registro do partido, indicado este pela sigla;

VIII - remeterá as listas para o Tribunal Regional, acompanhadas de ofício do juiz.

§ 1º Se do confronto das assinaturas surgir dúvida quanto à autenticidade da que tiver sido aposta na lista de adesão, o juiz determinará que, autuados os documentos, sejam tomadas as providências legais para se apurar procedência da dúvida.

§ 2º Verificado que a assinatura constante da lista não é do eleitor, os autos serão remetidos ao órgão do Ministério Público, para que os implicados sejam responsabilizados criminalmente.

§ 3º Se, ao fazer a anotação mencionada no número VII deste artigo, o escrivão verificar que o eleitor já havia assinado lista para registro do mesmo ou de outro partido, comunicará o fato ao juiz para instauração da ação penal cabível. Idêntica comunicação, e para igual fim, será feita se as assinaturas do eleitor tiverem sido colhidas pela mesma pessoa.

§ 4º O eleitor que assinar lista para formação de novo partido, considerarse-á desligado do a que pertencia.

Art. 13. No Tribunal Regional Eleitoral recebidas as listas, a Secretaria fará as devidas anotações no seu fichário geral.

§ 1º Verificado que o eleitor já havia assinado a lista de registro do mesmo ou de outro partido na zona de residência, ou em outra para a qual tenha obtido transferência, o fato será comunicado ao juiz eleitoral, para as providências penais cabíveis.

§ 2º As listas serão conservadas pelo Tribunal Regional até que seja alcançado o número básico referente ao Estado, quando se fará a remessa ao Tribunal Superior, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º Completado o número básico de assinaturas, o Tribunal Regional em edital publicado no órgão oficial e em mais um jornal de grande circulação, assinará o prazo de 15 (quinze) dias, para ampla impugnação do pedido de registro, e conhecimento, a final, do Tribunal Superior Eleitoral.

§ 4º Desde que o partido não pretenda alcançar o número básico em determinado Estado, deverá requerer a remessa das listas ao Tribunal Superior, na ocasião em que julgar suficientes as adesões já anotadas, o que

deverá ser feito pelo Tribunal Regional Eleitoral no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 14. No Tribunal Superior Eleitoral, à medida em que forem recebidas, as listas de cada Estado serão examinadas e classificadas em cadastró único do registro de partidos, depois de anotado em livro próprio o número de adesões referentes a cada partido e a cada Estado.

Art. 15. O requerimento de registro subscrito pelos fundadores do partido com firma reconhecida, será apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral, depois que este estiver de posse das listas de registro com o número de eleitores exigidos no art. 7º.

§ 1º requerimento será instruído.

I — com pública-forma das atas de que trata a primeira parte do art. 9º;

II — com cópia datilografada ou impressa do manifesto de lançamento do programa e do estatuto;

III — com os exemplares das publicações feitas nos termos do art. 8º;

IV — com certidão da Secretaria do Tribunal Superior, da qual conste o número de listas e de eleitores apresentados pelo partido;

V — com a prova de constituição da comissão provisória que dirigirá o partido por prazo não excedente de 12 (doze) meses, até que sejam empossados os dirigentes eleitos;

VI — com a prova da nomeação de delegados até o máximo de 5 (cinco), que representem o partido perante o Tribunal Superior.

§ 2º Autuado o requerimento, o relator fará publicar edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, para impugnação.

§ 3º Esgotado o prazo das impugnações, o processo deverá ser julgado improrrogavelmente dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 16. Deferido o registro, o Tribunal Superior fará imediata comunicação aos Tribunais Regionais, e estes, da mesma forma, aos juizes eleitorais.

§ 1º Com a decisão que conceder o registro o Tribunal Superior publicará o programa, o estatuto e os nomes dos membros da comissão provisória.

§ 2º Comunicado o registro aos Tribunais Regionais, estes publicarão as comissões que, designadas na forma do art. 9º, dirigirão o partido, no

Estado e Municípios, até a posse dos diretórios eleitos.

§ 3º Até o prazo improrrogável de 12 (doze) meses, contados da data da publicação do registro, o partido deverá apresentar ao Tribunal Superior prova de que obteve o registro de diretórios regionais em 11 (onze) ou mais Estados, sob pena de ter o seu registro cancelado de ofício.

Art. 17. Não será permitido registro provisório de partido.

CAPÍTULO III

DO PROGRAMA E DO ESTATUTO DOS PARTIDOS

Art. 18. O programa dos partidos deverá expressar o compromisso de defesa e aperfeiçoamento do regime democrático definido na Constituição.

Art. 19. Observadas as disposições desta lei, poderão os partidos políticos estabelecer normas de seu peculiar interesse e fins programáticos, bem como fixar nos respectivos estatutos o número e a categoria dos membros dos órgãos partidários, definir-lhes a competência e regular-lhes o funcionamento.

Art. 20. É proibido aos partidos políticos:

I — usar símbolos nacionais para fins de propaganda;

II — ministrar instrução militar e adotar uniformes para os seus membros;

III — autorizar a qualquer de seus órgãos a delegação de poderes.

Art. 21. Nenhuma alteração programática ou estatutária será feita, se não fôr aprovada em convenção nacional, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. Satisfeita a exigência do parágrafo 2º do art. 15, a alteração aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral somente entrará em vigor depois de publicada com a decisão que a deferir.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DOS PARTIDOS

Art. 22. São órgãos dos partidos políticos:

I — De deliberação — as Convenções Municipais, Regionais e Nacional.

II — de direção — os Diretórios Municipais, Regionais e Nacional;

III — de ação — os Diretórios Distritais;

IV — de cooperação — os conselhos fiscais e consultivos, os departamentos trabalhista, estudantil, feminino, e outros com a mesma finalidade.

§ 1º Em Estado ou Território não subdividido em municípios, o Distrito Federal e em municípios de mais de um milhão de habitantes, cada unidade administrativa será equiparada a município, para efeito de organização partidária.

§ 2º Os Diretórios Distritais serão organizados pelos Diretórios Municipais.

Art. 23. A Seção municipal constitui a unidade orgânica e fundamental do partido.

Art. 24. A Convenção Nacional é o órgão supremo do partido.

Art. 25. É vedado ao Presidente e Vice-Presidente da República, aos Ministros, Governadores e Secretários de Estado e Territórios, Prefeitos e Vice-Prefeitos, o exercício de funções executivas nos diretórios partidários.

Art. 26. Os diretórios terão número ímpar de membros de 7 (sete) a 51 (cinquenta e um).

Art. 27. O mandato dos membros dos diretórios será de 4 (quatro) anos.

§ 1º As comissões executivas serão eleitas pelos diretórios respectivos.

§ 2º O número de membros da comissão executiva não será superior a 1/3 (um terço) da composição do diretório.

§ 3º Assim no caso de dissolução como no de substituição de um ou mais de seus membros, os substitutos completarão o período do mandato de seus antecessores.

Art. 28. Os órgãos do partido não intervirão nos hierarquicamente inferiores salvo para:

I — manter a integridade partidária;

II — reorganizar as finanças do diretório;

III — promover a dissolução do diretório ou a destituição parcial ou total de sua comissão executiva, cujos membros forem julgados responsáveis pela violação de normas estatutárias, da ética partidária ou desrespeito à linha político-partidária fixada em convenção nacional ou regional, respectivamente, conforme a medida se aplique a diretórios estaduais ou municipais.

Art. 29. Caberá ao Presidente do Diretório Nacional, do Regional ou do Municipal presidir a respectiva convenção.

Art. 30. Somente poderão participar das convenções os eleitores inscritos no partido.

§ 1º Os partidos enviarão aos juizes eleitorais das respectivas zonas a segunda via das fichas de inscrição de seus filiados.

§ 2º Ao receber as fichas de inscrição, que obedecerão a modelo uniforme aprovado pelo Superior Tribunal Eleitoral, o escrivão eleitoral procederá, no que for aplicável, de acordo com o disposto no art. 12, seus incisos e parágrafos.

§ 3º O eleitor, que se desligar de um partido, comunicará a sua decisão ao juiz eleitoral, para efeito de anotação na respectiva inscrição.

Art. 31. Os estatutos partidários disporão, observados os princípios e critérios estabelecidos nesta lei, sobre a forma de eleição de seus órgãos.

§ 1º Para a direção partidária, somente são elegíveis os filiados ao partido pelo menos 3 (três) meses antes da eleição.

§ 2º A eleição dos órgãos de direção e a escolha de candidatos far-se-ão pela convenção, mediante votos direto e secreto.

§ 3º É proibido o voto por procuração.

§ 4º As convenções e diretórios somente podem deliberar com a presença de maioria absoluta de seus membros.

§ 5º O ato de convenção dos órgãos de deliberação e direção deverá obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de nulidade:

I — publicação de edital na imprensa local, onde houver, com a antecedência mínima de 8 (oito) dias;

II — notificação pessoal, sempre que possível, áqueles que tenham direito a voto, no mesmo prazo;

III — indicação do lugar, dia e hora da reunião, com a declaração da matéria incluída na pauta e objeto de deliberação.

Art. 32. Poderão constituir-se diretórios somente nos municípios em que o partido conte, no mínimo, com o seguinte número de filiados, em condições de participar da eleição:

I — 5% (cinco por cento) do eleitorado, nos municípios de até 1.000 (mil) eleitores;

II — os 50 (cinquenta) do inciso I e mais 10 (dez) para cada 1.000 (mil) eleitores, nos municípios até 50.000 (cinquenta mil) eleitores;

III — os 540 (quinhentos e quarenta) dos incisos anteriores e mais 5 (cinco) para cada 1.000 (mil) eleitores, nos municípios de até 200.000 (duzentos mil) eleitores;

IV — os 1.290 (mil duzentos e noventa) dos incisos anteriores e mais 3 (três) para cada 1.000 (mil) eleitores, nos municípios de até 500.000 (quinhentos mil) eleitores;

V — os 2.190 (dois mil cento e noventa) dos incisos anteriores e mais 1 (um) para cada 1.000 (mil) eleitores, nos municípios de mais de 500.000 (quinhentos mil) eleitores.

Art. 33. Para que possa organizar diretório regional, o partido deve possuir diretórios municipais, registrados na Justiça Eleitoral, em pelo menos 1/4 (um quarto) dos municípios do Estado.

Art. 34. A constituição do diretório nacional dependerá da existência, no mínimo, de 11 (onze) diretórios regionais registrados na Justiça Eleitoral.

Art. 35. Os diretórios municipais serão eleitos em convenção partidária, que se realizará em todo o País, de quatro em quatro anos, com a assistência da Justiça Eleitoral, em dia do mês de janeiro por ela designado.

§ 1º Da eleição a que se refere este artigo participarão apenas os eleitores do município, inscritos nos partidos até 3 (três) meses antes da data do pleito.

§ 2º As chapas para constituição dos diretórios municipais serão regis-

tradas, no juízo eleitoral, até 30 (trinta) dias antes da convenção.

§ 3º Os diretórios eleitos serão empossados no primeiro domingo de fevereiro.

Art. 36. Cada grupo de pelo menos 10% (dez por cento) dos filiados poderá requerer registro de uma chapa completa da qual constarão o diretório e os delegados à convenção regional.

§ 1º Poderão ser escolhidos tantos suplentes quantos forem os delegados a convenção regional.

§ 2º Recebido o pedido de registro, o juiz determinará ao escrivão que informe se os requerentes representam, pelo menos, 10% (dez por cento) dos filiados ao partido e se os candidatos se acham inscritos sob a respectiva legenda partidária (vetado).

§ 3º Se essas condições não tiverem sido preenchidas, o juiz concederá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que os requerentes completem o número de assinaturas ou substituam os candidatos.

§ 4º Da decisão que conceder ou denegar o registro poderão um ou mais candidatos recorrer, no prazo de 3 (três) dias, para o Tribunal Regional Eleitoral. O recurso será remetido áquele Tribunal dentro de 48 (quarenta e oito) horas, e processado nos termos do Código Eleitoral.

Art. 37. Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver a maioria de votos, ou, no caso de empate, a que houver sido registrada pelo maior número de filiados.

§ 1º Registradas duas chapas, se a menos votada alcançar 1/3 (um terço) dos votos apurados, assegurar-se-á aos candidatos nela inscritos, na ordem do pedido de registro, o direito de compor a terça parte do diretório eleito.

§ 2º Se não for obtida votação correspondente ao mínimo fixado para eleição do diretório o juiz comunicará ao Tribunal Regional Eleitoral que o partido não preencheu o requisito para obtenção do registro.

§ 3º Se a soma dos votos obtidos pelas chapas registradas não alcançar 20% (vinte por cento) da totalidade dos filiados ao partido, não se constituirá o diretório, fazendo-se a necessária comunicação ao Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 38. As convenções para eleição dos diretórios regionais realizar-se-ão no primeiro domingo de março.

Art. 39. Constituem a convenção regional:

I — o diretório regional;

II — os delegados municipais;

III — os representantes do partido no Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa.

§ 1º Cada Município terá direito a um delegado para cada 1.000 (mil) votos de legenda ou fração superior a 500 (quinhentos), obtidos pela média dos votos na legenda partidária, na última eleição realizada para renovação da Assembléia Legislativa e da Câmara dos Deputados, até o limite de 60 (sessenta).

§ 2º É assegurado aos Municípios onde o partido tiver diretório organizado, o direito, no mínimo a um delegado.

§ 3º O Tribunal Regional Eleitoral designará membro efetivo do Ministério Público para acompanhar os trabalhos da convenção, na qualidade de observador, o qual deverá ter assento na mesa diretora, sem, contudo, tomar parte em discussão ou formular pronunciamento sobre qualquer matéria, ainda que solicitado.

§ 4º O diretório eleito será empossado no primeiro domingo de abril.

Art. 40. Realizar-se-ão no primeiro domingo de maio as convenções destinadas à eleição dos diretórios nacionais.

Art. 41. Constituem a convenção nacional:

I — o diretório nacional;

II — os delegados dos Estados, Distrito Federal e Territórios;

III — os representantes do partido no Congresso Nacional.

§ 1º O número dos delegados a que se refere o item II, será o dobro do de deputados federais do partido na representação da respectiva circunscrição, eleitos pelo diretório regional.

§ 2º Cada seção regional será representada, ao menos, por um delegado.

§ 3º O Tribunal Superior Eleitoral designará membro efetivo do Minis-

tério Público, para o fim de que trata o § 3º do art. 39.

§ 4º O diretório eleito será empossado no primeiro domingo de junho.

Art. 42. As Comissões executivas dos diretórios municipal, regional e nacional, cabe convocar as convenções que, com a assistência e na conformidade das instruções da Justiça Eleitoral, deverão escolher os candidatos a cargos eletivos, respectivamente, dos Distritos e Municípios, dos Estados e da União, e tomar outras deliberações previstas no estatuto do partido.

Art. 43. Para o efeito do disposto no artigo anterior, constituem a convenção municipal:

I — o diretório municipal;

II — os vereadores, e os deputados e senadores com domicílio no município;

III — VETADO.

IV — 1 (um) delegado para cada grupo de 50 (cinquenta) eleitores, se o número de filiados ao partido não exceder 10.000 (de mil), e de mais 1 (um) delegado para cada grupo de 200 (duzentos) eleitores, a partir de 10.001 (dez mil e um) filiados.

Parágrafo único. A credenciação dos delegados, além das assinaturas dos eleitores e do número dos seus títulos, deverá ser conferida, à vista das fichas de inscrição partidária, pelo escrivão eleitoral, dentro de 3 (três) dias, a contar de sua apresentação.

CAPÍTULO V

DA FUSÃO E INCORPORAÇÃO DOS PARTIDOS

Art. 44. Por deliberação das convenções nacionais, dois ou mais partidos poderão fundir-se, num só ou incorporar-se um ao outro.

§ 1º No primeiro caso, observar-se-ão as seguintes normas:

I — os diretórios dos partidos elaborarão projetos comuns de estatutos e programa;

II — os partidos reunidos em uma só convenção nacional, por maioria absoluta, votarão os projetos e elegerão o diretório nacional que promoverá o registro do novo partido.

§ 2º No caso de incorporação, caberá ao partido que tiver a iniciativa

de propô-la, deliberar, por maioria absoluta de votos, em convenção nacional, sobre a adoção do estatuto e do programa de outra agremiação. Se esta concordar com aqueles, far-se-á, em convenção nacional conjunta, a eleição do novo diretório nacional.

CAPÍTULO VI

DA EXTINÇÃO DOS PARTIDOS

Art. 45. Extinguir-se-á o partido político por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros da convenção nacional, especialmente convocada, a qual requererá ao Tribunal Superior Eleitoral o cancelamento do seu registro.

Art. 46. Terá cancelado, por extinção, o seu registro, o partido que, por sua ação, vier a contrariar o regime democrático e os princípios referidos no art. 5º.

Parágrafo único. O cancelamento previsto por este artigo só se tornará efetivo em virtude de decisão transitada em julgado do Tribunal Superior Eleitoral, proferida em processo regular e no qual se assegure ao partido interessado a mais ampla defesa.

Art. 47. Ainda se cancelará o registro do partido que não satisfizer ... VETADO... seguintes condições:

I — apresentação de provas ao Tribunal Superior Eleitoral, no prazo improrrogável de 12 (doze) meses, contados da data do seu registro, de que constituiu legalmente diretórios regionais em, pelo menos, 11 (onze) Estados;

II — eleição de 12 (doze) deputados federais, distribuídos por 7 (sete) Estados, pelo menos;

III — votação de legenda, em eleições gerais para a Câmara dos Deputados, correspondente, no mínimo, a 2% (três por cento) do eleitorado inscrito no País.

§ 1º O cancelamento do registro do partido que não satisfizer as condições previstas neste artigo, será processado de ofício, pelo Tribunal Superior Eleitoral, 30 (trinta) dias após a consumação do prazo de que trata o inciso I, ou da proclamação oficial do resultado do pleito, nos demais casos.

§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral sobrestará o andamento do processo de cancelamento por 6 (seis) meses, se o partido estiver para se fundir ou incorporar a outro, desde que o requeira.

Art. 48. Cancelado o registro, o partido perde a personalidade jurídica, dando-se a seu patrimônio a destinação prevista no estatuto.

Parágrafo único. Se o cancelamento tiver como fundamento o art. 46 desta lei, o patrimônio será incorporado ao fundo especial de assistência financeira aos partidos políticos.

Art. 49. O Tribunal Superior Eleitoral dará imediato conhecimento do cancelamento de registro aos Tribunais Regionais Eleitorais e fará publicar a decisão, no prazo de 15 (quinze) dias, no Diário da Justiça.

Art. 50. Cancelado o registro de um partido, subsistem os mandatos dos cidadãos eleitos sob sua legenda, salvo se o cancelamento tiver sido decretado em virtude do preceito do art. 46.

Parágrafo único. Na hipótese prevista na parte final deste artigo, não terão cassados os seus mandatos os representantes que houverem, comprovadamente, se insurgido contra a orientação partidária que motivou o processo.

CAPÍTULO VII

DA VIOLAÇÃO DOS DEVERES PARTIDÁRIOS

Art. 51. Os filiados ao partido que faltarem a seus deveres de disciplina, ao respeito a princípios programáticos, à probidade no exercício de mandatos ou funções partidárias, ficarão sujeitos às seguintes medidas disciplinares:

I — advertência;

II — suspensão por 3 (três) a 12 (doze) meses;

III — cassação de... VETADO... função em órgão partidário;

IV — expulsão.

§ 1º Aplicam-se a advertência e a suspensão às infrações primárias de falta ao dever de disciplina e de falta de respeito a princípios programáticos, cabendo no caso de reincidência, a expulsão.

§ 2º Incorre na cassação do mandato... VETADO... em órgão partidário o responsável por improbidade no seu exercício.

§ 3º A expulsão poderá ser imposta, de logo, a qualquer infração primária, se reconhecida sua extrema gravidade.

§ 4º As medidas disciplinares de suspensão de mandato ou função implicam na perda de qualquer delegação que o membro do partido haja recebido.

§ 5º A expulsão só poderá ser determinada por 2/3 (dois terços) dos votos do órgão competente do partido, admitido recurso, com efeito suspensivo, para a Justiça Eleitoral, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do ato.

§ 6º Da decisão que impuser pena disciplinar, ... VETADO... caberá recurso, com efeito suspensivo, para o órgão hierarquicamente superior.

§ 7º Da decisão absolutória haverá recurso, de ofício, para o órgão hierarquicamente superior.

Art. 52. Poderá ocorrer a dissolução de diretório nos casos de:

I — violação do estatuto, do programa ou da ética partidária, bem como desrespeito a qualquer deliberação regularmente tomada pelos órgãos superiores do partido;

II — impossibilidade de resolver-se grave divergência entre membros do diretório;

III — má gestão financeira.

Art. 53. A dissolução somente se verificará mediante deliberação, por maioria absoluta, dos membros do diretório imediatamente superior.

§ 1º Da decisão caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias, para o diretório regional, se o ato fôr de diretório municipal; para o diretório nacional, se de diretório regional; e para a convenção nacional, se de diretório nacional.

§ 2º As decisões proferidas em grau de recurso serão inapeláveis.

CAPÍTULO VIII

DAS FINANÇAS E CONTABILIDADE DOS PARTIDOS

Art. 54. Os partidos organizarão as respectivas finanças, com vista às

suas finalidades, devendo, em consequência, incluir nos seus estatutos preceitos que:

I — habilitem a fixar e apurar as quantias máximas que poderá despendar na propaganda partidária e na de seus candidatos;

II — fixem os limites das contribuições e auxílios de seus filiados.

§ 1º Os partidos deverão manter rigorosa escrituração de suas receitas e despesas, indicando-lhes a origem e aplicação.

§ 2º Os livros de contabilidade do diretório nacional serão abertos, encerrados e em todas as folhas rubricadas no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º O Tribunal Regional Eleitoral e o juiz eleitoral exercerão a mesma atribuição quanto aos livros de contabilidade dos diretórios do respectivo Estado, do Distrito Federal e Territórios, e dos diretórios municipais das respectivas zonas.

Art. 55. Os partidos serão obrigados a enviar à Justiça Eleitoral, anualmente, o balanço financeiro do exercício findo.

Art. 56. É vedado aos partidos:

I — receber, direta ou indiretamente, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, procedente de pessoa ou entidade estrangeira;

II — receber recurso de autoridades ou órgãos públicos, ressalvadas as dotações referidas nos incisos I e II do art. 60, e no art. 61;

III — receber, direta ou indiretamente, qualquer espécie de auxílio ou contribuição das sociedades de economia mista e das empresas concessionárias de serviço público;

IV — receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição, auxílio ou recurso procedente de empresa privada, de finalidade lucrativa.

Art. 57. São ilícitos os recursos financeiros de que trata o artigo anterior, assim como os auxílios e contribuições cuja origem não seja mencionada ou esclarecida.

Art. 58. A Justiça Eleitoral fiscalizará... VETADO... processos eleitorais, fazendo observar, entre outras, as seguintes normas:

I — obrigatoriedade de só receberem ou aplicarem recursos financeiros, em campanhas políticas, determinados dirigentes dos partidos e comitês legalmente constituídos e registrados para fins eleitorais;

II — caracterização da responsabilidade dos dirigentes de partidos e comitês, inclusive do tesoureiro, que responderá civil e criminalmente por quaisquer irregularidades;

III — escrituração contábil, com documentação que comprove a entrada e saída de dinheiro ou bens, recebidos e aplicados;

IV — obrigatoriedade de ser conservada pelos partidos e comitês a documentação comprobatória de suas prestações de contas, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos;

V — obrigatoriedade de se depositar, no Banco do Brasil, Caixas Econômicas Federais e Estaduais, ou sociedades bancárias de economia mista, os fundos financeiros dos partidos ou comitês e, inexistindo esses estabelecimentos, no banco escolhido pela comissão executiva, à ordem conjunta de um dirigente do partido e de um tesoureiro;

VI — obrigatoriedade de prestação de contas pelos partidos políticos e comitês ao encerrar-se cada campanha eleitoral;

VII — organização de comitês interpartidários de inspeção, bem como publicidade ampla de suas conclusões e relatórios sobre as investigações a que proceda;

VIII — obrigatoriedade de remessa das prestações de contas, de que trata o inciso VI, aos comitês interpartidários de inspeção ou ainda às comissões parlamentares de inquérito que solicitarem;

IX — exigência de registro de todos os comitês que pretendam atuar nas campanhas eleitorais, bem assim dos responsáveis pelos recursos financeiros a serem recebidos ou aplicados;

X — fixação, nos pleitos eleitorais de limites para donativos, contribuições ou despesas de cada comitê.

§ 1º Nenhum candidato a cargo eletivo, sob pena de cassação do respectivo registro, poderá efetuar, individualmente, despesas de caráter político ou eleitoral, ou com alistamento, arregimentação, propaganda e

demais atividades definidas pela Justiça Eleitoral, devendo processar todos os gastos através dos partidos ou comitês.

§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral baixará instruções para o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 59. O Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais, à vista de denúncia de mandatário ou delegado de partido, com firma reconhecida, ou de representação do Procurador-Geral ou Regional, ou de iniciativa do Corregedor, determinarão o exame da escrituração de qualquer partido e a apuração de qualquer ato que viole as prescrições legais ou estatutárias a que, em matéria financeira, estejam obrigados os partidos e seus filiados.

Parágrafo único. O Tribunal Superior, sempre que julgar conveniente, mandará verificar se os partidos estão observando os preceitos legais e estatutários atinentes à obtenção e aplicação dos seus recursos.

CAPÍTULO IX

DO FUNDO PARTIDÁRIO

Art. 60. É criado o fundo especial de assistência financeira aos partidos políticos, que será constituído:

I — das multas e penalidades aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas;

II — dos recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanentes ou eventual;

III — de doações particulares, inclusive com a finalidade de manter o instituto a que se refere o art. 75, inciso V.

Art. 61. A previsão orçamentária de recursos para o fundo partidário deverá ser consignada, no Anexo do Poder Judiciário, ao Tribunal Superior Eleitoral.

§ 1º Os créditos a que se referem este artigo e o inciso II do artigo anterior, serão registrados no Tribunal de Contas e automaticamente distribuídos ao Tesouro Nacional.

§ 2º O Tesouro Nacional, contabilizando-os como fundo partidário, colocará os créditos no Banco do Brasil S. A., trimestralmente, em conta

especial, à disposição do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 62. O Tribunal Superior Eleitoral, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data do depósito a que se refere o § 2º do artigo anterior, fará a respectiva distribuição aos diretórios nacionais dos partidos, obedecendo ao seguinte critério:

I — 20% (vinte por cento) do total do fundo partidário será destinada para entrega, em partes iguais, a todos os partidos;

II — 80% (oitenta por cento) será distribuído proporcionalmente ao número de mandatários que tiverem na Câmara dos Deputados votado.

§ 1º Nos cálculos de proporção a que alude este artigo, tomar-se-á por base a filiação partidária que constar da diplomação dos candidatos eleitos.

§ 2º Quando se tratar de aliança eleitoral anterior, a origem partidária dos representantes será verificada nos documentos que serviram para o registro prévio dos candidatos.

Art. 63. Da quota recebida, os diretórios nacionais redistribuirão, dentro em 30 (trinta) dias, 80% (oitenta por cento), no mínimo, às suas seções regionais, em proporção ao número de representantes que estas dispuserem nas Assembléias Legislativas observado o disposto nos parágrafos do artigo anterior.

Parágrafo único. Os diretórios regionais do Distrito Federal e Territórios serão contemplados com a menor cota destinada à seção regional de Estado.

Art. 64. Da quota recebida, os diretórios regionais, dentro de 3 (três) meses, redistribuirão 60% (sessenta por cento) aos diretórios municipais, proporcionalmente ao número de legendas federais que o partido tenha obtido na eleição anterior em cada município ou em unidade administrativa a ele equiparada.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 65. A existência de diretórios partidários será aferida pelo registro, dentro do prazo do mandato partidário, em órgão competente da Justiça Eleitoral.

Art. 66. Em caso de cancelamento ou caducidade do registro do diretório nacional de partido, a quota que lhe caberia reverterá ao fundo parti-

dário; se as mesmas circunstâncias ocorrerem com o diretório regional, a reversão far-se-á em benefício do diretório nacional; e, se com o diretório municipal, sua quota será adjudicada ao diretório regional.

Art. 67. Os depósitos e movimentação do fundo partidário serão feitos, obrigatoriamente, nos estabelecimentos de que trata o inciso V do artigo 58.

Art. 68. Os recursos não orçamentários do fundo partidário serão recolhidos em conta especial no Banco do Brasil S. A., à disposição do Tribunal Superior Eleitoral e por este incorporados ao produto da contribuição orçamentária, para efeito da distribuição prevista no art. 62.

Art. 69. A aplicação das contribuições destinadas aos diretórios será decidida em reunião plenária dos mesmos.

Art. 70. Os recursos oriundos do fundo partidário serão aplicados:

I — na manutenção das sedes e serviços dos partidos, vedado o pagamento de pessoal a qualquer título;

II — na propaganda doutrinária e política;

III — no alistamento e eleição;

IV — na fundação e manutenção do instituto a que se refere o inciso V do art. 75.

Art. 71. Os partidos prestarão contas, anualmente, ao Tribunal de Contas da União, da aplicação dos recursos recebidos no exercício anterior.

§ 1º As prestações de contas de cada órgão (municipal, regional ou nacional) serão feitas em volumes distintos, remetidos ao Tribunal Superior Eleitoral.

§ 2º O Tribunal Superior verificará se a aplicação foi realizada nos termos do Código Eleitoral e desta lei, e, com relatório que verse apenas sobre este assunto, encaminhará a prestação de contas para exame e julgamento do Tribunal de Contas da União.

§ 3º Os diretórios serão responsáveis pela aplicação dos recursos do fundo partidário.

§ 4º A falta de prestação de contas ou a sua desaprovação, total ou parcial, implicará na perda do direito ao recebimento de novas quotas e, no segundo caso, sujeitará ainda à responsabilidade civil e criminal os membros dos diretórios faltosos.

§ 5º O órgão tomador de contas poderá converter o julgamento em diligência, para que o diretório as regularize.

§ 6º A Corregedoria da Justiça Eleitoral poderá, a qualquer tempo, proceder a investigação sobre a aplicação do fundo partidário, em qualquer esfera — nacional, regional ou municipal, adotando as providências recomendáveis.

Art. 72. Contra resoluções do Tribunal Superior Eleitoral a respeito do fundo partidário, os diretórios nacionais poderão opor reclamações fundamentadas, dentro em 30 (trinta) dias, para a mesma instância judicial.

Art. 73. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções para completo funcionamento e aplicação do fundo partidário.

Art. 74. Os partidos políticos gozarão da isenção de imposto de qualquer natureza e de gratuidade na publicação de atas das reuniões convocatórias para funcionamento de órgãos, documentos relativos à vida jurídica e financeira, e editais, súmulas ou pequenas notas informativas, na imprensa oficial existente na cidade onde estiverem sediados seus órgãos de deliberação e direção, de acordo com instruções a serem baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 75. Os partidos terão função permanente assegurada:

I — pela continuidade dos seus serviços de secretaria;

II — pela realização de conferências;

III — pela promoção, ao menos duas vezes ao ano, no âmbito da circunscrição dos órgãos dirigentes, de congressos ou sessões públicas, para difusão de seu programa, assegurada a retransmissão gratuita pelas empresas transmissoras de radiodifusão;

IV — pela manutenção de cursos de difusão doutrinária, educação cívica e alfabetização;

V — pela manutenção de um instituto de instrução política, para formação e renovação de quadros e líderes políticos;

VI — pela manutenção de bibliotecas de obras políticas, sociais e econômicas;

VII — pela edição de boletins ou outras publicações.

Parágrafo único. A gratuidade da transmissão e o programa dos cursos a que se referem os incisos III e V, serão regulados em instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 76. Nos registros do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas ou das Câmaras Municipais, o representante do povo será inscrito na representação do partido sob cuja legenda se elegeu VETADO.

Art. 77. Com exceção dos casos previstos nesta Lei, é proibida a existência de qualquer entidade com fim político ou eleitoral, sem que haja satisfeito os requisitos legais para funcionar como partido.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais, à vista de denúncia de delegado de partido, de firma reconhecida, ou de representação do Procurador-Geral ou Regional, tomará as medidas cabíveis para fazer cessar imediatamente as ações irregulares de que trata este artigo.

Art. 78. VETADO.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 79. Os atuais partidos promoverão, VETADO a sua reorganização e a reforma dos estatutos, nos termos desta Lei, sob pena de cancelamento do registro.

Art. 80. Enquanto não se reorganizarem os atuais partidos, na forma desta Lei, a constituição dos diretórios partidários processar-se-á segundo as normas dos seus atuais estatutos.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 81. VETADO.

Art. 82. Esta lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.741 — DE 15 DE JULHO
DE 1965

Fixa novos valores dos símbolos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do parágrafo 3º, do artigo 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º Os valores dos símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, fixados pela Lei nº 4.047, de 21 de dezembro de 1961, e alterados pelas Leis números 4.069, de 11 de junho de 1962, e 4.242, de 17 de julho de 1963, passarão a ser os constantes da tabela anexa.

Art. 2º O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 3º Aplica-se esta Lei aos servidores inativos, independente de prévia apostila.

Art. 4º As vantagens financeiras decorrentes desta Lei são devidas a partir de 1º de junho de 1964.

Art. 5º Aplica-se aos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região o disposto no art. 15 e seus parágrafos, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 6º Os cargos de carreira e os isolados de provimento efetivo, do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, serão preenchidos mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 7º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, no exercício de 1964, é o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — o crédito especial de Cr\$ 655.546.871 (seiscentos e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e um cruzeiros), que será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

TABELA A QUE SE REFERE
O ART. 1º DA LEI

Símbolo	Valor
	Cr\$
PJ	417.000
PJ-0	410.000
PJ-1	405.000
PJ-2	387.000
PJ-3	367.000
PJ-4	333.000
PJ-5	317.000
PJ-6	300.000
PJ-7	275.000
PJ-8	250.000
PJ-9	225.000

Brasília, 15 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.742 — DE 15 DE JULHO
DE 1965

Dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos da parte final do § 3º do art. 70 da Constituição, a seguinte Lei:

Art. 1º O prazo de validade de concursos públicos de provas ou de provas e títulos será restituído, pela metade, àqueles que, tendo sido considerados, em tais concursos habilitados para o exercício de cargos públicos federais, dos três Poderes, não o tenham podido assumir, em virtude de estarem exercendo ou haverem assumido mandatos legislativos ou executivos, federais, estaduais ou municipais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.743 — DE 16 DE JULHO
DE 1965

Dispõe sobre as comemorações do centenário do nascimento do Marechal Rondon.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A União fará comemorar, festivamente, em todo o território nacional, o centenário do nascimento de Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, a transcorrer no dia 5 de maio de 1965.

Art. 2º O Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, designará uma Comissão, com a finalidade de organizar o programa dos festejos, composta de representantes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, dos Ministérios da Guerra e da Viação e Obras Públicas, do Executivo e Legislativo do Estado de Mato Grosso, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Letras, da Universidade do Brasil, do Museu Histórico Nacional, da Academia Matogrossense de Letras, do Instituto Histórico de Mato Grosso, do Instituto de Pesquisas Históricas "Don Aquino Corrêa" e da Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins (CIVAT).

Parágrafo único. Os representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados serão indicados, respectivamente, pelas duas Casas do Congresso, e os do Governo e da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, pelos respectivos poderes.

Art. 3º Dentre as comemorações programadas, deverão constar:

a) palestras e conferências em estabelecimento de ensino e instituições culturais do País sobre a vida e obra de Rondon;

b) instituição de concurso histórico-didático a respeito do insigne ser-tanista, realçando o seu amor ao índio e o seu trabalho pela integração e pela defesa de nossas fronteiras.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flaivo Lacerda

Arthur Costa e Silva

Juarez Távora

LEI Nº 4.744 — DE 19 DE JULHO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros), para atender aos serviços de implantação, obras de arte especiais e construção da Rodovia Belém-Brasília, bem como para a continuação das obras de construção dos ramais de acesso a centros produtores da região.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.745 — DE 21 DE JULHO
DE 1965

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para reconstrução da ponte sobre o Rio da Prata, no trecho João Pinheiro-Paracatú.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que o aplicará na reconstrução da ponte sobre o Rio da Prata, no trecho João Pinheiro-Paracatú, da rodovia federal BR-7, inclusive indenização das despesas efetuadas, visando ao imediato restabelecimento do trânsito.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.746 — DE 23 DE
JULHO DE 1965

Abre ao Poder Legislativo o crédito especial de Cr\$ 415.756.000 (quatrocentos e quinze milhões setecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), destinado a pagamentos devidos ao Instituto de Previdência dos Congressistas (I.P.C.).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do artigo 70, da Constituição Federal, eu Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, de acordo

com o disposto no § 4º do mesmo artigo da Constituição, a seguinte Lei:

Art. 1º É aberto ao Poder Legislativo o crédito especial de Cr\$ 415.756.000 (quatrocentos e quinze milhões setecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), sendo Cr\$ 365.000.000 (trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros) para a Câmara dos Deputados e Cr\$ 50.756.000 (cinquenta milhões setecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros) para o Senado Federal — destinado a pagamentos devidos ao Instituto de Previdência dos Congressistas (I.P.C.), criado pela Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963.

Art. 2º O crédito especial de que trata a presente Lei será distribuído ao Tesouro Nacional, depois de registrado pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.747 — DE 11 DE AGOSTO
DE 1965.

Concede a pensão especial de Cr\$.. 33.000 (trinta e três mil cruzeiros) mensais, com ponderes a 50% do maior salário-mínimo vigente no País, a Judith Gomes da Silva e suas filhas Solange Gomes da Silva e Maria Marly Gomes da Silva, viúva e filhas do ex-bancário Manoel Gomes da Silva.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a pensão especial de Cr\$ 33.000 (trinta e três mil cruzeiros) mensais, com ponderes a 50% do maior salário-mínimo vigente no País, a Judith Gomes da Silva e suas filhas Solange Gomes da Silva e Maria Marly Gomes da Silva, viúva e filhas do ex-bancário Manoel Gomes da Silva.

Art. 2º Para percepção da pensão a importância será dividida, cabendo metade a Judith Gomes da Silva e o restante, em partes iguais, às demais herdeiras.

§ 1º A pensão será paga à viúva enquanto mantiver ela o estado da viuvez.

§ 2º Perderá o direito a parte que lhe couber a beneficiária que passar a receber vencimentos ou salários dos cofres públicos federais, estaduais ou municipais, de órgãos autárquicos ou sociedades de economia mista.

§ 3º Perderá igualmente direito à parte que lhe couber a filha que se casar.

Art. 3º Reverterá em benefício da viúva a parte da pensão a que perder o direito qualquer das beneficiárias.

Art. 4º A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da respectiva dotação orçamentária destinada às pensionistas do Tesouro.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.748 — DE 11 DE AGOSTO DE 1965.

Concede pensão especial a ex-aluno da Escola Técnico-Profissional "Almirante Ferraz" do Cen. Armamento da Marinha, do Ministério da Marinha.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a pensão especial ao ex-aluno da Escola Técnico-Profissional "Almirante Ferraz" do Centro de Armamento da Marinha — Orlando da Silva — que, após a conclusão do curso profissional, foi julgado inválido para aproveitamento nos quadros do citado estabelecimento.

Parágrafo único. A pensão de que trata o artigo 1º desta lei será igual ao salário-mínimo da região onde completou o curso o beneficiado.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda destinada ao pagamento de pensões da União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Paulo Bosisio

LEI Nº 4.749 — DE 12 DE AGOSTO DE 1965

Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A gratificação salarial instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, será paga pelo empregador até o dia 20 de dezembro de cada ano, compensada a importância que, a título de adiantamento, o empregado houver recebido na forma do artigo seguinte.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 2º Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação referida no artigo precedente, de uma só vez, metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.

§ 1º O empregado não estará obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados.

§ 2º O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

Art. 3º Ocorrendo a extinção do contrato de trabalho antes do pagamento de que trata o art. 1º desta Lei, o empregador poderá compensar o adiantamento mencionado com a

gratificação devida nos termos do art. 3º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, e, se não bastar, com outro crédito de natureza trabalhista que possua o respectivo empregado.

Art. 4º As contribuições devidas aos Institutos de Aposentadoria e Pensões, que incidem sobre a gratificação salarial referida nesta Lei, ficam sujeitas ao limite estabelecido na legislação de Previdência social.

Art. 5º Aplica-se, no corrente ano, a regra estatuida no art. 2º desta Lei, podendo o empregado usar da faculdade estatuida no seu § 2º no curso dos primeiros trinta dias de vigência desta Lei.

Art. 6º O Poder Executivo, no prazo de trinta dias, adaptará o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.831, de 14 de dezembro de 1962 aos preceitos desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.750 DE 12 DE AGOSTO
DE 1965

Dispõe sobre financiamento de papel de imprensa, cria o Grupo Executivo da Indústria do Livro — GEIL — e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a celebrar com o Banco do Brasil S. A. este na qualidade de Agente Financeiro do Tesouro Nacional, respeitado o limite global de Cr\$ 25.900 000.000 (vinte e cinco bilhões de cruzeiros), convênio para:

I — concessão, em favor de empresas editoras de jornais, revistas e livros, que o solicitem por escrito, de financiamentos em montante corresponden-

te a 30% (trinta por cento), no máximo, dos gastos de cada uma em aquisições de papel com linhas d' água, nacional ou estrangeiro, para uso próprio, efetuadas no período de 1º de janeiro de 1964 a 31 de dezembro de 1964;

II — regularização de operações realizadas pelo Banco do Brasil S. A., ainda que a título de adiantamento ou antecipação, com apoio na Resolução nº 1-62, de 23 de março de 1962, do extinto Conselho de Ministros, ou na Lei nº 4.442, de 29 de outubro de 1964.

Art. 2º Independentemente do número de publicações ou edições, cada empresa só poderá obter um financiamento, cuja concessão, observado o teto de 30% (trinta por cento) estabelecido no art. 1º, alínea I, ficará ainda sujeita às seguintes disposições:

I — para as empresas que não mantiverem, na data da publicação desta Lei, responsabilidades decorrentes das operações a que se refere o art. 1º, alínea II, o financiamento não excederá Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros);

II — para as empresas que, à data da publicação da presente Lei, mantiverem quaisquer das responsabilidades de que trata o art. 1º, alínea II, o limite do financiamento será também, de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) ou, facultativamente, o dobro do valor dos respectivos contratos, desde que as beneficiárias, num ou noutro caso, renunciando expressamente à prorrogação de prazo que lhes foi concedida pela Lei nº 4.442, de 29 de outubro de 1964, autorize o Banco do Brasil S. A., por escrito, a aplicar o produto da operação nos termos do art. 9º.

Parágrafo único. Para efeito de cálculo do valor do financiamento, na segunda hipótese da alínea II acima, não serão computados os empréstimos deferidos a título de adiantamento ou antecipação dos financiamentos previstos na Resolução nº 1-62, de 23 de março de 1962, ou na Lei nº 4.442, de 29 de outubro de 1964.

Art. 3º Poderão habilitar-se à obtenção dos financiamentos as empresas editoras de jornais, revistas e livros que comprovarem cabalmente, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação da presente Lei, o valor do papel que efetivamen-

te hajam adquirido de 1º de janeiro de 1964 a 31 de dezembro de 1964.

Parágrafo único. Assegurado ao Banco do Brasil S. A. o direito de proceder a quaisquer verificações que julgar necessárias, ser-lhe-ão exibidos, para efeito de comprovação das aquisições:

I — duplicatas quitadas pelos fabricantes, revendedores ou distribuidores, acompanhadas das respectivas notas fiscais e faturas, ou, a critério do Banco do Brasil S. A., recibos por eles firmados, de que constem, discriminadamente, a quantidade, valor, natureza e preço unitário da mercadoria;

II — documentos pertinentes a importações diretas, inclusive despachos alfandegários e contratos de câmbio liquidados, entendido que a data de liquidação dos últimos será considerada, para os fins desta Lei, como a da efetiva aquisição da mercadoria.

Art. 4º Não será concedido o financiamento às empresas que:

I — hajam obtido, no período de 1º de janeiro de 1964 a 31 de dezembro de 1964, quaisquer regalias de preços ou mais facilidades, através de recursos judiciais ou administrativos;

II — não providenciarem a prévia ou concomitante regularização e adimplemento de quaisquer obrigações e responsabilidades vencidas e exigíveis junto ao Banco do Brasil S. A.;

III — não ultimarem as providências necessárias a contratação dos empréstimos, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do registro, no Tribunal de Contas da União, do convênio a que se refere o art. 1º.

Art. 5º Os financiamentos serão contratados mediante outorga de garantias reais, atendidas as normas de segurança usualmente adotadas nas operações do Banco do Brasil S. A., que também poderá exigir, subsidiariamente, garantias fidejussórias.

Art. 6º O prazo de resgate dos financiamentos será de 3 (três) anos, a contar da data da assinatura dos respectivos contratos, adotados os juros e comissões de praxe cobrados pelo Banco do Brasil S. A. nas transações de sua Carteira de Crédito Geral, reputando-se ditos juros e comissões em favor daquele estabelecimento.

Art. 7º Os financiamentos serão liquidados em amortizações mensais,

iguais e sucessivas, a partir do 7º (sétimo) mês da data da assinatura dos contratos, observadas, quanto aos acessórios, as praxes do Banco do Brasil S. A.

Art. 8º A falta do pontual pagamento de qualquer amortização do financiamento ajustado ou o inadimplemento de alguma outra estipulação contratual acarretará o vencimento antecipado da dívida, constituído de pleno direito em mora o devedor, tornando-se exigível o respectivo saldo, inclusive juros e comissões, o qual será transferido a débito da conta adequada do Tesouro Nacional, assegurada a este a cobrança por via de executivo, com a correção monetária prevista na Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 9º O produto dos financiamentos concedidos na forma do art. 2º, alínea II, será aplicado, no todo ou em parte, na liquidação dos empréstimos, vencidos ou vincendos, a que se refere o art. 1º, alínea II, acrescido dos respectivos juros e comissões.

§ 1º O remanescente dos mencionados empréstimos que não forem integralmente absorvidos, por eventual insuficiência dos valores apurados nas condições do art. 2º, alínea II, será agregado aos novos financiamentos e com estes passará a formar, sob aplicação das normas dos artigos 5º, 6º, 7º e 8º, em todo único e indivisível, para todos os fins, de direito.

§ 2º Na impossibilidade de prestação de garantias bastantes, na forma do art. 5º, para todo o remanescente das dívidas em referência, ficará o saldo destas, assim não coberto, sujeito ao regime de que trata o artigo 10.

Art. 10. As dívidas referidas no artigo 1º, alínea II, não absorvidas nas condições do art. 9º, deverão ser liquidadas até dezembro de 1967, mediante amortizações mensais, igual e sucessivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após o término do prazo fixado no art. 4º, alínea III, e ficarão sujeitas ao disposto no artigo 8º.

Parágrafo único. Esse regime de pagamento abrangerá somente o saldo de capital, excluídos os juros e de-

mais acessórios já vencidos, os quais deverão ser pagos, na sua totalidade, juntamente com a primeira amortização.

Art. 11. O Conselho Monetário Nacional assegurará ao Banco do Brasil S. A. recursos específicos para o atendimento dos encargos da presente Lei.

Art. 12. Fica criado o Grupo Executivo da Indústria do Livro — GEIL — diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de formular recomendações de incentivo à indústria, comercialização e expansão do livro.

Art. 13. São integrantes natos do GEIL:

I — O Diretor do Instituto Nacional do Livro;

II — O Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

III — O Diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos;

IV — O Presidente da Academia Brasileira de Letras;

V — O Diretor da Carteira de Câmbio do Banco Central;

VI — O Diretor da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil S. A.;

VII — O Presidente da Câmara Brasileira do Livro;

VIII — O Presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros;

IX — O Presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas da Guanabara,

X — O Presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas de São Paulo.

Art. 14. O GEIL será presidido pelo Ministro da Educação e Cultura que poderá delegar suas funções ao Diretor do Instituto Nacional do Livro.

Art. 15. Os integrantes natos do GEIL poderão designar, com todos os poderes, seus representantes autorizados às reuniões do GEIL, mediante comunicação expressa à sua Secretaria-Geral.

Art. 16. O GEIL tem as seguintes atribuições:

a) elaborar planos, e submetê-los a apreciação do Ministro da Educação e Cultura, que os encaminhará ao Presidente da República, de incentivo à indústria do livro e sua comercialização, inclusive estímulos à negociação de direitos autorais nacionais e estrangeiros;

b) examinar, mediante manifestação opinativa, projetos de desenvolvimento da indústria nacional do livro, sua expansão, e popularização do mercado de leitura;

c) propor medidas de natureza financeira ou fiscal de apoio à indústria do livro e à sua comercialização, qualquer que seja a sua procedência;

d) recomendar, às entidades oficiais de crédito e financiamento medidas de apoio à indústria nacional do livro em especial seu reequipamento e aperfeiçoamento tecnológico;

e) promover estudos conclusivos, e recomendá-los às autoridades competentes, sobre tarifas aduaneiras, câmbio, preparo de mão de obra especializada, suprimento de matérias-primas, medidas tributárias e legislativas que estimulem a produção do livro e sua comercialização e a expansão do mercado de leitura, e outras iniciativas de interesse cultural, técnico, financeiro ou econômico da indústria do livro;

f) acompanhar com poderes de supervisão, junto a órgãos de governo a execução de quaisquer medidas ou iniciativas, que, direta ou indiretamente, se relacionem com a indústria do livro;

g) representar, perante órgãos do governo com recurso ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Educação e Cultura, contra medidas, de qualquer natureza, que a juízo do plenário do GEIL, sejam lesivas à indústria nacional do livro ou à sua comercialização.

Art. 17. As decisões do GEIL serão tomadas por maioria de votos com o "quorum" mínimo da presença de seu Presidente, ou seu representante, e mais 4 (quatro) de seus integrantes.

Art. 18. Das decisões do GEIL cabe, no prazo de 15 (quinze) dias, recurso ao Presidente da República.

Art. 19. O Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, aprovará o regimento interno do GEIL, a ser elaborado pelo seu plenário.

Art. 20. O GEIL terá uma Secretaria-Geral, dirigida por funcionário do Ministério da Educação e Cultura designado pelo respectivo Ministro de Estado.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Ficam revogadas a Resolução nº 1-62, de 23 de março de 1962, do extinto Conselho de Ministros, a

Lei nº 4.442, de 29 de outubro de 1964, e demais disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Gouveia de Bulhões
Flavio Suplicy de Lacerda

LEI Nº 4.751 — DE 12 DE AGOSTO
DE 1965

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para atender a despesas com o Território Federal do Amapá, referentes a exercícios anteriores.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas do Território Federal do Amapá, referentes a exercícios anteriores.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Gouveia de Bulhões
Milton Campos

LEI Nº 4.752 — DE 13 DE AGOSTO
DE 1965

Revigora o art. 40 da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, que autorizou o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de até Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para o fim que mencionava.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica revigorado o art. 40 da Lei nº 4.229, de 1º de junho de

1963, que autorizou o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial até o limite de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para o custeio das despesas de instalação e andamento dos serviços e obras a cargo do Departamento Nacional de Obras contra as Secas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Gouveia de Bulhões
Juarez Távora

LEI Nº 4.753 — DE 13 DE AGOSTO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000 (sessenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a realização da VIII Bienal de São Paulo

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000 (sessenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a realização da VIII Bienal de São Paulo.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Vasco da Cunha
Octávio Bulhões

LEI N.º 4.754 — DE 13 DE AGOSTO
DE 1965

Retifica vários dispositivos da Lei número 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º As alíneas *a* e *c* do art. 46, a alínea *c* do art. 47, a *b*, do art. 50, o § 1.º do art. 60 e o art. 67 da Lei n.º 4.375, de 17 de agosto de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46

a) não se apresentar nos prazos previstos no art. 13 e seu parágrafo único.

.....

c) na qualidade de reservista, deixar de cumprir a obrigação constante nas alíneas *c* e *d* do art. 65.

Art. 47.

.....

c) na qualidade de reservista, deixar de cumprir o disposto na letra *a* do art. 65.

Art. 50

.....

b) os responsáveis pela inobservância de qualquer das prescrições do artigo 74 da presente lei.

Art. 60.

§ 1.º Esses convocados, durante o tempo em que estiverem incorporados a organizações militares da Ativa ou matriculados em órgãos de formação de Reserva, nenhuma remuneração, vencimento ou salário perceberão das organizações a que pertenciam.

.....

Art. 67. As autoridades ou os responsáveis pelas repartições incumbidas da fiscalização do exercício profissional não poderão conceder a carteira profissional nem registrar diplo-

mas de profissões liberais a brasileiros, sem que esses apresentem, previamente, prova de que estão em dia com as obrigações militares, obedecido o disposto nos arts. 74 e 75 desta lei”.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de agosto de 1965; 141.º da Independência e 77.º da República

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Paulo Bosisio

Arthur da Costa e Silva

Eduardo Gomes

LEI N.º 4.755 — DE 18 DE AGOSTO
DE 1965

Dispõe sobre a forma de fixação do imposto sindical devido pelos estabelecimentos rurais e das outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Para efeito de cobrança do imposto sindical dos empregadores rurais não organizados sob a forma de sociedade com o capital registrado, entender-se-á como capital o valor adotado para lançamento do imposto territorial das terras do imóvel explorado, aplicando-se sobre estes as percentagens da tabela progressiva de que trata o art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, e modificado pelo art. 1.º da Lei n.º 4.140 de 21 de setembro de 1962, ressalvado o disposto no art. 16 da Lei n.º 4.589, de 11 de dezembro de 1964.

Art. 2.º Os empregadores rurais nas condições do artigo anterior poderão

recolher o imposto sindical do corrente exercício, sem multa, até 60 (sessenta) dias após a vigência desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Octavio Gouveia de Bulhões.

LEI Nº 4.756 — DE 18 de agosto DE 1965

Concede isenção de impostos, taxa e emolumentos para um automóvel doado a Edson Arantes do Nascimento pela firma "Auto Hennekq", de München, Alemanha.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e consumo, da taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para um automóvel marca "Mercedes Benz" doado a Edson Arantes do Nascimento pela firma "Auto Hennekq", de München, Alemanha.

Parágrafo único. O automóvel a que se refere este artigo só poderá ser objeto de transação comercial, decorrido o prazo mínimo de dois (2) anos, a contar da data da liberação mediante pagamento de todos os impostos e taxas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Octavio Gouveia de Bulhões.

LEI Nº 4.757 — DE 18 DE agosto DE 1965

Concede isenção de direitos de importação, mais taxas aduaneiras e imposto de consumo para materiais importados pela S. A. Radio Tupi, com sede no Estado da Guanabara.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida isenção de direitos de importação, mais taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, e imposto de consumo para os seguintes materiais importados pela S. A. Rádio Tupi, com sede no Estado da Guanabara, para uso, respectivamente, de sua estação de *broadcasting* e de televisão, instalados nesse Estado: uma estação completa de onda média com potência de cinqüenta kilowatts e uma estação completa de televisão de cinco kilowatts de potência e equipamentos para manutenção de transmissor de televisão.

Parágrafo único. Os materiais, a que se refere este artigo, foram adquiridos nos termos das licenças de importação DG-48-3916-6002 emitida em 10 de maio de 1948, processo na Alfândega do Rio de Janeiro número 61.117-55 — DG-49-2633-28518, emitida em 20 de maio de 1949, processos na Alfândega ns. 65.196-49 e 65-211-55 e DG-57-13987-16275, emitida em 13 de abril de 1957, todas expedidas pelo Banco do Brasil S.A., através de sua Carteira de Importação e Exportação e Carteira de Comércio Exterior.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.758 — DE 19 DE AGOSTO DE 1965

Altera dispositivo da Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964 que aprovou o Orçamento Geral da União para o Exercício de 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas, na forma que se segue, as dotações constantes do Anexo 4.0.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.21.00 — Ministério da Saúde, do Orçamento Geral da União, aprovado pela Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964:

4.21.03 — COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO

Categoria Econômica	ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	Em milhares de Cruzeiros
		CR\$
3.0.0.0	Despesas correntes	
3.1.0.0	Despesas de Custeio	
3.1.4.0	Encargos Diversos	12.208
4.0.0.0	Despesas de Capital	
4.1.0.0	Investimentos	
4.1.2.0	Serviços em Regime de Programação Especial:	
	1) Manutenção do Centro de Informações e Coordenação de problemas alimentares.	27.316
	4.21.16 — Serviço Nacional de Câncer	
3.0.0.0	Despesas Correntes	
3.2.0.0	Transferências correntes	
3.2.1.0	Subvenções Sociais	
3.2.1.6	Instituições Diversas	700.000
4.0.0.0	Despesas de Capital	
4.1.0.0	Investimentos	
4.1.1.0	Obras Públicas	
4.1.1.3	Prosseguimento e conclusão de obras:	
	1) Instituto Nacional de Câncer, no Rio de Janeiro — Guanabara	300.000
	4.21.17 — Serviço Nacional de Doenças Mentais	
4.0.0.0	Despesas de Capital	
4.3.0.0	Transferências de Capital	
4.3.2.0	Auxílios para obras públicas	
4.3.2.2	Entidades Estaduais	
	2) Para ampliação de serviços psiquiátricos em unidades hospitalares, nos Estados e Territórios	- 0 -
4.0.0.0	Despesas de Capital	
4.3.0.0	Transferências de Capital	
4.3.2.0	Auxílios para obras públicas	
4.3.2.2	Entidades Estaduais	

Categoria Econômica	ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	Em milhares de Cruzeiros
	2) Para manutenção de serviços psiquiátricos em unidades hospitalares, nos Estados e Territórios	194.000
	4.21.19 — <i>Serviço Nacional de Educação Sanitária</i>	
3.0.0.0	Despesas Correntes	
3.1.0.0	Despesas de Custeio	
3.1.4.0	Encargos Diversos	12.330
4.0.0.0	Despesas de Capital	
4.1.0.0	Investimentos	
4.1.2.0	Serviços em Regime de Programação Especial:	
	1) Desenvolvimento da educação sanitária no Território Nacional, inclusive despesas com formação e treinamento de pessoal..	59.220
	4.21.20 — <i>Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia</i>	
3.0.0.0	Despesas Correntes	
3.1.0.0	Despesas de Custeio	
3.1.4.0	Encargos Diversos	38.200
4.0.0.0	Despesas de Capital	
4.1.0.0	Investimentos	
4.1.2.0	Serviços em Regime de Programação Especial:	
	1) Para intensificação da Campanha Contra o uso de tóxicos dos serviços de fiscalização de drogas e medicamentos e manutenção do Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos	31.800
	4.21.21 — <i>Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia</i>	
3.0.0.0	Despesas Correntes	
3.1.0.0	Despesas de Custeio	
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	4.870
3.1.4.0	Encargos Diversos	6.350
4.0.0.0	Despesas de Capital	
4.1.0.0	Investimentos	
4.1.4.0	Material Permanente	7.190
	4.21.22 — <i>Serviço Nacional de Lepre</i>	
3.0.0.0	Despesas Correntes	
3.2.0.0	Transferências Correntes	
3.2.1.0	Subvenções Sociais	
3.2.1.6	Instituições Diversas	

	2) Para reparos, instalações de equipamentos em preventórios para filhos sadios de lazarus em todo o País, através da Federação das Sociedades de Assistência aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra	- 0 -
3.0.0.0	Despesas Correntes	
3.2.0.0	Transferências Correntes	
3.2.1.0	Subvenções Sociais	
3.2.1.6	Instituições Diversas	CR\$
	2) Para reparos em Preventórios de filhos sadios de Lazaros, em todo o Território Nacional, inclusive, instalação e aquisição de equipamentos, aparelhamento e material permanente através da Federação das Sociedades de Assistência aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra	76.000
	4.21.24 — Serviço de Saúde dos Portos	
3.0.0.0	Despesas Correntes	
3.1.0.0	Despesas de Custeio	
3.1.4.0	Encargos Diversos	44.126
4.0.0.0	Despesas de Capital	
4.1.0.0	Investimentos	
4.1.2.0	Serviços em Regime de Programação Especial:	
	1) execução de programa de inspeção e desinfecção de aeronaves e embarcações, aquisição de lanchas, motores e equipamentos, inclusive despesas com aparelhamento das oficinas de reparos	9.000
	4.21.25 — Instituto Oswaldo Cruz	
3.0.0.0	Despesas Correntes	
3.1.0.0	Despesas de Custeio	
3.1.4.0	Encargos Diversos	189.095
4.0.0.0	Despesas de Capital	
4.1.0.0	Investimentos	
4.1.2.0	Serviços em Regime de Programação Especial:	
	1) Despesas de qualquer natureza com a realização de pesquisas e investigações científicas e tecnológicas, inclusive fabricação de produtos biológicos, exceto obras	309.405

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raimundo Brito

LEI Nº 4.759 — DE 20 DE AGOSTO
DE 1965

Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados, serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado.

Parágrafo único. As Escolas e faculdades integrantes das Universida-

des Federais serão denominadas com a designação específica de sua especialidade, seguida do nome da Universidade.

Art. 2º Se a sede da universidade ou da escola técnica federal for em uma cidade que não a capital do Estado, será qualificada de federal e terá a denominação da respectiva cidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flavio Lacerda

LEI Nº 4.760 — DE 23 DE AGOSTO DE 1965.

Estende aos guardas-civis dos Estados e Territórios o benefício previsto no art. 295 do Código de Processo Penal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 295 do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) passa a vigorar com o seguinte item:

“.....

XI — os guardas-civis dos Estados e Territórios, ativos ou inativos”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

LEI Nº 4.761 — DE 23 DE AGOSTO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Estado Maior das Forças Armadas e aos Ministérios Militares o crédito especial de Cr\$ 6.400.000.000 para atender a despesas com o Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRAS).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Estado Maior

das Forças Armadas e Ministérios da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 6.400.000.000 (seis bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), para atender as despesas do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRAS), criado pelo Decreto nº 56.308, de 21 de maio de 1965, de acordo com o Decreto Legislativo nº 38, de 20 de maio de 1965, assim discriminado:

Estado Maior das Forças Armadas
Cr\$ 30.000.000

Ministério da Marinha Cr\$
1.780.000.000

Ministério da Guerra Cr\$
4.290.000.000

Ministério da Aeronáutica Cr\$
300.000.000.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Bosisio

Arthur da Costa e Silva

Octavio Gouveia de Bulhões

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.762, DE 30 DE AGOSTO
DE 1965

Modifica o art. 11 e seus parágrafos da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951, alterados pela Lei nº 2.266, de 12 de julho de 1954, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 11 e seus parágrafos, da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951, alterado pelo art. 3º da Lei nº 2.266, de 12 de julho de 1954, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Os créditos orçamentários referentes a subvenções ordinárias e extraordinárias, de que trata esta Lei, serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas da União, e distribuídos ao Tesouro Nacional, que os depositará, no Banco do Brasil Vetado ... à disposição do Ministério competente.

§ 1º. O pagamento das subvenções ordinárias será feito pelo Banco do Brasil, por solicitação do Ministério, independente de requerimento e a conta dos créditos postos à sua disposição, através

de sua agência situada na localidade que for sede da instituição beneficiada ou na agência que dela for mais próxima.

§ 2º. O pagamento da subvenção extraordinária, precedido de processamento de acordo com o disposto no art. 13 desta Lei, será feito pela forma prevista no parágrafo anterior”.

Art. 2º. As despesas bancárias correrão por conta da instituição beneficiada... VETADO ...

Art. 3º. As entidades não registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, e não compreendidas neste artigo, poderão receber as subvenções ordinárias e extraordinárias que constem do orçamento, em seu favor, desde que requeriram o registro até 30 trinta de novembro do corrente ano, apresentando todos os documentos exigidos.

Parágrafo único. As associações rurais, que se registram perante o Serviço de Economia Rural, aplica-se no que couber, o disposto neste artigo.

Art. 4º. Ficam revogados o art. 7º da Lei nº 2.266, de 12 de julho de 1954, e demais disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.763, DE 30 DE AGOSTO
DE 1965

Inclui, no Polígono das Secas, o Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incluído nos limites da área do polígono das secas, previstos na Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, no Decreto-lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946, e na Lei nº 1.348,

de 10 de fevereiro de 1951, o município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia.

Art. 2º. O Município criado com o desdobramento da área de município, incluído total ou parcialmente no Polígono das Secas, será considerado como pertencente a este para todos os efeitos legais e administrativos.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

LEI Nº 4.764, DE 30 DE AGOSTO
DE 1965

Concede a inclusão da Escola de Serviço Social, anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida a inclusão, nos termos do art. 17 da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, combinado com o Art. 15 da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953, da Escola de Serviço Social, anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere o art. 16 da Lei nº 1.254 citada, correspondendo-lhe a subvenção anual de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flavio Lacerda

LEI Nº 4.765 — DE 30 DE AGOSTO
DE 1965

Aplica disposições das Leis ns. 2.370, de 9 de dezembro de 1954 e 3.765, de 4 de maio de 1960, aos Oficiais Engenheiros da Reserva de 2ª Classe da Aeronáutica convocados para o serviço ativo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É assegurado aos Oficiais Engenheiros da Reserva de 2ª Classe da Aeronáutica, convocados para o serviço ativo que estejam há 10 (dez) ou mais anos em atividade ininterrupta, o direito de contribuírem para a Pensão Militar e o de serem transferidos para a inatividade nos termos das Leis nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954 e 3.765, de 4 de maio de 1960.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.766 — DE 30 DE AGOSTO
DE 1965

Dispõe sobre a elaboração de um Plano Diretor Regional, ao qual ficará subordinada a utilização das áreas que constituem o Distrito Federal, e das outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Prefeitura do Distrito Federal, respeitado o Plano Piloto da Cidade de Brasília, elaborará, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias um Plano Diretor Regional, ao qual ficará subordinada a utilização das diferentes áreas que constituem o Distrito Federal.

Parágrafo único. O Plano Diretor Regional, a que se refere este artigo, estabelecerá as medidas necessárias ao desenvolvimento das Cidades-Satélites de Brasília e das zonas rurais do Distrito Federal.

Art. 2º Serão delimitadas, inicialmente as áreas urbanas das cidades-satélites as quais deverão situar-se fora da área metropolitana de Brasília.

Art. 3º Serão reservadas no prazo prevista no art. 1º além das zonas industriais das Cidades-Satélites, áreas para indústrias rurais e núcleos agropecuários fora do perímetro urbano das mesmas.

Art. 4º A administração do Distrito Federal, com a assistência técnica e financeira do Ministério da Educação e Cultura, instalará uma escola média de 1º ciclo, de orientação técnica, com a finalidade de dar iniciação profissional, em cada uma das Cidades-Satélites de Brasília.

Art. 5º A Prefeitura do Distrito Federal, de acordo com o Plano Diretor Regional, estabelecerá as prioridades para as desapropriações no Distrito Federal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1955; 144º da Independência e 77º da República.

EL CASTELLO BRANCO.
Milton Soares Campos.
Flávio Lacerda.

LEI Nº 4.767 — DE 30 DE AGOSTO
DE 1955

Promove os Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O militar que, no Teatro de Operações da Itália, integrou a Força Expedicionária Brasileira ou o 1º Grupo de Caça, foi condecorado com a Medalha de Campanha da FEB ou Medalha de Campanha da Itália,

e, licenciado do serviço ativo, encontra-se na reserva não remunerada, será promovido ao posto, ou graduação, imediatos, acima do que possui nesta data.

Art. 2º. Igual direito é concedido ao militar da Marinha de Guerra da reserva não remunerada, condecorado com a Medalha de Serviços de Guerra e que, embarcado, participou de operações ativas de guerra, navegando em missão de escolta, comboio ou patrulha.

Art. 3º. Não será promovido o militar que:

a) estiver sujeito ao processo no foro civil ou militar, ou cumprindo pena;

b) desempenhar na vida civil atividades incompatíveis com a sua qualidade de oficial e graduado da Reserva das Forças Armadas;

c) professar doutrinas nocivas à disciplina e à ordem pública, ou adotar princípios contrários às instituições sociais e políticas remanescentes no País;

d) incorrer em falta que desabone a sua qualidade de oficial ou graduado da Reserva das Forças Armadas.

Art. 4º. A promoção far-se-á mediante requerimento ao Ministro Militar a cujo Ministério esteve o militar vinculado durante a Segunda Grande Guerra, acompanhado dos seguintes documentos.

a) Diploma da medalha referida nos arts. 1º e 2º;

b) Patente, no caso de oficiais, ou Certificado de Reservista, no de praças;

c) Atestado de que satisfaz as condições do art. 3º, fornecido pela respectiva comissão de promoções.

Art. 5º. É assegurada a promoção "post mortem", requerida pelos familiares ou dependentes do militar falecido.

Art. 6º. VETADO

Art. 7º. As promoções com base nesta Lei não importam em qualquer vantagem pecuniária.

Art. 8º. O disposto na presente Lei, bem como na Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, aplica-se aos reservistas da Marinha de Guerra, ex-integrantes da Divisão Naval em operações de guerra, que participaram da primeira guerra mundial, uma vez sejam portadores de condecorações militares por tal motivo.

Art. 9º. O ex-combatente da FEB do 1º Grupo de Caça da FAB ou da Marinha de Guerra, que se encontra na reserva não remunerada, portador da "Medalha de Campanha", "Medalha de Campanha da Itália" ou que tenha participado de operações de guerra em comboio e patrulhamento, portador de diploma de curso superior, devidamente registrado em repartição competente do Ministério da Educação e Cultura, será incluído, com o posto de 2º Tenente da Reserva não remunerada, na arma ou serviço de origem ou em quadro compatível com seu curso e nível universitário, sem ônus para a Fazenda Nacional.

Parágrafo único. Quando o currículo escolar do curso acima referido for de duração igual ou superior a quatro (4) anos, o ex-combatente em apêço, ao ser incluído como 2º Tenente da Reserva, será, no mesmo ato, promovido ao posto de 1º Tenente da Reserva não remunerada, do respectivo quadro, arma ou serviço.

Art. 10. O ex-combatente da FEB, reformado por incapacidade, proveniente de ferimentos verificados ou moléstia adquirida ou agravada em zona de combate, que perceba proventos correspondentes à graduação ou posto imediatamente superior ao seu, nos termos da parte final do art. 2º do Decreto-lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946, será confirmado nessa graduação ou posto.

Art. 11. Os Ministérios Militares expedirão normas referentes ao processamento do constante na presente Lei.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Bosisio

Arthur da Costa e Silva

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.768 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1965

Isenção de todos os impostos e taxas federais a Fundação Bial de São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção de todos os impostos e taxas federais, exceto o de Previdência Social, à Fundação Bial de São Paulo, sociedade civil sem finalidades lucrativas, com sede em São Paulo, bem como a todos os bens e direitos de que, seja titular essa entidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de setembro de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.769 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1965

Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Grupo da Confederação Nacional das Profissões Liberais, cons-

tante do Quadro de Atividades e Profissões, anexo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, é acrescido da categoria profissional de Técnico de Administração.

§ 1º. VETADO.

§ 2º. Terão os mesmos direitos e prerrogativas dos bacharéis em Administração, para o provimento dos cargos de Técnico de Administração do Serviço Público Federal, os que tenham sido diplomados no exterior, em

curso regulares de administração, após a revalidação dos diplomas no Ministério da Educação e Cultura, bem como os que, embora não diplomados, VETADO, ou diplomados em outros cursos de ensino superior e médio, contêm cinco anos, ou mais, de atividades próprias ao campo profissional de Técnico de Administração. VETADO.

Art. 2º A atividade profissional de Técnico de Administração será exercida, como profissão liberal ou não, VETADO, mediante:

a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;

b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da administração VETADO, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, relações públicas, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos;

c) VETADO.

Art. 3º O exercício da profissão de Técnico de Administração é privativo:

a) dos bacharéis em Administração Pública ou de Empresas, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

b) dos diplomados no exterior, em cursos regulares de Administração, após a revalidação do diploma no Ministério da Educação e Cultura, bem como dos diplomados, até à fixação do referido currículo, por cursos de bacharelado em Administração, devidamente reconhecidos;

c) dos que, embora não diplomados nos termos das alíneas anteriores, ou diplomados em outros cursos superiores e de ensino médio, contem, VETADO, cinco anos, ou mais, de atividades próprias no campo profissional de Técnico de Administração definido no art. 2º.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo não prejudicará a situação dos que, até a data da publicação desta Lei, ocupem o cargo de Técnico de

Administração. VETADO, os quais gozarão de todos os direitos e prerrogativas estabelecidos neste diploma legal.

Art. 4º Na administração pública, autárquica, VETADO, é obrigatória, a partir da vigência desta Lei, a apresentação de diploma de Bacharel em Administração, para o provimento e exercício de cargos técnicos de administração, ressalvados os direitos dos atuais ocupantes de cargos de Técnico de Administração.

§ 1º Os cargos técnicos a que se refere este artigo serão definidos no regulamento da presente Lei, a ser elaborado pela Junta Executiva, nos termos do artigo 18.

§ 2º A apresentação do diploma não dispensa a prestação de concurso, quando exigido para o provimento do cargo.

Art. 5º Aos bacharéis em Administração é facultada a inscrição nos concursos, para provimento das cadeiras de Administração VETADO, existentes em qualquer ramo do ensino técnico ou superior, e nas dos cursos de Administração.

Art. 6º São criados o Conselho Federal de Técnicos de Administração (C.F.T.A.) e os Conselhos Regionais de Técnicos de Administração (C.R.T.A.), constituindo em seu conjunto uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 7º O Conselho Federal de Técnicos de Administração, com sede em Brasília, Distrito Federal, terá por finalidade:

a) propugnar por uma adequada compreensão dos problemas administrativos e sua racional solução;

b) orientar e disciplinar o exercício da profissão de Técnico de Administração;

c) elaborar seu regimento interno;

d) dirimir dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais;

e) examinar, modificar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais;

f) julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos C.R.T.A.;

g) votar e alterar o Código de Deontologia Administrativa, bem como zelar pela sua fiel execução, ouvidos os C.R.T.A.;

h) aprovar anualmente o orçamento e as contas da autarquia;

i) promover estudos e campanhas em prol da racionalização administrativa do País.

Art. 8º Os Conselhos Regionais de Técnicos de Administração (C.R.T.A.), com sede nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal, terão por finalidade:

a) dar execução às diretrizes formuladas pelo Conselho Federal de Técnicos de Administração;

b) fiscalizar, na área da respectiva jurisdição, o exercício da profissão de Técnico de Administração;

c) organizar e manter o registro de Técnicos de Administração;

d) julgar as infrações e impor as penalidades referidas nesta Lei;

e) expedir as carteiras profissionais dos Técnicos de Administração;

f) elaborar o seu regimento interno para exame e aprovação pelo C.F.T.A.

Art. 9º O Conselho Federal de Técnicos de Administração compor-se-á de brasileiros natos ou naturalizados, que satisfaçam as exigências desta Lei, e terá a seguinte constituição:

a) nove membros efetivos, eleitos pelos representantes dos sindicatos e das associações profissionais de Técnicos de Administração, que, por sua vez, elegerão dentre si o seu Presidente;

b) nove suplentes eleitos juntamente com os membros efetivos.

Parágrafo único. Dois terços, pelo menos, dos membros efetivos, assim como dos membros suplentes, serão necessariamente bacharéis em Administração, salvo nos Estados em que, por motivos relevantes, isso não seja possível.

Art. 10. A renda do C.F.T.A. é constituída de:

a) vinte por cento (20%) da renda bruta dos C.R.T.A., com exceção dos legados, doações ou subvenções;

b) doações e legados;

c) subvenções dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, ou de empresas e instituições privadas;

d) rendimentos patrimoniais;

e) rendas eventuais.

Art. 11. Os C.R.T.A. serão constituídos de nove membros, eleitos da mesma forma estabelecida para o órgão federal.

Art. 12. A renda dos C.R.T.A. será constituída de:

a) oitenta por cento (80%) da anuidade estabelecida pelo C.F.T.A. e revalidada trienalmente;

b) rendimentos patrimoniais;

c) doações e legados;

d) subvenções e auxílios dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, ou, ainda, de empresas e instituições particulares;

e) provimento das multas aplicadas;

f) rendas eventuais.

Art. 13. Os mandatos dos membros do C.F.T.A. e os dos membros dos C.R.T.A. serão de 3 (três) anos, podendo ser renovados.

§ 1º Anualmente, far-se-á a renovação do terço dos membros do C.F.T.A. e dos C.R.T.A.

§ 2º Para os fins do parágrafo anterior, os membros do C.F.T.A. e dos C.R.T.A., na primeira eleição que se realizar nos termos da presente Lei, terão, 3 (três), o mandato de 1 (um) ano, 3 (três) o de 2 (dois) anos, e 3 (três), mandato de 3 (três) anos.

Art. 14. Só poderão exercer a profissão de Técnico de Administração os profissionais devidamente registrados nos C.R.T.A., pelos quais será expedida a carteira profissional.

§ 1º A falta do registro torna ilegal, punível, o exercício da profissão de Técnico de Administração.

§ 2º A carteira profissional servirá de prova para fins de exercício profissional, de carteira de identidade, e terá fé em todo o território nacional.

Art. 15. Serão obrigatoriamente registrados nos C.R.T.A. as empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades do Técnico de Administração, enunciadas nos termos desta Lei.

§ 1º VETADO.

§ 2º O registro a que se referem este artigo VETADO será feito gratuitamente pelos C.R.T.A.

Art. 16. Os Conselhos Regionais de Técnicos de Administração aplicarão penalidades aos infratores dos dispositivos desta Lei, as quais poderão ser:

a) multa de 5% (cinco por cento) a 50% (cinquenta por cento) do maior salário-mínimo vigente no País aos infratores de qualquer artigo;

b) suspensão de seis meses a um ano ao profissional que demonstrar incapacidade técnica no exercício da profissão, assegurando-lhe ampla defesa;

c) suspensão, de um a cinco anos, ao profissional que, no âmbito de sua atuação, for responsável, na parte técnica, por falsidade do documento, ou por dolo, em parecer ou outro documento que assinar.

§ 1º VETADO.

§ 2º No caso de reincidência da mesma infração, praticada dentro do prazo de cinco anos, após a primeira, além da aplicação da multa em dobro, será determinado o cancelamento do registro profissional.

Art. 17. Os Sindicatos e Associações Profissionais de Técnicos de Administração cooperarão com o C.F.T.A. para a divulgação das modernas técnicas de administração, no exercício da profissão.

Art. 18. Para promoção das medidas preparatorias a execução desta Lei, será constituída por decreto do Presidente da República, dentro de 30 dias, uma Junta Executiva integrada de dois representantes indicados pelo DASP, ocupantes de cargo de Técnico de Administração; de dois bacharéis em Administração, indicados pela Fundação Getúlio Vargas; de três bacharéis em Administração, representantes das Universidades que mantenham curso superior de Administração, um dos quais indicado pela Fundação Universidade de Brasília e os outros dois por indicação do Ministro da Educação.

Parágrafo único. Os representantes de que trata este artigo serão indicados ao Presidente da República em lista dúplice.

Art. 19. A Junta Executiva de que trata o artigo anterior caberá:

a) elaborar o projeto de regulamento da presente Lei e submetê-lo à aprovação do Presidente da República;

b) proceder ao registro, como Técnico de Administração, dos que o requererem, nos termos do art. 3º;

c) estimular a iniciativa dos Técnicos de Administração na criação de associações profissionais e sindicatos;

d) promover, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a realização das primeiras eleições para a formação do Conselho Federal de Técnicos de Administração (C.F.T.A.) e dos Conse-

lhos Regionais de Técnicos de Administração (C.R.T.A.).

§ 1º Será direta a eleição de que trata a alínea d deste artigo, nela votando todos os que forem registrados, nos termos da alínea b.

§ 2º Ao formar-se o C.F.T.A., será extinta a Junta Executiva, cujo acervo e cujos cadastros serão por ele absorvidos.

Art. 20. O disposto nesta Lei só se aplicará aos serviços municipais, às empresas privadas e às autarquias e sociedades de economia mista dos Estados e Municípios, após comprovação, pelos Conselhos Técnicos de Administração, da existência, nos Municípios em que esses serviços, empresas, autarquias ou sociedades de economia mista tenham sede, de técnicos legalmente habilitados, em número suficiente para o atendimento nas funções que lhes são próprias.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.770 — DE 15 DE SETEMBRO
DE 1965

Dispõe sobre a assistência financeira do Governo Federal a Estados e Municípios e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a conceder empréstimo aos Estados e Municípios para a complementação financeira de investimentos de indiscutível urgência e de relevante interesse econômico e social.

§ 1º Os empréstimos também poderão ser concedidos aos Estados e Municípios para obras em fase de acabamento, se os mesmos não dispuserem de fundos para sua conclusão.

§ 2º Nenhum empréstimo ou auxílio poderá ser concedido a Estado ou

Município que atribua aos seus servidores vencimentos superiores aos dos níveis equivalentes dos funcionários civis do Poder Executivo da União, (VETADO)

Art. 2º As condições aplicáveis aos empréstimos de que trata o artigo anterior serão fixadas de acordo com a natureza dos projetos de investimentos, podendo variar o prazo de resgate de 2 (dois) a 8 (oito) anos e a taxa de juros até 7% (sete por cento) ao ano, a critério do Ministro da Fazenda, de conformidade com os esquemas que forem acordados com os Estados ou com os Municípios interessados.

Art. 3º É autorizado o Ministério da Fazenda a promover a regularização dos adiantamentos já concedidos aos Estados, a título de empréstimo ou auxílio, para atendei situações de emergência, que excederem os limites fixados nos artigos 4º e 13 da Lei nº 4.358, de 28 de agosto de 1964.

§ 1º Os adiantamentos de que trata este artigo, e que tenham sido feitos sob a forma de empréstimos, serão regularizados mediante assinatura de contrato de financiamento entre o Ministério da Fazenda e os Estados interessados, para resgate no prazo de 8 (oito) anos, a juros de 8% (oito por cento) ao ano.

2º Os Estados e os Municípios comprovarão, nos prazos a serem fixados nos contratos de financiamentos ou nos processos de auxílios, a aplicação de investimentos previstos nesta Lei, através de documentação própria a ser submetida ao Poder Executivo da União.

Art. 4º Enquanto não forem constituídas as reservas monetárias destinadas à cobertura das diferenças de financiamento de exportações de produtos agrícolas, ainda que manufaturados, cujos preços tenham sofrido baixas acentuadas eventuais no mercado internacional, o Ministro da Fazenda, mediante prévia aquiescência do Conselho Monetário Nacional, poderá autorizar o débito das respectivas despesas em conta do Tesouro Nacional, dando-se ciência ao Congresso Nacional da operação e de seu montante em cruzeiros, dentro de 60 (sessenta) dias de sua realização.

Art. 5º Os recursos para a execução desta Lei serão obtidos mediante venda de Obrigações do Tesouro Nacional, até o limite de Cr\$ 250.000.000.000 (duzentos e cinquenta bilhões de cruzeiros), observadas as disposições da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

§ 1º Na forma do disposto no § 4º, do artigo 49, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as obrigações do Tesouro Nacional, a que se refere este artigo, poderão ser adquiridas diretamente pelo Banco Central da República do Brasil.

§ 2º Os recursos resultantes da aplicação desta Lei, bem assim os decorrentes de convênios celebrados entre a União e os Estados, inclusive os da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), poderão ser depositados, por intermédio do Banco do Brasil, em banco oficial do Estado a que se destinarem, onde houver.

§ 3º Se os recursos de que trata o parágrafo anterior forem decorrentes de convênios, ficarão vinculados, em conta especial, à execução dos mesmos, para serem aplicados segundo a programação estabelecida.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 15 de setembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.771 — DE 15 DE SETEMBRO
DE 1965

Institui o novo Código Florestal

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limi-

tações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Parágrafo único. As ações ou omissões contrárias às disposições deste Código na utilização e exploração das florestas são consideradas uso nocivo da propriedade (art. 302, XI, b. do Código de Processo Civil).

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 — de 5 (cinco) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 — igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros de distância entre as margens;

3 — de 100 (cem) metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros.

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, mesmo nos chamados "olhos d'água" seja qual for a sua situação topográfica;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45%, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas;

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, nos campos naturais ou artificiais, as florestas nativas e as vegetações campestres.

Art. 3º Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

a) a atenuar a erosão das terras;

b) a fixar as dunas;

c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;

d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;

e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;

f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;

g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;

h) a assegurar condições de bem-estar público

§ 1º A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

§ 2º As florestas que integram o Patrimônio Indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente (letra "g") pelo só efeito desta Lei.

Art. 4º Consideram-se de interesse público:

a) a limitação e o controle do pastoreio em determinadas áreas visando à adequada conservação e propagação da vegetação florestal;

b) as medidas com o fim de prevenir ou erradicar pragas e doenças que afetem a vegetação florestal.

c) a difusão e a adoção de métodos tecnológicos que visem a aumentar economicamente a vida útil da madeira e o seu maior aproveitamento em todas as fases de manipulação e transformação

Art. 5º O Poder Público criará:

a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.

b) Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim.

Parágrafo único. Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais.

Art. 6º O proprietário da floresta não preservada, nos termos desta Lei, poderá gravá-la com perpetuidade,

desde que verificada a existência de interesse público pela autoridade florestal. O vínculo constará de termo assinado perante a autoridade florestal e será averbado à margem da inscrição no Registro Público.

Art. 7º Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte, mediante ato do Poder Público, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de sementeira.

Art. 8º Na distribuição de lotes destinados à agricultura, em planos de colonização e de reforma agrária, não devem ser incluídas as áreas florestadas de preservação permanente de que trata esta Lei, nem as florestas necessárias ao abastecimento local ou nacional de madeiras e outros produtos florestais.

Art. 9º As florestas de propriedade particular enquanto indivisas com outras, sujeitas a regime especial, ficam subordinadas às disposições que vigorarem para estas.

Art. 10. Não é permitida a derrubada de florestas, situadas em áreas de inclinação entre 25 a 45 graus, só sendo nelas tolerada a extração de toros, quando em regime de utilização racional, que vise a rendimentos permanentes.

Art. 11. O emprego de produtos florestais ou nilha como combustível obriga o uso de dispositivo, que impeça difusão deagulhas suscetíveis de provocar incêndios, nas florestas e demais formas de vegetação marginal.

Art. 12. Nas florestas plantadas, não consideradas de preservação permanente, é livre a extração de lenha e demais produtos florestais ou a fabricação de carvão. Nas demais florestas dependerá de norma estabelecida em ato do Poder Federal ou Estadual, em obediência a prescrições ditadas pela técnica e às peculiaridades locais.

Art. 13. O comércio de plantas vivas, oriundas de florestas, dependerá de licença da autoridade competente.

Art. 14. Além dos preceitos gerais a que está sujeita a utilização das florestas, o Poder Público Federal ou Estadual poderá:

- a) prescrever outras normas que atendam as peculiaridades locais,
- b) proibir ou limitar o corte das espécies vegetais consideradas em via

de extinção, delimitando as áreas compreendidas no ato, fazendo depender nessas áreas, de licença prévia o corte de outras espécies;

- c) ampliar o registro de pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à extração, indústria e comércio de produtos ou subprodutos florestais.

Art. 15. Fica proibida a exploração sob forma empírica das florestas primitivas da mata amazônica que só poderão ser utilizadas em observância a planos técnicos de condução e manejo a serem estabelecidos por ato do Poder Público, a ser baixado dentro do prazo de um ano.

Art. 16. As florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de preservação permanente, previstas nos artigos 2º e 3º desta lei, são suscetíveis de exploração, obedecendo às seguintes restrições:

a) nas regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste, esta na parte sul, as derrubadas de florestas nativas, primitivas ou regeneradas, se serão permitidas, desde que seja, em qualquer caso, respeitado o limite mínimo de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade competente;

b) nas regiões citadas na letra anterior nas áreas já desbravadas e previamente delimitadas pela autoridade competente, ficam proibidas as derrubadas de florestas primitivas, quando feitas para ocupação do solo com cultura e pastagens, permitindo-se, nesses casos, apenas a extração de árvores para produção de madeira. Nas áreas ainda incultas, sujeitas a formas de desbravamento, as derrubadas de florestas primitivas, nos trabalhos de instalação de novas propriedades agrícolas, só serão toleradas até o máximo de 50% da área da propriedade;

c) na região Sul as áreas atualmente revestidas de formações florestais em que ocorre o pinheiro brasileiro, "*Pinus angustifolia*" (Bert — O. Ktze), não poderão ser desflorestadas de forma a provocar a eliminação permanente das florestas, tolerando-se, somente a exploração racional destas, observadas as prescrições ditadas pela técnica, com a garantia de permanen-

cia dos maciços em boas condições de desenvolvimento e produção.

d) nas regiões Nordeste e Leste Setentrional, inclusive nos Estados do Maranhão e Piauí, o corte de árvores e a exploração de florestas só será permitida com observância de normas técnicas a serem estabelecidas por ato do Poder Público, na forma do art. 15.

Parágrafo único. Nas propriedades rurais, compreendidas na alínea "a" deste artigo, com área entre vinte (20) a cinquenta (50) hectares computar-se-ão, para efeito de fixação do limite percentual, além da cobertura florestal de qualquer natureza, os maciços de porte arboreo, sejam frutícolas, ornamentais ou industriais.

Art. 17. Nos loteamentos de propriedades rurais, a área destinada a completar o limite percentual fixado na letra a do artigo antecedente, poderá ser agrupada numa só porção em condomínio entre os adquirentes.

Art. 18. Nas terras de propriedade privada, onde seja necessário o florestamento ou o reflorestamento de preservação permanente, o Poder Público Federal poderá fazê-lo sem desapropriá-las, se não o fizer o proprietário.

§ 1º Se tais áreas estiverem sendo utilizadas com culturas, de seu valor deverá ser indenizado o proprietário.

§ 2º As áreas assim utilizadas pelo Poder Público Federal ficam isentas de tributação.

Art. 19. Visando a maior rendimento econômico é permitido aos proprietários de florestas heterogêneas transformá-las em homogêneas, executando trabalho de derrubada a um só tempo ou sucessivamente, de toda a vegetação a substituir desde que assinem, antes do início dos trabalhos, perante a autoridade competente, termo de obrigação de reposição e tratos culturais.

Art. 20. As empresas industriais que, por sua natureza, consumirem grandes quantidades de matéria-prima florestal serão obrigadas a manter, dentro de um raio em que a exploração e o transporte sejam julgados econômicos, um serviço organizado, que assegure o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencen-

tes a terceiros, cuja produção sob exploração racional, seja equivalente ao consumido para o seu abastecimento.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo, além das penalidades previstas neste Código, obriga os infratores ao pagamento de uma multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor comercial da matéria-prima florestal nativa consumida além da produção da qual participe.

Art. 21. As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, tenha ou outra matéria-prima florestal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.

Parágrafo único. A autoridade competente fixará para cada empresa o prazo que lhe é facultado para atender ao disposto neste artigo, dentro dos limites de 5 a 10 anos.

Art. 22. A União fiscalizará diretamente, pelo órgão executivo específico do Ministério da Agricultura, ou em convênio com os Estados e Municípios, a aplicação das normas deste Código, podendo, para tanto, criar os serviços indispensáveis.

Art. 23. A fiscalização e a guarda das florestas pelos serviços especializados não excluem a ação da autoridade policial por iniciativa própria.

Art. 24. Os funcionários florestais, no exercício de suas funções, são equiparados aos agentes de segurança pública, sendo-lhes assegurado o porte de armas.

Art. 25. Em caso de incêndio rural, que não se possa extinguir com os recursos ordinários, compete não só ao funcionário florestal, como a qualquer outra autoridade pública, requisitar os meios materiais e convocar os homens em condições de prestar auxílio.

Art. 26. Constituem contravenções penais, puníveis com três meses a um ano de prisão simples ou multa de uma a cem vezes o salário mínimo mensal, do lugar e da data da infração ou ambas as penas cumulativamente:

a) destruir ou danificar a floresta considerada de preservação perma-

nente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas estabelecidas ou previstas nesta Lei.

b) cortar árvores em florestas de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente;

c) penetrar em floresta de preservação permanente conduzindo armas, substâncias ou instrumentos próprios para caça proibida ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem estar munido de licença da autoridade competente;

d) causar danos aos Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais, bem como às Reservas Biológicas;

e) fazer fogo, por qualquer modo, em florestas e demais formas de vegetação, sem tomar as precauções adequadas;

f) fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação;

g) impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação;

h) receber madeira, lenha, carvão e outros produtos procedentes de florestas, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto, até final beneficiamento;

i) transportar ou guardar madeiras, lenha, carvão e outros produtos procedentes de florestas, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente;

j) deixar de restituir à autoridade licenças extintas pelo decurso do prazo ou pela entrega ao consumidor dos produtos procedentes de florestas;

l) empregar, como combustível, produtos florestais ou hulha, sem uso de dispositivo que impeça a dispersão de fagulhas, suscetíveis de provocar incêndios nas florestas;

m) soltar animais ou não tomar precauções necessárias para que o animal de sua propriedade não penetre em florestas sujeitas a regime especial;

n) matar, lesar ou maltratar por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de lagos ou públicos ou em propriedade privada alheia ou árvore imune de corte;

o) extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preserva-

ção permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer outra espécie de minerais;

p) VETADO.

Art. 27. É proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação.

Parágrafo único. Se peculiaridades locais ou regionais justificarem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, a permissão será estabelecida em ato do Poder Público, circunscrevendo as áreas e estabelecendo normas de precaução.

Art. 28. Além das contravenções estabelecidas no artigo precedente, subsistem os dispositivos sobre contravenções e crimes previstos no Código Penal e nas demais leis, com as penalidades neles cominadas.

Art. 29. As penalidades incidirão sobre os autores, sejam eles:

a) diretos;

b) arrendatários, parceiros, posseiros, gerentes, administradores, diretores, promitentes compradores ou proprietários das áreas florestais, desde que praticadas por prepostos ou subordinados e no interesse dos preponentes ou dos superiores hierárquicos;

c) autoridades que se omitirem ou facilitarem, por consentimento legal, na prática do ato.

Art. 30. Aplicam-se às contravenções previstas neste Código as regras gerais do Código Penal e da Lei de Contravenções Penais, sempre que a presente Lei não disponha de modo diverso.

Art. 31. São circunstâncias que agravam a pena, além das previstas no Código Penal e na Lei de Contravenções Penais:

a) cometer a infração no período de queda das sementes ou de formação das vegetações prejudicadas, durante a noite, em domingos ou dias feriados, em épocas de seca ou inundações;

b) cometer a infração contra a floresta de preservação permanente ou material dela provindo.

Art. 32. A ação penal independe de queixa, mesmo em se tratando de lesão em propriedade privada, quando os bens atingidos são florestas e demais formas de vegetação, instrumentos de trabalho, documentos e atos relacionados com a proteção florestal disciplinada nesta Lei.

Art. 33. São autoridades competentes para instaurar, presidir e proceder a inquéritos policiais, lavrar autos de prisão em flagrante e intentar a ação penal, nos casos de crimes ou contravenções previstos nesta Lei, ou em outras leis e que tenham por objeto florestas e demais formas de vegetação, instrumentos de trabalho, documentos e produtos procedentes das mesmas:

a) as indicadas no Código de Processo Penal;

b) os funcionários da repartição florestal e de autarquias com atribuições correlatas, designados para a atividade de fiscalização.

Parágrafo único. Em caso de ações penais simultâneas, pelo mesmo fato, iniciadas por várias autoridades, o Juiz reunirá os processos na jurisdição em que se firmou a competência.

Art. 34. As autoridades referidas no item "b" do artigo anterior, ratificada a denúncia pelo Ministério Público, terão ainda competência igual à deste, na qualidade de assistente, perante a Justiça comum, nos feitos de que trata esta Lei.

Art. 35. A autoridade apreenderá os produtos e os instrumentos utilizados na infração e, se não puderem acompanhar o inquérito, por seu volume e natureza serão entregues ao depositário público local, se houver e, na sua falta, ao que for nomeado pelo Juiz, para ulterior devolução ao prejudicado. Se pertencerem ao agente ativo da infração, serão vendidos em hasta pública.

Art. 36. O processo das contravenções obedecerá ao rito sumário da Lei nº 1.508, de 19 de dezembro de 1951, no que couber.

Art. 37. Não serão transcritos ou averbados no Registro Geral de Imóveis os atos de transmissão "inter vivos" ou "causa mortis", bem como a constituição de ônus reais, sobre imóveis da zona rural, sem a apresentação de certidão negativa de dividas referentes a multas previstas nesta Lei ou nas leis estaduais supletivas, por decisão transitada em julgado.

Art. 38. As florestas plantadas ou naturais são declaradas imunes a qualquer tributação e não podem determinar, para efeito tributário, aumento do valor das terras em que se encontram.

§ 1º Não se considerará renda tributável o valor de produtos florestais obtidos em florestas plantadas, por quem as houver formado.

§ 2º As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento serão deduzidas integralmente do imposto de renda e das taxas específicas ligadas ao reflorestamento.

Art. 39. Ficam isentas do imposto territorial rural as áreas com florestas sob regime de preservação permanente e as áreas com florestas plantadas para fins de exploração madeireira.

Parágrafo único. Se a floresta for nativa, a isenção não ultrapassará de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, que incidirá sobre a área tributável.

Art. 40. VETADO.

Art. 41. Os estabelecimentos oficiais de crédito concederão prioridades aos projetos de florestamento, reflorestamento ou aquisição de equipamentos mecânicos necessários aos serviços, obedecidas as escalas anteriormente fixadas em lei.

Parágrafo único. Ao Conselho Monetário Nacional, dentro de suas atribuições legais, como órgão disciplinador do crédito e das operações creditícias em todas suas modalidades e formas, cabe estabelecer as normas para os financiamentos florestais, com juros e prazos compatíveis, relacionados com os planos de florestamento e reflorestamento aprovados pelo Conselho Florestal Federal.

Art. 42. Dois anos depois da promulgação desta Lei, nenhuma autoridade poderá permitir a adoção de livros escolares de leitura que não contenham textos de educação florestal, previamente aprovados pelo Conselho Federal de Educação, ouvido o órgão florestal competente.

§ 1º As estações de rádio e televisão incluirão, obrigatoriamente em suas programações, textos e dispositivos de interesse florestal, aprovados pelo órgão competente no limite mínimo de cinco (5) minutos semanais, distribuídos ou não em diferentes dias.

§ 2º Nos mapas e cartas oficiais serão obrigatoriamente assinalados os Parques e Florestas Públicas.

§ 3º A União e os Estados promoverão a criação e o desenvolvimento de

escolas para o ensino florestal, em seus diferentes níveis.

Art. 43. Fica instituída a Semana Florestal, em datas fixadas para as diversas regiões do País, por Decreto Federal. Será a mesma comemorada, obrigatoriamente, nas escolas e estabelecimentos públicos ou subvencionados, através de programas objetivos em que se ressalte o valor das florestas, face aos seus produtos e utilidades, bem como sobre a forma correta de conduzi-las e perpetuá-las.

Parágrafo único. Para a Semana Florestal serão programadas reuniões, conferências, jornadas de reflorestamento e outras solenidades e festividades com o objetivo de identificar as florestas como recurso natural renovável, de elevado valor social e econômico.

Art. 44. Na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste enquanto não for estabelecido o decreto de que trata o artigo 15, a exploração a corte raso só é permissível desde que permaneça com cobertura arbórea, pelo menos 50% da área de cada propriedade.

Art. 45. O Poder Executivo promoverá, no prazo de 180 dias, a revisão de todos os contratos, convênios, acordos e concessões relacionados com a exploração florestal em geral, a fim de ajustá-las às normas adotadas por esta Lei.

Art. 46. Fica mantido o Conselho Florestal Federal, com sede em Brasília, como órgão consultivo e normativo da política florestal brasileira.

Parágrafo único. A composição e atribuições do Conselho Florestal Federal, integrado, no máximo, por 12 (doze) membros, serão estabelecidas por decreto do Poder Executivo.

Art. 47. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que for julgado necessário à sua execução.

Art. 48. Esta Lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação, revogados o Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934 (Código Florestal) e demais disposições em contrário.

Brasília, 15 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Hugo Leme

Octavio Gouveia de Bulhões

Flávio Lacerda

LEI Nº 4.772 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1965

Dispõe sobre a transferência de cargos e dos respectivos servidores do Escritório técnico da Cidade Universitária, da Universidade do Brasil, para o Quadro do Pessoal — Parte Permanente, do Departamento Administrativo do Serviço Público e vice-versa, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São transferidos para o Quadro do Pessoal — Parte Permanente, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), os cargos dos servidores do Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (ETUB), que, à data da Lei nº 4.402, de 10 de setembro de 1964, eram providos por funcionários que tinham exercício naquele Departamento.

Art. 2º São igualmente transferidos para o ETUB os cargos dos servidores do DASP que, à data da Lei nº 4.402, de 10 de setembro de 1964, estavam ocupados por funcionários com exercício naquele Escritório.

Art. 3º E' assegurado aos servidores ocupantes dos cargos de que trata a presente lei o direito de optarem, perante o DASP, expressamente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação, pela situação em que desejarem permanecer.

Art. 4º Até 30 (trinta) dias após o recebimento das opções, o DASP deverá elaborar o decreto de transferência dos funcionários que o requererem.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flávio Lacerda

LEI Nº 4.773 — DE 15 DE SETEMBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes da participação da União na constituição do capital da Empresa Brasileira de Telecomunicações.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, um crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), destinado a atender às

despesas com a subscrição de parte do capital da União na Empresa Brasileira de Telecomunicações, a ser constituída nos termos do art. 42 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Art. 2º O crédito a que se refere esta Lei, depois de registrado no Tribunal de Contas da União, será automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

LEI Nº 4.774 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1965

Concede pensão especial a Paulo Soares, ex-servidor do Ministério da Guerra

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida a Paulo Soares, ex-servidor do Ministério da Guerra, a pensão especial de Cr\$ 66.000 (sessenta e seis mil cruzeiros) mensais.

Art. 2º A despesa com o pagamento da pensão concedida por esta lei correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

LEI Nº 4.775 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1965

Prorroga o prazo estabelecido no art. 2º da Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954, que autoriza o Poder Executivo a financiar operações imobiliárias realizadas pelo Clube Naval.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É prorrogado até 30 de junho de 1970 o prazo estabelecido no art. 2º da Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954, que autoriza o Poder Executivo a financiar operações imobiliárias realizadas pelo Clube Naval.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Bosisio

Eduardo Lopes Rodrigues

LEI Nº 4.776 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1965

Abre, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado ao combate à malária.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), com vigência por dois exercícios, destinado ao combate à malária na região dos vales dos Rios Araguaia e Tocantins, e da Estrada Belém-Brasília, a cargo da Campanha de Erradicação da Malária.

Art. 2º. O crédito especial de que trata esta Lei será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues

Raymundo de Brito

LEI Nº 4.777 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1965

Estende à Comarca de São Vicente à Jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estendida à Comarca de São Vicente, Estado de São Paulo, a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, no mesmo Estado.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arnaldo Susssekind

LEI Nº 4.778 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1965

Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos em prestações.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º. Tratando-se de propriedade urbana, o plano e a planta de loteamento devem ser previamente aprovados pela Prefeitura Municipal, ouvidas, quanto ao que lhes disser respeito, as autoridades sanitárias, militares e, desde que se trate de área total ou parcialmente florestada as autoridades florestais.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Soares Campos

LEI Nº 4.779 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1965

Retifica, sem aumento de despesa, a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei número 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1965, na forma adiante indicada:

Subanexo 4.14 — Ministério da Fazenda.

Onde se lê:

- 4.14.16 — Diretor-Geral da Fazenda Nacional (Coletorias Federais)
- 4.14.23 — Diretoria das Rendas Internas
- 4.14.27 — Divisão do Imposto de Renda

Leia-se:

- 4.14.16 — Departamento de Arrecadação (Exatarias Federais)
- 4.14.28 — Departamento de Rendas Internas
- 4.14.27 — Departamento do Imposto de Renda

Art. 2º Esta lei produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 1965.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Lopes Rodrigues

LEI Nº 4.780 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para atender as despesas decorrentes do reajustamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para atender, no corrente exercício de 1965, às despesas decorrentes do reajustamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento, criado pelas III Reuniões do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizadas em Lima, em dezembro de 1964, para financiar as atividades da Aliança para o Progresso.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
A. B. L. Castello Branco
Eduardo Lopes Rodrigues

LEIS NS. 4.781 a 4.783, ainda não foram publicadas no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.784 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1965

Define a competência dos Estados para a cobrança do imposto sobre vendas e consignações.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O imposto sobre vendas e consignações, a que se refere o artigo 19, item II, da Constituição Federal, é devido no lugar onde se efetuar a operação de venda ou consignação.

§ 1º Considera-se lugar da operação, ressalvados os casos expressos nesta Lei, aquele onde se encontrar a mercadoria ou produto na ocasião da venda ou consignação.

§ 2º Quando a mercadoria ou produto estiver em trânsito, ao ser efetuada a venda ou consignação, considerar-se-a como lugar da operação aquele onde estiver situado o estabelecimento do vendedor ou consignante.

§ 3º No caso de venda ou consignação para o estrangeiro, mediante embarque através de outro Estado, o imposto será devido exclusivamente ao Estado de origem, mesmo que os produtos sofram, no Estado por onde forem exportados, beneficiamento, liga ou manipulação que não lhes altere a natureza.

§ 4º Nos casos de fornecimento de material por empreiteiros ou construtores, considerar-se-a como lugar da operação aquele onde estiver situada a obra.

Art. 2º Nas transferências de produtos e subprodutos da pecuária, agrícolas ou extrativos, de um Estado para depósito e posterior venda ou consignação, em outro, pela mesma pessoa natural ou jurídica ou associados de cooperativas, considerar-se-a lugar da operação de venda ou

consignação, relativa a essa transferência, para os efeitos de cobrança do imposto no Estado de origem, aquele onde foram produzidos.

§ 1º Consideram-se agrícolas, pecuários ou extrativos, para os fins desta Lei, os produtos dos gêneros vegetal, animal ou mineral, em estado natural ou submetidos a simples operações de embalagem, empacotamento, fracionamento, moagem, separação, serragem, mescla, limpeza, eliminação de impureza, polimento, congelamento, pasteurização, desidratação, refino, cozimento, maceração, salga, defumação, descascamento, prensagem e outras que se lhes possam assemelhar.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos minerais do País, de que cogitam o art. 15, item III, da Constituição Federal e legislação complementar, os quais continuam sujeitos à tributação do imposto único federal.

§ 3º Se surgirem divergências... VETADO... quanto à classificação dos produtos... VETADO... caberá ao Ministério da Agricultura, através do órgão competente, por solicitação de qualquer... VETADO... interessado, dar a classificação ao produto sobre o qual surgir divergência.

§ 4º VETADO.

Art. 3º VETADO.

Art. 4º O disposto nesta Lei aplica-se aos casos pendentes de decisão administrativa ou judicial, decorrentes da aplicação da Lei nº 4.299, de 23 de dezembro de 1963... VETADO.

Art. 5º Se o contribuinte houver pago o imposto num Estado, quando devido a outro, fica obrigado a recolhê-lo a este Estado, independente de qualquer penalidade ou correção monetária, e terá assegurado o direito à restituição do que houver pago indevidamente, feita a prova de ter pago ou iniciado o pagamento onde for devido.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor 30 dias após a sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas a Lei número 4.299, de 23 de dezembro de 1963, e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Lopes Rodrigues
Hugo de Almeida Leme

APENSO

No “Apenso” dos Volumes da “Coleção das Leis” figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no “Diário Oficial” até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 1965

Determina o registro de contrato celebrado, em 13 de janeiro de 1960, entre a União Federal e o Banco do Brasil.

Art. 1º O Tribunal de Contas da União registrará o contrato celebrado, em 13 de janeiro de 1960, entre a União Federal e o Banco do Brasil S.A., para o funcionamento e execução dos serviços da Caixa de Mobilização Bancária.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de junho de 1965

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.452 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1964

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do projeto que se transformou na Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e da outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, na forma do § 3º do art. 70 da Constituição Federal os dispositivos da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.

Art. 17. Fica criado o Fundo Nacional de Pavimentação, que será aplicado pelo DNER de acordo com a legislação que regulamenta a aplica-

ção do Fundo Rodoviário Nacional, sendo vedado pagamento de pessoal permanente ou temporário à conta dos seus recursos.

§ 1º. O orçamento da União consignará quantia nunca inferior a 1% do total da Receita prevista para o exercício, para a constituição do Fundo Nacional de Pavimentação de que trata este artigo.

§ 2º O Fundo Nacional de Pavimentação será aplicado na pavimentação superior de estradas, de acordo com planos aprovados pelo Conselho Rodoviário Nacional, ou em rodovias de relevante finalidade turística.

Brasília, 2 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.502 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto se transformou na Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º do art. 70 da Constituição Federal os seguintes dispositivos da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

Art. 7º

XXIV — As máquinas de costura de uso doméstico e respectivos móveis.

Posição	Inciso	Produtos	Aliquota ad valorem
8.441	...	exceto máquinas de costura de uso doméstico e respectivos móveis.	

Brasília, 16 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.531 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1964

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.531 de 8 de dezembro de 1964, que fixa os vencimentos de Membros do Ministério Público Federal, e do Serviço Jurídico da União e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4º da Constituição Federal, as seguintes disposições, vetadas pelo Presidente da República, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.531, de 8 de dezembro de 1964:

Art. 3º Quando o total mensal de vencimentos e vantagens, ou proventos, a que por força da Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964, fizerem jus os Membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Serviço Jurídico da União, for inferior ao total de vencimentos e vantagens, ou proventos que vinham recebendo, terão direito a um complemento igual ao valor da diferença encontrada.

Parágrafo único. O complemento de que trata este artigo decrescerá progressivamente até a sua completa extinção, em face dos futuros reajustamentos, promoções e acessos.

Brasília, 8 de julho de 1965, 144º da Independência e 77º da República,

AURO MOURA ANDRADE

LEI Nº 4.563 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 3º, do art. 70, da Constituição Federal, as seguintes partes mantidas pelo Congresso Nacional após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.563, de 11 de dezembro de 1964, que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências:

Art. 3º

"o) um representante da Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de carga;"

"q) um representante do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima;"

"r) um representante do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Comercial;"

§ 1º ... o, ... q, r ..."

Brasília, 11 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.592 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1964

Partes, mantidas pelo Congresso Nacional, do projeto que se transformou na Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964; que aprova o Plano Nacional de Viação.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, na forma da parte final do § 3º do art. 70 da Constituição Federal os seguintes dispositivos da Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

1.2 — Rodovias Longitudinais

BR	Descrição	Extensão Km
101	... Rio (Barra da Tijuca) ...	740
120	Forno—Bom Jardim—Volta Grande—Providência—Leopoldina—Cataguazes—Ubatuba—Ponte Nova—São Domingos do Prata—Nova Era—Itabira—Guanhães—Capelinha—Araçuaí	
122	... Jardim—Barbalha—Juazeiro do Norte—Iguatu—Solonópolis—Xorózinho ...	
234	... Macururé—Curaça ...	
251	... Ilhéus—Pontal—Buararema ... Unai ... Goiás—Ceres—Xavantina—Cuiabá.	
266	... Boa Esperança—Carmo do Rio Claro—São Sebastião do Paraíso—Bebedouro—São José do Rio Preto	605
273	Campinas—Itu—Botucatu—Bauru—Marília — Tupã—Adamantina—Dracena—Panorama — Três Lagoas—Campo Grande	

1.4 — Rodovias Diagonais

BR	Descrição	Extensão Km
303	Maceió—Garanhuns—Monteiro—Aogados do Ingazeiro—Itaporanga—Cajazeiras ... Anajabuba—Pinheiro—Cândido Mendes—Capanema.	600
352	Pará de Minas—Pitangui—Abaeté—Patos de Minas—Ipameri—Goiânia	
354	P. Perdões—Formiga—Patos de Minas—Cristalina	600
259	Mineiro—Coxim—Corumbá	
367	Pôrto Seguro—Araçuaí—Diamantina—Gouvêa . . .	600
369	Boa Esperança—Campos Gerais—Alfenas—Serrania—Caconde—Pirassununga ...	
383	Conselheiro Lafaiete ... — Caxambu ...	

1.5 — *Ligações*

BR	Descrição	Extensão Km
419	Rio Verde (MT)—Aquidauana—Bela Vista	380
420	São Roque—Nazaré—Laje—Mutuipe — Jequiriçá — Ubairá—Santa Inês—Itaquara e Jabaquara — BR 116	
458	Conselheiro Pena—Tarumirim ... Taruaçu—Iapu — BR 381	96
461	Abre-Campo (BR 262)—Carangola—Itaperuna (BR 393)	129
464	... Campo Grande—Santa Cruz ...	
470	... Lagoa Vermelha ...	
471	Soledade—Santa Cruz do Sul—Encruzilhada do Sul— Cangussu ...	
474	Barbacena—Alto do Rio Doce—Cipotâmia—Brás Pi- res—Presidente Bernardes—Pôrto Firme—Guara- ciaba—Ponte Nova—Rio Casca—Raul Soares—Ca- ratinga—Ipanema—Aimorés—BR 262	260
475	Tubarão e Lajes	150
476	Apiatá—Curitiba—Lapa—São Mateus—Pôrto União ..	340
477	Canoinhas—Papanduva—Blumenau	165
478	Limeira—Sorocaba—Registro—Cananéia	280
479	Januária—Arinos—Brasília	440
480	Erechim—Praia Bonita—Chapecó—Xaxim—Xanxerê —São Lourenço—BR 280	150
481	Mogi das Cruzes—BR 116	22
482	BR 101—Cachoeiro de Itapemirim—Jerônimo Mon- teiro—Alegre—Guaçuí—Espera Feliz—Carangola— Fervedouro (BR 116)	140
485	BR 116—Parque Nacional das Agulhas Negras—Vale dos Lírios—Garganta do Registro (BR 354)	60
486	Itajaí—Brusque—Vidal Ramos—Bom Retiro	205

FERROVIAS

2.3 — *Ligações*

	Descrição	Extensão Km
L 55	Venceslau Braz—Lysimaco Costa—L 31.	
L 56	Marcílio Dias—Canoinhas—Monte Castelo	55

PORTOS FLUVIAIS

	Descrição	Classe
45	Januária	3ª
50	Três Marias	3ª

Brasília, 2 de julho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.
H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.663 — DE 3 DE JUNHO DE 1965

Cria estímulos ao aumento de produtividade e à contenção de preços e dá outras providências.

(Publicada no *Diário Oficial* de 4.6.65 e retificada no de 21.6.65.)

Retificação

Na primeira página, na 4ª coluna, onde se lê:

Art. 4º

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às empresas comerciais que demonstrarem uma taxa percentual de lucro bruto, sobre as vendas efetuadas em 1965, igual ou superior à obtida em 1964”.

Leia-se:

Art. 4º

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às empresas comerciais que demonstrarem uma taxa percentual de lucro bruto, sobre as vendas efetuadas em 1965, igual ou inferior à obtida em 1964”.

LEI Nº 4.676 — DE 16
JUNHO DE 1965

Modifica, em parte, as Leis ns. 2.308, de 31 de agosto de 1954, 2.944, de 8 de novembro de 1956, 4.156, de 29 de novembro de 1962, e 4.364, de 22 de junho de 1964, que dispõem sobre o Fundo Federal de Eletrificação e sobre a distribuição e aplicação do Imposto Único sobre Energia Elétrica, e dá outras providências.

(Publicada no *Diário Oficial* de 21 de junho de 1965 e retificada no de 28 de junho de 1965)

Retificação

Na primeira página, na 4.ª coluna, no art. 6º, na transcrição do § 4º do

art. 8º, da Lei nº 4.156-62, onde se lê: § 4º — Aproveitados a comprovação e o plano de eletrificação ... — Leia-se: § 4º — Apresentados a comprovação e o plano de eletrificação ...

LEI Nº 4.685 — DE 21 DE
JUNHO DE 1965

Modifica a Lei nº 3.760, de 25 de abril de 1960, que concede a pensão especial de Cr\$ 40.000 (quarenta mil cruzeiros) à viúva e filhos do Senador Lameira Bittencourt.

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 24-6-65 e retificada no D.O. de 30-6-65).

Retificação

Na página 6.081, 4.^a coluna, na ementa, onde se lê:

... do Senador Lameira Bittencourt ...

Leia-se:

... do Senador Lameira Bittencourt ...

LEI Nº 4.689 — DE 21 DE JUNHO DE 1965

Isenta do imposto de importação de mil toneladas de placas de aço (slabs) importadas pela Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA).

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 24-6-65 e retificada no D.O. de 20-6-65).

Retificação

Na página 5.905, 4.^a coluna, art. 1º,

Onde se lê:

... e aditivos ns. DG64-1291 e DG64-1241, emitidos pela ...

Leia-se:

... e aditivos ns. DG64-1291 e DG-64-941, emitidos pela ...

LEI Nº 4.697 — DE 22 DE JUNHO DE 1965

Dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 25-6-1965

Retificação

Na página 5.953, 1.^a coluna,

Onde se lê:

... LEI Nº 46.967 — DE 22 DE JUNHO DE 1965 ...

Leia-se:

... LEI Nº 4.697 — DE 22 DE JUNHO DE 1965 ...

LEI Nº 4.698 — DE 28 DE JUNHO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com o financiamento previsto na Lei nº 2.321, de 11 de setembro de 1954.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de ... Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com o financiamento previsto na Lei nº 2.321, de 11 de setembro de 1954.

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º VETADO.

Art. 4º São revogados o art. 5º e seu parágrafo único da Lei número 2.321, de 11 de setembro de 1954.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.701 — DE 28 DE JUNHO
DE 1965

Dispõe sobre o exercício da atividade hemoterápica no Brasil e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A atividade hemoterápica no Brasil será exercida de acordo com os preceitos gerais que definem as bases da Política Nacional do Sangue.

Art. 2º Constituem bases dessa Política:

1) A definição dos sistemas de organizações responsáveis pelos adequados provimento e distribuição de sangue e de seus componentes e derivados;

2) o primado da doação voluntária de sangue;

3) o estabelecimento de medidas de proteção individual do doador e do receptor;

4) a fixação de critérios de destinação do sangue coletado e de seus componentes e derivados, assegurada disponibilidade permanente de sangue total para transfusão;

5) a constituição de reservas hemoterápicas à disposição do Estado, para emprego em casos de imperiosa necessidade e de interesse nacional;

6) o disciplinamento da atividade industrial relativa à produção de derivados do sangue;

7) o incentivo à pesquisa científica relacionada com o sangue, seus componentes e derivados, e aos meios para formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado.

Art. 3º O exercício da atividade hemoterápica é decorrente da conjugação de serviços executados por organizações oficiais e ou de iniciativa particular, assim classificadas:

1) Um órgão normativo e consultivo, ocupando-se do disciplinamento da referida atividade em todo o território nacional;

2) órgãos de fiscalização — com autoridade de âmbito nacional, estadual, territorial e municipal, atuando no campo da saúde pública;

3) órgãos executivos, de iniciativa governamental ou particular, de finalidade e amplitude variáveis, operan-

do com sangue ou seus componentes e derivados.

Art. 4º São da alçada exclusiva do Governo Federal o disciplinamento e controle da hemoterapia, para garantia de observância dos preceitos da Política Nacional do Sangue.

Art. 5º Sob a denominação de Comissão Nacional de Hemoterapia — (CNH), fica criado no Ministério da Saúde um órgão permanente composto de 5 (cinco) membros indicados pelo Ministro da Saúde e nomeados pelo Presidente da República pelo prazo de 2 (dois) anos, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, incumbido de promover as medidas necessárias ao fiel cumprimento em todo o território brasileiro dos postulados da Política Nacional do Sangue.

Art. 6º Compete à Comissão Nacional de Hemoterapia:

1) O disciplinamento da atividade médica na utilização de doadores, na coleta, classificação, preservação, manipulação, estocagem, distribuição, indicação, seleção e aplicação de sangue total e seus componentes;

2) a fixação da responsabilidade médica direta sobre a indicação e a execução da transfusão de sangue ou de seus componentes;

3) o disciplinamento da atividade médica na obtenção de matéria prima para processamento, preservação, estocagem, produção e distribuição de derivados industriais de sangue, por empresas estatais ou de iniciativa particular, e da atividade farmacêutica de estocagem desses derivados;

4) o disciplinamento da locação das organizações que operam com sangue e derivados, evitando a solicitação desordenada da doação;

5) a fixação dos requisitos mínimos a que devem subordinar-se as instalações dessas organizações e das exigências para seu funcionamento, no que concerne a pessoal, equipamento e qualidade dos produtos para consumo;

6) o estabelecimento das prioridades para a destinação do sangue coletado e de seus derivados;

7) o estabelecimento de normas e adoção de medidas que assegurem a constituição e utilização de reservas hemoterápicas, tendo em vista atender situações de emergência e de interesse nacional, inclusive para mobilização de doadores voluntários;

8) o incentivo à doação voluntária de sangue considerada dever cívico-social;

9) o incentivo e auxílio às organizações que promovam o aliciamento e a utilização de doadores voluntários e as que forneçam sangue para transfusão gratuita;

10) a promoção de medidas que assegurem a utilização de sangue obtido por doação voluntária nas organizações oficiais, paraestatais e beneficentes e estimulem a doação do sistema de crédito em sangue nas organizações devidas à iniciativa particular;

11) a adoção de medidas de apoio e proteção aos doadores não remunerados;

12) a adoção de medidas que evitem o abuso econômico-financeiro dos que se dispõem a doar sangue em troca de remuneração;

13) a prescrição de medidas de proteção social aos receptores de pequenos cursos linfáticos;

14) a concessão de autorização para exportar derivados de sangue sob a forma de produtos acabados, condicionada à existência de excedentes das necessidades nacionais;

15) a fixação de normas para a eventual importação de produtos hemoterápicos;

16) o patrocínio e estímulo da formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado em hemoterapia;

17) a promoção de medidas visando ao desenvolvimento da pesquisa científica sobre sangue e seus derivados.

Art. 7º Cabe ainda à Comissão Nacional de Hemoterapia:

1) Propor à autoridade competente projetos de regulamentos e outros instrumentos de ação legal, cuja vigência dependa de aprovação superior;

2) fazer baixar os demais atos decorrentes de resoluções por ela aprovados;

3) opinar sobre assuntos submetidos à sua apreciação, relacionados com sangue humano e seus componentes e derivados;

4) emitir parecer sobre novas técnicas de trabalho hemoterápico;

5) celebrar ajustes com entidades técnicas em assuntos de sua competência.

Art. 8º A Comissão Nacional de Hemoterapia será constituída por 5 (cinco) membros nomeados pelo Poder executivo, mediante indicação do

Ministro da Saúde, e sediada na Capital da República.

Art. 9º São membros da Comissão Nacional de Hemoterapia, designados pelo Presidente da República na forma do art. 5º:

1 — Representante do Ministro da Saúde;

1 — Representante do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia;

1 — Representante do Instituto Oswaldo Cruz (IOC);

1 — Representante das Forças Armadas;

1 — Representante da Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia.

Art. 10. A presidência da Comissão Nacional de Hemoterapia será exercida por um dos seus membros eleito pelos demais, pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser reeleito por mais 1 (um) período de 2 (dois) anos.

§ 1º Serão considerados ainda de relevante interesse público os serviços prestados pelos membros da Comissão.

§ 2º Na ocorrência de vacância, será nomeado membro substituto para cumprir o prazo e mandato do membro substituído, observada na respectiva indicação idêntico critério representativo.

Art. 11. A Comissão Nacional de Hemoterapia disporá de uma Secretaria para os trabalhos de administração.

§ 1º A Secretaria da Comissão Nacional de Hemoterapia terá pessoal que, no primeiro ano de funcionamento, será requisitado dos órgãos do serviço público, observadas as normas da legislação vigente.

§ 2º A Comissão Nacional de Hemoterapia organizará proposta do Quadro Permanente da sua Secretaria a ser aprovado por Lei.

Art. 12. A Comissão Nacional de Hemoterapia elaborará, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua instalação, o regimento interno a ser aprovado por decreto, dispondo da sua organização interna e seu funcionamento.

Art. 13. A ação fiscal sobre os órgãos executivos da atividade hemoterápica serão da responsabilidade da Comissão Nacional de Hemoterapia.

com a participação dos órgãos congêneres estaduais e territoriais do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia.

Art. 14. Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros) para as despesas de instalação da Comissão Nacional de Hemoterapia, inclusive aquisição de móveis, máquinas, aparelhos e utensílios e para o pagamento de alugueres, diárias e gratificação de representação dos membros da Comissão.

Parágrafo único A utilização do crédito, a que se refere este artigo, depende do Plano de Aplicação, elabo-

rado pela Comissão Nacional de Hemoterapia, aprovado pelo Ministro da Saúde e registrado pelo Tribunal de Contas.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1965; 144^a da Independência e 77^a da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo de Brito

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.702 — DE 28 DE JUNHO DE 1965

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões, trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), a órgãos subordinados à Presidência da República e a diversos Ministérios.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelos Órgãos Subordinados à Presidência da República e Ministérios, a seguir indicados, os créditos especiais no montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões, trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), discriminados na presente Lei:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

	Cr\$
1) Para regularização de despesas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relativas ao exercício de 1963, com o pagamento de 13º salário a que faz jus o pessoal do Serviço Nacional do Recenseamento, admitido de acordo com a legislação trabalhista (MF. — SC. 178.511-63)	66.576.142,10
2) Para regularização de despesas realizadas no exercício de 1963, nos termos do § 1º, do art. 48, do Código de Contabilidade da União, referente a pessoal do Conselho do Desenvolvimento (MF. SC. 195.066-63)	48.676.000,00
	<u>115.252.142,10</u>

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO FRONTEIRA SUDESTE DO PAÍS

- 1) Para pagamento da parte referente às dotações orçamentárias do exercício de 1962, consignadas à Superintendência do Plano de Valorização Econômica

da Região Fronteira Sudoeste do País, que não foram pagas, nem relacionadas como Restos a Pagar, naquele exercício (MF. — SC. 2.528-64)	403.944.000,00
2) Para regularização de despesas realizadas no exercício de 1963, na forma do § 1º, do art. 48, do Código de Contabilidade da União, para a manutenção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País (MF. — SC. 292.709-63)	40.100.000,00
3) Para atender às despesas com o funcionamento e pessoal da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País, no exercício de 1964, em face, especialmente, do reajustamento dos vencimentos do pessoal temporário, de que trata o art. 42, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964	310.520.000,00
	<hr/> 754.564.000,00 <hr/>

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

1) Para regularização de despesas realizadas em 1957, na forma do § 1º do art. 48 do C.C.U. e inscritas no Ministério da Fazenda como "Diversos Responsáveis — Despesas a Regularizar" (Processo MF. — SC. 323.304-57)	1.438.540.225,68
2) Para pagamento da cota prevista para as Companhias Civas de Aviação, correspondente ao auxílio às empresas nacionais concessionárias de transporte aéreo (Processo MF. — SC. 207.493-55)	12.717.480,00
3) Para atender ao pagamento das vantagens previstas nos arts. 300 e 303 do CVVM, aos oficiais e praças reformados por incapacidade física, referente aos anos de 1954 e 1957, em virtude de Parecer nº 355-Z, da CGR, publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-1-57 (Processo MF. — SC. 87.842-59)	62.250.000,00
4) Para atender ao pagamento de despesas realizadas com as obras de ampliação da pista 18-36 — Aeroporto de Guararapes — Recife (Processo MF. — SC. 43.527-61)	110.110.000,00
5) Para regularização de despesas realizadas em 1962, na forma do § 1º do art. 48 do CCU e inscritas no Ministério da Fazenda como "Diversos Responsáveis — Despesas a Regularizar". (Processo MF. SC. número 421.677-62)	652.378.677,30
6) Para atender ao pagamento de despesas relativas ao reajustamento de salários, abonos de emergência e especial temporário e salário-família, devidos a pessoal admitido à conta de dotação global (Processo MF. — SC. 417.816-63)	168.081.127,00
	<hr/> 2.444.077.509,90 <hr/>

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

1) Para constituição de recursos do Fundo Federal Agropecuário FFAP, de acordo com o item VI do art. 4º da Lei Delegada nº 3, de 11-10-62, correspondente a 0,5% da taxa de despacho aduaneiro prevista no art. 66, § 1º, da Lei nº 3.244, de 14-8-57, arrecadada em 1963 (Processo M. Agric. — 37.436-34)	84.367.137,90
--	---------------

2) Para socorrer os agricultores cujas plantações foram prejudicadas pelas chuvas torrenciais que assolaram de forma calamitosa vários Municípios do Estado do Pará, durante a última estação invernal (Processo M. Agric. — 58.778-64)	100.000.000,00
3) Para pagamento a Laurindo Nunes, de indenização a que tem direito, de acordo com o art. 144 do E.F., pelas despesas que efetuou em consequência de acidente em serviço, resultando cegueira total do olho direito (Processo M. Agric. — 3.158-63)	45.000,00
4) Para atender às despesas decorrentes da execução das obras do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Processo M. Agric. — 63.101-64)	20.485.000,00
5) Para atender às despesas com a conclusão das obras do Hospital no km 47 da antiga Rodovia Rio-São Paulo (Processo M. Agric. — 2.247-64)	200.000.000,00
6) Para constituição de recursos do Fundo Federal Agropecuário — FFAP — considerando o disposto no item I, do art. 4º, da Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962, na importância correspondente à diferença entre 3% da Renda Tributária da União arrecadada em 1963, e a dotação atribuída ao FFAP, no Orçamento Geral da União, relativa ao mesmo exercício (Processo M. Agric. — 68.208-64)	14.438.443.888,20
7) Para regularização de despesas na forma do art. 48 do CCU com a aquisição de medicamentos e gêneros alimentícios para as populações atingidas pelas inundações ocorridas no Estado do Maranhão (MF. — SC. 51.955-64)	250.000.000,00
	<hr/> 15.093.341.026,10 <hr/>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Para atender às despesas com a recuperação do Hospital Antônio Pedro, situado em Niterói, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (MF. — SC. 411.709-64)	600.000.000,00
--	----------------

MINISTÉRIO DA FAZENDA

1) Para liquidação de compromissos assumidos, contratualmente, com a "Remington Rand do Brasil S. A." pela prestação de serviços técnicos no exercício de 1961 (MF. — SC. 37.079-61)	57.672.048,00
2) Para regularização de despesas efetuadas pelo Conselho de Ministros, com o seu funcionamento, no exercício de 1963 (MF. — SC. 318.860-62)	16.425.550,50
3) Para ocorrer ao pagamento à Companhia Urbanizadora da Nova Capital — Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos, de taxas referentes a ligações telefônicas entre Brasília e o Estado da Guanabara, efetuadas em 1960 (403.195-62)	3.506.419,30
4) Para pagamento de serviços de tele- lex, prestados pela Cia. Rádio In- ternacional do Brasil, em 1963	
Fev. (MF. 61.368-63)	28.172,80
Mar. (MF. 77.220-63)	33.065,10
Mar. (MF. 77.221-63)	802.502,60
Mar. (MF. 77.223-63)	175.073,90

Abril (MF. 23.671-63)	308.069,60	
Abril (MF. 106.193-63)	125.256,10	
Maior (MF. 134.616-63)	93.181,50	
Maior (MF. 134.618-63)	93.518,70	
Junho (MF. 152.393-63)	154.748,20	
Junho (MF. 152.394-63)	37.794,10	
Julho (MF. 177.677-63)	54.037,90	
Agosto (MF. 207.122-63)	70.543,00	
Setembro (MF. 236.092-63)	14.428,40	
Setembro (MF. 236.093-63)	71.760,00	
Outubro (MF. 263.435-63)	27.329,90	
Novembro (MF. 86.632-64)	121.440,00	2.209.921,80
<hr/>		
5) Para pagamento de serviços de telex, prestados pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, durante os exercícios de 1961 e 1962 (MF. — 23.871-63)		2.237.855,90
6) Para regularização de despesas com pessoal e com a substituição de material técnico, na Rádio Nacional de Brasília, no exercício de 1963 (MF. — 105.064-63)		20.000.000,00
7) Para pagamento de despesas provenientes de serviços de comunicação telegráfica internacional, prestados pela "All America Cables and Radio, Inc.", em 1963 (MF. — 106.319-63)	2.426,80	
8) Para liquidação de despesas provenientes do fornecimento de papel, feito pela Cia. Fabricadora de Papel, em 1961, à Casa da Moeda (MF. — 119.397-63)	6.680.000,00	
9) Para pagamento de despesas provenientes de serviços de telex, prestados pela Cia. Radiotelegráfica Brasileira, em 1963:		
Abril (MF. 206.332-63)	5.399,80	
Agosto (MF. 206.333-63)	36.070,90	
Setembro (MF. 234.663-63)	175.545,10	
Setembro (MF. 234.669-63)	7.244,20	
Outubro (MF. 264.536-63)	89.443,40	
Novembro (MF. 285.206-63)	223.668,60	537.312,00
<hr/>		
10) Para liquidação de compromissos assumidos com o Banco do Brasil S.A., relativos às despesas decorrentes do fornecimento de carvão nacional feito pelas empresas industriais às estradas de ferro da União em 1961 (MF. — 270.415-63)	1.284.885,90	
11) Para liquidação de compromissos assumidos com o Banco do Brasil S.A., relativos às despesas decorrentes do fornecimento de carvão nacional feito pelas empresas industriais às estradas de ferro da União, em 1960 (MF. — 294.159-62)	491.406.124,90	
12) Para liquidação de compromissos assumidos com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital — Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos — pela instalação de telefones na residência do Ministro da Fazenda em Brasília (MF. — 417.315-63) ..	130.800,00	
13) Para pagamento à administração do Porto do Rio de Janeiro, de despesas referentes a taxas de armazenagem e capatazias, devidas pela Casa da Moeda (MF. — 24.333-64)	1.455.479,50	
14) Para regularização de despesas com diárias dos membros da Delegação Brasileira à III Conferência da Alaia, realizada em Montevidéu, de 1º de outubro a 5 de novembro de 1963 (MF. — 276.362-63)	5.667.503,00	

15)	Para atender à regularização de pagamento de despesas de pessoal do ex-Território Federal do Acre, durante o ano de 1963, assim dividida (MF. — 33.105-64):	
	Pessoal do Quadro Permanente ..	724.616.984,00
	Pessoal do Quadro Especial	339.839.760,00
	Inativos e Pensionistas ..	410.901.149,40
		1.475.357.834,40
16)	Para regularização de despesas realizadas na forma do art. 48 do Código de Contabilidade da União, com o pagamento de subsídios devido às empresas nacionais produtoras de fertilizantes, referentes aos exercícios de 1961, 1962 e 1963 (MF. — 102.933-63)	2.216.336.595,19
17)	Para regularização de despesa com o pagamento dos vencimentos do Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 1963 (MF. — 416.453-63)	4.120.000,00
18)	Para regularização de despesas com a TV-Rádio Nacional de Brasília, no exercício de 1963	50.000.000,00
19)	Para atender ao pagamento de diferença de vencimentos e demais vantagens ao pessoal do Estado do Acre, relativamente aos exercícios de 1961 e 1962, amparado pelo art. 1º da Lei nº 3.967 de 5 de outubro de 1961 e enquadrado pelo Decreto nº 51.581, de 8 de novembro de 1962 (MF. — 12.062-64)	293.614.070,00
20)	Para pagamento de servidores do Ministério da Educação e Cultura, referente ao mês de dezembro de 1963 e decorrente do aumento de vencimentos e demais vantagens da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963 (MF. — 29.344-64)	4.159.453,89
21)	Para ocorrer ao pagamento das despesas com o prosseguimento das obras de construção do prédio destinado à Delegacia Fiscal de Minas Gerais (MF. 151.581-64) ..	60.000.000,00
22)	Para atender à integralização da cota da União Federal no aumento de capital da Companhia Vale do Rio Doce S.A. (MF. — 400.006-64)	6.643.920.000,00
23)	Para atender ao pagamento de auxílio-doença, no período de janeiro a dezembro de 1964, ao servidor da Penitenciária Lemos de Brito, Noel Luiz de Melo (MF. — 27.299-64)	513.600,00
24)	Para atender ao pagamento de servidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos, relativo ao mês de dezembro de 1963, decorrente do aumento de vencimentos e demais vantagens da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963 (MF. — 29.343-64)	107.699,80
25)	Para atender ao pagamento das gratificações de presença aos membros da Comissão de Investimentos e das gratificações de representação de Gabinete aos integrantes da Secretaria da mesma Comissão, relativamente aos meses de julho a dezembro de 1964 (MF. — 228.313-64) ..	2.752.304,83
		<hr/> 11.360.153.049,40 <hr/>

MINISTÉRIO DA GUERRA

- 1) Recursos destinados ao pagamento de diferença complementar entre vencimento e o salário-mínimo fixado pelo Decreto nº 45.106-A, de 28 de dezembro de

1958, bem como acréscimo do abono de 30%, de que trata a Lei nº 3.531, de 19 de janeiro de 1958, conforme Nota nº 37-D-6-A, de 19 de dezembro de 1961 (Despachos Ministeriais nos processos protocolados sob os ns. 6.220-63, 6.290 — 844 — 2.331-64 — COSEP e 8.473-64-GM)	6.704.411,40
2) Recursos destinados ao pagamento da diferença de vencimentos aos funcionários cujos níveis foram alterados pelo Decreto nº 53.252, de 13 de dezembro de 1963, que aprovou o enquadramento definitivo do pessoal do Ministério da Guerra a partir de 1960.....	120.000.000,00
3) Recursos destinados ao pagamento, pelo Exército, de despesas de qualquer natureza com o emprêgo da tropa e quaisquer outras medidas para a manutenção da ordem em consequência da conjuntura política por que passou o País, a partir de substituição do ex-Presidente João Belchior Goulart (em Sec. nº 006, de 23 de abril de 1964)	200.000.000,00
4) Recursos destinados a suplementar o crédito solicitado em EM Sec. nº 6, de 25 de abril de 1964, para atender a despesas de qualquer natureza com emprêgo de tropa etc., para manutenção da ordem em consequência da conjuntura política por que passou o País, bem como atender transporte, alojamento e alimentação de pessoas postas à disposição da Comissão Geral de Investigações (EM Sec. nº 8 de 24 de junho de 1964)	200.000.000,00
5) Recursos destinados a atender ao pagamento de danos causados em bens da Fazenda Nacional, nos territórios da 3ª e 5ª Regiões Militares, pelos violentos temporais que assolaram aquelas Regiões, em fins de 1963 (EM nº 5, de 17 de janeiro de 1964)	55.009.872,30
6) Recursos destinados a atender despesas com aquisição de munição, tendo em vista que as explosões ocorridas nos Depósitos de Deodoro e Paracambi deixaram o Exército sem estoque (EM Res. nº 80, de 22 de julho de 1963 e 001-DF-Res. de 3 de janeiro de 1964)	3.000.000.000,00
7) Recursos destinados ao atendimento inicial, pelo Departamento de Produção e Obras, de despesas com aquisição de armamentos, munições, acessórios, transportes, seguros, etc. (EM nº 2, de 13 de fevereiro de 1964)	2.009.500.435,00
8) Recursos destinados ao atendimento inicial de despesas com a montagem de uma rede de telecomunicações abrangendo as sedes dos Comandos dos I, II, III e IV Exércitos e Militares da Amazônia e Brasília, bem como substituição de viaturas especializadas, aparelhamento de instalações escolares etc. (EM nº 105, de 10 de outubro de 1963)	1.000.000.000,00
9) Para regularização de despesa na forma do art. 48 do CCU com o programa de rearticulação do Serviço de Rádio do Exército (MF. — SC. nº 264.038-63) ..	174.000.000,00
	<hr/> 6.775.214.718,70 <hr/>

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS
INTERIORES

- 1) Para pagamento de dívida de "exercícios findos", ao Instituto São Vicente de Paulo, em Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, relativa aos meses de

novembro a dezembro de 1955, referente a internação e tratamento de menores, encaminhados pelo Serviço de Assistência aos Menores (Processo MJNI nº 38.795-55)	11.710,00
3) Para pagamento à Sudeletrô S. A., da importância que lhe é devida pelo material fornecido ao Instituto Governador Macedo Soares, em 1955 (Processo MJNI nº 32.599-61)	55.830,00
3) Para pagamento a Maria Lúcia Rocha Dummar, do aluguel do prédio ocupado pela Delegacia Regional do S.A.M. no Estado do Ceará, relativo aos meses de janeiro a março de 1958 (Proc. MJNI 39.420-59)	19.500,00
4) Para pagamento ao Seminário Arquidiocesano de São José, sediado no Estado da Guanabara, de importância que lhe é devida pela internação de 25 menores durante o exercício de 1961 (Processo MJNI 32.185-61)	622.080,00
5) Para pagamento ao Asilo Isabel, sediado no Estado da Guanabara, da importância que lhe é devida pela internação de 21 menores durante o exercício financeiro de 1958 (Proc. MJNI 20.759-62)	348.319,80
6) Para pagamento de indenização reconhecida pelo Juízo de Direito privativo de Acidentes do Trabalho do Estado da Guanabara, a João Paulo Guimarães, ex-interino da Penitenciária Prof. Lemos de Brito, em virtude de ter sido vítima de acidente do trabalho, do qual resultou amputação traumática da 5ª falange do 2º quirodáctilo esquerdo, sendo Cr\$ 622,40 para pagamento das custas do processo (M.J.N.I 24.020-62)	17.902,49
7) Para saldar o débito contraído para com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, referente a cota do empregador, no período de 7 de julho de 1958 a 31 de dezembro de 1959, não recolhida pela Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores conforme preceitua o artigo 259 da Lei Orgânica da Previdência Social (Proc. MJNI 12.250-58)	104.295,00
8) Para regularização de despesa na forma do artigo 48 do CCU, decorrente da execução do programa organizado pela Comissão de Planejamento e Execução das solenidades de instalação do Governo Federal na Nova Capital do País (MF. 64.957-64)	150.000.000,00
	<hr/>
	151.179.637,20

MINISTÉRIO DA SAÚDE

- 1) Para atender às despesas realizadas no exercício de 1962, na forma do artigo 48, do CCU, relativas às seguintes dotações:
Verba 1.0.00 — Custeio. Consignação 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação. Subconsignações
1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos, etc. (Despesa autorizada à Delegacia Federal de Saúde da 5ª Região) — (Processo nº 53.466, de 1962)

181.522,00

1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais, etc. (Despesa autorizada a diversas repartições — Processo número 54.034-62)	173.200,00	
1.5.04 — Iluminação a força motriz e gás (Despesa autorizada a diversas repartições — Processo número 41.545, de 1962)	4.838.000,00	
1.5.12 — Aluguel ou arrendamento de imóveis, etc. (Despesa autorizada a diversas repartições — (Processo nº 41.917, de 1962)	3.819.816,00	
1.6.23 — Diversos		
1) Despesas de qualquer natureza e proveniência com fornecimento de alimentação, diretamente pela administração, com órgãos do Serviço Nacional de Doenças Mentais, Departamento Nacional da Criança, Serviço Nacional do Câncer e Instituto Oswaldo Cruz (Despesas autorizadas à Divisão do Material — Encargos Gerais — (05.02.02) . Processo nº 40.726, de 1962)	372.537.583,00	381.550.121,00
2) Para atender a despesas com o Hospital Antônio Pedro, de Niterói, conforme E.M 143-Br., de 13 de abril de 1962, publicada no D. O., de 13 da mesma data, sendo:		
Para manutenção	100.800.000,00	
Para obras	65.000.000,00	165.800.000,00
3) Para atender às despesas realizadas no exercício de 1963, na forma do § 1º do art. 48, do CCU, relativas às seguintes dotações:		
Verba 1.0.00 — Custeio. Consignação 1.5 00 — Serviços de Terceiros. Subconsignações —		
1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás	13.071.000,00	
1.5.11 — Telefone, telefones, etc. (Processo nº 41.627, de 1963)	6.131.000,00	19.202.000,00
4) Para atender ao pagamento das dívidas do Departamento Nacional da Criança com a Cooperativa Central de Laticínios na Região Sudeste do Rio Grande do Sul (MF. 412.034-64)		166.701.415,20
		<u>733.253.536,20</u>

MINISTÉRIO DO TRABALHO E
PREVIDENCIA SOCIAL

	Cr\$	Cr\$
1) Para pagamento ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, a fim de atender, em face da Lei nº 1.756, de 5 de dezembro de 1952, as despesas com a cobertura dos "deficits" relativos aos exercícios abaixo discriminados (MTPS 170.182, de 1963).		
1958	53.834.304,70	
1959	113.818.132,70	
1960	174.184.852,70	
1961	257.770.835,90	
1962	419.050.175,40	
1963	374.283.775,40	1.392.942.076,80
2) Para atender ao pagamento, à Fundação da Casa Popular, do saldo que lhe deixou de ser entregue, relativo à contribuição do exercício de 1955, de conformidade com a Lei nº 1.473, de 24 de novembro de 1951 (MTPS. 185.139, de 1963)		40.000.000,00
3) Para pagamento ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), a fim de atender às despesas com "deficits" verificados no exercício de 1960 com os serviços de assistência (MTPS 203.401, de 1963)		200.000.000,00
4) Para atender ao pagamento de despesas já efetuadas com a contratação de trabalhadores, para obras indispensáveis à urbanização de área em Brasília, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (IAPFESP) — (MTPS 167.005, de 1964)		16.000.000,00
5) Para atender ao pagamento de despesas (gratificação pela representação de gabinete — exercício de 1963) já efetuadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, na forma do artigo 48, parágrafo único, do Código de Contabilidade Pública da União — (MTPS 316.073, de 1963)		4.356.000,00
6) Para atender ao pagamento de despesas com a criação de funções gratificadas da Seção de Segurança Nacional deste Ministério, efetuadas através do Decreto nº 47.445, de 17 de dezembro de 1959 — (MTSP. 143.696-62)		6.288.000,00
7) Para atender ao pagamento de um débito contratado pela Delegacia Regional do Trabalho, do Estado de Alagoas, com a Cia. Telefônica daquele Estado, referente à montagem de novas instalações telefônicas daquele Estado — MTPS. 178.634-64)		450.000,00
8) Para atender ao pagamento do contrato de aluguel existente entre a DRT de Alagoas e o IPASE com a limpeza e conservação da sede do citado órgão regional — (MTPS 178.634-64)		200.000,00
9) Para atender ao pagamento de despesa com a criação de funções gratificadas do Serviço Atuarial, deste Ministério, efetuada através do Decre-		

	to nº 515, de 18 de janeiro de 1962 — (MTPS. 162.130, de 1364)	6.348.000,00
10)	Para atender ao pagamento de despesas com a criação de funções gratificadas no Departamento Nacional da Previdência Social, conforme Decreto nº 51.027, de 31 de julho de 1961 (MTPS. 154.276-64)	37.512.000,00
		<u>1.704.096.976,80</u>

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

1)	Para regularização de despesa escriturada em "Diversos Responsáveis -- Despesas a Regularizar", referente ao pagamento de diferenças de remuneração do pessoal das ferrovias da Rede Ferroviária Federal S.A. — (Processo nº 6.224, de 1961)	4.377.318.000,00
2)	Para atender à diferença de vencimentos e de salário-família a servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, amparados pela Lei nº 3.772, de 11 de julho de 1960 (Processo nº 135.423, de 1964)	925.000.000,00
3)	Para regularização de despesa referente ao reforço dos duodécimos do exercício de 1962, concedidos à Comissão de Marinha Mercante, para atender à cobertura do "déficit" de exploração industrial das diversas empresas de navegação — (Proc. nº 152.321-62)	2.000.000.000,00
		<u>7.302.318.000,00</u>
	TOTAL GERAL	<u>47.033.454.687,40</u>

Art. 2º Os créditos especiais de que trata a presente Lei serão registrados e distribuídos ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas, observado o disposto no art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Arthur da Costa e Silva

Octavio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

Hugo Leme

Flávio de Lucena

Moacyr Veloso Cardoso de Oliveira

Eduardo Gomes

Raymundo de Brito

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.703 — DE 28 DE JUNHO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$... 370.000.000 (trezentos e setenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da realização da Segunda Conferência Interamericana Extraordinária.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 370.000.000 (trezentos e setenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da realização da Segunda Conferência Interamericana Extraordinária.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado e distribuído ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Vasco da Cunha

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.704 — DE 28 DE JUNHO
DE 1965

Disciplina o recolhimento pelo Departamento dos Correios e Telégrafos de seus saldos orçamentários já empenhados e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Em casos excepcionais o Departamento dos Correios e Telégrafos proporá ao Ministro da Viação e Obras Públicas sejam escrituradas como "Restos a pagar", em conta distinta as quantias necessárias ao pagamento de obras e serviços já legal-

mente contratados e material já encomendado e cuja entrega não se possa realizar, por causas justificadas dentro do ano financeiro.

§ 1º O Departamento dos Correios e Telégrafos submeterá, até o dia 15 (quinze) de dezembro de cada ano, a aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas a relação das obras, serviços e fornecimentos que estejam nas condições previstas neste artigo.

§ 2º A relação deverá conter:

- a) nome da repartição interessada;
- b) número da requisição e designação especificada da verba ou crédito por onde deva correr a despesa;
- c) nome do credor e importância a receber;
- d) causas que motivaram a não entrega nos prazos convenencionados;
- e) prazo de prorrogação a ser concedido em cada caso.

§ 3º O Ministério da Fazenda colocará à disposição do Departamento dos Correios e Telégrafos, no Banco do Brasil S. A., no início de cada exercício financeiro, o montante necessário à satisfação dos compromissos relacionados pela forma estabelecida nesta lei.

Art. 2º 30 (trinta) dias após a data limite para conclusão de obras e serviços ou entrega de material, o Banco do Brasil S. A., por solicitação do Departamento dos Correios e Telégrafos, creditará à conta "Receita da União" as importâncias não utilizadas.

Parágrafo único. O prazo dos contratos e de entrega dos materiais não poderá, em qualquer hipótese, ir além de 31 de março de cada ano seguinte ao orçamento no qual as verbas tenham sido consignadas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.705 — DE 28 DE JUNHO
DE 1965

Concede isenção das Taxas de Despacho Aduaneiro e de Melhoramento dos Portos para um aparelho de Raios X, doado ao Circulo Operário Pôrto Alegrense, Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção das Taxas de Despacho Aduaneiro e de Melhoramento dos Portos para um aparelho de Raios X recebido pelo Circulo Operário Pôrto Alegrense, Pôrto Alegre (Rio Grande do Sul) por doação de Miséreor, entidade dos Bispos da Alemanha Ocidental.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.706 — DE 28 DE JUNHO
DE 1965

Transfere a Seção de Irrigação da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia, para o Serviço de Promoção Agropecuária do Departamento de Promoção Agropecuária, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica transferida para o Serviço de Promoção Agropecuária do Departamento de Promoção Agropecuária, do Ministério da Agricultura, a Seção de Irrigação da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia.

Art. 2º Os servidores atualmente lotados na Seção de Irrigação e suas dependências passam automaticamen-

te a fazer parte do Quadro do Pessoal do Ministério da Agricultura, ficando sob a responsabilidade dessa Secretaria de Estado o controle administrativo e financeiro do referido pessoal.

Art. 3º São transferidos para o Ministério da Agricultura os materiais permanentes e de consumo, bem como os equipamentos, atualmente vinculados à Seção de Irrigação.

Art. 4º As dotações constantes do Orçamento da União, para o corrente exercício, bem como os saldos verificados no exercício anterior, sob qualquer rubrica e Ministério destinados a serviços a cargo da Seção de Irrigação, são transferidos, a partir da vigência desta Lei ao Ministério da Agricultura, para a sua devida aplicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Hugo Leme

Mauro Thibau

LEI Nº 4.707 — DE 28 DE JUNHO
DE 1965

Dispõe sobre transferência de próprio nacional ao Estado de Minas Gerais e à Prefeitura de Belo Horizonte.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É declarado desincorporado do patrimônio da União Federal e transferido ao do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte, a partir da data da transcrição no Registro de Imóveis competente e sem prejuízo de destino ulterior o imóvel com a área de 36 ha (trinta e seis hectares), situado na Avenida de Contorno e onde funcionou o antigo Posto Experimental de Veterinária, ao qual se refere a escritura, que não foi levada a registro do Tribunal de Contas, lavrada aos 24 dias do mês de setembro de 1938, no Cartório do 3º

Ofício, Tabela de Ferreira de Carvalho, trasladada no livro 86, fls. 8 a 11, entre a União Federal, como outorgante doadora e vendedora, e o Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte, como outorgados donatário e compradora, respectivamente, tudo de acordo com os elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob nº 175.445 de 1954.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.708 — DE 28 DE JUNHO DE 1965

Revoga o art. 2º da Lei nº 1.024-A, de 29 de dezembro de 1949, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Prefeitura de Salvador, Estado da Bahia, uma área de terreno para fim de utilidade pública.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' revogado o art. 2º da Lei nº 1.024-A, de 29 de dezembro de 1949, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Prefeitura de Salvador, Estado da Bahia, uma área de terreno para fim de utilidade pública, para possibilitar o aproveitamento pelo Ministério da Marinha da área de terreno onde hoje se localiza a Escola de Aprendizes de Marinheiros da Bahia e suas dependências, em Salvador.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Bosisio

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.709 — DE 28 DE JUNHO DE 1965

Altera a Lei nº 2.743, de 6 de março de 1956, e cria a Campanha de Erradicação da Malária.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' criada no Ministério da Saúde, e ao seu titular subordinada, a Campanha de Erradicação da Malária (CEM).

Art. 2º A Campanha de Erradicação da Malária, que terá sua duração limitada de acordo com os planos elaborados e aprovados pelo Ministro da Saúde, compete:

I — Orientar, coordenar e executar, dentro do território nacional, quaisquer atividades de combate à malária visando à sua erradicação.

II — Preparar os planos de trabalho, suas revisões periódicas, a proposta orçamentária e o Plano de Aplicação dos recursos consignados no Orçamento da União, para a erradicação da malária.

III — Realizar, em todo o País, estudos e pesquisas especiais vinculados ao programa de combate à malária.

IV — Realizar e promover a formação e treinamento de pessoal técnico e especializado e administrativo, assim como viagens de estudo ou observação e de representação inclusive no estrangeiro, de técnicos da Campanha.

V — Divulgar os trabalhos de investigação, os estudos e outras atividades de interesse, relacionados com a malária.

Parágrafo único. As atividades mencionadas no item I poderão estender-se às faixas de fronteira de países limítrofes, quando convierem com os mesmos, aprovados pelos governos respectivos, assim estabeleçam.

Art. 3º Ficam extintos o Grupo de Trabalho e a Campanha de Controle e Erradicação da Malária constituídos pelo Decreto nº 43.174, de 4 de fevereiro de 1958, e alterado pelos Decretos nºs 44.494, de 23 de setembro de 1958, e 50.925, de 7 de julho de 1961, ficando suas atribuições transferidas para a Campanha de Erradicação da Malária.

§ 1º A Campanha de Erradicação da Malária será executada por pessoal temporário admitido pelo Superintendente, dentro dos recursos próprios da Campanha, regido pelas Leis Trabalhistas e por funcionários do Ministério da Saúde, designados pelo Ministro para servir na Campanha.

§ 2º Ao pessoal especialista temporário serão pagas, de acordo com as respectivas atribuições, vantagens equivalentes às concedidas aos funcionários públicos civis, em exercício na Campanha.

§ 3º Para a execução de suas tarefas, a Campanha de Erradicação da Malária poderá requisitar para prestar-lhe serviços, em caráter temporário, funcionários de outras repartições federais, bem como poderá cometer, a funcionários estaduais, a execução de seus serviços, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º A partir da data da presente Lei, ficam à disposição da Campanha de Erradicação da Malária:

a) as dotações que anualmente figurem no Orçamento da União destinadas para o combate à malária quer sejam com indicação específica ou que figurem incorporadas a outros órgãos, com a dita finalidade;

b) as contribuições em dinheiro, material ou equipamento que se obtenham de órgãos nacionais ou internacionais que cooperem com a Campanha, mediante convênio ou doações especiais;

c) os fundos e demais contribuições que o serviço receba na forma de cooperação, de autoridades locais, de empresas ou de particulares.

Parágrafo único. Os materiais e equipamentos obtidos na forma de convênio, doações ou acordos, terão sua aplicação e alienação reguladas pelas estipulações dos respectivos termos.

Art. 5º As despesas gerais com pessoal temporário, material, serviços de terceiros, outros encargos bem como outras vantagens especiais levadas ao pessoal na forma da presente Lei, correrão à conta de dotação global, consignada especificamente à Campanha de Erradicação da Malária, no Orçamento da União.

Art. 6º Os créditos orçamentários e adicionais, concedidos à Campanha de

Erradicação da Malária, serão registrados pelo Tribunal de Contas, distribuídos ao Tesouro Nacional e depositados pelo Banco do Brasil S. A., em conta especial, à disposição do Superintendente da Campanha, em parcelas trimestrais adiantadas, no primeiro dia útil de cada trimestre.

Parágrafo único. O saldo das dotações concedidas à CEM, verificado em 31 de dezembro do exercício a que se referir o Orçamento, ficará em poder da citada Campanha, sendo escriturado, pelos órgãos competentes, como adiantamento da primeira parcela trimestral referida neste artigo.

Art. 7º A execução de serviços ou obras, aquisição de materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos da Campanha de Erradicação da Malária, serão realizadas diretamente pelo referido órgão sem as limitações do item I, do art. 1º da Lei nº 4.401, de 10 de setembro de 1964, cujas licitações serão realizadas mediante concorrências administrativas ou coletas de preços, previamente aprovadas pelo Ministro da Saúde.

Art. 8º As importações de material ou equipamento destinados aos trabalhos a cargo da Campanha de Erradicação da Malária, devidamente autorizadas pelo Ministro da Saúde, além da isenção constitucional de impostos, ficam isentas de gravação de quaisquer taxas.

Art. 9º Fica criado no Ministério da Saúde um Conselho Consultivo de Erradicação da Malária, com a finalidade de assessorar o Ministro da Saúde em tudo que se refira aos aspectos técnico-administrativos e operacionais do programa de combate à malária no País.

Art. 10 O Conselho Consultivo de Erradicação da Malária, que terá como Presidente o Ministro da Saúde, será constituído pelo Diretor do Departamento Nacional de Endemias Parasitárias, pelo Diretor do Departamento Nacional de Saúde, de representantes do Ministério da Fazenda e dos Ministros Extraordinários para o Planejamento e Coordenação Econômica e para Coordenação dos Organismos Regionais, do Superintendente da CEM e de representantes dos Organismos internacionais cooperantes.

Parágrafo único. A designação dos representantes a que se refere este

artigo será feita pelo Presidente da República, mediante indicação dos respectivos Ministros de Estado e dos dirigentes dos organismos representados, por intermédio do Ministro da Saúde.

Art. 11 A Campanha de Erradicação da Malária, que terá sua estrutura interna estabelecida na forma do art. 19, compreenderá órgãos regionais, locais e de administração central.

Art. 12. Dirigirá a CEM um Superintendente, símbolo 1-C, nomeado em comissão pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro da Saúde, dentre os médicos sanitaristas do Ministério da Saúde com curso de especialização e comprovada experiência em malariologia.

Parágrafo único. O Superintendente da CEM nos seus impedimentos será substituído por técnico da Campanha, designado pelo Ministro da Saúde para seu substituto eventual, que possua os requisitos deste artigo.

Art. 13. Serão de livre escolha do Superintendente, e por ele designados, os assessores técnicos, administrativos e jurídicos, os chefes de Seções, de Coordenações e Setores.

§ 1º As funções de secretariado, de assessoramento técnico, administrativo e jurídico, de chefia de Seções, Setores e Coordenações regionais, serão retribuídas com gratificação especial, proposta pelo Superintendente e aprovada pelo Ministro da Saúde.

§ 2º O plano de aplicação de recursos anualmente aprovado pelo Ministro da Saúde indicará as funções da Campanha que devam ser remuneradas na forma deste artigo.

Art. 14. É condição para o exercício de cargo ou função, de natureza técnico-científica, na Campanha, possuir cursos ou conhecimentos especializados no campo da malariologia.

Parágrafo único. O regime de tempo integral e dedicação exclusiva é de aplicação obrigatória.

Art. 15. Aos servidores em exercício na Campanha de Erradicação da Malária serão concedidas as vantagens do item V, do art. 145, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, na forma do § 2º do art. 15, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Parágrafo único. A gratificação a que se refere este artigo, não exce-

derá de 40% (quarenta por cento) do vencimento ou salário e será fixada anualmente pelo Ministério da Saúde.

Art. 16 O pessoal temporário da CEM, quando em execução de tarefas fora da sua sede de serviço, poderá fazer jus a percepção de diárias para indenização de despesas com alimentação e pousada, as quais, todavia, não poderão exceder o valor de 1/30 (um trinta avos), do salário mensal respectivo, nem poderão, em qualquer hipótese, ser a ele incorporadas.

Art. 17. Concluído o programa e certificada a erradicação da Malária, de acordo com as normas antenacionais adotadas, o pessoal materiais e equipamentos, pertencentes a Campanha de Erradicação da Malária, serão aproveitados por outros órgãos integrantes do Ministério da Saúde mediante plano aprovado pelo Ministro de Estado.

Art. 18. A colaboração voluntária, prestada pelos notificantes à CEM, será considerada de relevante interesse nacional por decreto do Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Saúde.

Parágrafo único. Os cidadãos agraciados com o reconhecimento do País, na forma deste artigo, receberão certificados do Ministro da Saúde.

Art. 19. O Poder Executivo expedirá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Regimento da Campanha de Erradicação da Malária, que indicará a estrutura interna da Campanha com suas divisões, seções, coordenações e setores.

Art. 20. Fica extensivo à Campanha de Erradicação da Malária, no que lhe couber, o Decreto-lei número 3.672, de 1º de outubro de 1941.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1965: 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo de Brito

Otávio Gouveia de Bulhões

Vasco da Cunha

Roberto Campos

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.710 — DE 28 DE
JUNHO DE 1965

Isenta da taxa de despacho aduaneiro, a que se refere o art. 66, da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, material doado a estabelecimento hospitalar.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção da taxa de despacho aduaneiro, a que se refere o art. 66 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, para um aparelho de Raios X "Heliophos 4", uma aparelhagem para Abreugrafia, um intensificador de imagem cirúrgico, completo e um aparelho de Raios X para terapia profunda "Stabilipan", doados ao Hospital São Francisco de Assis, de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.712 — DE 29 DE JUNHO
DE 1965

Dá nova redação à alínea c, do art. 15 da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, que dispõe sobre o Banco de Crédito da Borracha S. A.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A alínea c do art. 15 da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, que dispõe sobre o Banco de Crédito da

Borracha S. A., passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) fixar ... VETADO ... os preços de compra da borracha nacional, a serem pagos pelo Banco de Crédito da Amazônia S.A. ao último vendedor e a serem cobrados pelo referido Banco às indústrias manufatureiras, quer nas vendas efetuadas em Belém, quer nas vendas realizadas nos centros industriais, assim como fixar as quotas e os preços de venda de sucedâneos da borracha, elastômeros ou plastômeros termoplásticos adquiridos e vendidos pelo Banco à indústria. Na compra e venda da borracha natural, a Comissão Executiva de Defesa da Borracha determinará, ... VETADO ... os preços, mínimos ou fixos, a serem pagos aos produtores pelas borrachas de produção nacional."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.713 — DE 29 DE JUNHO
DE 1965

Cria o Quadro de Práticos da Armada e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado no Ministério da Marinha o Quadro de Práticos da Armada, constituído do pessoal destinado a praticar os navios da Marinha do Brasil nas águas marítimas, fluviais e lacustres da República, em que esse tipo de navegação é necessário.

§ 1º Os Práticos da Armada são militares, sujeitos à legislação respectiva e, quando lhes for determinado ou permitido, poderão praticar a bordo de navios mercantes.

§ 2º Os Práticos da Armada poderão exercer, também, outras atividades na Marinha Brasileira, de acôr-

do com as necessidades da Administração Naval.

Art. 2º O Quadro de Práticos da Armada é dividido em três seções: Amazônia, Prata e Costa Norte e Nordeste.

§ 1º A seção da Amazônia é constituída de 3 (três) linhas: a do Rio Amazonas e Solimões; a dos Tributários do Rio Amazonas e Solimões e a dos Estreitos de Marajó e Costa do Amapá.

§ 2º A seção do Prata é constituída de 2 (duas) linhas: a dos Rios da Prata e Baixo Paraná e Paraguai e a do Médio Paraná.

§ 3º A seção da Costa Norte e Nordeste é constituída de 2 (duas) linhas: a de Recife-Belém e a do Baixo São Francisco.

Art. 3º O Quadro de Práticos da Armada tem o efetivo de 23 (vinte e três) oficiais, assim distribuídos:

— Capitão-Tenente Prático-Mor: 3 (três);

— Primeiro-Tenente Prático: 10 (dez);

— Segundo-Tenente Prático: 10 (dez).

§ 1º O Poder Executivo regulará o número de Práticos de cada Seção, sua distribuição pelas linhas, assim como as estações, áreas e zonas de exercício profissional.

§ 2º Haverá 1 (um) Prático-Mor em cada Seção.

§ 3º O efetivo mencionado neste artigo é considerado como limite, sendo porém preenchido quando considerado conveniente pela Administração Naval.

Art. 4º O Poder Executivo baixará os atos necessários para regulamentar a seleção, admissão, requisitos, qualificações profissionais, deveres, responsabilidade funcional e profissional e atribuições, do Pessoal do Quadro de Práticos da Armada.

Parágrafo único. É requisito indispensável para admissão ao Quadro de Práticos da Armada o efetivo exercício nessa profissão durante 2 (dois) anos anteriores.

Art. 5º O Quadro de Práticos dos Rios da Prata, Baixo e Médio Paraná, Paraguai e Costa, criado pelo De-

creto nº 7.368, de 11 de junho de 1941, e alterado pelo Decreto número 33.546, de 14 de agosto de 1953, entra em extinção.

Parágrafo único. A critério da Administração Naval e se for julgado conveniente ao serviço da Marinha do Brasil, os Práticos que pertencem ao Quadro em extinção poderão ser admitidos no Quadro de Práticos da Armada, no posto de Segundo-Tenente Prático, desde que satisfaçam aos requisitos constantes do parágrafo único do art. 4º.

Art. 6ºVETADO

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1965; 142º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Bosisio

LEI Nº 4.714 — DE 29 DE
JUNHO DE 1965

Modifica legislação anterior sobre o uso da marca de fogo no gado bovino.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O gado bovino só poderá ser marcado a ferro candente na cara, no pescoço e nas regiões situadas abaixo de uma linha imaginária, ligando as articulações fêmuro-rótulo-tibial e humero-rádio-cubital, de sorte a preservar de defeitos a parte do couro de maior utilidade, denominada *grupon*.

Art. 2º Fica proibido o uso de marca cujo tamanho não possa caber em um círculo de onze centímetros de diâmetro (0,11 m).

Art. 3º Fica proibido o emprêgo de marca de fogo, por parte dos estabelecimentos de abate de gado bovino para identificação de couros.

Art. 4º Os estabelecimentos de abate, que sacrifiquem gado cuja marcação esteja em desacordo com o es-

tabelecido nos arts. 1º, 2º e 3º desta Lei ficam sujeitos à multa de valor equivalente a 5% (cinco por cento) do maior salário-mínimo vigente no País, por animal assim marcado.

Art. 5º Compete ao Ministério da Agricultura, por intermédio de seu órgão competente, fiscalizar o fiel cumprimento desta lei, nos estabelecimentos industriais sujeitos à inspeção federal, nos matadouros que abatem para consumo local e nos próprios estabelecimentos pastoris.

§ 1º O Ministério da Agricultura promoverá, igualmente, pelos seus órgãos de divulgação, ampla campanha educativa junto aos criadores, no que se refere aos objetivos desta lei, em colaboração com as associações rurais do País e os órgãos especializados do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 6º O Banco do Brasil e demais estabelecimentos bancários, dos quais a União seja a maior acionista no estabelecimento de normas sobre níveis de empréstimos por cabeça de gado, levarão em consideração, para fins de níveis especiais, os criadores e inventistas que apresentarem o gado bovino devidamente cuidado e isento de berne e carrapato e dispuserem de meios necessários ao tratamento, por porvilhamento, pulverização ou imersão do gado.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com exceção do disposto em seu art. 4º que vigorará somente a partir de 1º de janeiro de 1969.

Art. 8º Ficam revogados o Decreto-lei nº 4.854, de 21 de outubro de 1942, e demais disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Hugo Leme

Daniel Faraco

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.715 — DE 29 DE JUNHO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a permutar um terreno de propriedade da União Federal por outros pertencentes ao Município de Guarapuava Estado do Paraná.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a permutar, com a Prefeitura Municipal de Guarapuava, tendo em vista a Lei nº 293, de 7 de dezembro de 1961, daquela Municipalidade, o terreno nacional com a área de... 301027,15 m² (trezentos e um mil e vinte e sete metros quadrados e quinze decímetros quadrados), situado em frente à Estação Ferroviária da Cidade de Guarapuava, no Estado do Paraná, por dois outros pertencentes àquela Prefeitura, medindo um deles 122.417,81 m² (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e dezessete metros quadrados e oitenta e um decímetros quadrados), situado em frente ao Quartel do 1º Esquadrão Independente de Cavalaria do Ministério da Guerra, e o outro, 479.636,49 m² (quatrocentos e setenta e nove mil, seiscentos e trinta e seis metros quadrados e quarenta e nove decímetros quadrados), situado na represa que fornece água à referida Unidade Militar, com a área total de..... 602.054,30 m² (seiscentos e dois mil e cinquenta e quatro metros quadrados e trinta decímetros quadrados).

Art. 2º Para efeito da permuta ora autorizada, consideram-se de igual valor as áreas a permutar.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.716 — DE 29 DE JUNHO
DE 1965

Dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no País.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O registro genealógico de animais domésticos será realizado, em todo o território nacional, de acordo com a orientação estabelecida pelo Ministério da Agricultura, respeitadas as recomendações internacionais que o Brasil tenha assinado ou venha a assinar.

Art. 2º Os trabalhos de registro genealógico permanecerão cometidos a entidades privadas, já existentes no País, sob fiscalização do Ministério da Agricultura, respeitados os direitos das instituições que mantêm acordo, contrato, convênio ou ajuste com o Ministério, para a execução dos serviços nesta Lei.

§ 1º O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura poderá conceder autorização para efetuar trabalhos de registro genealógico a entidades privadas que se organizarem para tal fim, desde que visem a raças de animais domésticos que ainda não possuam esses serviços.

§ 2º A autorização a que se refere este artigo somente será concedida quando a instituição estiver registrada no Ministério da Agricultura, mediante a apresentação das seguintes provas:

I — Certidão de inteiro teor dos Estatutos, regulamentos ou compromissos da instituição fornecida pelo Registro Público das Pessoas Jurídicas; e

II — Mandato da Diretoria em exercício.

§ 3º As exigências do parágrafo anterior aplicam-se, também, às entidades filiadas e delegadas.

§ 4º Concedida a autorização a que se refere este artigo, nenhuma outra entidade poderá exercer a mesma atividade de registro genealógico, ressalvada a delegação de competência,

outorgada pela entidade detentora da autorização do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura.

§ 5º Para serem registradas no Ministério da Agricultura, as associações especializadas, de caráter privado, não necessitarão determinar em seus estatutos, que tomarão a si os trabalhos de registro genealógico das raças que pretendem difundir.

Art. 3º Os registros genealógicos dirigidos, administrados e executados por órgãos do Poder Público serão transferidos a entidades privadas em funcionamento ou que se fundarem, desde que atendidos o disposto nesta Lei e os requisitos de idoneidade técnica e financeira, julgados pelo órgão competente do Ministério da Agricultura, nos termos do regulamento.

§ 1º O pessoal lotado nos órgãos previstos neste artigo será aproveitado em outros do Ministério da Agricultura.

§ 2º O pessoal temporário admitido nos órgãos previstos neste artigo, nos termos da legislação em vigor até a data da publicação desta Lei poderá ser aproveitado em outros órgãos do Ministério da Agricultura.

Art. 4º A autorização concedida, nos termos desta Lei, à entidade de Criadores e às suas filiadas, para executarem o serviço de registro genealógico, só poderá ser cancelada nos seguintes casos:

a) dissolução da entidade;

b) abandono dos trabalhos de registro genealógico e irregularidade devidamente constatada na execução desse serviço;

c) aplicação indevida de auxílios financeiros pagos pelos cofres públicos;

d) quando não possuir Diretoria com mandato regular;

e) quando infringir qualquer dispositivo desta Lei e de seu regulamento.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, a entidade entregará todo o acervo referente ao registro genealógico ao órgão competente do Ministério da Agricultura, que continuará a realizar os trabalhos, até que nova autorização seja dada a outra entidade que vier a ser organizada com a mesma finalidade.

Art. 5º Caberá ao Departamento de Promoção Agropecuária, do Ministério da Agricultura, cumprir e fazer cumprir a presente Lei e a sua regulamentação, em todo o território nacional.

Art. 6º O Departamento de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura prestará assistência técnica e financeira às entidades que realizarem o registro genealógico de que trata a presente Lei.

§ 1º A taxa prevista no art. 8º, da Lei nº 4.096, de 18 de julho de 1962, será recolhida ao Banco do Brasil S. A., em conta do Fundo Federal Agropecuario para o fim de ser empregada de acordo com o mencionado diploma legal, reservando-se até 20% (vinte por cento) do montante total para ser aplicado.

a) no custeio dos registros genealógicos administrados e executados por órgãos governamentais, enquanto não passarem à competência de entidades privadas, nos termos da presente Lei;

b) na assistência financeira a ser prestada às entidades previstas no art. 2º desta Lei para a realização dos trabalhos de registro genealógico das diferentes espécies de raças, inclusive participação em exposições, concursos e congressos, mediante plano aprovado pelo Departamento e pelo Fundo Federal Agropecuario, do Ministério da Agricultura.

§ 2º Cada entidade somente poderá receber, anualmente, um auxílio financeiro, qualquer que seja a modalidade, mesmo sob a forma de acordo, convênio, ajuste ou contrato.

§ 3º As entidades contempladas com auxílio financeiro ficam sujeitas à Fiscalização dos Departamentos de Promoção Agropecuária e de Administração do Ministério da Agricultura, aos quais prestarão contas das importâncias recebidas, a título de auxílio e subvenções.

Art. 7º O Poder Executivo expedirá, dentro de 90 (noventa) dias, após a publicação desta Lei, a regulamentação que for necessária, da qual constará:

a) as normas a serem cumpridas na organização e funcionamento dos registros genealógicos, no tocante à fundação de entidades privadas de âmbito nacional e suas filiações;

b) as exigências referentes à rotina a ser cumprida na execução dos registros genealógicos, relacionada com as comunicações obrigatórias livros de registro, certificados, identificação dos animais, inspeções técnicas e penalidades;

c) as normas para a transferência dos registros genealógicos de órgãos governamentais para as entidades privadas;

d) outras exigências indispensáveis à eficiência do registro genealógico.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Hugo de Almeida Leme.

LEI Nº 4.717 — DE 29 DE JUNHO DE 1965

Regula a ação popular.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Da ação popular

Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição art. 141, § 3º) de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fun-

dações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

§ 1º Consideram-se patrimônio público, para os fins referidos neste artigo, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético ou histórico.

§ 2º Em se tratando de instituições ou fundações, para cuja criação ou custeio o tesouro público concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, bem como de pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas, as consequências patrimoniais da invalidez dos atos lesivos terão por limite a repercussão deles sobre a contribuição dos cofres públicos.

§ 3º A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral, ou com documento que a êle corresponda.

§ 4º Para instruir a inicial, o cidadão poderá requerer às entidades, a que se refere este artigo, as certidões e informações que julgar necessárias, bastando para isso indicar a finalidade das mesmas.

§ 5º As certidões e informações, a que se refere o parágrafo anterior, deverão ser fornecidas dentro de 15 (quinze) dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão ser utilizadas para a instrução de ação popular.

§ 6º Somente nos casos em que o interesse público, devidamente justificado, impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação.

§ 7º Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, a ação poderá ser proposta desacompanhada das certidões ou informações negadas, cabendo ao juiz, após apreciar os motivos do indeferimento, e salvo em se tratando de razão de segurança nacional, requisitar umas e outras; feita a requisição, o processo correrá em segredo de justiça, que cessará com o trânsito em julgado de sentença condenatória.

Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de:

- a) incompetência;
- b) vício de forma;
- c) ilegalidade do objeto;
- d) inexistência dos motivos;
- e) desvio de finalidade.

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas:

- a) a *incompetência* fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;
- b) o *vício de forma* consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato;
- c) a *ilegalidade do objeto* ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;
- d) a *inexistência dos motivos* se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido;
- e) o *desvio de finalidade* se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

Art. 3º Os atos lesivos ao patrimônio das pessoas de direito público ou privado, ou das entidades mencionadas no art. 1º, cujos vícios não se compreendam nas especificações do artigo anterior, serão anuláveis, segundo as prescrições legais, enquanto compatíveis com a natureza deles.

Art. 4º São também nulos os seguintes atos ou contratos, praticados ou celebrados por quaisquer das pessoas ou entidades referidas no artigo 1º:

I — A admissão ao serviço público remunerado, com desobediência, quanto às condições de habilitação, das normas legais, regulamentares ou constantes de instruções gerais.

II — A operação bancária ou de crédito real, quando:

a) fôr realizada com desobediência a normas legais, regulamentares, estatutárias, regimentais ou internas;

b) o valor real do bem dado em hipoteca ou penhor fôr inferior ao constante de escritura, contrato ou avaliação.

III — A empreitada, a tarefa e a concessão do serviço público, quando:

a) o respectivo contrato houver sido celebrado sem prévia concorrência pública ou administrativa, sem que essa condição seja estabelecida em lei, regulamento ou norma geral;

b) no edital de concorrência forem incluídas cláusulas ou condições, que comprometam o seu caráter competitivo;

c) a concorrência administrativa fôr processada em condições que impliquem na limitação das possibilidades normais de competição.

IV — As modificações ou vantagens, inclusive prorrogações, que forem admitidas, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos de empreitada, tarefa e concessão de serviço público, sem que estejam previstas em lei ou nos respectivos instrumentos.

V — A compra e venda de bens móveis ou imóveis, nos casos em que não cabível concorrência pública ou administrativa, quando:

a) fôr realizada com desobediência a normas legais, regulamentares, ou constantes de instruções gerais;

b) o preço de compra dos bens fôr superior ao corrente no mercado, na época da operação;

c) o preço de venda dos bens fôr inferior ao corrente no mercado, na época da operação.

VI — A concessão de licença de exportação ou importação, qualquer que seja a sua modalidade, quando:

a) houver sido praticada com violação das normas legais e regulamentares ou de instruções e ordens de serviço;

b) resultar em exceção ou privilégio, em favor de exportador ou importador.

VII — A operação de redesconto quando, sob qualquer aspecto, inclusive o limite de valor, desobedecer a normas legais, regulamentares ou constantes de instruções gerais.

VIII — O empréstimo concedido pelo Banco Central da República, quando:

a) concedido com desobediência de quaisquer normas legais, regulamentares, regimentais ou constantes de instruções gerais;

b) o valor dos bens dados em garantia, na época da operação, fôr inferior ao da avaliação.

IX — A emissão quando efetuada sem observância das normas constitucionais, legais e regulamentadoras que regem a espécie.

Da competência

Art. 5º Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o fôr para as causas que interessam à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.

§ 1º Para fins de competência, equiparam-se a atos da União, do Distrito Federal, do Estado ou dos Municípios os atos das pessoas criadas ou mantidas por essas pessoas jurídicas de direito público, bem como os atos das sociedades de que elas sejam acionistas e os das pessoas ou entidades por elas subvencionadas ou em relação às quais tenham interesse patrimonial.

§ 2º Quando o pleito interessar simultaneamente à União e a qualquer outra pessoa ou entidade, será competente o juiz das causas da União, se houver; quando interessar simultaneamente ao Estado e ao Município, será competente o juiz das causas do Estado, se houver.

§ 3º A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações, que forem posteriormente intentadas contra as mesmas partes e sob os mesmos fundamentos.

Dos sujeitos passivos da ação e dos assistentes

Art. 6º A ação sera proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo.

§ 1º Se não houver beneficiário direto do ato lesivo, ou se fôr ele indeterminado ou desconhecido, a ação será proposta somente contra as outras pessoas indicadas neste artigo.

§ 2º No caso de que trata o inciso II, item b, do art. 4º, quando o valor real do bem fôr inferior ao da avaliação, citar-se-ão como réus, além das pessoas públicas ou privadas e entidades referidas no art. 1º, apenas os responsáveis pela avaliação inexata e os beneficiários da mesma.

§ 3º A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

§ 4º O Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.

§ 5º É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.

Do processo

Art. 7º A ação obedecerá ao procedimento ordinário, previsto no Código do Processo Civil, observadas as seguintes normas modificativas:

I) Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

a) além da citação dos réus, a intimação do representante do Ministério Público;

b) a requisição, às entidades indicadas na petição inicial, dos documentos que tiverem sido referidos pelo autor (art. 1º, § 6º), bem como a de outros que se lhe afigurem necessários ao esclarecimento dos fatos, fixando prazos de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias para o atendimento.

§ 1º O representante do Ministério Público providenciará para que as requisições, a que se refere o inciso anterior, sejam atendidas dentro dos prazos fixados pelo juiz.

§ 2º Se os documentos e informações não puderem ser oferecidos nos prazos assinalados, o juiz poderá autorizar prorrogação dos mesmos, por prazo razoável.

II) Quando o autor o preferir, a citação dos beneficiários far-se-á por edital com o prazo de 30 (trinta) dias, afixado na sede do juízo e publicado três vezes no jornal oficial do Distrito Federal, ou da Capital do Es-

tado ou Território em que seja ajuizada a ação. A publicação será gratuita e deverá iniciar-se no máximo 3 (três) dias após a entrega, na repartição competente, sob protocolo de uma via autenticada do mandado.

III) Qualquer pessoa, beneficiada ou responsável pelo ato impugnado, cuja existência ou identidade se torne conhecida no curso do processo e antes de proferida a sentença final de primeira instância, deverá ser citada para a integração do contraditório, sendo-lhe restituído o prazo para contestação e produção de provas. Salvo quanto a beneficiário, se a citação se houver feito na forma do inciso anterior.

IV) O prazo de contestação é de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando fôr o caso, do decurso do prazo assinado em edital.

V) Caso não requerida, até o despacho saneador, a produção de prova testemunhal ou pericial, o juiz ordenará vista às partes por 10 (dez) dias, para alegações, sendo-lhe os autos conclusos, para sentença, 48 (quarenta e oito) horas após a expiração desse prazo; havendo requerimento de prova, o processo tomará o rito ordinário.

VI) A sentença, quando não prolatada em audiência de instrução e julgamento, deverá ser proferida dentro de 15 (quinze) dias do recebimento dos autos pelo juiz.

Parágrafo único. O proferimento da sentença além do prazo estabelecido, privará o juiz da inclusão em lista de merecimento para promoção, durante 2 (dois) anos e acarretará a perda, para efeito de promoção por antiguidade, de tantos dias quantos forem os do retardamento; salvo motivo justo, declinado nos autos e comprovado perante o órgão disciplinar competente.

Art. 8º Ficará sujeita à pena de desobediência, salvo motivo justo devidamente comprovado, a autoridade, o administrador ou o dirigente, que deixar de fornecer, no prazo fixado no art. 1º, § 5º, ou naquele que tiver sido estipulado pelo juiz (art. 7º, nº I, letra b), informações e certidão ou fotocópia de documentos necessários à instrução da causa.

Parágrafo único. O prazo contar-se-á do dia em que entregue, sob recibo, o requerimento do interessado ou o ofício de requisição (artigo 1º, § 5º, e art. 7º, I, b).

Art. 9º Se o autor desistir da ação ou der motivo à absolvição da instância, serão publicados editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, inciso II, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.

Art. 10. As partes só pagarão custas e preparo a final.

Art. 11. A sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, quando incorrerem em culpa.

Art. 12. A sentença incluirá sempre, na condenação dos réus, o pagamento, ao autor, das custas e demais despesas, judiciais e extrajudiciais, diretamente relacionadas com a ação e comprovadas, bem como o dos honorários de advogado.

Art. 13. A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do décuplo das custas.

Art. 14. Se o valor da lesão ficar provado no curso da causa, será indicado na sentença; se depender de avaliação ou perícia, será apurado na execução.

§ 1º Quando a lesão resultar da falta ou isenção de qualquer pagamento, a condenação imporá o pagamento devido, com acréscimo de juros de mora e multa legal ou contratual, se houver.

§ 2º Quando a lesão resultar da execução fraudulenta, simulada ou irreal de contratos, a condenação versará sobre a reposição do débito, com juros de mora.

§ 3º Quando o réu condenado perceber dos cofres públicos, a execução far-se-á por desconto em folha até o integral ressarcimento do dano causado, se assim mais convier ao interesse público.

§ 4º A parte condenada a restituir bens ou valores, ficará sujeita a sequestro e penhora, desde a prolação da sentença condenatória.

Art. 15. Se, no curso da ação, ficar provada a infringência da lei penal ou a prática de falta disciplinar a que a lei comine a pena de demissão ou a de rescisão de contrato de trabalho, o juiz, *ex officio*, determinará a remessa de cópia autenticada das peças necessárias às autoridades ou aos administradores a quem competir aplicar a sanção.

Art. 16. Caso decorridos 60 (sessenta) dias de publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução, o representante do Ministério Público a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave.

Art. 17. É sempre permitido às pessoas ou entidades referidas no art. 1º, ainda que hajam contestado a ação, promover, em qualquer tempo, e no que as beneficiar, a execução da sentença contra os demais réus.

Art. 18. A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

Art. 19. Da sentença que concluir pela improcedência ou pela carência da ação, recorrerá o juiz, *ex officio*, mediante simples declaração, no seu texto; da sentença que julgar procedente o pedido, caberá apelação voluntária, com efeito suspensivo.

§ 1º Das decisões interlocutórias poderão ser interpostos os recursos previstos no Código de Processo Civil.

§ 2º Das decisões proferidas contra o autor popular e suscetíveis de recurso, poderão recorrer qualquer cidadão e o representante do Ministério Público.

Disposições Gerais

Art. 20. Para os fins desta Lei, consideram-se entidades autárquicas:

- a) o serviço estatal descentralizado com personalidade jurídica, custeado mediante orçamento próprio, independente do orçamento geral;
- b) as pessoas jurídicas especialmente instituídas por lei, para a execução de serviços de interesse público ou social, custeados por tributos de qualquer natureza ou por outros recursos oriundos do Tesouro Público;
- c) as entidades de direito público ou privado a que a lei tiver atribuído competência para receber e aplicar contribuições parafiscais.

Art. 21. A ação prevista nesta Lei prescreve em 5 (cinco) anos.

Art. 22. Aplicam-se à ação popular as regras do Código de Processo Civil, naquilo em que não contrariem os dispositivos desta Lei, nem a natureza específica da ação.

Brasília, 29 de junho de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Soares Campos

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes V o VI de 1965, desta
coleção, pela ordem alfabética
dos assuntos

EMENTÁRIO

A

A FORTALEZA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da A Fortaleza Companhia Nacional de Seguros, relativas à extensão das operações de seguros ao Ramo Vida e ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.611 — de 23 de julho de 1965.

A UNIVERSAL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da A Universal Companhia Nacional de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.748 — de 17 de agosto de 1965.

ABATE

Modifica legislação anterior sobre o uso da marca de fogo no gado bovino.

Lei nº 4.714 — de 29 de junho de 1965.

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Autoriza o Governo Brasileiro a aderir à Convenção sobre a Escravidão, assinada em Genebra em 25 de setembro de 1926 e emendada pelo protocolo aberto à assinatura ou à aceitação em 7 de dezembro de 1953, e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e das instituições e Práticas Análogas à Escravidão, firmada em Genebra a 7 de setembro de 1956.

Decreto Legislativo nº 66, de 1965.

AÇÃO POPULAR

Regula a ação popular.

Lei nº 4.717 — de 29 de junho de 1965.

AÇÕES

Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Lei nº 4.728 — de 14 de julho de 1965.

ACÓRDOS

Aprova o Acórdão para o estabelecimento de um programa de colaboração para o preparo de mapas topográficos e cartas aeronáuticas no Brasil.

Decreto Legislativo nº 68, de 1965.

— *Aprova o Acórdão de Garantia de Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 6 de fevereiro de 1965.*

Decreto Legislativo nº 69, de 1965.

— *Aprova o Acórdão Cultural assinado, em Brasília, entre a República do Senegal.*

Decreto Legislativo nº 71, de 1965.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo do acórdão celebrado, em 16 de novembro de 1953, entre o Governo da União e o do Estado do Paraná.*

Decreto Legislativo nº 72, de 1965.

— *Aprova o Acórdão Comercial assinado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Senegal.*

Decreto Legislativo nº 75, de 1965.

— *Aprova o Acôrdio para o "estabelecimento de uma Missão Militar Norte-Americana no Brasil", concluído em Washington a 29 de julho de 1948.*

Decreto Legislativo nº 76, de 1965.

— *Mantém atos do Tribunal de Contas denegatórios do registro a termos de 29 de outubro de 1954 e de 17 de janeiro de 1955, aditivos a acôrdio de 13 de maio de 1954, celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas.*

Decreto Legislativo nº 81, de 1965.

— *Aprova o Acôrdio Internacional do Cacau, assinado pelo Governo Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964.*

Decreto Legislativo nº 82, de 1965.

— *Promulga o Acôrdio de Comércio e Pagamentos com a União Soviética.*

Decreto nº 56.521 — de 29 de junho de 1965.

— *Promulga o Acôrdio Cultural com a Itália.*

Decreto nº 56.608 — de 23 de julho de 1965.

— *Promulga o Acôrdio sobre cooperação no campo dos usos pacíficos da energia atômica com o Paraguai.*

Decreto nº 56.618 — de 27 de julho de 1965.

— *Promulga o Acôrdio Cultural com a Espanha.*

Decreto nº 56.698 — de 9 de agosto de 1965.

— *Dispõe sobre a vinculação ao Ministério das Relações Exteriores de estabelecimentos mantidos pelo Governo Brasileiro em Centros educacionais estrangeiros e dá outras providências.*

Decreto nº 56.728 — de 16 de agosto de 1965.

ACUMULADORES ELÉTRICOS

Inclui a indústria de acumuladores elétricos entre as atividades em que é permitido o trabalho aos domingos e feriados.

Decreto nº 56.533 — de 5 de julho de 1965.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (APRJ)

Dispõe sobre o horário de trabalho para o pessoal da Polícia Portuária da Administração do Porto do Rio de Janeiro (APRJ).

Decreto nº 56.502 — de 24 de junho de 1965.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 para o fim que menciona.*

Decreto nº 56.601 — de 22 de julho de 1965.

— *Aprova o Orçamento da Administração do Porto do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 56.811 — de 31 de agosto de 1965.

AERONAUTICA

Aplica disposições das Leis ns. 2.370, de 9 de dezembro de 1954 e 3.765, de 4 de maio de 1960, aos Oficiais Engenheiros da Reserva de 2ª Classe da Aeronáutica convocados para o serviço ativo.

Lei nº 4.765 — de 30 de agosto de 1965.

— *Altera a redação do Art. 148 do Regulamento de Bases e Destacamentos de Bases Aéreas.*

Decreto nº 56.545 — de 7 de julho de 1965.

— *Modifica a divisão do território nacional em Zonas Aéreas.*

Decreto nº 56.589 — de 20 de julho de 1965.

— *Altera o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.*

Decreto nº 56.626 — de 20 de julho de 1965.

— *Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto nº 56.697 — de 9 de agosto de 1965.

— *Altera dispositivos do Regulamento para o Comando de Zona Aérea.*

Decreto nº 56.718 — de 12 de agosto de 1965.

— *Efetivo das turmas da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, para o ano de 1966.*

Decreto nº 56.754 — de 19 de agosto de 1965.

— *Declara de utilidade pública imóvel que menciona na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 56.735 — de 24 de agosto de 1965.

— *Suspende a exigência do nº 2 do parágrafo único do art. 77 do RE-PROMAER, na forma que menciona.*

Decreto nº 56.907 — de 28 de setembro de 1965.

— *Ver, também, Ministério da Aeronáutica:*

AEROPORTOS

Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito que especifica.

Decreto nº 56.357 — de 13 de setembro de 1965.

AGAVE

Altera o Art. 1º do Decreto número 56.286, de 17-5-65.

Decreto nº 56.603 — de 22 de julho de 1965.

AGUA E MESA

Renova o Decreto nº 2.146, de 22 de janeiro de 1963.

Decreto nº 56.431 — de 3 de junho de 1965.

AGUA-MARINHA

Autoriza o cidadão brasileiro Nestor de Aguiar Souo a pesquisar águas-marinhas, no município de Ataléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.223 — de 30 de abril de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Altisomante Pereira Assumpção a pesquisar água mineral, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.*

Decreto nº 56.338 — de 21 de maio de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Angelo Micuci a pesquisar água mineral, no município de São José do Rio Preto — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 56.556 — de 9 de julho de 1965.

— *Autoriza Águas Minerais Naturais Limitada a lavar água mineral no município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 56.634 — de 9 de agosto de 1965.

AGUA MINERAL

Renova o Decreto nº 49.435, de 6 de dezembro de 1960.

Decreto nº 56.688 — de 9 de agosto de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adelino Parro a pesquisar água mineral no município de Itapuru, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 56.773 — de 20 de agosto de 1965.

ALFÂNDEGA

Torna definitivo o registro da despesa de Cr\$ 56.795,40 (oitenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e quarenta centavos), feito sob reserva ao pagamento a Luiza de Castro, da Alfândega de Fortaleza, Estado do Ceará, da percentagem de 10% prevista no art. 4º do Decreto-lei número 8.663, de 24 de janeiro de 1946.

Decreto Legislativo nº 84, de 1965.

ALGODÃO

Fixa os preços mínimos básicos para o financiamento ou aquisição de algodão, amendoim das águas, arroz, feijão das águas, milho e soja, de produção nacional, das regiões central e meridional do País, para a safra 1965-66.

Decreto nº 56.822 — de 1º de setembro de 1965.

ALIMENTAÇÃO ANIMAL

— *Dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e da outras providências.*

Lei nº 4.736 — de 15 de julho de 1965.

ALLIANCE ASSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à Alliance Assurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 56.446 — de 9 de junho de 1965.

ALUVIÕES AURÍFEROS

Autoriza o cidadão brasileiro Custódio Netto Jr. a pesquisar aluviões auríferos no Município de São Félix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 56.323 — de 21 de maio de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Custódio Netto Jr. a pesquisar aluviões auríferos, no município de São Félix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 56.332 — de 21 de maio de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Custódio Netto Jr. a pesquisar aluviões auríferos, no município de São Félix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 56.332 — de 21 de maio de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Custódio Netto Jr. a pesquisar aluviões auríferos, no município de São Félix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 56.339 — de 21 de maio de 1965.

AMAZONIA

Mantém atos do Tribunal de Contas denegatórios do registro a termos de 29 de outubro de 1954 e de 14 de janeiro de 1955, autônticos, a acôrdo de 13 de maio de 1954, celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas.

Decreto Legislativo nº 81, de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Lei nº 4.744 — de 19 de julho de 1965.

AMENDOIM

Fixa os preços mínimos básicos para o financiamento ou aquisição de algodão, amendoim das águas, arroz, feijão das águas, milho e soja, de produção nacional, das regiões central e meridional do País, para a safra 1965-66.

Decreto nº 56.822 — de 1º de setembro de 1965.

AMIANTO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio da Motta Campos a pesquisar amianto no município do Rio Pombo, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.321 — de 21 de maio de 1965.

— Autoriza a Sociedade Anônima Mineração de Amianto a pesquisar amianto no município de Uruaçu, Estado de Goiás.

Decreto nº 56.878 — de 20 de setembro de 1965.

ANIMAIS DOMÉSTICOS

Dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no País.

Lei nº 4.716 — de 20 de junho de 1965.

APATITA

Renova a autorização concedida pelo Decreto nº 1.637, de 23 de novembro de 1932.

Decreto nº 56.781 — de 23 de agosto de 1965.

APOSENTADORIAS

Torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, em 16 de agosto de 1957, da Concessão de melhoria de proventos de aposentadoria a Alair Figueira da Costa.

Decreto Legislativo nº 78, de 1965.

ÁREA PRIORITÁRIA DE EMERGÊNCIA

Dispõe sobre a criação de área prioritária de emergência para fins de Reforma Agrária, e dá outras providências.

Decreto nº 56.583 — de 19 de julho de 1965.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Fernando Ribeiro do Vale a pesquisar argila e areia quartzosa, no município de São Simão, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.451 — de 9 de junho de 1965.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza Metais de Minas Gerais Sociedade Anônima — METAMIG, a lavar argila e areia quartzosa no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 56.453 — de 9 de junho de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Valente Ferreira a pesquisar quartzo e areia quartzosa, no município de Paulo Cândido, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 56.646 — de 5 de agosto de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Gheorghe Popescu a lavar areia quartzosa no município de Peruibe, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.667 — de 6 de agosto de 1965.

Anula o Decreto n.º 49.955, de 17 de janeiro de 1961.

Decreto n.º 56.741 — de 17 de agosto de 1965.

ARGILA

Autoriza a Cerâmica Martini Sociedade Anônima a pesquisar argila, no município de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.310 — de 21 de maio de 1965.

Autoriza a Cerâmica Martini Sociedade Anônima a pesquisar argila, no município de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.311 — de 21 de maio de 1965.

Autoriza a Cerâmica Martini Sociedade Anônima a pesquisar argila, no município de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.312 — de 21 de maio de 1965.

Autoriza a Cerâmica Martini Sociedade Anônima a pesquisar argila, no município de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.340 — de 21 de maio de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Fernando Ribeiro do Vale a pesquisar argila e areia quartzosa, no município de São Simão, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.451 — de 9 de junho de 1965.

Autoriza Metais de Minas Gerais Sociedade Anônima — METAMIG, a lavar argila e areia quartzosa no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 56.453 — de 9 de junho de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Sinezio Borges a pesquisar bauxita e argila no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 56.542 — de 7 de julho de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Marcos Antônio Monteiro de Barros a pesquisar argila no município de Santa Rita de Passa Quatro, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.645 — de 5 de agosto de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Moreira Curimbaba a pesquisar argila, nos municípios de Poços de Caldas e Caldas, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 56.678 — de 5 de agosto de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Christovão Moreira da Silva a pesquisar argila, no município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 56.760 — de 20 de agosto de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Biazzo a pesquisar argila, no município de Casa Branca, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.770 — de 20 de agosto de 1965.

ARGILA REFRATÁRIA

Autoriza a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR — a pesquisar argila refratária, no município de Suzano, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 56.686 — de 9 de agosto de 1965.

ARMADA

Altera a redação dos artigos 58, § 2.º e 76, do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto número 205, de 23 de novembro de 1961.

Decreto n.º 56.573-A — de 9 de julho de 1965.

VER, TAMBÉM, MARINHA E MINISTÉRIO DA MARINHA
ARQUIVO HISTÓRICO

Altera o artigo n.º 25, do Regimento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto número 12.343, de 5 de maio de 1943.

Decreto n.º 56.820 — de 1.º de setembro de 1965.

ARROZ

Suspende, temporariamente, a cobrança de taxas, comissões e emolumentos, que especifica, incidentes sobre as exportações de arroz e milho da safra 1964-1965.

Decreto n.º 56.621 — de 29 de julho de 1965.

Fixa os preços mínimos básicos para o financiamento ou aquisição de algodão, amendoim das águas, arroz, feijão das águas, milho e soja, de produção nacional, das regiões central e meridional do País, para a safra 1965-1966.

Decreto n.º 56.822 — de 1.º de setembro de 1965.

ASSOCIAÇÕES

Declara de utilidade pública a "Associação de Educação Familiar e Social do Rio Grande do Sul", com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 56.497 — de 21 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública a Sociedade Escolar de Santa Cruz, com sede em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 56.578 — de 19 de julho de 1965.

AUTARQUIAS

Dispõe sobre a série de classes de Pesquisador, e dá outras providências.

Lei n.º 4.723 — de 3 de julho de 1965.

Dispõe sobre a concessão de gratificação pela representação de gabinete.

Decreto n.º 56.583 — de 21 de julho de 1965.

Altera o Decreto n.º 54.061, de 28 de julho de 1964, que regulamenta o Regime de Tempo Integral e dedicação exclusiva.

Decreto n.º 56.730 — de 16 de agosto de 1965.

Consolida a matéria contida nos Decretos números 55.733, de 4 de fevereiro de 1965, e 55.955, de 20 de abril de 1965, estabelece o processo de venda dos imóveis da que trata o artigo 35 e §§ da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, e dá outras providências.

Decreto n.º 56.793 — de 27 de agosto de 1965.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Modifica o artigo 11 e seus parágrafos, da Lei número 1.493, de 13 de dezembro de 1951, alterados pela Lei número 2.283, de 12 de julho de 1964, e dá outras providências.

Lei n.º 4.762 — de 30 de agosto de 1965.

Dispõe sobre a assistência financeira do Governo Federal a Estados e Municípios, e dá outras providências.

Lei n.º 4.770 — de 15 de setembro de 1965.

AVIAÇÃO AGRÍCOLA

Institui o "Curso de Aviação Agrícola (CAVAG)", e dá outras providências.

Decreto n.º 56.584 — de 20 de julho de 1965.

AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL

Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Parágrafo "a" do artigo 50, da Convenção de Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, a 21 de junho de 1961.

Decreto Legislativo n.º 80, de 1965.

B

BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA S. A.

Dá nova redação à alínea "c", do artigo 15, da Lei número 1.184, de 30 de agosto de 1950, que dispõe sobre o Banco de Crédito da Borracha S. A.

Lei n.º 4.712 — de 29 de junho de 1965.

BANCO DO BRASIL S. A.

Determina o registro do contrato celebrado em 18 de janeiro de 1930, entre a União Federal e o Banco do Brasil S. A.

Decreto Legislativo n.º 58, de 1965.

Consolida a matéria contida nos Decretos números 55.738, de 4 de fevereiro de 1965, e 55.955, de 20 de abril de 1965, estabelece o processo de venda dos imóveis de que trata o artigo 65 e §§ da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, e dá outras providências.

Decreto n.º 56.793 — de 27 de agosto de 1965.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Dá nova redação ao artigo 41, do Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Decreto n.º 56.755 — de 19 de agosto de 1965.

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Consolida a matéria contida nos Decretos números 55.738, de 4 de fevereiro de 1965, e 55.955, de 20 de abril de 1965, estabelece o processo de venda dos imóveis de que trata o artigo 65 e §§ da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, e dá outras providências.

Decreto n.º 56.793 — de 27 de agosto de 1965.

BAUXITA

Autoriza a Alumínio Minas Gerais S. A. a lavar bauxita, no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 56.173 — de 29 de abril de 1965.

Autoriza Bauxita Santa Rita Limitada — BAUXISA, a pesquisar bauxita, no município de Parintins, Estado do Amazonas.

Decreto n.º 56.400 — de 3 de junho de 1965.

Autoriza Bauxita Santa Rita Limitada — BAUXISA, a pesquisar bauxita, no município de Nhamundá, Estado do Amazonas.

Decreto n.º 56.401 — de 3 de junho de 1965.

Autoriza Bauxita Santa Rita Limitada — BAUXISA, a pesquisar bauxita, no município de Nhamundá, Estado do Amazonas.

Decreto n.º 56.402 — de 3 de junho de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Walter Johann Dreyer a pesquisar bauxita, no município de Itanhanda, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.430 — de 8 de junho de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Sinélio Borges a pesquisar bauxita e argila no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.542, — de 7 de julho de 1965.

BIBLIOTECÁRIO

Regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário.

Decreto nº 56.725 — de 16 de agosto de 1965.

Declara de utilidade pública a Biblioteca Cultural em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.949 — de 19 de abril de 1965.

BIENAL DE SÃO PAULO — VIII

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000 (sessenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a realização da VIII Bienal de São Paulo.

Lei nº 4.753 — de 13 de agosto de 1965.

BOLSAS DE VALORES

Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Lei nº 4.728 — de 14 de julho de 1965.

Dá nova redação à alínea e, do art. 15 da Lei nº 1.134, de 30 de agosto de 1950, que dispõe sobre o Banco de Crédito da Borracha S.A.

Lei nº 4.712 — de 29 de junho de 1965.

BORRACHA**BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Brasil Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.885 — de 20 de setembro de 1965.

C**CACAU**

Aprova o Acôrdio Internacional do Cacau, assinado pelo Governo Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964.

Decreto Legislativo nº 82, de 1965

Cria a Comissão de Estudos da Política do Cacau.

Decreto nº 56.543 — de 7 de julho de 1965.

CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA

Determina o registro do contrato celebrado, em 13 de janeiro de 1960, entre a União Federal e o Banco do Brasil S.A.

Decreto Legislativo nº 58, de 1965.

Determina o registro de contrato celebrado, em 13 de janeiro de 1960, entre a União Federal e o Banco do Brasil.

Decreto Legislativo nº 58, de 1965.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Aprova os Orçamentos das Caixas Econômicas Federais de Brasília, de Goiás, de Pernambuco e de São Paulo.

Decreto nº 58.520 — de 29 de junho de 1965.

Consolida a matéria contida nos Decretos números 55.733, de 4 de fevereiro de 1965, e 55.955, de 29 de abril de 1965, estabelece o processo de venda dos imóveis de que trata o artigo 63 e §§ da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 56.793 — de 27 de agosto de 1965.

Aprova o Orçamento do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais.

Decreto nº 56.862 — de 14 de setembro de 1965.

Aprova o Orçamento da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.862 — de 14 de setembro de 1965.

Autoriza a Companhia Brasileira de Calçados de Calço a pesquisar calçado, no município de Barroso, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.174 — de 29 de abril de 1965.

CALCARIO

Autoriza a Companhia Cimento Brasileiro a pesquisar calcário, no município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.407 — de 3 de junho de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Walfrido Pereira a pesquisar calcário, no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.433 — de 8 de junho de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Brasil Melchior a pesquisar calcário no município de Eldorado Paulista, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.661 — de 6 de agosto de 1965.

Renova o Decreto nº 49.894, de 12 de janeiro de 1961.

Decreto nº 56.673 — de 6 de agosto de 1965.

Autoriza a Companhia de Cimento Portland Alvorada a pesquisar calcário no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.660 — de 6 de agosto de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Depetris a pesquisar calcário, no município de Apiaí, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.737 — de 17 de agosto de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Raul Milanez a pesquisar calcário, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.706 — de 17 de agosto de 1965.

Renova o Decreto nº 51.933-A, de 26 de abril de 1963.

Decreto nº 56.766 — de 20 de agosto de 1965.

CALCARIO FOSFATICO

Altera o art. 1º do Decreto número 55.391, de 31 de dezembro de 1964.

Decreto nº 56.408 — de 3 de junho de 1965.

CALCITA

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro de Aquino Cavalcanti a pesquisar calcita, no município de Sertânia, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 56.322 — de 21 de maio de 1965.

CAMPANHA DE ERRADICAÇÃO DA MALÁRIA (CEM)

Altera a Lei nº 2.743, de 6 de março de 1956, e cria a Campanha de Erradicação da Malária.

Lei nº 4.709 — de 28 de junho de 1965.

CAPITAL ESTRANGEIRO

Prorroga o prazo de que trata o § 2º do art. 9º, da Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964.

Decreto nº 56.889 — de 20 de setembro de 1965.

CARTAS AERONÁUTICAS

Aprova o Acórdão para o estabelecimento de um programa de colaboração para o preparo de mapas topográficos e cartas aeronáuticas no Brasil.

Decreto Legislativo nº 68, de 1965.

CARVÃO MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Nery Adolfo de Souza Merello a pesquisar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.554 — de 8 de julho de 1965.

Autoriza a Cia. Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo a pesquisar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.562 — de 9 de julho de 1965.

CASA PRÓPRIA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com o financiamento previsto na Lei nº 2.321, de 11 de setembro de 1954.

Lei nº 4.693 — de 23 de junho de 1965.

Consolida a matéria contida nos Decretos números 55.733, de 4 de fevereiro de 1965, e 55.955, de 20 de abril de 1965, estabelece o processo de venda dos imóveis de que trata o artigo 65 e §§ da Lei nº 4.330, de 21 de agosto de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 56.793 — de 27 de agosto de 1965.

CASAS DE MARINHEIRO

Altera a redação dos artigos 4º, 5º e 6 do Regulamento para as Casas do Marinheiro, aprovado pelo Decreto nº 50.644, de 24 de maio de 1961.

Decreto nº 56.573 — de 9 de julho de 1961.

CASSITERITA

Autoriza Th Badin de Minérios Ltda. a pesquisar cassiterita nos municípios de Piaçã e Rio das Contas, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.222 — de 30 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Jair Ribeiro de Carvalho a lavar cassiterita, no município de Cassiterita, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.633 — de 4 de agosto de 1965.

CAUÇÃO DE VALORES

Altera o artigo 1º, do Decreto nº 45.943, de 29 de abril de 1959.

Decreto nº 56.696 — de 9 de agosto de 1965.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Braz Sabino Pereira a lavar caulim e feldspato, no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.714 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza Porcelana Real S. A. a pesquisar caulim, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.317 — de 21 de maio de 1965.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Tâmus Feres de Andrade a pesquisar caulim, no município de Ubá, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.320 — de 21 de maio de 1965.

— Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar caulim, no município de Inhaúma, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.434 — de 8 de junho de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Joseph Nigri a pesquisar caulim, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.590 — de 21 de julho de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Carlevatto a pesquisar caulim, feldspato e quartzo, no município de Sororro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.641 — de 5 de agosto de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Jacy de Azevedo Lima a pesquisar caulim, no Município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.734 — de 17 de agosto de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo Joaquim de Souza a pesquisar caulim, feldspato e quartzo, nos municípios de Monte Alegre do Sul e Píthalezinho, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.761 — de 20 de agosto de 1965.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S. A. — ELETROBRAS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Centrais Elétricas Brasileiras S. A.

Decreto nº 56.818 — de 1º de setembro de 1965.

— Autoriza o Ministro da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a um financiamento a ser realizado pela Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS.

Decreto nº 56.890-A — de 20 de setembro de 1965.

CENTROS EDUCACIONAIS ESTRANGEIROS

Dispõe sobre a vinculação ao Ministério das Relações Exteriores de estabelecimentos mantidos pelo Governo Brasileiro em Centros educacionais estrangeiros e dá outras providências.

Decreto nº 56.728 — de 16 de agosto de 1965.

CERÂMICA VAZ LTDA.

Concede à Cerâmica Vaz Ltda. autorização para funcionar, como empresa de mineração.

Decreto nº 56.842 — de 6 de setembro de 1965.

CESSÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza a cessão gratuita do imóvel que menciona, situado no Alto do Corcovado, Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.936 — de 19 de abril de 1965.

— *Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita de imóvel que menciona, situado no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 55.952 — de 20 de abril de 1965.

— *Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do terreno que menciona, situado em Maceió, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 55.964 — de 20 de abril de 1965.

— *Cede, ao Governo do Estado do Ceará, pelo prazo de 5 (cinco) anos, os imóveis e instalações do Ginásio Agrícola "Capitão Plácido", localizado em Santana do Cariri, para o fim que especifica.*

Decreto nº 56.419 — de 4 de junho de 1965.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a fazer a cessão de uma área de terreno da Fazenda Militar de Barueri, ao Estado de São Paulo.*

Decreto nº 56.600 — de 22 de julho de 1965.

— *Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do imóvel que menciona, situado no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 56.653, de 6 de agosto de 1965.

CHEQUES

Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Lei nº 4.723 — de 14 de junho de 1965.

CÍRCULO OPERÁRIO PORTO-ALEGRENSE

Concede isenção das Taxas de Despachos Aduaneiro e de Melhoramento dos Portos para um aparelho de Raios-X, doados ao Círculo Operário Porto-Alegrense, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Lei nº 4.705 — de 28 de junho de 1965.

CLASSIFICAÇÃO DE EMBARCAÇÕES

Revoga o Decreto nº 51.719, de 18 de fevereiro de 1963.

Decreto nº 56.605 — de 22 de julho de 1965.

CLASSIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FRUTAS CÍTRICAS

Aprova as novas especificações para a classificação e fiscalização da exportação das frutas cítricas, visando à sua padronização.

Decreto nº 56.659 — de 6 de agosto de 1965.

CLASSIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO ÓVO

Aprova as novas especificações para a classificação e fiscalização do ovo.

Decreto nº 56.585 — de 20 de julho de 1965.

CLUBE NAVAL

Prorroga o prazo estabelecido no artigo 2º da Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954, que autoriza o Poder Executivo a financiar operações imobiliárias realizadas pelo Clube Naval.

Lei nº 4.775 — de 22 de setembro de 1965.

COBRE

Autoriza o Condomínio Minérios do Jauru a pesquisar minério de cobre, no município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 56.092 — de 26 de abril de 1965.

— *Autoriza Caraíba-Mineração e Metalurgia S. A. a pesquisar minério de cobre, no município de Curaçá, Estado da Bahia.*

Decreto nº 56.649 — de 5 de agosto de 1965.

— *Autoriza Caraíba-Mineração e Metalurgia S. A. a pesquisar minério de cobre, no município de Curaçá, Estado da Bahia.*

Decreto nº 56.650 — de 5 de agosto de 1965.

— *Autoriza Caraíba-Mineração e Metalurgia S. A. a pesquisar minério de cobre, no município de Curaçá, Estado da Bahia.*

Decreto nº 56.651 — de 5 de agosto de 1965.

— *Autoriza Caraíba-Mineração e Metalurgia S. A. a pesquisar minério de cobre, no município de Curaçá, Estado da Bahia.*

Decreto nº 56.715 — de 12 de agosto de 1965.

CÓCO

Aprova as especificações da padronização das fibras da casca de côco (Coco nucifera L.), visando à sua classificação e à fiscalização da exportação.

Decreto nº 56.838 — de 23 de setembro de 1965.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Estende aos guarda-civis dos Estados e Territórios o benefício previsto no art. 295 do Código de Processo Penal.

Lei nº 4.760 — de 28 de agosto de 1965.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES

Dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 13 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

Lei nº 4.697 — de 22 de junho de 1965.

— *Inclui localidade na alínea "c", do inciso II do art. 1º do Decreto nº 54.466, de 14 de outubro de 1964.*

Decreto nº 56.849 — de 10 de setembro de 1965.

CÓDIGO ELEITORAL

Institui o Código Eleitoral.

Lei nº 4.727 — de 15 de julho de 1965.

CÓDIGO FLORESTAL

Institui o novo Código Florestal.

Lei nº 4.771 — de 15 de setembro de 1965.

COLÉGIOS

Declara de utilidade pública o "Colégio Nossa Senhora Auxiliadora", com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.494 — de 21 de junho de 1965.

COLETORIAS FEDERAIS

Dá nova redação ao § 1º do art. 3º do Decreto nº 55.789, de 23 de fevereiro de 1965, que estabelece normas de execução financeira para o exercício de 1965.

Decreto nº 56.524 — de 29 de junho de 1965.

COLÔNIAS MILITARES

Dá nova redação aos § 1º do art. 5º e art. 35 do Regulamento das Colônias Militares de Fronteira na Amazônia, aprovado pelo Decreto nº 45.479, de 26 de fevereiro de 1950.

Decreto nº 56.871 — de 15 de setembro de 1965.

COLUMBIA — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Columbia Companhia Nacional de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 55.675 — de 1 de fevereiro de 1965.

COMISSÃO DE ALTOS ESTUDOS E PLANEJAMENTO

Extingue a Comissão de Altos Estudos e Planejamento.

Decreto nº 56.577 — de 16 de julho de 1965.

COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO (CFP)

Dispõe sobre pagamento de pessoal, mediante recibo, da Superintendência Nacional de Abastecimento — (SUNAB) e da Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

Decreto nº 56.807 — de 30 de agosto de 1965.

— *Dispõe sobre pagamento de gratificação pela Representação de Gabinete na Comissão de Financiamento da Produção.*

Decreto Nº 56.821 — de 1º de setembro de 1965.

COMISSÃO DO CONTRÔLE DOS TRANSPORTES DO SUL DO PAÍS — CCTSP

Cria a Comissão do Controle dos Transportes do Sul do País — CCTSP.

Decreto nº 56.345 — de 9 de setembro de 1965.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação do terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Irecê, no Estado da Bahia.

Decreto nº 56.620 — de 20 de julho de 1965.

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Modifica o Decreto de criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica para incluir, na mesma, o Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto nº 53.548 — de 8 de julho de 1965.

— *Modifica o Regulamento da Comissão Nacional de Assistência Técnica para incluir, na mesma, o Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.*

Decreto nº 56.549 — de 8 de julho de 1965.

COMISSÃO NACIONAL DE HEMOTERAPIA

Dispõe sobre o exercício da atividade de hemoterápica no Brasil e dá outras providências.

Lei nº 4.701 — de 28 de junho de 1965.

COMISSÕES

Dá nova organização e designação à Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília — (RODOBRAS).

Decreto nº 56.465 — de 15 de junho de 1965.

— *Cria a Comissão de Estudos da Política do Cacau.*

Decreto nº 56.543 — de 7 de julho de 1965.

— *Altera o § 1º do art. 2º do Decreto nº 54.559, de 23 de outubro de 1964.*

Decreto nº 56.592 — de 21 de julho de 1965.

— *Estabelece providências para que sejam estudadas e propostas as bases para a concessão, no exercício financeiro de 1966, do reajustamento da remuneração dos servidores públicos civis e militares da União.*

Decreto nº 56.814 — de 31 de agosto de 1965.

— *Altera o Regimento da Comissão de Classificação de Cargos.*

Decreto nº 56.637, de 29 de setembro de 1965.

— *Cria função gratificada na Comissão de Classificação de Cargos.*

Decreto nº 53.828 — de 20 de setembro de 1965.

— *Constitui, junto ao Ministério da Agricultura, a Comissão Executiva das Comemorações da II Semana Mundial de Alimentação e Agricultura.*

Decreto nº 53.904 — de 24 de setembro de 1965.

COMPANHIA ADRIÁTICA DE SEGUROS

Concede à Companhia Adriática de Seguros autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 53.424 — de 7 de junho de 1965.

COMPANHIA ANGLO LATINA DE SEGUROS GERAIS

Concede à Companhia Anglo Latina de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 56.530 — de 19 de julho de 1965.

COMPANHIA BOAVISTA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Boavista de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.623 — de 30 de julho de 1965.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS

Altera o art. 5º da Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962, que "autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências."

Lei nº 4.732 — de 14 de julho de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS ARGOS FLUMINENSE

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Argos Fluminense, relativa ao aumento dos honorários da Diretoria.

Decreto nº 56.428 — de 7 de junho de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS BELA-VISTA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Belavista, inclusive aumento de capital social.

Decreto nº 56.712 — de 12 de agosto de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CORCOVADO

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Gerais Corcovado, relativas à extensão das operações de seguros e resseguros ao Ramo Vida e ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.613 — de 26 de julho de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS LATINO-AMERICANA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Latino-Americana, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 54.909 — de 4 de novembro de 1964.

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES PELOTENSE

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Pelotense, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.473 — de 18 de junho de 1965.

— *Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Pelotense, relativa ao aumento do capital social.*

Decreto nº 56.706 — de 10 de agosto de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Previdência do Sul, inclusive aumento de capital.

Decreto nº 56.897 — de 23 de setembro de 1965.

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, os imóveis que menciona.

Decreto nº 56.332 — de 31 de maio de 1965.

COMPANHIA GERAL DE ELETRICIDADE

Autoriza a Companhia Geral de Eletricidade a ampliar suas instalações.

Decreto nº 56.228 — de 30 de abril de 1965.

COMPANHIA HUMAITÁ DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Humaitá de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.532 — de 12 de janeiro de 1965.

COMPANHIA ILHEUS DE SEGUROS

Concede à Companhia Ilhéus de Seguros autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 59.437 — de 3 de junho de 1965.

COMPANHIA NACIONAL DE SEGURO AGRÍCOLA

Retifica disposições do Decreto número 53.899, de 7 de abril de 1965, que aprova o Quadro Geral de Acionistas da Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

Decreto nº 53.843 — de 6 de setembro de 1965.

— *Aprova o Estatuto da Companhia Nacional de Seguro Agrícola e dá outras providências.*

Decreto nº 56.373 — de 15 de setembro de 1965.

COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS IPIRANGA

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Nacional de Seguros Ipiranga, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.803 — de 30 de agosto de 1965.

COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Paulista de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.356 — de 24 de maio de 1965.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE BORRACHA SINTÉTICA — COPERBO

Isenta do imposto do selo os contratos assinados pela Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — COPERBO sociedade de economia mista localizada no Município do Cabo, Estado de Pernambuco.

Lei nº 4.733 — de 14 de julho de 1965.

COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA — COSIPA

Isenta do imposto de importação dez mil toneladas de placas de aço (slabs) importadas pela Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA).

Lei nº 4.689 — de 31 de junho de 1965.

COMPANHIA SOL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Sol de Seguros, inclusive aumento do capital social e extensão da operação ao Ramo Vida.

Decreto nº 56.143 — de 27 de abril de 1965.

COMPANHIA TELEFÔNICA BRASILEIRA

Prorroga o prazo a que se referem os arts. 2º do Decreto nº 314, de 31 de março de 1962, e 1º dos Decretos números 1.936, de 19 de setembro de 1962, 1.878, de 13 de dezembro de 1962, 51.363, de 25 de março de 1963, 52.143, de 25 de junho de 1963, 52.474, de 16 de setembro de 1963 e 54.286, de 14 de setembro de 1964.

Decreto nº 56.845 — de 10 de setembro de 1965.

COMPANHIA TUTELAR DE SEGUROS

Concede à Companhia Tutelar de Seguros autorização para funcionar, e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 56.144 — de 27 de abril de 1965.

COMPANHIA ULTRAGÁS S. A.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo do contrato celebrado em 20 de novembro de 1957, entre a União Federal e a Companhia Ultragás S. A.

Decreto Legislativo nº 67, de 1965.

COMPANHIA UNIÃO DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia União de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social e extensão das operações de seguros ao Ramo Vida.

Decreto nº 56.352 — de 24 de maio de 1965.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza Industrial Extrativa Araruama S. A. a pesquisar conchas calcárias, no Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.324 — de 21 de maio de 1965.

Autoriza Industrial Extrativa Araruama S. A. a pesquisar conchas calcárias, no Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.337 — de 21 de maio de 1965.

CONCORRENCIA PÚBLICA

Dispõe sobre a aplicação do Fundo de Melhoramento dos Portos e disciplina o art. 4.º do Decreto nº 60 de 19 de outubro de 1961.

Decreto nº 56.301 — de 27 de agosto de 1965.

CONCURSOS PÚBLICOS

Dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo.

Lei nº 4.742 — de 15 de julho de 1965.

CONFERENCIA DE SÃO VICENTE DE PAULO

Declara de utilidade pública a "Conferência de São Vicente de Paulo de Goiânia", com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás.

Decreto nº 56.468 — de 18 de junho de 1965.

CONFERENCIA INTERAMERICANA EXTRAORDINÁRIA (II)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 370.000.000 (trezentos e setenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da realização da Segunda Conferência Interamericana Extraordinária.

Lei nº 4.703 — de 28 de junho de 1965.

CONGRESSO NACIONAL

Modifica o art. 6.º do Decreto Legislativo nº 19, de 12 de dezembro de 1962, e da outras providências.

Decreto Legislativo nº 73, de 1965.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Lei nº 4.728 — de 14 de julho de 1965.

CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS

Altera o art. 8.º do Decreto número 53.820, de 24 de março de 1964.

Decreto nº 56.572 — de 9 de julho de 1965.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Conselho Nacional de Economia.

Decreto nº 56.538 — de 20 de julho de 1965.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Retifica o enquadramento de cargos, funções e empregos do Quadro Permanente de Pessoal do Conselho Nacional de Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Decreto nº 56.469 — de 16 de junho de 1965.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências.

Lei nº 4.723 — de 9 de julho de 1965.

Aprova o Regulamento do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto nº 56.122 — de 27 de abril de 1965.

Modifica o Decreto de criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica para incluir na mesma o Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto n.º 56.548 — de 8 de julho de 1965.

Altera o Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências.

Decreto n.º 56.526 — de 30 de junho de 1965.

Modifica o Regulamento da Comissão Nacional de Assistência Técnica para incluir na mesma o Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto n.º 56.549 — de 8 de julho de 1965.

Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, do Conselho Nacional de Pesquisas, aprovada pelo Decreto n.º 55.099, de 1º de dezembro de 1964, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto n.º 56.840 — de 3 de setembro de 1965.

CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA

Aprova o Orçamento do Conselho Federal de Química.

Decreto n.º 56.547 — de 7 de julho de 1965.

CONSELHO NACIONAL DE TRANSPORTES

Institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências.

Lei n.º 4.563 — de 11 de dezembro de 1964.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Transportes, criado pela Lei n.º 4.563, de 11 de dezembro de 1964.

Decreto n.º 56.838 — de 3 de setembro de 1965.

CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA

Aprova os Orçamentos dos Conselhos Regionais de Medicina dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.

Decreto n.º 56.471 — de 16 de junho de 1965.

Aprova o Orçamento do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal.

Decreto n.º 56.829 — de 2 de setembro de 1965.

CONSELHOS REGIONAIS DE QUÍMICA

Aprova os Orçamentos dos Conselhos Regionais de Química das 1.ª, 2.ª, 3.ª e 5.ª Regiões.

Decreto n.º 56.828 — de 2 de setembro de 1965.

CONSELHOS REGIONAIS DO TRABALHO MARÍTIMO

Estabelece normas a serem observadas pelos Conselhos Regionais do Trabalho Marítimo na elaboração da regulamentação local do trabalho dos vigias portuários e dá outras providências.

Decreto n.º 56.497 — de 15 de junho de 1965.

CONCERTADORES DE CARGA E DESCARGA

Altera a redação do Decreto número 56.414, de 4 de junho de 1965, e dá outras providências.

Decreto n.º 56.553 — de 3 de julho de 1965.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

Lei n.º 4.769 — de 9 de setembro de 1965.

CONTENÇÃO DE PREÇOS

Cria estímulos ao aumento de produtividade e à contenção de preços e dá outras providências.

Lei n.º 4.663 — de 3 de junho de 1955.

CONTRATOS

Determina o registro de contrato celebrado, em 13 de janeiro de 1960, entre a União Federal e o Banco do Brasil.

Decreto Legislativo n.º 53, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) celebrado entre a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto Legislativo n.º 65, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado em 28 de novembro de 1957, entre a União Federal e a Companhia Ultragas S.A.

Decreto Legislativo n.º 67, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 18 de novembro de 1955, aditivo ao contrato, de 28 de dezembro de 1954, celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Jorge Aurelio Póssa.

Decreto Legislativo n.º 77, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de setembro de 1954, entre a 6.ª Região Militar, com sede em Salvador, Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos.

Decreto Legislativo n.º 86, de 1965.

CONVENÇÕES

Autoriza o Governo Brasileiro a aderir à Convenção sobre a Escravidão, assinada em Genebra em 25 de setembro de 1926 e emendada pelo protocolo aberto à assinatura ou à aceitação em 7 de dezembro de 1953, e pelo Protocolo Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravidão, firmada em Genebra a 7 de setembro de 1956.

Decreto Legislativo n.º 66, de 1965.

Aprova a Convenção n.º 109, denominada "Convenção sobre salários, duração do trabalho a bordo e efetivos", adotada pela Conferência Geral de Organização Internacional do Trabalho.

Decreto Legislativo n.º 70, de 1965.

Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Parágrafo a do art. 50 da Convenção de Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, a 21 de junho de 1961.

Decreto Legislativo n.º 80, de 1965.

Aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual", assinado em Guadalajara, México, a 13 de setembro de 1961.

Decreto Legislativo n.º 85 de 1965.

Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

Decreto n.º 56.435 — de 8 de junho de 1965.

Promulga a Convenção sobre prescrição de alimentos no estrangeiro.

Decreto n.º 56.626 — de 2 de setembro de 1965.

CONVENIOS

Aprova o Convênio de Cooperação Esportiva da Guanabara, a 11 de agosto de 1964, pelos Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Espanha.

Decreto Legislativo n.º 83, de 1965.

Determina o registro do Convênio n.º 01/54-69 celebrado em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto Legislativo n.º 87, de 1965.

Revoga o Decreto n.º 52.430, de 10 de setembro de 1963, e dá outras providências.

Decreto n.º 56.815 — de 31 de agosto de 1965.

Dispõe sobre relações entre o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 56.391 — de 22 de setembro de 1965.

COOPER-BESSEMER INTERNATIONAL CORPORATION

Cancela a autorização concedida à sociedade anônima Cooper-Bessemer International Corporation para funcionar na República dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto n.º 56.708 — de 11 de agosto de 1965.

CRISTAL DE ROCHA

Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Joaquim de Carvalho a pesquisar cristal de rocha no município de Itaberaba, Estado da Bahia.

Decreto n.º 56.778 — de 23 de agosto de 1965.

CURSOS

Concede autorização aos cursos de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos, São Paulo.

Decreto n.º 56.459 — de 14 de junho de 1965.

Institui o "Curso de Aviação Agrícola (CAVAG)", e dá outras providências.

Decreto n.º 56.584 — de 20 de julho de 1965.

Concede reconhecimento a cursos do Conservatório Musical de Santos, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 55.666 — de 1 de fevereiro de 1965.

Concede autorização para o funcionamento do curso de engenharias de operação do Instituto Nacional de Telecomunicações de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 56.810 — de 31 de agosto de 1965.

D

DEBÊNTURES

Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Lei n.º 4.728 — de 14 de julho de 1965.

DECIMO TERCEIRO SALÁRIO

Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei n.º 4.090, de 13 de julho de 1962.

Lei n.º 4.749 — de 12 de agosto de 1965.

DECLARAÇÃO DE BENS

Emenda Constitucional n.º 15.

DELEGACIAS REGIONAIS DO TRABALHO

Retifica o art. 1.º, item VII, do Decreto n.º 55.784, de 19 de fevereiro de 1965.

Decreto n.º 56.751 — de 18 de dezembro de 1965.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Dispõe sobre a transferência de cargos e dos respectivos servidores do Escritório técnico da Cidade Universitária, da Universidade do Brasil, para o Quadro do Pessoal — Parte Permanente, do Departamento Administrativo do Serviço Público e vice-versa, e dá outras providências.

Lei n.º 4.772 — de 15 de setembro de 1965.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Disciplina o recolhimento pelo Departamento dos Correios e Telégrafos de seus saldos orçamentários já empenhados e dá outras providências.

Lei n.º 4.704 — de 28 de junho de 1965.

Dá nova redação ao § 1.º do artigo 3.º do Decreto n.º 55.739, de 23 de fevereiro de 1965 que estabelece normas de execução financeira para o exercício de 1965.

Decreto n.º 55.524 — de 29 de junho de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Passa Tempo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 56.812 — de 31 de agosto de 1965.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aprova o Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.

Decreto n.º 56.519 — de 28 de junho de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para reconstrução da ponte sobre o Rio da Prata, no trecho João Pinheiro-Paracatu.

Lei n.º 4.745 — de 21 de julho de 1965.

Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 2.500.000.000 para o fim que menciona.

Decreto n.º 56.837 — de 3 de setembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de São José, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 56.893 — de 22 de setembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Sabará, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 56.894 — de 22 de setembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, faixa de terreno situada no Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 56.896 — de 22 de setembro de 1965.

Retifica o Decreto n.º 56.837, de 3 de setembro de 1965, a fim de incluir um art. 3.º.

Decreto n.º 56.905 — de 28 de setembro de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Revigora o art. 40 da Lei n.º 4.229, de 1º de junho de 1963, que autorizou o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para o fim que menciona.

Lei n.º 4.752 — de 13 de agosto de 1965.

Altera o Orçamento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto n.º 56.387 — de 20 de julho de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Arapiraca, no Município de Arapiraca, no Estado de Alagoas.

Decreto n.º 56.704 — de 10 de agosto de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no município de Irauçuba, Estado do Ceará.

Decreto n.º 56.802 — de 27 de agosto de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Serra Talhada, no Estado de Pernambuco.

Decreto nº 58.992 — de 24 de setembro de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

Dispõe sobre os Serviços do Registro do Comércio e Atividades afins, e dá outras providências.

Lei nº 4.726 — de 13 de julho de 1965.

DESAPROPRIAÇÕES

Dispõe sobre a elaboração de um Plano Diretor Regional, ao qual ficará subordinada a utilização das áreas que constituem o Distrito Federal e dá outras providências.

Lei nº 4.736 — de 30 de agosto de 1965.

Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e autoriza a São Paulo Light S.A. a promover a sua desapropriação.

Decreto nº 58.103 — de 26 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, os imóveis que menciona.

Decreto nº 56.322 — de 31 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.563 — de 9 de julho de 1965.

Revoga o Decreto nº 53.761, de 13 de março de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 58.570 — de 9 de julho de 1965.

Declara de urgência a desapropriação de áreas de terras e complexos industriais situados no Estado de Pernambuco, já considerada de interesse social pelo Decreto nº 57.761, de 16 de fevereiro de 1965.

Decreto nº 53.595 — de 21 de julho de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor e por conta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, imóveis situados em Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.606 — de 23 de julho de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor e por conta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, imóveis situados no bairro de Boa Viagem, 3º subdistrito do 1º distrito do Município de Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 58.607 — de 23 de julho de 1965.

Declara de utilidade pública para fim de desapropriação, pela Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, terrenos situados no Município de Pôrto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.671 — de 6 de agosto de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Arapiraca, no Município de Arapiraca, no Estado de Alagoas.

Decreto nº 56.704 — de 10 de agosto de 1965.

Declara de interesse social para fins de desapropriação áreas de terras situadas no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Decreto nº 56.775 — de 23 de agosto de 1965.

Declara de utilidade pública, imóvel que menciona na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 58.785 — de 24 de agosto de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o terreno que menciona, em Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 56.797 — de 27 de agosto de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no município de Irauçuba, Estado do Ceará.

Decreto nº 56.802 — de 27 de agosto de 1965.

Prorroga, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo de que trata o art. 4º do Decreto nº 56.570, de 9 de julho de 1965.

Decreto nº 56.852 — de 10 de setembro de 1965.

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 273.630.500, para o fim que especifica.

Decreto nº 56.859 — de 13 de setembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno, situada no Município de São José, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.893 — de 22 de setembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Sabará — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.894 — de 22 de setembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, faixa de terreno situado no Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.896 — de 22 de setembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Serra Talhada, no Estado de Pernambuco.

Decreto nº 56.902 — de 24 de setembro de 1965.

DESPORTOS

Altera o parágrafo 1º do art. 2º do Decreto nº 54.559, de 23 de outubro de 1964.

Decreto nº 56.592 — de 21 de julho de 1964.

DIA DO FOLCLORE

Institui o dia do Folclore.

Decreto nº 56.747 — de 17 de agosto de 1965.

DIAMANTES

Autoriza a Dragagem de Ouro Limitada a pesquisar ouro e diamantes, nos municípios de Diamantina e Corinto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.635 — de 3 de agosto de 1965.

Autoriza a Dragagem de Ouro Limitada a pesquisar ouro e diamantes, nos municípios de Diamantina e Corinto e Gouveia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.670 — de 6 de agosto de 1965.

Autoriza a Dragagem de Ouro Limitada a pesquisar ouro e diamantes nos municípios de Diamantina e Corinto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.687 — de 9 de agosto de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Misk a pesquisar diamante e ouro, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.735 — de 17 de agosto de 1965.

Renova o Decreto nº 1.731, de 29 de novembro de 1962.

Decreto nº 56.764 — de 20 de agosto de 1965.

DISSÍDIOS COLETIVOS

Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências.

Lei nº 4.725 — de 13 de julho de 1965.

DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre a elaboração de um Plano Diretor Regional, ao qual ficará subordinada a utilização das áreas que constituem o Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei nº 4.766 — de 30 de agosto de 1965.

DOAÇÕES

Dispõe sobre transferência de próprio nacional ao Estado de Minas Gerais e à Prefeitura de Belo Horizonte.

Lei nº 4.707 — de 28 de junho de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno no que menciona, situado no Município de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.507 — de 28 de junho de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar uma área de terreno em Itajubá (MG), destinada ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.529 — de 5 de julho de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar uma área de terreno em Santiago (RS), destinada ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.539 — de 5 de julho de 1965.

DOAÇÕES

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União Federal a aceitar uma área de terreno em São Paulo, destinada ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.531 — de 5 de julho de 1965.

Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação do terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Irecê, no Estado da Bahia.

Decreto nº 56.620 — de 29 de julho de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Passa Tempo, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.812 — de 31 de agosto de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terrenos, em Carco-RN, destinados ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.860 — de 14 de setembro de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno, em Carcô — RN, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.861 — de 14 de setembro de 1965.

DOENÇA DE CHAGAS

Baixa Normas Técnicas Especiais para a Profilaxia da Doença de Chagas e dá outras providências.

Decreto nº 56.899 — de 23 de setembro de 1965.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Christovão Moreira da Silva a pesquisar dolomita no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.762 — de 20 de agosto de 1965.

E

E. C. DE WITT & CO. LTD.

Concede à sociedade E. C. de Witt & Co. Ltd. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 58.481 — de 18 de junho de 1965.

ECONOMIARIOS

Aprova o Orçamento do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiarios.

Decreto nº 56.503 — de 28 de junho de 1965.

ELETRO MANGANÊS LTDA.

Concede a Eletro Manganês Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.560 — de 9 de julho de 1965.

EMBAIXADAS

Ver: Ministério das Relações Exteriores.

EMENDA CONSTITUCIONAL

Emenda Constitucional nº 15.

Estabelece novos casos de inelegibilidade, com fundamento no artigo 2º da Emenda Constitucional número 14.

Lei nº 4.738 — de 15 de julho de 1965.

“EMIR” — EMPRESA DE AGUAS MINERAIS E REFRIGERANTES LIMITADA

Concede à “EMIR” — Empresa de Aguas Minerais e Refrigerantes Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.644 — de 5 de agosto de 1965.

EMPREGADOS APRENDIZES

Dá nova redação ao § 3º e art. 2º do Decreto nº 31.546, de 1952.

Decreto nº 56.582 — de 19 de julho de 1965.

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes da participação da União na constituição do capital da Empresa Brasileira de Telecomunicações.

Lei nº 4.773 — de 15 de setembro de 1965.

EMPRESA MINERAÇÃO BADIN LTDA.

Concede à Empresa de Mineração Badin Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.191 — de 29 de abril de 1965.

EMPRESAS INCORPORADAS

Aprova o Orçamento da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

Decreto nº 56.723 — de 18 de agosto de 1964.

EMPRESTIMOS

Dispõe sobre a assistência financeira do Governo Federal a Estados e Municípios e dá outras providências.

Lei nº 4.770 — de 15 de setembro de 1965.

ENERGIA ATÔMICA

Promulga o Acórdão sobre cooperação no campo dos usos pacíficos da energia atômica com o Paraguai.

Decreto nº 56.618 — de 27 de julho de 1965.

ENERGIA ELÉTRICA

Dá a denominação de “Usina Governador Jorge Lacerda” à usina termelétrica de Capivari-Tebarão, Estado de Santa Catarina, construída pela

Lei nº 4.718 — de 6 de julho de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 55.986 — de 22 de abril de 1965.

Autoriza a S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo a instalar grupos termoeletrônicos nos Municípios de São Paulo e São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, para uso exclusivo.

Decreto nº 56.031 — de 23 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e autoriza a São Paulo Light S. A. a promover a sua desapropriação.

Decreto nº 56.103 — de 26 de abril de 1965.

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.175 — de 29 de abril de 1965.

Outorga ao Município de Luís Correia, Estado do Piauí, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.176 — de 29 de abril de 1965.

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.177 — de 29 de abril de 1965.

Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir linha de transmissão de energia elétrica.

Decreto nº 56.193 — de 29 de abril de 1965.

Transfere de Carlos Germano Nitz para o Município de Afonso Cláudio a concessão para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica no Distrito de Serra Pelada.

Decreto nº 56.194 — de 29 de abril de 1965.

Transfere de Valentim Huebra Sancho para o Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, concessão para produzir e distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.195 — de 29 de abril de 1965.

Autoriza a Companhia Geral de Eletricidade a ampliar suas instalações.

Decreto nº 56.223 — de 30 de abril de 1965.

Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade a modificar instalação elétrica.

Decreto nº 56.229 — de 30 de abril de 1965.

Outorga à Companhia de Eletificação Centro-Norte do Ceará concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.272 — de 10 de maio de 1965.

Outorga à Companhia Parancense de Energia Elétrica autorização de estudos das fontes de energia hidráulica existentes no alto rio Iguaçu e seus afluentes, no Estado do Paraná.

Decreto nº 56.273 — de 10 de maio de 1965.

Outorga ao Município de Curupuru, Estado do Maranhão, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.341 — de 21 de maio de 1965.

Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.403 — de 3 de junho de 1965.

Restringe a zona de concessão da Prefeitura Municipal de Iporá e outorga à Centrais Elétricas de Goiás Sociedade Anônima — CELG, concessão para distribuir energia elétrica no Município de Jauraci, Estado de Goiás.

Decreto nº 56.450 — de 9 de junho de 1965.

Outorga à Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.456 — de 9 de junho de 1965.

Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade a modificar seu sistema de transmissão.

Decreto nº 56.523 — de 29 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública áreas de terra situadas nos Municípios de Cocande, Estado de São Paulo, Poços de Caldas e Botelhos, Estado de Minas Gerais e autoriza a Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo a desapropriá-las.

Decreto nº 56.535 — de 5 de julho de 1965.

Outorga a Companhia de Eletricidade do Cariri concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.536 — de 5 de julho de 1965.

Dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto nº 54.468, de 14 de outubro de 1964.

Decreto nº 56.537 — de 5 de julho de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade de Alagoas concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.538 — de 5 de julho de 1965.

Autoriza o Município de Resplendor a construir uma linha de transmissão.

Decreto nº 56.539 — de 5 de julho de 1965.

Transfere do Município de Sacramento para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.540 — de 5 de julho de 1965.

Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade a ampliar seu sistema de transmissão.

Decreto nº 56.624 — de 29 de julho de 1965.

Autoriza a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba a construir linha de transmissão.

Decreto nº 56.636 — de 3 de agosto de 1965.

Outorga à Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.639 — de 5 de agosto de 1965.

Transfere da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul para a Termoeletrica de Charqueadas S. A. a autorização para montar usina termoeletrica em Alegrete.

Decreto nº 56.640 — de 5 de agosto de 1965.

Outorga à Companhia Sul Sergipana de Eletricidade concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.647 — de 5 de agosto de 1965.

Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.648 — de 5 de agosto de 1965.

Outorga à Centrais Elétricas de Goiás S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica.

Decreto nº 56.663 — de 6 de agosto de 1965.

Outorga a Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.664 — de 6 de agosto de 1965.

Outorga à Empresa Elétrica de Itabaiana Ltda. concessão para distribuir energia elétrica no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

Decreto nº 56.665 — de 6 de agosto de 1965.

Autoriza o Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a instalar subestação transformadora em Tatui.

Decreto nº 56.666 — de 6 de agosto de 1965.

Outorga à Companhia Agrícola Fibrasil concessão para o aproveitamento de um desnível existente no município de Pilar do Sul, Estado de São Paulo, para uso exclusivo.

Decreto nº 56.669 — de 6 de agosto de 1965.

Autoriza a Companhia Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, a construir linha de transmissão.

Decreto nº 56.674 — de 6 de agosto de 1965.

Transfere de José Gonçalves da Silva para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.

Decreto nº 56.679 — de 6 de agosto de 1965.

Autoriza a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, a instalar grupo Diesel-elétrico.

Decreto nº 56.691 — de 9 de agosto de 1965.

Autoriza o Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir linha de transmissão.

Decreto nº 56.682 — de 9 de agosto de 1965.

Autoriza a Centrais Elétricas de Goiás S. A. a ampliar suas instalações.

Decreto nº 56.683 — de 9 de agosto de 1965.

Outorga ao Município de Tarauacá... Estado do Acre, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.692 — de 9 de agosto de 1965.

Outorga a Centrais Elétricas do Pará S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.694 — de 9 de agosto de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade de Alagoas concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.695 — de 9 de agosto de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Cariri concessão para distribuir energia elétrica em vários municípios do Estado do Ceará.

Decreto nº 56.736 — de 17 de agosto de 1965.

Transfere do Município de Vitória da Conquista para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.739 — de 17 de agosto de 1965.

Transfere para a Centro Fluminense de Eletricidade S. A. concessões de que são titulares o Estado do Rio de Janeiro e a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.740 — de 17 de agosto de 1965.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Hidro Elétrica São José Limitada.

Decreto nº 56.746 — de 17 de agosto de 1965.

Autoriza a Centrais Elétricas de Urubupungá S. A. a construir linha de transmissão.

Decreto nº 56.769 — de 20 de agosto de 1965.

Transfere de Luiz Antônio Monnerat para Regino Monnerat a concessão para produzir e distribuir energia elétrica no Município de Duas Barras, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.772 — de 20 de agosto de 1965.

Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a ampliar suas instalações.

Decreto nº 56.776 — de 23 de agosto de 1965.

Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a ampliar as suas instalações.

Decreto nº 56.779 — de 23 de agosto de 1965.

Encampa a concessão e a autorização outorgadas à Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba — CHEVAP e dá outras providências.

Decreto nº 56.806 — de 30 de agosto de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade de Alagoas (CEAL) concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.831 — de 2 de setembro de 1965.

ENERGIA HIDRÁULICA

Ver: Energia Elétrica.

ENERGIA TERMELÉTRICA

Ver: Energia Elétrica.

ENSINO SECUNDÁRIO

Cria a Representação da Diretoria do Ensino Secundário, do Ministério da Educação e Cultura, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

Decreto nº 56.716 — de 12 de agosto de 1965.

ESCOLAS

Cria a Escola Agrícola de Caconde no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Lei nº 4.722 — de 9 de julho de 1965.

— *Transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências.*

Lei nº 4.730 — de 14 de julho de 1965.

— *Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais.*

Lei nº 4.759 — de 29 de agosto de 1965.

— *Modifica a denominação de estabelecimento de ensino.*

Decreto nº 56.477 — de 13 de junho de 1965.

Dá nova redação ao art. 3º e seus parágrafos do Decreto nº 46.259, de 23 de junho de 1959.

Decreto nº 56.544, de 7 de julho de 1965.

Altera o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

Decreto nº 56.626, de 29 de julho de 1965.

Aprova o Orçamento da Escola Industrial de Belém.

Decreto nº 56.854, de 13 de setembro de 1965.

— Ver também, *Cursos, Faculdades e Universidades*. Quanto os militares ver: *Aeronáutica, Exército e Marinha*.

ESCRAVATURA

Autoriza o Governo Brasileiro a aderir à Convenção sobre a Escravidão, assinada em Genebra em 25 de setembro de 1926 e emendada pelo protocolo aberto à assinatura ou à aceitação em 7 de dezembro de 1953, e à Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravidão, firmada em Genebra a 7 de setembro de 1956.

Decreto Legislativo nº 66, de 1965.

ESMERALDA

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Jorge Curi a pesquisar esmeralda no município de Conquista, Estado da Bahia.

Decreto nº 56.586, de 20 de julho de 1965.

ESTABELECIMENTOS RURAIS

Dispõe sobre a forma de fixação do imposto sindical devido pelos estabelecimentos rurais e dá outras providências.

Lei nº 4.755, de 18 de agosto de 1965.

ESTADO DO AMAZONAS

Mantém atos do Tribunal de Contas denegatórios do registro a termos, de 29 de outubro de 1954 e de 17 de janeiro de 1955, aditivos a acordo de 13 de maio de 1954, celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas.

Decreto Legislativo nº 81, de 1965.

ESTADO DA BAHIA

Inclui, no Polígono das Secas, o Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia e dá outras providências.

Lei nº 4.763, de 30 de agosto de 1965.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Dispõe sobre transferência de próprio nacional ao Estado de Minas Gerais e à Prefeitura de Belo Horizonte.

Lei nº 4.707, de 28 de junho de 1965.

ESTADO DO PARÁ

Autoriza o S.A.M.D.U. a prover os emprêgos que menciona no Pôsto de Belém, no Estado do Pará.

Decreto nº 56.703, de 10 de agosto de 1965.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Outorga ao Departamento de Aguas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.175, de 29 de abril de 1965.

Outorga ao Departamento de Aguas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.177, de 29 de abril de 1965.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Transfere para o Centro Fluminense de Eletricidade S. A. concessões de que são titulares o Estado do Rio de Janeiro e a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.740, de 17 de agosto de 1965.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) celebrado entre a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto Legislativo nº 65, de 1965.

ESTADO DE SÃO PAULO

Autoriza o Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir linha de transmissão de energia elétrica.

Decreto nº 56.193, de 29 de abril de 1965.

ESTADOS

Dispõe sobre a assistência financeira do Governo Federal a Estados e Municípios e dá outras providências.

Lei nº 4.770, de 15 de setembro de 1965.

Define a competência dos Estados para a cobrança do imposto sobre vendas e consignações.

Lei nº 4.784, de 28 de setembro de 1965.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Abre à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 4.362.416, para atender a despesas que especifica, a cargo do Estado Maior das Forças Armadas.

Decreto nº 56.839, de 3 de setembro de 1965.

ESTATÍSTICO

Dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico e dá outras providências.

Lei nº 4.739, de 15 de julho de 1965.

ESTATUTO DA TERRA

Regulamenta o Capítulo I do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.

Decreto nº 56.792, de 26 de agosto de 1965.

Regulamenta o Fundo Agroindustrial de Reversão — FUNAR — criado pelo art. 120 do Estatuto da Terra.

Decreto nº 56.798, de 27 de agosto de 1965.

Cria a Junta Interministerial de Controle da Implantação do Cadastro e do Imposto Territorial Rural, previstos no Estatuto da Terra.

Decreto nº 56.799, de 27 de agosto de 1965.

ESTATUTOS

— Ver o nome da entidade que o teve aprovado ou alterado.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Retifica o Decreto nº 55.205, de 11 de dezembro de 1964, na parte a que se refere e dá outras providências.

Decreto nº 56.824, de 2 de setembro de 1965.

Retifica o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Central do Brasil, e dá outras providências.

Decreto nº 56.825, de 2 de setembro de 1965.

ESTRADA PAN-AMERICANA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 70.058.304 (setenta milhões, cinquenta e oito mil, trezentos e quatro cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento da contribuição do Brasil relativa ao financiamento dos estudos preliminares necessários à construção do "Tampón del Darién", trecho da Estrada Pan-Americana.

Lei nº 4.724, de 9 de julho de 1965.

EXATORIA FEDERAL

Extingue Exatoria Federal em Vasouras e cria uma no Município de Miguel Pereira, ambas no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.865, de 14 de setembro de 1965.

EX-COMBATENTES

Revoga o art. 2º do Decreto número 30.078, de 19 de outubro de 1951.

Decreto nº 56.707, de 10 de agosto de 1965.

EXÉRCITO

Dá nova redação aos § 1º do artigo 5º e art. 85 do Regulamento das Colônias Militares de Fronteira na Amazônia, aprovado pelo Decreto nº 45.479, de 26 de fevereiro de 1959.

Decreto nº 56.871, de 15 de setembro de 1965.

Altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.

Lei nº 4.720, de 8 de julho de 1965.

Estabelece normas para o aproveitamento, como servidores civis efetivos, dos militares remanescentes das extintas Companhias de Serviço Industrial.

Lei nº 4.734, de 14 de julho de 1965.

Regulamenta a Lei nº 4.617, de 19 de abril de 1965, que cria o Fundo do Exército.

Decreto nº 56.534, de 5 de julho de 1965.

Dá nova redação a alguns dispositivos da legislação que rege o ingresso no Magistério efetivo do Exército.

Decreto nº 56.589, de 9 de julho de 1965.

Denomina "Estabelecimento Pandiá Calógeras" o Estabelecimento Central de Subsistência.

Decreto nº 56.593, de 21 de julho de 1965.

Acréscce parágrafo único ao art. 26 do Regulamento para os Grandes Comandos — R/163.

Decreto nº 56.594, de 21 de julho de 1965.

Altera o Decreto nº 55.090-A, de 28 de novembro de 1964 — Regulamento da Lei de Promoções de Oficiais do Exército.

Decreto nº 56.615, de 26 de julho de 1965.

Dá nova redação ao Decreto número 47.655, de 18 de janeiro de 1949, que acresce ao art. 21, o Decreto número 45.476, de 26 de fevereiro de 1959.

Decreto nº 56.627, de 30 de julho de 1965.

Extingue o Batalhão de Serviços de Engenharia do 1º Grupamento de Engenharia e cria o 5º Batalhão de Engenharia de Construção.

Decreto nº 56.629, de 30 de julho de 1965.

Extingue a Comissão de Estradas de Rodagem nº 5 (Cuiabá-MT) e transfere seu acervo para o 5º Batalhão de Engenharia de Construção em Porto Velho — RD.

Decreto nº 56.630, de 30 de julho de 1965.

*Dá a denominação de Regimento Vi-
dal de Negreiros ao atual 15º Regi-
mento de Infantaria.*

Decreto Nº 56.832 — de 3 de setem-
bro de 1965.

*Fixa a distribuição em cada Arma
e em cada posto, das funções gerais
dos oficiais do Exército, a vigorar a
partir de 24 de agosto de 1965.*

Decreto nº 56.836 — de 3 de setem-
bro de 1965.

— Ver, também, MINISTERIO DA
GUERRA

EXPORTAÇÕES

*Suspende, temporariamente, a co-
braça de taxas, comissões e emclu-
mentos, que especifica, incidentes sô-
bre as exportações de arroz e milho
da safra 1964-1965.*

Decreto nº 56.621 — de 29 de julho
de 1965.

*Estende à exportação de frutas os
benefícios concedidos à exportação de
cereais, através do Decreto número
56.621, de 29 de julho de 1965.*

Decreto nº 56.789 — de 26 de agôs-
to de 1965.

*Aprova as especificações da padro-
nização das fibras da casca de côco
(Cocos nucifera L.), visando à sua
classificação e à fiscalização da ex-
portação.*

Decreto nº 56.898 — de 23 de setem-
bro de 1965.

EXPOSIÇÕES E FEIRAS

*Regulamenta a Lei nº 4.669, de 8 de
junho de 1965.*

Decreto nº 56.702 — de 9 de agosto
de 1965.

*Dispõe sobre as exposições de arte
a que se refere o Decreto nº 53.942,
de 3 de junho de 1964.*

Decreto nº 56.901 — de 24 de se-
tembro de 1965.

F

FACULDADES

*Concede reconhecimento ao curso
de bacharelado da Faculdade de Di-
reito "Clóvis Beviláqua" da Universi-
dade Católica de Pelotas.*

Decreto nº 56.461 — de 14 de ju-
lho de 1965.

*Concede autorização para funciona-
mento no curso de pedagogia, da Fa-
culdade de Filosofia e Letras de Juiz
de Fora.*

Decreto nº 56.879 — de 20 de setem-
bro de 1965.

*Concede reconhecimento ao Curso
de Jornalismo da Faculdade de Filo-
sofia e Letras de Juiz de Fora, MG.*

Decreto nº 56.882 — de 20 de
setembro de 1965.

*Concede autorização aos cursos de
Geografia e História da Faculdade
de Filosofia, Ciências e Letras de
Santos, São Paulo.*

Decreto nº 56.833 — de 20 de setem-
bro de 1965.

FARÓIS

*Cria o Centro de Sinalização Náuti-
ca e Reparos "Almirante Moraes Rê-
go".*

Decreto nº 56.565 — de 9 de julho
de 1965.

*Aprova o Regulamento para o Cen-
tro de Sinalização Náutica e Reparos
"Almirante Moraes Rêgo".*

Decreto nº 56.566 — de 9 de ju-
lho de 1965.

FEBRE AMARELA

*Baixa Normas Técnicas Especiais
para a Profilaxia da Febre Amare-
la e dá outras providências.*

Decreto nº 56.759 — de 20 de agôs-
to de 1965.

FEIJÃO

*Fixa os preços mínimos básicos para
o financiamento ou aquisição de al-
godão, amendoim das águas, arroz,
feijão das águas, milho e soja, de pro-
dução nacional, das regiões central e
meridional do País, para a safra ..
1965-66.*

Decreto nº 56.822 — de 1º de se-
tembro de 1965.

FELDSPATO

*Autoriza o cidadão brasileiro José
Carlevatto a pesquisar caulim, felds-
pato e quartzo, no município de So-
corro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 56.641 — de 5 de agosto
de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Braz Sabino Pereira a lavrar caulim e feldspato, no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.714 — de 2 de fevereiro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo Joaquim de Souza a pesquisar caulim, feldspato e quartzo, nos municípios de Monte Alegre do Sul e Pinhalzinho, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.761 — de 20 de agosto de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues de Almeida a pesquisar, feldspato, no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.774 — de 20 de agosto de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro José Munzo a lavrar feldspato no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.780 — de 23 de agosto de 1965.

FERRO

Autoriza a Sociedade Brasileira de Imóveis Ltda. a lavrar minério de ferro, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 55.411 — de 31 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Raphael da Silva a lavrar minério de ferro, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.335 — de 21 de maio de 1965.

Autoriza Ferrosul Limitada a pesquisar minérios de ferro e de manganês no município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.423 — de 7 de junho de 1965.

Autoriza a Mineralurgia Limitada a lavrar minérios de ferro e de manganês, no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.555 — de 8 de julho de 1965.

Declara sem efeito o decreto número 51.771, de 4 de março de 1963.

Decreto nº 56.635 — de 9 de agosto de 1965.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a lavrar minério de ferro no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.691 — de 9 de agosto de 1965.

Autoriza a Usina Queiroz Júnior S. A. — Indústria Siderúrgica pesquisar minério de ferro, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.693 — de 9 de agosto de 1965.

Autoriza a Mineração Caeté S. A. a pesquisar minério de ferro, no município de Caeté, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.767 — de 20 de agosto de 1965.

FERROVIAS

Aprova o Protocolo Adicional ao tratado de 1938, sobre a ligação Ferroviária com a Bolívia, firmado em La Paz em 23 de julho de 1964.

Decreto Legislativo nº 79, de 1965.

FILITO ARGILOSO

Autoriza o cidadão brasileiro Hélio Alves de Brito a Lavrar filito argiloso, no município de Santana de Parnaíba, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.753 — de 20 de agosto de 1965.

FINANCIAMENTOS

Prorroga o prazo estabelecido no art. 2º da Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954, que autoriza o Poder Executivo a financiar operações imobiliárias realizadas pelo Clube Naval.

Lei nº 4.775 — de 22 de setembro de 1965.

FLUORITA

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Cordeiro de Souza a pesquisar fluorita, no Município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

Decreto nº 56.642 — de 5 de agosto de 1965.

FORÇA ARMADA INTER-AMERICANA (FAIBRAS)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Estado Maior das Forças Armadas e aos Ministérios Militares o crédito especial de Cr\$6.460.000.000 para atender às despesas com o Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRAS).

Lei nº 4.761 — de 23 de agosto de 1965.

Estabelece normas para atender à alimentação dos integrantes do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRAS) e dá outras providências.

Decreto nº 56.711 — de 11 de agosto de 1965.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Promove os Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada.

Lei nº 4.767 — de 30 de agosto de 1965.

FORÇAS ARMADAS

Altera o parágrafo 1º do art. 2º do Decreto nº 54.559, de 23 de outubro de 1964.

Decreto nº 56.592 — de 21 de julho de 1965.

Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa, em suas diferentes modalidades, e dos Complementos à Ração Comum das Forças Armadas, para o segundo semestre de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 56.612 — de 23 de julho de 1965.

FORD MOTOR DO BRASIL S. A.

Concede a Ford Motor no Brasil S. A. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 56.126 — de 27 de abril de 1965.

FOSFORITA

Autoriza a Companhia de Tecidos Paulista a lavar fosforita, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 56.668, de 6 de agosto de 1965.

Renova o Decreto nº 51.937, de 26 de abril de 1963.

Decreto nº 56.672, de 6 de agosto de 1965.

FRONTEIRA SUDOESTE DO PAÍS

Determina o registro do Convênio nº 01/64-69 celebrado em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto Legislativo nº 87, de 1965.

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 47.033.484.637,40 (quarenta e sete bilhões, trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), a órgãos subordinados à Presidência da República e a diversos Ministérios.

Lei nº 4.792, de 28 de junho de 1965.

FUNCIONARIOS PÚBLICOS

Dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências.

Lei nº 4.723, de 9 de julho de 1965.

Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965.

Dispõe sobre a transferência de cargos e dos respectivos servidores do Escritório Técnico da Cidade Universitária, da Universidade do Brasil, para o Quadro do Pessoal — Parte Permanente, do Departamento Administrativo do Serviço Público e vice-versa, e dá outras providências.

Lei nº 4.772, de 15 de setembro de 1965.

Dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico e dá outras providências.

Lei nº 4.739, de 15 de julho de 1965.

Dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo.

Lei nº 4.742, de 15 de julho de 1965.

Autoriza a contratação de especialistas temporários pelo Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 56.591, de 21 de julho de 1965.

Dispõe sobre a concessão de gratificação pela representação de gabinete na Presidência da República e nos Gabinetes Ministeriais.

Decreto nº 56.597, de 21 de julho de 1965.

Dispõe sobre a concessão de gratificação pela representação de gabinete.

Decreto nº 56.598, de 21 de julho de 1965.

Autoriza, em caráter excepcional, o provimento interino dos cargos que especifica.

Decreto nº 56.632, de 2 de agosto de 1965.

Altera o Decreto nº 54.061, de 28 de julho de 1964, que regulamenta o Regime de Tempo Integral e dedicação exclusiva.

Decreto nº 56.730, de 16 de agosto de 1965.

Estabelece providências para que sejam estudadas e propostas as bases para a concessão, no exercício financeiro de 1966, do reajustamento da remuneração dos servidores públicos civis e militares da União.

Decreto nº 56.814, de 31 de agosto de 1965.

Altera a redação do art. 3º do Decreto nº 54.003, de 3 de julho de 1964.

Decreto nº 56.375, de 15 de setembro de 1965.

FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO

Isenta de todos os impostos e taxas federais a Fundação Bienal de São Paulo.

Lei nº 4.763, de 3 de setembro de 1965.

Declara de utilidade pública a Fundação Bienal de São Paulo, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.486, de 18 de junho de 1965.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Altera os arts. 1º e 4º do Decreto nº 54.224, de 1º de setembro de 1964, que dispõe sobre o aproveitamento do Pessoal da Fundação Brasil Central.

Decreto nº 56.864, de 14 de setembro de 1965.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR

Aprova os Estatutos da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

Decreto nº 56.575, de 14 de julho de 1965.

FUNDAÇÕES

Transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências.

Lei nº 4.730, de 14 de julho de 1965.

Declara de utilidade pública a Fundação Nilo Carvalho com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.302, de 19 de maio de 1965.

FUNDO AGROINDUSTRIAL DE RECONVENÇÃO — FUNAR

Regulamenta o Fundo Agroindustrial de Reconvenção — FUNAR — criado pelo art. 120 do Estatuto da Terra.

Decreto nº 56.798, de 27 de agosto de 1965.

**FUNDO DE MELHORAMENTO
DOS PORTOS**

Dispõe sobre a aplicação do Fundo de Melhoramento dos Portos e disciplina o art. 4º do Decreto nº 60, de 19 de outubro de 1961.

Decreto nº 56.801, de 27 de agosto de 1965.

FUNDO DO EXERCITO

Regulamenta a Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965, que cria o Fundo do Exército.

Decreto nº 56.534, de 5 de julho de 1965.

**FUNDO ESPECIAL DE ASSISTEN-
CIA PARA O DESENVOLVIMENTO**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros) para atender as despesas decorrentes do reajustamento na contribuição brasileira ao Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento.

Lei nº 4.780, de 28 de setembro de 1965.

FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO

Altera o Decreto nº 55.618, de 22 de janeiro de 1965.

Decreto nº 56.763, de 20 de agosto de 1965.

**FUNDO FEDERAL DE ELETRIFI-
CAÇÃO**

Modifica, em parte, as Leis números 2.308, de 31 de agosto de 1954, 2.944, de 8 de novembro de 1956, 4.156, de 29 de novembro de 1962, e 4.364, de 22 de junho de 1964, que dispõem sobre o Fundo Federal de Eletrificação e sobre a distribuição e aplicação do Imposto Único sobre Energia Elétrica, e dá outras providências.

Lei nº 4.676, de 18 de junho de 1965.

**FUNDO GERAL PARA AGRICUL-
TURA E INDÚSTRIA — FUNAGRI**

Cria o "Fundo Geral para Agricultura e Indústria" — FUNAGRI — dá outras providências.

Decreto nº 56.835, de 3 de setembro de 1965.

**FUNDO NACIONAL DE FINAN-
CIAMENTO PARA ABASTECIMENTO
D'ÁGUA**

Dispõe sobre a criação do Grupo Executivo do Fundo Nacional de Financiamento para Abastecimento d'Água (GEF), previsto no Convênio DNOS/USAID.

Decreto nº 56.752, de 18 de agosto de 1965.

**FUNDO NACIONAL DE INVESTI-
MENTOS FERROVIÁRIOS**

Altera dispositivo do Regulamento do Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários.

Decreto nº 56.599, de 22 de julho de 1965.

**FUNDO NACIONAL DE PAVI-
MENTAÇÃO**

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do projeto que se transformou na Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.

FUTEBOL

Altera o art. 8º do Decreto número 53.820, de 24 de março de 1964.

Decreto nº 56.572, de 9 de julho de 1965.

FRUTAS

Aprova as novas especificações para a classificação e fiscalização da exportação das frutas cítricas, visando a sua padronização.

Decreto nº 56.659, de 6 de agosto de 1965.

Estende à exportação de frutas os benefícios concedidos à exportação de cereais, através do Decreto nº 56.621, de 29 de julho de 1965.

Decreto nº 56.789, de 26 de agosto de 1965.

G

GADO BOVINO

Modifica legislação anterior sobre o uso da marca de fogo no gado bovino.

Lei nº 4.714, de 29 de junho de 1965.

GARANTIA DE INVESTIMENTOS

Aprova o Acôrdão de Garantia de Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 6 de fevereiro de 1965.

Decreto Legislativo nº 69, de 1965.

GILLETTE SAFETY RAZOR
COMPANY OF BRAZIL

Concede à sociedade anônima Gillette Safety Razor Company of Brazil autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 56.729, de 16 de agosto de 1965.

GIPSITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Joaquim Eugênio a pesquisar gipsita, no município de Ipubi, no Estado de Pernambuco.

Decreto nº 56.221, de 30 de abril de 1965.

Autoriza a S. A. Mineração Jerônimo Rosado a lavrar gipsita, no município de Bodocó, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 56.448, de 9 de junho de 1965.

Autoriza a S. A. Mineração Jerônimo Rosado a lavrar gipsita, no município de Bodocó, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 56.454, de 9 de junho de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Ermi Ferrari Magalhães a pesquisar gipsita, no município de Ararapina, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 56.841 — De 6 de setembro de 1965.

GRAXAS E LUBRIFICANTES

Acrescenta parágrafo ao art. 2º, e altera a redação do § 1º, do art. 3º do Decreto nº 55.488, de 8 de janeiro de 1965.

Decreto nº 56.622 — De 29 de julho de 1965.

GRUPOS DE TRABALHO

Cria um Grupo de Trabalho para o fim que especifica.

Decreto nº 56.528 — De 2 de julho de 1965.

Prorroga, por 30 dias, o prazo estabelecido no Decreto nº 56.528, de 2 de julho de 1965.

Decreto nº 56.705 — De 10 de agosto de 1965.

Cria Grupo de Trabalho, junto ao Ministério das Minas e Energia, com a incumbência de rever a Lei número 4.432, de 5-11-64, e dá outras providências.

Decreto nº 56.850 — De 10 de setembro de 1965.

Prorroga prazo para apresentação de relatório.

Decreto nº 56.892 — De 22 de setembro de 1965.

GRUPOS EXECUTIVOS

Dispõe sobre financiamento de papel de imprensa, cria o Grupo Executivo da Indústria do Livro — GEIL — e dá outras providências.

Lei nº 4.750 — De 12 de agosto de 1965.

Dispõe sobre a criação do Grupo Executivo do Fundo Nacional de Financiamento para Abastecimento d'Água (GEF), previsto no Convênio DNOS-USAID.

Decreto nº 56.752 — De 18 de agosto de 1965.

GUARDAS-CIVIS

Estende aos guardas-civis dos Estados e Territórios o benefício previsto no art. 295 do Código de Processo Penal.

Lei nº 4.760 — De 23 de agosto de 1965.

**GUARDIAN ASSURANCE COMPANY
LIMITED**

Concede à Guardian Assurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado as suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 56.445 — De 9 de junho de 1965.

H

HEMOTERAPIA

Dispõe sobre o exercício da atividade hemoterápica no Brasil e dá outras providências.

Lei nº 4.701 — De 23 de junho de 1965.

HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO

Altera o Regulamento para a Diretoria de Hidrografia e Navegação, aprovado pelo Decreto nº 32.532, de 15 de abril de 1953.

Decreto nº 56.567 — De 9 de julho de 1965.

HOSPITAIS

Isenta da taxa de despacho aduaneiro, a que se refere o artigo 66, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, material doado a estabelecimento hospitalar.

Lei nº 4.710 — De 28 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública o "Hospital de Caridade e Beneficência de Cachoeira do Sul" com sede em Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.493 — De 21 de junho de 1965.

Classifica os cargos de nível superior do Instituto Brasileiro do Sal e do Hospital "Francisco Menescal" e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 56.519 — De 29 de junho de 1965.

ILMENITA

Autoriza o cidadão brasileiro Simão Weitsky Dutier a pesquisar ilmenita no município de Paranaguá, Estado do Paraná.

Decreto nº 55.001 — De 13 de novembro de 1964.

Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a pesquisar ilmenita, nos municípios de Santo Amaro das Brotas e Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

Decreto nº 55.437 — De 8 de janeiro de 1965.

IMOVEIS DA UNIÃO

Autoriza o Poder Executivo a permutar um terreno de propriedade da União Federal por outros pertencentes ao Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

Lei nº 4.715 — De 29 de junho de 1965.

IMPORTAÇÃO

Especifica as máquinas e equipamentos de produção importados pela Empresa Tecnotransportes S.A., com o benefício da isenção dos impostos aduaneiro e de consumo, de conformidade com a Lei nº 4.584, de 11 de dezembro de 1964.

Decreto nº 56.602 — De 22 de julho de 1965.

IMPÓSTO DE CONSUMO

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto se transformou na Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

Lei nº 4.502 — De 30 de novembro de 1964.

Aprova o Regulamento do Imposto de Consumo.

Decreto nº 56.791 — De 23 de agosto de 1965.

IMPÓSTO DE RENDA

Cria estímulos a aumento de produtividade e à contenção de preços e dá outras providências.

Lei nº 4.663 — De 3 de junho de 1963.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Dispõe sobre peculiaridades das instituições de previdência social, a que se refere o art. 110 da Lei número 4.320 de 17 de março de 1964.

Decreto nº 56.895 — De 22 de setembro de 1965.

Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Lei nº 4.728 — De 14 de julho de 1965.

Altera dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 55.866, de 25 de março de 1965.

Decreto nº 56.720 — De 13 de agosto de 1965.

IMPÓSTO SINDICAL

Dispõe sobre a forma de fixação do imposto sindical devido pelos estabelecimentos rurais e dá outras providências.

Lei nº 4.755 — De 13 de agosto de 1965.

IMPÓSTO SOBRE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

Altera a competência dos Estados para a cobrança do imposto sobre vendas e consignações.

Lei nº 4.784 — De 23 de setembro de 1965.

IMPÓSTO TERRITORIAL RURAL

Regulamenta o Capítulo I do Título, III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.

Decreto nº 56.792 — De 26 de agosto de 1965.

Cria a Junta Interministerial de Controle da Implantação do Cadastro e do Imposto Territorial Rural, previstos no Estatuto da Terra.

Decreto nº 56.799 — De 27 de agosto de 1965.

IMPÓSTO ÚNICO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do projeto que se transformou na Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

Lei nº 4.452 — De 5 de novembro de 1964.

Cria Grupo de Trabalho, junto ao Ministério das Minas e Energia, com a incumbência de rever a Lei número 4.452, de 5-11-64, e dá outras providências.

Decreto nº 56.850 — De 10 de setembro de 1965.

IMPÓSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA

Modifica, em parte, as Leis números 2.308, de 31 de agosto de 1954, 2.944, de 8 de novembro de 1955, 4.156, de 29 de novembro de 1962, e 4.264, de 22 de junho de 1964, que dispõem sobre o Fundo Federal de Eletrificação e sobre a distribuição e aplicação do Imposto Único sobre Energia Elétrica, e dá outras providências.

Lei nº 4.676 — De 16 de junho de 1965.

INDENIZAÇÕES

Autoriza o Ministério da Fazenda a emitir, até Cr\$ 100.000.000,00 em títulos da Dívida Pública Interna Fundada, para indenizações a súditos do Eiro.

Decreto nº 56.472 — De 16 de junho de 1965.

Cria Comissão Especial para o fim que especifica.

Decreto nº 56.726 — De 16 de agosto de 1965.

INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES

Institui estímulos ao desenvolvimento da Indústria de Produtos Alimentares.

Decreto nº 56.551 — De 8 de julho de 1965.

INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Fixa diretrizes e bases para a expansão da indústria petroquímica.

Decreto nº 56.571 — De 9 de julho de 1965.

INELEGIBILIDADES

Estabelece novos casos de inelegibilidades, com fundamento no artigo 2º da Emenda Constitucional número 14.

Lei nº 4.738 — De 15 de julho de 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, do Conselho Nacional de Pesquisas, aprovada pelo Decreto nº 55.099, de 1º de dezembro de 1964, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 56.840 — De 3 de setembro de 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Retifica o enquadramento de cargos, funções e empregos do Quadro Permanente de Pessoal do Conselho Nacional de Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Decreto nº 56.469 — De 16 de junho de 1965.

Prorroga o prazo de vigência do Decreto nº 55.309, de 30 de dezembro de 1964.

Decreto nº 56.617 — De 27 de julho de 1965.

Aprova o Orçamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Decreto nº 56.701 — De 9 de agosto de 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA

Declara de interesse social para fins de desapropriação áreas de terras situadas no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Decreto nº 56.775 — De 23 de agosto de 1965.

Complementa o disposto no artigo 83 do Decreto nº 55.889, de 30 de março de 1955, cria funções gratificadas no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e dá outras providências.

Decreto nº 56.794 — De 27 de agosto de 1965.

Revoga o Decreto nº 52.789 de 30 de outubro de 1963.

Decreto nº 56.804 — De 27 de agosto de 1965.

Revoga o Decreto nº 53.871 de 30 de março de 1964.

Decreto nº 56.205 — De 27 de agosto de 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Transferência de imóvel do Instituto Brasileiro do Café para o Serviço de Alimentação da Previdência Social.

Decreto nº 56.817 — De 1º de setembro de 1965.

Aprova o Orçamento do Instituto Brasileiro do Café.

Decreto nº 56.853 — De 13 de setembro de 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DO SAL

Classifica os cargos de nível superior do Instituto Brasileiro do Sal e do Hospital "Francisco Menescal" e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 56.519 — De 29 de junho de 1965.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES DOS BANCÁRIOS**

Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, aprovada pelo Decreto nº 55.170, de 9 de dezembro de 1964, alterada pelo nº 56.329, de 21 de maio de 1965, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 56.724 — De 13 de agosto de 1965.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES DOS INDUS-
TRIÁRIOS**

Extingue classe, série de classes e cargos diversos no Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Decreto nº 56.689 — De 9 de agosto de 1965.

**INSTITUTOS DE APOSENTADORIA
E PENSÕES**

Dispõe sobre a venda dos imóveis a que se referem os Decretos números 55.738, de 4 de fevereiro de 1965 e 55.955, de 20 de abril de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 56.527 — De 23 de junho de 1965.

Consolida a matéria contida nos Decretos números 55.738, de 4 de fevereiro de 1965, e 55.955, de 20 de abril de 1965, estabelece o processo de venda dos imóveis de que trata o artigo 65 e §§ da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 56.793 — De 27 de agosto de 1965.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
CONGRESSISTAS (IPC)**

Abre ao Poder Legislativo o crédito especial de Cr\$ 415.753.000 (quatrocentos e quinze milhões setecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), destinado a pagamentos devidos ao Instituto de Previdência dos Congressistas (I.P.C.).

Lei nº 4.746 — De 23 de julho de 1965.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E
ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
DO ESTADO**

Suprime cargos vagos e extingue série de classes no Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e dá outras providências.

Decreto nº 56.532 — De 5 de julho de 1965.

Altera o artigo 1º, do Decreto número 45.942, de 29 de abril de 1959.

Decreto nº 56.696 — De 9 de agosto de 1965.

Consolida a matéria contida nos Decretos números 55.738, de 4 de fevereiro de 1965, e 55.955, de 20 de abril de 1965, estabelece o processo de venda dos imóveis de que trata o artigo 65 e §§ da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 56.793 — De 27 de agosto de 1965.

Revoga o Decreto nº 52.430, de 10 de setembro de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 56.815 — De 31 de agosto de 1965.

**INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO
ALCOOL**

Dispõe sobre aplicação dos recursos previstos no Orçamento do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Decreto nº 56.819 — De 1º de setembro de 1965.

**INSTITUTO NACIONAL DE DESEN-
VOLVIMENTO AGRÁRIO**

Dispõe sobre relações entre o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura.

Decreto nº 56.891 — De 22 de setembro de 1965.

**INSTITUTO NACIONAL DE TELE-
COMUNICAÇÕES**

Concede autorização para o funcionamento do curso de engenheiros de operação do Instituto Nacional de Telecomunicações de Santa Rita de Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.810 — De 31 de agosto de 1965.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE

Aprova o Orçamento do Instituto Nacional do Mate.

Decreto nº 56.719 — De 12 de agosto de 1965.

INTERVENÇÃO FEDERAL

Prorroga o prazo a que se referem os artigos 2º do Decreto nº 814, de 31 de março de 1962, e 1º dos Decretos ns. 1.396, de 19 de setembro de 1962, 1.878, de 13 de dezembro de 1962, 51.863, de 25 de março de 1963, 52.148, de 25 de junho de 1963, 52.477, de 16 de setembro de 1963 e 54.286, de 14 de setembro de 1964.

Decreto nº 53.343 — De 10 de setembro de 1965.

IRMAOS GUILHERMINO LTDA.

Concede a Irmãos Guilhermino Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.541 — De 7 de julho de 1965.

IRRIGAÇÃO

Transfere a Seção de Irrigação da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia, para o Serviço de Promoção Agropecuária do Departamento de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Lei nº 4.706 — De 28 de junho de 1965.

ISENÇÕES

Isenta do imposto de importação dez mil toneladas de placas de aço (slabs) importadas pela Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA).

Lei nº 4.689 — De 21 de junho de 1965.

Concede isenção das Taxas de Despacho Aduaneiro e de Melhoramento dos Portos para um aparelho de Raios X, doado ao Círculo Operário Porto Alegrense, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Lei nº 4.705 — De 28 de junho de 1965.

Isenta da taxa de despacho aduaneiro, a que se refere o artigo 66, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, material doado a estabelecimento hospitalar.

Lei nº 4.710 — De 28 de junho de 1965.

Altera o artigo 5º da Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962, que "autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências.

Lei nº 4.732 — De 14 de julho de 1965.

Isenta do imposto do selo os contratos assinados pela Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — COPERBO sociedade de economia mista localizada no Município do Cabo, Estado de Pernambuco.

Lei nº 4.733 — De 14 de julho de 1965.

Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para a importação de objetos doados pela Holanda à Província Carmelita de Santo Elias.

Lei nº 4.735 — De 14 de julho de 1965.

Concede isenção de impostos, taxa e emolumentos para um automóvel doado a Edson Arantes do Nascimento pela firma "Auto Hennek, de München, Alemanha.

Lei nº 4.756 — De 18 de agosto de 1965.

Concede isenção de direitos de importação, mais taxas aduaneiras e imposto de consumo para materiais importados pela S.A. Rádio Tupi, com sede no Estado da Guanabara.

Lei nº 4.757 — De 18 de agosto de 1965.

Isenta de todos os impostos e taxas federais a Fundação Bial de São Paulo.

Lei nº 4.768 — De 3 de setembro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à firma "Artefatos de Borracha Mucambo Ltda.", Salvador (Bahia).

Decreto nº 56.509 — De 28 de junho de 1965.

Prorroga vigência do Decreto número 327 de 11-12-61, que concede isenção de taxas e impostos federais em favor da empresa "Companhia Agro-Industrial Igarassu", de Igarassu, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 56.512 — De 28 de junho de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados ao "Cottonificio Leite Barbosa S.A." de Aracati (Ce).

Decreto nº 56.563 — De 9 de julho de 1965.

Especifica as máquinas e equipamentos de produção importados pela Empresa Tecnotransportes S.A., com o benefício da isenção dos impostos aduaneiro e de consumo, de conformidade com a Lei nº 4.584, de 11 de dezembro de 1964.

Decreto nº 56.602 — De 22 de julho de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados a "Companhia de Tecidos Paulista" de Paulista (Pe.).

Decreto nº 56.786 — De 24 de agosto de 1965.

J

J. DANTAS & CIA. LTDA.

Torna definitivo o registro da despesa de Cr\$ 1.497.831,10 (um milhão, quatrocentos e noventa e sete mil, oitocentos e oitenta e um cruzeiros e dez centavos), feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União e referente ao pagamento à firma J. Dantas & Cia. Ltda. por serviços prestados ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto Legislativo nº 74 — De 1965.

JARAGUÁ — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Jaraguá — Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.353 — De 24 de maio de 1965.

JEQUITIBA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Concede à Jequitibá Companhia de Seguros Gerais, autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 56.138 — de 27 de abril de 1965.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Estende a Comarca de São Vicente a Jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, no Estado de São Paulo.

Lei nº 4.777 — de 22 de setembro de 1965.

JUSTIÇA ELEITORAL

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí — o crédito especial de Cr\$ 13.500 (treze mil e quinhentos cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto nº 56.546 — de 7 de julho de 1965.

L

LAR SÃO JOAQUIM

Declara de utilidade pública o Lar São Joaquim, com sede no Município de Valinhos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.495 — de 30 de junho de 1965.

LAVRA (Autorização para) Ver o nome do elemento lavrado.

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

Lei nº 4.740 — de 15 de julho de 1965.

LEUCITA

Renova a autorização concedida pelo Decreto nº 1.637, de 23 de novembro de 1962.

Decreto nº 56.781 — de 23 de agosto de 1965.

LICENÇA PRÉVIA

Exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares.

Lei nº 4.731 — de 14 de julho de 1965.

LINCE DE SEGUROS GERAIS S. A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Lince de Seguros Gerais S. A., inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.874 — de 15 de setembro de 1965.

LLOYD BRASILEIRO

Aprova o Orçamento do Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional.

Decreto nº 56.213 — de 31 de agosto de 1965.

LOTEAMENTOS

Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos em prestações.

Lei nº 4.778 — de 22 de setembro de 1965.

LUBRIFICANTES — Ver: *Graxas e Lubrificantes*

M

MAGISTERIO

Dá nova redação a alguns dispositivos da legislação que rege o ingresso no Magistério efetivo do Exército.

Decreto nº 51.519 — de 9 de junho de 1965.

MALÁRIA

Abre pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), destinados ao combate à malária.

Lei nº 4.776 — de 22 de setembro de 1965.

MANDATOS EXECUTIVOS

Dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo.

Lei nº 4.742 — de 15 de julho de 1965.

MANDATOS LEGISLATIVOS

Dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo.

Lei nº 4.742 — de 15 de julho de 1965.

MANGANÊS

Autoriza Ferrasul Limitada a pesquisar minérios de ferro e de manganês no município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.423 — de 7 de julho de 1965.

— *Autoriza Toledo e Duarte Mineração Ltda., a pesquisar minérios de manganês, no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 56.492 — de 8 de junho de 1965.

— *Autoriza a Mineralurgia Limitada a lavar minérios de ferro e de manganês, no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 56.555 — de 3 de julho de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adherbal Castilho Coelho a pesquisar minério de manganês no Município de São João d'Alcança, no Estado de Goiás.*

Decreto nº 56.675 — de 6 de agosto de 1965.

— *Autoriza a Usina Queiroz Júnior S. A., Indústria Siderúrgica a pesquisar minério de manganês, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 56.677 — de 8 de agosto de 1965.

MANOEL FRANCISCO PEREIRA & CIA. LTDA.

Concede a Manoel Francisco Pereira & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.405 — de 3 de junho de 1965.

MAPAS FOTOGRAFICOS

Aprova o Acórdão para o estabelecimento de um programa de colaboração para o preparo de mapas topográficos e cartas aeroduticas no Brasil.

Decreto Legislativo nº 68, de 1965.

MAQUINAS AGRICOLAS

Estabelece obrigatoriedade de ensaios prévios para tratores, implementos e seus órgãos ativos, máquinas e ferramentas agrícolas de importação, montagem ou fabricação, no país, e dá outras providências.

Decreto nº 56.680 — de 9 de agosto de 1965.

MARCA DE FOGO

Modifica legislação anterior, sobre o uso da marca de fogo no gado bovino.

Lei nº 4.714 — de 29 de junho de 1965.

MARECHAL RONDON

Dispõe sobre as comemorações do centenário do nascimento do Marechal Rondon.

Lei nº 4.748 — de 16 de julho de 1965.

MARINHA

Altera a redação dos arts. 4º, 5º e 6º do Regulamento para as Casas do Marinheiro, aprovado, pelo Decreto nº 50.644, de 24 de maio de 1961.

Decreto nº 56.573 — de 9 de julho de 1965.

— *Altera, suprime e acrescenta dispositivos no RCPSA, aprovado pelo Decreto nº 205, de 23 de novembro de 1961.*

Decreto nº 56.699 — de 9 de agosto de 1965.

MARINHA — Ver, também, ARMADA e MINISTERIO DA MARINHA. MARINHA MERCANTE

Atualiza de conformidade com o dispositivo no art. 9º da Lei número 4.357, de 16-7-64, as multas previstas no art. 13 do Decreto-lei nº 3.100, de 7 de março de 1941, aplicáveis pela Comissão de Marinha Mercante.

Decreto nº 56.803 — de 27 de agosto de 1965.

MÁRMORE

Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Zampiroli a pesquisar mármore, no Município de Cucuí, do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 56.682 — de 6 de agosto de 1965.

... — *Renova o Decreto nº 43.694, de 12 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 56.673 — de 6 de agosto de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Hugo Alberto da Fonseca a pesquisar mármore no município de Curupá, Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.771 — de 20 de agosto de 1965.

— *Autoriza a cidadã brasileira Idalina Três Allos a pesquisar mármore no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 56.777 — de 23 de agosto de 1965.

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E PEDREIRA VERA CRUZ LTDA.

Concede à Material de Construção e Pedreira Vera Cruz Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.744 — de 17 de agosto de 1965.

MATUMBA — MINÉRIOS LTDA.

Concede à Matumbá, Minérios Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.220 — de 20 de abril de 1965.

MEDALHA DO PACIFICADOR

Dá nova redação ao Decreto número 1.824, de 17 de dezembro de 1962, que regula a concessão da Medalha do Pacificador e torna insubsistente o Decreto nº 55.765, de 17 de fevereiro de 1965.

Decreto nº 56.518 — de 20 de junho de 1965.

MERCADO DE CAPITAIS

Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Lei nº 4.728, — de 14 de julho de 1965.

MERCANTIL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Mercantil Companhia Nacional de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.783 — de 24 de agosto de 1965.

MESAS DE RENDAS

Dá nova redação ao § 1º do art. 3º do Decreto nº 55.786, de 23 de fevereiro de 1965, que estabelece normas de execução financeira para o exercício de 1965.

Decreto nº 56.524 — de 22 de junho de 1965.

METROPOLITANA COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Metropolitana Companhia de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.680 — De 6 de agosto de 1965.
MICA

Autoriza o cidadão brasileiro José Pinto dos Santos a pesquisar quartzo e mica, no município de São José da Safira, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.416 — De 4 de junho de 1965.

Declara caduco o Decreto nº 20.099 de 27 de novembro de 1945.

Decreto nº 56.722 — De 18 de agosto de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Clóvis Melo Ribeiro dos Santos a pesquisar mica no município de Encruzilhada, no Estado da Bahia.*

Decreto nº 56.749 — De 18 de agosto de 1965.

MILHO

Suspende, temporariamente, a cobrança de taxas, comissões e emolumentos, que especifica, incidentes sobre as exportações de arroz e milho da safra 1964-1965.

Decreto nº 56.621 — De 29 de julho de 1965.

— *Fixa os preços mínimos básicos para o financiamento ou aquisição de algodão, amendoim das águas, arroz, feijão das águas, milho e soja, de produção nacional, das regiões central e meridional do país, para a safra 1965-1966.*

Decreto nº 56.822 — De 1 de setembro de 1965.

MILITARES

Promove os Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na Reserva não remunerada.

Lei nº 4.767 — De 30 de agosto de 1965.

— *Acréscenta dispositivos à Ordenança Geral para o Serviço da Armada, aprovada pelo Decreto nº 8.728, de 6 de fevereiro de 1942.*

Decreto nº 56.632-A — De 2 de agosto de 1965.

— *Estabelece providências para que sejam estudadas e propostas as bases para a concessão, no exercício financeiro de 1966, do reajustamento da remuneração dos servidores públicos civis e militares da União.*

Decreto nº 56.814 — De 31 de agosto de 1965.

— Ver, também, *Aeronáutica, Exército e Marinha*.

MINERAÇÃO MORRO GRANDE S.A.

Concede à Mineração Morro Grande S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.676 — De 6 de agosto de 1965.

MINERAÇÃO PEDROZA RIBEIRO LIMITADA

Concede à Mineração Pedroza Ribeiro Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 55.353 — De 31 de dezembro de 1964.

MINERAÇÃO ROCHEDO LTDA.

Concede à Empresa de Mineração Rochedo Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.745 — De 17 de agosto de 1965.

MINERAÇÃO TRIÂNGULO S. A.

Concede à Mineração Triângulo Sociedade Anônima, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.890 — De 20 de setembro de 1965.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com o financiamento previsto na Lei número 2.321, de 11 de setembro de 1954.

Lei nº 4.698 — De 28 de junho de 1965.

— *Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões trinta e três milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), a órgãos subordinados à Presidência da República e a diversos Ministérios.*

Lei nº 4.702 — De 28 de junho de 1965.

— *Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito que especifica.*

Decreto nº 56.857 — De 13 de setembro de 1965.

— *Altera os arts. 4º, 5º e 10 do Regulamento do Gabinete do Ministro da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 377, de 19 de dezembro de 1961.*

Decreto nº 56.906 — De 28 de setembro de 1965.

— Ver, também, *Aeronáutica*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões trinta e três milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), a órgãos subordinados à Presidência da República e a diversos Ministérios.

Lei nº 4.702 — De 28 de junho de 1965.

— *Transfere a Seção de Irrigação da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia, para o Serviço de Promoção Agropecuária do Departamento de Promoção Agropecuária, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Lei nº 4.706 — De 28 de junho de 1965.

— *Dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas, e dá outras providências.*

Lei nº 4.727 — De 13 de julho de 1965.

— *Institui o "Curso de Aviação Agrícola (CAVAG)", e dá outras providências.*

Decreto nº 56.584 — De 20 de julho de 1965.

— *Dispõe quanto a pagamento de pessoal, mediante recibo, do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 56.623 — De 29 de julho de 1965.

— *Estabelece obrigatoriedade de ensaios prévios para tratores, implementos e seus órgãos ativos, máquinas e ferramentas agrícolas, de importação, montagem ou fabricação no país, e dá outras providências.*

Decreto nº 56.690 — De 9 de agosto de 1965.

— *Estabelece obrigatoriedade de ensaios prévios para tratores, implementos e seus órgãos ativos, máquinas e ferramentas agrícolas, de importação, montagem ou fabricação no país, e dá outras providências.*

Decreto nº 56.690 — De 9 de agosto de 1965.

— *Dispõe sobre relações entre o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 56.891 — De 22 de setembro de 1965.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões trinta e três milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), a órgãos subordinados à Presidência da República e a diversos Ministérios.

Lei nº 4.702 — de 28 de junho de 1965.

— *Retifica o Decreto nº 52.794, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o enquadramento definitivo do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 56.468 — De 16 de junho de 1965.

— *Autoriza a contratação de especialistas temporários pelo Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 56.591 — De 21 de julho de 1965.

— *Inclui funções gratificadas na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 56.634 — De 3 de agosto de 1965.

— *Cria a Representação da Diretoria do Ensino Secundário, do Ministério da Educação e Cultura, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.*

Decreto nº 56.716 — De 12 de agosto de 1965.

— *Modifica denominação de instituição do Departamento Nacional de Educação.*

Decreto nº 56.886 — De 20 de setembro de 1965.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões trinta e três milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), a órgãos subordinados à Presidência da República e a diversos Ministérios.

Lei nº 4.702 — De 28 de junho de 1965.

— *Aprova o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 56.386 — De 1 de junho de 1965.

— *Altera a lotação numérica e nominal dos cargos de Fiel do Tesouro do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 56.784 — De 24 de agosto de 1965.

— *Altera a lotação nominal e numérica do Departamento de Arrecadação.*

Decreto nº 56.827 — De 2 de setembro de 1965.

— *Altera a lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 56.832 — De 3 de setembro de 1965.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões trinta e três milhões quatrocentos e cinqüenta e quatro mil seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), a órgãos subordinados à Presidência da República e a diversos Ministérios.

Lei nº 4.702 — De 28 de junho de 1965.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar uma área de terreno em Itajubá (MG), destinada ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.529 — De 5 de julho de 1965.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar uma área de terreno em Santiago (RS), destinada ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.530 — de 5 de julho de 1965.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar uma área de terreno em São Paulo, destinada ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.531 — De 5 de julho de 1965.

Dispensa o Ministério da Guerra de encargos relativos à Rodovia BR-11.

Decreto nº 56.550 — de 8 de julho de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.563 — de 9 de julho de 1965.

Acrescenta mais um parágrafo ao artigo 20 do Regulamento do Quadro de Oficiais Especialistas, aprovado pelo Decreto nº 42.251, de 6 de setembro de 1957.

Decreto nº 56.576 — de 16 de julho de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a fazer a cessão de uma área de terreno da Fazenda Militar de Barueri, ao Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.600 — de 22 de julho de 1965.

Autoriza, em caráter excepcional, o provimento interino dos cargos que especifica.

Decreto nº 56.632 — de 2 de agosto de 1965.

Dispensa o Ministério da Guerra de encargos relativos à Rodovia BR-82.

Decreto nº 56.634 — de 3 de setembro de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terrenos, em Caicó-RN, destinados ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.860 — de 14 de setembro de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno, em Caicó — RN, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.881 — de 14 de setembro de 1965.

Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000 (três bilhões de cruzeiros), para os fins que especifica.

Decreto nº 56.866 — de 14 de setembro de 1965.

Prorroga a vigência do Decreto número 55.812, de 5 de março de 1965, que dispõe sobre o pessoal — mão-de-obra — de serviços industriais e comerciais do Ministério da Guerra.

Decreto nº 56.872 — de 15 de setembro de 1965.

Ver, também, Exército.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$... 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões, trinta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), a órgãos subordinados à Presidência da República e a diversos Ministérios.

Lei nº 4.702 — de 28 de junho de 1965.

Altera o Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto nº 56.633 — de 3 de agosto de 1965.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Revoga o art. 2º da Lei nº 1.024-A, de 29 de dezembro de 1949, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Prefeitura de Salvador, Estado da Bahia, uma área de terreno para fim de utilidade pública.

Lei nº 4.708 — de 28 de junho de 1965.

Cria o Quadro de Práticos da Armada e dá outras providências.

Lei nº 4.713 — de 29 de junho de 1965.

Cria o Depósito de Material de Eletrônica do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.564 — de 9 de julho de 1965.

Cria o Centro de Sinalização Náutica e Reparos "Almirante Moraes Rêgo".

Decreto nº 56.565 — de 9 de julho de 1965.

Aprova o Regulamento para o Centro de Sinalização Náutica e Reparos "Almirante Moraes Rêgo".

Decreto nº 56.566 — de 9 de julho de 1965.

Altera o Regulamento para a Diretoria de Hidrografia e Navegação, aprovado pelo Decreto nº 32.532, de 15 de abril de 1953.

Decreto nº 56.567 — de 9 de julho de 1965.

Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Ministério da Marinha, aprovada pelo Decreto número 55.165, de 8 de dezembro de 1964, alterada pelo de nº 55.744, de 10 de fevereiro de 1965, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 56.732 — de 24 de agosto de 1965.

Ver, também, Armada e Marinha.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Declara de utilidade pública para fim de desapropriação, pela Divisão de Aguas do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, terrenos situados no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.671 — de 6 de agosto de 1965.

Cria Grupo de Trabalho, junto ao Ministério das Minas e Energia, com a incumbência de rever a Lei nº 4.452, de 5-11-64, e dá outras providências.

Decreto nº 56.850 — de 10 de setembro de 1965.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$... 370.000.000 (trezentos e setenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da realização da Segunda Conferência Interamericana Extraordinária.

Lei nº 4.703 — de 28 de junho de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$... 70.058.394 (setenta milhões, cinquenta e oito mil, trezentos e quatro cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento da contribuição do Brasil relativa ao financiamento dos estudos preliminares necessários a construção do "Tampón del Darien", trecho da Estrada Pan-Americana.

Lei nº 4.724 — de 9 de julho de 1965.

Cria a Embaixada do Brasil em Trinidad-e-Tobago e extingue o Consulado em Port-of-Spain.

Decreto nº 56.616 — de 27 de julho de 1965.

Regulamenta a Lei nº 4.669, de 8 de junho de 1965.

Decreto nº 56.702 — de 9 de agosto de 1965.

Dispõe sobre a vinculação ao Ministério das Relações Exteriores de estabelecimentos mantidos pelo Governo Brasileiro em Centros educacionais estrangeiros e dá outras providências.

Decreto nº 56.728 — de 16 de agosto de 1965.

Complementa a tabela constante do Anexo II do Decreto nº 1.939, de 19 de janeiro de 1963.

Decreto nº 56.757 — de 20 de agosto de 1965.

Altera o art. 25 do Regimento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 12.343, de 5 de maio de 1943.

Decreto nº 56.820 — de 1º de setembro de 1965.

Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$... 65.000.000, para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Francesa.

Decreto nº 56.856 — de 13 de setembro de 1965.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões, trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), a órgãos subordinados à Presidência da República e a diversos Ministérios.

Lei nº 4.702 — de 28 de junho de 1965.

Altera a Lei nº 2.743, de 6 de março de 1956, e cria a Campanha de Erradicação da Malária.

Lei nº 4.703 — de 28 de junho de 1965.

Altera dispositivo da Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que aprovou o Orçamento Geral da União para o Exercício de 1965.

Lei nº 4.758 — de 19 de agosto de 1965.

Abre, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado ao combate à malária.

Lei nº 4.776 — de 22 de setembro de 1965.

Aprova e manda executar o Regimento Interno da Seção de Segurança Nacional, do Ministério da Saúde.

Decreto nº 56.202 — de 30 de abril de 1965.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões, trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), a órgãos subordinados à Presidência da República e a diversos Ministérios.

Lei nº 4.702 — de 28 de junho de 1965.

Aprova os Orçamentos dos Conselhos Regionais de Medicina dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.

Decreto nº 56.471 — de 16 de junho de 1965.

Cria funções gratificadas na Seção de Segurança Seccional do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 56.758 — de 20 de agosto de 1965.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Torna definitivo o registro da despesa de Cr\$ 1.497.831,10 (um milhão, quatrocentos e noventa e sete mil, oitocentos e oitenta e um cruzeiros e dez centavos), feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União e referente ao pagamento à firma J. Dantas & Cia. Ltda., por serviços prestados ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto Legislativo nº 74, de 1965.

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões, trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), a órgãos subordinados à Presidência da República e a diversos Ministérios.

Lei nº 4.702 — de 28 de junho de 1965.

Cria um Grupo de Trabalho para o fim que especifica.

Decreto nº 56.528 — de 2 de julho de 1965.

Prorroga, por 30 dias, o prazo estabelecido no Decreto nº 56.528, de 2 de julho de 1965.

Decreto nº 56.705 — de 10 de agosto de 1965.

Altera o Decreto nº 47.445, de 17 de dezembro de 1959, para atender funcionamento transitório da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto nº 56.823 — de 1 de setembro de 1965.

Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 2.500.000.000 para o fim que menciona.

Decreto nº 56.837 — de 3 de setembro de 1965.

Suprime cargo extinto.

Decreto nº 56.844 — de 8 de setembro de 1965.

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 278.690.500, para o fim que especifica.

Decreto nº 56.859 — de 13 de setembro de 1965.

Retifica o Decreto nº 56.837, de 3 de setembro de 1965, a fim de incluir um art. 3º.

Decreto nº 56.905 — de 28 de setembro de 1965.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei número 4.531, de 8 de dezembro de 1964, que fixa os vencimentos de Membros do Ministério Público Federal, e do Serviço Jurídico da União e dá outras providências.

Lei nº 4.531 — de 8 de dezembro de 1964.

MINISTÉRIOS MILITARES

Exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares.

Lei nº 4.731 — de 14 de julho de 1965.

MINISTRO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO

Altera a redação do artigo 10 do Decreto nº 53.914, de 11 de maio de 1964, modificada pelo Decreto nº 55.785, de 22 de fevereiro de 1965.

Decreto nº 56.700 — de 9 de agosto de 1965.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 54.029, de 17 de julho de 1964.

Decreto nº 56.858 — de 13 de setembro de 1965.

MISSÃO MILITAR NORTE-AMERICANA

Aprova o Acôrdio para o "estabelecimento de uma Missão Militar Norte-Americana no Brasil", concluído em Washington a 29 de julho de 1948.

Decreto Legislativo nº 76, de 1965.

MITRA ARQUIEPISCOPAL DO RIO DE JANEIRO

Autoriza a cessão gratuita do imóvel que menciona, situado no Alto do Corcovado, Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.936 — de 19 de abril de 1965.

MUDAS

Dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e dá outras providências.

Lei nº 4.727 — de 13 de julho de 1965.

MULTAS

Atualiza, de conformidade com o dispositivo no art. 9º da Lei número 4.357, de 16-7-64, as multas previstas no artigo 13 do Decreto-lei número 3.100, de 7 de março de 1941, aplicáveis pela Comissão de Marinha Mercante.

Decreto nº 56.803 — de 27 de agosto de 1965.

MUNICÍPIOS

Dispõe sobre a assistência financeira do Governo Federal a Estados e Municípios, e dá outras providências.

Lei nº 4.770 — de 15 de setembro de 1965.

N

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à sociedade Navegação e Comércio de Madeiras Pacheco Ltda., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 55.575 — de 13 de janeiro de 1965.

Concede à Sociedade Casimiro Filho, Indústria e Comércio S.A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 55.584 — de 18 de janeiro de 1965.

Concede à sociedade Navegação Sio Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.131 — de 27 de abril de 1965.

Concede à Navegação Minuano S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.350 — de 24 de maio de 1965.

Concede à Companhia de Navegação Marítima Netumar autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.427 — de 7 de junho de 1965.

Concede à Navegação Costalina S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.442 — de 9 de junho de 1965.

Concede à Sociedade Transportes Marítimos Araújo S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.479 — de 18 de junho de 1965.

Concede a sociedade "Branafra" — Empresa Brasileira de Navegação Transatlântica e Cabotagem Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.579 — de 19 de julho de 1965.

Concede à firma comercial Azevedo & Companhia Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.581 — de 18 de julho de 1965.

Concede à sociedade Navegação Mercantil S. A. — NAVEM autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.631 — de 2 de agosto de 1965.

Concede à sociedade Navegação Progresso Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.880 — de 20 de setembro de 1965.

Concede à Empresa de Navegação Aliança S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.884 — de 20 de setembro de 1965.

NAVIOS DE GUERRA

Aprova as "Regras para visitas de navios de guerra estrangeiros aos portos e águas do Brasil em tempo de paz".

Decreto nº 56.515 — de 23 de junho de 1965.

NORDESTE

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à firma "Artefatos de Borracha Mucambo Ltda.", de Salvador — Bahia.

Decreto nº 56.509 — de 23 de junho de 1965.

Prorroga vigência do Decreto número 327, de 11-12-61, que concede isenção de taxas e impostos federais em favor da empresa "Companhia Agro-Industrial Igarassá", de Igarassu, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 56.512 — de 23 de junho de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados ao "Colunício Leite Barbosa S. A." de Aracati — CE.

Decreto nº 56.583 — de 9 de julho de 1965.

Altera a redação do art. 1º e seu § 2º do Decreto nº 55.554, de 14 de janeiro de 1955, que instituiu a Comissão Especial de Estudo das Condições Sociais do Nordeste (CEECSN).

Decreto nº 56.574 — de 13 de julho de 1965.

Dá nova Redação ao Decreto número 55.020, de 24 de novembro de 1964.

Decreto nº 56.604 — de 22 de julho de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados a "Companhia de Tecidos Paulista" de Paulista, Pa.

Decreto nº 56.783 — de 24 de agosto de 1965.



OLAVO BILAC

Dispõe sobre as solenidades comemorativas do centenário de nascimento de Olavo Bilac.

Decreto nº 56.742 — de 17 de agosto de 1965.

OLEO CRU

Cria Comissão Especial para os fins que menciona e dá outras providências.

Decreto nº 56.851 — de 10 de setembro de 1965.

OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS

Prorroga o prazo estabelecido no art. 2º da Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954, que autoriza o Poder Executivo a financiar operações imobiliárias realizadas pelo Clube Naval.

Lei nº 4.775 — de 22 de setembro de 1965.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Altera dispositivo da Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964 que aprovou o Orçamento Geral da União para o exercício de 1965.

Lei nº 4.758 — de 19 de agosto de 1965.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Retifica, sem aumento de despesa, a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1965.

Lei nº 4.779 — de 28 de setembro de 1965.

Institui normas para a Programação Financeira do exercício de 1966.

Decreto nº 56.790 — de 26 de agosto de 1965.

ORDEM NACIONAL DO MÉRITO

Altera a redação de dispositivos do Decreto nº 21.854, de 25 de setembro de 1946.

Decreto nº 56.843-A — de 6 de setembro de 1965.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Aprova a Convenção nº 109, denominada "Convenção sobre salários, duração do trabalho a bordo e efetivos", adotada pela Conferência-Geral da Organização Internacional do Trabalho.

Decreto Legislativo nº 70, de 1965.

OURO

Autoriza a Empresa Brasileira de Engenharia S. A. a pesquisar ouro no município de São Félix do Xingu — Estado do Pará.

Decreto nº 56.225 — de 30 de abril de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Sivert Francisco Bartholdy a lavar ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 50.333 — de 21 de maio de 1965.

Concede à Pedreiras Harmonia Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.557 — de 9 de julho de 1965.

Autoriza a Dragagem de Ouro Limitada a pesquisar ouro e diamantes, nos municípios de Diamantina e Corinto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.635 — de 3 de agosto de 1965.

Autoriza a Dragagem de Ouro Limitada a pesquisar ouro e diamantes, nos municípios de Diamantina, Corinto e Gouveia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.670 — de 6 de agosto de 1965.

Autoriza a Dragagem de Ouro Limitada a pesquisar ouro e diamantes, nos municípios de Diamantina e Corinto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.687 — de 9 de agosto de 1965.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Misk a pesquisar diamante e ouro, no Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.735 — de 17 de agosto de 1965.

OVO

Aprova as novas especificações para a classificação e fiscalização do ovo.

Decreto nº 56.585 — de 20 de julho de 1965.

P

PAPEL DE IMPRENSA

Dispõe sobre financiamento de papel de imprensa, cria o Grupo Executivo da Indústria do Livro — GEIL — e dá outras providências.

Lei nº 4.750 — de 12 de agosto de 1965.

PARANÁ COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Paraná Companhia de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.796 — de 27 de agosto de 1965.

PARTIDOS POLITICOS

Lei Orgânica dos Partidos Políticos

Lei nº 4.740 — de 15 de julho de 1965.

PATRONATO OPERÁRIO DA GÁVEA

Declara de utilidade pública o "Patronato Operário da Gávea", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 56.809 — de 30 de agosto de 1965.

PECUÁRIA

Modifica legislação anterior sobre o uso da marca de fogo no gado bovino.

Lei nº 4.714 — de 29 de junho de 1965.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Jasanias Ribeiro de Souza a comprar pedras preciosas

Decreto nº 56.197 — de 30 de abril de 1965.

Autoriza David Albert Selim Misrahi, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 56.199 — de 30 de abril de 1965.

Autoriza Mário Fernando Adriano Franco a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 56.653 — de 5 de agosto de 1965.

Autoriza Jorge Badin a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 56.654 — de 5 de agosto de 1965.

Autoriza Sinézio Cerqueira Sampaio, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 56.655 — de 5 de agosto de 1965.

Autoriza Henrique Paulo Santos Dumont e comprar pedras preciosas.

Decreto nº 56.656 — de 5 de agosto de 1965.

Autoriza Karol Václav a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 56.657 — de 5 de agosto de 1965.

**PEDREIRA COPACABANA
LIMITADA**

Concede a Pedreira Copacabana Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.406 — de 3 de junho de 1965.

**PEDREIRA GUARATIBA
LIMITADA**

Concede à Pedreira Guaratiba Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.743 — de 17 de agosto de 1965.

**PEDREIRA MONTE CARLO
LIMITADA**

Concede a Pedreira Monte Carlo Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.558 — de 9 de julho de 1965.

**PEDREIRA PENA BRANCA
LIMITADA**

Concede a Pedreira Pena Branca Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.750 — de 18 de agosto de 1965.

PEDREIRA SANTA IRENÉIA

Concede à Pedreira Santa Irenéia Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.830 — de 2 de setembro de 1965.

PENSOES

Modifica a Lei nº 3.760, de 25 de abril de 1960, que concede a pensão especial de Cr\$ 40.000 (quarenta mil cruzeiros) à viúva e filhos do Senador Lameira Bittencourt.

Lei nº 4.685 — de 21 de junho de 1965.

Eleva a pensão especial, concedida aos herdeiros de Clóvis Bevilacqua.

Lei nº 4.719 — de 5 de julho de 1965.

Concede a pensão especial de Cr\$ 33.000 (trinta e três mil cruzeiros) mensais à viúva e filhas de Manoel Gomes da Silva.

Lei nº 4.747 — de 11 de agosto de 1965.

Concede pensão especial a ex-aluno da Escola Técnico-Profissional Almirante Ferraz, do Centro de Armamento da Marinha, do Ministério da Marinha.

Lei nº 4.748 — de 11 de agosto de 1965.

Concede pensão especial a Paulo Soares, ex-servidor do Ministério da Guerra.

Lei nº 4.774 — de 15 de setembro de 1965.

PESQUISA

(Autorização para) — Ver o nome do elemento pesquisado.

PETRÓLEO

Acrescenta parágrafo ao art. 2º, e altera a redação do § 1º, do art. 3º do Decreto nº 55.488, de 8 de janeiro de 1965.

Decreto nº 56.622 — de 29 de julho de 1965.

Cria Comissão Especial para os fins que menciona e dá outras providências.

Decreto nº 56.851 — de 10 de setembro de 1965.

**PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. —
PETROBRAS**

Revoga o Decreto nº 53.701, de 13 de março de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 56.570 — de 9 de julho de 1965.

Cria Grupo de Trabalho, junto ao Ministério das Minas e Energia, com a incumbência de rever a Lei número 4.452, de 5-11-64, e dá outras providências.

Decreto nº 56.850 — de 10 de setembro de 1965.

Prorroga, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo de que trata o artigo 4º do Decreto nº 56.570, de 9 de julho de 1965.

Decreto nº 56.852 — de 10 de setembro de 1965.

PETROQUÍMICA

Fixa diretrizes e bases para a expansão da indústria petroquímica.

Decreto nº 56.571, de 9 de julho de 1965.

PHOENIX BRASILEIRA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Concede à Phoenix Brasileira Companhia de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 56.625, de 29 de julho de 1965.

PILKINGTON BROTHERS (BRAZIL) LIMITED

Concede à sociedade Pilkington Brothers (Brazil) Limited autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 56.425, de 7 de junho de 1965.

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA

Altera a redação do art. 10 do Decreto nº 53.914, de 11 de maio de 1964, modificada pelo Decreto número 55.785, de 22 de fevereiro de 1965.

Decreto nº 56.760, de 9 de agosto de 1965.

PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

Partes, mantidas pelo Congresso Nacional, do projeto que se transformou na Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964, que aprova o Plano Nacional de Viação.

Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

PODER JUDICIÁRIO

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, o crédito especial de Cr\$ 313.372.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 56.501, de 23 de junho de 1965.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí — o crédito e especial de Cr\$ 13.500 (treze mil e quinhentos cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto nº 56.546, de 7 de julho de 1965.

— Abre ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 660.814 (seiscentos e sessenta mil, oitocentos e quatorze cruzeiros) para atender a pagamentos com exercícios findos a funcionários (salário, ajuda de custo, diárias, etc.), e a firmas por fornecimento de material e serviços prestados.

Decreto nº 56.727, de 16 de agosto de 1965.

— Retifica o art. 1º, item VII, do Decreto nº 55.181, de 19 de fevereiro de 1965.

Decreto nº 56.751, de 18 de agosto de 1965.

POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL

Aprova o Regulamento Geral da Polícia do Distrito Federal.

Decreto nº 56.511, de 28 de junho de 1965.

POLIGONO DAS SECAS

Inclui, no Polígono das Secas, o Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia e dá outras providências.

Lei nº 4.763, de 30 de agosto de 1965.

PRÁTICOS DA ARMADA

Cria o Quadro de Práticos da Armada e dá outras providências.

Lei nº 4.713, de 29 de junho de 1965.

PREÇOS MÍNIMOS

Altera o art. 1º do Decreto número 56.290, de 17-5-65.

Decreto nº 56.603, de 22 de julho de 1965.

— Fixa os preços mínimos básicos para o financiamento ou aquisição de algodão, amendoim das águas, arroz, feijão das águas, milho e soja, de produção nacional, das regiões central e meridional do País, para a safra de 1965-66.

Decreto nº 56.822, de 1 de setembro de 1965.

PREFEITURAS

Dispõe sobre transferência de próprio nacional ao Estado de Minas Gerais e à Prefeitura de Belo Horizonte.

Lei nº 4.707, de 28 de junho de 1965.

— Revoga o art. 2º da Lei número 1.924-A, de 29 de dezembro de 1949, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Prefeitura de Salvador, Estado da Bahia, uma área de terreno para fim de utilidade pública.

Lei nº 4.708, de 28 de junho de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a permutar um terreno de propriedade da União Federal por outros pertencentes ao Município de Guarapuava — Estado do Paraná.

Lei nº 4.715, de 29 de junho de 1965.

— Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos em prestações.

Lei nº 4.778, de 22 de setembro de 1965.

— Outorga ao Município de Luiz Correia, Estado do Piauí, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.176, de 29 de abril de 1965.

— Transfere de Carlos Germano Nitz para o Município de Afonso Claudio a concessão para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica no Distrito de Serra Pelada.

Decreto nº 56.194, de 29 de abril de 1965.

— Transfere de Valentim Huebra Sanches para o Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, concessão para produzir e distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.195, de 29 de abril de 1965.

— Outorga ao Município de Curupuru, Estado do Maranhão, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.341, de 21 de maio de 1965.

— Restringe a zona de concessão da Prefeitura Municipal de Iporá e outorga à Centrais Elétricas de Goiás S.A. — CELG, concessão para distribuir energia elétrica no Município de Japaci, Estado de Goiás.

Decreto nº 56.450, de 9 de junho de 1965.

— Dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto nº 54.463, de 14 de outubro de 1964.

Decreto nº 50.537, de 5 de julho de 1965.

— Autoriza o Município de Resplendor a construir uma linha de transmissão.

Decreto nº 56.539, de 5 de julho de 1965.

— Transfere do Município de Sacramento para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.540, de 5 de julho de 1965.

— Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação do terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Irecê, no Estado da Bahia.

Decreto nº 56.620, de 29 de julho de 1965.

— Outorga ao Município de Tarauacá, Estado do Acre, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.692, de 9 de agosto de 1965.

— Transfere do Município de Vitória da Conquista para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.739, de 17 de agosto de 1965.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões, trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), a órgãos subordinados à Presidência da República e a diversos Ministérios.
 Lei nº 4.702, de 28 de junho de 1965.

— *Dispõe sobre a concessão de gratificação pela representação de gabinete na Presidência da República e nos Gabinetes Ministeriais.*

Decreto nº 56.597, de 21 de julho de 1965.

— *Dispõe sobre a concessão de gratificação pela representação de gabinete.*

Decreto nº 56.598, de 21 de julho de 1965.

— *Aprova o Regimento do Gabinete Militar da Presidência da República.*

Decreto nº 56.788, de 25 de agosto de 1965.

PRESTACÃO DE ALIMENTOS NO ESTRANGEIRO

Promulga a Convenção sobre prestação de alimentos no estrangeiro.

Decreto nº 56.826, de 2 de setembro de 1965.

PREVIDENCIA SOCIAL

Dispõe sobre a prestação de assistência médica e à maternidade aos trabalhadores rurais.

Decreto nº 56.619, de 28 de julho de 1965.

— *Dispõe sobre peculiaridades das instituições de previdência social, a que se refere o art. 110 da Lei número 4.320, de 17 de março de 1964.*

Decreto nº 58.895, de 22 de setembro de 1965.

PRODUTIVIDADE

Cria estímulos ao aumento de produtividade e à contenção de preços e dá outras providências.

Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965.

PRODUTOS ALIMENTARES

Institui estímulos ao desenvolvimento da Indústria de Produtos Alimentares.

Decreto nº 56.551, de 8 de julho de 1965.

PRODUTOS NACIONAIS

Regulamenta a Lei nº 4.669, de 3 de junho de 1965.

Decreto nº 56.702, de 9 de agosto de 1965.

PROMOÇÃO COMERCIAL NO EXTERIOR

Regulamenta a Lei nº 4.669, de 3 de junho de 1965.

Decreto nº 56.702, de 9 de agosto de 1965.

PROPOSTA ORÇAMENTARIA

Institui normas para a Programação Financeira do exercício de 1966.

Decreto nº 56.790 — De 26 de agosto de 1965.

PROVÍNCIA CARMELITA DE SANTO ELIAS

Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para a importação de objetos doados pela Holanda à Província Carmelita de Santo Elias.

Lei nº 4.735 — de 14 de julho de 1965.

Q

QUARTZITO

Autoriza a Companhia Minas da Passagem a pesquisar quartzito, no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.559 — De 9 de julho de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Teixeira de Carvalho a pesquisar quartzito, no município de Prados, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.637 — de 4 de agosto de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Anlônio da Silva Velho a pesquisar quartzo, no Município de Prados, Estado de Minas Gerais.

Decreto Nº 56.643 — De 5 de agosto de 1965.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Ferreira da Cruz a pesquisar quartzo, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.

Decreto Nº 56.313 — De 21 de maio de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro José Pinto dos Santos a pesquisar quartzo e mica, no município de São José da Safira, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.416 — de 4 de junho de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro José Carlevatto a pesquisar caulim, feldspato e quartzo, no município de Sororro, Estado de São Paulo.

Decreto Nº 56.641 — De 5 de agosto de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Valente Ferreira a pesquisar quartzo e areia quartzosa, no município de Paulo Cândido, Estado de Minas Gerais.

Decreto Nº 56.646 — De 5 de agosto de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo Joaquim de Souza a pesquisar caulim, feldspato e quartzo, nos municípios de Monte Alegre do Sul e Píthalzinho, Estado de São Paulo.

Decreto Nº 56.761 — de 20 de agosto de 1965.

R

RAÇÃO COMUM

Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa, em suas diferentes modalidades, e dos Complementos a

Ração Comum das Forças Armadas, para o segundo semestre de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 56.612 — de 23 de julho de 1965.

RADIODIFUSÃO

Renova a concessão outorgada à Rádio Cultura da Bahia S. A., pelo Decreto nº 26.470-49.

Decreto nº 55.227 — de 15 de dezembro de 1964.

Renova a concessão outorgada para execução de serviço de radiodifusão.

Decreto nº 55.873 — de 29 de março de 1965.

Outorga concessão à Rádio Educadora de Piracicaba Limitada para estabelecer uma estação de radiodifusão.

Decreto nº 56.375 — de 31 de maio de 1965.

Renova concessão de serviço de radiodifusão a Rádio Iracema de Fortaleza S. A.

Decreto nº 56.487 — de 18 de junho de 1965.

Regula a fiscalização dos serviços concedidos de radiodifusão e de sons e imagens.

Decreto nº 56.552 — de 3 de julho de 1965.

Declara a caducidade de concessões outorgadas a Rádio S. A. Mayrink Veiga pelo Decreto nº 1.285, de 23 de dezembro de 1936, prorrogado pelo Decreto nº 28.595, de 2 de setembro de 1950, e Decretos ns. 30.432, de 22 de janeiro de 1952 e 37.769, de 18 de maio de 1955.

Decreto nº 56.614 — de 26 de julho de 1965.

Outorga concessão à "Rádio Televisão Iguagu S. A." para instalar uma emissora de radiodifusão de sons e imagens (televisão).

Decreto nº 56.713 — de 12 de agosto de 1965.

Outorga concessão à Campos Difusora Limitada.

Decreto nº 56.717 — de 12 de agosto de 1965.

Outorga de concessão à Emissora Rio São Francisco Ltda., para instalar uma estação radiodifusora, em onda tropical.

Decreto nº 56.756 — de 20 de agosto de 1965.

Outorga concessão à Televisão Itapoan S. A., para instalar uma emissora de radiodifusão de sons e imagens (televisão).

Decreto nº 56.765 — de 20 de agosto de 1965.

Outorga concessão à Rádio Liberdade de Caruaru para instalar uma estação de radiodifusão de sons.

Decreto nº 56.846 — de 9 de setembro de 1965.

Outorga concessão à Universidade Federal de Goiás, Estado de Goiás, para instalar uma emissora de radiodifusão de sons.

Decreto nº 56.876 — de 16 de setembro de 1965.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA

Aprova o aumento de capital social e alteração do artigo 7º dos Estatutos Sociais da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

Decreto nº 56.847 — de 9 de setembro de 1965.

REFINAÇÕES DE MILHO, BRAZIL

Concede à sociedade anônima Refinações de Milho, Brazil autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 56.609 — de 23 de julho de 1965.

REFORMA AGRÁRIA

Dispõe sobre a criação de área prioritária de emergência para fins de Reforma Agrária, e dá outras providências.

Decreto nº 56.583 — de 19 de julho de 1965.

Dispõe sobre a criação de área prioritária e de emergência para fins de Reforma Agrária, e dá outras providências.

Decreto nº 56.595 — de 27 de agosto de 1965.

REGIMENTOS

Aprova e manda executar o Regimento Interno da Seção de Segurança Nacional, do Ministério da Saúde.

Decreto nº 56.202 — de 30 de abril de 1965.

Estabelece novo regimento para o Gabinete Civil da Presidência da República.

Decreto nº 56.596 — de 21 de julho de 1965.

Aprova o Regimento do Gabinete Militar da Presidência da República.

Decreto nº 56.788 — de 25 de agosto de 1965.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Transportes, criado pela Lei nº 4.563, de 11 de dezembro de 1964.

Decreto nº 56.328 — de 3 de setembro de 1965.

Altera o Regimento da Concessão de Classificação de Cargos.

Decreto nº 56.887, de 20 de setembro de 1965.

REGISTRO DO COMÉRCIO

Dispõe sobre os Serviços do Registro do Comércio e Atividades afins, e dá outras providências.

Lei nº 4.726 — de 13 de julho de 1965.

REGISTROS GENEALÓGICOS

Dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no País.

Lei nº 4.716 — de 20 de junho de 1965.

REGULAMENTOS

Regula a ação popular.

Lei nº 4.717 — de 29 de junho de 1965.

Aprova o Regulamento do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto nº 56.132 — de 27 de abril de 1965.

Aprova o Regulamento da Taxa de Serviços Federais.

Decreto nº 56.288 — de 17 de maio de 1965.

Aprova o Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.

Decreto nº 56.510 — de 28 de junho de 1965.

Aprova o Regulamento Geral da Polícia do Distrito Federal.

Decreto nº 56.511 — de 28 de junho de 1965.

Regulamenta a Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965, que cria o Fundo do Exército.

Decreto nº 56.534 — de 5 de julho de 1965.

Modifica o Regulamento da Comissão Nacional de Assistência Técnica para incluir na mesma o Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto nº 58.549 — de 8 de julho de 1965.

Aprova o Regulamento para o Centro de Sinalização Náutica e Reparos "Almirante Moraes Rêgo".

Decreto nº 56.566 — de 9 de julho de 1965.

Altera a redação dos artigos 4º, 5º e 6º do Regulamento para as Casas do Marinheiro, aprovado pelo Decreto nº 50.644, de 24 de maio de 1961.

Decreto nº 56.573 — de 9 de julho de 1965.

Altera a redação dos artigos 58, § 2º e 76 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto nº 205, de 23 de novembro de 1961.

Decreto nº 56.573-A — de 9 de julho de 1965.

Acrescenta mais um parágrafo ao artigo 20 do Regulamento do Quadro de Oficiais de Administração e do Quadro de Oficiais Especialistas, aprovado pelo Decreto nº 42.251, de 6 de setembro de 1957.

Decreto nº 56.576 — de 16 de julho de 1965.

Acresce parágrafo único ao art. 28 do Regulamento para os Grandes Comandos — R/163.

Decreto nº 56.594 — de 21 de julho de 1965.

Altera dispositivo do Regulamento do Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários.

Decreto nº 56.599 — de 22 de julho de 1965.

Altera o Decreto nº 55.090-A, de 23 de novembro de 1964 — Regulamento da Lei de Promoções de Oficiais do Exército.

Decreto nº 56.615 — de 26 de julho de 1965.

Altera o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

Decreto nº 56.626 — de 29 de julho de 1965.

Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

Decreto nº 56.697 — de 9 de agosto de 1965.

Altera, suprime e acrescenta dispositivos no RCPSA, aprovado pelo Decreto nº 205, de 23 de novembro de 1961.

Decreto nº 56.699 — de 9 de agosto de 1965.

Altera dispositivos do Regulamento para o Comando de Zona Aérea.

Decreto nº 56.718 — de 12 de agosto de 1965.

Altera dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 55.866, de 25 de março de 1965.

Decreto nº 56.720 — de 13 de agosto de 1965.

Dá nova redação ao art. 41 do Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Decreto nº 56.755 — de 19 de agosto de 1965.

Aprova o Regulamento do Imposto de Consumo.

Decreto nº 56.791 — de 26 de agosto de 1965.

Regulamenta o Fundo Agroindustrial de Re conversão — FUNAR — criado pelo art. 120 do Estatuto da Terra.

Decreto nº 56.708 — de 27 de agosto de 1965.

Altera os artigos 4º, 5º e 10 do Regulamento do Gabinete do Ministro da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 377, de 19 de dezembro de 1961.

Decreto nº 56.906 — de 28 de setembro de 1965.

Suspende a exigência do nº 3 do parágrafo único do art. 77 do RE-PROMAER, na forma que menciona.

Decreto nº 56.907 — de 28 de setembro de 1965.

RELAÇÕES COMERCIAIS

Promulga o Acôrdio de Comércio e Pagamentos com a União Soviética.

Decreto nº 56.521 — de 29 de junho de 1965.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

Decreto nº 56.435 — de 8 de junho de 1965.

REMESSA DE VALORES PARA O EXTERIOR

Prorroga o prazo de que trata o § 2º do art. 9º, da Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964.

Decreto nº 58.889 — de 30 de setembro de 1965.

RODOVIAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Lei nº 4.744 — de 10 de julho de 1965.

Dá nova organização e designação à Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília — RODOBRAS.

Decreto nº 56.465 — de 15 de junho de 1965.

Dispensa o Ministério da Guerra de encargos relativos à Rodovia BR-11.

Decreto nº 56.550 — de 8 de julho de 1965.

Extingue a Comissão de Estradas de Rodagem nº 5 (Cuiabá-MT) e transfere seu acervo para o 5º Batalhão de Engenharia de Construção em Porto Velho — RD.

Decreto nº 56.630 — de 30 de julho de 1965.

Altera o art. 1º do Decreto número 55.552, de 12 de janeiro de 1965.

Decreto nº 56.800 — de 27 de agosto de 1965.

Dispensa o Ministério da Guerra de encargos relativos à Rodovia BR-32.

Decreto nº 56.834 — de 3 de setembro de 1965.

S

S. S. WHITE DENTAL MANUFACTURING COMPANY OF BRAZIL

Concede à sociedade anônima S. S. White Dental Manufacturing Company of Brazil autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 56.610 — de 23 de julho de 1965.

SANTA CASA DE CARIDADE DE BAGÉ

Declara de utilidade pública a Santa Casa de Caridade de Bagé, com sede em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.496 — de 21 de junho de 1965.

**SANTOS, NOGUEIRA MINÉRIOS
SOCIEDADE ANÔNIMA**

Concede.. à Santos, Nogueira Minérios S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.733 — de 17 de agosto de 1965.

**SÃO CRISTOVÃO COMPANHIA
NACIONAL DE SEGUROS
GERAIS**

Concede à São Cristovão Companhia Nacional de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 56.721 — de 13 de agosto de 1965.

SAPS

Ver: Serviço de Alimentação da Previdência Social.

SEGUROS

Altera o artigo 1º, do Decreto número 45.942, de 29 de abril de 1959.

Decreto nº 56.696 — de 9 de agosto de 1965.

SEMANA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (II)

Constitui, junto ao Ministério da Agricultura, a Comissão Executiva das Comemorações da II Semana Mundial de Alimentação e Agricultura.

Decreto nº 56.904 — de 24 de setembro de 1965.

SEMENTES

Dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e dá outras providências.

Lei nº 4.727 — de 13 de julho de 1965.

**SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Transferência de imóvel do Instituto Brasileiro do Café para o Serviço de Alimentação da Previdência Social.

Decreto nº 56.817 — de 1º de setembro de 1965.

**SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E SE-
GURO SOCIAL DOS ECONOMIÁ-
RIOS**

Aprova o Orçamento do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas.

Decreto nº 56.598 — de 22 de junho de 1965.

**SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉ-
DICA DOMICILIAR E DE UR-
GÊNCIA (SANDU)**

Autoriza o SANDU a prover os empregos os empregos que menciona no Pôsto de Belém, no Estado do Pará.

Decreto nº 56.703 — de 10 de agosto de 1965.

**SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA
UNIÃO**

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.507 — de 28 de junho de 1965.

SERVIÇO JURÍDICO DA UNIÃO

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.531 de 8 de dezembro de 1964, que fixa os vencimentos de Membros do Ministério Público Federal, e do Serviço Jurídico da União e dá outras providências.

Lei nº 4.331 — de 8 de dezembro de 1964.

SERVIÇO MILITAR

Retifica vários dispositivos da Lei número 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar).

Lei nº 4.754 — em 18 de agosto de 1965

**SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA
UNIÃO**

Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

Lei nº 4.769 — em 9 de setembro de 1965.

Altera a redação do artigo 3º do Decreto nº 54.003, de 3 de julho de 1964.

Decreto nº 56.875 — de 15 de setembro de 1965.

SIDERURGICA SÃO SEBASTIÃO DE ITATIATUSSU S. A.

Concede a Siderúrgica São Sebastião de Itatiatussu S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.561 — de 9 de julho de 1965.

SINALIZAÇÃO NAUTICA

Cria o Centro de Sinalização Náutica e Reparos "Almirante Moraes Rêgo".

Decreto nº 56.565 — de 9 de julho de 1965.

Aprova o Regulamento para o Centro de Sinalização Náutica e Reparos "Almirante Moraes Rêgo".

Decreto nº 56.566 — de 9 de julho de 1965.

SISAL

Altera o Art. 1º do Decreto número 56.290, de 17-5-65.

Decreto nº 56.603 — de 22 de julho de 1965.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE SEGUROS GERAIS LLOYD INDUSTRIAL SUL AMERICANO.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Sociedade Anônima de Seguros Gerais Lloyd Industrial Sul Americano, relativas a extensão das operações de seguros e resseguros no Ramo Vida e ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.349 — de 24 de maio de 1965.

SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO JOÃO DA CRUZ

Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita de imóvel que menciona, situado no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.962 — de 20 de abril de 1965.

SOCIEDADE EDUCADORA NOSSA SENHORA DA PIEDADE

Declara de utilidade pública a "Sociedade Educadora Nossa Senhora da Piedade", com sede na Estação da Guanabara.

Decreto nº 56.298 — de 19 de maio de 1965.

SOCIEDADES ANÔNIMAS

Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Lei nº 4.728 — de 14 de julho de 1965.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Consolida a matéria contida nos Decretos ns. 55.738, de 4 de fevereiro de 1965, e 55.955, de 20 de abril de 1965, estabeleça o processo de venda dos imóveis de que trata o artigo 65 e §§ da Lei número 4.330, de 21 de agosto de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 56.793 — de 27 de agosto de 1965.

SOJA

Fixa os preços mínimos básicos para o financiamento ou aquisição de algodão, amendoim das águas, arroz, feijão das águas, milho e soja, de produção nacional, das regiões central e meridional do País, para a safra 1965-66.

Decreto nº 56.822 — de 1º de setembro de 1965.

SONEGAÇÃO FISCAL

Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.

Lei nº 4.729 — de 14 de julho de 1965.

SÚDITOS DO EIXO

Autoriza o Ministério da Fazenda a emitir, até Cr\$ 100.000.000 em títulos da Dívida Pública Interna Fundada, para indenizações a súditos do Eixo.

Decreto nº 56.472 — de 16 de junho de 1965.

**SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO
S. A.**

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Sul América Capitalização S.A., relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.816 — de 31 de agosto de 1965.

SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Sul América Companhia Nacional de Seguros de Vida, relativa ao aumento dos honorários, da Diretoria.

Decreto nº 56.710 — de 11 de agosto de 1965.

SUL AMÉRICA TERRESTRES, MARÍTIMOS E ACIDENTES COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes, Companhia de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.709 — de 11 de agosto de 1965.

SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL — Ver: Empresas Incorporadas.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PÊSCA (SUDEPE)

Fixa o valor das gratificações de representação de Gabinete para atender, provisoriamente, aos encargos de direção, chefia e assessoramento da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), e de outras providências.

Decreto nº 56.505 — de 25 de junho de 1965.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE — Ver: Nordeste

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA — Ver: Amazônia

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA FRONTEIRA SUDOESTE DO PAÍS — Ver: Fronteira Sudoeste do País

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO (SUNAB)

Dispõe sobre o pagamento de pessoal, mediante recibo, da Superintendência Nacional de Abastecimento — (SUNAB) e da Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

Decreto nº 56.807 — de 30 de agosto de 1965.

— *Dispõe quanto a pagamento de encargos de Direção, Chefia, Assessoramento e Secretariado da Superintendência Nacional do Abastecimento, pela verba de Gratificação de Representação de Gabinete.*

Decreto nº 56.855 — de 18 de setembro de 1965.

T

TAXA DE SERVIÇOS FEDERAIS

Aprova o Regulamento da Taxa de Serviços Federais.

Decreto nº 56.283 — de 17 de maio de 1965.

TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO

Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

Lei nº 4.769 — de 9 de setembro de 1965.

TELEVISÃO

Regula a fiscalização dos serviços concedidos de radiodifusão e de sons e imagens.

Decreto nº 56.552 — de 8 de julho de 1965.

TEMPO INTEGRAL

Altera o Decreto nº 54.061, de 28 de julho de 1964, que regulamenta o Regime de Tempo Integral e dedicação exclusiva.

Decreto nº 56.730 — de 16 de agosto de 1965.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Autoriza a abertura do Crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para atender a despesas com o Território Federal do Amapá, referente a exercícios anteriores.

Lei nº 4.751 — de 12 de agosto de 1965.

TERRENO DE MARINHA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado em 20 de novembro de 1957, entre a União Federal e a Companhia Ultragás S. A.

Decreto Legislativo nº 67, de 1965.

Autoriza estrangeira a adquirir, em regularização de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.961 — de 20 de abril de 1965.

Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de terreno nacional interior que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 56.198 — de 30 de abril de 1965.

Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 56.418 — de 4 de abril de 1965.

THE CEARÁ TRAMWAY, LIGHT AND POWER COMPANY LIMITED

Cria Comissão Especial para o fim que especifica.

Decreto nº 56.726 — de 16 de agosto de 1965.

TRE PRUDENTIAL ASSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à The Prudential Assurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações no País.

Decreto nº 56.134 — de 27 de abril de 1965.

THE TOKIO MARINE & FIRE IN- SURANCE COMPANY LIMITED

Concede à The Tokio Marine & Fire Insurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 56.444 — de 9 de junho de 1965.

THE YORKSHIRE INSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à The Yorkshire Insurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações no País.

Decreto nº 56.136 — de 27 de abril de 1965.

TÍTULOS DE CRÉDITO

Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Lei nº 4.728 — de 14 de julho de 1965.

TRABALHADOR MENOR

Dá nova redação ao § 3º do art. 2º do Decreto nº 31.546, de 1952.

Decreto nº 56.582 — de 19 de julho de 1965.

TRABALHADOR RURAL

Dispõe sobre a prestação de assistência médica e a maternidade aos trabalhadores rurais.

Decreto nº 56.619 — de 28 de julho de 1965.

TRABALHO A BORDO

Aprova a Convenção nº 109, denominada "Convenção sobre salários, duração do trabalho a bordo e efetivos", adotada pela Conferência-Geral da Organização Internacional do Trabalho.

Decreto Legislativo nº 70, de 1965.

TRABALHO AOS DOMINGOS E FERIADOS

Inclui a indústria de acumuladores elétricos entre as atividades em que é permitido o trabalho aos domingos e feriados.

Decreto nº 56.533 — de 5 de julho de 1965.

TRABALHO MARÍTIMO

Estabelece normas a serem observadas pelos Conselhos Regionais do Trabalho Marítimo na elaboração da regulamentação local do trabalho dos vigias portuários e das outras providências.

Decreto nº 56.467 — de 15 de junho de 1965.

Revoga o art. 2º do Decreto número 39.078, de 19 de outubro de 1951.

Decreto nº 56.707 — de 10 de agosto de 1965.

TRÁFICO DE ESCRAVOS

Autoriza o Governo Brasileiro a aderir à Convenção sobre a Escravidão, assinada em Genebra em 25 de setembro de 1926 e emendada pelo protocolo aberto à assinatura ou à aceitação em 7 de dezembro de 1953, e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e das instituições e Práticas Análogas à Escravidão, firmada em Genebra a 7 de setembro de 1956.

Decreto Legislativo nº 66, de 1965.

TRANSPORTE AÉREO

Aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual", assinado em Guadalajara, México, a 18 de setembro de 1961.

Decreto Legislativo nº 35, de 1965.

TRATADOS

Aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de 1938, sobre a Ligação Ferroviária com a Bolívia, firmado em La Paz em 23 de julho de 1964.

Decreto Legislativo nº 79, de 1965.

TRATORES

Estabelece obrigatoriedade de ensaios prévios para tratores, implementos e seus órgãos ativos, máquinas e ferramentas agrícolas, de importação, montagem ou fabricação no país, e das outras providências.

Decreto nº 56.690 — de 9 de agosto de 1965.

TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

Fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e das outras providências.

Lei nº 4.721 — de 9 de julho de 1965.

Fixa os valores dos símbolos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, e das outras providências.

Lei nº 4.741 — de 15 de julho de 1965.

U

UNIÃO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da União do Comércio e Indústria Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.652 — de 5 de agosto de 1965.

UNIÃO DOS FERROVIÁRIOS DO BRASIL

Suspende as atividades da União Ferroviários do Brasil — Diretoria Regional da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

Decreto nº 56.867 — de 14 de setembro de 1965.

UNIVERSIDADES

Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais.

Lei nº 4.579 — de 20 de agosto de 1965.

Concede a inclusão da Escola de Serviço Social, anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Lei nº 4.764, de 30 de agosto de 1965.

Classifica provisoriamente as funções gratificadas das Universidades Federais e dá outras providências.

Decreto nº 51.391 — de 10 de janeiro de 1965.

Retifica o enquadramento da Universidade de Minas Gerais, aprovado pelo Decreto nº 51.359, de 24 de novembro de 1961.

Decreto nº 56.470 — de 16 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor e por conta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, imóveis situados em Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.606 — de 23 de julho de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor e por conta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, imóveis situados no bairro de Boa Viagem, 3º subdistrito do 1º distrito do Município de Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.607 — de 23 de julho de 1965.

Aprova o Orçamento da Universidade de Juiz de Fora.

Decreto nº 56.731 — de 17 de agosto de 1965.

Transformação de função gratificada para cargo de provimento em comissão.

Decreto nº 56.732 — de 17 de agosto de 1965.

Concede reconhecimento ao curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.869 — de 15 de setembro de 1965.

Concede reconhecimento aos cursos da Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.870 — de 15 de setembro de 1965.

USINA GOVERNADOR JORGE LACERDA

Dá a denominação de "Usina Governador Jorge Lacerda" à usina termelétrica de Capivari-Tubarão, Estado de Santa Catarina, construída pela SOTELCA.

Lei nº 4.718 — de 6 de julho de 1965.

UTILIDADE PÚBLICA
(DECLARAÇÃO)

Declara de utilidade pública o Hospital Nossa Senhora da Conceição de Para de Minas, com sede em Para de Minas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.294 — de 19 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública a Biblioteca Cultural Altino Arantes, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.949 — de 19 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública o Centro Espirita João Moreira, com sede em Capivari, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.295 — de 19 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública o Centro dos Retalhistas, com sede em Fortaleza, Estado do Ceará.

Decreto nº 56.296 — de 19 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública a "Sociedade Educadora Nossa Senhora da Piedade", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 56.298 — de 19 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Hospital Beatriz Ramos", com sede em Indaial, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.301 — de 19 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública a Fundação Nilo Carvalho com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.302 — de 19 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública o "Instituto Maria", com sede em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.482 — de 18 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública a Fundação Bial de São Paulo, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.486 — de 19 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública a "Conferência de São Vicente de Paulo de Goiânia", com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás.

Decreto nº 56.488 — de 18 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente, Sopa dos Pobres, com sede em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.489 — de 18 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública o "Hospital de Caridade e Beneficência de Cachoeira do Sul", com sede em Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.493 — de 21 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública o "Colégio Nossa Senhora Auxiliadora", com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.494 — de 21 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública o Lar São Joaquim, com sede no Município de Valinhos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.495 — de 21 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública a Santa Casa de Caridade de Bage, com sede em Bage, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.496 — de 21 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública a "Associação de Educação Familiar e Social do Rio Grande do Sul", com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.497 — de 21 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública áreas de terra situadas nos Municípios de Caconde, Estado de São Paulo, Poços de Caldas e Botelhos, Estado de Minas Gerais e autoriza a Companhia Hidrelétrica do Rio Parão a desapropriá-las.

Decreto nº 56.535 — de 5 de julho de 1965.

Declara de utilidade pública a Sociedade Escolar de Santa Cruz, com sede em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.578 — de 19 de julho de 1965.

Declara de utilidade pública a "Irmãmandade do Hospital de Nossa Senhora das Dores", com sede em Poções Nova, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.753 — de 19 de agosto de 1965.

Declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano", com sede em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.787 — de 25 de agosto de 1965.

Declara de utilidade pública o "Patronato Operário da Gávea", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 56.809 — de 30 de agosto de 1965.

Declara de utilidade pública o "Ginásio Santo Antônio", com sede em Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.868 — de 14 de setembro de 1965.

Declara de utilidade pública o "Instituto Mau de Tecnologia", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.881 — de 20 de setembro de 1965.

V

VERA CRUZ COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Vera Cruz Companhia Brasileira de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.426 — de 7 de junho de 1965.

VERMICULITA

Renova a autorização concedida pelo Decreto nº 1.637, de 23 de novembro de 1962.

Decreto nº 56.781 — de 28 de agosto de 1965.

VIGIAS PORTUÁRIOS

Estabelece normas a serem observadas pelos Conselhos Regionais do Trabalho Marítimo na elaboração da regulamentação local do trabalho dos vigias portuários e da outras providências.

Decreto nº 56.467 — de 15 de junho de 1965.

VIOLANI & CIA. LTDA.

Concede à Violani & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.404 — de 3 de junho de 1965.

VISCONDE DE ITABORAÍ COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Concede a Visconde de Itaboraí Companhia de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 53.355 — de 24 de maio de 1965.

VISITAS DE NAVIOS DE GUERRA ESTRANGEIROS

Aprova as "Regras para visitas de navios de guerra estrangeiros aos portos e águas do Brasil em tempo de paz".

Decreto nº 56.515 — de 23 de junho de 1965.

VISTO CONSULAR

Exclui do regime de previo licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares.

Lei nº 4.731 — de 14 de julho de 1965.

W. M. JACKSON, INC.

Concede à sociedade anônima W. M. Jackson, Inc. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 56.443 — de 9 de junho de 1965.

WESTINGHOUSE ELECTRIC COMPANY S. A.

Concede à sociedade Westinghouse Electric Company S. A., autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 56.877 — de 16 de setembro de 1965.

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1965 — VOLUME VII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1966

CÂMARA DOS DEPUTADOS
BIBLIOTECA

Compra Cr\$ 4.000

Imprensa Nacional

23-6-66 66/1777

Figuram neste volume o Ato Institucional, as Emendas Constitucionais, os Atos Complementares, o Decreto-lei, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no quarto trimestre de 1965, foram publicados no D.O. até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Págs.		Págs.	
1) <i>Ato Institucional</i>		5) <i>Decretos Legislativos</i>		
2 — Ato Institucional — Publicado no D.O. de 27-10 e reproduzido no de 5-11-65 ..	4	88 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Carlos Grandino, em 31 de outubro de 1950. — Publicado no D.O. de 25-10-65	27	
2) <i>Emendas Constitucionais</i>		89 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina — Publicado no D.O. de 27-10-65		27
16 — Emenda Constitucional — Publicada no D.O. de 6-12-65	9	90 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 2 de julho de 1956, aditivo ao contrato celebrado, em 27 de fevereiro de 1956, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, através do Ministério da Aeronáutica, e José Gomes Figueira — Publicado no D.O. de 5-11-65	28	
17 — Emenda Constitucional — Publicada no D.O. de 6-12-65	12	91 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato — escritura de compra e venda, de		
18 — Emenda Constitucional — Publicada no D.O. de 6-12-65	14			
19 — Emenda Constitucional — Publicada no D.O. de 13-12-65	18			
3) <i>Ato Complementares</i>				
1 — Ato Complementar — Publicado no D. O. de 27-10-65.	19			
2 — Ato Complementar — Publicado no D.O. de 1-11-65 ..	19			
3 — Ato Complementar — Publicado no D.O. de 4-11-65 ..	20			
4 — Ato Complementar — Publicado no D.O. de 22-11-65..	21			
5 — Ato Complementar — Publicado no D.O. de 13-12-65	23			
4) <i>Decretos-leis</i>				
1 — Decreto-lei de 13 de novembro de 1965 — Institui o cruzeiro novo e dá outras providências — Publicado no D.O. de 17-11 e retificado no de 23-11-65	23			

	Págs.		Págs.
9 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e a Colonizadora e Madeireira Bandeirante Ltda., como outorgada compradora. — Publicado no D.O. de 5 e reproduzido no de 11-11-65	28	97 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova o Acórdão que estabelece um regime provisório aplicável a um sistema comercial mundial de comunicações por satélite, e respectivo Acórdão Especial, concluídos em Washington, a 20 de agosto de 1964, e assinados pelo Brasil a 4 de fevereiro de 1965. — Publicado no D.O. de 9-12-65	30
92 — Decreto Legislativo de 1965 — Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União da revisão dos proventos da inatividade concedida ao extranumerário Olívio Thiago de Melo, aposentado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. — Publicado no D.O. de 19-11-65	28	98 — Decreto Legislativo de 1965 — Determina o registro do contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1951, entre o Governo Federal e Francisco Moreno da Silva e sua mulher Maria do Carmo Oliveira. — Publicado no D.O. de 9 de dezembro de 1965	31
93 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de compra e venda celebrado, em 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Nunzio Briguglio, como outorgado comprador — Publicado no D.O. de 29-11-65...	29	99 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do registro a termo de 5 de abril de 1954, aditivo ao acórdão celebrado em 1 de abril de 1953, entre o Governo da União e o do Estado da Bahia — Publicado no D.O. de 9 de dezembro de 1965	31
94 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo aditivo de contrato celebrado em 9 de setembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e a Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mocha Nacional. — Publicado no D. O. de 29-11-65	29	100 — Decreto Legislativo de 1965 — Determina o registro de contrato de empréstimo, aos recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Pará, em 24 de maio de 1963. — Publicado no D. O. de 9-12-65	31
95 — Decreto Legislativo de 1965 — Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País. — Publicado no D.O. de 30-11-65 ...	30	101 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova o texto do Protocolo firmado pelo Brasil em Washington, em 19 de abril de 1965, que prorroga o Acórdão Internacional do Trigo de 1962. — Publicado no D. O. de 9-12-65	32
96 — Decreto Legislativo de 1965 — Aprova o Acórdão sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Argentina, firmado em 2 de junho de 1948. — Publicado no D.O. de 9-12-65	30	102 — Decreto Legislativo de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato-escritura de compra e venda, celebrado em 27 de novembro de 1948, entre a Superinten-	

Págs.		Págs.
	dência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e a firma M. Lupion & Companhia. — Publicado no D. O. de 8-12-65	32
103	— Decreto Legislativo de 1965 — Determina o registro do contrato celebrado, em 3 de maio de 1961, entre o Ministério da Fazenda e a Companhia de Cimento Portland Cauê. — Publicado no D. O. de 13-12-65	32
LEIS		
4.785	— Lei de 6 de outubro de 1965 — Dispõe sobre a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 11 e retificada no de 15-10-65	33
4.786	— Lei de 6 de outubro de 1965 — Concede isenção de impostos para importação de bens destinados ao desenvolvimento da indústria mecânica de precisão. — Publicada no D. O. de 11-10-65	34
4.787	— Lei de 6 de outubro de 1965 — Autoriza a abertura do crédito suplementar, pelo Ministério da Fazenda, de Cr\$ 292.468.000 e torna inaplicável igual montante no Orçamento vigente, em dotações que especifica. — Publicada no D. O. de 11-10-65	34
4.788	— Lei de 13 de outubro de 1965 — Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 4.269.970.880 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), a diversos Ministérios, ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União. — Publicada no D. O. de 15-10-65	35
4.789	— Lei de 14 de outubro de 1965 — Dispõe sobre o Serviço Nacional de Recenseamento e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 18 e retificada no de 22-10-65	37
4.790	— Lei de 20 de outubro de 1965 — Fixa novos valores dos símbolos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 21-10-65	39
4.791	— Lei de 20 de outubro de 1965 — Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 21 e retificada no de 29-10-65	40
4.792	— Lei de 20 de outubro de 1965 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para atender a despesas que especifica. — Publicada no D. O. de 22-10-65	41
4.793	— Lei de 20 de outubro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros) para atender a despesas com reparos de navios. — Publicada no D. O. de 22-10-65	42
4.794	— Lei de 20 de outubro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$.. 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a visita ao Brasil, em caráter oficial, de Suas Altezas Reais o Grão-Duque e a Grã-Duquesa de Luxemburgo. — Publicada no D. O. de 22-10-65	42
4.795	— Lei de 20 de outubro de 1965 — Modifica, sem aumento de despesas, distribuição de dotações consignadas na Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964. — Publicada no D. O. de 25-10-65	42

	Pág.		Pág.
4.793 — Lei de 20 de outubro de 1965 — Altera, sem ônus, a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965. — Publicada no D. O. de 25-10-65	43	dos Correios e Telégrafos. — Publicada no D. O. de 25-10 e retificada no de 1-11-65	48
4.797 — Lei de 20 de outubro de 1965 — Torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 22-10 e retificada no de 3-11-65	44	4.802 — Lei de 20 de outubro de 1965 — Determina a sede e o fóro da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 25-10-65	49
4.798 — Lei de 20 de outubro de 1965 — Concede, pelo prazo de 2 (dois) anos, isenção dos impostos e taxas que menciona, aos materiais importados, para uso próprio, pelos bancos oficiais dos Estados, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 22-10-65	44	4.803 — Lei de 20 de outubro de 1965 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 820.000.000 (oitocentos e vinte milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas com a mudança da Delegacia Fiscal de São Paulo para o Edifício Cibraço. — Publicada no D. O. de 25-10-65	49
4.799 — Lei de 20 de outubro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regionais Eleitorais — o crédito suplementar de Cr\$ 6.433.130.186, em reforço a dotações do Orçamento vigente (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964). — Publicada no D. O. de 25-10-65	45	4.804 — Lei de 20 de outubro de 1965 — Dispõe sobre demolições e reconstruções de benfeitorias, em próprio nacional, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 25-10-65	49
4.800 — Lei de 20 de outubro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 8.700.000.000 à categoria econômica 3.2.00 — Transferências Correntes, do Anexo 4.21.00 — Ministério da Saúde — 06 — Departamento de Administração (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964). — Publicada no D. O. de 25-10-65 ..	48	4.805 — Lei de 20 de outubro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral o crédito suplementar de Cr\$ 456.950.000, em reforço à dotação do Orçamento vigente (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964). — Publicada no D. O. de 25 e retificada nos de 29-10 e 8-11-65	50
4.801 — Lei de 20 de outubro de 1965 — Altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.985, de 1º de fevereiro de 1940, que fixa a tarifa geral para os serviços		4.806 — Lei de 20 de outubro de 1965 — Extingue a Divisão de Cooperativismo e Organização Rural do Departamento de Produção Agropecuária do Ministério da Agricultura, transfere atribuições, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 25-10-65	50
		4.807 — Lei de 21 de outubro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 519.550 (quinhentos e noventa mil e quinhentos e cinquenta cruzei-	

- ros), para atender a despesas efetuadas com a realização de eleições em 1963 e 1964. — Publicada no D. O. de 25-10-65 52
- 4.808 — Lei de 25 de outubro de 1965 — Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 4.563, de 11 de dezembro de 1964, que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 27-10-65 52
- 4.809 — Lei de 25 de outubro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 191.364.240 (cento e noventa e um milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta cruzeiros), para atender às despesas com o comparecimento do Episcopado brasileiro à Quarta Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II. — Publicada no D. O. de 27-10-65 53
- 4.810 — Lei de 25 de outubro de 1965 — Transfere cargo do Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas para o Quadro do Pessoal do Ministério da Fazenda. — Publicado no D. O. de 29-10-65 53
- 4.811 — Lei de 25 de outubro de 1965 — Concede pensão mensal a Dona Maria Luiza Vitória Rui Barbosa Guerra. — Publicada no D. O. de 29-10 e retificada no de 8 de novembro de 1965 54
- 4.812 — Lei de 25 de outubro de 1965 — Concede pensão especial a Dª Herminia Furtado Reis. — Publicada no D. O. de 29-10-65 54
- 4.813 — Lei de 25 de outubro de 1965 — Inclui, no Quadro de Pessoal da Polícia do Distrito Federal, criada pela Lei nº 4.433, de 16 de novembro de 1964, o Grupo Ocupacional PM-400 — Policiamento Ostensivo, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 1-11-65 54
- 4.814 — Lei de 25 de outubro de 1965 — Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União para 1965. — Publicada no D. O. de 27 de outubro de 1965 55
- 4.815 — Lei de 26 de outubro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 201.591.171,50, para o fim que especifica. — Publicada no D. O. de 27-10-65 56
- 4.816 — Lei de 26 de outubro de 1965 — Cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, duas Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 29 de outubro de 1965 56
- 4.817 — Lei de 29 de outubro de 1965 — Acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei número 3.820, de 11 de novembro de 1960, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 3-11-65 57
- 4.818 — Lei de 29 de outubro de 1965 — Estende aos demais servidores federais de órgãos transferidos ao Estado da Guanabara, em virtude da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, os benefícios do art. 46 e seus parágrafos, da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963. — Publicada no D.O. de 1-11-65 58
- 4.819 — Lei de 29 de outubro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 6.749.890 (seis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa cruzeiros), para regularização de despesas decorrentes da visita ao Brasil de personalidades ilustres estrangeiras, no exercício de 1960. — Publicada no D. O. de 1-11-65 58
- 4.820 — Lei de 29 de outubro de 1965 — Dá nova redação

	Págs.		Págs.
ao item 85-28, alínea 004, da Seção XVI, da Tarifa que acompanha a Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957. — Publicada no D. O. de 1-11-65	58	servidor da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior. — Publicada no D. O. de 8 de novembro de 1965	67
4.821 — Lei de 29 de outubro de 1965 — Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a aplicar, até 5% (cinco por cento) de seu orçamento anual, em crédito rotativo destinado a operações de revenda. — Publicada no D. O. de 3-11-65	59	4.828 — Lei de 5 de novembro de 1965 — Modifica, sem aumento de despesas, distribuição de dotações consignadas na Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, na parte que se refere ao subanexo do Conselho Nacional de Telecomunicações. — Publicada no D. O. de 11-11-65	68
4.822 — Lei de 29 de outubro de 1965 — Estabelece princípios, condições e critérios básicos para as promoções dos Oficiais da Marinha do Brasil — Publicada no D. O. de 1 e retificada no de 9-11-65 ...	59	4.829 — Lei de 5 de novembro de 1965 — Institucionaliza o crédito rural. — Publicada no D. O. de 9 e retificada no de 22-11-65. As partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional foram publicadas no D. O. de 7-12-65	68
4.823 — Lei de 4 de novembro de 1965 — Concede isenção do imposto de importação e de taxas aduaneiras para materiais a serem importados pela Rádio Santana Limitada, de Anápolis, Estado de Goiás e das outras providências — Publicada no D. O. de 8-11-65	63	4.830 — Lei de 5 de novembro de 1965 — Prorroga, até 31 de dezembro de 1967, a suspensão da cobrança das taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras na execução de suas linhas domésticas. — Publicada no D. O. de 10 e retificadas nos de 26-11 e 2-12-65	74
4.824 — Lei de 5 de novembro de 1965 — Altera o § 1º do art. 475, da Consolidação das Leis do Trabalho. — Publicada no D. O. de 8-11-65 ..	66	4.831 — Lei de 5 de novembro de 1965 — Dispõe sobre as novas denominações das Universidades Federais das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. — Publicada no D. O. de 12-11-65	74
4.825 — Lei de 5 de novembro de 1965 — Acresce de um parágrafo o art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho. — Publicada no D. O. de 8 de novembro de 1965	66	4.832 — Lei de 5 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 508.500.000 (quinhentos e oito milhões e quinhentos mil cruzeiros), destinado a atender a despesas com a restauração e adaptação de vários aeroportos. — Publicada no D. O. de 10-11-65	74
4.826 — Lei de 5 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas com a aquisição de imóvel em Rezende, Estado do Rio de Janeiro, destinado à instalação da Exatoria Federal naquela cidade. — Publicada no D. O. de 9-11-65	67	4.833 — Lei de 5 de novembro de 1965 — Concede pensão mensal especial vitalícia a Dª Adelina Fernandes — Publicada no D. O. de 10 de novembro de 1965	75
4.827 — Lei de 5 de novembro de 1965 — Concede pensão especial ao cidadão inglês Henry Philip Brotherton Dye,			

Págs.		Págs.
4.834	— Lei de 9 de novembro de 1965 — Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para auxílio às obras do Estádio de Brasília. — Publicada no D. O. de 12-11-65 ...	73
4.835	— Lei de 9 de novembro de 1965 — Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 619.790.191 (seiscentos e dezenove milhões, setecentos e noventa mil, cento e noventa e um cruzeiros), para o fim que especifica. — Publicada no D.O. de 12-11-65	73
4.836	— Lei de 9 de novembro de 1965 — Autoriza a abertura, pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, do Crédito especial de Cr\$ 1.750.000.000 (um bilhão e setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para auxílio à Fundação Educacional do Distrito Federal. — Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1965	75
4.837	— Lei de 10 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), destinado à construção, organização e instalação do Centro de Instrução de Marítimos "Almirante Graça Aranha". — Publicada no D. O. de 11 e retificada no de 22-11-65	76
4.838	— Lei de 10 de novembro de 1965 — Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Quadro de Oficiais Aviadores da Reserva de 2ª Classe, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 11-11-65	76
4.839	— Lei de 18 de novembro de 1965 — Dispõe sobre o alcance da preferência dos créditos de empregados por salários e indenizações trabal-	77
	histas. — Publicada no D.O. de 22-11-65	78
4.840	— Lei de 18 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 315.000.000 (trezentos e quinze milhões de cruzeiros), destinado à Fundação Brasil Central — Publicada no D. O. de 22-11-65 ..	78
4.841	— Lei de 18 de novembro de 1965 — Acresce de um parágrafo único o art. 18 da Lei nº 4.102, de 20 de fevereiro de 1962 — Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1965	79
4.842	— Lei de 18 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Governadores Estaduais, norte-americanos — Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1965	79
4.843	— Lei de 19 de novembro de 1965 — Autoriza os estabelecimentos bancários a substituírem, em sua contabilidade, o livro "Diário", de escrituração mercantil pelo livro "Balancetes, Diários e Balanços", cujas características define; atribui eficácia probatória ao lançamento efetuado segundo o sistema de "fichas de lançamento", e dá outras providências — Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1965	79
4.844	— Lei de 19 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Federativa da Iugoslávia — Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1965	80
4.845	— Lei de 19 de novembro de 1965 — Proíbe a saída,	

	Págs.		Págs.
para o exterior, de obras de arte e officios produzidos no País, até o fim do período monárquico — Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1965	81	riores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), para atender a despesas de qualquer natureza com a realização da Conferência Conjunta da FAO e da CEPAL — Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1965	86
4.846 — Lei de 19 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 58.960.943 (cinquenta e oito milhões, novecentos e sessenta mil, novecentos e quarenta e três cruzeiros) para atender a pagamento de vencimentos e vantagens — Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1965	81	4.851 — Lei de 24 de novembro de 1965 — Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências — Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1965	86
4.847 — Lei de 19 de novembro de 1965 — Autoriza a abertura do crédito suplementar de Cr\$ 2.280.333.948 ao Ministério da Fazenda, para pagamento do pessoal do Estado do Acre, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1965	82	4.852 — Lei de 25 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com obras em repartições do mesmo Ministério — Publicada no D. O. de 29 de novembro de 1965	90
4.848 — Lei de 19 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos Órgãos e Ministérios, créditos especiais num montante de Cr\$ 265.347.106 (duzentos e sessenta e cinco milhões trezentos e quarenta e sete mil cento e seis cruzeiros), destinados a atender às despesas que especifica. — Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1965	83	4.853 — Lei de 25 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000, para atender às despesas da transferência do Regimento de Cavalaria de Guardas — Dragões da Independência — para Brasília — Publicada no D. O. de 29 de novembro de 1965	90
4.849 — Lei de 19 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos Órgãos e Ministérios, créditos especiais, num montante de Cr\$ 15.665.913.118 e suplementares, num montante de Cr\$ 27.312.000, destinados à regularização de despesas consignadas em orçamentos anteriores — Publicada no D. O. de 26 de novembro e retificada no de 2 de dezembro de 1965	84	4.854 — Lei de 25 de novembro de 1965 — Modifica o art. 113 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União) — Publicada no D. O. de 1 de dezembro de 1965	90
4.850 — Lei de 19 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exte-		4.855 — Lei de 25 de novembro de 1965 — Vincula ao Ministério da Viação e Obras Públicas a Companhia de Navegação do São Francisco, Sociedade de Economia Mista — Publicada no D. O. de 1 de dezembro de 1965	91
		4.856 — Lei de 25 de novembro de 1965 — Dispõe sobre o regime de funções gratificadas na Secretaria de Estado das	

Págs.		Págs.
	Relações Exteriores — Publicada no D. O. de 29 de novembro de 1965	91
4.857	— Lei de 25 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o crédito especial de Cr\$ 3.170.703.000 (três bilhões, cento e setenta milhões, seiscentos e três mil e seiscentos cruzeiros), para atender ao pagamento das despesas com a desapropriação do acervo dos bens pertencentes à Orquima — indústrias Químicas Reunidas Sociedade Anônima, situadas na Capital do Estado de São Paulo, destinados à industrialização da Monazita, Amblygonita e Zirconita — Publicada no D. O. de 1 de dezembro de 1965	92
4.858	— Lei de 26 de novembro de 1965 — Dispõe sobre as novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e do Conselho Superior do Trabalho Marítimo, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 29 de novembro de 1965	92
4.859	— Lei de 26 de novembro de 1965 — Revoga a Lei número 4.127, de 27 de agosto de 1962, e estabelece normas para prestação do serviço de vigilância portuária por vigias matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo — Publicada no D. O. de 29 de novembro de 1965	93
4.860	— Lei de 26 de novembro de 1965 — Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 29 de novembro e retificada no de 10 de dezembro de 1965	93
4.861	— Lei de 26 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito suplementar de Cr\$ 2.166.530.000 (dois bilhões, cento e sessenta e seis milhões, quinhentos e trinta mil cruzeiros) para reforço de dotações que espe-	
	cifica — Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1965 ..	97
4.862	— Lei de 29 de novembro de 1965 — Altera a legislação do imposto de renda, adota diversas medidas de ordem fiscal e fazendária, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 30 de novembro e retificada no de 20 de dezembro de 1965	97
4.863	— Lei de 29 de novembro de 1965 — Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a cota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salário, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 30 de novembro (Suplemento) e retificada no de 10 de dezembro de 1965	108
4.864	— Lei de 20 de novembro de 1965 — Cria medidas de estímulo à indústria de construção civil — Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1965 (Suplemento)	126
4.865	— Lei de 30 de novembro de 1965 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 20.500.000.000 (vinte bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para o fim que menciona — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1965	134
4.866	— Lei de 30 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Italiana e da sua comitiva — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1965	134
4.867	— Lei de 30 de novembro de 1965 — Concede a pensão especial de Cr\$ 66.000 (sessenta e seis mil cruzeiros) mensais a Maria de Lourdes	

	Págs.		Págs.
Corrêa da Silva, viúva do ex-Comandante de Guarnição da Seção de Bombeiros do GEB, Ademar Corrêa da Silva — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1965	135	do Rio Grande — Publicado no D.O. de 6 de dezembro de 1965	160
4.868 — Lei de 30 de novembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário, créditos suplementares, num montante de Cr\$ 2.390.859.490, destinados ao reforço de dotações orçamentárias que discrimina, referentes ao vigente exercício — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1965 ...	135	4.873 — Lei de 2 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 600.000.000 (seiscentos milhões de cruzeiros), como reforço a dotação orçamentária insuficiente destinado ao Departamento do Imposto de Renda. — Publicado no D.O. de 6 de dezembro de 1965	160
4.868-A — Lei de 30 de novembro de 1965 — Estende a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Campos e Nova Friburgo — Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1965	136	4.874 — Lei de 2 de dezembro de 1965 — Autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 6 e retificada no de 13 de dezembro de 1965	161
4.869 — Lei de 1º de dezembro de 1965 — Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 2 e retificada no de 13 de dezembro de 1965 .	137	4.875 — Lei de 2 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas de viagem e estada no exterior de representantes do aludido Ministério à reunião do GATT que se realizou em Genebra — Publicado no D.O. de 6 de dezembro de 1965	162
4.870 — Lei de 1º de dezembro de 1965 — Dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 2 e retificada no de 13 de dezembro de 1965	147	4.876 — Lei de 2 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 5.810.000, para atender às despesas complementares com o comparecimento do Clero brasileiro ao "Concílio Eumênico Vaticano II" — Publicado no D.O. de 6 e retificada no de 10 de dezembro de 1965	162
4.871 — Lei de 2 de dezembro de 1965 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 74.844.128,10 (setenta e quatro milhões trezentos e quarenta e quatro mil cento e vinte e oito cruzeiros e dez centavos) para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 6 e retificada no de 10 de dezembro de 1965	159	4.877 — Lei de 2 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000 como reforço à dotação orçamentária insuficiente destinada à Contadoria-Geral da República — Publicado no D.O. de 6 de dezembro de 1965 ...	163
4.872 — Lei de 2 de dezembro de 1965 — Isenta do imposto de importação o material destinado à Faculdade de Medicina de Rio Grande e importado pela Fundação Cidade			

<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
4.878	— Lei de 3 de dezembro de 1965 — Dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal — Publicado no D.O. de 6 de dezembro de 1965	163
4.879	— Lei de 3 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros), destinado a obras de complementação de repartições do DFSP, em Brasília — Publicada no D.O. de 6 e retificada no de 13 de dezembro de 1965	173
4.880	— Lei de 3 de dezembro de 1965 — Isenta do imposto de importação equipamento para tratamento de água destinada à Companhia de Saneamento do Paraná — Publicada no D.O. de 6 de dezembro de 1965	174
4.881	— Lei de 3 de dezembro de 1965 — Dispensa a cobrança do imposto de selo em contrato de promessa de compra e venda firmado entre a Associação Brasileira para o Rearmamento Moral e os proprietários do Sítio São Luiz" localizado em Petrópolis — Publicado no D.O. de 6 de dezembro de 1965	174
4.881-A	— Lei de 6 de dezembro de 1965 — Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior — Publicada no D.O. de 10 e retificada no de 20 de dezembro de 1965	174
4.882	— Lei de 9 de dezembro de 1965 — Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 3.440.000.000 para reforço de dotações orçamentárias que especifica — Publicada no D.O. de 10 de dezembro de 1965	183
4.883	— Lei de 9 de dezembro de 1965 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e das taxas aduaneiras exceto, a de providên-	
	cia social, ao quipamento importado pela Cervejaria Paranaense S. A. — CERPASA — destinado à instalação de uma fábrica de cerveja em Belém, no Estado do Pará — Publicada no D.O. de 10 de dezembro de 1965	184
4.884	— Lei de 9 de dezembro de 1965 — Concede à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor o auxílio de Cr\$ 6.000.000.000 seis bilhões de cruzeiros); autoriza a abertura do crédito especial para atender a essa finalidade, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 10 e retificada no de 20 de dezembro de 1965	184
4.885	— Lei de 9 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Senado Federal, o crédito suplementar de Cr\$ 2.415.240.000 (dois bilhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), em reforço a dotações que especifica — Publicada no D.O. de 10 de dezembro de 1965	185
4.886	— Lei de 9 de dezembro de 1965 — Regula as atividades dos representantes comerciais autônomo — Publicada no D.O. de 19 e retificada no de 20 de dezembro de 1965 ..	186
4.887	— Lei de 9 de dezembro de 1965 — Autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional às entidades que menciona, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 10 de dezembro de 1965	191
4.888	— Lei de 9 de dezembro de 1965 — Proíbe o emprêgo da palavra couro em produtos industrializados, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1965	191
4.889	— Lei de 9 de dezembro de 1965 — Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e função gratificada do Quadro de Pessoal do Tribunal Regio-	

	Págs.		Págs.
nal do Trabalho da 7ª Região — Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1965	192	cruzeiros), para o fim que especifica — Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1965 ..	195
4.890 — Lei de 9 de dezembro de 1965 — Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências — Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1965	192	4.896 — Lei de 9 de dezembro de 1965 — Dispõe sobre a fusão dos cargos de Assistente Jurídico e de Assessor de Direito Aeronáutico, do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica — Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1965	195
4.891 — Lei de 9 de dezembro de 1965 — Altera a redação do parágrafo único do art. 32 do Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, que reforma as disposições do Decreto Legislativo nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às Cooperativas — Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1965	194	4.897 — Lei de 9 de dezembro de 1965 — Declara Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, Patrono da Nação Brasileira — Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1965	196
4.892 — Lei de 9 de dezembro de 1965 — Concede isenção de direitos para a importação de equipamentos de segurança e higiene do trabalho sem similar nacional — Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1965	194	4.898 — Lei de 9 de dezembro de 1965 — Regula o Direito de Representação e o Processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade — Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1965	196
4.893 — Lei de 9 de dezembro de 1965 — Dá nova redação ao art. 91 do Código do Processo Penal (Decreto-lei número 3.693, de 3 de outubro de 1941 — Publicado no D.O. de 13 de dezembro de 1965	194	4.899 — Lei de 10 de dezembro de 1965 — Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício Financeiro de 1966 — Publicada no D.O. de 15 de dezembro de 1965	200
4.894 — Lei de 9 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 57.482.525 (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte cinco cruzeiros) para o fim que especifica — Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1965	195	4.900 — Lei de 10 de dezembro de 1965 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1966 — Publicada no D.O. de 16 de dezembro de 1965	202
4.895 — Lei de 9 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de		4.901 — Lei de 16 de dezembro de 1965 — Cria cargos de Professor de Ensino Superior e de Diretor no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 20 de dezembro de 1965	205
		4.902 — Lei de 16 de dezembro de 1965 — Dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército — Publicada no D.O. de 20 de dezembro de 1965	205

Págs.

Págs.

4.903 — Lei de 16 de dezembro de 1965 — Dá nova redação ao art. 2º e ao § 1º do artigo 6º da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 20 de dezembro de 1965	215	zeiros), para atender as despesas decorrentes do asilo concedido pelo Brasil a cidadãos da República Dominicana — Publicada no D.O. de 21 de dezembro de 1965 ..	222
4.904 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 20 de dezembro de 1965	215	4.910 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender as despesas decorrentes da viagem do Senhor Presidente da República ao Chile — Publicada no D.O. des 22 de dezembro de 1965	222
4.905 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Inclui na Receita do Fundo Naval as indenizações a verbas orçamentárias de exercícios financeiros já encerrados — Publicada no D.O. de 21 de dezembro de 1965	219	4.911 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender a despesas com um dique flutuante, procedente dos Estados Unidos da América do Norte — Publicada no D.O. de 22 de dezembro de 1965	222
4.906 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Modifica o "Plano Nacional de Vição", estabelecido pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964 — Publicado no D.O. de 21 de dezembro de 1965	219	4.912 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República dos Estados Unidos do México — Publicada no D.O. de 22 de dezembro de 1965 ...	223
4.907 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias — Publicada no D.O. de 21 de dezembro de 1965	220	4.913 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Vição e Obras Públicas, o crédito especial de 533.412.079 (quinhentos e trinta e três milhões, quatrocentos e doze mil e setenta e nove cruzeiros), para atender ao pagamento de diferença de proventos e vantagens, aos inativos da Rede Vição Paraná-Santa Catarina, relativa aos anos de 1961 e 1962 — Publicada no D.O. de 22 de dezembro de 1965	223
4.908 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Modifica dispositivo da Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957, que autorizou a União a constituir uma sociedade por ações, denominada "Sociedade Termoelétrica de Capivari" — SOTELCA — e que passa a denominar-se "Sociedade Termoelétrica de Capivari S. A." — SOTELCA — Publicada no D.O. de 21 de dezembro de 1965	221		
4.909 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, crédito especial de Cr\$ 6.000.000 (seis milhões de cru-			

	Págs.		Págs.
4.914 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 512.729 (quinhentos e doze mil setecentos e vinte e nove cruzeiros) ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, para atender a despesas dos exercícios de 1958 a 1962 — Publicada no D.O. de 22 de dezembro de 1965 ..	223	cada no D.O. de 22 de dezembro de 1965	225
4.915 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 2.070.000.000 (dois bilhões e setenta milhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas com a Fábrica Presidente Vargas, em Piquête — Publicada no D.O. de 22 de dezembro de 1965	224	4.919 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 138.941.000 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e quarenta e um mil cruzeiros), destinado ao pagamento de ações preferenciais subscritas pelo Tesouro Nacional no aumento de capital da Companhia Vale do Rio Doce — Publicada no D.O. de 22 de dezembro de 1965 ..	226
4.916 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 86.087.100 (oitenta e seis milhões, oitenta e sete mil e cem cruzeiros), para atender às despesas decorrentes das Segundas Reuniões Anuais Ordinárias do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da organização dos Estados Americanos — Publicada no D.O. de 22 de dezembro de 1965	224	4.920 — Lei de 23 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) para a complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coaraci Nunes", no Território Federal do Amapá — Publicada no D.O. de 28 de dezembro de 1965	226
4.917 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, e de outras contribuições fiscais, os alimentos de qualquer natureza, e outras utilidades, adquiridos no exterior, mediante doação, pelas instituições em funcionamento no País, que se dediquem a assistência social — Publicada no D.O. de 22 de dezembro de 1965 ..	225	4.921 — Lei de 23 de dezembro de 1965 — Estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia de Navegação Costeira, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 28 de dezembro de 1965.....	227
4.918 — Lei de 17 de dezembro de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$.. 614.000.000, para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial das Nações Unidas — Publi-		4.922 — Lei de 23 de dezembro de 1965 — Retifica, sem ônus para a União, a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1965 — Publicada no D.O. de 29 de dezembro de 1965	227
		4.923 — Lei de 23 de dezembro de 1965 — Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências — Publicada no	

	Págs.		Págs.
D.O. de 29 de dezembro de 1965	227	Industriais reconhecidas ou classificadas pelo Ministério da Educação e Cultura — Publicada no D.O. de 31 de dezembro de 1965	232
4.924 — Lei de 23 de dezembro de 1965 — Fixa normas para a elaboração do Esquema Financeiro das safras cafeeiras — Publicada no D.O. de 29 de dezembro de 1965,	230	4.926 — Lei de 23 de dezembro de 1965 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento para produção de formol a ser importado por "Resinas Sintéticas e Plásticas S. A. — Resimpla, com sede em Porto Alegre e fabrico em Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul — Publicada no D.O. de 29 de dezembro de 1965	232
4.925 — Lei de 23 de dezembro de 1965 — Autoriza o Ministério da Marinha a aproveitar na classe inicial das séries de classe de suas especialidades, após conclusão de curso, todos os alunos bolsistas e os aprendizes das Escolas Técnicas e			

ÍNDICE DO APENSO

	<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
4.670 — Lei de 12 de junho de 1965 — Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.670, de 12 de junho de 1965 — Publicada no D.O. de 26 de outubro de 1965	235	4.782 — Lei de 28 de setembro de 1965 — Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 11.283.990.500 (onze bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, novecentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros) ao Ministério da Agricultura, para o fim que especifica — Publicada no D.O. de 1. de outubro de 1965	236
4.762 — Lei de 30 de agosto de 1965 — Publicada no D.O. de 18 de outubro de 1965	235	4.783 — Lei de 28 de setembro de 1965 — Autoriza a abertura ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores de crédito especial para custeio dos vencimentos e vantagens dos servidores da Fundação Brasil Central — Publicada no D.O. de 1 de outubro de 1965	237
4.769 — Lei de 9 de setembro de 1965 — Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 17 e retificada no de 26 de novembro de 1965	235	4.784 — Lei de 28 de setembro de 1965 — Define a competência dos Estados para a cobrança do imposto sobre vendas e consignações.	
4.781 — Lei de 28 de setembro de 1965 — Concede isenção de licença de importação, tributos e emolumentos consulares para donativos destinados às obras de assistência social, mantidas pela Sociedade das Obras Sociais e Educativas — Estado da Bahia — Publicada no D.O. de 1 de outubro de outubro de 1965	236	Retificada no D.O. de 15 de outubro de 1965. Pub. no D.O. de 22-11-65 os vetos rejeitados pelo Congresso Nacional.	

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — ATO INSTITUCIONAL

À NAÇÃO

A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um governo que afundavam o País na corrupção e na subversão.

No preâmbulo do Ato que iniciou a institucionalização do movimento de 31 de março de 1964 foi dito que o que houve e continuará a haver, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, mas também na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. E frisou-se que:

a) ela se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação;

b) a Revolução investe-se, por isso, no exercício do Poder Constituinte, legitimando-se por si mesma;

c) edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória, pois graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representa o povo e em seu nome exerce o Poder Constituinte de que o povo é o único titular.

Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará. Assim, o seu Poder Constituinte não se esauriu, tanto é ele próprio do processo revolucionário, que tem de ser dinâmico para atingir os seus objetivos. Acentuou-se, por isso, no esquema daqueles conceitos, traduzindo uma realidade incontestável de Direito Público, o poder institucionalizante de que a Revolução é dotada para fazer vingar os princípios em nome dos quais a Nação se levantou contra a situação anterior.

A autolimitação que a Revolução se impôs no Ato Institucional de 9 de abril de 1964 não significa, portanto, que tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação, ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento. Por isso se declarou, textualmente, que “os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País”, mas se acrescentou, desde logo, que “destituído pela Revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo Governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País”.

A Revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósi-

tos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranqüilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a Revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional.

Assim, o Presidente da República, na condição de Chefe do Governo Revolucionário e Comandante Supremo das Forças Armadas, coesas na manutenção dos ideais revolucionários,

Considerando que o País precisa de tranqüilidade para o trabalho em prol do seu desenvolvimento econômico e do bem-estar do Povo, e que não pode haver paz sem autoridade, que é também condição essencial da ordem;

Considerando que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs,

Resolve editar o seguinte:

ATO INSTITUCIONAL Nº 2

Art. 1º A Constituição de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas emendas são mantidas com as modificações constantes deste Ato.

Art. 2º A Constituição poderá ser emendada por iniciativa:

- I — dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- II — do Presidente da República;
- III — das Assembléias Legislativas dos Estados.

§ 1º Considerar-se-á proposta a emenda se fôr apresentada pela quarta parte, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, por mensagem do Presidente da República, ou por mais da metade das Assembléias Legislativas dos Estados, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.

§ 2º Dar-se-á por aceita a emenda que fôr aprovada em dois turnos, na mesma sessão legislativa, por maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 3º Aprovada numa, a emenda será logo enviada à outra Câmara, para sua deliberação.

Art. 3º Cabe à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei sobre matéria financeira.

Art. 4º Ressalvada a competência da Câmara dos Deputados e do Senado e dos Tribunais Federais, no que concerne aos respectivos serviços administrativos, compete exclusivamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que criem cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimentos ou a despesa pública e disponham sobre a fixação das Forças Armadas.

Parágrafo único. Aos projetos oriundos dessa competência exclusiva do Presidente da República não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista.

Art. 5º A discussão dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República começará na Câmara dos Deputados e sua votação deve estar concluída dentro de 45 dias, a contar do seu recebimento.

§ 1º Findo esse prazo sem deliberação, o projeto passará ao Senado com a redação originária e a revisão será discutida e votada num só turno,

e deverá ser concluída no Senado Federal dentro de 45 dias. Esgotado o prazo sem deliberação, considerar-se-á aprovado o texto como proveído da Câmara dos Deputados.

§ 2º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados se processará no prazo de dez dias, decorrido o qual serão tidas como aprovadas.

§ 3º O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça em 30 dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

§ 4º Se julgar, por outro lado, que o projeto, não sendo urgente, merece maior debate pela extensão do seu texto, solicitará que a sua apreciação se faça em prazo maior, para as duas casas do Congresso.

Art. 6º Os artigos 94, 98, 103 e 105 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 94. O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

- I — Supremo Tribunal Federal;
- II — Tribunal Federal de Recursos e juizes federais;
- III — Tribunais e juizes militares;
- IV — Tribunais e juizes eleitorais;
- V — Tribunais e juizes do trabalho.”

“Art. 98. O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, compor-se-á de dezesseis ministros.

Parágrafo único. O Tribunal funcionará em plenário e dividido em três turmas de cinco ministros cada uma.”

“Art. 103. O Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital Federal, compor-se-á de treze juizes nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, oito entre magistrados e cinco entre advogados e membros do Ministério Público, todos com os requisitos do artigo 99.

Parágrafo único. O Tribunal poderá dividir-se em câmaras ou turmas.”

“Art. 105. Os juizes federais serão nomeados pelo Presidente da República dentre cinco cidadãos indicados na forma da lei pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 1º Cada Estado ou Território e bem assim o Distrito Federal constituirão de per si uma seção judicial, que terá por sede a capital respectiva.

§ 2º A lei fixará o número de juizes de cada seção bem como regulará o provimento dos cargos de juizes substitutos, serventuários e funcionários da Justiça.

§ 3º Aos juizes federais compete processar e julgar em primeira instância:

- a) as causas em que a União ou entidade autárquica federal fôr interessada como autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência e acidentes de trabalho;
- b) as causas entre Estados estrangeiros e pessoa domiciliada no Brasil;
- c) as causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou com organismo internacional;
- d) as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea;
- e) os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;
- f) os crimes que constituem objeto de tratado ou de convenção internacional e os praticados a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

g) os crimes contra a organização do trabalho e o exercício do direito de greve;

h) os *habeas corpus* em matéria criminal de sua competência ou quando a coação provier de autoridade federal não subordinada a órgão superior da Justiça da União;

i) os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos do art. 101, I, i, e do art. 104, I, b."

Art. 7º O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze juizes vitalícios, com a denominação de Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dos quais quatro escolhidos dentre os generais efetivos do Exército, três dentre os oficiais generais efetivos da Armada, três dentre os oficiais generais efetivos da Aeronáutica e cinco civis.

Parágrafo único. As vagas de ministros togados serão preenchidas por brasileiros natos, maiores de 35 anos de idade, da forma seguinte:

I — três por cidadãos de notório saber jurídico e reputação ilibada, com prática forense de mais de dez anos, da livre escolha do Presidente da República;

II — duas por auditores e Procurador Geral da Justiça Militar.

Art. 8º O parágrafo 1º do artigo 108 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo 1º Esse fóro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares."

§ 1º Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual, o processo e julgamento dos crimes previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953.

§ 2º A competência da Justiça Militar nos crimes referidos no parágrafo anterior, com as penas aos mesmos atribuídas, prevalecerá sobre qualquer outra estabelecida em leis ordinárias, ainda que tais crimes tenham igual definição nestas leis.

§ 3º Compete originariamente ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes referidos no parágrafo primeiro, e aos Conselhos de Justiça nos demais casos.

Art. 9º A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º Os Partidos inscreverão os candidatos até 5 dias antes do pleito e, em caso de morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, poderão substituí-los até 24 horas antes da eleição.

§ 2º Se não fôr obtido o *quorum* na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios até que seja atingido, eliminando-se, sucessivamente, do rol dos candidatos, o que obtiver menor número de votos.

§ 3º Limitados a dois os candidatos, a eleição se dará mesmo por maioria simples.

Art. 10. Os vencedores não perceberão remuneração, seja a que título fôr.

Art. 11. Os deputados às Assembléias Legislativas não podem perceber, a qualquer título, remuneração superior a dois terços da que percebem os Deputados Federais.

Art. 12. A última alínea do parágrafo 5º do artigo 141 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"Não sera, porém, tolerada propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe."

Art. 13. O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio ou prorrogá-lo pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, para prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna.

Parágrafo único. O ato que decretar o estado de sítio estabelecerá as normas a que devesse obedecer a sua execução e indicará as garantias constitucionais que continuarão em vigor.

Art. 14. Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por tempo certo.

Parágrafo único. Ouvido o Conselho de Segurança Nacional, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos, removidos ou dispensados, ou, ainda, com os vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, desde que demonstrem incompatibilidade com os objetivos da Revolução.

Art. 15. No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as anulações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único. Aos membros dos legislativos federal, estaduais e municipais que tiverem seus mandatos cassados não serão dados substitutos, determinando-se o *quorum* parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 16. A suspensão de direitos políticos, com base neste Ato e no art. 10 e seu parágrafo único do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, além do disposto no art. 337 do Código Eleitoral e no art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, acarreta simultaneamente:

- I — a cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II — a suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III — a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV — a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de frequentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado.

Art. 17. Além dos casos previstos na Constituição Federal, o Presidente da República poderá decretar e fazer cumprir a intervenção federal nos Estados, por prazo determinado:

- I — para assegurar a execução da lei federal;
- II — para prevenir ou reprimir a subversão da ordem.

Parágrafo único. A intervenção decretada nos termos deste artigo será, sem prejuízo da sua execução, submetida à aprovação do Congresso Nacional.

Art. 18. Ficam extintos os atuais partidos políticos e cancelados os respectivos registros.

Parágrafo único. Para a organização dos novos partidos são mantidas as exigências da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, e suas modificações.

Art. 19. Ficam excluídos da apreciação judicial:

- I — os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução e pelo Governo Federal, com fundamento no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, no presente Ato Institucional e nos atos complementares deste;
- II — as resoluções das Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de Governadores, Deputados, Prefeitos ou Vereadores, a partir de 31 de março de 1964, até a promulgação deste Ato.

Art. 20. O provimento inicial dos cargos da Justiça Federal far-se-á pelo Presidente da República dentre brasileiros de saber jurídico e reputação ilibada.

Art. 21. Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de trinta (30) dias, a serem considerados aprovados quando obtiverem em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art. 22. Somente poderão ser criados municípios novos depois de feita prova cabal de sua viabilidade econômico-financeira, perante a Assembléia Legislativa.

Art. 23. Constitui crime de responsabilidade contra a probidade na administração, a aplicação irregular, pelos Prefeitos, da cota do Imposto de Renda atribuída aos municípios pela União, cabendo a iniciativa da ação penal ao Ministério Público ou a um terço dos membros da Câmara Municipal.

Art. 24. O julgamento nos processos instaurados segundo a Lei número 2.083, de 12 de novembro de 1953, compete ao juiz de Direito que houver dirigido a instrução do processo.

Parágrafo único. A prescrição da ação penal relativa aos delitos constantes dessa lei ocorrerá dois anos após a data da publicação incriminada, e a da condenação no dobro do prazo em que for fixada.

Art. 25. Fica estabelecido a partir desta data, o princípio da paridade na remuneração dos servidores dos três Poderes da República, não admitida, de forma alguma, a correção monetária como privilégio de qualquer grupo ou categoria.

Art. 26. A primeira eleição para Presidente e Vice-Presidente da República será realizada em data a ser fixada pelo Presidente da República e comunicada ao Congresso Nacional, a qual não poderá ultrapassar o dia 3 de outubro de 1966.

Parágrafo único. Para essa eleição o atual Presidente da República é inelegível.

Art. 27. Ficam sem objeto os projetos de emendas e de lei enviados ao Congresso Nacional que envolvam matéria disciplinada, no todo ou em parte, pelo presente Ato.

Art. 28. Os atuais vereadores podem continuar a perceber remuneração até o fim do mandato, em quantia, porém, nunca superior à metade da que percebem os deputados do Estado respectivo.

Art. 29. Incorpora-se definitivamente à Constituição Federal o disposto nos artigos 2º a 12 do presente Ato.

Art. 30. O Presidente da República poderá baixar atos complementares do presente, bem como decretos-leis sobre matéria de segurança nacional.

Art. 31. A decretação do recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores pode ser objeto de ato complementar do Presidente da República, em estado de sítio ou fora dele.

Parágrafo único. Decretado o recesso parlamentar o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar mediante decretos-leis, em todas as matérias previstas na Constituição e na lei orgânica.

Art. 32. As normas dos artigos 3º, 4º, 5º e 25 deste Ato são extensivas aos Estados da Federação.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo as Assembléias emendarão as respectivas Constituições, no prazo de sessenta dias, findo o qual aquelas normas passarão, no que couber, a vigorar automaticamente nos Estados.

Art. 33. O presente Ato Institucional vigora desde a sua publicação até 15 de março de 1967, revogadas as disposições constitucionais ou legais em contrário.

Brasília, 27 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Montenegro Magalhães

Paulo Bostiso

Arthur da Costa e Silva

Vasco Leitão da Cunha

Eduardo Gomes

II — EMENDAS CONSTITUCIONAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 16

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Ao artigo 95 é acrescido o seguinte parágrafo:

“§ 4º Ocorrendo motivo de interesse público, poderá o Tribunal competente, pelo voto de dois terços de seus membros efetivos, propor a remoção ou a disponibilidade do juiz de instância inferior, assegurada, no último caso, a defesa.”

Art. 2º As alíneas *c*, *f*, *i* e *k* do art. 101, inciso I, passam a ter a seguinte redação:

“*c*) os Ministros de Estado, os juizes dos Tribunais Superiores Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os Ministros do Tribunal de Contas e os Chefes de missão diplomática de caráter permanente, assim nos crimes comuns como nos de responsabilidade, ressalvado, quanto aos Ministros do Estado, o disposto no final do artigo 92;

.....
“*f*) os conflitos de jurisdição entre juizes ou tribunais federais de justiça diversas, entre quaisquer juizes ou tribunais federais e os dos Estados, entre Juizes federais subordinados a tribunal diferente, entre juizes ou tribunais de Estados diversos, inclusive os do Distrito Federal e os dos Territórios;

.....
“*i*) os mandados de segurança contra ato do Presidente da República, do Senado e da Câmara dos Deputados ou das respectivas Mesas, do próprio

Supremo Tribunal Federal, de suas Turmas ou de seu Presidente do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas e dos Tribunais Federais de última instância (art. 108, art. 109, I, e art. 122, I);

.....
“*k*) a representação contra inconstitucionalidade de lei ou ato de natureza normativa, federal ou estadual, encaminhada pelo Procurador-Geral da República”;

Art. 3º Ao art. 101, inciso I, é acrescentada a seguinte alínea:

“1) as ações rescisórias de seus acórdãos e dos acórdãos das Turmas.”

Art. 4º. A alínea *b* do art. 101, inciso II, passa a ter a seguinte redação:

“*b*) as causas em que forem partes um Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no País.”

Art. 5º. Ao art. 101 são acrescentados os seguintes parágrafos:

“§ 1º. Incumbe ao Tribunal Pleno o julgamento;

“*a*) das causas de competência originária de que trata o inciso I, com exceção das previstas na alínea *h*, a menos que se trate de medida requerida contra ato do Presidente da República, dos Ministros de Estados, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do próprio Supremo Tribunal Federal;

“*b*) das prejudiciais de inconstitucionalidade suscitadas pelas Turmas;

“*c*) dos recursos interpostos de decisões das Turmas, se divergirem entre si na interpretação do direito federal;

“*d*) dos recursos ordinários nos crimes políticos (inciso II, *c*);

“*e*) das revisões criminais (inciso IV);

f) dos recursos que as Turmas decidirem submeter ao Plenário do Tribunal.

§ 2º. Incumbe às Turmas o julgamento definitivo das matérias enumeradas nos incisos I, h (com a ressalva prevista na alínea a do parágrafo anterior), II a e b, e III, deste artigo, e distribuídas na forma da lei."

Art. 6º O art. 103 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 103. O Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital Federal, compor-se-á de treze juizes, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo oito entre magistrados e cinco entre advogados e membros do Ministério Público, todos com os requisitos do art. 99.

§ 1º O Tribunal poderá dividir-se em Câmaras ou Turmas.

§ 2º A lei poderá criar, em diferentes regiões do País, outros Tribunais Federais de Recursos, mediante proposta do Presidente da República, ouvidos o próprio Tribunal e o Supremo Tribunal Federal, fixando-lhes sede e jurisdição territorial e observados os preceitos dos arts 103 e 104."

Art. 7º As alíneas a e b do art. 104, inciso I, passam a ter a seguinte redação:

"a) os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado, do Presidente e das Câmaras ou Turmas do próprio Tribunal ou de juiz federal;

b) os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal;"

Art. 8º Ao art. 104, inciso I, são acrescentadas as seguintes alíneas:

"c) os conflitos de jurisdição entre juizes federais subordinados ao mesmo Tribunal;

d) as ações rescisórias dos seus acordãos e dos acordãos de suas Câmaras ou Turmas."

Art. 9º O inciso II do art. 104 passa a ter a seguinte redação:

"II — julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juizes federais em matéria civil ou criminal, ressalvada a hipótese do art. 101, II c;"

Art. 10. A alínea b do art. 110, inciso I, passa a ter a seguinte redação:

"b) de dois juizes escolhidos, entre os seus membros, pelo Tribunal Federal de Recursos;"

Art. 11. As alíneas a e b do inciso I do art. 112 passam a ter a seguinte redação:

"a) de dois juizes escolhidos pelo Tribunal de Justiça, dentre seus membros;

b) de um juiz escolhido pelo Tribunal de Alçada, onde houver;"

Art. 12. Ao art. 112, inciso I, é acrescida a seguinte alínea:

"c) de um juiz escolhido pelo Tribunal de Justiça, dentre os Juizes de Direito, ou de dois onde não houver Tribunal de Alçada;"

Art. 13. O inciso II do art. 112 passa a ter a seguinte redação, suprimido o parágrafo único:

"II — do juiz federal, e, havendo mais de um, do que for escolhido pelo Tribunal Federal de Recursos;"

Art. 14. Ao artigo 112 são acrescentados os seguintes inciso e parágrafo:

"III — por nomeação do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, que não sejam incompatíveis por lei, indicados pelo Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. O Tribunal Regional Eleitoral elegerá para seu Presidente um dos dois desembargadores do Tribunal de Justiça, cabendo ao outro a Vice-Presidência."

Art. 15 O artigo 120 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 120. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição Federal, as denegatórias de *habeas corpus* e as proferidas em mandado de segurança, das quais caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal."

Art. 16. O inciso III do artigo 121 passa a ter a seguinte redação:

"III — versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diploma nas eleições federais e estaduais;"

Art. 17. O § 1º do artigo 122 da Constituição passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º As decisões do Tribunal Superior do Trabalho, com sede na Capital da República, são irrecuráveis, salvo se contrariarem a Constituição, quando caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.”

Art. 18. Os incisos II, III, IV, V e XI do artigo 124 passam a ter a seguinte redação:

“II — poderão ser criados Tribunais de Alcada, com a competência que lhes fôr atribuída na lei estadual;

III — o ingresso na magistratura vitalícia dependerá de concurso de provas, realizado pelo Tribunal de Justiça, com a participação do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, e far-se-á a indicação dos candidatos, sempre que fôr possível, em lista triplace;

IV — a promoção dos juizes far-se-á de entrância para entrância, por antiguidade e por merecimento, alternadamente, e, no segundo caso, dependerá de lista triplace organizada pelo Tribunal de Justiça. Igual proporção se observará no acesso ao Tribunal, ressalvado o disposto no nº V deste artigo; para isso, nos casos de merecimento, a lista triplace se comporá de nomes escolhidos dentre os dos juizes de qualquer entrância. Tratando-se de antiguidade, que se apurará na última entrância, ou, se fôr o caso, na imediatamente inferior, o Tribunal resolverá, preliminarmente, se deve ser indicado o juiz mais antigo, e, se este fôr recusado por três quartos dos votos dos desembargadores, repetirá a votação relativamente ao imediato, e assim por diante, até se fixar a indicação. Somente após dois anos de efetivo exercício na respectiva entrância poderá o juiz ser promovido.

V — na composição de qualquer tribunal, um quinto dos lugares será preenchido por advogados que estiverem em efetivo exercício da profissão e membros do Ministério Público, de notório merecimento e reputação ilibada, com dez anos, pelo menos, de prática forense. Para cada vaga, o Tribunal, em sessão e escri-

tório secretos, votará lista triplace. Escolhido um membro do Ministério Público, a vaga seguinte será preenchida por advogado;

XI — poderão ser criados cargos de juizes togados com investidura limitada ou não a certo tempo, e competência para julgamento das causas de pequeno valor. Esses juizes poderão substituir os juizes vitalícios;”

Art. 19. Ao artigo 124 são acrescentados os seguintes inciso e parágrafos:

“XIII — a lei poderá estabelecer processo, de competência originária do Tribunal de Justiça, para declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato de Município, em conflito com a Constituição do Estado.

§ 1º A União prestará a cooperação financeira que fôr necessária a assegurar aos juizes dos Estados remuneração, correspondente à relevância de suas funções.

§ 2º A cooperação será solicitada, justificadamente, pelo Governo do Estado, através de qualquer dos seus poderes, e não será deferida se os juizes da entrância mais graduada estiverem percebendo vencimentos iguais ou superiores aos do juiz federal que nêle tiver exercício.

§ 3º A vantagem decorrente do subsídio federal não se incorporará aos vencimentos dos magistrados para o efeito do artigo 95, III, nem excederá um quarto dos vencimentos que os magistrados estiverem percebendo na ocasião.”

Art. 20. O artigo 125 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 125. A lei organizará o Ministério Público da União junto aos órgãos judiciários federais (art. 94, I a V).”

Art. 21. O parágrafo 1º do art. 201 passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º As causas propostas perante outros juizes, se a União nelas intervier como assistente ou oponente, pas-

sarão a ser da competência do juiz federal."

Brasília, em 26 de novembro de 1965

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ELIAC PINTO
Presidente

Batista Ramos
1º Vice-Presidente

Mario Gomes
2º Vice-Presidente

Nilo Coelho
1º Secretário

Henrique La Rocque
2º Secretário

Emílio Gomes
3º Secretário

Nogueira de Rezende
4º Secretário

A MESA DO SENADO FEDERAL

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Camillo Nogueira da Gama
Vice-Presidente

Dinarte Mariz
1º Secretário

Adalberto Sena
2º Secretário em exercício

Cattete Pinheiro
3º Secretário em exercício

Guido Mondin
4º Secretário em exercício

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 17

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 39 da Constituição passa a ter a seguinte redação:

"Art. 39 O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital da República, de 1º de março a 30 de

junho e de 1º de agosto a 1º de dezembro."

Art. 2º São acrescidos ao art. 41 da Constituição os seguintes incisos:

".....

VI — atender a matéria relevante ou urgente, a juízo da Mesa de qualquer das Casas do Congresso Nacional;

VII — apreciar, por solicitação do Presidente da República, projetos de lei de sua iniciativa."

Art. 3º O art. 54 da Constituição, acrescido de um parágrafo, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 54 Os Ministros de Estado são obrigados a comparecer perante a Câmara dos Deputados, o Senado Federal ou qualquer das suas comissões, quando uma ou outra Câmara os convocar para, pessoalmente, prestar informações acerca de assunto previamente determinado.

§ 1º A falta de comparecimento, sem justificação, importa crime de responsabilidade.

§ 2º Os Ministros de Estado, a seu pedido, poderão comparecer perante as comissões ou o Plenário de qualquer das Casas do Congresso Nacional e discutir projetos relacionados com o Ministério sob sua direção."

Art. 4º O art. 58 da Constituição, mantidos os atuais parágrafos, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 58 O número de Deputados será fixado, por lei, em proporção que não exceda de um para cada trezentos mil habitantes, até vinte e cinco Deputados, e, além desse limite, um para cada quinhentos mil habitantes."

Art. 5º E' acrescido ao art. 65 da Constituição o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. A lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo e da administração descentralizada."

Art. 6º Os parágrafos do art. 67 da Constituição passam a ter a seguinte redação:

"§ 1º Cabe à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a ini-

ciativa dos projetos de lei sobre matéria financeira.

§ 2º Ressalvada a competência da Câmara dos Deputados, do Senado e dos Tribunais Federais, no que concerne aos respectivos serviços administrativos, compete exclusivamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que criem cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimentos ou a despesa pública e disponham sobre a fixação das Forças Armadas. Aos projetos oriundos dessa competência exclusiva do Presidente da República não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista.

§ 3º A discussão dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República começará na Câmara dos Deputados e sua votação deverá estar concluída dentro de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do seu recebimento. Findo este prazo, sem deliberação, o projeto passará ao Senado Federal com a redação originária, e a revisão, discutida e votada num só turno, deverá ser concluída dentro de 45 (quarenta e cinco) dias. Esgotado o prazo, sem deliberação, considerar-se-á aprovado o texto como proveio da Câmara dos Deputados.

§ 4º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados se processará no prazo de 10 (dez) dias, decorrido o qual serão tidas como aprovadas.

§ 5º A Câmara dos Deputados e o Senado Federal poderão delegar poderes a comissões especiais, organizadas com observância do disposto no parágrafo único do art. 40, para discussão e votação de projetos de lei. O texto do projeto aprovado será publicado e considerado como adotado pela Câmara respectiva, salvo se, no prazo de 5 (cinco) dias, a maioria dos membros da Comissão ou 1/5 (um quinto) da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal requerer a sua apreciação pelo Plenário.

§ 6º Não poderão ser objeto da autorização prevista no § 5º os projetos sobre:

I — atos da competência exclusiva do Congresso Nacional, assim como os de competência privativa do Senado Federal e da Câmara dos Deputados;

II — organização dos juízos e tribunais e garantias da magistratura;

III — nacionalidade, cidadania e direito eleitoral;

IV — matéria orçamentária;

V — minas, riquezas do subsolo e quedas-d'água;

VI — estado de sítio.

§ 7º Os projetos de lei sobre o Distrito Federal serão examinados em comissão mista da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e votados separadamente nas duas Casas, observados os prazos estabelecidos nos §§ 3º e 4º deste artigo.

§ 8º Os projetos de leis complementares da Constituição e os de Código ou de reforma de Código receberão emendas perante as comissões, e sua tramitação obedecerá aos prazos que forem estabelecidos no regimentos internos ou em resoluções especiais.

§ 9º O projeto de lei que, na Câmara de origem, receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

§ 10 Os prazos estabelecidos neste artigo para a elaboração legislativa não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional."

Art. 7º O § 1º do art. 70 da Constituição passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º Se o Presidente da República julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de dez dias úteis, contados daquele em que o receber, e comunicará, no mesmo prazo, ao Presidente do Senado Federal, os motivos do veto. Se a sanção for negada quando estiver finda a sessão legislativa, o Presidente da República publicará o veto. O veto parcial deve abranger o texto de artigo, parágrafo, inciso, item, número ou alínea.

Brasília, em 26 de novembro de 1955.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

BILAC PINTO
Presidente

Batista Ramos

1º Vice-Presidente

Mário Gomes

2º Vice-Presidente

Nilo Coelho

1º Secretário

Henrique La Rocque

2º Secretário

Emílio Gomes

3º Secretário

Nogueira de Rezende

4º Secretário

A MESA DO SENADO FEDERAL

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Camillo Nogueira da Gama
Vice-Presidente

Dinarte Mariz

1º Secretário

Adalberto Sena

2º Secretário em exercício

Cattete Pinheiro

3º Secretário em exercício

Guido Mondim

4º Secretário em exercício

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 18

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição, a seguinte Emenda Constitucional:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º. O sistema tributário nacional compõe-se de impostos, taxas e contribuições de melhoria, e é regido pelo disposto nesta Emenda, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal, e, nos limites das respectivas competências, em leis federal, estadual ou municipal.

Art. 2º. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — instituir ou majorar tributo sem que a lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos nesta Emenda;

II — cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda, com base em lei

posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;

III — estabelecer limitações ao tráfico, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;

IV — cobrar impostos sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou serviços de Partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar;

d) o papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

§ 1º. O disposto na letra a do nº IV é extensivo às autarquias, tão-somente no que se refere ao patrimônio, a renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes.

§ 2º. O disposto na letra a, do nº IV não é extensivo aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente no que se refere aos tributos de sua competência, ressalvados os serviços públicos federais concedidos, cuja isenção geral de tributos pode ser instituída pela União, por meio de lei especial e tendo em vista o interesse comum.

Art. 3º. É vedado:

I — à União, instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município;

II — aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

Art. 4º. Somente a União, em casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios.

CAPÍTULO II

Dos Impostos

Seção I

Disposições Gerais

Art. 5º. Os impostos componentes do sistema tributário nacional são exclusivamente os que constam desta Emenda, com as competências e limitações nela previstas.

Art. 6º. Competem:

I — ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios;

II — à União, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados, e, se aquêles não forem divididos em Municípios, cumulativamente os atribuídos a êstes.

SEÇÃO II

Impostos sobre Comércio Exterior

Art. 7º. Compete à União:

I — o imposto sobre a importação de produtos estrangeiros;

II — o imposto sobre a exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados.

§ 1º. O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo dos impostos a que se refere este artigo, a fim de ajustá-los aos objetivos da política cambial e de comércio exterior.

§ 2º. A receita líquida do imposto a que se refere o nº II d'este artigo destina-se à formação de reservas monetárias, na forma da lei.

SEÇÃO III

Impostos sobre o Patrimônio e a Renda

Art. 8º. Competem à União:

I — o imposto sobre a propriedade territorial rural;

II — o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 9º. Compete aos Estados o imposto sobre a transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza ou por cessão física, como definidos em lei, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.

§ 1º. O imposto incide sobre a cessão de direitos relativos à aquisição dos bens referidos neste artigo.

§ 2º. O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos neste artigo, para sua incorporação ao capital de pessoas jurídicas, salvo o daquelas cuja atividade preponderante, como definida em lei complementar, seja a venda ou a locação da propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§ 3º. O imposto compete ao Estado da situação do imóvel sobre que versar a mutação patrimonial, mesmo que esta decorra de sucessão aberta no estrangeiro.

§ 4º. A alíquota do imposto não excederá os limites fixados em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar, e o seu montante será dedutível do devido à União, a título do imposto de que trata o art. 8º, nº II, sobre o provento decorrente da mesma transmissão.

Art. 10. Compete aos Municípios o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

SEÇÃO IV

Impostos sobre a Produção, e a Circulação

Art. 11. Compete à União o imposto sobre produtos industrializados.

Parágrafo único. O imposto é seletivo em função da essencialidade dos produtos, e não-cumulativo, abatendo-se, em cada operação, o montante cobrado nos anteriores.

Art. 12. Compete aos Estados o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por comerciantes, industriais e produtores.

§ 1º. A alíquota do imposto é uniforme para todas as mercadorias, não excedendo, nas operações que as destinem a outro Estado, o limite fixado em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar.

§ 2º. O imposto é não-cumulativo, abatendo-se, em cada operação, nos termos do disposto em lei complementar, o montante cobrado nas anteriores, pelo mesmo ou por outro Estado, e não incidirá sobre a venda a varejo, diretamente ao consumidor, de gêneros de primeira necessidade, definidos como tais por ato do Poder Executivo Estadual.

Art. 13. Compete aos Municípios cobrar o imposto referido no artigo com base na legislação estadual a êle relativa, e por alíquota não superior a 30% (trinta por cento) da instituída pelo Estado.

Parágrafo único. A cobrança prevista neste artigo é limitada às operações ocorridas no território do Município, mas independente da efetiva arrecadação, pelo Estado, do imposto a que se refere o artigo anterior.

Art. 14. Compete à União o imposto:

I — sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários;

II — sobre serviços de transportes e comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal.

§ 1º. O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases do cálculo do imposto, nos casos do nº I d'este artigo, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política monetária.

§ 2º. A receita líquida do imposto nos casos do nº I d'este artigo, destina-se à formação de reservas monetárias.

Art. 15. Compete aos Municípios o imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.

Parágrafo único. Lei complementar estabelecerá critérios para distinguir as atividades a que se refere este artigo das previstas no art. 12.

SEÇÃO V

Impostos Especiais

Art. 16. Compete à União o imposto sobre:

I — produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de combustíveis e lubrificantes líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza;

II — produção, importação, distribuição ou consumo de energia elétrica;

III — produção, circulação ou consumo de minerais do País.

Parágrafo único — O imposto incide, uma só vez, sobre uma dentre as operações previstas em cada inciso d'este artigo e exclui quaisquer outros tributos, sejam quais forem sua natureza ou competência, incidentes sobre aquelas operações.

Art. 17. Compete à União, na iminência ou no caso de guerra externa, instituir, temporariamente, impostos extraordinários, compreendidos ou não na enumeração constante dos artigos 8º e 16, suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz.

CAPÍTULO III

Das Taxas

Art. 18. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, cobrar taxas em função do exercício regular do poder de polícia, ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Parágrafo único. As taxas não terão base de cálculo idêntica à que corresponda a imposto referido nesta Emenda.

CAPÍTULO IV

Das Contribuições de Melhoria

Art. 19. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, cobrar contribuição de melhoria para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

CAPÍTULO V

Das Distribuições de Receitas Tributárias

Art. 20. Serão distribuídos pela União:

I — aos Municípios da localização dos imóveis, o produto da arrecadação do imposto a que se refere o artigo 8º, nº I;

II — aos Estados e aos Municípios, o produto da arrecadação, na fonte, do imposto a que se refere o art. 8º, nº II, incidente sobre a renda das obrigações de sua dívida pública e sobre os proventos dos seus servidores e dos de suas autarquias.

Parágrafo único. As autoridades arrecadoras dos tributos a que se refere este artigo farão entrega aos Estados e Municípios das importâncias recebidas correspondentes a estes impostos, à medida em que forem sendo arrecadadas, independentemente da ordem das autoridades superiores, em prazo não maior de trinta dias, a contar da data do recolhimento dos mesmos tributos, sob pena de demissão.

Art. 21. Do produto da arrecadação dos impostos a que se referem o artigo 8º, nº II, e o art. 11, 80% (oitenta por cento) constituem receita da União e o restante distribuir-se-á à razão de 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

§ 1º. A aplicação dos Fundos previstos neste artigo será regulada por lei complementar, que cometerá ao Tribunal de Contas da União o cálculo e a autorização orçamentária ou de qualquer outra formalidade, efetuando-se a entrega, mensalmente, através dos estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 2º. Do total recebido nos termos do parágrafo anterior, cada entidade participante destinará obrigatoriamente 50% (cinquenta por cento), pelo menos, ao seu orçamento de capital.

§ 3º. Para os efeitos de cálculo da percentagem destinada aos Fundos de Participação exclui-se, do produto da arrecadação do imposto a que se refere o art. 8º, nº II, a parcela distribuída nos termos do art. 20, nº II.

Art. 22. Sem prejuízo do disposto no art. 21, os Estados e Municípios que celebrem com a União convênios destinados a assegurar ampla e eficiente coordenação dos respectivos programas de investimentos e serviços públicos, especialmente no campo da política tributária, poderão participar de até 10% (dez por cento) da arrecadação efetuada, nos respectivos territórios, proveniente do imposto referido no art. 8º, nº II, incidente sobre o rendimento das pessoas físicas, e no art. 11, excluído o incidente sobre fumo e bebidas alcoólicas.

Art. 23. Do produto da arrecadação do imposto a que se refere o art. 16 serão distribuídos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios 60% (sessenta por cento) do que incidir sobre operações relativas a combustíveis, lubrificantes e energia elétrica, e 90% (noventa por cento) do que incidir sobre operações relativas a minerais do País.

Parágrafo único. A distribuição prevista neste artigo será regulada em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar, proporcionalmente à superfície e à produção e ao consumo, nos respecti-

vos territórios, dos produtos a que se refere o imposto.

Art. 24. A lei federal pode cometer aos Estados, ao Distrito Federal, ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos, de competência da União, cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à arrecadação dos impostos de competência dos Estados, cujo produto estes venham a distribuir, no todo ou em parte, aos respectivos Municípios.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 25. Ressalvado o disposto no artigo 26 e seus parágrafos, ficam revogados ou substituídos pelas disposições desta Emenda o art. 15 e seus parágrafos, o art. 21, o § 4º do art. 26, o art. 27, o art. 29 e seu parágrafo único, os de ns. I e II do art. 30 e seu parágrafo único o art. 32, o § 34 do art. 141, o art. 202 e o art. 203 da Constituição, o art. 5º da Emenda Constitucional nº 3, a Emenda Constitucional nº 5 e os arts. 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 10.

Art. 26. Os tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, vigentes à data da promulgação desta Emenda, salvo o imposto de exportação, poderão continuar a ser cobrados até 31 de dezembro de 1966, devendo, nesse prazo, ser revogados, alterados ou substituídos por outros na conformidade do disposto nesta Emenda.

§ 1º A lei complementar poderá estabelecer que as alterações e substituições tributárias na conformidade do disposto nesta Emenda, entrem gradualmente em vigor nos exercícios de 1967, 1968 e 1969.

§ 2º. O art. 20 da Constituição ficará revogado, em relação a cada Estado, na data da entrada em vigor da lei que nele instituir o imposto previsto no artigo 12 desta Emenda.

§ 3º Entrará em vigor a 1º de janeiro do ano seguinte ao da promulgação desta Emenda o disposto no artigo 7º, nº II, no seu § 2º, e, quanto ao imposto de exportação, o previsto no seu § 1º.

Art. 27. São extensivos à Região Amazônica todos os incentivos fiscais, favores creditícios e demais vantagens

concedidas pela legislação à Região Nordeste do Brasil.

Brasília, 1 de dezembro de 1965.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

BILAC PINTO
Presidente

Batista Ramos
1º Vice-Presidente

Mário Gomes
2º Vice-Presidente

Nilo Coelho
1º Secretário

Henrique La Rocque
2º Secretário

Emílio Gomes
3º Secretário

Nogueira de Rezende
4º Secretário

A MESA DO SENADO

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Camilo Nogueira da Gama
Vice-Presidente

Dinarte Mariz
1º Secretário

Adalberto Sena
2º Secretário em exercício

Cattete Pinheiro
3º Secretário em exercício

Guido Mondin
4º Secretário em exercício

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição, a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 50 da Constituição passará a ter a seguinte redação:

"Art. 50. Enquanto durar o mandato, o funcionário público ficará afastado do exercício do cargo e só por antiguidade poderá ser promovido, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para essa promoção e para aposentadoria."

Art. 2º O § 4º do art. 182 da Constituição passará a ter a seguinte redação:

"§ 4º O militar em atividade que aceitar qualquer cargo público civil temporário não-eletivo será agregado ao respectivo quadro e somente poderá ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção, transferência para a reserva ou reforma. Depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, será transferido, na forma da lei, para a reserva, ou reformado".

Art. 3º Na aplicação do disposto no § 4º do art. 182 da Constituição, os militares que, na data de publicação desta Emenda, já se encontrarem afastados no desempenho de cargo público civil há dois anos ou mais, poderão permanecer nessa situação por mais seis meses. Os que estiverem afastados há menos de dois anos poderão assim permanecer até completarem o máximo de dois anos e seis meses de afastamento.

Brasília, 7 de dezembro de 1965.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

BILAC PINTO
Presidente

Batista Ramos
1º Vice-Presidente

Mário Gomes
2º Vice-Presidente

Nilo Coelho
1º Secretário

Henrique La Rocque
2º Secretário

Emílio Gomes
3º Secretário

Nogueira de Rezende
4º Secretário

A MESA DO SENADO FEDERAL

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Camilo Nogueira da Gama
Vice-Presidente

Dinarte Mariz
1º Secretário

Adalberto Sena
2º Secretário em exercício

Joaquim Parente
3º Secretário em exercício

Guido Mondin
4º Secretário em exercício

III — ATOS COMPLEMENTARES

ATO COMPLEMENTAR Nº 1

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30 do Ato Institucional nº 2, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Constitui crime a infração do disposto no item III do art. 16 do Ato Institucional nº 2:

Pena: de 3 meses a 1 ano de detenção.

§ 1º Quem, de qualquer modo, concorre para o crime, incide na mesma pena.

§ 2º Se o crime fôr praticado por meio de imprensa, rádio ou televisão, o responsável pelo órgão de divulgação será também processado e julgado pelo juiz singular e a pena será acrescida de multa de 100.000 a 1.000.000 de cruzeiros.

Art. 2º As medidas de segurança previstas no item IV do art. 16 do Ato Institucional nº 2 serão aplicadas pelo Ministro da Justiça, após investigação sumária pelo Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, e submetidas, dentro de 48 horas, à apreciação do Juiz Federal competente, observando-se, no que couber, o Código Penal e o Código de Processo Penal.

Parágrafo único. Da decisão, despacho ou sentença do Juiz sobre a aplicação da medida de segurança, ou sua execução, caberá recurso em sentido estrito, sem efeito suspensivo, para o Tribunal Federal de Recursos.

Art. 3º Este Ato Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições de lei em contrário.

Brasília, 27 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Montenegro Magalhães

ATO COMPLEMENTAR Nº 2

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30 do Ato Institucional nº 2, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Enquanto não forem nomeados e empossados os Juizes Federais a que se refere o art. 94, inciso II, *in fine*, da Constituição, com a nova redação que lhe deu o art. 6º do Ato Institucional nº 2, continuarão a funcionar nos feitos da competência da Justiça Federal os Juizes Estaduais aos quais a legislação anterior atribuía essa jurisdição.

§ 1º Essa competência residual temporária não cessará, depois da posse do titular federal, nos processos cuja instrução houver sido iniciada em audiência.

§ 2º Os serventuários e auxiliares da Justiça Estadual servirão, igualmente, nos feitos de que trata este artigo, até a posse dos titulares federais.

Art. 2º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições de lei em contrário.

Brasília, 1º de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Juracy Montenegro Magalhães.

ATO COMPLEMENTAR Nº 3

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30 do Ato Institucional nº 2, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Cabe ao Ministro da Justiça representar ao Presidente da República, nos casos previstos nos artigos 14 e 15 do Ato Institucional nº 2, a fim de:

a) ser determinada a demissão, dispensa, remoção, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma de titulares das garantias suspensas a que se refere o Ato Institucional nº 2, desde que demonstrem incompatibilidade com os objetivos da Revolução;

b) ser decretada a suspensão dos direitos políticos dos cidadãos pelo prazo de dez anos, e a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, no interesse de preservar e consolidar a Revolução.

Art. 2º O Ministro da Justiça agirá "ex officio" ou mediante solicitação de qualquer Ministério, encaminhada exclusivamente pelos titulares das Pastas.

Parágrafo único. Somente aos Ministros militares cabe a iniciativa de solicitar medidas de transferência para a reserva ou reforma.

Art. 3º Nos casos previstos na letra a do artigo primeiro será ouvido o indiciado, na fase de investigação sumária, em prazo nunca excedente de oito dias, salvo se houver antes apresentado razões em depoimento ou por outra qualquer forma.

Parágrafo único. A dificuldade ou obstáculo opostos pelo indiciado ao cumprimento dessa formalidade não impedirão o encerramento da investigação, quando esta for necessária.

Art. 4º A representação a que se refere o artigo primeiro não pode ser objeto de decisão sem o parecer do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 5º Se além da atuação anti-revolucionária for verificada a existência de crime, o Ministro da Justiça oficiará à autoridade competente para que se promova a ação penal, sem prejuízo da aplicação imediata das sanções referidas no artigo 1º.

Art. 6º Além da iniciativa do Ministro da Justiça, qualquer autoridade ou pessoa do povo poderá representar àquele, por escrito e com firma reconhecida, sobre a infração a que se refere o artigo 1º do Ato Complementar nº 1, de 27 de outubro de 1965.

§ 1º Aplica-se aos casos previstos neste artigo o disposto no artigo 3º e seu parágrafo único.

§ 2º Os elementos da investigação sumária ou, nos casos de fato público e notório, o ofício do Ministro da Justiça, constituirão peças de instrução do inquérito policial para a ação penal a que se refere o art. 1º do Ato Complementar nº 1.

Art. 7º Este ato complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições de lei em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Montenegro Magalhães

ATO COMPLEMENTAR Nº 4

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30 do Ato Institucional nº 2, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º Aos membros efetivos do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, caberá a iniciativa de promover a criação, dentro no prazo de 45 dias, de organizações que terão, nos termos do presente Ato, atribuições de partidos políticos enquanto estes não se constituírem.

Art. 2.º Os promoventes fixarão em documento:

- a) os objetivos da organização;
- b) a denominação, o modo de administração e o de representação judicial e extra-judicial;
- c) os membros, em número mínimo de 15, que integrarão a Comissão Diretora Nacional e a forma de constituição e funcionamento das Convenções;
- d) a indicação de comissões diretoras regionais com o número mínimo de 9 membros, nos Estados e Territórios, e a atribuição de poderes a elas conferidos pela Comissão Diretora Nacional;
- e) a indicação de líderes no Senado e na Câmara dos Deputados e o processo da substituição dos mesmos.

Art. 3.º A Comissão Diretora Nacional requererá ao Tribunal Superior Eleitoral o registro da organização, juntando ao requerimento cópia autêntica do documento referido no art. 2.º.

Parágrafo único. Deferido o registro, dentro no prazo de 10 dias, o Tribunal comunicará o deferimento aos Tribunais Regionais Eleitorais, fazendo constar da comunicação os nomes dos componentes da Comissão Regional constituída.

Art. 4.º Entre as atribuições da Comissão Diretora Regional se inclui, obrigatoriamente, a de designar Comissões Diretoras Municipais, com o número mínimo de 7 membros.

§ 1.º Nos Estados e nos Municípios, as Comissões diretoras designarão até 3 representantes junto a Justiça Eleitoral.

§ 2.º A Comissão Diretora Regional poderá deixar de designar comissão diretora para o Município da Capital, caso em que exercerá as atribuições que a esta caberiam.

Art. 5.º A Comissão Diretora Nacional e cada uma das comissões diretoras regionais elegerão, dentre os seus membros, um presidente, 3 vice-presidentes, um secretário-geral e um tesoureiro.

Parágrafo único. Cada comissão diretora municipal elegerá dentre seus membros, um presidente, um vice-presidente e um secretário-geral.

Art. 6.º Os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, indicados em Convenções, serão inscritos pela Comissão Diretora Nacional.

Art. 7.º Para as eleições de 1966, caberá às Comissões Diretoras estaduais e municipais, nas respectivas áreas, a inscrição de candidatos a governador e vice-governador, senador e respectivo suplente, deputados federais e estaduais, prefeito e vice-prefeito, juizes de paz e vereadores.

§ 1.º Para essas eleições, a indicação de candidato a senador e respectivo suplente deverá ser precedida de autorização assinada por eleitores que totalizem, no mínimo, cinco por cento do eleitorado que, no Estado, haja comparecido ao último pleito; a de deputado federal por eleitores em número não inferior a dois mil; a de deputado estadual por eleitores em número mínimo de mil; a de prefeito e vice-prefeito pelo mínimo de trezentos eleitores; e a de vereador pelo mínimo de cem eleitores.

§ 2.º A assinatura de cada eleitor deverá seguir-se a indicação do número do título e da zona eleitoral respectivos.

§ 3.º Se o eleitor assina, mais de uma autorização, valerá, apenas, a primeira.

§ 4.º No caso de o número de candidatos autorizados ser superior ao de inscrições permitidas a Comissão Diretora decidirá a respeito, por maioria de votos.

Art. 8.º O disposto na Constituição, nas leis e nos regimentos das casas legislativas sobre a representação proporcional nas Comissões se aplica as organizações de que trata este Ato.

Art. 9.º Para as eleições diretas a serem realizadas em 1966, poderá ser admitido o registro de candidatos em sub-legendas, na conformidade do que dispuser o documento constitutivo de cada organização.

Art. 10. Os candidatos que concorreram aos pleitos realizados a 3 de outubro último poderão exercer, até o encerramento definitivo do processo eleitoral, todos os atos que eram atribuídos aos partidos que os registraram.

Art. 11. O patrimônio dos partidos extintos terá a destinação prevista nos seus Estatutos, cabendo ao último presidente de cada um deles, no prazo de 60 dias, promover a execução deste dispositivo.

Parágrafo único. Na impossibilidade de cumprir-se o disposto neste artigo, o patrimônio será vendido no juízo da situação dos bens, e o produto líquido apurado, após o pagamento do passivo, será equitativamente distribuído entre as organizações, devidamente registradas, de que trata este Ato.

Art. 12. É vedada ao Presidente e Vice-Presidente da República, Ministros, Governadores, Vice-Governadores e Secretários de Estado e Territórios, Prefeitos e Vice-Prefeitos, a participação em qualquer comissão diretora prevista neste Ato.

Art. 13. Os nomes, siglas, legendas e símbolos dos partidos extintos não poderão ser usados para designação das organizações de que trata este Ato, nem utilizados para fins de propaganda escrita ou falada.

Parágrafo único. É vedada a designação ou denominação partidária, bem como a solicitação de adeptos, com base em credos religiosos ou em sentimentos regionalistas, de classe ou de raça.

Art. 14. Salvo o disposto no parágrafo único do art. 13 do Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, será convocado em caso de vaga nas câmaras legislativas federais, estaduais e municipais, o suplente a quem a mesma caberia segundo o disposto na legislação anterior ao referido Ato.

Art. 15. Ultimadas todas as eleições de 1966, promover-se-á a organização dos partidos políticos na forma da Lei n.º 4.740, de 15 de julho de 1965, e suas modificações.

Art. 16. As organizações registradas nos termos deste Ato poderão requerer a sua transformação em partido político, a partir de 1967, satisfeitas, apenas, as condições previstas no art. 47 da Lei nº 4.740.

Art. 17. O Ministro da Justiça poderá ordenar o fechamento de qualquer entidade de finalidade político-eleitoral não organizada de acordo com este Ato.

Art. 18. Para as eleições do ano de 1966 ficam vedadas alianças e congações entre as organizações de que trata este Ato.

Art. 19. Durante a vigência do Ato Institucional nº 2, a suspensão de garantia constitucional assegurada aos membros do Poder Judiciário (Constituição, arts. 95 e 118) não será motivo de impedimento ao exercício da magistratura eleitoral, nem importará no adiamento, suspensão ou cancelamento de eleições que devam realizar-se até 15 de março de 1967.

Art. 20. Ao congressista que não tiver subscrito documento constitutivo de uma das organizações a serem criadas com fundamento neste Ato, é facultado solicitar a sua filiação a qualquer delas, dentro no prazo de 30 dias, a contar do registro na Justiça Eleitoral. Não o fazendo, ficará vedada a sua participação em qualquer Comissão da casa legislativa a que pertencer e, bem assim, o exercício de qualquer missão parlamentar.

Art. 21. Será nula, para todos os efeitos, a assinatura aposta em documento de que trata o art. 2.º, por parte de congressista que haja subscrito, anteriormente, documento da mesma natureza.

Art. 22. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de novembro de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

ATO COMPLEMENTAR Nº 5

O Presidente da República, no uso das atribuições a que se refere o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Até que estejam constituídas as comissões diretoras municipais a que se refere o art. 4º do Ato Complementar nº 4 proceder-se-á, por Ato do Presidente da República, a intervenção nos municípios em que se vagarem os cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito, em virtude de renúncia, morte, perda ou extinção do mandato dos respectivos titulares.

Art. 2º A intervenção far-se-á mediante a nomeação de um Interventor que exercerá as atribuições conferidas aos Prefeitos Municipais.

Art. 3º Se a vacância do cargo de Prefeito Municipal coincidir com o término do mandato dos membros da Câmara Municipal, o Interventor exercerá, também, as atribuições que a esta confere a Lei Orgânica dos Municípios.

Parágrafo único. Exercerá, também, o Interventor, cumulativamente, as atribuições da Câmara Municipal na hipótese de ser decretado o recesso desta, nos termos do art. 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

IV — DECRETO-LEI

DECRETO-LEI Nº 1 — DE 13 DE
NOVEMBRO DE 1965

*Institui o cruzeiro novo e dá outras
providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

Considerando que a elaboração de medidas legais concernentes à reforma monetária pode, se inoportunamente divulgada, provocar reações financeiras e cambiais prejudiciais à segurança nacional, decreta:

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 1966, em data a ser fixada pelo Conselho Monetário Nacional, será instituído o cruzeiro novo, correspondendo o cruzeiro atual a um milésimo do cruzeiro novo, restabelecido o centavo.

Art. 2º E' o Banco Central da República do Brasil incumbido de providenciar a remarcação, impressão e aquisição de cédulas e cunhagem das novas moedas metálicas, nas quantidades indispensáveis à substituição do meio circulante.

§ 1º O Banco Central da República do Brasil, nos termos do que fôr decidido pelo Conselho Monetário Nacional, poderá assinar novos contratos ou termos aditivos aos contratos vigentes de fornecimento de papel moeda, cumprindo à Casa da Moeda sua fabricação em data não posterior a 31 de dezembro de 1967.

§ 2º A Casa da Moeda ficará vinculada ao Banco Central, nas condições que forem determinadas pelo Ministro da Fazenda.

Art. 3º Por um período de 18 meses, a contar da data da publicação deste decreto-lei, os portadores de Obrigações do Tesouro Nacional, de que trata a Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, quando do respectivo resgate, poderão optar pelo reajustamento do seu valor segundo a correção baseada nos coeficientes fixados pelo Conselho Nacional de Economia ou de acordo com os coeficientes calculados pelo Banco Central da República do Brasil, com base na variação da cotação do cruzeiro no mercado de câmbio manual, referida à taxa média mensal verificada no mês de outubro de 1965.

Art. 4º Os novos depósitos a prazo não inferior a 180 dias que vierem a ser efetivados até 31 de dezembro de 1965, serão, à opção dos depositantes, disponíveis no seu vencimento em cruzeiros novos ou em Obrigações do Tesouro Nacional, neste caso, pelo valor nominal vigente em outubro de 1965, beneficiando-se o depositante dos reajustamentos realizados a partir daquele mês.

Art. 5º O Conselho Monetário Nacional terá a faculdade de conceder aos bancos que mantiverem taxas de juros, descontos, serviços e comissões considerados adequados pelo Banco Central da República do Brasil, condições mais favoráveis na fixação da

proporção dos depósitos compulsórios que podem ser convertidos em obrigações do Tesouro Nacional.

Art. 6º O Conselho Monetário Nacional, por um período de doze (12) meses, a contar da publicação deste decreto-lei, é autorizado a elevar até 35% (trinta e cinco por cento) a percentagem a que se refere o art. 4º, inciso XIV, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para os bancos que não observarem o disposto no art. 5º.

Art. 7º Compete ao Conselho Monetário Nacional regulamentar, através de Resoluções, o presente decreto-lei, inclusive no que diz respeito à substituição de cédulas, ficando autorizado a reduzir os prazos consubstanciados no art. 11 da Lei nº 4.511, de 1º de dezembro de 1964.

Art. 8º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Paulo Bosisio

Arthur da Costa e Silva

Vasco da Cunha

Octavio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

Hugo Leme

Flávio Lacerda

Arnaldo Sussekind

Eduardo Gomes

Raymundo de Britto

Daniel Faraco

Octavio Marcondes Ferraz

Roberto Campos

Oswaldo Cordeiro de Farias

V — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 88, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Carlos Grandino, em 31 de outubro de 1950.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas, de 2 de maio de 1952, denegatório de registro a contrato de compra e venda celebrado em 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Carlos Grandino, como outorgado comprador, para venda de um imóvel situado à Rua Mocca, nº 2.214, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 21 de outubro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77 § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 89, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina.

Art. 1º É mantido o ato, de 11 de julho de 1963, do Tribunal de Contas, denegatório de registro a contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros, celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina em 1º de maio de 1963.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 2 de julho de 1956, aditivo ao contrato celebrado, em 27 de fevereiro de 1956, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, através do Ministério da Aeronáutica, e José Gomes Figueira.

Art. 1º. É mantido o ato do Tribunal de Contas, de 5 de setembro de 1956, denegatório de registro a termo, de 2 de julho de 1956, aditivo ao contrato celebrado, em 27 de fevereiro de 1956, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, através do Ministério da Aeronáutica, e José Gomes Figueira, para o desempenho da função de Professor de Matemática da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de novembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 91, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato — escritura de compra e venda, de 9 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e a Colonizadora e Madeireira Bandeirante Ltda., como outorgada compradora.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas, de 5 de outubro de 1951, denegatório de registro a contrato — escritura de compra e venda — de 9 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e a Colonizadora e Madeireira Bandeirante Ltda., como outorgada compradora, da área de terra da propriedade de Peperi-Chapécó, parte da gleba Um, Município de Chapécó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de novembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 92, DE 1965

Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, da revisão dos proventos da inatividade concedida ao extranumerário Olívio Thiago de Melo, aposentado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 1º É tornado definitivo o registro, feito "sob reserva", em 3 de setembro de 1957, pelo Tribunal de Contas da União, da revisão dos proven-

tos da inatividade concedida ao extranumerário mensalista Olivio Thiago de Melo, aposentado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, nos termos de que dispõem as Leis ns. 1.050, de 3 de janeiro de 1950, e 4.068-A, de 10 de junho de 1962.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de novembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 93, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de compra e venda celebrado, em 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Nunzio Briguglio, como outorgado comprador.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas, de 2 de maio de 1952, denegatório de registro a contrato de compra e venda de imóvel situado na Rua Orville Derby, 64, na cidade de São Paulo, celebrado em 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Nunzio Briguglio, como outorgado comprador.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de novembro de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do § 1º do art. 77, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 94, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo aditivo ao contrato celebrado, em 9 de setembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e a Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mocha Nacional.

Art. 1º É mantido o ato, de 9 de janeiro de 1953, do Tribunal de Contas, denegatório de registro a termo, de 18 de dezembro de 1952, aditivo ao contrato celebrado, em 9 de setembro do mesmo ano, entre o Ministério da Agricultura e a Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mocha Nacional, para manutenção do registro genealógico daquela raça no País.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de novembro de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do nº VII, do art. 66 da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 95, DE 1965

Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País.

Art. 1º E' o Vice-Presidente da República, Senhor José Maria de Alkmin, autorizado a ausentar-se do País, pelo prazo de trinta dias, para representar o Governo brasileiro nos funerais de Sua Majestade, a Rainha Elizabeth, da Bélgica.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de novembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 96, DE 1965

Aprova o Acôrdô sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República Argentina, firmado em 2 de junho de 1948.

Art. 1º É aprovado o Acôrdô sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República Argentina, firmado em 2 de junho de 1948.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 97, DE 1965

Aprova o Acôrdô que estabelece um regime provisório aplicável a um sistema comercial mundial de comunicações por satélite, e respectivo Acôrdô Especial, concluídos em Washington, a 20 de agosto de 1964, e assinados pelo Brasil a 4 de fevereiro de 1965.

Art. 1º É aprovado o Acôrdô que estabelece um regime provisório aplicável a um sistema comercial mundial de comunicações por satélite, e respectivo Acôrdô Especial, concluídos em Washington, a 20 de agosto de 1964, e assinados pelo Brasil a 4 de fevereiro de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 98, DE 1965

Determina o registro do contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1951, entre o Governo Federal e Francisco Moreno da Silva e sua mulher Maria do Carmo Oliveira.

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1951, entre o Governo Federal e Francisco Moreno da Silva e sua mulher Maria do Carmo Oliveira, para fins de irrigação agrícola, nos termos dos Decretos-leis ns. 1.498, de 9 de agosto de 1939 e 3.782, de 30 de outubro de 1941.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 99, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do registro a termo, de 5 de abril de 1954, aditivo ao acôrdo celebrado em 1 de abril de 1953, entre o Governo da União e o do Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas, de 28 de maio de 1954, denegatório do registro a termo, de 5 de abril de 1954, aditivo ao acôrdo celebrado em 1 de abril de 1953, entre o Governo da União e o do Estado da Bahia, para manutenção da Escola de Iniciação Agrícola, no Município de Canavieiras.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 100, DE 1965

Determina o registro de contrato de empréstimo, aos recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Pará, em 24 de maio de 1963.

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Pará, em 24 de maio de 1963.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 101, DE 1965

Aprova o texto do Protocolo firmado pelo Brasil em Washington, em 19 de abril de 1965, que prorroga o Acôrdo Internacional do Trigo de 1962.

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo firmado pelo Brasil em Washington, em 19 de abril de 1965, que prorroga o Acôrdo Internacional do Trigo, de 1962.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 102, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato-escritura de compra e venda — celebrado, em 27 de novembro de 1948, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e a firma M. Lupion & Companhia.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas, de 28 de novembro de 1952, denegatório de registro ao contrato-escritura de compra e venda — celebrado, em 27 de novembro de 1948, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e a firma M. Lupion & Companhia, como outorgada compradora.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 103, DE 1965

Determina o registro do contrato celebrado, em 8 de maio de 1961, entre o Ministério da Fazenda e a Companhia de Cimento Portland Cauê

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o contrato celebrado, em 8 de maio de 1961, entre o Ministério da Fazenda e a Companhia de Cimento Portland Cauê para gozo dos favores tributários previstos na Lei nº 1.942, de 12 de agosto de 1953.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de dezembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

VI — LEIS

LEI Nº 4.785, DE 6 DE OUTUBRO
DE 1965

Dispõe sobre a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários em todo o território nacional.

Art. 2º. Entende-se por produtos fitossanitários as substâncias ou preparações, de natureza química ou biológica, e os organismos vivos quando destinados ao emprego na prevenção, repelência e destruição de insetos, fungos, ervas daninhas, nematódios, ácaros, roedores e outras formas de vida animal ou vegetal e outros agentes que afetam as plantas e os produtos agrícolas.

Parágrafo único. Incluem-se como defensivos da lavoura os engenhos destinados aos fins mencionados neste artigo desde que sejam essenciais às características do processo de combate.

Art. 3º. Ao Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, através do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, compete especificar e caracterizar os produtos químicos, as preparações e as matérias-primas de composição de defensivos de uso na lavoura,

para efeito desta lei e de outros dispositivos legais relacionados com a importação, exportação, fabricação, manipulação, venda e uso de tais produtos no País.

Art. 4º. A fiscalização de que trata a presente lei abrange o comércio, armazenamento, trânsito e uso de produtos fitossanitários, bem como as empresas que exploram serviços fitossanitários.

Art. 5º. É competente para exercer a fiscalização de que trata a presente lei o Ministério da Agricultura, por intermédio do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária.

Parágrafo único. Mediante convênio, poderá o Ministério da Agricultura delegar competência das atribuições previstas no art. 5º da presente lei às Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Estados, Territórios ou Distrito Federal.

Art. 6º. O Poder Executivo baixará, no prazo de noventa dias, o Regulamento e demais medidas complementares que se fizerem necessárias à execução da presente lei.

Art. 7º. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Hugo de Almeida Leme

LEI Nº 4.786 — DE 6 DE OUTUBRO
DE 1965

Concede isenção de impostos para importação de bens destinados ao desenvolvimento da indústria mecânica de precisão.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir da vigência desta lei, isenção dos impostos de importação e consumo, para a importação de equipamentos de produção, com os respectivos acessórios, ferramentas e instrumentos destinados à fabricação de produtos da indústria mecânica fina, de precisão, cujos projetos industriais tenham sido aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (GEIMEC), da Comissão de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio.

§ 1º. Para os fins desta lei, a expressão "mecânica fina, de precisão" compreende as atividades que têm por objetivo a fabricação de artefatos mecânicos, de elevado conteúdo tecnológico, que exijam alto padrão de especificação, quanto a tolerâncias de medidas e de qualidade.

§ 2º. A isenção de que trata este artigo não abrange a taxa de despacho aduaneiro, nem se aplica ao material com similar nacional registrado.

§ 3º. A isenção prevista nesta lei estende-se aos materiais destinados à execução de projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (GEIMEC) e que tenham sido desembaraçados nas Alfândegas, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues
Daniel Faraco

LEI Nº 4.787 — DE 6 DE OUTUBRO
DE 1965

Autoriza a abertura do crédito suplementar, pelo Ministério da Fazenda, de Cr\$ 292.468.000 e torna inaplicável igual montante no Orçamento vigente, em dotações que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito suplementar de Cr\$ 292.468.000 (duzentos e noventa e dois milhões quatrocentos e sessenta e oito mil cruzeiros) ao Subanexo Ministério da Fazenda 4.14.10 Contadoria Geral da República, Dotação 3 — Despesas Correntes, 3.1 — Despesas de Custeio 3.1.1. — Pessoal 3.1.1.1 — Pessoal Civil variável, do Orçamento para o atual exercício, aprovado pela Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 2º. A dotação 3 — Despesas Correntes 3.1 — Despesas de Custeio 3.1.1.1. — Pessoal Civil — Fixo, constante do Orçamento Vigente, no subanexo 4.14 — Ministério da Fazenda — 4.14.10 — Contadoria Geral da República, fica reduzida de Cr\$ 292.468.000 (duzentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil cruzeiros).

Art. 3º. A discriminação das importâncias do crédito suplementar de que trata o art. 1º e da parcela considerada inaplicável, será feita pelo Poder Executivo e obedecerá ao disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues

LEI Nº 4.788 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1965

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 4.269.970.880 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), a diversos Ministérios, ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E o Poder Executivo autorizado a abrir pelos Ministérios a seguir indicados, pelo Poder Judiciário e pelo Tribunal de Contas da União, os créditos especiais no montante de Cr\$ 4.269.970.880 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e oitenta cruzeiros) discriminados na presente Lei:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

- | | |
|---|------------------------|
| 1) Para atender a despesas dos exercícios de 1962, 1963 e 1964, decorrentes dos encargos previstos no Acórdão Básico de Assistência Técnica, celebrado em 1951, com a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) (E.M. 907, de 4-11-64, do M.F.) | 40.268.500 |
| | <hr/> 40.268.500 <hr/> |

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

- | | |
|--|------------------------|
| 1) Para atender às despesas decorrentes da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, relativas à Universidade de Santa Catarina, e correspondentes ao exercício de 1963 (E.M. 80, de 26-1-65, do M.F.) | 87.864.323 |
| | <hr/> 87.864.323 <hr/> |

MINISTÉRIO DA FAZENDA

- | | |
|--|---------------|
| 1) Para atender ao pagamento da diferença de vencimentos e demais vantagens decorrentes do aumento concedido pela Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, devida ao Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, Dr. Manoel Murinho Pinheiro, no período de abril a dezembro de 1962 (E. M. 912, de 4-11-64, do M.F.) | 1.021.772 |
| 2) Para atender ao pagamento das despesas decorrentes da aplicação da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, ao pessoal do Estado do Acre, sendo Cr\$ 512.863.800 (quinhentos e doze milhões, oitocentos e sessenta e três mil e oitocentos cruzeiros), referente ao exercício de 1962, e Cr\$ 843.737.120 (oitocentos e quarenta e três milhões, setecentos e trinta e sete mil e cento e vinte cruzeiros), relativo ao exercício de 1963 (E.M. 1.129, de 17-12-64, do M.F.) | 1.356.600.920 |
| 3) Para ocorrer ao pagamento das despesas resultantes da construção de prédio destinado à Alfândega, Delegacia Fiscal do Tesouro, Diretoria Regional do Imposto de Renda e Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, sediados em Niterói, Estado do Rio de Janeiro (E.M. 1.034, de 2-12-64) | 218.000.000 |
| 4) Para ser aplicado pela Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN), nos fins previstos na Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, especialmente nas medidas de amparo financeiro à produção carbonífera, nos termos | |

	da letra f do art. 6º da referida Lei (E.M. 1.135, de 23-12-64, do M.F.)	1.530.000.000
6)	Para atender à liquidação de despesas decorrentes do fornecimento de luz elétrica, força motriz e gás, telefones, telefonemas aos órgãos do serviço público federal sediados nos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, enquadrados no art. 97 do Regulamento-Geral de Contabilidade da União (E.M. 73, de 26-1-65, do M.F.)	316.612.563
6)	Para atender ao pagamento das dividas enquadradas no art. 78 do Código de Contabilidade da União (E.M. 76, de 26-1-65, do M.F.)	500.000.000
		<hr/> 3.922.235.256 <hr/>

MINISTÉRIO DA MARINHA

1)	Para complementação de recursos necessários ao cumprimento da Lei nº 3.418, de 5 de julho de 1958 ...	154.000.000
		<hr/> 154.000.000 <hr/>

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

1)	Para regularização de despesas já efetuadas pela extinta Comissão Interministerial para Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos, na forma do § 1º do art. 48, do Código de Contabilidade da União (E.M. 934, de 11-11-64, do M.F.)	980.014
2)	Para liquidação dos compromissos remanescentes da Comissão Interministerial para Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (E.M. 934, de 11-11-64, do M.F.)	1.809.520
3)	Para atender ao pagamento de despesas de aluguel do Conselho Nacional do Petróleo, relativas ao exercício de 1964 (E.M. 159, de 18-2-65, do M.F.)	4.158.913
		<hr/> 6.948.447 <hr/>

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Distrito Federal

1)	Para ocorrer ao pagamento dos proventos de disponibilidade, correspondentes ao exercício de 1964, aos Juizes de Direito Geraldo Irenêo, da Justiça do Distrito Federal, e Francisco Alves Duarte e Silvio Fausto de Oliveira, da Justiça dos Territórios (E.M. 67, de 25-1-65, do M.F.)	2.491.362
----	---	-----------

Supremo Tribunal Federal

1)	Para atender às despesas com a aquisição de um Grupo Diesel Gerador-Hoods-Mercedes Benz — "Carmos", de 50KVA (E.M. 233, de 15-3-55, do M.F.)	15.000.000
1)	Para atender a despesas com o pagamento de aluguéis referentes ao exercício de 1964 (E.M. 284, de 29-3-65, do M.F.)	17.357.749
		<hr/> 34.849.111 <hr/>

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

- 1) Para atender ao pagamento de vencimentos, diferenças de vencimento, gratificação adicional por tempo de serviço e salário-família ao pessoal pôsto em disponibilidade pela Lei nº 4.210-63, no periodo de 10 de julho de 1964 a 31 de dezembro de 1965

23.804.739

23.804.739

4.269.970.880

Art. 2º. Os créditos especiais de Cr\$ 218.000.000 (duzentos e dezotto milhões de cruzeiros) e Cr\$ 316.612.563 (trezentos e dezesseis milhões, seiscentos e doze mil, quinhentos e sessenta e três cruzeiros), especificados nos itens 3º e 5º da parte do Ministério da Fazenda, terão a vigência de três exercicios, e o de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) especificado no item 6º, também da parte do Ministério da Fazenda, terá a vigência de cinco exercicios.

Art. 3º. Os créditos especiais de que trata a presente Lei serão automaticamente registrados e distribuidos ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Luiz Viana Filho

Paulo Bosisio

Octavio Gouveia de Bulhões

Hugo Leme

Flavio Lacerda

Mauro Thibau

LEI Nº 4.789, DE 14 DE OUTUBRO
DE 1965

Dispõe sobre o Serviço Nacional de Recenseamento e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Serviço Nacional de Recenseamento (SNR) fica instituido como órgão de natureza permanente, integrado na estrutura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 2º. Ao Serviço Nacional de Recenseamento compete:

I — Realizar os Recenseamentos Gerais do Brasil, nos anos de milési-

mo zero, compreendendo os Censos Demográficos (População e Habitação) e Econômicos (Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços);

II — Realizar os Censos Econômicos nos anos de milésimo cinco, para aferir, em prazo conveniente, as variações das estruturas econômicas do País, nos intervalos entre os Recenseamentos Gerais;

III — Realizar os inquéritos complementares e levantamentos especiais que forem julgados necessários pelo IBGE ou a este solicitados pelo Governo Federal;

IV — Prestar assessoramento técnicos e, quando solicitado, promover a execução, mediante convênios que assegurem o ressarcimento das despesas a serem efetuadas, de levantamentos censitários restritos ou específicos,

considerados necessários por órgãos governamentais, federais, estaduais ou municipais;

V — Atender mediante convênios que assegurem o ressarcimento das despesas a serem efetuadas, às solicitações de processamento de dados, dos outros órgãos governamentais ou entidades particulares, respeitada a prioridade das operações censitárias e dos demais órgãos do IBGE.

Art. 3º. A fim de assistir à execução das apurações do Recenseamento Geral de 1960, fica mantida a Comissão Censitária Nacional, de que trata o Decreto-lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, e os Decretos 44.229, de 31 de julho de 1958, e 52.806, de 26 de julho de 1963.

Art. 4º. O Serviço Nacional de Recenseamento terá a seguinte organização básica:

- I — Diretoria Geral
- II — Diretoria Técnica
- III — Divisões e Serviços
- IV — Tesouraria.

Art. 5º. O Serviço Nacional de Recenseamento será dirigido por um Diretor-Geral, nomeado, em comissão, pelo Presidente do IBGE.

Parágrafo único. O Diretor-Geral será assistido por um Gabinete.

Art. 6º. A Diretoria Técnica e as Divisões terão Diretores nomeados, em comissão, pelo Presidente do IBGE; os Serviços e a Tesouraria terão chefes designados pelo Diretor-Geral.

Parágrafo único. Os Serviços poderão desdobrar-se em unidades menores, que serão previstos no Regulamento do Serviço Nacional de Recenseamento.

Art. 7º. Dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência desta Lei, o Serviço Nacional de Recenseamento encaminhará ao Presidente da República, para aprovação, mediante decreto, o seu Regulamento, fixando a respectiva estrutura orgânica.

Art. 8º. O Serviço Nacional de Recenseamento terá Quadro de Pessoal próprio, vinculado ao IBGE, aprovado pelo Presidente da República.

Parágrafo único. O Quadro a que se refere este artigo será organizado obedecendo ao sistema de classifica-

ção de cargos instituído pela Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, com as alterações introduzidas pela Lei nº 4.345, de 26 de julho de 1964, inclusive com as ressalvas do art. 56, *in fine*, da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 9º. Os funcionários, que, na data da publicação desta Lei, se encontrarem em exercício no Serviço Nacional de Recenseamento, poderão optar pelo ingresso no Quadro de que trata o artigo anterior.

§ 1º. Poderão, igualmente, exercer idêntica opção os funcionários dos demais Quadros de Pessoal do IBGE, desde que tenham prestado, pelo menos, 3 (três) anos de serviço ao órgão central censitário.

§ 2º. A opção de que tratam este artigo e o respectivo § 1º será manifestada, pelo funcionário, no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da vigência desta Lei e deverá ser apreciada no interesse exclusivo da administração.

§ 3º. Aceita a opção, o funcionário passará a integrar o Quadro de Pessoal do SNR, mediante inclusão, quando da execução do disposto no art. 8º desta Lei, abrindo-se, concomitantemente, vagas nos Quadros de origem.

Art. 10. Além dos funcionários do Quadro de Pessoal, o SNR poderá dispor de pessoal a ser admitido na forma do art. 23, item II, e do art. 26 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 11. Terão preferência para as novas nomeações os recenseadores e outras pessoas que prestaram serviços nos dois últimos recenseamentos, desde que preencham os requisitos legais.

Art. 12. As despesas, de qualquer natureza, decorrentes da execução desta Lei, continuam a correr à conta dos recursos orçamentários do IBGE.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.790 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1965

Fixa novos valores dos símbolos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º — Os valores dos símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, criado pela Lei nº 409, de 25 de setembro de 1948, e alterado pelas Leis números 1.979, de 8 de setembro de 1953, 3.214, de 19 de julho de 1957, 3.492, de 18 de dezembro de 1958, e 4.088, de 12 de julho de 1962, passam a ser os constantes da tabela seguinte:

PJ	Cr\$ 417.000
PJ- 0	Cr\$ 410.000
PJ- 1	Cr\$ 405.000
PJ- 2	Cr\$ 387.000
PJ- 3	Cr\$ 367.000
PJ- 4	Cr\$ 333.000
PJ- 5	Cr\$ 317.000
PJ- 6	Cr\$ 300.000
PJ- 7	Cr\$ 275.000
PJ- 8	Cr\$ 250.000
PJ- 9	Cr\$ 225.000
PJ-10	Cr\$ 205.000
PJ-11	Cr\$ 185.000
PJ-12	Cr\$ 167.000
PJ-13	Cr\$ 151.000

FUNÇÕES GRATIFICADAS

1-P	Cr\$ 300.000
2-P	Cr\$ 285.000
3-P	Cr\$ 270.000
4-P	Cr\$ 255.000

Art. 2º — O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 3º — A presente Lei aplica-se aos funcionários inativos, independentemente de prévia apostila.

Art. 4º — As vantagens financeiras resultantes desta Lei são devidas a partir de 1º de junho de 1964.

Art. 5º — Aplica-se aos funcionários do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região o disposto no art. 15 e seus parágrafos da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 6º — Para atender às despesas decorrentes desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, para o exercício financeiro de 1964, o crédito especial de Cr\$ 158.186.000 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e oitenta e seis mil cruzeiros) e, para reforço das dotações consignadas para tal, no exercício vigente de 1965, o crédito suplementar de Cr\$ 271.230.000 (duzentos e setenta e um milhões, duzentos e trinta mil cruzeiros), os quais serão automaticamente registrados no Tribunal de Contas da União e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 7º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juracy Montenegro Magalhães

LEI Nº 4.791 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1965

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º — Os valores dos símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, aprovado pela Lei nº 409, de 15 de setembro de 1948, passam a ser os constantes das tabelas anexas.

Parágrafo unico. — Ao funcionário nomeado para o exercício de cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento do símbolo previsto na tabela desta Lei ou pela percepção do vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo do cargo em comissão respectivo.

Art. 2º — A importância da gratificação de função será igual à diferença entre o valor estabelecido para o símbolo respectivo e o vencimento do cargo efetivo ocupado pelo funcionário.

Parágrafo unico. — Ao funcionário designado para o exercício de encargos de chefia, de assessoramento ou de secretariado, é facultado optar pelo critério estabelecido neste artigo ou pela percepção do vencimento e demais vantagens de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo da função gratificada respectiva.

Art. 3º — O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 4º — Aplica-se esta Lei aos servidores inativos do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, independente de prévia apostila.

Art. 5º — As vantagens financeiras decorrentes desta Lei são devidas a partir de 1º de junho de 1964.

Art. 6º — Os cargos de carreira e os isolados de provimento efetivo do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região serão preenchidos mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 7º — Aplica-se aos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região o disposto no art. 15 e seus parágrafos, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 8º — Os atuais cargos de Servente criados pela Lei nº 4.124, de 27 de agosto de 1962, passarão a ter a denominação de Auxiliar de Portaria, mantidos os respectivos símbolos.

Art. 9º — Para atender às despesas decorrentes desta Lei, no exercício financeiro de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros), que será automaticamente registrado no Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 10 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

TABELAS A QUE SE REFERE O ART. 1º

Tabela A

Símbolo	Cr\$
PJ-	417.000
PJ- 0	410.000
PJ- 1	405.000
PJ- 2	387.000
PJ- 3	367.000
PJ- 4	333.000
PJ- 5	317.000
PJ- 6	300.000
PJ- 7	275.000
PJ- 8	250.000
PJ- 9	225.000
PJ-10	205.000
PJ-11	185.000
PJ-12	167.000

Tabela B

Símbolo	Cr\$
1-F	300.000
4-F	255.000
7-F	210.000

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Montenegro Magalhães

LEI Nº 4.792 — DE 20 DE OUTUBRO
— DE 1965

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para atender a despesas que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a elaboração, mediante contrato, de um plano de ação administrativa.

Art. 2º Os recursos previstos nesta lei serão providos com a anulação da importância de Cr\$ 200.000.000 (du-

zentos milhões de cruzeiros) da dotação 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial — Y.02 — Valorização Econômica da Amazônia; 1) para ser discriminada de acordo com o Plano Quinquenal ou com o Programa de Emergência (Constituição Federal, art. 199, parágrafo único; Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, arts. 10, 13 e 19), do Orçamento de 1965, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.793 — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros) para atender a despesas com reparos de navios.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas com reparo de navios.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata o presente artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Paulo Bosisio
Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.794 — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a visita ao Brasil, em caráter oficial, de Suas Altezas Reais o Grão-Duque e a Grã-Duquesa de Luxemburgo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a visita ao Brasil, em caráter oficial, de Suas Altezas Reais o Grão-Duque e a Grã-Duquesa de Luxemburgo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de outubro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Vasco da Cunha
Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.795 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1965

Modifica, sem aumento de despesas, distribuição de dotações consignadas na Lei nº 4.589, de 10 de dezembro de 1964.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito suplementar de Cr\$ 170.000.000 (cento e setenta milhões de cruzeiros), como reforço às seguintes rubricas do Orçamento vigente:

Anexo 4.00.00 — Poder Executivo
Subanexo 4.01.00 — Presidência da República

	Cr\$
1) 3.1.2.0 — Material de Consumo	140.000.000
5) 4.1.3.0 — Equipamentos e instalações	20.000.000
6) 4.1.4.0 — Material permanente	10.000.000
	<hr/>
	170.000.000

Art. 2º A fim de atender ao disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sofrerão alterações as seguintes rubricas do Orçamento em vigor:

Anexo 4.00.00 -- Poder Executivo		
Subanexo 4.01.00 -- Presidência da República		
		Cr\$
2) 3.1.4.0 -- Reduza-se de 189.000.000 para 49.000.000....	140.000.000	
3) 4.1.1.3 -- Reduza-se de 50.000.000 para 25.000.000	25.000.000	
4) 4.1.1.4 -- Cancele-se a dotação	5.000.000	
	<hr/>	
	170.000.000	

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Montenegro Magalhães

LEI Nº 4.796 -- DE 20 DE OUTUBRO DE 1965

Altera, sem ônus, a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964 que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São feitas, sem ônus, as seguintes alterações na Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965:

Anexo 3 -- Poder Judiciário
 Subanexo 3.03.00 -- Justiça Militar
 Unidade 3.03.01 -- Superior Tribunal Militar
 Função 0.2 -- Categoria Econômica:
 4.0.0.0 -- Despesas de Capital
 4.1.0.0 -- Investimentos
 4.1.1.0 -- Obras Públicas
 4.1.1.2 -- Início de Obras:

1) Onde se lê:

"2) Construção de 102 apartamentos em Brasília para o Pessoal da Justiça Militar... -- 900.000.000",

Leia-se:

"2) Construção de apartamentos em Brasília, para o Pessoal da Justiça Militar... 900.000.000",

2) Transfira-se para a especificação

"2) Construção de apartamento em Brasília, para o Pessoal da Justiça Militar... 900.000.000", a verba consignada na especificação.

"1) Construção de um estabelecimento Penal Militar em Brasília... 200.000.000".

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Montenegro Magalhães

LEI Nº 4.797 — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1965

Torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Passa a ser de uso obrigatório em todo o território nacional, em serviços de utilidade pública explorados por empresas estatais, paraestatais e privadas, destinadas aos transportes ferroviário e rodoviário, serviços telegráficos, telefônicos e de fornecimento de eletricidade, o emprego de madeiras preservadas, especialmente preparadas e trabalhadas para esse fim.

Parágrafo único. A obrigatoriedade a que se refere o presente artigo será observada exclusivamente com relação às essências florestais passíveis de tratamento,

Art. 2º Considera-se madeira preservada a que for tratada com substâncias químicas, que assegurem satisfatória conservação das peças, especialmente quando em contato com o solo ou sob condições que contribuem para a diminuição de sua durabilidade.

Parágrafo único. Deverão ser usadas para esse fim substâncias preferentemente nacionais.

Art. 3º Aplicam-se à importação de matérias primas ou preparados de emprego específico na preservação das madeiras os dispositivos do art. 4º e seus parágrafos, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

§ 1º O Departamento de Recursos Naturais Renováveis, do Ministério da Agricultura, indicará os produtos ou preparados, de uso essencial na preservação das madeiras, que devam gozar dos benefícios do art. 4º da citada Lei nº 3.244.

§ 2º A importação dos produtos de que trata este artigo far-se-á na forma das instruções baixadas pelo Conselho de Política Aduaneira.

Art. 4º O Departamento de Recursos Naturais Renováveis será devidamente aparelhado, a fim de poder orientar e fiscalizar, diretamente ou mediante acordo com órgãos estaduais, os trabalhos que se relacionem com a extração e tratamento de madeiras.

Art. 5º O Departamento de Recursos Naturais Renováveis fiscalizará o cumprimento desta lei e aplicará as respectivas sanções, graduando-as conforme a gravidade de que se revestirem.

Parágrafo único. As entidades a que se refere o art. 1º ficarão sujeitas, pela violação desta lei, à multa de 5 (cinco) a 20% (vinte por cento) do valor da madeira que deixar de ser preservada, respondendo por ela a pessoa jurídica, em caso de empresa privada, ou o diretor do serviço, em caso de empresa estatal ou paraestatal.

Art. 6º O Poder Executivo expedirá, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta lei, o regulamento necessário à sua execução.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Hugo de Almeida Leme

LEI Nº 4.798 — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1965

Concede, pelo prazo de 2 (dois) anos, isenção dos impostos e taxas que menciona, aos materiais importados, para uso próprio, pelos bancos oficiais dos Estados, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de 2 (dois) anos, isenção dos impostos

de importação e de consumo, bem como das taxas de despacho aduaneiro, de melhoramentos dos portos e de renovação da Marinha Mercante aos equipamentos, maquinaria, sobressalentes e acessórios importados pelos bancos oficiais dos Estados, inclusive os constituídos sob a forma de sociedade de economia mista de que os Estados detenham a maioria das ações ordinárias, para uso próprio.

Art. 2º O favor concedido não compreende o material com similar nacional.

Art. 3º A isenção prevista nesta lei abrange igualmente os materiais já

importados pelo Banco do Estado da Guanabara, inclusive os já despachados nas repartições aduaneiras mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.799 -- DE 20 DE OUTUBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regionais Eleitorais — o crédito suplementar de Cr\$ 6.438.130.186, em reforço a dotações do Orçamento vigente (Lei número 4.539, de 10 de dezembro de 1964).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regionais Eleitorais, o crédito suplementar de Cr\$ 6.438.130.186 (seis bilhões quatrocentos e trinta e oito milhões, cento e trinta mil, cento e oitenta e seis cruzeiros), em reforço às seguintes dotações do orçamento do vigente exercício (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964):

PODER JUDICIARIO — ANEXO 3

04 — Justiça Eleitoral

Tribunais Regionais Eleitorais

0.2	3.0.0.0	Despesas Correntes			
	3.1.0.0	Despesas de Custeio			
	3.1.1.0	Pessoal			
	3.1.1.1	Pessoal Civil (Fixo e Var.)	6.392.591.470		
0.3	3.2.0.0	Transferências Correntes			
	3.2.5.0	Salário-família (Fixo)	45.538.716		

de acordo com a discriminação abaixo:

Função, Categoria Econômica		NATUREZA DA DESPESA		
		FIXO	VARIÁVEL	TOTAL
Especificação da despesa		Cr\$	Cr\$	Cr\$
3.04.02	Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas			
0.2	3.1.1.1 Pessoal Civil	81.033.800	204.000	81.237.800
0.3	3.2.5.0 Salário-família			
	01.00 — Pessoal Civil	432.000	—	432.000
				<hr/>
				81.669.800

3.4.03 — Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas			
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	105.550.000 3.188.000 <u>103.738.000</u>
3.04.04 — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia			
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	482.998.332 204.000 483.202.332
8.3	3.2.5.0	Salário-família	
	01.00	— Pessoal Civil	3.757.716 — <u>3.757.716</u>
			<u>486.960.048</u>
3.04.05 — Tribunal Regional Eleitoral do Ceará			
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	254.170.800 204.000 254.374.800
8.3	3.2.5.0	Salário-família	
	01.00	— Pessoal Civil	3.036.000 — <u>3.036.000</u>
			<u>257.410.800</u>
3.04.06 — Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal			
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	127.363.520 — <u>127.363.520</u>
3.04.07 — Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo			
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	108.820.000 2.704.000 111.524.000
8.3	3.2.5.0	Salário-família	
	01.00	— Pessoal Civil	1.500.000 — <u>1.500.000</u>
			<u>113.024.000</u>
3.04.08 — Tribunal Regional Eleitoral de Goiás			
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	115.642.200 1.054.000 116.696.200
8.3	3.2.5.0	Salário-família	
	01.00	— Pessoal Civil	250.000 — <u>250.000</u>
			<u>116.946.200</u>
3.04.09 — Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara			
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	1.084.887.300 204.000 1.085.091.300
8.3	3.2.5.0	Salário-família	
	01.00	— Pessoal Civil	3.810.000 — <u>3.810.000</u>
			<u>1.088.901.300</u>
3.04.10 — Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão			
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	145.655.200 204.000 145.859.200
8.3	3.2.5.0	Salário-família	
	01.00	— Pessoal Civil	1.800.000 — <u>1.800.000</u>
			<u>147.659.200</u>
3.04.11 — Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso			
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	75.896.356 204.000 76.100.356
3.04.12 — Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais			
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	671.548.200 12.452.200 684.000.400
	3.1.3.0	Serv. de Terceiros	— 1.140.000 1.140.000
8.3	3.2.5.0	Salário-família	
	01.00	— Pessoal Civil	10.313.000 — <u>10.313.000</u>
			<u>695.453.400</u>

3.04.13 — Tribunal Regional Eleitoral do Pará					
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	132.840.000	204.000	133.044.000
8.3	3.2.5.0	Salário-família			
	01.00	— Pessoal Civil	590.000	—	590.000
					<u>133.634.000</u>
3.04.14 — Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba					
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	113.416.500	204.000	113.620.500
8.3	3.2.5.0	Salário-família			
	01.00	— Pessoal Civil	1.356.000	—	1.356.000
					<u>114.976.500</u>
3.04.15 — Tribunal Regional Eleitoral do Paraná					
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	266.283.200	204.000	266.487.200
3.04.16 — Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco					
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	248.119.800	—	248.119.800
8.3	3.2.5.0	Salário-família			
	01.00	— Pessoal Civil	2.301.000	—	2.301.000
					<u>250.420.800</u>
3.04.17 — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí					
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	67.968.770	204.000	68.172.770
8.3	3.2.5.0	Salário-família			
	01.00	— Pessoal Civil	2.004.000	—	2.004.000
					<u>70.176.770</u>
3.04.18 — Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro					
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	262.402.200	—	262.402.200
8.3	3.2.5.0	Salário-família			
	01.00	— Pessoal Civil	358.000	—	358.000
					<u>262.760.200</u>
3.04.19 — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte					
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	128.138.840	—	128.138.840
8.3	3.2.5.0	Salário-família			
	01.00	— Pessoal Civil	1.704.000	—	1.704.000
					<u>129.842.840</u>
3.04.20 — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul					
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	330.872.052	20.881.000	351.753.052
3.04.21 — Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina					
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	201.573.800	2.177.000	203.750.800
3.04.22 — Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo					
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	1.219.740.400	204.000	1.219.944.400

8.3	3.2.5.0	Salário-família			
	01.00	— Pessoal Civil	10.800.000	—	10.800.000
					<u>1.230.744.400</u>
3.04.23	— <i>Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe</i>				
0.2	3.1.1.1	Pessoal Civil	121.626.000	204.000	121.830.000
8.3	3.2.5.0	Salário-família			
	01.00	— Pessoal Civil	1.527.000	—	1.527.000
					<u>123.357.000</u>

Art. 2º O referido crédito será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.800 — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 8.700.000.000 da categoria econômica 3.2.00 — Transferências Correntes, do Anexo 4.21.00 — Ministério da Saúde — 06 — Departamento de Administração (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 8.700.000.000 (oito bilhões e setecentos milhões de cruzeiros), à categoria econômica 3.2.0.0 — Transferências Correntes, do Anexo 4.21.00 — Ministério da Saúde — 06 — Departamento de Administração (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964) a saber:

- 3.2.0.0 — Transferências Correntes.
- 3.2.1.0 — Subvenções Sociais.
- 3.2.1.1 — Instituições Federais.

2) Fundação Serviço Especial de Saúde Pública — Cr\$ 8.700.000.000.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo Brito

LEI Nº 4.801 — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1965

Altera dispositivo do Decreto-lei número 1.995, de 1º de fevereiro de 1940, que fixa a tarifa geral para os serviços dos Correios e Telégrafos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 4º do Decreto-lei nº 1.995, de 1º de fevereiro de 1940, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único. As disposições dos citados arts. 11 e 26 são extensivas à Comissão Censitária Nacional e

aos contingentes militares em missão no exterior”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

LEI Nº 4.802 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1965

Determina a sede e o fôro da Administração do Porto do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto-lei nº 3.198, de 14 de abril de 1941, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º. A Administração do Porto do Rio de Janeiro (A. P. R. J.), órgão de natureza autárquica com personalidade jurídica própria, sede e fôro na Cidade do Rio de Janeiro, sob jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, tem por fim a exploração industrial, comercial e os melhoramentos do Porto do Rio de Janeiro”.

Art. 2º. As custas dos atos judiciais, praticados pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, serão pagas na conformidade do critério a que alude o § 1º do art. 56, do Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

LEI Nº 4.803 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1965

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 820.000.000 (oitocentos e vinte milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas com a mudança da Delegacia Fiscal de São Paulo para o Edifício Cibraço.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial, com vigência de quatro exercícios, de Cr\$ 820.000.000 (oitocentos e vinte milhões de cruzeiros), sendo: Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros) para a construção do edifício destinado à instalação das repartições fazendárias, em São Paulo, e Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas com a mudança da Delegacia Fiscal naquele Estado para o edifício Cibraço, situado na Avenida Conceição, nº 140.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.804 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1965

Dispõe sobre demolições e reconstruções de benfeitorias, em próprio nacional, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As demolições e reconstruções de benfeitorias, em próprio nacional, somente poderão ser efetuadas mediante autorização do Ministro de

Estado sob cuja jurisdição se encontrar o imóvel.

Art. 2º Consideram-se benfeitorias para os efeitos desta lei:

- a) edificações permanentes ou desmontáveis;
- b) muros e cercas que delimitam o imóvel;
- c) construções de emergência.

Parágrafo único. Não são consideradas benfeitorias:

- a) áreas cobertas destinadas a abrigar, por tempo determinado, material em trânsito;
- b) muros e cercas internas provisórias;
- c) abrigos rústicos.

Art. 3º Concluída a demolição, caberá ao Ministério respectivo encaminhar ao Serviço do Patrimônio da União plantas, termo de vistoria e demais elementos indispensáveis à modificação do registro competente no cadastro do bem imóvel.

Art. 4º Na demolição por construção defeituosa, dolo, imperícia, omissão ou negligência, o parecer técnico do órgão fiscalizador da obra substituirá o termo de vistoria.

Parágrafo único. Aquêlê documento deverá conter os esclarecimentos indispensáveis a trabalhos de tal natureza, com a indicação do responsável ou responsáveis pelo evento.

Art. 5º É proibida a demolição ou reconstrução de benfeitoria existente em próprio nacional tombado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sem o prévio assentimento do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Gouveia de Bulhões
Flavio Lacerda

LEI Nº 4.805 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral o crédito suplementar de Cr\$ 456.950.000, em reforço à dotação do Orçamento vigente (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito suplementar de Cr\$ 456.950.000 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e cinquenta mil cruzeiros), em reforço à dotação do Orçamento vigente (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964), com a seguinte discriminação:

- 0.2 — 3.0.0.0 — Despesas Correntes
 - 3.1.0.0 — Despesas de Custeio
 - 3.1.1.0 — Pessoal
 - 3.1.1.1 — Pessoal Civil
 - Fixo — 450.950.000
- 0.3 — 3.2.0.0 — Transferências Correntes
 - 3.2.5.0 — Salário-família
 - 01.00 — Pessoal Civil
 - Fixo — 6.000.000

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.806 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1965

Extingue a Divisão de Cooperativismo e Organização Rural do Departamento de Produção Agropecuária do Ministério da Agricultura, transfere atribuições, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica extinta, no Departamento de Promoção Agropecuária do

Ministério da Agricultura, a Divisão de Cooperativismo e Organização Rural, cujas atribuições foram transferidas, pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, para o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

Parágrafo único. Fica transferida para o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário a atribuição conferida ao Departamento de Promoção Agropecuária no art. 20 da Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962, relativa à extensão rural.

Art. 2º Ficam igualmente extintos, no Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Agricultura, o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Diretor da Divisão de Cooperativismo e Organização Rural, bem como as funções gratificadas existentes naquela Divisão.

Art. 3º Cabe ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário a execução dos programas nacionais de revenda de material agropecuário, envolvendo materiais pesados e outros necessários à lavoura, criação e ao trabalho dos agricultores e de suas famílias.

§ 1º Ao Serviço de Revenda de Material Agropecuario fica afeta a revenda de sementes, mudas, reprodutores, adubos, material de defesa sanitária animal e vegetal e outros materiais necessários ao cumprimento dos planos de trabalho do Ministério da Agricultura.

§ 2º Os planos de revenda já iniciados pelo Ministério da Agricultura permanecerão no corrente exercício sob a responsabilidade dos órgãos que os iniciaram.

Art. 4º São transferidos ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário o acervo e os arquivos da Divisão de Cooperativismo e Organização Rural, bem como os materiais destinados à revenda, afeta àquela Autarquia, e disponíveis na data da presente Lei, que não estejam vinculados a programas já aprovados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Fica o Ministério da Agricultura autorizado a constituir uma Comissão incumbida de, no prazo de 60 (sessenta) dias da publi-

cação desta Lei, proceder ao levantamento dos bens a que se refere este artigo.

Art. 5º O Ministério da Agricultura poderá mediante ajuste com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, desenvolver através de seus Departamentos específicos, programas de revenda atribuídos por esta Lei àquele Instituto.

Art. 6º Fica o Ministério da Agricultura autorizado a aplicar em despesas de custeio com o Estabelecimento Rural de Tapajós, transferido àquele Ministério pelo art. 113 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, as disponibilidades do crédito consignado na Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, sob a seguinte classificação: 4.12.00 — Ministério da Agricultura, 4.12.01 — Gabinete do Ministro; 3.0.0.0 — Despesas Correntes, 3.2.0.0 — Transferências Correntes, 3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes, 3.2.9.2 — Entidades Federais, 1) Pessoal dos Órgãos da Administração Descentralizada: X — 29 — Superintendência da Política Agrária.

Art. 7º Além dos recursos previstos para o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário na Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, fica atribuída àquela autarquia a contribuição que, pela Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, era destinada à extinta Superintendência de Política Agrária (SUPRA), equivalente a 15% (quinze por cento) dos recursos concedidos ao Fundo Federal Agropecuario, oriundos da percentagem que lhe cabe da Receita Tributária da União.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as demais providências necessárias à execução do que dispõe a presente Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Hugo Leme

LEI Nº 4.807 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 519.550 (quinhentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros), para atender a despesas efetuadas com a realização de eleições em 1963 e 1964.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 519.550 (quinhentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros) para atender a despesas efetuadas com a realização de eleições em 1963 e 1964.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.808 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1965

Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 4.563, de 11 de dezembro de 1964, que "institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 3º da Lei nº 4.563, de 11 de dezembro de 1964, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º. O Conselho Nacional de Transportes será constituído dos se-

guintes membros, todos brasileiros natos:

a) um presidente, que será o Ministro da Viação e Obras Públicas;

b) um representante do Estado Maior das Forças Armadas;

c) o Presidente do Conselho Rodoviário Nacional;

d) o Presidente do Conselho Ferroviário Nacional;

e) o Presidente do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis;

f) o Diretor da Aeronáutica Civil ou de órgão deliberativo que vier substituí-lo;

g) um representante do Ministério das Relações Exteriores;

h) um representante do Ministério da Fazenda;

i) um representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica;

j) um representante da Contadoria Geral dos Transportes ou órgão que a vier substituir;

l) um representante da Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Carga;

m) um representante do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima;

n) um representante do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Comercial;

o) um representante da Marinha Mercante ou órgão que a vier substituir.

§ 1º. Os membros do Conselho Nacional de Transportes, correspondentes às letras b, g, h, i, j, l, m, n e o, exercerão o mandato por 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 2º. O Conselho Nacional de Transportes terá assessores permanentes para assuntos ligados aos seguintes Ministérios:

— do Trabalho e da Previdência Social;

— das Minas e Energia;

— da Agricultura;

— da Indústria e do Comércio;

— e, eventualmente, de outros Ministérios.

§ 3º. Os representantes dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Econômica e das Relações Exteriores serão designados pelos respectivos Ministros que indicarão, também, nos casos de impedimentos, os seus respectivos substitutos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Montenegro Magalhães

LEI Nº 4.809 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 191.364.240 (cento e noventa e um milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta cruzeiros), para atender às despesas com o comparecimento do Episcopado brasileiro à Quarta Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores — indicando o recurso previsto no art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 — o crédito especial de Cr\$ 191.364.240 (cento e noventa e um milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta cruzeiros), para atender às despesas com o comparecimento do Episcopado brasileiro à Quarta Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata a presente Lei será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Vasco da Cunha

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.810 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1965

Transfere cargo do Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas para o Quadro do Pessoal do Ministério da Fazenda.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica transferido para a Parte Permanente do Quadro do Pessoal do Ministério da Fazenda (Tesouro Nacional) 1 (um) cargo de Tesoureiro-Auxiliar, símbolo 4-C, do Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, com o respectivo ocupante, Miguel Cruz Silva.

Parágrafo único. O cargo transferido passará a denominar-se "Fiel do Tesouro", na forma do § 5º do artigo 7º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, ficando também extintos, quando vagarem, mais 2 (dois) cargos de Tesoureiro-Auxiliar, nível 18, do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Octavio Gouveia de Bulhões.

Juarez Távora

LEI Nº 4.811 — DE 25 DE OUTUBRO
DE 1965

Concede pensão mensal a Dona Maria Luiza Vitória Rui Barbosa Guerra.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida a D^a Maria Luiza Vitória Rui Barbosa Guerra, filha do Conselheiro Rui Barbosa, uma pensão mensal especial de valor correspondente ao dôbro do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 2º A pensão especial de que trata o artigo anterior será pessoal, intransferível e somente paga à beneficiária enquanto viver, correndo a despesa correspondente à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Octavio Gouveia de Bulhões.

LEI Nº 4.812 — DE 25 DE OUTUBRO
DE 1965

Concede pensão especial a D^a Hermínia Furtado Reis.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida a D^a Hermínia Furtado Reis, filha solteira de Aarão Reis, uma pensão mensal especial vitalícia de valor correspondente ao dôbro do maior salário-mínimo vigente no País.

Parágrafo único. O Benefício instituído neste artigo substitui o montepio deixado pelo "de cujus".

Art. 2º A pensão especial, de que trata o artigo anterior, será intransferível, correndo a despesa correspondente à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.813 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1965

Inclui, no Quadro de Pessoal da Polícia do Distrito Federal, criada pela Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, o Grupo Ocupacional PM-400 — Policiamento Ostensivo, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído, no Serviço Policial Metropolitano, do Quadro de Pessoal da Polícia do Distrito Federal, criado pela Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, o Grupo Ocupacional PM-400 — Policiamento Ostensivo, de conformidade com os anexos desta lei.

Parágrafo único. Os cargos integrantes do Grupo Ocupacional a que se refere este artigo serão extintos à medida que vagarem, assegurado o direito de promoção.

Art. 2º Os Quadros de Pessoal do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal, criados pela Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, ficam substituídos pelos constantes dos anexos da presente lei.

Art. 3º Os servidores abrangidos pelo parágrafo único do art. 19 da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, que não tenham atribuições de caráter policial, poderão, através de entendimentos mantidos entre o Diretor-Geral do DFSP e os dirigentes de outras entidades, ser submetidos a cursos ou estágios nestas últimas, findos os quais, se considerados aptos, serão efetivados.

Art. 4º Fica alterado, de 51.523 para 51.528, o número do Decreto citado no art. 20 da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964.

Art. 5º As despesas com a execução desta lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias e, bem assim, pelo crédito especial a que se refere o parágrafo único do art. 26 da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964.

Disposições Transitórias

Art. 6º O Departamento Federal de Segurança Pública e a Polícia do Distrito Federal, pelo prazo de 3 (três) anos, contado da vigência desta lei, e desde que não disponham de pessoal qualificado em número suficiente, poderão prover os cargos em comissão, ainda que privativos de funcionários do órgão, com pessoas estranhas a seus quadros e que satisfaçam aos requisitos exigidos para o respectivo provimento.

Art. 7º Os servidores do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal poderão optar pelo ingresso na Polícia Militar, na forma e condições a serem previstas no ato do Poder Executivo que reorganizar os quadros e efetivos da referida Corporação.

Parágrafo único. A opção deverá ser manifestada, por escrito, dentro de 30 (trinta) dias, cabendo às autoridades competentes apreciá-la e decidí-la dentro de 60 (sessenta) dias, contados ambos os prazos a partir da publicação do ato a que se refere este artigo.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de outubro de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Montenegro Magalhães.

Os anexos que se refere o art. 1º foram publicados no D.O. de 1-11-65.

LEI Nº 4.814 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1965

Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União para 1965

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado, sem aumento de despesa, o quadro relativo à unidade orçamentária 4.17.09 — Departamento de Administração (Encargos Especiais) do Subanexo 4.17.00 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — integrantes do Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1965, que passa a vigorar conforme a discriminação constante do Anexo, no que se refere às categorias econômicas, especificações e rubricas indicadas.

Parágrafo único. A discriminação de que trata este artigo tem vigência a partir de 1º de janeiro de 1965, para efeito de registro e controle das despesas já realizadas.

Art. 2º Onde se lê:

.....
Brasília, 25 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Montenegro Magalhães

Flavio Lacerda

Hugo de Almeida Leme

Os anexos a que se refere o texto foram publicados no D.O. de 27 de outubro de 1965.

LEI Nº 4.815 — DE 26 DE OUTUBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 201.591.171,50, para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor da Companhia Nacional de Navegação Costeira, Patrimônio Nacional, o crédito especial de Cr\$ 201.591.171,50 (duzentos e um milhões, quinhentos e noventa e um mil, cento e setenta e um cruzeiros e cinquenta centavos), para atender aos pagamentos devidos pela Companhia Nacional de Navegação Costeira ao Export-Import Bank of Washington, à Maritime Administration, Department of Commerce, e pagamento de seguro correspondente aos doze navios de carga, da série CI-M-AVI, adquiridos ao Governo dos Estados Unidos da América do Norte, por contrato de 13 de junho de 1956.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.816 — DE 26 DE OUTUBRO
DE 1965

Cria, na Justiça do Trabalho da 3.ª Região, duas Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criadas, na 3.ª Região da Justiça do Trabalho, 2 (duas) Juntas de Conciliação e Julgamento (2ª e 3ª), com sede no Distrito Federal e jurisdição sobre todo o seu território.

Art. 2º Para atender ao disposto no artigo anterior, são criados 2 (dois) cargos de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, 2 (dois) de Suplente de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, 4 (quatro) funções de Vogal, sendo 2 (duas) para a representação de empregados e 2 (duas) para a de empregadores.

§ 1º Haverá um suplente para cada vogal.

§ 2º Os vencimentos dos cargos e a gratificação das funções referidas neste artigo serão os fixados pela Lei n.º 3.414, de 20 de junho de 1958, com as alterações constantes das Leis ns.: 3.531, de 19 de janeiro de 1959; 3.780, de 12 de julho de 1960; 3.826, de 23 de novembro de 1960, e 4.439, de 27 de outubro de 1964.

Art. 3.º Os mandatos dos Vogais das Juntas de que trata esta Lei terminarão simultaneamente com os dos titulares da Junta criada pela Lei n.º 3.754, de 14 de abril de 1960, que passa a ser designada por 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento.

Art. 4.º São criados, no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, para a lotação das Juntas de Conciliação e Julgamento mencionadas no art. 1.º desta Lei, os cargos constantes da tabela anexa.

Parágrafo único. Os cargos criados neste artigo deverão ser providos por concurso de títulos e provas.

Art. 5.º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região promoverá a instalação das Juntas ora criadas.

Art. 6.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região — o crédito especial até a importância de Cr\$ 6.000.000 (seis milhões de cruzeiros), para atender às despesas oriundas da presente Lei.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de outubro de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Montenegro Magalhães

Octavio Gouveia de Bulhões

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 4.º

Justiça do Trabalho

3.ª Região

Juntas de Conciliação e Julgamento (2.ª e 3.ª) com sede no Distrito Federal

Número de Cargos	Cargos ou Funções	Padrão ou Símbolo
2	Chefe de Secretaria	PJ-1
4	Oficial Judiciário	PJ-7
8	Auxiliar Judiciário	PJ-9
2	Oficial de Justiça	PJ-8
4	Auxiliar de Portaria	PJ-13

LEI Nº 4.817 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1965

Acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 33 da Lei nº 3.820 de 11 de novembro de 1960, o seguinte parágrafo:

“§ 3º Poderão ser provisionadas, nos termos deste artigo, as Irmãs de Caridade que forem responsáveis técnicas de farmácias pertencentes ou administradas por Congregações Religiosas”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.818 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1965

Estende aos demais servidores federais de órgãos transferidos ao Estado da Guanabara, em virtude da Lei número 3.752, de 14 de abril de 1960, os benefícios do art. 46 e seus parágrafos, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É extensivo aos demais servidores federais de órgãos transferidos ao Estado da Guanabara, em virtude da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, o direito de opção pelo serviço federal, outorgado por força do art. 46 e seus parágrafos, da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963, aos servidores federais da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Conselho Penitenciário e do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo terão o prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a partir da data da publicação da presente Lei, para apresentarem seus requerimentos.

Brasília, 29 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juracy Magalhães

LEI Nº 4.819 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 6.749.890 (seis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa cruzeiros), para regularização de despesas decorrentes da visita ao Brasil de personalidades ilustres estrangeiras, no exercício de 1960.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito espe-

cial de Cr\$ 6.749.890 (seis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa cruzeiros), para regularização de despesas decorrentes da visita ao Brasil de personalidades ilustres estrangeiras, em 1960.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Vasco da Cunha

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.820 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1965

Dá nova redação ao item 85-28, alínea 004, da Seção XVI, da Tarifa que acompanha a Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O item 85-28, alínea 004, da Seção XVI, da Tarifa que acompanha a Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, passa a ter a seguinte redação:

“85-28 — Condensador e capacitor elétrico-fixo, ajustável ou variável:

.....
.....
.....
004) eletrolítico, fixo 80%”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto à sua obrigatoriedade nos Estados Estrangeiros.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente e para esse único efeito, o disposto no § 1º do art. 1º do Decreto-lei número 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Brasília, 29 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.821 — DE 29 DE OUTUBRO
DE 1965

CAPÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a aplicar, até 5% (cinco por cento) de seu orçamento anual, em crédito rotativo destinado a operações de revenda.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas autorizado a aplicar, até 5% (cinco por cento) de seu orçamento anual, em crédito rotativo destinado a operações de revenda.

Art. 2º A operação de revenda somente será deferida a agricultor e criador devendo ser aplicada em propriedade localizada na área do Polígono das Secas, em vale sob a jurisdição do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Art. 3º O crédito rotativo mencionado no art. 1º poderá ser destinado ao fomento da agricultura, da pecuária e da pesca interior e à prática da irrigação com a aquisição de ferramentas, aparelhos, implementos, produtos de defesa sanitária, motores, bombas, embarcações, mudas e sementes seleccionadas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

LEI Nº 4.822 — DE 29 DE OUTUBRO
DE 1965

Estabelece princípios, condições e critérios básicos para as promoções dos Oficiais da Marinha do Brasil.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei estabelece os princípios, condições e critérios básicos para as promoções dos Oficiais da Marinha do Brasil.

Art. 2º Promoção é o acesso, gradual e sucessivo, dos Oficiais melhor capacitados para o exercício das funções inerentes aos postos subsequentes, dos Corpos e Quadros de Oficiais da MB.

§ 1º O ato de promoção será substanciado:

a) por decreto, para os postos de oficial-general e superior;

b) por portaria do Ministro da Marinha, para os postos de oficial intermediário e subalterno.

§ 2º O ato de promoção será confirmado em Carta Patente.

§ 3º A antiguidade no posto é contada a partir da data do ato de promoção, salvo se nêle fôr estabelecida outra data.

Art. 3º As promoções a que se referem as letras a, b e c do art. 5º serão feitas dentro de 30 (trinta) dias contados da abertura das vagas.

§ 1º A promoção que fôr feita em data posterior ao limite do prazo de tolerância a que se refere o presente artigo será mandada contar, para todos os efeitos legais, a partir do último dia daquele prazo.

§ 2º As promoções previstas no parágrafo único do art. 5º deverão ser feitas com obediência dos prazos estritamente necessários ao atendimento das peculiaridades de cada caso.

Art. 4º O ingresso nos Corpos e Quadros dos Oficiais da MB só é permitido nos respectivos postos iniciais, por nomeação, desde que satisfeitas tôdas as exigências legais.

§ 1º É considerado posto inicial dos diversos Corpos e Quadros de Oficiais o de Segundo-Tenente, à exceção dos Corpos de Engenheiros e Técnicos Navais e de Saúde da Marinha, em que são, respectivamente, os de Capitão-Tenente e Primeiro-Tenente.

§ 2º A nomeação para os postos iniciais será efetuada dentro do prazo de 30 (trinta) dias, após satisfeitas tôdas as exigências legais.

CAPÍTULO II

Dos Critérios de Promoção

Art. 5º A promoção obedecerá a um dos seguintes critérios:

- a) escolha;
- b) merecimento;
- c) antiguidade.

Parágrafo único. Em casos extraordinários, poderá ocorrer promoção:

- a) por bravura;
- b) "post mortem";
- c) em ressarcimento de preterição; ou
- d) por dispositivo expresso da lei que regular a inatividade dos militares ou de outra lei especial.

Art. 6º A promoção aos diferentes postos, ressalvadas as exceções previstas nos §§ 1º e 2º do art. 8º, far-se-á pelos seguintes critérios:

- a) da Escolha — para os postos de Oficial-General;
- b) do Merecimento ou da Antiguidade, na forma do art. 8º, para os postos de Oficial Superior; e
- c) da Antiguidade — para os postos de Capitão-Tenente e Primeiro-Tenente.

Parágrafo único. As promoções de que trata o parágrafo único do artigo 5º, em suas letras a, b, c e d, independem dos critérios estabelecidos no presente artigo.

Art. 7º As promoções a que se referem as letras a, b e c do art. 5º processar-se-ão com base em listas para o critério de Escolha, em Quadros de Acesso por Merecimento para o critério do Merecimento e em Quadro de Acesso por Antiguidade para o critério da Antiguidade, previamente organizados e que atendam às peculiaridades de cada critério.

§ 1º A competência para a organização das Listas e dos Quadros de Acesso de que trata o presente artigo é privativa:

- a) da Primeira Comissão de Promoções, constituída por todos os Almirantes-de-Esquadra em comissão, designados pelo Ministro da Marinha — para a elaboração da Lista de Escolha para a promoção de Vice-Almirantes;
- b) da Segunda Comissão de Promoções, constituída por 1 Almirante-

-de-Esquadra e 4 Vice-Almirantes, todos em comissão, e que integrem o Conselho de Promoções de Oficiais, designados pelo Ministro da Marinha — para a elaboração da Lista de Escolha para promoção de Contra-Almirantes;

c) do Conselho de Promoções de Oficiais, constituído por 11 Oficiais-Generais, dos quais 1 Almirante-de-Esquadra, 4 Vice-Almirantes e 6 Contra-Almirantes, todos em comissão, designados pelo Ministro da Marinha para:

I — elaboração da Lista de Escolha para promoção de Capitães-de-Mar-e-Guerra;

II — elaboração dos Quadros de Acesso para promoção de oficiais aos postos de Oficial Superior pelos critérios do Merecimento e da Antiguidade.

§ 2º Além dos Membros Efetivos, a Segunda Comissão de Promoções contará com:

a) um Vice-Almirante do Corpo de Fuzileiros Navais, um Vice-Almirante do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, um Vice-Almirante do Corpo de Intendentes da Marinha e um Vice-Almirante do Corpo de Saúde da Marinha, todos em comissão, na qualidade de Membros Assessores, para a organização das Listas de Escolha, relativas aos respectivos Corpos e Quadros;

b) três Vice-Almirantes, Membros Suplentes, todos do Corpo da Armada, em comissão.

§ 3º Além dos Membros Efetivos, o Conselho de Promoções de Oficiais contará com:

a) dois Oficiais-Generais do Corpo de Fuzileiros Navais, dois Oficiais-Generais do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, dois Oficiais-Generais do Corpo de Intendentes da Marinha e dois Oficiais-Generais do Corpo de Saúde da Marinha, todos em comissão, na qualidade de Membros Assessores, para os fins previstos nos incisos I e II da alínea c do § 1º deste artigo e relativos aos respectivos Corpos;

b) três Oficiais-Generais, Membros Suplentes, todos do Corpo da Armada, em comissão.

Art. 8º As promoções aos diversos postos de Oficial Superior serão fei-

tas de acôrdo com as seguintes quotas:

- a) a Capitão-de-Corveta, 1 (uma) vaga por Merecimento e 1 (uma) por Antiguidade;
- b) a Capitão-de-Fragata, 3 (três) vagas por Merecimento e 1 (uma) por Antiguidade; e
- c) a Capitão-de-Mar-e-Guerra, 5 (cinco) vagas por Merecimento e 1 (uma) por Antiguidade.

§ 1º Nos Quadros de Farmacêuticos e Cirurgiões-Dentistas, as promoções ao posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra serão feitas exclusivamente pelo critério do Merecimento.

§ 2º Nos Quadros dos Oficiais Auxiliares da Marinha (QOAM) e do Corpo de Fuzileiros Navais (QOAFN), as promoções serão feitas mediante o seguinte critério:

- a) a Primeiro-Tenente — critério exclusivo da Antiguidade;
- b) a Capitão-Tenente, 1 (uma) por Merecimento e 1 (uma) por Antiguidade;
- c) a Capitão-de-Corveta — critério exclusivo do Merecimento.

§ 3º Os Quadros Complementares, pelas suas peculiaridades, têm o assunto definido nas leis que os criaram.

Art. 9º Será promovido por Escolha o Oficial-General ou Capitão-de-Mar-e-Guerra que fôr selecionado pelo Presidente da República dentre os nomes que compuserem a Lista de Escolha (arts. 6º e 7º).

Art. 10. A organização das Listas de Escolha obedecerá às seguintes normas básicas:

- a) quando o número de integrantes de cada Corpo ou Quadro da Marinha, nos postos de Vice-Almirante, Contra-Almirante ou Capitão-de-Mar-e-Guerra, fôr superior a 3 (três), a Lista será triplice;
- b) quando aquêle número fôr igual ou inferior a 3 (três), a Lista poderá ser integrada por 3 (três) ou menos de 3 (três) nomes;
- c) quando houver mais de uma vaga, a Lista deverá ser acrescida de mais 1 (um) nome por vaga excedente da primeira;
- d) ao ser organizada a Lista de Escolha, nela deverão ser incluídos, sem prejuízo do estipulado nos itens anteriores, os oficiais que não ocuparem vaga no Quadro.

Art. 11. O Oficial-General ou o Capitão-de-Mar-e-Guerra que, pela 4ª (quarta) vez consecutiva, fôr incluído em Lista de Escolha não poderá ser preterido por outro de menor antiguidade, a partir da 4ª (quarta) escolha, inclusive.

Art. 12. Será promovido por Merecimento o Capitão-de-Fragata, o Capitão-de-Corveta e o Capitão-Tenente que figurar no Quadro de Acesso por Merecimento, organizado nos termos dos arts. 6º e 7º, obedecendo-se à ordem de classificação nêle estabelecida, de acôrdo com a proporcionalidade estipulada no art. 8º.

Parágrafo único. Os Oficiais que não ocupam vaga no Quadro concorrerão na formação do Quadro de Acesso por Merecimento sem lhe diminuir o número estipulado e obedecendo ao mesmo critério de sua organização, fazendo-se menção no Quadro à sua situação.

Art. 13. Será promovido por Antiguidade o Oficial que figurar no Quadro de Acesso por Antiguidade, organizado nos termos dos arts. 6º e 7º, obedecendo-se à proporcionalidade estabelecida no art. 8º.

Art. 14. Não participará das Listas de Escolha e de nenhum dos Quadros de Acesso a que se referem os arts. 9º, 12 e 13 o oficial que não satisfizer qualquer das condições estabelecidas no art. 19 da presente Lei ou estiver incurso em impedimento legal.

Art. 15. O Oficial ao qual couber promoção por Antiguidade e figurar no Quadro de Acesso por Merecimento, a que se referem o art. 12 e seu parágrafo único, como o primeiro colocado, será promovido, obrigatoriamente, por Merecimento na quota de Antiguidade.

Art. 16. A promoção por Bravura só poderá ocorrer em consequência de operações de guerra.

§ 1º O ato de Bravura será apurado em investigação rigorosa procedida por um Conselho Especial, para esse fim designado.

§ 2º A promoção por Bravura poderá ser feita pelo Comandante do Teatro de Operações ou pelo Comandante da Força Naval em Operações de Guerra, confirmada em ambos os

casos por decreto do Presidente da República, ou portaria do Ministro da Marinha.

Art. 17. A promoção "Post Mortem" será feita quando o Oficial:

- a) tiver falecido em campanha ou serviço de guerra;
- b) tiver falecido em consequência de acidente em serviço ou moléstia neste adquirida e que ocasione seu falecimento na ativa; ou
- c) na data do falecimento, tiver as condições exigidas para passar à inatividade em posto superior.

Art. 18. A promoção em ressarcimento de preterição será feita:

- a) para corrigir erro administrativo;
- b) quando determinado por sentença judicial; ou
- c) após absolvição, passada em julgado a sentença.

CAPÍTULO III

Das Condições de Promoção

Art. 19. Condições de promoção são as exigências mínimas, essenciais e indispensáveis, para o acesso a cada posto, condicionado à existência de vaga, a saber:

- a) aptidão física;
- b) idoneidade moral; e
- c) preenchimento das cláusulas de acesso.

§ 1º A promoção por bravura ou "port-mortem" independe das condições deste artigo.

§ 2º A promoção em ressarcimento de preterição independe da existência de vaga.

Art. 20. As vagas são abertas em virtude de:

- a) promoção ao posto superior;
- b) transferência de quadro;
- c) transferência para a reserva;
- d) reforma;
- e) demissão;
- f) agregação;
- g) falecimento; e
- h) aumento de efetivo do Corpo ou Quadro.

Art. 21. A aptidão física será verificada em inspeção para o controle de saúde, conforme os padrões de higiene estabelecidos.

Art. 22. A idoneidade moral será apurada pelo Conselho de Promoções de Oficiais, ou pelas Comissões de Promoções, conforme o caso, em face de partes e/ou de informações regulamentares.

Art. 23. Cláusulas de acesso são os requisitos profissionais mínimos exigidos para a aferição da capacidade profissional do Oficial, a saber:

a) *Interstício* — o tempo mínimo de efetivo serviço naval a ser passado no posto, considerado imprescindível para a obtenção de tirocínio profissional;

b) *curtos* — os cursos, os exames, e os estágios, considerados necessários ao exercício da profissão;

c) *comissões* — as comissões essenciais a serem exercidas em cada posto; e

d) *proficiência* — a revelada no desempenho das comissões que lhe foram atribuídas.

§ 1º Os detalhes das cláusulas de acesso serão objeto de cogitação especial na Regulamentação da presente Lei.

§ 2º A Administração Naval proporcionará ao Oficial promovido por bravura, para prosseguimento de sua carreira, as oportunidades para preenchimento da cláusula de cursos não satisfeita.

Art. 24. Não poderá ser promovido o Oficial-General ou Oficial que, mesmo tendo preenchido todos os requisitos exigíveis, se encontre em uma das situações seguintes:

- a) prisioneiro de guerra;
- b) respondendo a processo, ou indiciado, em Conselho de Justificação, instaurado "ex officio", ou em Inquérito Policial-Militar;
- c) denunciado, quando aceita a denúncia;
- d) condenado, enquanto durar o cumprimento da pena;
- e) julgado fisicamente inapto temporário;
- f) inabilitado, por duas vezes, nos mesmos cursos, exames e/ou estágios previstos nas cláusulas de acesso;
- g) possuir, no posto 3 (três) informações regulamentares de grau mínimo de conceito, dadas por autoridades diferentes, ou, na carreira, 5 (cinco) informações regulamentares, nas mesmas condições;

h) em dívida com a Fazenda Nacional, por alcance;

i) suspensão da função ou cargo, de acôrdo com o art. 24 do Estatuto dos Militares; e

j) agregado, em uma das seguintes situações:

I — julgado fisicamente inapto temporário para o serviço militar, após um ano de moléstia continuada;

II — licenciado para tratar de interesse particular;

Vetado;

III — considerado desertor; e

IV — extraviado.

§ 1º O Oficial ressarcirá, automaticamente, os direitos inerentes à antiguidade, quando cessarem as restrições contidas nas alíneas "a" e "e" ou fôr absolvido ou impronunciado quanto ao disposto nas alíneas "b", "c" e incisos III e IV da alínea "j".

§ 2º O Oficial que fôr promovido em decorrência do § 1º e, pelas restrições a que estêve sujeito, não tiver podido preencher a cláusula de cursos, deverá satisfazer a essa exigência, quando determinado pela Administração Naval, para a continuação de sua carreira.

CAPÍTULO IV

Do Merecimento

Art. 25. Qualquer comissão ou serviço na Marinha pode constituir merecimento, dependendo da correção e eficiência com que foi desempenhada, das dificuldades vencidas e de outras circunstâncias que influam em sua apreciação.

Parágrafo único. Nenhuma comissão ou serviço, somente por sua natureza, constitui merecimento.

Art. 26. A proficiência no desempenho das comissões e serviços, para efeitos da avaliação do merecimento do Oficial, será apreciada no posto, enquanto que o conceito será o firmado ao longo de sua carreira.

Art. 27. Na organização das Listas de Escolha e dos Quadros de Acesso por Merecimento serão levadas em conta, basicamente, as informações regulamentares e demais documentos de informação relativos à carreira do Oficial.

§ 1º Não poderá ser incluído em Lista de Escolha ou em Quadro de

Acesso por Merecimento o Oficial que no posto:

a) tiver deixado de figurar por 4 (quatro) vêzes consecutivas em Lista de Escolha ou Quadro de Acesso por Merecimento, se em cada uma delas participou oficial mais moderno;

b) tiver sido reprovado em curso, exame ou estágio que constitua exigência regulamentar para promoção;

c) estiver agregado por um dos motivos abaixo discriminados:

I — no exercício de cargo público civil temporário;

II — em gozo de licença para tratamento de saúde de pessoa da família, por prazo superior a 6 (seis) meses;

III — em gozo de licença para aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos ou realizar estudos, no País ou no estrangeiro, por conta própria;

IV — em gozo de licença para exercer atividades técnicas de sua especialidade em organizações civis.

§ 2º Deverá ser retirado de Lista de Escolha ou do Quadro de Acesso por Merecimento o Oficial que venha a incidir em qualquer impedimento legal para promoção ou nos itens "b" e "c" do parágrafo anterior.

Art. 28. O previsto na letra "a" do § 1º do art. 27 não prevalecerá quando a causa fôr a contida na letra "b", sem que ao Oficial tivesse sido dada nova oportunidade de satisfazer à exigência dessa mesma letra "b".

Art. 29. O efetivo de cada Quadro de Acesso por Merecimento dos diferentes postos de cada Corpo ou Quadro da Marinha será especificado na Regulamentação da presente Lei.

Parágrafo único. O período de vigência do Quadro de Acesso por Merecimento, bem como sua suplementação dentro do período, será igualmente objeto da Regulamentação da presente Lei.

Art. 30. Os fatores a serem apreciados para a confecção dos Quadros de Acesso por Merecimento para os oficiais do Corpo da Armada serão os seguintes:

a) Mérito (Fator positivo no posto):

I — conduta excepcional em operações de guerra com citação explícita em Ordem do Dia;

II — tempo de serviço em operações ativas de guerra;

III — informações regulamentares favoráveis;

IV — aprovação com aproveitamento Destacado em curso regulamentar para o acesso;

V — Conceito Escola Favorável nos cursos da Escola de Guerra Naval;

VI — elogio nominal por fato ou ação altamente meritória, minuciosamente comprovado pela autoridade concedente;

b) *Demérito* (Fator negativo no pósto):

I — punição por crime ou falta disciplinar;

II — insucesso em comissão, expressamente comprovado pela autoridade imediatamente superior;

III — alcance;

IV — informações regulamentares abaixo do normal;

V — inabilitação em curso ou estágio que não constituam exigência regulamentar para o acesso; e

VI — licença para tratar de interesse particular.

c) *Conceito* (ao longo da carreira):

I — atributos pessoais observadas ao longo da carreira;

II — espírito inventivo ou criador demonstrado em trabalhos profissionais considerados de real utilidade para a Marinha;

III — serviços árduos executados, explicitamente citados em Ordem do Dia.

§ 1º Na confecção dos Quadros de Acesso por Merecimento serão considerados, com ênfase especial, as informações sobre os Oficiais concorrentes, dadas por seus colegas de pósto superior do mesmo Corpo ou Quadro, tradicionalmente denominadas, na Marinha, de "Informações Complementares".

§ 2º Para os demais Corpos e Quadros, os fatores enumerados neste artigo serão considerados como fôr cabível, na forma estabelecida no regulamento desta Lei.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 31. A Regulamentação da presente Lei, entre outras disposições, tratará especificamente:

a) da fixação dos requisitos profissionais mínimos, denominados cláusulas de acesso, bem como das normas para a verificação das qualificações e atuações profissionais para o serviço no pósto, dos diversos Corpos e Quadros;

b) das normas e requisitos para a organização dos Quadros de Acesso por Merecimento e por Antiguidade, assim como dos critérios de avaliação e da forma de apreciação do Mérito, do Demérito e do Conceito (artigo 30, letras a, b e c);

c) dos pormenores relativos à constituição e funcionamento das Comissões de Promoções e do Conselho de Promoções de Oficiais (art. 7º § 1º, letras a, b e c) e do Conselho Especial para os atos de Bravura (artigo 16, § 1º);

d) das normas e requisitos para a organização das "Informações Complementares" (art. 30, § 1º), bem como da forma de sua utilização na feitura dos Quadros de Acesso por Merecimento; e

e) da interposição de recursos atinentes à não-inclusão nos Quadros de Acesso.

Art. 32. Esta Lei não se aplica ao Quadro de Capelães Navais, cuja situação é regulada por legislação própria.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Transitórias

Art. 33. O Poder Executivo regulamentará esta Lei dentro de 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 34. A presente Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 35. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Paulo Bósio

LEI Nº 4.823 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1965

Concede isenção do imposto de importação e de taxas aduaneiras para materiais a serem importados pela Rádio Santana Limitada, de Anápolis, Estado de Goiás e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida isenção do imposto de importação e taxas aduaneiras para os materiais discriminados na relação anexa, a serem importados pela Rádio Santana Limitada, de Anápolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

RELAÇÃO DOS MATERIAIS A QUE SE REFERE O ART. 1º
(ZYW-30 — ANAPOLIS — GOIÁS)

Quantidade — Descrição	Model.	N. Castal	N Stock
1. Receptor Hammarlund HQ 110	HQ 110		
1. Receptor Hammarlund HQ 100	HQ 100		
4. Toca-discos Renk-O-Kut Company	B-16-H		
2. Gravadores de fita Norelco	EL-3536		
1. Gravador de fita Rádio Wire Television Inc. Presents	PT7-CC		
2. Pares de fone Telex-Monset		HMY-2	18184
3. Pares de fones Murdock Headphones	N.111		
20. Switches Birnack-Cutler Hammer.			
Switches Dobre pole style ST-52 tipe DPDT ou-off-on		5393	
9. Switches Birnack-Cutler Hammer.			
Switches single pole style ST-42 tipe SPDT on-off-on		5374	
8. Constant impedance controls Clarostat 500 ohms	CIL-600	CIL-600	
8. Constant impedance controls Clarostat 1.000 ohms	CIL-1.000	CIL-1.000	
1. Transmissor FM (Frequência modulada) 60 Watts, para Linck frequência entre 40 a 90 megaciclos			
1. Transmissor FM (Frequência Modulada) 30 Watts, para re- portagem volante, frequência entre 40 a 80 megaciclos			
2. Receptores FM (Frequência Modulada) para Broadcast			

PORCELAIN-CASED CAPACITORS "AEROVOX"

Quantidade — Capacidade	Tip e	CD Voltage
2. 003	1.996	12.500
2. 002	1.996	12.500
1. 0015	1.996	12.500
2. 005	1.996	10.000
2. 0005	1.996	12.500
10. Válvulas (Tube)		813
10. Válvulas (Tube)		807
10. Válvulas (Tube)		6V6
10. Válvulas (Tube)		5U4
10. Válvulas (Tube)		6J7
10. Válvulas (Tube)		6SJ7
10. Válvulas (Tube)		866-A
10. Válvulas (Tube)		504
1. Teleprinter-Mod. 15-A		
2. Cartridge-Tape Recorders		

LEI Nº 4.824 — DE 5 DE NOVEMBRO
DE 1965

Altera o § 1º do artigo 475, da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do artigo 475 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a ter a seguinte redação:

"Art. 475.

§ 1º Recuperando o empregado a capacidade de trabalho e sendo a aposentadoria cancelada, ser-lhe-á assegurado o direito à função que ocupava ao tempo da aposentadoria, facultado, porém, ao empregador, o direito de indenizá-lo por rescisão do contrato de trabalho, nos termos dos artigos 477 e 478, salvo na hipótese de ser ele portador de estabilidade, quando a indenização deverá ser paga na forma do artigo 497."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1965;
144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.825 — DE 5 DE NOVEMBRO
DE 1965

Acresce de um parágrafo o artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 483, da Consolidação das Leis do Trabalho, é acrescido de um parágrafo, com a seguinte redação:

"§ 3º Nas hipóteses das letras d e g, poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo

ou não no serviço até final decisão do processo."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.826 — DE 5 DE NOVEMBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas com a aquisição de imóvel em Rezende, Estado do Rio de Janeiro, destinado à instalação da Exatoria Federal naquela cidade.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas com a aquisição do imóvel situado na Rua Dr. Luiz Barreto números 59 a 67, em Rezende, Estado do Rio de Janeiro destinado à instalação da Exatoria Federal, naquela cidade, cuja declaração de utilidade pública, para efeito de desapropriação, foi feita pelo Decreto nº 54.103, de 6 de agosto de 1964, de que trata o processo M.F. número 403.012-63.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.827 — DE 5 DE NOVEMBRO
DE 1965

Concede pensão especial ao cidadão inglês Henry Philip Brotherton Dye, servidor da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida pensão mensal especial, em cruzeiros, equivalente a três vezes o maior salário-mínimo vigente no País, ao cidadão inglês Henry Philip Brotherton Dye, servidor, desde 1928, da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior.

Parágrafo único. A pensão será calculada fazendo-se a conversão ao câmbio pelo qual são escrituradas as operações de receita e despesa daquela Delegacia, a qual poderá efetuar o respectivo pagamento em cruzeiros, sempre que os interesses do País assim o aconselharem.

Art. 2º O pagamento da pensão de que trata esta Lei correrá à conta da dotação orçamentária própria do Ministério da Fazenda, distribuindo-se à citada Delegacia, no início de cada exercício financeiro, o crédito respectivo.

Art. 3º A pensão concedida por esta Lei, no caso de falecimento do beneficiário, será assegurada à sua esposa, e será devida a partir da data em que o falecimento ocorrer.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.828 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1965

Modifica, sem aumento de despesas, distribuição de dotações consignadas na Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, na parte que se refere ao subanexo do Conselho Nacional de Telecomunicações.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado, na forma do Quadro Anexo, o Subanexo 4.07.00 — Conselho Nacional de Telecomunicações — da Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a executar no exercício de 1966 a despesa da rubrica 4.2.1.0, caso a aquisição da sede da Delegacia Regional não se ultime no exercício de 1965.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

O anexo a que se refere o Art. 1º foi publicado no D.O. de 11 de novembro de 1965.

LEI Nº 4.829 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1965

Institucionaliza o crédito rural.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º O crédito rural, sistematizado nos termos desta Lei, será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do País e tendo em vista o bem-estar do povo.

Art. 2º Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor.

Art. 3º São objetivos específicos do crédito rural:

I — estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclu-

sive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural.

II — favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III — possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;

IV — incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo;

Art. 4º O Conselho Monetário Nacional, de acordo com as atribuições estabelecidas na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, disciplinará o crédito rural do País e estabelecerá, com exclusividade, normas operativas traduzidas nos seguintes tópicos:

I — avaliação, origem e dotação dos recursos a serem aplicados no crédito rural;

II — diretrizes e instruções relacionadas com a aplicação e controle do crédito rural;

III — critérios seletivos e de prioridade para a distribuição do crédito rural;

IV — fixação e ampliação dos programas de crédito rural, abrangendo todas as formas de suplementação de recursos, inclusive refinanciamento.

Art. 5º O cumprimento das deliberações do Conselho Monetário Nacional, aplicáveis ao crédito rural, será dirigido, coordenado e fiscalizado pelo Banco Central da República do Brasil.

Art. 6º Compete ao Banco Central da República do Brasil, como órgão de controle do sistema nacional do crédito rural:

I — sistematizar a ação dos órgãos financiadores e promover a sua coordenação com os que prestam assistência técnica e econômica ao produtor rural;

II — elaborar planos globais de aplicação do crédito rural e conhecer de sua execução, tendo em vista a avaliação dos resultados para introdução de correções cabíveis;

III — determinar os meios adequados de seleção e prioridade na distribuição do crédito rural e estabelecer medidas para o zoneamento dentro do qual devem atuar os diversos órgãos financiadores em função dos planos elaborados;

IV — incentivar a expansão da rede distribuidora do crédito rural, especialmente através de cooperativas;

V — estimular a ampliação dos programas de crédito rural, mediante financiamento aos órgãos participantes da rede distribuidora do crédito rural, especialmente aos bancos com sede nas áreas de produção e que destinem ao crédito rural mais de 50% (cinquenta por cento) de suas aplicações.

capítulo II

Do Sistema de Crédito Rural

Art. 7º Integrarão, basicamente, o sistema nacional de crédito rural:

I — O Banco Central da República do Brasil, com as funções indicadas no artigo anterior;

II — O Banco do Brasil S. A., através de suas carteiras especializadas;

III — O Banco de Crédito da Amazônia S. A. e o Banco do Nordeste do Brasil S. A., através de suas carteiras ou departamentos especializados, e

IV — O Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

§ 1º — Serão vinculados ao sistema:

I — de conformidade com o disposto na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964:

a) o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA;

b) o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA;

c) o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE;

II — como órgãos auxiliares, desde que operem em crédito rural dentro das diretrizes fixadas nesta Lei:

a) Bancos de que os Estados participem com a maioria de ações;

b) Caixas Econômicas;

c) Bancos privados;

d) Sociedades de crédito, financiamento e investimentos;

e) Cooperativas autorizadas a operar em crédito rural.

§ 2º — Poderão articular-se no sistema, mediante convênios, órgãos oficiais de valorização regional e entidades de prestação de assistência técnica e econômica ao produtor rural, cujos serviços sejam passíveis de utilizar em conjugação com o crédito.

§ 3º — Poderão incorporar-se ao sistema, além das entidades mencionadas neste artigo, outras que o Conselho Monetário Nacional venha a admitir.

capítulo III

Da Estrutura do Crédito Rural

Art. 8º O crédito rural restringe-se ao campo específico do financiamento das atividades rurais e adotará, assim, as modalidades de operações indicadas nesta Lei, para suprir as necessidades financeiras do custeio e da comercialização da produção própria, como também as de capital para investimentos e industrialização de produtos agropecuários, quando efetuada por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural.

Art. 9º Para os efeitos desta Lei, os financiamentos rurais caracterizam-se, segundo a finalidade, como de:

I — custeio, quando destinados a cobrir despesas normais de um ou mais períodos de produção agrícola ou pecuária;

II — investimento, quando se destinarem a inversões em bens e serviços cujos desfrutes se realizem no curso de vários períodos;

III — comercialização, quando destinados, isoladamente, ou como extensão do custeio, a cobrir despesas próprias da fase sucessiva à coleta da produção, sua estocagem, transporte ou à monetização de títulos oriundos da venda pelos produtores;

IV — industrialização de produtos agropecuários, quando efetuada por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural.

Art. 10. As operações de crédito rural subordinam-se às seguintes exigências essenciais:

I — idoneidade do proponente;

II — apresentação de orçamento de aplicação nas atividades específicas;

III — fiscalização pelo financiador.

Art. 11. Constituem modalidade de operações:

I — Crédito Rural Corrente a produtores rurais de capacidade técnica e substância econômica reconhecidas;

II — Crédito Rural Orientado, como forma de crédito tecnificado, com assistência técnica prestada pelo financiador, diretamente ou através de entidade especializada em extensão rural, com o objetivo de elevar os níveis de produtividade e melhorar o padrão de vida do produtor e sua família;

III — Crédito a Cooperativas de produtores rurais, como antecipação de recursos para funcionamento, aparelhamento, prestação de serviços aos cooperados, bem como para financiar estes, nas mesmas condições estabelecidas para as operações diretas de crédito rural, os trabalhos de custeio, coleta, transportes, estocagem e a comercialização da produção respectiva e os gastos com melhoramento de suas propriedades;

IV — Crédito para Comercialização com o fim de garantir aos produtores agrícolas preços remuneradores para a colocação de suas safras e industrialização de produtos agropecuários, quando efetuada por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural.

V — Crédito aos programas de colonização e reforma agrária, para fi-

nanciar projetos de colonização e reforma agrária como as definidas na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 12. As operações de crédito rural que forem realizadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, diretamente ou através de convênios, obedecerão às modalidades do crédito orientado, aplicadas às finalidades previstas na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 13. As entidades financiadoras participantes do sistema de crédito rural poderão designar representantes para acompanhar a execução de convênios relativos à aplicação de recursos por intermédio de órgãos intervenientes.

§ 1º Em caso de crédito a cooperativas, poderão os representantes mencionados neste artigo prestar assistência técnica e administrativa, como também orientar e fiscalizar a aplicação dos recursos.

§ 2º Quando se tratar de cooperativa integral de reforma agrária, aplicar-se-á o disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 14. Os termos, prazos, juros e demais condições das operações de crédito rural, sob quaisquer de suas modalidades, serão estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, observadas as disposições legais específicas, não expressamente revogadas pela presente Lei, inclusive o favorecimento previsto no art. 4º, inciso IX, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, ficando revogado o art. 4º do Decreto-lei nº 2.611, de 20 de setembro de 1940.

Parágrafo único. VETADO.

CAPÍTULO IV

Dos Recursos para o Crédito Rural

Art. 15. O crédito rural contará com suprimentos provenientes das seguintes fontes:

I — internas:

a) recursos que são ou vierem a ser atribuídos ao Fundo Nacional de

Refinanciamento Rural instituído pelo Decreto nº 54.019, de 14 de julho de 1964;

b) recursos que são ou vierem a ser atribuídos ao Fundo Nacional de Reforma Agrária, instituído pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

c) recursos que são ou vierem a ser atribuídos ao Fundo Agroindustrial de Reconversão, instituído pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

d) dotações orçamentárias atribuídas a órgãos que integrem ou venham a integrar o sistema de crédito rural, com destinação específica;

e) valores que o Conselho Monetário Nacional venha a isentar de recolhimento, na forma prevista na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, art. 4º, item XIV, letra "c", VETADO

f) recursos próprios dos órgãos participantes ou que venham a participar do sistema de crédito rural, na forma do art. 7º;

g) importâncias recolhidas ao Banco Central da República do Brasil pelo sistema bancário, na forma prevista no § 1º do art. 21;

h) produto da colocação de bônus de crédito rural, hipotecário ou títulos de natureza semelhante, que forem emitidos por entidades governamentais participantes do sistema, com características e sob condições que o Conselho Monetário Nacional autorize, obedecida a legislação referente à emissão e circulação de valores mobiliários;

i) produto das multas recolhidas nos termos do § 3º do art. 21;

j) resultado das operações de financiamento ou refinanciamento;

l) recursos outros de qualquer origem atribuídos exclusivamente para aplicação em crédito rural;

m) VETADO.

n) VETADO.

II — externas:

a) recursos decorrentes de empréstimos ou acordos, especialmente reservados para aplicação em crédito rural;

b) recursos especificamente reservados para aplicação em programas de assistência financeira ao setor ru-

ral, através do Fundo Nacional de Reforma Agrária, criado pelo art. 27 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

c) recursos especificamente reservados para aplicação em financiamentos de projetos de desenvolvimento agroindustrial, através do Fundo Agroindustrial de Reconversão, criado pelo art. 120 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

d) produto de acordos ou convênios celebrados com entidades estrangeiras ou internacionais, conforme normas que o Conselho Monetário Nacional traçar, desde que nelas sejam especificamente atribuídas parcelas para aplicação em programa de desenvolvimento de atividades rurais.

Art. 16. Os recursos destinados ao crédito rural, de origem externa ou interna, ficam sob o controle do Conselho Monetário Nacional, que fixará, anualmente, as normas de distribuição aos órgãos que participem do sistema de crédito rural, nos termos do art. 7º

Parágrafo único. Todo e qualquer fundo, já existente ou que vier a ser criado, destinado especificamente a financiamento de programas de crédito rural, terá sua administração determinada pelo Conselho Monetário Nacional, respeitada a legislação específica, que estabelecerá as normas e diretrizes para a sua aplicação.

Art. 17. Ao Banco Central da República do Brasil, de acordo com as atribuições estabelecidas na Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964, caberá entender-se ou participar de entendimentos com as instituições financeiras estrangeiras e internacionais, em assuntos ligados à obtenção de empréstimos destinados a programas de financiamento às atividades rurais, estando presente na assinatura dos convênios e apresentando ao Conselho Monetário Nacional sugestões quanto às normas para sua utilização.

Art. 18. O Conselho Monetário Nacional poderá tomar medidas de incentivo que visem a aumentar a participação da rede bancária não oficial na aplicação de crédito rural.

Art. 19. A fixação de limite do valor dos empréstimos a que se refere o § 2º do art. 126 da Lei nº 4.504,

de 30 de novembro de 1964, passa para a competência do Conselho Monetário Nacional, que levará em conta a proposta apresentada pela diretoria do Banco do Brasil S. A.

Art. 20. O Conselho Monetário Nacional, anualmente, na elaboração da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, incluirá dotação destinada ao custeio de assistência técnica e educativa aos beneficiários do crédito rural.

Art. 21. As instituições de crédito e entidades referidas no art. 7º desta Lei manterão aplicada em operações típicas de crédito rural, contratadas diretamente com produtores ou suas cooperativas, percentagem, a ser fixada pelo Conselho Monetário Nacional, dos recursos com que operarem.

§ 1º Os estabelecimentos que não desejarem ou não puderem cumprir as obrigações estabelecidas no presente artigo, recolherão as somas correspondentes em depósito no Banco Central da República do Brasil, para aplicação nos fins previstos nesta Lei.

§ 2º As quantias recolhidas no Banco Central da República do Brasil, na forma deste artigo, vencerão juros à taxa que o Conselho Monetário Nacional fixar.

§ 3º A inobservância ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à multa variável entre 10% (dez por cento) e 50% (cinquenta por cento) sobre os valores não aplicados em crédito rural.

§ 4º O não recolhimento da multa mencionada no parágrafo anterior, no prazo de 15 (quinze) dias, sujeitará o infrator às penalidades previstas no Capítulo V da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 22. O depósito que constitui o Fundo de Fomento à Produção, de que trata o art. 7º da Lei número 1.184, de 30 de agosto de 1950, fica elevado para 20% (vinte por cento) das dotações anuais previstas no art. 199 da Constituição Federal, e será efetuado pelo Tesouro Nacional no Banco de Crédito da Amazônia S.A., que se incumbirá de sua aplicação, direta e exclusiva, dentro da área da Amazônia, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e outras disposições contidas nesta Lei.

§ 1º O Banco de Crédito da Amazônia S.A., destinará, para aplicação em crédito rural, pelo menos 60% (sessenta por cento) do valor do Fundo, podendo o Conselho Monetário Nacional alterar essa percentagem, em face da circunstância que assim recomende.

§ 2º Os juros das aplicações mencionadas neste artigo serão cobrados às taxas usuais para as operações de tal natureza, conforme o Conselho Monetário Nacional fixar, ficando abolido o limite previsto no art. 7º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950.

CAPÍTULO V

Dos Instrumentos de Crédito Rural

Art. 23. VETADO

§ 1º VETADO

§ 2º VETADO

Art. 24 VETADO

CAPÍTULO VI

Das garantias do crédito rural

Art. 25. Poderão constituir garantia dos empréstimos rurais, de conformidade com a natureza da operação creditícia em causa:

- I — Penhor agrícola;
- II — Penhor pecuário;
- III — Penhor mercantil;
- IV — Penhor industrial;
- V — Bilhete de mercadoria;
- VI — Warrants;
- VII — Caução;
- VIII — Hipoteca;
- IX — Fidejussória;
- X — Outras que o Conselho Monetário venha a admitir.

Art. 26. A constituição das garantias previstas no artigo anterior, de livre convenção entre financiado e financiador, observará a legislação própria de cada tipo, bem como as normas complementares que o Conselho Monetário Nacional estabelecer ou aprovar.

Art. 27. As garantias reais serão sempre, preferentemente, outorgadas sem concorrência.

Art. 28. Exceto a hipoteca, as demais garantias reais oferecidas para segurança dos financiamentos rurais valerão entre as partes, independentemente de registro, com todos os direitos e privilégios.

Art. 29. Os bens adquiridos e as culturas custeadas ou formadas por meio do crédito rural em que couber garantia serão vinculados ao respectivo instrumento contratual como garantia especial.

Art. 20. O Conselho Monetário Nacional estabelecerá os termos e condições em que poderão ser contratados os seguros dos bens vinculados aos instrumentos de crédito rural.

CAPÍTULO VII

Disposições transitórias

Art. 31. O Banco Central da República do Brasil assumirá, até que o Conselho Monetário Nacional resolva em contrário, o encargo dos programas de treinamento de pessoal para administração do crédito rural, inclusive através de cooperativas, podendo, para tanto, firmar convênios que visem à realização de cursos e à obtenção de recursos para cobrir os gastos respectivos.

Parágrafo único. As unidades interessadas em treinar pessoal concorrerão para os gastos com a contribuição que for arbitrada pelo Banco Central da República do Brasil.

CAPÍTULO VIII

Disposições gerais

Art. 32. Os órgãos de orientação e coordenação de atividades rurais, criados no âmbito estadual, deverão elaborar seus programas de ação, no que respeita ao crédito especializado, observando as disposições desta Lei e normas complementares que o Conselho Monetário Nacional venha a baixar.

Art. 33. Estendem-se às instituições financeiras que integrem basicamente o sistema de crédito rural, nos termos do art. 7º, itens I a IV, desta Lei, as disposições constantes do artigo 4º, da Lei nº 454, de 9 de julho de 1937, do art. 3º do Decreto-lei número 2.611, e do art. 3º do Decreto-lei nº 2.612, ambos de 20 de setembro de 1940, e dos arts. 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.003, de 29 de dezembro de 1938.

Art. 34. As operações de crédito rural, sob quaisquer modalidades, de valor até 50 (cinquenta) vezes o maior

salário-mínimo vigente no País, pagarão somente as despesas indispensáveis, ficando isentas de taxas (VETADO) relativas aos serviços bancários.

§ 1º VETADO

§ 2º Fica revogado o art. 53 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 35. VETADO

Art. 36. Ficam transferidas para o Conselho Monetário Nacional, de acordo com o previsto nos arts. 3º e 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as atribuições conferidas à Comissão de Coordenação do Crédito Agropecuário pelo art. 15 da Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962, artigo esse que fica revogado.

Art. 37. A concessão do crédito rural em todas as suas modalidades, bem como a constituição das suas garantias, pelas instituições de crédito, públicas e privadas, independerá da exibição de comprovante de cumprimento de obrigações fiscais ou da previdência social, ou declaração de bens ou certidão negativa de multas por infringência do Código Florestal.

Parágrafo único. A comunicação da repartição competente, de ajulamento da dívida fiscal, de multa florestal ou previdenciária, impedirá a concessão do crédito rural ao devedor, a partir da data do recebimento da comunicação pela instituição de crédito, exceto se as garantias oferecidas assegurarem a solvabilidade do débito em litígio e da operação proposta pelo interessado.

Art. 38. As operações de crédito rural terão registro distinto na contabilidade dos financiadores e serão divulgadas com destaque nos balanços e balancetes.

Art. 39. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 40. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Hugo de Almeida Leme

LEI Nº 4.830 — DE 5 DE NOVEMBRO
DE 1965

Prorroga, até 31 de dezembro de 1967, a suspensão da cobrança das taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras na execução de suas linhas domésticas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 1967, o prazo fixado pela Lei nº 4.349, de 6 de julho de 1964, relativo à suspensão da cobrança de todas as taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras de navegação aérea, na execução de linhas ou viagens domésticas previstas pelo art. 6º da Lei nº 1.815, de 18 de fevereiro de 1953.

Art. 2º É concedida anistia fiscal às mencionadas empresas de navegação, relativamente às taxas aeroportuárias de pouso e estadia, devidas até a vigência da presente Lei, excetuados os débitos correspondentes a essas taxas e resultantes dos serviços das linhas internacionais por elas executadas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1966.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.831, — DE 5 DE NOVEMBRO
DE 1965

Dispõe sobre as novas denominações das Universidades Federais das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As Universidades Federais situadas nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, subordinadas ao

Ministério da Educação e Cultura, passam a denominar-se respectivamente, "Universidade Federal do Rio de Janeiro" e "Universidade Federal Fluminense".

Art. 2º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flavio Lacerda

LEI Nº 4.832 — DE 5 DE NOVEMBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 508.500.000 (quinhentos e oito milhões e quinhentos mil cruzeiros), destinado a atender a despesas com a restauração e adaptação de vários aeroportos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, com vigência por dois exercícios, o crédito especial de Cr\$ 508.500.000 (quinhentos e oito milhões e quinhentos mil cruzeiros), para ocorrer às despesas com a restauração e adaptação dos aeroportos de Uruguaiana, Afonso Pena, Santos Dumont, Belém, Salvador e São Luiz às exigências do tráfego aéreo.

Parágrafo único. O referido crédito terá a seguinte discriminação:

	Cr\$
Uruguaiana	72.000.000
Afonso Pena	248.592.700
Santos Dumont	50.480.600
Belém	43.119.400
Salvador	13.697.300
São Luiz	80.700.000

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Eduardo Gomes

LEI Nº 4.833 — DE 5 DE NOVEMBRO
DE 1965

Concede pensão mensal especial vitalícia a Dª Adelina Fernandes.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a Dª Adelina Fernandes, viúva do servidor do Ministério da Agricultura, Senhor Cristiano Fernandes, a pensão mensal especial vitalícia de Cr\$ 65.000 (sessenta e seis mil cruzeiros).

Art. 2º A pensão especial, de que trata o artigo anterior, será intransferível, correndo a despesa correspondente à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.834 — DE 9 DE NOVEMBRO
DE 1965

Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para auxílio às obras do Estádio de Brasília.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a abrir,

pela Secretaria de Finanças o crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para prosseguimento das obras do Estádio de Brasília, da Federação Desportiva de Brasília.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura deste crédito serão obtidos, na forma do item III do § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, da anulação parcial, em igual valor, da seguinte verba do Orçamento vigente da Secretaria de Agricultura, fixada pela Lei nº 4.544, de 10 de dezembro de 1964:

- 3.0.0.00 — Despesas Correntes.
- 3.1.0.00 — Despesas de Pessoal
- 3.1.1.00 — Pessoal Civil.
- 3.1.1.04 — Extranumerários.

2) Mensalistas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.835 — DE 9 DE NOVEMBRO
DE 1965

Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 619.790.191 (seiscentos e noventa mil, cento e noventa e um cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a abrir, pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de Cr\$ 619.790.191 (seiscentos e noventa milhões, setecentos e noventa mil, cento e noventa e um cruzeiros), para cobertura de despesas efetuadas nos exercícios de 1961, 1962, 1963 e 1964, de acordo com os arts. 46 e 48 do Código de Contabilidade Pública da União.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura d'este crédito serão obtidos, na forma do item III do § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, da anulação parcial, em igual valor, da verba seguinte da Secretaria de Agricultura, fixada pela Lei nº 4.544, de 10 de dezembro de 1964:

- 3.0.0.00 — Despesas Correntes.
- 3.1.0.00 — Despesas de Pessoal.
- 3.1.1.00 — Pessoal Civil.
- 3.1.1.99 — Diárias de Brasília.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.836 — DE 9 DE NOVEMBRO
DE 1965

Autoriza a abertura, pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, do Crédito especial de Cr\$ 1.750.000.000 (um bilhão e setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para auxílio à Fundação Educacional do Distrito Federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a abrir, pela Secretaria de Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.750.000.000 (um bilhão e setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para auxílio à Fundação Educacional do Distrito Federal, destinado ao atendimento de seu programa de ensino médio e primário, no exercício de 1965.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura d'este crédito serão obtidos, na forma do inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, da anulação parcial em igual valor das dotações abaixo do Orçamento vigente da Prefeitura

do Distrito Federal, na forma da Lei nº 4.544, de 10 de dezembro de 1964:

Designação

Código Secretaria de Administração
Valor

- 3.0.0.00 Despesas Correntes.
- 3.1.0.00 Despesas de Custeio.
- 3.1.1.00 Pessoal Civil.
- 3.1.1.04 Extranumerários.

2) Mensalistas . 600.000.000

Secretaria de Serviços Sociais

- 3.0.0.00 Despesas Correntes
- 3.1.0.00 Despesas de Custeio.
- 3.1.1.00 Pessoal Civil.
- 3.1.1.04 Extranumerários

2) Mensalistas . 600.000.000

Designação

Código Secretaria de Agricultura e
Produção

- 3.0.0.00 Despesas Correntes .
- 3.1.0.00 Despesas de Custeio.
- 3.1.1.00 Pessoal Civil.
- 3.1.1.04 Extranumerários.

2) Mensalistas . 550.000.000

Total 1.750.000.000

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.837 — DE 10 DE NOVEMBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), destinado à construção, organização e instalação do Centro de Instrução de Marítimos "Almirante Graça Aranha".

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Marinha o crédito especial de Cr\$

300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a construção, organização e instalação do Centro de Instrução de Marítimos "Almirante Graça Aranha", criado por decreto de acordo com o art. 6º da Lei nº 2.801, de 18 de junho de 1956.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Bósio

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.838 — DE 10 DE NOVEMBRO
DE 1965

Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Quadro de Oficiais Aviadores da Reserva de 2ª Classe, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado, no Ministério da Aeronáutica, o Quadro de Oficiais Aviadores da Reserva de 2ª Classe (Q.O.A.R./2).

Art. 2º. O Quadro de Oficiais Aviadores da Reserva de 2ª Classe é constituído pelos oficiais provenientes de curso organizado nas condições prescritas nesta Lei.

Art. 3º. O ingresso no Q.O.A.R./2 far-se-á no posto de 2º Tenente, com possibilidade de acesso ao posto de 1º Tenente.

Art. 4º. Os militares de que cogita a presente Lei terão suas promoções reguladas de modo que respeitem as seguintes disposições:

a) os Aspirantes-a-Oficial Aviador, as condições estabelecidas para os Aspirantes-a-Oficial Aviador da Ativa;

b) os Segundos-Tenentes, desde que na data do licenciamento do serviço ativo;

I) tenham servido 4 (quatro) anos na situação de convocado;

II) tenham obtido conceito favorável ao acesso.

Art. 5º. O Curso de Formação de Oficiais Aviadores da Reserva de 2ª Classe (C.F.O.A.R./2), destinado à formação de oficiais aviadores da reserva da Força Aérea Brasileira, será criado por ato do Poder Executivo, cuja regulamentação deverá obedecer as seguintes condições básicas:

1 — A instrução ministrada deverá proporcionar aos alunos do Curso os conhecimentos teóricos e práticos, indispensáveis ao exercício das funções de futuro oficial-aviador subalterno, da reserva.

2 — A duração normal do Curso será de 12 (doze) meses, não devendo ultrapassar a 18 (dezoito) meses.

3 — Para o funcionamento do Curso deverão ser utilizados, de preferência, os meios materiais destinados à formação de oficiais aviadores da ativa.

4 — Para a matrícula no Curso, além de outros estabelecidos na regulamentação desta Lei, deverá o candidato satisfazer os seguintes requisitos:

- a) ser solteiro;
- b) ter concluído, com aproveitamento, curso de nível médio;
- c) ser brasileiro nato;
- d) contar, no ano da matrícula, mais de 17 (dezessete) e menos de 26 (vinte e seis) anos de idade.

Art. 6º. Os alunos que concluírem o C.F.O.A.R./2 e satisfizerem as demais condições estabelecidas em regulamentos próprios, serão declarados Aspirantes-a-Oficial Aviador da Reserva de 2ª Classe e convocados, na totalidade ou em parte, para o serviço ativo da Força Aérea Brasileira, por um período de estágio de 2 (dois) anos.

§ 1º Por necessidade do serviço e a critério do Ministro da Aeronáutica, o período de convocação poderá ser renovado, uma única vez, por mais 2 (dois) anos.

§ 2º. No dia imediato ao em que completarem 4 (quatro) anos de convocação, deverão os convocados ser licenciados, exceto quando estiverem *sub judice*, hospitalizados ou aguardando reforma. Nos dois primeiros casos, o licenciamento deverá ocorrer logo após o desembarque perante a justiça ou a alta do estabelecimento hospitalar.

§ 3º. O período de convocação que exceder de 4 (quatro) anos, por estar o militar *sub grave* ou hospitalizado, não será computado como de serviço ativo, nem levado em conta para efeito de estabilidade.

§ 4º. Poderá ser licenciado a qualquer tempo o Oficial Aviador da Reserva de 2ª Classe cuja permanência no serviço ativo da FAB seja considerada, pelo Ministro da Aeronáutica, nociva à disciplina ou prejudicial aos interesses do serviço, em virtude de faltas cometidas.

§ 5º. Poderá, também, ser licenciado do serviço ativo a pedido, o Oficial da Reserva que, tendo cumprido mais da metade do período de estágio, requerer ao Ministro da Aeronáutica a sua desconvocação e obtiver despacho favorável.

Art. 7º. Aos alunos do C.F.O.R./2, aos Aspirantes a Oficial Aviador da Reserva de 3ª Classe e aos Oficiais Aviadores Supranumeros da Reserva de 2ª Classe, de que cuida esta Lei, será aplicada a legislação em vigor no Ministério da Aeronáutica que diga respeito aos postos correspondentes da ativa, exceto se houver legislação específica.

Art. 8º. A presente Lei será regulamentada por ato do Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Gomes

LEI Nº 4.839 — DE 18 DE NOVEMBRO
DE 1965

Dispõe sobre o alcance da preferência dos créditos de empregados por salários e indenizações trabalhistas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 60 do Decreto-lei número 960, de 17 de dezembro de 1938,

não exclui a preferência dos créditos dos empregados, por salários e indenizações trabalhistas, a que se refere a Lei nº 3.726, de 11 de fevereiro de 1950, que alterou o art. 102, do Decreto-lei nº 7.651, de 21 de junho de 1945.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos processos pendentes.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.840 — DE 18 DE NOVEMBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 315.000.000 (trezentos e quinze milhões de cruzeiros), destinado à Fundação Brasil Central.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 315.000.000 (trezentos e quinze milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de pessoal da Fundação Brasil Central e à continuidade dos serviços de assistência médico-hospitalar, escolar, educacional, transportes aéreos, construções rodoviárias, desbravamento e colonização daquela entidade.

Art. 2º O crédito de que trata esta Lei será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juracy Magalhães
Octavio Gouveia de Bulhões
Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.841 — DE 18 DE NOVENBRO
DE 1965

Acresce de um parágrafo único o artigo 16 da Lei nº 4.102, de 20 de julho de 1962.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o art. 16 da Lei nº 4.102, de 20 de julho de 1962, de um parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. O Patrimônio do D. N. E. F. será constituído, inclusive, dos bens móveis e imóveis da União integrantes do acervo do antigo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, órgão centralizado da União Federal”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juarez Távora

LEI Nº 4.842 — DE 18 DE NOVENBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Governadores Estaduais norte-americanos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Governadores Estaduais norte-americanos.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Vasco da Cunha
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.843 — DE 19 DE NOVENBRO
DE 1965

Autoriza os estabelecimentos Bancários a substituírem, em sua contabilidade, o livro “Diário” de escrituração mercantil pelo livro “Balancetes Diários e Balanços”, cujas características define: atribui eficácia probatória ao lançamento efetuado segundo o sistema de “fichas de lançamento”, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os bancos e casas bancárias que adotem o sistema de “fichas de lançamento” e instituíam em sua contabilidade o livro “Balancetes Diários e Balanços”, revestindo-o das formalidades exigidas e escriturando-o de acordo com as normas desta lei, são dispensados da obrigação de ter o livro “Diário”, para todos os efeitos previstos nas leis comerciais e fiscais.

Art. 2º O livro “Balancetes Diários e Balanços” será escriturado de modo a registrar:

I — a posição diária de cada uma das contas ou títulos contábeis, pelo respectivo saldo credor ou devedor, em forma de balancetes diários;

II — os balanços gerais do estabelecimento e a demonstração de sua conta de lucros e perdas.

Art. 3º Os assentamentos contábeis, representados por “fichas de lançamento” deverão ser redigidos à mão, utilizando-se tinta permanente ou lápis-tinta, ou então datilografados e especificarão, com clareza e sem rasuras, o histórico da operação, os débitos e créditos, além dos demais elementos necessários à sua individualização.

Parágrafo único. As “fichas de lançamento” poderão ser parcialmente impressas e serão organizadas na conformidade das exigências e das condições de segurança a serem estabe-

lecidas pelo Banco Central da República do Brasil.

Art. 4º O registro feito no livro "Balancetes Diários e Balanços", desde que devidamente documentado e concorde com os apanhados e assentamentos constantes dos livros auxiliares, tem a mesma eficácia probante daquele lançado no livro "Diário".

Art. 5º O livro "Balancetes Diários e Balanços" poderá ser escriturado à mão, utilizando-se tinta permanente ou lápis-tinta, ou datilografado, sem rasuras ou emendas, e será constituído de folhas encadernadas, numeradas tipograficamente, devendo ser registrado na repartição competente com os respectivos termos de abertura e encerramento.

§ 1º Será do tipo copiador o livro datilografado ou escriturado a lápis-tinta, operando-se a escrituração pelo processo de decalque.

§ 2º No livro mencionado neste artigo serão inscritos, em ordem cronológica, os balancetes diários e balanços, bem como a discriminação da conta de "Lucros e Perdas".

Art. 6º Do modelo de balancetes e balanços adotado pelo estabelecimento bancário deverão constar:

I — os nomes, por extenso, das diversas contas usadas pelo estabelecimento, ordenadas, tanto quanto possível, de acordo com o disposto nas alíneas "a" e "b" do art. 135, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940;

II — colunas de débito e crédito para registro do movimento diário;

III — colunas para inscrição dos saldos devedores e credores.

Art. 7º Dentro de 60 (sessenta) dias do encerramento do balanço anual,

ou dos balanços semestrais, o livro "Balancetes Diários e Balanços" será apresentado para o respectivo "visto" ao Juiz competente sob cuja jurisdição estiver a sede do estabelecimento.

Parágrafo único. A falta do "visto", bem como o atraso da escrituração do livro "Balancetes Diários e Balanços", por mais de 15 (quinze) dias, sujeitará o estabelecimento a multa.

Art. 8º Todos os papéis e documentos referidos nesta lei serão autenticados pelo contador ou guarda-livros, os quais serão responsáveis, civil e criminalmente, pelos vícios na sua escrituração.

Parágrafo único. A responsabilidade do contador ou guarda-livros não exclui a do diretor e gerente por procedimento doloso ou culposos.

Art. 9º Satisfeitas as exigências desta lei é facultado ao estabelecimento bancário, a fim de atualizar sua escrituração, aplicar a seu movimento anterior o processo ora instituído, a partir do último dia em que estiver escriturado o seu "Diário" sendo este encerrado mediante termo firmado pela Administração e pelo contador do estabelecimento.

Art. 10. O Banco Central da República do Brasil expedirá as normas regulamentares que entender necessárias à rigorosa e eficiente execução desta lei.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.844 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Popular Federativa da Iugoslávia.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Excelência o Senhor Josip Broz-Tito, Presidente da República Popular Federativa da Iugoslávia.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Vasco da Cunha
Octávio Bulhões

LEI Nº 4.845 — DE 19 DE NOVEMBRO
DE 1965

Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no País, até o fim do período monárquico.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a saída do País de quaisquer obras de artes e ofícios tradicionais, produzidas no Brasil até o fim do período monárquico, abrangendo não só pinturas, desenhos, esculturas, gravuras e elementos de arquitetura, como também obras de talha, imaginária, ourivesaria, mobiliário e outras modalidades.

Art. 2º Fica igualmente proibida a saída para o estrangeiro de obras da mesma espécie oriundas de Portugal e incorporadas ao meio nacional durante os regimes colonial e imperial.

Art. 3º Fica vedada outrossim a saída de obras de pintura, escultura e artes gráficas que, embora produzidas no estrangeiro no decurso do período mencionado nos artigos antecedentes, representem personalidades brasileiras ou relacionadas com a história do Brasil, bem como paisagens e costumes do País.

Art. 4º Para fins de intercâmbio cultural e desde que se destinem a exposições temporárias, poderá ser permitida, excepcionalmente, a saída do País de algumas das obras especificadas nos arts. 1º, 2º e 3º, mediante autorização expressa do órgão competente da administração federal, que mencione o prazo máximo concedido para o retorno.

Art. 5º Tentada a exportação de quaisquer obras e objetos de que trata esta Lei, serão os mesmos sequestrados pela União ou pelo Estado em que se encontrarem, em proveito dos respectivos museus.

Art. 6º Se ocorrer dúvida sobre a identidade das obras e objetos a que se refere a presente Lei, a respectiva autenticação será feita por peritos designados pelas chefias dos serviços competentes da União, ou dos Estados

se faltarem no local da ocorrência representantes dos serviços federais.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.846 — DE 19 DE NOVEMBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 58.960.943 (cinquenta e oito milhões, novecentos e sessenta mil, novecentos e quarenta e três cruzeiros) para atender a pagamento de vencimentos e vantagens.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 58.960.943 (cinquenta e oito milhões, novecentos e sessenta mil, novecentos e quarenta e três cruzeiros), para atender ao pagamento em dólares dos vencimentos e vantagens, correspondentes ao período compreendido entre 1961 e 1963, aos oficiais da Polícia Militar do Estado da Guanabara, Elias Monteiro Martins, Audizio Moreira, Francisco Luiz Ribeiro Junior, Paulo Magalhães, José Carlos Braga Teixeira, Laurindo Alberto de Oliveira Couto, Nestor José do Nascimento e José Alves Machado, que frequentaram cursos de aperfeiçoamento em escolas especializadas nos Estados Unidos da América do Norte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juracy Magalhães
Octávio Bulhões

LEI Nº 4.847 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1965

32

Autoriza a abertura do crédito suplementar de Cr\$ 2.280.338.948 ao Ministério da Fazenda, para pagamento do pessoal do Estado do Acre, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Ministério da Fazenda autorizado a abrir o crédito suplementar, na importância de Cr\$ 2.280.338.948 (dois bilhões, duzentos e oitenta milhões, trezentos e trinta e oito mil, novecentos e quarenta e oito cruzeiros), ao Orçamento para o atual exercício, aprovado pela Lei n.º 4.539, de 10 de dezembro de 1964, em reforço à seguinte dotação, constante do Anexo 4.º:

4.14.22 — Diretoria da Despesa Pública

Código Geral		Especificação da Despesa	Natureza	Milhares de cruzeiros
Função	Categoria Econômica		Fixa ou Variável	Rubricas
1.9	3.2.9.0	Diversas Transferências Correntes.		Cr\$
	3.2.9.3	Entidades Estaduais K.01 — Acre 1) Para atender a encargos de pessoal de acordo com a Lei 4.070, de 15 de junho de 1962	F	2.280.338.948

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Brasília, 19 de novembro de 1965: 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.848 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos Órgãos e Ministérios, créditos especiais num montante de Cr\$ 265.347.106 (duzentos e sessenta e cinco milhões trezentos e quarenta e sete mil cento e seis cruzeiros), destinados a atender às despesas que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelos órgãos e Ministérios a seguir indicados, os créditos especiais, num montante de Cr\$ 265.347.106 (duzentos e sessenta e cinco milhões trezentos e quarenta e sete mil e cento e seis cruzeiros) assim discriminados:

1) *Presidência da República*

Para ser aplicado pela Comissão Coordenadora da Criação do Cavallo Nacional (C.C.C.C.N.) no pagamento de diferenças de vencimentos, em face do disposto no artigo 2º do Decreto nº 53.918, de 13 de maio de 1964, que retificou o enquadramento do pessoal aprovado pelo Decreto nº 50.142, de 27 de janeiro de 1961, o crédito especial de	Cr\$ 300.000
---	---------------------

2) *Ministério da Fazenda*

Destinado ao pagamento à Administração do Porto do Rio de Janeiro, de despesas provenientes das taxas, capatazias, armazenamento e outras, relativas a 14.304 lingotes de alumínio, pesando 200.000 kg., importados pela Casa da Moeda, vindos pelo vapor "Kochanowski", entrado no porto do Rio de Janeiro em 31 de julho de 1964, o crédito especial de	1.764.106
---	-----------

3) *Ministério da Fazenda*

A fim de atender, no exercício de 1965, às despesas com pagamento dos mensageiros encarregados da entrega de notificações de lançamento do imposto de renda, pelos seguintes órgãos do Departamento do Imposto de Renda:

Delegacia Regional em São Paulo	72.000.000
Delegacia Regional na Guanabara	15.000.000
Delegacia Regional em Minas Gerais	7.000.000
Delegacia Regional em Brasília	3.500.000
Delegacia Seccional em Santos (SP)	2.500.000
o crédito especial de	100.000.000

4) *Ministério da Fazenda*

Para atender às despesas com as obras de reparos da cornija correspondente ao 13º andar do prédio "Palácio da Fazenda", no Estado da Guanabara, o crédito especial de	56.718.000
---	------------

5) *Ministério da Viação e Obras Públicas*

Para o Departamento dos Correios e Telégrafos atender, no corrente an., às despesas decorrentes de auxílio-doença, o crédito especial de	104.765.000
--	-------------

6) *Ministério da Saúde*

Para atender ao pagamento, à firma Treu & Cia. Limitada, por obras realizadas, em 1963, no Laboratório do Instituto Fernandes Figueira, do Departamento Nacional da Criança, o crédito especial de	1.800.000
TOTAL	265.347.106

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

Raymundo Brito

LEI Nº 4.849 -- DE 19 DE NOVEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos Órgãos e Ministérios, créditos especiais num montante de Cr\$ 15.665.913.118 e suplementares num montante de Cr\$ 27.312.000 destinados à regularização de despesas consignadas em orçamentos anteriores.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelos Órgãos e Ministérios a seguir indicados, os créditos especiais num montante de Cr\$ 15.665.913.118 (quinze bilhões, seiscentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e treze mil e cento e dezoito cruzeiros) e suplementares, num montante de Cr\$ 27.312.000 (vinte e sete milhões e trezentos e doze mil cruzeiros), destinados à regularização de despesas, discriminadas na presente Lei:

CRÉDITOS ESPECIAIS

1) *Presidência da República*

Para regularização de despesas com a construção de 110 (cento e dez) casas no Bairro do Cruzeiro, em Brasília, a cargo do Grupo de Trabalho de Brasília, o crédito especial de	Cr\$ 200.000.000
--	---------------------

2) *Ministério da Fazenda*

Para complementação dos recursos do Fundo Federal de Eletrificação, referentes ao exercício de 1964, de conformidade com o art. 5º, da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962 e com o art. 66, § 1º da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, o crédito especial de	12.084.855.033
--	----------------

3) *Ministério da Fazenda*

Para complementar os recursos da Fundação Getúlio Vargas, referentes ao exercício de 1964, nos termos do Decreto nº 21.335, de 29 de abril de 1932, com as alterações posteriores, e da Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 1958 — o crédito especial de	440.218.083
---	-------------

4) *Ministério da Fazenda*

Para regularização de despesas realizadas no exercício de 1964 — Processo M.F. — S.C. 16.684-65 — o crédito especial de 18.000.000

5) *Ministério da Viação e Obras Públicas*

Em favor da extinta Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, destinado a regularizar despesas autorizadas na forma do art. 48 do Código de Contabilidade da União, o crédito especial de 2.420.440.000

6) *Ministério da Viação e Obras Públicas*

Destinado a regularizar despesa realizada com autorização na forma do art. 46 do Código de Contabilidade da União, para suplementar a Subconsignação 1.1.07, Consignação 1.1.00, Verba 1.0.00 Subanexo 4.23 (01), no exercício de 1964, o crédito especial de 2.400.000

7) *Departamento Administrativo do Serviço Público*

Para regularizar despesas realizadas pelo Grupo de Trabalho de Brasília, durante o exercício de 1962, o crédito especial de 500.000.000
15.665.913.118

CRÉDITOS SUPLEMENTARES

1) *Ministério da Fazenda*

Crédito suplementar à categoria econômica 4.14.03 — 2º Conselho de Contribuintes do Anexo 4.14 — Ministério da Fazenda, do vigente Orçamento Geral da União (Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1964), a saber:

Anexo 4.14 — Ministério da Fazenda.

4.14.03 — 2º Conselho de Contribuintes.

3.1.1.1 — Pessoal Civil.

01.00 — Vencimentos e vantagens fixas.

07 — Gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva 13.656.000

2) *Ministério da Fazenda*

Crédito suplementar à categoria econômica.

4.14.03 — 1º Conselho de Contribuintes do anexo 4.14 — Ministério da Fazenda, do vigente Orçamento-Geral da União (Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1964), a saber:

Anexo 4.14 — Ministério da Fazenda.

4.14.02 — 1º Conselho de Contribuintes.

3.1.1.1 — Pessoal Civil.

01.00 — Vencimentos e vantagens fixas.

07 — Gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva 13.656.000

TOTAL 27.312.000

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Juarez Távora

LEI Nº 4.850 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), para atender a despesas de qualquer natureza com a realização da Conferência Conjunta da FAO e da CEPAL.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), para atender a despesas

de qualquer natureza com a realização da Conferência Conjunta da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Parágrafo único. O crédito especial de que trata a presente Lei será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Vasco da Cunha

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.851 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1965

Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º O Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho é reorganizado de acordo com a tabela anexa e demais disposições constantes desta lei.

Art. 2º Os valores dos símbolos dos cargos isolados, de provimento efetivo, dos em comissão e dos de carreira são os seguintes:

Símbolos	Valores mensais
PJ	417.000
PJ-0	410.000
PJ-1	405.000
PJ-2	387.000
PJ-3	367.000
PJ-4	333.000
PJ-5	317.000
PJ-6	300.000
PJ-7	275.000
PJ-8	250.000
PJ-9	225.000
PJ-10	205.000
PJ-11	185.000

Parágrafo único. Os valores dos símbolos das funções gratificadas são os seguintes:

Símbolos	Valores mensais
FG-1	15.000
FG-2	12.000
FG-3	10.000
FG-5	5.000

Art. 3º A modificação ou reestruturação do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, bem como a alteração de valores dos símbolos ou níveis de vencimentos dos respectivos cargos e funções, serão feitas através de lei, mediante proposta do Tribunal, ressalvadas, quanto aos atuais servidores, as situações já constituídas em virtude de lei ou de decisão judiciária proferida pela justiça comum ou pelo próprio Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 4º Serão extintos no quadro a que se refere o art. 1º, na medida em que forem vagando os seguintes cargos: um (1) de Secretário do Tribunal Superior do Trabalho, símbolo PJ; três (3) de Vice-Diretor, símbolo PJ-0; oito (8) do Diretor de Serviço, símbolo PJ-1; um (1) de Diretor do Serviço de Taquigrafia, símbolo PJ-1; um (1) de Revisor, símbolo PJ-1; um (1) de Contador, símbolo PJ-1; um (1) de Arquivista, símbolo PJ-1; e oito (8) de Oficial Judiciário, símbolo PJ-6.

Art. 5º Em substituição aos oito (8) cargos isolados de provimento efetivo de Diretor de Serviço, símbolo PJ-1, e um (1) de Diretor de Serviço de Taquigrafia, símbolo PJ-1, extintos no artigo anterior, ficam criadas nove (9) funções gratificadas, símbolo FG-2, de iguais denominações.

Art. 6º As atribuições dos cargos e das funções enumeradas na tabela anexa serão definidas no Regimento Interno ou em instruções baixadas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 7º Estende-se aos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, a partir da vigência desta Lei, o disposto no art. 1º da Lei nº 264, de 25 de fevereiro de 1948, com as alterações constantes do art. 7º da Lei nº 3.890, de 13 de abril de 1961.

Art. 8º Os cargos de Diretor-Geral, símbolo PJ, e de Secretário do Tribunal Pleno, símbolo PJ, serão exercidos em comissão, por funcionários do próprio Tribunal, ressalvada a situação pessoal dos atuais ocupantes que tenham efetividade garantida por lei.

§ 1º São exigidos, para o provimento dos cargos de Médico, Dentista, Bibliotecário, Bibliotecário-Auxiliar, Contador e Enfermeiro, os respectivos diplomas profissionais, obtidos de acordo com a legislação em vigor, ressalvada a continuidade da investidura de atuais ocupantes dos referidos cargos.

§ 2º O provimento dos demais cargos isolados e de carreira será feito na forma da legislação vigente.

Art. 9º Aos ocupantes dos cargos do Quadro a que se refere esta Lei aplicam-se, no que couber, os dispositivos das Leis nºs. 2.780, de 12 de julho de 1960; 3.826, de 23 de novembro de 1960; e 4.069, de 11 de junho de 1962.

Art. 10. Os cargos isolados de provimento efetivo de Assistente do Presidente, símbolo PJ-1, e de Assistente do Diretor-Geral, símbolo PJ-2, passam a denominar-se Assistente Técnico do Presidente, símbolo PJ-1.

Art. 11. O cargo isolado de provimento em Comissão de Secretário do Tribunal Pleno, símbolo PJ, somente poderá ser preenchido quando vagar o atual cargo, de provimento efetivo, de Secretário do Tribunal Superior do Trabalho, símbolo PJ.

Art. 12. Todos os cargos da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho serão providos mediante concurso de títulos e provas.

Art. 13. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário, Justiça do Trabalho — Tribunal Superior do Trabalho — para atender às despesas decorrentes desta Lei, o crédito especial até a importância de Cr\$ 13.580.000 (treze milhões, quinhentos e oitenta mil cruzeiros).

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

QUADRO DO PESSOAL

Tabela a que se refere o artigo 1º

Cargos isolados de provimento em comissão

Número de Cargos	Denominações	Símbolos	Cargos Vagos	Observações
1	Diretor-Geral	PJ		
1	Secretário do Tribunal Pleno	PJ	1	A preencher quando vagar o cargo de Secretário do TST.

Cargos isolados de provimento efetivo

1	Secretário do TST	PJ		Extinto quando vagar
3	Vice-Diretor	PJ-0		Extintos quando vagarem
8	Diretor de Serviço	PJ-1		Extintos quando vagarem
1	Diretor de Serviço de Taquigrafia ..	PJ-1		Extinto quando vagar
2	Assistente Técnico do Presidente	PJ-1		
1	Revisor	PJ-1		Extinto quando vagar
2	Contador	PJ-1	1	Extinto quando vagar
1	Arquivista	PJ-1		Extinto quando vagar
1	Bibliotecário	PJ-2		
1	Médico	PJ-3	1	
1	Dentista	PJ-3	1	
2	Bibliotecário Auxiliar	PJ-3	1	
7	Redator	PJ-3		
1	Almoxarife	PJ-3		
1	Chefe de Portaria	PJ-4		
1	Almoxarife Auxiliar	PJ-5	1	
1	Aj. de Chefe de Port.	PJ-6		
1	Enfermeiro	PJ-7	1	
3	Motorista	PJ-7		
10	Contínuo	PJ-7		
16	Servente	PJ-7		
1	Artífice	PJ-8	1	
10	Guarda Judiciário	PJ-10	10	

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

QUADRO DO PESSOAL

Tabela a que se refere o artigo 1º (continuação)

Cargos de carreira

Número de Cargos	Denominações	Símbolos	Cargos Vagos	Observações
5	Taquigrafo	PJ-3		
6	Taquigrafo	PJ-4		
6	Taquigrafo	PJ-5	6	
10	Oficial Judiciário	PJ-3	2	
20	Oficial Judiciário	PJ-4	4	
30	Oficial Judiciário	PJ-5	3	
48	Oficial Judiciário	PJ-6		8 extintos quando vagarem

Funções gratificadas

Número de Cargos	Denominações	Símbolos	Cargos Vagos	Observações
1	Secretário do Presidente	FG-2		
3	Secretário de Turma	FG-2	3	
8	Diretor de Serviço	FG-2	8	
1	Diretor do Serviço Taquigráfico	FG-2	1	
1	Secretário do Diretor Geral	FG-3		
1	Encarregado da Revista	FG-5		

LEI Nº 4.852 — DE 25 DE NOVENBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com obras em repartições do mesmo Ministério.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), com a vigência de 2 (dois) anos, para atender a despesas de emergência com reparos, reformas e adaptações de prédios em que se acham instaladas ou venham a instalar-se repartições do mesmo Ministério, em todo o território nacional.

Art. 2º A Divisão de Obras do Ministério da Fazenda organizará programa de aplicação do crédito mencionado nesta Lei, submetendo cada caso à aprovação do Ministro de Estado, nos termos do art. 6º, item I, do Decreto-Lei nº 6.749, de 29 de julho de 1944, por intermédio da Direção Geral da Fazenda Nacional.

Art. 3º As obras referidas no art. 1º serão executadas por administração direta do chefe da repartição interessada, e ainda sob a orientação técnica da Divisão de Obras, na forma prevista no art. 8º, e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 6.750, de 29 de julho de 1944, precedidas de coleta de preços.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.853 — DE 25 DE NOVENBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 300.000.000, para atender às despesas da transferência do Regimento de Cavalaria de Guardas — Dragões da Independência — para Brasília.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), que se destinará à construção dos aquartelamentos do Regimento de Cavalaria de Guardas e das residências de seus oficiais e sargentos em Brasília.

Parágrafo único A duração do presente crédito será de dois exercícios financeiros consecutivos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arthur da Costa e Silva

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.854 — DE 25 DE NOVENBRO
DE 1965

Modifica o art. 115 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 115 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 115. O funcionário casado terá a licença sem vencimento ou remuneração de 30 dias por ano de casamento.”

neração, quando o seu cônjuge fôr mandado servir, "ex officio", em outro ponto do território nacional, ou quando eleito para o Congresso Nacional.

§ 1º Existindo no nôvo local de residência repartição do serviço público centralizado ou de autarquia federal, o funcionário será nela lotado, enquanto ali durar a permanência do seu cônjuge.

§ 2º A licença e a remoção dependerão de requerimento devidamente instruído."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Paulo Bosisio

Arthur da Costa e Silva

Vasco da Cunha

Octavio Bulhões

Juarez Távora

Ney Aminthas de Barros Braga

Flávio Lacerda

Eduardo Gomes

Raimundo Brito

Arnaldo Sussekind

Daniel Faraco

Octavio Marcondes Ferraz

Roberto de Oliveira Campos

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.855 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1965

Vincula ao Ministério da Viação e Obras Públicas a Companhia de Navegação do São Francisco, Sociedade de Economia Mista.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica vinculada ao Ministério da Viação e Obras Públicas a Com-

panhia de Navegação do São Francisco, Sociedade de Economia Mista, permanecendo o seu pessoal sob o mesmo regime jurídico vigorante na data da publicação desta lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

LEI Nº 4.856 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1965

Dispõe sobre o regime de funções gratificadas na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As funções de direção, assessoramento, secretariado e outras, previstas no regimento do Ministério das Relações Exteriores, são criadas por decreto do Executivo, e a elas é atribuída, observados os recursos orçamentários próprios, uma gratificação que variará, de acordo com seus encargos e responsabilidades, entre 20% (vinte por cento) e 15% (quinze por cento) sobre a remuneração do diplomata ou o vencimento do funcionário.

Art. 2º A escala-padrão percentual correspondente à gratificação a que se refere o art. 1º será fixada por decreto do Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Vasco da Cunha

LEI Nº 4.857 — DE 25 DE NOVEMBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o crédito especial de Cr\$ 3.170.703.600 (três bilhões, cento e setenta milhões, setecentos e três mil e seiscentos cruzeiros), para atender ao pagamento das despesas com a desapropriação do acervo dos bens pertencentes à Orquima — Indústrias Químicas Reunidas S/A, situados na Capital do Estado de São Paulo, destinados à industrialização da Monazita, Ambliogonita e Zircônita.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Minas e Energia, em favor da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o crédito especial de Cr\$ 3.170.703.600 (três bilhões, cento e setenta milhões, setecentos e três mil e seiscentos cruzeiros), para atender ao pagamento das despesas com a desapropriação do acervo dos bens pertencentes à Orquima — Indústrias Químicas Reunidas S/A, situados na Capital do Estado de São Paulo, compreendendo terrenos, edifícios e instalações e seus acessórios, destinados à industrialização da Monazita, Ambliogonita e Zircônita.

Art. 2º O crédito especial de que trata a presente lei vigorará por dois exercícios e será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1965;
144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.858, — DE 26 DE NOVEMBRO
DE 1965

Dispõe sobre as novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e do Conselho Superior do Trabalho Marítimo, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Compete à Comissão de Marinha Mercante:

a) dispor sobre a fixação das tarifas e salários de remuneração da mão-de-obra dos estivadores e dos trabalhadores em estiva de minério, dos conferentes e consertadores de carga e descarga, dos vigias portuários, e demais categorias de trabalhadores empregados nas operações de carga e descarga, sejam marítimas, fluviais ou lacustres;

b) baixar instruções, de caráter técnico, regulamentando as atividades das categorias profissionais mencionadas na alínea "a", observadas as leis e seus regulamentos;

c) determinar o número de homens e suas funções específicas na composição dos termos ou turmas de trabalhadores das referidas categorias profissionais;

d) estabelecer os horários e o regime de trabalho para as referidas categorias profissionais, nos portos organizados ou não, observado o princípio da harmonia com os horários de trabalho fixados para cada porto, pela autoridade competente.

Art. 2º. As resoluções da C.M.M. referentes à matéria enunciada nas alíneas b, c e d, do artigo anterior, para terem validade, dependerão da expressa concordância do Conselho Superior do Trabalho Marítimo, o que deverá constar do texto das mesmas.

§ 1º. Para esse efeito a C.M.M. encaminhará o projeto de resolução acompanhado da competente justificativa ao C.S.T.M., cujo plenário pronunciar-se-á sobre o mesmo, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento.

§ 2º. A não concordância quanto à matéria obriga o Conselho a fornecer à C. M. M. os devidos fundamentos, os quais serão por esta considerados para efeito de reformulação.

Art. 3º vetado

Parágrafo único — vetado ...

Art. 4º. Caberá às Delegacias do Trabalho Marítimo fiscalizar a execução das Resoluções baixadas pela Comissão de Marinha Mercante com a concordância do Conselho Superior do Trabalho Marítimo, nos termos da presente Lei e a aplicação das sanções e medidas disciplinadoras previstas em leis, bem como a fiscalização de regulamentos e normas complementares baixadas pelo Conselho.

Art. 5º. As Delegacias do Trabalho Marítimo continuarão a exercer as atribuições de que se acham investidas e de caráter estritamente local, com a determinação de condições para seleção e matriculas dos referidos profissionais e a fixação do seu número para cada categoria.

Art. 6º. Gozará de preferência para matrícula o candidato às profissões enunciadas na alínea a do art. 1º da presente Lei, que não tenha emprego ou que não exerça qualquer atividade remunerada.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

LEI Nº 4.859 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1965

Revoga a Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962, e estabelece normas para prestação do serviço de vigi-lância portuária por vigias matri-culados nas Delegacias do Traba-lho Marítimo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogada a Lei número 4.127, de 27 de agosto de 1962, que criou uma taxa destinada à remuneração dos vigias portuários.

Art. 2º — Vetado....

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juarez Távora

LEI Nº 4.860 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1965

Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Regime de Trabalho

Art. 1º. Em todos os portos organizados e dentro dos limites fixados como "área do porto", a autoridade responsável é representada pela Administração do Porto, cabendo-lhe velar pelo bom funcionamento dos serviços na referida área.

Parágrafo único. Sob a denominação de "área do porto" compreende-se a parte terrestre e marítima, contínua e descontínua, das instalações portuárias definidas no art. 3º do Decreto nº 24.447, de 22 de junho de 1934.

Art. 2º. As demais autoridades que exercerem atividades dentro da "área do porto", pertencentes a qualquer órgão do Serviço Público, seja ele Federal, Estadual ou Municipal, excetuado o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, não poderão determinar medidas que afetem a realização dos serviços portuários e outros correlatos, sem o prévio conhecimento e concordância da Administração do Porto.

§ 1º. Excetuam-se as medidas que se tornem necessárias adotar pelo Ministério da Marinha, através dos seus representantes legais, quando configuradas situações que possam vir a comprometer ou que comprometam a segurança nacional ou a segurança da navegação.

§ 2º Em caso de divergência entre a Administração do Pôrto e as demais autoridades acerca de medidas determinadas pela Administração, será a mesma dirigida pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, sem efeito suspensivo até a sua deliberação, da qual caberá recurso ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 3º O horário de trabalho nos portos organizados, para tôdas as categorias de servidores ou empregados, será fixado pela respectiva Administração do Pôrto, de acôrdo com as necessidades de serviços e as peculiaridades de cada pôrto, observado ainda o disposto nos arts. 8º, 9º e 10.

Art. 4º Na fixação do regime de trabalho de cada pôrto, para permitir a continuidade das operações portuárias, os horários de trabalho poderão ser estabelecidos em um ou dois períodos de serviço.

§ 1º Os períodos de serviço serão diurno, entre 7 (sete) e 19 (dezenove) horas, e noturno, entre 19 (dezenove) e 7 (sete) horas do dia seguinte, ... VETADO ... A hora do trabalho ... VETADO ... é de 60 (sessenta) minutos ... VETADO ...

§ 2º Nos portos em que, dadas as peculiaridades locais, as respectivas Administrações adotarem os horários de trabalho dentro de um só período de serviço, será obrigatória a prestação de serviço em qualquer período, quando previamente requisitado.

Art. 5º Para os serviços de capatazia, cada período será composto de 2 (dois) turnos de 4 (quatro) horas, separados por um intervalo de até 2 (duas) horas para refeição e descanso, completados por prorrogações dentro do período.

Parágrafo único. A Administração do Pôrto determinará os serviços e as categorias que devem formar as equipes para executá-los, escalando o pessoal em sistema de rodízio.

Art. 6º Para os demais serviços, a Administração do Pôrto estabelecerá os horários de trabalho que melhor convierem à sua realização, escalando o pessoal para executá-lo, em equipes ou não.

Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se aos serviços de movimentação de granéis, inclusive à sua capatazia.

Art. 7º Todos os servidores ou empregados são obrigados à prestação de até 48 (quarenta e oito) horas de trabalho ordinário por semana, à razão de até 8 (oito) horas ordinárias por dia em qualquer dos períodos de serviço e também à prestação de serviço nas prorrogações para as quais forem convocados.

§ 1º O pessoal lotado no Escritório Central da Administração do Pôrto terá aquêle limite reduzido para até 44 (quarenta e quatro) horas.

§ 2º Além das horas ordinárias a que está obrigado, o pessoal prestará serviço extraordinário nas horas destinadas à refeição e descanso, e nas prorrogações, quando fôr determinado.

§ 3º Aos sábados, a critério da Administração do Pôrto, o pessoal técnico e administrativo, em sua totalidade ou não, poderá ter o seu trabalho reduzido ou suprimido, desde que essa redução ou supressão não dificulte a realização dos serviços portuários e seja compensada em horas equivalentes durante a respectiva semana, não consideradas essas horas como de serviço extraordinário.

§ 4º Entre dois períodos de trabalho, os servidores ou empregados deverão dispor de, no mínimo, 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

§ 5º Os serviços extraordinários executados pelo pessoal serão remunerados com os seguintes acréscimos sobre o valor do salário-hora ordinário do período diurno:

- a) 20% (vinte por cento) para as duas primeiras horas de prorrogação;
- b) 50% (cinquenta por cento) para as demais horas de prorrogação;
- c) 100% (cem por cento) para as horas de refeição.

§ 6º Todos os servidores ou empregados terão direito a 1 (um) dia de descanso semanal remunerado, a ser fixado pela Administração do Pôrto, com o pagamento do equivalente salário, ... VETADO ...

§ 7º Nos casos de necessidade, a critério da Administração do Pôrto, poderá ser determinada a prestação de serviços nos feriados legais, devendo neste caso ser pago um acréscimo salarial de 100% (cem por cento), calculado sobre o salário ... VETADO ... salvo se a Administração determinar outro dia de folga. A prestação de

serviços aos domingos será estabelecida em escala de revezamento a critério da Administração do Porto.

§ 8º Perderá a remuneração do dia destinado ao descanso semanal o servidor ou empregado que tiver, durante a semana que o preceder, falta que não seja legalmente justificada.

§ 9º É vedada, aos servidores ou empregados ocupantes de cargo de direção ou chefia, a percepção de remuneração pela prestação de serviços extraordinários, aos quais, entretanto, ficarão obrigados sempre que houver conveniência de serviço.

Art. 8º Em cada porto, de acordo com as necessidades de serviço, poderá haver horários de trabalhos diferentes em diversos setores, tendo em vista peculiaridades dos diversos serviços que nos mesmos se desenvolvem.

Art. 9º Cada Administração do Porto, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Lei, dará publicidade dos horários que interessarem a outras entidades, nos jornais de maior circulação local. Em caso de alteração posterior a ser introduzida nesses horários, a divulgação da mesma obedecerá a idêntico processo, observando-se, para ambos os casos, a antecedência mínima de uma semana para sua entrada em vigor, salvo caso de emergência, a critério da Administração do Porto.

Art. 10. Os horários fixados pela Administração do Porto serão obrigatoriamente cumpridos pelas entidades de direito público ou pessoas físicas e jurídicas de direito privado que mantenham atividades vinculadas aos serviços do porto.

Art. 11. O tempo em que o servidor ou empregado se ausentar do trabalho para desempenho de função associativa ou sindical será considerado de licença não remunerada e não prejudicará o tempo de serviço, adicional, promoção por antiguidade, licença-prêmio e salário-família.

Parágrafo único. Fica compreendido nas limitações deste artigo o servidor ou empregado que, embora temporariamente, se afaste do serviço para exercer funções de diretor, delegado, representante, conselheiro ou outras nas respectivas entidades de classe, federações ou confederações das mesmas, exceto nos casos previstos em lei.

CAPÍTULO II

Dos Direitos e Vantagens

Art. 12. A Administração do Porto caberá propor à aprovação do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis os quadros de seu pessoal, sem embargo de outras disposições legais vigentes, ficando vedada qualquer alteração aos mesmos sem prévia audiência daquele órgão.

§ 1º Submetido o quadro à aprovação do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e não havendo pronunciamento do órgão, no prazo de 30 (trinta) dias, será o mesmo considerado como aprovado.

§ 2º Os níveis das diversas categorias deverão estar de acordo com o que vigorar no mercado de trabalho.

§ 3º Em caso de maior demanda ocasional de serviço, fica a Administração do Porto autorizada a engajar a necessária força supletiva nos trabalhos de capatazia, sem vínculo empregatício, dispensando-a tão logo cesse essa demanda ocasional.

§ 4º Fica vedada às Administrações dos Portos a readmissão de servidores ou empregados dispensados em consequência de decisão proferida em processo ou inquérito administrativo, em que se tenha figurado falta grave.

Art. 13. A Administração do Porto fornecerá a seu pessoal todo material adequado à sua proteção, quando se tornar necessário à manipulação de mercadorias insalubres ou perigosas, ou quando da realização de serviços assim considerados, ou ainda, quando da realização de serviços em ambientes considerados como tais.

Art. 14. A fim de remunerar os riscos relativos à insalubridade, periculosidade e outros porventura existentes, fica instituído o "adicional de riscos" de 40% (quarenta por cento) que incidirá sobre o valor do salário-hora ordinário do período diurno e substituirá todos aqueles que, com sentido ou caráter idêntico, vinham sendo pagos.

§ 1º Este adicional somente será devido enquanto não forem removidas ou eliminadas as causas de risco.

§ 2º Este adicional somente será devido durante o tempo efetivo no serviço considerado sob risco.

§ 3º As Administrações dos Portos, no prazo de 60 (sessenta) dias, discriminarão, ouvida a autoridade competente, os serviços considerados sob risco.

§ 4º Nenhum outro adicional será devido além do previsto neste artigo.

§ 5º Só será devido uma única vez, na execução da mesma tarefa, o adicional previsto neste artigo, mesmo quando ocorra, simultaneamente, mais de uma causa de risco.

Art. 15. Além da remuneração e demais vantagens instituídas nesta Lei, a Administração do Porto somente poderá conceder, e a seu critério, aos seus servidores ou empregados a gratificação individual de produtividade de que trata o § 2º do art. 16 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 16. Todo servidor ou empregado da Administração do Porto terá direito, após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho ou de efetiva prestação de serviço, a gozar um período de férias, em dias corridos, na seguinte proporção:

a) 30 (trinta) dias corridos, o que tiver ficado à disposição da Administração do Porto nos 12 (doze) meses do período contratual e não tenha mais de 6 (seis) faltas ao serviço, justificadas ou não, nesse período;

b) 23 (vinte e três) dias corridos, o que tiver ficado à disposição da Administração do Porto por mais de 250 (duzentos e cinquenta) dias, durante o período de 12 (doze) meses;

c) 17 (dezessete) dias corridos, o que tiver ficado à disposição da Administração do Porto por mais de 200 (duzentos) dias, durante o período de 12 (doze) meses, sem entretanto atingir o limite estabelecido na alínea anterior;

d) 11 (onze) dias corridos, o que tiver ficado à disposição da Administração do Porto por mais de 150 (cento e cinquenta) dias, durante o período de 12 (doze) meses, sem entretanto atingir o limite estabelecido na alínea anterior.

CAPÍTULO III

Disposições Gerais

Art. 17. Tendo em vista o regime de trabalho fixado em decorrência da presente Lei, as Administrações dos

Portos promoverão os estudos necessários à fixação ou revisão das taxas de remuneração por produção para os serviços de capatazia e à atualização das respectivas tarifas, as quais deverão ser submetidas, dentro de 120 (cento e vinte) dias, ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, de modo que, dentro dos 30 (trinta) dias subseqüentes, sejam homologadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 18. As convenções, contratos, acórdos coletivos de trabalho e outros atos destinados a disciplinar as condições de trabalho, de remuneração e demais direitos e deveres dos servidores ou empregados, inclusive daqueles sem vínculo empregatício, somente poderão ser firmados pelas Administrações dos Portos com entidades legalmente habilitadas e deverão ser homologados pelos Ministros do Trabalho e da Previdência Social e da Viação e Obras Públicas.

Art. 19. As disposições desta Lei são aplicáveis a todos os servidores ou empregados pertencentes às Administrações dos Portos organizados sujeitos a qualquer regime de exploração, ... VETADO ...

Parágrafo único. Para os servidores sujeitos ao regime dos Estatutos dos Funcionários Públicos, sejam federais, estaduais ou municipais, estes serão aplicados supletivamente, assim como será a legislação do trabalho para os demais empregados, no que couber.

Art. 20. Fica revogada a Lei número 3.165, de 1º de junho de 1957.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Bosisio

Juarez Távora

Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.861 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito suplementar de Cr\$ 2.166.530.000 (dois bilhões, cento e sessenta e seis milhões, quinhentos e trinta mil cruzeiros) para reforço de dotações que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Tribunal de Contas o crédito suplementar de Cr\$ 2.166.530.000 (dois bilhões, cento e sessenta e seis milhões, quinhentos e trinta mil cruzeiros), para reforço das seguintes dotações inscritas no Orçamento de 1965:

Subanexo 2.03.00 — Tribunal de Contas

3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	1.825.700.000
3.2.0.0 — Transferências Correntes:	
3.2.3.0 — Inativos	325.000.000
3.2.5.0 — Salário-família	15.830.000

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.862 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1965

Altera a legislação do imposto de renda, adota diversas medidas de ordem fiscal e fazendária, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O imposto progressivo, devido anualmente pelas pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil será cobrado, no exercício financeiro de 1966, de acordo com a seguinte tabela:

Classes de renda líquida Cr\$1.000		Aliquotas	
Até		1.500	Isento
Entre	1.501 e	1.800	3%
Entre	1.801 e	2.400	5%
Entre	2.401 e	3.300	8%
Entre	3.301 e	4.800	12%
Entre	4.801 e	6.600	16%
Entre	6.601 e	9.000	20%
Entre	9.001 e	12.000	25%
Entre	12.001 e	18.000	30%
Entre	18.001 e	24.000	35%
Entre	24.001 e	36.000	40%
Entre	36.001 e	48.000	45%
Acima de		48.001	50%

§ 1º O imposto é calculado em cada classe sobre a porção de renda compreendida nos respectivos limites, desprezada a fração de renda inferior a Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros).

§ 2º O imposto progressivo é a soma das parcelas correspondentes a cada classe.

§ 3º A partir do exercício financeiro de 1967, os limites das classes de renda líquida de que trata este artigo serão atualizados, anualmente, em função de coeficientes de correção monetária estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia na conformidade da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 2º As importâncias expressas na legislação do imposto de renda, em função do mínimo de isenção estabelecido para a tributação da renda líquida percebida pelas pessoas físicas, serão atualizadas, anualmente, de acordo com o disposto no art. 1º, aplicando-se aos demais casos a norma estabelecida no art. 3º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 3º A partir do exercício financeiro de 1966, inclusive, o abatimento de encargos de família será calculado à razão da metade da importância do limite mínimo de isenção do imposto progressivo para o outro cônjuge, e de idêntica importância para cada um dos filhos ou dependente.

§ 1º Para efeito do abatimento de encargos de família, observar-se-á em relação a todos os contribuintes, indistintamente, o disposto no art. 44 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

§ 2º É equiparado, para todos os efeitos legais relativamente ao imposto de renda aos filhos legítimos, legitimados, naturais reconhecidos e adotivos, o menor pobre, que o contribuinte crie e eduque.

Art. 4º Os contribuintes não serão obrigados a recolher importâncias correspondentes a exercícios anteriores, relativas a:

a) empréstimo público de emergência, a que se refere a Lei número 4.069, de 11 de junho de 1962;

b) empréstimo compulsório de que trata a Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963;

c) adicional para o reaparelhamento econômico, a que se referem as Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e nº 2.973, de 28 de novembro de 1956;

d) adicional de renda das pessoas jurídicas de que tratam as Leis ns. 2.862 de 4 de setembro de 1956, 3.470, de 28 de novembro de 1958, e 3.850, de 18 de dezembro de 1960;

e) adicional de proteção à família, a que se refere o Decreto-lei número 3.200, de 19 de abril de 1941.

§ 1º Excluem-se do disposto na alínea d os débitos regularmente notificados até 30 de junho de 1966.

§ 2º A firma ou sociedade que até 31 de outubro de 1966 não requerer à Comissão de Investimentos a aplicação ou liberação das importâncias correspondentes aos "Certificados de Equipamento" ou aos "Depósitos de Garantia" de que tratam os Decretos-leis ns. 6.224 e 6.225 de 24 de janeiro de 1944, receberá livremente a metade daquelas importâncias, devendo a autoridade fiscal nesse caso converter em renda tributária da União a outra metade.

§ 3º Sob as mesmas condições e prazos estabelecidos no parágrafo anterior, depois de 31 de outubro de 1966, será liberado 1/3 (um terço) da importância do "Depósito de Investimento", a que se refere o artigo 91 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, convertendo-se em renda da União os remanescentes 2/3 (dois terços).

Art. 5º As pessoas físicas, residentes ou domiciliadas no território nacional, que declarem rendimentos provenientes de fontes situadas no estrangeiro, poderão deduzir do imposto progressivo, calculado de acordo com o art. 1º importância em cruzeiros equivalente ao imposto de renda cobrado pela nação de origem daqueles rendimentos, desde que haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos produzidos no Brasil.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Art. 6º O imposto de que trata o art. 2º da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, fica reduzido para 15% (quinze por cento).

Art. 7º Os impostos de que tratam os arts. 10, 12 e 13 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964 descontados e retidos mensalmente pelas fontes pagadoras, poderão ser recolhidos aos cofres públicos, a juízo do Ministro da Fazenda, dentro do trimestre seguinte ao mês a que corresponder.

Art. 8º Ficam isentos do imposto a que se refere o art. 79 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, os lucros decorrentes da venda de propriedade imobiliária para residência, cuja construção já tenha sido concluída e aprovada pela competente autoridade, se a respectiva transferência de direitos sobre a propriedade for contratada depois de transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de aquisição ou do início da construção do imóvel.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo beneficia somente o máximo de 2 (duas) operações de venda, de promessa de venda, de cessão de direitos ou equivalente realizadas pelo mesmo alienante em cada ano civil.

Art. 9º O imposto de que trata o art. 79 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, fica reduzido para 10% (dez por cento).

Parágrafo único. A pessoa física poderá optar pela inclusão, em sua declaração anual de rendimentos dos lucros apurados na venda, em cada ano, de até 3 (três) propriedades imobiliárias, destinadas a fins residenciais, ficando dispensado, nesse caso, do imposto referido neste artigo, desde que no respectivo instrumento de alienação conste expressamente o fato.

Art. 10. As declarações de bens apresentadas nos exercícios financeiros de 1963, 1964 e 1965 às repartições do imposto de renda e à Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), poderão ser retificadas até 30 de abril de 1966 para efeito de inclusão de valores, bens e depósitos.

§ 1º A retificação de que trata este artigo será feita mediante a inclusão dos referidos valores, bens e depósitos na declaração de bens relativa ao exercício financeiro de 1966.

§ 2º No exercício de 1966 será permitida, excepcionalmente, a apresentação de declaração de bens pelas pessoas físicas não obrigadas à apresentação de declaração de rendimentos.

§ 3º Com base nas declarações de bens a que se refere este artigo, não será permitido em relação aos exercícios de 1963, 1964, 1965 e 1966:

- a) instaurar processo de lançamento *ex officio* por inexistência ou falta de declaração de rendimentos;
- b) proceder a lançamentos, de qualquer espécie, para cobrança de imposto de renda e adicionais;
- c) exigir comprovação da origem daqueles valores, bens e depósitos;
- d) aplicar penalidades de qualquer natureza.

§ 4º Quando se tratar de valores, bens e depósitos mantidos no estrangeiro, os benefícios estabelecidos neste artigo ficam condicionados à obrigação da pessoa física transferir para o Brasil, até 31 de outubro de 1966, o mínimo de 70% (setenta por cento) dos aludidos valores, bens ou depósitos.

Art. 11. As repartições lançadoras do imposto de renda poderão instituir serviço especial de Registro das Pessoas Físicas, contribuintes desse imposto, no qual serão inscritas as pessoas físicas obrigadas a apresentar declaração de rendimentos e de bens.

§ 1º As pessoas físicas inscritas no Registro de que trata este artigo apresentarão, anualmente sua declaração de rendimentos durante o mês

de abril, ressalvados os casos previstos no art. 32 da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962.

§ 2º As repartições lançadoras do imposto de renda poderão estabelecer escala para a entrega ou remessa postal das declarações das pessoas físicas domiciliadas na sua jurisdição, observados os prazos previstos no parágrafo anterior e as instruções que forem baixadas pelo Diretor do Imposto de Renda.

§ 3º Até o último dia útil do mês de março de cada ano, é facultado à pessoa física antecipar a entrega da sua declaração de rendimentos.

Art. 12. Ficam cancelados quaisquer débitos ou cobranças fiscais de valor originário não superior a Cr\$ 20.000 (vinte mil cruzeiros), decorrentes do não recolhimento do tributo, adicionais e multas, que deveriam ter sido liquidados até 17 de julho de 1964.

Art. 13. O contribuinte que, até o dia 31 de janeiro de 1966, efetuar de uma só vez, o pagamento de débito fiscal que deveria ter sido liquidado antes de 17 de julho de 1964, gozará da redução de 50% (cingüenta por cento) da importância das multas devidas, bem como ficará dispensado da correção monetária do valor do crédito da União, desde a sua constituição até a respectiva liquidação.

Art. 14. As dívidas ativas da União, em fase de cobrança judicial na data da publicação desta Lei, poderão ser liquidadas em até oito parcelas mensais, iguais e sucessivas, considerada a situação financeira do devedor.

§ 1º A requerimento do executado, que deverá oferecer plena garantia ao Juízo e depois de ouvido o competente órgão do Ministério Público, o Juiz poderá autorizar o parcelamento da dívida, corrigida monetariamente e acrescida de juros, multa, custas e demais encargos da cobrança judicial.

§ 2º Recebido o requerimento, este valerá como confissão irretratável da dívida, que, no seu pagamento não admitirá atraso de qualquer prestação, sob pena de se considerarem automaticamente vencidas as demais, prosseguindo, neste caso o executivo fiscal.

Art. 15. No cálculo da correção monetária, a atualização do valor do crédito da União será feita a partir do vencimento do trimestre civil em que deveriam ter sido liquidados os débitos fiscais, excluído o período anterior a 17 de julho de 1964.

§ 1º Quando o débito fiscal resultar de decisão de instância superior que houve modificação de primeira instância favorável ao contribuinte, proferida por autoridade competente, o cálculo da correção monetária far-se-á, observado o disposto neste artigo, mediante a exclusão do período anterior à data em que tiver sido notificada ou comunicada ao devedor a última decisão.

§ 2º Em se tratando de guias de recolhimento, declarações e outros documentos indispensáveis ao cálculo de tributos, adicionais ou penalidades, apresentados dentro do prazo legal às repartições arrecadoras ou lançadoras, a correção monetária observado o disposto neste artigo, começará a partir da data em que tais elementos básicos, após o exame procedido pela repartição competente, forem colocados à disposição dos contribuintes mediante intimação para o pagamento do respectivo débito.

§ 3º Quando se tratar de lançamento *ex officio* ou de cobrança suplementar, a correção monetária, observado o disposto neste artigo, será feita a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao exercício financeiro a que corresponder o tributo devido.

§ 4º Para os efeitos de correção monetária, não constituem tributos os empréstimos públicos compulsórios e as contribuições obrigatórias para o Plano Nacional de Educação.

§ 5º Nos casos de reclamações, recursos e ações, a garantia da instância, nas esferas administrativa e judicial, poderá ser feita, a juízo do autor, pelo valor original do débito questionado.

Art. 16. Não são passíveis de correção monetária do respectivo valor, nem poderão ultrapassar na sua totalidade, de 30% (trinta por cento) da importância inicial da dívida as multas moratórias, inclusive os juros de mora, acrescidos aos débitos resultantes da falta de recolhimento dos tributos, adicionais e penalidades, dentro dos prazos legais.

Art. 17. O disposto nos artigos 13, 15 e 16 aplica-se às contribuições devidas por empregados, trabalhadores autônomos ou avulsos, profissionais liberais e empregadores às instituições de previdência e assistência social.

Art. 18. A restituição de qualquer receita da União, descontada ou recolhida a maior será efetuada mediante anulação da respectiva receita, pela autoridade incumbida de promover a cobrança originária, a qual, em despacho expresse, reconhecerá o direito creditório contra a Fazenda Nacional e autorizará a entrega da importância considerada indevida.

§ 1º Quando a importância a ser restituída for superior a Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros), deverá o respectivo processo, depois de efetuada a restituição, ser encaminhado à Direção-Geral da Fazenda Nacional, para fins de revisão do despacho proferido pela autoridade de primeira instância.

§ 2º Nos casos de que trata o parágrafo anterior, o pagamento da restituição de receita será classificado em conta de responsáveis, a débito dos beneficiários, até que seja anotada a competente decisão do Diretor-Geral da Fazenda Nacional.

§ 3º Ficam revogadas as disposições do art. 3º e seus parágrafos, da Lei nº 4.155, de 28 de novembro de 1962.

§ 4º Para os efeitos deste artigo, o regime contábil fiscal da receita será o de gestão qualquer que seja o ano da respectiva cobrança.

§ 5º A restituição de rendas extintas será efetuada com os recursos das dotações consignadas no Orçamento da Despesa da União, desde que não exista receita a anular.

§ 6º As despesas previstas no § 5º terão, no Tribunal de Contas, registro posterior.

§ 7º As disposições deste artigo aplicam-se, também, aos pedidos de restituição apresentados às repartições arrecadoras, até a data desta Lei.

Art. 19. A partir do exercício de 1966, inclusive, o Orçamento Geral da União consignará rubrica própria para contabilização das importâncias de correção monetária prevista no art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 20. Na devolução de depósitos, a importância da correção monetária, de que trata o § 3º do art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, obedecerá também: ao que dispõe o art. 18.

Art. 21. O disposto no art. 87 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, aplica-se às hipóteses previstas no art. 84 da mesma lei e nos arts. 54 e 55 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, alcançando os casos em discussão.

Art. 22. A partir do exercício financeiro de 1967, inclusive, os Títulos de Investimentos, representados pelos recibos de recolhimento do empréstimo compulsório de que trata o art. 72 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, terão poder liberatório, para fins de pagamento dos impostos federais devidos pelo subscritor compulsório.

Parágrafo único. O Ministro da Fazenda baixará instruções, a partir de 1.º de janeiro de 1966, sobre a liquidação ou resgate dos Títulos de In-

vestimento a que se referem os arts. 72 e 73 da Lei n.º 4.242, de 17 de julho de 1963, podendo estabelecer prioridade para os credores do respectivo empréstimo compulsório, na subscrição, em lugar da União, de novas emissões de capital feitas por sociedades de economia mista.

Art. 23. No exercício financeiro de 1966, a tabela constante do artigo 10 da Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964, será a seguinte:

Até Cr\$ 125 000 mensais	Isento
Entre Cr\$ 125.001 e Cr\$ 250.000	3%
Entre Cr\$ 250.001 e Cr\$ 450.000	5%
Entre Cr\$ 450.001 e Cr\$ 650.000	8%
Entre Cr\$ 650.001 e Cr\$ 1.000.000	10%
Acima de Cr\$ 1.000.000 mensais	12%

Art. 24. O imposto de renda arrecadado na fonte, como antecipação do que for apurado na declaração de rendimentos, na forma do parágrafo único do art. 11 e § 2.º do art. 12 da Lei n.º 4.154, de 28 de novembro de 1962, assim como do § 1.º do art. 10, do art. 12 e § 2.º do art. 13 da Lei n.º 4.506 de 30 de novembro de 1964, será restituído, mediante requerimento formulado pelo próprio contribuinte ou seu procurador, se a declaração respectiva, do exercício seguinte, apresentar resultado negativo.

Art. 25. O imposto de renda não será descontado na fonte sobre os juros e os prêmios de títulos nominativos da dívida pública federal, estadual e municipal.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, igualmente, aos títulos da dívida pública, ao portador, quando este se identificar, caso em que o respectivo rendimento ficará equiparado, para efeito de tributação, aos dos títulos nominativos.

§ 2º Para os fins previstos no § 2º do art. 55 da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, não se consideram subscritos voluntariamente os títulos adquiridos pela pessoa física para ficar dispensada do pagamento de tributos.

Art. 26. Não estão sujeitos a imposto de renda os juros e comissões devidos a sindicatos profissionais ou instituições congêneres, bem como a instituições financeiras e empresas de seguros, com sede no País ou no estrangeiro, quando os respectivos empréstimos forem contraidos pelo Banco Nacional de Habitação ou por ele aprovados, em favor de entidades que integrem o sistema financeiro de habitação, e se destinem ao financiamento de construção residencial, diretamente ou por intermédio de sindicatos profissionais, cooperativas e outras entidades em finalidade lucrativa estabelecidas no Brasil.

Parágrafo único. As transferências financeiras para o pagamento desses rendimentos não estão sujeitas a quaisquer encargos financeiros ou depósitos compulsórios.

Art. 27. São isentas de imposto de selo as operações contratuais entre o Banco Nacional de Habitação e pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou estabelecidas no exterior.

Art. 28. Durante os exercícios financeiros de 1966 e 1967, o imposto de renda não incidirá sobre os rendimentos, inclusive deságios, das letras imobiliárias a que se refere o art. 44 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, quando adquiridas voluntariamente, dispensada, nesse período, a exigência de que trata o art. 3º da Lei n.º 4.154, de 28 de novembro de 1962.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 1968, além dos abatimentos previstos no art. 14 da Lei n.º 4.357, de 16 de julho de 1964, será permitido às pessoas físicas abater de sua renda bruta:

I — até Cr\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros) anuais de juros recebidos de letras imobiliárias, subscritas voluntariamente, nominativas ou ao portador, quando este optar pela identificação.

II — até 30% (trinta por cento) das quantias applicadas na aquisição voluntária das letras imobiliárias, nominativas ou ao portador, quando este optar pela identificação.

§ 2º Os abatimentos a que se refere o parágrafo anterior incluem-se entre os de que trata o art. 9º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

§ 3º Se a pessoa física alienar as letras imobiliárias antes de decorridos 2 (dois) anos da data da respectiva aquisição, deverá incluir como rendimento percebido no ano da alienação a importância que tiver abatido de sua renda bruta, nos termos do § 1º.

Art. 29. Ficam isentos do imposto de renda os proventos e as pensões, concedidos de acordo com os Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, ambos de 23 de janeiro de 1946, e Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, em decorrência de reformas ou falecimentos de ex-combatentes da F.E.B.

Art. 30. Excluem-se da alínea "a" do parágrafo único do art. 125 do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto-lei nº 9.407, de 27 de junho de 1946, as alterações de contratos ou estatutos sociais e as atas de assembleias gerais de acionistas, quando não importarem em modificação do capital social ou da remuneração dos sócios ou diretores, bem como os instrumentos de elevação do capital de firmas e sociedades, promovida de conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 31. Salvo em casos excepcionais ou naqueles em que a lei imponha, explicitamente, esta condição, não será exigido o reconhecimento de firmas em petições dirigidas à administração pública, podendo, todavia, a repartição requerida, quando tiver dúvida sobre a autenticidade da assinatura do requerente ou quando a providência servir ao resguardo do sigilo, exigir antes da decisão final a apresentação de prova de identidade do requerente.

Art. 32. A subscrição compulsória ou o depósito a que se refere a Lei nº 4.621, de 30 de abril de 1965, não incidirão sobre a remuneração do trabalho correspondente aos meses de novembro e dezembro do corrente ano.

Art. 33. O valor dos bens imóveis, para efeito da correção monetária de que trata o art. 3º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, poderá sofrer uma redução, a critério do contribuinte, na mesma proporção existente entre o salário-mínimo da região onde eles estiverem situados e o maior salário-mínimo do País.

Art. 34. Os favores fiscaes enumerados no art. 3º da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, serão concedidos também no exercício financeiro de 1967 às empresas industriais e comerciais, contribuintes do imposto de consumo ou do imposto de vendas e consignações, que satisfizerem, cumulativamente, as seguintes condições:

I — Demonstrarem que, durante o ano de 1966, tiveram um aumento de quantidade das mercadorias vendidas igual ou superior a 5% (cinco por cento), em relação ao ano de 1965;

II — Demonstrarem que não aumentaram os preços das mercadorias vendidas no mercado interno, durante o ano de 1966, em mais de 10% (dez por cento) sobre os preços vigentes em 31 de dezembro de 1965.

Parágrafo único. O limite de 10% (dez por cento), de que trata o item II acima, ficará reduzido a 5% (cinco por cento) para as empresas que, no período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 1965, tiveram aumentado seus preços em nível superior a 15% (quinze por cento) aos preços vigentes em 28 de fevereiro de 1965.

Art. 35. No exercício financeiro de 1967 o imposto de que trata o art. 37 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, será cobrado à razão de 23% (vinte e três por cento) das empresas industriais e comerciais, contribuintes do imposto de consumo ou do imposto de vendas e consigna-

ções, que durante o ano civil de 1966 satisfizerem o disposto no item II do artigo anterior.

§ 1º As empresas mencionadas neste artigo que tenham aderido ao programa de contenção de preços expresso na Portaria Interministerial nº 71, de 23 de fevereiro de 1965, gozarão, no exercício financeiro de 1966, dos favores fiscais enumerados no § 2º, desde que observem as seguintes condições:

a) assumam, perante a Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização de Preços (CONEP), até 31 de janeiro de 1966, novo compromisso de estabilização, a ser observado durante o ano de 1966;

b) tenham cumprido integralmente o compromisso assumido com relação ao ano civil de 1965;

c) observem totalmente, até 31 de dezembro de 1966, o compromisso de estabilização assumido nos termos da alínea "a".

§ 2º Os favores fiscais a que se refere o parágrafo anterior são, cumulativamente, os seguintes:

I — cobrança do imposto de que trata o art. 37 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, à razão de 18% (dezoito por cento), calculado sobre os lucros do ano-base de 1965;

II — cobrança do imposto devido pela correção monetária do ativo imobilizado, realizada durante o ano de 1966, à razão de 2% (dois por cento);

III — dispensa do pagamento do imposto de 15% (quinze por cento) devido pelas reservas excedentes do capital social, formadas no ano de 1966.

§ 3º A fiscalização do disposto no § 1º compete aos servidores da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) e da Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização de Preços (CONEP), aos agentes fiscais do imposto de renda e de rendas internas e, mediante convênio, aos fiscais do imposto estadual de vendas e consignações.

§ 4º As irregularidades apuradas deverão ser comunicadas, obrigatoriamente, à Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização de Preços (CONEP) e ao Departamento do Imposto de Renda, ou às suas delegacias.

§ 5º As empresas que pleitearem os favores fiscais previstos nos §§ 1º e 2º deverão juntar, à respectiva declaração de rendimentos, guia de recolhimento do imposto ou pedido de isenção, conforme o caso, certificado, expedido pela Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização de Preços (CONEP), atestando a observância do disposto nas alíneas "a" e "b" do § 1º.

§ 6º Se a empresa, após a apresentação de sua declaração de rendimentos referente ao exercício financeiro de 1966, renunciar ao cumprimento do programa que deveria observar até 31 de dezembro do mesmo ano, ficará sujeita ao imposto, enumerado nos itens I, II e III do § 2º, pelas taxas normais, com o acréscimo de multa moratória exigível à razão de 3% (três por cento) ao mês, sem prejuízo da correção monetária dos débitos.

§ 7º Se a empresa deixar de cumprir o programa da Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização de Preços (CONEP) sem renunciar expressamente ao compromisso assumido, ficará sujeita também às sanções legais aplicáveis aos casos de evidente intuito de fraude, além do pagamento do imposto pelas taxas normais.

Art. 36. Na arrecadação das multas aplicadas de acordo com o artigo 8º da Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, não haverá adjudicação de cota-parte aos denunciadores ou aos servidores que apurarem as faltas.

Art. 37. O julgamento das questões sobre cobrança do imposto Territorial Rural, previsto na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, compete ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.), em primeira instância, admitido, da decisão contrária ao contribuinte, recurso

voluntário para o Terceiro Conselho de Contribuintes, do Ministério da Fazenda, constituído, na forma do art. 4º da Lei nº 4.155, de 28 de novembro de 1962, mediante o desmembramento da 2ª Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, prevista no art. 47 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Art. 38. A reclamação interposta pela pessoa física contra o cálculo dos valores tributários, de acordo com o art. 53 e seus parágrafos da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, somente será julgada depois do pronunciamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.) ou de suas repartições regionais.

Art. 39. Será facultativa a garantia da instância, na esfera administrativa, nos casos de reclamação, recurso e pedido de reconsideração interpostos contra lançamento, de qualquer espécie, ou cobrança de tributo ou penalidade, efetuado de conformidade com as disposições do art. 9º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965.

Parágrafo único. Na falta da garantia prevista neste artigo, se a decisão definitiva for contrária ao contribuinte ou responsável, os débitos sofrerão o acréscimo de multa complementar calculada à razão de 3% (três por cento) ao mês, independentemente da correção monetária a que se refere o art. 15.

Art. 40. O disposto no artigo 38 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, aplica-se a todas as pessoas físicas domiciliadas no Brasil, determinando, no cálculo da renda tributável prevista no art. 53 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, a exclusão do valor das reservas florestais, não exploradas, e da importância efetivamente aplicada pelo contribuinte, em cada ano, no replantio de árvores destinadas ao corte.

§ 1º Em relação às pessoas jurídicas, o custo de novas aquisições ou de plantio de árvores destinadas ao corte poderá ser computado como custo ou encargo da empresa no ano em que forem efetivamente realizados os dispêndios, até o montante da média do valor dos recursos florestais indicados nos balanços dos últimos 5 (cinco) anos.

§ 2º A importância da correção monetária do custo de aquisição ou de plantio dos recursos florestais explorados pelas empresas será mantida obrigatoriamente na empresa, em conta do passivo não exigível, devendo ainda figurar destacadamente em seu ativo, em conta especial.

Art. 41. Será levada em consideração, para efeito de deduções relativas ao art. 53 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, a área efetivamente plantada com eucaliptos, acácias negras, araucárias brasiliensis e outras espécies de interesse da política de reflorestamento, tomando-se por base o custo de árvore plantada, que será fixado, em cada ano, pelo Ministério da Agricultura.

Art. 42. A reserva de manutenção de capital de giro próprio da empresa, constituída de acordo com o art. 27 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e com o art. 3º da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, poderá ser aplicada na cobertura de prejuízos operacionais ou incorporada ao capital das firmas ou sociedades, nos termos do art. 83 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Parágrafo único. A isenção de impostos de que trata o art. 7º da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, vigorará até o exercício financeiro de 1967, inclusive.

Art. 43. A remuneração aos Estados, aos Municípios ou às suas autarquias, pela arrecadação do imposto de renda na fonte, de que trata o art. 75 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, poderá ser paga mediante

retenção, recolhendo as referidas entidades aos cofres federais o produto líquido do imposto arrecadado e demonstrando as respectivas guias e relações a exatidão da cobrança do imposto e da dedução remuneratória.

§ 1º O convênio assinado com os Estados e Municípios torna-os responsáveis pelo recolhimento do imposto em todos os casos em que os pagamentos corram à conta dos cofres estaduais ou municipais.

§ 2º Fica o Departamento do Imposto de Renda autorizado a trocar informações de natureza fiscal com as competentes repartições ou autarquias estaduais ou municipais, objetivando a perfeita execução do convênio e o rigoroso controle de todas as operações de cobrança e recolhimento do imposto.

Art. 44. Para os efeitos do art. 40 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, equipara-se ao de bacharel em ciências contábeis o diploma de técnico em contabilidade, desde que o candidato prove contar mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício na profissão, mediante certidão fornecida pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, ou seja aprovado em exame de suficiência na disciplina de Revisão e Perícias Contábeis, prestado perante o Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 45. O Empréstimo Compulsório instituído no art. 72 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, poderá ser resgatado, a partir do exercício de 1967, por opção do subscritor, mediante entrega aos respectivos credores de Obrigações Reajustáveis, de que trata o art. 1º, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Parágrafo único. As Obrigações Reajustáveis serão nominativas e intransferíveis, salvo mediante partilha em inventário judicial e com prazo de resgate de 5 (cinco) anos.

Art. 46. O § 2º do art. 97 do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, alterado pelo Decreto-lei nº 7.995, de 21 de agosto de 1945, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Excetuam-se das disposições deste artigo:

a) as comissões pagas pelos exportadores de quaisquer produtos nacionais aos seus agentes no estrangeiro e os juros de desconto, no exterior, de cambiais de exportação, e, ainda, as comissões de banqueiros inerentes às referidas cambiais;

b) os rendimentos atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, correspondentes a receitas de fretes, afretamentos, aluguéis ou arrendamentos de embarcações marítimas e fluviais ou de aeronaves estrangeiras, feitos por empresas nacionais, desde que tenham sido aprovados pelas autoridades competentes.”

Art. 47. O art. 8º da Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º A falta de cumprimento das obrigações previstas neste Capítulo sujeita o infrator a multas iguais às estabelecidas na legislação do imposto de consumo para a inobservância de obrigações acessórias.

§ 1º Aos delegados regionais ou seccionais do Departamento de Arrecadação incumbe julgar, em primeira instância, as questões sobre a observância das disposições deste Capítulo, cabendo, da decisão contrária à pessoa jurídica, recurso voluntário para o Terceiro Conselho de Contribuintes.

§ 2º A aplicação das penalidades de que trata este artigo compete aos delegados regionais ou seccionais do Departamento

de Arrecadação, com jurisdição no local onde fôr verificada a infração."

Art. 48. O § 3º do art. 38 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38.

§ 3º As disposições deste artigo não se aplicam às sociedades de qualquer espécie cuja soma de capital social mais reservas não ultrapasse de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros)".

Art. 49. O art. 58 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58. Na emissão de ações, as importâncias recebidas dos subscritores a título de ágio não serão consideradas como rendimento tributável da pessoa jurídica, constituindo obrigatoriamente reserva específica, enquanto não forem incorporadas ao capital da sociedade.

§ 1º Não sofrerão nova tributação na declaração de pessoa física, ou na fonte, os aumentos de capital das pessoas jurídicas mediante a utilização das importâncias recebidas a título de ágio, quando realizados, nos termos deste artigo, por sociedades das quais sejam as referidas pessoas físicas acionistas, bem como as novas ações distribuídas em virtude daqueles aumentos de capital.

§ 2º As quantias relativas aos aumentos de capital das pessoas jurídicas, mediante a utilização de acréscimos do valor do ativo decorrentes de aumentos de capital realizados nos termos deste artigo por sociedades das quais sejam acionistas, não sofrerão nova tributação."

Art. 50. O art. 9º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. O servidor, que de má fé, ou sem suficientes elementos de comprovação, promover lançamento de imposto indevido, será passível de demissão, sem prejuízo da responsabilidade criminal."

Art. 51. Fica revogado o art. 39 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, cessando os efeitos da medida liminar concedida em mandado de segurança contra a Fazenda Nacional, após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da petição inicial ou quando determinada a sua suspensão por Tribunal imediatamente superior.

Art. 52. Ficam revogados os arts. 85 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, e 29 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 53. O Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias, regulamentará esta Lei, consolidando toda a legislação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, salvo os dispositivos que modificam as alíquotas dos impostos, os quais vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1966.

Art. 55. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.863 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1963

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as aliquotas dos impostos de renda, importação, consumo e sêto e da quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salários, e dá outras providências.

Art. 1º Os soldos constantes do Anexo II de que trata o art. 188 da

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os soldos constantes do Anexo II de que trata o art. 188 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares), ficam substituídos, a partir de 1º de janeiro de 1966, pelos valores expressos na Tabela A.

Art. 2º Ficam alterados os arts. 19, 61 e 148 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, prevalecendo a seguinte redação:

I — “Art. 19. A Gratificação de Função Militar de Categoria B é devida ao militar, pelo valor de 10% do soldo do posto ou graduação quando em exercício de função nas situações das letras *a, b, c, d, e, e f* deste artigo; e, pelo valor anualmente fixado pelo Poder Executivo, obedecendo às graduações respectivas dos Cursos, quando na situação da letra *g*:

a) servindo em corpo de tropa e bases;
b) embarcando em navio da Armada ou guarnecendo navio mercante;
c) servindo em Hospital e Arsenais, Parques, Estabelecimentos, Fábricas, Depósitos, funcionando em regime industrial ou com horário especial de trabalho;

d) em função de docência, ensino ou instrução em Escola, Colégio, Instituto, Curso ou Centro de Ensino ou Instrução das Forças Armadas;

e) em levantamentos topográficos, geográficos, hidrográficos, oceanográficos, manutenção de faróis e construção de rodovias ou ferrovias, determinados pela Diretoria ou Serviço competente;

f) em efetivo exercício de função de Estado-Maior e ou de Técnico;
g) aprovado em Curso de Especialização, de Aperfeiçoamento de Comando e Estado-Maior ou equivalentes em cada Força.

§ 1º Os Ministros das Pastas Militares especificarão as Organizações Militares e estabelecerão as condições que enquadrem o militar nas disposições deste artigo.

§ 2º Ao militar que se enquadre simultaneamente em mais de uma das atividades discriminadas neste artigo somente será abonada a gratificação correspondente a uma delas, com exceção da letra *g* que acumula sempre com qualquer uma das demais letras.”

II — “Art. 61. A indenização de Representação é devida ao militar no efetivo exercício dos cargos, funções ou comissões especificados pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Os valores da indenização de que trata este artigo serão fixados, anualmente, pelo Poder Executivo.”

III — “Art. 148. Os militares reformados em consequência de moléstia a que se refere a letra *d* do art. 146, ou outras consideradas incuráveis, terão direito a diária de asilado prevista para a praça asilada que sofra de moléstia contagiosa e incurável.”

Art. 3º Os vencimentos dos cargos efetivos e dos cargos em comissão, bem como os valores das funções gratificadas, da Administração Centralizada, serão pagos, a partir de 1º de janeiro de 1966, com base na Tabela B.

Parágrafo único. As autoridades relacionadas no item IV — outros cargos em comissão — da Tabela B não serão concedidas diárias pelo efetivo exercício em Brasília, nem gratificação de tempo integral, ficando revogado o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 4º Serão também reajustados, em bases idênticas e nos mesmos períodos constantes das Tabelas anexas:

- a) os servidores dos Territórios Federais;
- b) os servidores transferidos da União para os Estados do Acre, de acordo com a letra a do art. 9º da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, e Lei nº 4.711, de 29 de junho de 1965, e da Guanabara, compensados quaisquer aumentos, reajustamento, ou reclassificação concedidos pelos governos estaduais, no período compreendido entre 1º de junho de 1964 e a data do início da vigência desta Lei.
- c) os servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), da Fundação Brasil Central e da Prefeitura do Distrito Federal, amparados, respectivamente, pelos arts. 40 e 42 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e item 4 do art. 21 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964;
- d) os servidores a que se referem os itens 1 e 2 do art. 6º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

§ 1º Quaisquer quantias recebidas pelos servidores referidos no item b deste artigo, de outras entidades públicas às quais estiverem servindo, serão obrigatoriamente declaradas aos órgãos pagadores federais, a fim de serem deduzidas dos vencimentos a que fizerem jus de acordo com esta Lei, sob pena de suspensão do pagamento (§ 3º do art. 21 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, e art. 8º da Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964).

§ 2º Aplicam-se também aos servidores mencionados neste artigo os demais dispositivos desta Lei.

Art. 5º Dentro das possibilidades dos recursos orçamentários próprios e observados os percentuais de aumento e os períodos estabelecidos na Tabela B, item I, do art. 3º, serão reajustados os salários de pessoal temporário e de obras de que tratam os arts. 24 e 26 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Parágrafo único. Os novos salários do pessoal temporário e de obras, decorrentes da execução deste artigo, não poderão, em qualquer hipótese, exceder à importância correspondente ao vencimento da classe inicial ou singular, de encargos ou atribuições semelhantes ou equivalentes.

Art. 6º Os pagamentos líquidos em moeda estrangeira feitos a servidores públicos federais, inclusive das autarquias, em viagem, missão, estudo ou exercício no exterior, não sofrerão qualquer alteração em decorrência da aplicação desta Lei.

Parágrafo único. As majorações que se verificarem nas parcelas relativas a vencimentos e vantagens serão compensadas, no mesmo montante, com a redução na parcela de representação ou reajustamento.

Art. 7º O regime de tempo integral e dedicação exclusiva, a que se refere o art. 11 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, poderá ser aplicado, no interesse da Administração e nos termos da regulamentação a ser expedida pelo Poder Executivo, em caráter obrigatório:

I — a cargos e funções que envolvem responsabilidade de Direção, Chefia ou Assessoramento;

II — a unidades administrativas, ou setores das mesmas, quando a natureza do trabalho exigir;

III — às Equipes de Trabalho constituídas expressamente para operar sob o aludido regime;

IV — ao Magistério, em face de provadas necessidades de ensino e da cadeia, verificada, previamente, a viabilidade da medida em face das instalações disponíveis e outras condições de trabalho do estabelecimento de ensino;

V — a ocupantes de cargos compreendendo funções técnicas de nível médio — auxiliares de atividades de magistério, técnicas e de pesquisa

científica — quando participarem de trabalhos enquadrados nos itens anteriores.

§ 1º Em casos excepcionais, devidamente justificados, o regime de tempo integral e dedicação exclusiva poderá ser aplicado a qualquer funcionário, individualmente, mediante proposta do dirigente da Unidade Administrativa.

§ 2º Excetuam-se da obrigatoriedade prevista neste artigo os funcionários que optarem pelo regime de tempo parcial de trabalho, salvo quando investidos em cargo ou função de direção ou chefia, quando terão de invocar impedimento legal ou motivo justo.

§ 3º Excetuam-se, igualmente, da obrigatoriedade prevista no § 2º os ocupantes de cargos de direção e chefia para os quais tenham sido nomeados em caráter efetivo.

§ 4º O pessoal burocrático, auxiliar ou subalterno, cujos serviços sejam indispensáveis ao funcionamento do regime a que se refere este artigo, poderá ter o expediente prorrogado, percebendo gratificação pelo serviço extraordinário que prestar, independentemente de limite de tempo.

§ 5º — Caberá a uma Comissão designada pelo Presidente da República e subordinada ao Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público zelar pela fiel aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, ressalvada a do pessoal pertencente ao magistério superior, regida pelas normas constantes no Respetivo Estatuto.

§ 6º Ressalvado o que diga com o pessoal pertencente ao magistério superior, regido por normas próprias, constantes no respectivo Estatuto, e com o pessoal pertencente aos institutos de pesquisa científica ou tecnológica, cuja supervisão incumbirá ao Conselho Nacional de Pesquisa, a Comissão, com fundamento nos princípios legais e regulamentares, fixará critérios, expedirá instruções e exercerá supervisão, fiscalização e controle permanentes, podendo ouvir diretamente pessoas ou órgãos especializados e proceder, periodicamente, a verificação *in loco*.

§ 7º Das decisões da Comissão caberá recurso para o Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 8º A infringência dos compromissos decorrentes de regime de tempo integral e dedicação exclusiva, apurada em inquérito administrativo, será punida com a pena de demissão, a bem do serviço público.

§ 9º Os membros da Comissão farão jus a gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva, na forma da legislação em vigor.

§ 10. A gratificação de que trata o § 1º do art. 11 da Lei n.º 4.345, de 25 de junho de 1964, será fixada em decreto executivo, mediante proposta do Departamento Administrativo do Serviço Público, para os cargos a que se aplica o regime de tempo integral e de dedicação exclusiva, tendo em vista a essencialidade, complexidade e responsabilidade das respectivas atribuições, bem como as condições do mercado de trabalho para as atividades correspondentes.

§ 11. A inclusão do servidor em regime de tempo integral será sempre da iniciativa do chefe do órgão onde o servidor estiver lotado.

§ 12. O regime de tempo integral será regulamentado em prazo não superior a 30 dias.

Art. 3º O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 3.000 (três mil cruzeiros) mensais, por dependente.

Art. 9º A partir de 1º de janeiro de 1966, ficarão revogados todos os dispositivos legais ou regulamentares que fixam vencimentos de cargos ou funções de direção ou chefia com vinculações a outros vencimentos, inclusive em bases percentuais.

Parágrafo único. Os cargos atingidos por este artigo, quando relativos a direção de entidades autárquicas ou de órgãos públicos em regime especial,

ficarão, automaticamente, classificados no símbolo 1-C, cabendo ao Poder Executivo efetivar a reclassificação dos demais cargos em comissão existentes nos órgãos respectivos de modo a preservar o princípio de hierarquia.

Art. 10. Fica elevado para 30% (trinta por cento) o auxílio para diferença de Caixa de que tratam os arts. 137 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e 2º da Lei nº 4.061, de 8 de maio de 1962.

Parágrafo único. A vantagem prevista neste artigo somente será paga ao funcionário que se encontre em efetivo exercício de suas funções de pagador ou receptor, inclusive durante os períodos de férias regulamentares, nos termos do art. 79 da Lei nº 1.711, de 28-10-52, desde que naquelas funções tenha tido exercício durante os onze meses anteriores.

Art. 11. Excluído do disposto no art. 7º, esta Lei se aplica aos Magistrados, membros do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União, e semelhantes, cujos vencimentos serão reajustados na forma da Tabela B, item VI, Anexos I a IX.

Art. 12. A retribuição dos dirigentes de autarquias e sociedades de economia mista em que participe a União não poderá ultrapassar os vencimentos dos Ministros de Estado enquanto essas entidades receberem, transferências do Tesouro e desfrutarem de favores fiscais.

Art. 13. Observados o disposto no art. 12 e parágrafos da Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964, o teto máximo de retribuição mensal dos servidores civis e militares ativos e inativos, da Administração Centralizada e das Autarquias, é fixado em 90% (noventa por cento) dos vencimentos dos Ministros de Estado.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo os Membros do Poder Judiciário, o Procurador-Geral da República e o Consultor-Geral da República.

Art. 14. A gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais, prevista no art. 145, item V, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, que variará entre 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento) dos vencimentos do cargo efetivo do funcionário, será concedida nos termos da regulamentação geral a ser expedida pelo Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, ficando revogado o § 2º do art. 15 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Parágrafo único. Fica ressalvado o direito adquirido por decisão judicial, transitada em julgado, dos funcionários civis ou autárquicos que venham percebendo as vantagens de que trata o art. 145, item VI, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, não se aplicando aos mesmos o disposto no art. 33 e seu § 1º da Lei nº 4.345, de 1964.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir, na vacância, os cargos de Assessor para Assuntos Legislativos.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 16. A redução do complemento de vencimento e vantagens de que trata o art. 33 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, não ultrapassará quantia equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) do aumento estabelecido na presente lei.

Parágrafo único. Continua em vigor, com a ressalva estabelecida no presente artigo, a norma prevista no § 1º do art. 33 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a extinção progressiva, no caso de vacância, de cargos de procurador, assistente-jurídico, de tesouraria e outros que sejam considerados excessivos em face às reais necessidades do serviço, sem prejuízo das promoções a que façam jus os titulares remanescentes.

§ 1º Poderá, ainda, o Poder Executivo promover a redistribuição desses cargos para aproveitamento de seus ocupantes em órgão em que haja necessidade de seus serviços, respeitada a lotação na mesma Unidade da Federação.

§ 2º VETADO.

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir um sistema de incentivo aos funcionários pela apresentação de sugestões, visando ao maior rendimento do trabalho e à melhoria da produtividade, em geral.

Parágrafo único. Os incentivos de que trata este artigo poderão consistir em prêmio em dinheiro, ou importar em preferência para promoção, designação para função de assessoria ou direção, ou, ainda, ter caráter honorífico.

Art. 19. O Governo promoverá o estudo e a coordenação, através do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, em colaboração com o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), de medidas tendentes à obtenção de maior produtividade do Serviço Público Federal em harmonia com os objetivos da programação econômico-financeira.

Art. 20. A percepção de vencimento, salário ou vantagem pelo exercício do cargo, emprego ou função pública, em qualquer setor da Administração Federal Centralizada e das Autarquias Federais, importa na prestação efetiva de serviço, sob pena de reposição, em qualquer tempo em que se verifique a irregularidade.

§ 1º São responsáveis e responderão a processo administrativo o chefe de setor de trabalho onde ocorra a irregularidade, assim como quem atestar indevidamente a frequência.

§ 2º Provada a boa-fé do servidor civil, dos órgãos da administração centralizada ou descentralizada, ou militar, a autoridade administrativa poderá, ouvido o DASP, dispensar a reposição de vantagem paga e posteriormente considerada indevida, em virtude de alteração do critério jurídico pelo órgão competente.

Art. 21. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

Art. 22. O provimento, por qualquer forma, de cargo público, inclusive por transferência, fica condicionado à existência de dotação orçamentária.

Parágrafo único. Será responsabilizado o funcionário que ordenar pagamento com infração deste artigo.

Art. 23. Fica reduzida ao máximo de 40% (quarenta por cento) a participação nas multas aplicadas em virtude de infrações de leis tributárias ou no produto de leilão de mercadorias, respeitados em critérios de distribuição previstos na legislação de cada tributo e não se aplicando às vantagens deste artigo o disposto no art. 18 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, bem como as dos artigos 12 e 21 da Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a adjudicação das vantagens a que se refere este artigo, estabelecendo a percentagem que será deduzida do respectivo montante para constituição do fundo-estímulo de que trata a Lei nº 154, de 25 de novembro de 1947, e de outros estímulos análogos aos demais órgãos tributários e do Departamento de Arrecadação do Ministério da Fazenda.

Art. 24. O Poder Executivo designará uma Comissão para, no prazo de 90 (noventa) dias, estudar em todos os seus aspectos os sistemas de remuneração de Grupo Ocupacional Fisco e apresentar recomendações que habilitem o Governo a adotar medidas tendentes a discipliná-lo, em consonância com os interesses do Tesouro Nacional e as condições especiais de trabalho a que estão sujeitos os integrantes do referido grupo.

§ 1º VETADO.

§ 2º O regulamento observará os seguintes princípios:

a) VETADO.

b) vinculação do sistema de remuneração às exigências e peculiaridades do serviço fiscal e da arrecadação, visando-se à instituição de estímulos para sua eficiente execução em todo o Território Nacional, considerados

para esse efeito todos os elementos que influem nas condições de trabalho, inclusive horário, local, zona ou região em que é realizado;

c) incentivo para atribuições de maior complexidade, responsabilidade ou volume de serviço, inclusive para as de chefia e assessoramento;

d) condicionamento da parte variável da remuneração aos incrementos verificados na arrecadação.

§ 3º Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar qualquer redução nos atuais vencimentos dos funcionários por ele atingidos.

Art. 25. No mesmo prazo do art. 24, uma comissão designada pelo Poder Executivo estudará, em todos os seus aspectos, o sistema de remuneração do Grupo Ocupacional P-1.700 — Medicina, Farmácia e Odontologia a que se refere a Lei nº 3.780, de 1960, inclusive revisão da denominação de Auxiliar de Enfermagem, a que se refere a Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, e Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955.

Art. 26. No exercício de 1966, as alíquotas de imposto de consumo de que trata a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, vigorarão com as seguintes alterações, sendo o acréscimo cobrado a título de adicional:

- a) as de 3% passarão a 3,6%;
- b) as de 4% passarão a 4,8%;
- c) as de 6% passarão a 7,2%;
- d) as de 8% passarão a 9,6%;
- e) as de 10% passarão a 12 %;
- f) as de 12% passarão a 14,4%;
- g) as de 15% passarão a 18 %;
- h) as de 20% passarão a 24 %;
- i) as de 25% passarão a 30 %;
- j) as de 30% passarão a 36 %;
- k) as de 35% passarão a 42 %;
- l) as de 40% passarão a 48%;
- m) as de 50% passarão a 60%.

Art. 27. As alíquotas do imposto de consumo previstas para os produtos da posição 24.02, incisos 2 e 4, da Tabela do Regulamento do Imposto de Consumo, aprovada pela Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, vigorarão no exercício de 1966, com um acréscimo de 20% (vinte por cento).

§ 1º Mantida a forma em vigor para cálculo de imposto, o valor resultante do acréscimo de que trata este artigo será incorporado ao atual preço de venda no varejo, devendo ser consignado em parcela distinta, em cada unidade tributária, apenas para determinação do preço final de venda ao consumidor.

§ 2º Na venda ao consumidor é permitido o arredondamento para Cr\$ 5 (cinco cruzeiros), das frações do preço final de venda inferiores a essa importância.

Art. 28. Os impostos de importação, renda e selo serão cobrados, durante o exercício financeiro de 1966, com um adicional de 10% (dez por cento) na forma do regulamento a ser baixado por decreto do Poder Executivo.

Art. 29. Sobre os valores estabelecidos na Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, será concedido aumento de 30% (trinta por cento), a partir de 1º de janeiro de 1966, elevando-se essa percentagem, respectivamente, a 35% (trinta e cinco por cento), a partir de julho de 1966, e a 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de outubro de 1966:

a) aos pensionistas a que se refere a letra b, itens 1, 2 e 3 do art. 6º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964;

b) aos servidores aposentados, bem como aos em disponibilidade no que couber e na forma da Lei nº 2.622, de 12 de outubro de 1915.

§ 1º A aplicação do aumento independerá de prévia apostila nos títulos dos beneficiários.

§ 2º O reajustamento das pensões pagas pelo IPASE só se efetivará em relação àquelas oriundas de remunerações recebidas dos cofres da União.

Art. 30. É o Poder Executivo autorizado a abrir no Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000.000 (setecentos e cinquenta bilhões de cruzeiros), para atender aos recursos resultantes da execução

desta lei, o qual vigorará por dois exercícios e será automaticamente re-registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Parágrafo único. O crédito especial autorizado neste artigo atenderá também às despesas relacionadas com a execução do disposto no art. 7º desta lei.

Art. 31. Obedecidas as normas fixadas nesta lei, é extensivo aos servidores das Autarquias Federais e da Rede Ferroviária Federal e, no que couber, aos seus inativos o reajustamento previsto nos artigos anteriores.

Art. 32. É excluído do regime desta lei o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), que continua regido pelas Leis ns. 1.628, de 20 de junho de 1952, e 2.973, de 26 de novembro de 1956, ficando, porém, a matéria relativa a reajustamentos de vencimentos de seus servidores sujeita à homologação do Presidente da República.

Art. 33. As despesas resultantes da aplicação da presente lei ao pessoal de que trata o art. 31 serão atendidas pelos recursos próprios dessas entidades.

§ 1º As entidades de que trata o presente artigo, que tiverem limitados os gastos do pessoal de administração à percentagem da receita total, poderão ser autorizadas a ultrapassar esses limites para atender, exclusivamente, às despesas decorrentes desta lei, mediante decisão expressa do Presidente da República.

§ 2º Somente na hipótese de serem seus recursos próprios insuficientes para cobrir os gastos resultantes desta lei, poderão as entidades de que trata este artigo solicitar reforço à conta do crédito especial autorizado nesta lei, devendo a insuficiência ser comprovada em cada caso.

§ 3º Os recursos a serem fornecidos pelo Tesouro não poderão exceder a 70% (setenta por cento) dos respectivos encargos, salvo no caso de impossibilidade de novos aumentos tarifários em virtude de convênios ou conferências de fretes, hipóteses em que os recursos serão fornecidos integralmente pelo Tesouro após comprovação de que todas as providências possíveis foram adotadas para reduzir as despesas de custeio e para intensificação do tráfego.

§ 4º O limite estabelecido no § 3º poderá ser previsto, no fim do primeiro semestre de 1966, caso os reajustamentos tarifários dos serviços dessas entidades não hajam proporcionado o previsto reforço da receita industrial.

§ 5º Em nenhuma hipótese o acréscimo percentual sobre os vencimentos das diversas categorias poderá exceder o atribuído às categorias equivalentes da Administração Centralizada.

§ 6.º Constitui fonte de receita do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economizários (SASSE), para reajuste das aposentadorias e pensões, 3% (três por cento) sobre o valor da emissão de bilhetes da Loteria Federal, sem prejuízo do disposto no art. 74, letra b, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

§ 7º As diferenças de proventos e demais vantagens devidas aos inativos da Rede Ferroviária Federal S. A., decorrentes das normas fixadas nesta lei, correrão à conta do crédito especial de que trata o art. 30 e serão pagas na conformidade do disposto no art. 504 do Decreto nº 48.959, de 19 de setembro de 1960, independentemente de prévia apostila dos títulos dos beneficiários.

§ 8º Dependerá de decreto executivo a aplicação dos aumentos que se enquadram nos parágrafos 2º, 3º e 4º.

Art. 34. Para atender aos encargos decorrentes desta lei, no tocante aos Institutos de Aposentadoria e Pensões, ao Serviço de Alimentação da Previdência Social e ao Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência, e com a destinação específica de cobertura da contribuição da União, nos termos do artigo 69, letra d, da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960, fica elevado para mais 2% (dois por cento) o valor da percentagem de incidência das taxas cobradas diretamente ao público sob a denominação genérica de "quota de previdência", referidas no artigo 71, itens I e IV, e para mais 3% (três por cento) o da referida no

art. 74, letras "b" e "c" da mesma lei, assim como atualizadas para 5% (cinco por cento) sobre o valor respectivo as taxas de que trata o artigo 4.º, inciso IV, letras "a" e "b", do Decreto-lei n.º 651, de 26 de agosto de 1939, e art. 14, do Decreto-Lei n.º 3.832, de 18 de novembro de 1941.

§ 1º Caberá ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, por intermédio do Departamento Nacional de Previdência Social, e com a participação da rede fiscalizadora dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, fiscalizar a arrecadação das taxas mencionadas neste artigo, consoante as instruções que forem expedidas pelo Ministro de Estado.

§ 2º O orçamento próprio do Fundo Comum da Previdência Social, a que se refere o art. 164 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, compreenderá as despesas referentes à administração do referido Fundo, inclusive as da Fiscalização de que trata o § 1º e as de reaparelhamento do órgão administrador, nos termos do artigo 89, item V, da mesma Lei, até o limite de 1% (um por cento) sobre a arrecadação, vedada a admissão de pessoal a qualquer título à conta de suas dotações.

Art. 35. A partir da vigência da presente Lei as contribuições arrecadadas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões das empresas que lhe são vinculadas, e destinadas a outras entidades ou fundos, serão calculadas sobre a mesma base utilizada para o cálculo das contribuições de previdência, estarão sujeitas aos mesmos limites, prazos, condições e sanções e gozarão dos mesmos privilégios a elas atribuídos, inclusive no tocante à cobrança judicial, a cargo do respectivo instituto.

§ 1º A contribuição constituída pelo artigo 3º da Lei n.º 4.281, de 8 de novembro de 1963, com a alteração determinada pelo art. 4º da Lei número 4.749, de 12 de agosto de 1965, passará a ser recolhida, mensalmente, pelas empresas, na base de 1,2% (um e dois décimos por cento) sobre o salário de contribuição dos empregados, compreendendo sua própria contribuição e a dos empregados, devendo ser efetuado o desconto total, com relação a estes, por ocasião do pagamento da segunda parcela do 13º salário no mês de dezembro ou no mês em que ocorrer o pagamento nos demais casos legalmente previstos.

§ 2º As contribuições a que se refere este artigo integrarão, com as contribuições de previdência, uma taxa única de 28% (vinte e oito por cento) incidente, mensalmente sobre o salário de contribuição definido na legislação social e assim distribuída:

CONTRIBUIÇÕES	Dos	Das
	segurados	empresas
I — geral de previdência	8,0%	8,0%
II — 13º salário		1,2%
III — salário-família		4,3%
IV — salário-educação		1,4%
V — Legião Brasileira de Assistência		0,5%
VI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) ou Comercial (SENAC)		1,0%
VII — Serviço Social da Indústria (SESI) ou do Comércio (SESC)		2,0%
VIII — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)		0,4%
IX — Banco Nacional de Habitação		1,2%
TOTAL	8,0%	20,0%
		28,0%

§ 3º Os créditos a cada uma das entidades ou fundos mencionados no parágrafo 2º serão efetuados pelos estabelecimentos bancários depositários da arrecadação, de acordo com o rateio que fôr estabelecido em ato do Poder Executivo, guardada a respectiva proporção proporcionalidade e deduzida a taxa de administração de 1% (um por cento) em favor do correspondente Instituto de Aposentadoria e Pensões.

§ 4º Fica reduzida e fixada em 0,5% (meio por cento) da folha de salário de contribuição a percentagem global de que tratam o Decreto-Lei nº 7.719, de 3 de julho de 1945, e a Lei nº 2.158, de 2 de janeiro de 1954, destinada ao SAPS e dedutível da receita de contribuições dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, no rateio referido no § 3º.

§ 5º A referência ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), no item VIII, do § 2º, não prejudica o disposto no item II, do art. 117, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

§ 6º As isenções legais de que porventura goze alguma empresa com relação às contribuições discriminadas no § 2º serão objeto de compensações, desde que comprovadas, por ocasião do recolhimento, na forma por que a respeito dispuser o regulamento deste artigo.

§ 7º As entidades de fins filantrópicos, amparadas pela Lei nº 3.577, de 4 de julho de 1959, ficarão obrigadas a recolher aos Institutos, a que estiverem vinculadas, tão-somente as contribuições descontadas de seus funcionários.

Art. 36. O Poder Executivo, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, enviará ao Congresso Nacional projeto de lei alterando a legislação em vigor sobre aposentadoria e reformas, com a finalidade de vedar que qualquer servidor público, civil ou militar, inclusive das Autarquias Federais, possa auferir, ao passar para a inatividade, proventos superiores aos da atividade.

Art. 37. O Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes perceberá vencimentos-base iguais aos de Ministro do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 3º da Lei nº 1.488, de 10 de dezembro de 1951, sem prejuízo das gratificações, indenizações e auxílios que couberem por força do disposto na Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, e da presente Lei.

Parágrafo único — Na execução do disposto neste artigo, respeitar-se-á o limite máximo de retribuição fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 38. Os vencimentos dos serventuários da Justiça dos Territórios Federais, de Padrão C, D e F e os que foram transferidos para o Estado do Acre e que até agora não foram enquadrados pela Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, passam a corresponder, respectivamente, aos Níveis 7, 14 e 18.

Art. 39. (VETADO).

Art. 40. (VETADO).

Art. 41. Os prazos de validade dos concursos públicos, realizados pelo DASP, ainda em vigor, ficam prorrogados até a nomeação do último candidato aprovado.

Art. 42. Esta Lei entrará em vigor, inclusive quanto aos seus efeitos financeiros, a 1.º de janeiro de 1966, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juracy Magalhães
Paulo Bosisio
Arthur da Costa e Silva
Vasco da Cunha
Otávio Gouveia de Bulhões
Juarez Távora
Ney Braga
Flávio de Lacerda
Eduardo Gomes
Raymundo de Britto
Arnaldo Sussekind
Daniel Faraco
Mauro Thibau
Roberto de Oliveira Campos
Oswaldo Cordeiro de Farias

TABELA "A"
 (TABELA DE SOLDOS)

Pôsto ou Graduação	Valor Mensal (Cr\$)		
	A partir de 1-1-1966	A partir de 1-7-1966	A partir de 1-10-1966
1. Oficiais-Generais			
— General-de-Exército, Almirante-de-Esquadra, Tenente-Brigadeiro	340.000	352.800	367.200
— General-de-Divisão, Vice-Almirante, Major-Brigadeiro	319.500	330.900	344.400
— General-de-Brigada, Contra-Almirante, Brigadeiro	298.200	308.700	321.300
2. Oficiais-Superiores			
— Coronel, Capitão-de-Mar-e-Guerra	276.900	286.800	298.500
— Tenente-Coronel, Capitão-de-Fragata	255.600	264.600	275.400
— Major, Capitão-de-Corveta	234.300	242.700	252.600
3. Capitães e Oficiais Subalternos			
— Capitão, Capitão-Tenente	213.000	220.500	229.500
— Primeiro-Tenente	191.700	198.600	206.700
— Segundo-Tenente	170.400	176.400	183.600

PÓSTO OU GRADUAÇÃO	VALOR MENSAL (Cr\$)		
	A partir de 1-1-1966	A partir de 1-7-1966	A partir de 1-10-1966
4. Subtenentes, Suboficiais e Sargentos			
— Subtenente, Suboficial	156.300	161.700	168.300
— Primeiro-Sargento	141.900	147.000	153.000
— Segundo-Sargento	127.800	132.300	137.700
— Terceiro-Sargento	113.700	117.600	122.400
5. Cabos, Soldados, Marinheiros e Taifeiros			
— Cabo e Taifeiro-Mor	85.200	88.200	91.800
— Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval, Taifeiro de 1ª Classe, especializados, e Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe	62.400	64.800	67.200
— Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 1ª Classe, não especializados, Soldado de 1ª Classe "A"	51.000	52.800	55.200
— Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 2ª Classe, especializados, e Clarim ou Corneteiro de 2ª	39.900	41.100	42.900
— Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiros de 2ª Classe, não especializados, e Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe, Soldados de 2ª Classe "A" e Soldado	28.500	29.400	30.600
— Grumetes	17.100	17.700	18.300
6. Cabos e soldados não engajados			
— Cabo	28.500	29.400	30.600
— Soldado, Soldado Recruta, Cons-crito, Soldado de 2ª Classe "A"	11.400	11.700	12.300
7. Praças Especiais e Alunos			
— Aspirante a Oficial, Guarda Ma-rinha	156.300	161.700	168.300
— Cadete e Aspirante do último ano	17.100	17.700	18.300
— Cadete e Aspirante	11.400	11.700	12.300
— Aluno de Escola de Formação de Sargento	8.400	8.700	9.300
— Aluno de Escola Preparatória de Cadetes e Colégio Naval	5.700	6.000	6.300
— Aprendiz-Marinheiro	4.200	4.500	4.800

TABELA "B"

I — CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Nível	VALOR MENSAL (Cr\$)		
	A partir de 1-1-1966	A partir de 1-7-1966	A partir de 1-10-1966
22	378.000	392.000	409.000
21	338.000	350.000	365.000
20	311.000	322.000	336.000
19	284.000	294.000	307.000
18	257.000	266.000	277.000
17	234.000	242.000	253.000
16	217.000	225.000	235.000
15	201.000	209.000	218.000
14	185.000	192.000	200.000
13	171.000	178.000	185.000
12	159.000	165.000	172.000
11	147.000	153.000	159.000
10	135.000	140.000	146.000
9	123.000	127.000	133.000
8	112.000	116.000	121.000
7	101.000	105.000	110.000
6	95.000	98.000	102.000
5	89.000	92.000	96.000
4	84.000	87.000	91.000
3	78.000	81.000	85.000
2	73.000	76.000	79.000
1	68.000	70.000	73.000

TABELA "B"

II — CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Símbolo	VALOR MENSAL (Cr\$)		
	A partir de 1-1-1966	A partir de 1-7-1966	A partir de 1-10-1966
1-C	563.000	584.000	609.000
2-C	529.000	549.000	572.000
3-C	495.000	514.000	536.000
4-C	473.000	490.000	511.000
5-C	450.000	466.000	486.000
6-C	428.000	444.000	463.000
7-C	405.000	420.000	438.000
8-C	382.000	396.000	413.000
9-C	360.000	374.000	390.000
10-C	348.000	361.000	377.000
11-C	338.000	350.000	365.000
12-C	327.000	339.000	353.000

TABELA "B"

III — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo	VALOR MENSAL (Cr\$)		
	A partir de 1-1-1966	A partir de 1-7-1966	A partir de 1-10-1966
1-F	405.000	420.000	438.000
2-F	385.000	399.000	416.000
3-F	365.000	378.000	394.000
4-F	344.000	357.000	372.000
5-F	324.000	336.000	350.000
6-F	304.000	315.000	329.000
7-F	284.000	294.000	307.000
8-F	263.000	273.000	285.000
9-F	243.000	252.000	263.000
10-F	230.000	238.000	248.000
11-F	216.000	224.000	234.000
12-F	203.000	210.000	219.000
13-F	189.000	196.000	204.000
14-F	176.000	182.000	190.000
15-F	162.000	168.000	175.000
16-F	149.000	154.000	161.000
17-F	135.000	140.000	146.000
18-F	128.000	133.000	139.000
19-F	122.000	126.000	131.000
20-F	115.000	119.000	124.000

TABELA "B"

IV — OUTROS CARGOS EM COMISSÃO

CARGOS	VALOR MENSAL (Cr\$)		
	A partir de 1-1-1966	A partir de 1-7-1966	A partir de 1-10-1966
1) Ministro de Estado e Chefes do Gabinete Civil e do Gabinete Militar da Presidência da República e do Serviço Nacional de Informações	1.148.000	1.190.000	1.241.000
2) Prefeito do Distrito Federal e Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública	945.000	980.000	1.022.000
3) Secretário da Prefeitura do Distrito Federal	675.000	700.000	730.000
4) Chefe de Polícia do Distrito Federal	648.000	672.000	701.000

TABELA "B"

V - OUTROS CARGOS EFETIVOS

CARGOS	VALOR MENSAL (Cr\$)		
	A partir de 1-1-1966	A partir de 1-7-1966	A partir de 1-10-1966
1) Professor Catedrático	405.000	420.000	438.000
2) Professor Adjunto ou Professor de Ensino Superior	378.000	392.000	409.000
3) Assistente de Ensino Superior ..	311.000	322.000	336.000
4) Instrutor de Ensino Superior ...	284.000	294.000	307.000
5) Diplomatas:			
— Ministro de Primeira Classe ..	405.000	420.000	438.000
— Ministro de Segunda Classe ..	338.000	350.000	365.000
— Primeiro-Secretário	257.000	266.000	277.000
— Segundo-Secretário	234.000	242.000	253.000
— Terceiro-Secretário	217.000	225.000	235.000
6) Ministro de Assuntos Comerciais de Primeira Classe	405.000	420.000	438.000
7) Ministro de Assuntos Comerciais de Segunda Classe	338.000	350.000	365.000
8) Professor de Cursos Isolados vin- culados ao Curso Superior de Bi- blioteconomia da Biblioteca Na- cional ou ao Curso de Museu do Museu Histórico Nacional	284.000	294.000	307.000
9) Professor de Ensino Secundário	284.000	294.000	307.000
10) Professor de Ensino Industrial Técnico	284.000	294.000	307.000
11) Professor de Ensino Industrial Básico	284.000	294.000	307.000
12) Professor de Ensino Agrícola Técnico	284.000	294.000	307.000
13) Professor de Ensino Agrícola Bá- sico	284.000	294.000	307.000
14) Professor de Ensino Comercial (Universidade do Rio Grande do Sul)	284.000	294.000	307.000
15) Professor de Práticas Educativas (Quando de Educação Física ou de Canto Orfeônico)	284.000	294.000	307.000
16) Assessor para Assuntos Legisla- tivos	338.000	350.000	365.000
17) Delegado de Polícia	405.000	420.000	438.000

TABELA "B"

VI — ANEXOS CONCERNENTES A MAGISTRATURA

Ministério Público Federal, Serviço Jurídico da União e Assemelhados

CARGOS	VALOR MENSAL (Cr\$)		
	A partir de 1-1-1966	A partir de 1-7-1966	A partir de 1-10-1966
ANEXO I			
<i>Supremo Tribunal Federal</i>			
1) Ministro do Supremo Tribunal Federal	1.134.000	1.176.000	1.226.000
<i>Tribunal Federal de Recursos</i>			
1) Ministro do Tribunal Federal de Recursos	959.000	994.000	1.037.000
<i>Justiça Militar</i>			
1) Ministro do Superior Tribunal Militar	959.000	994.000	1.037.000
2) Auditor-Corregedor	797.000	826.000	861.000
3) Auditor de 2ª Entrância	716.000	742.000	774.000
4) Auditor de 1ª Entrância	608.000	630.000	657.000
<i>Justiça do Trabalho</i>			
1) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho	959.000	994.000	1.037.000
2) Juizes dos Tribunais Regionais	905.000	938.000	978.000
3) Juiz-Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento	716.000	742.000	774.000
4) Juiz-Presidente Substituto	608.000	630.000	657.000
ANEXO II			
<i>Tribunal de Contas</i>			
1) Ministro do Tribunal de Conta da União	959.000	994.000	1.037.000
2) Auditor Junto ao Tribunal de Contas da União	716.000	742.000	774.000

CARGOS	VALOR MENSAL (Cr\$)		
	A partir de 1-1-1966	A partir de 1-7-1966	A partir de 1-10-1966
<i>Tribunal de Contas do D. Federal</i>			
1) Ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal	905.000	938.000	978.000
2) Auditor Junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal	675.000	700.000	730.000
ANEXO III			
<i>Justiça do Distrito Federal e dos Territórios</i>			
1) Desembargador	905.000	938.000	978.000
2) Juiz de Direito	716.000	742.000	774.000
3) Juiz Substituto e Juiz de Registro Civil	608.000	630.000	657.000
4) Auditor da Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros	675.000	700.000	730.000
ANEXO IV			
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL JUNTO A JUSTIÇA COMUM			
1) Procurador-Geral da República	1.134.000	1.176.000	1.226.000
2) Subprocurador-Geral da República	959.000	994.000	1.037.000
3) Procurador da República de 1ª Categoria	608.000	630.000	657.000
4) Procurador da República de 2ª Categoria	513.000	532.000	555.000
5) Procurador da República de 3ª Categoria	432.000	448.000	467.000
6) Procurador Adjunto	365.000	378.000	394.000
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL JUNTO A JUSTIÇA MILITAR			
1) Procurador-Geral da Justiça Militar	959.000	994.000	1.037.000
2) Subprocurador-Geral	648.000	672.000	701.000
3) Promotor de 1ª Categoria	608.000	630.000	657.000
4) Promotor de 2ª Categoria	513.000	532.000	555.000
5) Promotor de 3ª Categoria	432.000	448.000	467.000
6) Advogado de Ofício de 2ª Entrada	378.000	392.000	409.000
7) Advogado de Ofício de 1ª Entrada	338.000	350.000	365.000

CARGOS	VALOR MENSAL (Cr\$)		
	A partir de 1-1-1966	A partir de 1-7-1966	A partir de 1-10-1966
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL JUNTO A JUSTIÇA DO TRABALHO			
1) Procurador-Geral da Justiça do Trabalho	959.000	994.000	1.037.000
2) Procurador do Trabalho de 1ª Categoria :	608.000	630.000	657.000
3) Procurador do Trabalho de 2ª Categoria	513.000	532.000	555.000
4) Procurador Adjunto	432.000	448.000	467.000
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO			
1) Procurador-Geral	959.000	994.000	1.037.000
2) Adjunto do Procurador	608.000	630.000	657.000
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL			
1) Procurador-Geral	905.000	938.000	978.000
2) Procurador Adjunto	567.000	588.000	613.000
ANEXO V			
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO A JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS			
1) Procurador-Geral da Justiça	905.000	938.000	978.000
2) Procurador	675.000	700.000	730.000
3) Curador	608.000	630.000	657.000
4) Promotor Público	540.000	560.000	584.000
5) Promotor Substituto	473.000	490.000	511.000
6) Defensor Público	378.000	392.000	409.000
7) Promotor Junto à Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros	513.000	532.000	555.000
8) Advogado de Ofício junto à Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros	473.000	490.000	511.000

ANEXO VI			
SERVIÇO JURÍDICO DA UNIÃO			
1) Consultor-Geral da República ...	1.134.000	1.176.000	1.226.000
2) Consultor Jurídico e Procurador-Geral da Fazenda Nacional	810.000	840.000	876.000
3) Procurador da Fazenda Nacional de 1ª Categoria	608.000	630.000	657.000
4) Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria	513.000	532.000	555.000
5) Procurador da Fazenda Nacional de 3ª Categoria	432.000	448.000	467.000
6) Assistente Jurídico e Procurador do Ministério da Fazenda	608.000	630.000	657.000
7) Assessor de Direito Aeronáutico e Auditor da Fazenda Nacional	513.000	532.000	555.000
ANEXO VII			
TRIBUNAL MARÍTIMO			
1) Juiz	716.000	742.000	774.000
2) Procurador	608.000	630.000	657.000
3) Adjunto do Procurador	513.000	532.000	555.000
4) Advogado de Ofício	473.000	490.000	511.000
ANEXO VIII			
CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA			
1) Membro	959.000	994.000	1.037.000
ANEXO IX			
SERVICÓ JURÍDICO DAS AUTARQUIAS DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL (ART. 40. DA LEI Nº 4.242. DE 1963). E DA FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL (ART. 42, DA LEI Nº 4.242, DE 1963)			
1) Procurador-Geral	729.000	756.000	788.000
2) Procurador de 1ª Categoria	608.000	630.000	657.000
3) Procurador de 2ª Categoria	513.000	532.000	555.000
4) Procurador de 3ª Categoria	432.000	448.000	467.000

LEI Nº 4.864 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1965

Cria medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Sem prejuízo das disposições da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964 os contratos que tiverem por objeto a venda ou a construção de habitações com pagamento a prazo poderão prever a correção monetária da dívida, com o conseqüente reajustamento das prestações mensais de amortização e juros, observadas as seguintes normas:

I — Somente poderão ser corrigidos os contratos de venda, promessa de venda, cessão e promessa de cessão, ou de construção, que tenham por objeto imóveis construídos ou terrenos cuja construção esteja contratada, inclusive unidades autônomas e respectivas quotas ideais de terreno em edificação ou conjunto de edificações incorporadas em condomínio.

II — A parte financiada, sujeita à correção monetária, deverá ser paga em prestações mensais de igual valor, incluindo amortização e juros convencionados à taxa máxima fixada pelo Conselho Monetário Nacional, admitida a fixação em contrate das prestações posteriores à entrega da unidade autônoma em valor diverso do das anteriores à entrega, sendo vedada a correção do valor de prestações intermediárias, se houver, e do saldo devedor a elas correspondente, exceção feita à prestação vinculada à entrega das chaves, desde que não seja superior, inicialmente, a 10% (dez por cento) do valor original da parte financiada.

III — O saldo devedor e as prestações serão corrigidos em períodos não inferiores a 6 (seis) meses com base em índices de preços apurados pelo Conselho Nacional de Economia, ou pela Fundação Getúlio Vargas, e o contrato deverá indicar em detalhe as condições do reajustamento e o índice conveniado.

IV — O reajustamento das prestações não poderá entrar em vigor antes de decorridos 60 (sessenta) dias do término do mês da correção.

V — Nas condições previstas no contrato, o adquirente poderá liquidar antecipadamente a dívida ou parte da mesma.

VI — A rescisão do contrato por inadimplemento do adquirente somente poderá ocorrer após o atraso de, no mínimo, 3 (três) meses do vencimento de qualquer obrigação contratual ou de 3 (três) prestações mensais, assegurado ao devedor o direito de purgar a mora dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do vencimento da obrigação não cumprida ou da primeira prestação não paga.

VII — Nos casos de rescisão a que se refere o item anterior, o alienante poderá promover a transferência para terceiro dos direitos decorrentes do contrato, observadas, no que forem aplicáveis, as disposições dos §§ 1º a 8º do art. 63 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, ficando o alienante, para tal fim, investido dos poderes naqueles dispositivos conferidos à Comissão de Representantes.

VIII — VETADO...

IX — VETADO...

§ 1º Os contratos de aquisição de imóveis a que se refere o art. 63 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, poderão prever a correção monetária nos termos do item III deste artigo.

§ 2º As diferenças nominais no principal dos contratos referidos neste artigo e seus parágrafos, resultantes da correção monetária, não constituirão rendimento tributável para efeitos do imposto de renda.

§ 3º Nos casos e nas condições aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, as entidades integrantes do sistema financeiro de habitação poderão

operar com as cláusulas de correção previstas neste artigo, quer nas obrigações ativas, quer nas passivas.

Art. 2º Quando o valor do imóvel, nos contratos a que se refere o artigo anterior, não exceder a 300 (trezentas) vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País, será obrigatória a contratação, nos moldes preconizados pelo Banco Nacional de Habitação, como parte integrante dos contratos e durante sua vigência, do seguro de vida de renda temporária em nome e benefício do adquirente.

Parágrafo único. Nos contratos com valor superior a 200 (duzentas) e até 300 (trezentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, será facultativo, a critério do adquirente, o cumprimento do disposto neste artigo, quando do contrato constar o compromisso expresso do alienante em oferecer ao espólio do adquirente a opção, por 90 (noventa) dias, entre continuar com a unidade nas condições do contrato ou receber, em prazo igual ao de sua vigência, a devolução de todas as prestações pagas, com a respectiva correção monetária e juros à taxa que for convenionada.

Art. 3º Nos casos de rescisão, por culpa do alienante, dos contratos a que se refere o art. 1º, a indenização a que o adquirente tiver direito será corrigida monetariamente até o seu efetivo pagamento segundo os mesmos índices de correção fixados no contrato rescindido.

Art. 4º Os itens I, II e III do art. 12 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passam a ter a seguinte redação:

"I — no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos deverão estar aplicados em habitações de valor unitário inferior a 300 (trezentas) vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País;

II — no máximo 20% (vinte por cento) dos recursos poderão estar aplicados em habitações de valor unitário superior a 400 (quatrocentas) vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País;

III — serão vedadas as aplicações em habitações de valor unitário superior a 500 (quinhentas) vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País."

Art. 5º O art. 2º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

"§ 1º O direito à guarda de veículos nas garagens ou locais a isso destinados nas edificações ou conjuntos de edificações será tratado como objeto de propriedade exclusiva, com ressalva das restrições que ao mesmo sejam impostas por instrumentos contratuais adequados, e será vinculada à unidade habitacional a que corresponder, no caso de não lhe ser atribuída fração ideal específica de terreno.

§ 2º O direito de que trata o § 1º deste artigo poderá ser transferido a outro condômino, independentemente da alienação da unidade a que corresponder, vedada sua transferência a pessoas estranhas ao condomínio.

§ 3º Nos edifícios-garagem, às vagas serão atribuídas frações ideais de terreno específicas".

Art. 6º No caso de um conjunto de edificações a que se refere o artigo 8º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, poder-se-á estipular o desdobramento da incorporação em várias incorporações, fixando a convenção de condomínio ou contrato prévio, quando a incorporação ainda estiver subordinada a períodos de carência, os direitos e as relações de propriedade entre condôminos de várias edificações.

Art. 7º O art. 9º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, fica acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 4º No caso de conjunto de edificações, a que se refere o art. 8º, a convenção de condomínio fixará os direitos e as relações de propriedade entre os condôminos das várias edificações, podendo estipular formas pelas quais se possam desmembrar e alienar porções do terreno, inclusive as edificadas".

Art. 8º O art. 18 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. A desapropriação de edificações ou conjuntos de edificações abrangerá sempre a sua totalidade, com todas as suas dependências, indenizando-se os proprietários das unidades expropriadas".

Art. 9º As disposições dos arts. 28 e seguintes, da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, não se aplicam às incorporações iniciadas antes de 10 de março de 1965.

§ 1º Caracteriza o início da incorporação, para o efeito deste artigo, a venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de quota ideal de terreno vinculada a projeto de construção, ou o contrato de construção assinado pelo incorporador, ou por adquirente

§ 2º Os instrumentos de contrato referidos no parágrafo anterior somente farão prova de início da execução da incorporação, quando o respectivo imposto do selo tiver sido pago antes da data desta Lei.

Art. 10. O art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"§ 8º O Oficial do Registro de Imóveis que não observar os prazos previstos no § 6º ficará sujeito a penalidade imposta pela autoridade judiciária competente em montante igual ao dos emolumentos devidos pelo registro de que trata este artigo, aplicável por quinzena ou fração de quinzena de superação de cada um daqueles prazos.

§ 9º Oficial do Registro de Imóveis não responde pela exatidão dos documentos que lhe forem apresentados para arquivamento em obediência ao disposto nas alíneas e, g, h, l, e p deste artigo, desde que assinados pelo profissional responsável pela obra.

§ 10. As plantas do projeto aprovado (alínea d deste artigo) poderão ser apresentadas em cópia autenticada pelo profissional responsável pela obra, acompanhada de cópia da licença de construção.

§ 11. Até 30 de junho de 1966 se, dentro de 15 (quinze) dias da entrega ao Cartório do Registro de Imóveis da documentação completa prevista neste artigo, feita por carta enviada pelo Ofício de Títulos e Documentos, não tiver o Cartório de Imóveis entregue a certidão de arquivamento e registro, nem formulado, por escrito, as exigências previstas no § 6º, considerar-se-á de pleno direito completado o registro provisório.

§ 12. O registro provisório previsto no parágrafo anterior autoriza o incorporador a negociar as unidades da incorporação, indicando na sua publicação o número do Registro de Títulos e Documentos referente à remessa dos documentos ao Cartório de Imóveis, sem prejuízo, todavia, da sua responsabilidade perante o adquirente da unidade e da obrigação de satisfazer as exigências posteriormente formuladas pelo Cartório, bem como de completar o registro definitivo".

Parágrafo único. As alíneas do art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, fica acrescida a seguinte:

"p) declaração, acompanhada de plantas elucidativas, sobre o número de veículos que a garagem comporta e os locais destinados à guarda dos mesmos".

Art. 11. O art. 65 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo:

"§ 3º Em qualquer fase do procedimento criminal objeto deste artigo, a prisão do indicado dependerá sempre de mandado do Juízo referido no § 2º".

Art. 12. Fica elevado para 180 (cento e oitenta) dias o prazo de validade de registro da incorporação a que se refere o art. 33 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 13. É de 60 (sessenta) dias o prazo máximo concedido ao incorporador, no art. 35 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 14. Até 31 de dezembro de 1966, os sindicatos da indústria da construção civil, nas suas respectivas bases territoriais, atenderão ao disposto no art. 54 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, com base em critérios, normas e tipos de prédios padronizados que adotarem, mediante estudos próprios ou contratados.

Parágrafo único. O incorporador, ao elaborar a avaliação do custo global da obra para atendimento do disposto na alínea h do art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, utilizará o custo unitário, divulgado pelo sindicato na forma deste artigo, referente ao tipo de prédio padronizado que mais se aproxime do prédio objeto da incorporação.

Art. 15. O Banco Central manterá um fundo de compensação de variações cambiais e monetárias relativas a empréstimos externos para financiamento de projetos ou planos de construção e venda de habitações no País.

§ 1º Compete ao Banco Central a prévia aprovação dos contratos de empréstimos externos para as finalidades previstas neste artigo.

§ 2º O Banco Central poderá assegurar aos mutuários dos empréstimos externos aprovados nos termos do parágrafo anterior a aquisição de câmbio para liquidação dos encargos de amortização e juros a taxas contratadas, atualizadas monetariamente segundo os mesmos índices e condições de correção previstos na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e nesta Lei.

§ 3º As eventuais diferenças entre as taxas de câmbio resultantes da atualização referida no parágrafo anterior e as taxas efetivamente pagas para liquidação das obrigações externas serão compensadas no fundo previsto neste artigo, e o saldo final existente pertencerá ao Tesouro Nacional, ou será de responsabilidade deste.

§ 4º Os empréstimos, objeto deste artigo, que se destinarem às entidades integrantes do sistema financeiro de habitação, serão submetidos ao Banco Nacional de Habitação e, somente após o pronunciamento deste, apresentados ao Banco Central para os fins do § 1º.

§ 5º Os bancos de investimento a que se refere o art. 29 da Lei número 4.728, de 14 de julho de 1965, poderão repassar, na moeda de origem ou mediante cláusula de paridade cambial, os empréstimos que contratarem no exterior registrados no Banco Central.

§ 6º Todas as transferências financeiras resultantes do disposto neste artigo não estão sujeitas a quaisquer encargos financeiros ou empréstimos compulsórios.

Art. 16. O art. 13 e seus parágrafos, da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. Estão sujeitas ao desconto do imposto de renda na fonte, a razão de 10% (dez por cento), as importâncias pagas ou creditadas pelas pessoas jurídicas a pessoas físicas, a título de juros, cujo montante exceda, em cada semestre, a Cr\$ 15.000 (quinze mil cruzeiros).

Parágrafo único. As importâncias retidas nos termos deste artigo serão abatidas do imposto apurado na declaração anual da pessoa física".

Art. 17. Não se aplica a Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, às locações dos imóveis cujo "habite-se" venha a ser concedido após a publicação desta Lei, sendo livre a convenção entre as partes e admitida a correção monetária dos alugueis, na forma e pelos índices que o contrato determinar.

Parágrafo único. Findo o prazo de locação do imóvel a que se refere este artigo, ou em caso de sua locação por tempo indeterminado, o locatário, notificado para sua entrega, por não convir ao locador continuar a locação, terá o prazo de 3 (três) meses para o desocupar, se for urbano.

Art. 18. Na construção de imóveis, o imposto do selo será recolhido no mês subsequente ao término de cada semestre civil, calculado sobre o montante recebido pelo construtor durante o semestre civil encerrado, a título de pagamento do preço da obra ou de remuneração pelos serviços ajustados.

§ 1º Os contratos de construção por administração, para os efeitos do imposto do selo, são equiparados aos de empreitada de mão-de-obra.

§ 2º O disposto na letra K da nota 7ª da alínea I do Anexo I da Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964, aplica-se ao financiamento da venda de bens móveis destinados à construção de imóveis em que o adquirente for o condomínio a que se refere o inciso I do art. 53 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

§ 3º Não incidirá o imposto do selo sobre as obrigações a que se refere o inciso II do art. 53 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, inclusive sobre o pagamento das penalidades aplicadas na forma do disposto nos §§ 8º e 9º do art. 63 da mesma Lei, bem como sobre a utilização desses recursos em pagamento dos débitos de responsabilidade do condomínio, quer feito diretamente pela Comissão de Representantes, quer não.

§ 4º As sub-rogações, cessões ou transferências de contratos de construção serão tributadas sobre o montante recebido pelo construtor desde o término do semestre civil anterior até a data da sub-rogação, cessão ou transferência.

Art. 19. Nos contratos de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de imóveis para pagamento em prazo superior a dois anos será responsável pelo pagamento do imposto do selo o vendedor, cedente, promitente vendedor ou cedente, sempre que for pessoa jurídica.

§ 1º Nos contratos imobiliários a que se refere o art. 63 da Lei número 4.728, de 14 de julho de 1965, será responsável pelo pagamento do imposto a sociedade imobiliária adquirente.

§ 2º Nos contratos referidos neste artigo e seu § 1º, o imposto de selo será recolhido no mês seguinte ao término de cada semestre civil, calculado à taxa de 1% (um por cento) sobre o montante total das prestações efetivamente liquidadas no semestre vencido.

Art. 20. O Banco Central poderá autorizar as sociedades de crédito e financiamento a se transformarem em sociedades de crédito imobiliário, com as características que lhes atribui a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, ou a manterem carteira especializada nas operações próprias das sociedades de crédito imobiliário.

§ 1º Compete ao Conselho Monetário Nacional disciplinar o acesso das sociedades de crédito imobiliário ao mercado de capitais ou financeiro e fixar as condições que deverão observar nas suas operações ativas e passivas.

§ 2º Compete ao Banco Central o registro, a autorização para funcionamento, a fiscalização e todas as demais medidas previstas na Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, para o funcionamento das sociedades de crédito imobiliário.

§ 3º Quando o Conselho Monetário Nacional se reunir para as finalidades a que se refere o § 1º, participará da reunião, com direito a voto, o Presidente do B.N.H.

§ 4º Nas condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, as entidades financeiras de que trata este artigo poderão operar em um sistema integrado de acumulação de poupanças e empréstimos, aplicando-se o disposto no § 1º do art. 7º da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.

Art. 21. Nas suas operações de crédito imobiliário, as Caixas Econômicas, ouvido o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, darão preferência ao financiamento de projetos de iniciativa privada para a construção e venda a prazo, em edificações, ou conjunto de edificações, de unidades habitacionais de interesse social, ou destinadas às classes de nível médio de renda.

§ 1º Nas operações previstas neste artigo, as Caixas Econômicas poderão financiar, mediante abertura de crédito a ser utilizado pelo empresário, à medida da entrega das unidades habitacionais, admitido o contrato prévio de promessa de financiamento.

§ 2º Nas condições que o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais fixar, poderá ser permitida a utilização, antes da entrega das unidades e em função da execução da obra, de até 60% (sessenta por cento) do financiamento contratado.

§ 3º Nas operações a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo, poderá ser previsto que o valor nominal dos desembolsos ajustados seja atualizado monetariamente à data de sua efetiva entrega ao financiado.

§ 4º Nas operações previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, a correção monetária do débito e os juros cobrados incidirão apenas sobre o saldo devedor da parcela do financiamento que tenha sido efetivamente realizada.

§ 5º O disposto neste artigo e seus parágrafos poderá ser aplicado nas operações contratadas diretamente com pessoas físicas.

Art. 22. Os créditos abertos nos termos do artigo anterior pelas Caixas Econômicas, bem como pelas sociedades de crédito imobiliário, poderão ser garantidos pela caução, a cessão parcial ou a cessão fiduciária dos direitos decorrentes dos contratos de alienação das unidades habitacionais integrantes do projeto financiado.

§ 1º Nas aberturas de crédito garantidas pela caução referida neste artigo, vencido o contrato por inadimplemento da empresa financiada, o credor terá o direito de, independentemente de qualquer procedimento judicial e com preferência sobre todos os demais credores da empresa financiada, haver os créditos caucionados diretamente dos adquirentes das unidades habitacionais, até a final liquidação do crédito garantido.

§ 2º Na cessão parcial referida neste artigo, o credor é titular dos direitos cedidos na percentagem prevista no contrato, podendo, mediante comunicações ao adquirente da unidade habitacional, exigir, diretamente, o pagamento em cada prestação da sua percentagem nos direitos cedidos.

Art. 23. Na cessão fiduciária em garantia referida no art. 22, o credor é titular fiduciário dos direitos cedidos até a liquidação da dívida garantida, continuando o devedor a exercer os direitos em nome do credor, segundo as condições do contrato e com as responsabilidades de depositário.

§ 1º No caso de inadimplemento da obrigação garantida, o credor fiduciário poderá, mediante comunicação aos adquirentes das unidades habitacionais, passar a exercer diretamente todos os direitos decorrentes dos créditos cedidos, aplicando as importâncias recebidas no pagamento do seu crédito e nas despesas decorrentes da cobrança, e entregando ao devedor o saldo porventura apurado.

§ 2º Se a importância recebida na realização dos direitos cedidos não bastar para pagar o crédito do credor fiduciário, bem como as despesas referidas no parágrafo anterior, o devedor continuará pessoalmente obrigado a pagar o saldo remanescente.

§ 3º É nula a cláusula que autoriza o cessionário fiduciário a ficar com os direitos cedidos em garantia, se a dívida não for paga no seu vencimento.

§ 4º A cessão fiduciária em garantia somente valerá contra terceiros depois que o seu instrumento, público ou particular, qualquer que seja o seu valor, for arquivado por cópia no Registro de Títulos e Documentos.

Art. 24. Nas condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, as sociedades de crédito imobiliário poderão operar nas modalidades de financiamento referidas nos arts. 21 e 22, mediante aceite de letras de câmbio reajustáveis sacadas pela empresa financiada, cujos valores e vencimentos, correspondentes aos direitos caucionados, tenham sido cedidos parcialmente, ou cedidos fiduciariamente em garantia.

Art. 25. O art. 11 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Os recursos destinados ao setor habitacional pelas entidades estatais, inclusive sociedades de economia mista de que o Poder Público seja majoritário, distribuir-se-ão, permanentemente, da seguinte forma:

I — em habitações de valor unitário inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo mensal, vigente no País, uma percentagem mínima dos recursos a ser fixada, bienalmente, pelo Banco Nacional de Habitação, em função das condições do mercado e das regiões, e por instituição ou tipo de instituição.

II — em habitações de valor unitário compreendido entre 300 (trezentas) e 400 (quatrocentas) vezes o maior salário-mínimo, vigente no País, no máximo, 20% (vinte por cento) dos recursos, vedadas as aplicações em habitações de valor unitário superior a 400 (quatrocentas) vezes o maior salário-mínimo citado.

§ 1º Dentro do limite de recursos obrigatoriamente aplicados em habitações de valor unitário inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo do País, o Banco Nacional de Habitação fixará, para cada região ou localidade, a percentagem mínima de recursos que devem ser aplicados no financiamento de projetos destinados à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições sub-humanas de habitação.

§ 2º Nas aplicações a que se refere o inciso II, a parcela financiada do valor do imóvel não poderá ultrapassar 80% (oitenta por cento) do mesmo.

§ 3º Os recursos aplicados ou com aplicação contratada, no setor habitacional, na data da publicação desta Lei, pelas entidades estatais, inclusive sociedades de economia mista, não serão computadas nas percentagens de aplicação a que se refere este artigo.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos processos das Caixas Econômicas Federais, Caixas Militares e IPASE, já deferidos pelos órgãos e autoridades competentes, na data da publicação desta Lei.

§ 5º Em função das condições de mercado e das regiões, o Banco Nacional de Habitação poderá alterar os critérios de distribuição das aplicações previstas no inciso II deste artigo".

Art. 26. O art. 23 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 23. A construção de prédios residenciais, cujo custo seja superior a 850 vezes o maior salário-mínimo vigente no País, considerado esse custo para cada unidade residencial, seja em prédio individual, seja em edifícios de apartamentos ou vilas, fica sujeita ao pagamento de uma subscrição pelo proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário do respectivo terreno, de letras imobiliárias emitidas pelo Banco Nacional de Habitação, com as características do art. 45 desta Lei.

§ 1º O montante dessa subscrição será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da construção, quando esta estiver entre os limites de 850 e 1.150 vezes o maior salário-mínimo vigente no País à época da concessão do respectivo "habite-se" e de 10% (dez por cento) sobre o que exceder de tal limite.

§ 2º As autoridades municipais, antes de concederem o "habite-se" para os prédios residenciais, exigirão do construtor uma declaração do seu custo efetivo e, quando for o caso, do proprietário comprovação do cumprimento do disposto no presente artigo.

§ 3º Só poderão gozar dos benefícios e vantagens previstos na presente Lei os municípios que obedecerem ao disposto neste artigo".

Art. 27. Os §§ 2º e 3º do art. 52 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passam a ter a seguinte redação:

"§ 2º. O valor em cruzeiros correntes da Unidade-Padrão do capital será reajustado semestralmente, com base nos índices do Conselho Nacional de Economia, referidos no art. 5º, § 1º, desta Lei.

§ 3º Os reajustamentos entrarão em vigor 60 (sessenta) dias após a publicação dos índices referidos no parágrafo anterior”.

Art. 28. O § 2º do art. 1º da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, passa a vigorar desdobrado em §§ 2º e 3º e com a seguinte redação:

“§ 2º Esta Lei não se aplica às locações para fins não residenciais, as quais se regerão pelo Código Civil ou pelo Decreto nº 24.150, de 20 de abril de 1934, conforme o caso, admitida a correção monetária dos aluguéis, na forma e pelos índices que o contrato fixar, ou na falta de estipulação, por arbitramento judicial, de dois em dois anos

§ 3º Na hipótese de não ser proposta ação renovatória de locações regidas pelo Decreto nº 24.150, de 20 de abril de 1934, no prazo legal, as condições da renovação, bem como a fixação e a revisão do aluguel se subordinarão ao Código Civil, caso o locador não pretenda a retomada do imóvel”.

Art. 29. As modificações, os acréscimos e os melhoramentos de edifício em construção, bem como os acabamentos especiais e partes complementares das respectivas unidades autônomas, inclusive decoração permanente, serão consideradas partes integrantes da obra, para efeito de tributação, quando executados, em cada unidade, antes da respectiva entrega.

Art. 30. Todas as aplicações do sistema financeiro de habitação, inclusive entidades estatais, paraestatais e sociedades de economia mista em que haja participação majoritária do Poder Público, em financiamento de construção ou de aquisição de unidades habitacionais, serão obrigatoriamente feitas com estipulação de correção monetária, de acordo com os arts. 5º e 6º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e § 3º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Incide nas penalidades aplicáveis à ação ou omissão praticada no exercício de cargos ou funções públicas, capituláveis entre as responsabilidades administrativas, conforme estipula o Estatuto dos Funcionários Públicos, o funcionário ou autoridade que descumprir o disposto neste artigo.

Art. 31. Ficam isentas do imposto de consumo as casas e edificações pré-fabricadas, inclusive os respectivos componentes quando destinados a montagem, constituídos por painéis de parede, de piso e cobertura, estacas, baldrame, pilares e vigas, desde que façam parte integrante de unidade fornecida diretamente pela indústria de pré-fabricação e desde que os materiais empregados na produção desses componentes, quando sujeitos ao tributo, tenham sido regularmente tributados.

Art. 32. VETADO ...

Parágrafo único. VETADO ...

Art. 33. VETADO ...

Art. 34. Não incidirá o imposto do selo sobre as seguintes obrigações relativas a transações imobiliárias:

a) contratos de promessa de financiamento em que uma das partes seja instituição financeira;

b) cartas de intenção de financiamento em que uma das partes seja instituição financeira;

c) cessão de direitos que constitua cumprimento de promessa de cessão de direitos já tributada;

d) opção de compra ou venda de bens imóveis;

e) os adiantamentos ou reembolsos efetuados pelo proprietário ao construtor para pagamento de débitos de sua responsabilidade.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juracy Magalhães
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.865 — DE 30 DE NOVEMBRO
DE 1965

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 20.500.000.000 (vinte bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para o fim que menciona.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.500.000.000 (vinte bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), com vigência até 31 de dezembro de 1966, destinado a atender às despesas com as obras preferenciais abaixo especificadas, sob responsabilidade dos órgãos do citado Ministério a seguir discriminados:

I — Departamento Nacional de Estradas de Ferro:

a) aceleração dos trabalhos de construção do Tronco Sul, inclusive construção da ponte ferroviária sobre o rio Pelotas;

b) prosseguimento da construção de algumas obras d'arte especiais (viadutos) da ligação 65 (Roca Sales—Passo Fundo), Cr\$ 5.000.000.000.

II — Departamento dos Correios e Telégrafos:

a) restauração e conclusão das obras de 29 agências postais-telegráficas em construção no interior dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e

b) restauração definitiva de linhas telegráficas dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e de linha de ondas portadoras entre Porto Alegre e Vacaria; Cr\$ 1.000.000.000.

III — Departamento Nacional de Obras de Saneamento:

a) obras de defesa contra inundações das cidades de Porto Alegre, Canoas e São Leopoldo;

b) prosseguimento da construção da barragem do Duro e de outras barragens de finalidade múltipla;

c) saneamento básico de várias cidades do Estado do Rio Grande do Sul;

d) prosseguimento da construção da adutora do rio das Velhas;

e) prosseguimento da construção da barragem da Pedra, no Estado da Bahia;

f) prosseguimento da construção da barragem do Taipu, no Estado do Rio Grande do Norte: Cr\$ 9.200.000.000.

IV — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas:

a) conclusão das obras de revestimento do túnel de descarga do açude Orós e do Sangradouro do açude Banabuiú;

b) conclusão das obras ligadas ao abastecimento d'água urbana e ao suprimento d'água a estabelecimentos rurais, por meio de poços e açudes; Cr\$ 5.300.000.000.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões
Juarez Távora

LEI Nº 4.866 — DE 30 DE NOVEMBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Italiana e da sua comitiva.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Excelência o Senhor Giuseppe Saragat, Presidente da República Italiana.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Vasco da Cunha
Octávio Bulhões

LEI Nº 4.867 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1965

Concede a pensão especial de Cr\$ 66.000 (sessenta e seis mil cruzeiros) mensais a Maria de Lourdes Corrêa da Silva, viúva do ex-comandante de Guarnição da Seção de Bombeiros do GEB, Ademar Corrêa da Silva.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida a pensão especial de Cr\$ 66.000 (sessenta e seis mil cruzeiros) mensais a Maria de Lourdes Corrêa da Silva, viúva de

Ademar Corrêa da Silva, ex-comandante de Guarnição da Seção de Bombeiros do GEB, falecido em desastre no desempenho de suas atribuições.

Art. 2º O pagamento da pensão de que trata o art. 1º correrá à conta de dotação orçamentária do Ministério da Fazenda destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

LEI Nº 4.868 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário créditos suplementares num montante de Cr\$ 2.390.859.490 destinados ao reforço de dotações orçamentárias que discrimina, referentes ao vigente exercício.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário, os créditos suplementares a seguir discriminados:

1. Supremo Tribunal Federal: crédito suplementar de Cr\$ 1.072.005.720 (um bilhão, setenta e dois milhões, cinco mil e setecentos e vinte cruzeiros), em reforço à seguinte dotação orçamentária do vigente exercício:

- 3 — Poder Judiciário
 - 3.01 — Supremo Tribunal Federal
 - 3.0.0.0 — Despesas Correntes
 - 3.1.0.0 — Despesas de Custeio
 - 3.1.1.0 — Pessoal
 - 3.1.1.1 — Pessoal Civil

Subconsignação 01.00 — Vencimentos e Vantagens Fixas

	Cr\$	Cr\$
a) 01.01 — Vencimentos ...	733.115.776	
1.01 — Diferença de vencimentos (absorção) ...	137.742.672	870.858.448
b) 01.08 — Gratificação adicional por tempo de serviço ...		201.147.272

2. Tribunal Federal de Recursos: crédito suplementar de Cr\$ 831.453.770 (oitocentos e trinta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, setecentos e setenta cruzeiros), destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária do vigente exercício (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964):

- 3.00.00 — Poder Judiciário
- 3.02.00 — Tribunal Federal de Recursos
- 3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 -- Despesas de Custeio
 3.1.1.0 -- Pessoal
 3.1.1.1 -- Pessoal Civil

	Cr\$	Cr\$
Fixo	331.273.770	
Variável	180.000	331.453.770
3. Justiça do Distrito Federal e dos Territórios: crédito suplementar de Cr\$ 487.400.000 (quatrocentos e oitenta e sete milhões e quatrocentos mil cruzeiros), ao Orçamento vigente (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964), para reforço das seguintes categorias econômicas:		
Anexo 3 — Poder Judiciário		
3.06.01 -- Tribunal de Justiça do Distrito Federal		
3.0.0.0 -- Despesas Correntes		
3.1.0.0 -- Despesas de Custeio		
3.1.1.0 -- Pessoal		
		Cr\$
3.1.1.1 -- Poder Civil — F		480.000.000
3.2.0.0 -- Transferências Correntes		
3.2.5.0 -- Salário-família		
01.00 -- Pessoal Civil — F		7.400.000
Total		<u>2.390.859.490</u>

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

LEI Nº 4.868-A — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1965

Estende a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Campos e Nova Friburgo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica estendida, na forma desta Lei, a jurisdição das seguintes Juntas de Conciliação e Julgamento, do Estado do Rio de Janeiro:

- a) de Campos, aos municípios de Bom Jesus de Itabapoana, Itaperuna, São Fidelis, Macaé, Conceição de Macabu e São João da Barra;
- b) de Nova Friburgo, aos municípios de Cordeiro e Cantagalo.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1965; 144.º da Independência e 77 da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juracy Magalhães

LEI Nº 4.869 — DE 1º DE DEZEMBRO DE 1965

Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovada a terceira etapa do Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968, na conformidade dos Anexos a presente Lei.

Parágrafo único. As obras e serviços especificados nos referidos Anexos serão executados em caráter prioritário.

Art. 2º A SUDENE supervisionará, coordenará e controlará, no Nordeste, a elaboração e execução dos programas e projetos a cargo de entidades e órgãos federais, inclusive de sociedades de economia mista de que participe, ou a União, em caráter majoritário, através de ações com direito a voto.

Art. 3º O art. 43 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43. Para efeito do cumprimento do disposto no art. 8º e seus parágrafos da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, as entidades públicas federais e as sociedades de economia mista em que a União ou a SUDENE detenham a maioria das ações com direito a voto apresentarão à SUDENE, até 15 de fevereiro de cada ano, as suas propostas de investimento no Nordeste para o exercício seguinte.

§ 1º — A SUDENE emitirá, no prazo de 30 dias, parecer sobre as propostas referidas neste artigo, que, depois de aprovado pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, e pelo Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica, será obrigatório para as entidades interessadas, devendo o órgão encarregado da elaboração da Proposta Orçamentária observá-lo, quando nela deva ser incluída a aludida proposta de investimento.

§ 2º A inobservância do disposto neste artigo, por parte dos responsáveis pelas entidades públicas, federais e sociedades de economia mista, em que a União ou a SUDENE detenham a maioria das ações com direito a voto importará crime de responsabilidade, devendo a SUDENE, através do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, representar perante o Presidente da República, contra os implicados na prática do referido crime”.

Art. 4º A assistência técnica ou financeira ao Nordeste, oriunda de estabelecimentos de entidades estrangeiras ou internacionais, será aplicada em programas constantes do Plano Diretor, sob a supervisão, coordenação, fiscalização e controle da SUDENE.

§ 1º A prestação da assistência referida neste artigo, em programas não previstos no Plano Diretor, dependerá de parecer da Secretaria Executiva, aprovação do Conselho Deliberativo e decisão final do Ministro de Estado.

§ 2º A participação da SUDENE, a qualquer título nos acordos, contratos e convênios celebrados para a prestação da assistência de que trata este artigo, é requisito de validade dos referidos atos.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica à assistência técnica ou financeira, oriunda de entidades estrangeiras ou internacionais, prestadas diretamente ao Estado ou entidade privada, quando não tenha havido intervenção da SUDENE, nos convênios, contratos ou projetos.

Art. 5º Antes de submeter ao Conselho Deliberativo da autarquia, a Secretaria Executiva da SUDENE remeterá o anteprojeto do Plano Diretor do Desenvolvimento no Nordeste ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, para o fim de sua compatibilização à política geral do Governo no respectivo setor.

Art. 6º As águas subterrâneas cuja captação, na área de atuação da SUDENE, seja realizada exclusivamente por entidade pública federal constituirão bem público de uso comum.

§ 1º Constituirão servidão pública de uso comum para fins domésticos, quando a sua captação for custeada parcialmente pelo proprietário do solo e entidade de direito público federal.

§ 2º O acesso aos poços perfurados, nos termos deste artigo, fica assegurado por servidão pública de atravessadouro e passagem.

Art. 7º A SUDENE, na área de sua atuação, estabelecerá normas para a elaboração de projetos de perfuração de poços e de irrigação para atividades agropastoris, que facilitem o seu financiamento por estabelecimentos oficiais de crédito, supervisionando, direta ou indiretamente, os trabalhos de execução daqueles que, pelo seu maior porte e interesse regional ou coletivo, tornarem aconselhável tal providência.

Art. 8º Para os efeitos do artigo 15, § 6º da Constituição Federal, incluem-se entre os benefícios de ordem rural os serviços de manutenção e conservação dos poços públicos de uso comum.

Parágrafo único. A perfuração dos poços será realizada pela SUDENE nos municípios, que se comprometerem, mediante convênio, a custear a sua manutenção e conservação.

Art. 9º Os planos ou programas que, nos termos da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, visem a Reforma Agrária e a Política Agrícola na área definida pelo art. 39 da Lei número 4.239, de 27 de junho de 1963, serão elaborados em estreita cooperação com a SUDENE, sem cujo pronunciamento não poderão ser executados.

Art. 10. A assistência prevista no art. 44 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, que abrangerá a assistência médico-sanitária e odontológica, será prestada, independentemente de qualquer formalidade, inclusive de prévia aprovação pelo Conselho Deliberativo, sempre que, a critério da Secretaria Executiva, houver necessidade de pronta atuação.

Art. 11. Aplicar-se-á ao Banco do Nordeste do Brasil S. A. a isenção concedida nos itens III, alínea "b", e VI alínea "a", do art. 28 da Lei número 4.505, de 30 de novembro de 1964.

Art. 12. A declaração de prioridade dos equipamentos, de que trata o ar-

tigo 18 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, caducará dois anos após a data da publicação do respectivo Decreto.

Parágrafo único. Sob pena de aplicação das sanções previstas no artigo 23 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, com a redação que lhe é dada pelo art. 15 desta Lei, a instalação e operação dos equipamentos referidos neste artigo serão efetuadas dentro do prazo que, por parecer da Secretaria Executiva, for aprovado pelo Conselho Deliberativo, podendo a SUDENE prorrogá-lo, obedecidas as mesmas formalidades.

Art. 13. Fica acrescentado ao artigo 27 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, o seguinte parágrafo:

"§ 1º Ficam dispensados da formalidade de que trata este artigo os projetos que compreendam novas inversões em montante inferior ao valor correspondente a 1.500. (mil e quinhentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no país".

Parágrafo único. Em decorrência deste artigo, o parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 3.692, de 1959, passa a ser § 2º.

Art. 14. O § 2º do art. 22 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Ressalvado motivo de força maior, ou modificação no projeto, autorizada pela SUDENE, mediante parecer da Secretaria Executiva aprovado pelo Conselho Deliberativo, os empreendimentos nos quais devam ser utilizados os equipamentos a que se refere este artigo, obedecerão às condições e requisitos estabelecidos para o funcionamento, distribuição, exploração e produção das empresas beneficiadas".

Art. 15. O art. 23 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. A transgressão total ou parcial do disposto no artigo anterior implicará a caducidade imediata dos incentivos concedidos e a consequente obrigação do beneficiário, de recolher, às repartições competentes, o valor dos

tributos à época da concessão, atualizado monetariamente em função das variações do poder aquisitivo da moeda nacional, na forma da legislação vigente, ou pagamento imediato às entidades financiadoras das prestações devidas, vencidas ou vincendas, ou em qualquer caso, inclusive quando o financiamento já tiver sido integralmente liquidado, pagamento de multa calculada, sobre o total dos tributos ou do financiamento concedido, de conformidade com a seguinte escala: a) para os equipamentos que tenham permanecido no Nordeste menos de 25% (vinte e cinco por cento) de sua vida útil, 100% (cem por cento); b) para os equipamentos que tenham permanecido no Nordeste de 25% (vinte e cinco por cento) a menos de 50% (cinquenta por cento) de sua vida útil, 75% (setenta e cinco por cento); c) para os equipamentos que tenham permanecido no Nordeste de 50% (cinquenta por cento) a menos de 75% (setenta e cinco por cento) de sua vida útil, 50% (cinquenta por cento); d) para os equipamentos que tenham permanecido no Nordeste de 75% (setenta e cinco por cento) a menos de 100% (cem por cento) de sua vida útil, 25% (vinte e cinco por cento)".

§ 1º Verificada a ocorrência de infração, poderá o infrator apresentar justificação, no prazo de trinta dias, a contar da data em que, para esse fim, for cientificado pela SUDENE.

§ 2º Apresentada ou não a justificação pelo infrator, e prestadas as informações pelo fiscal e pelo diretor a que o mesmo fiscal estiver subordinado, deverá o processo respectivo ser remetido ao Conselho Deliberativo da SUDENE, para pronunciar-se sobre a procedência da justificação.

§ 3º Rejeitada a justificação, a SUDENE representará às repartições ou entidades competentes, a fim de ser instaurado o procedimento que couber de acordo com a legislação vigente.

§ 4º Acolhida a justificação, a SUDENE arquivará o respectivo processo.

§ 5º Ao crédito fiscal decorrente da transgressão do artigo anterior apli-

cam-se as disposições do Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1933, e, no que couber, as da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

§ 6º Se a transferência dos equipamentos tiver sido apenas convencionalizada ou houver fundado receio de que venha a se verificar, será, como medida preliminar, obstada a sua remoção, por via judicial.

§ 7º Os equipamentos isentos de tributação, ou adquiridos mediante financiamento, responderão, preferencialmente, pelo cumprimento da obrigação a que se refere este artigo, a qual subsistirá, ainda, na hipótese de haverem sido alienados.

Art. 16. O art. 15 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. O valor das isenções de que tratam os arts. 13 e 14 será incorporado ao capital social das empresas beneficiárias independentemente de quaisquer tributos federais, no exercício seguinte àquele em que tenha sido gozado o benefício.

Parágrafo único. A fração do valor nominal de ações quando houver, ou o valor total da isenção, caso não seja possível a distribuição cômoda das ações entre os acionistas, será mantido em conta, denominada "Fundo para aumento de Capital", para futura incorporação ao capital social da empresa."

Art. 17. O § 2º do art. 22 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A pessoa jurídica que tenha projeto ou indicação rejeitada pelo Conselho Deliberativo da SUDENE poderá apresentar novo projeto ou fazer nova indicação, dentro do prazo de 1 (um) ano contado da data em que for cientificada da rejeição".

Art. 18. A alínea "b" do art. 18 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e os parágrafos 1º e 3º, do mesmo artigo, passarão a vigorar com a seguinte redação:

"b) até 50 % (cinquenta por cento) do valor do imposto e adicionais não

restituíveis referidos neste artigo, para fins de reinvestimento ou aplicação em projetos agrícolas, industriais e de telecomunicações entre comunidades da área de atuação da SUDENE, que esta Autarquia tenha declarado ou venha a declarar, na forma deste artigo, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste".

.....

§ 1º As emissões de obrigações para os efeitos da alínea "a" supra, não poderão exceder, em cada exercício, de 5 % (cinco por cento) da importância do imposto de renda e adicionais não restituíveis arrecadada no exercício anterior.

.....

§ 3º Somente será concedido o benefício de que trata a alínea "b" deste artigo, se o contribuinte que o pretender, ou a empresa beneficiária da aplicação, satisfizer as demais exigências legais, concorrer, efetivamente, para o financiamento das inversões totais projetadas, com recursos próprios nunca inferiores a 1/3 (um terço) do montante dos recursos oriundos deste artigo aplicados ou reinvestidos no projeto, e atender aos critérios de prioridade a serem estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, o qual fixará a proporcionalidade da participação, levando em conta o alcance de um ou mais dos seguintes objetivos:

I — Instalação de indústrias básicas e germinativas;

II — modernização, complementação ou ampliação de indústria ou atividade agrícola existente, com elevação da respectiva rentabilidade;

III — Substituição de importações procedentes do estrangeiro ou de outras regiões do País, bem como a produção de bens exportáveis para o estrangeiro ou outras regiões do Brasil;

IV — aproveitamento de matérias-primas agrícolas e minerais produzidas no Nordeste;

V — absorção intensiva de mão-de-obra;

VI — localização dos empreendimentos em zonas, no Nordeste, de fraco desenvolvimento industrial e agrícola.

VII — obtenção da plena incorporação do setor agrícola regional ao processo de desenvolvimento nacional;

VIII — atendimento à demanda crescente de produtos alimentícios de primeira necessidade e de matérias-primas básicas consideradas essenciais para o desenvolvimento do Nordeste;

IX — contribuição para a resolução das inadequações do quadro institucional da agricultura da região".

Art. 19. O contribuinte que se beneficiar da dedução prevista no artigo 18, da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963 poderá realizar inversões em um ou mais projetos aprovados pela SUDENE, bem como efetuar novos descontos em relação ao mesmo projeto, durante o período de sua execução, respeitada a proporcionalidade da participação, com recursos próprios, estabelecida para o projeto, na forma do Decreto de que trata o artigo anterior.

Art. 20. Os projetos agrícolas financiados com recursos do artigo 18 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, incluirão, quando necessário, a construção de casas para os trabalhadores rurais das empresas beneficiadas.

Art. 21. O artigo 20, da Lei número 4.239, de 27 de junho de 1963, e o seu parágrafo único passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. Para pleitear o benefício de que trata a alínea "b" do artigo 18 a pessoa jurídica deverá, preliminarmente, recolher ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), o total ou a parcela do imposto de renda e adicionais não restituíveis a que estiver sujeita, em conta bloqueada sem juros, que somente poderá ser movimentada mediante autorização prévia da Secretaria Executiva da SUDENE, nas condições estabelecidas nesta Lei.

§ 1º O recolhimento de que trata este artigo, nas localidades em que o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) não possuir agência, será feito ao Banco do Brasil S. A. ou a Caixa Econômica Federal para transferência ao BNB, sem quaisquer ônus para o contribuinte.

§ 2º As importâncias depositadas pelo contribuinte na forma deste artigo não são consideradas lucro real para efeito de tributação pelo imposto de renda e seus adicionais, mas serão registradas na escrita do mesmo contribuinte em conta especial".

restituíveis referidos neste artigo, para fins de reinvestimento ou aplicação em projetos agrícolas, industriais e de telecomunicações entre comunidades da área de atuação da SUDENE, que esta Autarquia tenha declarado ou venha a declarar, na forma deste artigo, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste".

§ 1º As emissões de obrigações para os efeitos da alínea "a" supra, não poderão exceder, em cada exercício, de 5 % (cinco por cento) da importância do imposto de renda e adicionais não restituíveis arrecadada no exercício anterior.

§ 3º Somente será concedido o benefício de que trata a alínea "b" deste artigo, se o contribuinte que o pretender, ou a empresa beneficiária da aplicação, satisfizer as demais exigências legais, concorrer, efetivamente, para o financiamento das inversões totais projetadas, com recursos próprios nunca inferiores a 1/3 (um terço) do montante dos recursos oriundos deste artigo aplicados ou reinvestidos no projeto, e atender aos critérios de prioridade a serem estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, o qual fixará a proporcionalidade da participação, levando em conta o alcance de um ou mais dos seguintes objetivos:

I — Instalação de indústrias básicas e germinativas;

II — modernização, complementação ou ampliação de indústria ou atividade agrícola existente, com elevação da respectiva rentabilidade;

III — Substituição de importações procedentes do estrangeiro ou de outras regiões do País, bem como a produção de bens exportáveis para o estrangeiro ou outras regiões do Brasil;

IV — aproveitamento de matérias-primas agrícolas e minerais produzidas no Nordeste;

V — absorção intensiva de mão-de-obra;

VI — localização dos empreendimentos em zonas, no Nordeste, de fraco desenvolvimento industrial e agrícola.

VII — obtenção da plena incorporação do setor agrícola regional ao processo de desenvolvimento nacional;

VIII — atendimento à demanda crescente de produtos alimentícios de primeira necessidade e de matérias-primas básicas consideradas essenciais para o desenvolvimento do Nordeste;

IX — contribuição para a resolução das inadequações do quadro institucional da agricultura da região".

Art. 19. O contribuinte que se beneficiar da dedução prevista no artigo 18, da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963 poderá realizar inversões em um ou mais projetos aprovados pela SUDENE, bem como efetuar novos descontos em relação ao mesmo projeto, durante o período de sua execução, respeitada a proporcionalidade da participação, com recursos próprios, estabelecida para o projeto, na forma do Decreto de que trata o artigo anterior.

Art. 20. Os projetos agrícolas financiados com recursos do artigo 18 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, incluirão, quando necessário, a construção de casas para os trabalhadores rurais das empresas beneficiadas.

Art. 21. O artigo 20, da Lei número 4.239, de 27 de junho de 1963, e o seu parágrafo único passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. Para pleitear o benefício de que trata a alínea "b" do artigo 18 a pessoa jurídica deverá, preliminarmente, recolher ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), o total ou a parcela do imposto de renda e adicionais não restituíveis a que estiver sujeita, em conta bloqueada sem juros, que somente poderá ser movimentada mediante autorização prévia da Secretaria Executiva da SUDENE, nas condições estabelecidas nesta Lei.

§ 1º O recolhimento de que trata este artigo, nas localidades em que o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) não possuir agência, será feito ao Banco do Brasil S. A. ou a Caixa Econômica Federal para transferência ao BNB, sem quaisquer ônus para o contribuinte.

§ 2º As importâncias depositadas pelo contribuinte na forma deste artigo não são consideradas lucro real para efeito de tributação pelo imposto de renda e seus adicionais, mas serão registradas na escrita do mesmo contribuinte em conta especial".

Art. 22. O artigo nº 22, da Lei número 4.239, de 27 de junho de 1963 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. Para efeito de verificação do direito ao favor referido na alínea "b" do artigo 18, a pessoa jurídica, dentro de 1 (um) ano, a contar do último recolhimento a que estiver obrigada, apresentará à SUDENE projeto detalhado, obedecidas as especificações e exigências formuladas pela Secretaria Executiva da SUDENE, do empreendimento em que serão aplicados recursos próprios, na forma do § 3º do referido artigo 18, equivalentes, pelo menos, a 1/3 (um terço) do recolhimento exigido no art. 20".

Art. 23. O § 6º do art. 22 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 6º A pessoa jurídica, até o dia 31 de dezembro do terceiro ano seguinte à data em que puder fazer o último recolhimento do imposto de renda a que estiver obrigada, efetuará os investimentos a seu cargo, sob pena de transferência pelo BNB, da importância depositada na forma do artigo 20 a favor do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (FIDENE), o qual fará a aplicação consoante o estabelecido no artigo 5º da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963".

Art. 24. Quando os recursos derivados dos artigos 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e 18, letra "b", da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, forem incorporados à empresa titular do projeto, sob a forma de participação societária, 50% (cinquenta por cento), pelo menos, das ações representativas da referida participação serão preferenciais, sem direito a voto, independentemente do limite estabelecido no parágrafo único do art. 9º do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1946.

Parágrafo único. O disposto no parágrafo único do art. 81 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, não se aplica às ações preferenciais de que trata este artigo.

Art. 25. A SUDENE estimulará o desenvolvimento de bacias leiteiras

próximas dos grandes centros populacionais do Nordeste, bem como a industrialização dos sub-produtos do leite e a produção de rações.

Art. 26. O aumento de capital resultante de incorporação de reservas ou de reavaliação do ativo, de empresas industriais e agrícolas, localizadas na área de atuação da SUDENE, é isento de quaisquer impostos e taxas federais, desde que realizado até um ano após a publicação desta Lei.

§ 1º As firmas ou sociedades para os efeitos deste artigo poderão corrigir o registro contábil do valor original dos bens de seu ativo imobilizado, até o limite de tempo fixado nesta Lei.

§ 2º A correção a que se refere o parágrafo anterior poderá ser feita no prazo fixado neste artigo.

§ 3º VETADO.

§ 4º Entende-se por valor original do bem a importância em moeda nacional pela qual tenha sido adquirido, pela firma ou sociedade, ou a importância em moeda nacional pela qual tenha sido o bem incorporado à sociedade nos casos de despesas ou valor de incorporação expresso em moeda estrangeira.

§ 5º A conversão do valor em moeda estrangeira para moeda nacional será feita à taxa vigente na época da aquisição ou incorporação e, não sendo esta conhecida, adotar-se-á a taxa média do ano.

Art. 27. Para os efeitos do art. 28 da Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964, serão considerados de fundamental interesse para o país os projetos e empreendimentos industriais ou agrícolas que a SUDENE tenha declarado ou venha a declarar prioritários para o desenvolvimento do Nordeste, na forma das Leis nºs. 3.692, de 15 de dezembro de 1959, 3.995, de 14 de dezembro de 1961 e 4.239, de 27 de junho de 1963.

Art. 28. Ficam acrescidas ao art. 5º, da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, as seguintes alíneas:

e) financiamento, total ou parcial, de programas ou projetos que visem à melhoria do sistema de ensino técnico profissional;

f) financiamento, total ou parcial, de projetos relativos a serviços de telecomunicações;

g) financiamento total ou parcial de projetos agrícolas e sua execução, inclusive os de irrigação por aspersão.

Art. 29. Na forma do art. 3º, alínea "a", da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, a SUDENE poderá aplicar, através do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste — FIDENE —, o equivalente a dois décimos por cento (0,2%) da renda tributária da União, a serem destacados da parcela a que se refere o art. 10 da Lei número 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

Art. 30. Trinta por cento (30%) dos recursos do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste — FIDENE — serão distribuídos e aplicados, nos Estados que compõem a área de atuação da SUDENE, de acordo com o seguinte critério:

1/3 diretamente proporcional à área do Estado;

1/3 diretamente proporcional à população do Estado; e

1/3 inversamente proporcional à receita do Estado.

Art. 31. A alínea "c" do art. 26 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) fornecimento gratuito de gêneros e objetos de uso pessoal de primeira necessidade, e de produtos quimioterápicos e biológicos, material de enfermagem e artigos correlatos, nas obras e serviços de emergência às pessoas inválidas, inclusive viúvas, mulheres e menores sem arrimo e velhos de idade superior a 60 (sessenta) anos, mediante prévio alistamento para efeito de controle e fiscalização ou, quando inviável a abertura e manutenção de frentes de trabalho, a todos quantos tenham sido atingidos pelos efeitos da calamidade e estejam, por suas condições, a carecer do socorro do Poder Público Federal".

Art. 32. Fica acrescida ao art. 26 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, a seguinte alínea:

"e) restauração de residências de pessoas reconhecidamente po-

bres, que tenham sido destruídas ou danificadas por enchentes ou inundações, devendo tudo ser positivado previamente, através de verificação e exames realizados pelos órgãos encarregados da assistência, cabendo a este proceder, se possível, ao deslocamento da residência ou do conjunto residencial e à correção das causas que concorreram para a destruição, desde que comprovada a necessidade dessas providências".

§ 1º O disposto na alínea "e" do art. 26 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, de que trata o presente artigo, será aplicado, desde logo, na restauração das residências de pessoas reconhecidamente pobres que tenham sido atingidas, durante as enchentes ou inundações ocorridas em 1964.

§ 2º Em decorrência do disposto neste art. o § 5º do art. 26 da Lei número 4.239, de 27 de junho de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 5º Constitui crime de responsabilidade a inexecução das providências previstas em quaisquer das alíneas deste artigo ou a sua execução em desconformidade com o que neias se estabelece".

Art. 33. Os Créditos Extraordinários destinados a atender despesa com calamidade pública decorrente de seca ou enchente, nos termos do Capítulo IV da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas da União, e distribuídos ao Tesouro Nacional para entrega à SUDENE, independente de outras formalidades.

Art. 34. Na faculdade deferida à SUDENE pelo art. 6º da Lei número 3.995, de 14 de dezembro de 1961, compreende-se a participação acionária no capital de sociedades, sempre que isto se fizer necessário à execução dos serviços e obras por ela consideradas de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

Art. 35. A SUDENE poderá subcrever e integrarizar, com bens do seu patrimônio, ações de capital de sociedades anônimas de economia mista, controladas por pessoas jurídicas de direito público interno, mediante proposta da Secretaria-Executiva aprovada pelo Conselho Deliberativo e homologada pelo Ministro de Estado.

§ 1º A incorporação de bens, decorrente da subscrição ou integralização referida neste artigo, independe de licitação e será processada na conformidade do estabelecido no Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

§ 2º O representante da SUDENE nas assembleias gerais das sociedades anônimas de economia mista, de que trata este artigo somente poderá concordar com o valor atribuído, no ato de avaliação, aos bens a incorporar, depois de autorizado pelo Conselho Deliberativo.

Art. 36. Obedecidas as formalidades previstas na legislação em vigor, é facultado à SUDENE alienar ações de capital, integrantes do seu patrimônio, através da Bolsa de Valores do Estado em que for sediada a sociedade, mediante proposta da Secretaria-Executiva, aprovada pelo Conselho Deliberativo e homologada pelo Ministro de Estado.

§ 1º A alienação das ações, referida neste artigo, poderá ser feita pelo seu valor nominal, sem a intervenção da Bolsa de Valores, se o adquirente for pessoa jurídica de direito público interno ou sociedade de economia mista em que entidade pública detenha o controle acionário.

§ 2º Os recursos oriundos da alienação, de que trata este artigo, serão aplicados nos programas ou projetos constantes do Plano Diretor.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às ações adquiridas pela SUDENE, com recursos do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, continuando em vigor os dispositivos da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, relativos ao mesmo fundo.

Art. 37. As ações de capital provenientes da participação nas sociedades de economia mista a que se referem os artigos 34, desta lei e 6º, 10 e 11 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, constituirão patrimônio da SUDENE, que providenciará, junto às empresas respectivas, o registro da transferência das ações já subscritas.

§ 1º A aplicação de recursos entregues à SUDENE para investimento em instalações de concessionárias de serviços de eletricidade será realizada mediante subscrição, em favor

da SUDENE, de ações de capital das empresas beneficiadas, independentemente da rentabilidade do investimento.

§ 2º A SUDENE utilizará as ações referidas no parágrafo anterior na subscrição e integralização de ações da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("ELETROBRAS").

§ 3º A ELETROBRAS somente poderá recusar a subscrição e a integralização de que trata o parágrafo anterior, quando as ações oferecidas pela SUDENE não renderem dividendos.

Art. 38. A SUDENE poderá caucionar a gestão de diretores das sociedades por ela indicados, com ações de capital que lhe pertencerem, limitada a sua responsabilidade, exclusivamente, às ações caucionadas.

Parágrafo único. A caução referida neste artigo, com relação a cada diretor, não poderá exceder o limite de 10 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no país, tomando-se por base o valor nominal das ações caucionadas.

Art. 39. A SUDENE, através dos órgãos especializados preferencialmente a Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança (COHEBE), promoverá o aproveitamento do potencial de energia elétrica fornecido pela barragem da Boa Esperança, e por outras a construir na mesma região do Nordeste ocidental, para atender, inclusive, aos serviços de irrigação na zona rural.

§ 1º A SUDENE dará preferência à Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança (COHEBE) para, por intermédio de suas subsidiárias realizar, na sua área de concessão atual, e naquelas que lhe vierem a ser atribuídas em virtude da necessidade de expansão do seu sistema elétrico, as obras e instalações de eletrificação previstas no Plano Diretor.

§ 2º Dentro de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da interpelação da SUDENE, a COHEBE manifestará a preferência, de que trata este artigo, sob pena de caducidade.

Art. 40 Ficam declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação do domínio pleno, ou para a constituição de servidão, as áreas de terreno necessárias à construção de barragens e às respectivas bacias hi-

drálicas, e as passagens aéreas ou subterrâneas das linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica gerada no sistema da COHEBE.

§ 1º O disposto neste artigo se aplica às áreas de terreno necessárias à construção de casas de força, subestações, passagens aéreas ou subterrâneas das linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica imprescindíveis à execução dos serviços e obras a cargo da Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (CERNE).

§ 2º A vigência da declaração de utilidade pública, de que trata este artigo, começará com a publicação do ato de aprovação, pelo órgão competente da administração federal, das plantas de cada obra, com as áreas a desapropriar individualizadas, perdurando até final execução de cada projeto de eletrificação, para efeito de efetivar-se a desapropriação, pela COHEBE, ou pela CERNE.

§ 3º Verificada a publicação referida no parágrafo anterior, poderá a COHEBE ou CERNE efetuar depósito provisório nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações posteriores, e ocupar os terrenos identificados, para efeito de nêles praticar os atos enumerados no Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, bem como quaisquer outros compatíveis com os fins da desapropriação.

Art. 41. Ficam incorporados ao Patrimônio da Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança (COHEBE), os bens relacionados com a produção, transformação, transmissão e distribuição de energia elétrica que resultarem da aplicação de recursos financeiros provenientes do Orçamento da União na sua zona de concessão e a ela entregues, atendido o disposto no artigo 10 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, no artigo 37 desta Lei e artigo 20 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, alterado pela Lei nº 4.364, de 22 de julho de 1964, e pela Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965.

Art. 42. Os bens das empresas de produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica que, em virtude do término dos contratos de concessão ou de outras causas, reverterem à União na zona de fornecimento da Companhia Hidrelé-

trica da Boa Esperança (COHEBE), serão incorporados ao patrimônio desta, desde que assuma o encargo da manutenção dos serviços, inclusive os de distribuição de energia.

Art. 43. Ficam a Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança (COHEBE) a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (CERNE), e, bem assim, as sociedades de economia mista de âmbito estadual, organizadas, na área de atuação da SUDENE, para explorar a distribuição de energia elétrica, isentas de todos os tributos federais, estaduais e municipais.

Art. 44. Os planos ou programas que, nos termos da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, visem ao financiamento para construção de habitações no Nordeste, serão elaborados com a participação da SUDENE, que, terá, em sua área de atuação, as atribuições do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

Art. 45. Até o ano de 1970, os Estados do Nordeste que estejam executando, em convênio com a SUDENE, programa cooperativo de melhoria e ampliação do sistema de ensino primário e educação de base, poderão aplicar, em despesas de custeio vinculadas à manutenção da rede estadual de ensino primário, percentagem não superior a oitenta por cento (80%) dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Ensino Primário e dos recursos originários do Salário Educação, creditados aos Estados nos termos do artigo 4º, letra "a", da Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964.

Art. 46. VETADO.

Art. 47. Os recursos oriundos de dotações orçamentárias e créditos especiais destinados a custear a execução de programas constantes dos anexos da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, poderão ser aplicados em programas constantes dos anexos à presente lei.

Art. 48. Os recursos da SUDENE sem destinação prevista em lei e as dotações globais, que lhe sejam consignadas, serão empregados de acordo com programas de aplicação propostos pela Secretaria-Executiva e aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo único. A aprovação pelo Conselho Deliberativo, de contratos e convênios relativos aos recursos e do-

tações referidas neste artigo, dispensará a exigência da aprovação do programa de aplicação, com referência a quantia comprometida através dos aludidos contratos ou convênios.

Art. 49. A SUDENE manterá Fundo Especial destinado ao atendimento de despesas com treinamento em serviço, coordenação e fiscalização da execução dos programas e projetos do Plano Diretor.

§ 1º O Fundo Especial constituído de parcelas destacadas de recursos da SUDENE, mediante proposta da Secretaria-Executiva, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

§ 2º As parcelas referidas no parágrafo anterior serão escrituradas em conta única e não poderão exceder a 10% (dez por cento) dos recursos de que forem destacadas.

Art. 50. Durante o prazo estabelecido para a execução deste Plano Diretor, a SUDENE poderá aplicar, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, até 5% (cinco por cento) dos seus recursos, qualquer que seja a sua natureza ou destinação, nos fins previstos no Capítulo IV da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e em serviços e obras não previstos no Plano Diretor, mas que, por circunstâncias especiais ou supervenientes, devam ser executados a critério do Ministro de Estado.

Art. 51. A SUDENE deverá depositar, obrigatoriamente, os recursos financeiros que lhe forem destinados, no Banco do Nordeste do Brasil S/A enquanto não fizer a aplicação desses recursos nos fins a que se destinam, salvo se, no município onde devam ser movimentados, não existir agência ou escritório do referido estabelecimento bancário.

§ 1º Na hipótese prevista na parte final do "caput" deste artigo, os aludidos recursos serão depositados no outro estabelecimento de crédito oficial federal.

§ 2º Os recursos entregues, total ou parceladamente, pela SUDENE, através de convênio, aos Estados, autarquias estaduais ou sociedades de economia mista de que o Estado participe com maioria de ações com direito a voto, poderão ser depositados, em conta especial, em banco oficial do respectivo Estado, devendo a sua apli-

cação ser realizada de acordo com a programação estabelecida pela mencionada autarquia federal.

Art. 52. Considera-se aplicação legal dos recursos destinados à SUDENE, o pagamento de juros e amortização relativos aos empréstimos estrangeiros e internacionais por ela contratados para aplicação em obras e serviços atinentes às destinações dos mesmos recursos.

Art. 53. Fica elevado para US\$... 270.000.000 (duzentos e setenta milhões de dólares) o limite estabelecido no art. 56 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963.

Art. 54. São extensivos à SUDENE os privilégios da Fazenda Pública quanto aos prazos, cobrança de créditos, uso de ações especiais, juros e custas judiciais.

Art. 55. O art. 55 da Lei número 4.239, de 27 de junho de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 55. A SUDENE goza da imunidade estatuida no art. 31, item V, alínea "a", da Constituição Federal, bem como de todas as isenções tributárias deferidas aos órgãos e serviços da União".

Art. 56. São isentos do imposto de consumo os produtos adquiridos no mercado interno pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, contra pagamento em divisas convertíveis resultantes de financiamentos de instituições financeiras internacionais ou entidades governamentais estrangeiras.

Art. 57. A importação de bens doados à SUDENE por entidades estrangeiras ou internacionais, para os fins previstos no Capítulo IV da Lei número 4.239, de 27 de junho de 1963, independe de quaisquer formalidades, inclusive licença de importação, certificado de cobertura cambial e fatura comercial.

§ 1º O disposto neste artigo se aplica aos bens doados por entidades públicas ou privadas estrangeiras ou internacionais a entidades públicas estaduais ou privadas, que, sem fim lucrativo, se destinem à educação, saúde ou assistência social, mediante a simples apresentação de atestado da SUDENE de sua existência legal e sede na sua área de atuação.

§ 2º Os bens de que trata o parágrafo anterior não poderão ser transferidos ou vendidos, a qualquer tempo, sem expressa autorização da SUDENE.

Art. 58. A SUDENE poderá alienar bens móveis ou imóveis integrantes do seu patrimônio, mediante proposta da Secretaria-Executiva aprovada pelo Conselho Deliberativo e homologada pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único. A alienação de bens, que, por natureza, em virtude de lei, plano ou programa, forem destinados à alienação, independência das formalidades previstas neste artigo.

Art. 59. Fica elevado para 500 (quinhentas) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no país o limite estabelecido no § 1º do Art. 7º da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

Art. 60. Fica elevado para 5 (cinco) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no país o limite estabelecido no art. 77 da Lei número 4.239, de 27 de junho de 1963.

Art. 61. Os contratos e convênios que vise a execução de serviços e obras constantes do Plano Diretor independem de aprovação do Conselho Deliberativo da SUDENE e de registro no Tribunal de Contas da União.

Art. 62. A prorrogação do prazo de vigência dos convênios para execução de serviços e obras delegadas pela SUDENE, quando solicitada, por escrito, pela entidade delegada, independe, a juízo do Superintendente, de termo aditivo aos respectivos convênios.

Art. 63. Até o dia 30 de junho de cada ano, a SUDENE, remeterá os balanços do exercício anterior ao Ministro de Estado, e, através deste à Contadoria-Geral da República e ao Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

Art. 64. Semestralmente, a Secretaria-Executiva apresentará ao Conselho Deliberativo da autarquia, ao Ministro de Estado, e, através deste, às Comissões de Orçamento e Fiscalização Financeira e do Polígono das Secas, das duas Casas do Congresso Nacional, balancete analítico do movimento financeiro e execução orçamentária da SUDENE, sem prejuízo da

apresentação do balancete sintético a que se refere o art. 63, § 2º, da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963.

Art. 65. A Secretaria-Executiva da SUDENE remeterá ao Ministro de Estado cópia das resoluções adotadas pelo Conselho Deliberativo da autarquia sem prejuízo de sua execução.

Art. 66. A SUDENE apresentará relatórios, mensais e anuais, das suas atividades ao Ministro de Estado.

Art. 67. Fica acrescentado ao art. 40, da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, o seguinte parágrafo:

“Parágrafo único. Além das atribuições inerentes ao seu cargo, o Superintendente da SUDENE exercerá, no Conselho Deliberativo da autarquia, a de Delegado do Ministro-Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais”.

Art. 68. Qualquer alteração no quadro de pessoal da SUDENE depende, para sua vigência, de aprovação do Conselho Deliberativo da autarquia e expedição de decreto do Poder Executivo.

Art. 69. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

Art. 70. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

§ 3º VETADO.

§ 4º VETADO.

Art. 71. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

Art. 72. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

Art. 73. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

I — VETADO.

II — VETADO.

Art. 74. Os servidores da SUDENE e os civis e militares, requisitados ou postos à sua disposição, poderão ser designados, pelo Superintendente da SUDENE, para exercer funções em sociedades de economia mista de que participe a União ou a SUDENE, sabendo as sociedades o ônus da remuneração desse pessoal a seu serviço.

Parágrafo único. A designação de que trata este artigo constitui serviço obrigatório e o tempo de serviço correspondente será computado para todos os efeitos legais.

Art. 75. O pessoal referido no artigo anterior não poderá perceber, na sociedade para que fôr designado, estipêndios superiores aos que, a qualquer título, percebia na SUDENE.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo e no parágrafo único do artigo anterior, às pessoas indicadas pela SUDENE, para os cargos de direção das sociedades referidas no art. 6º da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

Art. 76. Os servidores da SUDENE em exercício de cargo de direção das sociedades de que trata o art. 6º da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, perceberão os honorários que forem fixados em Assembléia Geral para os referidos cargos.

Art. 77. A SUDENE, dentro dos recursos que lhe forem atribuídos, poderá contratar pessoal para a realização de serviços técnicos, o qual ficará sujeito às normas da legislação trabalhista.

§ 1º O salário do pessoal de que trata este artigo será fixado de acordo com o mercado de trabalho, considerando-se as atribuições, deveres e responsabilidades dos respectivos empregos.

§ 2º A classificação dos empregos e o plano de pagamento do pessoal contratado na forma deste artigo, serão aprovados pelo Superintendente da SUDENE e homologados pelo Conselho Deliberativo.

Art. 78. VETADO.

Art. 79. Para todos os efeitos, a BR-230 do Plano Rodoviário Nacional, no trecho do Estado da Paraíba, compreende Cabedelo — João Pessoa — Campina Grande — Santa Luzia — Patos — Souza — Cajazeiras, até o limite com o Estado do Ceará.

Art. 80. Continuam em vigor os dispositivos das Leis ns. 3.922, de 15 de dezembro de 1959, 3.995, de 14 de dezembro de 1961 e 4.239, de 27 de junho de 1963, no que não colidirem com a Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964 e com os constantes da presente Lei.

Art. 81. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Oswaldo Cordeiro de Farias

Os anexos a que se refere o texto foram publicados no D.O. de 2-12-65.

LEI Nº 4.870 — DE 1º DE DEZEMBRO DE 1965

Dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Produção

Art. 1º Os aumentos ou reduções de quota de produção de açúcar no País serão fixados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.), tendo em vista as necessidades de consumo interno e as possibilidades de exportação para o mercado internacional.

§ 1º A parcela destinada ao atendimento de compromissos de exportação constituirá um contingente móvel nacional, a ser atribuído, em cada safra, nos respectivos planos de comercialização, às regiões mais indicadas.

§ 2º A parcela de exportação referida neste artigo destinar-se-á, preferencialmente, a atender ao escoamento da produção infralimite das regiões produtoras, cujos contingentes não sejam totalmente absorvidos pelo consumo das respectivas áreas.

§ 3º A distribuição da parcela de aumento de quota, para atender às necessidades do mercado interno, far-se-á entre as usinas, tendo em vista as suas condições industriais e possibilidades agrícolas, na forma que fôr

estabelecida em Resolução da Comissão Executiva do I.A.A.

§ 4º Na distribuição a que se refere o parágrafo anterior, levar-se-ão em conta as possibilidades dos fundos agrícolas pertencentes aos fornecedores de cana vinculados à Usina, a eles distribuindo-se os aumentos de quotas de fornecimento que lhes corresponderem.

§ 5º A distribuição da quota agrícola correspondente ao aumento de que trata o parágrafo anterior, não poderá ser inferior a 60% (sessenta por cento) da quota industrial atribuída à usina e à média de entrega de cada fornecedor, no último triênio.

§ 6º Reconhecida pelo I.A.A., a falta de capacidade de produção dos fornecedores vinculados às usinas para utilização dos aumentos das referidas quotas de fornecimento, na percentagem estabelecida no parágrafo anterior, serão admitidos novos fornecedores de cana ou, se verificada essa impossibilidade, serão essas quotas aproveitadas pelas usinas com lavouras próprias.

§ 7º O I.A.A. poderá destinar parte do aumento a que se refere este artigo à montagem de novas usinas para instalação em regiões ecológicas adequadas à exploração de cana de açúcar e onde os índices de consumo sejam superiores à produção do Estado.

§ 8º A fim de assegurar o ritmo adequado da produção do açúcar, o I.A.A., nos Planos Anuais de Safra, estabelecerá o mínimo indispensável de produção para as duas safras subsequentes, tendo em vista a projeção do consumo do mercado interno e os compromissos internacionais do Brasil.

Art. 2º Da parcela do aumento que resultar do disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo anterior, o I.A.A., destinará até 20 % (vinte por cento) do seu total, a novos fornecedores que lavrem diretamente a terra, pessoalmente ou com o auxílio de familiares.

Parágrafo único. Não havendo possibilidade de distribuição nos termos deste artigo, devidamente comprovada pelo I.A.A., a referida percentagem poderá, desde logo, ser distribuí-

da entre as usinas e seus fornecedores, na proporção das respectivas possibilidades agrícolas.

Art. 3º O I.A.A., tendo em vista as quotas das usinas e o limite global da produção de açúcar no País, fixará, nos Planos Anuais de safra, os contingentes destinados ao abastecimento do mercado interno e as parcelas a serem exportadas para o mercado internacional, observado o disposto no artigo 1º e seus parágrafos.

§ 1º Os contingentes de açúcar referidos neste artigo terão assegurada sua defesa, de conformidade com as normas a serem estabelecidas nos Planos Anuais de Safra.

§ 2º A produção realizada pelas usinas, acima dos contingentes de que trata este artigo, ressalvada a redistribuição de quotas estaduais, será considerada extra-limite, na forma prevista no artigo 61 e seus parágrafos do Decreto-lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941.

§ 3º O açúcar extra-limite, produzido nos termos do parágrafo anterior, será destinado à exportação, se o permitirem as condições de mercado internacional, ou transformado em álcool, correndo por conta do produtor os eventuais prejuízos dessas operações.

§ 4º A liquidação dos preços da produção extra-limite que for destinada à exportação ou transformação em álcool não poderá, em hipótese alguma, realizar-se em condições mais favoráveis, para o produtor, do que a de produção infralimite, revertendo para o Fundo de Exportação criado nesta Lei, as eventuais margens sobre os preços internos.

§ 5º A Comunicação a que se refere o artigo 3º do Decreto-lei número 1.831, de 4 de dezembro de 1939, somente permitirá a moagem, mediante expressa autorização do I.A.A., considerando-se clandestino, nos termos do parágrafo 2º do artigo 61 do Decreto-lei número 3.855, de 21 de novembro de 1941, o açúcar que vier a ser produzido sem essa autorização.

§ 6º Os resultados líquidos das operações que eventualmente vierem a ser realizadas para o aproveitamento da produção que se verificar com a inobservância do disposto no parágrafo anterior, reverterão para o Fundo de Exportação de que trata o art. 28.

Art. 4º As usinas que produzirem açúcar clandestino, como tal considerado na forma da lei, além das penalidades previstas nos Decretos-leis ns. 1.831, de 4 de dezembro de 1939, e 3.855, de 21 de novembro de 1941, terão as suas quotas de produção reduzidas na proporção do açúcar produzido clandestinamente, com a revisão do seu rendimento industrial para o efeito de reajustamento das tabelas de pagamento de cana de fornecedor.

Parágrafo único. A redução imposta neste artigo será convertida em multa equivalente a dez vezes o valor de cada saco de açúcar clandestino, e o dobro na reincidência, quando as usinas não possuírem cana própria ou quando a redução possa atingir o contingente de cana de fornecedores.

Art. 5º O I.A.A. poderá fixar, nos seus Planos Anuais de Safra, uma quota de retenção de até 20% (vinte por cento) da produção nacional de açúcar, para a constituição de um estoque regulador do abastecimento dos centros consumidores, estabilização dos preços no mercado interno e cumprimento de acordos internacionais.

§ 1º O estoque de retenção a que se refere este artigo será financiado pelos estabelecimentos oficiais de crédito, por órgãos supletivos de abastecimento, ou, mediante ajuste, pelos órgãos internacionais de financiamento.

§ 2º Os fornecedores de cana participarão dos ônus da quota de retenção a que se refere este artigo, recebendo, como adiantamento, pelas canas fornecidas na proporção de financiamento que for deferido.

§ 3º Não poderá o I.A.A., qualquer que seja a hipótese, permitir a transferência de açúcar para região onde a produção exceda às necessidades do consumo.

Art. 6º A quota de produção global do País poderá ser reduzida, a título provisório, com base no comportamento do mercado de consumo, devendo o I.A.A., na redução dessa quota, considerar as condições regionais e a dominância setorial do açúcar nas diferentes áreas do País.

Art. 7º A região Norte-Nordeste, em vista do seu atual estágio de desenvolvimento econômico, será atribuído,

prioritariamente, o contingente de açúcar destinado aos mercados preferenciais.

Art. 8º Na fixação do contingente de exportação de açúcar para o mercado externo, o I.A.A. utilizará recursos da taxa específica, saldos de dotações do seu orçamento e recursos públicos criados ou que venham a ser criados para o fomento da exportação de produtos gravosos, a fim de assegurar a defesa do preço e o equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo.

CAPÍTULO II

Dos Preços

Seção 1ª

Do Levantamento dos Custos

Art. 9º O I.A.A., quando do levantamento dos custos de produção agrícola e industrial, apurará, em relação às usinas das regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, as funções custo dos respectivos fatores de produção, para vigorarem no triênio posterior.

§ 1º As funções custo a que se refere este artigo serão valorizadas anualmente, através de pesquisas contábeis e de outras técnicas complementares, estimados, em cada caso, os fatores que não possam ser objeto de mensuração física.

§ 2º Após o levantamento dos custos estaduais, serão apurados o custo médio nacional ponderado e custos médios regionais ponderados, observados sempre que possível, índices mínimos de produtividade.

§ 3º O I.A.A. promoverá, permanentemente, o levantamento de custos de produção, para o conhecimento de suas variações, ficando a cargo do seu órgão especializado a padronização obrigatória da contabilidade das usinas de açúcar.

Seção 2ª

Do Preço da Cana

Art. 10. O preço da tonelada de cana fornecida às usinas será fixado, para cada Estado, por ocasião do

Plano de Safra, tendo-se em vista a apuração dos custos de produção referidos no artigo anterior.

Art. 11. Ao valor básico do pagamento da cana, fixado na forma do artigo anterior, será acrescida a parcela correspondente à percentagem da participação do fornecedor no rendimento industrial situado acima do rendimento médio do Estado, considerado, para esse fim, o teor de sacarose e pureza da cana que fornecer.

§ 1º A matéria-prima entregue pelo fornecedor com o teor de sacarose na cana e pureza no caldo, inferior ao que for fixado pela Comissão Executiva do I.A.A., sofrerá o desconto que esse órgão estabelecer.

§ 2º Para a fixação dos rendimentos industriais, o I.A.A. tomará em consideração os que forem apurados no triênio imediatamente anterior, tomando-se por base os primeiros cento e cinquenta dias de moagem.

§ 3º O teor de sacarose e pureza da cana, para os fins de pagamento, será apurado na usina recebedora, podendo os fornecedores ou os seus órgãos de representação manter fiscalização nos respectivos locais de inspeção.

§ 4º A entrega da cana pelo fornecedor, em condições de moagem, far-se-á dentro de (48) quarenta e oito horas do respectivo corte.

§ 5º No caso em que o retardamento da moagem, além do prazo referido no parágrafo anterior, ocorrer por culpa da usina recebedora, será considerado válido o teor máximo de sacarose e pureza da cana do fornecedor, apurado na usina até a data do fornecimento.

§ 6º Não estando a usina habilitada à determinação dos índices de sacarose e pureza de que trata este artigo, nenhuma dedução poderá ser feita, a este título, dos fornecedores, até que seja apurada, pelo I.A.A., a existência de condições técnicas adequadas àquele fim.

§ 7º Para os efeitos do § 3º deste artigo, fica o I.A.A. com poderes para fixar critérios e métodos de apuração do teor de sacarose e pureza contido na cana recebida pelas usinas.

Seção 3ª

Do Preço do Açúcar

Art. 12. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 13. No caso de fixação de preço médio nacional ponderado, o I.A.A. providenciará sobre a constituição de um fundo de equalização de preços e de defesa da produção em geral, mediante o recolhimento de contribuição correspondente à diferença verificada entre os custos apurados.

§ 1º A contribuição a que se refere este artigo será obrigatoriamente recolhida ao I.A.A., independentemente de ajuste entre vendedor e comprador quanto ao preço de venda constante dos respectivos efeitos comerciais, não podendo ser superior a 10% (dez por cento) do preço médio nacional ponderado.

§ 2º Na distribuição de recursos do Fundo de Equalização de Preços e Defesa da Produção em Geral, não serão beneficiadas as produções agrícolas de fornecedores e usineiros que revelarem, em diagnóstico econômico realizado no prazo de 2 (dois) anos, condições de produtividade idênticas às da região de menor custo.

§ 3º As produções agrícolas beneficiadas que, no prazo de 5 (cinco) anos, não revelarem melhoria de produtividade, serão excluídas da distribuição a que se refere este artigo.

§ 4º A parcela mínima de 1/3 (um terço) dos recursos será destinada a complementar o financiamento dos estoques.

Artigo 14. No caso de fixação de preços médios regionais, o I.A.A. estabelecerá as áreas compreendidas nas regiões açucareiras respectivas.

§ 1º Dependerá de prévia autorização do I.A.A. a transferência do açúcar, de uma para outra região de preços diferentes de venda, tendo em vista a necessidade de proteger a produção açucareira, assegurar os interesses do fornecedor de cana, garantir o abastecimento do mercado interno e evitar o abuso do poder econômico e o eventual aumento arbitrário dos lucros.

§ 2º A violação do disposto neste artigo sujeitará o infrator ao paga-

mento de multa igual ao valor do açúcar, vendido ou encontrado na região, sem a autorização de que trata o parágrafo anterior.

CAPÍTULO III

Do Fornecimento de Cana

Art. 15. As usinas são obrigadas a receber os contingentes totais de cada fornecedor de acordo com as quotas aprovadas pelo I.A.A.

Artigo 16. Cada usina submeterá ao órgão de classe de fornecedores, no mínimo 30 (trinta) dias antes do início da safra, o plano de recebimento da cana.

§ 1º Quaisquer divergências sobre o mesmo serão resolvidas por meio de acordo ou arbitramento.

§ 2º As usinas são obrigadas a moer a cana dos seus fornecedores no período de 150 (cento e cinquenta) dias efetivos de moagem, na região Centro-Sul e, até 180 (cento e oitenta) dias, na região Norte-Nordeste, distribuindo-se a respectiva quota, durante aquele período, na forma que for estabelecida pelos interessados e aprovada pelo I.A.A.

§ 3º Responderá por perdas e danos a usina que não tenha moído a totalidade das quotas dos seus fornecedores, após decorridos aqueles períodos, acrescidos de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da cana que deixou de receber, ressalvado motivo de força maior, admitido em direito e reconhecido pelo I. A. A.

Art. 17. As entregas de cana poderão ser feitas pelo fornecedor, diretamente, ou, em seu nome pela cooperativa de plantadores a que seja filiado; neste caso, a cooperativa poderá efetuar o seu faturamento de acordo com as disposições legais vigentes.

Art. 18. O não cumprimento do disposto nos arts. 15, 16 e seus parágrafos, e 17, acarretará para as usinas faltosas, após decisão do I.A.A., além da indenização do valor de cana não recebida, um acréscimo de valor correspondente à multa de 50% (cinquenta por cento).

Art. 19. A cana entregue será pesada, obrigatoriamente, em balanças registradoras automáticas, invioláveis,

a serem instaladas pelas usinas, financiadas pelo I. A. A., no prazo improrrogável de um ano, a contar da vigência desta Lei. O I. A. A. manterá fiscalização permanente do funcionamento das balanças, podendo fiscalizá-las, também, os órgãos regionais de representação dos lavradores.

CAPÍTULO IV

Dos Recursos Financeiros e Sua Aplicação

Seção 1ª

Da Receita

Art. 20. A receita do I. A. A. será constituída pelos seguintes recursos:

I — do produto da taxa de 10% (dez por cento) sobre o preço oficial do saco de açúcar de sessenta quilos, de qualquer tipo;

II — do produto da taxa de até 3% (três por cento) sobre o preço oficial do saco de açúcar de qualquer tipo, a ser fixado pela Comissão Executiva do I. A. A. para atender à política de exportação;

III — do produto da taxa *ad valorem* de 10% (dez por cento) sobre os preços oficiais do álcool de qualquer tipo e graduação, por litro destinado ao consumo interno, exclusive o álcool anidro para mistura carburante;

IV — dos eventuais resultados líquidos de exportação de açúcar, pelo I. A. A., para o mercado internacional;

V — dos resultados líquidos das operações industriais e comerciais a cargo do I. A. A.;

VI — das operações financeiras que realizar, bem como das oriundas de títulos públicos e de ações que possuir;

VII — das receitas de qualquer natureza que, por força de disposições legais ou regulamentares, inclusive as de contabilidade pública, se devam incorporar ao seu orçamento.

§ 1º da receita prevista neste artigo, inciso I, III, V e VI, serão deduzidos até 25 % (vinte e cinco por cento) do seu valor global para atender às despesas com o custeio da administração geral do I.A.A.

§ 3º Para fins de atendimento dos encargos relativos à aposentadoria dos servidores do I. A. A., a percen-

tagem referida no parágrafo anterior poderá ser elevada de 3% (três por cento); desde que esse acréscimo se destine à constituição de fundo próprio.

§ 3º O Instituto do Açúcar e do Alcool poderá, tendo em vista as condições do mercado e as dificuldades de escoamento da produção, estabelecer; mensalmente, uma variação para menos de até 20% (vinte por cento) do preço oficial de venda do açúcar sobre o qual incidirá o *ad valorem* de 10% (dez por cento) da taxa de que trata o item I deste artigo.

Art. 21. As taxas de que tratam os itens I, II e III do artigo 20 e as sobretaxas e quaisquer outras contribuições previstas em lei serão recolhidas aos órgãos arrecadadores do I. A. A. ou da União, ao Banco do Brasil ou outros estabelecimentos oficiais de crédito autorizados pelo I. A. A., até o último dia da quinzena subsequente ao término do mês em que ocorrer o fato gerador.

§ 1º O recolhimento das taxas constantes desta lei incidentes sobre as vendas realizadas em cada mês, será obrigatoriamente feito até o último dia do mês subsequente.

§ 2º A falta do recolhimento das taxas na data em que se tornarem exigíveis, sujeitará o infrator a uma multa de 50% (cinquenta por cento) do respectivo valor, sem prejuízo do recolhimento das importâncias devidas.

§ 3º O infrator que, espontaneamente, antes de qualquer procedimento fiscal, recolher as importâncias devidas incorrerá, tão-somente, na multa moratória de 10% (dez por cento).

§ 4º Para os fins deste artigo entende-se como fato gerador a saída da mercadoria do respectivo estabelecimento produtor com emissão de efeitos comerciais.

§ 5º Sendo reincidente o infrator, a multa a que se refere o parágrafo segundo deste artigo será imposta em dobro.

Seção 2ª

Da Aplicação da Receita

Art. 22. A receita líquida da taxa a que se refere o art. 20, inciso I,

desta Lei, deduzida a parcela mencionada no § 1º do mesmo artigo, terá a seguinte aplicação:

a) parcela correspondente até 45% (quarenta e cinco por cento) será destinada à região Norte-Nordeste;

b) parcela correspondente até 30% (trinta por cento) será destinada à região Centro Sul.

c) parcela de até 10% (dez por cento) será destinada a atender ao financiamento do capital de giro das cooperativas de produtores agrícolas e industriais;

d) o saldo será destinado às medidas complementares de defesa da agro-indústria e ao atendimento dos demais encargos orçamentários do I. A. A.

Art. 23. As parcelas referidas nas letras a e b do artigo anterior terão a seguinte aplicação:

a) até 70% (setenta por cento) para investimento na agricultura, compreendendo pesquisa, experimentação, transporte, mecanização, irrigação, fomento e aperfeiçoamento de padrões, e, na indústria compreendendo investimento e financiamento para relocação, fusão, equipamento e reequipamento de usinas, destilarias e financiamento de fábricas de subprodutos e derivados;

b) até 10% (dez por cento) para financiamento e custeio de serviços de assistência aos trabalhadores da agro-indústria canavieira e seus dependentes.

c) o saldo para complementar o financiamento da entressafra e de adubos a fornecedores de cana.

Art. 24. A receita líquida de que trata o inciso II do art. 20 não excluirá a complementação de qualquer fundo instituído para esse fim ou de crédito orçamentário específico.

Parágrafo único. Os resultados líquidos eventuais a que se refere o inciso IV do artigo 20 serão incorporados à receita de que trata este artigo.

Art. 25. A receita resultante da taxa referida no inciso III do artigo 20 será aplicada na execução da política de defesa da produção alcooleira nacional, no custeio de medidas concernentes ao fomento e à implantação de indústrias de derivados e subprodutos de melaço e de álcool, no financiamento de destilarias anexas às usinas no escoamento de álcool e,

inclusive, na cobertura do ônus decorrentes da eventual gravosidade dos preços de sua exportação.

Art. 26. O Fundo a que se refere o parágrafo segundo do art. 20 será constituído, além da receita prevista naquele artigo, da contribuição de 3% (três por cento) sobre os vencimentos e salários dos servidores do I.A.A., destes descontados em folha.

Parágrafo Único. O I.A.A., mediante resolução de sua Comissão Executiva, regulamentará a aplicação dos recursos do Fundo e proverá, com os respectivos recursos, o pagamento das aposentadorias que se verificarem a partir da vigência desta Lei.

Art. 27. As amortizações ou remissões, bem como os juros de operações financeiras, poderão ser reaplicadas, com a mesma destinação para a qual tenha sido realizado o empréstimo ou financiamento.

Art. 28. A receita líquida da taxa *ad valorem* referida no inciso II do artigo 20, bem como eventuais resultados líquidos de exportação de açúcar e de álcool, constituirão Fundo Especial de Exportação, destinado à complementação da cobertura de eventuais prejuízos, não podendo, em nenhuma hipótese, ter aplicação diversa.

Parágrafo único. Quando não ocorrer exportação ou dela não resultar prejuízo, continuará a ser feito o recolhimento da taxa referida neste artigo, para atender à gravosidade dos preços de exportação, quando oportuno.

Seção 3ª

Das Financiamentos

Art. 29. Terão prioridade, na concessão dos financiamentos de que tratam as letras a e c do artigo 23, na forma que fôr estabelecida pela Comissão Executiva do I.A.A.:

I — quando fôr o caso, os fornecedores de cana e as usinas que demonstrem haver liberado ou se proponham a liberar terras de sua propriedade aos órgãos oficiais de habitação, colonização e reforma agrária, desde que os recursos obtidos venham a representar parcela complementar do respectivo plano de aplicação;

II — as usinas que proponham a democratização de seu capital.

Art. 30. Nenhum empréstimo ou financiamento será concedido às usinas, destilarias, fornecedores de cana, seja qual fôr a sua destinação, sem que o pedido seja instruído com o plano de aplicação correspondente e parecer dos órgãos técnicos do I.A.A.

Art. 31. VETADO.

a) VETADO.

b) VETADO.

c) VETADO.

d) VETADO.

Art. 32. VETADO.

Art. 33. O I.A.A. manterá, em sua contabilidade, contas especiais para o lançamento de ocorrências contábeis relativas à aplicação dos recursos previstos nesta lei, transferindo, para utilização no exercício seguinte, os saldos dos créditos não utilizados ou destinando-os à suplementação de recursos de qualquer das aplicações de que trata esta lei.

Art. 34. O Presidente do I.A.A., mediante autorização do Ministro da Indústria e do Comércio, realizará com o Banco Central, o Banco do Brasil e outros estabelecimentos de crédito, as operações financeiras necessárias à execução dos programas de defesa da produção e escoamento das safras.

CAPÍTULO V

Da Assistência aos Trabalhadores

Art. 35. A parcela resultante do percentual estabelecido na alínea b do art. 23 será aplicada em programas de assistência social aos trabalhadores da agro-indústria canavieira, tendo por objeto:

a) higiene e saúde, por meio de assistência médica, hospitalar e farmacêutica, bem como à maternidade e à infância, complementando a assistência prestada pelas usinas e fornecedores de cana;

b) complementação dos programas de educação profissional e de tipo médio gratuitas;

c) estímulo e financiamento a cooperativas de consumo;

d) financiamento de culturas de subsistência, nas áreas de terras utilizadas pelos trabalhadores rurais, de acordo com o disposto no art. 23, do Decreto-lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944;

e) promoção e estímulo de programas educativos, culturais e de recreação.

Art. 36. Ficam os produtores de cana, açúcar e álcool obrigados a aplicar, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, em serviços de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social, importância correspondente no mínimo, às seguintes percentagens:

a) de 1% (um por cento) sobre preço oficial de sacco de açúcar de 60 (sessenta) quilos, de qualquer tipo, revogado o disposto no art. 8º do Decreto-lei nº 9.327, de 10 de setembro de 1946;

b) de 1% (um por cento) sobre o valor oficial da tonelada de cana entregue, a qualquer título, às usinas, destilarias anexas ou autônomas, pelos fornecedores ou lavradores da referida matéria;

c) de 2% (dois por cento) sobre o valor oficial do litro de álcool de qualquer tipo produzido nas destilarias.

§ 1º Os recursos previstos neste artigo serão aplicados diretamente pelas usinas, destilarias e fornecedores de cana, individualmente ou através das respectivas associações de classe, mediante plano de sua iniciativa, submetido à aprovação e fiscalização do I.A.A.

§ 2º Ficam as usinas obrigadas a descontar e recolher, até o dia 15 do mês seguinte, a taxa de que trata a alínea "b" deste artigo, depositando seu produto em conta vinculada, em estabelecimento indicado pelo órgão específico da classe dos fornecedores e à ordem do mesmo.

O descumprimento desta obrigação acarretará a multa de 50% (cinquenta por cento) da importância retida, até o prazo de 30 (trinta) dias, e mais 20 % (vinte por cento) sobre aquela importância, por mês excedente.

§ 3º A falta de aplicação total ou parcial, dos recursos previstos neste artigo, sujeita o infrator à multa equivalente ao dobro da importância que tiver deixado de aplicar.

Art. 37. Na execução do programa de assistência social, o I. A. A. coordenará, sempre que possível, sua atividade com os órgãos da União,

dos Estados e dos Municípios e de entidades privadas que sirvam aos mesmos objetivos e procurará conjugá-la com os planos de assistência de que trata o artigo anterior.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

Art. 38. O I.A.A. e o Conselho Nacional de Petróleo estabelecerão, em convênio, os volumes de álcool a serem destinados à mistura carburante, visando a assegurar a utilização do parque alcooleiro do País.

Art. 39. O I.A.A. disciplinará as operações de exportação de açúcar para o mercado externo, inclusive, dispondo sobre a padronização de tipos e estabelecendo quais as regiões e Estados que, em face das necessidades de escoamento de sua produção, podem realizar as exportações, distribuindo as respectivas quotas entre as usinas que ofereçam melhores condições técnicas e econômicas, de realizá-las, observado o disposto no artigo 1º, parágrafos 1º e 2º desta lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplicar-se-á, no que couber, às operações de exportação de melão, álcool, aguardente e demais produtos e subprodutos da cana de açúcar.

Art. 40. Nenhuma usina poderá ser instalada, no País, com quota de produção inferior a 100.000 (cem mil) sacos.

Art. 41. O I.A.A. fomentará a organização de cooperativas de comercialização de açúcar, centralizadas de vendas e vendedoras únicas, podendo adotar medidas financeiras que objetivem a ampliação de seu capital de giro.

Art. 42. O valor das multas estabelecidas nesta lei e na legislação em vigor, será atualizado monetariamente, segundo o critério estabelecido na parte final do art. 9º da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964.

Parágrafo único. A primeira atualização das multas a que se refere este artigo será feita dentro do prazo de noventa (90) dias da data de vigência desta lei.

Art. 43. Para os efeitos do disposto no art. 60 do Decreto-lei número 1.831, de 4 de dezembro de 1939, con-

sidera-se em trânsito todo o açúcar produzido pelas usinas, desde a saída da fábrica até ser entregue ao consumidor, mesmo quando encontrado em armazéns ou depósitos da própria usina ou de terceiros, ainda, que comerciantes.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não abrange o açúcar quando entregue ao consumidor, no varejo, em quantidades inferiores a 60 (sessenta) quilos.

Art. 44. As pessoas físicas ou jurídicas, constituídas depositárias de açúcar apreendido pela fiscalização do I.A.A., que derem saída ao produto ou dele se utilizarem, a qualquer título, sem o consentimento expresso do I.A.A., além das sanções penais a que estiverem sujeitas, incorrerão em multa equivalente ao dêbro do valor da mercadoria depositada.

Art. 45. Os recursos das decisões das Turmas de Julgamento da Comissão Executiva do I.A.A. que importem condenação em dinheiro, deverão ser acompanhados da prova de depósito da quantia a que a parte tiver sido condenada, ou de caução de títulos de entidades públicas ou ainda de fiança idônea.

Parágrafo único. Considerar-se-á deserto o recurso se interposto sem a prova da exigência a que se refere este artigo.

Art. 46. O Procurador-Geral, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, oporá embargos às decisões da Comissão Executiva sempre que, tomadas por maioria de votos, sejam contrárias à Constituição e às leis do País.

§ 1º Sempre que a decisão não for unânime, será aberta vista do processo ao Procurador-Geral.

§ 2º Os embargos serão opostos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento do processo pelo Procurador-Geral.

Art. 47. No caso do artigo anterior, os Procuradores junto às Turmas de Julgamento recorrerão da respectiva decisão, no mesmo prazo estabelecido para as partes.

Art. 48. Os Procuradores do I.A.A. sempre que, no uso de suas atribuições, tomarem conhecimento de decisões contrárias à Constituição, às leis do País e às resoluções do I. A. A.,

usarão do direito de representação ao Procurador-Geral, para as providências que no caso couberem.

Art. 49. As infrações ao disposto nesta lei e na legislação do I.A.A. serão apuradas, mediante processo fiscal que terá por base o auto processado e julgado pelos órgãos competentes do Instituto.

Art. 50. Continuam em vigor todas as disposições da legislação especial relativas à agro-indústria canavieira, em tudo que não for incompatível com o disposto nesta lei ou que por ela não esteja expressamente revogada.

Art. 51. A fim de disciplinar o ritmo do escoamento da produção e complementar as medidas de estabilização do preço do açúcar no mercado interno, poderá o I.A.A. estabelecer quotas mensais de comercialização de açúcar, a serem atribuídos às cooperativas de produtores e às usinas não cooperadas, onde as houver.

§ 1º As quotas mensais de comercialização de açúcar poderão ser reduzidas ou ampliadas, de acordo com a posição estatística e o comportamento dos mercados.

§ 2º Todo açúcar vendido além das quotas mensais de comercialização deferidas às cooperativas de produtores e usinas não cooperadas, saído das usinas antes dos prazos previstos, será considerado clandestino, sujeito a apreensão pelo I.A.A. e os resultados de seu aproveitamento não poderão, em hipótese alguma, beneficiar o infrator.

§ 3º Na hipótese de não ser possível a apreensão do açúcar, o infrator ficará sujeito a multa equivalente ao seu valor comercializado além das quotas mensais.

§ 4º Para o efeito do disposto neste artigo e nos parágrafos anteriores o I.A.A. fica obrigado a financiar os estoques retidos, na base de 60 por cento do preço fixado na região Centro-Sul e, de 80 por cento na região Norte-Nordeste, com recursos próprios ou suplementados por financiamento do Banco do Brasil, de acordo com instruções adequadas do Banco Central da República do Brasil.

§ 5º Os fornecedores de cana participarão da retenção dos estoques

consequentes de fixação das quotas mensais de comercialização e recebimento, sob a forma de adiantamento, por tonelada de cana, parcela proporcional aos fornecimentos realizados e ao financiamento que for deferido.

Art. 52. VETADO.

Art. 53. A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool implantará, dentro de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, as Comissões de Conciliação a que se referem os artigos 113, e seguintes do Decreto-lei n.º 3.855, de 21 de novembro de 1941, para compor ou dirimir os litígios decorrentes de entregas e pagamentos de canas.

§ 1.º Sempre que não houver conciliação, as Comissões decidirão sobre o litígio, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação da reclamação, cabendo recurso, no prazo de 10 (dez) dias, para a Comissão Executiva, sem efeito suspensivo. Nesta hipótese, a Comissão Executiva, também dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da interposição do recurso, decidirá definitivamente o litígio.

§ 2.º A Comissão Executiva do I.A.A. expedirá Resolução, 30 (trinta) dias após a criação das Comissões a que se refere este artigo, disciplinando o processo daqueles litígios e o regimento interno das mencionadas Comissões, as quais serão imediatamente instaladas.

Art. 54. VETADO.

§ 1.º VETADO.

§ 2.º VETADO.

§ 3.º VETADO.

Art. 55. Os planos Anuais de Safra deverão ser aprovados pela Comissão Executiva do I.A.A. até 31 de dezembro de cada ano.

§ 1.º Se o novo Plano de Safra não for aprovado no prazo estabelecido neste artigo, permanecerá em vigor o Plano anterior, com as modificações que forem propostas pelo Presidente do I.A.A. e aprovadas pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

§ 2.º Em qualquer hipótese os Planos de Safra poderão ser revistos até o mês de junho, mediante proposta do Presidente do I.A.A.

Art. 56. A venda, permuta, cessão ou transferência, a qualquer título,

de maquinaria ou de implementos destinados à lavoura de açúcar ou de álcool, novos ou já usados, somente poderá realizar-se mediante autorização prévia e expressa do I.A.A.

Parágrafo único. A inobservância ao disposto neste artigo sujeitará o infrator a multa no valor da maquinaria ou implementos vendidos, permutados, cedidos ou transferidos.

Art. 57. É o I. A. A. autorizado a proceder, no desempenho de suas tarefas básicas e por intermédio de sua fiscalização, a) através de funcionários especializados que designar, ao exame periódico nas escritas e demais elementos de contabilidade das usinas e refinarias de açúcar e das destilarias de álcool.

CAPÍTULO VII

Disposições Especiais

Art. 58. As usinas ou destilarias e os fornecedores de cana em atraso no pagamento das taxas, sobretaxas e contribuições devidas ao I.A.A., ou que deixarem de cumprir o disposto no art. 29 e seus parágrafos, além das penalidades previstas nesta Lei, terão os respectivos financiamentos suspensos pelo I.A.A. até que realizem os pagamentos ou aplicações que forem devidos.

§ 1.º Em igual sanção incorrerão as usinas ou destilarias:

a) que não tenham pago a cana dos seus fornecedores no prazo estabelecido em lei, em resolução do I.A.A., ou nos Planos Anuais de Defesa da Safra, sem prejuízo de obrigação estabelecida no art. 4.º da Lei n.º 4.071, de 15 de junho de 1962 e da sanção estabelecida no artigo 5.º da mesma Lei.

b) que retiverem as importâncias descontadas dos seus fornecedores, a qualquer título, para crédito do I.A.A., do Banco do Brasil ou de outras entidades públicas ou privadas, inclusive as de classe, sem prejuízo das sanções que a lei determinar;

c) que estiverem em mora com o I.A.A., em consequência de inadimplemento contratual ou obrigação legal, inclusive as estabelecidas nos Planos Anuais de Safra. Resoluções de Safra ou Resoluções da Comissão Executiva;

d) que derem saída a açúcar financiado pelo Banco do Brasil, pelo I.A.A.

ou outros estabelecimentos oficiais de crédito, sem o recolhimento das remissões contratadas.

§ 2.º Na hipótese a que se refere a alínea a do § 1.º deste artigo, poderão ser concedidos financiamentos desde que condicionados a pagamento de cana devidos aos fornecedores, na proporção do valor do financiamento por saco de açúcar feito às usinas pelos órgãos oficiais de crédito ou das quantias que, a qualquer título venham a completar o preço, devendo o respectivo saldo ser pago por ocasião da venda do açúcar no mercado interno ou sua liquidação pelo I.A.A., no caso de se tratar de açúcar entregue para exportação, observadas as normas baixadas pela Comissão Executiva do I.A.A.

§ 3.º A constituição do devedor em mora, nos casos deste artigo, se opera pela simples falta de pagamento ou de cumprimento da obrigação nos prazos estabelecidos.

§ 4.º A falta de pagamento nos prazos estabelecidos nos contratos, além das sanções previstas na Lei, acarreta o vencimento integral da dívida.

§ 5.º As sanções previstas neste artigo incidirão em igualdade de condições, sobre os fornecedores de cana e entidades de produtores, agrícolas ou industriais.

Art. 59. Os empréstimos ou financiamentos a usineiros ou fornecedores de cana, sujeitos às sanções do artigo anterior, poderão ser regularmente processados, mas somente serão deferidos mediante prova de cumprimento da obrigação.

Parágrafo único. Quando se tratar da falta de cumprimento de obrigação legal, inclusive as resultantes dos Planos Anuais de Safra e outras Resoluções da Comissão Executiva do I.A.A., os empréstimos ou financiamentos somente poderão ser deferidos, após o cumprimento da obrigação.

Art. 60. As usinas que deixarem de entregar, às refinarias, as quotas de abastecimento dos centros consumidores, nos prazos estabelecidos nos Planos Anuais de Safra ou nas Resoluções da Comissão Executiva do I.A.A., além das sanções previstas nesta Lei, incidirão em multa equivalente ao valor oficial do volume de açúcar que deixarem de entregar.

Parágrafo único. Incidirá na mesma multa a refinaria que deixar de receber, pelo preço oficial, as quotas de açúcar cristal para o suprimento de suas fábricas, fixadas pelo I.A.A. nos termos deste artigo, para atendimento das necessidades dos centros consumidores.

Art. 61. O abastecimento de açúcar refinado dos grandes centros de consumo, já atendidos pelas refinarias autônomas nêles sediadas, continuará a cargo de refinarias autônomas, observadas as seguintes normas:

1 — O I.A.A. fixará, nos Planos Anuais de Safra, as quotas de açúcar cristal necessárias ao suprimento das refinarias autônomas, a que alude este artigo;

2 — as quotas a que se refere o número precedente serão rateadas entre as usinas localizadas nas Unidades Federativas de procedência dos açúcares destinados à refinagem, proporcionalmente aos limites ou à estimativa de produção, conforme a situação de cada safra;

3 — as quotas-partes deferidas às usinas serão remetidas às refinarias, em parcelas mensais, na conformidade do que fôr estabelecido pelo I.A.A., nos Planos Anuais de Defesa da Safra.

Art. 62. Nenhuma usina poderá remeter açúcar refinado ou outro tipo assemelhado de açúcar beneficiado em refinaria anexa ou não, de sua propriedade, ou de terceiros, para os centros de consumo a que se refere o artigo anterior, sob pena de multa igual ao valor do açúcar negociado, a qualquer título ou sob qualquer forma, para os mencionados centros de consumo.

Art. 63. As usinas com refinarias anexas participarão das quotas de açúcar cristal fixadas pelo I.A.A. para entrega às refinarias autônomas responsáveis pelo abastecimento dos respectivos centros de consumo.

Parágrafo único. São excluídas da participação referida neste artigo as refinarias anexas que refinem a totalidade da produção de açúcar cristal e realizem a distribuição direta aos respectivos mercados de consumo.

Art. 64. A taxa de Cr\$ 1 (um cruzeiro) prevista no art. 144 do Decreto-lei n.º 3.855, de 21 de novembro de 1941 (ELC), é tornada ad

valorem e fixada em 1,5% (um e meio por cento) sobre o preço oficial da tonelada de cana, destinando-se às cooperativas de crédito de fornecedores, aos órgãos regionais específicos de representação dos mesmos e à respectiva Federação.

Parágrafo único. A distribuição da taxa será, salvo convênio entre os beneficiários, a seguinte:

- a) 1% (um por cento) para aumento das quotas de capital, nas cooperativas de crédito de fornecedores;
- b) 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) para a manutenção dos órgãos específicos dos fornecedores;
- c) 0,05% (cinco centésimos por cento) para manutenção da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil.

Art. 65. Poderão ser reconhecidas fornecedores de cana, a critério do I.A.A., observado o disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941, as pessoas jurídicas organizadas sob a forma de sociedade de ações nominativas, quando se tratar de sociedades anônimas que, a título permanente, exerçam a exploração agrícola e das quais não participem sócios, empregados, interessados ou acionistas de usinas ou destilarias, ou seus parentes até o segundo grau.

Parágrafo único. Do preenchimento das exigências deste artigo, deverá ser feita, periodicamente, prova perante o I.A.A., que baixará instruções dispondo sobre a forma e o tempo em que deva ser produzida.

Art. 66. Serão transferidos para o débito da União Federal, os débitos do Instituto do Açúcar e do Alcool, na data da vigência desta Lei, resultantes de medidas de defesa da agro-indústria do açúcar.

Artigo 67. As taxas referidas no artigo 20, incisos I, II e III, desta Lei, somente serão exigíveis a partir de 1º de janeiro de 1966.

Parágrafo único. As guias de recolhimento das taxas e contribuições, expedidas anteriormente a 1º de janeiro de 1966, e não utilizadas, serão revalidadas pelo produtor perante o órgão competente, para o efeito da atualização do respectivo valor.

Art. 68. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 69. VETADO.

CAPÍTULO VIII

Disposições Transitórias

Art. 70. O I.A.A., tendo em vista a demanda do consumo no mercado interno, fixará, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, mediante resolução de sua Comissão Executiva, a produção a ser realizada pelas usinas do País, em cada uma das safras de 1966-67 a 1970-71, observado o disposto no artigo 6º, parte final, desta Lei.

§ 1º A fixação do volume de produção de açúcar, a que se refere este artigo, será feita por conta do contingente de 100 milhões de sacos, autorizado para efetivação até a safra de 1970-71, pela Resolução nº 1.761, de 12 de dezembro de 1963, da Comissão Executiva do I.A.A.

§ 2º No caso de a projeção do consumo não absorver o contingente até a safra de 1970-71, será o mesmo distribuído pelas safras subsequentes até a sua completa absorção.

§ 3º O I.A.A. poderá destinar, total ou parcialmente, os saldos de aumentos das quotas fixadas pela Resolução nº 1.761, de 12 de dezembro de 1963, e não utilizadas pelas respectivas usinas até a safra de 1970-71, para a complementação de quotas de novas centrais açucareiras constituídas pela fusão ou incorporação de usinas existentes nos respectivos Estados.

Art. 71. Para os efeitos da distribuição das parcelas de aumento de quota a que se referem os parágrafos 3º e 4º do artigo 1º desta lei, até a completa utilização das atuais possibilidades agrícolas e industriais das usinas do país, levar-se-ão em conta as terras das usinas e fornecedores de cana adquiridas até 31 de dezembro de 1964 e os respectivos rendimentos agrícolas, bem assim, a capacidade das moendas cuja aquisição tenha sido comunicada ao I.A.A., até aquela data, nos termos da legislação em vigor, sem prejuízo de outros critérios que venham a ser estabelecidos pela Comissão Executiva do I. A. A.

Art. 72. O I. A. A. promoverá dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o tombamento da capacidade industrial existente na data de vigência desta Lei, para a produção de açúcar e álcool de todas as usinas e destilarias do País.

Parágrafo único. Será feito, também, na oportunidade, o levantamento da possibilidade da zona canavieira de cada unidade agro-industrial.

Art. 73. Na região Norte-Nordeste o I.A.A. antecipará, como devolução a importância integral correspondente às aludidas taxas, incidentes sobre o açúcar produzido a partir de 1º de janeiro de 1966 e até o término da safra 1965-1966, a título de parcela complementar ao respectivo preço, procedendo-se, entretanto, ao recolhimento das taxas e sobretaxas do Plano de Safra de 1965-66, e que vinham sendo recolhidas.

Art. 74. VETADO.

Art. 75. O I.A.A. realizará dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, estudo a ser apresentado ao Presidente da República, através do Ministério da Indústria e Comércio, sobre a conveniência de se transferirem aos produtores as ações de sua propriedade na Companhia Usinas Nacionais.

§ 1º Caso haja autorização para a venda, a mesma deverá ser efetuada

atendendo-se às exigências legais que regulam a alienação do patrimônio público e com a audiência das autoridades monetárias.

§ 2º No estudo de que trata este artigo dever-se-á ter em conta a função supletiva do abastecimento exercida pela Companhia Usinas Nacionais, bem como a orientação político-econômica da democratização do capital das empresas.

Art. 76. O prazo a que se refere o artigo 54 será prorrogado para o Plano de Safra 1965-67, até o dia 1º de maio de 1967.

Art. 77. VETADO.

a) VETADO.

b) VETADO.

Art. 78. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 1º de dezembro de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Daniel Faraco

LEI Nº 4.871 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 74.344.128,10 (setenta e quatro milhões trezentos e quarenta e quatro mil cento e vinte e oito cruzeiros e dez centavos) para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 74.344.128,10 (setenta e quatro milhões trezentos e quarenta e quatro mil cento e vinte e oito cruzeiros e dez centavos), para o Estabelecimento Rural do Tapajós atender a despesas com o pagamento de atrasados relativos a pessoal e de dívidas decorrentes de fornecimento de material, como segue:

	Cr\$
1) salários atrasados, correspondentes aos meses de março e abril de 1961	20.255.951,40
2) complementação do salário-mínimo (art. 65, parágrafo único, da Lei nº 3.780, de 12-7-60), de outubro de 1960 a fevereiro de 1961	8.695.037,70
3) contribuições atrasadas, devidas ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários	22.045.273,90
4) contribuições atrasadas, devidas ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos	15.884,90
5) Imposto Sindical dos Marítimos	2.066,70
6) dívidas contraídas nas praças de Belém, Santarém, Belterra e Fordlândia, decorrentes de fornecimento de diversos materiais	23.329.913,50
Total	74.344.128,10

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões
Ney Braga

LEI Nº 4.872 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1965

Isenta do imposto de importação o material destinado à Faculdade de Medicina de Rio Grande e importado pela Fundação Cidade do Rio Grande.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam isentos do imposto de importação os materiais destinados ao funcionamento da Faculdade de Medicina de Rio Grande e importados pela Fundação Cidade do Rio Grande.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões
Flávio Lacerda

LEI Nº 4.873 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 600.000.000 (seiscentos milhões de cruzeiros), como reforço à dotação orçamentária insuficiente destinada ao Departamento do Imposto de Renda.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 600 000.000 (seiscentos milhões de cruzeiros), ao Orçamento para o atual exercício, aprovado pela Lei número 4.539, de 10 de dezembro de 1964, em reforço à seguinte dotação orçamentária constante do Anexo 4º:

4.14.27 — Departamento do Imposto de Renda

Código Geral		Especificação de Despesa	Natureza	Milhares de cruzeiros
Função	Categoria Econômica		Fixa ou Variável	Rubricas
	3.0.0.0	Despesas Correntes		Cr\$
	3.1.0.0	Despesas de Custeio		
	3.1.1.0	Pessoal	F	
	3.1.1.1	Pessoal Civil	V	600.000

Art. 2º A discriminação de crédito suplementar em apêço obedecerá às determinações da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.874 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno, e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Hospital Evangélico da Bahia, entidade assistencial de fins filantrópicos, regularmente inscrito no Conselho Nacional de Serviço Social, uma área de terreno com 13.160m² (treze mil cento e sessenta metros quadrados), desmembrada de área maior de 125.258,06m² (cento e vinte e cinco mil duzentos e cinquenta e oito metros e seis centímetros quadrados), adquirida pela União à Associação da Companhia de Santa Ursula, na Vila Santa Angela, antiga Quinta de Ondina, Estrada de São Lázaro, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º O referido lote será destinado à construção do edifício definitivo do Hospital Evangélico da Bahia, segundo o projeto já aprovado pela Divisão de Organização Hospitalar do Ministério da Saúde.

Art. 3º — A área doada terá os seguintes limites: *Divisória Oeste* — Com terrenos do loteamento "Jardim Atlântica", tomando-se como ponto inicial o caminhamento o ponto de intersecção do prolongamento da testada do lote nº 40, da quadra 3, a 10,00m abaixo deste ponto, com a cerca limitrofe, partindo daí o alinhamento representado pelo segmento de reta (cerca), de 57,00m, a azimute de 119°15'NO, até o ponto de intersecção da divisória comum entre os lotes ns. 43 e 44, da quadra 4, e a já referida cerca; deste ponto, com deflexão de 89°10'D, e alinhamento de 42,00m (segmento de cerca), até o ponto de cruzamento da divisória comum dos lotes 47 e 48, da quadra 4, com a mesma cerca limitrofe já referida; desse ponto de deflexão de 89°30'D de alinhamento de 35,30m (segmento de cerca), até o ponto de intersecção divisória comum entre os lotes 50 e 51, na mesma cerca limitrofe, partindo daí a deflexão de 89°15'E e alinhamento de 40,00m no prolongamento da mesma cerca limitrofe, passando pelo ponto de intersecção dessa cerca com a testada do lote nº 52, da quadra 5. *Divisória Norte* — Partindo do ponto anterior, com deflexão de 90°00'D, e alinhamento de 70,00m até o ponto final representativo desse alinhamento, em terreno da gleba. *Divisória Este* — Partindo do ponto anterior com deflexão de 90°00'D e alinhamento de 185,00m até o ponto final desse alinhamento, em terreno da gleba a desmembrar. *Divisória Sul* — Partindo desse ponto anterior com deflexão de 90°00'D e alinhamento de 65,00m até o ponto inicial do caminhamento: o de intersecção do prolongamento da testada do lote 40 da quadra 3, a 10,00m aquém desse ponto de intersecção com a cerca limitrofe do loteamento "Jardim Atlântica".

Art. 4º Em caso de dissolução da entidade beneficiada, o bem doado reverterá ao patrimônio da União.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.875 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas de viagem e estada no exterior de representantes do aludido Ministério à reunião do GATT que se realizou em Genebra.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas de viagem e estada no exterior dos representantes do aludido Ministério, que tomaram parte na VI Rodada de Negociações Comerciais do GATT (Negociações Kennedy), que se realizou em Genebra, a partir de 16 de setembro de 1965.

Art. 2º O crédito especial em aprêço terá a vigência de dois exercícios.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.876 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 5.810.000, para atender às despesas complementares com o comparecimento do Clero brasileiro ao "Concílio Ecumênico Vaticano II".

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 5.810.000 (cinco milhões, oitocentos e dez mil cruzeiros), para atender às despesas complementares com o comparecimento ao Clero brasileiro ao "Concílio Ecumênico Vaticano II".

Parágrafo-único. O crédito especial de que trata a presente Lei será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Vasco da Cunha

LEI Nº 4.877 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000 como reforço à dotação orçamentária insuficiente destinada à Contadoria-Geral da República.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), no Orçamento para o atual exercício, aprovado pela Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, em reforço à seguinte dotação, constante do Anexo 4:

4.14.10 — Contadoria-Geral da República

Código Geral		Especificação de Despesa	Natureza	Milhares de cruzeiros
Função	Categoria Econômica		Fixa ou Variável	Rubricas
0.0	3.0.0.0	Despesas Correntes		Cr\$ 10.000
	3.1.0.0	Despesas de Custeio		
	3.1.1.0	Pessoal		
	3.1.1.1	Pessoal Civil	F	
	3.1.2.0	Material de Consumo	V	
	3.1.3.0	Serviços de Terceiros	V	

Art. 2º A discriminação de crédito suplementar em apêço obedecerá às determinações da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.878 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1965

Dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as peculiaridades do regime jurídico dos

funcionários públicos civis da União e do Distrito Federal, ocupantes de cargos de atividade policial.

Art. 2º São policiais civis abrangidos por esta Lei os brasileiros legalmente investidos em cargos do Serviço de Polícia Federal e do Serviço Policial Metropolitano, previstos no Sistema de Classificação de Cargos aprovado pela Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, com as alterações constantes da Lei nº 4.813, de 25 de outubro de 1965.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, é considerado funcionário policial o ocupante de cargo em comissão ou função gratificada com atribuições e responsabilidades de natureza policial.

Art. 3º O exercício de cargos de natureza policial e privativo dos funcionários abrangidos por esta Lei.

Art. 4º A função policial, pelas suas características e finalidades, fundamenta-se na hierarquia e na disciplina.

Art. 5º A precedência entre os integrantes das classes e séries de classes do Serviço de Polícia Federal e do Serviço Policial Metropolitano, se estabelece básica e primordialmente pela subordinação funcional.

CAPÍTULO II

Das Disposições Peculiares

Art. 6º A nomeação será feita exclusivamente:

I — em caráter efetivo, quando se tratar de cargo integrante de classe singular ou inicial de série de classes, condicionada à anterior aprovação em curso específico da Academia Nacional de Polícia;

II — em comissão, quando se tratar de cargo isolado que, em virtude de lei, assim deva ser provido.

Art. 7º A nomeação obedecerá a rigorosa ordem de classificação dos candidatos habilitados em curso a que se tenham submetido na Academia Nacional de Polícia.

Art. 8º A Academia Nacional de Polícia manterá, permanentemente, cursos de formação profissional dos candidatos ao ingresso no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal.

Art. 9º São requisitos para matrícula na Academia Nacional de Polícia:

I — ser brasileiro;
II — ter completado dezoito anos de idade;

III — estar no gozo dos direitos políticos;

IV — estar quite com as obrigações militares;

V — ter procedimento irrepreensível;

VI — gozar de boa saúde, física e psíquica, comprovada em inspeção médica;

VII — possuir temperamento adequado ao exercício da função policial, apurado em exame psicotécnico realizado pela Academia Nacional de Polícia;

VIII — ter sido habilitado previamente em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º A prova da condição prevista no item IV deste artigo não será exigida da candidata ao ingresso na Polícia Feminina.

§ 2º Será demitido, mediante processo disciplinar regular, o funcionário policial que, para ingressar no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, omitiu fato que impossibilitaria a sua matrícula na Academia Nacional de Polícia.

Art. 10. São competentes para dar posse:

I — o Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, ao Chefe de seu Gabinete, ao Corregedor, aos Delegados Regionais e aos diretores e chefes de serviço que lhe sejam subordinados;

II — o Diretor da Divisão de Administração do mesmo Departamento, nos demais casos;

III — o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, ao Chefe de seu Gabinete e aos Diretores que lhe sejam subordinados;

IV — o Diretor da Divisão de Serviços Gerais da Polícia do Distrito Federal, nos demais casos.

Parágrafo único. O Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e o Diretor da Divisão de Administração do referido Departamento poderão delegar competência para dar posse.

Art. 11. O funcionário policial não poderá afastar-se de sua repartição para ter exercício em outra ou prestar serviços ao Poder Legislativo ou a qualquer Estado da Federação, salvo quando se tratar de atribuição inerente a do seu cargo efetivo e mediante expressa autorização do Presidente da República ou do Prefeito do Distrito Federal, quando integrante da Polícia do Distrito Federal.

Art. 12. A frequência aos cursos de formação profissional da Academia Nacional de Polícia para primeira investidura em cargo de atividade policial é considerada de efetivo exercício para fins de aposentadoria.

Art. 13. Estágio probatório é o período de dois anos de efetivo exercício do funcionário policial, durante o qual se apurarão os requisitos previstos em lei.

Parágrafo único. Mensalmente, o responsável pela repartição ou serviço, em que esteja lotado funcionário policial sujeito a estágio probatório encaminhara ao órgão de pessoal relatório sucinto sobre o comportamento do estagiário.

Art. 14. Sem prejuízo da remessa prevista no parágrafo único do artigo anterior, o responsável pela repartição ou serviço em que sirva funcionário policial sujeito a estágio probatório, seis meses antes da terminação deste, informará reservadamente ao órgão de pessoal sobre o funcionário, tendo em vista os requisitos previstos em lei.

Art. 15. As promoções serão realizadas em 21 de abril e 28 de outubro de cada ano, desde que verificada a existência de vaga e haja funcionários em condições de a ela concorrer.

Art. 16. Para a promoção por merecimento é requisito necessário a aprovação em curso da Academia Nacional de Polícia correspondente à classe imediatamente superior àquela a que pertence o funcionário.

Art. 17. O órgão competente organizará para cada vaga a ser provida por merecimento uma lista não excedente de três candidatos.

Art. 18. O funcionário policial, ocupante de cargo de classe cingular ou final de série de classes, poderá ter acesso à classe inicial de séries afins, de nível mais elevado, de atribuições correlatas porém mais complexas.

§ 1º A nomeação por acesso, além das exigências legais e das qualificações em cada caso, obedecerá a provas práticas que compreendam tarefas típicas relativas ao exercício do novo cargo e, quando couber, à ordem de classificação em concurso de títulos que aprecie a experiência profissional, ou em curso específico de formação profissional, ambos realizados pela Academia Nacional de Polícia.

§ 2º As linhas de acesso estão previstas nos Anexos IV dos Quadros de

Pessoal do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal, aprovados pela Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964.

Art. 19. As nomeações por acesso abrangerão metade das vagas existentes na respectiva classe, ficando a outra metade reservada aos provimentos na forma prevista no artigo 6º desta Lei.

Art. 20. O funcionário policial que, comprovadamente, se revelar inapto para o exercício da função policial, sem causa que justifique a sua demissão ou aposentadoria, será readaptado em outro cargo mais compatível com a sua capacidade, sem decurso nem aumento de vencimento.

Parágrafo único. A readaptação far-se-á mediante a transformação do cargo exercido em outro mais compatível com a capacidade física ou intelectual e vocação.

Art. 21. O funcionário policial não poderá ser obrigado a interromper as suas férias, a não ser em virtude de emergente necessidade da segurança nacional ou manutenção da ordem, mediante convocação da autoridade competente.

§ 1º Na hipótese prevista neste artigo, *in fine*, o funcionário terá direito a gozar o período restante das férias em época oportuna.

§ 2º Ao entrar em férias, o funcionário comunicará ao chefe imediato o seu provável endereço, dando-lhe ciência, durante o período, de suas eventuais mudanças.

CAPÍTULO III

Das Vantagens Específicas

Art. 22. O funcionário policial fará jus ainda às seguintes vantagens:

I — Gratificação de função policial;

II — Auxílio para moradia.

Art. 23. A gratificação de função policial é devida ao policial pelo regime de dedicação integral que o incompatibiliza com o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada, bem como pelos riscos dela decorrentes.

§ 1º Pelo efetivo exercício da função policial, o funcionário fará jus a uma gratificação percentual calculada sobre o vencimento de seu cargo efetivo, a ser fixada pelo Presidente da República.

§ 2º Ressalvado o magistério na Academia Nacional de Polícia, o exercício da profissão de Jornalista, para os ocupantes de cargos das séries de classes de Censor e Censor Federal, e a prática profissional em estabelecimento hospitalar, para os ocupantes de cargos da série de classes de Médico Legista, ao funcionário policial é vedado exercer outra atividade, qualquer que seja a forma de admissão, remunerada ou não, em entidade pública ou empresa privada.

Art. 24. O regime de dedicação integral obriga o funcionário policial à prestação, no mínimo, de 200 (duzentas) horas mensais de trabalho.

Art. 25. A gratificação de função policial não será paga enquanto o funcionário policial deixar de perceber o vencimento do cargo em virtude de licença ou outro afastamento, salvo quando investido em cargo em comissão ou função gratificada com atribuições e responsabilidades de natureza policial, hipótese em que continuará a perceber a gratificação na base do vencimento do cargo efetivo.

Art. 26. A gratificação de função policial incorporar-se-á aos proventos da aposentadoria à razão de 1/30 (um trinta avos) do seu valor por ano de efetivo exercício de atividade estritamente policial.

Art. 27. O funcionário policial casado, quando lotado em Delegacia Regional, terá direito a auxílio para moradia correspondente a 10% (dez por cento) do seu vencimento mensal.

Parágrafo único. O auxílio previsto neste artigo será pago ao funcionário policial até completar 5 (cinco) anos na localidade em que, por necessidade de serviço, nela deva residir, e desde que não disponha de moradia própria.

Art. 28. Quando o funcionário policial, de que trata o artigo anterior, ocupar imóvel sob a responsabilidade do órgão em que servir, 20% (vinte por cento) do valor do auxílio previsto no artigo anterior serão recolhidos como receita da União e o restante,

empregado conforme fôr estabelecido pelo referido órgão de acordo com as suas peculiaridades.

Art. 29. Quando o funcionário policial ocupar imóvel de outra entidade, a importância referida no artigo 28 terá o seguinte destino:

a) a importância correspondente ao aluguel, recolhida ao órgão responsável pelo imóvel;

b) o restante, empregado na forma estabelecida no artigo anterior, *in fine*.

Art. 30. Esgotado o prazo previsto no parágrafo único do artigo 27, o funcionário que continuar ocupando imóvel de responsabilidade da repartição em que servir indeniza-la-á da importância correspondente ao auxílio para moradia.

Parágrafo único. Se a ocupação fôr de imóvel pertencente a outro órgão o funcionário indeniza-la-á pelo aluguel correspondente.

CAPÍTULO IV

Da Assistência Médico-Hospitalar

Art. 31. A assistência médico-hospitalar compreenderá:

a) assistência médica contínua, dia e noite, ao policial enfermo, acidentado ou ferido, que se encontre hospitalizado;

b) assistência médica ao policial ou sua família, através de laboratórios, policlínicas, gabinetes odontológicos, pronto-socorro e outros serviços assistenciais.

Art. 32. A assistência médico-hospitalar será prestada pelos serviços médicos dos órgãos a que pertença ou tenha pertencido o policial, dentro dos recursos próprios colocados à disposição deles.

Art. 33. O funcionário policial terá hospitalização e tratamento por conta do Estado quando acidentado em serviço ou acometido de doença profissional.

Art. 34. O funcionário policial em atividade, excetuado o disposto no artigo anterior, o aposentado e, bem assim, as pessoas de sua família, indenizarão, no todo ou em parte, a assistência médico-hospitalar que lhes fôr prestada, de acordo com as normas e tabelas que forem aprovadas.

Parágrafo único. As indenizações por trabalhos de prótese dentária, ortodontia, obturações, bem como pelo fornecimento de aparelhos ortopédicos, óculos e artigos correlatos, não se beneficiarão de reduções, devendo ser feitas pelo justo valor do material aplicado ou da peça fornecida.

Art. 35. Para os efeitos da prestação de assistência médico-hospitalar, consideram-se pessoas da família do funcionário policial, desde que vivam às suas expensas e em sua companhia:

- a) o cônjuge;
- b) os filhos solteiros, menores de dezoito anos ou inválidos e, bem assim, as filhas ou enteadas, solteiras, viúvas ou desquitadas;
- c) os descendentes órfãos, menores ou inválidos;
- d) os ascendentes sem economia própria;
- e) os menores que, em virtude de decisão judicial, forem entregues à sua guarda;
- f) os irmãos menores e órfãos, sem arrimo.

Parágrafo único. Continuarão compreendidos nas disposições deste capítulo a viúva do policial, enquanto perdurar a viuvez, e os demais dependentes mencionados nas letras "b" a "f", desde que vivam sob a responsabilidade legal da viúva.

Art. 36. Os recursos para a assistência de que trata este capítulo provirão das dotações consignadas no Orçamento Geral da União e do pagamento das indenizações referidas no artigo 34.

CAPÍTULO V

Das Disposições Especiais sobre Aposentadoria

Art. 37. O funcionário policial será aposentado compulsoriamente aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados.

Art. 38. O provento do policial inativo será revisto sempre que ocorrer:

- a) modificação geral dos vencimentos dos funcionários policiais civis em atividade; ou
- b) reclassificação do cargo que o funcionário policial inativo ocupava ao aposentar-se.

Art. 39. O funcionário policial, quando aposentado em virtude de acidente em serviço ou doença profissional, ou quando acometido das doenças especificadas no artigo 178, item III, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, incorporará aos proventos de inatividade a gratificação de função-policial no valor que percebia ao aposentar-se.

CAPÍTULO VI

Da Prisão Especial

Art. 40. Prêso preventivamente, em flagrante ou em virtude de pronúncia, o funcionário policial, enquanto não perder a condição de funcionário, permanecerá em prisão especial, durante o curso da ação penal e até que a sentença transite em julgado.

§ 1º O funcionário policial nas condições deste artigo ficará recolhido a sala especial da repartição em que sirva, sob a responsabilidade do seu dirigente, sendo-lhe defeso exercer qualquer atividade funcional, ou sair da repartição sem expressa autorização do Juízo a cuja disposição se encontre.

§ 2º Publicado no *Diário Oficial* o decreto de demissão, será o ex-funcionário encaminhado, desde logo, a estabelecimento penal, onde permanecerá em sala especial, sem qualquer contato com os demais presos não sujeitos ao mesmo regime, e, uma vez condenado, cumprirá a pena que lhe tenha sido imposta, nas condições previstas no parágrafo seguinte.

§ 3º Transitada em julgado a sentença condenatória, será o funcionário encaminhado a estabelecimento penal, onde cumprirá a pena em dependência isolada dos demais presos não abrangidos por esse regime, mas sujeito, como eles, ao mesmo sistema disciplinar e penitenciário.

CAPÍTULO VII

Dos Deveres e das Transgressões

Art. 41. Além do enumerado no artigo 194 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, é dever do funcionário policial freqüentar com assiduidade, para fins de aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos profissionais, curso instituído periodicamente

pela Academia Nacional de Polícia, em que seja compulsoriamente matriculado.

Art. 42. Por desobediência ou falta de cumprimento dos deveres o funcionário policial será punido com a pena de repreensão, agravada em caso de reincidência.

Art. 43. São transgressões disciplinares:

I — referir-se de modo depreciativo às autoridades e atos da administração pública, qualquer que seja o meio empregado para esse fim;

II — divulgar, através da imprensa escrita, falada ou televisionada, fatos ocorridos na repartição, propiciar-lhes a divulgação, bem como referir-se desrespeitosa e depreciativamente às autoridades e atos da administração;

III — promover manifestação contra atos da administração ou movimentos de aprego ou desaprego a quaisquer autoridades;

IV — indispor funcionários contra os seus superiores hierárquicos ou provocar, velada ou ostensivamente, animosidade entre os funcionários;

V — deixar de pagar, com regularidade, as pensões a que esteja obrigado em virtude de decisão judicial;

VI — deixar, habitualmente, de saldar dívidas legítimas;

VII — manter relações de amizade ou exibir-se em público com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais, sem razão de serviço;

VIII — praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a função policial;

IX — receber propinas, comissões, presentes ou auferir vantagens e proveitos pessoais de qualquer espécie e, sob qualquer pretexto, em razão das atribuições que exerce;

X — retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XI — cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou aos seus subordinados;

XII — valer-se do cargo com o fim, ostensivo ou velado, de obter proveito de natureza político-partidária, para si ou terceiros;

XIII — participar da gerência ou administração de empresa, qualquer que seja a sua natureza;

XIV — exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, salvo como acionista, cotista ou comanditário;

XV — praticar a usura em qualquer de suas formas;

XVI — pleitear, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de percepção de vencimentos, vantagens e proventos de parentes até segundo grau civil.

XVII — faltar à verdade no exercício de suas funções, por malícia ou má-fé;

XVIII — utilizar-se do anonimato para qualquer fim;

XIX — deixar de comunicar, imediatamente, a autoridade competente, faltas ou irregularidades que haja presenciado ou de que haja tido ciência;

XX — deixar de cumprir ou de fazer cumprir, na esfera de suas atribuições, as leis e os regulamentos;

XXI — deixar de comunicar a autoridade competente, ou a quem a esteja substituindo, informação que tiver sobre iminente perturbação da ordem pública, ou da boa marcha de serviço, tão logo disso tenha conhecimento;

XXII — deixar de informar com presteza os processos que lhe forem encaminhados;

XXIII — dificultar ou deixar de levar ao conhecimento de autoridades competentes, por via hierárquica e em 24 (vinte e quatro) horas, parte, queixa, representação, petição, recurso ou documento que houver recebido, se não estiver na sua alçada resolvê-lo;

XXIV — negligenciar ou descumprir a execução de qualquer ordem legítima;

XXV — apresentar maliciosamente, parte, queixa ou representação;

XXVI — aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem de autoridade competente, ou para que seja retardada a sua execução;

XXVII — simular doença para esquivar-se ao cumprimento de obrigação;

XXVIII — provocar a paralisação, total ou parcial, do serviço policial, ou dela participar;

XXIX — trabalhar mal, intencionalmente ou por negligência;

XXX — faltar ou chegar atrasado ao serviço, ou deixar de participar, com antecedência, à autoridade a que estiver subordinado, a impossibilidade de comparecer à repartição, salvo motivo justo;

XXXI — permutar o serviço sem expressa permissão da autoridade competente;

XXXII — abandonar o serviço para o qual tenha sido designado;

XXXIII — não se apresentar, sem motivo justo, ao fim de licença, para o trato de interesses particulares, férias ou dispensa de serviço, ou, ainda, depois de saber que qualquer delas foi interrompida por ordem superior;

XXXIV — atribuir-se a qualidade de representante de qualquer repartição do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal, ou de seus dirigentes, sem estar expressamente autorizado;

XXXV — contrair dívida ou assumir compromisso superior às suas possibilidades financeiras, comprometendo o bom nome da repartição;

XXXVI — frequentar, sem razão de serviço, lugares incompatíveis com o decore da função policial;

XXXVII — fazer uso indevido da arma que lhe haja sido confiada para o serviço;

XXXVIII — maltratar preso sob sua guarda ou usar de violência desnecessária no exercício da função policial;

XXXIX — permitir que presos conservem em seu poder instrumentos com que possam causar danos nas dependências a que estejam recolhidos, ou produzir lesões em terceiros;

XL — omitir-se no zelo da integridade física ou moral dos presos sob a sua guarda;

XLI — desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de decisão ou ordem judicial, bem como criticá-las;

XLII — dirigir-se ou referir-se a superior hierárquico de modo desrespeitoso;

XLIII — publicar, sem ordem expressa da autoridade competente, documentos oficiais, embora não reservados, ou ensinar a divulgação do seu conteúdo, no todo ou em parte;

XLIV — dar-se ao vício da embriaguez;

XLV — acumular cargos públicos, ressalvadas as exceções previstas na Constituição;

XLVI — deixar, sem justa causa, de submeter-se a inspeção médica determinada por lei ou pela autoridade competente;

XLVII — deixar de concluir, nos prazos legais, sem motivo justo, inquéritos policiais ou disciplinares, ou, quanto a estes últimos, como membro da respectiva comissão, negligenciar no cumprimento das obrigações que lhe são inerentes;

XLVIII — prevalecer-se, abusivamente, da condição de funcionário policial;

XLIX — negligenciar a guarda de objetos pertencentes à repartição e que, em decorrência da função ou para o seu exercício, lhe tenham sido confiados, possibilitando que se danifiquem ou extraviem;

L — dar causa, intencionalmente, ao extravio ou danificação de objetos pertencentes à repartição e que, para os fins mencionados no item anterior, estejam confiados à sua guarda;

LI — entregar-se à prática de vícios ou atos atentatórios aos bons costumes;

LII — indicar ou insinuar nome de advogado para assistir pessoa que se encontre respondendo a processo ou inquérito policial;

LIII — exercer, a qualquer título, atividade pública ou privada, profissional ou liberal, estranha à de seu cargo;

LIV — lançar em livros oficiais de registro anotações, queixas, reivindicações ou quaisquer outras matérias estranhas à finalidade dêles;

LV — adquirir, para revenda, de associações de classe ou entidades beneficentes em geral, gêneros ou quaisquer mercadorias.

LVI — impedir ou tornar impraticável, por qualquer meio, na fase do inquérito policial e durante o interrogatório do indiciado, mesmo ocorrendo incomunicabilidade, a presença de seu advogado;

LVII — ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais, ou com abuso de poder;

LVIII — submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou constrangimento não autorizado em lei;

LIX — deixar de comunicar imediatamente ao Juiz competente a prisão em flagrante de qualquer pessoa;

LX — levar à prisão e nela conservar quem quer que se proponha a prestar fiança permitida em lei;

LXI — cobrar carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa que não tenha apoio em lei;

LXII — praticar ato lesivo da honra ou do patrimônio da pessoa, natural ou jurídica, com abuso ou desvio de poder, ou sem competência legal;

LXIII — atentar, com abuso de autoridade ou prevalecendo-se dela, contra a inviolabilidade de domicílio.

CAPÍTULO VIII

Das Penas Disciplinares

Art. 44. São penas disciplinares:

I — repreensão;

II — suspensão;

III — multa;

IV — detenção disciplinar;

V — destituição de função;

VI — demissão;

VII — cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 45. Na aplicação das penas disciplinares serão considerados:

I — a natureza da transgressão, sua gravidade e as circunstâncias em que foi praticada;

II — os danos dela decorrentes para o serviço público;

III — a repercussão do fato;

IV — os antecedentes do funcionário;

V — a reincidência.

Parágrafo único. E' causa agravante da falta disciplinar o haver sido praticada em concurso com dois ou mais funcionários.

Art. 46. A pena de repreensão será sempre aplicada por escrito nos casos em que, a critério da Administração, a transgressão seja considerada de natureza leve, e deverá constar do assentamento individual do funcionário.

Parágrafo único. Serão punidas com a pena de repreensão as transgressões disciplinares previstas nos itens V, XVII, XIX, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XLIX e LIV do artigo 43 desta Lei.

Art. 47. A pena de suspensão, que não excederá de noventa dias, será aplicada em caso de falta grave ou reincidência.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, são de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos itens I, II, III, VI, VII, VIII, X, XVIII, XX, XXI, XXVI, XXVII, XXIX, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVII, XXXIX, XLI, XLII, XLVI, XLVII, LVI, LVII, LIX, LX e LXIII do art. 43 desta Lei.

Art. 48. A pena de demissão, além dos casos previstos na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, será também aplicada quando se caracterizar:

I — crimes contra os costumes e contra o patrimônio, que, por sua natureza e configuração, sejam considerados como infamantes, de modo a incompatibilizar o servidor para o exercício da função policial.

II — transgressão dos itens IV, IX, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XXVIII, XXXVI, XXXVIII, XL, XLIII, XLIV, XLV, XLVIII, L, LI, LII, LIII, LV, LVIII, LXI e LXII do art. 43 desta Lei.

§ 1º Poderá ser, ainda, aplicada a pena de demissão, ocorrendo contumácia na prática de transgressões disciplinares.

§ 2º. A aplicação de penalidades pelas transgressões disciplinares constantes desta Lei não exime o funcionário da obrigação de indenizar a União pelos prejuízos causados.

Art. 49. Tendo em vista a natureza da transgressão e o interesse do Serviço Público, a pena de suspensão até 30 (trinta) dias poderá ser convertida em detenção disciplinar até 20 (vinte) dias, mediante ordem por escrito do Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública ou dos Delegados Regionais, nas respectivas jurisdições, ou do Secretário de Segurança Pública, na Polícia do Distrito Federal.

Parágrafo único. A detenção disciplinar, que não acarreta a perda dos vencimentos, será cumprida:

I — na residência do funcionário, quando não exceder de 48 (quarenta e oito) horas;

II — em sala especial, na sede do Departamento Federal de Segurança Pública ou na Polícia do Distrito Federal, quando se tratar de ocupante de cargo em comissão ou função gratificada ou funcionário ocupante de cargo para cujo ingresso ou desempenho seja exigido diploma de nível universitário;

III — em sala especial na Delegacia Regional, quando se tratar de funcionário nela lotado;

IV — em sala especial da repartição, nos demais casos.

CAPÍTULO IX

Da Competência Para Imposição de Penalidades

Art. 50. Para imposição de pena disciplinar são competentes:

I — o Presidente da República, nos casos de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de funcionário policial do Departamento Federal de Segurança Pública;

II — o Prefeito do Distrito Federal, nos casos previstos no item anterior quando se tratar de funcionário policial da Polícia do Distrito Federal;

III — o Ministro da Justiça e Negócios Interiores ou o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, respectivamente, nos casos de suspensão até noventa dias;

IV — o Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, no caso de suspensão até sessenta dias;

V — os diretores dos órgãos centrais do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal, os Delegados Regionais e os titulares das Zonas Policiais, no caso de suspensão até trinta dias;

VI — os diretores de Divisões e Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal, no caso de suspensão até dez dias;

VII — a autoridade competente para a designação, no caso de destituição de função;

VIII — as autoridades referidas nos itens III a VII, no caso de repreensão.

CAPÍTULO X

Da Suspensão Preventiva

Art. 51. A suspensão preventiva, que não excederá de noventa dias, será ordenada pelo Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública ou pelo Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, conforme o caso, desde que o afastamento do funcionário policial seja necessário, para que este não venha a influir na apuração da transgressão disciplinar.

Parágrafo único. Nas faltas em que a pena aplicável seja a de demissão, o funcionário poderá ser afastado do exercício de seu cargo, em qualquer fase do processo disciplinar, até decisão final.

CAPÍTULO XI

Do Processo Disciplinar

Art. 52. A autoridade que tiver ciência de qualquer irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares é obrigada a providenciar a imediata apuração em processo disciplinar, no qual será assegurada ampla defesa.

Art. 53. Ressalvada a iniciativa das autoridades que lhe são hierarquicamente superiores, compete ao Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, ao Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e aos Delegados Regionais nos Estados, a instauração do processo disciplinar.

§ 1º. Promoverá o processo disciplinar uma Comissão Permanente de Disciplina, composta de três membros de preferência bacharéis em Direito, designada pelo Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública ou pelo Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, conforme o caso.

§ 2º. Haverá até três Comissões Permanentes de Disciplina na sede do Departamento Federal de Segurança Pública e na da Polícia do Distrito Federal e uma em cada Delegacia Regional.

§ 3º. Caberá ao Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública a designação dos membros das Comissões Permanentes de Disci-

plina na sede da repartição e nas Delegacias Regionais mediante indicação dos respectivos Delegados Regionais.

§ 4º. Ao Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal compete designar as Comissões Permanentes de Disciplina da Polícia do Distrito Federal.

Art. 54. A autoridade competente para determinar a instauração de processo disciplinar:

I — remeterá, em três vias, com o respectivo ato, à Comissão Permanente de Disciplina de que trata o § 1º do artigo anterior, os elementos que fundamentaram a decisão;

II — providenciara a instauração do inquérito policial quando o fato possa ser configurado como ilícito penal.

Art. 55. Enquanto integrarem as Comissões Permanentes de Disciplina, seus membros ficarão à disposição do respectivo Conselho de Polícia e dispensados do exercício das atribuições e responsabilidades de seus cargos.

§ 1º Os membros das Comissões Permanentes de Disciplina terão o mandato de seis meses, prorrogável pelo tempo necessário à ulitimação dos processos disciplinares que se encontrem em fase de indicição, cabendo o estudo dos demais aos novos membros que foram designados.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não constitui impedimento para a recondução de membro de Comissão Permanente de Disciplina.

Art. 56. A publicação da portaria de instauração do processo disciplinar em Boletim de Serviço, quando indicar o funcionário que praticou a transgressão sujeita a apuração, importará na sua notificação para acompanhar o processo em todos os seus trâmites, por si ou por defensor constituído, se assim o entender.

Art. 57. Na hipótese de autuação em flagrante do funcionário policial como incurso em qualquer dos crimes referidos no artigo 48 e seu item I, a autoridade que presidir o ato encaminhará, dentro de vinte e quatro horas, à autoridade competente para determinar a instauração do processo disciplinar, traslado das peças comprovadoras da materialidade do fato e sua autoria.

Parágrafo único. Recebidas as peças de que trata este artigo, a autoridade procederá na forma prevista no artigo 54, item I, desta Lei.

CAPÍTULO XII

Dos Conselhos de Polícia

Art. 58. Os Conselhos de Polícia, levando em conta a repercussão do fato, ou suas circunstâncias, poderão, por convocação de seu Presidente, apreciar as transgressões disciplinares passíveis de punição com as penas de repreensão, suspensão até trinta dias e detenção disciplinar até vinte dias.

Parágrafo único. No ato de convocação, o Presidente do Conselho designará um de seus membros para relator da matéria.

Art. 59. O funcionário policial será convocado, através do Boletim de Serviço, a comparecer perante o Conselho para, em dia e hora previamente designados e após a leitura do relatório, apresentar razões de defesa.

Art. 60. Após ouvir as razões do funcionário, o Conselho, pela maioria ou totalidade de seus membros, concluirá pela procedência ou não da transgressão, deliberará sobre a penalidade a ser aplicada e, finalmente, o Presidente proferirá a decisão final.

Parágrafo único. Votará em primeiro lugar o relator do processo e por último o Presidente do órgão, assegurado a este o direito de veto às deliberações do Conselho.

CAPÍTULO XIII

Das Disposições Gerais

Art. 61. O dia 21 de abril será consagrado ao Funcionário Policial Civil.

Art. 62. Aos funcionários do Serviço de Polícia Federal e do Serviço Policial Metropolitano aplicam-se as disposições da legislação relativa ao funcionalismo civil da União no que não colidirem com as desta Lei.

Parágrafo único. Os funcionários dos quadros de pessoal do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal ocupantes de cargos não integrantes do Serviço de Polícia Federal e do Serviço Policial Metropolitano, con-

tinuarão subordinados integralmente ao regime jurídico instituído pela Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 63. O disposto nesta Lei aplica-se aos funcionários que, enquadrados no Serviço Policial de que trata a Lei nº 3.780, de 10 de julho de 1960 e transferidos para a Administração do Estado da Guanabara, retornaram ao Serviço Público Federal.

Art. 64. Os funcionários do Quadro de Pessoal do Departamento Federal de Segurança Pública ocupantes de cargos não incluídos no Serviço de Polícia Federal, quando removidos *ex officio*, farão jus ao auxílio previsto no art. 22, item II, nas mesmas bases e condições fixadas para o funcionário policial civil.

Art. 65. O disposto no Capítulo IV desta Lei é extensivo a todos os funcionários do Quadro de Pessoal do Departamento Federal de Segurança Pública e respectivas famílias.

Art. 66. É vedada a remoção *ex officio* do funcionário policial que esteja cursando a Academia Nacional de Polícia, desde que a sua movimentação impossibilite a frequência no curso em que esteja matriculado.

Art. 67. O funcionário policial poderá ser removido:

I — *Ex officio*;

II — A pedido;

III — Por conveniência da disciplina.

§ 1º Nas hipóteses previstas nos itens II e III deste artigo, o funcionário não fará jus a ajuda de custo.

§ 2º A remoção *ex officio* do funcionário policial, salvo imperiosa necessidade do serviço devidamente justificada, só poderá efetivar-se após dois anos, no mínimo, de exercício em cada localidade.

Art. 68. Não são considerados herança os vencimentos e vantagens devidos ao funcionário falecido, os quais serão pagos, independentemente de ordem judicial, à viúva ou, na sua falta, aos legítimos herdeiros daquele.

Art. 69. Será concedido transporte à família do funcionário policial falecido no desempenho de serviço fora da sede de sua repartição.

Parágrafo único. A família do funcionário falecido em serviço na sede de sua repartição terá direito, dentro de seis meses após o óbito, a transporte para a localidade do território nacional em que fixar residência.

CAPÍTULO XIV

Das Disposições Transitórias

Art. 70. A competência atribuída por esta Lei ao Prefeito do Distrito Federal e ao Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal será exercida, em relação à Polícia do Distrito Federal, respectivamente, pelo Presidente da República e pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal, até 31 de janeiro de 1966.

Art. 71. Ressalvado o disposto no art. 11 desta Lei, os funcionários do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal, que se encontrem à disposição de outros órgãos, deverão retornar ao exercício de seus cargos no prazo máximo de trinta dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 72. O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, contados da publicação desta Lei, baixará por decreto o Regulamento-Geral do Pessoal do Departamento Federal de Segurança Pública, consolidando as disposições desta Lei com as da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, e legislação posterior relativa a pessoal.

Art. 73. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 74. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juracy Magalhães

LEI Nº 4.879 — DE 3 DE DEZEMBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de ... Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros), destinado a obras de complementação de repartições do D.F.S.P., em Brasília.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de ... Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões

de cruzeiros), destinado às obras de complementação que lhe estão vinculadas, desde antes da autonomia administrativa do Departamento Federal de Segurança Pública, e relativas à Academia Nacional de Polícia, Restaurante do Setor Policial, Delegacia Circunscrição da cidade-satélite de Taguatinga, Instituto Nacional de Criminalística, Posto de Barreira, na Estrada Brasília-Belo Horizonte e 2 (dois) Postos de Assistência Policial na Asa Norte-Brasília.

Art. 2.º O crédito especial, de que trata o artigo anterior, será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional, com vigência de dois exercícios financeiros.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juracy Magalhães.
Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.880 — DE 3 DE DEZEMBRO
DE 1965

Isenta do imposto de importação equipamento para tratamento de água destinado à Companhia de Saneamento do Paraná.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida isenção do imposto de importação para equipamento constante do certificado de cobertura cambial n.º 9-65-232, importado pela Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR.

Art. 2.º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.881 — DE 3 DE DEZEMBRO
DE 1965

Dispensa a cobrança do imposto de selo em contrato de promessa de compra e venda firmado entre a Associação Brasileira para o Rearmamento Moral e os proprietários do "Sítio São Luiz" localizado em Petrópolis.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica dispensada a cobrança do imposto do selo devido no contrato de promessa de compra e venda firmado entre a Associação Brasileira para o Rearmamento Moral e os proprietários do "Sítio São Luiz" localizado no 2.º Distrito de Petrópolis, e destinado ao uso daquela entidade de cunho educacional, cultural, artístico e filantrópico.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e se aplicará a processos fiscais em curso.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.881-A — DE 6 DE DEZEMBRO
DE 1965

Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO ESTATUTO E SEUS OBJETIVOS

Capítulo Único

Art. 1.º Esta Lei institui o regime jurídico do pessoal docente de nível superior, vinculado à administração federal.

Art. 2º Para os efeitos d'este Estatuto, entendem-se como atividades de magistério superior aquelas que pertencentes ao sistema indissociável do ensino e pesquisa, se exercem nas universidades e estabelecimentos isolados em nível superior, para fins de transmissão e ampliação do saber.

Parágrafo único. Constituem, igualmente, atividades de magistério aquelas inerentes à administração escolar e universitária privativas de docentes de nível superior.

TÍTULO II

DO PESSOAL DOCENTE

Capítulo I

Do Corpo Docente

Art. 3º O corpo docente de cada unidade de ensino superior será constituído pelo pessoal que nela exerça atividades de magistério daquele grau.

Parágrafo único. Nas unidades, o pessoal docente será distribuído em subunidades didáticas ou de pesquisa, constituídas de cadeiras ou laboratórios de atividades afins, os quais passarão a caracterizar os respectivos cargos.

Art. 4º São atribuições dos membros do corpo docente as atividades de ensino superior, constantes dos planos de trabalho e programas da unidade em que estejam lotados.

§ 1º Atendendo às respectivas peculiaridades, os regimentos especificarão as atribuições do corpo docente, de acordo com a hierarquia dos cargos e funções.

§ 2º As universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior organizarão seu funcionamento didático pelo princípio da coordenação das atividades docentes e da colaboração dos titulares de disciplinas afins.

Art. 5º O pessoal docente de nível superior se classifica pelas seguintes categorias:

- I — ocupantes dos cargos das classes do magistério superior;
- II — professores contratados; e
- III — auxiliares de ensino.

Capítulo II

Da Classificação dos Cargos

Art. 6º Os cargos do magistério superior compreendem-se nas seguintes classes:

- I — Professor Catedrático;
- II — Professor Adjunto; e
- III — Professor Assistente.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 7º Constituem, igualmente, classes de magistério superior as seguintes:

- I — Pesquisador-Chefe;
- II — Pesquisador-Associado; e
- III — Pesquisador-Auxiliar.

§ 1º Aplica-se às classes instituídas neste artigo a seguinte linha de acesso: Pesquisador-Auxiliar, Pesquisador-Associado e Pesquisador-Chefe.

§ 2º As classes mencionadas neste artigo situam-se na mesma hierarquia em que se encontram os Professores Catedrático, Adjunto e Assistente, respectivamente, e gozam de idênticas vantagens pecuniárias.

Art. 8º Os cargos das classes do magistério superior integrarão, em cada universidade ou estabelecimento isolado, o Quadro Único do Pessoal, a ser aprovado mediante decreto executivo.

§ 1º VETADO.

§ 2º Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei, as universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, já constituídos em autarquia ou fundação, submeterão o seu Quadro Único de Pessoal, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, à aprovação, mediante decreto, do Presidente da República.

Art. 9º Nas universidades, o Conselho Universitário fixará a distribuição dos cargos de classes do magistério superior, integrantes do respectivo Quadro Único do Pessoal, pelas unidades que as compoñham.

Capítulo III

Do Provimeto

Art. 10. O pessoal docente de nível superior será nomeado ou admitido, segundo as respectivas categorias e de acordo com as normas constantes d'este capítulo.

Art. 11. Para a iniciação nas atividades de ensino superior, serão admitidos auxiliares de ensino, em caráter probatório, sujeitos à legislação trabalhista, atendidas as condições prescritas nos regimentos.

§ 1º A admissão de auxiliar de ensino somente poderá recair em graduado de curso de nível superior.

§ 2º A admissão dependerá da existência de recursos orçamentários próprios, e se fará de acordo com plano de trabalho aprovado pela congregação ou colegiado equivalente.

§ 3º A admissão será efetuada pelo prazo de 2 (dois) anos, que poderá ser renovado.

§ 4º A renovação da admissão de auxiliar de ensino, atendidos os requisitos de aproveitamento e adaptação às atividades do magistério superior, será feita mediante proposta dirigida à congregação ou colegiado equivalente.

Art. 12. A admissão de Professor Contratado poderá recair em especialista brasileiro ou estrangeiro, rege-se as respectivas relações de emprego pela legislação trabalhista.

Parágrafo único. O contrato, que não deverá exceder de 3 (três) anos, poderá destinar-se ao desempenho das atribuições inerentes a cargo vago de Professor Catedrático ou Titular, à cooperação com o ensino e a pesquisa, ou à realização de cursos especializados.

Art. 13. O cargo de Professor Assistente será provido mediante concurso público de provas e títulos, realizado nos termos da presente Lei.

§ 1º Ocorrida a vaga de Professor Assistente, abrir-se-á, no prazo de 30 (trinta) dias da sua ocorrência, inscrição ao concurso destinado ao seu provimento. O prazo de inscrição será de 3 (três) meses, devendo o concurso realizar-se dentro, no máximo, de um ano, contado do seu encerramento.

§ 2º As instruções fixarão os requisitos para a inscrição no concurso, atribuindo-se sempre, em igualdade de condições, ao auxiliar de ensino, ou ao mais antigo dentre estes, a preferência para nomeação.

§ 3º O concurso será julgado por uma comissão constituída por 3 (três) professores, catedráticos, titulares ou

auxuntos, escolhidos pela congregação ou colegiado equivalente.

§ 4º O parecer da comissão, indicando o candidato a ser provido na vaga, será submetido à aprovação da congregação ou colegiado equivalente.

Art. 14. Os cargos de Professor Adjunto serão providos, alternadamente, mediante concurso de títulos, dentre os ocupantes de cargo de Professor Assistente que sejam docentes-livres ou doutores em disciplina compreendida nas atividades da subunidade, e mediante concurso público de títulos e provas, atendidas as condições prescritas nos respectivos regimentos.

Art. 15. Ocorrida a vaga de Professor Adjunto, cujo provimento corresponder ao primeiro dos critérios enunciados no artigo anterior, será aberta inscrição no prazo de 30 (trinta) dias, procedendo-se ao julgamento do concurso, dentro dos 3 (três) meses seguintes, por uma comissão composta de 5 (cinco) professores catedráticos ou titulares, eleitos pela congregação ou órgão equivalente.

Art. 16. Ao concurso público de títulos e provas para o provimento do cargo de Professor Adjunto, somente poderão concorrer os professores assistentes, os portadores de títulos de docente-livre ou de doutor em disciplina compreendida nas atividades da subunidade em que se integrar o cargo, ou graduados de nível superior, de notório saber, a critério da congregação ou colegiado equivalente.

§ 1º A inscrição para o concurso previsto neste artigo será aberta dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data da vacância do cargo.

§ 2º Será de um ano e meio o prazo de inscrição no concurso, o qual deverá ser realizado no decurso de um ano, a contar do encerramento das inscrições.

§ 3º O julgamento do concurso caberá a uma comissão instituída pela congregação ou colegiado equivalente e composta de 5 (cinco) professores catedráticos ou titulares, da mesma ou de disciplina afim, sendo 2 (dois) do corpo docente da unidade e os demais estranhos a ela indicados pela subunidade interessada.

§ 4º No julgamento dos títulos e trabalhos, dar-se-á proeminência a qualidade dos trabalhos e sua corre-

lação com a disciplina em concurso, aos elementos comprobatórios da capacidade didáctica do candidato, as fases constitutivas de sua formação e às suas realizações de carácter profissional e educacional.

Art. 17. O parecer final da comissão julgadora do concurso, indicando o candidato a ser nomeado, será submetido à congregação ou colegiado equivalente, e só poderá ser rejeitado pela maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. Em caso de empate, será dada preferência ao candidato mais antigo no cargo de Professor Assistente.

Art. 18. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 19. O provimento de cargo de Professor Catedrático será feito mediante concurso público de títulos e provas, em que somente poderão inscrever-se os professores adjuntos, os docentes-livres, os professores titulares e os catedráticos da mesma ou de disciplina afim, pertencentes aos quadros de universidades ou estabelecimentos isolados, oficiais ou reconhecidos, e, bem assim, os graduados de nível superior, de notório saber, a critério da congregação ou colegiado equivalente.

Parágrafo único. Aplicam-se ao provimento do cargo de Professor Catedrático as disposições constantes dos parágrafos do art. 16, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 12.

Art. 20. Ultimado o concurso de que trata o artigo anterior, a comissão julgadora elaborará parecer conclusivo, que será submetido à congregação ou colegiado equivalente, indicando os candidatos habilitados e relacionando-os por ordem de classificação.

§ 1º Na hipótese de empate, a congregação ou colegiado equivalente desempatará a favor de um dos candidatos.

§ 2º A congregação ou colegiado equivalente só poderá rejeitar o parecer da comissão julgadora pelo voto de 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros.

§ 3º Da decisão da congregação ou colegiado equivalente caberá recurso de nulidade unicamente para o Conselho Federal de Educação, nos termos do art. 9º, letra i, da Lei nú-

mero 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 21. Os concursos para provimento dos cargos do magistério superior federal se regerão pelas normas constantes desta Lei, do estatuto da universidade e do regimento da unidade ou estabelecimento respectivo.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 22. Caberá, preferentemente aos docentes-livres, investidos nos cargos de professor-adjunto, a regência das disciplinas em que poderão ser divididas as cadeiras, de acordo com os Regimentos das respectivas unidades.

§ 1º A decisão sobre a subdivisão de cadeiras, bem como a escolha dos respectivos regentes, ficarão a cargo das Congregações ou Colegiados equivalentes.

§ 2º A homologação das decisões constantes do parágrafo anterior será feita pelo Conselho Universitário ou pelo Diretor do Ensino Superior, no caso de estabelecimento isolado.

Art. 23. O ingresso no cargo de Pesquisador-Auxiliar far-se-á por concurso público de títulos e provas e nos de Pesquisador-Associado e Pesquisador-Chefe, mediante acesso, através de concurso de títulos.

Art. 24. As nomeações relativas ao pessoal do Quadro referido no art. 3º e as admissões de contratados pela legislação trabalhista serão feitas por ato do Reitor, nas universidades, e dos Diretores, nos estabelecimentos isolados.

Art. 25. O Conselho Federal de Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação da presente Lei, conceituará os cursos de pós-graduação e fixará as respectivas características.

Parágrafo único. Os cursos a que se refere o presente artigo poderão ser supridos, para efeito do disposto nesta Lei, por cursos de características equivalentes realizados, no exterior, em instituições de reconhecida idoneidade.

Capítulo IV

Da Acumulação

Art. 26. É permitida a acumulação de 2 (dois) cargos de magistério superior ou a de um destes com um

cargo técnico ou científico, desde que haja correlação das matérias e compatibilidade de horários, ou com um cargo de juiz, nos termos, respectivamente, dos arts. 185 e 96, nº I, da Constituição Federal.

§ 1º A correlação de matérias, para efeito deste artigo, será julgada por comissões de professores de disciplinas afins, instituídas pelo Reitor da universidade ou Diretor de estabelecimento isolado.

§ 2º Os professores em regime de tempo integral não poderão acumular.

§ 3º Não será permitida a acumulação de dois cargos de magistério, ou de um de magistério com outro técnico ou científico, na mesma unidade universitária ou estabelecimento isolado.

Capítulo V

Da Transferência e Remoção

Art. 27. A transferência de ocupante de cargo de magistério superior poderá ser feita, entre unidades universitárias ou estabelecimentos isolados federais, para outro cargo da mesma classe.

Art. 28. A transferência dependerá de iniciativa ou aquiescência do interessado, da existência de vaga no quadro da instituição de destino e, nesta, de parecer favorável, aprovado por maioria absoluta, da respectiva congregação ou colegiado equivalente.

Parágrafo único. Tratando-se de transferência de professor catedrático, exigir-se-á o *quorum* de 2/3 (dois terços) para a aprovação do parecer e a homologação deste pelo Conselho Universitário da universidade de destino, ou pelo Diretor do Ensino Superior, no caso de estabelecimento isolado.

Art. 29. O ato da transferência de ocupante de cargo de magistério superior caberá, conjuntamente, às autoridades competentes, no caso, para nomear e demitir.

Art. 30. A transferência poderá, também, ser processada por permuta, mediante requerimento de ambos os interessados, observadas as disposições deste capítulo.

Art. 31. A remoção de ocupante de cargo de magistério superior se efetuará de uma para outra subuni-

dade da mesma universidade ou do mesmo estabelecimento de ensino, de acordo com aquilo que, a respeito, dispuser o respectivo estatuto ou regimento.

§ 1º Em qualquer dos casos, a remoção ficará condicionada a pronunciamento favorável da congregação ou colegiado equivalente, do respectivo estabelecimento de ensino.

§ 2º O ato de remoção é da competência do Reitor, nas universidades, e do Diretor, nos estabelecimentos isolados.

Art. 32. Será de 1 (um) ano de efetivo exercício no cargo de Professor Assistente ou de Professor Adjunto o interstício para a transferência ou remoção.

Art. 33. O ocupante de cargo de magistério superior, integrante do quadro de universidade ou estabelecimento isolado, poderá prestar colaboração temporária a outra universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior federal.

§ 1º O afastamento previsto neste artigo será autorizado por prazo certo, só excepcionalmente superior a 2 (dois) anos, passando o professor a desempenhar as atividades de seu cargo na universidade ou no estabelecimento isolado requisitante.

§ 2º A requisição será proposta pelo Reitor de universidade ou pelo Diretor do estabelecimento isolado interessado e sua efetivação dependerá da aquiescência do professor e da universidade ou do estabelecimento a cujo quadro o mesmo pertencer.

Art. 34. As disposições deste capítulo serão aplicáveis aos ocupantes do cargo de Pesquisador, observadas a classificação e a correspondência hierárquica estabelecidas no art. 7º desta Lei.

Capítulo VI

Do Afastamento e da Substituição

Art. 35. Além dos casos previstos em Lei, poderá ocorrer o afastamento do ocupante de cargo do magistério superior:

I — para aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras e para comparecer a congressos e reuniões relacionados à sua atividade docente;

II — para prestação de assistência técnica.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

Art. 36. Haverá substituição quando o ocupante de cargo do magistério superior estiver afastado legalmente do respectivo exercício.

§ 1º As substituições se farão de acordo com o disposto no estatuto das universidades e regimentos dos estabelecimentos de ensino, obedecida a hierarquia dos cargos.

§ 2º Quando a substituição perdurar por período superior a 30 (trinta) dias, o substituto perceberá a diferença existente entre o vencimento de seu cargo e o do cargo do substituído.

Capítulo VII

Do Regime de Trabalho

Art. 37. O pessoal docente do ensino superior, em regime normal, estará sujeito à prestação de 18 (dezoito) horas semanais de trabalho, nelas compreendido o desempenho de todas as atividades ligadas ao ensino.

Art. 38. A natureza da atividade e o período de trabalho do pessoal docente do ensino superior serão fixados, no início de cada exercício letivo, pelas respectivas subunidades de lotação.

Parágrafo único. As universidades e os estabelecimentos isolados farão a publicação oficial dos horários semanais de trabalho elaborados pelas subunidades, bem como das modificações que ocorrerem durante o exercício.

Art. 39. Considera-se regime de tempo integral o exercício da atividade funcional com dedicação exclusiva, em que o ocupante de cargo do magistério superior fica proibido de exercer, cumulativamente, qualquer outro cargo, embora de magistério, ou qualquer função ou atividade que tenha caráter de emprego.

§ 1º Não se compreendem na proibição deste artigo:

I — o exercício em órgãos de deliberação coletiva, desde que relacionado com o cargo;

II — as atividades culturais que, não tendo caráter de emprego, se des-

tinem à difusão e aplicação de idéias e conhecimentos, ou visem à prestação de assistência a órgãos ou serviços técnicos ou científicos;

III — o exercício, na sede da instituição, de atividades profissionais, relacionadas com o cargo de magistério, desde que se limitem aos casos e condições previstos nos estatutos e regimentos.

§ 2º A prestação dos serviços indicados no parágrafo anterior poderá ser remunerada.

Art. 40. Os estatutos e regimentos determinarão em que áreas será obrigatória a adoção de regime de tempo integral.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos das classes de Pesquisador exercerão a sua atividade em regime de tempo integral.

Art. 41. A adoção do regime de tempo integral, para um ou mais professores, em áreas nas quais não seja este obrigatório, dependerá de proposta da subunidade interessada, na qual se demonstre a existência de instalações, equipamentos e recursos para o aproveitamento intensivo das oportunidades de trabalho.

§ 1º Aprovada pela congregação ou colegiado equivalente, em votação secreta, a proposta será submetida ao Conselho Universitário da universidade, ou à Diretoria do Ensino Superior, quando se tratar de estabelecimento isolado, sendo o ato baixado, respectivamente, pelo Reitor ou pelo Diretor.

§ 2º A concessão do regime de tempo integral dependerá da existência de recursos próprios da instituição, não podendo ultrapassar de 100% (cem por cento) sobre o vencimento básico.

§ 3º O professor que, optando pelo regime de tempo integral, fôr obrigado a desacomular, terá como gratificação importância não inferior à do vencimento do cargo desacomulado.

§ 4º. Se estável no cargo de que se afastou, ser-lhe-á assegurado o direito à permanência no regime de tempo integral enquanto cumprir as disposições legais, estatutárias e regimentais que disciplinam o seu exercício.

§ 5º VETADO.

Capítulo VIII

Das Atividades de Direção

Art. 42. Os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos dentre os Professores Catedráticos cujos nomes figurarem na lista triplice organizada pelo respectivo Conselho Universitário, podendo ser reconduzidos até duas vezes.

Art. 43. Os Diretores dos estabelecimentos oficiais federais de ensino superior serão nomeados pelo Presidente da República, dentre os Professores Catedráticos eleitos em lista triplice pela Congregação ou colegiado equivalente respectivo, podendo ser reconduzidos até duas vezes.

Art. 44. VETADO.

Art. 45. Os cargos de Reitor e Diretor são compatíveis com o exercício do cargo de magistério.

Capítulo IX

Da Participação em Órgãos Colegiados

Art. 46. Todas as categorias de pessoal docente de nível superior da unidade terão representação, com direito a voto, na congregação ou colegiado equivalente.

§ 1º Os professores catedráticos e titulares são membros natos da congregação ou colegiado equivalente, com voto individual.

§ 2º Os estatutos das universidades e os regimentos das unidades disporão sobre a composição e o funcionamento da congregação, ou colegiado equivalente, que poderá dividir-se em câmaras, em função de objetivos especiais de deliberação.

Art. 47. Todo o pessoal docente, lotado em uma subunidade, participará de suas reuniões, na forma que for estabelecida no regimento da unidade respectiva.

Art. 48. Os estabelecimentos ou unidades de ensino deverão assegurar, em seus regimentos, a chefia de órgãos colegiados e a maioria de votos a professores catedráticos ou titulares.

Capítulo X

Das Férias

Art. 49. As férias do pessoal docente do ensino superior terão a duração mínima de 30 (trinta) dias, devendo ter lugar no período de férias escolares, fixado no calendário de forma a atender às necessidades didáticas e administrativas do estabelecimento.

Capítulo XI

Da Vitaliciedade e da Estabilidade

Art. 50. O Professor Catedrático tem direito à vitaliciedade, nos termos da Constituição Federal.

Art. 51. Será adquirida estabilidade após dois anos de exercício no cargo, consecutivos à nomeação em virtude de concurso.

Art. 52. O professor perderá o cargo:

I — quando vitalício, somente em virtude de sentença judiciária transitada em julgado;

II — quando estável, no caso do inciso anterior, no de se extinguir o cargo ou no de ser demitido mediante processo administrativo, em que se lhe tenha assegurado ampla defesa.

Parágrafo único. Extinguindo-se o cargo, o professor estável ficará em disponibilidade remunerada até o seu obrigatório aproveitamento em outro cargo de vencimentos compatíveis com o que ocupava.

Capítulo XII

Da Aposentadoria

Art. 53. O ocupante de cargo de magistério superior será aposentado:

I — compulsoriamente, ao completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

II — a pedido, quando contar 35 (trinta e cinco) anos de serviço público;

III — por invalidez.

§ 1º No caso de aposentadoria compulsória, a Congregação ou colegiado equivalente, atendendo ao mérito do professor, por 2/3 (dois terços) de seus membros, em votação secreta, poderá mantê-lo no exercício do car-

go até os 70 (setenta) anos de idade, ficando livre ao interessado aceitar ou não a prorrogação do exercício.

§ 2º O ocupante de cargo de magistério superior, quando invalidado em consequência de acidente no exercício de suas atribuições ou em virtude de doença profissional, bem como quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia ou cardiopatia grave, será aposentado com proventos integrais.

§ 3º O provento de aposentadoria em cargo de magistério superior será, também, integral, quando o funcionário contar 25 (vinte e cinco) anos de serviço público, dos quais, no mínimo, 15 (quinze) no exercício de magistério, e proporcional, se não possuir aqueles limites de tempo, a razão de 1/25 (um vinte e cinco avos) por ano de serviço.

§ 4º VETADO.

§ 5º O provento da inatividade será automaticamente reajustado, sempre que houver modificação no valor do vencimento do cargo efetivo correspondente.

Capítulo XIII

Das Vantagens

Art. 54. O ocupante de cargo de magistério superior fará jus, entre outras, às seguintes vantagens:

I — ajuda de custo, na forma regimental ou estatutária, para compensação de despesas de transporte e mudança, quando transferido para outra instituição de ensino, ou posto à disposição;

II — auxílio para publicação de trabalho ou produção de obras, considerados de valor por órgão colegiado da instituição, nos termos do respectivo regimento;

III — bolsas de estudo, destinadas a viagens de observação, ou cursos e estágios.

Capítulo XIV

Dos Deveres

Art. 55. É dever primordial do ocupante de cargo de magistério superior contribuir, no limite de suas possibilidades, para a ampliação e transmissão do saber, a formação in-

tegral da personalidade de seus alunos e para a autenticidade democrática da vida universitária.

§ 1º O professor que, sem motivo justificado, não cumprir 3/4 (três quartos) do programa ou plano a ser executado, ou deixar de comparecer a 25% (vinte e cinco por cento) das aulas, responderá a inquérito administrativo, para aplicação das penalidades previstas no estatuto ou regimento, assegurada ampla defesa.

§ 2º A reincidência na falta poderá importar na perda do cargo, sempre mediante inquérito ou ação judicial cabíveis.

§ 3º Responderá pelo crime previsto no art. 320 do Código Penal a autoridade superior que, por ação ou omissão, deixar de levar ao conhecimento da Congregação, ou colegiado equivalente, a infração prevista no § 1º deste artigo.

TÍTULO III

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 56. Os cargos de magistério superior e de pesquisa, bem como os de natureza técnica e administrativa, integrantes de quadros de pessoal da administração federal centralizada, lotados nas universidades ou nos estabelecimentos isolados de ensino superior, ficam automaticamente transferidos para o Quadro Único de Pessoal das respectivas instituições, previsto no art. 8º desta Lei.

Art. 57. No enquadramento dos atuais cargos de magistério superior, inclusive dos mencionados no artigo anterior, serão observadas as seguintes normas:

I — os de Professor Catedrático em outros de idêntica denominação;

II — os de Professor de Ensino Superior ou de Professor Adjunto, nos de Professor Adjunto;

III — os de Assistente de Ensino Superior, nos de Professor Assistente, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo, e

IV — Os de Instrutor de Ensino Superior nos de Professor Assistente, ressalvado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 1º Os ocupantes, na data desta Lei, de cargo de Assistente de Ensino Superior, que possuam título de docente-livre ou que tenham mais de 10 (dez) anos de exercício de ma-

gistério, pesquisa ou técnica, serão enquadrados nos cargos de Professor Adjunto.

§ 2º Os atuais professores, na regência, a qualquer título, de cadeira vaga, serão enquadrados no cargo de Professor Adjunto, se possuírem o título de docente-livre da disciplina em cujo exercício se encontram, ou se contarem mais de 5 (cinco) anos nesse exercício, na data desta Lei.

§ 3º A proibição constante do § 3º do art. 26 não se aplica às situações existentes na data da publicação desta Lei.

§ 4º Será enquadrado no cargo de Professor adjunto o ocupante de cargo de Instrutor de Ensino Superior que, na data desta Lei, possua título de docente-livre e tenha mais de 5 (cinco) anos de exercício de magistério.

§ 5º VETADO.

§ 6º Será enquadrado no cargo de Professor Assistente o professor que, na data desta Lei, estiver substituindo, regularmente, por mais de 10 (dez) anos, o respectivo catedrático, afastado por qualquer motivo.

Art. 58. Até que os estabelecimentos isolados de ensino superior, vinculados à administração federal, se constituam em autarquia ou fundações ou se incorporem a universidades, os atos de provimento e vacância de cargos continuarão a ser da competência do Presidente da República.

Art. 59. VETADO.

Art. 60. Os concursos de títulos e provas para os quais já existem candidatos inscritos na data da publicação desta Lei, continuarão a reger-se pela legislação anterior.

Parágrafo único. Os concursos a que se refere este artigo serão realizados de acordo com as instruções baixadas anteriormente à vigência desta Lei.

Art. 61. Os estatutos de universidades e os regimentos de suas unidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior deverão adaptar-se, dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Lei, aos preceitos nela estabelecidos.

Parágrafo único. Os estatutos e regimentos, cumprido o disposto neste artigo, serão submetidos à aprovação

do Conselho Federal de Educação, que adotará medidas destinadas a assegurar a conformidade com a lei.

Art. 62. Aos ocupantes de cargos de magistério superior e aos pesquisadores a eles assemelhados aplicam-se as disposições relativas ao funcionalismo federal, no que não colidirem com as da presente Lei.

Parágrafo único. O regime disciplinar será regulado pelas normas constantes dos estatutos e regimentos, ficando assegurada às congregações ou órgãos equivalentes a competência exclusiva para aplicação de sanções a professores.

Art. 63. A incompatibilidade para o exercício da advocacia, prevista no art. 84, inciso VI, da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, não se aplica aos ocupantes de cargos do magistério superior, cargos em comissão ou funções gratificadas, desde que ligados ao magistério.

Art. 64. O mandato eletivo de natureza legislativa não impede, salvo quando houver incompatibilidade de horário, o exercício do cargo de professor catedrático, cabendo à Casa a que pertencer o representante formalizar a medida autorizativa do exercício concomitante do mandato e do cargo de magistério.

Art. 65. Os preceitos desta Lei se aplicarão, exclusivamente, às universidades e aos estabelecimentos isolados de ensino superior vinculados ao Ministério da Educação e Cultura e ao Ministério da Agricultura.

Art. 66. As congregações que não dispuserem de *quorum* necessário para a realização de concurso poderão completá-lo com professores estrangeiros, nos termos do que, a respeito, estabelecerem os estatutos ou regimentos.

Art. 67. Ficam assegurados ao pessoal das universidades autárquicas ou estabelecimentos isolados transformados em fundação, enquanto não se vagarem os respectivos cargos, os mesmos direitos e vantagens que a lei federal conceder ao pessoal das demais universidades, integrantes do sistema federal de ensino.

Art. 68. VETADO.

Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior, que venham a ser criados, ou nos já existentes, a juízo, nestes, das respectivas congregações ou colegiados equivalentes, o concurso

para provimento de cargo de Professor Catedrático será realizado 5 (cinco) anos após a criação da cadeira respectiva.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede o provimento da nova cadeira mediante transferência, nos termos do disposto no Capítulo V desta Lei.

Art. 70. Os atuais "Professores de Ensino Superior", referidos na Lei nº 4.495, de 25 de novembro de 1964, terão assegurados os direitos e vantagens que lhes foram conferidos, podendo exercer funções de Reitor e Diretor dos estabelecimentos a que pertencerem, segundo a forma dos respectivos estatutos e regimentos.

Art. 71. Para o provimento dos cargos das classes de magistério do ensino superior, respeitado o disposto

nesta Lei, dar-se-á preferência, nos casos de concorrentes em absoluta igualdade de condições, e empate nas decisões dos órgãos colegiados, aos ex-combatentes que estejam amparados por disposições da lei federal.

Art. 72. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, mas as respectivas inovações, inclusive a nova classificação dos cargos de magistério, vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1966.

Art. 73. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de dezembro de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Ney Braga

Flavio Lacerda

LEI Nº 4.832 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 3.340.000.000, para reforço de dotações orçamentárias que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' aberto ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 3.340.000.000 (três bilhões, trezentos e quarenta milhões de cruzeiros) para reforço das dotações orçamentárias, do corrente exercício, abaixo especificadas:

3.1.01.02 — Subsídios e representações a ocupantes de cargos eletivos — 3.000.000.000

3.1.02.01 — Ajuda de custo — Cr\$ 120.000.000

4.3.3.1.2 — Contribuição da Câmara para o Instituto de Previdência dos Congressistas — Cr\$ 220.000.000

Art. 2º O crédito de que trata a presente Lei será distribuído ao Tesouro Nacional depois de registrado pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.883 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, ao equipamento importado pela Cervejaria Paraense S.A. — CERPASA — destinado à instalação de uma fábrica de cerveja em Belém, no Estado do Pará.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedida isenção dos impostos de importação, no de consumo, bem como das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, ao equipamento importado pela Cervejaria Paraense S.A. — CERPASA — destinado à instalação de uma fábrica de cerveja em Belém, no Estado do Pará.

Parágrafo único. O equipamento a que se refere este artigo, no valor de Cr\$ 678.338.000 (seiscentos e setenta e oito milhões, trezentos e trinta e oito mil cruzeiros), é o constante dos certificados de cobertura cambial DG 65-11766, DG 65-11909 e DG 65-12014 a DG 65-12035, todos expedidos pelo Banco do Brasil S.A., através das Carteiras de Importação e Exportação e de Comércio Exterior.

Art. 2º ... Vetado ...

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Oktávio Bulhões

LEI Nº 4.884 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Concede à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor o auxílio de Cr\$ 6.000.000.000 (seis bilhões de cruzeiros); autoriza a abertura do crédito especial para atender a essa finalidade, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor,

instituída pela Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, o auxílio de Cr\$ 6.000.000.000 (seis bilhões de cruzeiros), destinado a ocorrer às despesas de sua constituição, instalação e funcionamento.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000.000 (seis bilhões de cruzeiros), para atender a despesas de qualquer natureza com o auxílio a que se refere esta Lei, o qual será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído pelo Tesouro Nacional.

Parágrafo único. Após essas formalidades, o Ministério da Fazenda procederá à imediata entrega do auxílio em causa à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, por intermédio do Banco do Brasil S.A.

Art. 3º A partir da data da publicação do decreto de abertura do crédito especial a que se refere a presente Lei, ficam sem aplicação os saldos dos créditos atribuídos pela Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, às Unidades 4.17.14 — Serviço de Assistência a Menores, 4.17.15 — Escola Agrícola Artur Bernardes, 4.17.16 — Escola João Luiz Alves, 4.17-17 — Escola Venceslau Brás, 4.17.18 — Hospital Central (S.A.M.), e 4.17.19 — Instituto Profissional Quinze de Novembro, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, excluídos os créditos concernentes aos Elementos 3.1.1.1 — Pessoal Civil (parte fixa) e 3.2.5.0 — Salário-Família, dos mesmos órgãos, que continuarão a ser movimentados e aplicados, como presentemente, pela Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do referido Ministério, e ressaltados os quantitativos das demais dotações que se fizerem indispensáveis à plena liquidação e pagamento de compromissos ou encargos já assumidos ou recebidos pelas referidas repartições, diretamente ou por intermédio dos órgãos específicos do mesmo Ministério, bem como os quantitativos necessários à liquidação das despesas que forem apuradas na forma do art. 5º desta Lei.

Art. 4º Os encargos concernentes ao custeio do pagamento dos vencimentos e vantagens dos servidores públicos federais que, na data da publi-

cação desta Lei, estiverem lotados no Serviço de Assistência a Menores ou a sua disposição, continuarão a ser da plena responsabilidade dos Órgãos da Administração Pública a que pertecerem, ficando, porém, subordinados disciplinar e administrativamente à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, ressalvado o disposto no art. 19 e seu parágrafo único, da Lei número 4.513, de 1º de dezembro de 1964.

Art. 5º O Ministério da Justiça e Negócios Interiores constituirá Comissão, composta de representantes do seu Departamento de Administração, do antigo Serviço de Assistência a Menores e da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que será incumbida de proceder ao levantamento de todos os encargos ou débitos daquele Serviço, verificados no corrente exercício até a vigência desta Lei, que ainda se encontrarem pendentes, e, bem assim, de propor ao Departamento de Administração do referido Ministério a liquidação e pagamento dos mesmos.

Art. 6º O art. 18 e o parágrafo primeiro do artigo 23 da Lei número 4.513 de 1º de dezembro de 1964, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 18. O Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, por proposta da Diretoria, poderá requisitar servidores públicos federais, estaduais, municipais, e autárquicos, para exercerem cargos e funções na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, sob o regime de tempo integral e sem ônus para as entidades públicas a que pertecerem".

"Art. 23.

§ 1º Na primeira reunião após a instalação do Conselho, far-se-á, por sorteio, a designação dos conselheiros a que se refere o item III do art. 9º, para efeito de fixação de seus mandatos em 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) anos, de forma a assegurar anualmente a renovação do Conselho pelo terço".

Art. 7º. O art. 26 da Lei nº 4.513, de 1º do dezembro de 1964, é retificado com o teor seguinte:

"Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário, inclusive o Decreto-lei número 3.799, de 5 de novembro de 1941".

Art. 8º Fica revogado o parágrafo único do art. 17 da Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964.

Art. 9º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.885 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Senado Federal, o crédito suplementar de Cr\$ 2.415.240.000 (dois bilhões, quatrocentos e quinze milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), em reforço a dotações que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir o crédito suplementar de Cr\$ 2.415.240.000 (dois bilhões, quatrocentos e quinze milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), pelo Senado Federal, em reforço às seguintes dotações constantes da Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965:

	Milhares de cruzeiros
Despesas Correntes	
Despesas de Custeio	
Pessoal Civil, F	1.265.240
Serviços de Terceiros, V	60.000
Encargos Diversos, V ...	60.000
Despesas de Capital	
Investimentos	
Equipamentos e Instalações, V	950.000
Transferências de Capital	
Contribuições Diversas	80.000

Art. 2º O Senado Federal publicará no *Diário Oficial* o desdobramento das importâncias discriminadas no artigo anterior, obedecida a discriminação observada no desdobramento das dotações suplementares por esta Lei no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.886 — DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1965

Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Exerce a representação comercial autônoma a pessoa jurídica ou a pessoa física, sem relação de emprego, que desempenha, em caráter não eventual por conta de uma ou mais pessoas, a mediação para a realização de negócios mercantis, agenciando propostas ou pedidos, para transmiti-los aos representados, praticando ou não atos relacionados com a execução dos negócios.

Parágrafo único. Quando a representação comercial incluir poderes atinentes ao mandato mercantil, serão aplicáveis, quanto ao exercício d'este, os preceitos próprios da legislação comercial.

Art. 2º É obrigatório o registro dos que exerçam a representação comercial autônoma nos Conselhos Regionais criados pelo art. 6º desta Lei.

Parágrafo único. As pessoas que, na data da publicação da presente Lei, estiverem no exercício da atividade, deverão registrar-se nos Conselhos Regionais, no prazo de 90 dias a contar da data em que estes forem instalados.

Art. 3º O candidato a registro, como representante comercial, deverá apresentar:

- a) prova de identidade;
- b) prova de quitação com o serviço militar, quando a ele obrigado;
- c) prova de estar em dia com as exigências da legislação eleitoral;
- d) folha-corrida de antecedentes, expedida pelos cartórios criminais das comarcas em que o registrado houver sido domiciliado nos últimos dez (10) anos;
- e) quitação com o imposto sindical.

§ 1º O estrangeiro é desobrigado da apresentação dos documentos constantes das alíneas b e c d'este artigo.

§ 2º Nos casos de transferência ou de exercício simultâneo da profissão, em mais de uma região, serão feitas as devidas anotações na carteira profissional do interessado, pelos respectivos Conselhos Regionais.

§ 3º As pessoas jurídicas deverão fazer prova de sua existência legal.

Art. 4º Não pode ser representante comercial:

- a) o que não pode ser comerciante;
- b) o falido não reabilitado;
- c) o que tenha sido condenado por infração penal de natureza infamante, tais como falsidade, estelionato, apropriação indébita, contrabando, roubo, furto, lenocínio ou crimes também punidos com a perda de cargo público;
- d) o que estiver com seu registro comercial cancelado como penalidade.

Art. 5º Somente será devida remuneração, como mediador de negócios comerciais, a representante comercial devidamente registrado.

Art. 6º São criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais, aos quais incumbirá a fiscalização do exercício da profissão, na forma desta Lei.

Parágrafo único. É vedado, aos Conselhos Federal e Regionais dos Representantes Comerciais, desenvolverem quaisquer atividades não compreendidas em suas finalidades previstas nesta Lei, inclusive as de caráter político e partidárias.

Art. 7º O Conselho Federal instalar-se-á dentro de noventa (90) dias,

a/ contar da vigência da presente Lei, no Estado da Guanabara, onde funcionará provisoriamente, transferindo-se para a Capital da República, quando estiver em condições de fazê-lo, a juízo da maioria dos Conselhos Regionais.

§ 1º O Conselho Federal será presidido por um dos seus membros, na forma que dispuser o regimento interno do Conselho, cabendo-lhe, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

§ 2º A renda do Conselho Federal será constituída de vinte por cento (20%) da renda bruta dos Conselhos Regionais.

Art. 8º O Conselho Federal será composto de representantes comerciais de cada Estado, eleitos pelos Conselhos Regionais, dentre seus membros, cabendo a cada Conselho Regional a escolha de dois (2) delegados.

Art. 9º Compete ao Conselho Federal determinar o número dos Conselhos Regionais, o qual não poderá ser superior a um por Estado, Território Federal e Distrito Federal, e estabelecer-lhes as bases territoriais.

Art. 10. Compete, privativamente, ao Conselho Federal:

- a) elaborar o seu regimento interno;
- b) dirimir as dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais;
- c) aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais;
- d) julgar quaisquer recursos relativos às decisões dos Conselhos Regionais;
- e) baixar instruções para a fiel observância da presente Lei;
- f) elaborar o Código de Ética Profissional;
- g) resolver os casos omissos.

Parágrafo único. Das decisões do Conselho Federal caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de trinta dias, para o Ministro da Indústria e do Comércio.

Art. 11. Dentro de sessenta (60) dias, contados da vigência da presente Lei, serão instalados os Conselhos Regionais correspondentes aos Estados onde existirem órgãos sindicais de representação da classe dos repre-

sentantes comerciais, atualmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 12. Os Conselhos Regionais terão a seguinte composição:

a) dois terços (2/3) de seus membros serão constituídos pelo Presidente do mais antigo sindicato da classe do respectivo Estado e por diretores de sindicatos da classe, do mesmo Estado, eleitos estes em assembléia-geral;

b) um terço (1/3) formado de representantes comerciais no exercício efetivo da profissão, eleitos em assembléia-geral realizada no sindicato da classe.

§ 1º A secretaria do sindicato incumbido da realização das eleições organizará cédula única, por ordem alfabética dos candidatos, destinada à votação.

§ 2º Se os órgãos sindicais de representação da classe não tomarem as providências previstas quanto à instalação dos Conselhos Regionais, o Conselho Federal determinará, imediatamente, a sua constituição, mediante eleições em assembléia-geral, com a participação dos representantes comerciais no exercício efetivo da profissão no respectivo Estado.

§ 3º Havendo, num mesmo Estado, mais de um sindicato de representantes comerciais, as eleições a que se refere este artigo se processarão na sede do sindicato da classe situado na Capital e, na sua falta, na sede do mais antigo.

§ 4º O Conselho Regional será presidido por um dos seus membros, na forma que dispuser o seu regimento interno, cabendo-lhe, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

§ 5º Os Conselhos Regionais terão no máximo trinta (30) membros e, no mínimo, o número que fôr fixado pelo Conselho Federal.

Art. 13. Os mandatos dos membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais serão de três (3) anos.

§ 1º Todos os mandatos serão exercidos gratuitamente.

§ 2º A aceitação do cargo de Presidente, Secretário ou Tesoureiro importará na obrigação de residir na localidade em que estiver sediado o respectivo Conselho.

Art. 14. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais serão administrados por uma Diretoria que não poderá exceder a um terço (1/3) dos seus integrantes.

Art. 15. Os Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais completarão o prazo do seu mandato, caso sejam substituídos na presidência do sindicato.

Art. 16. Constituem renda dos Conselhos Regionais as contribuições e multas devidas pelos representantes comerciais, pessoas físicas ou jurídicas, nêles registrados.

Art. 17. Compete aos Conselhos Regionais:

a) elaborar o seu regimento interno, submetendo-o à apreciação do Conselho Federal;

b) decidir sobre os pedidos de registro de representantes comerciais, pessoas físicas ou jurídicas, na conformidade desta Lei;

c) manter o cadastro profissional;

d) expedir as carteiras profissionais e anotá-las, quando necessário;

e) impor as sanções disciplinares previstas nesta Lei, mediante a feitura de processo adequado, de acordo com o disposto no artigo 18;

f) fixar as contribuições e emolumentos que serão devidos pelos representantes comerciais, pessoas físicas ou jurídicas, registrados.

Parágrafo único. As contribuições e emolumentos, previstos na alínea "f" deste artigo, não poderão exceder, mensalmente, de cinco (5) e dez por cento (10%) do salário-mínimo vigente na região, quando se tratar, respectivamente, de representante comercial, pessoa física ou pessoa jurídica.

Art. 18. Compete aos Conselhos Regionais aplicar, ao representante comercial faltoso, as seguintes penas disciplinares:

a) advertência, sempre sem publicidade;

b) multa até a importância equivalente ao maior salário-mínimo vigente no País;

c) suspensão do exercício profissional, até um (1) ano;

d) cancelamento do registro, com apreensão da carteira profissional.

§ 1º No caso de reincidência ou de falta manifestamente grave, o re-

presentante comercial poderá ser suspenso do exercício de sua atividade ou ter cancelado o seu registro.

§ 2º As penas disciplinares serão aplicadas após processo regular, sem prejuízo, quando couber, da responsabilidade civil ou criminal.

§ 3º O acusado deverá ser citado, inicialmente, dando-se-lhe ciência do inteiro teor da denúncia ou queixa, sendo-lhe assegurado, sempre, o amplo direito de defesa, por si ou por procurador regularmente constituído.

§ 4º O processo disciplinar será presidido por um dos membros do Conselho Regional, ao qual incumbirá coligir as provas necessárias.

§ 5º Encerradas as provas de iniciativa da autoridade processante, ao acusado será dado requerer e produzir as suas próprias provas, após o que lhe será assegurado o direito de apresentar, por escrito, defesa final e o de sustentar, oralmente, suas razões, na sessão do julgamento.

§ 6º Da decisão dos Conselhos Regionais caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo, para o Conselho Federal.

Art. 19. Constituem faltas no exercício da profissão de representante comercial:

a) prejudicar, por dolo ou culpa, os interesses confiados aos seus cuidados;

b) auxiliar ou facilitar, por qualquer meio, o exercício da profissão aos que estiverem proibidos, impedidos ou não habilitados a exercê-la;

c) promover ou facilitar negócios ilícitos, bem como quaisquer transações que prejudiquem interesse da Fazenda Pública;

d) violar o sigilo profissional;

e) negar ao representado as competentes prestações de contas, recibos de quantias ou documentos que lhe tiverem sido entregues, para qualquer fim;

f) recusar a apresentação da carteira profissional, quando solicitada por quem de direito.

Art. 20. Observados os princípios desta Lei, o Conselho Federal dos Representantes Comerciais expedirá instruções relativas à aplicação das penalidades em geral e, em particular, aos casos em que couber imposições da pena de multa.

Art. 21. As repartições federais, estaduais e municipais, ao receberem tributos relativos à atividade do representante comercial, pessoa física ou jurídica, exigirão prova de seu registro no Conselho Regional da respectiva região.

Art. 22. Da propaganda deverá constar, obrigatoriamente, o número da carteira profissional.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas farão constar, também, da propaganda, além do número da carteira do representante comercial responsável, o seu próprio número de registro no Conselho Regional.

Art. 23. O exercício financeiro dos Conselhos Federal e Regionais coincidirá com o ano civil.

Art. 24. As Diretorias dos Conselhos Regionais prestarão contas da sua gestão ao próprio Conselho, até o último dia do mês de fevereiro de cada ano.

Art. 25. Os Conselhos Regionais prestarão contas até o último dia do mês de março de cada ano ao Conselho Federal.

Parágrafo único. A Diretoria do Conselho Federal prestará contas, no mesmo prazo, ao respectivo plenário.

Art. 26. Os sindicatos incumbidos do processamento das eleições, a que se refere o art. 12, deverão tomar, dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da publicação desta lei, as providências necessárias à instalação dos Conselhos Regionais dentro do prazo previsto no art. 11.

Art. 27. Do contrato de representação comercial, quando celebrado por escrito, além dos elementos comuns e outros, a juízo dos interessados, constarão, obrigatoriamente:

a) condições e requisitos gerais da representação;

b) indicação genérica ou específica dos produtos ou artigos objeto da representação;

c) prazo certo ou indeterminado da representação;

d) indicação da zona ou zonas em que será exercida a representação, bem como da permissibilidade ou não de a representada ali poder negociar diretamente;

e) garantia ou não, parcial ou total, ou por certo prazo, da exclusividade de zona ou setor de zona;

f) retribuição e época do pagamento, pelo exercício da representação, dependente da efetiva realização dos negócios, e recebimento, ou não, pelo representado, dos valores respectivos;

g) os casos em que se justifique a restrição de zona concedida com exclusividade;

h) obrigações e responsabilidades das partes contratantes;

i) exercício exclusivo ou não da representação a favor do representado;

j) indenização devida ao representante, pela rescisão do contrato fora dos casos previstos no art. 34, cujo montante não será inferior a um vinte avos (1/20) do total da retribuição auferida durante o tempo em que exerceu a representação, a contar da vigência desta lei.

Parágrafo único. Na falta do contrato escrito, ou sendo este omissivo, a indenização será igual a um quinze avos (1/15) do total da retribuição auferida no exercício da representação, a partir da vigência desta lei.

Art. 28. O representante comercial fica obrigado a fornecer ao representado, segundo as disposições do contrato ou, sendo este omissivo, quando lhe for solicitado, informações detalhadas sobre o andamento dos negócios a seu cargo, devendo dedicar-se à representação, de modo a expandir os negócios do representado e promover os seus produtos.

Art. 29. Salvo autorização expressa, não poderá o representante conceder abatimentos, descontos ou dilações, nem agir em desacordo com as instruções do representado.

Art. 30. Para que o representante possa exercer a representação em Juízo, em nome do representado, requer-se mandato expresso. Incumbir-lhe-á, porém, tomar conhecimento das reclamações atinentes aos negócios, transmitindo-as ao representado e sugerindo as providências acauteladoras do interesse deste.

Parágrafo único. O representante, quanto aos atos que praticar, responde segundo as normas do contrato e, sendo este omissivo, na conformidade do direito comum.

Art. 31. Prevendo o contrato de representação a exclusividade de zona ou zonas, fará jus o representante à comissão pelos negócios aí realizados, ainda que diretamente pelo representado ou por intermédio de terceiros.

Parágrafo único. A exclusividade de zona ou representações não se presume, na ausência de ajuste expresso.

Art. 32. O representante comercial adquire direito às comissões, logo que o comprador efetue o respectivo pagamento ou na medida que o faça, parceladamente.

Art. 33. Não sendo previstos, no contrato de representação, os prazos para recusa das propostas ou pedidos, que hajam sido entregues pelo representante, acompanhados dos requisitos exigíveis, ficará o representado obrigado a creditar-lhe a respectiva comissão, se não manifestar a recusa, por escrito, nos prazos de 15, 30, 60 ou 120 dias, conforme se trate de comprador domiciliado, respectivamente, na mesma praça, em outra do mesmo Estado, em outro Estado ou no estrangeiro.

§ 1º Nenhuma retribuição será dada ao representante comercial, se a falta de pagamento resultar de insolvência do comprador, bem como se o negócio vier a ser por ele desfeito ou fôr sustada a entrega de mercadorias devido à situação comercial do comprador, capaz de comprometer ou tornar duvidosa a liquidação.

§ 2º Salvo ajuste em contrário, as comissões devidas serão pagas mensalmente, expedindo o representado a conta respectiva, conforme cópias das faturas remetidas aos compradores, no respectivo período.

Art. 34. A denúncia, por qualquer das partes, sem causa justificada, do contrato de representação, ajustado por tempo indeterminado e que haja vigorado por mais de seis meses, obriga o denunciante, salvo outra garantia prevista no contrato, à concessão de pré-aviso, com antecedência mínima de trinta dias, ou ao pagamento de importância igual a um terço (1/3) das comissões auferidas pelo representante, nos três meses anteriores.

Art. 35. Constituem motivos justos para rescisão do contrato de representação comercial, pelo representado:

a) a desídia do representante no cumprimento das obrigações decorrentes do contrato;

b) a prática de atos que importem em descrédito comercial do representado;

c) a falta de cumprimento de quaisquer obrigações inerentes ao contrato de representação comercial;

d) a condenação definitiva por crime considerado infamante;

e) força maior.

Art. 36. Constituem motivos justos para rescisão do contrato de representação comercial, pelo representante:

a) redução de esfera de atividade do representante em desacordo com as cláusulas do contrato;

b) a quebra, direta ou indireta, da exclusividade, se prevista no contrato;

c) a fixação abusiva de preços em relação à zona do representante, com o exclusivo escopo de impossibilitar-lhe ação regular;

d) o não-pagamento de sua retribuição na época devida;

e) força maior.

Art. 37. Somente ocorrendo motivo justo para a rescisão do contrato, poderá o representado reter comissões devidas ao representante, com o fim de ressarcir-se de danos por este causados e, bem assim, nas hipóteses previstas no art. 35, a título de compensação.

Art. 38. Não serão prejudicados os direitos dos representantes comerciais quando, a título de cooperação, desempenhem, temporariamente, a pedido do representado, encargos ou atribuições diversos dos previstos no contrato de representação.

Art. 39. Para julgamento das controvérsias que surgirem entre representante e representado, é competente a Justiça Comum.

Art. 40. Dentro de cento e oitenta (180) dias da publicação da presente lei, serão formalizadas, entre representado e representantes, em documento escrito, as condições das representações comerciais vigentes.

Parágrafo único. A indenização devida pela rescisão dos contratos de representação comercial vigentes na data desta lei, fora dos casos previstos no art. 35, e quando as partes não tenham usado da faculdade prevista neste artigo, será calculada, sobre a retribuição percebida, pelo representante, nos últimos cinco anos anteriores à vigência desta lei.

Art. 41. Compete ao Ministério da Indústria e do Comércio fiscalizar a execução da presente lei.

§ 1º Em caso de inobservância das prescrições legais, caberá intervenção

nos Conselhos Federal e Regionais, por ato do Ministro da Indústria e do Comércio.

§ 2º A intervenção restringir-se-á a tornar efetivo o cumprimento da lei e cessará quando assegurada a sua execução.

Art. 42. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Walter Peracchi Barcellos
Octávio Bulhões

LEI Nº 4.887 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional às entidades que menciona, e da outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a entregar, a título de doação, às entidades abaixo mencionadas, Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, com vencimento a 20 (vinte) anos de prazo e juros de 6% (seis por cento) ao ano, cuja emissão foi autorizada pela Lei número 4.357, de 18 de julho de 1964, e pelo art. 8º da Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, nos seguintes valores:

Nome da Entidade	Valor das Obrigações Cr\$
Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor	200.000.000.000
Fundação Getúlio Vargas	40.000.000.000
Orquestra Sinfônica Brasileira	10.000.000.000

§ 1º As Obrigações a que se refere este artigo serão impenhoráveis, inalienáveis e intransferíveis, podendo, todavia, os juros respectivos serem da-

dos em garantia a estabelecimentos bancários, a fim de possibilitar às entidades o recebimento antecipado desses juros.

§ 2º No caso de extinção ou dissolução das entidades beneficiadas, as Obrigações mencionadas retornarão à propriedade do Tesouro Nacional, que providenciara o cancelamento das mesmas.

Art. 3º O Conselho Monetário Nacional aprovará e expedirá as instruções que se tornarem necessárias a perfeita execução desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

LEI Nº 4.888 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Proíbe o emprego da palavra couro em produtos industrializados, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido pôr à venda ou vender, sob o nome de *couro*, produtos que não sejam obtidos exclusivamente de pele animal.

Art. 2º Os produtos artificiais de imitação terão de ter sua natureza caracterizada para efeito de exposição e venda.

Art. 3º Fica também proibido o emprego da palavra *couro*, mesmo modificada com prefixos ou sufixos, para denominar produtos não enquadrados no art. 1º.

Art. 4º A infração da presente Lei constitui crime previsto no art. 196 e seus parágrafos do Código Penal.

Art. 5º VETADO

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

LEI Nº 4.829 — DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1965

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e função gratificada do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 3º do artigo 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º Os valores dos símbolos dos cargos e da função gratificada do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região passam a ser os constantes da tabela anexa.

§ 1º A importância da gratificação de função será igual à diferença entre o valor estabelecido para o símbolo respectivo e o vencimento do cargo efetivo ocupado pelo funcionário.

§ 2º Ao funcionário designado para o exercício de encargos de chefia, de assessoramento ou de secretariado, é facultado optar pelo critério estabelecido no parágrafo anterior ou pela percepção do vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido da gratificação fixa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo da função gratificada respectiva.

Art. 2º O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 3º Nenhum funcionário da Justiça do Trabalho perceberá vencimento ou qualquer vantagem superior nem inferior ao de outro funcionário da mesma Justiça cujo cargo tenha a mesma denominação, quando se tratar de isolado, ou, além da mesma denominação, for integrante da mesma classe, quando se tratar de cargo de carreira.

Art. 4º As vantagens financeiras decorrentes desta Lei são devidas a partir de 1º de junho de 1964.

Art. 5º Aplica-se esta Lei aos servidores inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Art. 6º Para atender às despesas decorrentes desta Lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Traba-

ho — Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região — o crédito de ... Cr\$ 51.480.072 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e oitenta mil e setenta e dois cruzeiros) em reforço de dotação constante da Lei número 4.295, de 18.12.63:

Anexo 5 — Poder Judiciário
05 — Justiça do Trabalho
02-07 — Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

Despesas ordinárias

Verba 1.0.00 — Custeio
Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil
Subconsignação 1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas.
Item 01 — Cr\$ 51.480.072.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

TABELA A QUE SE REFERE O
ART. 1º

Símbolo	Cr\$
PJ	417.000
PJ-0	410.000
PJ-2	387.000
PJ-3	367.000
PJ-4	333.000
PJ-5	317.000
PJ-6	300.000
PJ-7	275.000

FUNÇÃO GRATIFICADA

FG-1 300.000

Brasília, 9 de dezembro de 1965;
144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.890 — DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1965

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, e dá outras providências.

O Presidente da República
Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos tér-

mos do § 3º, do art. 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º Os valores dos símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, aprovado pela Lei número 409, de 15 de setembro de 1948, passam a ser os constantes das tabelas anexas.

Parágrafo único. Ao funcionário nomeado para o exercício do cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento do símbolo previsto na Tabela "B" desta Lei, ou pela percepção de vencimento e demais vantagens de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo do cargo em comissão respectivo.

Art. 2º A importância de gratificação de função será igual à diferença entre o valor estabelecido para o símbolo respectivo e o vencimento do cargo efetivo ocupado pelo funcionário.

Parágrafo único. Ao funcionário designado para o exercício de encargos de chefia, de assessoramento ou de secretariado, é facultado optar pelo critério estabelecido neste artigo ou pela percepção do vencimento e demais vantagens de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo da função gratificada respectiva.

Art. 3º O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 4º Aplica-se esta Lei aos servidores inativos do T.R.T. da 8ª Região, independente de prévia aposentila.

Art. 5º As vantagens financeiras decorrentes desta Lei são devidas a partir de 1º de junho de 1964.

Art. 6º Os cargos de carreira e os isolados de provimento efetivo do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região serão preenchidos mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 7º Aplica-se aos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional

do Trabalho da 8ª Região o disposto no art. 15 e seus parágrafos, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 8º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, no exercício financeiro de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região — o crédito especial de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros), que será registrado no Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

TABELAS A QUE SE REFERE O ART. 1º

TABELA "A"

Símbolos	Cr\$
PJ	417.000
PJ-0	410.000
PJ-1	405.000
PJ-2	387.000
PJ-3	367.000
PJ-4	333.000
PJ-5	317.000
PJ-6	300.000
PJ-7	275.000
PJ-8	250.000
PJ-9	225.000
PJ-10	205.000
PJ-11	185.000
PJ-12	167.000

FUNÇÕES GRATIFICADAS

TABELA "B"

Símbolos	Cr\$
1-F	300.000
4-F	255.000
7-F	210.000

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.891 — DE 9. DE DEZEMBRO
DE 1965

Altera a redação do parágrafo único do art. 32 do Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, que reforma as disposições do Decreto Legislativo nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às Cooperativas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 32 do Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Nessas cooperativas, cada associado não poderá possuir cotas-partes do capital social em quantia superior a 60 (sessenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, qualquer que seja o valor do imóvel que pretenda adquirir.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ney Braga

LEI Nº 4.892 — DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1965

Concede isenção de direitos para a importação de equipamentos de segurança e higiene do trabalho sem similar nacional.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Pelo prazo de dez anos, contados a partir da publicação da presente Lei, é concedida isenção de direitos, adicionais, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto as de previdência social, à importação de equipamentos de segurança in-

dustrial e higiene do trabalho, que se destinem à preservação da vida e da saúde dos trabalhadores, em qualquer região do País.

§ 1º No que respeita às entidades importadoras, os favores desta Lei se aplicam às cooperativas, às sociedades de economia mista, às autarquias econômicas e às sociedades, empresas ou firmas comerciais ou industriais existentes no País.

§ 2º No que respeita aos equipamentos importados, os favores desta Lei somente se aplicam ao material estrangeiro sem similar nacional.

§ 3º O material importado não poderá ser objeto de comércio, devendo ser utilizado, exclusivamente, pelos empregados das entidades importadoras.

§ 4º A desobediência ao disposto no § 3º importará no imediato recolhimento dos favores concedidos, acrescidos da multa de 150% (cento e cinquenta por cento) do seu valor.

Art. 2º A concessão dos favores previstos nesta Lei dependerá de aprovação do material a ser importado, pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, através dos seus órgãos próprios em higiene e segurança do trabalho.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Walter Peracchi Barcellos

LEI Nº 4.893 — DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1965

Dá nova redação ao art. 91 do Código do Processo Penal (Decreto-lei número 3.693, de 3 de outubro de 1941)

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 91 do Código do Processo Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 91. Quando incerta e não se determinar de acordo com as

normas estabelecidas nos arts. 89 e 90, a competência se firmará pela prevenção."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

LEI Nº 4.894 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 57.482.525 (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte cinco cruzeiros) para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 57.482.525 (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte e cinco cruzeiros) destinado a atender aos encargos referentes ao pagamento de pessoal da extinta Comissão Federal de Abastecimento e Preços, nos meses de maio, junho e julho do exercício de 1961.

Art. 2º O crédito de que trata esta lei será registrado pelo Tribunal de Contas da União e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Walter Peracchi Barcellos

LEI Nº 4.895 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas, de qualquer espécie, decorrentes da posse do Presidente da República, realizada em 31 de janeiro de 1961.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta lei será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

A. B. L. Castello Branco
Octavio Bulhões

LEI Nº 4.896 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Dispõe sobre a fusão dos cargos de Assistente Jurídico e de Assessor de Direito Aeronáutico, do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passam a ter a denominação única de Assistente Jurídico, com os mesmos vencimentos, vantagens, prerrogativas e atribuições, os atuais cargos de Assistente Jurídico e Assessor de Direito Aeronáutico, do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2º Ficam suprimidos, automaticamente, na data desta Lei, 3 (três) cargos de Assistente Jurídico e 1 (um) de Assessor de Direito Aeronáutico, todos vagos.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.897 — DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1965

Declara Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, Patrono da Nação Brasileira.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é declarado patrono cívico da Nação Brasileira.

Art. 2º As Forças Armadas, os estabelecimentos de ensino, as repartições públicas e de economia mista, as sociedades anônimas em que o Poder Público for acionista e as empresas concessionárias de serviços públicos homenagearão, presentes os seus servidores na sede de seus serviços a excelsa memória desse patrono, nela

inaugurando, com festividades, no próximo dia 21 de abril, efeméride comemorativa de set. holocausto, a efígie do glorioso republicano.

Parágrafo único. As festividades de que trata este artigo serão programadas anualmente.

Art. 3º Esta manifestação do povo e do Governo da República em homenagem ao Patrono da Nação Brasileira visa evidenciar que a sentença condenatória de Joaquim José da Silva Xavier não é labéu que lhe infame a memória, pois é reconhecida e proclamada oficialmente pelos seus concidadãos, como o mais alto título de glorificação do nosso maior compatriota de todos os tempos.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Paulo Bosisio

Arthur da Costa e Silva

Octavio Bulhões

Newton Tornaghi

Ney Braga

Flavio Lacerda

Eduardo Gomes

Raymundo Britto

Walter Peracchi Barcellos

Mauro Thibau

Roberto de Oliveira Campos

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.898 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Regula o Direito de Representação e o Processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, contra as autoridades que, no exercício de suas funções, cometerem abusos, são regulados pela presente lei.

Art. 2º O direito de representação será exercido por meio de petição:

a) dirigida à autoridade superior que tiver competência legal para aplicar a autoridade civil ou militar culpada, a respectiva sanção;

b) dirigida ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade culpada.

Parágrafo único. A representação será feita em duas vias e conterá a exposição do fato constitutivo do abuso de autoridade, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado e o rol de testemunhas, no máximo de três, se as houver.

Art. 3º Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

- a) à liberdade de locomoção;
- b) à inviolabilidade do domicílio;
- c) ao sigilo da correspondência;
- d) à liberdade de consciência e de crença;
- e) ao livre exercício do culto religioso;
- f) à liberdade de associação;
- g) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto;
- h) ao direito de reunião;
- i) à incolumidade física do indivíduo.

Art. 4º Constitui também abuso de autoridade:

- a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;
- b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;
- c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;
- d) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada;
- e) levar a prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei;
- f) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie, quer quanto ao seu valor;
- g) recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa;
- h) o ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal.

Art. 5º Considera-se autoridade, para os efeitos desta lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitória e sem remuneração.

Art. 6º O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa civil e penal.

§ 1º A sanção administrativa será aplicada de acordo com a gravidade do abuso cometido e consistirá em:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens;
- d) destituição de função;
- e) demissão;
- f) demissão, a bem do serviço público.

§ 2º A sanção civil, caso não seja possível fixar o valor do dano, consistirá no pagamento de uma indenização de quinhentos a dez mil cruzeiros.

§ 3º A sanção penal será aplicada de acordo com as regras dos artigos 42 a 56 do Código Penal e consistirá em:

- a) multa de cem a cinco mil cruzeiros;
- b) detenção por dez dias a seis meses;
- c) perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos.

§ 4º As penas previstas no parágrafo anterior poderão ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

§ 5º Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.

Art. 7º Recebida a representação em que for solicitada a aplicação de sanção administrativa, a autoridade civil ou militar competente determinará a instauração de inquérito para apurar o fato.

§ 1º O inquérito administrativo obedecerá às normas estabelecidas nas leis municipais, estaduais ou federais, civis ou militares, que estabeleçam o respectivo processo.

§ 2º Não existindo no município, no Estado ou na legislação militar normas reguladoras do inquérito administrativo serão aplicadas supletivamente, as disposições dos arts. 219 a 225 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

§ 3º O processo administrativo não poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.

Art. 8º A sanção aplicada será anotada na ficha funcional da autoridade civil ou militar.

Art. 9º Simultaneamente com a representação dirigida à autoridade administrativa ou independentemente dela, poderá ser promovida, pela vítima do abuso, a responsabilidade civil ou penal ou ambas, da autoridade culpada.

Art. 10. VETADO

Art. 11. A ação civil serão aplicáveis as normas do Código de Processo Civil.

Art. 12. A ação penal será iniciada, independentemente de inquérito policial ou justificação, por denúncia do Ministério Público, instruída com a representação da vítima do abuso.

Art. 13. Apresentada ao Ministério Público a representação da vítima, aquiê, no prazo de quarenta e oito horas, denunciará o réu, desde que o fato narrado constitua abuso de autoridade, e requererá ao Juiz a sua citação, e, bem assim, a designação de audiência de instrução e julgamento.

§ 1º A denúncia do Ministério Público será apresentada em duas vias.

Art. 14. Se a ato ou fato constitutivo do abuso de autoridade houver deixado vestígios o ofendido ou o acusado poderá:

a) promover a comprovação da existência de tais vestígios, por meio de duas testemunhas qualificadas;

b) requerer ao Juiz, até setenta e duas horas antes da audiência de instrução e julgamento, a designação de um perito para fazer as verificações necessárias.

§ 1º O perito ou as testemunhas farão o seu relatório e prestarão seus depoimentos verbalmente, ou o apresentarão por escrito, querendo, na audiência de instrução e julgamento.

§ 2º No caso previsto na letra a deste artigo a representação poderá conter a indicação de mais duas testemunhas.

Art. 15. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia requerer o arquivamento da representação, o Juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa da representação ao Procurador-Geral e este oferecerá a denúncia, ou designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la ou insistirá no arquivamento, ao qual só então deverá o Juiz atender.

Art. 16. Se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo fixado nesta lei, será admitida ação privada. O órgão do Ministério Público poderá, porém, aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva e intervir em todos os termos do processo, interpor recursos e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

Art. 17. Recebidos os autos, o Juiz, dentro do prazo de quarenta e oito horas, proferirá despacho, recebendo ou rejeitando a denúncia.

§ 1.º No despacho em que receber a denúncia, o Juiz designará, desde logo, dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, que deverá ser realizada, improrrogavelmente, dentro de cinco dias.

§ 2.º A citação do réu para se ver processar, até julgamento final e para comparecer à audiência de instrução e julgamento, será feita por mandado sucinto que, será acompanhado da segunda via da representação e da denúncia.

Art. 18. As testemunhas de acusação e defesa poderão ser apresentadas em Juízo, independentemente de intimação.

Parágrafo único. Não serão deferidos pedidos de precatória para a audiência ou a intimação de testemunhas ou, salvo o caso previsto no artigo 14, letra "b", requerimentos para a realização de diligências, perícias ou exames, a não ser que o Juiz, em despacho motivado, considere indispensáveis tais providências.

Art. 19. A hora marcada, o Juiz mandará que o porteiro dos auditórios ou o oficial de justiça declare aberta a audiência, apregoando em seguida o réu, as testemunhas, o perito, o representante do Ministério Público ou o advogado que tenha subscrito a queixa e o advogado ou defensor do réu.

Parágrafo único. A audiência somente deixará de realizar-se se ausente o Juiz.

Art. 20. Se até meia hora depois da hora marcada o Juiz não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de termos de audiência.

Art. 21. A audiência de instrução e julgamento será pública, se contrariamente não dispuser o Juiz, e realizar-se-á em dia útil, entre dez (10) e dezoito (18) horas, na sede do Juízo ou, excepcionalmente, no local que o Juiz designar.

Art. 22. Aberta a audiência o Juiz fará a qualificação e o interrogatório do réu, se estiver presente.

Parágrafo único. Não comparecendo o réu nem seu advogado, o Juiz nomeará imediatamente defensor para funcionar na audiência e nos ulteriores termos do processo.

Art. 23. Depois de ouvidas as testemunhas e o perito, o Juiz dará a palavra sucessivamente, ao Ministério Público ou ao advogado que houver subscrito a queixa e ao advogado ou defensor do réu, pelo prazo de quinze minutos para cada um, prorrogável por mais dez (10), a critério do Juiz.

Art. 24. Encerrado o debate, o Juiz proferirá imediatamente a sentença.

Art. 25. Do ocorrido na audiência o escrivão lavrará no livro próprio, ditado pelo Juiz, termo que conterá, em resumo, os depoimentos e as alegações da acusação e da defesa, os requerimentos e, por extenso, os despachos e a sentença.

Art. 26. Subscreverão o termo o Juiz, o representante do Ministério Público ou o advogado que houver subscrito a queixa, o advogado ou defensor do réu e o escrivão.

Art. 27. Nas comarcas onde os meios de transporte forem difíceis e não permitirem a observância dos prazos fixados nesta lei, o juiz poderá aumentá-los, sempre motivadamente, até o dobro.

Art. 28. Nos casos omissos, serão aplicáveis as normas do Código de Processo Penal, sempre que compatíveis com o sistema de instrução e julgamento regulado por esta lei.

Parágrafo único. Das decisões, despachos e sentenças, caberão os recursos e apelações previstas no Código de Processo Penal.

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

LEI Nº 4.899. — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1965

Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício Financeiro de 1966.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1966, discriminado pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita em Cr\$ 111.266.598.000 (cento e onze bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e noventa e oito mil cruzeiros) e fixa a Despesa em Cr\$ 143.220.628.000 (cento e quarenta e três bilhões, duzentos e vinte milhões, seiscentos e vinte e oito mil cruzeiros), respeitado o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2º A Receita do Distrito Federal será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas, suprimimento de fundos e outras receitas ordinárias e extraordinárias, na forma da legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento:

Recettas Correntes

	Cr\$
Impostos	8.950.900.000
Taxas	1.095.300.000
Contribuições de Melhoria	100.000
Receita Patrimonial	61.000.000
Receita Industrial	20.100.000
Transferências Correntes	63.797.098.000
Receitas Diversas	1.480.000.000
Total das Receitas Correntes	75.403.598.000

Receita de Capital

	Cr\$
Transferência de Capital	35.863.000.000
Total da Receita de Capital	35.863.000.000
Total Geral da Receita	111.266.598.000

Art. 3º A Despesa do Distrito Federal será efetuada na forma dos quadros analíticos anexos e distribuída pelas unidades orçamentárias abaixo especificadas:

Unidades Administrativas

	Crs
Gabinete do Prefeito	904.410.000
Procuradoria Geral	1.192.753.000
Secretaria do Governo	1.014.117.000
Secretaria de Administração	8.138.679.000
Secretaria de Finanças	3.000.133.000
Secretaria de Agricultura e Produção	5.155.605.000
Secretaria de Educação e Cultura	10.788.832.000
Secretaria de Saúde	7.973.301.000
Secretaria de Serviço Sociais	4.735.537.000
Secretaria de Viação e Obras	89.272.474.000
Secretaria de Serviços Públicos	10.410.585.000
Conselho de Desenvolvimento Económico	47.537.000
Conselho de Arquitetura e Urbanismo	68.655.000
Conselho de Educação do Distrito Federal	67.780.000
Tribunal de Contas do Distrito Federal	450.229.000
Total Geral da Despesa	143.220.622.000

Art. 4º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a:

I — Realizar operações de crédito por antecipação da Receita até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Tributária;

II — Abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários, mediante decreto e de acordo com o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III — Firmar convênio com a União para administração e cobrança dos tributos previstos na presente Lei;

IV — Atender ao "deficit" de custeio e aos programas de capital das entidades a que se refere a Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, à conta das dotações atribuídas à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, nas verbas 3.2.00 — Transferências Correntes e 4.3.0.0 — Transferências de Capital — da Secretaria de Viação e Obras.

Art. 5º A Receita a que se refere a presente Lei será arrecadada de acordo com o disposto na Lei nº 4.191, de 24 de dezembro de 1962 — Código Tributário do Distrito Federal.

Art. 6º Para o financiamento do "deficit" Orçamentário, e para cumprimento do que dispõe o § 1º do Art. 7º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, é o Prefeito do Distrito Federal autorizado a contrair empréstimos sob a forma de Dívida Pública Interna, Flutuante ou Consolidada, bem como decretar a cobrança de rendas provenientes da aplicação do Art. 2º, item V, letra g e item VII, letra d da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1966, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

(*) Os anexos integrantes desta lei estão publicados em Suplemento à presente edição.

LEI Nº 4.900 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1965

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1966

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1966, discriminado pelos Anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em Cr\$ 4.678.907.180.000 (quatro trilhões, seiscentos e setenta e oito bilhões, novecentos e sete milhões, cento e oitenta mil cruzeiros) e fixa a Despesa em Cr\$ 4.719.085.180.000 (quatro trilhões, setecentos e dezenove bilhões, oitenta e cinco milhões e cento e oitenta mil cruzeiros).

Art. 2º Será a Receita realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações do Anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000
1. Receitas Correntes		
Receita Tributária	4.017.800.295	
Receita Patrimonial	36.064.915	
Receita Industrial	36.648.118	
Transferências Correntes	202	
Receitas Diversas	290.000.002	4.330.513 532
2. Receitas de Capital		
Receitas Diversas	470.963	
Letras do Tesouro (Artigo 11 desta Lei e art. 7º, § 1º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964)	250.000.000	
Emissão de outros títulos de responsabilidade do Tesouro (Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, Art. 49, § 2º)	47.922.680	298.393 643
TOTAL		4.678.907.180

Art. 3º Fica autorizada a cobrança do imposto único, criado pelo Decreto-lei nº 2.615, de 21 de setembro de 1940, modificado pelas Leis ns. 1.749, de 28 de novembro de 1952, 2.975, de 27 de novembro de 1956, e 4.452, de 5 de novembro de 1964, cujo produto será aplicado de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto único a que se refere este artigo continuará a processar-se de acordo com o estabelecido no art. 4º da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.

Art. 4º A Despesa será realizada na forma dos Quadros integrantes dos Anexos 2 a 4 e respectivos subanexos, conforme o seguinte desdobramento:

	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000
2. Poder Legislativo e Órgãos Auxiliares		
01 — Câmara dos Deputados	37.544.000	
02 — Senado Federal	18.769.811	
03 — Tribunal de Contas da União	5.356.616	
04 — Conselho Nacional de Economia ..	873.704	62.549.131

3. Poder Judiciário

01 — Supremo Tribunal Federal	2.675.403	
02 — Tribunal Federal de Recursos	2.969.770	
03 — Justiça Militar	4.140.876	
04 — Justiça Eleitoral	17.412.830	
05 — Justiça do Trabalho	18.985.620	
06 — Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.446.896	47.631.395

4. Poder Executivo

01 — Presidência da República	408.428.741	
02 — Departamento Administrativo do Serviço Público	5.700.000	
03 — Estado-Maior das Forças Armadas	5.333.204	
04 — Ministério da Aeronáutica	269.765.280	
05 — Ministério da Agricultura	177.338.002	
06 — Ministério da Educação e Cultura .	457.431.563	
07 — Ministério da Fazenda	793.380.987	
08 — Ministério da Guerra	500.194.790	
09 — Ministério da Indústria e do Comércio	10.135.895	
10 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores	110.147.369	
11 — Ministério da Marinha	224.699.673	
12 — Ministério das Minas e Energia ..	337.482.911	
13 — Ministério das Relações Exteriores	94.068.800	
14 — Ministério da Saúde	202.604.250	
15 — Ministério do Trabalho e Previdência Social	63.034.737	
16 — Ministério da Viação e Obras Públicas	939.158.452	4.608.904.654
TOTAL		4.719.085.180

Art. 5º O desdobramento das dotações inscritas nos quadros mencionados no artigo 4º obedecerá ao Esquema da Despesa que acompanha os Anexos 2 a 4, e sua aplicação far-se-á mediante orçamentos analíticos organizados para cada Subanexo no prazo de 10 dias a contar da publicação desta Lei.

§ 1º Os orçamentos analíticos, dos quais uma via se destinará ao Tribunal de Contas da União, serão publicados obrigatoriamente no *Diário Oficial* e poderão ser alterados até 29 de outubro.

§ 2º O Tribunal de Contas da União, à vista do documento de que trata o § 1º, se o julgar regular, registrará os créditos nos termos da legislação que rege a matéria.

Art. 6º As dotações incluídas na presente Lei como Despesas de Capital serão automaticamente registradas pelo Tribunal de Contas da União, à vista da publicação desta Lei, e distribuídas ao Tesouro Nacional para aplicação de acordo com a programação financeira que for aprovada por decreto do Poder Executivo.

Art. 7º O registro e a distribuição dos créditos inscritos no Orçamento Geral da União, relativos às entidades mencionadas no art. 107 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão processados pelo Tribunal de Contas da União independentemente da aprovação e publicação dos orça-

mentos a que se refere o mesmo artigo, aos quais, entretanto, ficarão sujeitos o controle e a aplicação dos recursos distribuídos.

Art. 8º Os Balanços Gerais da União apresentarão as despesas orçamentárias discriminadas segundo o esquema mencionado no artigo 5º.

Art. 9º A entrega de qualquer importância pelo Tesouro Nacional para a cobertura de déficit das autarquias ou empresas públicas e privadas subvencionadas ficará condicionada à comprovação por essas entidades de um esforço para correção do seu desequilíbrio financeiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará este artigo, fixando as normas para a comprovação referida e para a entrega das subvenções em conformidade com a sua Programação Financeira.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer um fundo de reserva de até 20% (vinte por cento) das dotações destinadas a despesas de caráter variável, cuja liberação somente se fará no segundo semestre do exercício, tendo em vista o comportamento da arrecadação da Receita.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 11. Fica o Tesouro Nacional autorizado a colocar letras e outros títulos de sua responsabilidade até o limite de Cr\$ 297.922.680.000 (duzentos e noventa e sete bilhões, novecentos e vinte e dois milhões seiscentos e oitenta mil cruzeiros) em cobertura do déficit resultante da diferença entre a Despesa orçada e a Receita estimada; nesse total inclui-se a venda de títulos ao Banco Central da República do Brasil, na importância de Cr\$ 47.922.680.000 (quarenta e sete bilhões, novecentos e vinte e dois milhões seiscentos e oitenta mil cruzeiros), nos termos do artigo 49, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 12. Os Órgãos centrais de administração geral, quando necessário, movimentarão as dotações destinadas a Despesas de Custeio, Obras Públicas, Equipamentos e Instalações e Material Permanente, que se acham discriminadas por unidade orçamentária.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares no decorrer do exercício de 1966, até o limite de 20% (vinte por cento) da Receita Tributária, dentro do que dispõem os artigos 7º e 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Paulo Bosisio

Arthur da Costa e Silva

A. B. L. Castello Branco

Octávio Gouveia de Bulhões

Newton Tornaghi

Ney Braga

Flávio de Lacerda

Eduardo Gomes

Raymundo de Britto

Peracchi Barcellos

Mauro Thibau

Roberto de Oliveira Campos

Oswaldo Cordeiro de Farias

Os anexos integrantes desta lei estão publicados em Suplemento à presente edição.

LEI Nº 4.901 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1965

Cria cargos de Professor de Ensino Superior e de Diretor no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São criados na Parte Suplementar do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, para a Faculdade de Direito de Sergipe, 23 (vinte e três) cargos de Professor de Ensino Superior (Código EC-502.22), a serem providos, em caráter efetivo, pelos professores fundadores da mencionada Faculdade.

Parágrafo único. Os cargos criados neste artigo serão automaticamente extintos à medida que se vagarem.

Art. 2º Fica igualmente criado o cargo, em comissão, símbolo S-C, de Diretor da mesma Faculdade, na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 3º Fica revogado o art. 3º da Lei nº 4.086, de 7 de julho de 1962.

Art. 4º Os efeitos desta lei entram em vigor a partir da data da publicação da Lei nº 4.086, de 7 de julho de 1962.

Brasília, 16 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flávio Lacerda

LEI Nº 4.902 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1965

Dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º A presente Lei define e regula a situação de inatividade dos

militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Parágrafo único. Inatividade, para os efeitos desta Lei, é o estado ou a situação do militar afastado temporária ou definitivamente do serviço das respectivas forças.

Art. 2º Passam os militares à situação de inatividade mediante:

- a) agregação;
- b) transferência para a reserva;
- c) reforma;
- d) desincorporação, licenciamento e expulsão;
- e) demissão a pedido.

Art. 3º A situação de inatividade ou a reversão ao serviço ativo será declarada:

- a) para os oficiais, por decreto;
- b) para as praças, nos casos previstos nas letras a, b e c do artigo anterior, mediante portaria; nos casos da letra d do mesmo artigo, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 4º Para fins desta Lei, o Aspirante-a-Oficial e o Guarda-Marinha ficam equiparados a 2º Tenente.

TÍTULO II

Da Situação de Inatividade

CAPÍTULO I

Da Agregação

Art. 5º Agregado é a situação do militar:

- a) afastado temporariamente do serviço ativo;
- b) em exercício de cargo militar não previsto nos quadros de efetivos de sua força;
- c) excedente em seu quadro por haver sido promovido indevidamente, ou por outro motivo.

Art. 6º O militar agregado fica sujeito às obrigações disciplinares concernentes às suas relações com outros militares e autoridades civis, salvo quando no exercício de cargo civil que lhe dê precedência funcional sobre outros militares mais graduados ou mais antigos.

Parágrafo único. O militar agregado por exceder ao respectivo quadro permanecerá no desempenho de suas funções normais.

Art. 7º A agregação será proposta pela Diretoria do Pessoal ou órgão equivalente a que o militar esteja subordinado, logo após a publicação do ato que der lugar a uma das situações estabelecidas no art. 5º.

Art. 8º Será agregado ao respectivo quadro o oficial que:

a) fôr julgado fisicamente incapaz, temporariamente, para o serviço militar, após um ano de moléstia continuada;

b) obtiver licença para tratamento de saúde em pessoa da família, por prazo superior a 6 (seis) meses.

c) obtiver licença para aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos ou realizar estudos, no país ou no estrangeiro, por conta própria;

d) obtiver licença para exercer atividade técnica de sua especialidade em organizações civis;

e) obtiver licença para tratar de interesse particular;

f) fôr condenado a pena restritiva de liberdade, maior de 6 (seis) meses e menor de 2 (dois) anos, em sentença passada em julgado, enquanto durar sua execução;

g) fôr declarado extraviado ou considerado desertor;

h) aceitar investidura de cargo civil de nomeação temporária;

i) permanecer por mais de 6 (seis) meses sujeito a processo no foro militar;

j) ficar exclusivamente à disposição da Justiça Civil para se ver processar;

l) fôr designado para desempenhar cargo ou comissão militar, estabelecido em lei ou decreto, no país ou no estrangeiro, porém não previsto nos Quadros de efetivos das Forças Armadas, exceção feita aos membros das comissões de estudo ou aquisição de material, observadores ou membros de comissões de estudos de operações de guerra e dos estagiários para aperfeiçoamento de conhecimentos militares nas Escolas ou Estabelecimentos militares ou industriais no estrangeiro.

§ 1º Ao Suboficial, Subtenente ou Sargento com estabilidade assegurada, aplicam-se as disposições deste artigo. As referidas praças, quando sem estabilidade assegurada, desde que reengajadas, aplicar-se-ão somente as letras a, b, f, g, i, j e l.

§ 2º Será agregado na forma da letra e deste artigo o militar que se candidatar a cargo eletivo (Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964), desde que conte 5 (cinco) ou mais anos de serviço.

Art. 9º A agregação a que se refere o artigo anterior será:

a) nos casos das letras c, d e e, pelo prazo mínimo de 3 (três) meses;

b) nos demais casos, enquanto perdurar o motivo que determinou a agregação.

Art. 10. O militar agregado ficará adido, para efeito de alterações e vencimentos, à Diretoria do Pessoal, órgão correspondente, ou à unidade administrativa que lhe fôr designada, continuando a figurar no respectivo Quadro, sem número, no lugar que até então ocupava, com a abreviatura "Ag" e anotações esclarecedoras de sua situação.

Art. 11. A reversão à atividade do militar agregado processar-se-á nas condições estabelecidas no Estatuto dos Militares.

CAPÍTULO II

Da Transferência para a Reserva

Art. 12. O militar passa para a Reserva:

- a) a pedido;
- b) "ex officio".

Art. 13. A transferência para a Reserva, a pedido, poderá ser concedida:

a) ao militar da ativa que contar, no mínimo, 30 (trinta) anos de efetivo serviço;

b) ao militar reformado por incapacidade física que fôr julgado apto em inspeção de saúde, desde que não haja atingido a idade-limite de permanência na Reserva;

c) ao oficial da ativa que, contando mais de 20 (vinte) anos de efetivo serviço, requerer a sua inclusão na cota compulsória fixada para seu posto nos termos desta Lei.

Parágrafo único. No caso de o militar haver realizado qualquer curso ou estágio de duração superior a 6 (seis) meses, por conta do Estado, no estrangeiro, e não haja decorrido 3 (três) anos de seu término, a transferência para a Reserva só será con-

cedida mediante indenização de todas as despesas correspondentes à realização do referido curso ou estágio, inclusive as diferenças de vencimentos.

Art. 14. Será transferido "ex officio" para a Reserva:

a) o militar que haja atingido a idade-limite para a permanência no serviço ativo;

b) o militar investido em função civil de provimento efetivo;

c) o militar que passar afastado da atividade militar, no desempenho de cargo público civil temporário, não eletivo, por prazo superior ao que estabelece a Constituição Federal;

d) o oficial que, de acordo com a correspondente lei de promoções, for considerado "não habilitado para o acesso" em caráter definitivo;

e) o oficial abrangido pela cota compulsória de que trata a presente Lei;

f) o Oficial-General que complete 4 (quatro) anos no último posto da hierarquia de paz da respectiva Força e haja atingido a idade-limite de permanência no serviço ativo do posto imediatamente abaixo;

g) o oficial que completar os seguintes tempos de serviço como Oficial-General;

1) nos Quadros ou Corpos que possuírem até o posto de General-de-Exército ou equivalente, 13 (treze) anos;

2) nos Quadros ou Corpos que possuírem até o posto de General-de-Divisão ou equivalente, 8 (oito) anos;

3) nos Quadros ou Corpos que possuírem apenas o posto de General-de-Brigada ou equivalente, 4 (quatro) anos.

h) o oficial que haja atingido a idade-limite de permanência no serviço ativo no posto imediatamente abaixo e complete 7 (sete) anos no último posto de oficial superior da hierarquia de paz de seu Corpo, Quadro ou Arma. Esse prazo será acrescido de 2 (dois) anos, se o oficial, ao completar os primeiros 7 (sete) anos, já satisfizer as condições de acesso de acordo com a Lei ou Regulamento de Promoções;

i) o militar contando 5 (cinco) ou mais anos de serviço ao ser diplomado em cargo eletivo ou contando menos de 5 (cinco) anos de serviço ao se candidatar a cargo eletivo (Eman-

da Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964;

j) o Suboficial ou Subtenente na forma a ser regulada pelo Poder Executivo, por proposta dos Ministros Militares, de acordo com a necessidade de renovação dos diferentes Quadros;

l) o Sargento com mais de 5 (cinco) anos de graduação, na forma a ser regulada pelo Poder Executivo, por proposta dos Ministros Militares, de acordo com a necessidade de renovação dos diferentes Quadros;

m) o militar que completar 2 (dois) anos de agregação em decorrência de licenças concedidas nos termos da letra b do art. 8º;

n) o militar que permanecer agregado por prazo superior a 2 (dois) anos, consecutivos, ou não, em decorrência de licenças concedidas nos termos das letras c, d e e, do art. 8º.

Art. 15. A idade-limite a que se refere a alínea a do artigo 14 é a seguinte:

I — no Exército, na Marinha, e na Aeronáutica, para os oficiais das Armas e Serviços não incluídos no inciso II:

POSTOS	IDADES	
	Exército,	Marinha e Aeronáutica
General-de-Exército, Almirante-de-Esquadra e Tenente-Brigadeiro	66 anos	
General-de-Divisão, Vice-Almirante e Major-Brigadeiro	64 anos	
General-de-Brigada, Contra-Almirante e Brigadeiro	62 anos	
Coronel e Capitão-de-Mar-e-Guerra	59 anos	
Tenente-Coronel e Capitão-de-Fragata	56 anos	
Major e Capitão-de-Corveta	52 anos	
Capitão e Capitão-Tenente	48 anos	
Primeiro-Tenente	44 anos	
Segundo-Tenente	40 anos	

II — na Aeronáutica, para os oficiais dos Quadros de Oficiais Especialistas, de Infantaria de Guarda e do Quadro de Oficiais do Quadro de Administração (QO Adm.); no Exército, para os Oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO) (em extinção), do Quadro de Oficiais de Administração (QOA) e do Quadro de Oficiais Especialistas (QOE); e na Marinha, para os Oficiais do Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha (QOAM), do Quadro de Oficiais Auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais (QOACFN), do Quadro de Músicos Fuzileiros Navais, do Quadro de Práticos da Armada e do Quadro de Práticos (em extinção):

POSTOS	IDADES
Tenente-Coronel (Ae) ...	60 anos
Major (Ae) e Capitão-de-Corveta	58 anos
Capitão (Ae), Capitão-Tenente e Capitão (Ex) ...	56 anos
Primeiro-Tenente (M. Ex. Ae)	54 anos
Segundo-Tenente (M. Ex. Ae)	52 anos

III — no Exército, na Marinha e na Aeronáutica, para as praças:

GRADUAÇÕES	IDADES
Subtenente ou Suboficial	52 anos
Primeiro-Sargento	50 anos
Segundo-Sargento	48 anos
Terceiro-Sargento	47 anos
Cabo e Taifeiro-Mor	45 anos
Taifeiro de 1ª e 2ª Classes	44 anos
Soldado e Marinheiro ...	43 anos

Art. 16. A cota compulsória a que se refere a letra e do art. 14 é destinada à renovação, ao equilíbrio e à regularidade de acesso nos diferentes

Corpos, Quadros ou Armas, assegurando, anualmente, um número de vagas nas seguintes proporções:

a) Generais-de-Exército, Almirantes-de-Esquadra e Tenentes-Brigadeiros: 1/4 dos respectivos Quadros;

b) Generais-de-Divisão, Vice-Almirantes e Maiores-Brigadeiros: 1/4 dos respectivos Quadros;

c) Generais-de-Brigada, Contra-Almirantes e Brigadeiros: 1/4 dos respectivos Quadros;

d) Coronéis e Capitães-de-Mar-e-Guerra: 1/8 a 1/5 dos respectivos Quadros;

e) Tenentes-Coronéis e Capitães-de-Fragata: no mínimo 1/15 dos respectivos Quadros ou Armas;

f) Maiores e Capitães-de-Corveta: no mínimo 1/20 dos respectivos Quadros ou Armas;

g) oficiais dos 2 (dois) últimos postos dos Quadros de que trata o inciso II do art. 15: 1/4 para o último posto e 1/10 para o penúltimo posto dos respectivos Quadros.

§ 1º. As proporções a serem observadas nas letras d, e e f deste artigo serão fixadas pelo Poder Executivo, na primeira quinzena de janeiro de cada ano, levando-se em conta as vagas ocorridas até 31 de dezembro do ano anterior e do modo que a permanência no posto de Capitão ou Capitão-Tenente não exceda a 10 (dez) anos.

§ 2º. As frações que resultarem da aplicação das proporções estabelecidas neste artigo serão adicionadas, acumulativamente, aos cálculos correspondentes dos anos seguintes até completar-se pelo menos um inteiro que, então, será computado para obtenção de uma vaga.

§ 3º. No cálculo das vagas para a cota compulsória serão abatidas, em cada posto, as resultantes das fixadas para o posto imediatamente superior.

§ 4º. Se as vagas normais do ano anterior, em cada posto considerado, foram em número inferior ao mínimo determinado neste artigo, após a fixação prescrita nos termos do § 1º, serão transferidos para a Reserva tantos oficiais do posto considerado quantos forem necessários para alcançar aquele mínimo.

§ 5º. As vagas decorrentes da aplicação da cota compulsória em um ano

não serão computadas como vagas normais para a aplicação desse critério no ano seguinte.

Art. 17. A indicação dos oficiais para integrarem a cota compulsória obedecerá às seguintes prescrições:

a) inicialmente serão apreciados os requerimentos apresentados na forma da letra c do art. 13, dando-se atendimento, por prioridade, em cada posto, aos mais idosos;

b) caso o número de oficiais compulsados, na forma da letra a, não atingir o total de vagas da cota fixada, em cada posto, esse total será completado pelos oficiais que:

1. contarem no mínimo os seguintes anos de serviço, observada a letra b do parágrafo único do artigo 44 e ressalvado o disposto no § 2º deste artigo:

— trinta anos, se Oficial-General, Coronel, ou Capitão-de-Mar-e-Guerra;

— vinte e cinco anos, se Tenente-Coronel ou Capitão-de-Fragata;

— vinte anos, se Major ou Capitão-de-Corveta;

2. possuírem interstício para promoção, quando fôr o caso;

3. integrarem as faixas dos que concorrem à constituição dos Quadros de Acesso por antiguidade, merecimento e escolha;

4. nas condições dos números 1, 2 e 3 acima, e por ordem de prioridade:

1) não possuírem as condições regulamentares para a promoção, ressalvada a inaptidão física até 6 (seis) meses contínuos ou 12 (doze) meses descontínuos. Dentre eles os de mais idade, e, em caso de mesma idade, os mais modernos;

2) deixarem de integrar os Quadros de Acesso por merecimento, ou lista de escolha, pelo maior número de vezes no ano anterior, quando nêles tenham entrado oficiais mais modernos. Em igualdade de condições, os de mais idade, e, em caso da mesma idade, os mais modernos;

3) forem os de mais idade, e, no caso de mesma idade, os mais modernos.

§ 1º. Aos oficiais não numerados nos almanaques militares, inclusive os agregados, aplicam-se as disposições

dêste artigo, e os que forem relacionados para a compulsória serão transferidos para a Reserva juntamente com os demais componentes da cota, não sendo computados, entretanto, no total das vagas fixadas.

§ 2º. Nos Corpos ou Quadros nos quais não haja posto de Oficial-General, só poderão ser atingidos pela cota compulsória os oficiais do último posto da hierarquia do Corpo ou Quadro que tiverem no mínimo 30 (trinta) anos de serviço e os oficiais do penúltimo posto que tiverem no mínimo 25 (vinte e cinco) anos de serviço.

Art. 18. A Comissão de Promoções ou órgão equivalente, em cada Força Armada, competirá organizar e apresentar, na segunda quinzena de janeiro de cada ano, a lista dos oficiais destinados a integrar a cota compulsória, na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. Não serão atingidos pela cota compulsória os oficiais que estiverem agregados pelos motivos constantes da letra g do art. 8º.

Art. 19. Os oficiais indicados para integrarem a cota compulsória anual serão avisados imediatamente e terão para apresentar recursos contra essa decisão, o prazo de (quinze) dias, a contar do recebimento do respectivo aviso.

Art. 20. A transferência *ex officio* para a Reserva processar-se-á à medida em que o militar incida num dos casos previstos no art. 14, salvo quanto ao da letra e, em que ela será feita durante a primeira quinzena de março.

Art. 21. Não será concedida transferência para a Reserva, a pedido, ao militar:

a) que estiver respondendo a inquérito ou a processo em qualquer jurisdição;

b) que estiver cumprindo pena de qualquer natureza;

c) condenado em sentença passada em julgado e que importe em cassação de Carta Patente.

Art. 22. Enquanto não fôr concedida a transferência para a Reserva, ficará o militar no exercício de suas funções.

CAPÍTULO III

Da Reforma

Art. 23. A reforma verifica-se:

- a) a pedido; e
- b) *ex officio*.

Art. 24. O direito de reforma, a pedido, só assiste ao oficial membro do magistério militar que conte mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, dos quais 10 (dez) no mínimo, de tempo de magistério.

Art. 25. A reforma *ex officio* será aplicada ao militar:

- a) condenado à pena de reforma por sentença passada em julgado;
- b) que atingir a idade-limite de permanência na Reserva;
- c) julgado inválido ou fisicamente incapaz definitivamente para o serviço ativo das Forças Armadas;
- d) julgado incapaz moral ou profissionalmente, em processo regular, quando não for o caso de expulsão;
- e) incapacitado fisicamente após 2 (dois) anos de agregação, por esse motivo, se oficial, e, quando praça, depois de igual período de observação, mediante homologação da Junta Superior de Saúde, ainda mesmo que se trate de moléstia curável.

Art. 26. A idade-limite de permanência na Reserva é:

- a) para Oficial-General, 68 anos; para Oficial Superior (inclusive membros do magistério militar), 64 anos; para Capitão, Capitão-Tenente e Oficial Subalterno, 60 anos;
- b) para praças, 56 anos.

Art. 27. Anualmente, no mês de fevereiro, a Diretoria do Serviço Militar, no Exército, e as do Pessoal, na Marinha e na Aeronáutica, enviarão às autoridades competentes a relação dos militares, inclusive membros do magistério militar, que houverem atingido a idade-limite de permanência na Reserva, a fim de serem reformados.

Art. 28. A incapacidade no caso da letra "e" do artigo 25 pode ser consequente a:

- a) ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública ou enfermidade nessa situação, ou que nela tenha sua causa eficiente;

- b) acidente em serviço;

c) doença adquirida em tempo de paz, com relação de causa e efeito às condições inerentes ao serviço;

d) tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave, desde que qualquer delas torne o indivíduo total e permanentemente inválido para qualquer trabalho;

e) acidente ou doença sem relação de causa e efeito com o serviço.

§ 1º Os casos de que tratam as letras "a", "b" e "c" deste artigo serão provados por atestado de origem, inquérito sanitário de origem ou ficha de evacuação. Os termos de acidente, baixas ao hospital, papeletas de tratamento nas enfermarias e hospitais e os registros de baixa serão pelos subsidiários para esclarecer a situação.

§ 2º Nos casos de tuberculose, as juntas militares de saúde deverão basear seus julgamentos obrigatoriamente, em observação clínica acompanhada de repetidos exames subsidiários, de modo a comprovar com segurança, a atividade da doença, após acompanhar sua evolução até três períodos de 6 (seis) meses de tratamento clínico ou clínico-cirúrgico metódico, atualizado e, sempre que necessário, nosocomial, salvo quando se tratar de formas "grandemente avançadas" no conceito clínico e sem qualquer possibilidade de regressão completa, as quais terão parecer imediato de incapacidade definitiva. O parecer definitivo a adotar, no caso de portadores de lesões aparentemente inativas, ficará condicionado a um período de consolidação extranosocomial, nunca inferior a 6 (seis) meses, contados a partir da época de cura.

§ 3º. Considera-se alienação mental todo caso de distúrbio mental ou neuromental grave e persistente, no qual, esgotados os meios habituais de tratamento, permaneça alteração completa ou considerável na personalidade, destruindo a autodeterminação de pragmatismo e tornando o indivíduo total e permanentemente inválido para qualquer trabalho. Ficam excluídas do conceito de alienação mental as epilepsias psíquicas e neurológicas, assim julgadas pelas Juntas Militares de Saúde.

§ 4º Considera-se paralisia todo caso de neuropatia grave e definitiva que afete a motilidade, sensibilidade, troficidade e mais funções nervosas,

no qual, esgotados os meios habituais de tratamento, permaneçam distúrbios graves, extensos e definitivos, que tornem o indivíduo total ou permanentemente inválido para qualquer trabalho.

§ 5º São também equiparados às paralisias os casos de afecções osteomusculo-articulares graves e crônicas (reumatismos graves, crônicos ou progressivos e doenças similares), nos quais, esgotados os meios habituais de tratamento, permaneçam distúrbios extensos e definitivos, quer osteomusculo-articulares residuais, quer secundários das funções nervosas, motilidade, troficidade ou mais funções que tornem o indivíduo total ou permanentemente inválido para qualquer trabalho.

§ 6º São equiparados à cegueira não só nos casos de afecções crônicas progressivas e incuráveis que conduzirão à cegueira total, como também os de visão rudimentar que apenas permitam a percepção de vultos, não suscetíveis de correção por lentes nem removíveis por tratamento médico-cirúrgico.

Art. 29. Os incapacitados pelos motivos constantes das letras "a", "b", "c" e "d", do artigo 28, serão reformados com qualquer tempo de serviço.

Art. 30. Quando incapacitados pelo motivo da letra "e" do artigo 28, serão reformados com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço:

a) os oficiais, qualquer que seja o tempo de serviço;

b) as praças, com mais de 10 (dez) anos de serviço, salvo se julgadas incapazes de proverem os meios de subsistência, quando poderão ser reformadas com qualquer tempo de serviço.

Art. 31. O militar da Ativa, ou o da Reserva quando em serviço ativo, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes das letras "a" e "d", do artigo 28, será reformado com os proventos calculados na base do soldo correspondente ao posto ou graduação imediato ao que possuir na Ativa, previstos no Código de Vencimentos dos Militares.

§ 1º. Aplica-se o disposto neste artigo aos casos previstos nas letras "b" e "c" do artigo 28 quando, verificada a invalidez ou a incapacidade fi-

sica, fôr o militar julgado também impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

§ 2º. Considera-se, para efeito deste artigo, pôsto ou graduação imediato:

a) o de 2º Tenente, para Subtenente, Suboficial, Sargento-Ajudante e 1º 2º e 3º Sargentos;

b) a de 3º Sargento, para as demais praças.

§ 3º. Aos benefícios previstos neste artigo e seus parágrafos, poderão ser acrescidos outros relativos a proventos estabelecidos em leis especiais, desde que o militar, ao ser reformado, já satisfaça às condições por elas exigidas.

Art. 32. Para fins do previsto no presente capítulo são considerados:

a) aspirantes a oficial, os alunos da Academia Militar das Agulhas Negras, Escola Naval e Escola de Aeronáutica, qualquer que seja o ano;

b) 3ºs sargentos, os alunos das Escolas Preparatórias de Cadetes, Escolas Preparatórias de Cadetes de Ar e Colégio Naval, e dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva, a Escola de Formação de Sargentos, qualquer que seja o ano;

c) soldados, os alunos dos órgãos de formação de graduados e de soldados para a Reserva;

d) grumetes, os aprendizes-marineiros.

Art. 33. A reforma isenta definitivamente o militar de serviço, salvo no caso previsto na letra "b" do artigo 13.

CAPÍTULO IV

Do Licenciamento, Desincorporação e Expulsão

Art. 34. O licenciamento do serviço ativo, com a consequente inclusão na Reserva, é feito:

a) a pedido;

b) *ex officio*.

Art. 35. O licenciamento a pedido poderá ser concedido, desde que não haja prejuízo para o serviço:

a) ao Oficial da Reserva, após a prestação do serviço ativo, durante 6 (seis) meses;

b) à praça engajada ou reengajada, desde que conte, no mínimo, a metade do tempo de serviço a que se obrigou.

Art. 36. O licenciamento *ex officio* será aplicado por conclusão do tempo de serviço ou de estágio.

Art. 37. O licenciamento do serviço processar-se-á de acordo com o Estatuto dos Militares, Lei do Serviço Militar e seu Regulamento, Lei e Regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva e regulamentos particulares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Art. 38. A desincorporação ocorrerá nos casos previstos na Lei do Serviço Militar.

Art. 39. Serão expulsas as praças que, com qualquer tempo de serviço, incorrerem na pena de expulsão das fileiras, na forma prevista no Estatuto dos Militares, na Lei do Serviço Militar e demais regulamentos das Forças Armadas.

CAPÍTULO V

Da Demissão do Serviço Militar

Art. 40. A demissão do Serviço Militar poderá ser efetivada:

- a) a pedido;
- b) *ex officio*.

Art. 41. A demissão a pedido será concedida:

- a) sem indenização aos cofres públicos, se o militar contar mais de 5 (cinco) anos de oficialato;
- b) mediante indenização das despesas correspondentes aos cursos militares calculadas pelas respectivas escalas nos demais casos.

§ 1º No caso de o oficial ter feito qualquer curso ou estágio de duração igual ou superior a 6 (seis) meses por conta do Estado, e não tendo decorrido mais de 3 (três) de seu término, a demissão só será concedida mediante indenização de todas as despesas correspondentes ao referido curso ou estágio, acrescidas das previstas na letra "b" deste artigo e diferenças de vencimentos, se for o caso.

§ 2º. O oficial demissionário a pedido ingressará na Reserva no posto que tinha no serviço ativo, e sua situação, inclusive promoções, será regulada pelo Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva.

Art. 42. A demissão *ex officio* só se verificará por uma das seguintes causas:

- a) sentença condenatória passada em julgado, cuja pena restritiva de li-

berdade individual ultrapasse 2 (dois) anos;

b) declaração, em tempo de paz, pelo Superior Tribunal Militar, ou em tempo de guerra externa ou civil por Tribunal Especial, de indignidade para o oficialato ou de incompatibilidade com o mesmo, nos seguintes casos:

1) quando houver perdido o oficial a qualidade de cidadão brasileiro;

2) nos casos previstos na legislação geral ou em legislação especial concernentes à segurança do Estado;

3) quando fôr reconhecido professor o oficial doutrina nociva à disciplina, à defesa e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Parágrafo único. O oficial demitido *ex-officio* perderá a patente.

TÍTULO III

Do Cômputo de Tempo de Serviço Para Fins de Inatividade

Art. 43. O cômputo de tempo de serviço para fins de inatividade obedece às regras estabelecidas neste Título e será feito *ex officio* por ocasião da transferência do militar para a Reserva, da sua reforma ou licenciamento do serviço.

Art. 44. Na aplicação desta Lei e da legislação em vigor, as expressões relativas ao tempo de serviço prestado subordinar-se-ão às constantes no Estatuto dos Militares.

Parágrafo único. Ficam assimiladas pela forma seguinte as expressões constantes da legislação militar.

a) tempo de efetivo serviço: "anos de efetivo serviço" e "anos de serviço completo";

b) anos de serviço: "tempo de serviço", "anos de praça", "tempo", "tempo de praça", "tempo computável para fins de inatividade" e "anos de serviço público".

Art. 45. No cômputo do tempo de serviço para fins de inatividade, além do que estabelece o Estatuto dos Militares, será considerado o seguinte:

- a) como efetivo serviço, o tempo passado, dia a dia, nas organizações militares, pelo militar da Reserva no desempenho de função de atividade;

o passado pelo aluno de órgão de formação de reserva, de acordo com a Lei do Serviço Militar, e o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, sem superposição a tempo militar, na forma da legislação em vigor;

b) aos oficiais das Forças Armadas, admitidos através dos Serviços e Corpos de Saúde e Veterinária, possuidores de Curso Universitário, será computado um ano de acréscimo para cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço, até que tais acréscimos completem o total de anos da duração normal do correspondente curso universitário, sem superposição a tempo militar ou de serviço público, eventualmente prestado durante a realização do referido curso;

c) como acréscimo legal, o tempo passado pelos alunos nos cursos das Escolas Preparatórias de Cadetes, Colégio Naval, Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, Escolas de Aprendizes-Marinheiros e Centro de Recrutamento do Corpo de Fuzileiros Navais, de acordo com os respectivos regulamentos.

Art. 46. O tempo de serviço dos militares beneficiados por anistia será contado como estabelecer o ato legal que a conceder.

Art. 47. Não é computável para efeito algum o tempo:

a) decorrido em cumprimento de sentença judicial passada em julgado;

b) que exceder de 1 (um) ano, consecutivo ou não, em licenças para tratamento de saúde de pessoa da família;

c) passado como desertor, desde que seja condenado pelo crime imputado;

d) passado em licença para exercer atividade técnica de sua especialidade em organizações civis e em licença para tratar de interesse particular.

TÍTULO IV

Disposições Finais

Art. 48. Para a passagem do militar à situação de inatividade, será contado, para todos os efeitos legais, o tempo dobrado das licenças especiais

não gozadas, a serem pagas pela Lei número 283, de 24 de maio de 1948.

Parágrafo único. Será contado com aumento de 1/3 cada período consecutivo de 2 (dois) anos de efetivo serviço passado pelos militares em localidade de categoria "A", na forma dos artigos 31 e 32 da Lei número 4.328, de 30 de abril de 1964.

Art. 49. Os militares da Aeronáutica que, por enfermidade, acidente ou deficiência psicofisiológica, verificada em inspeção de saúde, na forma regulamentar, forem considerados definitivamente incapacitados para o exercício de atividade aérea exigida pelos regulamentos específicos só passarão à inatividade se essa incapacidade o for também para todo o serviço militar.

Parágrafo único. A legislação própria da Aeronáutica regula a situação do pessoal enquadrado neste artigo, tanto em relação ao desempenho de funções técnicas e administrativas, quanto em face da respectiva transferência para a categoria de extranumerários nos Quadros de combatentes.

Art. 50. Os Ministros militares poderão mandar incluir, no Asilo de Invalidos da Pátria, a pedido ou ex officio, para nele residirem, as praças reformadas por invalidez que não possam prover a sua subsistência.

Art. 51. Os Subtenentes e Suboficiais, quando transferidos para a Reserva, terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto de 2º Tenente, desde que contem mais de 30 (trinta) anos de efetivo serviço.

Art. 52. As demais praças que contem mais de 30 (trinta) anos de efetivo serviço, ao serem transferidas para a Reserva, terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente à graduação imediatamente superior.

Art. 53. O oficial que contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de efetivo serviço, após o ingresso na inatividade terá seus proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto imediato, de acordo com o Código de Vencimentos dos Militares, se em seu Quadro ou Corpo existir, em tempo de paz, posto superior ao seu.

§ 1º Se ocupante do último posto da hierarquia militar de seu Quadro ou Corpo, em tempo de paz, o oficial terá os proventos calculados sobre o soldo de seu próprio posto e aumentados de 20% (vinte por cento).

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos oficiais do Quadro do Magistério Militar, quando passarem da situação de reserva para a de reformado.

Art. 54. Em nenhum caso poderá o militar da Reserva Remunerada ou reformado auferir proventos superiores aos vencimentos que lhe caberiam se ocupasse na atividade o posto sobre cujo soldo foram calculados aqueles proventos.

Art. 55. Para fins de aplicação da Lei de Pensões Militares, será considerado como posto ou graduação do militar na inatividade o correspondente ao soldo sobre o qual foram calculados seus proventos.

Art. 56. Não haverá promoção do militar por ocasião da transferência para a Reserva Remunerada, salvo quanto ao oficial do Quadro do Magistério Militar, cuja transferência para a Reserva, por ingresso no referido Quadro, é regulada em lei especial.

Art. 57. Não haverá promoção do militar por ocasião da reforma.

Art. 58. Na aplicação dos artigos 51, 52 e 53 desta Lei aos militares da Aeronáutica obrigados ao voo, serão computados os acréscimos de tempo de efetivo serviço decorrentes das horas de voo realizadas até 20 de outubro de 1946, na forma da legislação vigente até esta última data.

TÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

Art. 59. Ao militar beneficiado por uma ou mais das seguintes leis: 283, de 8 de junho de 1948; 616, de 2 de fevereiro de 1949; 1.156, de 12 de julho de 1950, a 1.267, de 9 de dezembro de 1950, e que, em virtude do disposto nos artigos 56 e 57 anteriores, não mais usufruirá as promoções previstas nessas leis, ficam assegurados, por

ocasião da transferência para a Reserva ou da reforma, os proventos relativos ao posto ou graduação a que seria promovido em decorrência da aplicação das referidas leis.

Parágrafo único. Os proventos assegurados neste artigo não poderão exceder, em nenhum caso, os que caberiam ao militar, se fôsse ele promovido até dois postos acima do que tinha por ocasião do processamento de sua transferência para a Reserva ou reforma, incluindo-se nesta limitação a aplicação das disposições dos artigos 31, 51, 52 e 53 desta Lei.

Art. 60. Fica assegurado ao militar que na data de 10 de outubro de 1966 contar 20 (vinte) ou mais anos de efetivo serviço o direito à transferência, a pedido, para a Reserva Remunerada a partir da data em que completar 25 (vinte e cinco) anos de efetivo serviço.

Art. 61. Os dispositivos desta Lei não se aplicarão aos capelães militares, que ficarão sujeitos a legislação especial.

Art. 62. VETADO.

Art. 63. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo quanto aos seguintes dispositivos, que entrarão em vigor a 10 de outubro de 1966:

— nº 1 da letra *g* do artigo 14;

— letra *h* do artigo 14;

— idade-limite para Coronel e Capitão-de-Mar-e-Guerra, de que trata o inciso I do artigo 15;

— artigos 51, 52, 53 56, 57 e 59.

Parágrafo único. Até a entrada em vigor dos dispositivos citados neste artigo, permanecerão em vigor as disposições correspondentes estabelecidas na Lei número 2.370, de 9 de dezembro de 1954, e nas leis referidas no artigo 59.

Brasília, 17 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Bosisio

Arthur da Costa e Silva

Eduardo Gomes

LEI Nº 4.903 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1965

Dá nova redação ao art. 2º e ao § 1º do art. 6º da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A sentença comar por base o índice resultante da reconstituição do salário real médio da categoria nos últimos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao término da vigência do último acordo ou sentença normativa adaptando as taxas encontradas às situações configuradas pela ocorrência conjunta ou separadamente dos seguintes fatores:

a) repercussão dos reajustamentos salariais na comunidade e na economia nacional;

b) adequação do reajuste às necessidades mínimas de sobrevivência do assalariado e de sua família;

c) VETADO.

d) perda do poder aquisitivo médio real ocorrido entre a data da entrada da representação e a da sentença;

e) necessidade de considerar a correção de distorções salariais para assegurar adequada hierarquia salarial na categoria profissional dissidente e, subsidiariamente, no conjunto das categorias profissionais, como medida de equidade social.

§ 1º A partir de 1 de julho de 1966 se acrescentará ao índice referido neste artigo o percentual que traduza o aumento da produtividade nacional no ano anterior, segundo os dados do Conselho Nacional de Economia, observando o seu ajustamento ao aumento da produtividade da empresa ou empresas componentes da respectiva categoria econômica

§ 2º VETADO.

§ 3º As normas e condições estabelecidas por sentença terão vigência a partir da data da publicação de suas conclusões no órgão oficial da Justiça do Trabalho”.

Art. 2º O § 1º do art. 6º da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho poderá dar efeito suspensivo ao recurso, a requerimento do recorrente em petição fundamentada. Do despacho caberá agravo para o Pleno, no prazo de 5 (cinco) dias, de conformidade com o disposto no Regimento Interno do Tribunal.”

Art. 3º O art. 12 da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, é acrescido do seguinte:

“Parágrafo único. É facultado às entidades sindicais interessadas instaurar a instância do dissídio coletivo 30 (trinta) dias antes de esgotado o prazo de vigência do acordo ou sentença; mas se a homologação da conciliação ou a sentença do Tribunal competente se verificar antes do decurso desse prazo, o reajustamento salarial só vigorará a partir do seu termo.”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de dezembro de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Octávio Gouveia de Bulhões

Walter Peracchi Barcellos

LEI Nº 4.904 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1965

Dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Do Ministério das Minas e Energia

Art. 1º O Ministério das Minas e Energia (MME), criado pelo art. 5º da Lei nº 3.782, de 22 de julho de

1960, tem a seu cargo o estudo e a solução dos problemas relativos à produção e comércio de minério e de energia.

TÍTULO II

Do Ministro de Estado das Minas e Energia

Art. 2º O Ministro de Estado das Minas e Energia é o responsável pela formulação, direção e execução da política nacional nos assuntos referentes a minas e energia.

TÍTULO III

CAPÍTULO I

Da Organização

Art. 3º O Ministério das Minas e Energia constitui-se dos seguintes órgãos:

- I — Gabinete do Ministro (G.M.)
- II — Consultoria Jurídica (C.J.)
- III — Seção de Segurança Nacional (S.S.N.)
- IV — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE).
- V — Conselho Nacional de Minas (C.N.M.)
- VI — Conselho Nacional do Petróleo (C.N.P.)
- VII — Departamento de Administração (D.A.)
- VIII — Departamento Nacional de Produção Mineral (D.N.P.M.)
- IX — Departamento Nacional de Águas e Energia (D.N.A.E.)

Art. 4º Ficam sob a jurisdição do Ministério das Minas e Energia as seguintes entidades:

- I — ... vetado...
- II — Comissão do Plano do Carvão Nacional (C.P.C.N.)
- III — Companhia Vale do Rio Doce S.A. e subsidiárias.
- IV — Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS e subsidiárias.
- V — Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELEKTROBRAS e subsidiárias.
- VI — Todas as sociedades de economia mista da União e entidades autárquicas que tenham por objetivo:
 - a) produção e comércio de energia;
 - b) produção e comércio de minerais.

Art. 5º Os órgãos de outros Ministérios, ou diretamente subordinados à Presidência da República, e as entidades autárquicas aos quais as leis orçamentárias da União atribuírem dotações destinadas à execução de serviços que se incluam nas atividades do Ministério das Minas e Energia, deverão coordenar com este seus planos de obras e de aplicação de recursos.

CAPÍTULO II

Do Gabinete do Ministro

Art. 6º O Gabinete do Ministro tem por finalidade prestar ao Ministro de Estado assistência técnica, política e de representação social.

Art. 7º O Gabinete do Ministro será dirigido por um chefe de gabinete de livre escolha do Ministro de Estado.

CAPÍTULO III

Da Consultoria Jurídica

Art. 8º A Consultoria Jurídica, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, tem por finalidade:

- I — emitir parecer sobre questões submetidas a seu exame pelo Ministro de Estado;
- II — colaborar com o Ministro de Estado, quando solicitada, na elaboração de anteprojetos de leis, decretos e regulamentos;
- III — assessorar o Ministro de Estado em todos os assuntos de natureza jurídica ligados às atividades do Ministério das Minas e Energia.

CAPÍTULO IV

Da Seção de Segurança Nacional

Art. 9º A Seção de Segurança Nacional compete o desempenho das atividades previstas na legislação em vigor, relativamente à segurança nacional, no tocante aos assuntos do Ministério das Minas e Energia.

CAPÍTULO V

Do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

Art. 10. O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, diretam-

te subordinado ao Ministro de Estado, é órgão consultivo, orientador e controlador da utilização dos recursos hidráulicos e da energia elétrica.

CAPÍTULO VI

Do Conselho Nacional de Minas

Art. 11. Ao Conselho Nacional de Minas, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, como órgão consultivo, orientador e controlador da política mineral do País, compete:

I — propor as medidas necessárias à coordenação da política econômica do País no tocante às minas;

II — examinar e manter atualizados os Planos Diretores para a exploração, fomento da produção e exportação de minérios, pedras preciosas e semipreciosas;

III — examinar as questões relativas à utilização nacional dos recursos minerais do País e propor as respectivas soluções;

IV — propor as modificações necessárias nos tributos que incidam sobre os recursos minerais;

V — opinar sobre qualquer compromisso internacional a ser assumido pelo Governo e que se relacione com as atividades minerais;

VI — propor a atualização e a consolidação dos dispositivos legais sobre minas;

VII — sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para melhor solução dos problemas de garimpagem e mineração, bem como a distribuição dos fundos especiais;

VIII — opinar em todas as matérias que lhe forem encaminhadas pelo Ministro de Estado e nos assuntos que digam respeito à fixação da política mineral do Governo;

IX — acompanhar e observar os trabalhos das entidades jurisdicionadas no que concerne às suas atividades minerais, propondo as medidas julgadas necessárias e convenientes;

X — elaborar seu Regimento, a ser aprovado pelo Ministro das Minas e Energia.

Art. 12. O Conselho Nacional de Minas compõe-se dos seguintes membros:

a) membros natos — Consultor Jurídico do Ministério das Minas e Energia, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral,

Presidente da Comissão do Plano do Carvão Nacional, Presidente da Companhia do Vale do Rio Doce, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear;

b) membros de representação com mandato de dois anos, indicados pelos seguintes órgãos: Estado Maior das Forças Armadas (1), Ministério da Fazenda (1), representantes indicados pelos órgãos sindicais máximos, das classes patronal (1) e operária (1), com atividade no campo da mineração.

Parágrafo único. O Ministro das Minas e Energia poderá convidar a participar de reuniões do Conselho Nacional de Minas, sem direito a voto, até duas pessoas de notável saber e experiência.

Art. 13. O Conselho Nacional de Minas elegerá anualmente o seu Presidente, escolhido entre os membros natos.

CAPÍTULO VII

Do Conselho Nacional do Petróleo

Art. 14. O Conselho Nacional do Petróleo, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, é órgão consultivo, orientador e controlador da política nacional do petróleo e seus derivados.

CAPÍTULO VIII

Do Departamento de Administração

Art. 15. O Departamento de Administração, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, é órgão central de administração geral do Ministério das Minas e Energia, encarregado da orientação, fiscalização e execução das atividades relativas a pessoal, material, orçamento, obras, comunicações, organizações e métodos, transportes e administração de edifícios.

Art. 16. O Departamento de Administração compreende:

I — Divisão de Pessoal (D.P.).

II — Divisão de Material (D.M.).

III — Divisão de Orçamento (D.O.).

IV — Serviço de Comunicações — (S.C.).

CAPÍTULO IX

Do Departamento Nacional de Produção Mineral (D. N. P. M.)

Art. 17. O Departamento Nacional de Produção Mineral, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, é o órgão incumbido de promover o fomento da exploração mineral e superintender as pesquisas geológicas minerais e tecnológicas, bem como de assegurar a execução do Código de Minas e leis subsequentes.

Art. 18. O Departamento Nacional de Produção Mineral compreende:

I — Divisão de Geologia e Mineralogia (D.G.M.).

II — Divisão de Fomento e Produção Mineral (D.F.P.M.).

III — Laboratório da Produção Mineral (L.P.M.).

IV — Serviço de Estatística (S.E.).

CAPÍTULO X

Do Departamento Nacional de Águas e Energia (D. N. A. E.)

Art. 19. O Departamento Nacional de Águas e Energia, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, é o órgão incumbido de promover e desenvolver a produção de energia elétrica, bem como de assegurar a execução do Código de Águas e leis subsequentes.

Art. 20. O Departamento Nacional de Águas e Energia compreende:

I — Divisão de Águas (D.A.).

II — Divisão de Energia Elétrica e Concessões (D.E.E.C.).

III — Divisão de Tarifas (D.T.).

IV — Serviço de Estatística (S.E.).

TÍTULO IV

Do Pessoal

Art. 21. O Quadro de Pessoal do Ministério das Minas e Energia é acrescido dos seguintes cargos em comissão:

1 — Diretor-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE) — 2-C.

1 — Diretor-Geral do Departamento de Administração (DA) — 2-C.

1 — Diretor da Divisão de Energia Elétrica e Concessões do Departa-

mento Nacional de Águas e Energia (DNAE) — 4-C.

1 — Diretor da Divisão de Tarifas do Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE) — 4-C.

1 — Diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração (DA) — 4-C.

1 — Diretor da Divisão do Material do Departamento de Administração (DA) — 4-C.

1 — Diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração (DA) — 4-C.

1 — Diretor do Serviço de Comunicações do Departamento de Administração (DA) — 5-C.

1 — Diretor do Serviço de Estatística do Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE) — 5-C.

1 — Diretor do Serviço de Estatística do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) — 5-C.

Art. 22. VETADO.

TÍTULO V

Do Regime Financeiro

Art. 23. É criada, junto ao Ministério das Minas e Energia, uma Contadoria Seccional da Contadoria Geral da República sujeita ao regime previsto na Lei n.º 1.520, de 27 de dezembro de 1951, e nos demais atos complementares.

Art. 24. VETADO.

Parágrafo único. Os créditos consignados ao Ministério das Minas e Energia serão automaticamente registrados e distribuídos.

Art. 25. As entidades jurisdicionadas e sujeitas ao controle do Tribunal de Contas da União prestarão as respectivas contas anuais por intermédio dos órgãos competentes do Ministério das Minas e Energia.

TÍTULO VI

Disposições Gerais

Art. 26. O Ministro de Estado ou seu delegado representará a União nas Assembleias Gerais das Entidades de Economia Mista sob a jurisdição do Ministério das Minas e Energia.

Art. 27. Compete ao Ministro de Estado a designação de representante

de uns em outros órgãos integrantes do Ministério ou submetidos à sua jurisdição.

TÍTULO VII

Disposições Transitórias

Art. 28. A organização, composição e formação dos órgãos relacionados no art. 3º desta Lei serão definidos nos Regimentos aprovados por ato do Poder Executivo.

Art. 29. Até a publicação dos Regimentos, os órgãos existentes continuarão com suas atuais atribuições.

Art. 30. São extintos o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, incorporados ao Ministério das Minas e Energia pelo artigo 7º, incisos III e V da Lei número 3.782, de 22 de julho de 1960.

Art. 31. É assegurada a contagem, para fim do disposto no art. 180 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, do tempo de serviço prestado ao Ministério das Minas e Energia em funções de Chefia ou Direção, no período de vigência do Decreto número 50.390, de 29 de março de 1961, as quais, para tais efeitos, se equiparam a funções gratificadas e cargos em comissão.

Art. 32. A elaboração da estatística da produção mineral ora a cargo do Ministério da Agricultura, passa à exclusiva competência do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia.

Art. 33. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas de qualquer natureza decorrentes desta Lei, inclusive com o pagamento das funções gratificadas necessárias ao funcionamento dos órgãos criados.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Gouveia de Bulhões
Mauro Thibau

LEI Nº 4.905 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1965

Inclui na Receita do Fundo Naval as indenizações a verbas orçamentárias de exercícios financeiros já encerrados.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As indenizações a verbas orçamentárias do Ministério da Marinha, de exercícios financeiros já encerrados, passam a constituir Receita do Fundo Naval.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Bosisto

LEI Nº 4.906 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1965

Modifica o "Plano Nacional de Viação", estabelecido pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica retificada a BR-373 e são incluídos no "Plano Nacional de Viação", Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964:

I — Plano Rodoviário Nacional

a) BR-373 — Limeira — Itapetininga — Capão Bonito — Apiaí — Ponta Grossa — Relógio — Barracão.

b) VETADO.

c) VETADO.

d) VETADO.

e) VETADO.

f) VETADO.

g) VETADO.

h) VETADO.

i) VETADO.

II — VETADO.

III — VETADO.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Newton Tornaghi

LEI Nº 4.907 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1965

Dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O uso de cofres de carga nos transportes aquático, terrestre e aéreo, em linhas nacionais e internacionais, obedecerá às disposições desta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se cofre de carga uma peça do equipamento de transporte:

a) de caráter permanente e como tal bastante forte para resistir a um emprego repetido;

b) desenhada especialmente para facilitar o traslado de mercadorias por um ou vários meios de transporte;

c) provida de dispositivo que permitam seu manejo rápido particularmente no transbordo de um veículo de transporte a outro;

d) projetada para que possa encher-se e esvaziar-se com facilidade;

e) identificável por meio de marca e número, nome do proprietário, gravados ou pintados de forma indelevel e facilmente visíveis.

Art. 2º O cofre de carga poderá ser de propriedade do transportador, do embarcador, do dono da mercadoria ou de qualquer pessoa física ou jurídica habilitada legalmente à exploração comercial desse tipo de embalagem.

Art. 3º O cofre de carga, quando em trânsito internacional, é isento de im-

postos de importação e de consumo e dos demais tributos federais, inclusive Taxas de Renovação da Marinha Mercante e de Melhoramento dos Portos, observado o regime de franquias aduaneira temporária.

§ 1º Não se inclui na isenção prevista neste artigo o cofre de carga importado para o transporte de mercadorias dentro do território nacional, desde que tenha similar nacional registrado ou que possa ser fabricado no País.

§ 2º O cofre de carga, quando utilizado no transporte interno, é isento das Taxas de Marinha Mercante e de Melhoramentos dos Portos.

Art. 4º O cofre de carga com mercadoria estrangeira poderá ser desembaraçado na primeira repartição aduaneira de entrada, em trânsito, para qualquer outra repartição ongenérica no interior do País, onde será processado o despacho regular da mercadoria.

Art. 5º O cofre de carga com mercadoria destinada à exportação poderá ser despachado diretamente de qualquer localidade do interior onde haja repartição habilitada.

Parágrafo único. Em caso excepcional, poderá a autoridade aduaneira permitir que o despacho do cofre de carga seja feito do ponto expedidor da mercadoria, mesmo que no local não exista repartição aduaneira habilitada.

Art. 6º O cofre de carga vazio, quando das operações de embarque e desembarque ficará isento do pagamento das taxas portuárias, inclusive a Taxa de Melhoramentos dos Portos, exceto a Tabela "C" — Capatazia, reduzida de 50% (cinquenta por cento) de seu valor.

§ 1º Incluem-se na isenção as taxas de armazenagem durante os primeiros 15 (quinze) dias, quando o porto não dispuser de área privativa para armazenagens dos cofres de carga, e de 30 (trinta) dias naqueles que possuírem ou venham a possuir tais áreas.

§ 2º A remuneração do pessoal da estiva ou capatazia, quando utilizado na movimentação dos cofres e carga cheios ou vazios, será sempre na base do peso.

Art. 7º O cofre de carga será considerado acessório do veículo que o utiliza.

Parágrafo único. O cofre de carga utilizado nos transportes internos gozará de tarifa privilegiada de frete nas empresas estatais de transporte, ou naquelas em que o Estado seja detentor da maioria do capital.

Art. 8º Além das sanções de : multa e prisão, a autoridade fiscal aplicável à espécie, responderá pelo crime de contrabando ou descaminho, nos termos do art. 334, § 1º, letra b, do Código Penal, o transportador ou responsável pela violação dos elementos de segurança do cofre de carga.

Art. 9º VETADO.

Art. 10. O Conselho Nacional de Transportes regulamentará a execução desta Lei, inclusive no que concerne às medidas fiscais e de polícia necessárias à segurança da inviolabilidade do cofre de carga e suas operações inter-setoriais.

Art. 11. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 12. A presente Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a expedição do seu regulamento.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Newton Tornaghi
Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.908 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1965

Modifica dispositivo da Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957, que autorizou a União a constituir uma sociedade por ações, denominada "Sociedade Termoeletrica de Capiuari" — SOTELCA — e que passa a denominar-se "Sociedade Termoeletrica de Capiuari S. A." — SOTELCA. O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os arts. 2º, 3º, 4º e seu parágrafo único e 5º, da Lei nº 3.119, de

31 de março de 1957, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 2º. A Sociedade terá por objeto:

a) a construção e exploração de usinas termoeletricas no Estado de Santa Catarina, destinadas a consumir o carvão mineral daquele Estado e, primordialmente, o carvão secundário resultante de beneficiamento;

b) a construção e exploração de linhas de transmissão e subestações destinadas ao transporte e transformação de energia produzida em suas usinas geradoras, e a interligação com outros sistemas, em Santa Catarina e em outros Estados.

c) o estabelecimento e exploração de empreendimentos que diretamente se relacionem com os objetivos acima.

Art. 3º O capital da Sociedade será constituído na forma que estabelecerem os Estatutos, reservada à União a participação mínima de 51% (cinquenta e um por cento) em ações com direito a voto.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 4º A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de um Presidente, livremente escolhido e nomeado pelo Presidente da República, e quatro Diretores, eleitos em Assembleia Geral por 4 (quatro) anos, podendo ser renovado o mandato, com as denominações e atribuições estatutárias.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 5º O representante da União nas Assembleias gerais da Sociedade será indicado pelo Ministro das Minas e Energia."

Art. 2º A Sociedade passa a denominar-se "Sociedade Termoeletrica de Capiuari S. A." — SOTELCA.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Mauro Thibau

LEI Nº 4.909 — DE 17 DE DEZEMBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, crédito especial de Cr\$ 6.000.000 (seis milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes do asilo concedido pelo Brasil a cidadãos da República Dominicana.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000 (seis milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes de asilo concedido pelo Brasil a cidadãos da República Dominicana.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

A. B. L. Castello Branco

Octávio Bulhões

LEI Nº 4.910 — DE 17 DE DEZEMBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da viagem do Senhor Presidente da República ao Chile.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez mi-

lhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da viagem ao Chile do Senhor Doutor João Belchior Marques Goulart, Presidente da República.

Parágrafo único. crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

A. B. L. Castello Branco.

Octavio Bulhões.

LEI Nº 4.911 — DE 17 DE DEZEMBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender a despesas com um dique flutuante, procedente dos Estados Unidos da América do Norte.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), par atender a despesas com o preparo e reboque de um dique flutuante, procedente dos Estados Unidos da América do Norte.

Art. 2º O crédito em aprço deverá ser distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, à disposição do Ministério da Marinha.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Paulo Bosisio

Octavio Bulhões.

LEI Nº 4.912 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República dos Estados Unidos do México.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República dos Estados Unidos do México.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A Presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

A. B. L. Castello Branco.

Octavio Gouveia de Bulhões.

LEI Nº 4.913 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 533.412.079 (quinhentos e trinta e três milhões, quatrocentos e doze mil e setenta e nove cruzeiros), para atender ao pagamento de diferença de proventos e vantagens, aos inativos da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, relativa aos anos de 1961 e 1962

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério

da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 533.412.079 (quinhentos e trinta e três milhões, quatrocentos e doze mil e setenta e nove cruzeiros), para atender ao pagamento de diferenças de proventos, adicionais e salário-família, decorrentes da aplicação das Leis ns. 3.780, de 12 de julho de 1960, e 3.826, de 23 de novembro de 1960, nos anos de 1961 e 1962, aos inativos da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões.

Newton Tornaghi.

LEI Nº 4.914 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, o crédito especial de Cr\$ 512.729 (quinhentos e doze mil setecentos e vinte e nove cruzeiros) ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, para atender a despesas dos exercícios de 1958 a 1962.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 512.729 (quinhentos e doze mil setecentos e vinte e nove cruzeiros) ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, para atender às despesas de salário-família, gratificação adicional por tempo de serviço e gratificação pela prestação de serviço eleitoral devida a servidores do Tribunal nos exercícios de 1958 a 1962.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Octavio Bulhões.

LEI Nº 4.915 — DE 17 DE DEZEMBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 2.070.000.000 (dois bilhões e setenta milhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas com a Fábrica Presidente Vargas, em Piquê.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$.. 2.070.000.000 (dois bilhões e setenta milhões de cruzeiros), com vigência por dois exercícios, destinado a atender às despesas da Fábrica Presidente Vargas, em Piquê, sendo Cr\$.. 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros) para as obras que se fazem necessárias, em face da destruição total ou parcial de numerosas instalações daquele estabelecimento industrial militar, proveniente das explosões ocorridas nos meses de agosto e setembro de 1964, e Cr\$ 70.000.000 (setenta milhões de cruzeiros) para as despesas de indenização de transportes de matérias primas, já efetuados.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arthur da Costa e Silva

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.916 — DE 17 DE DEZEMBRO
DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$.. 86.087.100 (oitenta e seis milhões, oitenta e sete mil e cem cruzeiros), para atender às despesas decorrentes das Segundas Reuniões Anuais Ordinárias do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da organização dos Estados Americanos.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 86.087.100 (oitenta e seis milhões, oitenta e sete mil e cem cruzeiros), para atender às despesas decorrentes das Segundas Reuniões Anuais Ordinárias do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da Organização dos Estados Americanos.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

A. B. L. Castello Branco

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.917 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1965

Isenta dos impostos de importação e de consumo, e de outras contribuições fiscais, os alimentos de qualquer natureza, e outras utilidades, adquiridos no exterior, mediante doação, pelas instituições em funcionamento no País, que se dediquem à assistência social.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São isentos dos impostos de importação e de consumo, dos emolumentos consulares, da taxa de despacho aduaneiro, das taxas de melhoramentos dos portos e de renovação da Marinha Mercante, de despesas de armazenagens e capatazias, e de quaisquer outras contribuições fiscais, os alimentos de qualquer natureza, e outras utilidades adquiridos no exterior, mediante doação, pelas instituições em funcionamento no País, que se dediquem à assistência social.

Parágrafo único. A importação dos bens a que se refere este artigo não fica sujeita a certificado de cobertura cambial, nem a licença prévia da Carteira de Comércio Exterior.

Art. 2º Antes da importação, a entidade beneficiada apresentará ao Conselho Nacional de Serviço Social, do Ministério da Educação e Cultura, em 3 (três) vias, a relação dos bens a serem importados, acompanhada das provas da doação.

Art. 3º Com o parecer quanto à natureza do bem a ser importado e habilitação da entidade para obtenção do favor, o Conselho Nacional de Serviço Social, encaminhará 2 (duas) vias, devidamente autenticadas, ao Ministério da Fazenda, para exame dos demais documentos relativos à doação.

Art. 4º Verificada a regularidade dos documentos, o Ministério da Fazenda expedirá ordem de desembaraço do material à estação aduaneira de destino.

Art. 5º Os alimentos de qualquer natureza, bem como outras utilidades, entrados no País na forma desta Lei,

somente poderão ser utilizados na assistência social, observadas as normas gerais da legislação que rege a espécie, ficando vedada qualquer outra destinação, sob as penas da Lei.

Parágrafo único. Na conformidade da mesma legislação, a correta destinação dada aos alimentos importados fica sujeita à fiscalização aduaneira, sem prejuízo da que fôr exercida pelo Conselho Nacional de Serviço Social.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Flavio Lacerda

LEI Nº 4.918 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 614.000.000, para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial das Nações Unidas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de Cr\$ 614.000.000 (seiscientos e quatorze milhões de cruzeiros) à seguinte dotação do Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1965 (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964):

4.20.01 — Secretaria de Estado

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.2.0.0 — Subvenções Sociais

3.2.1.1 — Instituições Internacionais (Adendo A)

30) Fundo Especial das Nações Unidas Cr\$ 130.000.000.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

A. B. L. Castello Branco

LEI Nº 4.919 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 138.941.000 .. (cento e trinta e oito milhões, novecentos e quarenta e um mil cruzeiros), destinado ao pagamento de ações preferenciais subscritas pelo Tesouro Nacional no aumento de capital da Companhia Vale do Rio Doce.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado, a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 138.941.000 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e quarenta e um mil cruzeiros), destinado ao pagamento de 138.941 ações preferenciais subscritas pelo Tesouro Nacional no aumento do capital da Companhia Vale do Rio Doce.

Art. 2º O crédito especial de que trata o art. 1º será registrado e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 4.920 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) para a complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coaraci Nunes", no Território Federal do Amapá.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado à complementação dos recursos para a construção da "Usina Coaraci Nunes", no trecho médio do Rio Araguari, no Território Federal do Amapá, a cargo da Companhia de Eletricidade do Amapá, constituída na forma da Lei nº 2.740, de 2 de março de 1956.

O crédito de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União, distribuído ao Tesouro Nacional e depositado no Banco do Brasil S. A., em conta especial aberta ao Ministério das Minas e Energia.

Art. 3º VETADO.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Mauro Thibau

LEI Nº 4.921 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965

Estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia de Navegação Costeira, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O regime de isenção fiscal previsto no art. 17 da Lei nº 420, de 10 de abril de 1937, é extensivo aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará.

Art. 2º VETADO

Art. 3º VETADO

Art. 4º VETADO

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.922 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965

Retifica, sem ônus para a União, a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica retificada a Lei número 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a receita e fixa a despesa da União, para o exercício financeiro de 1965, na forma abaixo:

Art. 2º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Juarez Távora

Ney Braga

Flávio Lacerda

Raymundo de Britto

Mauro Thibau

Oswaldo Cordeiro de Farias

Os anexos a que se refere o art. 1º foram publicados no D.O. de 29-12-65.

LEI Nº 4.923 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965

Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, em caráter permanente, no Ministério do Trabalho e Previdência Social, o registro das admissões e dispensas de empregados nas empresas abrangidas pelo sistema da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. As empresas que dispensarem ou admitirem empregados ficam obrigadas a fazer a respectiva comunicação às Delegacias Regionais do Trabalho, mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, em relação nominal por estabelecimento, da qual constará também a indicação da Carteira Profissional ou, para os que ainda não a possuírem, nos termos da Lei, os dados indispensáveis à sua identificação pessoal.

Art. 2º A empresa que, em face de conjuntura econômica, devidamente comprovada, se encontrar em condições que recomendem, transitória-

mente, a redução da jornada normal ou do número de dias do trabalho, poderá fazê-lo, mediante prévio acordo com a entidade sindical representativa dos seus empregados, homologado pela Delegacia Regional do Trabalho, por prazo certo, não excedente de 3 (três) meses, prorrogável, nas mesmas condições, se ainda indispensável, e sempre de modo que a redução do salário mensal resultante não seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) do salário contratual, respeitado o salário-mínimo regional, e reduzidas proporcionalmente a remuneração e as gratificações de gerentes e diretores.

§ 1.º Para o fim de deliberar sobre o acordo, a entidade sindical profissional convocará assembleia-geral dos empregados diretamente interessados, sindicalizados ou não, que decidirão por maioria de votos, obedecendo as normas estatutárias.

§ 2.º Não havendo acordo, poderá a empresa submeter o caso à Justiça do Trabalho, por intermédio da Junta de Conciliação e Juizamento ou, em sua falta, do Juiz de Direito, com jurisdição na localidade. Da decisão de primeira instância caberá recurso ordinário, no prazo de 10 (dez) dias, para o Tribunal Regional do Trabalho da correspondente Região, sem efeito suspensivo.

§ 3.º A redução de que trata o artigo não é considerada alteração unilateral do contrato individual de trabalho para os efeitos do disposto no art. 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 3.º As empresas que tiverem autorização para redução de tempo de trabalho, nos termos do art. 2.º e seus parágrafos, não poderão, até 6 (seis) meses depois da cessação desse regime admitir novos empregados, antes de readmitirem os que tenham sido dispensados pelos motivos que hajam justificado a citada redução ou comprovarem que não atenderam, no prazo de 8 (oito) dias, ao chamado para a readmissão.

§ 1.º O empregador notificará diretamente o empregado para reassumir o cargo, ou, por intermédio da sua entidade sindical, se desconhecida sua localização, correndo o prazo de 8 (oito) dias e partir da data do recebimento da notificação pelo empregado ou pelo órgão de classe, conforme o caso.

§ 2.º O disposto neste artigo não se aplica aos cargos de natureza técnica.

Art. 4.º É igualmente vedado às empresas mencionadas no art. 3.º, nas condições e prazo nele contidos, trabalhar em regime de horas extraordinárias, ressalvadas estritamente as hipóteses previstas no art. 61, e seus §§ 1.º e 2.º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 5.º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, de acordo com o disposto nos artigos seguintes e na forma que for estabelecida em regulamento, um plano de assistência aos trabalhadores que, após 120 (cento e vinte) dias consecutivos de serviço na mesma empresa, se encontrem desempregados ou venham a se desempregar, por dispensa sem justa causa ou por fechamento total ou parcial da empresa.

§ 1.º A assistência a que se refere este artigo será prestada através do sistema da Previdência Social e consistirá num auxílio em dinheiro, não excedente de 80% (oitenta por cento) do salário-mínimo local devido, até o prazo máximo de 6 (seis) meses, a partir do mês seguinte àquele a que corresponder o número de meses computados no cálculo da indenização paga na forma da legislação trabalhista, observadas as bases que forem estabelecidas no regulamento, dentro das possibilidades do Fundo de que trata o art. 6.º.

§ 2.º Será motivo de cancelamento do pagamento do auxílio a recusa, por parte do desempregado, de outro emprego apropriado ou de readmissão, na hipótese prevista no art. 3.º, na empresa de que tiver sido dispensado.

§ 3.º O auxílio a que se refere o § 1.º não é acumulável com salário nem com quaisquer dos benefícios concedidos pela Previdência Social, não sendo, outrossim, devido quando o trabalhador tiver renda própria de qualquer natureza que lhe assegure a subsistência.

§ 4.º É condição essencial à percepção do auxílio a que se refere o § 1.º o registro do desempregado no órgão competente, conforme estabelecido o regulamento desta lei.

Art. 6.º Para atender ao custeio do plano a que se refere o art. 5.º, fica o Poder Executivo autorizado a

constituir um Fundo de Assistência ao Desempregado, pelo qual exclusivamente correrão as respectivas despesas.

Parágrafo único. A integralização do Fundo de que trata este artigo se fará conforme dispuser o regulamento de que trata o art. 5.º.

a) pela contribuição das empresas correspondente a 1% (um por cento) sobre a base prevista no § 3.º do artigo 2.º da Lei n.º 4.357, de 16 de julho de 1964, ficando reduzida para 2% (dois por cento) a percentagem ali estabelecida para o Fundo de Indenizações Trabalhistas;

b) por 2/3 (dois terços) da conta "Emprego e Salário" a que alude o art. 18 da Lei n.º 4.589, de 11 de dezembro de 1964.

Art. 1.º O atual Departamento Nacional de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Previdência Social, criado pelo art. 2.º da Lei número 4.589, de 11 de dezembro de 1964, fica desdobrado em Departamento Nacional de Mão-de-Obra (DNMO) e Departamento Nacional de Salário (DNS).

§ 1.º Caberão ao DNMO as atribuições referidas nos itens V e X do artigo 4.º e no art. 20 da lei mencionada neste artigo; ao DNS as referidas nos itens I a IV e a ambos a referida no item XI do art. 4.º da mesma lei.

§ 2.º Caberão ainda ao DNMO as atribuições transferidas ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, segundo o disposto nos arts. 115, item V, e 116, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), na forma que se dispuser em regulamento.

§ 3.º Aplica-se ao DNMO o disposto no parágrafo único do art. 3.º da Lei n.º 4.589, ficando criado um cargo de Diretor-Geral em comissão, símbolo 2-C, processando-se o respectivo custeio pela forma prevista no artigo 26 da mesma lei.

§ 4.º Passa a denominar-se de Conselho Consultivo de Mão-de-Obra (CCMO) o Conselho referido no artigo 5.º da Lei n.º 4.589, o qual funcionará junto ao DNMO, sob a presidência do respectivo Diretor-Geral, para os assuntos relativos a emprego.

§ 5.º A atribuição mencionada no art. 6.º da Lei n.º 4.589 passa a ser

exercida pelo Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS), criado pelo art. 8.º da Lei n.º 4.725, de 13 de julho de 1965, o qual, quando reunido para exercê-la, terá a composição acrescida com os representantes das categorias econômicas e profissionais, que integram o CCMO, de que trata o § 4.º deste artigo.

§ 6.º Enquanto as Delegacias Regionais do Trabalho não estiverem convenientemente aparelhadas, a atribuição mencionada no item I, letras e e f do art. 14 da Lei n.º 4.589, continuará a cargo do IBGE, com o qual se articularão os órgãos respectivos do Ministério.

§ 7.º As Delegacias Regionais do Trabalho no Estado da Guanabara e no Estado de São Paulo passarão a categoria especial, alterados os atuais cargos de Delegado Regional, símbolos 4-C e 3-C, respectivamente, para símbolo 2-C, do mesmo modo que o cargo de Diretor, símbolo 5-C, do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, para símbolo 3-C.

Art. 8.º O Ministério do Trabalho e Previdência Social, através do Departamento Nacional de Mão-de-Obra, organizará agências de colocação de mão-de-obra, sobretudo nas regiões mais atingidas pelo desemprego, com a colaboração, para isto, do INDA, do IBRA, das entidades sindicais de empregados e empregadores e suas delegacias, do Sesi, Sesc, Senai, Senac e Lba.

Art. 9.º Ressalvada a decisão que vier a ser tomada consoante o disposto no art. 16 da Lei n.º 4.589, de 11 de dezembro de 1964, a conta especial "Emprego e Salário" de que trata o seu art. 18, inclusive os saldos transferidos de um para outro exercício, continuará a ser utilizada, nos exercícios de 1966 e seguintes, pela forma nela prevista, revogado seu parágrafo único, com exclusão, porém, das despesas com vencimentos e vantagens fixas do pessoal, já incluídas, de acordo com o art. 19 da mesma lei, na lei orçamentária do exercício de 1966 e observado o disposto nos §§ deste artigo.

§ 1.º Da conta de que trata este artigo, destinar-se-ão:

a) 2/3 (dois terços) ao custeio do "Fundo de Assistência ao Desempregado", de acordo com o disposto no art. 6.º da presente lei;

b) 1/3 (um terço), para completar a instalação e para funcionamento dos órgãos criados, transformados ou atingidos pela mencionada Lei número 4.589, com as alterações referidas no art. 1.º desta lei, e, em especial, para o reagendamento das Delegacias Regionais do Trabalho com o respectivo Serviço de Coordenação dos Órgãos Regionais, e das Delegacias de Trabalho Marítimo, assim como para complementar a confecção e distribuição de Carteiras Profissionais, de modo que se lhes assegure a plena eficiência dos serviços, notadamente os da Inspeção do Trabalho, com a mais ampla descentralização local dos mesmos.

§ 1.º A partir de 1.º de janeiro de 1966, as atribuições referidas no artigo 17 da Lei n.º 4.589, passarão a ser exercidas pelo Departamento de Administração do Ministério do Trabalho e Previdência Social, através de seus órgãos administrativos, cabendo ao respectivo Diretor-Geral a de que trata a letra a do mesmo artigo.

§ 3.º O Grupo de Trabalho de que trata o art. 17 da Lei n.º 4.589, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, após o encerramento do exercício, apresentará sua prestação de contas para encaminhamento ao Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no § 1.º do art. 16 do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 55.784, de 19 de fevereiro de 1965, promovendo no mesmo prazo a transferência de seu acervo aos órgãos competentes do Ministério.

Art. 10. A falta da comunicação a que se refere o parágrafo único do art. 1.º desta lei, no prazo ali estipulado, importará na aplicação automática de multa no valor de um salário-mínimo regional, por empregado, de competência do Delegado Regional do Trabalho.

Art. 11. A empresa que mantiver empregado não registrado, nos termos do art. 41, e seu parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, incorrerá na multa de valor igual a 3 (três) vezes o salário-mínimo regional, por trabalhador não-registrado.

Art. 12. Dentro de 30 (trinta) dias da publicação desta lei será constituída uma Comissão de Estudo do Seguro-Desemprego, com 3 (três) representantes dos trabalhadores, 3 (três) dos empregadores, indicados

em conjunto pelas Confederações Nacionais respectivas, e 3 (três) do Poder Executivo cada qual com direito a um voto, sob a presidência do Diretor-Geral do DNMO, para elaborar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias improrrogáveis, anteprojeto de lei de Seguro-Desemprego.

§ 1.º A Comissão, tão logo instalada, utilizando os Fundos a que se refere a letra a do § 1.º do art. 9.º, contratará uma Assessoria, composta de sociólogos, atuários, economistas, estatísticos e demais pessoal que se faça preciso, para fazer os estudos técnicos apropriados, que permitam delimitar as necessidades de seguro e possibilidades de seu financiamento.

§ 2.º O disposto nos arts. 5.º, 6.º, 9.º e seu § 1.º vigorará até que o Seguro-Desemprego seja estabelecido por lei federal.

§ 3.º Os Fundos referidos nas letras a e b do § 1.º do art. 9.º, que apresentem saldo, serão transferidos à entidade que ficar com os encargos decorrentes do Seguro-Desemprego, quando este for estabelecido por lei federal.

Art. 13. O regulamento a que se refere o art. 5.º será expedido pelo Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência desta lei.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1965; 144. da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Walter Peracchi Barcellos

LEI Nº 4.924 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965

Fixa normas para a elaboração do Esquema Financeiro das safras cafeeiras.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Esquema Financeiro das safras cafeeiras, anualmente aprovado

pelo Conselho Monetário Nacional, será constituído de um orçamento no qual serão computados:

I — como receitas:

a) os recursos em cruzeiros provenientes das diferenças entre os valores pagos aos exportadores na exportação de café e os valores totais liberados pela venda das cambiais de exportação respectivas;

b) os recursos provenientes das vendas de café dos estoques governamentais nos entrepostos do I.B.C. no exterior;

c) os recursos provenientes das vendas de café dos estoques governamentais para o consumo interno do País;

d) os recursos provenientes das eventuais vendas de café dos estoques governamentais ao comércio exportador;

e) os recursos provenientes de arrecadação, pelo I.B.C., da taxa de propaganda de 0,25 centavos de dólar por saca exportada, criada pela Lei número 3.302, de 1957;

f) os recursos normalmente arrecadados pelo I.B.C. por força de sua legislação específica.

II — como despesas:

a) os valores designados para a compra dos excedentes de produção;

b) os valores necessários à execução dos serviços normais do IBC;

c) os valores necessários aos programas de racionalização da cafeicultura e assistência à lavoura;

d) os recursos empregados em propaganda no Brasil e no exterior;

e) o pagamento dos compromissos do Brasil perante as organizações internacionais relacionadas aos assuntos do café;

f) os programas de investimento do IBC, principalmente os relacionados à constituição de sua rede de armazéns.

Art. 2º O IBC apresentará, até o mês de abril de cada ano, ao Conselho Monetário Nacional, as seguintes informações, que servirão de base à elaboração e aprovação do Esquema Financeiro referido no art. 1º:

a) a estimativa da safra cafeeira, discriminada por Estado produtor, especificando as quantidades designadas

à exportação e, quando se verificar, os excedentes de produção sobre aquele montante que deverão ser retirados do mercado;

b) os remanescentes das safras cafeeiras anteriores, discriminados os totais registrados no IBC, os liberados para exportação, disponíveis nos portos e existentes no interior não registrados no IBC;

c) as estimativas do IBC dos custos de produção do café, discriminadas por Estado produtor.

Art. 3º Para o cumprimento do disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei, a Junta Administrativa do IBC funcionará como organismo complementar do C.M.N., apresentando, anualmente, um projeto de Esquema Financeiro, por ocasião de sua primeira reunião ordinária de acordo com o disposto na Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952.

Art. 4º As diferenças entre o valor total das cambiais de exportação de café e os valores efetivamente pagos ao exportador não ultrapassando um montante de cruzeiros que permita a liberação de recursos que garantam a cobertura total dos valores agregados do custo de produção fornecido pelo IBC, das incidências tributárias das despesas de transporte, de armazenagem e demais despesas que incidam sobre o café em sua movimentação da área produtora aos portos de exportação, acrescidas de uma margem de lucro compatível com a atividade produtora.

Art. 5º Os recursos designados aos programas de racionalização da cafeicultura e assistência à lavoura deverão obrigatoriamente figurar no Esquema Financeiro, devendo seu valor alcançar um mínimo de 10% (dez por cento) do total da receita do Esquema.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Daniel Faraco

LEI Nº 4.925 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965

Autoriza o Ministério da Marinha a aproveitar na classe inicial das séries de classe de suas especialidades, após conclusão de curso, todos os alunos bolsistas e os aprendizes das Escolas Técnicas e Industriais reconhecidas ou classificadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os alunos bolsistas das Escolas Técnicas e Industriais do Ministério da Marinha, reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura, que concluíram ou venham a concluir seus cursos, poderão ser aproveitados na classe inicial das Séries de Classes do Serviço de Artífice, e do Serviço Profissional, nas suas respectivas especialidades.

Art. 2º Os atuais aprendizes, Código A-201, enquadrados na forma do art. 23 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, que concluíram, ou venham a concluir o Curso de Desenho Técnico de Construção Naval das Escolas Técnicas mencionadas no artigo anterior, poderão ser aproveitados na classe de Desenhista, por não haverem sido incluídos nas disposições do art. 61 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Zilmar Campos de Araripe Macedo.

LEI Nº 4.926 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento para produção de formol a ser importado por "Resinas Sintéticas e Plásticas S. A." — Resimpla — com sede em Porto Alegre e fábrica em Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para equipamento destinado à fabricação de formol, a ser importado por "Resinas Sintéticas e Plásticas S. A." — RESINPLA — com sede em Porto Alegre e fábrica no Município de Gravataí, Estado do Rio Grande do

Sul, constante do Certificado de Autorização nº 318, expedido em 30 de dezembro de 1964 pelo Banco Central da República do Brasil, e licença de importação emitida pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A., em 11 de fevereiro de 1965, sob nº DG-65-110 — 419.

Art. 2º A isenção compreendida no artigo anterior não abrange bens de produção com similar nacional registrado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

APENSO

No "Apenso" dos volumes da "Coleção das Leis" figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

APENSO

No "Apenso" dos volumes da "Coleção das Leis" figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 4.670 — DE 12 DE JUNHO DE 1965

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.670, de 12 de junho de 1965

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º do art. 70 da Constituição Federal os seguintes dispositivos da Lei nº 4.670, de 12 de junho de 1965.

Art. 3º

... "adicional"...

... "o imposto de ..."

... "durante o exercício de 1965."

Brasília, 23 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.762, DE 30 DE AGOSTO
DE 1965

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 3º, do artigo 70, da Constituição Federal, as seguintes partes mantidas pelo Congresso Nacional após veto presidencial do Projeto que se transformou na Lei nº 4.762, de 30 de agosto de 1965, que modifica o art. 11 e seus parágrafos da Lei número 1.493, de 13 de dezembro de

1951, alterados pela Lei nº 2.266, de 12 de julho de 1954, e dá outras providências:

Art. 1º

"... até 31 de março de cada ano..."

Art. 2º

"... e corresponderão até 0,5 (cinco décimos) por conta da quantia a ser paga, não podendo exceder de Cr\$.. 10.000 (dez mil cruzeiros)."

Brasília, 15 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.769 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1965

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 3º, do artigo 70, da Constituição Federal, a seguinte parte mantida pelo Congresso Nacional após veto presidencial do Projeto que se

transformou na Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração e dá outras providências.

Art. 3º. ...

e ... na data da vigência desta lei".

Brasília, 12 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.781 — DE 28 DE SETEMBRO
DE 1965

Concede isenção de licença de importação, tributos e emolumentos consulares para donativos destinados às obras de assistência social, mantidas pela Sociedade das Obras Sociais e Educativas — Estado da Bahia.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção de licença de importação, dos impostos de importação e de consumo, da taxa de despacho aduaneiro, das taxas portuárias, inclusive armazenagem, melhoramento dos portos e renovação de Marinha Mercante, e dos emolumentos consulares, para os donativos até o limite de 5.000 (cinco mil) toneladas anuais, constituídos de gêneros alimentícios, roupas usadas, medicamentos, material áudio-visual de base, material de uso pessoal, livros, material de construção, material de aulas domésticas e trabalhos manuais, recebidos até 1966, inclusive, pela Sociedade das Obras Sociais e Educativas, Diocese de Juazeiro, para sua distribuição gratuita através de obras de assistência social mantidas pela mesma Sociedade, na Diocese de Juazeiro, Estado da Bahia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Lopes Rodrigues

Juarez Távora

LEI Nº 4.782 — DE 28 DE SETEMBRO
DE 1965

Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 11.283.990.500 (onze bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, novecentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros) ao Ministério da Agricultura, para o fim que especifica.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 11.283.990.500 (onze bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, novecentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros), para atender ao cumprimento de um programa especial daquele Ministério, visando à execução de trabalhos de emergência, não atendidos integralmente com os seus atuais recursos, e ao ressarcimento de compromissos residuais assumidos em 1964, pelos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura, no desenvolvimento dos seus programas de trabalho.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será, automaticamente, registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Lopes Rodrigues
Hugo Leme

LEI Nº 4.783 — DE 28 DE SETEMBRO
DE 1965

Autoriza a abertura ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores de crédito especial para o custeio dos vencimentos e vantagens dos servidores da Fundação Brasil Central.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 337.828.560 (trezentos e trinta e sete milhões, oitocentos e vinte e oito mil, quinhentos e sessenta cruzeiros), destinado ao custeio, no exercício financeiro de 1965, dos vencimentos e vantagens dos servidores da Fundação Brasil Central, enquadrados na forma das Leis ns. 4.242, de 17 de julho de 1963, e 4.345, de 26 de junho de 1964, e do Decreto nº 54.224, de 1º de setembro de 1964.

Art. 2º O crédito especial em questão será, automaticamente, registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Campos
Eduardo Lopes Rodrigues

LEI Nº 4.784 — DE 28 DE SETEMBRO
DE 1965

Define a competência dos Estados para a cobrança do imposto sobre vendas e consignações.

(Publicada no Diário Oficial — Seção I — Parte I de 30-9-65)

Retificação

Na página 10.009, 3.ª coluna, art. 2º, parágrafo 2º,

Onde se lê:

... surgir divergência.

Leia-se:

... surgir a divergência.

LEI Nº 4.784 — DE 28 DE SETEMBRO
DE 1965

Define a competência dos Estados para a cobrança do imposto sobre vendas e consignações.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 3º, do artigo 70, da Constituição Federal, as seguintes partes mantidas pelo Congresso Nacional após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei número 4.784, de 28 de setembro de 1965, que define a competência dos Estados para a cobrança do imposto sobre vendas e consignações:

Artigo 3º O imposto devido ao Estado de origem, nos termos do artigo 2º, poderá ser exigido por antecipação, na ocasião da transferência, cabendo ao mesmo Estado o tributo correspondente ao maior valor obtido na venda ou consignação.

Artigo 4º ... e bem assim aos casos que envolvem dupla cobrança do imposto nas transferências de produtos, realizadas durante a vigência da citada lei, sendo reconhecido ao contribuinte que o tenha pago no Estado do produto, pelo menos uma vez, o direito de não efetuar novo pagamento pela transferência de produtos para os seus próprios estabelecimentos, seus agentes, representantes ou depositários em outros Estados.

Brasília, 19 de novembro de 1965;
144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes VII e VIII de 1965, desta
coleção, pela ordem alfabética
dos assuntos

EMENTÁRIO

A

A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto nº 56.926 de 1º de outubro de 1965.

A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, SOCIEDADE MÚTUA DE SEGUROS GERAIS

Aprova a transformação de A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil, Sociedade Mútua de Seguros Gerais, em sociedade anônima, bem como seus Estatutos.

Decreto nº 57.463 de 20 de dezembro de 1965.

ABUSO DE AUTORIDADE

Regula o Direito de Representação e o Processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.

Lei nº 4.898 de 9 de dezembro de 1965.

ACIDENTES EM SERVIÇO

Define a conceituação de Acidente em Serviço e dá outras providências.

Decreto nº 57.272 de 16 de novembro de 1965.

ÁCIDO SULFÚRICO

Dispõe sobre o aproveitamento dos rejeitos piritosos oriundos do beneficiamento do carvão.

Decreto nº 57.557 de 29 de dezembro de 1965.

ACÓRDO INTERNACIONAL DO TRIGO

Aprova o texto do Protocolo firmado pelo Brasil em Washington, em 19 de abril de 1965 que prorroga o Acôrdio Internacional do Trigo de 1962.

Decreto Legislativo nº 101, de 1965.

ACÓRDOS

Aprova o Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Argentina, firmado em 2 de junho de 1948.

Decreto Legislativo nº 96, de 1965.

Aprova o Acôrdio que estabelece um regime provisório aplicável a um sistema comercial mundial de comunicações por satélite, e respectivo Acôrdio Especial, concluídos em Washington, a 20 de agosto de 1964, e assinados pelo Brasil a 4 de fevereiro de 1965.

Decreto Legislativo nº 97, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do registro a termo, de 5 de abril de 1954, aditivo ao acôrdio celebrado em 1 de abril de 1953, entre o Governo da União e o do Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Decreto Legislativo nº 99, de 1965.

AÇÓS FINIOS PIRATINI S. A.

Abre crédito especial, pelo Ministério da Fazenda, autorizado pela Lei nº 4.271, de 24-10-1963 e revigorado pela Lei nº 4.699, de 28 de junho de 1965.

Decreto nº 57.144 de 1º de novembro de 1965.

AÇÚCAR

Dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação, e dá outras providências.

Lei nº 4.370 de 1º de dezembro de 1965.

ADIDOS MILITARES ESTRANGEIROS

Aprova as Instruções Gerais para as relações entre as Forças Armadas Brasileiras e os Adidos Militares Estrangeiros.

Decreto nº 57.133 de 27 de outubro de 1965.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Determina a sede e o fóro da Administração do Porto do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Lei nº 4.302 de 20 de outubro de 1965.

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 539.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.413 de 18 de dezembro de 1965.

AERONAUTICA

Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Quadro de Oficiais Aviadores da Reserva de 2ª Classe, e dá outras providências.

Lei nº 4.338 de 10 de novembro de 1965.

Dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.

Lei nº 4.902 de 16 de dezembro de 1965.

Desativa a Fábrica do Galeão e o Esquadrão de Suprimento e Manutenção da Base Aérea do Galeão e dá outras providências.

Decreto nº 57.053 de 11 de outubro de 1965.

Aprova o Regulamento dos Serviços de Rotas Aéreas.

Decreto nº 57.054 de 11 de outubro de 1965.

Aprova o Regulamento para o Serviço de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

Decreto nº 57.055 de 11 de outubro de 1965.

Regula o Recrutamento de Oficiais Médicos, Dentistas e Farmacêuticos da Aeronáutica.

Decreto nº 57.097 de 19 de outubro de 1965.

Define a conceituação de Acidente em Serviço e dá outras providências.

Decreto nº 57.272 de 16 de novembro de 1965.

Revoga o Decreto nº 56.754, de 19 de agosto de 1965 e dispositivo do Decreto nº 54.399, de 9 de outubro de 1964.

Decreto nº 57.483 de 24 de dezembro de 1965.

AERONAVES

Prorroga, até 31 de dezembro de 1967, a suspensão da cobrança das taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras na execução de suas linhas domésticas.

Lei nº 4.330 de 5 de novembro de 1965.

AEROPORTOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 508.500.000 (quinhentos e oito milhões e quinhentos mil cruzeiros), destinado a atender a despesas com a restauração e adaptação de vários aeroportos.

Lei nº 4.832 de 5 de novembro de 1965.

AFORAMENTOS

Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, do domínio útil da fração ideal do terreno nacional interior que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 57.162 de 4 de novembro de 1965.

Ver, também, Terrenos de Marinha.

AGRICULTURA

Dispõe sobre a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários e dá outras providências.

Lei nº 4.785 de 6 de outubro de 1965.

AGROPECUARIA

Transfere para a jurisdição do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias a Fazenda de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 57.011 de 11 de outubro de 1965.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Leonardo Antônio Galvão a lavar água mineral no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 55.533 de 11 de janeiro de 1965.

Autoriza E. Aranha & Cia. a pesquisar água mineral, no Município de Duas Estradas, Estado da Paraíba.

Decreto nº 56.949 de 1º de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Mariano de Moura a pesquisar água mineral no município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.069 de 15 de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Mendes a pesquisar água mineral, no município de Votorantim, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.121 de 19 de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Carmine Lourenço Del Gaizo a lavar água mineral no município de Cotia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.212 de 10 de novembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Amaro Pinto de Barros a lavar água mineral, no município de Fortaleza, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.452 de 16 de dezembro de 1965.

ALBERTO PEREIRA DA SILVA & CIA. LTDA.

Concede a Alberto Pereira da Silva & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.203 de 9 de novembro de 1965.

ALFANDEGAS

Dá nova redação ao item 85-28, alínea 004, da Seção XVI, da Tarifa que acompanha a Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Lei nº 4.820 de 29 de outubro de 1965.

ALIANÇA DE GOIÁS COMPANHIA DE SEGUROS

Concede à Aliança de Goiás Companhia de Seguros autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 56.915 de 30 de setembro de 1965.

ALIANÇA DE MINAS GERAIS COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Aliança de Minas Gerais Companhia de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.142 de 29 de outubro de 1965.

ALIANÇA PARA O PROGRESSO

Cria o "Conselho de Cooperação Técnica de Aliança para o Progresso" e dá outras providências.

Decreto nº 56.979 de 1º de outubro de 1965.

ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Aprova o Regulamento de Inspeção Industrial, Bromatológica e Higiênica de Produtos destinados à Alimentação dos Animais Domésticos.

Decreto nº 57.284 de 18 de novembro de 1965.

ALLIANCE ASSURANCE COMPANY LIMITED

Concede a Alliance Assurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 56.446 de 9 de junho de 1965.

ALUMEN

Autoriza Indústria Comércio de Mineração Brasil Central S. A. "Inconibrac" a pesquisar alumem no município de Porteirinha, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.335 de 25 de novembro de 1965.

ALUMÍNIO

Considera de alto interesse nacional as novas inversões a serem realizadas no ativo fixo de empresas que se dediquem à produção de alumínio.

Decreto nº 57.482 de 24 de dezembro de 1965.

ALVORADA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Alvorada Companhia Nacional de Seguros Gerais, inclusive extensão das operações de seguros e resseguros do Ramo Vida e aumento do capital social.

Decreto nº 56.985 de 1 de outubro de 1965.

AMAZÔNIA

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para atender a despesas que especifica.

Lei nº 4.792 de 20 de outubro de 1965.

Abre à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia o crédito especial de Cr\$ 10.000.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 56.981 de 1º de outubro de 1965.

AMENDOIM

Reajusta os preços básicos mínimos relativos à safra do ano agrícola 1965-66 para o feijão das águas e o amendoim das águas da região Centro-Meridional, constantes no Decreto nº 55.822, de 1º de setembro de 1965.

Decreto nº 57.390 de 7 de dezembro de 1965.

AMIANTO

Autoriza Sociedade Anônima Mineração de Amianto a pesquisar amianto, no município de Uruaçu, Estado de Goiás.

Decreto nº 56.912 de 29 de setembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Hélio Moutinho a pesquisar amianto, no município de Itapaci, Estado de Goiás.

Decreto nº 57.256 de 16 de novembro de 1965.

Retifica o art. 1º do Decreto número 55.352, de 31 de dezembro de 1964.

Decreto nº 57.344 de 25 de novembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Itamar Ribeiro Camelo a pesquisar amianto, no município de Sanclerlândia, Estado de Goiás.

Decreto nº 57.385 de 6 de dezembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Dêcio Amaral Castro a pesquisar amianto, mica e minério de níquel no município de Niquelândia, Estado de Goiás.

Decreto nº 57.437 de 16 de dezembro de 1965.

ANIDRITA

Renova o Decreto nº 51.968-A, de 26 de abril de 1963.

Decreto nº 57.213 de 10 de novembro de 1965.

Renova o Decreto nº 51.928, de 26 de abril de 1963.

Decreto nº 57.356 de 26 de novembro de 1965.

ANIMAIS DOMESTICOS

Aprova o Regulamento de Inspeção Industrial, Bromatológica e Higiênica de Produtos destinados à Alimentação dos Animais Domésticos.

Decreto nº 57.284 de 18 de novembro de 1965.

APATITA

Autoriza Bras-Humus S. A. — Adubos Orgânicos e Químicos a pesquisar apatita, no município de Registro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.063 de 15 de outubro de 1965.

AREA PRIORITARIA DE EMERGENCIA

Dispõe sobre a criação de área prioritária de emergência, para fins de Reforma Agrária, e dá outras providências.

Decreto nº 57.081 de 15 de outubro de 1965.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Darcy de Almeida a pesquisar areia quartzosa, no Município de Jacobina, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.260 de 22 de dezembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Marivaldo Fernandes a lavar areia quartzosa no município de Iguape, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.056 de 11 de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Marques Carrigo a lavar areia quartzosa, no município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.059 de 15 de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Ario Dantas Messoria a pesquisar areia quartzosa no município de Analândia, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.095 de 19 de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Leopoldo Gonçalves Guimarães Junior a lavar areia quartzosa, no município de Queluz, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.443 — de 16 de dezembro de 1965.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Franco Barbosa Junior a pesquisar argila, no Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.006 — de 15 de outubro de 1965.

Autoriza a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR a lavrar argila no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.085 — de 15 de outubro de 1965.

Autoriza a Cerâmica Assac S. A. a pesquisar argila, no município de Jundiá, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.216 — de 10 de novembro de 1965.

Autoriza a A.P. Green do Brasil S. A. — Comercial, Industrial e Técnica a pesquisar argila, no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.224 — de 30 de abril de 1965.

ARGILA

Autoriza a Empresa de Caolim Ltda. a pesquisar argila, no município de Taguaçu de Minas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.238 — de 11 de novembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro João Keber a pesquisar argila, no município de Cajamar, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.255 — de 16 de novembro de 1965.

Autoriza a Empresa Sacramentana Limitada a pesquisar argila, no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.314 — de 24 de novembro de 1965.

ASILO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, crédito especial de Cr\$ 6.000.000 (seis milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes do asilo concedido pelo Brasil a cidadãos da República Dominicana.

Lei nº 4.909 — de 17 de dezembro de 1965.

ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS

Ato Institucional nº 2.

ASSOCIAÇÕES

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo aditivo ao contrato celebrado, em 9 de setembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e a Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mocha Nacional.

Decreto Legislativo nº 94, de 1965.

Concede isenção de licença de importação, tributos e emolumentos consulares para donativos destinados às obras de assistência social, mantidas pela Sociedade das Obras Sociais e Educativas — Estado da Bahia.

Lei nº 4.781 — de 28 de setembro de 1965.

ASSOCIAÇÕES

Dispensa a cobrança do imposto do selo em contrato de promessa de compra e venda firmado entre a Associação Brasileira para o Rearmamento Moral e os proprietários do "Sítio São Luiz" localizado em Petrópolis.

Lei nº 4.881 — de 3 de dezembro de 1965.

Torna sem efeito o Decreto número 45.140, de 30 de dezembro de 1953.

Decreto nº 57.116 — de 19 de outubro de 1965.

ASSOCIAÇÕES

Suspende as atividades da Associação dos Cabos e Soldados das Polícias Militares do Brasil.

Decreto nº 57.131 — de 27 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública a Sociedade Bíblica do Brasil, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 57.171 — de 4 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública a "Associação Brasileira para o Rearmamento Moral", com sede em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 57.251 — de 12 de novembro de 1965.

ATALAIA COMPANHIA DE SEGUROS

Approva alterações introduzidas nos Estatutos da Atalaia Companhia de Seguros, inclusive extensão das operações de seguros ao Ramos Vida e aumento do capital social.

Decreto nº 57.112 — de 19 de outubro de 1965.

ATO INSTITUCIONAL Nº 2

Ato Complementar Nº 1.

Ato Complementar Nº 2.

ACTOS COMPLEMENTARES

Ato Institucional Nº 2.

AUTARQUIAS

Emenda Constitucional Nº 18.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto 54.103, de 7 de agosto de 1964, que estabelece obrigatoriedade de utilização do transporte ferroviário pelas repartições públicas, autarquias, órgãos da Administração descentralizada e entidades de direito privado beneficiadas pela União.

Decreto nº 57.150 — de 1º de novembro de 1965.

Regulamenta o art. 86 da Lei número 4.508, de 30 de novembro de 1964 e dá nova redação ao § 3º do artigo 5º do Decreto nº 54.252, de 3 de setembro de 1964.

Decreto nº 57.458 — de 20 de dezembro de 1965.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Lei nº 4.762, de 30 de agosto de 1965.

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.100.078, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.015 — de 11 de outubro de 1965.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação em favor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, imóveis situados nas Cidades do Rio de Janeiro — Estado da Guanabara, Belém — Estado do Pará e Curitiba — Estado do Paraná.

Decreto nº 57.485 — de 27 de dezembro de 1965.

B

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Autoriza a concessão de aval, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para os fins que especifica.

Decreto nº 56.966 — de 1º de outubro de 1965.

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional, diretamente ou por intermédio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 57.181 — de 8-11-65.

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 57.447 — de 16 de dezembro de 1965.

BANCOS

Autoriza os estabelecimentos Bancários a substituírem, em sua contabilidade, o livro "Diário" de escrituração mercantil pelo livro "Balancetes Diários e Balanços", cujas características define atribui eficácia probatória ao lançamento efetuado segundo o sistema de fichas de lançamento, e dá outras providências.

Lei nº 4.343 — de 19 de novembro de 1965.

BARITA

Autoriza Mineração Mascote Ltda. a pesquisar barita no município de Seabra, Estado da Bahia.

Decreto nº 57.015 — de 11 de outubro de 1965.

BARITINA

Declara caduco o Decreto nº 1.761, de 30 de novembro de 1962.

Decreto nº 57.080 — de 15 de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Peter Gert Adler a pesquisar galena e baritina, no Município de Alenquer, Estado do Pará.

Decreto nº 57.188 — de 8 de novembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Peter Gert Adler a pesquisar galena e baritina, no Município de Alenquer, Estado do Pará.

Decreto nº 57.189 — de 8 de novembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Peter Gert Adler a pesquisar galena e baritina no município de Alenquer, Estado do Pará.

Decreto nº 57.190 — de 8 de novembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Peter Gert Adler a pesquisar galena e baritina no município de Alenquer, Estado do Pará.

Decreto nº 57.239 — de 11 de novembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Peter Gert Adler a pesquisar galena e baritina no município de Alenquer, Estado do Pará.

Decreto nº 57.240 — de 11 de novembro de 1965.

BAUXITA

Autoriza a Mineração Pirangi S. A. a lavar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.919, de 1 de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro José Biondi Sobrinho a pesquisar bauxita, no município de Lavrinhas, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.936, de 1º de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Sinésio Borges a pesquisar bauxita, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.948, de 1º de outubro de 1965.

Autoriza a Alumínio Minas Gerais S. A. a pesquisar bauxita no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.021, de 11 de outubro de 1965.

Autoriza a Sociedade Industrial União Ltda. a lavar bauxita, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.083, de 15 de outubro de 1965.

Fica autorizado o cidadão brasileiro José Patrus de Souza a pesquisar bauxita, no município de Sêro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.214, de 10 de novembro de 1965.

Autoriza Alumínio Minas Gerais S. A. a pesquisar bauxita no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.257, de 16 de novembro de 1965.

BEST — METAIS E SOLDAS LIMITADA

Concede à Best — Metais e Soldas Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.440, de 16 de dezembro de 1965.

BOAVISTA COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Boavista Companhia de Seguros de Vida, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 57.044, de 11 de outubro de 1965.

BOLSAS DE ESTUDO

Reformula atribuições e vinculação de órgãos do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 57.230, de 17 de novembro de 1965.

BRASIL LIBANO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Concede à Brasil Libano Companhia de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 57.462, de 20 de dezembro de 1965.

BRASIL MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO SOC. ANÔNIMA — BRASIMIC

Concede à Brasil Mineração Indústria e Comércio S. A. — (BRASIMIC) autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.435, de 16 de dezembro de 1965.

BRASILIA

Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para auxílio às obras do Estádio de Brasília.

Lei nº 4.834, de 9 de novembro de 1965.

— *Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 619.790.191 (seiscentos e noventa milhões, setecentos e noventa mil, cento e noventa e um cruzeiros), para o fim que especifica.*

Lei nº 4.835, de 9 de novembro de 1965.

— *Autoriza a abertura, pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, do Crédito especial de Cr\$ 1.750.000.000 (um bilhão e setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para auxílio à Fundação Educacional do Distrito Federal.*

Lei nº 4.836, de 9 de novembro de 1965.

BRUCELOSE

Baixa Normas Técnicas Especiais para a Profilaxia da Brucelose e dá outras providências.

Decreto nº 57.156, de 3 de novembro de 1965.

C

CACAU

Prorroga por mais noventa (90) dias o prazo previsto no art. 5º do Decreto nº 56.543, de 7 de julho de 1965.

Decreto nº 57.449, de 16 de dezembro de 1965.

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

Aprova o Regulamento do Cadastro Geral de Contribuintes, em relação às pessoas jurídicas.

Decreto nº 57.307, de 23 de novembro de 1965.

CAFÉ

Fixa normas para a elaboração do Esquema Financeiro das safras cafeeiras.

Lei nº 4.924, de 23 de dezembro de 1965.

CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS

Classifica cargo de nível superior da Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra e dispõe sobre o enquadramento de seu atual ocupante.

Decreto nº 57.135, de 23 de outubro de 1965.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Retifica o art. 22 do Decreto número 55.279, de 22 dezembro de 1964.

Decreto nº 57.042 — De 11 de outubro de 1965.

— *Aprova os Orçamentos das Caixas Econômicas Federais do Piauí, do Amazonas e do Espírito Santo.*

Decreto nº 57.098, de 19 de outubro de 1965.

— *Aprova os Orçamentos das Caixas Econômicas Federais de Alagoas, da Bahia, do Paraná e de Sergipe.*

Decreto nº 57.099 — de 19 de outubro de 1965.

— *Aprova o Orçamento da Caixa Econômica Federal do Pará.*

Decreto nº 57.410 — de 13 de dezembro de 1965.

— *Aprova o Orçamento da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.411, de 13 de dezembro de 1965.

— *Aprova o Orçamento da Caixa Econômica Federal do Ceará.*

Decreto nº 57.412 — de 13 de dezembro de 1965.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Humberto da Veiga Sampaio a pesquisar calcário no município de Ilhéus, Estado da Bahia.

Decreto nº 56.921 — de 1 de outubro de 1965.

— *Autoriza a Empresa de Minérios Independência Ltda. — EMIL — a pesquisar calcário, no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 56.932 — de 1 de outubro de 1965.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Pitangui a lavar calcário no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 56.944 — de 1 de outubro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal de Souza Mattos a pesquisar calcário e feldspato no município de Santana do Deserto, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 56.951 — de 1 de outubro de 1965.

— *Autoriza a Cia. de Cimento Portland Rio Negro a lavar calcário no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 57.084 — de 15 de outubro de 1965.

— *Autoriza a firma Icominas S. A. — Empresa de Mineração a pesquisar calcita, calcários e mármore no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.090 — de 19 de outubro de 1965.

— *Autoriza S.A. Cimento Mineração Cabotagem Cimimar a pesquisar calcário e dolomita, no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.092 — de 19 de outubro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Lins a pesquisar calcário, no município de Monte Alegre, Estado do Pará.*

Decreto nº 57.109 — de 19 de outubro de 1965.

— *Autoriza a Cia. Cearense de Cimento Portland a lavar calcário nos municípios de Corearú e Sobral no Estado do Ceará.*

Decreto nº 57.110 — de 19 de outubro de 1965.

— *Autoriza S.A. de Cimento Mineração e Cabotagem "Cimimar" a pesquisar calcário no município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 57.111 — de 19 de outubro de 1965.

— *Autoriza a Cia. Materiais Sulfurosos Matsulfur a pesquisar calcário, no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.165 — de 4 de novembro de 1965.

— *Renova o Decreto nº 51.968-A, de 26 de abril de 1963.*

Decreto nº 57.213 — de 10 de novembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Machado Roemberg Mendonça a lavar calcário no município Lagarto, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 57.219 — de 10 de novembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Freire de Siqueira a pesquisar calcário, no município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.*

Decreto nº 57.258 — de 16 de novembro de 1965.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica da Guanabara — COSIGUA — a lavar calcário, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.267 — de 16 de novembro de 1965.

— *Renova o Decreto nº 51.928, de 26 de abril de 1963.*

Decreto nº 57.356 — de 26 de novembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Barni a pesquisar calcário no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 57.364 — de 30 de novembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Waldemar Pezzini a pesquisar calcário, no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.436 — de 16 de dezembro de 1965.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA — a pesquisar calcário, no município de São João do Raposo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.439 — de 16 de dezembro de 1965.

— *Retifica o art. 1º do Decreto nº 55.531, de 11 de janeiro de 1965.*

Decreto nº 57.451 — de 16 de dezembro de 1965.

CALCITA

— *Autoriza a firma Icominas S. A. — Empresa de Mineração a pesquisar calcita, calcário e mármore no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.090 — de 19 de outubro de 1965.

— *Retifica o Decreto nº 56.343, de 21 de maio de 1965.*

Decreto nº 57.346 — de 25 de novembro de 1965.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 3.440.000.500, para refêrencia de dotações orçamentárias que especifica.

Decreto nº 4.882 — de 9 de novembro de 1965.

CAMARAS MUNICIPAIS

Ato Complementar nº 5.

CAMPANHA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

Reformula atribuições e vinculação de órgãos do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 57.280 — de 17 de novembro de 1965.

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 24.804.500 (vinte e quatro milhões, oitocentos e quatro mil e quinhentos cruzeiros) para atender às despesas com a desapropriação, para União, do imóvel situado na Praia do Flamengo, 130-132, no Estado da Guanabara e que se destina a abrigar a Campanha de Assistência ao Estudante.*

Decreto nº 57.554 — de 29 de dezembro de 1965.

CAMPANHA DE ERRADICAÇÃO DA MALÁRIA (CEM)

Aprova o Regimento da Campanha de Erradicação da Malária (CEM), criada pela Lei nº 4.709, de 28 de novembro de 1965.

Decreto nº 57.244 — de 12 de novembro de 1965.

CANDIDATOS

Ato Complementar nº 4.

CARTÃO DE IDENTIDADE

Dispõe sobre a expedição de cartões de identidade pelo Ministério da Educação e Cultura a que se refere o Decreto nº 29.079, de 30 de dezembro de 1950.

Decreto nº 57.281 — de 17 de novembro de 1965.

CARVÃO

Autoriza a Cia. Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo a pesquisar carvão no Município de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.930 — de 1 de outubro de 1965.

Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais — Copelmi a lavar carvão mineral, no município de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.937 — de 1 de outubro de 1965.

Autoriza a Cia. Carbonífera Minas Butia a pesquisar carvão mineral no município de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.254 — de 16 de novembro de 1965.

Autoriza a Carbonífera Criciúma Ltda. a lavar carvão mineral, no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 57.270 — de 16 de novembro de 1965.

Aprova o Orçamento da Comissão do Plano do Carvão Nacional.

Decreto nº 57.422 — de 13 de dezembro de 1965.

Dispõe sobre o aproveitamento dos rejeitos piritosos oriundos do beneficiamento do carvão.

Decreto nº 57.557 — de 29 de dezembro de 1965.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Passos de Resende a pesquisar cassiterita no município de Coronel Xavier Chaves, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.931 — de 1 de outubro de 1965.

Declara caduco o Decreto número 30.540, de 14 de fevereiro de 1952.

Decreto nº 57.065 — de 15 de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Carlos Rocha de Assis a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 57.067 — de 15 de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Flodoaldo Pontes Pinto a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, no Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 57.087 — de 15 de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Rodrigues Chaves a pesquisar cassiterita, no município de Coronel Xavier Chaves — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.196 — de 8 de novembro de 1965.

Retifica o art. 1º do Decreto nº 54.779, de 31 de outubro de 1964.

Decreto nº 57.211 — de 10 de novembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Zacki Curi a pesquisar cassiterita no município de Macapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 57.223 — de 11 de novembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Zacki Curi a pesquisar cassiterita no município de Macapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 57.237 — de 11 de novembro de 1965.

Autoriza a Empresa de Mineração Badin Ltda., a pesquisar minério de ouro e cassiterita, nos municípios de Livramento do Brumado e Rio de Contas, Estado da Bahia.

Decreto nº 57.329 — de 24 de novembro de 1965.

Autoriza a Empresa de Mineração Badin Ltda., a pesquisar minério de ouro e cassiterita nos municípios de Livramento do Brumado e Rio de Contas, Estado da Bahia.

Decreto nº 57.340 — de 25 de novembro de 1965.

CAUCAO

Regulamenta o art. 86 da Lei número 4.506, de 30 de novembro de 1964 e dá nova redação ao § 3º do art. 5º do Decreto nº 54.252, de 3 de setembro de 1964.

Decreto nº 57.458 — de 20 de dezembro de 1965.

CAULIM

Renova o Decreto nº 51.959, de 26 de abril de 1963.

Decreto nº 56.955 — de 1 de outubro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Pereira a pesquisar caulim, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.018 — de 11 de outubro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Roberto Tosato a pesquisar caulim, no município de Curitiba, Estado do Paraná.*

Decreto nº 57.093 — de 19 de outubro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Yoshiaki Kosaka a pesquisar caulim no município de Cotia — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.191 — de 8 de novembro de 1965.

— *Autoriza a Mineração Ouro Branco Limitada a pesquisar caulim, no município de Cotia, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.220 — de 10 de novembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo de Vuono a pesquisar mica e caulim no município de Guararema, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.327 — de 24 de novembro de 1965.

— *Autoriza a Mineração Caolinita Limitada a lavrar caulim no município de Ubá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.355 — de 26 de novembro de 1965.

CEDULAS

Institui o cruzeiro novo e dá outras providências.

Decreto nº 1 — de 13 de novembro de 1965.

CENTENÁRIO DE OLAVO BILAC

Dispõe sobre medalha comemorativa do centenário do nascimento de Olavo Bilac.

Decreto nº 57.275 — de 16 de novembro de 1965.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS S.A.

Autoriza, Centrais Elétricas de Goiás S.A., a construir linha de transmissão.

Decreto nº 56.918 — de 1 de outubro de 1965.

CERVEJA

Inclui a indústria da cerveja entre as atividades em que é permitido o trabalho aos domingos e feriados.

Decreto nº 57.349 — de 25 de novembro de 1965.

CERVEJARIA PARAENSE S.A.

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, ao equipamento importado pela Cervejaria Paraense S.A. — CERPA-SA — destinado à instalação de uma fábrica de cerveja em Belém, no Estado do Pará.

Lei nº 4.883 — de 9 de dezembro de 1965.

CESSÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.

Decreto nº 56.911 — de 29 de setembro de 1965.

Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do terreno que menciona, situado em Maceté, Estado de Alagoas.

Decreto nº 55.963 — de 20 de abril de 1965.

Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do terreno que menciona, situado no Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.972 — de 20 de abril de 1965.

Autoriza a cessão sob a forma de utilização gratuita, de imóvel que menciona, situado no Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.196 — de 30 de abril de 1965.

Autoriza a cessão gratuita ao Instituto de Menores de Pelotas do terreno que menciona, situado no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.310 — de 24 de novembro de 1965.

COBRE

Renova o Decreto nº 2.142, de 22 de janeiro de 1963.

Decreto nº 56.493 — de 1 de outubro de 1965.

Autoriza Mineração Santa Rosa Limitada a pesquisar minério de cobre no município de Ituaçu, Estado da Bahia.

Decreto nº 56.939 — de 1º de outubro de 1965.

CÓCO

Aprova as especificações da padronização das fibras da casca de côco (Cocos nucifera L.), visando à sua classificação e à fiscalização da exportação.

Decreto nº 56.898 — de 23 de setembro de 1965.

CÓDIGO DO PROCESSO PENAL

Dá nova redação ao art. 91 do Código do Processo Penal (Decreto-lei nº 3.693, de 3 de outubro de 1941).

Lei nº 4.893 — de 9 de dezembro de 1965.

COFRES DE CARGA

Dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias.

Lei nº 4.907 — de 17 de dezembro de 1965.

COLETA DE PREÇOS

Delega poderes ao Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações, para autorizar a realização de coleta de preços e concorrência administrativa e dispensa de concorrência, na forma prevista na letra "c", item IV, do art. 1º da Lei nº 4.401, de 10 de setembro de 1964.

Decreto nº 57.128 — de 20 de outubro de 1965.

Delega poderes ao Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, para autorizar a realização de coleta de preços e concorrência administrativa e dispensa de concorrência, na forma prevista nas letras "c" e "e", item IV, do art. 1º da Lei nº 4.401, de 10 de setembro de 1964.

Decreto nº 57.293 — de 19 de novembro de 1965.

COLONIAL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Colonial Companhia Nacional de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.152 — de 1º de novembro de 1965.

COLUMBIA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Columbia Companhia Nacional de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 56.079 — de 26 de abril de 1965.

COLUMBITA

Retifica o art. 1º do Decreto número 54.779, de 31 de outubro de 1954.

Decreto nº 57.211 — de 10 de novembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Edvaldo de Oliveira Flores a pesquisar columbia, no município de Itambé, Estado da Bahia.

Decreto nº 57.348 — de 25 de novembro de 1965.

COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO (CFP)

Autoriza a Comissão de Financiamento da Produção (CFP) a conceder financiamento aos beneficiadores dos produtos resultantes das atividades agrícola, pecuária ou extrativa, que hajam assegurado aos produtores ou suas cooperativas o preço mínimo fixado pela legislação em vigor, e dá outras providências.

Decreto nº 57.391 — de 7 de dezembro de 1965.

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE

Classifica os cargos de nível superior da Comissão de Marinha Mercante e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 56.913 — de 29 de setembro de 1965.

Aprova o Orçamento da Comissão de Marinha Mercante.

Decreto nº 57.421 — de 13 de dezembro de 1965.

COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL

Aprova o Orçamento da Comissão do Plano do Carvão Nacional.

Decreto nº 57.422 — de 13 de dezembro de 1965.

COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 57.482.525 (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte e cinco cruzeiros) para o fim que especifica.

Lei nº 4.894 — de 9 de dezembro de 1965.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN)

Autoriza o Poder Executivo a abrir pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o crédito especial de Cr\$ 3.170.703.600 (três bilhões, cento e setenta milhões, setecentos e três mil e seiscentos cruzeiros), para atender ao pagamento das despesas com a desapropriação do acervo dos bens pertencentes à Garquima — Indústrias Químicas Reunidas S.A., situados na Capital do Estado de São Paulo, destinados à industrialização da Monazita, Ambliogonita e Zircônita.

Lei nº 4.857 — de 25 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), os bens da ORQUIMA — Indústrias Químicas Reunidas S.A., situados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.304 — de 22 de novembro de 1965.

Aprova o Orçamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Decreto nº 57.309 — de 23 de novembro de 1965.

COMISSÕES

Constitui Comissão Interministerial a fim de elaborar projeto de lei propondo nova tabela de fixação dos valores relativos aos emolumentos dos corretores de navios.

Decreto nº 57.246 — de 12 de novembro de 1965.

Prorroga por mais noventa (90) dias o prazo previsto no art. 5º do Decreto nº 56.543, de 7 de julho de 1965.

Decreto nº 57.449 — de 16 de dezembro de 1965.

Cria uma Comissão Executiva com o objetivo de elaborar os projetos definitivos de ligação direta, através de ponte, entre o Estado da Guanabara e a cidade de Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 57.555 — de 29 de dezembro de 1965.

COMPANHIA AURÍFERA BRASILEIRA

Concede a Companhia Aurífera Brasileira autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.933 — de 1º de outubro de 1965.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Vincula ao Ministério da Viação e Obras Públicas a Companhia de Navegação do São Francisco, Sociedade de Economia Mista.

Lei nº 4.855 — de 25 de novembro de 1965.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

Isenta do imposto de importação equipamento para tratamento de água destinado à Companhia de Saneamento do Paraná.

Lei nº 4.380 — de 3 de dezembro de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS ARGOS FLUMINENSE

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Argos Fluminense, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.368 — de 1º de dezembro de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS COMERCIAL DO PARÁ

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Comercial do Pará, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.986 — de 1º de outubro de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS CRUZEIRO DO SUL

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Cruzeiro do Sul, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.289 — de 19 de novembro de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS DA BAHIA

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros da Bahia, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 57.058 — de 15 de outubro de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS DE MINAS GERAIS S.A.

Concede à Companhia de Seguros de Minas Gerais S. A. autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 57.433 — de 15 de dezembro de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS IMPERIAL

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Imperial, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.143 — de 29 de outubro de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES CONFIANÇA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Confiança, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.988 — de 1º de outubro de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS RIO BRANCO

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Rio Branco, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.466 — de 20 de dezembro de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS SAGRES

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Sagres, relativa ao aumento do capital.

Decreto nº 57.141 — de 29 de outubro de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS VILA RICA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Vila Rica, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 57.287 — de 19 de novembro de 1965.

COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ

Transfere a concessão do porto de Mucuripe (CE) para a Companhia Docas do Ceará e dá outras providências.

Decreto nº 57.103 — de 19 de outubro de 1965.

COMPANHIA FIDELIDADE DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Fidelidade de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.290 — de 19 de novembro de 1965.

COMPANHIA ITABRÁS DE MINERAÇÃO

Concede à Companhia Itabrás de Mineração, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.333 — de 25 de novembro de 1965.

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES LLOYD SUL AMERICANO

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Lloyd Sul Americano, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.430 — de 15 de dezembro de 1965.

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 201.591.171,50, para o fim que especifica.

Lei nº 4.815 — de 26 de outubro de 1965.

Aprova os Orçamentos da Companhia Nacional de Navegação Costeira e Serviço de Navegação da Baía do Prata.

Decreto nº 57.291 — de 19 de novembro de 1965.

Prorroga por 1 (um) ano o prazo da Intervenção Federal na Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Decreto nº 57.360 — de 29 de novembro de 1965.

Aplica à Companhia Nacional de Navegação Costeira o aumento da que trata a Lei nº 4.863, de 29-11-65.

Decreto nº 57.528 — de 28 de dezembro de 1965.

COMPANHIA PORT OF PARÁ

Designação de comissão para preparar relatório final sobre o processo nº 418.109-64 atinente à Companhia Port of Pará.

Decreto nº 56.958 — de 1 de outubro de 1965.

Prorroga o prazo fixado no Decreto nº 56.958, de 1º de outubro de 1965.

Decreto nº 57.457 — de 17 de dezembro de 1965.

COMPANHIA SEGURADORA INTERCONTINENTAL

Concede à Companhia Seguradora Intercontinental, autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 57.362 — de 30 de novembro de 1965.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 138.941.000 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e quarenta e um mil cruzeiros), destinado ao pagamento de ações preferenciais subscritas pelo Tesouro Nacional no aumento de capital da Companhia Vale do Rio Doce.

Lei nº 4.019 — de 17 de dezembro de 1965.

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 57.153 — de 1 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Companhia Vale do Rio Doce, áreas de terras situadas nos Municípios de Santa Bárbara e Mariana, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.306 — de 23 de novembro de 1965.

COMPRAS

Suspende, provisoriamente, a aquisição do material permanente e de consumo para o serviço público, e dá outras providências.

Decreto nº 57.187 — de 8 de novembro de 1965.

COMUNICAÇÕES POR SATELITE

Aprova o Acôrdo que estabelece um regime provisório aplicável a um sistema comercial mundial de comunicações por satélite, e respectivo Acôrdo Especial, concluídos em Washington, a 30 de agosto de 1964, e assinados pelo Brasil a 4 de fevereiro de 1965.

Decreto Legislativo nº 97, de 1965.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 191.364.240 (cento e noventa e um milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta cruzeiros), para atender às despesas com o comparecimento do Episcopado brasileiro à Quarta Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Lei nº 4.809 — de 25 de outubro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 5.810.000, para atender às despesas complementares com o comparecimento do Clero brasileiro ao "Concílio Ecumênico Vaticano II".

Lei nº 4.876 — de 2 de dezembro de 1965.

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 107.484.000, para atender às despesas realizadas com o comparecimento do Episcopado brasileiro à Terceira Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Decreto nº 57.231 — de 11 de novembro de 1965.

CONCÓRDIA COMPANHIA DE SEGUROS

Concede à Concórdia Companhia de Seguros, autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 57.431 — de 15 de dezembro de 1965.

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

Delega poderes ao Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações, para autorizar a realização de coleta de preços e concorrência administrativa e dispensa de concorrência, na forma prevista na letra "c", item IV, do art. 1º da Lei nº 4.401, de 10 de setembro de 1964.

Decreto nº 57.128 — de 20 de outubro de 1965.

Delega poderes ao Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, para autorizar a realização de coleta de preços e concorrência administrativa e dispensa de concorrência, na forma prevista nas letras "c" e "e", item IV, do art. 1º da Lei número 4.401, de 10 de setembro de 1964.

Decreto nº 57.293 — de 19 de novembro de 1965.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Altera disposições do Decreto número 56.801, de 27 de agosto de 1965, que dispõe sobre a aplicação do Fundo de Melhoramento dos Portos e disciplina o art. 4º do Decreto nº 60, de 19 de outubro de 1961.

Decreto nº 57.126 — de 20 de outubro de 1965.

**CONFERENCIA NACIONAL DE
EDUCAÇÃO**

Altera a redação do art. 2º do Decreto nº 54.999, de 13 de novembro de 1964.

Decreto nº 57.347 — de 25 de novembro de 1965.

CONGRESSO NACIONAL

Emenda Constitucional nº 16.

Emenda Constitucional nº 17.

Ato Complementar nº 4.

CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que especifica e dá outras providências.

Decreto nº 57.198 — de 9 de novembro de 1965.

**CONSELHO DELIBERATIVO DA
COORDENAÇÃO DO APERFEI-
ÇOAMENTO DE PESSOAL DE
NÍVEL SUPERIOR**

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que especifica e dá outras providências.

Decreto nº 57.198 — de 9 de novembro de 1965.

**CONSELHO DO PLANO MESTRE
DECENAL PARA AVALIAÇÃO
DOS RECURSOS MINERAIS**

Aprova o Regimento do Conselho do Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil.

Decreto nº 57.296 — de 19 de novembro de 1965.

**CONSELHO INTERAMERICANO
ECONÔMICO E SOCIAL (CIES)**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 86.087.100 (oitenta e seis milhões, oitenta e sete mil e cem cruzeiros), para atender as despesas decorrentes das Segundas Reuniões Anuais Ordinárias do Conselho Interamericano Econômico e Social — CIES — da organização dos Estados Americanos.

Lei nº 4.916 — de 17 de dezembro de 1965.

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍ-
TICA SALARIAL**

Abre, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000 para os fins que especifica.

Decreto nº 57.283 — de 18 de novembro de 1965.

**CONSELHO NACIONAL DE TELE-
COMUNICAÇÕES (CONTEL)**

Modifica, sem aumento de despesas, de dotações consignadas na Lei número 4.539, de 10 de dezembro de 1964, na parte que se refere ao subanexo do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Lei nº 4.828 — de 5 de novembro de 1965.

Abre ao Ministério da Fazenda consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.004 — de 11 de outubro de 1965.

Delega poderes ao Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações, para autorizar a realização de coleta de preços e concorrência administrativa e dispensa de concorrência, na forma prevista na letra "c" item IV, do art. 1º da Lei nº 4.401, de 10 de setembro de 1964.

Decreto nº 57.128 — de 20 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, no Estado da Guanabara, e dá outras providências.

Decreto nº 57.399 — de 10 de dezembro de 1965.

**CONSELHO NACIONAL DE
TRANSPORTES**

Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 4.563, de 11 de dezembro de 1964, que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências.

Lei nº 4.803 — de 25 de outubro de 1965.

**CONSELHO NACIONAL DO
PERÓLEO**

Altera o Decreto nº 43.101, de 24 de janeiro de 1958.

Decreto nº 57.174 — de 4 de novembro de 1965.

CONSELHO PENITENCIÁRIO

Estende aos demais servidores federais de órgãos transferidos ao Estado da Guanabara, em virtudes da Lei nº 3.572, de 14 de abril de 1960, os benefícios do art. 46 e seus parágrafos, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1933.

Lei nº 4.818 — de 29 de outubro de 1965.

**CONSELHO PENITENCIÁRIO —
TERRITÓRIO FEDERAL DE
RORAIMA**

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que específica e dá outras providências.

Decreto nº 57.198 — de 9 de novembro de 1965.

**CONSELHO PENITENCIÁRIO DO
DISTRITO FEDERAL**

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que específica e dá outras providências.

Decreto nº 57.198 — de 9 de novembro de 1965.

**CONSELHO REGIONAL DE TRAN-
SITO — TERRITÓRIO DE
RORAIMA**

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que específica e dá outras providências.

Decreto nº 57.198 — de 9 de novembro de 1965.

**CONSELHO SUPERIOR DE
TARIFAS**

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que específica e dá outras providências.

Decreto nº 57.198 — de 9 de novembro de 1965.

**CONSELHO SUPERIOR DO TRA-
BALHO MARÍTIMO**

Dispõe sobre as novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e do Conselho Superior do Trabalho Marítimo, e dá outras providências.

Lei nº 4.858 — de 26 de novembro de 1965.

**CONSELHOS REGIONAIS DE
FARMÁCIA**

Acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências.

Lei nº 4.817 — de 29 de outubro de 1965.

**CONSELHOS REGIONAIS DE
ECONOMISTAS**

Aprova o Orçamento do Conselho Regional de Economistas Profissionais da Primeira Região.

Decreto nº 57.201 — de 9 de novembro de 1965.

**CONSERVATÓRIO MUSICAL “MÃE
DE DEUS”**

Altera a denominação do Conservatório Musical “Mãe de Deus”, de Londrina, Estado do Paraná.

Decreto nº 57.416 — de 13 de dezembro de 1965.

**CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO
TRABALHO**

Altera o § 1º do art. 475, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Lei nº 4.824 — de 5 de novembro de 1965.

Acresce de um parágrafo o art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Lei nº 4.825 — de 5 de novembro de 1965.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ato Institucional nº 2.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Ato Institucional nº 2.

CONSULADOS

Ver: *Ministério das Relações Exteriores.*

CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000 como reforço à dotação orçamentária insuficiente destinada à Contadoria-Geral da República.

Lei nº 4.877 — de 2 de dezembro de 1965.

CONTENÇÃO DE DESPESAS

Autoriza o Ministério da Fazenda a proceder à baixa das responsabilidades apuradas na vigência do Decreto nº 1.781, de 3-12-1962.

Decreto nº 57.008 — de 11 de outubro de 1965.

CONTENÇÃO DE PREÇOS

Regulamenta a Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965.

Decreto nº 56.987 — de 1º de outubro de 1965.

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de empréstimo no valor de Cr\$ 300.900.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina.

Decreto-Legislativo nº 89 de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 2 de julho de 1953, aditivo ao contrato celebrado, em 27 de fevereiro de 1956, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, através do Ministério da Aeronáutica, e José Gomes Figueira.

Decreto Legislativo nº 90, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato — escritura de compra e venda, de 9 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e a Colonizadora e Madeireira Bandeirante Limitada, como outorgada compradora.

Decreto Legislativo nº 91, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de compra e venda celebrado, em 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Nansio Briguglio, como outorgado comprador.

Decreto Legislativo nº 93, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo aditivo ao contrato celebrado, em 9 de setembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e a Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mocha Nacional.

Decreto Legislativo nº 94, de 1965.

Determina o registro do contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1951, entre o Governo Federal e Francisco Moreno da Silva e sua mulher Maria do Carmo Oliveira.

Decreto Legislativo nº 98, de 1965.

Determina o registro de contrato de empréstimo, aos recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Pará, em 24 de maio de 1963.

Decreto Legislativo nº 100, de 1965.

Determina o registro do contrato celebrado, em 8 de maio de 1961, entre o Ministério da Fazenda e a Companhia Cimento Portland Cauê.

Decreto Legislativo nº 103, de 1965.

CONTRATO DE TRABALHO

Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências.

Lei nº 4.928 — de 23 de dezembro de 1965.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Emenda Constitucional nº 18.

CONVENÇÕES

Promulga a Convenção Internacional para proteção aos artistas intérpretes ou executantes, aos produtores de fonogramas e aos organismos de rádiodifusão.

Decreto nº 57.125 — de 19 de outubro de 1965.

COOPERATIVAS

Altera a redação do parágrafo único do art. 32 do Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, que reforma as disposições do Decreto Legislativo nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às Cooperativas.

Lei nº 4.891 — de 9 de dezembro de 1965.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE BOLSAS DE ESTUDO

Reformula atribuições e vinculação de órgãos do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 57.280 — de 17 de novembro de 1965.

CORPO DE BOMBEIROS

Estende aos demais servidores federais de órgãos transferidos ao Estado da Guanabara, em virtude da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, os benefícios do art. 46 e seus parágrafos, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Lei nº 4.818 — de 29 de outubro de 1965.

CORREIOS E TELEGRAFOS

Ver: Departamento dos Correios e Telégrafos.

CORRESPONDÊNCIA POSTAL

Aprova regulamento para o transporte e distribuição de correspondência postal por empresas privadas, e dá outras providências.

Decreto nº 57.274 — de 16 de novembro de 1965.

CORRETOR DE NAVIOS

Constitui Comissão Interministerial a fim de elaborar projeto de lei propondo nova tabela de fixação dos valores relativos aos emolumentos dos corretores de navios.

Decreto nº 57.246 — de 12 de novembro de 1965.

CORRETOR DE SEGUROS

Dispõe sobre o regime de correção de seguros na forma da Lei número 4.594, de 29 de dezembro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 56.900 — de 23 de setembro de 1965.

Regulamenta a profissão de Corretor de Seguros de Vida e de Capitalização, de conformidade com o art. 32, da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964.

Decreto nº 56.903 — de 24 de setembro de 1965.

COSMÉTICOS

Baixa Normas Técnicas Especiais para o Controle da fabricação e venda de produtos de higiene, perfumes, cosméticos, congêneres e dá outras providências.

Decreto nº 57.395 — de 7 de dezembro de 1965.

COURO

Proíbe o emprêgo da palavra couro em produtos industrializados, e dá outras providências.

Lei nº 4.888 — de 9 de dezembro de 1965.

Concede estímulo às indústrias de fiação, tecelagem, couros, calçados e seus artefatos.

Decreto nº 57.028 — de 11 de outubro de 1965.

CREDITO, ABERTURA DE:

Ver: o nome do Ministério ou Órgão interessado.

CRÉDITO RURAL

Institucionaliza o crédito rural.

Lei nº 4.829 — de 5 de novembro de 1965.

CRISOTILA ITABERABA MINERAÇÃO S. A.

Concede a Crisotila Itaberaba Mineração S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.332 — de 24 de novembro de 1965.

CRUZEIRO NOVO

Institui o cruzeiro novo e dá outras providências.

Decreto-Lei nº 1 — de 13 de novembro de 1965.

CURSOS

Retifica o Decreto nº 54.093, de 4 de agosto de 1964.

Decreto nº 55.848 — de 19 de março de 1965.

Dispõe sobre o funcionamento de cursos de Engenheiro de Operação em estabelecimentos de ensino de engenharia.

Decreto nº 57.075 — de 15 de outubro de 1965.

D

DECRETOS-LEIS

Ato Institucional nº 2.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Autoriza o Poder Executivo abrir, a diversos Órgãos e Ministérios, créditos especiais num montante de Cr\$ 15.665.913.118 e suplementares num montante de Cr\$ 27.312.000 destinados à regularização de despesas consignadas em orçamentos anteriores.

Lei nº 4.849 — de 19 de novembro de 1965.

Aprova a transferência de cargos e dos respectivos servidores do Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil para o Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Departamento Administrativo do Serviço Público e vice-versa, e dá outras providências.

Decreto nº 57.338 — de 25 de novembro de 1965.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 1.995, de 1º de fevereiro de 1940, que fixa a tarifa geral para os serviços dos Correios e Telégrafos.

Lei nº 4.801 — de 20 de outubro de 1965.

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 20.500.000.000 (vinte bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para o fim que menciona.

Lei nº 4.865 — de 30 de novembro de 1965.

Autoriza a Rede Ferroviária Federal S. A. a transferir para o Departamento dos Correios e Telégrafos as linhas telegráficas situadas em trechos ferroviários considerados anti-econômicos e dá outras providências.

Decreto nº 57.149 — de 1 de novembro de 1965.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS

Suspende, provisoriamente, a aquisição do material permanente e de consumo para o serviço público, e dá outras providências.

Decreto nº 57.187 — de 8 de novembro de 1965.

Altera redação do art. 2º do decreto nº 57.187, de 8 de novembro de 1965.

Decreto nº 57.358 — de 29 de novembro de 1965.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal.

Lei nº 4.878 — de 3 de dezembro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros), destinado a obras de complementação de reparações do D.F.S.P., em Brasília.

Lei nº 4.879 — de 3 de dezembro de 1965.

Dispõe sobre o enquadramento dos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal.

Decreto nº 57.351 — de 26 de novembro de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Acresce de um parágrafo único o artigo 16 da Lei nº 4.102, de 20 de julho de 1962.

Lei nº 4.841 — de 18 de novembro de 1965.

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 20.500.000.000 (vinte bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para o fim que menciona.

Lei nº 4.885 — de 30 de novembro de 1965.

Altera o Orçamento do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, para o exercício de 1965.

Decreto nº 57.380 — de 3 de dezembro de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, faixa de terreno situada no Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.896 — de 22 de setembro de 1965.

Retifica o Decreto nº 56.837, de 3 de setembro de 1965, a fim de incluir um art. 3º.

Decreto nº 56.905 — de 28 de dezembro de 1965.

Estabelece Normas Administrativas para as Organizações Militares encarregadas da construção de rodovias delegadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem à Diretoria de Vias de Transportes.

Decreto nº 57.147 — de 1º de novembro de 1965.

Altera o Orçamento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para o exercício de 1965.

Decreto nº 57.350 — de 26 de novembro de 1965.

Retifica o Orçamento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para o exercício de 1965, aprovado pelo Decreto nº 57.350, de 26 de novembro de 1965.

Decreto nº 57.428 — de 15 de dezembro de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a aplicar, até 5% (cinco por cento) de seu orçamento anual, em crédito rotativo destinado a operações de revenda.

Lei nº 4.821 — de 29 de outubro de 1965.

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 20.500.000.000 (vinte bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para o fim que menciona.

Lei nº 4.865 — de 30 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Serra Talhada, no Estado de Pernambuco.

Decreto nº 56.902 — de 24 de setembro de 1965.

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 40.894, de 12 de fevereiro de 1957 para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Santo Antônio do Aracatiagu" no município de Sobral, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.101 — de 19 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno no município de Reriutaba, no Estado do Ceará.

Decreto nº 57.102 — de 19 de outubro de 1965.

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 45.974, de 9 de maio de 1959, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Quixabinha", no município de Mauriti, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.105 — de 19 de outubro de 1965.

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 46.441, de 16 de julho de 1959, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Várzea do Boi", no município de Tauá, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.106 — de 19 de outubro de 1965.

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 47.059, de 21 de outubro de 1959, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Forquilha", no município de Sobral, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.107 — de 19 de outubro de 1965.

Aprova o Primeiro Plano de Obras e Estudos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto nº 57.108 — de 19 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Sabugi, no município de São João do Sabugi, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 57.373 — de 2 de dezembro de 1965.

Regulamenta a Lei nº 4.593, de 29 de dezembro de 1964 que disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas no Nordeste, no que diz respeito ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto nº 57.419 — de 13 de dezembro de 1965.

Regulamenta a aplicação de recursos em operações de Crédito Rotativo pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto nº 57.420 — de 13 de dezembro de 1965.

Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto nº 57.427 — de 14 de dezembro de 1965.

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 20.500.000.000 (vinte bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para o fim que menciona.

Lei nº 4.865 — de 30 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, as áreas de terrenos e benfeitorias que menciona.

Decreto nº 57.062 — de 15 de outubro de 1965.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

Altera dispositivo do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896, de 9 de abril de 1963 e dá outras providências.

Decreto nº 57.245 — de 12 de novembro de 1965.

Altera dispositivos do Decreto número 51.896, de 9 de abril de 1963, que aprovou o Regimento do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Decreto-lei nº 57.424 — de 14 de dezembro de 1965.

DEPÓSITO

Regulamenta o art. 86 da Lei número 4.506, de 30 de novembro de 1964 e dá nova redação ao § 3º do artigo 5º do Decreto nº 54.252, de 3 de setembro de 1964.

Decreto nº 57.458 — de 20 de dezembro de 1965.

DESAPROPRIAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o crédito especial de Cr\$ 3.170.703.600 (três bilhões, cento e setenta milhões, setecentos e três mil e seiscentos cruzeiros), para atender ao pagamento das despesas com a desapropriação do acervo dos bens pertencentes à Orquima — Indústrias Químicas Reunidas S. A., situados na Capital do Estado de São Paulo, destinados à industrialização da Monazita, Ambliogonita e Zirconita.

Lei nº 4.857 — de 25 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, faixa de terreno situada no Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 56.896 — de 22 de setembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Serra Talhada, no Estado de Pernambuco.

Decreto nº 56.902 — de 24 de setembro de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, pela Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, terreno situado no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.916 — de 1º de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Central Elétrica de Furnas S. A., a área de terra que menciona.

Decreto nº 56.941 — de 1 de outubro de 1965.

Altera o Decreto nº 55.927, de 14 de abril de 1965, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão de passagem, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, imóveis situados no Estado de Sergipe.

Decreto nº 56.957 — de 1º de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, uma área de terra situada em Tramandai, município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.959 — de 1º de outubro de 1965.

Revoga decreto de desapropriação.

Decreto nº 56.961 — de 1 de outubro de 1965.

Revoga o Decreto nº 52.365, de 14 de agosto de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 56.962 — de 1 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, no Estado da Guanabara, e dá outras providências.

Decreto nº 57.046 — de 11 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, as áreas de terras e benfeitorias que menciona.

Decreto nº 57.062 — de 15 de outubro de 1965.

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 40.984, de 12 de fevereiro de 1957, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Santo Antônio do Aracatiagu" no município de Sobral, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.101 — de 19 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno no município de Rerutaba, no Estado do Ceará.

Decreto nº 57.102 — de 19 de outubro de 1965.

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 45.974, de 9 de maio de 1959, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Quixabinha", no município de Mauriti, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.105 — de 19 de outubro de 1965.

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 43.441, de 16 de julho de 1959, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Várzea do Bot", no município de Tauá, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.106 — de 19 de outubro de 1965.

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 47.059, de 21 de outubro de 1959, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Forquilha", no município de Sobral, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.107 — de 19 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Saúde.

Decreto nº 57.154 — de 3 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública para faixa de terra destinada à passagem de linha de transmissão.

Decreto nº 57.206 — de 9 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os terrenos onde foram travadas as Batalhas dos Guararapes, no Município de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.

Decreto nº 57.273 — de 16 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área limítrofe à área do Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná, constante dos loteamentos Casetta e Zibarth, de propriedade de Rosa Casetta, Fernando Zibarth e outros, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 57.279 — de 17 de novembro de 1965.

Retifica o Decreto nº 56.671, de 6 de agosto de 1965, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação, pela Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, terrenos situados no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.288 — de 19 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.292 — de 19 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.294 — de 19 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), os bens da ORQUIMA — Indústrias Químicas Reunidas S. A., situados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.304 — de 22 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Companhia Vola do Rio Doce, áreas de terras situadas nos Municípios de Santa Bárbara e Mariana, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.306 — de 23 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás uma área de terreno situada no Município de Candeias, Estado da Bahia.

Decreto nº 57.311 — de 24 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Sabugi, no município de São João do Sabugi, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 57.373 — de 2 de dezembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, no Estado da Guanabara, e dá outras providências.

Decreto nº 57.399 — de 10 de dezembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.404 — de 10 de dezembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.408 — de 10 de dezembro de 1965.

Regulamenta a Lei nº 4.593, de 29 de dezembro de 1964 que disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas no Nordeste, no que diz respeito ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto nº 57.419 — de 13 de dezembro de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóvel no Estado do Paraná.

Decreto nº 57.450 — de 16 de dezembro de 1965.

Dá nova redação ao Decreto número 49.370, de 29 de dezembro de 1960, que dispõe sobre a readaptação e dá outras providências.

Decreto nº 57.460 — de 20 de dezembro de 1965.

Dá nova redação ao Decreto número 52.400, de 25 de agosto de 1963 e dá outras providências.

Decreto nº 57.461 — de 20 de dezembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação o prédio residencial, sito na Rua Barão do Lauro nº 436, Bairro de Brooklyn, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.478 — de 20 de dezembro de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação em favor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, imóveis situados nas Cidades do Rio de Janeiro — Estado da Guanabara, Belém — Estado do Pará, e Curitiba — Estado do Paraná.

Decreto nº 57.485 — de 27 de dezembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.492 — de 27 de dezembro de 1965.

Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 24.804.500 (vinte e quatro milhões oitocentos e quatro mil e quinhentos cruzeiros) para atender às despesas com a desapropriação, pela União, do imóvel situado na Praia do Flamengo, 130-132, no Estado da Guanabara e que se destina a abrigar a Campanha de Assistência ao Estudante.

Decreto nº 57.554 — de 29 de dezembro de 1965.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro André de Monlevad a pesquisar diamantes no município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 56.920 — de 1 de outubro de 1965.

Autoriza a Empresa Acaíaca — Emac S. A., a pesquisar ouro e diamantes nos municípios de Diamantina e Bocaiúva, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.928 — de 1º de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro José Pereira de Queiroz a pesquisar diamantes e ouro, nos municípios de Itamarandiba e Bocaiúva, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.027 — de 11 de outubro de 1965.

Renova o Decreto nº 51.936, de 26 de abril de 1963.

Decreto nº 57.060 — de 15 de outubro de 1965.

Autoriza a Mineração Tejucana Sociedade Anônima a pesquisar diamantes e ouro no município de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.068 — de 15 de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro João Gabriel Freire a pesquisar diamantes no município de Gouvêa, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.086 — de 15 de outubro de 1965.

DIA NACIONAL DE AÇÃO DE GRAÇAS

Regulamenta as comemorações do Dia Nacional de Ação de Graças.

Decreto nº 57.298 — de 19 de novembro de 1965.

DIORITO

Retifica o art. 1º do Decreto número 53.256, de 18 de dezembro de 1963.

Decreto nº 57.091 — de 19 de outubro de 1965.

DIQUE FLUTUANTE

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender a despesas com um dique flutuante, procedente dos Estados Unidos da América do Norte.

Lei nº 4.911 — de 17 de dezembro de 1965.

DIREITO DE OPÇÃO

Estende aos demais servidores federais de órgãos transferidos ao Estado da Guanabara, em virtude da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, os benefícios do art. 46 e seus parágrafos, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Lei nº 4.818 — de 29 de outubro de 1965.

DIREITO DE REPRESENTAÇÃO

Regula o Direito de Representação e o Processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.

Lei nº 4.898 — de 9 de dezembro de 1965.

DIREITOS POLÍTICOS

Ato Institucional nº 2.

Ato Complementar nº 1.

Ato Complementar nº 3.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO
NACIONAL

Dispõe sobre demolições e reconstruções de benfeitorias, em próprio nacional, e dá outras providências.

Lei nº 4.804 — de 20 de outubro de 1965.

DISSÍDIOS COLETIVOS

Dá nova redação ao art. 2º e ao § 1º do art. 6º da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências.

Lei nº 4.903 — de 16 de dezembro de 1965.

DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal.

Lei nº 4.878 — de 3 de dezembro de 1965.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício Financeiro de 1966.

Lei nº 4.899 — de 10 de dezembro de 1965.

DOAÇÕES

Autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno e dá outras providências.

Lei nº 4.874 — de 2 de dezembro de 1965.

Autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional às entidades que menciona, e dá outras providências.

Lei nº 4.887 — de 9 de dezembro de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 57.249 — de 12 de novembro de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos terrenos que menciona, situados no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

Decreto nº 57.312 — de 24 de novembro de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Vitória de Santo Antão, no Estado de Pernambuco.

Decreto nº 57.313 — de 24 de novembro de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno, em Garanhuns, PE, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.403 — de 10 de dezembro de 1965.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Aílos Fontes Ferreira a pesquisar dolomita, no Município de Itararé, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.776 — de 31 de outubro de 1965.

Autoriza S. A. Cimento Mineração Cabotagem Cnimir a pesquisar calcário e dolomita, no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.092 — de 19 de outubro de 1965.

Autoriza a Cal Itu S. A. Mineração Indústria e Comércio a lavrar dolomita no município de Itararé Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.221 — de 10 de novembro de 1965.

E

ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

Emenda Constitucional nº 17.

ELEIÇÕES

Ato Institucional nº 2.

Ato Complementar nº 4.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Ato Institucional nº 2.

**EMPREGADOS (ADMISSÃO
E DISPENSA)**

Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências.

Lei nº 4.923 — de 23 de dezembro de 1965.

**EMPRESA BRASILEIRA
DE TELECOMUNICAÇÕES**

Abre crédito especial pelo Ministério da Fazenda, autorizado pela Lei nº 4.773, de 15-9-65.

Decreto nº 57.446 — de 16 de dezembro de 1965.

**EMPRESA DE MINERAÇÃO
MUZEMA LTDA.**

Concede à Empresa de Mineração Muzema Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.956 — de 1º de outubro de 1965.

**EMPRESA DE MINERAÇÃO NOSSA
SENHORA APARECIDA LTDA.**

Concede à Empresa de Mineração Nossa Senhora da Aparecida Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.204 — de 9 de novembro de 1965.

EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS

Torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas e dá outras providências.

Decreto nº 4.797 — de 20 de outubro de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Carlos Grandino, em 31 de outubro de 1950.

Decreto Legislativo nº 88, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato — escritura de compra e venda, de 9 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e a Colonizadora e Madeireira Bandeirante Limitada, como outorgada compradora.

Decreto-legislativo nº 91, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de compra e venda celebrado, em 31 de outubro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Nunzio Briguglio, como outorgado comprador.

Decreto Legislativo nº 93, de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato — escritura de compra e venda — celebrado, em 27 de novembro de 1948, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e a firma M. Lupion & Companhia.

Decreto Legislativo nº 102, de 1965.

EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

Autoriza a prestação de aval pelo Tesouro Nacional a empréstimos que menciona.

Decreto nº 57.002-A — de 1º de outubro de 1965.

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 57.447 — de 16 de dezembro de 1965.

Autoriza o Banco Central da República do Brasil a negociar e contratar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento operação de empréstimo em moeda estrangeira para o fim que menciona.

Decreto nº 57.448 — de 16 de dezembro de 1965.

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 57.454 — de 17 de dezembro de 1965.

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 57.489 — de 27 de dezembro de 1965.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) para a complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coaraci Nunes", no Território Federal do Amapá.

Lei nº 4.920 — de 23 de dezembro de 1965.

Transfere do Município de Sacramento para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.540 — de 5 de julho de 1965.

Autoriza a Companhia Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, a construir linha de transmissão.

Decreto nº 56.674 — de 6 de agosto de 1965.

Outorga à Centrais Elétricas do Pará S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.694 — de 9 de agosto de 1965.

Transfere para o Centro Fluminense de Eletricidade S. A. concessão de que são titulares o Estado do Rio de Janeiro e a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio de Janeiro.

Decreto nº 5.740 — de 17 de agosto de 195.

Transfere de Luiz Antônio Monnerat para Regino Monnerat a concessão para produzir e distribuir energia elétrica no Município de Duas Barras, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 56.772 — de 20 de agosto de 1965.

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.917 — de 1º de outubro de 1965.

Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.922 — de 1º de outubro de 1965.

Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade a ampliar seu sistema de distribuição, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 56.938 — de 1 de outubro de 1963.

Restringe a zona de concessão da Cidade de Santos — Serviços de Eletricidade e Gás S. A. e dá outras providências.

Decreto nº 56.940 — de 1º de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Central Elétrica de Furnas S. A., a área de terra que menciona.

Decreto nº 56.941 — de 1 de outubro de 1965.

Autoriza a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica a construir linha de transmissão, e dá outras providências.

Decreto nº 56.950 — de 1º de outubro de 1965.

Outorga a Companhia de Eletricidade do Cariri concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.952 — de 1 de outubro de 1965.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Força e Luz Coronel Vivida Limitada.

Decreto nº 56.954 — de 1º de outubro de 1965.

Outorga à Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (COHEBE) concessão para o aproveitamento de energia hidráulica e de outras providências.

Decreto nº 57.016 — de 11 de outubro de 1965.

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.022 — de 11 de outubro de 1965.

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.023 — de 11 de outubro de 1965.

Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a ampliar suas instalações.

Decreto nº 57.024 — de 11 de outubro de 1965.

Outorga a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.025 — de 11 de outubro de 1965.

Autoriza a Centrais Elétricas de Goiás S. A. a construir linha de transmissão.

Decreto nº 57.026 — de 11 de outubro de 1965.

Autoriza a Central Elétrica de Furnas S. A. a construir linha de transmissão.

Decreto nº 57.120 — de 19 de outubro de 1965.

Autoriza a Centrais Elétricas do Maranhão S. A. a ampliar suas instalações.

Decreto nº 57.185 — de 8 de novembro de 1965.

Outorga a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.186 — de 8 de novembro de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.192 — de 3 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada a passagem de linha de transmissão.

Decreto nº 57.206 — de 9 de novembro de 1965.

Autoriza alienação de área de terra.

Decreto nº 57.207 — de 9 de novembro de 1965.

Autoriza a Companhia Ferro Brasileiro S. A. a instalar uma turbina a vapor em José Brandão, Município de Caieté, Estado de Minas Gerais, para uso exclusivo.

Decreto nº 57.217 — de 10 de novembro de 1965.

Outorga à Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A. — CERCS — concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.225 — de 11 de novembro de 1965.

Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.226 — de 11 de novembro de 1965.

Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.227 — de 11 de novembro de 1965.

Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.229 — de 11 de novembro de 1965.

Transfere da Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para o aproveitamento de energia hidráulica.

Decreto nº 57.230 — de 11 de novembro de 1965.

Outorga ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.232 — de 11 de novembro de 1965.

Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (CERNE) concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.234 — de 11 de novembro de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.235 — de 11 de novembro de 1965.

Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.236 — de 11 de novembro de 1965.

Outorga à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.261 — de 16 de novembro de 1965.

Transfere, da Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro para Centrais Elétricas Fluminense S. A., autorização para construir linha de transmissão.

Decreto nº 57.262 — de 16 de novembro de 1965.

Transfere do Município de Campo Belo para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.

Decreto nº 57.263 — de 16 de novembro de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.264 — de 16 de novembro de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade de Alagoas concessão para distribuir energia elétrica no município de Bôca da Mata.

Decreto nº 57.265 — de 16 de novembro de 1965.

Outorga a Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.266 — de 16 de novembro de 1965.

Outorga concessão a Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A. para distribuir energia elétrica e dá outras providências.

Decreto nº 57.268 — de 16 de novembro de 1965.

Fixa diretrizes e normas de concessões para novos aproveitamentos hidrelétricos na Região Centro-Sul do País e dá outras providências.

Decreto nº 57.297 — de 19 de novembro de 1965.

Outorga à Sociedade Industrial de Madeiras S. A. concessão para o aproveitamento de um desnível no rio Jangada, Município de General Carneiro, Estado do Paraná.

Decreto nº 57.316 — de 24 de novembro de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Cariri concessão para distribuir energia elétrica no Município de Aiuaba, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.317 — de 24 de novembro de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Cariri concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.318 — de 24 de novembro de 1965.

Outorga à Centrais Elétricas do Amazonas S. A. concessão para distribuir energia elétrica no Município de Maués, Amazonas.

Decreto nº 57.319 — de 24 de novembro de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Cariri concessão para distribuir.

Decreto nº 57.320 — de 24 de novembro de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Cariri concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.321 -- de 24 de novembro de 1965.

Outorga ao município de Paramoti, no Estado do Ceará, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.322 -- de 24 de novembro de 1965.

Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.323 -- de 24 de novembro de 1965.

Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.324 -- de 24 de novembro de 1965.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Cariri concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.325 -- de 24 de novembro de 1965.

Autoriza a Knorr & Companhia Limitada a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Decreto nº 57.326 -- de 24 de novembro de 1965.

Retifica o Decreto nº 56.539, de 5 de julho de 1965.

Decreto nº 57.342 -- de 25 de novembro de 1965.

Transfere da Prefeitura Municipal de Várzea da Palma para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.354 -- de 26 de novembro de 1965.

Transfere à Companhia de Eletricidade do Cariri concessão para distribuir energia elétrica no Município de Aurora, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.441 -- de 16 de dezembro de 1965.

Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a construir linha de transmissão.

Decreto nº 57.444 -- de 16 de dezembro de 1965.

ENFERMEIROS

Retifica a classificação constante do Decreto nº 54.015, de 13 de julho de 1964, na parte referente à série de classes de Enfermeiro.

Decreto nº 57.180 -- de 8 de novembro de 1965.

ENSINO MÉDIO

Transfere para o Governo do Estado da Bahia os encargos e responsabilidades relacionados com o reconhecimento e inspeção dos estabelecimentos de ensino médio localizados no seu território.

Decreto nº 57.269 -- de 16 de novembro de 1965.

Transfere para o Governo do Estado do Paraná os encargos e responsabilidades relacionados com o reconhecimento e inspeção dos estabelecimentos de ensino médio localizados no seu território.

Decreto nº 57.472 -- de 20 de dezembro de 1965.

ENSINO SUPERIOR

Cria cargos de Professor de Ensino Superior e de Diretor no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Lei nº 4.901 -- de 16 de dezembro de 1965.

ESCOLAS

Autoriza o Ministério da Marinha a aproveitar na classe inicial das séries de classe de suas especialidades, após conclusão de curso, todos os alunos bolsistas e os aprendizes das Escolas Técnicas e Industriais reconhecidas ou classificadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Lei nº 4.925 -- de 23 de dezembro de 1965.

Concede autorização para o funcionamento da Escola Médica do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.663 -- de 1º de fevereiro de 1965.

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do registro a termo, de 5 de abril de 1954, aditivo ao acôrdo celebrado em 1 de abril de 1953, entre o Governo da União e o Estado da Bahia.

Decreto Legislativo nº 99, de 1965.

Aprova o orçamento da Escola Paulista de Medicina.

Decreto nº 57.166 de 4 de novembro de 1965.

Aprova o Orçamento da Escola Industrial de Cuiabá.

Decreto nº 57.167, de 4 de novembro de 1965.

Aprova o Orçamento da Escola Técnica de Mineração e Metalurgia de Ouro Preto.

Decreto nº 57.168, de 4 de novembro de 1965.

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que especifica e dá outras providências.

Decreto nº 57.198 de 9 de novembro de 1965.

Dispõe sobre a representação discente nos órgãos colegiados das Universidades e Escolas Superiores Isoladas.

Decreto nº 57.336, de 25 de novembro de 1965.

Aprova o Orçamento da Escola Industrial de Aracaju.

Decreto nº 57.337, de 25 de novembro de 1965.

Concede reconhecimento à Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro da Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação.

Decreto nº 57.353, de 26 de novembro de 1965.

Aprova o Orçamento da Escola de Minas de Ouro Preto.

Decreto nº 57.423, de 13 de novembro de 1965.

Aprova o Estatuto da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Decreto nº 57.471, de 20 de dezembro de 1965.

Ver também, Universidades, Faculdades e Cursos — Quanto às militares ver Aeronáutica, Exército e Marinha.

ESPERANÇA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Esperança Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.987, de 1º de outubro de 1965.

ESTABELECIMENTOS BANCARIOS

Autoriza os estabelecimentos Bancários a substituírem, em sua contabilidade, o livro "Diário" de escrituração mercantil pelo livro "Balancetes Diários e Balanços", cujas características define: atribui eficácia probatória ao lançamento efetuado segundo o sistema de "fichas de lançamento", e dá outras providências.

Lei nº 4.843, de 10 de novembro de 1965.

ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS

Institui o sistema de incentivos à estabilização de preços e dá outras providências.

Decreto nº 57.271, de 16 de novembro de 1965.

ESTADO DO ACRE

Autoriza a abertura do crédito suplementar de Cr\$ 2.280.338.948 ao Ministério da Fazenda, para pagamento do pessoal do Estado do Acre, e dá outras providências.

Lei nº 4.847, de 19 de novembro de 1965.

*Abre crédito suplementar autoriza-
do pela Lei nº 4.847, de 19 de novem-
bro de 1965.*

Decreto nº 57.488, de 27 de dezem-
bro de 1965.

ESTADO DA BAHIA

*Mantém o ato do Tribunal de Con-
tas denegatório do registro a termo,
de 5 de abril de 1954, aditivo ao
acôrdo celebrado em 1 de abril de
1953, entre o Governo da União e o
do Estado da Bahia.*

Decreto Legislativo nº 99, de 1965.

*Transfere para o Governo do Estado
da Bahia os encargos e responsabi-
lidades relacionadas com o reconheci-
mento e inspeção dos estabelecimen-
tos de ensino médio localizados no
seu território.*

Decreto nº 57.269, de 16 de novem-
bro de 1965.

ESTADO DA GUANABARA

*Estende aos demais-servidores fe-
derais de órgãos transferidos ao Esta-
do da Guanabara, em virtude da Lei
nº 3.752, de 14 de abril de 1960, os
benefícios do art. 46 e seus parágra-
fos, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de
1963.*

Lei nº 4.818, de 29 de outubro de
1963.

ESTADO DE MINAS GERAIS

*Autoriza o Ministério da Fazenda a
dar a garantia do Tesouro Nacional
à operação de crédito que menciona.*

Decreto nº 57.454, de 17 de dezem-
bro de 1965.

*Autoriza o Ministério da Fazenda a
dar a garantia do Tesouro Nacional
à operação de crédito que menciona.*

Decreto nº 57.489, de 27 de dezem-
bro de 1965.

ESTADO DO PARA

*Determina o registro de contrato de
empréstimo, aos recursos provenientes
da colocação de "Letras do Tesouro",
no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezen-
tos milhões de cruzeiros), celebrado
entre a União Federal e o Estado do
Pará, em 24 de maio de 1963.*

Decreto Legislativo nº 100, de 1965.

ESTADO DO PARANA

*Transfere para o Governo do Esta-
do do Paraná os encargos e responsa-
bilidades relacionadas com o reco-
nhecimento e inspeção dos estabeleci-
mentos de ensino médio localizados
no seu território.*

Decreto nº 57.472, de 20 de dezem-
bro de 1965.

ESTADO DE PERNAMBUCO

*Outorga ao Departamento de Águas
e Energia do Estado de Pernambuco
concessão para distribuir energia elé-
trica.*

Decreto nº 56.917 — de 1º de outu-
bro de 1965.

*Outorga ao Departamento de Águas
e Energia do Estado de Pernambuco,
concessão para distribuir energia elé-
trica.*

Decreto nº 57.023, de 11 de outubro
de 1965.

*Outorga ao Departamento de Águas
e Energia do Estado de Pernambuco,
concessão para distribuir energia elé-
trica.*

Decreto nº 57.022, de 11 de outu-
bro de 1965.

*Outorga ao Departamento de Águas
e Energia do Estado de Pernambuco
concessão para distribuir energia elé-
trica.*

Decreto nº 57.238, de 11 de novem-
bro de 1965.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Transfere, da Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro para Centrais Elétricas Fluminenses S. A., autorização para construir linha de transmissão.

Decreto nº 57.262, de 16 de novembro de 1965.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Abre, à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País, o crédito extraordinário de Cr\$ 300.000.000, para os fins que menciona.

Decreto nº 57.248, de 12 de novembro de 1965.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina.

Decreto Legislativo nº 89, de 1965.

Abre, à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País, o crédito extraordinário de Cr\$ 300.000.000, para os fins que menciona.

Decreto nº 57.248, de 12 de novembro de 1965.

Abre crédito especial autorizado pela Lei nº 4.308, de 23-12-63.

Decreto nº 57.548, de 29 de dezembro de 1965.

ESTADO DE SÍTIO

Ato Institucional nº 2.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Abre, ao Estado-Maior das Forças Armadas e Ministérios Militares, o crédito especial de Cr\$ 6.400.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.041, de 11 de outubro de 1965.

Abre, pelo Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 650.169, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.039, de 11 de outubro de 1965.

ESTADOS

Regulamenta a assistência financeira do Governo Federal aos Estados e Municípios e cria o Fundo de Estabilização da Receita Cambial.

Decreto nº 57.383, de 3 de dezembro de 1965.

ESTATUTO DA TERRA

Transfere à Diretoria do Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA), as atribuições e os encargos previstos no Decreto nº 56.799, de 27 de agosto de 1965.

Decreto nº 56.960, de 1 de outubro de 1965.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

Modifica o art. 115 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

Lei nº 4.854, de 25 de novembro de 1965.

EXERCITO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 300.000.000, para atender às despesas da transferência do Regimento de Cavalaria de Guardas — Dragões da Independência — para Brasília.

Lei nº 4.853, de 25 de novembro de 1965.

Dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.

Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965.

Estabelece Normas Administrativas para as Organizações Militares encarregadas da construção de rodovias Delegadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem à Diretoria de Vias de Transportes.

Decreto nº 57.147, de 1º de novembro de 1965.

Cria o 1º Batalhão de Comunicações do Exército, com sede no Rio de Janeiro, G.B.

Decreto nº 57.158, de 3 de novembro de 1965.

Cria o 3º Batalhão de Comunicações de Exército, com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.159, de 3 de novembro de 1965.

Transfere a sede da 6ª Companhia de Comunicações, de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, para Rio Negro, Paraná.

Decreto nº 57.160, de 3 de novembro de 1965.

Reduz interstícios previstos na Lei de Promoções de Oficiais do Exército.

Decreto nº 57.172, de 4 de novembro de 1965.

Define a conceituação de Acidente em Serviço e dá outras providências.

Decreto nº 57.272, de 18 de novembro de 1965.

Cria o 11º Pelotão de Remunicação e dá outras providências.

Decreto nº 57.400, de 10 de dezembro de 1965.

Cria a 9ª Companhia Depósito Armamento e Munição e dá outras providências.

Decreto nº 57.401, de 10 de dezembro de 1965.

Transforma o 1º/2º Regimento de Obuses 105 em 2º Regimento de Obuses 105.

Decreto nº 57.402 — de 10 de dezembro de 1965.

Transfere o 17º Regimento de Cavalaria e dá outras providências.

Decreto nº 57.405, de 10 de dezembro de 1965.

Cria o 4º Esquadrão de Remonta e dá outras providências.

Decreto nº 57.406, de 10 de dezembro de 1965.

Dá nova redação a dispositivo do Decreto nº 55.090-A, de 28 de novembro de 1964 — Regulamento da Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.

Decreto nº 57.407, de 10 de dezembro de 1965.

Revoga dispositivo do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 41.475, de 8 de maio de 1957.

Decreto nº 57.479, de 24 de dezembro de 1965.

Fixa a distribuição em cada Arma e em cada posto, das funções gerais dos oficiais do Exército, a vigorar a partir de 24 de dezembro de 1965.

Decreto nº 57.480, de 24 de dezembro de 1965.

Extingue as Escolas de Artilharia de Costa e de Defesa Anti-aérea e cria a Escola de Artilharia de Costa e Anti-aérea.

Decreto nº 57.490, de 27 de dezembro de 1965.

Prorrogação de Estágio de Serviço de Oficial R-2.

Decreto-lei nº 57.491, de 27 de dezembro de 1965.

Cria o 1º Batalhão de Comunicações, Divisionário, com sede no Rio de Janeiro, G.B.

Decreto nº 57.506, de 31 de dezembro de 1965.

Aprova as especificações da padronização das fibras da casca de côco (Cocos nucifera L.), visando à sua classificação e à fiscalização da exportação.

Decreto nº 56.898, de 23 de setembro de 1965.

Aprova o Regulamento das Operações de Seguro de Crédito à Exportação.

Decreto nº 57.286, de 18 de novembro de 1965.

F

FABRICA NACIONAL DE MOTORES S. A.

Abre o crédito especial de Cr\$ 12.000.000.000 destinado ao aumento do capital da Fábrica Nacional de Motores S. A. e dá outras providências.

FABRICA PRESIDENTE VARGAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministro da Guerra o crédito especial de Cr\$ 2.070.000.000 (dois bilhões e setenta milhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas com a Fábrica Presidente Vargas, em Piquete.

Lei nº 4.915, de 17 de dezembro de 1965.

FACULDADES

Isenta do imposto de importação o material destinado à Faculdade de Medicina de Rio Grande e importado pela Fundação Cidade do Rio Grande.

Lei nº 4.872, de 2 de dezembro de 1965.

Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 55.909, de 12 de abril de 1965.

Concede autorização para funcionamento do curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora.

Decreto nº 56.879, de 20 de setembro de 1965.

Concede reconhecimento à Faculdade de Direito "Laudo de Camargo".

Decreto nº 56.925, de 1º de outubro de 1965.

Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Direito Riopretense, de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.968, de 1º de outubro de 1965.

Acrescenta parágrafo único ao artigo 26º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 40.359, de 16 de novembro de 1956, alterado pelo de nº 2.030, de 14 de janeiro de 1963.

Decreto nº 56.970, de 1º de outubro de 1965.

Concede autorização para funcionamento à Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro Minas Gerais.

Decreto nº 56.975, de 1º de outubro de 1965.

Concede reconhecimento à Faculdade Estadual de Filosofia de Jacareizinho, no Estado do Paraná.

Decreto nº 57.124, de 19 de outubro de 1965.

Modifica a denominação de estabelecimento.

Decreto nº 57.173, de 4 de novembro de 1965.

FEDERAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR

Aprova os Estatutos da Federação Nacional do Bem-estar do Menor.

Decreto nº 56.575, de 14 de julho de 1965.

FEIJÃO

Reajusta os preços básicos mínimos relativos à safra do ano agrícola 1965-66 para o feijão das águas e o amendoim das águas da região Centro-Meridional, constantes no Decreto nº 58.822, de 1º de setembro de 1965.

Decreto nº 57.390, de 7 de dezembro de 1965.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Herminio Aparecido Bonetti a pesquisar feldspato, no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.386, de 6 de dezembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal de Souza Mattos a pesquisar calcário e feldspato no município de Santana do Deserto, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.951, de 1º de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro João Sattim a pesquisar feldspato e quartzo, no município de Socorro — Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.195, de 8 de novembro de 1965.

FERRO

Retifica o art. 1º do Decreto número 44.529, de 24 de setembro de 1958.

Decreto nº 56.942, de 1 de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Berutto a pesquisar minério de ferro no município de Brumará, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.017, de 11 de outubro de 1965.

Autoriza a Sociedade Carbonífera Próspera S. A. a pesquisar minérios de ferro e de manganês, nos Municípios de Ouro Preto e Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.193, de 8 de novembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Dalmo de Souza Dornellas a pesquisar minério de ferro, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.194, de 8 de novembro de 1965.

Autoriza Mineração Itabirense Ltda. a pesquisar minério de ferro, no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.330, de 24 de novembro de 1965.

Autoriza a Mineração Nova Del's Limitada a lavar minério de ferro, no município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.357, de 26 de novembro de 1965.

FERTILIZANTES

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei número 4.670, de 12 de junho de 1965.

Lei nº 4.670, de 12 de junho de 1965.

FIANÇA

Regulamenta o art. 86 da Lei número 4.506, de 30 de novembro de 1964 e dá nova redação ao § 3º do art. 5º do Decreto nº 54.252, de 3 de setembro de 1964.

Decreto nº 57.453, de 20 de dezembro de 1965.

FILITO

Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro a pesquisar filito no município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.334, de 25 de novembro de 1965.

FLUORITA

Autoriza a Mineração Santa Catarina Ltda. a lavar fluorita no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 57.094, de 19 de outubro de 1965.

FORÇAS ARMADAS

Ato Institucional nº 2.

Aprova as Instruções Gerais para as relações entre as Forças Armadas Brasileiras e os Adidos Militares Estrangeiros.

Decreto nº 57.133, de 27 de outubro de 1965.

FORMOL

Isenta dos impostos de importação e consumo equipamento para produção de formol a ser importado por "Resinas Sintéticas e Plásticas S. A." — RESIMPLA — com sede em Porto Alegre a Fábrica em Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei nº 4.926, de 23 de dezembro de 1965.

FOSFORITA

Renova o decreto nº 51.949-A, de 26 de abril de 1963.

Decreto nº 56.945, de 1º de outubro de 1965.

Autoriza Fosforita Olinda S. A. FASA a lavrar fosforita, no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 57.442, de 16 de dezembro de 1965.

FRONTEIRAS SUDOESTE DO PAÍS

Prorroga o prazo de vigência do Grupo de Trabalho da Baixada Sul Riograndense, subordinada à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País.

Decreto nº 57.203, de 9 de novembro de 1965.

Abre, à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País, o crédito extraordinário de Cr\$ 300.000.000, para os fins que menciona.

Decreto nº 57.248, de 12 de novembro de 1965.

Abertura de crédito especial autorizada pela Lei nº 4.702, de 1965.

Decreto nº 57.374, de 2 de dezembro de 1965.

FUNCIONARIOS PÚBLICOS

Ato Institucional nº 2.

Emenda Constitucional nº 19.

Ato Complementar nº 3.

Estende aos demais servidores federais de órgãos transferidos ao Estado da Guanabara, em virtude da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, os benefícios do art. 46 e seus parágrafos, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Lei nº 4.818, de 29 de outubro de 1965.

Modifica o art. 115, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União).

Lei nº 4.854, de 25 de novembro de 1965.

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências.

Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal.

Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

Aprova as novas razões percentuais para efeito de cálculo da parte variável da remuneração dos Agentes Fiscais de Rendias Internas.

Decreto nº 56.923, de 1º de outubro de 1965.

Retifica a classificação constante do Decreto nº 54.015, de 13 de julho de 1964, na parte referente à série de classes de Enfermeiro.

Decreto nº 57.180, de 8 de novembro de 1965.

Transfere para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (I. P. A. S. E.) o pagamento do salário-família dos dependentes dos servidores civis, ex-contribuintes do mesmo, falecidos em atividade ou já aposentados, bem como a complementação da pensão especial instituída pela Lei nº 3.738, de 4 de abril de 1960, e dá outras providências.

Decreto nº 57.222, de 11 de novembro de 1965.

Dispõe sobre os efeitos dos enquadramentos definitivos, nos casos que menciona, e dá outras providências.

Decreto nº 57.224, de 11 de novembro de 1965.

Dá nova redação ao art. 3º, do Decreto nº 54.015, de 13 de julho de 1964, que dispõe sobre a classificação dos cargos de nível universitário.

Decreto nº 57.243, de 11 de novembro de 1965.

Cria uma Comissão para propor a uniformização do regime de retribuição de todas as séries de classes integrantes do Grupo Ocupacional Fisco.

Decreto nº 57.361, de 29 de novembro de 1965.

Dá nova redação ao Decreto número 49.370, de 29 de novembro de 1960, que dispõe sobre a readaptação, e dá outras providências.

Decreto nº 57.460, de 20 de dezembro de 1965.

Dá nova redação ao Decreto número 52.400, de 25 de agosto de 1963 e dá outras providências.

Decreto nº 57.461, de 20 de dezembro de 1965.

Inclui nas relações de que trata o Decreto nº 55.244, de 21 de dezembro de 1964, os cargos que especifica.

Decreto nº 57.485, de 27 de dezembro de 1965.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Autoriza a abertura ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores de crédito especial para o custeio dos vencimentos e vantagens dos servidores da Fundação Brasil Central.

Lei nº 4.783 — De 28 de setembro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 315.000.000 (trezentos e quinze milhões de cruzeiros), destinado à Fundação Brasil Central.

Lei nº 4.340 — De 18 de novembro de 1965.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional às entidades que menciona e dá outras providências.

Lei nº 4.887 — De 9 de dezembro de 1965.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR

Concede à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor o auxílio de Cr\$ 6.000.000.000 (seis bilhões de cruzeiros); autoriza a abertura do crédito especial para atender a essa finalidade, e dá outras providências.

Lei nº 4.884 — De 9 de dezembro de 1965.

Autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional às entidades que menciona, e dá outras providências.

Lei nº 4.887 — De 9 de dezembro de 1965.

FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO DESEMPREGADO

Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências.

Lei nº 4.928 — De 28 de dezembro de 1965.

FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO DE RECEITA CAMBIAL

Regulamenta a assistência financeira do Governo Federal aos Estados e Municípios e cria o Fundo de Estabilização de Receita Cambial.

Decreto nº 57.383 — De 3 de dezembro de 1965.

**FUNDO DE FINANCIAMENTO DE
ESTUDOS DE PROJETOS E PRO-
GRAMAS — FINEP**

Altera o art. 2º do Decreto nº 55.820, de 8 de março de 1965, que cria o "Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas" — FINEP e dá outras providências.

Decreto nº 56.965 — de 1º de dezembro de 1965.

**FUNDO DE MELHORAMENTO DOS
PORTOS**

Altera disposições do Decreto número 56.801, de 27 de agosto de 1965, que dispõe sobre a aplicação do Fundo de Melhoramento dos Portos e disciplina o art. 4º do Decreto número 60, de 19 de outubro de 1961.

Decreto nº 57.126 — De 20 de outubro de 1965.

**FUNDO DE INVESTIMENTOS PARA
O DESENVOLVIMENTO ECONÔ-
MICO E SOCIAL DO NORDESTE**

— Ver: Nordeste.

**FUNDO ESPECIAL DAS NAÇÕES
UNIDAS**

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 614.000.000, para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial das Nações Unidas.

Lei nº 4.918 — De 17 de dezembro de 1965.

**FUNDO GERAL PARA A AGRICUL-
TURA E A INDÚSTRIA**

Autoriza o Banco Central da República do Brasil a negociar e contratar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento operação de empréstimo em moeda estrangeira para o fim que menciona.

Decreto nº 57.448 — de 16 de dezembro de 1965.

FUNDO NAVAL

Inclui na Receita do Fundo Naval as indenizações a verbas orçamentárias de exercícios financeiros já encerrados.

Lei nº 4.905 — de 17 de dezembro de 1965.

**FUNDO PARA INVESTIMENTOS
SOCIAIS — FUNINSO**

Cria o "Fundo para Investimentos Sociais" — FUNINSO — e dá outras providências.

Decreto nº 57.178 — de 5 de novembro de 1965.

G

**G. FRANK MINERAÇÃO, INDUS-
TRIA E COMÉRCIO LIMITADA**

Concede à G. Frank Mineração, Indústria e Comércio Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.071 — de 15 de outubro de 1965.

GABRO

Retifica o art. 1º do Decreto número 58.256, de 18 de dezembro de 1963.

Decreto nº 57.091 — de 19 de outubro de 1965.

GALENA

Autoriza o cidadão brasileiro Decio Vendramel a pesquisar galena no Município de Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.929 — de 1º de outubro de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Peter Gert Adler a pesquisar galena e bauxita, no Município de Alenquer, Estado do Pará.

Decreto nº 57.188 — de 8 de novembro de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Peter Gert Adler a pesquisar galena e baritina, no Município de Alenquer, Estado do Pará.

Decreto nº 57.189 — de 8 de novembro de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Peter Gert Adler a pesquisar galena e baritina no município de Alenquer, Estado do Pará.

Decreto nº 57.190 — de 8 de novembro de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Peter Gert Adler a pesquisar galena e baritina, no município de Alenquer, Estado do Pará.

Decreto nº 57.239 — de 11 de novembro de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Peter Gert Adler a pesquisar galena e baritina no município de Alenquer, Estado do Pará.

Decreto nº 57.240 — de 11 de novembro de 1965.

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

Ato Institucional nº 2.

GATT

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros), destinado a atender as despesas de viagem e estada no exterior de representantes do aludido Ministério à reunião do GATT que se realizou em Genebra.

Lei nº 4.875 — de 2 de dezembro de 1965.

GILLETTE DO BRASIL LIMITADA

Concede nacionalidade à sociedade anônima Gillette Safety Razor Company of Brazil, sob a nova forma social de Gillette do Brasil Limitada.

Decreto nº 57.305 — de 22 de novembro de 1965.

GILLETTE SAFETY RAZOR COMPANY OF BRAZIL

Concede nacionalidade à sociedade anônima Gillette Safety Razor Company of Brazil, sob a nova forma social de Gillette do Brasil Limitada.

Decreto nº 57.305 — de 22 de novembro de 1965.

GIPSITA

Autoriza S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a pesquisar gipsita, no Município de Missão Velha, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.070 — de 15 de outubro de 1965.

— Renova o Decreto nº 51.968-A, de 26 de abril de 1963.

Decreto nº 57.213 — de 10 de novembro de 1965.

— Renova o Decreto nº 51.928, de 26 de abril de 1963.

Decreto nº 57.356 — de 26 de novembro de 1965.

GOVERNADORES ESTADUAIS NORTE-AMERICANOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Governadores Estaduais norte-americanos.

Lei nº 4.842 — de 18 de novembro de 1965.

GRATIFICAÇÃO DE NATAL

Expede nova regulamentação da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a gratificação de Natal para os trabalhadores, com as alterações introduzidas pela Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

Decreto nº 57.155 — de 3 de novembro de 1965.

GRANITO

Retifica o art. 1º do Decreto número 53.256, de 13 de dezembro de 1963.

Decreto nº 57.091 — de 19 de outubro de 1965.

GRUPOS DE TRABALHO

Autoriza o Ministro da Viação e Obras Públicas a constituir um Grupo de Trabalho para os fins que especifica.

Decreto nº 57.129 — de 20 de outubro de 1965.

Institui um Grupo de Trabalho para o estudo das normas de execução do art. 18, da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

Decreto nº 57.151 — de 1 de novembro de 1965.

Prorroga o prazo de vigência do Grupo de Trabalho da Baixada Sul Riograndense, subordinada à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País.

Decreto nº 57.208 — de 9 de novembro de 1965.

Institui, no Ministério da Saúde, Grupo de Trabalho para o fim que menciona.

Decreto nº 57.210 — de 10 de novembro de 1965.

Prorroga o prazo estabelecido pelo Decreto nº 55.979, de 22 de abril de 1965.

Decreto nº 57.552 — de 29 de dezembro de 1965.

GRUPOS EXECUTIVOS

Cria o Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEI-POT) e o Fundo de Pesquisas de Transportes, dando outras providências.

Decreto nº 57.003 — de 11 de outubro de 1965.

Concede estímulo às indústrias de fiação, tecelagem, couros, calçados e seus artefatos.

Decreto nº 57.028 — de 11 de outubro de 1965.

Altera o Decreto nº 50.837, de 23 de junho de 1961, que cria o Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico (GEIMA).

Decreto nº 57.049 — de 11 de outubro de 1965.

Modifica o Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 57.276 — de 17 de novembro de 1965.

GUARARAPES

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os terrenos onde foram travadas as Batalhas dos Guararapes, no Município de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.

Decreto nº 57.273 — de 16 de novembro de 1965.

H

HIGIENE DO TRABALHO

Concede isenção de direitos para a importação de equipamentos de segurança e higiene do trabalho sem similar nacional.

Lei nº 4.892 — de 9 de dezembro de 1965.

HOMEOPATIA

Dispõe sobre manipulação, receituário, industrialização e venda de produtos utilizados em homeopatia e dá outras providências.

Decreto nº 57.477 — de 20 de dezembro de 1965.

HORA DE VERAO

Institui a "Hora de Verão" em todo o território nacional.

Decreto nº 57.303 — de 22 de novembro de 1965.

HOSPITAIS

Autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno, e dá outras providências.

Lei nº 4.874 — de 2 de dezembro de 1965.

I

IGUASSU COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Iguaçu Companhia de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.469 — de 20 de dezembro de 1965.

IMIGRAÇÃO

Determina o registro do contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1951, entre o Governo Federal e Francisco Moreno da Silva e sua mulher Maria do Carmo Oliveira.

Decreto Legislativo nº 98, de 1965.

— *Altera o Decreto nº 967, de 7 de maio de 1962.*

Decreto nº 57.299 — de 22 de novembro de 1965.

IMÓVEIS DA UNIÃO

Dispõe sobre demolições e reconstruções de benfeitorias, em próprio nacional, e dá outras providências.

Lei nº 4.804 — de 20 de outubro de 1965.

IMPORTAÇÃO

Isenta dos impostos de importação e de consumo, e de outras contribuições fiscais, os alimentos de qualquer natureza, e outras utilidades, adquiridos no exterior, mediante doação, pelas instituições em funcionamento no País, que se dediquem à assistência social.

Lei nº 4.917 — de 17 de dezembro de 1965.

— *Altera o Decreto nº 53.982, de 25 de junho de 1964, que dispõe sobre a importação de petróleo e derivados.*

Decreto nº 56.914 — de 30 de setembro de 1965.

IMPÓSTO DE CONSUMO

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências.

Lei nº 4.863 — de 29 de novembro de 1965.

IMPÓSTO DE IMPORTAÇÃO

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências.

Lei nº 4.863 — de 29 de novembro de 1965.

IMPÓSTO DE RENDA

Altera a legislação do imposto de renda, adota diversas medidas de ordem fiscal e fazendária, e dá outras providências.

Lei nº 4.862 — de 29 de novembro de 1965.

— *Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências.*

Lei nº 4.863 — de 29 de novembro de 1965.

— *Regulamenta a Lei nº 4.653, de 3 de junho de 1955.*

Decreto nº 56.967 — de 1º de outubro de 1965.

IMPOSTO DO SELO

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica contribuições nas folhas de salário e dá outras providências.

Lei nº 4.863 — de 29 de novembro de 1965.

— *Dispensa a cobrança do imposto de selo em contrato de promessa de compra e venda firmado entre a Associação Brasileira para o Rearmamento Moral e os proprietários do "Sítio São Luiz", localizado em Petrópolis.*

Lei nº 4.881 — de 3 de dezembro de 1965.

— *Altera o Regulamento do Imposto do Selo.*

Decreto nº 57.462 — de 20 de dezembro de 1965.

IMPOSTO SINDICAL

Torna sem efeito o Decreto número 51.103, de 1º de agosto de 1961.

Decreto nº 57.005 — de 11 de outubro de 1965.

IMPOSTO SOBRE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

Define a competência dos Estados para a cobrança do imposto sobre vendas e consignações.

Lei nº 4.784 — de 28 de setembro de 1965.

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Transfere à Diretoria do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), as atribuições e os encargos previstos no Decreto nº 56.799, de 27 de agosto de 1965.

Decreto nº 56.960 — de 1 de outubro de 1965.

IMPOSTOS

Emenda Constitucional nº 18.

INATIVIDADE

Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, da revisão dos proventos da inatividade concedida ao extranumerário Olívio Thiago de Melo, aposentado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto Legislativo nº 92, de 1965.

INCALESA — INDÚSTRIA CALCÁRIA LEME DOS SANTOS LTDA.

Concede à INCALESA — Indústria Calcária Leme dos Santos Ltda autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.934 — de 1º de outubro de 1965.

INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS

Dispõe sobre o alcance da preferência dos créditos de empregados por salários e indenizações trabalhistas.

Lei nº 4.839 — de 18 de novembro de 1965.

INDULTO

Concede indulto a sentenciados pela forma que menciona.

Decreto nº 57.359 — de 29 de novembro de 1965.

INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Cria medidas de estímulo à indústria de construção civil.

Lei nº 4.864 — de 29 de novembro de 1965.

INDÚSTRIA EXTRATIVA DE MINÉRIOS CARU LTDA.

Concede à Indústria Extrativa de Minérios Caru Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.260 — de 16 de novembro de 1965.

INDÚSTRIA MECÂNICA

Concede isenção de impostos para importação de bens destinados ao desenvolvimento da indústria mecânica de precisão.

Lei nº 4.786 — de 6 de outubro de 1965.

INDÚSTRIA NACIONAL DE MECÂNICA PESADA

Regulamenta a Lei nº 4.584, de 11 de novembro de 1964, concede, pelo prazo de 4 (quatro) anos, isenção dos impostos de importação e de consumo para importação de materiais destinados à instalação ou ampliação da indústria nacional de mecânica pesada e dá outras providências.

Decreto nº 57.223, de 11 de novembro de 1965.

INSPETOR DE SEGUROS

Retifica os Decretos ns. 54.015, de 13 de julho de 1964, e 55.204, de 11 de dezembro de 1964.

Decreto nº 57.339, de 25 de novembro de 1965.

INTERVENÇÃO FEDERAL

Ato Institucional nº 2.

— *Ato Complementar nº 5.*

— *Prorroga por 1 (um) ano o prazo de Intervenção Federal na Companhia Nacional de Navegação Costeira.*

Decreto nº 57.360, de 29 de novembro de 1965.

INUNDAÇÕES

Abre, à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País, o crédito extraordinário de Cr\$ 300.000.000, para os fins que menciona.

Decreto nº 57.248, de 12 de novembro de 1965.

INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS

Aprova o Regulamento para o Serviço de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

Decreto nº 57.055, de 11 de outubro de 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Dispõe sobre o Serviço Nacional de Recenseamento e dá outras providências.

Lei nº 4.739, de 14 de outubro de 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA — IBRA

— *Revoga decreto de desapropriação.*

Decreto nº 56.961, de 1 de outubro de 1965.

— *Revoga o Decreto nº 52.365, de 14 de agosto de 1963, e dá outras providências.*

Decreto nº 56.962, de 1 de outubro de 1965.

— *Fica a ordem de renovação dos mandatos dos atuais membros do Conselho Técnico do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA.*

Decreto nº 56.978, de 1 de outubro de 1965.

— *Dispõe sobre o pessoal empregado em cooperativas, usinas e outras entidades sob ocupação ou intervenção do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — e dá outras providências.*

Decreto nº 57.182, de 8 de novembro de 1965.

— *Dispõe quanto ao pagamento de pessoal, mediante recibo, do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA —, e dá outras providências.*

Decreto nº 57.183, de 8 de novembro de 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

*Dispõe sobre o Regulamento para a eleição dos Representantes da Lavou-
ra, na Junta Administrativa do IBC,
a que se refere o art. 5º da Lei nú-
mero 1.779, de 22 de dezembro de
1952.*

Decreto nº 57.096, de 19 de outu-
bro de 1965.

— *Modifica o regulamento para
eleição dos Representantes da Lavou-
ra, na Junta Administrativa do IBC,
baixado pelo Decreto nº 57.098, de 19
de outubro de 1965, a que se refere o
art. 5º da Lei nº 1.779, de 22 de de-
zembro de 1952.*

Decreto nº 57.445, de 16 de dezem-
bro de 1965.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES DOS EMPREGADOS
EM TRANSPORTES E CARGAS**

*Abre crédito suplementar no orça-
mento do I. A. P. E. T. C.*

Decreto nº 57.409, de 10 de dezem-
bro de 1965.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS
E EMPREGADOS EM SERVIÇOS
PÚBLICOS**

*Retifica o enquadramento dos car-
gos e funções do Quadro de Pessoal
do Instituto de Aposentadoria e Pen-
sões dos Ferroviários e Empregados
em Serviços Públicos e dá outras pro-
vidências.*

Decreto nº 57.082, de 15 de outu-
bro de 1965.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS**

*Cria funções gratificadas no Insti-
tuto de Aposentadoria e Pensões dos
Industriários e dá outras providên-
cias.*

Decreto nº 57.127, de 20 de outubro
de 1965.

**INSTITUTO DE MENORES
DE PELOTAS**

*Autoriza a cessão gratuita ao Ins-
tituto de Menores de Pelotas do terra-
no que menciona, situado no Mu-
nicipio de Pelotas, Estado do Rio
Grande do Sul.*

Decreto nº 57.310, de 24 de novem-
bro de 1965.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDO-
RES DO ESTADO — IPASE**

*Dispõe sobre a adaptação do Insti-
tuto de Previdência e Assistência dos
Servidores do Estado — IPASE —
ao Sistema Financeiro da Habitação.*

Decreto nº 56.995, de 1º de outubro
de 1965.

— *Autoriza a admissão de pessoal
especialista-temporário no Instituto
de Previdência e Assistência dos Ser-
vidores do Estado.*

Decreto nº 57.100, de 19 de outubro
de 1965.

— *Transfere para o Instituto de
Previdência e Assistência dos Servi-
dores do Estado (I.P.A.S.E.) o pa-
gamento do salário-família dos depen-
dentes dos servidores civis, ex-contri-
buíntes do mesmo, falecidos em ativi-
dade ou já aposentados, bem como a
complementação da pensão especial
instituída pela Lei nº 3.738, de 4 de
abril de 1960, e dá outras providên-
cias.*

Decreto nº 57.222, de 11 de novem-
bro de 1965.

— *Altera, por transferência de ver-
ba, o Orçamento do Instituto de Pre-
vidência e Assistência dos Servidores
do Estado, aprovado pelo Decreto nú-
mero 55.828, de 11 de março de 1965.*

Decreto nº 57.367, de 30 de novem-
bro de 1965.

— *Modifica a redação do art. 7º,
do Decreto nº 56.995, de 1º de outu-
bro de 1965.*

Decreto nº 57.372, de 2 de dezem-
bro de 1965.

**INSTITUTO DE RESSEGUROS
DO BRASIL**

Abre, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, a favor do Instituto de Resseguros do Brasil (I.R.B.) o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros).

Decreto nº 57.396, de 7 de dezembro de 1965.

**INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO
ALCOOL**

Dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação, e dá outras providências.

Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965.

— Dispõe sobre a concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura canieira e dá outras providências.

Decreto nº 57.020, de 11 de outubro de 1965.

**INSTITUTO JOAQUIM NABUCO
DE PESQUISAS SOCIAIS**

Aprova o Orçamento do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

Decreto nº 57.013, de 11 de outubro de 1965.

**INSTITUTO NACIONAL DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, no Estado da Guanabara, e dá outras providências.

Decreto nº 57.046, de 11 de outubro de 1965.

ISENÇÕES

Concede isenção de licença de importação, tributos e emolumentos consulares para donativos destinados às obras de assistência social, mantidas pela Sociedade das Obras Sociais e Educativas — Estado da Bahia.

Lei nº 4.781, de 28 de setembro de 1965.

— Concede isenção de impostos para importação de bens destinados ao desenvolvimento da indústria mecânica de precisão.

Lei nº 4.785, de 6 de outubro de 1965.

— Concede, pelo prazo de 2 (dois) anos, isenção dos impostos e taxas que menciona, aos materiais importados, para uso próprio, pelos bancos oficiais dos Estados, e dá outras providências.

Lei nº 4.798, de 20 de outubro de 1965.

— Concede isenção do imposto de importação e de taxas aduaneiras para materiais a serem importados pela Rádio Santana Limitada, de Anápolis, Estado de Goiás e dá outras providências.

Lei nº 4.823, de 4 de novembro de 1965.

— Isenta do imposto de importação o material destinado à Faculdade de Medicina de Rio Grande e importado pela Fundação Cidade do Rio Grande.

Lei nº 4.872, de 2 de dezembro de 1965.

— Isenta do imposto de importação equipamento para tratamento de água destinado à Companhia de Saneamento do Paraná.

Lei nº 4.880, de 3 de dezembro de 1965.

— Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, ao equipamento importado pela Cervejaria Paraense S.A. — CERPA-SA — destinado à instalação de uma fábrica de cerveja em Belém, no Estado do Pará.

Lei nº 4.883, de 9 de dezembro de 1965.

— Concede isenção de direitos para a importação de equipamentos de segurança e higiene do trabalho sem similar nacional.

Lei nº 4.892, de 9 de dezembro de 1965.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo e de outras contribuições fiscais, os alimentos de qualquer natureza, e outras utilidades, adquiridos no exterior, mediante doação, pelas instituições em funcionamento no País, que se dediquem à assistência social.*

Lei nº 4.917, de 17 de dezembro de 1965.

— *Estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia de Navegação Costeira, e dá outras providências.*

Lei nº 4.921, de 23 de dezembro de 1965.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento para produção de formol a ser importado por "Resinas Sintéticas e Plásticas S. A." — Resimpla — com sede em Porto Alegre e fábrica em Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei nº 4.926, de 23 de dezembro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados a empresa "Monteiro Paiva & Cia.", de Bayeux — Paraíba.

Decreto nº 56.983, de 1º de outubro de 1965.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados a empresa "Companhia de Tecidos Rio Tinto", de Rio Tinto, Estado da Paraíba.*

Decreto nº 56.984, de 1º de outubro de 1965.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "FORTALEZA AÇOS S. A. de Fortaleza (Ce).*

Decreto nº 56.989, de 1º de outubro de 1965.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa Companhia Eletro-Metalúrgica do Brasil — NORLAR, de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 56.990, de 1º de outubro de 1965.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado neste descritos e consignados à empresa "Companhia de Fiação e Tecidos Norte Alagças", de Maceió, (AL).*

Decreto nº 56.991, de 1º de outubro de 1965.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado neste descritos e consignados à empresa "CONAC" S. A. Indústria de Artefatos de Couro", de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto nº 56.992, de 1º de outubro de 1965.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "CIRNE — Companhia Industrial do Rio Grande do Norte", de Macau (RN).*

Decreto nº 56.993, de 1º de outubro de 1965.

— Declara prioritária do desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado neste descritos e consignados à empresa NORFIBRA S. A. — Indústria e Comércio, de Maceió (AL).

Decreto nº 56.996, de 1º de outubro de 1965.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa Exportadora Machado Araújo Limitada", de Fortaleza (CE).

Decreto nº 56.997, de 1º de outubro de 1965.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Diniz & Cia. Ltda.", de Aracaju (SE).

Decreto nº 57.000, de 1º de outubro de 1965.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Campos Moreira S. A. — Indústria de Auto-Peças (CAMOSA)", de Recife (PE).

Decreto nº 57.001, de 1º de outubro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Indústria de Parafusos Laminados Inpa S. A.", de Recife (PE).

Decreto nº 57.002, de 1º de outubro de 1965.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Algodoeira Seridó Comércio e Indústria S. A. (Alsecosa)", de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 57.117, de 1º de outubro de 1965.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa Máquinas Piratininga S. A.", de São Paulo (SP).

Decreto nº 57.118, de 19 de outubro de 1965.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "S.A. Indústria Têxtil de Mandacaru", de João Pessoa (Pb).

Decreto nº 57.119, de 19 de outubro de 1965.

— Prorroga a vigência do Decreto número 1.512, de 12 de novembro de 1962, que concede isenção de impostos e taxas federais em favor da empresa "Côco Alimentar de Alagoas S.A.", de Maceió (AL).

Decreto nº 57.132, de 27 de outubro de 1965.

Regulamenta a Lei nº 4.584, de 11 de novembro de 1964, que concede, pelo prazo de 4 (quatro) anos, isenção dos impostos de importação e de consumo para importação de material destinado à instalação ou ampliação da indústria nacional de mecânica pesada e dá outras providências.

Decreto nº 57.223, de 11 de novembro de 1965.

J

JUIZES ESTADUAIS

Ato Complementar nº 2.

JUIZES FEDERAIS

Ato Complementar nº 2.

JUNTA CONSULTIVA DO
IMPOSTO DE CONSUMO

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que especifica e dá outras providências.

Decreto nº 57.198, de 9 de novembro de 1965.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO
E JULGAMENTO

Estende a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Campos e Nova Friburgo.

Lei nº 4.868-A, de 30 de novembro de 1965.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, duas Juntas de Conciliação e julgamento, com sede em Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei nº 4.816, de 26 de outubro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 28.418.880, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.114, de 19 de outubro de 1965.

JUTA

Fixa os preços mínimos básicos relativos à safra do próximo ano de 1966, para a juta e malva da Região Amazônica.

Decreto nº 57.365, de 30 de novembro de 1965.

K

KERAMIK S. A.

Concede à Keramik S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.064, de 15 de outubro de 1965.

L

LABORATÓRIOS

Dispõe sobre manipulação, receiptuário, industrialização e venda de produtos utilizados em homeopatia.

Decreto nº 57.477, de 20 de dezembro de 1965.

LAR VENERANDA

Declara de utilidade pública a Comunidade Assistencial Espírita "Lar Veneranda", com sede em Santos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.630, de 28 de janeiro de 1965.

LAVOURA CANAVIEIRA

Dispõe sobre a concessão de terra do trabalhador rural da lavoura canavieira e dá outras providências.

Decreto nº 57.020, de 11 de outubro de 1965.

LEGIAO BRASILEIRA DE
ASSISTENCIA

Declara de utilidade pública a Legião Brasileira de Assistência, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 57.418, de 13 de dezembro de 1965.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Atualiza conforme o disposto no artigo 9º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, as multas previstas na Legislação do Trabalho.

Decreto nº 57.146, de 1º de novembro de 1965.

LEILÕES

Inclui um parágrafo ao artigo 2º do Decreto nº 809, de 30 de março de 1962.

Decreto nº 57.473, de 20 de dezembro de 1965.

LETRAS DO TESOUREIRO

Determina o registro de contrato de empréstimo, aos recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Pará, em 24 de maio de 1963.

Decreto Legislativo nº 100, de 1965.

LIBRAIRIE HACHETTE S. A. DO BRASIL

Concede à sociedade Librairie Hachette S. A., do Brasil autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 57.376, de 3 de dezembro de 1965.

LIGA DEMOCRÁTICA RADICAL

Suspende o funcionamento, pelo prazo de seis meses, da "Liga Democrática Radical", sediada no Estado da Guanabara.

Decreto nº 57.300, de 22 de novembro de 1965.

LIGAÇÃO DIRETA RIONITERÓI

Cria uma Comissão Executiva com o objetivo de elaborar os projetos definitivos de ligação direta, através de ponte, entre o Estado da Guanabara e a cidade de Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 57.555, de 29 de dezembro de 1965.

LÓIDE BRASILEIRO, P. N.

Abre crédito especial autorizado pela Lei nº 4.652, de 31-5-65.

Decreto nº 57.513, de 28 de dezembro de 1965.

— Aplica ao pessoal do Lloyd Brasileiro, P. N., o aumento de que trata a Lei nº 4.863, de 29-11-65.

Decreto nº 57.527, de 28 de dezembro de 1965.

LOTERIA FEDERAL

Aprova o Orçamento da Administração do Serviço de Loteria Federal.

Decreto nº 57.113, de 19 de outubro de 1965.

M

MADEIRAS PRESERVADAS

Torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas e dá outras providências.

Decreto nº 4.797, de 20 de outubro de 1965.

MAGISTÉRIO SUPERIOR

Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior.

Lei nº 4.881-A, de 5 de dezembro de 1965.

MALÁRIA

Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para o combate à malária na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins e da Estrada Belém — Brasília.

Decreto nº 57.301, de 22 de novembro de 1965.

— Baixa Normas Técnicas Especiais para o combate à Malária e dá outras providências.

Decreto nº 57.474, de 20 de dezembro de 1965.

MALVA

Fixa os preços mínimos básicos relativos à safra do próximo ano de 1966, para a juta e malva da Região Amazônica.

Decreto nº 57.365, de 30 de novembro de 1965.

MANDADOS ELETIVOS

Emenda Constitucional nº 19.

MANDADOS LEGISLATIVOS

Ato Compementar nº 3.

MANGANÊS

Retifica o art. 1º do Decreto número 44.529, de 24 de setembro de 1958.

Decreto nº 56.942, de 1 de outubro de 1965.

— Autoriza a Sociedade Carbonífera Próspera S. A., a pesquisar minérios de ferro e de manganês, nos Municípios de Ouro Preto e Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.193, de 8 de novembro de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Martins Moreno a pesquisar minério de manganês, no município de São João D'Aliança, Estado de Goiás.

Decreto nº 57.215, de 10 de novembro de 1965.

— Autoriza EBEMIL — Exploração de Minérios Ltda., a pesquisar minério de manganês, no município de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará.

Decreto nº 57.434, de 16 de dezembro de 1965.

MARINHA

Estabelece princípios, condições e critérios básicos para as promoções dos Oficiais de Marinha do Brasil.

Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965.

— Dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.

Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965.

— Autoriza o Ministério da Marinha a aproveitar na classe inicial das séries de classe de suas especialidades, após conclusão de curso, todos os alunos bolsistas e os aprendizes das Escolas Técnicas e Industriais reconhecidas ou classificadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Lei nº 4.925, de 23 de dezembro de 1965.

— Altera o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha, aprovado pelo Decreto nº 42.808, de 13 de dezembro de 1957.

Decreto nº 57.043, de 11 de outubro de 1965.

— Altera a redação do art. 34 do Regulamento para a Escola de Guerra Naval, aprovado pelo Decreto número 52.484, de 19 de setembro de 1963.

Decreto nº 57.073, de 15 de outubro de 1965.

— Dá nova redação ao item III do artigo 2º do Decreto nº 705, de 15 de março de 1962, que criou o Uniforme Branco de Verão para a Marinha do Brasil.

Decreto nº 57.145, de 1º de novembro de 1965.

— Define a conceituação de Acidente, em Serviço e dá outras providências.

Decreto nº 57.272, de 16 de novembro de 1965.

— Regulamenta a Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965, que estabelece princípios, condições e critérios básicos para promoções de oficiais da Marinha do Brasil.

Decreto nº 57.361-A, de 29 de novembro de 1965.

MARINHA MERCANTE

Dispõe sobre as novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e do Conselho Superior do Trabalho Marítimo, e dá outras providências.

Lei nº 4.858, de 26 de novembro de 1965.

MARMORE

Autoriza a firma Icominas S. A. — Empresa de Mineração a pesquisar calcita, calcário e mármore no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.090, de 19 de outubro de 1965.

— *Retifica o Decreto nº 56.343, de 21 de maio de 1965.*

Decreto nº 57.346, de 25 de novembro de 1965.

MATERIAL AERONAUTICO

Altera o Decreto nº 50.837, de 23 de junho de 1961, que cria o Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico (GEIMA).

Decreto nº 57.049, de 11 de outubro de 1965.

MATERIAL PERMANENTE E DE CONSUMO

Suspende provisoriamente, a aquisição de material permanente e de consumo para o serviço público, e dá outras providências.

Decreto nº 57.187, de 8 de novembro de 1965.

— *Altera a redação do art. 2º do Decreto nº 57.187, de 8 de novembro de 1965.*

Decreto nº 57.358, de 29 de novembro de 1965.

MEDALHAS

Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 37.406, de 31 de maio de 1955 que institui a "Medalha Marechal Hermes — Aplicação e Estudo" e revoga decretos.

Decreto nº 57.175, de 4 de novembro de 1965.

— *Dispõe sobre medalha comemorativa do centenário do nascimento de Olavo Bilac.*

Decreto nº 57.275, de 16 de novembro de 1965.

MICA

Retifica o art. 1º do decreto número 2.139, de 22 de janeiro de 1963, referente à autorização de pesquisa de mica e pedras coradas no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais, concedida a Adão Batista de Andrade.

Decreto nº 54.539, de 22 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Giacomo Perini a pesquisar mica e quartzo, no município de Divino das Laranjeiras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.197, de 8 de novembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo de Vuono a pesquisar mica e caulim no município de Guararema, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.327, de 24 de novembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raymundo Soares de Albergaria Filho a pesquisar mica no município de Engenheiro Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.328, de 24 de novembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Vivacqua Vieira a pesquisar mica no município de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 57.341, de 25 de novembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Bosco de Carvalho a pesquisar mica no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.343, de 35 de novembro de 1965.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jonathas Bitencourt a pesquisar quartzo e mica, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 57.384, de 6 de dezembro de 1965.

— Autoriza o cidadão brasileiro Décio Amaral Castro a pesquisar amianto, mica e minério de níquel no município de Niquelândia, Estado de Goiás.

Decreto nº 57.437, de 16 de dezembro de 1965.

MILITARES

Emenda Constitucional nº 19.

— Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências.

Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

MINERAÇÃO BRASILEIRA DE OURO S. A.

Concede à Mineração Brasileira de Ouro S. A. "Brasouro" autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.218, de 10 de novembro de 1965.

MINERAÇÃO IPANEMA S. A.

Concede à Mineração Ipanema S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 56.927, de 1º de outubro de 1965.

MINERAÇÃO LAGOA GRANDE LTDA.

Autoriza a Mineração Lagoa Grande Ltda., a funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.331, de 24 de novembro de 1965.

MINERAÇÃO MAFALDA LTDA.

Concede à Mineração Mafalda Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.438, de 16 de dezembro de 1965.

MINERAÇÃO PLANALTO LIMITADA

Concede à Mineração Planalto Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.387, de 6 de dezembro de 1965.

MINERAÇÃO SANTA MARISTINA LIMITADA

Concede à Mineração Santa Maristina Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.205 — de 9 de novembro de 1965.

MINERAÇÃO SOMAGE S. A.

Concede à Mineração Somage S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.072 — de 15 de outubro de 1965.

MINERAÇÃO VERÍSSIMO LIMITADA

Concede à Mineração Veríssimo Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 58.935 — de 1 de outubro de 1965.

MINERALITE S. A. — MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

Concede à Mineralite S. A. — Mineração, Exportação e Importação, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.259 — de 16 de novembro de 1965.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 2 de julho de 1956, aditivo ao contrato celebrado em 27 de fevereiro de 1956, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, através do Ministério da Aeronáutica, e José Gomes Figueira.

Decreto Legislativo nº 90 — de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 508.500.000 (quinhentos e oito milhões e quinhentos mil cruzeiros), destinado a atender a despesas com a restauração e adaptação de vários aeroportos.

Lei nº 4.832 — de 5 de novembro de 1965.

Dispõe sobre a fusão dos cargos de Assistente Jurídico e de Assessor de Direito Aeronáutico, do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica.

Lei nº 4.896 — de 9 de dezembro de 1965.

Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$... 950.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 56.924 — de 1 de outubro de 1965.

Altera o Decreto nº 43.101, de 24 de janeiro de 1958.

Decreto nº 57.174 — de 4 de novembro de 1965.

Aprova o Regulamento da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica.

Decreto nº 57.426 — de 14 de dezembro de 1965.

Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 51.516, de 25 de junho de 1962.

Decreto nº 57.484 — de 27 de dezembro de 1965.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo aditivo ao contrato celebrado, em 9 de setembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e a Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mocha Nacional.

Decreto Legislativo nº 94 — de 1965.

Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 11.283.990.500 (onze bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, novecentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros) ao Ministério da Agricultura, para o fim que especifica.

Lei nº 4.782 — de 28 de dezembro de 1965.

Dispõe sobre a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários e dá outras providências.

Lei nº 4.785 — de 6 de outubro de 1965.

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 4.269.970.880 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), a diversos Ministérios, ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União.

Lei nº 4.788 — de 13 de outubro de 1965.

Extingue a Divisão de Cooperativismo e Organização Rural do Departamento de Produção Agropecuária do Ministério da Agricultura, transfere atribuições, e dá outras providências.

Lei nº 4.806 — de 20 de outubro de 1965.

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 74.344.128,10 (setenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, cento e vinte e oito cruzeiros e dez centavos) para o fim que especifica.

Lei nº 4.871 — de 2 de dezembro de 1965.

Transfere para a jurisdição do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias a Fazenda de Campo Grande — Estado de Mato Grosso, do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 57.011 — de 11 de outubro de 1965.

Transforma em Estações Experimentais, diretamente subordinadas ao D.P.E.A., os Postos Agropecuários que menciona e dá outras providências.

Decreto nº 57.366 — de 30 de novembro de 1965.

Estabelece Coordenadorias Regionais do Ministério da Agricultura nos Estados e Territórios.

Decreto nº 57.459 — de 20 de dezembro de 1965.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$... 4.269.970.880 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), a diversos Ministérios, ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União.

Lei nº 4.788 — de 13 de outubro de 1965.

Cria cargos de Professor de Ensino Superior e de Diretor no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Lei nº 4.901 — de 16 de dezembro de 1965.

Dispõe sobre a expedição de cartões de identidade pelo Ministério da Educação e Cultura a que se refere o Decreto nº 29.079, de 30 de dezembro de 1950.

Decreto nº 57.281 — de 17 de novembro de 1965.

Cria funções na antiga Tabela Única de Extranumerários mensalisadas do Ministério da Educação e Cultura, em cumprimento de decisão judicial passada em julgado e dá outras providências.

Decreto nº 57.282 de 17 de novembro de 1965.

Dispõe sobre o funcionamento da Rede de Telecomunicação do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Decreto nº 57.393 de 7 de dezembro de 1965.

Aprova novo Regimento para o Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 57.481 — de 24 de dezembro de 1965.

Retifica função gratificada no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 57.487 — de 27 de dezembro de 1965.

Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$... 600.000.000 (seiscentos milhões de cruzeiros) para atender as despesas com a desapropriação dos bens da Fundação Graffée-Guinle.

Decreto nº 57.493 — de 27 de dezembro de 1965.

Inclui cargos no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 57.530 — de 28 de dezembro de 1965.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Determina o registro do contrato celebrado, em 8 de maio de 1961, entre o Ministério da Fazenda e a Companhia Cimento Portland Cauê.

Decreto Legislativo nº 103 — de 1965.

Autoriza a abertura do crédito suplementar, pelo Ministério da Fazenda, de Cr\$ 292.468.000 e torna inaplicável igual montante no Orçamento vigente, em dotações que especifica.

Lei nº 4.787 — de 6 de outubro de 1965.

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 4.269.970.880 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), a diversos Ministérios, ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União.

Lei nº 4.788 — de 13 de outubro de 1965.

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 820.000.000 (oitocentos e vinte milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas com a mudança da Delegacia Fiscal de São Paulo para o Edifício Cibraço.

Lei nº 4.803 — de 20 de outubro de 1965.

Transfere cargo do Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas para o Quadro do Pessoal do Ministério da Fazenda.

Lei nº 4.810 — de 25 de outubro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas com a aquisição de imóvel em Resende — Estado do Rio de Janeiro, destinado à instalação da Exatonia Federal naquela cidade.

Lei nº 4.826 — de 5 de novembro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos Órgãos e Ministérios, créditos especiais num montante de Cr\$ 265.347.106 (duzentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e sete mil, cento e seis cruzeiros), destinados a atender às despesas que especifica.

Lei nº 4.848 — de 19 de novembro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos Órgãos e Ministérios, créditos especiais num montante de Cr\$ 15.665.913.118 e suplementares num montante de Cr\$ 27.312.000 destinados à regularização de despesas consignadas em orçamentos anteriores.

Lei nº 4.849 — de 19 de novembro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com obras em repartições do mesmo Ministério.

Lei nº 4.852 — de 25 de novembro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 600.000.000 (seiscentos milhões de cruzeiros), como reforço a dotação orçamentária insuficiente destinada ao Departamento do Imposto de Renda.

Lei nº 4.873 — de 2 de dezembro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas de viagem e estada no exterior de representantes do aludido Ministério à Reunião do GATT que se realizou em Genebra.

Lei nº 4.875 — de 2 de dezembro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 138.941.000 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e quarenta e um mil cruzeiros), destinado ao pagamento de ações preferenciais subscritas pelo Tesouro Nacional no aumento de capital da Companhia Vale do Rio Doce.

Lei nº 4.919 — de 17 de dezembro de 1965.

Autoriza a prestação de aval pelo Tesouro Nacional a empréstimos que menciona.

Decreto nº 57.002-A — de 1 de outubro de 1965.

Autoriza o Ministério da Fazenda a proceder à baixa das responsabilidades apuradas na vigência do Decreto nº 1.781, de 3-12-62.

Decreto nº 57.008 — de 11 de outubro de 1965.

Suprime cargo extinto.

Decreto nº 57.242 — de 11 de novembro de 1965.

Altera a lotação numérica e nominal do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 57.285 — de 18 de novembro de 1965.

Classifica os cargos de nível superior do Ministério da Fazenda e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 57.370 — de 1 de dezembro de 1965.

Retifica o Decreto nº 52.119, de 17 de junho de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 57.371 — de 1 de dezembro de 1965.

Abertura de crédito especial autorizada pela Lei nº 4.702, de 1965.

Decreto nº 57.374 — de 2 de dezembro de 1965.

Abre crédito especial, pelo Ministério da Fazenda, autorizado pela Lei nº 4.773, de 15-9-65.

Decreto nº 57.446 — de 16 de dezembro de 1965.

Abre o crédito especial autorizado pela Lei nº 4.652, de 31-5-65.

Decreto nº 57.512 — de 28 de dezembro de 1965.

Abre o crédito suplementar autorizado pela Lei nº 4.787, de 16 de outubro de 1965.

Decreto nº 57.556 — de 29 de dezembro de 1965.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 2.070.060.000 (dois bilhões e setenta milhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas com a Fábrica Presidente Vargas, em Piquete.

Lei nº 4.915 — de 17 de dezembro de 1965.

Extingue as Escolas de Artilharia de Costas e de Defesa Antiaérea e cria a Escola de Defesa Antiaérea 3 Costas.

Decreto nº 57.134 — de 28 de outubro de 1965.

Classifica cargo de nível superior da Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra, e dispõe sobre o enquadramento de seu atual ocupante.

Decreto nº 57.135 — de 28 de outubro de 1965.

Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 37.406, de 31 de maio de 1955, que institui a "Medalha Marechal Hermes — Aplicação e Estudo" e revoga decretos.

Decreto nº 57.175 — de 4 de novembro de 1965.

Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.502.419, (dois milhões, quinhentos e dois mil, quatrocentos e dezenove cruzeiros), para os fins que especifica.

Decreto nº 57.177 — de 4 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.292 — de 19 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.294 — de 19 de novembro de 1965.

Retifica a classificação de cargos de nível superior do Ministério da Guerra, aprovado pelo Decreto número 55.559, de 15 de janeiro de 1965, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 57.393 — de 10 de dezembro de 1965.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno, em Garanhuns — PE., destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.403 — de 10 de dezembro de 1965.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 57.404 — De 10 de dezembro de 1965.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 57.408 — De 10 de dezembro de 1965.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 57.492 — De 27 de dezembro de 1965.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Abre, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial, com vigência de dois exercícios, de Cr\$ 1.000.000.00 (um bilhão de cruzeiros) para atender às despesas que especifica.

Decreto nº 57.006 — De 11 de outubro de 1965.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Autoriza a abertura ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores de crédito especial para o custeio dos vencimentos e vantagens dos servidores da Fundação Brasil Central.

Lei nº 4.783 — De 28 de setembro de 1965.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 4.269.970.880 (quatro bilhões duzentos e sessenta e nove milhões novecentos e setenta mil oitocentos e oitenta cruzeiros), a diversos Ministérios, ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União.

Lei nº 4.788 — De 13 de outubro de 1965.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros) para atender a despesas com reparos de navios.*

Lei nº 4.793 — De 20 de outubro de 1965.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), destinado à construção, organização e instalação do Centro de Instrução de Marítimos "Almirante Graça Aranha".*

Lei nº 4.837 — De 10 de novembro de 1965.

— *Inclui na Receita do Fundo Naval as indenizações a verbas orçamentárias de exercícios financeiros já encerrados.*

Lei nº 4.905 — De 17 de dezembro de 1965.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender a despesas com um dique flutuante, procedente dos Estados Unidos da América do Norte.*

Lei nº 4.911 — De 17 de dezembro de 1965.

— *Transforma em Centro de Controle de Estoque de Material os Centros de Controle de Estoque de Material Comum e de Controle de Estoque de Sobressalentes, e dá outras providências.*

Decreto nº 57.040 — De 11 de outubro de 1965.

— *Inclui o Serviço Nacional de Informações entre as comissões previstas no § 2º do art. 18 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 42.808, de 13 de dezembro de 1957.*

Decreto nº 57.045 — De 11 de outubro de 1965.

— *Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação o prédio residencial, sito na Rua Barão do Ladário nº 436, Bairro de Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 57.478 — De 20 de dezembro de 1965.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 4.269.970.880 (quatro bilhões duzentos e sessenta e nove milhões novecentos e setenta mil oitocentos e oitenta cruzeiros), a diversos Ministérios, ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União.

Lei nº 4.788 — De 13 de outubro de 1965.

— Dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências.

Lei nº 4.904 — De 17 de dezembro de 1965.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, pela Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, terreno situado no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.916 — De 1 de outubro de 1965.

— Retifica o Decreto nº 56.671, de 6 de agosto de 1965, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação, pela Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, terrenos situados no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 57.288 — De 19 de novembro de 1965.

— Altera o Decreto nº 51.308, de 25 de agosto de 1961.

Decreto nº 57.425 — De 14 de dezembro de 1961.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a visita ao Brasil, em caráter oficial, de Suas Altezas Reais o Grão-Duque e a Grã-Duquesa de Luxemburgo.

Lei nº 4.794 — De 20 de outubro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 191.364.240 (cento e noventa e um milhões trezentos e sessenta e quatro mil duzentos e quarenta cruzeiros), para atender às despesas com o comparecimento do Episcopado brasileiro à Quarta Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Lei nº 4.809 — De 25 de outubro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 6.749.890 (seis milhões setecentos e quarenta e nove mil oitocentos e noventa cruzeiros), para regularização de despesas decorrentes da visita ao Brasil de personalidades ilustres estrangeiras, no exercício de 1960.

Lei nº 4.819 — De 29 de outubro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Popular Federativa da Iugoslávia.

Lei nº 4.844 — De 19 de novembro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), para atender a despesas de qualquer natureza com a realização da Conferência Conjunta da FAO e da CEPAL.

Lei nº 4.850 — De 19 de novembro de 1965.

— Dispõe sobre o regime de funções gratificadas na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Lei nº 4.856 — De 25 de novembro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Italiana, e da sua comitiva.

Lei nº 4.855 — De 30 de novembro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 5.810.000, para atender às despesas complementares com o comparecimento do clero brasileiro ao "Concílio Ecumênico Vaticano II".

Lei nº 4.876 — De 2 de dezembro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Lei nº 5.895 — De 9 de dezembro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, crédito especial de Cr\$ 6.000.000 (seis milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes do asilo concedido pelo Brasil a cidadãos da República Dominicana.

Lei nº 4.909 — De 17 de dezembro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da viagem do Sr. Presidente da República ao Chile.

Lei nº 4.910 — De 17 de dezembro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) para atender as despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República dos Estados Unidos do México.

Lei nº 4.912 — De 17 de dezembro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 88.087.100 (oitenta e seis milhões oitenta e sete mil e cem cruzeiros), para atender às despesas decorrentes das Segundas Reuniões Anuais Ordinárias do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da organização dos Estados Americanos.

Lei nº 4.916 — De 17 de dezembro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 614.000.000, para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial das Nações Unidas.

Lei nº 4.918 — De 17 de dezembro de 1965.

— Acrescenta parágrafos ao art. 8º do Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961.

Decreto nº 56.908 — De 29 de setembro de 1965.

— Cria o Consulado honorário do Brasil em Mendoza, Argentina.

Decreto nº 57.123 — De 19 de outubro de 1965.

— Completa o Decreto nº 55.332, de 31 de dezembro de 1964.

Decreto nº 57.169 — De 4 de novembro de 1965.

— Complementa disposições dos Decretos nº 28.959, de 11 de dezembro de 1950, e nº 1.481, de 29 de outubro de 1962 e o Decreto nº 52.468, de 12 de setembro de 1963.

Decreto nº 57.176 — De 4 de novembro de 1965.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 107.484.000, para atender às despesas realizadas com o comparecimento do Episcopado brasileiro à Terceira Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Decreto nº 57.231 — De 11 de novembro de 1965.

— Cria o Consulado honorário do Brasil em Dublin, Irlanda.

Decreto nº 57.397 — De 7 de dezembro de 1965.

MINISTERIO DA SAUDE

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 8.700.000.000 à categoria econômica 3.2.00 — Transferências Correntes, do Anexo 4.21.00 — Ministério da Saúde — 06 — Departamento de Administração (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964).

Lei nº 4.800 — De 20 de outubro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos órgãos e Ministérios, créditos especiais num montante de Cr\$ 265.347.106 (duzentos e sessenta e cinco milhões trezentos e quarenta e sete mil cento e seis cruzeiros), destinados a atender às despesas que especifica.

Lei nº 4.843 — De 19 de novembro de 1965.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Saúde.

Decreto nº 57.154 — De 3 de novembro de 1965.

— Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para o combate à malária na região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins e da Estrada Belém — Brasília.

Decreto nº 57.301 — De 22 de novembro de 1965.

— Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 125.251.270 (cento e vinte e cinco milhões duzentos e cinquenta e um mil duzentos e setenta cruzeiros), para pagamento de débitos da Divisão do Material do mesmo Ministério.

Decreto nº 57.369 — De 1 de dezembro de 1965.

MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 57.482.525 (cinquenta e sete milhões quatrocentos e oitenta e dois mil quinhentos e vinte e cinco cruzeiros), para o fim que especifica.

Lei nº 4.894 — De 9 de dezembro de 1965.

— Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências.

Lei nº 4.928 — De 23 de dezembro de 1965.

— Autoriza o Ministério do Trabalho e Previdência Social a admitir, em 1966, os especialistas temporários que especifica, e dá outras providências.

Decreto nº 57.363 — De 30 de novembro de 1965.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Transfere cargo do Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas para o Quadro do Pessoal do Ministério da Fazenda.

Lei nº 4.810, — de 25 de outubro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos órgãos e Ministérios, créditos especiais num montante de Cr\$ 265.347.106 (duzentos e sessenta e cinco milhões trezentos e quarenta e sete mil cento e seis cruzeiros), destinados a atender às despesas que especifica.

Lei nº 4.848 — De 19 de novembro de 1965.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos órgãos e Ministérios, créditos especiais num montante de Cr\$ 15.665.913.118 e suplementares num montante de Cr\$ 27.312.000 destinados à regularização de despesas consignadas em orçamentos anteriores.

Lei nº 4.849 — de 19 de novembro de 1965.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 533.412.079 (quinhentos e trinta e três milhões quatrocentos e doze mil e setenta e nove cruzeiros), para atender ao pagamento de diferença de proventos e vantagens, aos inativos da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, relativa aos anos de 1961 e 1962.*

Lei nº 4.913 — De 17 de dezembro de 1965.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 39.200.000.000, para o fim que menciona.*

Decreto nº 56.714 — De 12 de agosto de 1965.

— *Retifica o Decreto nº 56.837, de 3 de setembro de 1965, a fim de incluir um art. 3º.*

Decreto nº 56.905 — De 28 de setembro de 1965.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.100.078, para o fim que especifica.*

Decreto nº 57.015 — De 11 de outubro de 1965.

— *Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a constituir um Grupo de Trabalho para os fins que especifica.*

Decreto nº 57.129 — De 20 de outubro de 1965.

— *Autoriza a contratação de especialista temporário pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 54.170 — De 4 de novembro de 1965.

— *Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$.... 47.130.000 (quarenta e sete milhões cento e trinta mil cruzeiros), destinado à liquidação de débitos existentes com o comércio em geral, com a Diocese de Fortaleza, Marinha de Guerra, Lóide Brasileiro, Patrimônio Nacional, etc.*

Decreto nº 57.414 — De 13 de dezembro de 1965.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIAO

Emenda Constitucional nº 16.

MINISTÉRIOS MILITARES

Abre, ao Estado-Maior das Forças Armadas e Ministérios Militares, o crédito especial de Cr\$ 6.400.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.041 — De 11 de outubro de 1965.

MINISTROS DE ASSUNTOS COMERCIAIS

Suprime cargos isolados de Ministro de Assuntos Comerciais.

Decreto nº 57.389 — De 6 de dezembro de 1965.

MINISTROS DE ESTADO

Emenda Constitucional nº 16.

Emenda Constitucional nº 17.

MINISTROS DE ESTADO EXTRA-ORDINÁRIOS

Altera a redação do art. 10 do Decreto nº 53.914, de 11 de maio de 1964, modificada pelo Decreto nº 55.735, de 22 de fevereiro de 1965.

Decreto nº 56.700 — de 9 de agosto de 1965.

Cria, junto ao Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica e sob a supervisão deste, Grupo de Coordenação destinados a coligir elementos para a elaboração do Plano Econômico de Longo Prazo e dá outras providências.

Decreto nº 57.464 — de 20 de dezembro de 1965.

MOEDAS

Institui o cruzeiro novo e dá outras providências.

Decreto-lei nº 1 — de 13 de novembro de 1965.

MULTAS

Atualiza conforme o disposto no artigo 9º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, as multas previstas na Legislação do Trabalho.

Decreto nº 57.146 — de 1 de novembro de 1965.

MUNDIAL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Mundial Companhia Nacional de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 57.130 — de 20 de outubro de 1965.

MUNICÍPIOS

Ato Institucional nº 2.

Regulamenta a assistência financeira do Governo Federal aos Estados e Municípios e cria o Fundo de Estabilização de Receita Cambial.

Decreto nº 57.383 — de 8 de dezembro de 1965.

N

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede a CONAN — Companhia de Navegação do Norte autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.357 — de 24 de maio de 1965.

Concede à sociedade Urbano Gern & Filhos autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova forma social de Navegação Urbano Gern Limitada.

Decreto nº 56.910 — de 29 de setembro de 1965.

Concede a sociedade Navegação Aliança Ltda., autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.963 — de 1 de outubro de 1965.

Concede à sociedade Navegação Paulo Pereira Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 56.974 — de 8 de outubro de 1965.

Concede à sociedade Refinaria Salineira Ltda. — Comércio, Indústria e Navegação autorização para continuar a funcionar como empresa de forma social de Refinaria Salineira navegação de cabotagem, sob nova S.A. — Indústria, Comércio e Navegação.

Decreto nº 57.010 — de 11 de outubro de 1965.

Concede à sociedade Brasilmar Meridional de Navegação Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 57.138, de 29 de outubro de 1965.

Concede à sociedade L. Figueiredo Navegação S.A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação e cabotagem.

Decreto nº 57.139 — de 29 de outubro de 1965.

Concede à sociedade de Navegação Atlântico Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 57.241 de 11 de novembro de 1965.

Concede à sociedade Navegação Cometa Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 57.252 — de 12 de novembro de 1965.

Concede à sociedade Diogo & Cia. Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 57.253 — de 12 de novembro de 1965.

Prorroga até 31 de dezembro de 1966, o prazo para aproveitamento dos navios estrangeiros na cabotagem nacional.

Decreto nº 57.308 — de 23 de novembro de 1965.

Concede à Sociedade Tibagi Transportes Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Decreto número 57.432 — de 15 de dezembro de 1965.

Concede à Empresa de Navegação Santa Catarina Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 57.381 — de 3 de dezembro de 1965.

Concede à Companhia de Navegação Cabo Frio autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 57.476 — de 20 de dezembro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$... 201.171,50, para o fim que especifica.

Lei Nº 4.815 — de 26 de outubro de 1965.

NAVIOS ESTRANGEIROS

Prorroga até 31 de dezembro de 1966, o prazo para aproveitamento dos navios estrangeiros na cabotagem nacional.

Decreto nº 57.308 — de 23 de novembro de 1965.

NIQUEL

Autoriza o cidadão brasileiro Décio Amaral Castro a pesquisar amianto mica e minério de níquel no município de Niquelândia, Estado de Goiás.

Decreto nº 57.437 — de 16 de dezembro de 1965.

NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Retifica a classificação constante do Decreto nº 54.015, de 13 de julho de 1964, na parte referente à série de classes de Enfermeiro.

Decreto nº 57.180 — de 8 de novembro de 1965.

Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 54.015, de 13 de julho de 1964, que dispõe sobre a classificação dos cargos de nível universitário.

Decreto nº 57.243 — de 11 de novembro de 1965.

NORDESTE

Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968, e dá outras providências.

Lei Nº 4.369 — de 1 de dezembro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos, federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados a empresa Monteiro Paiva & Cia., de Bayeux — Paraíba.

Decreto nº: 56.983 — de 1 de outubro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados a empresa "Companhia de Tecidos Rio Tinto", de Rio Tinto, Estado da Paraíba.

Decreto nº 56.984 — de 1º de outubro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "FORTALEZA AÇOS S.A. de Fortaleza (Ce).

Decreto nº 56.989 — de 1º de outubro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa Companhia Eletro-Metalúrgica do Brasil — NORLAR, de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto Nº 56.990 — de 1º de outubro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado neste descritos e consignado a empresa "Companhia de Fiação e Tecidos Norte Alagoas", de Maceió, (AL).

Decreto nº 56.991 — de 1º de outubro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado neste descritos e consignados a empresa "CONAC S.A. Indústria de Artefatos de Couro", de Fortaleza, Estado do Ceará.

Decreto nº 56.992 — de 1º de outubro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "CIRNE — Companhia Industrial do Rio Grande do Norte", de Macau (RN).

Decreto nº 56.993 — de 1º de outubro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado neste descritos e consignados à empresa NORFIBRA S.A. — Indústria e Comércio, de Maceió (AL).

Decreto nº 56.996 — de 1º de outubro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Exportadora Machado Araújo Limitada", de Fortaleza (CE).

Decreto nº 56.997 — de 1º de outubro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Diniz & Cia. Ltda.", de Aracaju (Se).

Decreto nº 57.600 — de 1º de outubro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Campos Moreira S.A. — Indústria de Auto-Peças (CAMOSA)", de Recife (Pe).

Decreto nº 57.001 — de 1º de outubro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Indústria de Parafusos Laminados Impala S.A.", de Recife (Pe).
Decreto nº 57.002 — de 1º de outubro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado, neste descritos e consignado à empresa "Algodoeira Seridó Comércio e Indústria S.A. (Alsecosa)", de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 57.117 — de 19 de outubro de 1965.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Máquinas Piratininga S.A." de São Paulo (SP).

Decreto nº 57.113 — de 19 de outubro de 1965.

Declara prioritária, ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Sociedade Anônima Têxtil de Mandacari" de João Pessoa (PB).

Decreto nº 57.119 — de 19 de outubro de 1965.

Prorroga a vigência do Decreto número 1.512, de 12 de novembro de 1962, que concede isenção de impostos e taxas federais em favor da empresa "Coco Alimentar de Alagoas S.A.", de Maceió, Al).

Decreto nº 57.132 — de 27 de outubro de 1965.

Aprova o Regulamento do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (FIDENE), criado pela Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963.

Decreto nº 57.148 — de 1º de novembro de 1963.

NOVA AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Nova América Companhia de Seguros Gerais, relativas à transferência da sede e ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.377 — de 3 de dezembro de 1965.

O

OBRAS DE ARTE

Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no País, até o fim do período monárquico.

Lei nº 4.845 — de 19 de novembro de 1965.

OBRIGAÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL

Instituto o cruzeiro novo e dá outras providências.

Decreto-lei nº 1 — de 13 de novembro de 1965.

Regulamenta o art. 86 da Lei número 4.506, de 30 de novembro de 1964 e dá nova redação ao § 3º do artigo 5º do Decreto nº 54.252, de 3 de setembro de 1964.

Decreto nº 57.458 — de 20 de dezembro de 1965.

OFICIAIS ENGENHEIROS E TÉCNICOS NAVAIS

Dá nova redação a dispositivos do Regulamento para a Formação de Oficiais Engenheiros e Técnicos Navais, aprovado pelo Decreto nº 52.163, de 28 de junho de 1963.

Decreto nº 57.302 — de 22 de novembro de 1965.

ÓLEO BRANCO

Inclui os "óleos brancos de transformador" no regime estatuído pelo Decreto nº 4.071, de 12 de maio de 1939.

Decreto nº 57.295 — de 19 de novembro de 1965.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Modifica, sem aumento de despesas, distribuição de dotações consignadas na Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

Lei nº 4.795 — de 20 de outubro de 1965.

Altera, sem ônus, a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964 que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965.

Lei nº 4.796 — de 20 de outubro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regionais Eleitorais — o crédito suplementar de Cr\$... 6.438.130.186, em reforço a dotações do Orçamento vigente (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964).

Lei nº 4.799 — de 20 de outubro de 1965.

Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União para 1965.

Lei nº 4.814 — de 25 de outubro de 1965.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1966.

Lei nº 4.900 — de 10 de dezembro de 1965.

Retifica, sem ônus para a União, a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1965.

Lei nº 4.922 — de 23 de dezembro de 1965.

ORDEM DO MÉRITO DO TRABALHO

Dispõe sobre as distinções criadas pelo Decreto nº 28.527, de 22 de agosto de 1950, e dá outras providências.

Decreto nº 57.278 — de 17 de novembro de 1965.

ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLETIVA

Dispõe sobre a classificação dos órgãos de deliberação coletiva que especifica e dá outras providências.

Decreto nº 57.198 — de 9 de novembro de 1965.

ORQUESTRA SINFÔNICA BRASILEIRA

Autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional às entidades que menciona e dá outras providências.

Lei nº 4.887 — de 9 de dezembro de 1965.

OURO

Autoriza a Empresa Acaíaca — Emac S.A. a pesquisar ouro e diamantes nos municípios de Diamantina e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.928, de 1º de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro José Pereira de Queiroz a pesquisar diamantes e ouro, nos municípios de Itamarandiba e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.027, de 11 de outubro de 1965.

Autoriza a Mineração Tejucana S.A. a pesquisar diamantes e ouro no município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.068, de 15 de outubro de 1965.

Retifica o art. 1º do Decreto número 54.779, de 31 de outubro de 1964.

Decreto nº 57.211, de 10 de novembro de 1965.

Autoriza a Empresa de Mineração Badm Ltda. a pesquisar minério de ouro e cassiterita, nos municípios de Livramento do Brumado e Rio de Contas, Estado da Bahia.

Decreto nº 57.329, de 24 de novembro de 1965.

Autoriza a Empresa de Mineração Badm Ltda., a pesquisar minério de ouro e cassiterita nos municípios de Livramento do Brumado e Rio de Contas, Estado da Bahia.

Decreto nº 57.340, de 25 de novembro de 1965.

OXIMA — ÓXIDOS, MINÉRIOS E ASSOCIADOS LTDA.

Concede à Oxima — Óxidos, Minérios e Associados Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.388, de 6 de novembro de 1965.

P

PANAIR DO BRASIL S. A.

Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 950.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 56.924, de 1º de outubro de 1965.

PARTIDOS POLÍTICOS

Ato Institucional nº 2

Ato Complementar nº 4

PASSAGENS PARA O EXTERIOR

Condiciona a venda de passagens para o Exterior do País, à prévia apresentação de certificado internacional de vacinação ou revacinação contra a varíola.

Decreto nº 57.394, de 12 de dezembro de 1965.

PATENTES DE REGISTRO

Torna sem efeito o Decreto 51.103, de 1º de agosto de 1961.

Decreto nº 57.005, de 11 de outubro de 1963.

PÁTRIA — COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Pátria — Companhia Brasileira de Seguros Gerais, relativa ao aumento de capital.

Decreto nº 57.315, de 24 de novembro de 1965.

PATRONO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Declara Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, Patrono da Nação Brasileira.

Lei nº 4.897, de 9 de dezembro de 1965.

PEDRAS CORADAS

Retifica o art. 1º do Decreto 2.139, de 22 de janeiro de 1963, referente à autorização de pesquisa de mica e pedras coradas no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais, concedida a Adão Batista de Andrade.

Decreto nº 54.539, de 22 de outubro de 1964.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Irineu Cardoso de Carvalho a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 55.631, de 26 de janeiro de 1965.

Autoriza Cândido Trancoso Sobrinho a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 55.632, de 26 de janeiro de 1965.

Autoriza Stelio Cavedon a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 55.633, de 26 de janeiro de 1965.

Autoriza a Joalheria Sterling Ltda. a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 55.634, de 26 de janeiro de 1965.

Autoriza Euclides Rodrigues Lopes a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 55.635, de 26 de janeiro de 1965.

Autoriza Eurípedes, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 56.994, de 1º de outubro de 1965.

Renova o Decreto nº 4.533, de 17 de agosto de 1959.

Decreto nº 56.998, de 1º de outubro de 1965.

Autoriza a firma David Scofield, Comércio, Indústria S. A., a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 56.999, de 1º de outubro de 1965.

Autoriza Nestor Afonso de Campos a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.629, de 11 de outubro de 1965.

Autoriza Biano Dias do Carmo, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.030, de 11 de outubro de 1965.

Autoriza a firma Importadora Exportadora Independência Ltda., a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.031, de 11 de outubro de 1965.

Autoriza Arvedo Solianelli, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.032, de 11 de outubro de 1965.

Autoriza Sinval Pereira Martins, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.033, de 11 de outubro de 1965.

Autoriza João Alfredo Lima, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.034, de 11 de outubro de 1965.

Autoriza Edward Garcia a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.035, de 11 de outubro de 1965.

Autoriza Delcio Peixoto Pires a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.036, de 11 de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião de Castro Teixeira a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.037, de 11 de outubro de 1965.

Autoriza Olinto Rodrigues da Silva a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.038, de 11 de outubro de 1965.

Autoriza a Lapidação Szheer Limitada a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.077, de 15 de outubro de 1965.

Autoriza a firma Cristal Exportadora Ltda., a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.078, de 15 de outubro de 1965.

Autoriza Jan Bobylow, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.115, de 19 de outubro de 1965.

Autoriza Marcelo Fernandes da Silva, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.200, de 9 de novembro de 1965.

Autoriza a firma Panbrasil, Importadora e Exportadora Ltda., a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 57.277, de 17 de novembro de 1965.

PEDRAS SEMI-PRECIOSAS

Retifica o Decreto nº 56.343, de 21 de maio de 1965.

Decreto nº 57.346, de 26 de novembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a lavar quartzo e pedras semipreciosas, no município de Carai, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.946, de 1º de outubro de 1965.

PEGMATITO

Autoriza o cidadão brasileiro Valtter Bezerra de Sá a pesquisas minerais de pegmatito no município de Quixeramobim, no Estado do Ceará.

Decreto nº 57.057, de 11 de outubro de 1965.

PENSÕES

Concede pensão mensal a Dona Maria Luiza Vitória Ruy Barbosa Guerra.

Lei nº 4.811, de 25 de outubro de 1965.

Concede pensão especial a Dona Hermínia Furtado Reis.

Lei nº 4.812, de 25 de outubro de 1965.

Concede pensão especial ao cidadão inglês Henry Philip Brotherton Dye, servidor da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior.

Lei nº 4.827, de 5 de novembro de 1965.

Concede pensão mensal especial vitalícia a Dona Adelina Fernandes.

Lei nº 4.833, de 5 de novembro de 1965.

Concede a pensão especial de... Cr\$ 66.000 (sessenta e seis mil cruzeiros) mensais a Maria de Lourdes Corrêa da Silva, viúva do ex-comandante da Guarnição da Seção de Bombeiros do GEB, Ademir Corrêa da Silva.

Lei nº 4.867, de 30 de novembro de 1965.

PEDREIRA MEIRA LTDA.

Concede à Pedreira Meira Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.122, de 19 de outubro de 1965.

PERFUMES

Baixa Normas Técnicas Especiais para o Controle de fabricação e venda de produtos de higiene, perfumes, cosméticos, congêneres e das outras providências.

Decreto nº 57.395, de 7 de dezembro de 1965.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. — PETROBRAS

Altera o Decreto nº 55.927, de 14 de abril de 1965, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão de passagem, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, imóveis situados no Estado de Sergipe.

Decreto nº 56.957, de 1º de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, uma área de terra situada em Tramandai, município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.959, de 1º de outubro de 1965.

Concede autorização à firma United Geophysical Company para operar em águas brasileiras com navio de nacionalidade americana, nos serviços que especifica.

Decreto nº 57.076, de 15 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás uma área de terreno situada no Município de Candeias, Estado da Bahia.

Decreto nº 57.311, de 24 de novembro de 1965.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 56.022, de 23 de abril de 1965.

Decreto nº 57.345, de 25 de novembro de 1965.

PETRÓLEO E DERIVADOS

Altera o Decreto nº 53.982, de 25 de junho de 1964, que dispõe sobre a importação de petróleo e derivados.

Decreto nº 56.914, de 30 de setembro de 1965.

Inclui os “óleos brancos e de transformador” no regime estatuído pelo Decreto nº 4.071, de 12 de maio de 1939.

Decreto nº 57.295, de 19 de novembro de 1965.

PIROFILITA

Autorização a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR a pesquisar pirofilita no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.391, de 31 de dezembro de 1964.

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONOMICA

Altera a redação do art. 10, do Decreto nº 52.914, de 11 de maio de 1964, modificada pelo Decreto número 55.785, de 22 de fevereiro de 1965.

Decreto nº 56.700, de 9 de agosto de 1965.

PLANO DE ESTATISTICA DA PREVIDENCIA SOCIAL

Determina a elaboração do Plano de Estatística da Previdência Social e dá outras providências.

Decreto nº 57.456, de 17 de dezembro de 1965.

PLANO DIRETOR DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE —

Ver: NORDESTE

PLANO ECONOMICO DE LONGO PRAZO

Cria, junto ao Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica e sob a supervisão deste, Grupos de Coordenação destinados a coligir elementos para a elaboração do Plano Econômico de Longo Prazo e da outras providências.

Decreto nº 57.464, de 20 de dezembro de 1965.

PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

Modifica o "Plano Nacional de Viação", estabelecido pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

Lei nº 4.906, de 17 de dezembro de 1965.

PLANO PREFERENCIAL DAS OBRAS RODOVIÁRIAS

Revoga o disposto nos Decretos números 53.960 e 54.319, de 9 de junho e 28 de setembro de 1964, respectivamente, que estabeleciam o Plano Preferencial de Obras Rodoviárias e Normas para sua execução.

Decreto nº 57.088 — de 15 de outubro de 1965.

PLANO RODOVIARIO NACIONAL

Modifica o "Plano Nacional de Viação", estabelecido pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

Lei nº 4.906 — de 17 de dezembro de 1965.

PODER JUDICIÁRIO

Ato Institucional nº 2.

Emenda Constitucional nº 16.

Ato Complementar nº 3.

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 4.269.970.880 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), a diversos Ministérios ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União.

Lei nº 4.788 — de 13 de outubro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral o crédito suplementar de Cr\$ 456.950.000, em reforço à dotação do Orçamento vigente (Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964).

Lei nº 4.805 — de 20 de outubro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 519.550 (quinhentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros), para atender a despesas efetuadas com a realização de eleições em 1963 e 1964.

Lei nº 4.807 — de 21 de outubro de 1965.

Cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, duas Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei nº 4.816 — de 26 de outubro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito suplementar de Cr\$ 2.166.530.000 (dois bilhões, cento e sessenta e seis milhões, quinhentos e trinta mil cruzeiros) para reforço de dotações que especifica.

Lei nº 4.861 — de 26 de novembro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário créditos suplementares num montante de Cr\$ 2.390.490 destinados ao reforço de dotações orçamentárias que discrimina, referentes ao vigente exercício.

Lei nº 4.868 — de 30 de novembro de 1965.

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Decreto nº 4.889 — de 9 de dezembro de 1965.

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

Lei nº 4.890 — de 9 de dezembro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 23.413.830, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.114 — de 19 de outubro de 1965.

Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região — Abertura de crédito especial, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.161 — de 4 de novembro de 1965.

POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL

Inclui, no Quadro de Pessoal da Polícia do Distrito Federal, criada pela Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, o Grupo Ocupacional PM-400 — Policiamento Ostensivo, e dá outras providências.

Lei nº 4.813 — de 25 de outubro de 1965.

Dispõe sobre o enquadramento dos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal.

Decreto nº 57.351 — de 26 de novembro de 1965.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA GUANABARA

Estende aos demais servidores federais de órgãos transferidos ao Estado da Guanabara, em virtude da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, os benefícios do art. 46 e seus parágrafos, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Lei nº 4.818 — de 29 de outubro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 58.960.943 (cinquenta e oito milhões, novecentos e sessenta mil, novecentos e quarenta e três cruzeiros) para atender a pagamento de vencimentos e vantagens.

Lei nº 4.846 — de 19 de novembro de 1965.

POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL

Suspende as atividades da Associação dos Cabos e Soldados das Polícias Militares do Brasil.

Decreto nº 57.131 — de 27 de outubro de 1965.

POLÍCIA CIVIL

Estende aos demais servidores federais de órgãos transferidos ao Estado da Guanabara, em virtude da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, os benefícios do art. 46 e seus parágrafos, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Lei nº 4.818 — de 29 de outubro de 1965.

POLÍTICA DE TRANSPORTES

Modifica o Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 57.276 — de 17 de novembro de 1965.

TONETTI S.A. — MÁRMORES E GRANITOS

Concede à Tonetti S.A. — Mármores e Granitos autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 57.051 — de 11 de outubro de 1965.

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.379 — de 3 de dezembro de 1965.

PORTOS

Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, e dá outras providências.

Lei nº 4.860 — de 26 de novembro de 1965.

PREÇOS MÍNIMOS

Fixa os preços mínimos básicos relativos à safra do próximo ano de 1966, para a juta e malva da Região Amazônica.

Decreto nº 57.365 — de 30 de novembro de 1965.

PREFEITOS

Ato Complementar nº 5.

PREFEITURAS

Transfere do Município de Campo Belo para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.

Decreto nº 57.263 — de 16 de novembro de 1965.

Outorga ao município de Paramoti, no Estado do Ceará, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 57.322 — de 24 de novembro de 1965.

Retifica o Decreto nº 56.539, de 5 de julho de 1965.

Decreto nº 57.342 — de 25 de novembro de 1965.

Transfere do Município de Sacramento para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 56.540 — de 5 de julho de 1965.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos Órgãos e Ministérios, créditos especiais num montante de Cr\$ 285.347.106 (duzentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e sete mil, cento e seis cruzeiros), destinados a atender às despesas que especifica.

Lei nº 4.848 — de 19 de novembro de 1965.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos Órgãos e Ministérios, créditos especiais num montante de Cr\$ 15.665.913.118 e suplementares num montante de Cr\$ 27.312.000 destinados à regularização de despesas consignadas em orçamentos anteriores.

Lei nº 4.849 — de 19 de novembro de 1965.

Inclui o Serviço Nacional de Informações entre as comissões previstas no § 2º do art. 18 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 42.803, de 13 de dezembro de 1957.

Decreto nº 57.045 — de 11 de outubro de 1965.

Delega poderes ao Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, para autorizar a realização de coleta de preços e concorrência administrativa e dispensa de concorrência, na forma prevista nas letras c e e, item IV, do artigo 1º da Lei número 4.401, de 10 de setembro de 1964.

Decreto nº 57.293 — de 19 de novembro de 1965.

Abertura de crédito especial autorizada pela Lei nº 4.702, de 1965.

Decreto nº 57.374 — de 2 de dezembro de 1965.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Ato Institucional nº 2.

Emenda Constitucional nº 16.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências.

Lei nº 4.863 — de 29 de novembro de 1965.

Acrescenta parágrafo único ao artigo 264 do Regulamento Geral da Previdência Social.

Decreto nº 57.137 — de 29 de outubro de 1965.

**Determina à elaboração do Plano de Estatística da Previdência Social e outras providências.*

Decreto nº 57.456 — de 17 de dezembro de 1965.

PROCESSO DE RESPONSABILIDADE

Regula o Direito de Representação e o Processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.

Lei nº 4.898 — de 9 de dezembro de 1965.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Extingue a Divisão de Cooperativismo e Organização Rural do Departamento de Produção Agropecuária do Ministério da Agricultura, transfere, e dá outras providências.

Lei nº 4.806 — de 20 de outubro de 1965.

PRODUTIVIDADE

Regulamento a Lei nº 4.669, de 3 de junho de 1965.

Decreto nº 56.967 — de 1º de outubro de 1965.

PRODUTOS DE HIGIENE

Baixa Normais Técnicas Especiais para o Contrôlo da fabricação e venda de produtos de higiene, perfumes, cosméticos, congêneres e dá outras providências.

Decreto nº 57.395 — de 7 de dezembro de 1965.

PRODUTOS HOMEOPÁTICOS

Dispõe sobre manipulação, receitação, industrialização e venda de produtos utilizados em homeopatia.

Decreto nº 57.477 — de 20 de dezembro de 1965.

PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS

Dispõe sobre a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários e dá outras providências.

Lei nº 4.785 — de 6 de outubro de 1965.

PROJETOS DE LEI

Ato Institucional nº 2.

Emenda Constitucional nº 17.

Q

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a lavrar quartzo e pedras semipreciosas, no município de Carai, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.946 — de 1º de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Leopoldo Campolina Dintz a pesquisar quartzo no município de Bocaina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 56.947 — de 1º de outubro de 1965.

Autoriza José Brandão Torres a pesquisar quartzo no município de Castro Alves, Estado da Bahia.

Decreto nº 57.014 — de 11 de outubro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro João Sattim a pesquisar feldspato e quartzo no município de Socorro — Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.195 — de 8 de novembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Giacomio Perini a pesquisar mica e quartzo, no município de Divino das Laranjeiras, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.197 — de 8 de novembro de 1965.

Autoriza o cidadão brasileiro Jonathan Bitencourt a pesquisar quartzo e mica, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 57.384 — de 6 de dezembro de 1965.

R

RADIODIFUSÃO

Renova a concessão outorgada para execução de serviço de radiodifusão.

Decreto nº 55.973 — de 29 de março de 1965.

Concede isenção do imposto de importação e de taxas aduaneiras para materiais a serem importados pela Rádio Santana Limitada, de Anápolis, Estado de Goiás e dá outras providências.

Lei nº 4.823 — de 4 de novembro de 1965.

Outorga concessão ao Governo do Estado do Pará, para instalar uma emissora de radiodifusão sonora, na Cidade de Belém.

Decreto nº 56.909 — de 29 de setembro de 1965.

Outorga concessão à Universidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, para instalar uma emissora de radiodifusão de sons.

Decreto nº 56.964 — de 1º de outubro de 1965.

Promulga a Convenção Internacional para proteção aos artistas intérpretes ou executantes, aos produtores de fonogramas e aos organismos de radiodifusão.

Decreto nº 57.125 — de 19 de outubro de 1965.

Outorga concessão à Emissora Rural de Rio do Sul Ltda., sediada na Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, para instalar uma emissora de radiodifusão sonora.

Decreto nº 57.378 — de 3 de dezembro de 1965.

— *Outorga concessão à Rádio São Francisco Ltda., sediada na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para instalar uma emissora de radiodifusão sonora.*

Decreto nº 57.455 — de 17 de dezembro de 1965.

REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA

Declara de utilidade pública a Real Sociedade Espanhola de Beneficência, com sede em Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 57.103-A — de 19 de outubro de 1965.

RECLASSIFICAÇÃO

Dispõe sobre os efeitos dos enquadramentos definitivos nos casos que menciona, e dá outras providências.

Decreto nº 57.224 — de 11 de novembro de 1965.

RECRUTAMENTO DE OFICIAIS

Regula o Recrutamento de Oficiais Médicos, Dentistas e Farmacêuticos da Aeronáutica.

Decreto nº 57.097 — de 19 de outubro de 1965.

RECURSOS MINERAIS DO BRASIL

Aprova o Regimento do Conselho do Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil.

Decreto nº 57.296 — de 10 de novembro de 1965.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A.

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 39.200.000.000, para o fim que menciona.

Decreto nº 56.714 — de 12 de agosto de 1965.

— *Autoriza a Rede Ferroviária Federal S. A. a transferir para o Departamento dos Correios e Telégrafos as linhas telegráficas situadas em trechos ferroviários considerados anti-econômicos e dá outras providências.*

Decreto nº 57.149 — de 1 de novembro de 1965.

REDE MINEIRA DE VIAÇÃO

Retifica o Decreto nº 51.523, de 25 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento definitivo dos cargos e funções da Rede Mineira de Viação, e dá outras providências.

Decreto nº 57.184 — de 8 de novembro de 1965.

REDE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 533.412.079 (quinhentos e trinta e três milhões, quatrocentos e doze mil e setenta e nove cruzeiros) para atender ao pagamento de diferença de provento e vantagens aos inativos da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, relativa aos anos de 1961 e 1962.

Lei nº 4.913 — de 17 de dezembro de 1965.

REFINAÇÕES DE MILHO, BRAZIL

Concede nacionalização à sociedade anônima Refinações de Milho, Brazil, sob a nova forma social de Refinações de Milho, Brasil Ltda.

Decreto nº 57.352 — de 26 de novembro de 1965.

— Concede nacionalização à sociedade anônima Refinações de Milho, Brazil, sob a nova forma social de Refinações de Milho, Brasil Ltda.

Decreto nº 57.352 — de 26 de novembro de 1965.

REFORMA AGRÁRIA

Dispõe sobre a criação de área prioritária de emergência, para fins de Reforma Agrária, e dá outras providências.

Decreto nº 57.081 — de 18 de outubro de 1965.

REGIME DE TRABALHO

Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, e dá outras providências.

Lei nº 4.860 — de 26 de novembro de 1965.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento da Companhia de Erradicação da Malária (CEM), criada pela Lei nº 4.709, de 28 de junho de 1965.

Decreto nº 57.244 — de 12 de novembro de 1965.

— Altera dispositivo do Regimento aprovado pelo Decreto nº 51.896, de 9 de abril de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 57.245 — de 12 de novembro de 1965.

— Altera dispositivos do Decreto número 51.896, de 9 de abril de 1963, que aprovou o Regimento do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Decreto-lei nº 57.424 — de 14 de dezembro de 1965.

— Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto nº 57.427 — de 14 de dezembro de 1965.

— Aprova novo Regimento para o Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 57.481 — de 24 de dezembro de 1965.

REGULAMENTOS

Acrescenta parágrafos ao art. 8º do Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961.

Decreto nº 56.608 — de 29 de setembro de 1965.

— Regulamenta a profissão de Corretor de Seguros de Vida e de Capitalização, de conformidade com o art. 32 da Lei nº 4.594 de 29 de dezembro de 1964.

Decreto nº 58.903 — de 24 de setembro de 1965.

— Altera o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha, aprovado pelo Decreto nº 42.808, de 13 de dezembro de 1957.

Decreto nº 57.043 — de 11 de outubro de 1965.

— *Dá nova redação aos diversos artigos do Regulamento da Lei número 4.216, de 6 de maio de 1963, aprovada pelo Decreto nº 52.149, de 25 de junho de 1963.*

Decreto nº 57.050 — de 11 de outubro de 1965.

— *Aprova o Regulamento dos Serviços de Rotas Aéreas.*

Decreto nº 57.054 — de 11 de outubro de 1965.

— *Aprova o Regulamento para o Serviço de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.*

Decreto nº 57.055 — de 11 de outubro de 1965.

— *Aprova o Regulamento sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas, a que se refere a Lei número 4.727, de 17-7-65.*

Decreto nº 57.061 — de 15 de outubro de 1965.

— *Dispõe sobre o Regulamento para a eleição dos Representantes da Lavoura, na Junta Administrativa da IBC, a que se refere o art. 5º da Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952.*

Decreto nº 57.096 — de 19 de outubro de 1965.

— *Aprova o Regulamento do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (FIDENE), criado pela Lei número 4.239, de 27 de junho de 1963.*

Decreto nº 57.148 — de 1º de novembro de 1965.

— *Aprova o Regulamento das Operações de Seguro de Crédito e Exportação.*

Decreto nº 57.286 — de 18 de novembro de 1965.

— *Dá nova redação a dispositivos do Regulamento para a Formação de Oficiais Engenheiros e Técnicos Navais, aprovado pelo Decreto número 52.163, de 28 de junho de 1963.*

Decreto nº 57.302 — de 22 de novembro de 1965.

— *Aprova a Regulamentação do Cadastro Geral de Contribuintes, em relação às pessoas jurídicas.*

Decreto nº 37.307 — de 23 de novembro de 1965.

— *Regulamenta a Lei nº 4.822 de 29 de outubro de 1965, que estabelece princípios, condições de oficiais da Marinha do Brasil.*

Decreto nº 57.361-A — de 20 de novembro de 1965.

— *Aprova o Regulamento do Serviço Social da Indústria (SESI).*

Decreto nº 57.375 — de 2 de dezembro de 1965.

— *Regulamenta a assistência financeira do Governo Federal aos Estados e Municípios e cria o Fundo de Estabilização de Receita Cambial.*

Decreto nº 57.383 — de 3 de dezembro de 1965.

— *Dá nova redação a dispositivo do Decreto nº 55.090-A, de 28 de novembro de 1964 — Regulamento da Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.*

Decreto nº 57.407 — de 10 de dezembro de 1965.

— *Aprova o Regulamento da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica.*

Decreto nº 57.426 — de 14 de dezembro de 1965.

— *Modifica o regulamento para a eleição dos Representantes da Lavoura, na Junta Administrativa do IBC, baixado pelo Decreto nº 57.098, de 19 de outubro de 1965, a que se refere o art. 5º da Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952.*

Decreto nº 57.445 — de 16 de dezembro de 1965.

— *Revoga dispositivo do Regulamento aprovado pelo Decreto número 41.475, de 8 de maio de 1957.*

Decreto nº 57.479 — de 24 de dezembro de 1965.

— *Altera o Regulamento do Imposto do Sêlo.*

Decreto nº 57.462 — de 20 de dezembro de 1965.

REGULAMENTO GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

— *Acrescenta parágrafo único ao artigo 264 do Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto nº 57.137 — de 29 de outubro de 1965.

**REPRESENTANTES COMERCIAIS
AUTÔNOMOS**

Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

Decreto nº 4.886 — de 9 de dezembro de 1965.

RODOVIAS

Revoga o disposto nos Decretos números 53.960 e 54.319, de 9 de junho e 28 de setembro de 1964, respectivamente, que estabelecem o Plano Preferencial de Obras Rodoviárias e Normas para sua execução.

Decreto nº 57.088 — de 15 de outubro de 1965.

ROYAL EXCHANGE ASSURANCE

Concede a Royal Exchange Assurance autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 56.441 — de 9 de junho de 1965.

**ROYAL INSURANCE COMPANY
LIMITED**

Concede à Royal Insurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto nº 57.467 — de 20 de dezembro de 1965.

S

**S. S. WHITE DENTAL MANU-
FACTURING COMPANY
OF BRAZIL**

Concede nacionalização à sociedade S. S. White Dental Manufacturing Company of Brazil, sob a denominação de S. S. White Artigos Dentários S. A.

Decreto nº 57.453 — de 17 de dezembro de 1965.

**S. S. WHITE ARTIGOS DEN-
TÁRIOS S. A.**

Concede nacionalização à sociedade anônima S. S. White Dental Manufacturing Company of Brazil sob a denominação de S. S. White Artigos Dentários S. A.

Decreto nº 57.453 — de 17 de dezembro de 1965.

SALÁRIO-FAMÍLIA

Transfere para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (I. P. A. S. E.) o pagamento do salário-família dos dependentes dos servidores civis, ex-contribuintes do mesmo, falecidos em atividade ou já aposentados, bens como a complementação da pensão especial instituída pela Lei nº 3.738, de 4 de abril de 1960 e dá outras providências.

Decreto nº 57.222 — de 11 de novembro de 1965.

SALÁRIOS

Dispõe sobre o alcance da preferência dos créditos de empregados por salários e indenizações trabalhistas.

Decreto nº 56.900 — de 23 de setembro de 1965.

SATÉLITES

Abre ao Ministério da Fazenda, consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para o fim que especifica.

Decreto nº 57.004 — de 11 de outubro de 1965.

SEGURANÇA INDUSTRIAL

Concede isenção de direitos para a importação de equipamentos de segurança e higiene do trabalho sem similar nacional.

Lei nº 4.892 — de 9 de dezembro de 1965.

SEGUROS

Dispõe sobre o regime de correção de seguros na forma da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 56.900 — de 23 de setembro de 1965.

Regulamenta a profissão de Corretor de Seguros de Vida e de Capitalização, de conformidade com o artigo 32 da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964.

Decreto nº 56.903 — de 24 de setembro de 1965.

Aprova o Regulamento das Operações de Seguro de Crédito à Exportação.

Decreto nº 57.286 — de 18 de novembro de 1965.

SEMENTES E MUDAS

Aprova o Regulamento sobre a fixação do comércio de sementes e mudas, a que se refere a Lei número 4.727, de 17 de julho de 1965.

Decreto nº 57.061 — de 15 de outubro de 1965.

SENADO FEDERAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Senado Federal o crédito suplementar de Cr\$ 2.415.240.000 (dois bilhões, quatrocentos e quinze milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), em reforço a dotações que especifica.

Lei nº 4.885 — de 9 de dezembro de 1965.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ

Estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia de Navegação Costeira, e dá outras providências.

Lei nº 4.921 — de 23 de dezembro de 1965.

— Aprova o Orçamento dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará.

Decreto nº 57.012 — de 11 de outubro de 1965.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

Aprova os Orçamentos da Companhia Nacional de Navegação Costeira e Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

Decreto-lei nº 57.291 — de 19 de novembro de 1965.

SERVIÇOS DE TRANSPORTES DA BAIÁ DA GUANABARA

Modifica a redação do art. 4º do Decreto nº 825, de 2 de abril de 1962, e acrescenta-lhe um parágrafo.

Decreto nº 57.247 de 12 de novembro de 1965.

SERVIÇO DE VIGILANCIA PORTUÁRIA

Revoga a Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962, e estabelece normas para prestação do serviço de vigilância portuária por vigias matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.

Lei nº 4.869 — de 26 de novembro de 1965.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Inclui o Serviço Nacional de Informações entre as comissões previstas no § 2º do art. 18, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 42.808, de 13 de dezembro de 1957.

Decreto nº 57.645 — de 11 de outubro de 1965.

SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

Dispõe sobre o Serviço Nacional de Recenseamento e dá outras providências.

Lei Nº 4.789, de 14 de outubro de 1965

SERVIÇO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (SENAM)

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 36.221.047 para o fim que especifica.

Decreto Nº 57.074 — de 15 de outubro de 1965

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Ato Institucional nº 2.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto 54.108, de 7 de agosto de 1964, que estabelece obrigatoriedade de utilização do transporte ferroviário pelas repartições públicas, autarquias, órgãos da Administração descentralizada e entidades de direito privado beneficiadas pela União.

Decreto Nº 57.150 — de 1º de novembro de 1965

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)

Aprova o Regulamento do Serviço Social da Indústria (SESI).

Decreto Nº 57.375 — de 2 de dezembro de 1965.

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Emenda Constitucional Nº 18.

SOCIEDADE DE MINERAÇÃO DO FUNDAO LTDA.

Concede à Sociedade de Mineração do Fundão Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto Nº 56.097 — de 26 de abril de 1965.

SOCIEDADE NACIONAL DE INSTRUÇÃO

Decreta de utilidade pública a Sociedade Nacional de Instrução, com sede em Salvador, Estado da Bahia.

Decreto Nº 57.417 — de 13 de dezembro de 1965.

SOCIEDADE TERMOELÉTRICA DE CAPIVARI S. A. — SOTELCA

Modifica dispositivo da Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957, que autorizou a União a constituir uma sociedade por ações, denominada "Sociedade Termoeletrica de Capivari" — SOTELCA — e que passa a denominar-se "Sociedade Termoeletrica de Capivari S. A." — SOTELCA.

Lei Nº 4.908 — de 17 de dezembro de 1965.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto 54.108, de 7 de agosto de 1964, que estabelece obrigatoriedade de utilização do transporte ferroviário pelas repartições públicas, autarquias, órgãos da Administração descentralizada e entidades de direito privado beneficiadas pela União.

Decreto Nº 57.150 — de 1º de novembro de 1965.

SOLIDEZ COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Solidez Companhia Nacional de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto Nº 56.971 — de 1º de outubro de 1965.

SORO ANTITETANICO

Institui, no Ministério da Saúde, Grupo de Trabalho para o fim que menciona.

Decreto Nº 57.210 — de 10 de novembro de 1965.

SUISSA SOCIEDADE ANÔNIMA DE SEGUROS GERAIS

Concede à Suissa Sociedade Anônima de Seguros Gerais autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de Seguros no Brasil.

Decreto Nº 56.480 — de 18 de junho de 1965.

SUPERINTENDENCIA DAS EMPRÉ- SAS INCORPORADAS PATRIMÔNIO NACIONAL

Ver: Empresas Incorporadas.

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Retifica a classificação dos cargos de nível superior da SUDENE, aprovada pelo Decreto nº 54.351, de 29 de setembro de 1964, e alterada pelo de nº 55.641, de 27 de janeiro de 1965, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto Nº 57.047 — de 11 de outubro de 1965.

SUDENE

Dá nova redação ao diversos artigos do Regulamento da Lei número 4.216, de 6 de maio de 1963, aprovado pelo Decreto nº 52.149, de 25 de junho de 1963.

Decreto Nº 57.050 — de 11 de outubro de 1965.

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto Nº 57.089, de 19 de outubro de 1965.

Institui um Grupo de Trabalho para o estudo das normas de execução do art. 18, da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1951.

Decreto Nº 57.151 — de 1 de novembro de 1965.

SUPERINTENDENCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Ver: Amazônia.

SUPERINTENDENCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO FRONTEIRA SUDOESTE DO PAÍS

Ver: Fronteira Sudoeste do País.

SUPERINTENDENCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

Altera o Orçamento da Superintendência Nacional do Abastecimento.

Decreto Nº 57.179 — de 5 de novembro de 1965.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Emenda Constitucional Nº 16.

T

TANTALO

Retifica o art. 1º do Decreto número 54.779, de 31 de outubro de 1964.

Decreto Nº 57.211 — de 10 de novembro de 1965.

TAXAS

Emenda Constitucional Nº 18

TARIFAS

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.670, de 12 de junho de 1965.

Lei Nº 4.670 — de 12 de junho de 1965.

Altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.995, de 1º de fevereiro de 1940, que fixa a tarifa geral para os serviços dos Correios e Telégrafos.

Lei Nº 4.801 — de 20 de outubro de 1965.

Dá nova redação ao item 85-23, alínea 004 da Seção XVI, da Tarifa que acompanha a Lei nº 3.244, de 14 agosto de 1957.

Lei Nº 4.820 — de 29 de outubro de 1965.

Abre crédito especial, pelo Ministério da Fazenda, de acordo com a autorização da Lei nº 4.670, de 12 de junho de 1965 e dá outras providências.

Decreto Nº 57.209 — de 10 de novembro de 1965.

TECIDOS

Concede estímulo às indústrias de fiação, tecelagem, couros, calçados e seus artefatos.

Decreto Nº 57.028 — de 11 de outubro de 1965.

TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO

Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

Lei Nº 4.769 — de 9 de setembro de 1965.

TELECOMUNICAÇÕES

Abre ao Ministério da Fazenda consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para o fim que especifica.

Decreto Nº 57.004 — de 11 de outubro de 1965.

TELEVISÃO

Outorga concessão à "Rádio Televisão Iguaçu S. A." para instalar uma emissora de radiodifusão de sons e imagens (televisão).

Decreto Nº 56.713 — de 12 de agosto de 1965.

Outorga concessão à Televisão Centro América Ltda. para instalar uma emissora de radiodifusão de sons e imagens (televisão).

Decreto Nº 56.976 — de 1º de outubro de 1965.

Outorga concessão à Televisão Morena Ltda. para instalar uma emissora de radiodifusão de sons e imagens (televisão).

Decreto Nº 56.977 — de 1º de outubro de 1965.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza pessoa jurídica estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha e acrescido que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto Nº 57.157 — de 3 de novembro de 1965.

Autoriza estrangeira a adquirir, em regularização de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto Nº 57.163 — de 4 de novembro de 1965.

Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto Nº 57.164 — de 4 de novembro de 1965.

Autoriza pessoa jurídica estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto Nº 56.187 — de 29 de abril de 1965.

Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto Nº 57.199 — de 9 de novembro de 1965.

Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto Nº 57.232 — de 11 de novembro de 1965.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) para a complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coaraci Nunes", no Território Federal do Amapá.

Lei Nº 4.920 — de 23 de dezembro de 1965.

Retifica a classificação de cargos de nível superior do Território Federal do Amapá, aprovada pelo Decreto Nº 55.192, de 10 de dezembro de 1964, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto Nº 57.048 — de 11 de outubro de 1965.

TÉTANO

Institui, no Ministério da Saúde Grupo de Trabalho para o fim que menciona.

Decreto Nº 57.210 — de 10 de novembro de 1965.

THE LIVERPOOL & LONDON & GLOBE INSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à The Liverpool & London & Globe Insurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto Nº 57.465 — de 20 de dezembro de 1965.

THE LONDON LANCASHIRE INSURANCE COMPANY LIMITED

Concede à The London & Lancashire Insurance Company Limited autorização para aumentar o capital destinado às suas operações de seguros no Brasil.

Decreto Nº 57.140 — de 29 de outubro de 1965.

TIRADENTES

Declara Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, Patrono da Nação Brasileira.

Lei Nº 4.897 — de 9 de dezembro de 1965.

TITÂNIO

Autoriza a Mineração Catas Altas Limitada, a pesquisar minério de titânio no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Decreto Nº 56.953 — de 1º de outubro de 1965.

TRABALHO AOS DOMINGOS E FERIADOS

Inclui a indústria da cerveja entre as atividades em que é permitido o trabalho aos domingos e feriados.

Decreto Nº 57.349 — de 25 de novembro de 1965.

TRABALHADOR RURAL

Dispõe sobre a concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura ca-naveira e dá outras providências.

Decreto Nº 57.020 — de 11 de outubro de 1965.

TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA

Ato Institucional Nº 2.

TRANSPORTES

Dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias.

Lei Nº 4.907 — de 17 de dezembro de 1965.

Cria o Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEI-POT) e o Fundo de Pesquisas de Transportes, dando outras providências.

Decreto Nº 57.003 — de 11 de outubro de 1965.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto 54.108, de 7 de agosto de 1964, que estabelece obrigatoriedade de utilização do transporte ferroviário pelas repartições públicas, autarquias, órgãos da Administração descentralizada e entidades de direito privado beneficiadas pela União.

Decreto Nº 57.150 — de 1º de novembro de 1965.

Prorroga, até 31 de dezembro de 1967, a suspensão da cobrança das taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras na execução de suas linhas domésticas.

Lei Nº 4.830 — de 5 de novembro de 1965.

Aprova o Regulamento para o Serviço de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

Decreto Nº 57.055 — de 11 de outubro de 1965.

Aprova o Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Argentina, firmado em 2 de junho de 1948.

Decreto Legislativo Nº 96, de 1965.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$. 4.269.970.880 (quatro bilhões duzentos e sessenta e nove milhões novecentos e setenta mil oitocentos e oitenta cruzeiros), a diversos Ministérios, ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União.

Lei nº 4.788 — de 13 de outubro de 1965.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Emenda Constitucional nº 16.

TRIBUNAL MARÍTIMO

Classifica cargos de nível superior do Tribunal Marítimo e dispõe sobre o enquadramento de seu atual ocupante.

Decreto nº 56.982 — de 1º de outubro de 1965.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Fixa novos valores dos símbolos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, e dá outras providências.

Lei nº 4.790 — de 20 de outubro de 1965.

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, e dá outras providências.

Lei nº 4.791 — de 20 de outubro de 1965.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Emenda Constitucional nº 16.

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 512.729 (quinhentos e doze mil setecentos e vinte e nove cruzeiros) ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, para atender a despesas dos exercícios de 1958 a 1962.

Lei nº 4.914 — de 17 de dezembro de 1965.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Lei nº 4.851 — de 24 de novembro de 1965.

TRIGO

Approva o texto do Protocolo firmado pelo Brasil em Washington, em 19 de abril de 1965 que prorroga o Acôrdio Internacional do Trigo de 1962.

Decreto Legislativo nº 101, de 1965.

Dispõe sobre recolhimento de diferenças de preços sobre estoques de trigo e seus derivados e dá outras providências.

Decreto nº 57.392 — de 7 de dezembro de 1965.

U

UNIÃO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Approva alterações introduzidas nos Estatutos da União do Comércio e Indústria Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 56.652 — de 5 de agosto de 1965.

Approva a alteração introduzida nos Estatutos da União do Comércio e Indústria Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 57.382 — de 3 de dezembro de 1965.

UNIÃO FEDERAL

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina.

Decreto Legislativo nº 89, de 1965.

UNIVERSIDADE

Dispõe sobre as novas denominações das Universidades Federais das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói.

Lei nº 4.831 — de 5 de novembro de 1965.

Retifica a classificação dos cargos de nível superior da Universidade Federal de Goiás, aprovada pelo Decreto nº 56.254, de 5 de maio de 1955, e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 57.079 — de 15 de outubro de 1965.

Aprova o Orçamento da Universidade do Espírito Santo.

Decreto nº 57.136 — de 29 de outubro de 1965.

Aprova o Orçamento da Universidade Rural do Brasil.

Decreto nº 57.202 — de 9 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área limítrofe à área do Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná, constante dos loteamentos Casetta e Zibarth, de propriedade de Rosa Casetta, Fernando Zibarth e outros, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 57.279 — de 17 de novembro de 1965.

Dispõe sobre a representação discente nos órgãos colegiados das Universidades e Escolas Superiores Isoladas.

Decreto nº 57.336 — de 25 de novembro de 1965.

Aprova a transferência de cargos e dos respectivos servidores do Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, para o Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Departamento Administrativo do Serviço Público e vice-versa, e dá outras providências.

Decreto nº 57.338 — de 25 de novembro de 1965.

Revoga o Decreto nº 1.262, de 25 de junho de 1962 e dá outras providências.

Decreto nº 57.429 — de 15 de dezembro de 1965.

USINA SIDERÚRGICA DA BAHIA S.A. — USIBA

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito que menciona.

Decreto nº 57.089 — de 19 de outubro de 1965.

UTILIDADE PÚBLICA
(DECLARAÇÃO)

Declara de utilidade pública a "mandade da Santa Casa de Misericórdia de Tambau", com sede em Tambau, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.012 — de 17 de novembro de 1964.

Declara de utilidade pública a Comunidade Assistencial Espirita "Lar Veneranda", com sede em Santos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.630 — de 26 de janeiro de 1965.

Declara de utilidade pública a "mandade da Santa Casa de Misericórdia de Adamantina", com sede em Adamantina, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.942 — de 19 de abril de 1965.

Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Bauru, com sede em Bauru, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.299 — de 19 de maio de 1965.

Declara de utilidade pública a Fundação Pioneiro de Assistência Social", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.485 — de 18 de junho de 1965.

Declara de utilidade pública a "Sociedade das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.969 — de 1º de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública a associação civil "Escolas Profissionais Salesianas", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 56.972 — de 1 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública a Associação Congregação de Santa Catarina, com sede em Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 56.973 — de 8 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública a "Fundação Prada de Assistência Social", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.009 — de 11 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública, imóvel que menciona na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Decreto nº 57.052 — de 11 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública a Real Sociedade Espanhola de Beneficência, com sede em Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 57.103-A — de 19 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública o Herbário "Barbosa Rodrigues", com sede em Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 57.104 — de 19 de outubro de 1965.

Declara de utilidade pública a Sociedade Bíblica do Brasil, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 57.171 — de 4 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública o "Instituto Santa Lúcia", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 57.250 — de 12 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública a "Associação Brasileira para o Rearrampamento Moral", com sede em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 57.251 — de 12 de novembro de 1965.

Declara de utilidade pública a Fundação Lar de São Bento", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.415 — de 13 de dezembro de 1965.

Declara de utilidade pública a Sociedade Nacional de Instrução, com sede em Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 57.417 — de 13 de dezembro de 1965.

Declara de utilidade pública a Legião Brasileira de Assistência, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 57.418 — de 13 de dezembro de 1965.

Declara de utilidade pública o "Instituto Maria Auxiliadora", com sede em Barretos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.475 — de 20 de dezembro de 1965.

Declara de utilidade pública a Sociedade Cristã Maria e Jesus, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 57.470 — de 20 de dezembro de 1965.

V

VACINAÇÃO ANTIVARIÓLICA

Condiciona a venda de passagens para o Exterior do País, a prévia apresentação de certificado internacional de vacinação ou revacinação contra a varíola.

Decreto nº 57.394 — de 12 de dezembro de 1965.

VEREADORES

Ato Institucional nº 2.

VICE-PREFEITOS

Ato Complementar nº 5.

VICE-PRESIDENTE DA
REPÚBLICA

Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País.

Decreto Legislativo nº 95, de 1965.

VIGIAS PORTUÁRIOS

Revoga a Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962, e estabelece normas para prestação do serviço de vigilância portuária por vigias matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.

Lei nº 4.859 — de 26 de novembro de 1965.

VISITANTES ESTRANGEIROS AO
BRASIL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 6.749.890 (seis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa cruzeiros), para regularização de despesas decorrentes da visita ao Brasil de personalidades ilustres estrangeiras, no exercício de 1960.

Lei nº 4.819 — de 29 de outubro de 1965.

X

XISTOS OLEÍGENOS

Dispõe sobre a lavra e industrialização dos xistos oleígenos.

Decreto nº 56.980 — de 1º de outubro de 1965.

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES